



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 129ª SESSÃO À 134ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 43
9 AGO. A 16 AGO.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2006

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias* BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza* PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney**	Paraíba PMDB – Ney Suassuna* PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão**	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa**	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque** PFL – Paulo Octávio**
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen* BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan**	Amapá PMDB – José Sarney* PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros* PFL – Jonas Pinheiro** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves* PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
AGRADECIMENTO			
Agradecimento a manifestações de solidariedade enviadas por internautas de todo o País. Senador Magno Malta.	325	Registro da matéria intitulada “TSE impõe novas derrotas a Lula ao vetar propagandas”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 1º de julho de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	202
ARTIGO DE IMPRENSA			
Comentários à matéria intitulada “São Paulo mantém indulto a 11 mil presos apesar de atentados”, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> . Senador Antonio Carlos Magalhães.	29	Registro do artigo intitulado “As Forças Armadas na América Latina”, de autoria do historiador Boris Fausto, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 10 de julho de 2006. Senador Alvaro Dias.	203
Registro do artigo e da matéria intitulados “Constituinte golpista”, e “Dados de investimentos do governo são inflados”, publicados, respectivamente, nos jornais <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições de 9 de agosto e 10 de julho de 2006. Senador Alvaro Dias.	89	Registro da matéria intitulada “Dirceu encontrou Morales dias antes da crise do gás”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 7 de julho de 2006. Senador Marcos Guerra.	204
Registro da capa da revista <i>Veja</i> , edição de 26 de julho de 2006, intitulada “A lista da vergonha”. Senador Arthur Virgílio.	92	Registro de entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista <i>Playboy</i> . Senador Arthur Virgílio.	206
Registro da matéria intitulada “Assessor da Saúde é apontado como ‘contato’ de esquema”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 2 de agosto de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	94	Registro da coluna de Dora Kramer, intitulada “Aparências, nada mais”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 11 de julho de 2006. Senador Alvaro Dias.	251
Registro do artigo intitulado “Manual Lula de pobreza”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 30 de junho de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	95	Registro do artigo intitulado “As lorotas de Lula”, publicada no <i>Jornal da Comunidade</i> , edição de 1º a 7 de julho de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	253
Registro da entrevista do Juiz Rafael de Araújo Romano, concedida ao jornal <i>Correio Amazonense</i> , edição de 20 de julho de 2006. Senador Arthur Virgílio.	106	Registro da entrevista concedida pelo farmacêutico José Merched Chaar, intitulada “O poder das cooperativas”, publicada no jornal <i>O Estado do Amazonas</i> , edição de 7 de agosto de 2006. Senador Arthur Virgílio.	254
Registro do artigo intitulado “Construindo o SUS”, de autoria do Ministro da Saúde, Agenor Álvares, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 9 de agosto de 2006. Senadora Ideli Salvatti.	172	Registro da matéria intitulada “Presidente recebe apoios de mensaleiros, Okamoto e até juiz da operação Anaconda”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 14 de julho de 2006. Senador Marcos Guerra.	255
Registro da matéria intitulada “Era pior do que se pensava”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 26 de julho de 2006. Senador Arthur Virgílio.	180	Registro da matéria intitulada “MP investiga origem de recursos de Filippi”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 4 de julho de 2006. Senador Papaléo Paes.	256
		Registro do artigo intitulado “A contabilidade moral de Lula”, de autoria do jornalista Rolf Kuntz, pu-	

	Pág.		Pág.
blicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 13 de julho de 2006. Senador João Batista Motta.	257	Renúncia ao posto de titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Senador Ney Suassuna.	319
Comentário à matéria publicada pela revista <i>Veja</i> , a respeito da corrupção em Rondônia. Senador Valdir Raupp.	338	Reiteração de confiança nos trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Senador Magno Malta.	325
Registro do artigo intitulado “Contraconstitucionalidade”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 29 de julho de 2006. Senador Marcos Guerra.	354	Comentários a respeito da imunidade parlamentar. Senador Romeu Tuma.	342
Comentário sobre matéria intitulada “Vantagem de Lula cai; vitória no 1º turno é incerta”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 14 de julho de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	356	Elogios à atuação do Senador Gerson Camata, à frente da Secretaria de Desenvolvimento de Infra-Estrutura e dos Transportes do Espírito Santo. Senador Marcos Guerra.	354
Registro da matéria intitulada “Crise no campo leva produtor rural a fazer campanha contra Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 17 de julho de 2006. Senador João Batista Motta.	357	Considerações sobre a imunidade parlamentar. Senador Pedro Simon.	415
Registro da matéria intitulada “Lula libera R\$ 1,9 bi de convênios em 2 dias”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 4 de julho de 2006. Senador Papaléo Paes.	358	Comentários a declarações do Presidente Lula a respeito da imunidade parlamentar. Senador Heráclito Fortes.	457
Comentários ao artigo intitulado “A reeleição pode virar carta branca”, de autoria do jornalista Elio Gaspari, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 16 de agosto de 2006. Senador Antonio Carlos Magalhães.	444	BANCOS	
Comentários à matéria intitulada “Na propaganda de TV, Lula apaga o PT de sua história”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 16 de agosto de 2006. Senador César Borges.	453	Defesa da votação em regime de urgência do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que prorroga o prazo para apropriação de créditos de ICMS. Senador Luiz Otávio.	470
Registro de artigo publicado pelo jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 15 de agosto de 2006, de autoria do jornalista Raymundo Costa, intitulado “Televisão é a última cartada da oposição”. Senadora Ideli Salvatti. ...	461	CORRUPÇÃO	
Registro da matéria intitulada “Dinheiro a conta-gotas”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> . Senador Heráclito Fortes.	466	Oferecimento, pelo Ministério Público, de denúncia contra 11 dirigentes e ex-dirigentes do Banco Rural, no caso de empréstimo ao Partido dos Trabalhadores. Senador Antonio Carlos Magalhães.	29
Registro da nota intitulada “Picape? Que picape?”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 26 de julho de 2006. Senador Arthur Virgílio.	478	Conhecimento de que o Presidente Lula somente poderá responder a uma pergunta sobre corrupção em sua entrevista à Rede Globo. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador César Borges.	30
Registro da matéria intitulada “Governo investe menos do que divulga”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 5 de julho de 2006. Senador Papaléo Paes.	480	Comentários acerca das denúncias de corrupção no Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador José Jorge.	31
Registro da matéria intitulada “Diretor de banco estatal arrecada para Ciro”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 2 de agosto de 2006. Senador João Batista Motta.	481	Agradecimento ao apoio do povo, diante das denúncias do envolvimento de S.Exa. na máfia das sanguessugas. Senador Magno Malta.	36
ATUAÇÃO PARLAMENTAR		Aviso do encaminhamento, para as providências cabíveis, ao Procurador-Geral da República, à Polícia Federal e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coafi), de documentação recebida da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado do Amazonas, que contém denúncias de corrupção envolvendo algumas empreiteiras. Senador Romeu Tuma.	79
Afirmação de que Presidente Lula está equívocado no que se refere à imunidade parlamentar. Senador Pedro Simon.	308		

	Pág.		Pág.
Preocupação com os episódios de corrupção ocorridos em Rondônia, que envolve dirigentes dos Três Poderes constituídos. Senador Valdir Raupp.	81	Considerações acerca das investigações que envolvem o nome do Senador Ney Suassuna na CPMI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Romeu Tuma.	74
Considerações sobre o editorial do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , intitulado “Operação Dominó”. Senadora Ideli Salvatti.	130	Considerações sobre o relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado no dia 10 de agosto de 2006. Senador Arthur Virgílio.	106
Considerações sobre o editorial do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , intitulado “Operação Dominó”, que mostra o envolvimento de deputados de Rondônia em episódios de corrupção. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Sibá Machado.	131	Considerações sobre o relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Romeu Tuma.	108
Comentários acerca dos episódios de corrupção ocorridos em Rondônia. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador José Jorge.	171	Indignação pela inclusão do nome de S.Exa. no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado no dia 10 de agosto de 2006. Senador Magno Malta.	115
Registro de matérias publicadas na imprensa a respeito da corrupção na máquina pública. Senador Antonio Carlos Magalhães.	241	Comentários acerca do relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Sibá Machado.	117
Sugestão para que o Ministério Público dirija imediatamente ao Supremo Tribunal Federal o pedido de quebra do sigilo bancário de Paulo Okamoto. Senador Antonio Carlos Magalhães.	320	Comentários acerca da inclusão do nome do Senador Magno Malta no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado no dia 10 de agosto de 2006. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Arthur Virgílio.	118
Sugestão para que haja a quebra de sigilo bancário de Paulo Okamoto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Efraim Morais.	322	Comentários acerca da inclusão do nome do Senador Magno Malta no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado no dia 10 de agosto de 2006. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Romeu Tuma.	119
Sugestão para que haja a quebra de sigilo bancário de Paulo Okamoto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Heráclito Fortes.	322	Comentários acerca do relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Eduardo Suplicy.	122
Comentários acerca da corrupção em Rondônia. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Leonel Pavan.	340	Protesto pela inclusão do nome de S.Exa. no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado no dia 10 de agosto de 2006, e pela não apreciação da defesa apresentada por S.Exa. Senadora Serys Slhessarenko.	122
Negativa de qualquer envolvimento com a chamada “máfia das ambulâncias”. Senador Magno Malta.	434	Comentários acerca da inclusão do nome de S.Exa. no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado no dia 10 de agosto de 2006. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Magno Malta.	124
Questionamentos a respeito das versões conflitantes com relação ao pagamento da dívida do Presidente Lula com o PT, pelo Senhor Paulo Okamoto. Senador Tasso Jereissati.	435	Comentários acerca da inclusão do nome da Senadora Serys Slhessarenko no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado no dia 10 de agosto de 2006, e pela não apreciação da defesa apresentada pela Senadora. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senadora Ideli Salvatti.	125
Sugestão para que haja a quebra de sigilo bancário de Paulo Okamoto. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Antonio Carlos Magalhães.	438	Comentários acerca da inclusão de nomes de parlamentares no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas sem a devida investigação. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Sibá Machado.	126
Comentários acerca dos casos de corrupção no governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador César Borges. Senador Heráclito Fortes.	456	Comentários acerca da inclusão do nome da Senadora Serys Slhessarenko no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado no dia 10 de agosto de 2006, e pela não apreciação da defesa apresentada pela Senadora. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senadora Ideli Salvatti.	125
Elogios às decisões da justiça brasileira referentes à corrupção no Estado de Rondônia. Senador Edison Lobão.	460		
(CPI)			
Encaminhamento de documentos à CPMI dos Sanguessugas, para comprovação de sua inocência. Senador Ney Suassuna.	73		

IV

	Pág.		Pág.
cial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado no dia 10 de agosto de 2006. Aparte à Senadora Serys Shlessarenko. Senador Eduardo Suplicy.	128	do País. Aparte ao Senador César Borges. Senador José Jorge.	37
Comentários a respeito das investigações da CPI dos Bingos. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Antonio Carlos Magalhães.	317	Comentários às propostas apresentadas pelo candidato Geraldo Alckmin (PSDB) para o Nordeste do País. Aparte ao Senador César Borges. Senador Antonio Carlos Magalhães.	38
Comentários acerca da inclusão do nome do Senador Magno Malta no relatório da CPMI dos Bingos. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	326	Comentários às propostas apresentadas pelo candidato Geraldo Alckmin (PSDB) para o Nordeste do País. Aparte ao Senador César Borges. Senador Marco Maciel.	38
Considerações sobre o Relatório Parcial da CPMI dos Sanguessugas. Senador Romeu Tuma.	342	Acirramento do processo eleitoral. Senadora Ideli Salvatti.	72
DESENVOLVIMENTO REGIONAL			
Repúdio ao contingenciamento de recursos da SUFRAMA. Senador Arthur Virgílio.	206	Cumprimentos à postura da Senadora Heloísa Helena (PSOL) na entrevista à Rede Globo de Televisão, em que defendeu sua candidatura à Presidência da República. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Romeu Tuma.	88
Expectativa com o início da obra da transposição das águas do Rio São Francisco em decorrência de decisão do Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, que suspendeu mandado de segurança que questionava estudo do IBAMA sobre a referida obra. Senador Roberto Cavalcanti.	413	O quadro de apatia do povo brasileiro. Senador Arthur Virgílio.	180
ECONOMIA			
Avaliação positiva da economia brasileira. Senador Eduardo Suplicy.	149	Considerações a respeito da entrevista do Presidente Lula ao Jornal Nacional, no dia 10 de agosto de 2006, como candidato à reeleição. Senador Arthur Virgílio.	206
EDUCAÇÃO			
Elogios ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, pela homologação da decisão do Conselho Nacional da Educação, que torna o obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia no ensino médio de todo o País. Senador Sibá Machado.	320	Sugestão ao Presidente Lula para que participe dos debates com os outros candidatos à Presidência da República. Senador Eduardo Suplicy.	285
Defesa da instituição da jornada escolar de tempo integral, conforme prevê o projeto de lei de autoria de S.Exa. Senador Marcos Guerra.	320	Importância da maior participação dos jovens no processo eleitoral do País. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Eduardo Suplicy.	311
ELEIÇÕES			
Considerações sobre a entrevista que o Presidente Lula concede à Rede Globo de Televisão. Senador Antonio Carlos Magalhães.	29	Críticas ao Presidente Lula, pela ausência no debate com candidatos à Presidência da República, promovido pela TV Bandeirantes. Senador José Agripino.	316
Elogios à Senadora Heloísa Helena (PSOL) pelo bom desempenho na entrevista concedida à Rede Globo de Televisão, no dia 08 de agosto de 2006. Elogios às propostas do candidato Geraldo Alckmin (PSDB) para o Nordeste do País. Senador César Borges.	36	Críticas ao Presidente Lula, por não comparecer ao debate dos candidatos à Presidência da República. Senador Antonio Carlos Magalhães.	320
Comentários às propostas apresentadas pelo candidato Geraldo Alckmin (PSDB) para o Nordeste		Importância do comparecimento do Presidente Lula aos debates dos candidatos à Presidência da República. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Eduardo Suplicy.	321
		Falta de comparecimento do Presidente Lula aos debates na TV. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Sibá Machado.	323
		Elogios ao programa petista no horário eleitoral. Senador Sibá Machado.	349
		Comentários acerca das mentiras do Presidente Lula a respeito da criação da Controladoria Geral da União, dos afastamentos dos ex-Ministros José Dirceu e Antonio Palocci durante o programa eleitoral, exibido no dia 15 de agosto de 2006. Senador Tasso Jereissati.	435
		Críticas acerca da entrevista do Presidente Lula ao Jornal Nacional, no dia 10 de agosto de	

	Pág.		Pág.
2006. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador César Borges.	436	Questionamentos acerca da refinaria de Pernambuco que não foi construída. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Tasso Jereissati.	426
Críticas acerca da entrevista de Lula ao Jornal Nacional, no dia 10 de agosto de 2006. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Heráclito Fortes.	436	Considerações sobre a energia elétrica do País. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador José Jorge.	426
Comentários a respeito de obras que, segundo o programa eleitoral do Presidente Lula, foram realizadas durante o Governo Lula. Senador José Jorge.	439	ESCLARECIMENTO	
Comentários a respeito de obras que, segundo o programa eleitoral do Presidente Lula, foram realizadas durante o Governo Lula. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Heráclito Fortes.	441	Registro de recibo da empresa Trans Grancap, que comprova a devolução de carro recebido do ex-Deputado Lino Rossi. Senador Magno Malta.	434
Comentários a respeito de obras que, segundo o programa eleitoral do Presidente Lula, foram realizadas durante o Governo Lula. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Sibá Machado.	442	EXPORTAÇÃO	
Comentários a declarações do ex-Deputado Valdemar Costa Neto no programa eleitoral. Senador Heráclito Fortes.	457	Críticas à composição da pauta de exportações brasileira. Reclamos sobre os superávits comerciais brasileiros serem fortemente dependentes da exportação de produtos in natura, como minérios e carnes. Senador João Batista Motta.	169
Considerações a respeito da importância do voto na eleição. Apelo ao eleitor para que não vote nulo. Senadora Lúcia Vânia.	473	Considerações acerca das exportações feitas pelos mineradores, sem o devido pagamento dos impostos. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Antônio João.	170
ELOGIO		Acordo firmado entre o Senado Federal e o Governo Federal para compensar os Estados exportadores do Brasil. Senador Luiz Otávio.	470
Elogios ao Senador Eduardo Suplicy quanto à sua coerência política. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Pedro Simon.	290	GOVERNO FEDERAL	
Elogios ao Senador Romeu Tuma. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Leonel Pavan.	343	Realizações do Governo Lula no Nordeste. Senador Roberto Saturnino.	235
Elogios ao Doutor Paulo Lacerda, Diretor da Polícia Federal. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Heráclito Fortes.	344	Críticas às omissões do Governo Federal nos vários setores do País. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Heráclito Fortes.	351
Elogios à gestão do Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung. Senador Marcos Guerra.	418	Considerações sobre escândalos no Governo Lula. Senador Antonio Carlos Magalhães.	444
ENERGIA		Considerações sobre escândalos no Governo Lula, como o caso dos ônibus que foram comprados pelo Governo para aulas de informática. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador José Jorge.	444
Necessidade de racionalização na geração e no uso de energia. Implantação no Brasil de programas voltadas para o uso eficiente de energia. Senador Sibá Machado.	420	Considerações sobre escândalos no Governo Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Tasso Jereissati.	445
Considerações acerca da infra-estrutura energética. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador César Borges.	423	HOMENAGEM	
Considerações acerca da construção das usinas hidrelétricas no rio Madeira. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Heráclito Fortes.	424	Homenagem ao XII Congresso Internacional de Equoterapia e Workshop, em Brasília. Senador Flávio Arns.	1

	Pág.		Pág.
Homenagem ao XII Congresso Internacional de Equoterapia e Workshop, em Brasília. Senadora Iris de Araújo.	3	cional, que comunica a sanção do projeto de lei que “Denomina ‘Aeroporto de Santarém – Pará – Maestro Wilson Fonseca’ o aeroporto da cidade de Santarém – PA”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restitui, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 11.338, de 3 de agosto de 2006.	8
Homenagem ao XII Congresso Internacional de Equoterapia e Workshop, em Brasília. Senador Eduardo Azeredo.	5	Mensagem nº 211, de 2006, (nº 664, na origem) aos Senhores Membros do Congresso Nacional, que comunica a sanção do projeto de lei que “Institui o Dia Nacional do Biomédico”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restitui dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 11.339, de 3 de agosto de 2006.	8
Apresentação de requerimento de homenagem ao Dia do Corretor. Senador Paulo Octávio.	57	Mensagem nº 209, de 2006, (nº 673/2006, na origem) aos Senhores Membros do Congresso Nacional, que comunica a sanção do projeto de lei que “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal; e dá outras providências”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restitui dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	100
Homenagem a Octavio Frias de Oliveira. Aparte ao Senador Roberto Cavalcanti. Senador Antonio Carlos Magalhães.	239		
Registro de requerimento de homenagem pelo transcurso dos 154 anos da cidade de Teresina/PI. Senador Heráclito Fortes.	452	MULHER	
Homenagem ao Dia do Maçom. Senador Edison Lobão.	460	Análise da importância da Lei Maria da Penha que torna mais rigorosas as punições para o homem que praticar violência contra a mulher, e cria os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Senadora Ideli Salvatti.	57
Celebração do cinquentenário da imigração japonesa no Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.	474	ORÇAMENTO	
Homenagem a Guimarães Rosa, por ocasião do cinquentenário de publicação da obra “Grande sertão: veredas”. Senador Valdir Raupp.	476	Defesa da elaboração de um orçamento transparente e a garantia de sua execução impositiva, para diminuir a corrupção pública. Senadora Heloísa Helena.	85
		Necessidade de elaboração de um orçamento impositivo e transparente. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Heráclito Fortes.	87
HOMENAGEM DE PESAR		Críticas ao funcionamento da Comissão de Orçamento. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Romeu Tuma.	88
Encaminhamento de requerimento de pesar pelo falecimento do músico pernambucano Moacir Santos. Senador José Jorge.	175	Registro de matérias publicadas na imprensa a respeito da execução orçamentária. Senador Antonio Carlos Magalhães.	241
Homenagem de Pesar pelo falecimento do músico pernambucano Moacir Santos. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Marco Maciel.	175		
LIVRO			
Registro do lançamento do livro intitulado “Reforma Política no Brasil”. Senador Marco Maciel.	178		
Considerações sobre o lançamento do livro “A trajetória de Octavio Frias de Oliveira”, no dia 14 de agosto de 2006, em São Paulo. Senador Roberto Cavalcanti.	238		
MANAUS			
Registro da X Conferência Latino-Americana de Zonas Francas, que foi realizada em Manaus, no dia 29 de agosto de 2006. Comentário sobre a falta de água em Manaus/AM. Senador Arthur Virgílio. ...	106		
MENSAGEM			
Mensagem nº 210, de 2006 (nº 663, na origem), aos Senhores Membros do Congresso Na-			

	Pág.		Pág.
PARAÍBA		POLÍTICA DE TRANSPORTES	
A situação da economia do Estado da Paraíba. Senador Roberto Cavalcanti.	25	Precariedade da malha viária do País. Necessidade de duplicação da rodovia BR-262. Senador Eduardo Azeredo.	33
PARECER		Precariedade das rodovias brasileiras. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador José Jorge.	34
Parecer nº 1.034, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006, que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a comercialização, por supermercados, de medicamentos cuja venda e dispensação não dependam da apresentação de prescrição. Senador Valdir Raupp.	10	Precariedade das rodovias brasileiras. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Marcos Guerra.	35
Parecer nº 1.035, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda nº 2 (de Plenário), apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005 (nº 3.605/2004, na Casa de origem), que modifica o art. 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil –, que confere efeito devolutivo à apelação, e dá outras providências. Senador Demóstenes Torres.	13	Precariedade das rodovias brasileiras. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador César Borges.	35
Parecer nº 1.036, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os artigos 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Senador Jonas Pinheiro.	15	POLÍTICA ENERGÉTICA	
Parecer nº 1.037, de 2006 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. Senador Eduardo Azeredo.	227	Perspectivas para a produção de petróleo no Estado da Paraíba. Senador Roberto Cavalcanti.	25
POLÍTICA AGRÍCOLA		Decepção por não haver a prospecção de petróleo nos Estados de Pernambuco e do Pará, como havia sido acertado entre lideranças políticas. Aparte ao Senador Roberto Cavalcanti. Senador Marco Maciel.	26
Transcrição de documentos a respeito dos produtores de laranja, que têm mostrado preocupação com a ação cartelizada das diversas indústrias de suco de laranja. Senador Eduardo Suplicy.	149	Protesto contra a exclusão das bacias marítimas dos Estados de Pernambuco e da Paraíba, da 8ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo - ANP. Senador José Jorge.	59
Protesto em virtude da não liberação, pelo Governo Federal, dos recursos referentes ao seguro agrícola contra quebra de safra. Senador Leonel Pavan.	334	Comentários acerca da exclusão das bacias marítimas dos Estados de Pernambuco e da Paraíba, da 8ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo - ANP. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Roberto Cavalcanti.	59
POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA		Exclusão das bacias de Pernambuco e da Paraíba das próximas áreas oferecidas para exploração de petróleo, pela Agência Nacional do Petróleo - ANP. Senador Marco Maciel.	232
Solicitação de informações ao Ministério da Ciência e Tecnologia, referentes à aquisição de ônibus para o programa de inclusão digital. Senador José Jorge.	175	Considerações acerca da exclusão das bacias de Pernambuco e da Paraíba das próximas áreas oferecidas para exploração de petróleo, pela Agência Nacional do Petróleo - ANP. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Roberto Cavalcanti.	234
		POLÍTICA EXTERNA	
		Considerações acerca do acordo Brasil/Bolívia. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Sibá Machado.	459
		POLÍTICA FISCAL	
		Considerações acerca da Lei Kandir. Aparte ao Senador Luiz Otávio. Senador Sibá Machado.	471

VIII

	Pág.		Pág.
POLÍTICA PARTIDÁRIA		Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Sibá Machado.	
Elogios à decisão do Líder do PMDB de licenciar-se do partido. Senador Pedro Simon.	308	Comentários acerca das declarações do Presidente Lula a respeito da demissão dos corruptos de seu governo. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Leonel Pavan.	329
Comunicação de licença da liderança do PMDB. Senador Ney Suassuna.	319	Críticas acerca das declarações do Presidente Lula sobre a criação da Controladoria Geral da União. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador José Jorge.	334
Comunicação da assunção da liderança do PMDB. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	342	Considerações acerca da integridade do Presidente Lula. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Heráclito Fortes.	436
Anúncio do afastamento provisório do Presidente Regional do PMDB no Espírito Santo, Deputado Marcelino Ayub Fraga. Senador Pedro Simon.	415	Considerações acerca da integridade do Presidente Lula. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Sibá Machado.	437
A abertura de processo judicial do PT contra a Associação Transparência Brasil. Senador Heráclito Fortes.	457	Comentários acerca dos ministros demitidos pelo Presidente Lula. Aparte ao Senador César Borges. Senador Antonio Carlos Magalhães.	437
Comemoração do crescimento de filiados ao PT. Senadora Ideli Salvatti.	461	Defesa do Presidente Lula. Aparte ao Senador César Borges. Senador Sibá Machado.	455
POLÍTICA SOCIAL		PREVIDÊNCIA SOCIAL	
A Pastoral da Criança e o programa “Criança Esperança”. Senador Flávio Arns.	92	Importância dos benefícios previdenciários para a redução da pobreza no Brasil. Senador Marco Maciel.	27
Registro do trabalho realizado pelo Centro de Formação Pastoral e Social (Cefopas), da área missionária da Ponta Negra, dirigido pelo Padre José Luiz Tomio, em Manaus. Senador Arthur Virgílio.	356	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	
POLÍTICA SÓCIO ECONÔMICA		Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2006, (nº 265/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais.	
Redistribuição de renda pelo Estado. Senador Marco Maciel.	27	Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2006, (nº 2.177, de 2006, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.	
PRESIDENTE DA REPÚBLICA		Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2006, (nº 2.178, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova ato que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe - AGAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	
Comentários à visita do Presidente Lula à Bahia e à entrevista concedida ao Jornal Nacional, no dia 10 de agosto de 2006. Senador Antonio Carlos Magalhães.	241	Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2006, (nº 2.189, de 2006, na Câmara dos Deputados) que	
Considerações acerca da postura do Presidente Lula. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Antonio Carlos Magalhães.	313		
Considerações acerca da postura do Presidente Lula. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Heráclito Fortes.	314		
Comentários às declarações do Presidente Lula a respeito da imunidade parlamentar. Senador Heráclito Fortes.	328		
Críticas ao Presidente Lula. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Antonio Carlos Magalhães.	329		
Comentários acerca da preocupação do Presidente Lula com a imunidade parlamentar.			

Pág.	Pág.
aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.	270
Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2006, (nº 2.214/2006, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que autoriza a ASCOM - Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia.	273
Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2006, (nº 2.215, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Belém FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado da Paraíba.	276
Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2006, (nº 1.600/2005, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Firminópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás.	360
Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2006, (nº 2.102/2006, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.	364
Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2006, (nº 2.148/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.	367
Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2006, (nº 2.153/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.	370
Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2006, (nº 2.154/2006, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.	373
Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2006, (nº 2.158/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colniza, Estado de Mato Grosso.	375
Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2006, (nº 2.159/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínea, Estado de São Paulo.	378
Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2006, (nº 2.161/2006, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte.	381
Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2006, (nº 2.162/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.	384
Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2006, (nº 2.163/ 2006, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jauru FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.	387
Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2006, (nº 2.166/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.	391
Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2006, (nº 2.167/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brasil de Arte e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraquara, Estado do Paraná.	393
Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2006, (nº 2.172/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia.	395
Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2006, (nº 2.176/2006, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Leticia (ACRBL) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	398
Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2006, (nº 2.179/2006, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar serviço de radio-	

	Pág.		Pág.
difusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.	402	REFORMA POLÍTICA	
Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2006, (nº 2.180/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amambaí, Estado de Mato Grosso do Sul.	407	Considerações sobre a proposta do Presidente Lula de instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte para realizar a reforma política. Senadora Iris de Araújo.	23
PROJETO DE LEI DA CÂMARA		Críticas sobre a proposta do Presidente Lula de instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte para realizar a reforma política. Senador Antonio Carlos Magalhães.	29
Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2006 (nº 591/2003, na Casa de origem) que regulamenta a profissão de Ecólogo.	222	Análise da importância de o Congresso Nacional concluir a votação de inúmeros itens da reforma política, alguns dos quais foram objeto de votações pelo Senado Federal. Senadora Ideli Salvatti.	130
Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2006 (nº 1.106/2003, na Casa de origem) que institui o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.	225	Necessidade de o Congresso Nacional concluir a votação dos itens que fazem parte da Reforma Política. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Eduardo Suplicy.	134
Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2006 (nº 2.416/2005, na origem) que altera o inciso I do caput do art. 44, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	225	Considerações a respeito da Reforma Política, e que ainda há muito que se debater antes da votação de fato. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Sibá Machado.	135
Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2006 (nº 3.671/2004, na origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 820 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre a vedação à exigência de fiança nas dívidas de pessoas físicas já garantidas por penhor, hipoteca ou alienação fiduciária de bem imóvel.	226	Considerações acerca da Reforma Política. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Sibá Machado.	312
PROJETO DE LEI DO SENADO		REFORMA TRIBUTÁRIA	
Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006 que altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País. Senador César Borges.	9	Defesa de uma reforma tributária e da aprovação de proposta de emenda constitucional que institui o "Imposto Cidadão", popularmente batizado de "Imposto Único". Senador Paulo Octávio.	57
Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2006, que acrescenta o § 4º ao art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para determinar que as armas de fogo contenham número de série gravado em suas superfícies interna e externa. Senador Valdir Raupp.	284	REGIMENTO INTERNO	
RECICLAGEM		Apelo para votação, na Câmara dos Deputados, de Proposta de Emenda Constitucional que trata da valorização das guardas civis. Senador Romeu Tuma.	342
Preocupação com a falta de incentivos específicos para o setor da reciclagem do lixo. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Roberto Cavalcanti.	422	REQUERIMENTO	
		Requerimento nº 907, de 2006, que requer, nos termos do art. 49, X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 215, I, a, 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro dos Transportes sobre os Convênios de nºs 544.692 e 564.088, de 30 de dezembro de 2005, celebrados entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e a Prefeitura de Simões Filho, no Estado da Bahia. Senador Antonio Carlos Magalhães.	32

Pág.	XI
<p>Requerimento nº 908, de 2006, que requer, nos termos regimentais, voto de pesar e apresentação de condolências à família e à Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, pelo falecimento do Deputado Estadual Paschoal Thomé, ocorrido no dia 09 de agosto de 2006. Senador Romeu Tuma.</p>	338
<p>Requerimento nº 909, de 2006, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de lembrança ao ensejo das homenagens do Grupamento de Fuzileiros Navais à memória dos marinheiros que morreram nos conflitos em que o Brasil foi envolvido ao longo de sua história. Senador Arthur Virgílio.</p>	354
<p>Requerimento nº 910, de 2006, que requer, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, ao Ministro das Minas e Energia informações acerca dos valores do contrato para a construção do Gasoduto Coari-Manaus. Senador Arthur Virgílio.</p>	412
<p>Requerimento nº 911, de 2006, que requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, e do art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Doutor Luis Carlos Guedes Pinto, para prestar informações sobre as medidas adotadas referentes ao Relatório elaborado pelo Serviço Veterinário de Alimento (Food and Veterinary Office), no tocante ao controle fitossanitário dos produtos brasileiros exportados para a Europa. Senador João Batista Motta.</p>	412
<p>Requerimento nº 912, de 2006, que requer, nos termos regimentais, a inserção em ata de voto de pesar e a apresentação de condolências à família, pelo falecimento do músico pernambucano Moacir Santos, ocorrido no dia 06 de agosto de 2006, em Los Angeles - EUA. Senador José Jorge.</p>	412
<p>Requerimento nº 913, de 2006, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Município de Parnaíba, a toda sua população, ao Senhor Prefeito e à Câmara de Vereadores pelos 162 anos de emancipação política. Senador Heráclito Fortes.</p>	413
<p>Requerimento nº 914, de 2006, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade e moção de apoio à Rede Globo de Televisão diante dos lamentáveis fatos que envolveram o seqüestro de dois de seus funcionários, Guilherme Portanova e Alexandre Calado. Senador Antonio Carlos Magalhães.</p>	334
<p>Requerimento nº 915, de 2006, que requer o adiamento da sessão em homenagem Maçonaria</p>	258
<p>Brasileira, que seria realizada no dia 18 de agosto de 2006, para data a ser agendada posteriormente. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p>	338
<p>Requerimento nº 916, de 2006, que requer, nos termos regimentais, que seja consignado nos Anais do Senado Federal voto de aplauso à população do Município de Jaú, Estado de São Paulo, na pessoa do Senhor Perfeito Municipal, Senhor João Sanzovo Neto, e do Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Carlos Borgo, pelo 153º aniversário de fundação. Senador Romeu Tuma.</p>	354
<p>Requerimento nº 917, de 2006, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família e ao jornal <i>Diário do Pará</i>, pelo falecimento do jornalista Moacir de Castro Drago, ocorrido na cidade de Brasília, no dia 15 de agosto de 2006. Senador Luiz Otávio.</p>	412
<p>Requerimento nº 918, de 2006, que requer, nos termos do art.199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial em comemoração ao Dia do Corretor de Imóveis. Senador Paulo Octávio.</p>	412
<p>Requerimento nº 919, de 2006, que requer, nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que seja encaminhado ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Silas Rondeau, informações sobre a exclusão de áreas da plataforma marítima dos Estados de Pernambuco e Paraíba da 8ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Senador José Jorge.</p>	412
<p>Requerimento nº 920, de 2006, que requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos Anais do Senado Federal voto de aplauso ao Município de Teresina, no Estado do Piauí, pelos seus 154 anos de fundação. Senador Heráclito Fortes.</p>	413
<p>SANTA CATARINA</p>	
<p>Elogios ao projeto de descentralização administrativa adotado pelo Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira. Senador Leonel Pavan.</p>	334
<p>SAÚDE</p>	
<p>Considerações a respeito do surto de dengue em Rondônia. Senador Valdir Raupp.</p>	258

	Pág.		Pág.
Importância da 12ª edição do Congresso Internacional de Equoterapia, realizado pela Associação Nacional de Equoterapia (Ande-Brasil) e a Federação Internacional de Equoterapia (FRDI). Senadora Lúcia Vânia.	259	Considerações acerca da falta de segurança no País. Senador Eduardo Suplicy.	285
SEGURANÇA PÚBLICA		Considerações a respeito das deficiências na segurança pública do País. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Sibá Machado.	287
Considerações a respeito das divergências políticas na questão da segurança do Estado de São Paulo. Senadora Ideli Salvatti.	72	Considerações a respeito das deficiências na segurança pública do País. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Leonel Pavan.	289
Apelo para celeridade no encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro da Justiça, sobre declarações do Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, Senhor Saulo Abreu Filho, que acusa o Governo Federal de descaso com a segurança pública daquele Estado. Senador Romeu Tuma.	79	Considerações a respeito das deficiências na segurança pública do País. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes.	290
Críticas ao Governo Federal, no trato da questão da segurança pública do Estado de São Paulo. Senador Heráclito Fortes.	82	Leitura de nota do PCC pela Rede Globo de Televisão. Senador Pedro Simon.	415
Comentários acerca do emprego de verba do governo na segurança pública. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Romeu Tuma.	84	O sucesso das operações da Polícia Federal. Senadora Ideli Salvatti.	461
		SENADO FEDERAL	
		Registro da presença do General Pedro Machado, Chefe do Estado-Maior do Exército do Equador, no Senado Federal. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Heráclito Fortes.	317

Ata da 129ª Sessão não Deliberativa, em 9 de Agosto de 2006

4ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Paulo Octávio, Álvaro Dias,
Flávio Arns, Marcos Guerra e Romeu Tuma*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A primeira hora da presente sessão será dedicada a homenagear o XII Congresso Internacional de Equoterapia e *Workshop*, a realizar-se em Brasília no período de 9 a 12 de agosto do corrente ano, de acordo com o Requerimento nº 657, de 2006, de autoria do Senador Flávio Arns e outros Srs. Senadores.

Convido a compor a Mesa a Srª Gundula Hauser, Presidente da Federação Internacional de Equoterapia, e o Coronel Lélío de Castro Cirilo, Presidente da Associação Nacional de Equoterapia (Ande-Brasil).

O primeiro orador inscrito é o Senador Flávio Arns, autor do requerimento, a quem concedo a palavra.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, do meu Estado do Paraná; Exmº Sr. Embaixador da República da Áustria, Werner Brandstetter; Exmº Sr. Embaixador da República da Guiné Equatorial, Teodoro Biyogo; Exmº Sr. Embaixador da República da Sérvia, Dusan Gajic; Exmº Sr. Embaixador da República da Tunísia, Ridha Chiaabani; Exmªs Srªs Senadoras; Exmºs Srs. Senadores; Exmº Sr. Secretário-Geral da Ande-Brasil, General Pedro Carvalho; Exmª Srª Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Leila Esteves; Exmª Srª Procuradora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Maria de Lourdes Abreu; membros do corpo diplomático; Ilmº Sr. Presidente da Associação Australiana de Equoterapia, Philip Walliker; Ilmª Srª Vice-Presidente da Federação Internacional de Equoterapia, Mare Theresa Kuypers; Ilmº Sr. Vice-Presidente da Ande-Brasil, Coronel Carlos Dornelles Passamani; Ilmª Srª Pedagoga e Fundadora da Ande-Brasil, Professora Teresa Cristina; Ilmº Sr. Diretor do Centro Básico de Equoterapia, Professor Vi-

nicius Antunes; Ilmª Srª Presidente da Associação dos Amigos da Saúde Mental, Flora Lúcia Arruda; demais membros da Federação Internacional e das associações de Equoterapia do nosso País; participantes do XII Congresso Internacional de Equoterapia, que se realiza em Brasília nesta semana.

De uma maneira muito especial, quero saudar o amigo e Presidente da Ande-Brasil, Associação Nacional de Equoterapia, Coronel Lélío de Castro Cirilo, que tem desenvolvido um trabalho extraordinário há tantos anos no Brasil, com espírito público, competência, determinação e entusiasmo, beneficiando tantas pessoas com seu trabalho. Em uma audiência pública realizada no Senado, fiz questão de dizer-lhe, em função de tantos benefícios oferecidos à comunidade: “Que bom que o senhor existe! Que bom que o senhor está desenvolvendo esse trabalho e beneficiando tantos brasileiros”.

Quero também saudar, de uma maneira muito especial, a Ilmª Srª Presidente da Federação Internacional de Equoterapia, que faz parte da Mesa, Srª Gundula Hauser.

Manifesto a minha satisfação por contar com a sua presença no País, juntamente com a representação de tantos países para participar desse Congresso Internacional. Para o Brasil, é um honra recebê-la, assim como todos os membros do Movimento Internacional de Equoterapia. Espero que possamos, a partir dessa iniciativa realizada no Brasil, estreitar os laços de amizade, de trabalho, de experiências e que, no mundo inteiro, por meio da Equoterapia, possamos promover a cidadania de tantas pessoas que precisam desse trabalho.

Obrigado pela sua presença e de todas as pessoas que aqui representam seus países, em favor de uma causa tão boa e tão nobre.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, autoridades presentes, o assunto que me traz hoje a esta tribuna é algo também pelo qual tenho dedicado, com alegria a satisfação, os melhores dos meus esforços no decorrer dos anos. É a construção da dignidade, da cidadania, do respeito, do acesso aos direitos sociais para toda a população e, em especial, às pessoas com deficiên-

cia. É um esforço conjunto de tantos pelo Brasil para a construção da felicidade e da plena realização dos nossos filhos e dos nossos amigos.

Nessa caminhada, tenho tido contato com diversas técnicas de apoio à pessoa com deficiência, mas poucas me causaram um impacto tão vivo e tão duradouro quanto a Equoterapia.

Neste breve pronunciamento, não tenho a intenção de explicar detalhadamente o que é a Equoterapia e quais são seus benefícios para as pessoas com deficiência. Contudo, de uma forma bastante resumida, quero dizer que a Equoterapia constitui um método de tratamento, de educação e de reeducação que utiliza o cavalo numa abordagem interdisciplinar, buscando o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência. Nela, e por meio dela, cria-se um vínculo de afeto entre o homem e o animal, que permite à pessoa ter mais confiança em si mesma, porque, apesar de suas necessidades, consegue sobrepujar a força e a grandiosidade do cavalo. Esse sentimento, Sr^{as} e Srs. Senadoras, constitui um requisito fundamental do processo terapêutico, pois resulta em melhoria da auto-estima do ser humano.

Quero ressaltar que a Equoterapia tem sido recomendada não apenas para a reabilitação de pessoas com deficiências físicas ou mentais, mas também para a educação e socialização de indivíduos com distúrbios evolutivos, comportamentais ou em situação de risco sócio-familiar. Afinal, os benefícios por ela propiciados são vários, tais como a melhoria da qualidade de vida, a formação de novos vínculos afetivos, a aquisição de novas habilidades psicomotoras, o incremento das relações interpessoais e o ganho de maior autonomia pessoal.

Ao contrário do que pode parecer, o uso do cavalo como instrumento para a cura dos males do corpo não é uma idéia recente. Ela surgiu na Grécia Antiga, com Hipócrates, o Pai da Medicina, que, em seu livro **Das Dietas**, já recomendava a equitação para “regenerar a saúde e preservar o corpo humano de muitas doenças”. A evolução natural da Ciência ao longo da história veio a validar as assertivas de Hipócrates. Notabilizou-se o caso de Liz Hartel, na Dinamarca, que, apesar de, aos 16 anos, haver sido acometida de uma forma grave de poliomielite, obteve a medalha de prata em adestramento eqüestre nos Jogos Olímpicos de 1952 e de 1956. Essa façanha só foi possível graças à prática de equitação. A partir daí, as pesquisas se aprofundaram e, em 1965, na França, a Equoterapia tornou-se uma matéria didática, contribuindo para a projeção internacional que hoje conhecemos.

No Brasil, apenas a partir de 1989 experimentamos maiores desenvolvimentos desse método terapêutico, com a criação da Associação Nacional de Equoterapia (Ande). Graças aos abnegados esforços dessa entidade,

Sr. Presidente, hoje possuímos cerca de 12 mil praticantes de Equoterapia – algo impensável há 17 anos, quando somente seis pessoas adotavam essa prática!

É por isso que faço questão, nesta oportunidade, de elogiar os trabalhos desenvolvidos pela Ande, que, desde a sua fundação, já patrocinou cerca de 250 centros de Equoterapia em todo o território nacional. Duzentos e cinqüenta! Só aqui em Brasília são 14 centros, que realizam uma média de 600 atendimentos semanais. Uma maravilha, Coronel Cirilo! Além disso, a Ande tem promovido diversos cursos, seminários e palestras em todos os Estados da Federação, buscando divulgar e estimular a prática da Equoterapia.

Por todos esses esforços, a Ande foi reconhecida como instituição de utilidade pública tanto pela União quanto pelo Governo do Distrito Federal.

Sendo assim, Sr^{as} e Srs Senadores, participantes deste momento histórico no Senado Federal, eu gostaria de saudar e agradecer a todos os funcionários, dirigentes e voluntários da Ande, na pessoa de seu Presidente, aqui presente, Lélcio de Castro Cirilo, pelo excelente trabalho que vêm desempenhando em benefício da sociedade brasileira. Que estas poucas palavras possam servir de estímulo a uma dedicação ainda maior e mais profícua em prol da construção da cidadania por meio da Equoterapia.

Mas, o motivo maior de minha vinda a esta tribuna é a satisfação de poder comunicar ao Plenário desta Casa e a todos os brasileiros e brasileiras que nos acompanham, ao vivo, pela TV Senado, que, entre os dias 8 e 12 de agosto deste ano – portanto, nesta semana –, Brasília está sediando o XII Congresso Internacional de Equoterapia. Este é um evento que, desde 1974, vem-se realizando a cada três anos, sob os auspícios da Federação Internacional de Equoterapia (FRDI) – e temos a satisfação de ter à Mesa diretiva destes trabalhos a Sr^a Gundula Hauser – com o objetivo de divulgar os principais desenvolvimentos dessa técnica terapêutica em todo o mundo. Neste ano, o tema do Congresso será “Encontro entre dois amigos”. É muito sugestivo o desenho, inclusive o do encontro da criança, do jovem, da pessoa com o cavalo.

Certamente, a realização do XII Congresso Internacional de Equoterapia é um momento fundamental para a Equoterapia brasileira. Primeiro, por que nunca um evento dessa natureza se realizou em um país em desenvolvimento, o que mostra o reconhecimento da comunidade internacional ao trabalho aqui realizado. Em segundo lugar, o Congresso é uma grande oportunidade de divulgar a Equoterapia como método terapêutico para as pessoas com deficiência e para o aperfeiçoamento profissional das pessoas envolvidas diretamente com essa atividade. Além disso, esse

evento permitirá que outros países também conheçam a realidade brasileira, nossos desafios e também nossas realizações.

Portanto, quero aqui saudar os promotores e participantes do XII Congresso Internacional de Equoterapia, em especial, como já mencionado, a Presidente da Federação Internacional de Equoterapia, Dr^a Gundula Hauser, pelo esforço para que o evento se realizasse em nosso País. Tenho a mais absoluta certeza de que ele será coroado de êxitos, e se constituirá em um poderoso instrumento de propulsão da Equoterapia brasileira.

Ao concluir meu pronunciamento, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, quero apenas lembrar a V. Ex^a e aos demais colegas, Senadores e Senadoras, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2003, de autoria da nobre Senadora Lúcia Vânia, que prevê o oferecimento da Equoterapia pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência.

Fui o relator dessa matéria quando de sua tramitação aqui no Senado Federal e, naquela oportunidade, assinalei que a incorporação da Equoterapia no âmbito do SUS significará mais um passo no sentido de garantir às pessoas com deficiência o pleno exercício de seu direito à saúde e sua efetiva inclusão na sociedade. Ao aprovarmos esse projeto, estaremos, sobretudo, democratizando o acesso a uma prática terapêutica que traz inúmeros e comprovados benefícios aos seus pacientes, como é o caso da Equoterapia.

Sei que estamos em período eleitoral e o calendário legislativo deve se adaptar a essa circunstância, mas faço aqui um apelo ao Presidente desta sessão, Senador Alvaro Dias, e ao Presidente Renan Calheiros para que solicitem urgência ao Presidente Aldo Rebelo na tramitação dessa matéria pelo seu eminente e indiscutível cunho social. Quem sabe não poderemos ter a felicidade de ver sancionado esse projeto como desdobramento da realização do XII Congresso Internacional de Equoterapia? Esse, com toda certeza, é um presente que a sociedade brasileira merece e está ansiosa por receber.

Finalmente, também tramita no Senado Federal o Projeto de Lei nº 177, de 2006, de minha autoria, que institui o dia 9 de agosto – portanto, o dia de hoje, do Congresso Internacional – como o Dia Nacional de Equoterapia, em reconhecimento à relevância da terapia no processo de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência.

Quero, mais uma vez, dizer da satisfação, da alegria e do orgulho pela presença de tantos países em nosso meio, pelos esforços que vêm sendo desenvol-

vidos no Brasil, e que, a partir desse evento, possamos ter um novo impulso para que novas iniciativas possam ser desenvolvidas em nosso País sempre a favor da dignidade, da cidadania, da participação, da integração e da inclusão social.

A Equoterapia é um instrumento, sem dúvida, fortíssimo para que as pessoas todas possam participar plenamente da sociedade em que vivem.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a, como de hábito, pela tolerância em relação ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Convido V. Ex^a a presidir esta solenidade, já que foi idealizada por V. Ex^a.

Concedo a palavra à nobre Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exm^o Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, a quem cumprimento, nesta oportunidade, pela feliz iniciativa desta sessão, aqui, no Senado Federal; Exm^o Sr. Embaixador da República da Áustria, Werner Brandstetter; Exm^o Sr. Embaixador da República da Sérvia, Dusan Gajic; Exm^{as} Sr^{as} e Srs. Senadores; Exm^{as} Sr^{as} e Srs. Deputados; Exm^a Sr^a Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Leia Esteves; Exm^a Sr^a Procuradora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Maria de Lourdes Abreu; demais membros do Corpo Diplomático; Ilm^o Sr. Presidente da Associação Nacional de Equoterapia (Ande-Brasil), Coronel Lélío de Castro Cirilo; Ilm^o Sr. Presidente da Associação Australiana de Equoterapia, Philip Walliker; Ilm^a Sr^a Vice-Presidente da Federação Internacional de Equoterapia, Mare Theresa Kuypers; Ilm^o Sr. Vice-Presidente da Ande-Brasil, Coronel Carlos Dornelles Passamani; Ilm^a Sr^a Pedagoga e Fundadora da Ande-Brasil, Professora Tereza Cristina; Ilm^o Sr. Diretor do Centro Básico de Equoterapia, Professor Vinicius Antunes; Ilm^a Sr^a Presidente da Associação dos Amigos da Saúde Mental, Flora Lúcia Arruda; demais membros da Federação Internacional das Associações de Equoterapia; participantes do XII Congresso Internacional de Equoterapia.

Quero, inicialmente, saudar o XII Congresso Internacional de Equoterapia que se realiza no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, de hoje até o dia 12 de agosto. Trata-se de um privilégio para o Brasil receber especialistas e voluntários de todo o mundo que se empenham nesta sagrada missão de reabilitar vidas, de devolver a confiança e a auto-estima aos nossos irmãos portadores de deficiência ou com necessidades especiais.

Com o tema “Encontro entre dois Amigos”, o importante evento discutirá a utilização do cavalo como agente

neste importante processo de reabilitação, que tem contribuído para disseminar esperança e alento, ao mesmo tempo em que proporciona melhores condições de saúde, a todos que se utilizam deste método revolucionário.

Aqui, quero abrir um parêntese para dizer aos participantes desse Congresso que, conhecedora que sou, uma vez que fui pioneira no Estado de Goiás da inclusão da equoterapia em nossos trabalhos sociais, penso que poucos, Senador Flávio Arns, têm conhecimento dos benefícios que esse trabalho traz à pessoas que realmente necessitam dele. Então, considero que este dia, simbolicamente nesta sessão do Senado, em que estamos podendo contribuir não só neste momento com a presença de V. Ex^{as} e V. S^{as}, estamos oferecendo, Senador, e muito pela iniciativa de V. Ex^a, a oportunidade de que esse trabalho tenha uma divulgação maior, por intermédio da TV Senado, que cobre todo o território nacional, logicamente conquistando novos adeptos para que realmente um número maior de pessoas venha a ter esse benéfico.

Acabei de ressaltar a iniciativa de V. Ex^a, nobre Senador Flávio Arns, ao propor a aprovação do requerimento que viabiliza a presente sessão. O Senado da República, dessa forma, dá prosseguimento à sua permanente luta pela viabilização da inserção social de pessoas portadoras de necessidades especiais, reafirmando o seu inteiro engajamento nas grandes questões que dizem respeito à busca da vida saudável para todos.

Com muita ênfase, queremos saudar os dirigentes da Federação Internacional de Equoterapia, bem como os diretores da Associação Nacional de Equoterapia, a Ande-Brasil, entidades que organizam o congresso. São pérolas da sociedade civil mundial, irmanadas num mesmo propósito – homens e mulheres que se dispõem à tarefa maravilhosa de servir ao próximo com seu amor, com sua devoção às causas grandiosas e solidárias. As atividades, de caráter filantrópico, englobam iniciativas nos setores terapêutico, educativo, cultural, desportivo e assistencial, sem fins lucrativos, voltadas exclusivamente para a inclusão que ressalta o bem comum.

Esta tem sido a rotina da Ande-Brasil, ao contribuir para a reabilitação e educação de pessoas portadoras de deficiência e/ou com necessidades especiais, mediante a prática da Equoterapia. A entidade também atua para capacitar recursos humanos, estimular e apoiar a implantação e desenvolvimento de centros especializados, dentro dos mais rígidos padrões de ética, eficiência e segurança, procurando estender os benefícios dessa importante prática a todas as classes sociais – em especial às menos favorecidas. Esse esforço resulta na educação e formação do caráter de jovens e na reinserção social de pessoas com distúrbios comportamentais.

Devemos, Sr^{as} e Srs Senadores, cada vez mais, destacar e estimular a ação dos que se dedicam ao trabalho voluntário que muda a perspectiva de vida de milhares de pessoas. Esses abnegados estão em todos os setores da comunidade, doando uma parte preciosa do seu tempo à tarefa de socorrer e amparar os que necessitam: uma ajuda espontânea e sincera, que, sem qualquer dúvida, FAZ DIFERENÇA.

Os voluntários doam sua energia, sua generosidade e trazem consigo a disposição que vem de Deus, para compartilhar alegrias, aliviar sofrimentos, melhorar a qualidade da vida em comum. Com altruísmo, atuam diretamente no mundo real, em contato com as mais diferentes situações humanas, numa prática permanente da bondade, sempre fazendo do seu gesto uma firme demonstração de responsabilidade e compromisso social. Dessa forma, disseminam virtudes!

Esse deve ser o nosso comportamento, Sr. Presidente.

Desde criança aprendi quão fundamental é para todos nós a atitude de compartilhar, de estender as mãos, de apoiar e de caminhar juntos com os que necessitam. Ao nos mobilizarmos por causas de interesse social e comunitário, estabelecemos laços de amor e de confiança. Só por esses caminhos se torna possível a tão sonhada PAZ SOCIAL.

Assim, o compromisso de lutar contra todas as formas de discriminação aos portadores de deficiência e/ou necessidades especiais deve ser permanentemente reafirmado não só por discursos e declarações de boas intenções, mas, em especial, pela prática, pelo trabalho concreto. Como eu disse, em Goiás, fui das pioneiras ao introduzir a equoterapia como técnica terapêutica avançada, tendo em vista a educação, a reabilitação e a inserção social. Hoje, alegra-nos saber que esse método se espalhou pelo País, levando alento e esperança a todos os corações.

Uma sociedade realmente justa precisa maximizar o seu compromisso com as minorias, em especial com as pessoas portadoras de deficiência, para que se tornem, em tudo, participativas, conscientes de seus direitos e deveres.

Infelizmente, no Brasil e em todo o mundo, portadores de deficiência e/ou necessidades especiais são vítimas de discriminação, ao serem ignorados ou desprezados e, principalmente, ao não encontrarem as condições e as estruturas para que possam desenvolver o seu potencial. Acabam prisioneiros em suas residências, porque na sociedade não encontram o imprescindível acolhimento.

É em face desse cenário que surgem os valerosos voluntários que se aliam aos educadores, pais e

familiares, para promover a inclusão e resgatar o respeito humano e a dignidade de tantos.

Surgem os movimentos nacionais e mundiais, que discutem e definem políticas a serem acatadas pelo Poder Público e pela sociedade. É nesse contexto que se fortalece o Congresso Internacional de Equoterapia – que o Brasil tem a primazia de sediar.

Destaco a importância de duas das diversas iniciativas em tramitação no Congresso Nacional: o projeto de lei que inclui a Equoterapia entre os tratamentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, de Goiás, meu Estado; e o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, projeto do Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, que, com muita propriedade, considera crime punível com reclusão de um a quatro anos qualquer forma de discriminação – inclusive recusar matrícula em estabelecimento educacional, dificultar acesso a cargo público e negar trabalho ou assistência médica a portadores de deficiência.

Ao finalizar, quero, mais uma vez, acentuar a importância da Equoterapia como tratamento complementar de reabilitação física e mental, que utiliza o cavalo como instrumento de trabalho em uma abordagem multi e interdisciplinar. Por meio do pleno contato com a natureza, a técnica permite formas de aplicação de exercícios de recuperação e integração, complementando as terapias tradicionais, que se valem de instrumentos tecnológicos em clínicas e consultórios.

Graças a Deus, o processo milenar que une o homem ao cavalo tem aqui uma nova dimensão, que propicia percepções e vivências ao praticante, levando-o a experimentar sentimentos de liberdade, independência e capacidade – emoções importantíssimas para a aquisição da autoconfiança, realização e auto-estima.

Que possamos multiplicar a prática da Equoterapia em todas as comunidades do Brasil e do mundo, não apenas auxiliando pessoas especiais, mas também dando apoio aos que têm dificuldades escolares, dependência física, stress, aos integrantes da terceira idade e a todos aqueles que buscam oportunidades de crescimento, melhoria na qualidade de vida e pleno equilíbrio físico e mental.

Nossas calorosas saudações ao XII Congresso Internacional de Equoterapia.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

Sejam bem-vindos. Parabéns. (Palmas.)

Durante o discurso da Sra. Íris de Araújo, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Agradeço as palavras da Senadora Iris de Araújo, do Estado de Goiás, sempre solidária com todas as questões sociais e, particularmente, com aquilo que é objeto do Congresso Internacional de Equoterapia e dos trabalhos da Ande-Brasil.

O Senado dispõe da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Trata-se de uma subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais.

Falo isso com muito orgulho porque penso que em poucos parlamentos do mundo existe uma comissão que trata permanentemente dos desafios que as pessoas com deficiência enfrentam.

Tenho a honra, então, de convidar o Senador Eduardo Azeredo, do Estado de Minas Gerais, que é também o Presidente dessa Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, para usar a palavra.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Flávio Arns, que é um grande incentivador permanente da causa das pessoas com deficiência, sendo aqui, no Senado Federal, quem nos orienta em todas essas questões; Senadora Iris de Araújo, que me precedeu nesta tribuna; Srs. Embaixadores aqui presentes, Sr^a Gundula Hause, Coronel Lélío de Castro Cirillo, Desembargadora Leila Esteves, Procuradora Maria de Lourdes Abreu, senhoras e senhores participantes do Congresso Internacional de Equoterapia, é com muita honra que cumprimento todos vocês e que parabeno a Ande pelo seu esforço em tornar a equoterapia um método terapêutico e educacional acessível a um número cada vez maior de brasileiros com deficiência e com necessidades especiais.

O conceito de equoterapia foi adotado pela primeira vez em nosso País em 1989, pela Ande-Brasil. A Associação obteve o registro de uso do termo, com o certificado de marcas concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Mas foi apenas em 1997, nove anos atrás, que o Conselho Federal de Medicina reconheceu a equoterapia como método terapêutico, conforme o parecer 06/97.

Esses fatos fazem da equoterapia uma especialidade jovem em nosso País, se assim podemos considerar.

Em julho passado, realizamos audiência pública na Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência do Senado Federal. Foi uma excelente oportunidade para que pudéssemos conhecer, por meio dos relatos de representantes da Ande e de usuários dos serviços, os inúmeros benefícios que a equoterapia traz às pessoas com deficiência, contribuindo de fato para o seu desenvolvimento biopsicossocial. São impactos diretos nas habilidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais dos praticantes da equoterapia.

Pôde-se perceber também, na análise dos dados divulgados pelos participantes daquela audiência, que houve um aumento significativo do número de pessoas com deficiência que praticam a equoterapia. Entre 2000 e 2005, o número de pessoas atendidas nos centros filiados à Ande cresceu em torno de 250%. Em 2000, a Ande, por meio de suas filiadadas, segundo os números que temos, prestou atendimento a 5.380 pessoas. Em 2005, esse número chegou a 13.761.

No entanto, persistem as dificuldades para atender à crescente demanda pela equoterapia. Infelizmente, não temos conhecimento da existência da prestação de serviços dessa natureza por outras associações que não aquelas filiadas à Ande.

Ciente do impacto da equoterapia na vida das pessoas com necessidades especiais, a ilustre Senadora Lúcia Vânia, minha colega de Partido, apresentou projeto de lei que insere a equoterapia nos serviços oferecidos pelo Sus – Sistema Único de Saúde. O projeto foi aprovado pelo Senado e tramita agora na Câmara.

Relata a Senadora Lúcia Vânia que o projeto vem recebendo restrições, sob a justificativa de que a oferta do serviço pelo SUS pode não responder às exigências de qualidades requeridas pelo método terapêutico, destacando-se entre elas o credenciamento de instituições em equipe multidisciplinar com competência técnica para oferta do serviço, ou o fato de a instituição não ser uma entidade filiada à Ande.

Ora, é importante que se compreenda que a inclusão da equoterapia como um serviço do SUS visa principalmente garantir uma fonte de financiamento público para universalizar a sua oferta, uma vez que o acesso aos serviços de saúde é um direito público garantido pela Constituição do Brasil.

Para resguardar que as instituições que venham a ser credenciadas pelo SUS atendam aos quesitos indispensáveis ao serviço, será necessário, sim, estabelecer critérios de credenciamento. Essa regulamentação poderá ser elaborada com a participação das associações que atuam na área. Além disso, todas as entidades credenciadas deverão ser acompanhadas e controladas pelos usuários dos serviços e por representantes de entidades.

Aproveito essa oportunidade para solicitar aos participantes desse 12º Congresso Internacional que contribuam com a Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência do Senado Federal – que tenho a honra de presidir – nos encaminhando as recomendações, as inovações e os fundamentos técnicos aqui debatidos para subsidiar as providências legislativas que possam ser necessárias e para melhor conhecimento de todos os Senadores, não só os da

Comissão, mas de todos os 81 Senadores que representam os 27 Estados brasileiros.

Poderemos aprofundar a discussão sobre a inclusão da equoterapia no Sistema Único de Saúde. É de nosso interesse fazer leis com a contribuição técnica de quem vivencia, realiza e se dedica ao assunto. Acreditamos que essa forma de trabalhar confere a legitimidade necessária à legislação que aqui elaboramos.

Desejo que este Congresso, que tem como tema “Encontro entre dois Amigos”, continue contribuindo para que a equoterapia esteja ao alcance, sobretudo, das pessoas com deficiência.

As palavras que quero aqui repetir de José Antonio, jovem com paralisia cerebral, da minha cidade natal de Belo Horizonte, confirmam o quanto esse processo terapêutico faz bem a quem a pratica.

Ele disse recentemente: “Eu amo fazer equoterapia. No dorso do cavalo eu ando, tenho pernas que se movimentam com ritmo, tenho calor. Olho do alto. Vejo tudo mais bonito. Corro ou ando sem pressa. Eu fico mais bonito. O cavalo me faz sentir livre, sem reclamar. Ele me obedece. Ele me ouve. Ele me ajuda. Aprendo que eu posso. É meu amigo”.

As palavras de José Antonio demonstram porque é responsabilidade social o compromisso para que a equoterapia se faça presente onde for necessária.

Que vocês, participantes desse Congresso Internacional, tragam novos conhecimentos sobre o tema e contem com o nosso apoio para sua aplicação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Agradeço pela participação e pelos posicionamentos do Senador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais, como já mencionei, também Presidente, com muita satisfação, da Subcomissão Permanente para os Assuntos da Pessoa com Deficiência.

Quero também ressaltar que a Senadora Lúcia Vânia, mencionada várias vezes nas diversas falas como autora do projeto de lei que inclui a equoterapia nos procedimentos do SUS, pediu, inclusive, para justificar seu atraso em razão de estar participando de outras reuniões em Brasília, o que infelizmente a impediu de estar presente. Trata-se de uma Senadora que, a exemplo de diversos outros Senadores e Senadoras, tem toda abertura, toda solidariedade, toda escuta para incluir nos projetos de lei, nos debates, nas audiências públicas tudo aquilo que possa representar avanços a favor do ser humano e das suas necessidades em nosso País.

É uma alegria muito grande estarmos todos nós, em conjunto, aqui, destacando que esta parte da sessão, como de hábito, está sendo transmitida para todo o Brasil através da TV Senado. Temos certeza de que,

a partir desta apresentação, muitas iniciativas e muitos debates vão acontecer em nosso País para melhorar ainda mais a qualidade do atendimento que se presta, sempre com aquela preocupação, externada diversas vezes pelo presidente da Ande-Brasil, de que tudo se faça dentro de critérios de alta qualidade, de técnica, de competência, de pesquisa, para que possamos sempre oferecer ao ser humano, ao brasileiro, atividades que tenham todo o respaldo da competência que, aliás, deve nortear qualquer ação, seja em que área for.

Cumprida a finalidade da comemoração, no exercício da Presidência agradeço à Sr^ª Gundula Hauser, Presidente da Federação Internacional de Equoterapia, pela presença; agradeço também ao Coronel Lélío de Castro Cirillo, Presidente da Associação Nacional de Equoterapia, Ande/Brasil, às Sr^ªs Embaixadoras e aos Srs. Embaixadores, aos membros do Corpo Diplomático, aos participantes do XII Congresso Internacional de Equoterapia que puderam se deslocar do Centro de Convenções para o Senado Federal, e a todas as personalidades que nos honraram com seu comparecimento.

Declaro encerrada esta parte da sessão, suspendendo-a por cinco minutos para os cumprimentos.

Obrigado a todos. (Palmas.)

(Suspensa às 15 horas e 01 minuto, a sessão é reaberta às 15 horas e 10 minutos.)

O Sr. Flávio Arns, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Está reaberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §3º,

do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido de apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2006**, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui, no ensino fundamental e médio, o componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 12, de 2006**, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o **Projeto de Lei do Senado Federal nº 69, de 2005**, de autoria do nobre Senador Marcelo Crivella, que altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o “Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)”.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, “c”, do Regimento Interno.

É o seguinte o Recurso recebido:

RECURSO Nº 12, DE 2006

Nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, recorremos da decisão da Comissão de Educação para que o PLS Nº 69, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)”, seja submetido ao exame do Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2006.

Handwritten signatures and notes at the bottom of the page. The most prominent signature is 'del paez'. Other signatures include 'Sabin Machado', 'Pedro Simon', 'Marcos Guerra', and 'Flávio Arns'. There are also some illegible scribbles and notes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)
– Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 210, DE 2006

(Nº 663, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Denomina ‘Aeroporto de Santarém – Pará – Maestro Wilson Fonseca’ o aeroporto da cidade de Santarém – PA”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 11.338, de 3 de agosto de 2006.

Brasília, 3 de agosto de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Aviso nº 899 – C. Civil.

Em 3 de agosto de 2006

Assunto: Sanção presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 7, de 2006 (nº 6.864/02 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 11.338, de 3 de agosto de 2006.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil, da Presidência da República.

LEI Nº 11.338, DE 3 DE AGOSTO DE 2006

Denomina “Aeroporto de Santarém – Pará – Maestro Wilson Fonseca” o aeroporto da cidade de Santarém – PA.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O aeroporto da cidade de Santarém, no Estado do Pará, passa a ser denominado “Aeroporto de Santarém – Pará – Maestro Wilson Fonseca”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MENSAGEM Nº 211, DE 2006

(Nº 664, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Institui o Dia Nacional do Biomédico”.

Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 11.339, de 3 de agosto 2006.

Brasília, 3 de agosto de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Aviso nº 900 – C. Civil

Em 3 de agosto de 2006

Assunto: Sanção presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 9, de 2006 (nº 953/03, na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 11.339, de 3 de agosto de 2006.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEI Nº 11.339, DE 3 DE AGOSTO DE 2006

Institui o Dia Nacional do Biomédico.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Biomédico, a ser comemorado em todo o território nacional, anualmente, no dia 20 de novembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 194/2006, de 28 de julho último, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 349, de 2006, do Senador Arthur Virgílio; e

– Nº 198/2006, de 1º do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações refe-

rentes ao Requerimento nº 553, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DE MINISTRO DE ESTADO

– Nº 78/2006, de 2 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 674, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2006

Altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na região Norte ou Nordeste do País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Por um prazo de 20 (vinte) anos, contado a partir da data da vigência desta lei, não incidirá o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na região Norte ou Nordeste do País.

.....(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) é uma contribuição para o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras. O valor é cobrado de empresas de navegação que usam os portos brasileiros.

A Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, em seu art. 17 concedeu isenção do recolhimento do AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na região Norte ou Nordeste do País, por um período de 10 (dez) anos.

Tal isenção se justifica pelo fato do Norte e o Nordeste apresentarem menor desenvolvimento econômico que as demais regiões do Brasil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2003, mostram que, apesar do Norte e do Nordeste concentrarem cerca de 5,9% e 28,4% da população brasileira, respectivamente, detinham apenas 5,0% e 13,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

O AFRMM representa na verdade um mecanismo de concentração de riqueza na medida em que retira recursos de Estados pobres para destiná-los aos Estados mais ricos, onde está concentrada a indústria estaleira. Isso representa uma afronta ao objetivo fundamental de reduzir as desigualdades regionais previstas no art. 3º da Carta Magna.

Portanto, o término dessa isenção poderá comprometer a competitividade de diversos setores industriais da região Norte e Nordeste, que trabalham com produtos de baixo valor agregado, e como consequência crescerá impacto de 25% no custo do frete marítimo. Ademais, as regiões supracitadas não possuem capacidade para competir em condições de igualdade com as demais regiões do País.

As razões que o legislador encontrou há cerca de 10 anos para propor a isenção do AFRMM para essas regiões, portanto, persistem nos dias atuais, o que justifica sua renovação por mais 10 anos, beneficiando, desta forma, as regiões mais carentes do Brasil.

Assim sendo, dada a importância do tema que ora apresentamos, solicitamos a aprovação deste projeto pelos nobres colegas Parlamentares.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2006. – **César Borges.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.432, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências.

Art. 17. Por um prazo de dez anos, contado a partir da data da vigência desta lei, não incidirá o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na região Norte ou Nordeste do País.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.034, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006, que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a comercialização, por supermercados, de medicamentos cujas venda e dispensação não dependam da apresentação de prescrição.

Relator: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 146, de 2006, apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como consequência da aprovação do relatório do Senador Edison Lobão sobre a Sugestão nº 17, de 2005, tem o objetivo de alterar a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

O art. 1º da proposição modifica a redação do art. 6º daquela lei, com a finalidade de permitir que os supermercados comercializem medicamentos cujas venda e dispensação não dependam de apresentação de prescrição, a critério da autoridade sanitária federal.

Ainda em relação ao art. 6º da Lei nº 5.991, de 1973, a proposição altera e renumera o seu parágrafo único original, tornando-o § 2º e eliminando o adjetivo “anódino”, qualificativo dos medicamentos que podem ser disponibilizados por estabelecimentos hoteleiros e similares, para atendimento exclusivo a seus usuários.

O art. 2º do PLS nº 146, de 2006, é a cláusula de vigência, prevista para iniciar na data da publicação da lei.

Cabe à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidir sobre a proposição, em caráter não-terminativo.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

O PLS nº 146, de 2006, originou-se da Sugestão nº 17, de 2005, da Associação Capixaba de Supermer-

cados (ACAPS), enviada ao Senador Magno Malta. No ofício de 24 de novembro de 2004, assinado pelo Sr. João Carlos Coutinho Devens, Presidente da Acaps, essa entidade sugere a aprovação de leis destinadas: 1) a permitir que os supermercados vendam medicamentos “anódicos”; 2) a conceder imunidade tributária aos produtos que compõem a cesta básica; e 3) a simplificar os procedimentos fiscais no sentido de reduzir e uniformizar o recolhimento de tributos, contribuições, taxas e outros encargos.

O mérito da medida proposta é inquestionável. A permissão aos supermercados para a venda de medicamentos que não dependem de prescrição médica, matéria da proposição em exame, beneficiará os consumidores. A disponibilização desses produtos em um número maior de estabelecimentos facilitará a compra e poderá contribuir para a diminuição dos seus preços. Todavia, temos de considerar alguns importantes aspectos relativos às consequências dessa medida.

Não existe definição legal para medicamento anódino. Para interpretarmos o que dispõe a Lei nº 5.991, de 1973, no que diz respeito a esse tipo de produto, temos de nos valer da definição contida nos nossos dicionários. O termo significa “destinado a mitigar ou cessar a dor; antálgico, paliativo”. Portanto, medicamentos anódinos são aqueles mais conhecidos como analgésicos.

A disponibilização de medicamentos fora das farmácias, drogarias, postos, unidades volantes e dispensários de medicamentos está sujeita a restrições. Afora esses estabelecimentos, a Lei nº 5.991, de 1973, permite apenas aos hotéis e similares disponibilizar, exclusivamente aos seus usuários, medicamentos anódinos, ou seja, analgésicos. Ainda mais: não são todos os analgésicos que podem ser disponibilizados em hotéis e similares, mas apenas aqueles que não dependam de receita médica para tal. Essa restrição deve-se ao fato de que existem medicamentos analgésicos que só podem ser disponibilizados quando prescritos por médico ou odontólogo. Um bom exemplo é a morfina, do grupo farmacêutico dos narcóticos ou entorpecentes, cuja venda só é permitida mediante a apresentação de receita especial.

A Resolução RDC nº 138, de 29 de maio de 2003, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), traz, no seu Anexo, os grupos terapêuticos de medicamentos cuja venda não depende de receita médica. Vários medicamentos que compõem esses grupos terapêuticos não podem ser vendidos sem prescrição médica, motivo pelo qual a lista traz restrições. No grupo dos analgésicos ou anti-térmicos, há restrição à venda dos narcóticos.

Quanto aos aspectos constitucionais e jurídicos, não vislumbramos óbices à aprovação da proposição. A medida proposta tem o objetivo de facilitar o acesso da população a produtos de interesse para a saúde. Legislar concorrentemente sobre a proteção e defesa da saúde é de competência da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme estabelece o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal.

Igualmente, não identificamos óbices quanto à técnica legislativa que não sejam facilmente sanáveis. A proposição respeita os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, cujo inciso IV do art. 7º determina que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa. É o que faz o PLS nº 146, de 2006, ao alterar a Lei nº 5.991, de 1973.

Outro aspecto que deve ser considerado diz respeito aos estabelecimentos que, aprovado o projeto, poderão vender os medicamentos. Estender a permissão apenas aos supermercados parece-nos uma medida pouco efetiva. A liberação da venda tem a finalidade de facilitar o acesso aos produtos e diminuir o seu preço, mediante aumento da concorrência. Portanto, quanto maior o número de estabelecimentos aptos a ofertá-los, melhor será o resultado. Tecnicamente, não existem razões para que estabelecimentos congêneres – mercearias e lojas de conveniências – sejam excluídos da permissão. A exclusão dará margem a questionamentos jurídicos, motivo pelo qual deve ser evitada.

Com a finalidade de adequar a medida proposta no que diz respeito aos estabelecimentos, às necessidades dos consumidores e às restrições de ordem técnica, apresentamos projeto de lei substitutivo que estende a permissão aos armazéns, empórios, lojas de conveniências e drugstores e possibilita a disponibilização de um maior número de medicamentos não-anódinos que, a critério da Anvisa, poderão ter a venda liberada nesses estabelecimentos.

A fim de tornar mais claro o entendimento do dispositivo alterado, substituímos o termo “anódino” por “analgésico e antitérmico”. Antitérmicos ou antipiréticos são os medicamentos destinados a baixar a febre e a sua inclusão deve-se ao fato de que a maioria dos analgésicos são, também, antitérmicos. Ademais, por necessidade de adequação às normas de técnica legislativa vigentes, transformamos em incisos as alíneas da redação original do art. 6º da Lei nº 5.991, de 1973.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006, na forma do seguinte:

Emenda nº 1–CAS (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2006

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a disponibilização, pelos estabelecimentos especificados, de medicamentos analgésicos, antitérmicos e outros que não dependam de receita médica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A dispensação de medicamentos é privativa de:

I – farmácia;

II – drogaria;

III – posto de medicamento e unidade volante;

IV – dispensário de medicamentos.

§ 1º Para atendimento exclusivo a seus usuários, os estabelecimentos hotelheiros e similares poderão dispor de medicamentos analgésicos e antitérmicos que, a critério do órgão competente, não dependam de receita médica para a sua disponibilização.

§ 2º Os estabelecimentos de que tratam os incisos XVIII, XIX e XX do art. 4º poderão comercializar medicamentos que não dependam de receita médica para a sua dispensação e que façam parte de lista elaborada pelo órgão competente.

§ 3º A lista de que trata o § 2º pode ser diferente da lista dos medicamentos que não dependem de receita médica para dispensação nos estabelecimentos de que tratam os incisos I a IV do **caput** deste artigo. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data da sua publicação.

Sala da Comissão,

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146 , DE 2006.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/08/2006. OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
JONAS PINHEIRO - PFL	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL
RODOLPHO TQURINHO - PFL.	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
LEONEL PAVAN - PSDB	6- PAPALÉO PAES - PSDB.
LÚCIA VÂNIA - PSDB	7- ----
LUIZ PONTES - PSDB	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- ----
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ÍRIS DE ARAÚJO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- ----
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- ANTONIO JOÃO (PTB)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPPLY (PT)
MARCELO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- ----
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- CRISTÓVAM BUARQUE

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 5.991, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências.

Art. 4º Para efeitos desta Lei, são adotados os seguintes conceitos:

XVIII – Supermercado – estabelecimento que comercializa, mediante auto-serviço, grande variedade de mercadorias, em especial produtos alimentícios em geral e produtos de higiene e limpeza; (Redação dada pela Lei nº 9.069 de 1995)

XIX – Armazém e empório – estabelecimento que comercializa, no atacado ou no varejo, grande variedade de mercadorias e, de modo especial, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza; (Redação dada pela Lei nº 9.069 de 1995)

XX – Loja de conveniência e drugstore – estabelecimento que, mediante auto-serviço ou não, comercializa diversas mercadorias, com ênfase para aquelas de primeira necessidade, dentre as quais alimentos em geral, produtos de higiene e limpeza e apetrechos domésticos, podendo funcionar em qualquer período do dia e da noite, inclusive nos domingos e feriados; (Redação dada pela Lei nº 9.069 de 1995).

Art. 6º A dispensação de medicamentos é privativa de:

- a) farmácia;
- b) drogaria;
- c) posto de medicamento e unidade volante;
- d) dispensário de medicamentos.

Parágrafo único. Para atendimento exclusivo a seus usuários, os estabelecimentos hoteleiros e similares poderão dispor de medicamentos anódinos, que não dependam de receita médica, observada a relação elaborada pelo órgão sanitário federal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

PARECER Nº 1.035 , DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda nº 2 – Plen apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005 (nº 3.605/2004, na Casa de origem), que modifica o art. 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil –, conferindo efeito devolutivo à apelação, e dá outras providências.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**
Relator **Ad Hoc** : Senador, **Sibá Machado**

I – Relatório

Sob exame a Emenda de Plenário nº2 ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº30, de 2005, de autoria do ilustre Senador Romero Jucá, que, modificando o texto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cria cinco hipóteses em que ao recurso de apelação será atribuído também o efeito suspensivo.

As hipóteses contempladas na referida emenda tratam de recurso de apelação interposto contra sentença:

- I – proferida em ação relativa ao estado ou capacidade da pessoa;
- II – diretamente conducente à alteração de registro público;
- III – cujo cumprimento necessariamente produza conseqüências práticas Irreversíveis;
- IV – que substitua declaração de vontade;
- V – sujeita a reexame necessário.

Em síntese, o que pretende o eminente autor da emenda é restringir a cláusula ampla, atualmente constante do projeto, no sentido de que pode o juiz, segundo seu prudente convencimento, atribuir efeito suspensivo ao apelo, “para evitar dano irreparável à parte”.

II – Análise

Nesta fase, cabe-me apreciar tão-somente a oportunidade e conveniência da emenda oferecida à proposição em exame.

Vejo como pertinentes as razões apresentadas na justificação da emenda sob análise.

Além da preocupação demonstrada pelo ilustre senador Romero Jucá, com a qual comungo, entendo que, não obstante a necessidade de valorizar as decisões dos magistrados de 1º grau de jurisdição, deixar de prever as hipóteses em que, objetivamente, se

possa atribuir efeito suspensivo à apelação ensejará uma série de longos e intermináveis outros recursos, principalmente o agravo.

Assim, na busca da celeridade processual, reduzindo-se a possibilidade de recursos meramente protelatórios é que acato a mencionada emenda.

III – Voto

Diante do exposto, voto pela Aprovação da Emenda de Plenário nº 2 ao PLC nº 30, de 2005.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Emenda nº 02-PLCN especificada por
PROPOSIÇÃO: PLC Nº 30 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/08/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR: <i>Sen. SIBÁ MACHADO</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES <i>(Presidente)</i>	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALYES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA <i>J. B. Motta</i>	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (1), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-ANTONIO JOÃO ⁽⁴⁾
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATI <i>Ideli Salvati</i>	5-SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i> <i>(Relator)</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-GILVAM BORGES ⁽⁵⁾
JOSÉ MARANHÃO ⁽⁵⁾	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ <i>(Autor da Emenda)</i>	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 31/07/2006.

(1) O PT deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PT ao PTB.

(5) Os Senadores José Maranhão e Gilvam Borges encontram-se licenciados do exercício do mandato a partir de 31.07.2006.

PARECER Nº 1.036, DE 2006

Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na casa de origem), que altera os artigos 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Relator do vencido: Senador **Jonas Pinheiro**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, de autoria do Deputado Alberto Fraga, visa a alterar os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõem sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

A redação original do art. 47 prevê a obrigatoriedade, a cada eleição, da renovação de, no mínimo, um terço dos membros do Conselho de Administração da sociedade cooperativa. A alteração desse artigo consiste na supressão da expressão no mínimo e de exigir que a renovação aconteça também na Diretoria.

O art. 56 da Lei prevê que o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas será composto de três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos anualmente, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 de seus componentes. Com a nova redação proposta, o Conselho Fiscal terá de três a sete membros efetivos e igual número de suplentes, conforme decisão da sociedade cooperativa, sendo que o mandato não poderá ser superior a quatro anos e a renovação de um terço de seus membros é obrigatória.

O Senador Pedro Simon apresentou relatório pela aprovação da matéria (fls 22 e 23) junto a esta CRA.

II – Análise

O eminente Senador Pedro Simon, em seu relatório, vota pela aprovação da matéria por concordar que o novo texto promoverá uma modernização do sistema cooperativista.

Apresento, no entanto, algumas outras considerações sobre o tema de forma a amadurecermos o entendimento.

Os atos cooperativos abrangem os negócios internos, que objetivam a satisfação dos interesses econômicos dos associados, sem que a cooperativa logre obter vantagens para si. Além disso, a cooperativa precisa lidar com o público externo: fornecedores, receptores, agentes financeiros, etc, de forma a atingir seus fins.

As relações eqüitativas e solidárias no ambiente interno são garantidas por deliberações democráticas dos associados. Já as decisões no ambiente externo são executadas pelos administradores buscando sempre eficiência, eficácia e efetividade.

Esta duplicidade de relacionamentos, internos e externos, exige das cooperativas uma gestão equilibrada entre dois tipos essenciais de racionalidade: a razão instrumental e a razão comunicativa.

A razão instrumental é aquela fundada no vínculo entre atividades meio e fim, procurando maximizar o retorno dos negócios externos, ou seja, essa razão deve orientar os órgãos executivos: as gerências técnicas.

A razão comunicativa é baseada no consenso, na vontade da maioria. Essa razão deve orientar os órgãos eminentemente deliberativos: a Assembléia Geral, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração.

No meio dessas duas razões, está o órgão de ligação entre a deliberação e a execução: a Diretoria.

A autogestão das cooperativas teve manter o equilíbrio entre as razões instrumental e comunicativa. A razão comunicativa orienta a atuação dos órgãos societários voltados para a fixação e avaliação de metas, limites e diretrizes. A razão instrumental orienta a atuação da máquina administrativa, que, ao realizar suas operações, produz resultados.

Compete à Diretoria realizar a interação entre os órgãos societários e os órgãos operacionais.

O PLC nº 6, de 2003, ignora o equilíbrio entre as razões comunicativa e instrumental podendo afetar o futuro e os negócios do sistema cooperativista.

A alteração do art. 47 da Lei nº 5.764, de 1971, visa substituir a parte final da atual redação, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração, por um terço de seus membros, abrangendo, assim, tanto

os membros do Conselho de Administração quanto os membros da Diretoria.

Em um projeto, cujo principal objetivo é modernizar a legislação do sistema cooperativista, não faz sentido estabelecer a obrigatoriedade de renovação para todos os órgãos da administração, uma vez que existem peculiaridades inerentes a cada um, além de poder ser conveniente permitir a recondução de membros de órgãos executivos ou de controle.

Quanto à alteração no art. 56, que trata do Conselho Fiscal, as mudanças principais são: o estabelecimento de um mínimo de três e um máximo de sete membros; o aumento do prazo do mandato para quatro anos; e a obrigatoriedade de renovação de somente um terço dos membros do Conselho, em vez dos dois terços atuais.

Parece-me excessivo um mandato de quatro anos para os conselheiros fiscais. Além disso, não vejo razões para renovar apenas um terço dos membros do Conselho Fiscal. Essas alterações devem ser avaliadas em um contexto mais amplo, onde se rediscuta e se pormenorize as funções dos órgãos administrativos e de fiscalização das sociedades cooperativas.

Por todo o exposto, acredito que são necessárias alterações de forma a modernizar o cooperativismo brasileiro, mas não da forma como aparecem no PLC nº 6, de 2003, que contém de aprovação pelo Relator.

III – Voto

Assim, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, representar aperfeiçoamento da legislação que disciplina as sociedades cooperativas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1–CRA (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, para dispor sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 47 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47. A administração da sociedade cooperativa competirá, conforme dispuser o estatuto, ao Conselho de Administração e à Diretoria, ou somente à Diretoria.

§ 1º O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, composto exclusivamente de sócios eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a quatro anos, sendo obrigatória a renovação de um terço de seus membros, competindo-lhe a alta gestão da sociedade e o controle da direção.

§ 2º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior quanto à eleição, mandato e renovação da Diretoria, quando inexistir Conselho de Administração.

§ 3º O estatuto poderá criar outros órgãos necessários à administração. (NR)”

Art. 2º O art. 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. A administração da sociedade cooperativa será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de no mínimo três e no máximo sete membros efetivos, com igual número de suplentes, todos associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a dois anos, sendo obrigatória a renovação de dois terços de seus componentes.

.....NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

VOTO EM SEPARADO AO: PLC Nº 6, DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 2/18/2006, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	FLÁVIO ARNS	<i>MMA</i>
RELATOR:	JUVÊNCIO DA FONSECA	<i>Jonas Pinheiro</i>
LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)		
LÚCIA VÂNIA	<i>Lucia Vânia</i>	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
FLEXA RIBEIRO	<i>Flexa Ribeiro</i>	2- ÁLVARO DIAS
SÉRGIO GUERRA	<i>Sérgio Guerra</i>	3- LEONEL PAVAN
JONAS PINHEIRO	<i>Jonas Pinheiro</i>	4- EDISON LOBÃO
DEMÓSTENES TORRES	<i>Demóstenes Torres</i>	5- ROSEANA SARNEY
HERÁCLITO FORTES	<i>Heráclito Fortes</i>	6- RODOLPHO TOURINHO
PMDB		
RAMEZ TEBET	<i>Ramez Tebet</i>	1- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
PEDRO SIMON	<i>Pedro Simon</i>	2- ROMERO JUCÁ
LEOMAR QUINTANILHA – PC do B	<i>Leomar Quintanilha</i>	3- AMIR LANDO
VAGO	<i>Vago</i>	4- MÃO SANTA
VAGO	<i>Vago</i>	5- VALDIR RAUPP
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PT/PSB)		
FLÁVIO ARNS	<i>Flávio Arns</i>	1- SERYS SLHESSARENKO
AELTON FREITAS	<i>Aelton Freitas</i>	2- ANTONIO JOÃO
SIBÁ MACHADO	<i>Sibá Machado</i>	3- MAGNO MALTA
ANA JÚLIA CAREPA	<i>Ana Júlia Carepa</i>	4- SÉRGIO ZAMBIASI
JOÃO RIBEIRO	<i>João Ribeiro</i>	5- MARCELO CRIVELLA - PMR
PDT		
OSMAR DIAS	<i>Osmar Dias</i>	1- CRISTOVAM BUARQUE

CONTRA

Voto Vencido do Senador Pedro Simon

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, de autoria do Deputado Alberto Fraga, visa a alterar os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõem sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

De acordo com a lei citada, a sociedade cooperativa é administrada por uma diretoria ou conselho de administração. Nesse último caso, o atual art. 47 determina, a cada eleição, a renovação de, no mínimo, um terço dos seus membros. O projeto estende a obrigatoriedade da renovação às cooperativas administradas por diretoria.

A outra modificação proposta diz respeito ao art. 56 da Lei citada. Esse artigo determina que o conselho fiscal das sociedades cooperativas será composto de três membros efetivos e três membros suplentes. Com a nova redação, o conselho fiscal terá de três a sete membros efetivos e igual número de suplentes, a critério de cada sociedade cooperativa. O art. 56 passa a prever, ainda, que o mandato do conselheiro fiscal não poderá ser superior a quatro anos e que será obrigatória a renovação de um terço dos seus integrantes. Pela regra atual, a eleição é realizada anualmente e é permitida a reeleição de apenas um terço dos componentes do conselho.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal e distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação quanto ao mérito e à constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa. O relatório apresentado pelo eminente Senador João Batista Motta, que concluía pela sua aprovação com emendas, não chegou a ser apreciado pela Comissão. Com a promulgação da Resolução do Senado Federal nº 1, de 2005, o projeto foi redistribuído a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa da União, nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto a constitucionalidade da medida.

Não há vícios de juridicidade ou regimentalidade. Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa ao tema tratado na proposição e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

No mérito, consideramos o projeto de lei pertinente. Conforme justificação do autor, o projeto busca dotar o sistema cooperativista de uma administração moderna, consoante a evolução dos tempos, de forma que as administrações executiva e fiscal possam proporcionar o devido retorno aos associados, com diminuição dos custos e transparência.

Destacamos a alteração do número máximo de integrantes do conselho fiscal. As cooperativas de grande porte, com milhares de membros, poderão contar com maior número de conselheiros fiscais, superior aos três previstos atualmente, mas inferior a sete, o que contribuirá para sua melhor fiscalização e, por conseguinte, poderá diminuir seus custos. Cumpre destacar que, de modo semelhante, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, prevê que o conselho fiscal das sociedades anônimas será composto de, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, eleitos, em sua maioria, pelos acionistas controladores.

Além disso, a proposição prevê que os conselheiros fiscais passariam a ter mandato não superior a quatro anos, com a renovação obrigatória de, no mínimo, um terço dos seus componentes. Essa regra já se encontra prevista na lei das cooperativas para a eleição dos diretores e dos conselheiros de administração. De acordo com o autor do projeto, a uniformização dos critérios de eleição desses cargos contribuirá para reduzir os custos eleitorais suportados pelas cooperativas.

III – Voto

Assim, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, representar aperfeiçoamento das regras que disciplinam as sociedades cooperativas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003.

Sala da Comissão,

Voto em Separado do Senador Gilberto Goellner apresentado perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Relator: Senador **Gilberto Goellner**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, de autoria do Deputado Alberto Fraga, visa a alterar os

arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõem sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

A redação original do art. 47 prevê a obrigatoriedade, a cada eleição, da renovação de, no mínimo, um terço dos membros do Conselho de Administração da sociedade cooperativa. A alteração desse artigo consiste na supressão da expressão no mínimo e de exigir que a renovação aconteça também na Diretoria.

O art. 56 da Lei prevê que o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas será composto de três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos anualmente, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 de seus componentes. Com a nova redação proposta, o Conselho Fiscal terá de três a sete membros efetivos e igual número de suplentes, conforme decisão da sociedade cooperativa, sendo que o mandato não poderá ser superior a quatro anos e a renovação de um terço de seus membros é obrigatória.

O Senador Pedro Simon apresentou relatório pela aprovação da matéria (fls 22 e 23) junto a esta CRA.

II – Análise

O eminente Senador Pedro Simon, em seu relatório, vota pela aprovação da matéria por concordar que o novo texto promoverá uma modernização do sistema cooperativista.

Apresento, no entanto, algumas outras considerações sobre o tema de forma a amadurecermos o entendimento.

Os atos cooperativos abrangem os negócios internos, que objetivam a satisfação dos interesses econômicos dos associados, sem que a cooperativa logre obter vantagens para si. Além disso, a cooperativa precisa lidar com o público externo: fornecedores, receptores, agentes financeiros etc., de forma a atingir seus fins.

As relações equitativas e solidárias no ambiente interno são garantidas por deliberações democráticas dos associados. Já as decisões no ambiente externo são executadas pelos administradores, buscando sempre eficiência, eficácia e efetividade.

Esta duplicidade de relacionamentos, internos e externos, exige das cooperativas uma gestão equilibrada entre dois tipos essenciais de racionalidade: a razão instrumental e a razão comunicativa.

A razão instrumental é aquela fundada no vínculo entre atividades meio e fim, procurando maximizar o retorno dos negócios externos, ou seja, essa razão deve orientar os órgãos executivos: as gerências técnicas.

A razão comunicativa é baseada no consenso, na vontade da maioria. Essa razão deve orientar os órgãos

eminentemente deliberativos: a Assembléia Geral, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração.

No meio dessas duas razões, está o órgão de ligação entre a deliberação e a execução: a Diretoria.

A autogestão das cooperativas deve manter o equilíbrio entre as razões instrumental e comunicativa. A razão comunicativa orienta a atuação dos órgãos societários voltados para a fixação e avaliação de metas, limites e diretrizes. A razão instrumental orienta a atuação da máquina administrativa, que, ao realizar suas operações, produz resultados.

Compete à Diretoria realizar a interação entre os órgãos societários e os órgãos operacionais.

O PLC nº 6, de 2003, ignora o equilíbrio entre as razões comunicativa e instrumental, podendo afetar o futuro e os negócios do sistema cooperativista.

A alteração do art. 47 da Lei nº 5.764, de 1971, visa substituir a parte final da atual redação, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração, por um terço de seus membros, abrangendo, assim, tanto os membros do Conselho de Administração quanto os membros da Diretoria.

Em um projeto, cujo principal objetivo é modernizar a legislação do sistema cooperativista, não faz sentido estabelecer a obrigatoriedade de renovação para todos os órgãos da administração, uma vez que existem peculiaridades inerentes a cada um, além de poder ser conveniente permitir a recondução de membros de órgãos executivos ou de controle.

Quanto à alteração no art. 56, que trata do Conselho Fiscal, as mudanças principais são: o estabelecimento de um mínimo de três e um máximo de sete membros; o aumento do prazo do mandato para quatro anos; e a obrigatoriedade de renovação de somente um terço dos membros do Conselho, em vez dos dois terços atuais.

Parece-me excessivo um mandato de quatro anos para os conselheiros fiscais. Além disso, não vejo razões para renovar apenas um terço dos membros do Conselho Fiscal. Essas alterações devem ser avaliadas em um contexto mais amplo, onde se rediscuta e se pormenorize as funções dos órgãos administrativos e de fiscalização das sociedades cooperativas.

Por todo o exposto, acredito que são necessárias alterações de forma a modernizar o cooperativismo brasileiro, mas não da forma como aparecem no PLC nº 6, de 2003, que contém voto de aprovação pelo Relator.

III – Voto

Assim, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, representar aperfeiçoamento da legislação que disciplina as

sociedades cooperativas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, na forma do seguinte substitutivo:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6
(SUBSTITUTIVO), DE 2003**

Altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 47 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47. A administração da sociedade cooperativa competirá, conforme dispuser o estatuto, ao Conselho de Administração e à Diretoria, ou somente à Diretoria.

§ 1º O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, composto exclusivamente de sócios eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a quatro anos, sendo obrigatória a renovação de um terço de seus membros, competindo-lhe a alta gestão da sociedade e o controle da direção.

§ 2º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior quanto à eleição, mandato e renovação da Diretoria, quando inexistir Conselho de Administração.

§ 3º O estatuto poderá criar outros órgãos necessários à administração. (NR)”

Art. 2º O art. 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. A administração da sociedade cooperativa será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de no mínimo três e no máximo sete membros efetivos, com igual número de suplentes, todos associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a dois anos, sendo obrigatória a renovação de dois terços de seus componentes.

.....(NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,



DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

Relator: Senador João Batista Motta

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, de autoria do Deputado Alberto Fraga, visa alterar os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõem sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

A redação original do art. 47 prevê a obrigatoriedade, a cada eleição, da renovação de, no mínimo, um terço dos membros do órgão de administração da sociedade cooperativa. A alteração desse artigo consiste na supressão da expressão “no mínimo”, o que, segundo o autor, não modificaria o sentido do texto.

O art. 56 da Lei prevê que o conselho fiscal das sociedades cooperativas será composto de três membros efetivos e três membros suplentes. Com a nova redação proposta, o conselho fiscal terá de três a sete membros efetivos e igual número de suplentes, conforme decisão da sociedade cooperativa.

Pela legislação atual, a eleição dos conselheiros fiscais ocorre anualmente. É permitida a reeleição apenas de um terço dos componentes do Conselho Fiscal. A proposição prevê que o mandato do conselheiro não poderá ser superior a quatro anos. Passa a ser obrigatória a renovação de um terço dos integrantes do Conselho Fiscal.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação quanto ao mérito e à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A matéria objeto do projeto está compreendida na competência legislativa da União, nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional é competente para dispor sobre a matéria e a iniciativa parlamentar é legítima, conforme dispõem os arts. 48 e 61 da Constituição Federal.

Estão atendidos, portanto, os requisitos de constitucionalidade e juridicidade da proposição.

Para maior clareza, apresentamos o seguinte quadro comparativo:

TEXTO VIGENTE	TEXTO PROPOSTO
Art. 47. A sociedade será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração.	Art. 47. A sociedade cooperativa será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, compostos exclusivamente de associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a quatro anos, sendo obrigatória a renovação de um terço de seus membros.
Art. 56. A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.	Art. 56. A administração da sociedade cooperativa será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de, no mínimo, três e, no máximo, sete membros efetivos, com igual número de suplentes , todos associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a quatro anos, sendo obrigatória a renovação de um terço de seus componentes.

O projeto de lei é pertinente. Conforme justificção do autor, o projeto de lei busca dotar o sistema cooperativista de uma administração moderna, consoante à evolução dos tempos, de forma que as administrações executiva e fiscal possam proporcionar o devido retorno aos associados, com diminuição dos custos e transparência.

O principal mérito da proposição é dotar as sociedades cooperativas de maior autonomia para se auto-regularem. As organizações de maior porte poderão ter um maior número de conselheiros fiscais, o que resultará em aumento da credibilidade das sociedades cooperativas.

Não obstante o mérito já apontado, esclareça-se, no que tange ao Conselho de Administração ou Diretoria – art. 47 – que não vemos como atendida a intenção do autor da proposição, tendo em vista que na redação originária a Assembléia poderia deliberar pela renovação de mais de um terço da diretoria, enquanto que no texto proposto a renovação será, obrigatoriamente, de um terço da composição – nem mais, nem menos.

Destarte, paralelamente, não há qualquer dispositivo que proíba a reeleição ou reeleições sucessivas de qualquer de seus membros, ou mesmo de dois deles, fazendo-se a renovação tão-somente sobre um determinado cargo da diretoria.

Por outro lado, a par de a nova redação proposta para o art. 56 cometer à própria cooperativa a definição do número de membros do conselho fiscal – de três a sete – o que é louvável, padece do mesmo problema apontado para a diretoria, ou seja, ao obrigar a renovação de apenas um terço de seus componentes, não limita a possibilidade de eternização de qualquer deles

na função, o que se agrava com a desnecessidade de eleição anual.

Por essas razões, apresentamos emendas com vistas a viabilizar que a cooperativa delibere quanto à possibilidade de renovação de mais de um terço da composição, bem como estabelecer a possibilidade do exercício de apenas dois mandatos consecutivos, com o que estará impossibilitada a eternização tanto no cargo de gestão da cooperativa quanto no de conselheiro fiscal.

Cabe esclarecer, por fim, que optamos por tratar o assunto em emendas distintas para permitir maior flexibilidade na avaliação de nossos pares, que podem optar por dar tratamento diferenciado ao órgão de gestão e ao órgão fiscalizador.

III – Voto

Assim, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, representar aperfeiçoamento da legislação que disciplina as sociedades cooperativas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, com as emendas abaixo.

EMENDA Nº –CCJ

O art. 47, inserto no art. 10 do projeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 47. A sociedade cooperativa será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a quatro anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, um terço de seus membros, permitida apenas uma reeleição para mandato consecutivo.

EMENDA Nº 2–CCJ

O art. 56, inserto no art. 2º do projeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 56. A administração da sociedade cooperativa será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos, com igual número de suplentes, todos associados eleitos pela Assembléia Geral, para mandato não coincidente de três anos, permitida apenas uma reeleição.

Sala da Comissão,

RELATÓRIO

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, de autoria do Deputado Alberto Fraga, visa alterar os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que dispõem sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

De acordo com a lei citada, a sociedade cooperativa é administrada por uma diretoria ou conselho de administração. Nesse último caso, o atual art. 47 determina, a cada eleição, a renovação de, no mínimo, um terço dos seus membros. O projeto estende a obrigatoriedade da renovação às cooperativas administradas por diretoria.

A outra modificação proposta diz respeito ao art. 56 da Lei citada. Esse artigo determina que o conselho fiscal das sociedades cooperativas será composto de três membros efetivos e três membros suplentes. Com a nova redação, o conselho fiscal terá de três a sete membros efetivos e igual número de suplentes, a critério de cada sociedade cooperativa. O art. 56 passa a prever, ainda, que o mandato do conselheiro fiscal não poderá ser superior a quatro anos e que será obrigatória a renovação de um terço dos seus integrantes. Pela regra atual, a eleição é realizada anualmente e é permitida a reeleição de apenas um terço dos componentes do conselho.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal e distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação quanto ao mérito e à constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa. O relatório apresentado pelo eminente Senador João Batista Motta, que concluía pela sua aprovação com emendas, não chegou a ser apreciado pela Comissão. Com a promulgação da Resolução do Senado Federal nº 1, de 2005, o projeto foi redistribuído a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa da União, nos termos do inciso I do art. 22 da Constituição. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida.

Não há vícios de juridicidade ou regimentalidade. Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa ao tema tratado na proposição e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

No mérito, consideramos o projeto de lei pertinente. Conforme justificação do autor, o projeto busca dotar o sistema cooperativista de uma administração moderna, consoante a evolução dos tempos, de forma que as administrações executiva e fiscal possam proporcionar o devido retorno aos associados, com diminuição dos custos e transparência.

Destacamos a alteração do número máximo de integrantes do conselho fiscal. As cooperativas de grande porte, com milhares de membros, poderão contar com maior número de conselheiros fiscais, superior aos três previstos atualmente, mas inferior a sete, o que contribuirá para sua melhor fiscalização e, por conseguinte, poderá diminuir seus custos. Cumpre destacar que, de modo semelhante, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, prevê que o conselho fiscal das sociedades anônimas será composto de, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, eleitos, em sua maioria, pelos acionistas controladores.

Além disso, a proposição prevê que os conselheiros fiscais passariam a ter mandato não superior a quatro anos, com a renovação obrigatória de, no mínimo, um terço dos seus componentes. Essa regra já se encontra prevista na lei das cooperativas para a eleição dos diretores e dos conselheiros de administração. De acordo com o autor do projeto, a uniformização dos critérios de eleição desses cargos contribuirá para reduzir os custos eleitorais suportados pelas cooperativas.

Cabe destacar, entretanto, que nos parece excessivo o prazo de até quatro anos. Pela regra atual, os conselheiros fiscais são eleitos anualmente e somente é permitida a reeleição de um terço dos seus componentes. A nosso ver, a renovação anual do conselho fiscal é necessária para que os associados

acompanhem mais de perto a atuação do conselho e para que os conselheiros eleitos se empenhem adequadamente no exame dos aspectos da legalidade e da regularidade dos atos de gestão. A eleição anual é a regra também vigente para os conselheiros fiscais das sociedades anônimas – § 5º do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976.

III – Voto

Assim, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, representar aperfeiçoamento das regras que disciplinam as sociedades cooperativas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CRA

Dê-se ao **caput** do art. 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, nos termos do art. 2º do projeto, a seguinte redação:

Art. 56. A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de, no mínimo, três e, no máximo, sete membros efetivos, com igual número de suplentes, todos associados eleitos anualmente pela assembléia geral, sendo obrigatória a renovação de um terço de seus componentes.

..... (NR)

Sala da Comissão. – **Pedro Simon**, Relator.

Despacho

PLC Nº 6, DE 2003

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2005, que “Cria no Senado Federal a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, altera a denominação e atribuições de comissões permanentes e dá outras providências”, e a comunicação desta Presidência feita ao Plenário na sessão de 3 de março de 2005.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei da Câmara às comissões de CRA/–/–.

Senado Federal, 16 de março de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.034, de 2006**, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006** (apresentado como conclusão do Parecer nº 552, de 2006, da Comissão

de Direitos Humanos e Legislação Participativa), que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a comercialização, por supermercados, de medicamentos cuja venda e dispensação não dependam da apresentação de prescrição, cujo parecer foi lido anteriormente.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.036, de 2006**, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003** (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas), cujo parecer foi lido anteriormente.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à primeira oradora inscrita, a nobre Senadora Iris de Araújo.

S. Exª dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, volto a um assunto sobre o qual falei na semana passada.

Considero inoportuna sob todos os aspectos a iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em propor a instalação de uma miniconstituinte exclusiva para empreender a reforma política, quando o País está em pleno processo eleitoral, em pleno calor da disputa, o que inviabiliza o debate imparcial de um projeto desse porte.

Há diversos aspectos a destacar. O mais grave: a inusitada proposta decepa a crescente movimentação de setores organizados da sociedade civil, que já vinham discutindo a Assembléia Nacional Constituinte Exclusiva, mas dentro de uma ampla dimensão, relacionada com a reforma geral das atuais leis que atrofiam o crescimento brasileiro e oferecem brechas para que proliferem os desvios e as irregularidades, os mesmos que inviabilizam as perspectivas de uma Nação livre das gritantes injustiças sociais que penalizam o nosso sofrido povo.

Não é por acaso que a proposta tenha despertado, imediatamente, reações no mundo político e jurídico, que a adjetivaram como “inconstitucional”, “golpista” ou “chavista”. O debate se tornou maniqueísta, simplifi-

cado, absolutamente centrado numa ótica legalista e burocrática e, mais uma vez, a Nação perde a chance de ir fundo nos seus problemas, de buscar soluções compatíveis com a extrema gravidade do momento em que vivemos.

O reducionismo que Lula impôs à proposta da Constituinte é, no todo, desalentador. Não se faz uma Assembléia Exclusiva apenas para debater uma reforma, no caso a política. Há questões da mesma urgência e importância como as reformas previdenciária, tributária, trabalhista. Direcionar toda uma complexa eleição de integrantes da sociedade para um propósito específico seria, sim, desperdício de tempo e de dinheiro.

O Presidente não entendeu que o conserto que as pessoas sérias deste País pregam é muito maior. Diz respeito à própria essência da vida nacional, infelizmente corroída pelo descrédito que alguns impuseram ao Parlamento e aos demais Poderes.

Conforme já citei aqui, recente pesquisa CNT/Sensus revelou a brutal perda de confiança da sociedade em suas principais instituições: 11,9% dos brasileiros confiariam na Justiça; 10,3% acreditam nos meios de comunicação; apenas 3,9% crêem no Governo Federal, enquanto que a credibilidade do Congresso Nacional se restringe a somente 0,4% dos consultados. É devastador!

Igualmente, também já destaquei aqui o propósito de uma reforma ampla e geral nas leis! É imprescindível dar um basta à desumana sangria no bolso do povo: esta montanha de impostos ultrajantes que empobrece quem quer trabalhar e produzir, ao mesmo tempo em que proporciona lucros desmedidos às instituições financeiras. Ressaltamos também os crescentes índices de violência e de desemprego, que não cessam de acrescentar ainda mais infelicidade à nossa sociedade.

Dessa forma, Sr. Presidente, remendos numa Constituição que sequer foi totalmente regulamentada em nada contribuiriam para oferecer alternativas realmente consistentes na construção do País com que de fato sonhamos. Foi nesse sentido que importantes entidades da sociedade civil iniciaram o debate sobre a Constituinte Exclusiva, cujo caráter seria totalmente legal, na medida em que se tornaria realidade apenas se aprovada por uma consulta pública, um plebiscito ou referendo popular. E mais: o debate sobre sua viabilidade só aconteceria com o Congresso Nacional renovado em 2007, e este poderia ou não aprová-la.

Pela proposta apresentada pelo jurista Ives Gandra da Silva Martins, reafirmada semana passada em entrevista à Agência Brasil, a idéia da composição seria de representantes da sociedade que não tives-

sem o propósito de seguir carreira política, sendo que o número de candidatos eleitos seria rigorosamente igual ao de Parlamentares que hoje representam seus Estados no Congresso Nacional.

No original, a proposta, feita por expoentes da sociedade civil, seguiria o figurino das experiências de outras nações que produziram constituições consistentes e duradouras, vencendo injustiças e edificando progresso. O caráter “exclusivo” dessa Constituinte, que funcionaria paralela ao Congresso Nacional, visaria tão-somente à sua independência e à vasta especialidade dos componentes! Só assim iríamos fundo nas questões a serem mudadas – e que muitos não querem que sejam mudadas!

Ao reduzir a Constituinte exclusiva à reforma política, o Presidente despertou a suspeita de que estaria articulando algo relacionado à sua própria manutenção no poder, mas, nesse aspecto, é preciso justiça: trata-se de evidente exagero – próprio desse eterno jogo entre Governo e Oposição, prática que tanto contribui para o nosso atraso... Entretanto, o Brasil é assim mesmo: a precária receptividade em importantes setores jurídicos à proposta de miniconstituinte do Presidente e os fortes adjetivos utilizados para caracterizá-la fizeram com que antigos defensores da autêntica Assembléia exclusiva recuassem.

Anteontem, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil rejeitou a proposta por meio de nota. O Presidente da entidade, Roberto Busato, afirmou: “Constituinte – plena ou parcial, exclusiva ou derivada – só se justifica quando há ruptura institucional”, o que não é o caso. Bom lembrar que, há exatamente um ano, Busato defendeu a convocação da Assembléia Constituinte, que funcionaria de forma paralela ao Congresso Nacional, observando então: “Experiências anteriores de Congresso-Constituinte têm se mostrado nefastas ao País, pois não fundam uma nova ordem: apenas remendam a anterior, frustrando o sentimento de mudança e renovação”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, reafirmando a coerência – da qual não pretendo nunca abrir mão!! –, quero finalizar, dizendo que o Brasil necessita, sim, passar por uma mudança ampla e profunda, de fato, por uma “refundação” como, antes, disse o próprio Presidente da OAB.

Nosso problema central é o atual método de exercício da política, que tem sido inconveniente aos propósitos maiores a Nação. Em nome da próxima disputa, da próxima vitória, perpetuam-se práticas que impedem os verdadeiros avanços:

– corporações não abrem mão dos privilégios de seus associados;

– setores da economia que lucram, não repartem o fruto por meio de investimentos na produção;

– a forte burocracia, encastelada nas estruturas de poder, resguarda a ferro e fogo suas benesses – fonte das gritantes irregularidades que escandalizam o País;

– e os partidos não querem ceder, um só milímetro, da fatia de domínio conquistada.

E, até que saia às ruas, a voz do povo e de suas organizações não chega a incomodar os ouvidos dos que podem modificar o curso dos acontecimentos.

Há muita gente a clamar por justiça e direitos: direito dado por lei, mas negado na prática, no cotidiano das multidões que clamam pelo emprego, no dia-a-dia das crianças que esperam pelo leite e na dor das mães de família que choram a perda dos filhos, no esplendor da violência transformada em guerra urbana.

Enquanto as instituições não forem ordenadas, de forma que impeçam a sangria dos recursos públicos, derramados pelo mesmo ralo onde jorram mensalões e sanguessugas, o País continuará assim: em sede permanente de justiça e de verdade.

Uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, a partir de 2007, eleita democraticamente pelo voto popular, longe das paixões ideológicas, fundamentada apenas no ideal de servir à Nação, seria, sim, o primeiro passo para grandes transformações, capazes de moldar um País progressista, avançado, calcado na ética e que, de fato, faça valer o amor ao próximo.

Se a proposta se torna impraticável agora, verem os o melhor momento de retomá-la, porque jamais desistiremos deste sonho chamado Brasil!!!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Senadora Iris de Araújo falou por cessão do Senador Roberto Saturnino.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Cavalcanti, do Estado da Paraíba.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago hoje um tema de extrema importância para meu Estado, Paraíba, no tocante a seu futuro e ao da sua economia.

A economia da Paraíba, no presente momento, está extremamente fragilizada, pois faltam oportunidades, e há extrema necessidade de projetos estruturantes.

Em nossa situação atual, o setor primário é incipiente, baseado fundamentalmente na produção de cana-de-açúcar, de algodão e de abacaxi e na pecuária, principalmente na ovinocultura.

No setor secundário, há ênfase na manufatura, na área têxtil, nos fios. A base da origem da matéria-prima são os calcários, com cerâmica e com fábricas de cimento, e há algumas atividades voltadas à produção de plásticos, sem uma vocação específica.

O setor terciário não traz novidade. Os maiores contribuintes do ICMS da Paraíba baseiam-se em derivados de petróleo, em combustíveis ou em impostos cobrados referentes à telefonia, à energia, e não, basicamente, em uma pujança de seu comércio.

Diferenças podem ser encontradas entre a Paraíba e os Estados vizinhos que têm similaridade geográfica, como Pernambuco. O Estado de Pernambuco traz um diferencial, pois tem um pólo industrial tradicional consolidado, tem esperanças de ver implantada uma refinaria de petróleo, tem o Porto de Suape, tem o pólo de fruticultura de Petrolina, tem um estaleiro de porte internacional que está sendo implantado, tem turismo consolidado. Portanto, Pernambuco tem uma presença econômica bastante forte, com expectativa de futuro.

A situação do Ceará é semelhante, pois também tem um pólo industrial bastante forte, consolidado. Naquele Estado, há o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, um pólo estruturante. A Petrobras está fazendo investimentos significativos no Ceará. O Estado tem o projeto do Gasfor II e a Lubinor, que é uma fábrica de asfalto. Fortes investimentos estão sendo feitos no Estado, o que é muito bom para o Nordeste. Parabenizo o Ceará! Há também uma infra-estrutura de turismo bastante forte. Portanto, o Ceará consegue navegar em direção ao futuro com muita tranquilidade e com perspectivas.

O Rio Grande do Norte, nosso vizinho ao norte, tem forte produção de petróleo, de gás natural e de sal, uma fruticultura bastante consolidada, carcinocultura, e o turismo está bastante evoluído. Também é um Estado que evolui de forma significativa e que caminha para ter um futuro assegurado.

Na Paraíba, não existe um projeto estruturante do Governo Federal. A Transnordestina não passa pela Paraíba. O único projeto estruturante que está previsto, mas que é que uma frustração nordestina e, portanto, paraibana, é a transposição do rio São Francisco, que beneficiaria os Estados da Paraíba, do Ceará, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. Mas, até hoje, o projeto não saiu do papel, e não me cabe avaliar as razões. Porém, a transposição é o único projeto estruturante que atingiria, entre outros Estados, a Paraíba. Mesmo assim, nada ocorre naquele Estado.

Eu queria falar um pouco agora sobre um fato extremamente pitoresco, curioso, que é a história do petróleo na Paraíba. Até hoje, não foi investido nenhum centavo da Petrobras no nosso Estado. O descobridor

de petróleo na Paraíba, por incrível que pareça, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi um agricultor chamado Crisogonio Estrela, vulgo Gangão. Ele procurava água para dar de beber ao seu rebanho, nas intempéries da seca – tentava fazer, de forma rudimentar, um poço para captar água –, quando, coincidentemente, não encontrou o que queria, mas encontrou petróleo. Isso lembra os velhos tempos do Texas, da colonização americana, quando se furava o solo e se encontrava petróleo. Exatamente dessa forma aconteceu. Não foi a Petrobras, não foi nenhum estudo científico, e, sim, um simples agricultor que, tentando obter água, encontrou petróleo. Só que ele conseguiu um produto que não atende às suas necessidades, mas que custa US\$77 o barril, a preço de hoje no mercado internacional.

A bacia do Rio do Peixe, que se interliga com a área de petróleo de Mossoró, está exatamente na região de Sousa, que fica no interior da Paraíba. As perspectivas de produção na bacia do Rio do Peixe – uma bacia terrestre, uma bacia inteiramente identificada, inteiramente configurada – não tiveram, até hoje, as atenções necessárias por parte da Petrobras.

Uma outra bacia que foi prospectada, nesse caso, pela Petrobras foi a bacia Pernambuco-Paraíba. Esta, sim, é marítima. Conforme estudos feitos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e por empresas de consultoria, configura-se como uma das mais promissoras bacias petrolíferas da nossa região.

Vem aí a geração de expectativas! V. Ex^a sabe, Senador Marcos Guerra, com sua experiência empresarial, que um Estado e uma Nação vivem de expectativas. Quando as expectativas são otimistas, há crescimento econômico, há pujança econômica. Então, nós, na Paraíba, ficamos frustrados por expectativas geradas no sentido de que, finalmente, haveria algo de positivo no nosso Estado.

As pesquisas da Petrobras e as realizadas na área datam de 2002, de 2003. Trezentas amostras de solo da região de Sousa configuraram-se como potencialmente ricas em petróleo. E é bom que se frise que ali o petróleo tem características de petróleo leve, que é aquele com o qual se obtém um preço ainda melhor.

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estava decidida a incluir o Nordeste nas suas próximas licitações. E, assim, a Paraíba contava com isso.

A Consultoria Legislativa do Senado me proporcionou um dos maiores enriquecimentos da minha experiência nesta Casa. Faço questão de frisar o nível e a qualidade técnica dos membros dessa Consultoria. Tive oportunidade de conversar com Paulo César Ribeiro Lima – ex-membro da Petrobrás e, hoje, membro desta Casa –, que, inclusive, coincidentemente,

foi quem batizou a empresa com o nome de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Ele foi um colaborador nosso. Portanto, estou bastante fundamentado em relação àquilo que abordo.

As expectativas geradas na Paraíba foram ainda maiores. A própria ANP, no início deste ano, em fevereiro, por meio de um jornal de extraordinária credibilidade, o **Jornal do Brasil**, trouxe matéria que abrangeu uma página com a seguinte manchete: “Petróleo com sotaque”. Mentira! Petróleo sem sotaque, na verdade. V. Ex^{as} vão ver mais na frente!

Aqui, estão os pontos a serem licitados, pontos nos quais a ANP ia atuar: as bacias petrolíferas do Estado de Pernambuco e da Paraíba. E há um detalhe: dimensiona seus valores. Faz estimativas de 15 mil barris e – atenção! – dá ênfase ao fato de que o óleo é leve.

Outro jornal, na mesma data, 9 de fevereiro, **Gazeta Mercantil**, também extraordinário, com foco e ênfase na área econômica, também traz toda uma página na qual estão situados os estudos e as perspectivas da prospecção de petróleo nos Estados de Pernambuco e da Paraíba.

A expectativa que ocorreu nos dois Estados do Nordeste teve como fonte de informação a própria ANP.

Nós, nordestinos da Paraíba e de Pernambuco, fomos surpreendidos, no início desta semana, na última segunda-feira, com a Oitava Rodada de Licitação dos Blocos Exploratórios da ANP. A Resolução nº 3, de 18 de maio, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) publicou, no **Diário Oficial da União**, no dia 2 de agosto de 2006, que a ênfase seria dada em gás natural e em óleo leve, que, segundo os próprios jornais e a própria ANP, eram os olhos da bacia Pernambuco-Paraíba. Seriam incluídos 284 blocos de 14 setores, e estaria excluído o bloco Pernambuco-Paraíba.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador Roberto Cavalcanti?

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Pois não, Senador. É uma honra!

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – V. Ex^a lembra, com muita propriedade, que a decisão da ANP frustrou muito todos nós, paraibanos e pernambucanos. Isso me faz recordar uma frase, sempre repetida, de autoria do Embaixador Roberto Campos. Ele disse certa feita: “Nada pior do que a reversão de expectativas”. Houve uma grande reversão de expectativas, o que significa a morte da esperança, porque, depois de um trabalho muito consistente e articulado feito pelos Estados da Paraíba e de Pernambuco, por meio, inclusive, de suas respec-

tivas lideranças políticas, ficou acertado que seriam licitadas áreas para prospecção no território dos dois Estados. Mesmo porque, como certa feita já tivemos oportunidade de conversar sobre o tema, sabemos que há petróleo na Bahia, em Sergipe, em Alagoas e, também, no Rio Grande do Norte. Sabemos que os limites políticos não são coincidentes com os mineralógicos, o que significa dizer que é pouco crível que haja petróleo nos Estados vizinhos e que não existam reservas de igual sorte nos territórios dos nossos Estados. Está comprovado também que é tudo uma bacia só. Até para aqueles que defendem a teoria de Wegener, no sentido de que os continentes americano e africano foram um só, fica mais uma vez claro que realmente a lógica aponta para que houvesse resultados positivos nos estudos que seriam realizados. Daí por que V. Ex^a chama a atenção, com propriedade, para o fato de que houve uma reversão de expectativa surpreendente nos dois Estados, que está repercutindo muito, inclusive na mídia, na imprensa de modo geral. Espero que a ANP reveja tal medida, mesmo porque isso não foi adotado senão mediante prévios e adequados estudos, feitos com a participação de ambos os Estados da Federação brasileira. Cumprimento V. Ex^a por tratar desse assunto hoje, nesta Casa.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Agradeço a V. Ex^a o aparte. Reforço, no aspecto da Paraíba e de Pernambuco, que é muito importante, dentro da expectativa econômica, haver uma primeira ocorrência de petróleo no Estado.

Repetindo, foram incluídos 284 blocos. A minha pergunta é: por que não incluir mais um? Isso representaria, em nível matemático, em percentual, 0,0035% dessa licitação.

Procurei o Diretor-Geral da ANP, Haroldo Lima, no Rio de Janeiro, na última segunda-feira, e ele alegou que os motivos técnicos eram que a primeira fase das licitações, que ele chamou de primeiro momento, era composta por estudos encaminhados ao Conselho de forma ainda embrionária. No segundo momento, que era o da decisão, haveria definições, obedecendo-se a critérios técnicos e de mercado. Ocorre que, nesse espaço entre o primeiro momento e o segundo, houve o evento do gás da Bolívia, tão conhecido. Isso fez com que o Conselho adotasse o critério de prioridade para o gás natural e para o petróleo leve, o qual, lembro mais uma vez, foi citado, nas notícias do começo do ano, cuja fonte é a própria Agência Nacional do Petróleo, como aquele possível de ser encontrado na bacia de Pernambuco/Paraíba.

O foco da Oitava Rodada de Licitação passou a ser o gás natural. A pergunta é: o que causaria a Es-

tados como a Paraíba e Pernambuco o acréscimo de mais um poço aos 284 poços?

Sou empresário, sei respeitar pareceres técnicos, sei o que são prioridades, mas não me convence a desculpa de que o acréscimo de mais uma bacia, como essa de Pernambuco e da Paraíba, poderia causar qualquer transtorno. Isso poderia, sim, de forma inversa, gerar para cada um desses Estados uma expectativa fantástica.

Para finalizar, Sr. Presidente, a minha conclusão é a de que devemos conclamar as Bancadas de Pernambuco e da Paraíba a se juntarem neste momento difícil, em que, entendo, a preocupação maior é a política, mas em que é preciso que se tenha atenção com os focos econômico e empresarial.

Conclamo os Governadores Cássio Cunha Lima, da Paraíba, e José Mendonça Filho, de Pernambuco, para se acostarem. Os dois estão em campanha, mas é preciso que aproveitem este momento, porque ele é único. Se não o conseguirmos agora – a licitação será aberta no dia 28 ou 29 de novembro próximo –, só teremos outra oportunidade daqui a um ano, o que, economicamente, é muito para um Estado como o da Paraíba.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, era o que eu tinha a dizer a V. Ex^{as}, torcendo para que Paraíba e Pernambuco sejam novamente incluídos nessa licitação que deverá ser feita no próximo mês de novembro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Presidência deseja sucesso aos dois Estados citados, Paraíba e Pernambuco.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, do PFL de Pernambuco.

S. Ex^a dispõe de até 10 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente da sessão, nobre Senador Marcos Guerra, ilustre representante do Espírito Santo nesta Casa, Sr^{as} e Srs. Senadores, como se sabe, redistribuir de forma justa os recursos gerados pela sociedade continua a ser o maior desafio da política. A suposição de que o poder do Estado é capaz de superá-lo tem sido, até hoje, a maior utopia de todas as ideologias. Talvez por isso seja tão recorrente, na esfera do pensamento político, afirmações como o fim da ideologia, feita por Daniel Bell no passado, ou até o fim da história, como sugeriu recentemente o polêmico Francis Fukuyama. Aliás, acredito que Fukuyama, certamente, não está mais interessado em reeditar a sua talvez primeira grande obra, que teve o título de **O Fim da História e o Último Homem**.

Se a escolha racional fosse com fundamento de todas as decisões políticas, teríamos atingido a condição do Estado ideal, imaginado por Platão em sua obra **A República**.

A despeito de todos os avanços da ciência virem se acelerando, na medida em que progride a disseminação do conhecimento, nenhum Estado conseguiu, por exemplo, assegurar o pleno emprego, por mais que seja esse o maior empenho de todos os sistemas políticos e plataforma de candidatos.

A dificuldade, embora política e economia sejam campos cada vez mais interdependentes, é tratar-se de duas esferas de atuação distintas. A diferença é que medidas irracionais na economia levam, fatalmente, ao fracasso. Na política, lamentavelmente, podem levar ao sucesso, embora de curto prazo.

O empecilho de se conseguirem resultados econômicos com decisões políticas reside na circunstância, por todos reconhecida, de que o Estado é capaz de redistribuir, mas não de gerar riquezas, conquanto seja pródigo, muitas vezes, em aumentar despesas.

As políticas que visam a abrandar as diferenças sociais são o recurso imemorial utilizado na busca de conciliarmos os ideais de liberdade com as aspirações de igualdade. O inconveniente é que o uso de medidas compensatórias termina sendo, porém, invariavelmente discriminatório. A discriminação consiste em dar aos benefícios concedidos pelo Estado o caráter de condescendência patrimonialista do poder e não o desfrute de uma prerrogativa a que todo cidadão deveria ter direito, quando as carências de que foi vítima não lhe garantiram igualdade de oportunidades.

O direito ao trabalho dignamente remunerado continua sendo, portanto, a forma mais democrática de se garantir a sobrevivência de todos, sem discriminação.

Nenhuma política social tem sido mais eficiente, mais justa e de maior repercussão nas sociedades contemporâneas do que as previdenciárias. Elas visam a garantir não só a fruição de uma sobrevivência digna ao fim da vida útil e produtiva dos cidadãos, mas também a superação das incertezas decorrentes das doenças que exigem cuidado maior e que são mais onerosas.

Os sistemas previdenciários, dotados de maior grau de eficácia, tornaram-se o recurso político mais racional e o benefício econômico mais justo, no ideal de se conseguir disseminar, de forma tanto quanto igualitária, os benefícios coletivos gerados pela sociedade e redistribuídos pelo Estado.

A mudança do paradigma demográfico do mundo contemporâneo, no entanto, vem pondo em risco

os modelos previdenciários existentes na maior parte do mundo.

Na década de 60 do Século XX, o francês Jacques Lambert, no livro que se tornou símbolo de sua especialidade – **Os Dois Brasis** –, chamou a atenção para o fato de que as diferenças que separam a França do Brasil decorriam de circunstância de que, em seu país, a renda de três franceses devia sustentar dois outros abaixo da idade produtiva, enquanto, no Brasil, a equação era exatamente inversa: cada dois brasileiros em idade produtiva tinham o encargo de suprir a necessidade de três outros demandantes de serviços públicos que ainda não tinham condições de entrar no mercado de trabalho.

Sr. Presidente, outra inovação social tão importante quanto à Previdência consistiu na instituição do seguro-desemprego como instrumento indispensável para aumentar a garantia de sobrevivência condigna, quando condições adversas do mercado o tornam recessivo, setorial ou temporalmente. É o que estamos vendo no Brasil neste instante: altas taxas de desemprego, exigindo, conseqüentemente, a utilização do recurso ao seguro-desemprego.

Dotar o País de um sistema previdenciário economicamente equilibrado e de um mecanismo de concessão de seguro-desemprego politicamente eficiente e imune a formulas e violações de toda ordem é nosso maior desafio. E a primeira medida para se atingir esse objetivo consiste em dar transparência a essas instituições de tanta e tão significativa relevância para a paz e estabilidade sociais. Para tanto, Sr. Presidente, faz-se indispensável separar o benefício previdenciário, baseado em contribuições solidárias de empregados, empregadores e sociedade, como em toda parte, do que é política compensatória não-contributiva, para atender aos excluídos do mercado de trabalho, enquanto não atingirmos níveis de empregos que possam dispensá-lo.

A propósito, a Previdência – é bom lembrar – tem sido, em todo o mundo, o fator mais decisivo para a justiça social e a eliminação da pobreza.

Tanto no que respeita aos cidadãos ativos, por ser sinal do nível de emprego de cada país, como também em relação aos inativos que, de outra forma, não teriam meios de sobrevivência, quando atingem o fim da idade produtiva. Aliás, tal ocorre também no Brasil, pois, segundo estudo do IPEA, divulgado pela **Folha de S. Paulo**, edição de 02 de julho de 2006, em matéria assinada por Marta Salomon, que “

“(…) os benefícios pagos a idosos e deficientes e as aposentadorias e pensões vinculadas ao salário mínimo contribuíram mais que o Bolsa-Família para a

redução da pobreza no País no ano de 2004” [que é justamente o ano em que foi estudado pelo IPEA]

“Sem o conjunto desses três programas, a proporção de pobres teria alcançado 38% da população naquele ano, sete pontos percentuais acima dos 31% registrados oficialmente(...).

Desses sete pontos, cinco são atribuídos aos benefícios ligados ao mínimo e dois ao Bolsa-Família e ao benefício específico a idosos e deficientes”.

Por aí se vê, Sr. Presidente, a importância que os programas previdenciários têm na redução da pobreza em nosso País e quanto eles são relevantes por serem benefícios continuados e, conseqüentemente, garantiram a estabilidade da família beneficiada.

Sr. Presidente, os superávits do nosso sistema previdenciário, contudo – é bom lembrar –, serviram a todas as necessidades de muitos governos. Só não se destinaram a formar aquilo que é fundamental: as reservas técnicas necessárias para compensar os desequilíbrios sazonais decorrentes de nossa instabilidade econômica e de nossas turbulências políticas. É certo que, graças ao Plano Real, a instabilidade econômica desapareceu – e espero que possamos continuar avançando nesse campo –, e também as turbulências políticas, hoje, estão mais reduzidas, sobretudo após a consolidação da democracia através da Constituição de 1988. De toda maneira, Sr. Presidente, falta-nos visão de Estado e concepção estratégica na condução de nossas políticas sociais, abastecidas, na maioria das vezes, pelos recursos fáceis da demagogia, do patrimonialismo.

As sucessivas constituições sob as quais temos vivido nos últimos cem anos têm sido eficientes em distribuir benesses e promessas e atender a demandas de alguns contra as de todos, raiz de todas as modalidades do arraigado corporativismo brasileiro. Só não tem servido para alçar os recursos gerados pela sociedade, conforme correta prescrição de Ferdinand Lassale: “a cada um segundo suas necessidades e de acordo com suas possibilidades”.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a o tempo que me destinou.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao próximo orador, Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA Sessão do dia 9 de Agosto, de 2006, que, retirado pelo orador para revisão, será publicado posteriormente.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Com a palavra, pela Liderança do PFL, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Em seguida, falarão os Senadores Marcos Guerra e Eduardo Azeredo.

Peço desculpas ao Senador Marcos Guerra, porque o Senador Antonio Carlos Magalhães estava inscrito como Líder.

V. Ex^a já está inscrito, Senador Marcos Guerra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Estou inscrito, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Depois do Senador Eduardo Azeredo, será V. Ex^a, com toda a simpatia dos baianos por adoção.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dirigir-me a V. Ex^a e à Casa para demonstrar, mais uma vez, como acaba de demonstrar o Senador Alvaro Dias, a situação terrível que o País atravessa. O Presidente, burlando a lei eleitoral, faz a cada dia um comício, ou no Planalto ou na Caixa Econômica, e explora sem explicar as causas graves que certamente ele vai explicar no programa da Globo, no qual ele já leva vantagem, pois vai fazer o programa no Palácio onde reside. Essa é uma maneira de impedir que seja feito o mesmo tipo de perguntas que fizeram ao nosso querido candidato Geraldo Alckmin.

Mas quero chamar a atenção para a manchete do jornal **O Globo**, que respeito e por cujos dirigentes e redatores tenho o maior apreço. Há uma manchete que precisa ser pelo menos retificada, Sr. Presidente: “SP mantém indulto a 11 mil presos apesar de atentados”. Aqui está a manchete.

Ora, Sr. Presidente, São Paulo não dá indulto. Quem dá indulto é o Presidente Lula e o meu amigo Márcio Thomaz Bastos. Tenham paciência! Não vamos desviar as coisas, como, infelizmente, uma parte da imprensa está fazendo.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que, se esses indultos forem assinados, o serão pelo Dr. Lula, acolitado pelo meu prezado amigo Ministro Márcio Thomaz Bastos. Aliás, como gosto muito do Márcio, estimaria dizer que essa constituinte que está aí – algumas figuras ilustres foram favoráveis a esse golpe, mas felizmente a Ordem dos Advogados já foi contra – deve ter um pouco do meu amigo Márcio Thomaz Bastos. Ele foi presidente da Ordem e não apareceu

na reunião. Evidentemente, se não houvesse nada, ele apareceria, normalmente, com outros presidentes da Ordem dos Advogados. Ele não apareceu, e habilidade e inteligência ninguém lhe nega, principalmente eu, que o conheço bastante. De modo que essa constituinte golpista foi repelida por quase todos os advogados do Brasil e veementemente repelida pelo Dr. Busato, presidente da Ordem dos Advogados.

Conseqüentemente, aqueles que foram ao Palácio – sem comunicar à Ordem –, atendendo a um pedido de Sua Excelência o Presidente da República, para preparar um minigolpe... Há os grandes golpes, que são os que conhecemos: valerioduto, mensalão, sanguessugas ou, então, Gamecorp.

Ele, aliás, terá oportunidade, nesse programa da Globo, preliminar dos programas oficiais que acontecerão a partir de 15 de agosto, de explicar os R\$15 milhões que seu filho Fábio recebeu da Telemar; terá de explicar se sabia ou não do mensalão; terá de explicar se sabia ou não do valerioduto.

Ele já disse que sabia, já negou. Conseqüentemente, chegou a hora de a Globo perguntar sobre valerioduto, mensalão, sanguessugas, Humberto Costa, vampiro – o vampiro que é candidato em Pernambuco.

Tudo isso, evidentemente, vai ser objeto – tenho certeza – da argüição de William Bonner e Fátima Bernardes.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Antonio Carlos Magalhães, lamentavelmente, hoje tomamos conhecimento, pela imprensa, de que o Planalto está condicionando que só poderá haver uma pergunta sobre corrupção; que não poderá ser feita mais de uma pergunta ao Presidente sobre todos os escândalos de que a Nação tomou conhecimento e que V. Ex^a está lembrando – e o faz muito bem – para todo o Brasil. Mas o Presidente está condicionando que só poderá ser feita uma pergunta, ou seja, que ele quer responder a uma única pergunta e, com isso, limitar as explicações que deve ao cidadão brasileiro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não tenho a menor dúvida de que ele seja capaz de fazer essa proposta. Mas, desde o tempo de Roberto Marinho, meu fraternal amigo, e pela linha dos seus filhos, não acredito que ele terá êxito na sua proposta.

Também ao debate da Bandeirantes ele já disse que não vai. Se a Bandeirantes não deixar uma cadeira vazia, mostrando que ali seria o lugar do Presidente,

entendo que nenhum dos candidatos deveria comparecer. Se a emissora deixar vazia a cadeira dele, acho que todos devem comparecer. Mas, se não for para deixar, é melhor que ninguém compareça, porque a mentira oficial, gasta com publicidade milionária... Por falar em publicidade milionária, V. Ex^a, Sr. Presidente – parece-me que já o fez, mas não vi –, tem de bater o **mea-culpa**. V. Ex^a quase nos leva – um homem sério, digno, correto e meu amigo, como V. Ex^a –, por falta de informação, a pagar R\$5,6 bilhões para a Petrobras gastar na campanha, porque, escolhidos os estaleiros que iam fazer a construção, os estaleiros iam fazer seu mensalão, para jogar na campanha de Jaques Wagner e dos demais candidatos. Evidentemente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não sei se a Mesa pode manifestar-se a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A Mesa infelizmente não pode debater.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não vou debater. V. Ex^a tem razão, não vou discutir. O Senador César Borges, da Bahia, alertou-me, e pedi que houvesse vista coletiva para estudo, porque realmente me baseei em uma coisa que considero importante: a recuperação dos estaleiros, com a qual se criarão 20 mil empregos, sem prejuízo da fiscalização permanente do Tribunal de Contas. Tratava-se da possibilidade do aumento da dívida e não de facilitar os empréstimos; não se discutiram os empréstimos, mas sim o aumento da dívida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas por que, Sr. Presidente, só na véspera da eleição, essa idéia de estaleiro, de Camargo Corrêa e outras firmas?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas sou submisso à discussão. O Senador César Borges é testemunha e pode...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É muita coincidência só vir querer fazer estaleiro com cinco bilhões e tanto na véspera da eleição, quando se sabe que a Petrobras é um duto especial para dar dinheiro aos petistas. Evidentemente que V. Ex^a, um dos homens mais hábeis e inteligentes que conheço, vai reparar isso, e, se formos discutir esse assunto, será depois da eleição, porque estarei aqui vigilante, impedindo que essa votação se faça. Faço isso por um dever moral e por um dever de Senador que quer vir toda semana, como estou hoje aqui, contar à Nação o Governo do Lula. O Governo do Lula é o que há de mais grave moralmente no País em todos os tempos. Há quem tenha saudade de Collor! Veja V. Ex^a a que ponto chegamos!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muito prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos, a cada dia aparece um fato novo em relação a esse Governo do Presidente Lula. No final da semana passada, apareceu um fato novo em relação a essa CPMI dos Sanguessugas: a questão dos ônibus para inclusão digital. Ora, o que seria um ônibus para inclusão digital? Era comprar um ônibus para nele colocar, Senador César Borges, 12 computadores para, então, dar aulas de informática. Ora, ônibus, Kombi ou outro veículo equivalente normalmente para questões que duram pouco tempo. Por exemplo: pode-se colocar um ônibus para fazer exame oftalmológico, pode-se usar um ônibus para tirar sangue para ver se a pessoa é diabética ou para uso odontológico; pode-se fazer também uma biblioteca parando em frente a uma escola que não possui biblioteca. São coisas assim. Agora, ensinar Informática é, na realidade, uma coisa que demora muito, quer dizer, o curso de informática demora cerca de 90 ou 180 dias. Então o ônibus vai ficar parado por 90 ou 180 dias. Esse é um programa, Senador Antonio Carlos Magalhães, que, ao contrário do da ambulância....

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E é ônibus velho!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Ônibus velho. Mas mesmo que fosse novo. Esse é um programa feito para que alguém “coma” dinheiro. Faz lembrar aquela frase do antigo Ministro Mário Henrique Simonsen, que dizia assim: “Há programas que para o Governo é melhor pagar a comissão e não fazer aquilo que está previsto”. Este é um caso típico. Lembro-me que quando eu era Secretário da Educação em Pernambuco – já o fui por duas vezes – sempre aparecia gente querendo vender ônibus para dar algum tipo de curso. Aí eu sempre dizia o seguinte: “Olhe, meu filho, eu tenho aqui mil escolas, todas paradas, e não conseguimos administrar direito; tem sempre uma com um problema, outra, com outro. Imagine 20 escolas andando por todo o Estado! Pode acontecer de o ônibus bater, ou o motorista adoecer ou atropelar alguém, ou mesmo o ônibus quebrar. Quer dizer, é uma coisa que não é prática e não deve funcionar”. Penso que este é o tipo programa que tem de ter uma ampla investigação, porque todo o cheiro disso é mal, cheira mal, uma vez que não tem lógica montar-se um curso de informática dentro de um ônibus. É inédito! Inclusive há ONGs, há instituições que fazem programa de inclusão digital, mas nenhuma faz em ônibus. O cidadão leva o computador numa sala e ensina dentro daquela sala, enquanto houver aluno. Quando não houver mais aluno, ele tira os computa-

dores e vai para outro local, e bota os computadores numa Kombi, que dá para carregá-los de um lugar para outro de três em três meses, de seis em seis meses. Então, essa questão da inclusão digital por meio de ônibus é mais grave do que a questão da ambulância e deve ser investigada a fundo. Porque aí deve ter muito problema realmente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Essa investigação, V. Ex^a tem toda razão, tem de ser feita a fundo para desmoralizar, mais uma vez, outro setor de ciência e tecnologia deste Governo. Quando eu digo que em qualquer parte que se olhar este Governo vai-se encontrar coisas graves, eu não estou mentindo; estou dizendo a pura verdade.

Agora, infelizmente, nem sempre acreditam. Mas seja como for, eu que já mostrei a manchete de **O Globo**, vou mostrar outra manchete real: “Desemprego no País é o dobro do oficial”. E eles dizem aqui com uma coragem danada, a Líder, os Líderes, enfim, os poucos que aparecem aqui – vamos ser francos – eles estão acanhados. A Bancada do PT é muito acanhada com o Lula; mesmo ele subindo em pesquisa, eles têm acanhamento de defender o Presidente da República.

Desemprego é o dobro! E não está só nisto aqui: “Sem emprego e sem esperança”. Esta que é a razão mais terrível: tirar a esperança do trabalhador brasileiro que acreditou nele uma vez e que, segundo dizem as pesquisas, vai acreditar a segunda vez. Mas as pesquisas estão erradas; ele vai perder a eleição justamente pela mentira que tem falado ao povo brasileiro quando os fatos forem esclarecidos.

Quero dizer a esta Casa também... Tem tanta coisa, Sr. Presidente, mas não vou abusar da sua paciência e vejo que os outros oradores estão doidos para falar, principalmente o Senador César Borges, a quem não quero privar desse direito. Mas quero dizer que o Ministério Público ofereceu, ontem, denúncia contra 11 dirigentes e ex-dirigentes do Banco Rural – o Banco Rural, já se sabe, é aquele dos empréstimos para o PT, é o do mensalão –, todos acusados de gestão temerária; é o Ministério Público quem diz. O Procurador aponta irregularidades na concessão de vultosos empréstimos, “sem observância aos princípios de garantia e liquidez”. São exatamente os empréstimos do PT. O Procurador só faltou botar aqui, entre aspas, “PT”, PT de Lula. Entre os empréstimos estão – claro! – os concedidos ao PT e às empresas do Marcos Valério.

Agora, veja também como é curioso! Em agosto de 2005, eu encaminhei um requerimento ao Banco Central em que eu indagava exatamente que sanções teriam sido impostas ao Banco Rural em face dos empréstimos concedidos ao PT e às empresas do vale-rioduto. Meses depois, o Banco Central respondeu que sanção alguma tinha sido imposta. As operações

tenham sido apenas reclassificadas para níveis de risco mais elevados, mas não tomou maior providência. Quanto às evidentes faltas de garantias, renovações sucessivas e incapacidade de pagamento, essas ainda se encontravam sob análise.

Afinal, o Ministério Público – manda a verdade que se diga – agiu, e agiu bem. Ao contrário do Governo Lula, sempre inerte no trato de investigar e punir os seus, o Procurador repetiu o que já tinha feito ao indiciar “os quarenta” do valerioduto, quando ficou faltando apenas o “Ali Babá”.

Ora, Sr. Presidente, quando fiz o meu requerimento, que aqui está, nº 921, de 2005, eu dizia exatamente isso, e eles responderam de uma forma que realmente não correspondia, de modo algum, ao que agora estão fazendo.

Quero dizer a V. Ex^a que, de qualquer maneira, é louvável que tenham tomado essa providência com o Banco Rural. Veja bem V. Ex^a este ponto da resposta:

O Banco Central do Brasil considerou de boa técnica bancária [isso no passado, respondendo a mim] em seus relatórios de supervisão, os empréstimos feitos ao Partido dos Trabalhadores [agora está dizendo que não, mas disse, na época, que foi regular] e às empresas das quais era sócio o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza pelos bancos BMG e Banco Rural? Que sanções administrativas o Banco Central lhes imputou?

E continua:

A partir dessa análise, a Supervisão determinou a reclassificação de todas as operações citadas para o nível de risco mais elevado” [antes não tinha risco, agora, é de risco elevado]. Como resultado dessa reclassificação, foi determinado que o Banco Central efetuasse ajustes sobre a forma dessa reclassificação e a provisão adicional de R\$59 milhões [foi o que botou na bolsa o PT, nesse banco].

[...]

Essa questão ainda encontra-se sob análise podendo resultar na adoção de procedimentos com vistas à aplicação de punição administrativa.

E agora? Quero dizer a V. Ex^a que, agora, o Banco Central está tomando a providência que já deveria ter tomado, quando fiz o meu requerimento. Estou vigilante quanto aos roubos deste Governo. E é preciso muita vigilância, porque os roubos se multiplicam a cada dia e, a cada dia, somos obrigados a vir a esta tribuna para mostrar à Nação brasileira que o País continua sem Governo, e o Presidente, mesmo com novo oftalmologista, sem enxergar coisa nenhuma. É uma pena! Vamos dar-lhe um oftalmologista melhor, em São Paulo; até mesmo em Campinas, há bons oftalmologistas. E ele,

embora seja do Nordeste, como reside em São Paulo, vai enxergar melhor um dia, mas o povo brasileiro vai enxergar antes dele, derrotando-o na eleição para Presidente da República e elegendo Geraldo Alckmin, como é indispensável para o País.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Espero, se Deus quiser, conversando com o Senador César Borges, que adaptemos o problema da Transpetro, principalmente dentro do interesse do País. Jamais tive qualquer disposição...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a é uma garantia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado.

E o Senador César Borges está me vigiando bem, estando sempre atento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 907, DE 2006

Com o objetivo de obter elementos necessários ao exercício da função fiscalizadora inerente ao Senado Federal, requeiro ao Ex^{mo} Sr. Ministro dos Transportes, nos termos do art. 49, X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 215, I, a, 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa de cópia dos seguintes documentos:

- Convênio nº 544.692, celebrado entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e a Prefeitura de Simões Filho/BA, em 30 de dezembro de 2005, com valor empenhado de R\$ 2.807.250,00;
- Convênio nº 564.088, celebrado entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e a Prefeitura de Simões Filho/BA, em 30 de dezembro de 2005, com valor empenhado de R\$ 2.000.000,00.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2006. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

(A Mesa Para Decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra o Senador Marcos Guerra, que vem em paz.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – A família Guerra é uma família de paz.

Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo tem sido pródigo em promessas não cumpridas, inaugurações de obras que sequer foram iniciadas e declarações de princípios abandonadas sem a menor hesitação ou remorso ético quando julgadas prejudiciais ao interesse maior, que é o de permanecer no poder a qualquer custo.

Tem sido assim desde que o Presidente assumiu, em janeiro de 2003. Portanto, não devemos nos surpreender quando, travestida em medida de “interesse público” – algo que só engana os poucos avisados –, alguma disposição, destinada na verdade a atender a interesses de poucos, ganha corpo neste Governo e passa a constituir-se em ameaça concreta.

É o caso da anunciada revisão dos índices de produtividade da terra para fins de reforma agrária. Já está pronta a minuta de uma instrução normativa do Ministério da Agricultura que vai aumentar de forma substancial o número de propriedades passíveis de desapropriação, com base em alterações no chamado Grau de Eficiência da Exploração.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, jornais de todo o Brasil tiveram acesso a essa minuta e descobriram que a produção de gado em certas regiões precisará ser mais que o dobro da atual para que uma área seja considerada produtiva. No sertão nordestino, por exemplo, o número de cabeças de gado aumentará de 0,13 para 0,29 por hectare, uma variação de 123%. No caso de lavouras, o índice terá que ser duas ou três vezes superior ao atual.

Os novos índices não contavam com a aprovação do Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que pediu demissão do cargo há semanas. Ele argumentava que, num momento em que o agronegócio atravessa uma crise, com queda na produção e dificuldades para exportar, não seria correto promover alterações.

Na ocasião da saída de Rodrigues, o Presidente Lula garantiu que a política agrária não sofreria mudanças. Mas o fato é que a nova tabela está pronta para entrar em vigor, não importa o quanto a crise esteja afetando os produtores rurais.

A elevação dos índices de produtividade atende a interesses de entidades como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), este último o protagonista de um episódio de violência inédito no Brasil, em que parte da Câmara dos Deputados foi destruída. Tais movimentos têm sido beneficiários de uma montanha de recursos do Governo Federal – e a expressão não é nada exagerada. Segundo a organização não-governamental Contas Abertas, o atual Governo repassou R\$549 milhões, dos quais R\$280 milhões só no ano passado, para essas entidades, en-

tre as quais o MLST, que recebeu quase seis milhões de reais desde 2003.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é uma situação que joga no desânimo o produtor rural, hoje enfrentando problemas como câmbio desfavorável às exportações, juros altos, tributos elevados, variações do clima, que, em certas regiões, acabam com a colheita, e o alto preço dos insumos agrícolas.

Os investimentos na agricultura brasileira apresentaram uma queda média de quatro pontos percentuais desde o início da atual administração, e as verbas para a defesa sanitária caíram 32%. O surgimento de focos de febre aftosa, nos últimos meses, em várias regiões do País, não é obra de forças do além, e, sim, resultado do descaso governamental.

A mudança dos índices de produtividade não vai resolver os problemas do campo. Agricultores produzem mais quando há demanda. Se não têm para quem vender, simplesmente quebram. Nos últimos dez anos, calcula-se que cerca de 25 milhões de hectares foram destinados a projetos de reforma agrária. Mas nem mesmo a fabulosa quantia que o Governo petista doou aos movimentos que dizem representar os desprovidos de terras foi capaz de reduzir a violência no campo. Por quê?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso ocorreu porque entidades que dizem representar os sem-terra, presas a idéias que, no restante do mundo, estão devidamente sepultadas há décadas, não têm a menor vontade de solucionar o problema. Estão assim, interessadas em gravá-lo em nome de uma ideologia ultrapassada. Cabe à sociedade brasileira resistir a tais tentativas, dando um basta à cumplicidade que pauta as relações entre esses movimentos e o Governo Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a pelo brilhante discurso e por ter sido sucinto.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para fazer, mais uma vez, algumas observações a respeito da crise na infra-estrutura no Brasil. Essa é uma área que tem colocado obstáculos ao crescimento do País. O Brasil, para crescer, precisa ter logística e infra-estrutura devidamente resolvidas e equacionadas. O que vemos hoje é que não há avanços significativos, passados já quase quatro anos do Governo Lula. Ao contrário,

temos carência de boas estradas e aumento de custo para empresas de transporte, além de deixar sempre consignada a perda humana em acidentes no Brasil, que está muito acima da média internacional.

Já passou da hora de termos soluções paliativas para rodovias de grande movimento. Não dá mais para ficar fazendo apenas operações tapa-buracos em rodovias que têm tráfego como a rodovia BR-262, no meu Estado, que liga Belo Horizonte ao litoral capixaba. Essa é uma rodovia de tráfego intenso, com alto índice de acidentes. Passei por ela nesses últimos dias e vi que lá houve manutenção, taparam buracos, fizeram sinalização com o chamado olho de gato. Alguma coisa foi feita nesse setor. Mas não adianta uma solução dessa. É uma rodovia que precisa ser duplicada; tem volume de tráfego que justifica o processo de duplicação.

Fui à cidade de Itabira para um evento político do meu Partido, o PSDB, que lançava o vice-Prefeito Roberto Chaves como candidato a Deputado Federal. Ao passar por essa rodovia, pude ver, mais uma vez, a absoluta necessidade de ser duplicada. O ex-Prefeito Ronaldo Lages, o atual Prefeito João Izael, também lá de Itabira, lutam por essa providência, assim como o Presidente da Assembléia, Deputado Amauri Torres, também votado na região. Essa é uma rodovia, em Minas Gerais, que precisa ser duplicada.

Veja bem, Sr. Presidente, já saí do Governo de Minas há quase oito anos. Já naquela época discutíamos essa duplicação, buscávamos recursos para ela; deixamos avançado o processo com recursos que tinham sido destinados a partir da privatização da Companhia Vale do Rio Doce – havia recurso para os Estados. Eu havia conseguido consenso com os Prefeitos da região para que esses recursos fossem utilizados nessa duplicação, na duplicação da BR-262. Lamentavelmente, no Governo que me sucedeu, essa questão foi esquecida, e o dinheiro foi distribuído de outra maneira para as prefeituras e acabou-se sem que a obra de duplicação fosse feita.

Agora, temos outro caminho para fazer essa duplicação: por meio das chamadas PPPs ou do próprio processo de concessão de rodovias.

Entretanto, este Governo não conseguiu fazer nenhum processo sequer de concessão de rodovia à iniciativa privada. Essa seria uma forma moderna de fazer obras de infra-estrutura se o Governo não as fizer. Mas o Governo não faz concessão e não coloca as PPPs em funcionamento. Vivemos o pior dos mundos na área de infra-estrutura. O Governo faz apenas operações tapa-buracos. O dinheiro da Cide – volto a dizer, é muito dinheiro – é decorrente da aprovação, pelo Congresso, de uma taxação em cima da gasoli-

na. O dinheiro está aí sendo recolhido todo dia e não é empregado, como deveria ser, nas obras de manutenção das rodovias de todo o País.

Senador José Jorge, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Eduardo Azeredo, gostaria de me solidarizar com V. Ex^a. Realmente, este Governo, tanto do ponto de vista da privatização de rodovias – algumas delas já preparadas para privatização – quanto na questão das PPPs, não tomou nenhuma iniciativa. Então, as nossas rodovias tiveram apenas a chamada Operação Tapa-Buracos, que, como V. Ex^a sabe, tapa hoje e abre amanhã. É uma maquiagem que deveria durar até as eleições. Aparentemente, não vai chegar às eleições porque as estradas já estão novamente esburacadas. E o Senador Marco Maciel estava me dizendo aqui que não pagaram a Operação Tapa-Buraco relativamente aos valores previstos. Se fossem só as estradas, estaria bom, nós, brasileiros, estaríamos mais felizes; mas isso se deu também no setor de energia elétrica, um setor que acompanho mais de perto. Durante todo o Governo Lula, na verdade, praticamente não se construiu nada de novo. Estamos utilizando aquela sobra de energia, cerca de 12 mil megawatts, 20% do consumo, ainda da época do Governo anterior. Mas isso vai, pouco a pouco, sendo consumido: dois, três, quatro mil megawatts por ano, com a baixíssima taxa de crescimento do País, em torno de 2,3% ao ano, taxa superior apenas à do Haiti na América Latina. Sem dúvida, nosso País precisa de um choque de infraestrutura. Precisamos encontrar novos modelos para que possamos ter, com os recursos disponíveis, uma infra-estrutura que não atrase o desenvolvimento do nosso País. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador José Jorge, seu aparte vem exatamente somar no que diz respeito a essa preocupação. Tenho certeza que, a partir de janeiro, com a sua eleição como vice-Presidente da República na chapa do nosso candidato Geraldo Alckimin, teremos realmente uma visão diferente, uma visão aberta, uma visão que mostre que não podemos ficar com soluções pequenas. Precisamos de grandes soluções para a infra-estrutura no Brasil. A grande solução vem exatamente com investimentos com recursos do Tesouro, investimentos com o dinheiro da Cide, investimentos com a parceria com a iniciativa privada. Aí poderemos ter um País que ofereça condições de crescimento e competição com os outros países do mundo.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Marcos Guerra e depois o Senador César Borges.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador, V. Ex^a traz a essa tribuna um assunto que afeta praticamente o Brasil inteiro – as estradas. O Governo Federal colocou no combustível um imposto chamado Cide, como V. Ex^a acaba de citar. A Cide é um depósito compulsório feito pelo consumidor. Quando uma empresa cobra o IPI para repassar para o Governo Federal e o empresário não repassa esse tributo para os cofres públicos, ele é considerado inadimplente e é cobrado veementemente pelo Governo Federal. E o Governo Federal tinha obrigação de aplicar esses recursos oriundos da Cide nas rodovias federais. O que o Governo tem feito, Senador? Tem dado mau exemplo, pois esse dinheiro destina-se especificamente à recuperação das estradas federais. Infelizmente, o grande número de obras que estão sendo feitas no âmbito federal é realizado pelos governos estaduais e não pelo federal. Parabéns pelo seu pronunciamento, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Marcos Guerra, o Estado de V. Ex^a, o Espírito Santo, acaba sendo prejudicado, porque se a BR – 262 estivesse em melhor situação, mais mineiros iriam para as praias capixabas. Eles acabam não indo com medo das rodovias.

Concedo o aparte ao Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a traz um assunto da maior importância para o Brasil. Diversas vezes, tenho ido à tribuna falar sobre esse assunto. Veja bem, V. Ex^a: esse Governo que tudo prometeu e, lamentavelmente, não realizou é um governo virtual: fala muito e executa praticamente nada. Poderíamos dizer que é o “governo www”. Com relação às PPPs, recorda-se V. Ex^a, que fomos instados a aprová-las rapidamente. Veio um péssimo projeto do Executivo, e nós o melhoramos muito aqui no Senado. O Presidente da República anunciou que essas PPPs eram a panacéia, era aquela solução miraculosa que iria permitir a infra-estrutura brasileira receber, em poucos anos, investimento, de 20 bilhões. Nós aprovamos uma PPP honesta e séria. O Governo selecionou 23 prioridades, que seriam as primeiras PPPs. Quantas já foram licitadas? Sabe muito bem o Senador Eduardo Azeredo que nenhuma. V. Ex^a sabe a prioridade de uma estrada que é da maior importância para Minas e para a Bahia, que é a BR-116, a famosa Rio–Bahia. Pretende-se recuperá-la da divisa Minas com Bahia, na altura de Cândido Sales, passando por Vitória da Conquista, Jequié e chegando ao rio Paraguassu, de onde seria duplicada até a cidade de Feira de Santana. Está quase intransitável esse trecho pelo alto volume de tráfego e pelo baixo padrão geométrico do projeto da estrada que lá foi implantada na década de

50, na época de Getúlio Vargas. Também está a BR – 324, estrada que tem o maior volume de tráfego de todo o Nordeste do Brasil e que liga Feira de Santana a Salvador, está quase intransitável em virtude de escorregamento dos taludes, de aterro, de corte. É um problema incrível para a Bahia. Essa estrada está nas PPPs, e a obra não anda, não sai. Por quê? Por causa da inação, da incompetência, da falta de interesse desse Governo. V. Ex^a sabe quanto a Cide já recolheu? Recolheu 37 bilhões desde que foi criada e desse total quanto foi aplicado para recuperação de estradas? Nem 5 bilhões.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pois é. Um valor ridículo, um pouco mais de 10%.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Eu apresentei um projeto para que 20% da Cide fosse aplicado necessariamente na recuperação de rodovias. O projeto está tramitando, mas é claro que o Governo vai mandar sua Bancada votar contra ele. Se tivessem sido aplicados 37 bilhões nas estradas, muitas vidas teriam sido poupadas e a economia do Brasil teria economizado milhões, bilhões, de reais. Portanto, queria dar essa contribuição e parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador César Borges, agradeço as suas palavras.

Na questão das PPPs nem dá para o Governo dizer que é muito complicado. É um processo novo, é verdade, mas Minas Gerais já conseguiu fazer alguma coisa. A Bahia também está conseguindo. O Governador Aécio Neves abriu esta semana o processo licitatório, e cinco grandes grupos se credenciaram para recuperar a Rodovia MG – 50, que liga Belo Horizonte ao oeste mineiro.

Quer dizer, se um Estado consegue, por que o Governo Federal não consegue? E o que acontece? Há rodovias importantes, como essa, como a Rio–Bahia e outras, cuja construção data do Governo Juscelino Kubitschek; outras datam do Governo Vargas. Passaram quarenta, cinquenta anos, aumentou o volume de tráfego, e houve apenas obras paliativas. Por isso eu digo que precisamos de um projeto amplo, corajoso, arrojado, de duplicação das principais rodovias arteriais do País.

O Chile tem uma economia muito menor do que a nossa e possui uma rodovia que corta todo o país. É certo que o Chile é estreito, mas a rodovia acompanha todo o mapa do país em pista dupla, do norte até o sul do Chile, que é habitado.

Aqui não, poucas rodovias foram duplicadas. A maior parte delas ficam em São Paulo. Algumas que foram duplicadas, como é o caso da Fernão Dias, já estão sofrendo grande perda de qualidade por falta de manutenção.

Na Fernão Dias, desde o primeiro momento, estava previsto o pedágio e a concessão à iniciativa privada para manutenção. Ela está pronta há praticamente oito anos, e o Governo não consegue fazer um processo simples de concessão à iniciativa privada. Assim, vão continuar os gargalos que temos hoje. Discute-se agora a construção de nova siderúrgica na Região Sudeste, com a participação da Usiminas e da Vale do Rio Doce. Esse problema do transporte é um gargalo, acaba sendo um problema a mais para aqueles Estados que, como o meu, Minas Gerais, não estão no litoral, onde realmente ficaria mais fácil a logística para exportação.

No caso específico, precisamos – volto a dizer – de ação do Governo no sentido de investir recursos do Tesouro e da Cide; ação para que, de uma vez por todas, os processos de licitação para concessão à iniciativa privada sejam executados; para que as PPPs realmente deixem de ser apenas mais uma ilusão, como tantas desse Governo, a exemplo do Primeiro Emprego, que também não saiu do “chão”. Não conheço nenhum projeto de primeiro emprego que tenha sido implantado no Brasil; os números apresentados foram realmente ridículos. Então, aí é que está realmente esse gargalo. O Brasil, para crescer mais, precisa ter uma infra-estrutura à altura de sua imensidão. Não podemos continuar assim.

Volto a dizer: em Minas há outros trechos importantes. Eu poderia citar aqui, na própria 262, no sentido do Triângulo Mineiro, o trecho entre Betim e Juatuba. É inacreditável que ainda não tenha sido duplicado até hoje. Ainda no Triângulo Mineiro, não terminou a duplicação da rodovia entre Uberaba e Uberlândia, duas grandes cidades de progresso, que tem um tráfego considerável que justifica perfeitamente a duplicação. A Belo Horizonte–Rio de Janeiro também não foi duplicada até hoje. Então, não dá para termos soluções paliativas.

O caminho é realmente um programa mais amplo em que o País tenha obras efetivas e arrojadas, obras que façam com que o custo Brasil em transporte seja diminuído e o País possa crescer mais.

Esse é o desejo de todos nós. Nossa expectativa é a de que no próximo ano haja novo plano rodoviário no Brasil, já que não acredito que as soluções possam ser encaminhadas neste ano, como seria necessário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Azevedo, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

A Presidência informa que o próximo orador inscrito é o Senador César Borges.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gastarei apenas 30 segundos – não vou atrapalhar o Senador César Borges.

Sr. Presidente, quero agradecer o carinho que tenho recebido de todo o Brasil, carinho e *e-mails* de pessoas do País inteiro, reiterando a sua confiança na minha pessoa. Quero agradecer a solidariedade de milhões de brasileiros e reiterar que confio – um homem que confia em Deus, como eu confio e é dessa forma que eu tenho vivido e pautado a minha vida de forma digna, honrada e honesta – no senso de justiça das pessoas que, neste momento, trabalham e examinam documentos para dar uma resposta à Nação brasileira. Eu confio no senso de justiça – justiça do coração – do Relator e dos seus Pares e reafirmo à Nação, àqueles com quem convivo e aos que comigo não convivem mas que acompanham a minha vida e a minha trajetória, de que continuo da mesma forma, de cabeça erguida, destemido, confiante, até porque quem tem a verdade, quem fala a verdade, não tem absolutamente o que temer, nada tem a fazer senão confiar na justiça daqueles que precisam fazer justiça.

Por isso, eu agradeço a este País imenso, às pessoas de todos os lugares, de todos os credos, de todas as idades, o carinho que têm dispensado a minha pessoa.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria registrar neste momento.

Obrigado ao Senador César Borges por este momento.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF) – Senador Magno Malta, aceite nossa solidariedade, nosso apoio e força.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^a Senadora Heloísa Helena, desejo parabenizá-la pelo desempenho, ontem, na entrevista que concedeu na Rede Globo, apesar, talvez, de um pouco da dureza das perguntas. Não sei, Senadora Heloísa Helena, se aquilo estava preparado para os adversá-

rios do Presidente Lula e se, com ele, o tratamento será diferenciado. Esperamos que não. Esperamos que as perguntas sobre corrupção neste País feitas ao Presidente Lula não se limitem a uma, como deseja o Planalto. Que sejam feitas, como foram dirigidas ao candidato Geraldo Alckmin e a V. Ex^a, as perguntas que ache por bem fazer a televisão Globo, mas que não alivie – no popular – com o Presidente Lula! Se há alguém que tem de responder a este País muitas indagações que estão até aí hoje sem respostas, esse alguém é o Presidente da República, que tem responsabilidade sobre tudo isso que está acontecendo, de mensalão à sanguessuga. Espero que ele seja questionado sobre isso para responder. Eu queria parabenizá-la pela sua atuação.

Sr. Presidente, aqui eu queria dar notícia de um acontecimento que considero muito importante para o Nordeste brasileiro e que tive o prazer, a felicidade e a honra de presenciar.

Na sexta-feira passada, na cidade de Recife, acompanhei o Governador do Estado da Bahia, Paulo Souto, que caminha celeremente para uma reeleição, graças à confiança do povo do meu Estado ao seu excelente Governo. Lá acompanhei o Senador Antonio Carlos Magalhães, que recebeu homenagem pela ovação dos que estavam presentes quando anunciaram seu nome. Acompanhei o Vice-Governador do Estado, ex-Deputado e hoje Governador candidato à nova eleição, Heraldo Tinoco, e o Secretário de Planejamento do Estado da Bahia, Armando Avena, junto com representações da maior importância do Nordeste brasileiro.

Destaco aqui o Senador Marco Maciel, legítimo representante do Nordeste, em particular do seu querido Estado de Pernambuco. O candidato a Vice-Presidente e também nosso Senador José Jorge lá estava, assim como o Governador Mendonça Filho, que também continua uma caminhada de sucesso na vida pública em direção à sua reeleição, e o ex-Governador Jarbas Vasconcelos, com uma candidatura que se anuncia vitoriosa para o Senado – teremos o prazer de tê-lo aqui como colega a partir do próximo ano. Lá estavam presentes vários Governadores de Estado, como o Governador de Sergipe e o Governador da Paraíba, e também Vice-Governadores, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, para ouvir uma proposta que entusiasmou todos nós, que é a proposta do candidato a Presidente Geraldo Alckmin para o Nordeste, a qual levou o nome “Caminhos para um NovoNordeste”. Sr. Presidente, é uma proposta que não nasce simplesmente de um desejo de servir ao Nordeste brasileiro, mas que nasce essencialmente – e não poderia ser de outra forma, vin-

da de um homem sério, estudioso e aplicado como o Governador Geraldo Alckmin – de uma análise precisa e objetiva que ele fez do descompasso existente entre o desenvolvimento do Nordeste e a média nacional, mostrando que o Nordeste tem um crédito no País. É preciso que possamos tirar 31% de desequilíbrio existente entre a média nacional e o Nordeste brasileiro no desenvolvimento e em diversos aspectos.

Então, foi apresentado um estudo claro, minucioso, objetivo, mostrando que, em relação ao Índice de Desenvolvimento Social e ao Índice de Desenvolvimento Regional, o País tem um débito com o Nordeste brasileiro. Vários comparativos foram apresentados. Por exemplo, o PIB **per capita** do Brasil é de R\$10,342 mil. O do Nordeste é exatamente a metade, R\$5,123 mil. O percentual de empregos acima de dois salários mínimos, que, no País, é de 56%, no Nordeste só alcança 36%.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Permitirei com muito prazer, Senador José Jorge, futuro Vice-Presidente da República.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador César Borges, na realidade, V. Ex^a está trazendo para o plenário do Senado a notícia desse documento que o Presidente Geraldo Alckmin apresentou na última sexta-feira em Recife. Devo dizer que isso constitui grande avanço para o Nordeste, porque o Governo do Presidente Lula, além de não ter feito nada de relevante para o Nordeste, nem um programa, nem um projeto para o Nordeste ele tem ou tinha. Quer dizer, na verdade, ele nos enganou. Por ele ser nordestino, confiamos que iria fazer aquilo de que o Nordeste precisava. Acho que, na campanha eleitoral dele da última vez, nem cobramos a apresentação das idéias que ele tinha para o Nordeste. Na realidade, esse documento não existe. Não existe nada previsto, não existe nada feito. Então, o Presidente Alckmin, naquele dia, na sexta-feira, deu o primeiro passo, apresentou suas idéias, apresentou esse projeto que V. Ex^a tem em mão, o que vai nos permitir, durante toda a campanha eleitoral, discutir o documento, melhorá-lo, para que, ao final da campanha, com nossa vitória, possamos torná-lo um documento oficial e perseguir os objetivos durante os quatro anos de Governo. Esse é o mínimo que o Nordeste pode exigir de um candidato, de um Presidente. Então, V. Ex^a tem razão em ressaltar esse ponto, porque realmente é o ponto inicial de uma caminhada no sentido de melhorar os indicadores sociais e econômicos da nossa terra, do Nordeste. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador José Jorge, V. Ex^a tem inteira e absoluta razão. O atual

Governo nunca teve projeto para o Nordeste nem para o Brasil. O projeto do PT foi e é um projeto de poder, para manter-se no poder a qualquer custo. É um projeto arrivista, na concepção da palavra: faz qualquer coisa para se manter no poder e para obtê-lo. Nada realizou, não tinha projeto para o Nordeste, não diagnosticou o Nordeste e continua a enganar a população do Nordeste, lamentavelmente.

Quero ler aqui, aproveitando a oportunidade, Senador José Jorge, o que o Presidente disse no dia 28 de julho de 2003, quando, em Fortaleza, Capital do Ceará, anunciava a recriação da Sudene:

A Sudene está de volta, não uma volta ao passado, mas, sim, à reafirmação renovada de um instrumento indispensável ao desenvolvimento regional e nacional. Recuperar a Sudene e redefinir projetos estratégicos para o Nordeste brasileiro é quase condição fundamental para que a gente possa fazer com que o povo do nosso querido Nordeste volte a sorrir.

Foi o que disse o Presidente Lula, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 28 de julho de 2003. Onde está a Sudene que ele dizia que estava de volta? Não houve prioridade, o Governo nunca quis que essa Sudene voltasse a ser uma realidade. Agora, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério da Integração Nacional – veja bem, Senador Marco Maciel; sei que é amante do Nordeste – dá conhecimento de um documento chamado “Bases para a recriação da Sudene”. Sabem de quando é esse documento? De junho de 2006. O Presidente anunciou a recriação em julho de 2003, ou seja, exatamente há três anos e um mês. E o atual Ministro – acredito que poucos aqui sabem o nome dele e, por isso, vou declinar seu nome, que é Pedro Brito, que substituiu o ex-Ministro Ciro Gomes – diz no seu prefácio:

Denominada de “Bases para a recriação da Sudene – Por uma Política de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste”, esta publicação foi o primeiro resultado dos esforços gerados no âmbito do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a retomada do planejamento regional do País, conforme compromisso de campanha (...)

Quer dizer que este é o primeiro resultado – aqui está: não é recriação da nova Sudene, que ele anunciou em julho de 2003, mas é este papelucho aqui, apresentado como sendo o primeiro resultado dos esforços para uma política de planejamento regional.

Lamentavelmente, esse é um Governo virtual, que tem um débito enorme com o Nordeste brasileiro. E o futuro Presidente da República Geraldo Alckmin tratou de estudar a questão do Nordeste e de apresentar seus “Caminhos para um NovoNordeste”. Pretendo

falar aqui, rapidamente, sobre o que ele vai fazer sobre o Nordeste brasileiro.

Antes, concedo, com muita satisfação, um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães e ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Quero felicitar V. Ex^a. O Senador Marco Maciel já tratou desse assunto com muita propriedade, mas V. Ex^a fala também com a mesma autoridade de um Senador nordestino, que tem lutado por todas as causas do Nordeste e, em particular, pela recriação de uma verdadeira Sudene e não de uma Sudene que foi exterminada. Lula foi ao Ceará declarar que recriaria a Sudene, mas nada fez. Foi um trabalho aqui da nossa Comissão, à qual V. Ex^a pertence, presidida pelo Senador Tasso Jereissati, na qual apresentei um substitutivo. E V. Ex^a salientou muito bem que, agora, as coisas vão andar porque vão ficar sob a direção do próprio Presidente da República, que tomou esse compromisso público diante dos nordestinos. V. Ex^a, que sempre tem tratado de todos os assuntos do Nordeste e do País com muita propriedade, vem fazer um favor à Nação brasileira, por meio da TV Senado: tornar público o programa do Geraldo Alckmin para o Nordeste. Não será conversa fiada, como foi feito até agora pelo Dr. Lula. Será um programa real e não virtual. V. Ex^a tem absoluta razão. Quero mais uma vez felicitar V. Ex^a pelo discurso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães. Como V. Ex^a disse, uma das propostas do futuro Presidente Geraldo Alckmin é a de que a Sudene terá vinculação direta à Presidência da República, porque um dos fatores que levaram a Sudene a perder importância no passado foi sua desvinculação da Presidência da República, ficando sob o comando do Ministério da Integração Nacional. O compromisso assumido por Geraldo Alckmin é a Sudene recriada totalmente, com nova estrutura – vou falar sobre isso um pouco –, mas vinculada diretamente ao Presidente da República.

Concedo um aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador César Borges, ilustre representante do Estado da Bahia no Senado Federal, a exemplo de manifestações anteriores, inclusive do Senador Antonio Carlos Magalhães, quero me congratular com V. Ex^a pelo seu discurso, chamando a atenção para a nossa região, o Nordeste, e destacando, de modo especial, a proposta sexta-feira apresentada pelo futuro Presidente Geraldo Alckmin. Na verdade, V. Ex^a tem razão quando salienta que foi uma iniciativa muito importante e oportuna e mostra também que nosso candidato tem, de fato, uma proposta clara para o Nordeste – não somente clara, mas factível. Não são

planos irrealizáveis, não são sonhos impossíveis porque sabemos que a sociedade nordestina não aceita mais esses acenos. A proposta de Alckmin é baseada em algo que guarda total consistência com o que quer o povo nordestino, a partir, como salientou V. Ex^a, da recriação da Sudene e diretamente subordinada à Presidência da República. Vale dizer que a Sudene se transforma, assim, num Ministério, como foi no tempo de Juscelino Kubitschek, quando Celso Furtado despachava diretamente com o Presidente da República e tinha um gabinete no próprio Palácio do Planalto. O futuro Presidente Geraldo Alckmin, com isso, demonstrou dar uma prioridade ao Nordeste e, mais do que isso, apresentou um programa que envolve ações todas elas muito articuladas, não somente no plano social mas também no plano econômico e cultural. Ao concluir o aparte a V. Ex^a, estou certo de que, com essa proposta, o Presidente Geraldo Alckmin vai ter uma grande adesão do povo nordestino, que espera, naturalmente, por propostas concretas, e não medidas que não saem do papel, ou seja, são mais virtuais do que reais. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Essa proposta do futuro Presidente Geraldo Alckmin, apresentada e aplaudida por tantos Governadores, Senadores e líderes políticos do Nordeste, parte da constatação que nós, nordestinos, temos de exigir uma atenção especial. Ele constatou que o índice de desenvolvimento regional do Nordeste é de 31%, ou seja, a situação socioeconômica nordestina está 31% aquém da média nacional. Daí nasce a proposta do futuro Presidente Alckmin para um novo Nordeste, que inicia com um compromisso – ele disse isso claramente às lideranças nordestinas –: investir no homem e em infra-estrutura. É o que faremos para promover o desenvolvimento do Nordeste e colocar a região em pé de igualdade com o País. Esse compromisso foi assumido publicamente e tenho certeza de que é realidade.

A partir daí, ele traça suas linhas de ação: crescer para gerar oportunidades; crescer para eliminar a pobreza; crescer para eliminar a desigualdade regional. Qual a meta de redução desse desequilíbrio? Que o Nordeste cresça acima da média brasileira. A disparidade social deve ser reduzida a um ritmo superior ao do crescimento econômico nacional; senão, nunca vamos superar esse *gap*, essa diferença existente entre a média nacional e o Nordeste brasileiro. Nasce as propostas prioritárias. Quais são? Uma nova Sudene, uma nova Sudene baseada exatamente nesses pressupostos, diretamente vinculada ao Presidente da República, organizada de forma a se voltar para o planejamento e as decisões estratégicas, articuladora e parceira de

iniciativas estaduais de desenvolvimento, focada nas políticas e projetos transversais e estruturantes para a região, financiada por recursos orçamentários, não contingenciáveis, estrutura necessária e corpo técnico de alta qualificação.

Propõe o futuro Presidente Alckmin uma regra de orçamento adicional, quer dizer, em relação à média nacional, tem de haver um adicional no orçamento para atender o Nordeste brasileiro e assim diminuirmos as desigualdades regionais. Reestruturação e implantação dos fundos de financiamento regional; política de equalização de custos e investimentos privados. Ou seja, uma indústria para ser implantada no Nordeste tem um custo...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, um pouco de tolerância e chegarei já ao final do meu discurso.

É preciso uma compensação. Aconteceu isso quando conquistamos a Ford para a Bahia. Havia uma diferença de US\$ 500.00 entre um carro produzido no Nordeste e um produzido em São Paulo porque em São Paulo havia as matérias-primas mais próximas e também o mercado consumidor. Ora, mas por isso vamos concentrar tudo em São Paulo? Então foi preciso se bancar esse diferencial de custo para que a Ford fosse para a Bahia, e hoje é um grande sucesso. Foi bancado, porque houve compreensão dos Governos de então: do Governo Fernando Henrique Cardoso e do Governo da Bahia, dando incentivos fiscais.

Se isso for compreendido pela Nação – e será – e pelo Presidente da República, que representará a Nação, com certeza vamos promover o desenvolvimento do Nordeste muito rapidamente.

Semi-árido de oportunidades. Ou seja, hoje, no nosso semi-árido, temos projetos de irrigação, Senador Marcos Maciel, V. Ex^a conhece muito bem, nas regiões de Petrolina e Juazeiro, que são um verdadeiro sucesso. Mas os que estão em andamento estão paralisados, como é o Projeto Salitre, na região de Juazeiro, e o Projeto Baixio de Irecê, na região de Xique-Xique, na Bahia. E também há em Pernambuco projetos paralisados, se não me engano, o Pontal.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Exatamente. Aliás, desculpe-me interrompê-lo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Senador César Borges, no Orçamento de 2003, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deixou alocado um volume “x” de recursos para a continuidade das obras de irrigação. No dia 1º de janeiro

– ou no dia 2 de janeiro, pouco importa – de 2003, o Ministério da Integração nacional obteve do Presidente a assinatura de um decreto que mandou contingenciar esses recursos, que não foram liberados durante toda a execução orçamentária. A partir daí, então, os projetos de irrigação, não só no seu Estado, a Bahia, mas em Pernambuco, estão literalmente paralisados.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Na Bahia, idem.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nenhum hectare foi irrigado na região, pelo menos que tenha conhecimento. A não ser que haja sido através da iniciativa privada ou de um governo estadual. Hoje, vi num dos jornais, penso que no **Valor Econômico**, que o Governo estava cogitando uma proposta para irrigação, que só será apresentada daqui a 90 dias, diz o jornal, mas com recursos do BIRD. Então, fico pensando se ainda vamos ter de receber esse dinheiro via PPPs, inviabilizando os esforços para reduzir a diferença que nos separa do Sul e do Sudeste do País. Veja que essa questão da irrigação é algo que vem desde a década de 60. Os primeiros projetos em Pernambuco, na margem do São Francisco, foram muito bem sucedidos. Isso depois foi se disseminando de Pernambuco, Bahia, para outros estados, inclusive Minas Gerais, do Senador Eduardo Azeredo. Mas esses recursos sempre foram da União. Agora, pelo que li no jornal, pode ser que não seja uma notícia correta, os recursos viriam também da iniciativa privada, onerosos para a região. Isso é mais uma prova de que o Nordeste não foi prioridade para o Governo do Presidente Lula, pelo contrário.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Marco Maciel, fiz um pronunciamento aqui, na semana passada, em que disse que este Governo do Presidente Lula é um Governo sem legado.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a está sendo injusto. Creio que V. Ex^a está querendo dizer que é um Governo sem legado positivo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Positivo, claro. Sem legado de obras, de realizações permanentes. O legado, provavelmente, que ele deixa são os escândalos, a corrupção, os valeriodutos, os mensalões, os sanguessugas, a tentativa de corromper a vontade nacional que é feita pela compra de Parlamentares. Tudo isso é culpa do Governo Federal.

Os projetos de irrigação estão paralisados. Para alguns projetos falta muito pouco, pelo menos para a primeira fase, a fase inicial, para serem concluídos. Sabe muito bem V. Ex^a, nós também sabemos, que esses projetos não podem ser feitos com recursos onerosos. Eles têm que ser feitos com recursos do Orçamento Geral da União. Isso porque não há viabilidade na implantação da infra-estrutura. A viabilidade pode

se dar para o pagamento do custo, depois da operação da água. Mas nunca para pagar a infra-estrutura de canal de adução, de canal principal.

Quero concluir dizendo que há mais do que compromisso com a região do Nordeste. O futuro Presidente Geraldo Alckmin se compromete e vai realizar o desenvolvimento de cidades-pólo no Nordeste, para impedir que as capitais possam inchar em decorrência dos problemas sociais, como ocorre agora.

Preservação do meio ambiente; infra-estrutura e logística, uma prioridade absoluta; implantação de áreas portuárias industriais; inovação e empreendedorismo; turismo e cultura, uma grande vocação do Nordeste brasileiro – está aí o Prodetur, que foi um grande programa do primeiro Governo Fernando Henrique; o Prodetur 2 não saiu no Governo Lula. São quatro anos paralisados, sem serem aprovados projetos que desenvolvem o turismo do Nordeste brasileiro –; agronegócio e agricultura familiar; política social diferenciada e gestão por resultado.

Esses foram os compromissos assumidos. Com relação a uma parte importantíssima para o Nordeste, que tem 2/3 da sua região no semi-árido, um plano decenal para os recursos hídricos; projeto de revitalização ambiental e regularização do rio São Francisco; projeto de gestão integrada da bacia do São Francisco; ampliação da capacidade dos reservatórios de água e de distribuição hídrica.

Este é um compromisso fundamental. Ninguém é contra repartir as águas do rio São Francisco. Mas vamos salvá-lo, vamos revitalizá-lo, a partir daí, em projetos sérios que tenham viabilidade técnica e econômica, que não sejam criados artificialmente para se captar recursos para a campanha. Aí será feita a cessão das águas para os nossos irmãos nordestinos.

Sr. Presidente, sem querer abusar do tempo, quero dizer que foi um momento muito importante para o Nordeste brasileiro, que pode almejar novos dias com a presença do futuro Presidente Alckmin, determinado, sério e, acima de tudo, compromissado com a região, e não um Presidente virtual como esse que aí está, que não realizou nada para o Nordeste e que não deixou nenhum legado positivo para a região.

Sr. Presidente, peço que conste dos Anais esta Publicação do GTI da Sudene.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÉSAR BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PREFÁCIO

(PUBLICAÇÃO DO GTI DA SUDENE)

A presente publicação, base da proposta que o Grupo de Trabalho Interministerial para Recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (GTI da SUDENE), instituído pelo Presidente da República em fevereiro de 2003, apresentou como documento balizador da formulação da nova agência, tem significado especial para a divulgação do conjunto de produtos gerados na retomada da “questão regional” na agenda de prioridades do Governo Federal.

Denominada de “Bases para a recriação da Sudene – Por uma Política de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste”, esta publicação foi o primeiro resultado dos esforços gerados no âmbito do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva para a retomada do planejamento regional no país, conforme compromisso de campanha do então candidato à presidência, tendo como foco a Região Nordeste e, mais especificamente, a deflagração do processo de recriação da Sudene.

Tal fato ocorreu em paralelo à discussão que norteava a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, contando-se, em ambos os casos, com a coordenação técnica do Ministério da Integração Nacional - MI, por meio da economista Tânia Bacelar, ex-Secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional e professora da Universidade Federal de Pernambuco, na qualidade de coordenadora do GTI da SUDENE.

É digna de registro a orientação que permeia a presente publicação, construída sob a perspectiva de retomada do planejamento regional em bases socialmente justas, ambientalmente sustentáveis e com foco na melhoria das condições de competitividade da economia nordestina.

O documento serviu, ainda, como pano de fundo às proposições do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE) e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido (PDSA), ambos elaborados como versões para discussão e que estão sendo submetidos à avaliação da sociedade regional.

O Ministério da Integração Nacional, por intermédio da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, ao divulgar, na íntegra, como parte da série “Documentos de Base da Política Nacional de Desenvolvimento Regional”, o texto que inaugurou a discussão da recriação da SUDENE, presta justa homenagem a todos que colaboraram na elaboração deste importante documento, marco do ressurgimento do planejamento regional como item prioritário na agenda de desenvolvimento do Nordeste.

PEDRO BRITO

Ministro da Integração Nacional

No dia 20 de maio de 2003 durante sessão da CAE que tratou da recriação da SUDENE o Ministro **Ciro Gomes** afirmou:

“A outra tarefa -- do Ministério da Integração Nacional -- será propor ao Governo uma tese que me é muito cara, desde que abracei a vida pública por vocação, e que é, creio, a mesma tese dos que militam na política das regiões mais pobres do País: a superação dos desníveis regiões não é uma questão manejável em termos de política setorial.”

“Isso feito, levarei ao Presidente da República o escopo final, para que Sua Excelência decida. Levarei com a ponderação de que essa nova entidade seja criada por projeto de lei remetido ao Congresso Nacional.”

“Se Sua Excelência, o Presidente, concordar, V. Ex^{as} me concederão e terão a paciência de me ver por aqui todos os dias, tentando abreviar os prazos regimentais e fazer com que o processamento desse trâmite legislativo seja o mais célere possível, sempre lembrando, porque conheço, a rotina impressionante com que V. Ex^{as} ocupam praticamente doze a quatorze horas por dia, tanto mais se o País tem uma agenda de reformas que vai absorver graves atenções.”

No dia 28 de julho de 2003 o **Presidente Lula** anunciou oficialmente, em Fortaleza, a **recriação da SUDENE**, e disse:

“A Sudene está de volta. Não uma volta ao passado, mas sim a reafirmação renovada de um instrumento indispensável ao desenvolvimento regional e nacional”

“Recuperar a Sudene e redefinir projetos estratégicos para o Nordeste brasileiro é quase que condição fundamental para que a gente possa fazer com que o povo do nosso querido Nordeste voltar a sorrir.”

**GERALDO
ALCKMIN45
PRESIDENTE**

NovoNordeste

Recursos Hídricos - Plano Decenal

- > Projeto de Revitalização Ambiental e Regularização do Rio São Francisco.
- > Projeto de Gestão Integrada da Bacia do São Francisco.
- > Ampliar a capacidade de reservação e distribuição hídrica.



NovoNordeste

Propostas Prioritárias

Desenvolvimento de uma Rede de Municípios-Pólo

O desenvolvimento do meio rural nordestino será alavancado pela promoção de uma rede de municípios-pólo que permitirão a redução de sua vulnerabilidade social, a menor dependência da região em relação às atividades tradicionais de agropecuária e o redirecionamento do fluxo migratório hoje concentrado nas capitais da Região e no sul do país

**GERALDO
ALCKMIN45
PRESIDENTE**

NovoNordeste

Propostas Prioritárias

Infra-estrutura e logística para o desenvolvimento

- > Ampliação, modernização e consolidação de uma rede de portos concentradores (Hubs) alimentados por portos locais
- > Ampliação, modernização e consolidação de uma rede de aeroportos concentradores (Hubs) alimentados por aeroportos regionais
- > Modernização e implantação de uma rede ferroviária interligando as principais regiões de dinamismo econômico, aos portos concentradores e às demais redes ferroviárias nacionais
- > Consolidação de uma rede de hidrovias na Região
- > Saneamento básico – água e esgoto – para toda região

NovoNordeste

Propostas Prioritárias

Infra-estrutura e logística para o desenvolvimento

- > Duplicação das rodovias que ligam as capitais do Nordeste formando o corredor turístico Costa Dourada
- > Ampliação e construção de uma Rede de Gasodutos interligando as capitais da Região

- > Diversificação e ampliação da capacidade de geração de energia da matriz energética da Região a partir de biocombustíveis como o biodiesel e álcool e fontes alternativas, como energia eólica e gás
- > Implantação de uma rede de telecomunicações baseada em internet banda larga
- > Implantação de uma rede de intermodais de carga

NovoNordeste

Propostas Prioritárias

Políticas Sociais Diferenciadas

As políticas sociais de caráter nacional deverão refletir em suas prioridades as atuais diferenças regionais nas condições de vida e no acesso aos serviços públicos de saúde, educação, segurança, habitação e saneamento.

NovoNordeste

Propostas Prioritárias

Políticas Sociais Diferenciadas

- > Ampliação da matrícula do ensino médio
- > Mecanismos de incentivos para o melhor desempenho dos alunos

- > Fortalecimento do Bolsa-Família, com a criação do Agente da Família
- > Criação do Bolsa-Crédito para as famílias que hoje não se qualificam nos programas de microcrédito tradicional

NovoNordeste **Propostas Prioritárias**

8. Infra-estrutura e logística
9. Implantação de Áreas Portuárias Industriais
10. Inovação e Empreendedorismo
11. Turismo e Cultura
12. Agronegócio e Agricultura Familiar
13. Políticas Sociais Diferenciadas
14. Gestão por Resultados

NovoNordeste **GERALDO**
Propostas Prioritárias **ALCKMIN45**
Semi-Árido de Oportunidades
PRESIDENTE

O conjunto de políticas e ações para o desenvolvimento do Semi-Árido inclui:

- > Plano decenal de recursos hídricos, com participação integrada dos Estados e Governo Federal
- > Política de inovação tecnológica e empreendedorismo
- > Política de capacitação da população local
- > Desenvolvimento de Municípios-Pólo
- > Arranjos Produtivos Locais
- > Tratamento de urgência social para as áreas de concentração de pobreza extrema
- > Sistema de alerta social associada às adversidades climáticas
- > Gestão integrada

GERALDO
ALCKMIN45
P R E S I D E N T E

NovoNordeste

Propostas Prioritárias

1. Nova Sudene
2. Regra do Orçamento Adicional
3. Reestruturação e Implantação de Fundos de Financiamento Regional

4. Política de Equalização de Custo de Investimentos Privados
5. Semi-Árido de Oportunidades
6. Desenvolvimento de uma Rede de Cidades-pólo
7. Preservação do Meio-Ambiente

NovoNordeste

Propostas Prioritárias

Nova Sudene

**GERALDO
ALCKMIN45
PRESIDENTE**

- > Diretamente vinculada ao Presidente da República
- > Organização voltada para o planejamento e decisões estratégicas
- > Articuladora e parceira de iniciativas estaduais de desenvolvimento
- > Focada nas políticas e projetos transversais e estruturantes para a região
- > Financiada por recursos orçamentários não contingenciáveis
- > Estrutura necessária e corpo técnico de alta qualificação

NovoNordeste

**GERALDO
ALCKMIN45
PRESIDENTE**

Qual a meta de redução desse desequilíbrio?

A economia do Novo Nordeste crescerá
acima da média do Brasil.

A disparidade social será reduzida a um
ritmo superior ao do crescimento
econômico nacional.

NovoNordeste

**GERALDO
ALCKMIN45
PRESIDENTE**

IDS e IDR por Regiões | 2005

Região	IDS	IDR
Norte	0,874	-13%
Nordeste	0,692	-31%
Sudeste	1,206	21%
Sul	1,222	22%
Centro Oeste	1,084	8%
Brasil	1,000	-

NovoNordeste

**GERALDO
ALCKMIN45
PRESIDENTE**

- ✓ Crescer para gerar oportunidades
- ✓ Crescer para eliminar a pobreza
- ✓ Crescer para eliminar a desigualdade regional

NovoNordeste

**GERALDO
ALCKMIN45
PRESIDENTE**

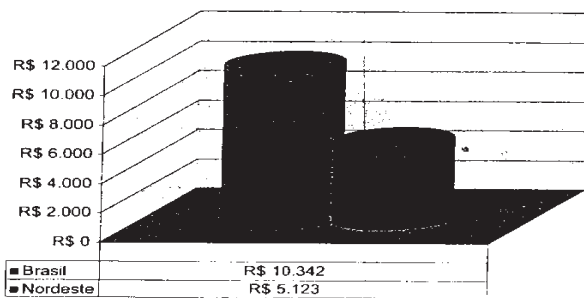
“Investir no homem e em infra-estrutura é o que vamos fazer para promover o desenvolvimento do Nordeste e colocar a região em pé de igualdade com o resto do país”

Caminhos para um **Novo Nordeste**

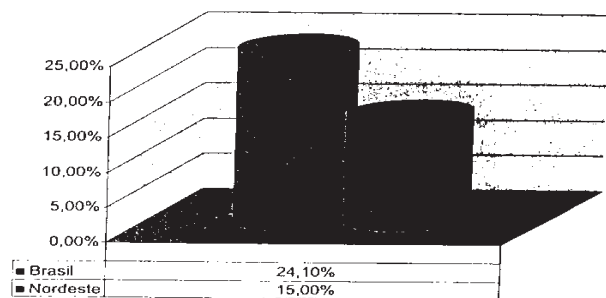
GERALDO ALCKMIN 45
PRESIDENTE

IDS BRASIL X IDS NORDESTE – 2005

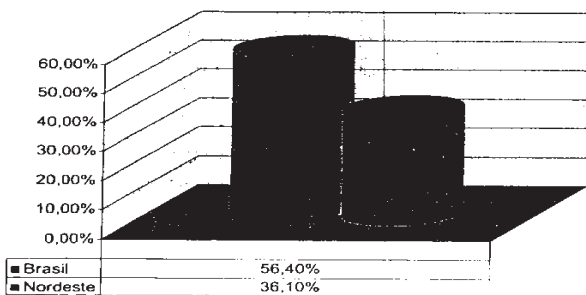
1. PIB Per Capita



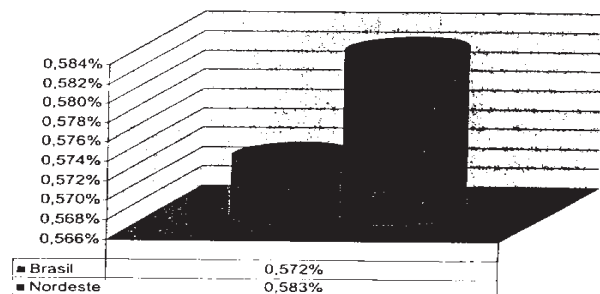
2. Grau de Abertura



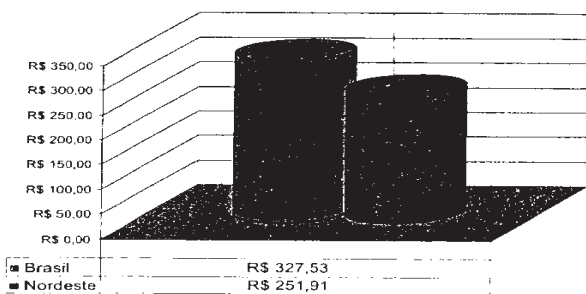
3. Percentual de Emprego Acima de 2 Salários Mínimos



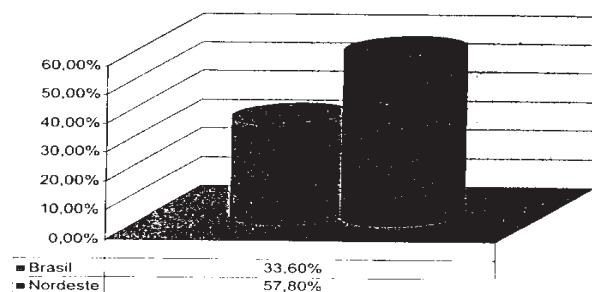
4. Índice de GINI



5. Renda Domiciliar Per Capita



6. População Pobre



Caminhos para um **Novo Nordeste**

A proposta **Novo Nordeste** caracteriza-se pela objetividade e tem como premissa fundamental o Índice de Desenvolvimento Social-IDS.

O IDS está consolidado a partir de indicadores econômicos, indicadores relativos à pobreza e indicadores sociais.

IDS - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Indicadores



1. PIB per capita (IBGE)
2. Grau de Abertura (MDIC/SECEX)
3. % de empregos acima de 2 sal. mínimos
4. Índice de Gini (IPEA)
5. Renda domiciliar per capita (IPEA)
6. % da população pobre (IPEA)
7. % da população com Ensino Médio (PNAD)
8. % da população com nível superior (PNAD)
9. Nota média no SAEB (MEC/INEP)
10. Taxa de Mortalidade Infantil (IBGE)

Dimensão

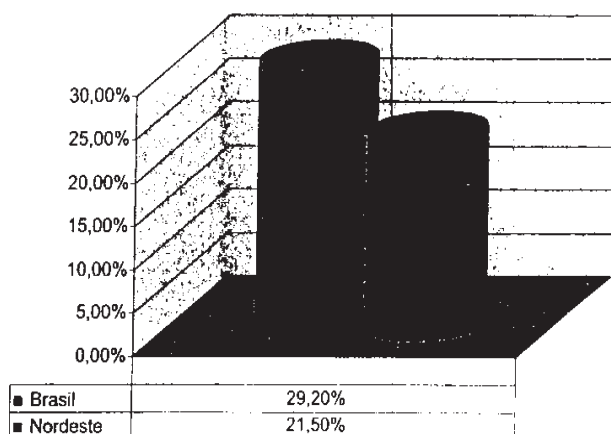


Econômica

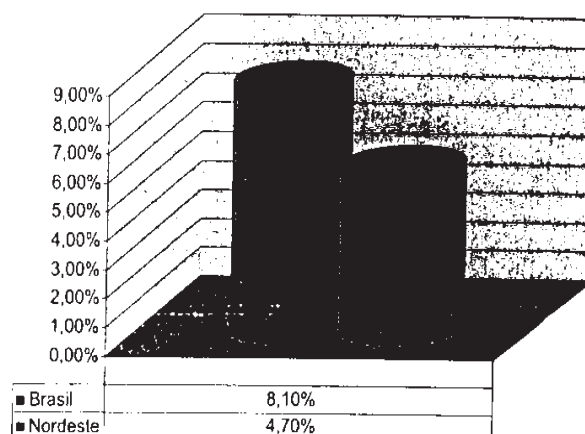
Pobreza

Social

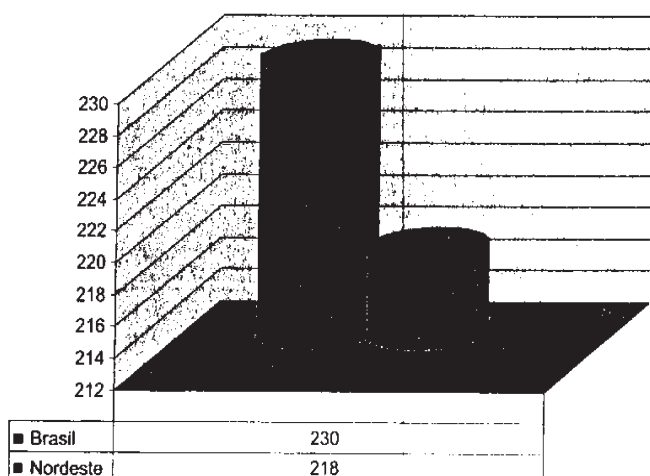
7. População com Ensino Médio Completo



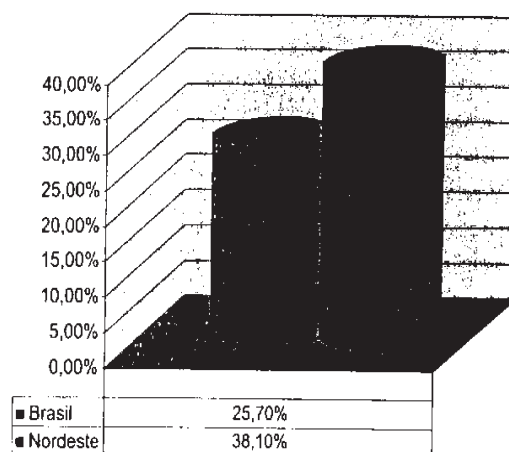
8. População com Nível Superior



9. Nota Média no SAEB



10. Taxa de Mortalidade Infantil



Tais indicadores fornecem o estágio atual de desenvolvimento social do Nordeste e do Brasil, e a diferença entre as duas realidades resulta na formação do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR).

Hoje, o IDR do Nordeste é de 31%, ou seja: a situação socioeconômica nordestina está 31% aquém da média nacional. E é justamente esse hiato (GAP) que as quatorze propostas básicas do NovoNordeste pretendem suprimir.

Propostas

Novo Nordeste

1. Nova Sudene

Recrutar a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) com a função precípua de planejamento e de integração da representatividade política, social e intelectual no âmbito da sua área de atuação. Caberá à instituição, basicamente, traçar grandes estratégias regionais e coordenar as políticas públicas no Nordeste, sendo diretamente ligada ao Presidente da República.

2. Regra do Orçamento Adicional

Garantia de que o Nordeste receberá, a partir de 2008, um adicional orçamentário vinculado à dimensão do desequilíbrio regional medido pelo IDR.

3. Reestruturação e Implantação de fundos de financiamento

- a) manter o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) operado pelo Banco do Nordeste (BNB) e com foco no setor privado;
- b) efetivar o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), que deverá ficar sob responsabilidade da Sudene e apoiar investimentos em infra-estrutura regional;
- c) efetivar, no âmbito da reforma tributária, o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), favorecendo investimentos estaduais em infra-estrutura;
- d) criar o Fundo de Risco do Nordeste (FRN), que permita ao BNB participar em projetos de capital de risco direcionado às empresas inovadoras;
- e) criar um Fundo garantidor de parcerias público-privado (PPP), para induzir investimentos privados no Nordeste.

4. Política de Equalização de Custo de Investimentos Privados

Desenvolvimento de mecanismos para compensar os maiores custos dos investimentos privados decorrentes, principalmente, das deficiências de infra-estrutura, recursos humanos e da distância dos mercados consumidores nacionais.

5. Semi-Árido de Oportunidades

Conjunto integrado de políticas permanentes, com uma visão regional, focadas em dotar o semi-árido de infra-estrutura, tecnologia e recursos humanos qualificados para aproveitar o potencial econômico inexplorado. A ação do governo assumirá papel de agente emancipador, em contraponto ao atual modelo emergencial e clientelista.

6. Desenvolver uma rede de Cidades-Pólo

O desenvolvimento do meio rural nordestino será alavancado pela promoção de uma rede de cidades-pólo que permitirão a redução de sua vulnerabilidade social, a menor dependência da região em relação às atividades tradicionais de agropecuária e o redirecionamento do fluxo migratório hoje concentrado nas capitais da Região e no eixo Rio - São Paulo.

7. Preservação do Meio Ambiente

Programa de combate à desertificação e programas de estudo e divulgação do bom uso dos recursos naturais, para a preservação do solo, da biodiversidade e dos recursos hídricos.

8. Infra-estrutura e logística para o desenvolvimento

Desenvolvimento de uma logística de infra-estrutura integrada que trabalhará de forma equilibrada as dimensões via, veículo e equipamentos.

9. Implantar Zonas Portuárias Industriais

Desenvolvimento de zonas portuárias industriais, com regime institucional próprio, voltadas para a agregação de valor e para o mercado externo.

10. Inovação e Empreendedorismo

Maior estímulo à pesquisa, à inovação e ao empreendedorismo, com base na criação de mecanismos como os “agentes de inovação” e os “parques tecnológicos” cuja atuação se dá, respectivamente, no estímulo às atividades de pesquisa no âmbito de empresas, e na aproximação das universidades em relação às demandas de governos locais e do setor produtivo. Ou seja, cultivar nos centros de ensino e pesquisa uma visão pró-ativa em relação ao mercado e necessidades das populações regionais, com foco principal nas pequenas empresas e arranjos produtivos locais (APLs).

11. Turismo e Cultura como vetores de desenvolvimento

Construção da Costa Dourada (duplicação das BRs que ligam as capitais do Nordeste) e consolidação da Indústria de Turismo com visão regional, pelo aproveitamento de seus recursos naturais e do turismo religioso, cultural e ecológico. Implantação de uma política “de céu aberto” e ampliação e modernização de terminais de passageiros nos portos e aeroportos da Região. Fortalecimento do PRODETUR e investimentos na preservação do patrimônio regional.

12. Agronegócio e Agricultura Familiar

Incorporação das novas fronteiras de expansão regional à economia nacional por meio de infra-estrutura para o desenvolvimento, identificação de áreas com potencial para o desenvolvimento de empreendimentos com competitividade internacional (Agropólos), promoção de atividades de alto valor agregado, fortalecimento da agricultura familiar sustentável e consolidação dos assentamentos de reforma agrária em áreas de irrigação.

13. Políticas Sociais Diferenciadas

As políticas sociais de caráter nacional deverão refletir em suas prioridades as atuais diferenças regionais nas condições de vida e no acesso aos serviços públicos de saúde, educação e segurança.

14. Gestão por Resultados

As ações e recursos do governo federal serão gerenciados com ênfase na obtenção de resultados previamente definidos e pactuados com os diversos atores relevantes.

COUGAÇÃO POR UM BRASIL DECENTE / PSDB - PFL VICE JOSÉ JORGE

GERALDO
ALCKMIN45
P R E S I D E N T E

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Otávio.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar o registro de que nesta segunda-feira, dia 07 de agosto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou uma lei que, para todas nós mulheres e para todos os homens que são da paz, é muito importante porque pune com maior rigor os crimes de violência contra a mulher.

Esta lei, debatida profundamente no Congresso Nacional e votada durante o esforço concentrado, altera o Código Penal, e faz com que as penas deixem de ser meramente pecuniárias – aquela história das multas e das cestas básicas –, passando a ser penas efetivamente de prisão, de detenção, para os crimes de violência doméstica, inclusive triplicando o período, que vai passar a ser de três meses até três anos.

A lei também prevê medidas inéditas de proteção para a mulher que está em situação de violência, bem como medidas para que a mulher vítima ou em risco de violência possa ser atendida pelos programas de inclusão social, em âmbito nacional, estadual e municipal.

Por último, esta lei muito importante estabelece a criação dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o que vai certamente agilizar os processos. Esta lei vem sendo inclusive denominada Lei Maria da Penha, que é uma mulher emblemática e que simboliza toda essa nossa luta de combate à violência contra a mulher, tendo em vista que ela foi duas vezes vítima de tentativa de assassinato pelo seu ex-marido e ficou paraplégica. O ex-marido só foi punido depois de 19 anos e com uma pena bem leve de apenas dois anos.

Portanto, a Lei Maria da Penha é uma vitória de todos aqueles que querem a paz, a relação sadia, sem violência, entre homens e mulheres. E aqueles que não a cumprem que sejam punidos de forma adequada.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Exª será atendida na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio, por permuta com o Senador Romeu Tuma.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Romeu Tuma pela compreensão e pelo incentivo a que eu fizesse este pronunciamento, que julgo muito importante, pelo momento que vivemos neste País, quando tanto se fala em caixa dois, em recursos não contabilizados, em “propinodutos” e outras expressões do gênero. Penso que é oportuno voltarmos à idéia do Imposto Cidadão.

O Imposto Cidadão, Sr. Presidente, batizado de maneira um pouco simplista como Imposto Único, é tema de Proposta de Emenda à Constituição que apresentei em março de 2003, que tramita ainda hoje nesta Casa, na CCJ, aguardando o parecer do nobre Senador Jefferson Péres.

A bem da verdade, devo destacar, tal como fizera na justificação de minha Proposta, em 2003, que o texto da PEC que trouxe à consideração de meus Pares é idêntico ao apresentado na Câmara, em 2001, pelo então Deputado Marcos Cintra.

Reitero os motivos que me levaram, naquela oportunidade, a adotar a decisão de não introduzir modificações no texto de autoria do referido Parlamentar: desejava tão-somente aproveitar o avançado estágio de maturação que a proposta tinha alcançado na Câmara dos Deputados, já que fora aprovada, por unanimidade, em Comissão Especial que a examinara exaustivamente.

Pois bem! Passaram-se os anos. Foram-se 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, e o Brasil segue a conviver com esse esdrúxulo sistema tributário que todos criticam, mas que, ao mesmo tempo, todos aceitam. Um sistema tributário, Sr. Presidente, que contribui enormemente para a existência de caixa dois, três ou quatro. Um sistema tributário, Srªs e Srs. Senadores – peço que me permitam utilizar uma expressão já bem conhecida –, em que muitas vezes o Governo finge que cobra e os sonegadores fingem que pagam. Arrecadação segura, garantida, o Poder Público vai buscar apenas junto aos assalariados, mais especialmente os da classe média, que não têm como fugir ao recolhimento na fonte, ou então junto aos empreendedores honestos, que, embora a contragosto, acabam por resignar-se ao pagamento de um número cada vez maior de taxas e contribuições.

Nosso sistema tributário é tão anacrônico, Sr. Presidente, que fica difícil até saber ao certo a exata quantidade de tributos a que somos submetidos. Tenho em mão um levantamento, realizado pelo Portal Tributário em 2005, que dá conta da existência de 74 tributos em nosso País. Isso mesmo! Entre impostos,

contribuições, taxas e contribuições de melhoria, os cidadãos e as empresas do Brasil são obrigados a conviver com 74 diferentes tributos!

Mas isso não é tudo. Além de serem numerosos, nossos tributos têm a incrível capacidade de viver em constante mutação, quase sempre para aumentar o tamanho da “mordida” no bolso do contribuinte. Um estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, o IBPT, divulgado há pouco tempo, revelou que, de 5 de outubro de 1988, data em que foi promulgada a nossa Constituição Cidadã, a 5 de outubro de 2005 – em exatos 17 anos, portanto –, foram editadas, em nosso País, 225 mil normas referentes a questões tributárias.

Repito o número, Sr^{as} e Srs. Senadores: 225 mil normas tributárias em 17 anos; 36 novas regras por dia; 50 por dia útil.

Ou seja, o cidadão brasileiro não precisa apenas de mais e mais dinheiro para saciar o apetite dos cofres públicos; precisa, igualmente, viver de olho no **Diário Oficial**, para ver se não perde as mudanças de cada dia das normas tributárias.

Sr. Presidente, as conseqüências de tanta inventividade, de tanta complexidade, não poderiam ser benfazejas. Ao contrário, o estudo do IBPT que acabei de citar chegou à alarmante conclusão de que, entre 1988 e 2005, a carga tributária cresceu 87,5% mais que o Produto Interno Bruto. Se, em 1988, os tributos representavam 20% do PIB, em 2005 esse número chegaria a 37,5%...

O Imposto Cidadão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o contraponto a tudo isso. Na medida em que substituiria os tributos federais ora vigentes, ele daria cabo, com uma só penada, de todas essas siglas e expressões que atazanam, hoje, a vida dos brasileiros, siglas e expressões ignoradas pelos sonegadores e que só interessam, no fundo, àqueles que delas, de uma forma ou de outra, tiram algum proveito.

O Imposto Cidadão, ou Imposto Único, eliminaria o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, e só aqui já vislumbramos o fim do IRPF e do IRPJ; eliminaria a contribuição patronal para o INSS; eliminaria a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – a temida Cofins –; eliminaria o Imposto sobre Produtos Industrializados – esse IPI de tantas desavenças e discussões –; eliminaria a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o Imposto sobre Operações Financeiras, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e tantos outros.

Por fim, Sr^{as} e Srs. Senadores, há que se destacar que o Imposto Cidadão substituiria também a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, esse tributo que de provisório só teve o nome. De

qualquer maneira – e notem a ironia da situação –, a própria experiência da CPMF nos dá um argumento a mais na defesa de nossa proposta. De fato, uma das alegações dos que se opõem à idéia do Imposto Único é a de que, por seu ineditismo e, ainda mais, por basear o grosso da receita do Estado em movimentações financeiras declaradas, ele seria extremamente vulnerável às manipulações e às fraudes.

Ora, Sr. Presidente, não há como negar que, em termos de arrecadação, a CPMF tem sido vitoriosa, e isso por dois motivos básicos. Em primeiro lugar, temos hoje, no Brasil, um processo de informatização bancária bastante sofisticado, que permite compensação em tempo real. Por outro lado, até como conseqüência dos períodos de quase hiperinflação que vivemos no passado, nossa população adquiriu o hábito de, sempre que possível, substituir o dinheiro em espécie pela moeda escritural. Logo, não é por falta de tecnologia apropriada ou pela ressurreição do velho hábito de se esconder dinheiro sob o colchão que a proposta seria destinada ao fracasso.

Outro sofisma levantado pelos opositores da idéia do Imposto Único é o de que a alíquota necessária para manter os níveis atuais de arrecadação seria elevadíssima, podendo chegar aos 7% . Pura balela! Estudos sérios nos mostram que uma alíquota de 3,4% – isto é, 1,7% em cada débito e 1,7% em cada crédito bancários – seria suficiente para compensar a receita dos tributos extintos. Até porque – nunca é demais enfatizar – o Imposto Cidadão substitui apenas os tributos federais, não atingindo os estaduais e os municipais.

Sr. Presidente, como afirmei na justificação da PEC apresentada três anos atrás, reitero que a adoção do Imposto Cidadão traz consigo um conjunto de benefícios: substitui mais de uma dezena de tributos federais; mantém a receita hoje auferida pelos cofres públicos; ainda que alterando as fontes de arrecadação, não afeta as transferências para os Estados, os Municípios e as entidades privadas do serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical; acima de tudo, mais que tudo, inibe esses vergonhosos esquemas de caixa dois que trazem, hoje, tristeza e vergonha à Nação brasileira.

Um imposto justo, simples, eletrônico, automático, insonegável e transparente: é disso que precisamos, é disso que o Brasil precisa.

Aproveito a presença do nosso ilustre companheiro Senador José Jorge, candidato a Vice-Presidente da República na chapa de Geraldo Alckmin, para também encaminhar ao ilustre Senador essa proposta que tramita há três anos nesta Casa.

Quem sabe uma grande reforma do sistema tributário brasileiro não seria justamente a implantação do imposto único no nosso País?

Por isso, Senador José Jorge, vou fazer chegar ao seu gabinete, ainda na tarde de hoje, uma cópia desse projeto, para que V. Ex^a encaminhe ao candidato Geraldo Alckmin para fazer uma análise dos benefícios que teríamos em nosso País com a simplificação tributária que tanto queremos.

Sr. Presidente, encaminhei requerimento solicitando, para a Hora do Expediente da sessão do dia 29 de setembro do corrente ano, uma homenagem aos corretores de imóveis de todo o Brasil. Deixo registrado que, no dia 29 de setembro, comemoraremos o Dia do Corretor de Imóveis. E é essa a razão desta iniciativa de fazer uma homenagem a esses brasileiros e brasileiras corajosos que fazem o desenvolvimento do mercado imobiliário em nosso País. Meus cumprimentos a todos eles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Solicito a palavra pela Liderança, mas ouço, com muito prazer, antes, o Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a está inscrita.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, que já havia sido anunciado, por dez minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha missão hoje, aqui, é lamentar o que ocorreu em relação à 8^a Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo. Conforme falou o Senador Roberto Cavalcanti no começo da tarde, o meu Estado, Pernambuco, e o Estado de S. Ex^a, a Paraíba, ficaram fora da 8^a Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo.

Como todos sabem, a Agência Nacional de Petróleo foi criada pelo Governo Federal, aliás, desde o tempo do Governo do Presidente Fernando Henrique, para que fizesse as licitações e permitisse que empresas privadas e mesmo a Petrobras pudessem explorar petróleo no Brasil. Esse é o elemento fundamental.

Antigamente, só a Petrobras perfurava buscando petróleo no Brasil. Hoje em dia, mais de 20 empresas, nacionais e estrangeiras, procuram petróleo, e muitas já encontraram. A ANP faz os estudos geológicos para identificar áreas com potencial específico de petróleo, e, a partir daí, são realizadas as licitações, que devem ser aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Energética, do Ministério de Minas e Energia. A partir dessa aprovação, identificam-se efetivamente as áreas. A ANP manda os estudos, mas a decisão final é do Conselho Nacional de Política Energética.

Este ano, o Governo gastou muito dinheiro, R\$39 milhões no mínimo, de propaganda para falar da possibilidade de o Brasil ser auto-suficiente em petróleo. Do ponto de vista financeiro, o que o Brasil vai importar de petróleo e de produtos derivados será menor do que o que ele vai exportar. Este é o primeiro ano de auto-suficiência, o que não significa que será sempre assim. Num determinado momento, se não houver novas descobertas de petróleo ou exploração suficientes para cobrir o aumento do consumo, evidentemente o País pode deixar de sê-lo. A auto-suficiência é uma questão conjuntural. Por exemplo, este ano, a Argentina, que foi auto-suficiente em petróleo, Senador Roberto Cavalcanti, nos últimos 20 anos, não o será mais, porque consumiu mais petróleo do que descobriu.

Essas rodadas são muito importantes, assim como a participação do setor privado, porque, com isso, temos a possibilidade efetiva de mais gente procurar e achar petróleo. O que perfuramos para procurar petróleo no Brasil, desde que se começou a procurar petróleo, há 50 anos, é inferior, Senador Magno Malta, ao que os Estados Unidos perfuram por ano. Por isto não descobrimos tanto petróleo: perfuramos pouco.

A ANP encaminhou ao CNPE uma estrutura para essa 8^a Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, que será realizada nos dias 28 e 29 de novembro no Rio de Janeiro e que vai ofertar 284 blocos, em 14 setores de sete bacias sedimentares. Numa primeira rodada, o CNPE aprovou, e a ANP fez os estudos complementares. Agora, de última hora, retiraram os blocos de Pernambuco, da Paraíba e da Bacia de Campos, sem que para isso houvesse sido dada qualquer explicação de natureza técnica. Deve ter havido alguma razão política. Ninguém sabe por que resolveu o Governo retirar essa possibilidade de dois Estados nordestinos – Pernambuco e Paraíba –, dos mais pobres do Brasil, gerarem emprego e renda por meio da descoberta de petróleo.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Senador, permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo o aparte ao Senador Roberto Cavalcanti.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – É uma honra apartear-lo, principalmente pela extrema e vasta experiência que tem neste segmento. V. Ex^a foi Ministro desta área e talvez seja dos brasileiros de maior conhecimento acerca deste segmento, destas políticas referentes a petróleo, à prospecção de petróleo. Coincidência também estar presidindo os nossos trabalhos o nobre Senador Guerra, que tem o privilégio de representar o Estado do Espírito Santo, Estado em que se pode constatar a importância da ocorrência de petróleo, o que modifica na economia do Estado. Eu pediria, por gentileza, que me fosse permitido ler três trechos dos jornais da época, quando se anunciaram essas licitações. A fonte é a ANP, e as matérias são dos jornais **Gazeta Mercantil** e **Jornal do Brasil**, dois jornais acima de qualquer suspeita. Segundo uma dessas

matérias, “uma das responsabilidades da ANP é avaliar o País como um todo, e não, os grandes produtores”, o que mostra exatamente que seria a vez de Estados que nunca foram contemplados com a prospecção de petróleo terem essa oportunidade. Leio outro trecho: “Virgens em petróleo e gás, os Estados da Paraíba e Pernambuco vão entrar na rota dos petrolíferos ainda este ano”. O fato de ter-se dito que Paraíba e Pernambuco se tornariam produtores de petróleo ainda este ano gerou uma expectativa, o que tem frustrado os dois Estados, nobre Senador. E diz ainda outro trecho de certa matéria: “A escolha da ANP depende do aval do Conselho Nacional de Política Energética, CNPE. As sugestões da ANP costumam ser acolhidas pelo CNPE”.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Exatamente.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – A tradição, a história mostra que, diferentemente do que ocorreu nesta última semana, as solicitações da Agência Nacional do Petróleo são automaticamente acolhidas pelo Conselho, a não ser quando surge um erro técnico. Leio outro trecho interessantíssimo: “Os motivos que levaram o Governo a incluir o Estado da Paraíba na licitação das áreas de petróleo vão além da clemência [veja o termo] pelo povo pobre do Estado nordestino. O potencial de produzir por dia 15 mil barris de petróleo leve somente em terra pode transformar o Estado no quarto maior produtor de petróleo do Nordeste, ultrapassando Ceará e Alagoas.” Fonte: **Gazeta Mercantil/Agência Nacional de Petróleo**. Vejam que esse petróleo leve eles citam como fundamental, e nós, Pernambuco e Paraíba, tínhamos o petróleo leve. Então, não há nenhuma razão, nobre Senador, para nossos dois Estados terem sido excluídos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), sob a bênção do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), dessa última licitação. Acho, Senador, que ainda há tempo de nos unirmos, tendo em vista que a licitação será ainda em novembro, para evitar que percamos um ano, como está previsto, porque essas licitações, como o nobre Senador sabe, só ocorrem uma vez por ano. Nossos dois Estados não podem perder essa oportunidade. Meu muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sou inteiramente solidário com o que V. Ex^a falou, está dentro exatamente daquilo que penso. Quero dizer também que, no momento em que eliminam praticamente todas as áreas em terra, impedem pequenas e médias empresas de também explorar petróleo.

Nos Estados Unidos, o petróleo não é explorado apenas por grandes empresas. Um bom percentual, se não me engano 30% daquilo que os Estados Unidos produzem de petróleo, vem exatamente de pequenas

e médias empresas. Ora, se for para retirar petróleo do mar, uma pequena empresa realmente não pode fazer isso, nem uma média empresa. Só grandes empresas, como Petrobras, Shell, Esso, etc., essas grandes do petróleo.

Então, o Governador de Pernambuco, Mendonça Filho, e o Secretário Fernando Dueire procuraram o Ministro de Minas e Energia e Presidente do Conselho Nacional de Política Energética, Silas Rondon, para obter uma explicação, Sr. Presidente, do que aconteceu, para saber por que essas duas áreas de Pernambuco e da Paraíba foram retiradas depois de terem sido colocadas pela ANP.

Como muito bem disse o Senador Roberto Cavalcanti, o Conselho Nacional de Política Energética é um órgão homologatório. Ele apenas homologa aquela situação técnica que vem da ANP, Agência Nacional de Petróleo, que é quem define as áreas que serão exploradas.

Em nome do Governo de Pernambuco e de seu povo, protesto contra essa atitude do Ministério de Minas e Energia e do Conselho Nacional de Política Energética. Faço um apelo a toda a nossa Bancada para que nos unamos em torno da obtenção e da inclusão, ainda nessa licitação, das bacias dos Estados de Pernambuco e Paraíba. Não há nada que impeça que isso seja feito. O máximo que poderá acontecer, Senador Heráclito Fortes, é ninguém concorrer. Digamos que essas áreas não estejam devidamente preparadas para ser licitadas. O que vai acontecer? Ninguém vai concorrer, e, então, a área será incluída no próximo leilão, e ninguém será prejudicado. É esse o apelo que faço.

A Agência Nacional de Petróleo precisa ser prestigiada naquilo que ela define. Ela já é desprestigiada por não ter diretores nomeados. Ficou sem presidente e sem diretor por muito tempo – Senador Roberto Cavalcanti, não sei se V. Ex^a acompanhou isso, mas, desde o começo deste ano, desde fevereiro, a ANP deveria ter cinco diretores, que seria o quadro completo, mas ficou com apenas dois; portanto, não podia decidir. Além disso, seus recursos são contingenciados, o que não lhe permite fazer pesquisa.

Quer dizer, além de desprestigiar completamente a Agência – e não é privilégio da ANP: desprestigia a ANP, a Aneel, a Anatel, todas elas –, agora ignora o que a Agência recomenda.

Então, o correto seria o Governo incluir na licitação todas aquelas áreas que foram solicitadas pela ANP, porque não há razão técnica para que isso não seja feito.

Muito obrigado, Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

DEPARTAMENTO	ASSUNTO	DATA	PAGINA(S)
REGULAMENTAÇÃO	ECONOMIA	06/08/2006	03

LEILÃO**Pernambuco fica fora da 8ª Rodada**

KELE GUALBERTO

Pernambuco está fora da lista do leilão para a exploração de petróleo e gás natural da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O resultado, que saiu ontem, já era esperado por alguns consultores e fontes do setor. O secretário estadual de Infra-Estrutura, Fernando Dueire, tentou argumentar a inclusão com o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, mas não obteve sucesso. Antes do anúncio da lista, Dueire disse que se a especulação se confirmasse, o Estado solicitaria "explicações técnicas claras" para não haver

prejuízo ao mercado de gás e petróleo.

A ANP chegou a gastar R\$ 5 milhões em um estudo da bacia sedimentar Pernambuco-Paraíba, sendo dividido em dois momentos. O primeiro, em 2005, indicou a presença de hidrocarbonetos (petróleo). O segundo, divulgado em 2006, dava conta da possível presença de gás natural na área.

Segundo nota divulgada, ontem, pela assessoria de imprensa da ANP, a 8ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, a ser realizada nos dias 28 e 29 de novembro, no

Rio de Janeiro, ofertará 284 blocos em 14 setores de sete bacias sedimentares: Barreirinhas, Espírito Santo, Pará-Maranhão, Pelotas, Santos, Sergipe-Alagoas e Tucano Sul. No total, serão oferecidos cerca de 101 mil quilômetros quadrados em áreas para exploração de petróleo.

A expectativa da rodada é atrair investimentos para aumentar as reservas de gás natural e petróleo leve. Hoje, 56 concessionários em atividade podem gerar cerca de US\$ 20,1 bilhões em investimentos mínimos até 2009.

REVISTA JORNAL DO SENADO	SEMI-ANUAL ECONOMIA	DATA 08/08/2006	PÁGINA(S) 06
-----------------------------	------------------------	--------------------	-----------------

ANP EXCLUI ESTADO DE LICITAÇÃO

COMBUSTÍVEL Agência Nacional de Petróleo anunciou ontem os blocos incluídos na licitação que tem o objetivo de procurar petróleo no País

A bacia sedimentar Pernambuco-Paraíba ficará de fora da 8ª rodada de licitações da Agência Nacional de Petróleo (ANP) que ocorrerá nos dias 28 e 29 de novembro próximos, no Rio de Janeiro. Essa concorrência coloca as áreas que poderão ser exploradas, na forma de concessão, pela iniciativa privada. A expectativa do governo do Estado era que a bacia Pernambuco-Paraíba entrasse na 8ª rodada de licitações, já que no ano passado a ANP divulgou um estudo que encontrou indícios de petróleo nessa área. O estudo custou R\$ 5 milhões e foi bancado pela Agência. Com a exclusão, confirmada ontem, a bacia Pernambuco-Paraíba só poderá ser licitada na rodada de licitações do próximo ano, que deverá ocorrer no final de novembro de 2007.

A bacia de Campos, que é responsável por 80% da produção nacional de petróleo, também ficou de fora da 8ª rodada de licitações.

A justificativa da ANP é que foram priorizadas as áreas que apresentam óleo leve e gás natural. É a primeira vez que a bacia de Campos fica fora de uma rodada de licitações da ANP.

Especialistas na área de petróleo e gás afirmaram que a mudança de regras para a 8ª rodada de licitações alasta os investidores e mostra o quanto a ANP é influenciada pelos planos, a curto prazo, do governo federal.

O governo federal quer aumentar a produção de gás natural para diminuir a dependência do gás boliviano até 2008. Atualmente, metade do gás consumido no País vem da Bolívia. Essa reação ocorreu depois que a Bolívia decidiu nacionalizar a exploração e produção de gás natural, o que ocorreu em 1º de maio último.

A 8ª rodada ofertará 284 blocos em 14 setores de sete bacias, que são as seguintes: Barreirinhas (no Maranhão), Espírito San-

to, Para-Maranhão, Pelotas - no Rio Grande do Sul - Santos (em São Paulo), Sergipe-Alagoas e Tucano Sul, localizada no Sul da Bahia. No total, serão oferecidos cerca de 101 mil quilômetros quadrados em áreas para exploração de petróleo.

INFORMAÇÕES - Há duas semanas, o governador Mendonça Filho (PFL) chegou a contactar o ministro das Minas e Energia, Silas Rordeau, pedindo explicações sobre a exclusão da bacia Pernambuco-Paraíba. Na época informações do mercado diziam que as bacias Pernambuco-Paraíba e a de Campos tinham sido excluídas da 8ª rodada de licitações. A inclusão da bacia Pernambuco-Paraíba chegou a ser aprovada numa reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Geralmente, as áreas são aprovadas primeiro pelo CNPE e encaminhadas à ANP, que realiza a licitação.

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

VEÍCULO JORNAL DO COMMERCE	ASSUNTO ECONOMIA	DATA 08/08/2006	PÁGINA(S) 07
-------------------------------	---------------------	--------------------	-----------------

JC Negócios

FERNANDO CASTILHO

E-mail: castilho@jc.com.br

Não adiantou muito a reclamação e o protesto do governo do Estado diante das notícias vazadas na semana passada. Como se previa, a baía de Pernambuco e Paraíba ficou mesmo fora da lista de áreas licitadas na 8ª Rodada da ANP.

Só entraram as baías de Barreirinhas, Espírito Santo, Pará-Maranhão, Pelotas, Santos, Sergipe-Alagoas e Tucano Sul. A 8ª Rodada incluirá 153 blocos em setores considerados como novas fronteiras marítimas. Assim, prospecção de petróleo em Pernambuco só no próximo governo.

54 Setores em 18 Bacias em Estudo para a 8ª Rodada

Bacia	Terra	Mar	Total
Amazonas	1		1
Barreirinhas		3	3
Camamu-Almada		2	2
Campos		8	8
Cumuruxatiba		1	1
Espírito Santo	3	2	5
Foz do Amazonas		2	2
Jequitinhonha		1	1
Pará-Maranhão		2	2
Parnaíba	1		1
Pelotas		1	1
Pernambuco-Paraíba		2	2
Potiguar	5	1	6
Recôncavo	4		4
Rio do Peixe	1		1
Santos		7	7
Sergipe-Alagoas	5	1	6
Tucano	1		1
TOTAL	21	33	54

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA, DA INDÚSTRIA NAVAL E DO PETRÓLEO
OFÍCIO SEINPE/GAB Nº 232/2006

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2006.

Exmo. Sr.
Dr. Silas Rondeau
Ministro de Minas e Energia

Senhor Ministro,

Primeiramente gostaria de agradecer a V.Exa. pela sensibilidade de atender nosso pleito constante do expediente SEINPE/GAB nº 173/2006 de 31/05/06, retomando a data da 8ª Rodada de Leilões de Blocos pela ANP para Novembro/2006.

Por oportuno e dentro do mesmo tema levo uma preocupação a V.Exa, não somente como representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas como **Membro do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE**, no tocante a rumores sobre a drástica redução de oferta de Blocos para esta Rodada (8ª), inclusive em total divergência com os setores de Bacias que havíamos aprovados para estudo na reunião do CNPE de 06/04/2006, lista anexa.

As informações que nos chegaram considero que não sejam verdadeiras, como a exclusão dos Blocos da **Bacia de Campos**, pelo absurdo que seriam, não somente pela sinalização negativa que dariamos a investidores nacionais e internacionais que já tinham conhecimentos destas áreas, mas pelos impactos no longo prazo, já que tais áreas em melhor hipótese só dariam resultados concretos em forma de produção após 8 anos.

Desta forma, como tal assunto (rumor) não foi debatido em outra reunião do CNPE e dentro das relações positivas que V.Exa. tem pautado com os Estados da Federação sobre tal tema e com as Entidades do setor, solicito o esclarecimento desta questão antes que tais rumores venham promover efeitos indesejáveis ao bom andamento do desenvolvimento do setor, inclusive para economia do Estado do Rio de Janeiro, e para arrecadação de Estados e Municípios enquadradas nas diversas zonas de produção principal e secundária relativas a cores setores.

Aproveito a oportunidade para reiterar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ORIGINAL ASSINADO
Engº Wagner Grauja Victor
Secretário de Estado de Energia,
da Indústria Naval e do Petróleo

cc. Exma. Sra. Governadora Rótina G. Coutinho
Diretor Geral Agência Nacional de Petróleo – Haroldo Lima
Presidente do Fórum Nacional de Energia – Secretário Mauro Arce
Presidente da OMPETRO – Prefeito Paulo Damás

Anexo: Lista de Setores da Reunião do CNPE

(81) 3425 2316



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA, DA INDÚSTRIA NAVAL E DO PETRÓLEO

Po

SECRETÁRIO FERNANDO DUBINE

COMO COMISSÁRIO PARA O

GOVERNADOR RENANSA FICHERO

V. Condor AB-950

E Torques Por Vocês

WAGNER GRANJA VIEIRA
Secretário de Estado de Energia,
da Indústria Naval e do Petróleo



Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo

2/2

A PETROBRAS – o grande ciclo de descobertas, de 2002 para cá, teve como protagonista a Petrobras mas, tanto nos investimentos como na tecnologia, a empresa valeu-se de grande número de parcerias com empresas internacionais.

Sem um *portfolio* atrativo e diversificado de blocos, a própria Petrobras dificilmente conseguirá parcerias à altura para seu continuado desenvolvimento.

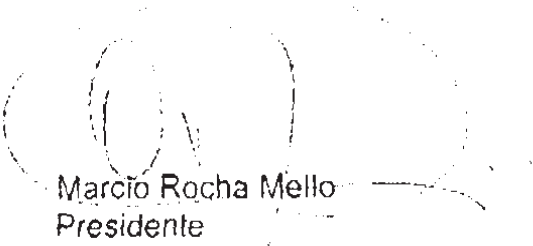
AS EMPRESAS BRASILEIRAS de exploração – justo agora, começa a se consolidar um primeiro grupo de operadoras independentes nacionais. Sem os blocos das bacias terrestres, não terão onde investir.

EMPREGOS – O reflexo negativo aqui é óbvio. A exploração e subsequente produção de cada bloco com sucesso gera milhares de postos de trabalho. Os trabalhadores técnicos (e aí se enquadram os associados da ABGP) verão arrasada a demanda por seus serviços.

Agora, ante o triste fato consumado, só resta solicitar ao CNPE que, para as próximas rodadas, a começar do ROUND 9, deixe de praticar os mesmos equívocos, anunciando já em dezembro deste ano o Calendário e o mapa dos setores, permitindo à indústria, juntamente com a ANP, uma preparação profissional à altura da importância do evento.

Diferentemente de hoje, GANHAREMOS TODOS!

Atenciosamente,



Marcio Rocha Mello
Presidente
ABGP



Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo

1/2

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2006.

Prezados Senhores:

Nesta data, com a divulgação oficial pela ANP dos blocos exploratórios ofertados para o ROUND 8 de licitações, a ABGP assiste desolada ao malogro de sua campanha de mais de três meses durante a qual procurou demover o CNPE deste verdadeiro tiro no pé que está dando o governo, ao reduzir drasticamente (de mais de 80%) o número de ditos blocos originalmente identificados pela Agência.

E não só diminuindo o número, mas, pior ainda, retirando do mapa áreas sabidamente prolíficas e áreas de novas fronteiras, como Rio do Peixe e Pernambuco-Paraíba, reconhecidamente prospectivas, no Nordeste brasileiro, sequioso de investimentos e de geração de empregos.

O critério de privilegiar e priorizar a exploração de áreas com potencial de óleo leve e gás, em detrimento de áreas com outros atributos, foi adotado de modo totalmente leigo, ao embaralhar localização geográfica com posicionamento geológico: na bacia de Campos, abaixo dos horizontes produtores de óleos pesados, há comprovadamente óleo leve e gás; na bacia terrestre do Recôncavo há óleo leve e gás...

Ao eliminar praticamente todas as bacias terrestres, o CNPE alijou do certame dezenas de operadoras independentes de porte médio e pequeno.

Assistindo a tudo isto, a ABGP não se permite capitular. Ao contrário, faz a pergunta óbvia: CUI PRODEST - a quem aproveita?

A resposta, igualmente óbvia, é: PERDEMOS TODOS !

O PAÍS: com os preços do petróleo nos níveis desta época e a conjuntura geopolítica reinante, aliados ao recente ciclo de descobertas, o Brasil estava despontando como astro de primeira grandeza. Reúne hoje as condições de ser o mais forte pólo de atração para investimentos exploratórios mundiais.

A tão propalada auto-suficiência, inequívoca conquista da Petrobras ao longo de sua existência, tem de ser sustentada com a reposição por novas reservas.

fragilização de seu papel de Agência concedente (Lei 9478/97). Alguma providencia tem que ser tomada, e alguém tem que faze-la O povo de Pernambuco não pode aceitar tal ação e descalabro.

Caro José Jorge,

Recife, 08 de agosto de 2006

Conforme falamos hoje, estou remetendo, para sua apreciação, a decisão do Governo Federal que prejudica Pernambuco e sacrifica todo o nosso trabalho, no que se refere a prospecção e exploração da bacia Pernambuco-Paraíba.

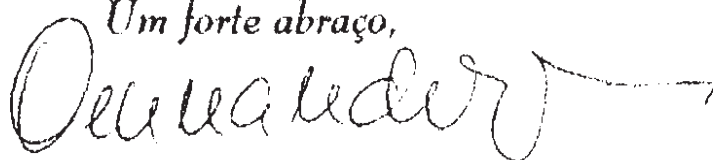
É importante ressaltar que face aos resultados dos estudos geoquímicos conduzidos pela ANP (Att. Jonh Forman), empresas internacionais já se movimentaram no sentido de apresentar ofertas às áreas de Pernambuco.

Julgo que essa decisão tem caráter político-eleitoral. É estranho que a bacia de Pelotas, que não estava indicada, tenha sido introduzida de última hora.

Mendonça falou com o Ministro Silas há duas semanas atrás, e até hoje não recebeu a cortesia de um retorno sobre o assunto. A notícia que temos é pelo jornal.

Em anexo, envio material complementar.

Um forte abraço,



FERNANDO DUEIRE

CUI PRODEST ?

O exame do texto da Resolução N° 3 do CNPE, de 18 de maio de 2006, estranhamente publicado somente ontem, 2 de agosto de 2006, ou seja, com três meses de demora, enseja muitos reparos e conclusões.

Dos 41 setores selecionados pela ANP, publicados em seu site e amplamente divulgados, imediatamente em seguida à Reunião do CNPE do dia 18 de maio, restaram agora miseros 14 setores.

É impossível ignorar, em se analisando o propósito alegado pelo CNPE, de promover a exploração em *Novas Fronteiras*, a retirada da bacia marítima de Pernambuco-Paraíba e a inclusão, nova, posterior a 18 de maio, da bacia de Pelotas.

A bacia de Pernambuco/Paraíba foi objeto de um alentado programa exploratório de amostragem geoquímica do fundo marinho, promovido pela ANP. Esta campanha foi um grande sucesso, pois descobriu a existência nessa bacia de nova fronteira de um sistema petrolífero ativo, de grande prospectividade, para óleos semelhantes àqueles das bacias Potiguar e de Alagoas.

Deve ser dito que, pela falta de verbas na ANP, este projeto somente se viabilizou como resultado de tremendo esforço do Governo de Pernambuco e especialmente do Senador José Jorge que conseguiram liberar o orçamento necessário.

Ora, retirar Pernambuco-Paraíba, e acrescentar Pelotas (Rio Grande do Sul), tem toda a cara de uma "lógica" político-eleitoreira. É só lembrar aonde estão e de onde são o Sen. José Jorge e a Ministra Dilma.

Por outro prisma, embasado no alegado propósito do CNPE de privilegiar regiões com potencial para óleo leve e gás, o que é que justifica eliminar a bacia de Pernambuco-Paraíba, do Recôncavo (Bahia) e toda a bacia de Campos (Rio de Janeiro e São Paulo) ?

O que se evidencia nessa sucessão de atos, desde a reunião do CNPE de 18 de maio (na qual a resolução 3 foi chancelada pelo plenário do Conselho) até a tardia publicação da Resolução, são iniciativas de caráter administrativo para adaptar a arquitetura dos setores, originalmente concebida em bases técnicas objetivas, a outro modelo cujos critérios são, quando nada, obscuros.

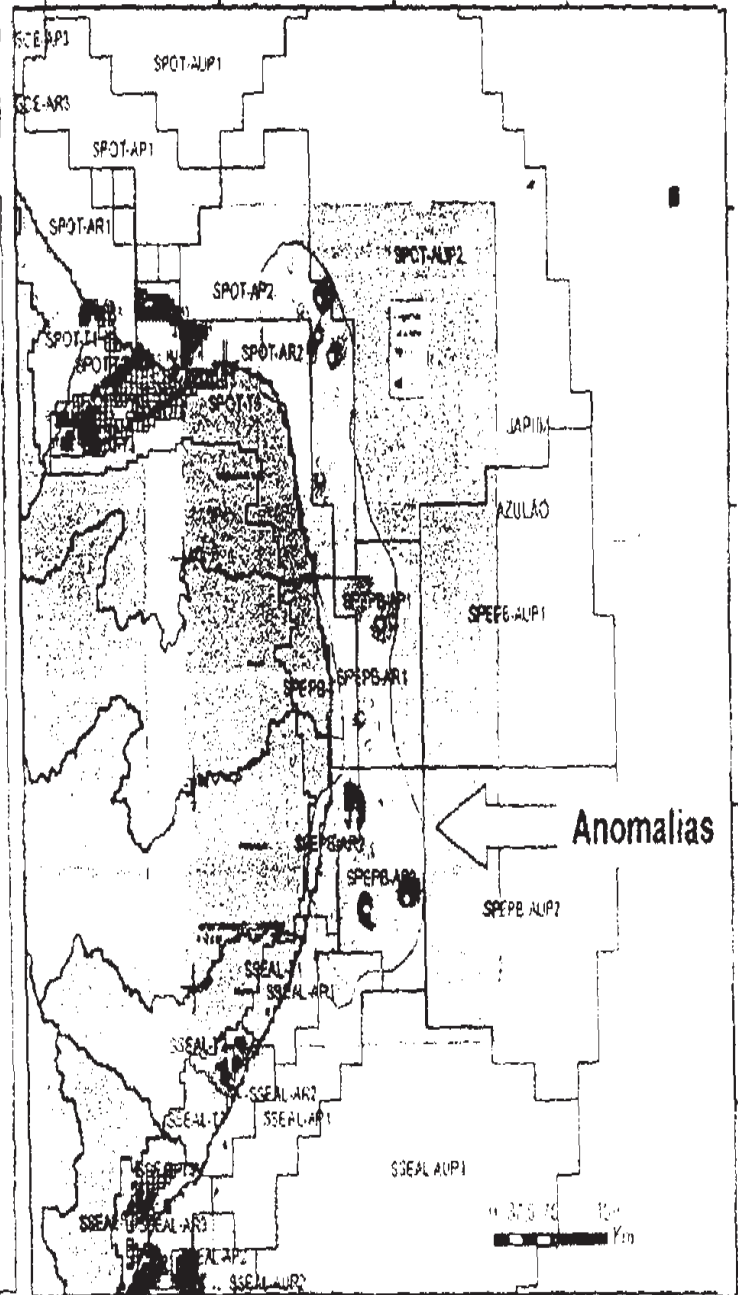
De toda a parte, da indústria do petróleo, por retardar um processo exploratório que leva cinco para começar a produzir, pelo futuro da indústria de Petróleo no Brasil, pela redução das oportunidades: dos estados e municípios pela perda de arrecadação e de progresso regional; dos profissionais exploracionistas de petróleo por redução de postos de trabalho, o desapontamento é geral. Sem falar no descrédito em que estão caindo o CNPE, pela volubilidade e a ANP pela total



A distribuição das indicações de hidrocarbonetos indica uma concentração em frente a Pernambuco

Resultado do Levantamento

Mapa de distribuição dos hidrocarbonetos usando análises detalhadas de biomarcadores saturados. Como pode ser observado, as amostras classificadas como micro-exsudações de hidrocarbonetos termogênicos encontram-se agrupadas na porção *offshore* nordeste do estado de Pernambuco.



O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos para uma comunicação urgente de interesse partidário.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de lamentar que continuemos tendo, em relação à situação que tenho de chamar de insegurança do Estado de São Paulo, o acirramento das posições. Não sei se vamos conseguir avançar, mas há algumas sinalizações no sentido da aceitação por parte do Governo do Estado de São Paulo da oferta de esforços adicionais com o envio de um contingente do Exército nacional, mas as coisas ainda estão muito conturbadas.

Isso ocorre porque, em primeiro lugar, determinadas declarações exigem posição, exigem reação. O PT de São Paulo, a propósito, informou que vai entrar com uma notícia-crime de calúnia, injúria e difamação contra o Secretário de Segurança de São Paulo por ter feito aquelas insinuações e acusações, em alguns momentos até explícitas, na tentativa de vincular os ataques do PCC com o Partido dos Trabalhadores. Não tem como não reagir diante do absurdo de um ataque, de uma difamação, de uma calúnia dessa magnitude.

Ontem eu tive oportunidade de aqui registrar, inclusive com a apresentação de um exemplo concreto, dizendo que as coisas poderiam ser diferentes. Ontem eu vim de Santa Catarina para Brasília depois de ter participado de uma solenidade na qual o Ministro da Justiça assinou com o Governador de Santa Catarina o convênio de repasse de recursos do Fundo Previdenciário Nacional, no montante de R\$13,2 milhões para a construção do Presídio Regional de Itajaí.

Esses R\$13,2 milhões fazem parte da mesma, da mesmíssima medida provisória que prevê a liberação de R\$100 milhões do Governo Federal, vindos do Fundo Penitenciário Nacional, para socorrer e, quem sabe até, resolver a situação caótica dos presídios e da insegurança que existe em São Paulo.

Em Santa Catarina conseguimos a liberação desses recursos, o Rio Grande do Sul e o Paraná também. E São Paulo? Talvez não tenham dado conta de preparar a documentação necessária por conta da situação grave que tem lá, pois há muitas emergências: vira e mexe o PCC se rebela e aí eles têm de atender à emergência, por isso talvez não possam cuidar da documentação necessária para que os recursos possam ser liberados.

Agora, se não deram conta de fazer a tarefa de casa, se não deram conta de preparar a documentação, de firmar o convênio, não venham acusar o Governo Federal, dizendo que o dinheiro não chegou porque o

Governo Federal não quis mandá-lo. Isso é inadmissível. Os recursos da medida provisória são de R\$200 milhões, e vários Estados, inclusive o meu, deram conta de preparar a documentação necessária para liberar o dinheiro que será utilizado em obras emergenciais no setor penitenciário.

Então, nada justifica que São Paulo não tenha tido também essa capacidade, essa competência – trata-se realmente de competência na gestão, de fazer as coisas. Os recursos de um fundo federal só podem ser repassados mediante o cumprimento das exigências legais. Há que se firmar um convênio a partir de um projeto, toda uma documentação é necessária. Ninguém faz repasse de uma instância da Federação para outra sem determinadas formalidades. Não é TED, não é DOC, não é dinheiro vivo. As coisas seguem regras e legislação próprias. Foi assim com Santa Catarina e assim tem de ser também com o Estado de São Paulo. Mas não, fica esse jogo, essa coisa difícil de...

Eu não estava aqui – tive duas audiências, uma na Receita Federal e outra na Funasa, para tratar de alguns assuntos de interesse do meu Estado –, mas parece-me que novamente há um assunto sendo desvirtuado. Segundo a informação que recebi, estão atribuindo ao Governo Federal a decisão relativa ao indulto – aliás, não é indulto, pois indulto é quando a pessoa que está cumprindo pena deixa de cumpri-la, sai da cadeia, tem amenizada a sua pena; trata-se, sim, de licença para os presos paulistas poderem ir passar o Dia dos Pais com os familiares; serão 11 mil presos aproximadamente. Assim me foi reportado. Se eu estou enganada, se quem me passou ouviu diferente, quero pedir desculpas, mas vamos fazer a leitura.

Sr. Presidente, faço a leitura:

... a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo decidiu ontem manter a permissão para liberar cerca de 11 mil presos a partir das 7h30min de sexta-feira para o Dia dos Pais.

.....
A autorização para saída temporária é concedida por ato normativo do juiz de Execução Penal com pareceres do Ministério Público (através dos promotores de Execução Penal) e da Administração Penitenciária.

O benefício, previsto na Lei de Execução Penal, é concedido há 22 anos nos feriados de Páscoa, Natal e Finados e na comemoração de Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças. A Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) [de São Paulo] disse que não tem poder para cancelar a saída temporária dos presos, que depende de decisão judicial.

Trata-se de uma decisão, é legal. A esfera de decisão dessa licença é da autoridade paulista, é das autoridades penitenciárias do Estado de São Paulo. Mas agora já estão insinuando... Pelo menos me foi reportado que estão insinuando que o Presidente Lula está liberando 11 mil presos em São Paulo. Esse tipo de procedimento é lamentável. Eu só posso atribuir isso ao acirramento. Eu peguei aqui vários discursos de Parlamentares do Nordeste.

Eu queria concluir, Senador, dizendo que o processo eleitoral vai acirrando, e tenho até uma preocupação. Ontem nós tivemos alguns comentários a respeito. Eu acho que o processo eleitoral vai acirrando mesmo, porque não tem como ser diferente. Mas há coisas que são muito elucidativas. Se o processo começa a acirrar e começa a haver determinados comportamentos que ultrapassam os limites da razoabilidade, eu só posso vincular isso aos números da própria pesquisa, apesar de eu sempre dizer que a pesquisa que vale mesmo é a da urna, no dia da eleição.

Mas vamos falar do Nordeste, pois houve várias manifestações aqui de Parlamentares do Nordeste. O Presidente Lula, na pesquisa de um mês atrás, estava com 62,9% no Nordeste e agora foi para 66,6%.

Portanto, é praticamente uma intenção de voto de aproximadamente 2/3 do eleitorado. Não é qualquer intenção de voto. É uma intenção de voto substancial e significativa. Eu não posso entender que não seja pelos resultados. Uma intenção de voto dessa magnitude não tem como não ser pelos resultados da atuação do Governo naquela região do País; dos benefícios, da melhoria, da mudança no cotidiano das pessoas.

Talvez até para tentar exemplificar, tenho usado aqui, como ontem, o exemplo do Espírito Santo – inclusive elogiando o Governador Paulo Hartung que, talvez, tenha conseguido mais do que outros governadores aproveitar e potencializar... No Espírito Santo, houve praticamente três vezes mais geração de emprego, nos três anos e meio do Governo Lula, do que nos oito anos dos dois governos do Fernando Henrique que nos antecederam.

Mas eu vou usar números de outros Estados: a Bahia, por exemplo. Na Bahia, nos oito anos de Fernando Henrique, 83.401 empregos com carteira assinada foram criados; nos três anos e meio do Governo Lula, foram 161.629. Portanto, parecido também com Santa Catarina: o dobro.

No Maranhão, foram criados 4.020 empregos nos oito anos que nos antecederam; em três anos e meio, 32.284, oito vezes mais.

Em Pernambuco, nos oito anos, foram 12.707; nos três anos e meio, 79.986. Esses são os resultados concretos que talvez justifiquem ou contribuam efetiva-

mente para que, no Nordeste, as intenções de voto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, neste momento, neste retrato, que é a pesquisa, atinjam 66,6%.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, como Líder do PMDB.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos para uma comunicação de interesse partidário, Senador.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já falei por duas vezes sobre o assunto que hoje me traz aqui. Todavia, hoje encaminhei a cada membro da CPMI um documento que lerei para V. Ex^{as}.

No meu primeiro mandato (1995), doei do meu próprio bolso – do meu próprio bolso – 82 ambulâncias para os Municípios mais carentes da Paraíba. (doui novas e/ou reformei antigas). Pegava as antigas, reformava-as e as devolvia.

Nos dois últimos Orçamentos, fomos obrigados a destinar 30% das emendas individuais para a área de saúde, por força da Emenda Constitucional nº 20, de 1998 – que obriga o Ministério da Saúde ter mais recursos.

Conseguí 29 ambulâncias em 2 anos. Só 14 foram compradas da Planam. Dessas 14, 11 destinei a cidades cujos Prefeitos são meus adversários políticos. Por quê? Porque acho que o povo não pode ser penalizado por essa razão.

Não conheço ninguém da Planam, nenhum Veudoim, seja pai ou filho.

Nunca falei com nenhum deles por telefone ou pessoalmente, sequer sabia das suas existências.

Não conheço a Sr^a Maria da Penha Lino; nunca tive contato com ela.

Jamais fiz emendas para o Ippes. Não conheço ninguém desse instituto, aliás, só agora descobri, depois de muita pesquisa, que se trata de uma Ocips, e a assinatura que lá está não é minha, foi falsificada – e enviei o laudo para cada um dos Parlamentares.

O mesmo ocorre com os pedidos de pagamento de emendas para o Mato Grosso – eu queria muito que a Senadora Serys estivesse aqui. Eu não conheço as cidades, nem os Prefeitos, nem ninguém. Igualmente, as assinaturas são falsas.

E não se trata de emendas. Apesar de ser falso, o que há é um pedido para o Ministro, diante das normas regulamentares, ver se pode pagar para Parlamentares, que diz assim:

Com os meus cordiais cumprimentos, venho pelo presente solicitar, dentro das normas regulamentares e atendendo a pedidos de Parlamentares do nosso

Partido, a possibilidade de viabilizar pagamento referentes aos Municípios abaixo:

Santa Rita do Trivelato;
Jaciará;
Santo Afonso.

Agradecendo antecipadamente o que puder dispensar o pleito ora encaminhado, renovo ao eminente Ministro os meus protestos de consideração e apreço.

Agora, veja só, Sr. Presidente, não fui eu também que assinei.

Acredito que os Vedoin pudessem ter pensado que eu sabia do que estava acontecendo em função desses ofícios falsos e da possível desenvoltura com que o meu assessor teria usado o meu nome. Nesse caso, teriam sido também ludibriados ou se trata de malandragem mesmo para a “fabricação” de documentos com o fito de dar uma pseudocredibilidade a essa armação criminosa. Não sei.

Caso a CPMI julgue isso conveniente ou necessário, tenho pessoas no meu gabinete que se dispõem a depor e confirmar a veracidade das minhas alegações quanto às falsificações das assinaturas.

É muito importante que analisemos também o lado do assessor, porque há muitas incoerências nos seus depoimentos – são muitas.

Em suma, não conheço os investigados, à exceção dos dois assessores, que mandei demitir imediatamente. Eles não me conhecem; nunca soube da existência deles; nunca pedi ou recebi deles nada, nem de nenhuma pessoa ligada a eles ou que falasse em nome deles.

Não apresentei emendas para Mato Grosso, tampouco para o Ministério das Comunicações. Tive alguns ofícios falsificados (há testemunhas e um laudo pericial para comprová-lo).

Não recebi valores em espécie, bens ou depósitos em minhas contas correntes ou de meus familiares. Não faço parte de quadrilhas. Honro o meu mandato.

Sinto-me, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, injustiçado e, aparentemente, envolvido numa situação kafkiana, só que ainda é mais dramática e dolorosa porque escapa da literatura e acontece na minha vida real.

Então, Sr. Presidente, mandei isso para cada membro da CPMI. Mas também mandei uma segunda carta, dizendo que recebi uma carta da Sr^a Angélica Soares, funcionária do meu gabinete, em que cita fatos importantes e estarrecedores.

Ela diz que foi trabalhar lá por indicação do meu assessor. E diz ainda que ela bateu o ofício e alguns documentos desses que foram falsificados. Ela bateu e levou para alguém assinar. E mais: que isso foi feito

porque era urgente, e eu sequer estava na cidade. E ela diz, inclusive, que está à disposição para depor e até para, se precisar, a coletiva de imprensa. Diz também que não dorme há dias e que, desde que o Senador Romeu Tuma disse que iria chamar outras pessoas do meu gabinete, ela ficou preocupada e tratou de informar isso.

Aqui está a carta dela, Senador Tuma, dizendo que está à disposição para ser entrevistada e até para coletiva, se precisar, dizendo o que fez.

Sr. Presidente, fico muito impressionado, pois mandei os depoimentos para cada um também. As pessoas devem prestar atenção no que recebem e devem ler. Esse é o grande problema que eu vejo, Senador Romeu Tuma.

No primeiro dia, mandei demitir o Sr. Marcelo. E mais ainda, Sr. Presidente: fiz um ofício a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, pedindo para depor no dia 5 de junho. Faz dois meses e pouco.

Mas, veja V. Ex^a, Senador – eu também comuniquei à CPMI que eu havia demitido os dois –, três meses depois, chega um ofício ao meu gabinete convocando o Sr. Marcelo para depor. Então, se chegou ao meu gabinete, três meses depois que eu o tirei de lá, foi porque não leram o documento, o ofício que eu mandei dizendo que eu o havia demitido e processado. Então o grande problema que vejo é este: não estão lendo as matérias. Isso é muito perigoso.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não, Senador Romeu Tuma. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Nobre Senador, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a e a amizade de todos estes anos em que não houve negativa. A pressão de V. Ex^a para ser ouvido inverte a ordem de investigação. Se há uma acusação contra V. Ex^a, não se pode dar crédito imediato àqueles que tentaram, por outros meios, envolvê-lo no procedimento e chamar V. Ex^a para depor por antecipação. Por isso, V. Ex^a deve ser o último a ser ouvido, porque lerá tudo o que foi dito e contestará ou não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Concordo com V. Ex^a. Não estou discordando de V. Ex^a, não.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Agora, se eu ouvir V. Ex^a, como é que vou ouvir as outras pessoas? Vou desacreditar do que V. Ex^a me falar? Eu não posso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O que falo em referência a V. Ex^a...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Pedi à Mesa, que já me mandou, os depoimentos que V. Ex^a tem feito. Mas queria – e é importante – que a CPI me man-

dasse a conclusão de alguns fatos, porque ela pode quebrar sigilo, pode tudo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Concorde com V. Ex^a também. Não estou discordando, não. Apenas estou afirmando e peço que V. Ex^a confirme ou não que, no dia 5, apresentei um ofício.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É verdade; estão lá os documentos protocolados e já estão anexados à pasta...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu não estou fazendo críticas a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – ... porque eu não abri nenhum procedimento investigatório.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu não estou fazendo nenhuma crítica a V. Ex^a. Estou dizendo que, no âmbito da CPMI, se tivessem lido o documento que enviei dizendo que eu o tinha demitido, não teriam mandado, três meses depois, convocar o cidadão no meu gabinete.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Provavelmente era o único endereço que possuía a CPI que faria chegar às mãos...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senador, uma CPMI tem inúmeros assessores. Uma CPMI, com certeza, encontraria esse cidadão facilmente. Não precisava ter feito isso. A minha preocupação é exatamente com o fato de não se ler os documentos.

Quanto a V. Ex^a, entendo, e a ordem está correta. Apenas estou querendo informar que a minha ansiedade em informar foi tão grande que fiz isso.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Concorde com a aflição de V. Ex^a, como a do Senador Magno Malta e a de outros que estão aqui. Eu concordo. Há a própria preocupação do Presidente Renan em não trazer o procedimento investigatório da CPI para dentro do plenário do Senado. Essa é a discussão. É claro que se terá que ler toda a documentação que V. Ex^a mandou. Terá que se ouvir a secretária que teria falsificado ou não a sua assinatura. Isso tudo tem que ser praticamente destruído.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senador, desarme-me porque não estou fazendo carga nenhuma contra V. Ex^a. Estou apenas dizendo a verdade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu também não estou me defendendo de nada, não. Estou só explicando.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a está falando sobre o roteiro, com o que já concordei. O roteiro de V. Ex^a está certo. Estou preocupado em apresentar mais uns dados para que V. Ex^a entenda essa minha posição. Ouça só.

Pelejei para conseguir, Senador – e V. Ex^a também; eu sei disso –, vários documentos que não me foram confiados.

Recebi um ofício dizendo o seguinte: o senhor tem 5 dias para se defender do processo tal que está sob sigilo de Justiça.

Como é que eu iria me defender sem saber de que, se está em sigilo de Justiça? Aí eu digo: como é que eu consigo isso? “Não pode; está em sigilo de Justiça”. Então, como é que eu vou esclarecer alguma coisa sobre a qual não sei, não tenho conhecimento?

Esse foi o primeiro ofício; aliás, o segundo, porque o primeiro foi esse caso de terem procurado o Marcelo no meu gabinete.

A terceira coisa que me preocupou foi que eu não consegui depoimento de ninguém; tive que sair catando, pedindo por favor, pois precisava saber o que estava sendo dito. Não tinha acesso. Para se ter uma idéia, V. Ex^a foi extremamente leal na hora em que disse para mim que eu poderia pegar cópia do depoimento prestado. Mas o depoimento dado lá na CPMI eu só consegui hoje. Sai amanhã o relatório, e eu só o consegui hoje, Sr. Presidente. Está aqui. Consegui hoje! E fiquei pasmo quando vi as perguntas, que poderiam ter me ajudado na formulação da documentação que mandei fazer para cada um do Parlamentares.

Olhe só, Sr. Presidente, que coisa incrível. O Deputado Carlos Aleluia pergunta para o cidadão:

– O senhor declarou, no Imposto de Renda de 2004, a casa que o senhor possui e que consta que o senhor possui em Brasília, no Condomínio Ville de Montagne, Quadra 11, que vale R\$ 500 mil?

– Essa avaliação eu desconheço. A casa é num condomínio irregular e, quando é irregular, não tem escritura. Eu não declarei.

– O senhor cometeu um crime – mais um, porque não há necessidade de escritura para declarar o que o senhor comprou, mas o senhor recebeu o dinheiro e o senhor tem que declarar.

– Essa casa inclusive já foi vendida.

– O senhor declarou a venda?

– Como eu não tinha escritura, não declarei a casa.

– O dinheiro foi depositado na conta?

– O dinheiro serviu para me ajudar a fazer reforma numa outra casa.

– Ah, o senhor tem outra casa?

– Tenho.

– Por quanto a casa foi vendida?

– Não, a casa não vale R\$ 500 mil.

– E por quanto foi vendida?

– Não me recordo.

- Para quem vendeu?
- Não recordo.
- O senhor vendeu e não tem documento de venda?
- Não.
- O senhor não passou recibo?
- Não.

E isso ocorre com barcos, com carros. É muita incoerência!

Eu, se tivesse tido acesso a esses documentos, poderia ter melhorado ainda mais a minha defesa. Não estou fazendo carga contra o Sr. Marcelo. Estou dizendo que há muitas incoerências.

Sr. Presidente, vou encerrar porque não quero me prolongar, até porque V. Ex^a me deu a palavra por menos tempo.

Mas vejamos as perguntas com as quais não me conformo:

- O senhor conhecia os Vedoin?
- Não.
- O senhor conhecia D. Maria da Penha?
- Não.
- O senhor mandou Marcelo pedir algo em seu nome?
- Não.
- Marcelo repassou algo para o senhor?
- Não.

Isso tudo está nos depoimentos dados. Todos. O depoimento de cada um deles. De cada um deles. Ou as interpelações que fiz.

- O senhor sabia o que era o Ippes ou Fundação Hipólito?
- Não.
- O senhor mandou emendas para o Mato Grosso?
- Não.

Há um pedido de ajuda ao Ministro, mas não fui eu que fiz. Está aqui a assinatura; basta conferir.

- Quantas ambulâncias a Planam vendeu na Paraíba?
- Quatorze.
- Para quantas Prefeituras aliadas?
- Para três Prefeituras aliadas; o resto são adversárias.

– Por que os Vedoin acham que o senhor sabia?

– Porque havia emendas assinadas falsamente – que eles pediram e receberam –, então eles achavam que eu tinha alguma ligação.

– Algum Vedoin tem dúvida a esse respeito de que o senhor sabia?

Tem. Em dois depoimentos, eles dizem que não tinham certeza, mas isso não saiu em nenhum lugar

na imprensa. Só saiu dizendo que eu era culpado; nunca saiu dizendo que eles tinham dúvida. Está na página quatro do depoimento do Sr. Vedoin, no penúltimo parágrafo. E o que é mais incrível ainda: um jornal colocou que eu tinha genro recebendo propina. Eu só tenho filhos; não tenho nenhuma filha. E todos são solteiros. É um negócio incrível isso!

– Quanto os Vedoin disseram que pagaram?

– R\$ 200 mil.

Isso em dois anos.

– O senhor alguma vez esteve com eles ou com a senhora Maria da Penha?

– Não, eu nunca estive.

– Por que o Marcelo disse que o Senador tinha conhecimento das emendas?

Das emendas feitas normalmente, sem assinatura falsa, eu tenho conhecimento de todas. Das outras, claro que não; não fui eu que as assinei. E as outras são quais? Uma e um pedido de pagamento para membros do Partido, que eu também não assinei.

São essas coisas que estão há três meses, Sr. Presidente, rolando, rolando, rolando, e estamos em período eleitoral na Paraíba. Não temos culpa absolutamente de nada, mas ficamos nessa trituração.

Não temos culpa absolutamente de nada, mas ficamos nessa trituração. Não sei qual é o objetivo, Senadora Serys.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Linchamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas linchamento, por quê? Por que sou o Líder do PMDB? Sou o Líder da Maioria? Qual a razão? Não consigo entender. Entreguei a cada membro da CPMI o laudo pericial mostrando que a assinatura é falsa e todos esses documentos de que acabei de falar. O meu medo é de que não se tenha lido e que se venha com uma solução que não seja justa. Não quero favor de ninguém. Falei com cinco pessoas dessa CPMI. Ao Deputado Fernando Gabeira, eu disse que não queria pedir nada, apenas que se investigasse e se fizesse justiça. Ao Deputado Raul Jungmann e ao Deputado Antonio Carlos Biscaia, eu disse a mesma coisa. Com o Senador Amir Lando, encontrei-me uma única vez depois que S. Ex^a se tornou Relator, há três semanas, e disse-lhe que não queria pedir favor nenhum, só que se investigasse e se fizesse justiça. E todo o dia leio no jornal: “Senador Ney está fazendo a maior pressão”. Não estou fazendo pressão nenhuma sobre ninguém, tudo o que fiz foi mandar essa documentação que acabei de ler aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Senador, V. Ex^a tem o tempo necessário para a sua explanação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agradeço muito a V. Ex^a, mas, praticamente, já encerrei, ao dizer que tudo o que fiz foi exatamente isto: mandar para cada membro da CPMI os documentos.

Mas, já que V. Ex^a me concedeu mais tempo, deixe-me ler o que fiz para facilitar:

Depoimento prestado pelo Sr. Luiz Vedoin, que nunca esteve comigo: “Nunca estive pessoalmente com o parlamentar. (...) Que todos os assuntos eram tratados diretamente com o assessor, que o interrogado iria pagar ao assessor 10% sobre o valor de cada licitação, mas que ele não tinha certeza se o Senador ia receber essa comissão.”

Outra coisa incrível! Ele disse: “O Ippes quem inventou fui eu, e quem redigiu a emenda foi o assessor.” A mesma coisa que a moça já disse: “Que o interrogado nunca se reuniu com o Senador.”

Depoimento da D. Maria da Penha: “Nunca estive com o Senador, não conheço o Senador, nunca falei com o Senador.”

Interpelação judicial que eu fiz ao Sr. Marcelo: “Alguma vez o interpelado recebeu ordem do interpellante para solicitar, ou pedir, o que é que fosse para uma empresa? Não – resposta dele –, jamais recebeu ordem ilegal do interpellante. E conhecendo a formação moral deste, ele não seria capaz de fazê-lo.”

Se alguma vez o interpellante recebeu ou pediu ao interpellado que recebesse alguém da família Vedoin ou a Sr^a Maria da Penha Lino. “Não, o Senador nunca fez”.

Se o interpellado pediu alguma vantagem ou ouviu o interpellante pedir para que algum prefeito comprasse na firma A ou B? “Não, nunca vi”.

Se o interpellado alguma vez repassou valor referente a esse chamado esquema para o interpellante. “Não. Embora já tenha respondido na pergunta anterior, reitero que o interpellado jamais recebeu qualquer valor de quem quer que seja para repasse ao interpellante ou familiar deste.”

O Sr. Marcelo disse que eu nunca tive nenhuma atitude ilegal e nunca recebi coisa alguma.

Palavras do Sr. Marcelo no depoimento perante o Senador Tuma:

O Senador Tuma pergunta-lhe: “Alguma vez o Senador pediu que o senhor solicitasse algum tipo de benefício?”

Ele disse: “Que eu saiba, não.”

– “O Senador tinha conhecimento desse esquema? Ele alguma vez se encontrou com alguém da família Vedoin?”

– “Não.”

– “Ele queria que a Planan participasse de alguma licitação, o senhor sabe?”

– “Não. Que eu saiba, nem dessa empresa nem de outras. Nunca vi o Senador pedir para convencer ninguém.”

Pergunta o Senador Romeu Tuma: “Parece que foi declarado pelo Vedoin que ele apresentou, para três cidades do Mato Grosso, uma emenda. O senhor elaborou as emendas?”

– “Não, não fiz. Não tem emenda. Tem um pedido para um pagamento, mas não fui eu que assinei.”

– “O Sr. Darci disse que ele mesmo sugeriu a solução do Ippes. É algum instituto ou algo assim?”

– “Desconheço.”

– “Ele disse que o senhor redigiu o ofício pessoalmente. O senhor confirma?”

– “Não.”

– “O Senador sabia da existência do Ippes?”

– “Não. Inclusive está no meu interrogatório no depoimento à Polícia Federal” – quando ele estava preso, incomunicável ainda.

– “O senhor sabe afirmar se o Senador mantinha algum relacionamento com esse instituto?”

– “Não. Nós sempre fizemos emenda para município. Nós nunca fizemos emenda para qualquer Oscip.”

– “O senhor conhecia o Vedoin de onde?”

– “Ah, eu conheci lá na Comissão Mista de Orçamento.”

– “No gabinete do Senador Ney Suassuna ele nunca foi?”, perguntou o Senador Romeu Tuma.

Ele disse: “Nunca.”

O Corregedor pergunta: “Nem ele nem o Luiz?”

– “Não.”

– “Ninguém em nome dele?”

– “Não.”

Esse foi o questionamento feito pelo Senador Romeu Tuma. Então, não sei por que saiu de modo diferenciado na imprensa. Fico impressionado, Sr. Presidente, porque há coisas tão importantes e tão conflitantes. Aqui, nos depoimentos, há um depoimento de que o cidadão vendeu um carro, mas não entregou; vendeu uma lancha, mas não entregou; vendeu uma casa, mas não sabe a quem nem o preço. No final, vem a imprensa e diz assim: “Mas o Senador sabia de tudo”.

Por que em uma hora ele é tão firme e se acredita na palavra dele e na outra hora não? São coisas que ...

Amanhã, sai o relatório da CPMI. Espero que faça justiça. Provavelmente, quando chegar aqui, vamos analisá-lo.

É uma coisa draconiana: a palavra do marginal que fez todo esse esquema vale mais do que a de qualquer parlamentar. Se um marginal disser alguma

coisa contra um cidadão comum neste País, talvez se rivalizem. Mas se ele disser algo contra um parlamentar, vale a palavra do marginal, mesmo que ela não seja comprovável. Isso não está certo.

Estou aqui há 14 anos, tenho agido com a maior correção, tenho buscado a maior lealdade com os companheiros e vejo, nesta hora, todo esse clima. É um clima que não estou entendendo, porque sequer fui recebido – recebido! – pelo Relator para entregar esses documentos. Mandei por portador, porque os telefonemas que dei para dizer que ia entregar os documentos não tiveram resposta. Mas quando pego o jornal, está lá: “Está fazendo pressão sobre o Relator”.

Não estou. Não fiz e não farei.

Concedo um aparte ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador Ney Suassuna, sou membro da CPMI; logo, não posso adiantar aqui meu voto. Mas, se V. Ex^a pudesse fazer essa defesa, que fez agora da tribuna, lá na Comissão, tenho certeza de que seria muito difícil votar contra V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – No primeiro dia da CPMI, eu fui e disse: estou à disposição. Depois disso, a CPMI só se reuniu um dia; só houve votação um dia. Nunca mais houve reunião. Quando ela se reuniu novamente, na semana passada, lá estive e disse que comparecia para dar informações. O Deputado José Carlos Aleluia, muito gentilmente, disse: “Senador, não posso ouvi-lo, porque só tenho autoridade para ouvir assessores. Seu assessor vai depor hoje. Se o senhor quiser assistir, não há problema”.

Está aqui. E disse mais: “Podemos fazer duas reuniões: uma com o senhor presente e outra sem o senhor presente”, quando um outro levantou e disse: “Não, não acho que esteja certo”.

Se V. Ex^{as} me permitirem, vou ler um pedacinho para que vejam como distorcem as coisas.

– “O Sr. Luiz Antonio era o chefe de uma poderosa empresa.”

Ele disse:

– “Eu não sei. Não estou sabendo disso.”

– “Qual a sua relação com Roberto Arruda de Miranda?”

– “Ele foi colega de gabinete. Trabalhava comigo no gabinete.”

– “O senhor conheceu ele aqui?”

– “Não. Conheci ele no Ministério da Integração Nacional e, por coincidência, viemos trabalhar juntos aqui no gabinete.”

– “O senhor Roberto Arruda de Miranda também recebeu dinheiro?”

– “Não sei. Não sei se ele recebeu dinheiro” – ora, ele pediu a conta do outro emprestada para poder depositar o dinheiro.

– “O senhor ainda é assessor do Senado?”

– “Não. Fui demitido no mesmo dia em que fui preso pela Polícia Federal.”

– “O senhor sabe por que foi exonerado?”

– “Não sei, não, porque não perguntei. Não fui atrás para saber. Simplesmente fui demitido.”

– “O senhor não tem nenhuma informação por que foi demitido?”

– “Fui demitido através da imprensa. Eu estava preso.”

– “O senhor acha que foi preso por quê?”

(Silêncio)

– “O senhor não me respondeu. Eu perguntei se o senhor sabia por que é que o senhor foi preso.”

– “Eu estava aguardando o senhor. As razões devem estar no meu inquérito policial.”

– “O senhor não tomou conhecimento do inquérito policial?”

“Anteriormente, não.”

– “O senhor não sabia de nada?”

– “Não. Os motivos estão arrolados na Justiça. Os meus advogados é que estão tomando conta.”

– “O senhor poderia consultar o seu advogado para dizer por que é que foi?”

– “Aí o advogado disse: “Olha, foi instaurado o procedimento... (e tal).”

– “Com a palavra o Deputado.”

Um orador não identificado.

Aí eu entro:

– “Permite, Sr. Presidente?”

– “Pois não, Senador Suassuna.”

Aí digo eu. Vejam os senhores, veja, Senador Raupp, o que eu disse:

“V. Ex^a está coberto de razão.”

Não. Perdão. Aí eu estava presente nisso. Aí chegou o Deputado e disse o seguinte:

– “Eu não queria de maneira nenhuma atrapalhar, mas eu acho que o Senador Suassuna não devia estar aqui, porque os outros Deputados também gostariam de estar na hora em que seus assessores estivessem sendo interpelados. Assim eu acho que isso é uma coisa que não devia acontecer. Isto não é uma acareação. Eu sei que o Senador não veio aqui para fazer nenhum tipo de pressão nem nada, ele está no legítimo de acompanhar.”

Aí eu disse a ele: “Permite, Sr. Presidente?”

Aleluia disse: “Pois não.”

Aí eu disse:

– “V. Ex^a está coberto de razão, mas eu não vim sem pedir o consentimento do Presidente. Hoje de ma-

nã, quando vim aqui, eu disse, no início desta tarde, que era a segunda vez que eu vinha à Comissão para me oferecer para ser entrevistado. No primeiro dia de Comissão, eu vim aqui e disse exatamente isto: eu estou à disposição para dar todas as informações. E vejo, com muita surpresa, que cada dia vaza um documento. Eu, para conseguir os documentos que tenho hoje, tive dificuldades enormes, mas alguns eu consegui depois de ter recebido a negativa daqui da Comissão. Teve um que não consegui, consegui no *blog* do Noblat; não, não, num *blog*, consegui num *blog*; eu não tinha, nem a Comissão dava, mas estava no *blog*.

E veja só, a cada dia sai uma versão diferenciada: diferenciada acusando o Marcelo, acusando a mim, acusando assim, acusando assado, o fulano disse... E sempre na imprensa.

E o mais interessante é que os membros da Comissão, Sr. Presidente, a cada momento, vão à imprensa para brilhar um pouco mais, e sempre mudando as versões. É um mexido, é um moído que não acaba mais.

Eu vim e disse: “Mais uma vez estou aqui à disposição, podem me perguntar.” E pedi para ser ouvido”.

O Presidente, muito gentilmente, disse: “Não tenho autoridade para ouvir o senhor, porque hoje é dia dos assessores. Mas quem sabe na terça-feira! Vou levar o seu pedido”.

– “Estou fazendo esse pedido por escrito, para ser ouvido na terça-feira”.

– “Dou o parecer favorável”, disse o Presidente.

O Senador Ney Suassuna disse:

– “Muito bem! Então, eu acho que até que a colocação que está me fazendo não cria problema nenhum, apenas acabei de ouvir esse pedacinho do depoimento do Sr. Marcelo, e a imprensa vai colocar tudo que eu duvido que ele tenha dito. Mas estou consigo, eu me retiro, não me cria problema absolutamente nenhum”.

“Tem o depoimento dele na Justiça, tem o depoimento na Polícia Federal, e eu queria que você visse apenas o que é, porque eu também tenho uma interpelação judicial que fiz a ele, porque, além disso, ainda processei e pedi informações”.

Muito bem, aí eu disse: “Mas o senhor está certo”.

O Aleluia disse o seguinte: “Não, o senhor fica, nós fazemos duas. Fazemos uma com o senhor e outra sem o senhor”.

O Aleluia era o Presidente.

Eu disse: “Não! Não podemos criar constrangimento, ele tem razão. Não estou aqui para criar constrangimento. O que eu quero é a verdade e só”.

E me retirei. Sabe como saiu na imprensa?

“O Senador Ney foi lá fazer constrangimento e saiu zangado!”

Esse é o diálogo. Essa é a distorção.

São essas coisas que eu não concebo. Eu quero só uma coisa: a justiça e a verdade.

O que eu pedi aos membros dessa CPMI foi uma coisa só, o tempo todo:

– “Investiguem. Investiguem que vocês vão encontrar. Tem muita coisa mal explicada, tem muita coisa que não foi sequer lida. Como eu disse, esse depoimento, este último aqui, eu recebi há meia hora. Ele foi feito quando somente dois parlamentares estavam presentes: o Aleluia e o Redecker. Depois disso, ele foi passado para MD – uma nova modo de gravação – e ficou guardado no cofre até ontem. Só ontem mandaram abrir. Como é que os outros membros da Comissão vão tomar conhecimento? Como é que tomaram conhecimento desse depoimento se somente ontem foi aberto o cofre? E a tradução foi feita hoje? Só recebi hoje porque fui procurar. E os membros da Comissão? Como é que vai sair um relatório, se esse depoimento não constou sequer constou do relatório? São coisas como essas que fazem com que eu queira estar presente para poder me defender. Não é pressão, mas acho que tenho o direito de defesa. Lamentavelmente, estou achando que não está sendo como devia, mas não há problema nenhum. Sou uma pessoa que cumpre a lei.”

Agradeço a V. Ex^a o tempo que me concedeu e vamos aguardar para tomar as providências devidas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, por permuta com o Senador Paulo Octávio.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O Presidente prorroga a presente sessão por mais 30 minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Senador Ney Suassuna, de início, não vou citar nem entrar no mérito do assunto, mas gostaria de dizer que o amplo direito de defesa é reconhecido no Direito brasileiro. Então, jamais será cerceado a V. Ex^a, em qualquer tempo, o direito de defesa, se necessário for. Acho que nenhum de nós, nesta Casa, vai abrir mão desse direito que V. Ex^a tem.

Eu não participei das oitivas da CPI. Hoje eles estão fazendo o relatório e juntando cada depoimento comparativo à situação geral do que houve na Planam e em outras empresas. Eu não me aprofundei. Preferi não ter lista, não ter nada em mãos, para evitar isso que V. Ex^a disse, ou seja, o vazamento de matérias que, além disso, às vezes saem distorcidas. Isso por-

que quem fala às vezes aumenta um ponto ou diminui um ponto.

O direito de V. Ex^a, sem dúvida, terá que ser respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Eu peço aos Srs. Senadores – temos vários Senadores inscritos – que se atenham ao tempo de dez minutos, para que todos possam falar até o final da prorrogação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu tenho um discurso que vou deixar para amanhã, porque precisaria de mais de dez minutos.

Hoje eu tenho dois problemas. Eu pedi à Cláudia, e ela foi gentil em me trazer o Código Penal sobre o Crime de Dano. O Secretário de Segurança Pública pede o enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Trata-se da questão da queima dos ônibus. É um ato terrorista? Eu acho que é. Há uma discussão a respeito, porque é difícil o enquadramento, por se tratar de uma lei de 1983; portanto, de antes da nova Constituição.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Tuma, permita-me, sem interrompê-lo, agradecer as suas explicações e a sua afirmação de que teremos sempre o direito de... Quero também agradecer ao Senador Raupp a gentileza da sua participação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado.

Eu fiz um questionamento ao Ministro da Justiça. Peço, em uma questão de ordem, informação sobre se ele foi ou não encaminhado ao Ministro da Justiça, porque, neste recesso, não sei se tem de haver a aprovação da Mesa, em se tratando de um questionário ao Ministro da Justiça sobre entrevista do Secretário da Segurança a respeito “do desinteresse do Governo central com São Paulo”.

Não sei se isso pode ir **ad referendum** da Mesa ou não. Do contrário, passará do tempo necessário para um esclarecimento que o Ministro entenderia por bem dar ao Senado, onde ouvi muitas acusações.

Eu gostaria de saber a resposta do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Vou verificar e, até o final do seu pronunciamento, informarei a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Penso que muitos Senadores aqui têm recebido várias denúncias de comportamento indigno de algumas autoridades de Executivo, de Parlamentos municipais ou não. Cada um de nós, dentro do que é possível – pois não dá para se tomar providência, porque não há envolvimento de Parlamentar do Senado -, tem encaminhado as denúncias às autoridades competentes: ou à Polícia Federal, ou à Polícia do Estado, ou ao Ministério Público.

Então, comunico que recebi de membros da Secretaria do Estado do Amazonas de Infra-estrutura uma série de denúncias de saques em dinheiro na “boca” do cofre, comprometimento com algumas empreiteiras, alguns órgãos que ganham concorrência e pagam comissão por meio do dinheiro da “boca” do cofre.

Eu não posso investigar isso, nem tenho como fazê-lo. Então, depois de orientação do nosso consultor, foi feita uma proposta, um pedido de instauração de inquérito, que achei melhor não fazer. Estou encaminhando toda a documentação por ofício, para que o próprio Procurador-Geral designe um promotor e analise as denúncias que recebi, e para que possa fazer também o levantamento das obras, que, segundo as informações que me chegaram, são viciadas, e para que analise vários saques que foram feitos e que encaminhei ao Coafi, por conterem valores altos para ser um saque normal na boca do cofre. Tivemos um exemplo triste aqui dos mensaleiros e outras acusações que ocorreram por aqui.

Fiz para a Polícia Federal, para o Dr. Paulo Lacerda...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a me questionou sobre o requerimento de V. Ex^a. Informo que ele foi lido no dia 3 de agosto e está sendo encaminhado ao Presidente, para distribuição.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É que envolve muita aflição de minha parte por ser paulista, e todos são paulistas: Ministro da Justiça, Secretário de Segurança, Governador e até o Presidente Lula, que, mesmo não sendo paulista, adquiriu cidadania por ter praticamente vivido a sua vida inteira em São Paulo. Por isso, tive a aflição, dentro das acusações que o Secretário fez, de que o Ministro nos informasse a respeito. Mas acho que ainda tem que passar pela Mesa, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Será encaminhado para o Presidente para ver se defere ou não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – **Ad referendum** da Mesa, se pudesse adiantar, porque é importante saber a resposta. Não é nada ofensivo, é apenas dentro do que declarou o Secretário, para que o Ministro nos pudesse esclarecer a respeito, a mim, como paulista, e aos brasileiros que vivem em São Paulo.

Esse documento foi encaminhado por mim à Procuradoria, ao Coafi e à Polícia Federal para que eles, dentro de suas competências, possam investigar a verdade sobre essas informações que mandou a Secretaria de Estado do Amazonas.

Vou encerrar meu pronunciamento, para que V. Ex^a dê oportunidade a outros.

Eu agradeço, Sr. Presidente. Vou aguardar o relatório da CPMI amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

V. Ex^a dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei um pronunciamento que, sinceramente, não é o tipo de pronunciamento que gosto de fazer. Sempre ocupei esta tribuna para falar de reivindicações para a construção das usinas do Madeira, para a restauração das nossas BRs, das nossas rodovias federais em Rondônia, para a construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho, que até hoje não se iniciou, e tantas outras cobranças que tenho feito aos Governos, tanto o Federal quanto o Estadual, para a melhoria da qualidade de vida do povo de Rondônia.

Diante dos fatos, dos últimos acontecimentos envolvendo o meu Estado, eu não poderia deixar de me pronunciar aqui sobre este assunto.

Então, Sr. Presidente, manifesto aqui a minha profunda preocupação com os episódios ocorridos recentemente no meu querido Estado de Rondônia – e estou lá há trinta anos –, episódios esses amplamente divulgados nos meios de comunicação do País.

Os fatos apresentados são estarrecedores e necessitam ser investigados por completo; e os culpados, penalizados conforme a conduta eventualmente ilícita cometida por cada um dos envolvidos.

Confesso, Sr. Presidente, que fiquei perplexo com o noticiário, visto que investigações preliminares apontam para supostos desvios dos três dirigentes dos Poderes, o que atinge frontalmente a normalidade institucional.

É preciso investigar tudo com cautela e profissionalismo, mas também é imperativo evitar excessos do aparelho do Estado.

As informações que recebo são de que a Polícia Federal em Rondônia tem investigado de forma isenta e republicana todos os crimes cometidos por particulares e autoridades, o que exaltamos e elogiamos. No entanto, é necessária a sensibilidade dos responsáveis pelas operações para que excessos sejam evitados. Esse é o único reparo que faço às ações da Polícia Federal, visto que as investigações têm demonstrado competência e zelo com suas funções públicas.

O Chefe do Executivo Estadual, ao contrário dos embustes que faz, vem sendo investigado pelo envolvimento em uma multiplicidade de supostos crimes, como invasão de terra indígena para instalar hidrelétrica de

sua família, manipulação de licitações, contrabando de diamantes, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, formação de quadrilha, e manter empresas em nome de “laranjas”. E não é por acaso, Sr. Presidente, que o Governador do Estado é apontado como o sexto político mais rico do País. Em menos de dez anos em que entrou na vida pública, já é o sexto político mais rico do País.

Concordo com a Senadora Fátima Cleide quando S. Ex^a se pronunciou, ontem, daqui desta tribuna, que, talvez, o maior responsável por tudo que esteja acontecendo em Rondônia é o Governador e ele tenta, por todos os meios, se esquivar porque é da competência do Executivo e do Legislativo dotar de orçamento todos os Poderes e órgãos do Estado, e este último episódio que ocorreu em Rondônia, envolvendo o Judiciário, o Ministério Público – a Assembléia e o Executivo já estavam envolvidos –, eu acredito que a culpa maior seja do Poder Executivo do Estado e não dos outros Poderes.

O Governador, usando as estruturas do Estado, manipula parte da mídia para se arvorar de paladino, como se as ações da Polícia Federal fossem uma extensão das suas.

É verdade que o Governador conseguiu gravar Parlamentares tentando extorquir o Erário, como também é verdade que o próprio Chefe do Executivo estimulava tais atos e somente decidiu divulgar as imagens do crime quando se viu encurralado pela Assembléia Legislativa no processo de cassação.

Todos sabem em Rondônia que o Sr. Governador Ivo Cassol utilizava também essas fitas como instrumento de chantagem para evitar qualquer tipo de investigação e fiscalização do seu Governo pelo Parlamento Estadual.

Poucos no País sabem que Ivo Cassol somente divulgou as imagens dos Parlamentares tentando pillar o Executivo depois que a Assembléia Legislativa deu autorização ao Superior Tribunal de Justiça para que pudesse processá-lo. Aliás, processo que se encontra no STJ e não tem tido a celeridade que almeja a população rondoniense.

Foram dois anos, Sr. Presidente, com as fitas gravadas na gaveta, esperando oportunidade para mostrar, para divulgar. Por que não divulgou de imediato? Se os Parlamentares estavam cometendo um crime, ele tinha que, no dia seguinte, entregar essas fitas à Polícia Federal, ao Ministério Público, para que fossem apuradas. Mas não. Passaram-se dois anos. Por isso digo que, talvez, se tivesse cortado, naquele momento, o mal pela raiz, não estaria o Estado, hoje, mergulhado na mais profunda crise da sua história.

As recentes cenas mostradas pela mídia de Rondônia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mesmo sendo abomináveis, não refletem a realidade do povo desbravador e trabalhador do Estado de Rondônia, assim como muitos outros Estados já tiveram os seus problemas também e, nem por isso, pode ser culpada uma população.

A atual legislatura, por motivos óbvios, vai deixar um legado cruel e negativo para a história do Estado, mas também deverá servir para que a população reflita com mais cuidado na hora de escolher os seus representantes.

A lista de homens e mulheres de bem que disputam o pleito atual é imensa. Então, a população tem condições de escolher, diante de todos os candidatos, para o Governo do Estado, para Senador, para Deputado Federal, para Deputado Estadual, bem como, no cenário nacional, para Presidente da República.

Assim, também, Sr. Presidente, é o Poder Judiciário rondoniense. A maioria absoluta é formada de trabalhadores honestos, retos e dignos nas funções que exercem. Esta é a regra; o que ocorreu foi exceção. Jovens magistrados de quase todos os Estados brasileiros formam o Poder Judiciário de Rondônia, com competência, presteza e dignidade, assim como a maioria dos desembargadores e juizes. E o mesmo se aplica aos membros do Ministério Público.

Finalmente, Sr. Presidente, após manifestar toda a minha preocupação com a crise que assola Rondônia, não posso deixar de elogiar as ações investigativas que vêm sendo feitas pela Polícia Federal no combate ao crime. Faço apenas um reparo aos excessos, especialmente ao uso desnecessário de algemas quando os conduzidos não oferecem nenhuma reação.

Renovo também minha preocupação com os meios fraudulentos e violentos com que Ivo Cassol tenta se manter no Executivo Estadual, especialmente porque ele é o mais perigoso de todos e não hesitará em utilizar as estruturas do Governo para perpetrar suas mazelas, avacalhando seus adversários e transgredindo as leis.

O Governador, Sr. Presidente, em nome de teste-de-ferro, tem usado sistematicamente um jornal que alugou para bater na Oposição. Recentemente, agrediu violentamente, por meio desse jornal, o Senador Amir Lando, um homem sério, reto, digno que não merece todas as acusações feitas a ele nesse jornal.

Acho que a Polícia Federal deveria também apurar de onde sai o dinheiro para pagar esse jornal. Segundo as informações, são R\$120 mil, R\$160 mil, não sei quantos mil reais, por mês, pagos pelos cofres públicos a esse jornal, arrendado pelos Assessores do Governador para bater nos seus adversários. E isso

ele sabe muito bem fazer. Como ele sempre tem dito, fazer a diferença.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por mais que o Governo tente dizer que não politiza a questão da violência, cujo foco maior é o Estado de São Paulo, mas que está impregnada no Brasil inteiro, os fatos demonstram, com muita clareza, que este Governo procede de maneira de maneira deliberada para usar esse instrumento que ceifa vidas, que desassossega populações, que aterroriza cidades como instrumento de pressão política. Pensar ou dizer ao contrário é querer tapar o sol com a peneira ou tentar fazer com que a população brasileira seja tida como desatenta.

Lamentavelmente, não temos nesta Casa a oportunidade de um debate claro com os responsáveis por representar o Governo no Senado da República. Criam os factóides, fazem as acusações, muitas vezes tentam ser irônicos sem nenhuma vocação para tal fato e terminam na contradição das suas próprias palavras, motivadas por falta de convicção no que estão dizendo, entregando-se e denunciando a trama que está por trás disso tudo.

Os jornais de hoje noticiam – e a própria Líder do PT acabou de falar desta tribuna sobre o fato – uma evidência incontestável sobre o que estou dizendo.

Ao relatar uma viagem sua com o Ministro da Justiça a Santa Catarina para a liberação de convênios – liberação esta feita por meio de uma mesma medida provisória que reserva recursos para São Paulo –, S. Ex^a. dá a entender que São Paulo foi negligente ou está inadimplente no processo em que o Governo Federal se propõe a ajudá-lo. E, numa tentativa de ironizar o fato, S. Ex^a. diz que a remessa desses recursos não pode ser feita nem por DOC, nem por TED.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma criança hoje sabe que o DOC é um documento de compensação bancária e que a TED é uma simples transferência eletrônica feita com recursos disponíveis. O caso em tela, e considero grave que o Ministro da Justiça endosse o que foi dito pela nobre Senadora, é diferente, é uma ordem bancária, cujo procedimento, tão burocratizado pelo Governo Federal, faz com que, em todos os casos, os recursos demorem a chegar a sua origem.

Vejamos, é preciso, em primeiro lugar, a elaboração de um projeto. O projeto é elaborado, analisado pela tecnocracia, que o faz ao bel-prazer. E, no atual Governo, com essa burocracia politicamente engajada, com a república sindicalista montada em todos os ministérios, é muito comum se ver o contingenciamento ou engavetamento dos projetos que interessam à Oposição e a liberação de maneira rápida aos que interessam ao Governo.

Estamos aqui falando, Sr. Presidente, e o Brasil todo está nos ouvindo. Basta perguntar aos prefeitos dos mais distantes Municípios deste País se não é assim o procedimento. Liberação de recursos federais passaram, neste Governo, de maneira descarada, deslavada, a ter a sua distribuição matematicamente proporcional ao atendimento, pelo Parlamentar, das necessidades do Governo de aprovar seus interesses nas duas Casas do Parlamento brasileiro. Se isso não fosse verdade, cairia por terra a CPI das Sanguessugas, que nada mais é do que a liberação de ambulâncias e outros equipamentos da área da saúde condicionada, em todos os seus casos, ao engajamento de Parlamentares aos caprichos do Governo Federal.

Quero lembrar à Líder e ao Ministro da Justiça que nesse processo existem os estágios da despesa. Após o projeto aprovado pela burocracia fria, nos tapetes de Brasília, nos gabinetes hermeticamente fechados às condições e características das diversas regiões do País, julgam-se os donos da Pátria e analisam o projeto de acordo com suas conveniências. E aí são os senhores da razão e do tempo. Quando liberam, passa-se para o doloroso processo do empenho, que é o primeiro compromisso que o Governo assume com a obra a ser realizada, que, no caso em tela, é o convênio com a Segurança Pública de São Paulo.

Depois disso, temos o processo de liquidação, que é exatamente o pagamento. O estágio seguinte é a prestação de contas das parcelas: presta contas da primeira parcela e vem a segunda parcela. Aí chamo mais uma vez, como municipalista convicto que sou, os Prefeitos... O Senador Valdir Raupp, que já transitou pelo Executivo, sofreu, penou com isso.

O Governo – e este não é exclusivo nessa prática –, então, libera a primeira parcela. O Prefeito ou o Governador toca a obra de acordo com o projeto previamente aprovado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Licitação feita, vem o drama da liberação da segunda parcela. Quantos Prefeitos, quantos administradores no Brasil estão com problemas, na Advocacia-Geral da União, no Tribunal de Contas, pois seus Municípios estão inadimplentes porque o Governo não liberou a

segunda parcela, deixando em dificuldade o Prefeito, que é acusado de desvio de recursos, sob a pecha de construtor de obras inacabadas? Aí a Lei de Responsabilidade Fiscal passa a ser injusta, porque pune quem não dá continuidade à obra, mas não pune, Sr. Presidente, quem não cumpre o compromisso assumido de, por meio de recursos orçamentários, fazer os repasses devidos conforme o contrato ajustado.

Sr. Presidente, o mais grave disso tudo é o uso político, maldoso, criminoso, do episódio de São Paulo. Enquanto se bate boca nesta Casa, vidas tombam nas ruas. O que ela fala aqui é totalmente diferente do que está acontecendo em Santa Catarina, Estado onde está sendo proposta a construção de novos presídios, o que depende de projeto, de aquisição de terreno, de aprovação pelos organismos ambientais. No caso de São Paulo, não. O Ministro e o Presidente de República, de maneira pública, prometeram socorrer, emergencialmente, aquele Estado em crise liberando recursos para a recuperação. Entretanto, agora estão criando dificuldades para efetivar o compromisso assumido. Ficam, de maneira demagógica e perversa, num bate-boca público, tentando jogar o Estado contra a opinião pública.

Seria preciso que o Brasil não conhecesse a figura do Governador Cláudio Lembo, homem de conduta ilibada, de atitude reta em todos os estágios por que passou na vida, que tem a responsabilidade pública do momento grave por que seu Estado passa e que não aceita conviver com a política dos factóides, das frases de efeito para tentar, geralmente entre uma e outra pesquisa de opinião pública sobre a avaliação de candidaturas a Presidente da República, colocar em dificuldade os administradores do Estado de São Paulo.

Eu não conhecia, Sr. Presidente, a não ser por rápidas aparições na imprensa, o Secretário de Segurança de São Paulo, mas tive, nesta semana, oportunidade de vê-lo em duas ou três ocasiões em programas de televisão e ver o massacre a que foi submetido. Em programas adredemente preparados, não se deixava sequer que S. S^a, com os dados, com as provas, concluísse seu raciocínio.

É preciso que se dê mais atenção ao que diz esse homem, pela responsabilidade do cargo e pelo acesso às informações que S. S^a possui, porque esta não é uma luta para amadores ou uma luta em que se aceite blefe ou brincadeira.

Aliás, Sr. Senador, há cerca de um mês, chamei a atenção do Plenário desta Casa para um discurso cheio de pureza e de boas intenções, mas que trazia uma curiosa verdade: o meu caro amigo Senador Suplicy contou, desta tribuna, sobre a visita que fez a um

presídio de segurança máxima no Estado de São Paulo, no qual se encontravam 1.443 amotinados. Àquele pátio a Igreja não conseguiu acesso, os médicos não conseguiram acesso, mas o Senador, acompanhado do Prefeito da cidade, salvo engano Araraquara...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – O presídio?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Araraquara.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Senador Suplicy, na companhia do Prefeito da cidade, do PT, e do Presidente da Câmara, de maneira ordeira e pacífica, dialogou por mais de duas horas com os amotinados.

Participou da interlocução o médico Osmani Ramos, aquele que triunfou como *playboy* na sociedade do Rio de Janeiro e que tinha uma dupla face, de *bon vivant*, de *playboy* e de bandido e que está há quase 20 anos atrás das grades. É o mesmo Osmani Ramos, Senador Romeu Tuma, que intermediou, num passado não tão recente, negociações para que fosse feita a libertação de presidiários envolvidos no seqüestro de outros brasileiros, episódio de que V. Ex^a tem conhecimento.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Concede-me V. Ex^a um pequeno aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma, com o maior prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Infelizmente, não ouvi o início, a motivação do pronunciamento de V. Ex^a. Cheguei a falar com o Senador Suplicy que S. Ex^a. se acautelasse para não ser o porta-voz do PCC. Como o Governador o recebeu, ratificou o papel que S. Ex^a fez nesse contato com o Osmani Ramos e tudo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E o Presidente da República.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu até lhe peço desculpas, Senador, mas é uma coisa que me angustiou um pouco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu até lhe convoco, de maneira prazerosa, para discutir esta questão, uma vez que V. Ex^a é o maior especialista que temos na Casa neste assunto. A Líder do Governo, de maneira leviana, disse que a transferência de recursos para São Paulo não podia ser feita por meio de TED ou de DOC. É claro, ninguém discute isso aqui. Agora, querer enganar a opinião pública...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador, há uma coisa que acho gravíssima. Se V. Ex^a tem, no seu Piauí que V. Ex^a ama tanto, uma enchente em que várias famílias estão em perigo de verem desmoronarem as suas propriedades ou morrerem afogadas, o que é que se faz? O socorro deve ser imediato, não há con-

corrência. O que havia era a desumanidade, pois eles deveriam ter ficado num pátio. Foram eles que destruíram todo o patrimônio, e não havia como removê-los. Penso que não se trata de política. Eu acho que não há por que pôr política nessa hora. Deve-se dar o dinheiro e pôr o TCU para acompanhar o emprego desse dinheiro. Não temos que ficar discutindo se vamos dar amanhã, se vamos dar no ano que vem, se vamos esperar o projeto. Essa é a minha angústia e, por isso, fiz um requerimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Trata-se de emergência.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Essa emergência é tão clara que a própria sociedade ficou sem saber que caminho tomar, porque achou que era uma coisa que podia esperar. Estou só desabafando.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É exatamente sobre esse tema que eu estava falando. Foi feita uma comparação entre a viagem prazerosa que a Líder fez ontem, com o Ministro Thomaz Bastos, a Santa Catarina para liberar recursos para a construção de presídios futuros. O caso de São Paulo é diferente. A liberação dos recursos de São Paulo é para emergência, como bem disse V. Ex^a. A lei assegura exatamente, em rubrica específica, esse tipo de liberação. Não se pode tentar enganar a opinião pública, Senador Tuma, enquanto uma cidade padece, noites a fio, o terror e a incerteza. Não se pode tentar enganar a opinião pública passando a impressão de que São Paulo foi omissa ou negligente. São Paulo não foi irresponsável. Uma coisa é a construção de presídios novos, que demanda projeto, aquisição de área, liberação dos órgãos ambientais.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Equipamentos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim, equipamentos. Outra coisa são exatamente os recursos para a emergência por que o Estado passa hoje.

Esse tipo de conduta não pode ser levada adiante, esse tipo de conduta faz com o Partido do Governo fique sob suspeita. Não quer dizer que haja ligação com fulano ou sicrano, mas a máquina, que ora emperra daqui, ora agiliza de lá, faz com que fatos que devem ser tratados por Ministros e pelo Presidente da República como episódios republicanos sejam tratados de maneira política para colocar em xeque homens idôneos como Cláudio Lembo ou como a administração de Covas e de Alckmin, deixando de lado o compromisso maior que se tem com a população.

Senador Romeu Tuma, V. Ex^a é testemunha e me apoiou, no primeiro ano e no primeiro mês neste Senado, quando se quis transferir para o Piauí Fernando Beira-Mar. Este Governo prometia o maior

projeto na área de segurança da América do Sul e da América Latina, com construção de presídios. Só no Estado do Piauí, seriam quatro.

Assustei-me por dois fatos. O primeiro, pelo precedente; o segundo, pela falta de condições do presídio em que iriam colocar o preso. Tanto era verdade que, meses depois, um fato triste ali ocorreu: jovens menores foram colocados naquele presídio sem nenhuma segurança, e um acidente ocorreu. Vários morreram, e, até hoje, os culpados não foram punidos e os fatos não foram apurados.

Aliás, o Presidente Lula precisa medir as suas palavras, porque isso não ocorre só com segurança pública, mas também na saúde. Enquanto diz que a saúde brasileira está perto da perfeição, o Brasil vê estarrecido o que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro: uma senhora morrer por negligência das mais bárbaras que já vi na vida, ser considerada morta, receber atestado e ser colocada numa ala, dentro de um saco plástico. Sua filha e neta, ao pedirem a legalização do óbito para poderem proceder ao enterro, surpreenderam-se com a avó respirando. De maneira brutal, os servidores do hospital rasgam o primeiro atestado, levando a senhora imediatamente para a UTI; e ela, evidentemente, não resiste.

Essa é a perfeição da saúde que o Presidente da República pregou. Trata-se do mesmo Presidente que prega que qualquer um morre feliz se tiver o Dr. Jatene ao lado, sorrindo, mesmo que o Dr. Jatene cometa erro.

Por mim, ele não falou. Eu não morrerei sorrindo perto de ninguém. Faço minhas as palavras do Dr. Ulysses. No dia em que eu tiver de ir pode ficar certo de que serei um homem contrariado. Vou na marra. Sorrindo com erro médico? Nem do pai da Medicina.

Meu caro Tuma, temos, além de admiração pelo Jatene, acesso a ele. E os milhões de brasileiros que não sabem sequer quem é esse grande cientista da Medicina?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Que me conhece por dentro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E os brasileiros que nascem e morrem sem sequer conhecerem um médico, ter tido essa oportunidade? Onde está o respeito a essa categoria do nosso universo social? Acho que a brincadeira com as palavras, às vezes, pode custar caro a qualquer um de nós, mas de maneira muito mais grave a quem governa um País com as contradições sociais do nosso Brasil. Trata-se de um País que, exatamente pelas características, pela vida, pela história e pela origem, deu um crédito de confiança a um trabalhador para nos governar, que volta as costas para a sua origem e discursa apenas

para atender os banqueiros e as elites brasileiras. Assim é demais, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Desculpe, Senador Guerra, pelo atraso. É que estávamos analisando os documentos da Comissão Parlamentar de Inquérito que examina o caso dos sanguessugas. Como parlamentares que somos, diante de tantas denúncias gravíssimas de corrupção, esperamos que a CPI realmente apresente detalhadamente todas as provas relacionadas a todos os parlamentares. Isso é o que desejamos nós e a grande maioria do povo brasileiro.

Amanhã o Senador Amir Lando lerá a parte de seu relatório relacionada aos parlamentares envolvidos nos crimes contra a administração pública, os chamados sanguessugas. Este é um momento muito importante para o Congresso Nacional. Na segunda fase, que se inicia já nesta semana, mas especialmente na próxima, para que possamos desmontar as bases que auxiliam a patifaria e o banditismo político, é muito importante que possamos investigar o Executivo.

V. Ex^a podia ter colocado uma emenda, eu podia ter colocado uma emenda, qualquer parlamentar podia ter colocado uma emenda no Orçamento. Infelizmente, a definição dos parlamentares que seriam beneficiados com a liberação de sua emenda é feita pelo próprio Executivo – ou é a Casa Civil ou o Ministério da Saúde ou o Ministério da Educação ou o Ministério da Ciência e Tecnologia. Infelizmente, era isso que acontecia.

Então, volto a insistir na necessidade de estabelecermos mecanismos de transparência na construção do Orçamento. Eu já disse aqui várias vezes que a própria Confederação Nacional dos Prefeitos – V. Ex^a sabe disso, Senador Heráclito Fortes – apresentou um documento no qual também solicita a integração dos prefeitos na elaboração do Orçamento.

Como ela acontece hoje? A elaboração do Orçamento é um ato unilateral do Poder Executivo, que depois passa pelo Congresso Nacional. É preciso alterar a forma de elaboração do Orçamento para evitar esses crimes contra a administração pública. Da forma como vem sendo feita, o empresário, para ter oportunidade de vender serviços ao setor público, tem de estabelecer um “propinódromo”. Notem que não estou isentando os empresários de jeito nenhum, porque tem gente safada em todo canto, tem no Congresso Nacional, tem no Palácio do Planalto, tem no setor empresarial, tem

em todo canto. Não é isso. A forma como é elaborado o Orçamento é inaceitável. O empresário, para poder vender a ambulância, tinha de pagar propina para o Ministério da Saúde, que, por sua vez, só liberava recursos para o parlamentar que aceitasse que o Executivo colocasse uma etiqueta em sua testa dizendo o seu preço. Então, não é possível isso.

As coisas não precisam ser assim. Existem informações em abundância, diagnósticos precisos, há todo um instrumental técnico, Senador Marcos Guerra, à disposição do Governo. Há o Censo, que é feito pelo IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, os censos agropecuários, planilhas eletrônicas, questionários escaneados. Portanto, o Poder Público sabe o que acontece na indústria, no comércio, na agropecuária. O Poder Público sabe o que existe na casa de cada um dos brasileiros. Não é o percentual de jovens em Alagoas ou no Rio Grande do Sul: ele sabe quem habita cada casa no Brasil, qual é a localidade, o sítio, o bairro, qual o nome da rua, qual é o número da casa, a quantidade de eletrodomésticos que existe na casa, se existe saneamento, se o terreno é emprestado. Tudo. Então, o Poder Executivo tem abundante instrumental técnico.

A única forma de diminuir os riscos de corrupção e a promiscuidade na relação Palácio do Planalto–Congresso Nacional–setor empresarial é a elaboração do Orçamento de forma transparente, nos moldes de algo que já existe, que é o planejamento estratégico.

Ora, todos os setores da sociedade, as forças vivas da sociedade, sejam empresários, trabalhadores, agentes públicos, ministros que representam o Executivo ou parlamentares, têm de participar da elaboração do Orçamento. Ela não pode continuar sendo vinculada a atos unilaterais do Presidente da República ou de seus ministros, nem a execução pode continuar pautada no balcão de negócios sujos e na promiscuidade. Isso é inaceitável.

Não é a primeira vez que nos vemos diante de um episódio de corrupção das proporções que assumiu o caso dos sanguessugas. Não é a primeira vez que existe a citação de ministros do Executivo, de parlamentares, de empresários e de agentes públicos de forma geral como envolvidos nesses crimes. Então, continuo achando que, para diminuir o risco do tráfico de influência, da intermediação de interesses privados, da exploração de prestígio e de tudo aquilo que está listado no Código Penal como crimes contra a administração pública, que cadeia deveriam dar, seja para o Presidente da República, para o ministro, para o senador, para o deputado ou para empresário, é preciso mudar a elaboração do Orçamento. Para diminuir esses riscos, não tenho dúvida, precisamos de

uma elaboração transparente, discutida com as forças vivas da sociedade, discutida em cada Estado, utilizando o instrumental e a exatidão técnica dos dados que já estão disponibilizados e a garantia do Orçamento impositivo.

Claro que nenhum desses dados pode ser apresentado, Senador Romeu Tuma, Senador Heráclito Fortes, como panacéia. Ninguém está a propor algo como uma panacéia para resolver todos os males, mas mecanismos para diminuir o risco da promiscuidade e do banditismo na relação Palácio do Planalto–Congresso Nacional–setor empresarial.

O Orçamento impositivo que aqui foi apresentado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, da Bahia, e que foi aprovado por todos, não é a salvação, mas diminui os riscos. Agora, se o Orçamento passa a ser impositivo, mas a elaboração do Orçamento continua sendo pautada na promiscuidade de grupos econômicos e de agentes políticos, dá no mesmo, porque vai ser a imposição da execução orçamentária com base no que foi elaborado no balcão de negócios sujos.

Espero que, na segunda etapa, nós possamos identificar como funciona o esquema na Casa Civil, no Ministério da Saúde, no Ministério da Educação, no da Ciência e Tecnologia; que possamos identificar os acordos promíscuos que são estabelecidos para decidir qual é o parlamentar que vai receber a emenda; que possamos identificar o mecanismo da propina que é paga ao Executivo ou ao Legislativo para viabilizar a aprovação.

Não é possível que, diante da vergonhosa corrupção envolvendo a compra de ambulâncias, da desmoralização do mundo da política, das instâncias de decisão política, dos espaços do Poder, não se tire uma lição para impedir que crimes contra a administração pública voltem a acontecer.

Precisamos da elaboração do Orçamento de forma transparente, com as forças vivas da sociedade, Orçamento impositivo para diminuir a promiscuidade. Tenho dito várias vezes, Senador Heráclito, antes de conceder o aparte a V. Ex^a, que o banditismo do Congresso Nacional retrata o banditismo do Executivo. Se o Poder Executivo não estabelece as mercadorias parlamentares que terão suas emendas liberadas, se o Poder Executivo não paga a propina ao parlamentar ou ao empresário, com certeza isso não estaria acontecendo.

Espero que possamos tirar lições importantes, conseqüentes, distanciadas de qualquer debate demagógico, eleitoreiro; que possamos realmente viabilizar mecanismos para diminuir o risco dos crimes contra a administração pública, da promiscuidade do Poder Executivo com o Legislativo e setores empresariais.

Mas eu não tenho dúvida de que a desmoralização do Congresso Nacional reflete a desmoralização do Poder Executivo.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, congratulo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento. Digo-lhe que esse é exatamente o nó da questão. Em primeiro lugar, Senador Heloísa Helena, que tal experimentarmos que as reuniões da Comissão de Orçamento sejam secretas, com a participação dos parlamentares na sua elaboração? Vemos, infelizmente – o Senador Tuma é meu colega na Comissão –, uma quantidade indesejável de lobistas, que defendem não os interesses dos municípios, não o interesse do País, mas o interesse de suas obras. Esses interesses começam, por meio da maneira dócil com que tratam as pessoas, a se sobrepor ao interesse coletivo. Se tirarmos uma fotografia, ou se aproveitarmos as fotografias já tiradas nas últimas reuniões da Comissão de Orçamento e compararmos com aquelas da época dos “anões”, vamos ver a mesma equipe de pressão de força externa transitando pelos gabinetes das duas Casas do Congresso, infelizmente. Isso ocorre também por lobistas dos bancos. Ou se tem a coragem de legalizar a função do *lobby* – há até uma proposta do Senador Marco Maciel para que todos tenham um carimbo –, ou vamos conviver com aqueles que agem aqui na marginalidade, com a mesma desenvoltura do traficante ou de qualquer prestador de serviço ilegal. Apenas é bem trajado, “glostorado” o cabelo, aquele lenço saindo do bolsinho da lapela, uma pasta geralmente de cor de crocodilo, jacaré, aquela pasta brilhante, ou de avestruz e um sapato de crocodilo, nos restaurantes, a abordar parlamentares. V. Ex^a tem absoluta razão. E, aí, vem o mais grave: há uma corrente que tenta, Senador Marcos Guerra, se livrar do carrapato, matando o boi.

Começam a querer tirar as emendas de maior valor porque essas não interessam às empresas na mobilização dos seus equipamentos. É uma maneira, Senadora Heloísa Helena, de prejudicar o Nordeste, que, muitas vezes, não tem a necessidade da obra pequena. Imagine o que ocorre numa cidade do sertão de Alagoas, que é o mesmo que ocorre no Piauí. Uma das propostas recentes era limitar emendas de bancada, a divisão em R\$10 milhões.

Ora, com R\$1,5 milhão, R\$2 milhões, fazemos uma escola que atende a determinada região. A emenda ser de R\$10 milhões é um convite ao pecado. Mas a grande empresa, Senador Romeu Tuma, não se interessa quando se diminui o valor por causa do seu custo. Aí vêm uns nomes técnicos – BDI e outros. Até aprendi com a Senadora Ideli hoje, que falou em DOC e TED, processo de transferência bancária, o que mostra que o PT está renovado. Temos que ter, Senadora Heloísa Helena, exatamente esse cuidado, porque, afinal contas, o Orçamento, depois da nossa Constituição, é a lei maior desta Casa. E temos que ter o cuidado de fazer um orçamento impositivo e transparente, porque se punem prefeitos que não concluem as obras, mas não se pune o Governo que não manda os recursos. É preciso fiscalização nas duas pontas. E o prefeito passa a ser o pedinte. Pede do Presidente da República ao ministro, deputado, senador, e cai nas garras do terceiro escalão. Louvo V. Ex^a por trazer este assunto. Aliás, com relação a esta Legislatura, cometemos dois pecados – eu, pelo menos. O primeiro foi acreditar que fosse impossível o PT, dentro dos seus quadros, cometer pecados com os quais se emaranhou durante esse período. Daí por que dei, de maneira errada, aquele crédito de confiança na instalação da CPI do Waldomiro. Foi o grande erro que esta Casa cometeu. Se, naquele momento, tivéssemos feito uma apuração do início daquele “propinoduto”, que marcou, pelo menos publicamente, a estréia do PT naquela nova vida, talvez tivéssemos tido condições de evitar crise maior. V. Ex^a, como eu, assistiu à desfaçatez de alguns na CPI do Banestado, que posavam de salvadores da pátria, mas, na calada da noite, comandavam gangues de assalto a cofres de pessoas, justa ou injustamente, envolvidas na questão. Senadora Heloísa Helena, este é um discurso transparente, oportuno e urgente de ser ouvido pelo Brasil e, acima de tudo, aplicado. Não podemos viver sem o Orçamento, não podemos deixar de atender o Nordeste, mas também – isso é prioridade – não podemos permitir que esta lei orçamentária seja motivo, ano após ano, de enxovalhamento desta Casa e de instrumento para o descrédito da Instituição democrática do País. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes. Compartilho inteiramente de suas observações.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Primeiramente, quero cumprimentá-la pela postura de V. Ex^a na entrevista dos candidatos na Rede Globo. Estamos acostumados a conviver há alguns anos com V. Ex^a e sabemos que seu comportamento é esse, que sua doçura é sincera. Não houve nenhuma falsidade de expressão nas suas considerações e no tratamento que deu aos dois entrevistadores. Eu queria cumprimentá-la porque nenhuma vez saiu da regra de conduta que se dispôs a praticar durante todo esse período em que aqui convivo com V. Ex^a. Expresso a admiração que tenho por essa conduta, demonstrada permanentemente no interesse da sociedade.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Muito obrigada.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Agora, às vezes participamos da Comissão de Orçamento e saímos profundamente angustiados, Senador Presidente, porque não temos participação efetiva. Não há renovação de Presidente e Relator, é um rodízio que se faz entre os Partidos dominantes. Então, você não recebe um relatório para fazer, parcial ou não. Vi nossa Senadora Lúcia Vânia chorar porque não quiseram aceitar a permanência de um projeto social no qual ela era Relatora de determinados assuntos, e caiu por terra sua luta. V. Ex^a é testemunha.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Lembro-me do fato, testemunhei isso.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Outra coisa que me aflige, Senadora: há aqui a Comissão de Infra-Estrutura, que o Senador Heráclito Fortes preside bem e onde acompanha os projetos que têm de ser analisados. Mas a Comissão de Fiscalização e Controle não sei quem está presidindo. Não quero criticar. Quando eu participei, por indicação do Partido, ficava assustado com o que o Tribunal de Contas nos enviava a respeito do comportamento de integrantes ou não do Executivo, nos processos que são corretamente apurados, vale destacar. Dependendo da vontade do Presidente, podiam até arquivar. São coisas que deveriam funcionar, principalmente as comissões temáticas, para todos participarem efetivamente e discutirem os assuntos expostos. É a nossa obrigação. V. Ex^a tem razão. Não sei se é vantagem ou não continuar com a Co-

missão de Orçamento. As comissões de assuntos temáticos devem discutir. Nelas a participação é mais efetiva. Só comparecemos à comissão para dar número, para que possa haver reunião, mas discutir, Senador Heráclito Fortes, é difícil. Não se encontra oportunidade de discutir a não ser no relatório parcial, quando pode haver maior interesse em justiça e segurança. Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a tem toda a razão. Essa luta vale a pena se desencadear. Estamos ao seu lado, desejando que vingue essa idéia que V. Ex^a expõe ao findar esta sessão. Foi muito bom V. Ex^a, Sr. Presidente, dar tempo à Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, e também por todas as contribuições que tem dado na área de segurança pública, inclusive nos ajudando na discussão do programa de Governo.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Veja como é importante o projeto da pulseira: vão soltar presos por indulto, mas não têm capacidade de fiscalizar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com certeza. Eu estava falando sobre isso. O problema não é a flexibilidade da pena, nem é o problema de São Paulo. Eu tenho dito várias vezes que, infelizmente, essa disputa política está possibilitando a incoseqüência desvairada. O problema da crise na área de segurança e o problema da violência não é apenas em São Paulo. É a maior farsa.

V. Ex^a, Senador Guerra, já vivenciou essa situação no Espírito Santo, eu já vivenciei na minha Alagoas. Todos os Estados brasileiros têm problemas gravíssimos na área de segurança. E o pior é que os dois últimos Presidentes da República, tanto o Fernando Henrique quanto o Lula, não tiveram nenhum compromisso com a estruturação da área de segurança: nem possibilitaram o tratamento das causas, com políticas sociais para minimizar o risco de crianças e jovens serem arrastados para o narcotráfico e para a criminalidade, nem estabeleceram os mecanismos de repressão implacável ao crime organizado, esteja ele onde estiver. Não fizeram isso.

E, para completar, como estamos em ano eleitoral, o que acontece? O Presidente da República, em vez de coordenar o novo pacto na área de segurança pública, discutindo todos os detalhes, propostas e diagnósticos apresentados por todas as secretarias de segurança do Brasil, acaba entran-

do, de forma inconseqüente e demagógica, numa disputa com as Lideranças políticas do Estado de São Paulo e perde a oportunidade de ser o grande coordenador de um novo pacto federativo que se relacione às políticas sociais e que também se relacione à repressão implacável do crime organizado, esteja no sistema prisional, no sistema único de segurança público, no salário decente, que infelizmente hoje não existe, para os trabalhadores da área de segurança pública. Não existe nem para as Forças Armadas, não é, Senador Tuma? V. Ex^a já reclamou várias vezes isso aqui. Nem para as Forças Armadas. Imaginem o que acontece com o aparato policial espalhado pelos Estados brasileiros.

Então, mais uma vez o meu apelo no sentido de que sejam disponibilizadas as condições concretas e objetivas para minimizar o problema da violência no nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço de coração a V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, que já estava praticamente encerrando a sessão, mas me possibilitou que eu pudesse falar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a tornou o horário nobre. Parabéns, Senadora.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu poderia fazer um registro só?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a tem a palavra, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Senador Heráclito, que sempre está acompanhando o noticiário no nosso computador, deu-me agora uma notícia muito triste: o falecimento do Deputado Estadual Paschoal Tomeu, que foi prefeito de Guarulhos e, na minha primeira campanha, me ajudou muito naquela região da zona leste de São Paulo. Era um bom companheiro, um empresário que sempre ajudou Guarulhos, foi prefeito por mais de uma vez e veio a falecer no dia de hoje.

Amanhã vou apresentar o requerimento de pesar, mas já queria deixar registrada minha angústia e meus sentimentos de pêsames à família do Deputado Estadual Paschoal Tomeu.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e desculpe-me por ter ultrapassado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Mesa se associa a V. Ex^a.

Por oportuno, Senador Tuma, o requerimento que V. Ex^a dirigiu ao Ministro da Justiça foi distribuído ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Flávio Arns, Arthur Virgílio, Antero Paes de Barros e Juvêncio da Fonseca enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, solicito a transcrição na íntegra, nos Anais da Casa, do artigo “Constituinte golpista”, publicado na edição do dia 09 de agosto de 2006, do Jornal **Folha de S. Paulo**, de autoria do eminente jurista Dr. Rubens Aprobato Machado.

O Dr. Rubens Aprobato nos brinda nesta quarta-feira com vigoroso artigo, mais uma peça que abriga importantes subsídios para o debate da reforma política.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Dados de investimentos do governo são inflados”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 10 de julho do corrente.

Segundo a matéria, o ministro, Guido Mantega, utilizou investimentos fantasmas no cálculo que divulgou semana passada sobre os investimentos públicos federais. De 2000 a 2005, o governo cancelou pelo menos R\$4,24 bilhões nos chamados restos a pagar – R\$2,87 bilhões nos três primeiros anos da administração Lula. Contudo, os valores cancelados continuam na estatística de investimento da Fazenda.

Sr. Presidente, requero que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Constituinte golpista

RUBENS APPROBATO MACHADO

HÁ MOMENTOS da vida nacional em que a extravagância chega às raias do absurdo. Basta olhar para essa idéia do presidente da República, maturada após uma reunião com um grupo de advogados na Ordem dos Advogados do Brasil, de apresentar PEC (proposta de emenda constitucional) com vistas à realização de uma Assembléia Nacional Constituinte para realizar a reforma política.

É uma hipótese demagógica, politicamente incorreta e juridicamente inconstitucional. Nos meus 50 anos de advocacia, aprendi que só se instala uma Assembléia Constituinte para a elaboração de nova Constituição quando ocorre ruptura do ordenamento jurídico existente, situação que deriva de mudança do regime, o qual, por sua vez, se efetiva por meio de força ou de um golpe de Estado.

Não se pode alterar uma Constituição de maneira abusiva e ao sabor das circunstâncias, como está se pretendendo. Uma PEC nesse sentido chega a alterar até o modo de mudar a Constituição, pois hoje se exigem dois terços dos votos na Câmara e no Senado, mas uma Assembléia Constituinte poderá aprovar modificações no texto constitucional por maioria simples.

Uma Constituinte só poderá ser convocada pelo povo, por meio de seus representantes, e só tem justificativa caso estejam abalados os fundamentos da República. E a reforma política, como a que a nação está aclamar, pode ser realizada no próprio foro do Congresso Nacional.

A idéia de realizar uma Assembléia Constituinte a partir de uma ação do Executivo denota o pouco apreço que se atribui ao sistema normativo e, ainda, ao Parlamento nacional, bastando verificar como o governo edita sucessivas medidas provisórias.

Convocar uma Constituinte para fazer a reforma política é uma hipótese demagógica, politicamente incorreta e inconstitucional

A par da ilegalidade, reina ampla ignorância sobre os processos que deram origem às Constituições brasileiras. Em 1822, o país rompeu o período colonial, se tornando nação independente. Por essa transformação, elaborou-se, em 1824, uma Constituição imperial, que perdurou até ser proclamada a República. Em 15 de novembro de 1889, ocorreu a ruptura do regime imperial e conseqüente ingresso do país no sistema republicano, surgindo, então, a Constituição de 1891.

Em 1934, após o golpe de 1930 e a revolução constitucionalista de 1932, chegamos a uma nova Constituição, que vigorou até o Estado Novo, na ditadura varguista, quando foi elaborada a Carta de 1937, conhecida como "polaca".

Finda a Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a vitória dos aliados sobre o nazi-fascismo, o Brasil, ao lado dos vitoriosos, enterrou o regime ditatorial de Vargas instaurando a democracia, o que ensejou a Constituição liberal de 1946. Com ela, chegamos a 1964, quando se instalou o regime autoritário dos militares, ensejando a Constituição de 1967 e a emenda constitucional de 1969.

Com o retorno do país ao sistema democrático, passamos a conviver com a chamada Constituição Cidadã, de 1988. O Poder Constituinte de 88 previu, expressamente, a possibilidade de ampla revisão constitucional,

após cinco anos de sua vigência — coisa que ocorreu em 1993.

A OAB, na ocasião, se opôs tenazmente à revisão por entender que daria margem a uma nova Constituição, rompendo o sistema democrático vigente, apesar de prevista pelo constituinte originário.

Decorridos quase 18 anos de vigência da atual Constituição, uma revisão com a possibilidade de reformar cláusulas pétreas é um golpe. Não há mudança do sistema político ou do regime que a justifique e nem ato de força.

Ademais, estamos em ano eleitoral. Proposta como essa beneficiaria uma das facções que disputam as eleições. Os candidatos derrotados em outubro poderão se candidatar a uma Constituinte?

Consagrado jurista defende a idéia de que a Assembléia Constituinte poderia elaborar a nova Constituição por meio de uma proposta de emenda constitucional, usando um artifício visando a anular as vedações contidas nas cláusulas pétreas (art. 60 da Constituição). Seria feita emenda à emenda constitucional, elaborando-se nova Constituição, sob o nome de emenda, com posterior consulta plebiscitária, violando, inclusive, as chamadas cláusulas pétreas. Trata-se de engenhoso artifício para dar "coloração de legitimidade" a ato de força.

A idéia de uma Constituinte para a reforma política abre especulações em torno da mudança de identidade do presidente Lula, possivelmente inspirado no ideário bolivariano e revolucionário que move a crença dos presidentes da Venezuela e da Bolívia, Hugo Chávez e Evo Morales.

Dados de investimentos do governo são inflados

Relatório divulgado pelo ministro da Fazenda na semana passada considera como gastos realizados valores que foram de fato cancelados

Ribamar Oliveira
Sérgio Gobetti
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, utilizou investimentos fantasmas no cálculo que divulgou semana passada sobre os investimentos públicos federais. De 2000 a 2005, o governo cancelou pelo menos R\$ 4,24 bilhões em investimentos inscritos nos chamados restos a pagar – R\$ 2,87 bilhões nos três primeiros anos da administração Lula. Mas os valores cancelados continuam na estatística de investimento da Fazenda.

Os R\$ 4,24 bilhões foram registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), operado pela Secretaria do Tesouro Nacional, como investimentos liquidados, mas não pagos. Pelo entendimento que especialistas em finanças públicas tinham até o início deste ano, isso significava que eles foram realizados e faltava apenas pagá-los. Apesar do cancelamento, o Tesouro não refez os registros no Siafi, mantendo os valores originais de investimentos liquidados em cada ano.

Mantega pode não ter sido informado por sua assessoria de que os dados do Siafi não refletiam os investimentos de fato realizados a cada ano. Foi o Estado que alertou pela primeira vez para isso, em reportagem no início deste ano. A partir dela, especialistas em finanças públicas passaram a questionar o critério de “investimento liquidado” utilizado pelo Tesouro.

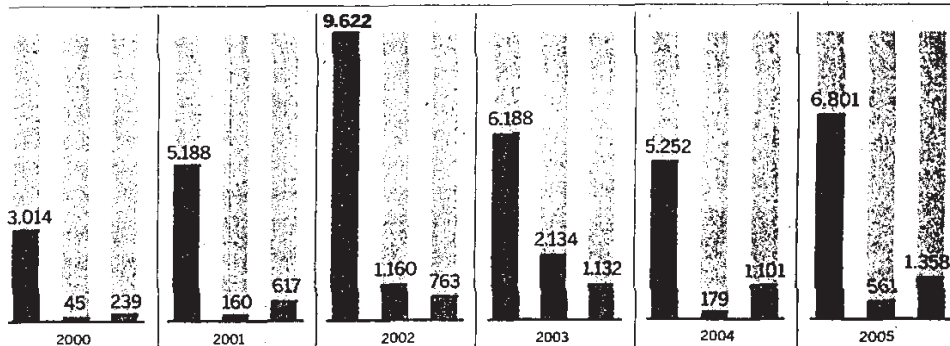
Além disso, o Tesouro faz, no fim de cada exercício, a liquidação forçada de todos os empenhos (autorização para o gasto, feita antes da assinatura de contrato). Os valores de liquidação são automaticamente iguais aos de empenho.

Nota do Tesouro enviada ao

COMPARAÇÃO

A situação dos investimentos que aparecem na estatística oficial como tendo sido realizados, mas dependem de pagamento

EM MILHÕES DE REAIS ■ RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO INÍCIO DO ANO* ■ CANCELADOS ■ PENDENTES DE PAGAMENTO ATÉ FINAL DO ANO



*Restos a Pagar são despesas empenhadas no ano anterior e que esperam por pagamento

FONTE: STN

INFOGRÁFICO/AE

Estados usam o mesmo método

... Pelo menos 11 governos estaduais também estão inflando os números dos investimentos com uma sistemática semelhante à usada pelo governo federal. Os valores de investimentos supostamente executados que aparecem nos relatórios de Estados como São Paulo e Minas e no Distrito Federal são, na realidade, apenas valores de empenho.

Normalmente, parte do investimento empenhado não é concluído no mesmo ano e não pode ser liquidado. Mas na contabilidade dos Estados os empenhos estão sendo integralmente liquidados,

Estado não esclarece a base legal para liquidar os empenhos em 31 de dezembro de cada ano. Diz a nota: “Quanto ao processo automático de encerramento do exercício no Siafi, esclarecemos que não há falha nem desvio legal em sua realização. A automação desse processo tem

independentemente da comprovação de conclusão dos serviços.

Rio, Minas, Pará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Paraíba camuflam despesas de pessoal: consideram como custeio os valores que vão para aposentados e pensionistas. Amapá, Roraima e Rondônia não publicam na internet relatórios previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para o economista José Roberto Afonso, isso ameaça um pilar da Lei Fiscal, que é a transparência das contas públicas. “Precisamos mais que nunca de uma reforma orçamentária.” ● S.G.

como objetivo a operacionalização consistente, coerente e tempestiva da elaboração e divulgação das informações resultantes das ações dos gestores e executores públicos federais.”

Mantega se baseou nas informações do Siafi no relatório inflado que divulgou sobre investi-

mentos do governo Lula para “provar” que tinham sido maiores do que os de FHC.

Não foi o governo Lula que inventou esse cálculo. O Tesouro informa que é usado desde 1986. O Estado verificou ocorrência de liquidação forçada desde 1995, último ano com dados na internet (www.stn.fazenda.gov.br).

De 2000 a 2002, o governo FHC cancelou R\$ 1,36 bilhão em investimentos considerados inicialmente liquidados pelo Tesouro. Relatórios anteriores a 2000 não têm restos a pagar cancelados e não é possível saber o valor total nas duas gestões do tucano.

No ano passado, o governo empenhou e liquidou R\$ 17,3 bilhões. Desse total, R\$ 11,2 bilhões foram liquidados depois de 31 de dezembro, sem confirmação sobre sua realização. Este ano, restos a pagar somam R\$ 13,3 bilhões. De janeiro a junho, o governo já cancelou R\$ 211 milhões, mas o valor tende a aumentar no segundo semestre. ●

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último fim-de-semana, o Brasil inteiro acompanhou e participou do belíssimo espetáculo promovido pela campanha “Criança Esperança”, patrocinada pela Rede Globo de Televisão. Em verdade, os números artísticos e as apresentações musicais representaram o coroamento de uma campanha que já se integrou ao calendário anual do País.

Por meio de ligações telefônicas, pessoas espalhadas por todo o País puderam dar sua contribuição financeira para que importantes ações desenvolvidas por diversas organizações sociais possam continuar a dar futuro e esperança para os pequenos e mais humildes brasileiros.

Na campanha deste ano, foram 64 projetos apoiados, com resultados extraordinários para a vida de muitos jovens e crianças de nosso País. Projetos arrojados e inovadores como a construção dos “Espaços Criança Esperança” nas periferias das grandes cidades, que oferecem cursos profissionalizantes e aulas de artes e esportes, permitindo retirar milhares de jovens do ócio destrutivo das ruas e dando-lhes horizonte, valores, respeito e auto-estima.

E não podemos, Sr. Presidente, Sr^{as} e srs. Senadores, falar do “Criança Esperança” e de ações de apoio à infância no Brasil sem destacarmos a monumental obra realizada pela Pastoral da Criança.

Sob a sensível e competente liderança da Dra. Zilda Arns, a Pastoral, como organismo de ação social vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), completa 23 anos com um trabalho que enche os olhos de todos os que se preocupam com a saúde e com a boa formação de nossas crianças.

Atualmente, já são um milhão e oitocentas mil crianças beneficiadas diretamente pelas ações de promoção fornecidas pela Pastoral no Brasil. E pensar que tudo começou com um pequeno projeto-piloto em Florestópolis, no meu querido Paraná, que conseguiu baixar em 78% a mortalidade infantil registrada no Município!

Desde sua criação, meus nobres Colegas, a Pastoral da Criança tem como principal objetivo garantir o desenvolvimento integral das crianças, e das suas famílias. No geral, o acompanhamento é realizado nas próprias localidades e se dá em três etapas: a visita familiar, o Dia da Pesagem e a reunião de avaliação com líderes comunitários.

Na visita familiar, profissionais da área de saúde vão aos lares acompanhar como as crianças vivem e as condições em que são criadas. Em seguida, são passadas as orientações necessárias e o acompanhamento caso algum problema seja detectado.

No Dia da Pesagem, o crescimento e o desenvolvimento da criança são medidos e analisados conforme o seu histórico. Ao final das inspeções, há reuniões com líderes da comunidade para que o trabalho seja efetivado da melhor maneira possível e os resultados possam ser alcançados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e srs. Senadores, neste momento em que as eleições se aproximam, o grandioso e inestimável trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança, assim como a campanha do “Criança Esperança”, devem servir como inspiração para todos nós, no sentido de que firmemos um compromisso inabalável de apoio e fomento à assistência infantil integral. Toda criança tem o direito inalienável de brincar, de crescer com saúde e, sobretudo, de sonhar, porque é dos sonhos de hoje que veremos surgir um mundo melhor no amanhã. Cabe a todos nós pela união de esforços e ideais garantir que a cidadania se transforme em realidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da capa da revista **Veja**, do dia 26 de julho de 2006, intitulada “A lista da vergonha”.

A capa da revista **Veja** desta semana destaca o escândalo da máfia dos sanguessugas, mostrando que o chefe da quadrilha, Vedoin, já citou 112 nomes com fotos dos acusados, 60 prefeitos e o ex-ministro da Saúde, Humberto Costa.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida capa passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

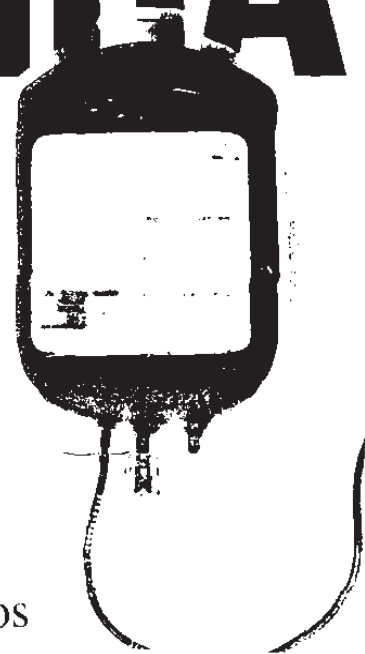
**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EXCLUSIVOEditora ABRIL
edição 1966 - ano 39 - nº 29
28 de julho de 2006**veja**
www.veja.com.brMÁFIA DOS SANGUESSUGAS

A LISTA DA VERGONHA

- Os nomes e fotos dos 112 parlamentares acusados pelo chefe da máfia
- Os 60 prefeitos na lista da propina
- A história completa de como o ex-ministro da Saúde Humberto Costa ajudou a liberar dinheiro para os mafiosos



R\$ 7,90

01966

770100712004

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Assessor da Saúde é apontado como ‘contato’ de esquema”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 2 de agosto do corrente.

A matéria destaca que um integrante da chamada máfia dos sanguessugas afirmou que o atual secretário de gestão estratégica e participativa do Ministério da Saúde, Antonio Alves de Souza, seria a pessoa de contato do esquema no Ministério quando ele ocupa-

va a chefia de gabinete do então ministro do governo Lula, Humberto Costa.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Assessor da Saúde é apontado como “contato” de esquema

Empresário liga ex-chefe-de-gabinete de Humberto Costa à máfia dos sanguessugas

Antonio Alves de Souza, que continua trabalhando no Ministério da Saúde, nega irregularidades e diz que nem conhece acusados

MARTA SALOMON
ADRIANO CEOLIN
DA SUPLENÇÃO DE BRASÍLIA

Em depoimento à Justiça Federal, o empresário Ronildo Pereira Medeiros, integrante da máfia dos sanguessugas, complicou a situação do atual secretário de gestão estratégica e participativa do Ministério da Saúde, Antonio Alves de Souza.

Segundo Medeiros, Souza seria “a pessoa de contato” do esquema no Ministério da Saúde quando ocupava a chefia de gabinete do então ministro Humberto Costa, hoje candidato do PT ao governo de Pernambuco.

Medeiros reiterou o que o empresário Luiz Antonio Vedoin, um dos líderes do esquema, disse sobre a suposta participação de Souza na liberação de quase R\$ 8 milhões de pagamentos bloqueados no início do governo Lula para a compra de ambulâncias autorizada na gestão Fernando Henrique. No primeiro momento, Humberto Costa teria recusado o pagamento e encaminhado o assunto ao chefe-de-gabinete.

Segundo Medeiros, Souza, pessoa de “extrema confiança do então presidente do PT no Ceará, José Aírton Cirilo, teria se hospedado no hotel Caesar Park, em Fortaleza. Na ocasião, foram negociados projetos e licitações com prefeitos. O chefe da máfia das ambulâncias, Darci Vedoin, disse que o ex-chefe-de-gabinete da Saúde teve suas despesas pagas pelas empresas que comandavam a fraude.

Ontem, Souza reafirmou desconhecer os empresários que chefiavam a máfia: “Não conheço os acusados Darci Vedoin, Luiz Antonio Vedoin e Ronildo Medeiros. Nunca os vi nem os recebi no Ministério da Saúde. Não tratei de liberação de emendas. Não estive em Fortaleza em julho de 2003 e nunca recebi qualquer vantagem ou pagamento de viagem por parte dos acusados”.

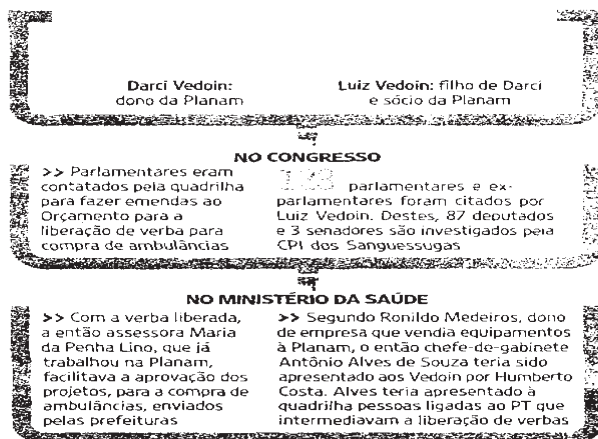
Até ontem à noite, o ministro da Saúde, Agenor Álvares, dizia que não há motivos para afastar Souza: “Ele não tem nada a ver com isso, está até muito revol-

CONEXÕES DA FRAUDE

Entenda como funcionava o esquema para compras superfaturadas de ambulâncias por prefeituras

NA PLANAM

>> Empresa comandada pela família Vedoin, fornecia as ambulâncias às prefeituras. Fazia contato com os parlamentares, com as prefeituras e com o Ministério da Saúde para a fraude



NAS PREFEITURAS

>> A Planam contatava as prefeituras para a venda de ambulâncias, condicionando a liberação da verba do parlamentar e a aprovação no Ministério da Saúde ao pagamento de propina pelo esquema



tado e deprimido. As denúncias não têm a menor procedência”.

Os depoimentos tomados pela Justiça Federal de Mato Grosso detalham o valor das “comissões” que teriam sido pagas a funcionários da Saúde contatados pela servidora Maria da Penha Lino. Dois ex-funcionários de um departamento do ministério no Rio são acusados de receber, inicialmente, R\$ 1.500 por mês. Mas o valor teria alcançado R\$ 2.500.

Os depoimentos de Medeiros e Darci Vedoin também envolvem o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), nas negociações. O governador teria

participado de reunião com Medeiros e Luiz Antonio Vedoin sobre a destinação de R\$ 10 milhões ao Estado para a compra de ambulâncias. Medeiros afirma ter estado no gabinete de Dias “umas duas ou três vezes para tratar do assunto dos projetos e licitações”. O negócio ainda não teria sido pago. O governador nega envolvimento com o esquema.

No depoimento, Darci Vedoin disse que, em 2000, o então ministro da Saúde José Serra teria participado da entrega de cerca de 50 ambulâncias compradas da Planam, mas não fez nenhuma acusação a Serra.

Depoimentos reforçam elo de Cirilo com máfia

DA SUPLENÇÃO DE BRASÍLIA

Os depoimentos de Darci Vedoin e Ronildo Medeiros à Justiça do Mato Grosso reforçam o testemunho de Luiz Antonio Vedoin sobre a ligação do ex-presidente do PT do Ceará José Aírton Cirilo com a máfia das ambulâncias. Ambos confirmam que ele participou de negociações com o ex-ministro da Saúde Humberto Costa (PT) e com o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

Como Luiz Antonio, Darci Vedoin afirma que pessoas identificadas como Raimundo Lacerda Filho e José Caubi Diniz receberam comissão de 5% pelos negócios que Cirilo teria conseguido fechar no Piauí e na pasta da Saúde.

Cirilo, Wellington Dias, Diniz e Lacerda afirmam que os Vedoin e Ronildo estão mentindo e negam negociação com a máfia.

Segundo Darci, o primeiro contato foi feito por Diniz em março de 2003. Ele teria questionado se a Planam tinha créditos a receber da pasta da Saúde por pagamento de ambulâncias. Darci disse crer que Diniz soube da pendência por Antônio de Souza, então chefe-de-gabinete de Costa. “[Darci] se encontra com José Diniz e José Aírton para ir ao Ministério da Saúde negociar a liberação dos recursos”, diz o documento.

Ronildo diz que o primeiro contato com Diniz e Lacerda aconteceu em Fortaleza (CE). Segundo ele, Luiz Antônio e Darci Vedoin já conheciam Caubi, Lacerda e Cirilo.

Darci e Ronildo reafirmam as declarações de Luiz Antonio sobre José Aírton e dizem que o governador Wellington Dias participou pessoalmente de reuniões com o grupo.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Manual Lula de pobreza”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 30 de junho do corrente.

O autor, em seu artigo, trata da declaração do Presidente Lula de que “os pobres não dão trabalho”. Segundo o autor, “Nem mesmo o de pensar soluções para a pobreza, a desigualdade, a educação de qualidade, a saúde idem, a infra-estrutura, o crescimento

econômico etc. etc. etc. É dar a esmola e correr para o abraço”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

Manual Lula de pobreza

BIELEFELD - O discurso em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o seu prazer em “fazer política para pobre” é um manual completo do comportamento do político brasileiro.

A regra, anterior a Lula, é a que ele prega: dar “apenas um pouco de pão” para o pobre, que não quer mesmo mais que isso, sempre na aula do professor Lula.

Pobres “não têm dinheiro para ir protestar em Brasília, para fazer passeatas”. Ou, na versão mais popular, quem não chora não mama.

Há os que nem precisam fazer passeata para ganhar o “bilhão” que o rico quer, “quando encosta na gente”, sempre segundo Lula.

Banqueiros, por exemplo, “encostados” nos juros obscenos pagos pelo governo, tiveram lucro de R\$ 28,3 bilhões —ou 3,4 vezes mais que tudo o que se deu de “pão” para os pobres na forma de bolsas-esmola. Nada contra dá-las, nada contra aumentar o número de famílias beneficiadas, tudo contra não pôr a es-

mola em perspectiva.

E a perspectiva é esta: já que o pobre quer apenas “um pouco de pão”, é fácil atendê-lo. Não precisa nem entrar em choque com os poderosos, dada a abissal diferença de recursos com que o governo contempla uns e outros.

Não precisa também quebrar a cabeça para fornecer ao pobre os reais instrumentos de inclusão, que começam por um sistema educacional de qualidade e incluem uma lista conhecida.

Assim, é de fato fácil fazer política para pobres. Basta pegar um programa já em andamento, botar mais dinheiro público nele e tocar para a frente. Como diz Lula, “os pobres não dão trabalho”. Nem mesmo o de pensar soluções para a pobreza, a desigualdade, a educação de qualidade, a saúde idem, a infra-estrutura, o crescimento econômico etc. etc. etc. É dar a esmola e correr para o abraço.

crossi@uol.com.br

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB
– ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB
– ES) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 44 minutos.)

Ata da 130ª Sessão não Deliberativa, em 10 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência da Sra. Heloísa Helena

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006** (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.003, de 2006, Relatora: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria encontra-se em regime de urgência e constará da pauta da sessão deliberativa ordinária do dia 4 de setembro próximo

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. S/Nº CPMI –“CORREIOS”

Brasília, 4 de abril de 2006

Senhor Presidente,

À vista do encerramento dos trabalhos e conseqüente aprovação do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 3, de 2005 – CN, “para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”, nos termos do art. 150 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho a Vossa Excelência o Relatório Final para as providências que se fizerem necessárias.

Na oportunidade aproveito para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Delcídio Amaral**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 908, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado voto de pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Paschoal Thomeu ocorrido ontem, dia 9 de agosto de 2006, aos 80 anos, e que o voto de pesar seja levado ao conhecimento da família e da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Justificação

O Deputado Paschoal Thomeu faleceu ontem em São Paulo, aos 80 anos, vítima de insuficiência de múltiplos órgãos. Deputado Estadual por São Paulo em terceiro mandato, teve atuação marcante na política local e nacional, tendo iniciado sua vida pública como Prefeito de Guarulhos.

No término de seu mandato como Prefeito, em 1992, foi nomeado pelo então Governador do Estado de São Paulo, Antônio Fleury Filho, Presidente da Eletropaulo.

Na Assembléia teve destacada atuação nas Comissões Permanentes. Integrou também, como membro titular, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, além de ter exercido, no biênio 2000 e 2001, o cargo de 2º Secretário da Mesa Diretora da Assembléia.

O Deputado Paschoal Thomeu era também empresário do ramo de comunicações e metalurgia, tendo dirigido várias de suas empresas. Sua morte deixa, assim, entristecido o povo paulista.

Senado Federal, 10 de agosto de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Mesa encaminhará aos familiares e à Assembléia Legislativa de São Paulo o voto de pesar solicitado, conforme o requerimento do Senador Romeu Tuma.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 909, DE 2006

Requer voto de lembrança ao ensejo das homenagens do Grupamento de Fuzilei-

ros Navais à memória dos marinheiros que morreram nos conflitos em que o Brasil foi envolvido ao longo de sua história.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de lembrança ao ensejo das homenagens que tiveram lugar no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, no último dia 21 de julho, aos Marinheiros que morreram em combates nos conflitos bélicos em que o Brasil foi envolvido ao longo de sua história.

A data escolhida para a homenagem coincide com o dia em que a corveta Camaquã, um pequeno navio de guerra brasileiro, naufragou em operação de escolta a um comboio durante a Segunda Guerra Mundial. Morreram, então, 33 marinheiros.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho e, por seu intermédio, a toda Marinha do Brasil.

Justificação

Por iniciativa da Marinha do Brasil, no último dia 21 de julho, foram homenageados em Brasília, no Grupamento de Fuzileiros Navais, assim como em todas as Organizações Militares da Marinha, os Marinheiros brasileiros que morreram em conflitos bélicos nos quais o País se envolveu ao longo da sua história. Desde as lutas pela Independência, passando pela Guerra do Paraguai e a gloriosa Batalha Naval do Riachuelo, os Marinheiros brasileiros foram instados a lutar pelo nosso País.

Em 1917, na Primeira Guerra Mundial, em reação à perda de sete navios mercantes nacionais afundados pela Alemanha, juntaram-se a frota inglesa, que operava no Atlântico-Norte e, com quatro contratorpedeiros, um navio – tender e um rebocador, patrulharam águas de interesse ao nosso tráfego marítimo.

A Marinha recorda-se com nitidez das imensas dificuldades para todas essas operações. Além do perigo representado por um submarino nas proximidades de Serra Leoa (Freetown), incluíam também o abastecimento de carvão para as belonaves e a Gripe Espanhola, principalmente em Dakar, no Senegal, que atacou as tripulações dos navios e ceifou a vida de 176 marinheiros brasileiros.

Na Segunda Guerra Mundial, a Marinha do Brasil apresentava situação material muito crítica, em face ao abandono a que fora relegada por sucessivos Governos. Não fosse o sentimento exarcebado do dever e a coragem de nossos homens, o desaparecimento da Força praticamente impediria qualquer reação brasileira após o torpedeamento, nas costas de Sergipe,

de cinco navios mercantes. Os navios foram afundados por submarino U-2 da Alemanha nazista, causando a morte de 607 tripulantes.

A Marinha do Brasil registra que sua principal tarefa, à época, foi garantir o tráfego dos comboios entre Trinidad (Caribe) e Florianópolis. Foram, então 574 comboios formados por 3.164 navios mercantes. Destes, apenas três foram afundados, apesar do grande número de submarinos inimigos na área. Nossa Marinha encetou 66 ataques contra os submarinos nazistas.

Foi ainda nossa Marinha a responsável pela escolta, até o Estreito de Gilbratar, no acesso ao Mar Mediterrâneo, dos Navios que transportaram a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que tão bravamente lutou em solo europeu.

O resultado das ações da Marinha foi extremamente eficiente, razão pela qual são mais que justas essa homenagem. O número de Marinheiros mortos, somente na Segunda Guerra, ultrapassa os 1.500, dentre os mais de 7 mil que a Marinha mantinha no mar.

Hoje, tempo de paz, a Marinha do Brasil continua prestando excelentes serviços ao Brasil. Eu sou testemunha de seu brilhante trabalho no Amazonas e na Amazônia.

Por isso, como homenagem desta Casa à gloriosa corporação proponho este Voto de Lembrança.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência encaminhará o voto de lembrança solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 910, DE 2006

Requer ao Ministro das Minas e Energia informações acerca dos valores do contrato para a construção do gasoduto Coari-Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art.50, § 2º, da Constituição Federal, e no exercício das prerrogativas que o texto constitucional confere ao Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Ministro das Minas e Energia, informações da Petrobrás sobre os valores contratados para a construção do Gasoduto Coari-Manaus, especificando:

1. Qual o valor total da obra?
2. Qual a empresa ou quais as empresas contratadas?

3. Prazo para a conclusão das obras;
4. Os valores contratados são inferiores ou superiores aos estimados pela empresa?

Justificação

A Petrobrás informou-me, em Nota Técnica, que o processo de licitação do gasoduto Urucu-Coari-Manaus foi iniciado em agosto de 2005. Ao longo desse tempo, muitas controvérsias prosperaram no País, tornando-se difícil avaliar se os preços contratados estão em conformidade com as estimativas e levantamentos técnicos da empresa. No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Por isso, esse requerimento de formações é indispensável, pelo que aguardo pronta resposta da Petrobrás, por intermédio do Ministério das Minas e Energia.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 911, DE 2006

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal e do art. 397, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a convocação de Sua Excelência, o Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Doutor Luis Carlos Guedes Pinto, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre a situação e as medidas adotadas em relação ao Relatório elaborado pelo Serviço Veterinário de Alimento (Food and Veterinary Office) (FVO), que em missão européia ao Brasil, no período de 23 de novembro a 1º de dezembro de 2005, para fiscalizar as medidas adotadas pelo Governo brasileiro, no tocante ao controle fito-sanitário dos produtos brasileiros que são exportados para a Europa, constatou que: “a maioria das deficiências encontradas em 2003, não foram retificadas e muitas das ações prometidas de fato não aconteceram. Conseqüentemente o sistema atual para o controle de resíduos e drogas veterinárias não é adequado e não oferece garantias equivalentes aquelas oferecidas pela legislação da comunidade européia”.

O Relatório aponta, ainda, falhas no planejamento e implementação do Plano Nacional de Controle de Resíduos – PNCR, elaborado pelo Ministério da Agricultura, e a incapacidade da rede laboratorial oficial em atender até o que fora estipulado pelo Governo Federal no seu Plano, bem como a falta de controle na distribuição e uso de medicamentos veterinários em território nacional.

A aprovação, no Brasil, de um grande número de antibióticos expressamente proibidos pela UE e a ausência de testes para estas substâncias expõe a saúde dos humanos a riscos graves e aumentam ainda mais o descrédito quanto aos nossos controles, foi outro ponto abordado pela Missão.

Só para ter uma idéia da gravidade do problema, o Brasil produziu um milhão de toneladas de pescados em 2004, através da pesca e da criação de animais aquáticos, volume 32% superior ao de dez anos atrás. Graças ao aumento das exportações, em virtude da carcinicultura, desde 2001, a balança comercial de pescados brasileira é positiva e no ano passado o setor pesqueiro nacional exportou 86 mil toneladas e gerou 385 milhões de dólares em divisas com as exportações. As condições naturais do país para a aqüicultura e o avanço tecnológico alcançado pela indústria contribuíram para que nos últimos cinco anos a criação de camarões e tilápias no Brasil aumentassem 160% e 113%, respectivamente.

Mas, infelizmente, todo este avanço está ameaçado, porque o mercado europeu sinaliza com a possibilidade de impedir a entrada de nossos produtos, por falhas graves encontradas no Plano Nacional de Controle de Resíduos oficial (PNCR).

Já se tem notícias, inclusive, que o mel brasileiro já sofreu restrições e a carne e o frango, também, estão ameaçados.

Este problema é de extrema gravidade, e um embargo nas nossas exportações trará conseqüências catastróficas como demissões em massa e quebra das nossas exportações, uma vez que não dispomos de mercados alternativos para absorver o produto destinado à Europa.

Vários estados que desenvolvem a carcinicultura e a pesca serão prejudicados, a exemplo do Espírito Santo, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, Piauí, Paraíba, dentre outros.

Sala das Sessões, de 10 de agosto de 2006. – Senador **João Batista Motta**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 209, DE 2006

(Nº 673/2006, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Brasília, 7 agosto de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas às oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no **caput**.

Art. 4º Na interpretação desta lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

TÍTULO II**Da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher****CAPÍTULO I****Disposições Gerais**

Art. 5º Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II

Das Formas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

TÍTULO III

Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

CAPÍTULO I

Das Medidas Integradas de Prevenção

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I – a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II – a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às conseqüências e à freqüência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III – o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV – a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V – a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI – a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII – a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII – a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX – o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO II

Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança

Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I – acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II – manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

CAPÍTULO III

Do Atendimento pela Autoridade Policial

Art. 10. Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no **caput** deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I – garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II – encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III – fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV – se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V – informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta lei e os serviços disponíveis.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de

imediate, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I – ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

II – colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III – remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV – determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;

V – ouvir o agressor e as testemunhas;

VI – ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;

VII – remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

§ 1º O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:

I – qualificação da ofendida e do agressor;

II – nome e idade dos dependentes;

III – descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no § 1º, o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.

§ 3º Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

TÍTULO IV Dos Procedimentos

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 13. Ao processo, ao julgamento e à execução das causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitarem com o estabelecido nesta lei.

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 15. E competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta lei, o Juizado:

I – do seu domicílio ou de sua residência;

II – do lugar do fato em que se baseou a demanda;

III – do domicílio do agressor.

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência, especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Art. 17. E vedada à aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

CAPÍTULO II

Das Medidas Protetivas de Urgência

Seção I

Disposições Gerais

Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

I – conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;

II – determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;

III – comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados.

§ 3º Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

Art. 2º Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 21. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

Parágrafo único. A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

Seção II

Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I – suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III – proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV – restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V – prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no **caput** e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no **caput** e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Seção III

Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I – encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II – determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III – determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV – determinar a separação de corpos.

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I – restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II – proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III – suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV – prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.

CAPÍTULO III

Da Atuação do Ministério Público

Art. 25. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 26. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I – requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;

II – fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;

III – cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO IV

Da Assistência Judiciária

Art. 27. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta lei.

Art. 28. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

TÍTULO V

Da Equipe de Atendimento Multidisciplinar

Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Art. 31. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 32. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

TÍTULO VI

Disposições Transitórias

Art. 33. Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela legislação processual pertinente.

Parágrafo único. Será garantido o direito de preferência, nas varas criminais, para o processo e o julgamento das causas referidas no **caput**.

TÍTULO VII

Disposições Finais

Art. 34. A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I – centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II – casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III – delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV – programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V – centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 36. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios desta Lei.

Art. 37. A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta Lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de atuação na área, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da legislação civil.

Parágrafo único. O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz quando entender que não há outra entidade com representatividade adequada para o ajuizamento da demanda coletiva.

Art. 38. As estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher serão incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres.

Parágrafo único. As Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal poderão remeter suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta lei.

Art. 40. As obrigações previstas nesta lei não excluem outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 42. O art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 313.

.....

IV – se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.”(NR)

Art. 43. A alínea f do inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61.

.....

II –

.....

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;”(NR)

Art. 44. O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 129.

.....

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

.....
 § 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.”(NR)

Art. 45. O art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152.

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.”(NR)

Art. 46. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 916 – C. Civil

Em 7 de agosto de 2006

A Sua Excelência o Senhor
 Senador Efraim Morais
 Primeiro Secretário do Senado Federal
 Assunto: Sanção presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 37, de 2006 (nº 4.559/04 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – A mensagem que acaba de ser lida vai à publicação.

Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 320/2006, de 7 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 563, de 2006, do Senador José Maranhão;
- Nº 323/2006, de 7 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 672, de 2006, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 909/2006, de 4 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 540, de 2006, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência recebeu do Embaixador da Rússia no Brasil, documentos aprovados pelos chefes dos Estados e Governos dos países membros do G-8, em São Petersburgo, no dia 16 de julho deste ano.

Os documentos vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como orador inscrito, pelo tempo que S. Ex^a entender necessário para seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, nesta fase de sessões não deliberativas, de recesso branco portanto, e justificado em função do importante fato eleitoral – lutamos tanto para termos eleições diretas para a Presidência da República e para a governadoria dos Estados –, temos de entender como normal que, neste momento, as atenções se concentrem no fato eleitoral, e que saibamos escolher bem. O Brasil precisa disso!

É natural que, em estando em Brasília, eu procure abordar – e não é essa a minha postura nas sessões ordinárias em tempos de não-eleição – alguns pontos que terminam se encadeando em um mesmo discurso.

Começo pelo Relatório do Senador Amir Lando, na chamada CPMI dos Sanguessugas, presidida, com muita consciência, pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia, que demonstra muita elegância, muita firmeza, muito espírito democrático na condução dos trabalhos. O Relatório, que arrolou, que incriminou um sem-número de Parlamentares, foi aprova-

do, por unanimidade, sem que qualquer Parlamentar tivesse pedido vistas para protelar, por uma semana, uma decisão que já havia conquistado o coração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Evidentemente que, agora, temos algumas etapas a cumprir. Uma delas é o Conselho de Ética das duas Casas, aos quais cabe examinar a situação de Senadores e Deputados apontados pela CPMI, no Relatório parcial, como suspeitos de atividades ilícitas, envolvendo essa empresa Planam e o Sr. Vedoin, proprietário da empresa.

Antes das eleições, sabemos que não há tempo hábil para uma eventual cassação de mandatos, ou para eventuais cassações de mandatos; não há.

O povo brasileiro pode, ele sim, e isto sim, cassar os sanguessugas. Ele pode chegar e simplesmente não votar. Fazer a sua lista e dizer: “Neste aqui eu não voto”. Isto seria uma demonstração de maioria da sociedade brasileira.

Muitas vezes, setores da sociedade se desgrudam do Congresso: “Ah, o Congresso está desmoralizado!” Concordo; sou o primeiro a dizer isso. Mas pessoas lá fora falam como se não tivessem nada a ver com o Congresso, como se não tivessem votado, como se não tivessem, às vezes, negociado os seus votos, como se não tivessem indicado para cá essas pessoas que tanto têm causado vergonha aos bons Congressistas e aos bons brasileiros. Então, é hora de a sociedade assumir uma certa maioria. A “bola” agora está com ela. Não há como se cassar ninguém; não há tempo hábil, porque se tem de garantir o amplo direito de defesa a cada acusado. Não há como se cassar ninguém até as eleições. Mas a sociedade pode; a sociedade por dizer “não” a cada um deles, se quiser. E, portanto, se ela referendar os sanguessugas e eles para cá voltarem, saberemos que vamos ter um fim de ano tumultuado e o início de nova legislatura tumultuada também.

Outra providência que vejo que vai acontecer, e muito habilidosamente a direção da CPMI... Aqui quero ressaltar, Senadora Heloísa Helena, não só a participação de V. Ex^a como Membro ativo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, mas elogiar o principal representante do meu Partido na CPMI, o Deputado Carlos Sampaio, o tempo inteiro atento, conhecedor de Direito, que é e homem de bem que, sem dúvida alguma, também é, mas ressaltar a empedernida determinação na luta pela constituição da CPMI do Deputado Fernando Gabeira, do Deputado Raul Jungmann, que tem atuado como Vice-Presidente, e o trabalho de Amir Lando e Antônio Carlos Biscaia. Com habilidade, eles fizeram uma separação. Trataram, hoje, da questão Parlamentar. E fica uma

indagação: e o Executivo? O Executivo tem de vir. Hoje vi, lá, o Líder do PT com uma conversa esquisita de que há uma empresa... Se há empresa que incriminou alguém, que traga para a roda quem quer que seja, e de qualquer ano, mas que isso não sirva de desculpa para se perdoar os delitos, inúmeros, que têm sido praticados sob as bênçãos do Governo Lula, sob as bênçãos e sob a ação de pessoas muito próximas do Governo do Presidente Lula. O Sr. Vedoin foi claro em seus depoimentos à Polícia Federal. Em 2001, houve um caso de ambulância; em 2002, muitas ambulâncias foram compradas. Ficaram restos a pagar expressivos, que teriam sido negociados, no Palácio do Planalto, pelo Sr. José Dirceu, em troca de votos. Ou seja: “Vamos liberar o dinheiro das tais ambulâncias e vocês votam com o Governo”. Foi mais ou menos isso o que se compreendeu do que se colheu de depoimentos do Sr. Vedoin na Polícia Federal.

Eu, aqui, já disse que foi uma coisa engraçada, porque mandaram para lá umas pessoas que queriam arrancar, de qualquer jeito, uma referência ao ex-Prefeito de São Paulo, José Serra. Volta e meia, eles ficavam agoniadinhos – uma coisa engraçada; sempre digo que as pessoas, quando fazem esses papéis, andam com passinhos curtos, não andam com passos largos, ficam mais baixas do que são; é uma coisa complicada – : “E o Serra? E o Serra? E o Serra?” Acabaram colhendo uma referência ao Mercadante, que foi aqui por mim defendido. Vejo o Mercadante como um homem honrado, correto, dedicado à coisa pública. E foi uma referência – a meu ver – sem nenhuma importância, eu mesmo não dei importância.

Mas o que foram fazer, lá, os tais paus-mandados? Foram lá plantar Serra – olha que agricultura esquisita –, e colheram o Mercadante. Que agricultura esquisita: você planta maçã e colhe laranja! Então, é um negócio complicado. É para não fazerem mais isso! Para não complicarem mais as suas vidas, não fazerem mais isso! Não complicarem mais, ou seja, deixarem a verdade aparecer com limpeza, com lisura, com seriedade.

Portanto, Sr^a Presidenta, temos de verificar mesmo o envolvimento – que, este sim, me parece grande – do Ministro Humberto Costa.

Quero saber do Ministro Saraiva Felipe que, como Deputado, foi isentado, porque, claro, S. Ex^a não está sendo questionado como Deputado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

S. Ex^a foi isentado como Deputado e não como Ministro. Quero saber o que há ou o que não há com S. Ex^a como Ministro. Parece-me que as coisas para o lado do ex-Ministro Humberto Costa estão complicadas. Então, não me preocupa muito essa história que descobriram: uma empresa que, supostamente, teria feito algo delituoso em 1998, ou poderia ter sido em 1524, ou poderia ter sido quando D. Pedro I proclamou a Independência brasileira; isso não me importa! O importante é que não permitamos manobras diversionistas e saibamos focar em algo que, para mim, é inédito: não é o mero ladrão da repartição pública; é algo concertado a partir do núcleo do Governo. Ou o Sr. José Airton Cirilo não é alguém do núcleo deste Governo? Não é alguém que foi candidato a governador do Ceará pelo PT, alguém que, pelo que dizem os depoimentos, teria articulado esse esquema? É diferente de um funcionário qualquer ter feito algo por conta própria. É diferente. Parece-me que tem, assim, uma articulação. Já me referi aqui a depoimentos que são comprometedores para o ex-Ministro Humberto Costa. Portanto, vejo que temos algumas etapas a cumprir.

Hoje, foi um dia brilhante, vitorioso. Conseguimos aprovar o relatório parcial. A CPI não acaba, vai até dezembro e, até lá, queremos ver se o Congresso é ou não capaz de dar uma grande resposta, porque o Congresso precisa dar uma resposta. A resposta, para mim, está sendo bem dada, ou seja, não aceitamos a convivência com figuras que enlameiam a Casa. Por outro lado, ao mesmo tempo, o Congresso está mostrando com maturidade que conseguiu fazer funcionar uma CPI em pleno período eleitoral sem o objetivo de tumultuar, de turvar o processo eleitoral. Esse é um dado significativo que já me parece bom de ser anotado pela opinião pública. Essa mesma opinião pública que, a meu ver, deve ser chamada a exercitar, meu prezado Deputado João Pontes, a sua maioria, porque fica muito cômodo para setores da sociedade dizerem que o Congresso é assim ou assado, como se eles não tivessem votado para que essas pessoas viessem para cá. Votaram. Depois, elegem essas pessoas por qualquer razão: porque um deles é um médico bonzinho; porque o outro, com ambulância, atendeu não sei quantos. E depois ficam a cobrar que o Congresso faça ou aconteça em matéria de punição, quando tem uma punição muito simples que pode ser aplicada aos sanguessugas, como deve ser aplicada aos vampiros, aos mensaleiros. Isso aqui não é um filme de terror, mas está virando um. Deixa de ser um Congresso para, literalmente, virar um filme de terror.

Está nas mãos do eleitor resolver isso rapidamente. É só não votar.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma, com muita alegria.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, eu não deveria apartear-lo, porque V. Ex^a já está praticamente esclarecendo toda a situação. Há uma questão que fica pressionando nossa cabeça e que é motivo também de uma interrogação principalmente de parte da imprensa, dos interessados: como uma quadrilha pode funcionar com um braço só, só com o Parlamento? Ela tem de ter uma infra-estrutura semelhante a um polvo, com vários braços e um núcleo. Esse núcleo tem de ser um Ministério, porque é para lá que vão as emendas, lá é que elas são liberadas, para lá é que foram os nomes dos aliciadores que tinham contato com vários Parlamentares que foram convencidos a apresentar as emendas. No caso do Ministro a que V. Ex^a se referiu, ele, segundo o depoimento muito claro do Luiz Antonio – parte do qual ouvi –, disse que esteve em contato pessoalmente e que o Ministro disse que não poderia resolver o pagamento de R\$8 milhões que estavam em atraso. Ele disse que a firma ia quebrar. Indicou um funcionário para encontrar o caminho do parcelamento e pagar a dívida. Assim, a coisa tem de ser esclarecida ou não? Há liberação de verbas, dentro de uma infra-estrutura criminosa, em que há indicativo de pagamento de propina por empresas-mãe e por subsidiárias fantasmas. Não vejo como evitar... Fiz um requerimento pedindo a presença do Ministro, até para que ele pudesse desmentir tudo que foi feito. V. Ex^a tem razão. Acredito que essa CPML hoje deu um passo, mas não encerrou sua caminhada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Senador Romeu Tuma.

Sr^a Presidenta, parece-me que os delegados do PT, aquelas pessoas que não sei se estavam ali para cumprir com o dever de investigar com lisura, para chegar a conclusões, doessem a quem doessem as conclusões, mas sim para fazer um certo “tareferismo” político. Ficavam a dizer: “Mas e no Governo passado...” Parece-me que o tal Sr. Vedoim dizia: “Não. No Governo passado, não havia nada disso. No Governo passado, não havia facilidades. Depois é que começaram a fazer dificuldades para vender facilidades”. Chegaram a plantar neste Governo uma figura da quadrilha lá dentro, nos escalões mais próximos do Ministro, lá dentro do Ministério da Saúde.

É grave! A coisa apodreceu mesmo!

Mas eu também tenho uma explicação a dar. Na verdade, restou um nome ligado ao meu partido, o PSDB. Lamento muito, pois era uma figura com quem eu convivia muito bem, o Deputado Paulo Feijó, que, por decisão da Executiva, estava com sua expulsão sendo articulada.

O Deputado se antecipou, pediu o desligamento do Partido e, assim, desistiu de concorrer à eleição. O PSDB agiu como acho que os outros partidos deveriam ter agido, aqueles que tivessem nomes implicados, e não fizeram isso. Está em tempo. Façam como fez o meu partido, que providenciou, procurou ver quem era inocente e inocentou os inocentes. Entendeu que o Deputado Paulo Feijó era culpado e fez isso.

Agora, Sr^a Presidenta, eu vou para a minha terra. Registro, para que conste dos Anais do Senado Federal, a realização, a partir do dia 29 próximo, da X Conferência Latino-Americana de Zonas Francas. Será na capital do meu Estado, sede do Pólo Industrial de Manaus, e integra a III Feira Internacional da Amazônia.

Manaus torna-se sede desse importante evento graças ao empenho da Superintendente da Zona Franca de Manaus, Dr^a Flávia Grosso, para quem essa Conferência deverá contribuir em muito para inserir o Pólo Industrial de Manaus nos debates internacionais de comércio exterior.

São esperados em Manaus 400 participantes, que, sem dúvida, terão oportunidade de conhecer a realidade amazonense, como um dos mais importantes centros industriais de alta tecnologia do mundo.

Os participantes virão da Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Equador, Honduras, Nicarágua, Porto Rico e República Dominicana. São esperados também representantes governamentais e empresários.

A Zona Franca de Manaus é considerada a de melhor *performance* em produção e faturamento, em todo o mundo, segundo qualificação do Comitê de Zonas Francas das Américas – CZFA, de que faz parte o nosso Pólo Industrial de Manaus.

Pretendo estar em Manaus por ocasião da solenidade inaugural da Conferência, da mesma forma como sempre atuei, no Senado e fora dele, para consolidação do Pólo Industrial de Manaus, hoje uma das mais gratas realidades econômicas do Brasil.

Outra notícia relevante – e é de uma contradição terrível: Falta água nas torneiras da Capital da Terra das Águas.

Leio na lúcida coluna “Na Mira do Belmiro”, do jornal **O Estado do Amazonas**, informação aparentemente mirabolante e que, dita Brasil adentro, chega a ser difícil de acreditar: está faltando água nas residências de Manaus. Difícil, sim. Afinal, Manaus é Capital da Terra das Águas.

Não é só água que falta nas torneiras. Falta vergonha na cara. Na cara de quem tem obrigação de administrar. Na Lei máxima, que é a lei moral, governar começa por uma espécie de artigo 1º e absoluto, que diria:

Não pode faltar água para a população.

Absoluto significa: Que não depende de outrem ou de uma coisa; independente, que não tem limites, sem restrições, irrestrito, infinito, não sujeito a condições, isto é, incondicional.

E mais: absoluto é algo superior a tudo o mais, único, firme, que não admite contradição, incontestável, pleno, completo, cabal!

Assim deveria ser. Com água nas torneiras.

Não obstante, a realidade triste e verdadeira é que está faltando água em Manaus, repito: a Capital da Terra das Águas.

Belmiro considera grave a situação do Prefeito Serafim Corrêa, responsável, em última instância, por equacionar o drama criado por seus antecessores. Em minha opinião, o menos culpado pelo caos é, precisamente, o atual Prefeito. O ex-Governador Amazonino Mendes promoveu ruinosa privatização do sistema estatal de águas e, dos cerca de R\$180 milhões recebidos da empresa francesa compradora, menos de R\$10 milhões foram para os cofres da municipalidade. A parte do leão, dizem, foi para os cofres, aí, sim, de empreiteiras e fornecedores amigos do poder de então. Culpa maior teve o Governador Eduardo Braga, que passou quase quatro anos fingindo não ter nada com o assunto e deixando o desgaste para a Prefeitura. E culpa máxima coube e cabe ao ex-Governador Amazonino, que “idealizou” a privatização que quebrou o sistema.

Estou anexando, Sr^a Presidenta, a este pronunciamento o artigo do jornalista Belmiro Vianez Filho, mencionado, para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

Finalmente, Sr^a Presidente, faço aqui um registro que sei que agradecerá muito a V. Ex^a

O Juiz Rafael de Araújo Romano, da Vara da Infância e da Juventude de Manaus, tem sido incansável defensor dos direitos básicos, assegurados por lei à população infante-juvenil. Sua preocupação é garantir principalmente educação e saúde às crianças. Como Juiz, exarou diversas sentenças, obrigando o Governo a oferecer tratamento fora do domicílio a crianças cardiopatas. Nessa missão, toda ela merecedora de aplausos, o Dr. Rafael de Araújo Romano atua há 30 anos, bem antes, portanto, do Instituto da Criança e do Adolescente, criado há 16 anos.

No final de julho último, li matéria assinada por André Alves, no jornal **Correio Amazonense**, com a entrevista do ilustre magistrado em que, além de outras considerações, sugere mudança firme na atuação do Governo do Amazonas, para que, no meu Estado, seja implantado, em regime integral, o ensino fundamen-

tal. Aplaudo a idéia do Dr. Romano. É uma das teses a que dedico especial empenho. Como bem diz ele, o tempo integral no ensino, além de oferecer educação de qualidade às crianças, ensinaria aos pais oportunidade de trabalhar com tranqüilidade, sabendo que os filhos estariam bem cuidados.

Por ser uma entrevista bem adequada aos tempos atuais e por ser uma entrevista de interesse nacional e não só de interesse do meu Estado, eu o estou anexando, em seu inteiro teor, a este pronunciamento, para que também passe a constar dos **Anais do Senado** da República, Sr^a. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro, para que conste dos Anais do Senado Federal, a realização, a partir do dia 29 próximo, da X Conferência Latino-Americana de Zonas Francas. Será na Capital do meu Estado, sede do Pólo Industrial de Manaus, e integra a III Feira Internacional da Amazônia.

Manaus torna-se sede desse importante evento graças ao empenho da Superintendente da ZFM, Dr^a Flávia Grosso, para quem essa Conferência deverá contribuir em muito para inserir o Pólo Industrial de Manaus nos debates internacionais de comércio exterior.

São esperados em Manaus 400 participantes, que, sem dúvida, terão oportunidade de conhecer a realidade amazonense, como um dos mais importantes centros industriais de alta tecnologia do mundo.

Os participantes virão da Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Equador, Honduras, Nicarágua, Porto Rico e República Dominicana. São esperados também representantes governamentais e empresários.

A Zona Franca de Manaus é considerada a de melhor performance em produção e faturamento, em todo o mundo, segundo qualificação do Comitê de Zonas Francas das Américas-CZFA, de que faz parte o nosso Pólo Industrial de Manaus.

Pretendo estar em Manaus por ocasião da solenidade inaugural da Conferência, da mesma forma como sempre atuei, no Senado e fora dele, para a consolidação do PIM, hoje uma das mais gratas realidades econômicas do Brasil.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, leio, na coluna “*Na Mira do Belmiro*”, do jornal **O Estado do Amazonas**, informação mirabolante e que, dita Brasil adentro, chega a ser difícil de acreditar: está faltando água nas residências de Manaus. Difícil, sim. Afinal, Manaus é a Capital da *Terra das Águas*.

Não é só água que falta nas torneiras. Falta vergonha na cara. Na cara de quem tem a obrigação de administrar. Na lei máxima, que é a lei moral, governar começa por uma espécie de art. 1º e absoluto, que diria: *Não pode faltar água para a população*.

Absoluto significa: Que não depende de outrem ou de uma coisa; independente, que não tem limites, sem restrições, irrestrito, infinito, não sujeito a condições, isto é, incondicional.

E mais: absoluto é algo superior a tudo mais, único, firme, que não admite contradição, incontestável, pleno, completo, cabal!

Assim deveria ser. Com água nas torneiras.

Não obstante, a realidade triste e verdadeira é que está faltando água em Manaus, repito: a Capital da Terra das Águas.

Avanço na leitura da correta coluna de Belmiro Filho, em que ele diz que o prefeito e o atual Governador, Eduardo Braga, foram *céleres em responsabilizar o ex-Governador Amazonino Mendes*.

Belmiro considera grave a situação *do Prefeito Serafim, responsável, em última instância, por equacionar o drama criado por seus antecessores*.

Os outros dois, que procuram jogar a culpa um no outro disputam o Governo do Estado, um para ficar, o outro para tentar voltar.

Só o que não volta é a água nas torneiras das famílias amazonenses. Passam sede na *Terra das Águas*. E isso é inadmissível!

Senhor Presidente, estou anexando a este pronunciamento o artigo do jornalista Belmiro Filho, mencionado, para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

E, como último assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que o Juiz Rafael de Araújo Romano, da Vara da Infância e Juventude de Manaus, é um incansável defensor dos direitos básicos assegurados por lei à população infanto-juvenil.

A preocupação desse autêntico bom Samaritano é a de garantir principalmente Educação e Saúde

às crianças. Como Juiz, exarou diversas sentenças obrigando o Governo a oferecer tratamento fora do domicílio a crianças cardiopatas.

Nessa sua missão, merecedora de aplausos, o Dr. Romano atua há 30 anos, abem antes da existência do Estatuto da Criança e do Adolescente, criado há 16 anos.

No final de julho último, li no jornal **Correio Amazonense** entrevista do ilustre magistrado, em que, além de outras considerações, sugere uma mudança firme na atuação do Governo do Amazonas, para que, no meu Estado, seja implantado em regime integral o ensino fundamental.

Aplaudo essa idéia do Dr. Romano. É uma das teses a que dedico especial empenho. Como bem diz

o magistrado, o tempo integral no ensino, além de oferecer educação de qualidade às crianças, ensinaria aos pais oportunidade de trabalhar com tranqüilidade, sabendo que os filhos estariam bem cuidados.

Por ser uma entrevista bem adequada aos tempos atuais, estou anexando seu inteiro teor a este pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Falta d'água e de coerência

Atento aos estragos políticos que a falta d'água na torneira de 200 mil residências em Manaus significa, o prefeito Serafim Correa foi bater na porta do governo estadual e, ao lado de Eduardo Braga, decretou, na última quarta-feira, estado de calamidade pública nas zonas Leste e Norte da cidade. A duas vezes anunciou para a próxima terça-feira um pacote de medidas para enfrentar a crise do desabastecimento do precioso líquido. Não lhe restava outra alternativa, depois que resolveu chamar a imprensa no início da semana e começar a olhar o problema na crueza de sua dramaticidade. Demorou a tomar providências e o faz timidamente, pois a gravidade da situação já havia sido objeto de suas críticas na campanha eleitoral em 2004 e respectivas promessas de solução do problema, que foram empurradas pela própria complexidade da matéria para lugar algum. Uma conduta imperdoável. Quase dois anos depois.

Não é justo responsabilizar Serafim Corrêa pelos danos que a falta d'água acarreta. Não faz sentido, porém, isentá-lo da negligência de não enfrentar o problema desde o primeiro instante do mandato. De fato, ele apenas recebeu o espólio do descaso. E o fez sem a necessária indignação, pois já na campanha prometera auditar as trapalhadas do processo de privatização da companhia de saneamento. Inexplicavelmente não cumpriu a promessa nem tomou providências para que a opinião pública se inteirasse do assunto e tivesse a possibilidade de ajudar o prefeito a resolvê-lo, como ele agora sugere e espera.

Prefeito e governador foram céleres em responsabilizar o ex-governador Amazonino Mendes e pouparam a participação efetiva do então prefeito da cidade, Alfredo Nascimento, legalmente credenciado à época, julho de 2006, para a concessão do serviço em questão. Se o Estado abocanhou os R\$ 185 milhões da venda da Cosama e apenas lhe repassou R\$ 9 milhões isso sugere conivência e anuência com a imoralidade, já que os recursos pertenciam ao sistema e ao município competiria zelar pelo seu funcionamento. O prefeito de então, que pretende hoje virar senador, virou as costas para o interesse da cidade e optou por abençoar um contrato cujas manobras e subterfúgios deveria questionar. Afinal, acompanhou de perto a trama obscura que levou ao desastroso processo de venda da Cosama.

É grave a situação do prefeito Serafim, responsável, em última instância por equacionar o drama criado por seus antecessores. É surpreendente, porém, sua delonga morou para priorizar o esclarecimento e definir responsabilidades. Apesar das dificuldades da investigação da CPI das Águas, levada a efeito pelo zelo e persistência do vereador Paulo De' Carli, o prefeito não se posicionou a respeito. E mais: aceitou condescendente que os franceses tenham se retirado estrategicamente da cena e deixado uma subsidiária paulista para segurar o rojão. Tomara que essa estranha timidez, que se pode confundir com uma danosa conivência, não se repita nas investigações das mazelas do Expresso e da apuração das irregularidades no sistema de iluminação pública, antes que comecem a se perder na memória da cidadania. Exatamente como não queria o candidato que Manaus escolheu em 2004.

Um defensor das crianças e adolescentes

André Alves

Da equipe do Correio

Há três décadas, muito antes da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - que na semana que passou completou 16 anos -, o juiz da Infância e da Juventude, Rafael de Araújo Romano, mantém embates com o poder público para garantir à população infanto-juvenil direitos básicos como saúde e educação. Foi dele a maioria das sentenças que obrigou o governo a oferecer Tratamento Fora do Domicílio a crianças cardiopatas de Manaus nos últimos meses. Casado há 38 anos, pai de quatro filhos, todos formados na área de Direito, avô de cinco netos - o mais novo tem um ano de idade -, Romano continua com o mesmo vigor quando o assunto é a proteção de crianças e adolescentes. Aos 60 anos, ele diz que não cansou de lutar por melhorias no trato a crianças e adolescentes.

Correio Amazonense
- Os preceitos do ECA são difíceis de ser colocados em prática?

Rafael Romano - Não é que seja difícil. O que o ECA impõe para que o poder público cumpra é o estabelecimento de planejamentos para o setor. Já existem os conselhos Municipal, Estadual, Nacional, de proteção infantil. O Conselho Tutelar também já existe. Então, todas as capitais já dispõem de mecanismos. Quais são? Os conselhos de direito e as organizações governamentais e não-governamentais. E o que falta? O poder público estruturar esses organismos. O mínimo que se pode fazer é estruturar muito bem o Conselho Tutelar, que é o órgão-chave de auxílio do Poder Judiciário.

Correio - A estrutura dos Conselhos Tutelares ainda é muito precária?

R.R. - Muita precária. E as reclamações têm sido sempre as mesmas. Falta de material de expediente, falta de transporte e falta de apoio, que eles não têm, da administração pública municipal. Mas o problema não depende só de dinheiro. Depende de boa vontade e criatividade. Se você não tiver criatividade nunca vai solucionar o problema.

Correio - Os conselheiros tutelares estão preparados para exercer a função?

R.R. - Os conselheiros são

selecionados e fazem um curso depois de eleitos. São eleitos pelo período de três anos, com direito a uma reeleição. Toda vez que são eleitos recebem um aperfeiçoamento, um treinamento para exercer suas funções nos conselhos. Agora, é preciso saber se esses conselheiros realmente têm condições de exercer a função. Quem vai avaliar as atribuições e a prática no cargo é a comunidade. A comunidade tem de passar a exigir. Se o cidadão não serve para ser conselheiro, a comunidade tem que denunciar para o Ministério Público e ele poderá ser destituído, afastado. Eles são independentes, são autônomos, mas não são donos da verdade.

Correio - Se as normas do Estatuto não são difíceis de ser cumpridas, por que ainda vemos questões básicas, como saúde e educação, sendo "negadas" a crianças e adolescentes, num claro desrespeito ao ECA?

R.R. - Quando existe um oferecimento irregular na demanda das nossas crianças e dos nossos adolescentes, nas áreas da saúde, educação, esporte, lazer, o Estatuto faculta à parte prejudicada a ingressar com uma ação pública através do MP ou da parte legítima para fazê-lo. No momento em que o poder público não dispõe de número de matrículas,

de vagas na escola, para que um adolescente ou uma criança venha a estudar, a Justiça obriga o poder público a realizar aquele fim. Toda vez que uma criança cardiopata deixa de ser atendida, a associação procura o Ministério Público, ou um advogado, e eu examino, avalio, e determino que o poder público cumpra aquele atendimento emergencial. Já dei várias liminares determinando que o governo cumpra a sua missão de oferecer saúde pública, digna e segura para a população infanto-juvenil. E sempre vai ser assim. Sempre que se fizer necessário que a Justiça se manifeste para que uma criança seja levada para tratamento fora do domicílio, ela terá esse apoio. Por quê? Porque a Justiça está aí para fazer cumprir o Estatuto. E um dos princípios fundamentais do Estatuto é a proteção integral da criança e do adolescente.

Correio - Como as determinações do Estatuto, no decorrer dos anos, modificaram o comportamento de adultos em relação ao tratamento dado a crianças?

R.R. - A administração do poder familiar realmente teve mudança. Antigamente, antes do Estatuto, os pais corrigiam os filhos na marra. Sem diálogo, não

“Sempre que se fizer necessário a Justiça se manifeste para que uma criança seja levada para tratamento fora do domicílio, ela terá esse apoio”

havia o entendimento e os problemas eram sempre resolvidos na base de conflitos, de briga. Certas situações chegavam até, numa correção imoderada, com maus-tratos, espancamento. Isso era comum. E ninguém denunciava, porque ocorria intramuros, no seio da família natural. Com a chegada do ECA, e por meios dos órgãos governamentais e não-governamentais, a família procurou dar uma outra saída para a criação e educação de seus

filhos. Procurou conversar, procurou o diálogo. Muitas vezes, o pai, numa correção imoderada dos filhos, passa de um mero conselheiro, de um mero educador, a um infrator, um delinqüente, e responde inclusive a processo por agressão, lesão corporal. Isso leva a um descompasso, à desagregação familiar completa. O Estatuto veio limitar o tratamento rude que muitos pais davam aos seus filhos.

Correio - Por que ainda vemos tantas crianças em semáforos vendendo balas ou sendo exploradas sexualmente, nas esquinas das ruas de Manaus, e aparentemente, nada é feito para combater o problema?

R.R. - Não apenas debaixo dos semáforos, mas nos

terrenos baldios, casas abandonadas, que são muitas no Centro da cidade... A força principal do problema vem do desemprego e da desagregação familiar. No desemprego, o que a família busca? A complementação de renda. Ou utiliza os filhos para a prostituição, que isso não dá nem para perdoar, ou envia para o comércio de venda de balinhas, guloseimas. A criança não tem as mínimas condições de estar naquele ambiente. Naquele ambiente a criança vai

aprender o quê?

A delinqüência.

Vai se prostituir.

A culpa disso é, primeiramente, da família, depois do poder público.

Se o poder público tivesse espaços comunitários nos bairros, onde a criança tivesse um centro de convivência, e pudesse estudar, aprender uma profissão, exercer os direitos de sua faixa etária, eu acho que evitaria muito essas coisas. Mas, infelizmente, hoje a criança não tem espaço nenhum. Já escrevi sugestão para o governador e para o prefeito para que seja criado um centro de cidadania que abrigue crianças e adolescentes para a prática de esporte, lazer, cultura, profissionalização. Sete centros desses resolveriam o problema. Vamos colocar centro de convivência nas invasões, onde as crianças possam aprender informática, um idioma, hidráulica, carpintaria, movelaria. A própria comunidade ajuda.

Vai aparecer voluntariado. Mas você chega num bairro desses, as crianças estão todas nas ruas, porque não tem um centro que congregue todo esse pessoal. Os centros com certeza diminuiriam a delinqüência. Agora, com medidas paliativas nós não vamos chegar a lugar nenhum. Ou se cria uma cultura para atender aos princípios que estão catalogados no ECA ou nós vamos começar a festejar coisa ruim.

Correio - Quais são as falhas do ECA?

R.R. - O estatuto não tem falhas. Mas, como toda lei, com o passar dos anos, exige uma reciclagem, aperfeiçoamento. O ECA foi criado por imposição da sociedade e feito muito rapidamente. Então, merece, sim, alguns reparos.

Correio - Se o senhor pudesse mudar algo no Estatuto, o que mudaria?

R.R. - Imporia ao governo o ensino fundamental integral. Além de você incutir o ensinamento, estaria alimentando. Tem pessoas que não têm nem o que comer. Isso daria aos pais oportunidade de trabalhar enquanto os filhos estivessem estudando, e seria uma oportunidade para que a família se organizasse mais. Estabeleceria o transporte escolar gratuito para crianças e adolescentes. O ponto chave está na educação. Fora dela, não tem saída.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra, pelo tempo que entender necessário, ao Senador Magno Malta.

Enquanto V. Ex^a se dirige à tribuna, registro a presença do querido companheiro e irmão de tantas caminhadas, o Deputado João Fontes, nosso irmão de Sergipe.

Nobre Senador Magno Malta, V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que entender necessário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, Senador Romeu Tuma, Deputado João Fontes, Senadora Ideli Salvatti, pessoas presentes no plenário, as pessoas que estão nos vendo em casa já imaginam as razões que me trazem à tribuna, nesta tarde. A última vez em que aqui estive foi com um misto de tristeza e indignação.

Mas o que me traz nesta tarde é tão-somente indignação. Acabei de assistir, Senadora Heloísa Helena, ao relatório da CPMI, estupefato, até porque em momento nenhum imaginei, em momento nenhum me ocorreu, Senador Romeu Tuma, que meu nome estivesse incluído no relatório da CPMI, pelas mais diversas razões. E razões contundentes, verdadeiras; razões fortes. Cabe a um homem de bem, num momento como este, revelar à Nação sua indignação, porque os justos têm de indignar-se. Hoje venho tão-somente, Senador Arthur Virgílio, indignado, revoltado e, até certo ponto, traído, porque discuti com quem podia discutir.

Vejo o relatório, e o Relator, simplesmente, com todo o respeito que tenho ao Senador Amir Lando, que pega bandidos que receberam dinheiro, que carcomeram o Orçamento da União, que fizeram conluio, que roubaram dinheiro público, que receberam dinheiro em conta... O dinheiro foi repassado em conta de parentes, e há outro lote, recebido em contas de assessores.

Indigna-me, Sr^a Presidente. O Presidente da CPMI leu em resposta a um Senador, e, respondendo ao Senador Eduardo Suplicy, que indagava ao Relator as razões de citar o nome das pessoas contra as quais não existiam provas e sobre as quais havia absoluta dúvida, conforme foi mencionado, ou seja, aquelas que nem dinheiro em conta receberam e cujo assessor também não recebeu, as que não têm familiar envolvido e que tão-somente eram vítimas de ilação, com todo o respeito ao Senador Amir Lando, S. Ex^a disse: Encaminhei todo mundo, para que, nos Conselhos de Ética, os inocentes tenham condição de se inocentarem.” Nunca vi isso na minha vida! “Eu não examinei, Senador Eduardo Suplicy, não deu tempo. Então, como

não deu para separar, mandei o nome de todos, para que, nos Conselhos de Ética, os inocentes tenham condição de inocentarem-se.”

Senador Romeu Tuma, V. Ex^a é Corregedor desta Casa, um dos homens mais dignos deste País; seu padrão moral é aplaudido pelo Estado de São Paulo e pelo Brasil. Eu já admirava V. Ex^a, antes de conhecê-lo, antes de ter o mandato federal. E, do alto da sua postura, sei que V. Ex^a estava atento e ávido, porque não há a menor possibilidade. Em nenhum momento, imaginei que meu nome pudesse ser incluído numa vala comum, com indivíduos que roubaram dinheiro público.

Os critérios são os que passo a relatar. Primeiro critério: incluir todos os Parlamentares que se utilizaram de prerrogativas do mandato, com apresentação de emenda, Senadora Heloísa Helena, Senadora Ideli Salvatti, para auferir benefícios financeiros e outras vantagens indevidas.

Eu não coloquei emenda nenhuma. Brasil, eu nunca coloquei emenda nenhuma!

Então, se o critério é esse, não me enquadro no primeiro, Deputado Walter Pinheiro.

Segundo critério: todos que permitiram, por ação ou omissão, que servidores conseguissem benefícios financeiros ou outras vantagens junto ao grupo Planam sobre as emendas do Parlamentar. Não há isso comigo. Os meus funcionários, os meus assessores nunca receberam, nunca participaram, não conhecem, não estiveram presentes; nada lhes foi dado, nada receberam.

Sr^a Presidente, Corregedor Tuma, não estou enquadrado nesse segundo grupo, até porque não foi assim que construí a minha vida, fazendo benefícios financeiros a partir do Orçamento da União. A minha vida foi construída, fazendo enfrentamento a bandido, ao narcotráfico, ao crime organizado.

Quero que o cidadão, que qualquer homem deste País; quero que algum Prefeito do meu Estado levante o seu dedo e diga: “O Senador Magno Malta me mandou uma emenda e mandou a Planam junto ou qualquer tipo de empreiteira ou lobista.” Isso não existe, absolutamente! Não estou enquadrado no segundo item.

Terceiro item, que está nos jornais de hoje, pois os critérios foram espalhados para a mídia ontem: deverão ser enquadrados todos os Parlamentares que utilizaram serviços ou terceiros para recebimento, em suas contas bancárias ou em espécie, de recursos destinados a Parlamentar.

Nunca recebi dinheiro, nunca recebi em espécie, nunca recebi em qualquer conta minha, nem da minha família, Senador Romeu Tuma. As minhas mãos estão limpas.

Homens e mulheres que, como eu, têm vergonha na cara e que se vêem enquadrados numa vala nojenta como essa preferem morrer. É preferível morrer! É melhor a morte, Senador Romeu Tuma! É melhor a morte, do que enfrentar os olhos, Senador Arthur Virgílio, de uma sociedade que põe todo mundo na vala comum e que, a partir de agora, olha todos como se fossem ladrões, roubadores, defraudadores da moral pública, roubadores de orçamento. Eu não sou ladrão! Não sou sanguessuga! Nunca botei emenda para ambulância! Indignado estou em ver o meu nome enfiado nessa malandragem!

O Sr. Vedoin e o filho ... e não posso nem processá-los por corrupção ativa, porque não os conheço; eles nunca me propuseram qualquer tipo de corrupção. Não os conheço, não sei quem são; ouvi falar em Planam pelos jornais. Eles disseram, no depoimento, que acertaram com o Deputado Lino Rossi dar um carro para mim, como se minha honra valesse só uma van. É pouco, porque honra não tem preço. E diz que comprou este carro em 2003 para mim: uma van. Senador Romeu Tuma, essa tal van foi comprada em 2001 – aqui está o documento – e foi registrada no nome do Deputado Lino Rossi no dia 08/01/2001, Senadora Heloísa Helena. Aqui está o reconhecimento da firma, a assinatura do Sr. Luiz Antonio Trevisan Vedoin, dando fé ao documento em nome de Laudenir Lino Rossi.

Quem é Lino Rossi? Um Deputado Federal que trabalhou na CPI do Narcotráfico comigo – fez um belo trabalho –, sobre quem, naqueles dias, não pesava qualquer tipo de acusação, ou envolvimento, nem banditismo. Naqueles dias, o trabalho que Moroni Torgan, Fernando Ferro e eu fizemos, a luta que tivemos, neste País, na CPI do Narcotráfico, fez com que ficássemos todos muito amigos.

Quando veio a reeleição – para que o Brasil saiba a história –, o Deputado Lino Rossi não se reelegeu, Deputado João Fontes. Eu era Senador, ele veio ao meu gabinete e chorou ali. Sou evangélico – a mídia já zombou disso, mas vou falar de novo para zombar mais um pouco; oramos com ele, li a Bíblia com ele, ajoelhei-me com ele, que tem uma filhinha doente. É uma pessoa com a qual fiz uma grande amizade. Nunca pesou, naqueles dias, qualquer tipo de acusação.

Ele nunca me falou em Planam; nunca me falou em emenda para o Orçamento; nunca tocou comigo em absolutamente nada, porque ele sabe o tipo de homem que sou. Aliás, todos os outros nunca me encostaram para propor nada, porque sabem quem eu sou, o meu comportamento, a minha vida.

E ele me disse que o seu grande sonho era ter um programa, Senador João Fontes, quer dizer, Deputado João Fontes – de repente, estou até profetizan-

do, chamei-o de Senador. Seu grande sonho era ter um programa nacional porque ele tinha um programa de muita audiência em Cuiabá. Eu, Senadora Heloísa Helena, Senador Arthur Virgílio, falei ao Bispo Marcelo Crivella, Senador, que falou ao Dr. Gonçalves, diretor da Record. Fui lá com o Lino Rossi naquele dia e o apresentei. Ele fez um teste, passou, por méritos próprios, e foi comandar o programa Cidade Alerta, da Record.

Hoje, Deputado Walter Pinheiro, o Rony Lins, empresário musical que trabalhava comigo naqueles dias, ligou-me pela manhã para me lembrar, dizendo: eu estava naquele dia no encontro, quando começamos a conversar sobre televisão e música, e o Deputado Lino Rossi – ex-Deputado naquela época – disse-me o seguinte, Deputado João Fontes: Magno, tenho uma van que usei na minha campanha. Está encostada. Não volto mais para Cuiabá. Vou agora me concentrar em São Paulo. Tive a grande oportunidade da minha vida. Se você precisar usar, é minha, usa do jeito que você quiser. Eu usei essa van, que não está em nome de Planam nem de outra empresa. O Lino simplesmente me mandou no nome de uma pessoa, que nem me lembro: Luiz não sei o quê. Eu a devolvi, Deputado João Fontes, Senadora Heloísa Helena, Senador Sibá Machado, há um ano e dois meses. Se eu tivesse devolvido no mês passado, há sessenta dias, quando estourou tudo isso, há quinze dias. Devolvi há um ano e dois meses e para o seu dono, Lino Rossi.

Está lá na porta dele o carro dele, que nunca foi meu. Não existe outra verdade além dessa.

O que acontece? Cadê o Lino Rossi para comprovar isso? Ele aparece aqui, no Senado, chega ao Corregedor, Senador Romeu Tuma, e diz: “Sou o Lino Rossi e tudo o que o Senador acabou de falar na tribuna é a mais pura verdade. Eu assumo e ratifico”. O Senador Romeu Tuma disse a ele: “Faça por escrito”. E, por escrito, ele fez. Mandou o documento que está na minha defesa, que agora imagino que nem foi lido na CPI, porque o relatório da CPI põe apenas o que o Vedoin disse sobre a Serys Silhessarenko, sobre o Ney Suassuna e sobre mim e não põe a nossa defesa. Foi por isso que o Senador Suplicy perguntou ao nosso querido Senador Amir Lando, por quem tenho muito respeito: “Por que a defesa não foi anexada?” Assim como a sociedade tem direito de conhecer a denúncia, tem direito de conhecer a resposta. A sociedade tem que entrar em contato com esses documentos. E, sobre a acusação que me fez, a sociedade vai dizer: por que o nome do Senador está nessa lista?

Simplesmente o Relator respondeu ao Senador Suplicy: “Não deu tempo. Estou mandando para os Conselhos, porque lá os inocentes têm como se de-

fender”. Meu Deus do céu, está lá a palavra: inocentes! Mas agora não temos o mesmo espaço na mídia. Temos apenas a tribuna do Senado e passaremos toda a vida como ladrões para parte significativa da população brasileira.

Senadora Heloísa Helena, Deus sabe como estou aqui.

Estou olhando nos olhos da minha filha mais nova, que está ali sentada me vendo. Quando minhas filhas nasceram, minha casa estava cheia de drogados e de marginais. Elas nasceram nos braços deles. O sacrifício de uma vida, tirando drogados e bandidos das ruas, devolvendo-lhes a dignidade. Minha filha está ali me olhando. Conhece a minha vida e o meu sacrifício. Sou um homem de mãos limpas.

Entre na vida pública em 1992, como Vereador. Em 2002, dez anos depois, era Senador da República, eleito pela maior votação da história do Espírito Santo, por uma luta em favor dos menores, dos drogados, dos presos, dos menos favorecidos, sacrificando minhas três filhas. Para mim é muito duro.

A graça de Deus me põe nessa tribuna, Senador Arthur Virgílio, nesta tarde; revoltado, com a boca amarga, indignado, para comunicar que vou interpelar judicialmente o Relator da CPML, para que, dentro desses critérios, mal nenhum, maior do que já me fizeram, me façam mais. O mal que me fizeram, não podem fazer maior. Com todo respeito ao Senador Amir Lando – faço isso com respeito, não estou agredindo S. Ex^a nem a Comissão, de maneira alguma, nem vou fazê-lo – vou enfrentar a luta até o fim. Vou até o final, Sr. Corregedor.

Tenho honra. Tenho uma esposa em casa, tenho duas filhas e centenas e centenas de filhos de 10, 12, 13 e 20 anos que estão me vendo agora; de 70, de 50 anos, drogados, bêbados, abandonados, tirados das ruas, que estão lá chorando e sofrendo comigo, me vendo nesta tribuna agora.

Por eles, por mim, Senador Sibá, eu vou até o final, eu vou até o final. Os critérios estão aqui. Eu não me enquadro em nenhum deles.

Tenho certeza de que o Senador Demóstenes Torres, que é um procurador, um homem do Ministério Público, que conhece o instrumento legal... Minimamente o que a CPI teria de ter feito era separar e dizer: existe a ilação; pedimos que esses continuem, que verifiquem para ver se há qualquer grau de envolvimento. Mas colocar 72 juntos, ou 75, com os que roubaram dinheiro do Orçamento, com os que receberam em conta, receberam em espécie, com os assessores que receberam, Senador Arthur Virgílio, é muito, é pesado demais!

Mas irei ao Supremo para que o meu amigo, colega, a quem respeito, Senador Amir Lando, possa

dizer naquela Casa, com base na defesa que fiz... E a defesa deveria constar do relatório – foi muito bem o Senador Suplicy – que mostra só quem acusa, como se o acusador fosse o melhor benfeitor da sociedade brasileira. É verdade que naquela lista existem pessoas que precisam pagar mesmo; roubaram o Orçamento, desrespeitaram os seus Estados e aqueles que votaram; mexeram na honra da sua própria família ao armarem tramóia no Orçamento, ao armarem tramóia, molecagem, ao roubarem o Orçamento, mas eu não fiz isso, não participei disso, não sou parte dessa desgraça!

Senador Sibá Machado, ouço V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Magno Malta, eu assistia pela televisão o seu pronunciamento e resolvi vir até aqui. Farei em aparte o que pretendia fazer em pronunciamento. Eu me absteve na votação – eu não sei se V. Ex^a tomou conhecimento – e foi exatamente em razão desse ponto que eu me absteve. Eu disse ao Relator que nós não iríamos pedir vistas do processo, porque pareceria apenas ambigüidade de nossa parte. Naquele momento, falava mais alto a voz do consenso daquela Comissão, e eu me absteve. Acho que a pergunta do Senador Suplicy deu voz a todas as nossas indagações. Como é que se colocam apenas dois grupos de Parlamentares naquele relatório? Ao primeiro grupo foi atribuído um certo grau de culpabilidade e ao segundo, nenhum grau de culpabilidade, foi isentado de culpa portanto. Por que não criar, no mínimo, um terceiro grupo? Para um terceiro grupo, o critério de inclusão poderia ser o seguinte: esta pessoa foi relacionada, mas nós não encontramos tais e tais evidências; achamos, portanto, que o caso merece uma avaliação mais pormenorizada por parte de alguma outra instância, seja o Conselho de Ética ou a Corregedoria. Mas isso não foi posto! Na noite anterior, a **Folha Online** publicou três grupos. Quem abrir as páginas da *Internet* verá lá três grupos. Eu até amanchei o dia de hoje achando que teríamos três grupos. Eu não pude participar das reuniões de ontem porque eu estava com febre muito alta – ainda estou combalido em decorrência de violenta gripe –, mas tive de vir no dia de hoje, fazer das tripas coração. A forma como V. Ex^a foi tratado no relatório mostra que todos foram tratados igualmente mesmo sendo desiguais. Não é suficiente a argumentação apresentada quando se disse: “Sim, mas quem for inocente tem condição de se explicar”. Se fosse assim, não deveria ter sido criado o segundo grupo, não poderia haver o grupo dos dezoito, porque todos foram citados de alguma forma. Há pessoas que foram citadas de alguma forma, mas foram inocentadas. Concordo que aquele critério de inocência é verdadeiro, mas por

que não dar um tratamento particular para outras pessoas também? Se não foi dado a determinadas pessoas o direito de serem ouvidas porque não havia tempo, o cuidado de se criar um terceiro grupo deveria ter sido adotado. De fato, há três grupos distintos ali dentro. Há o grupo de pessoas às quais está associada vasta documentação; o segundo grupo, que é formado por pessoas que o próprio Vedoin inocentou – disse que se enganou, disse que as pessoas não podiam ter sido citadas, porque realmente não havia nenhum tipo de relação –; e há o grupo de pessoas que o Vedoin insistiu em incriminar, mas em relação às quais não há nenhuma prova material. Isso está escrito no relatório, mas esse último grupo de pessoas foram colocadas junto aos 72. Asseguro a V. Ex^a que vou pedir ao Presidente Renan Calheiros que, nesse trâmite interno da segunda etapa, adote esse entendimento. O grupo de parlamentares que não foi inocentado precisa ser dividido em dois, pois nele há pessoas que precisam ser ouvidas, como é o caso de V. Ex^a, que, inclusive, apresentou esclarecimento por escrito, mas, conforme admitido pela Comissão, não pôde ser analisado por falta de tempo. O Senador Renan Calheiros vai ter, com certeza, condições de analisar isso com carinho e, talvez, possa determinar que esses casos intermediários não sejam tratados no Conselho de Ética, mas no âmbito da Corregedoria. É necessário que ela ouça V. Ex^a e os demais Senadores citados, oferecendo um tratamento diferenciado a quem o merece.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Ouço o Senador Arthur Virgílio e, em seguida, o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Magno Malta, ouvi hoje com muita atenção a intervenção da Senadora Heloísa Helena na CPMI. S. Ex^a, com muita justeza, com muito senso de humanidade, dizia que, se o Relator tem dúvidas em relação a fulano ou sicrano, tem a obrigação de explicitá-las para o Conselho de Ética, isso seria o mínimo. Por outro lado, V. Ex^a tem pleno direito – e isso me parece ser o mínimo que se lhe pode assegurar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – de ter uma emenda propondo a retirada de seu nome para que V. Ex^a faça na própria CPMI a mesma defesa veemente que está fazendo aqui, nesta sessão, deixando os seus Pares, Deputados e Senadores, julgarem essa emenda que proporia a sua retirada. Eu concordo com V. Ex^a num ponto, e este pensamento também recolhi da Senadora Heloísa Helena: se as citações são diferentes, logo, as afirmações do Relator deveriam ser igualmente diferentes. Inocentar exige uma coragem tão grande quanto a coragem de apontar

a punição. O papel do promotor nem sempre é o de pedir a condenação, muitas vezes o seu papel é o de dizer que prefere o arquivamento por entender que o réu é inocente.

Eu vejo esses dois caminhos de maneira bem prática. Os dois caminhos seriam os seguintes. Já na semana que vem, V. Ex^a faria na Comissão a sua defesa, solicitaria que a Comissão retirasse seu nome – não vai faltar quem faça isso, quem assuma essa emenda propondo a retirada do seu nome – e os Parlamentares julgariam se retirariam ou não o seu nome. O segundo caminho seria cobrar do Relator que S. Ex^a, no mínimo, explicitasse quais são os casos de dúvida. Se ele admitiu que tem dúvidas, que diga que tem dúvidas a respeito de fulano, de sicrano e de beltrano, que diga por que tem essas dúvidas e que isso conste do encaminhamento desses nomes aos quais S. Ex^a se referirá para o Conselho de Ética. Estarei presente à sessão. Ouvirei lá, atenta e respeitosamente, o pronunciamento de V. Ex^a, assim como aqui estou ouvindo atenta e respeitosamente o seu pronunciamento. Não sei se V. Ex^a acatará essas duas sugestões, mas elas me parecem suficientes para a obtenção de um encaminhamento. Percebo que V. Ex^a está de fato indignado, e as pessoas indignadas merecem ser ouvidas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur, agradeço o seu aparte e gostaria de dizer a V. Ex^a, que está numa correria por causa da candidatura, que deixei todos esses documentos em seu gabinete. Quero apelar para o seu senso de justiça e pedir-lhe que leia esse material quando estiver no avião.

V. Ex^a lerá a declaração do Deputado Lino Rossi, o documento no qual assume tudo isso. Se o Deputado Lino Rossi e o Sr. Vedoin assumiram qualquer tipo de compromisso, não é problema meu. Não tenho conhecimento disso, nunca chegou a mim nada disso, e devolvi o carro dele, que não era carro de Planam, há mais de um ano.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu li a carta do Deputado Lino Rossi a V. Ex^a. Não sei que outros documentos estariam em meu gabinete, pois, de fato, não tenho dado a atenção costumeira àquela montanha de papéis que há lá, mas eu li a carta. Quando V. Ex^a a recebeu me passou a carta para ler. Tomei conhecimento do documento e disse a V. Ex^a que o considerava um documento forte, que o considerava um documento bastante expressivo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – É mentira que ele teria comprado o carro para mim em 2003. Prova disso é o documento que acabei de mostrar. O carro foi comprado em 2001 e, no dia 08/01/2001, foi passado para o nome do Deputado Lino Rossi; depois, foi passado para o nome da esposa dele; depois, foi

passado para um outro nome. Levantamos esses documentos agora. Chegou às minhas mãos no nome de alguém que acho que é parente dele e devolvi no mesmo nome; acho que hoje está no nome da esposa dele de novo, na porta dele.

Senador Arthur, Senadora Heloísa Helena, será que acharemos alguém com coragem suficiente neste momento para tomar as dores daqueles que são vítimas de ilação? Será que haverá alguém disposto a fazer isso? Quem nunca sofreu uma ilação na vida? Quem não sabe qual é a dor de uma ilação?

Tenho “n” colegas com quem tenho reiteradamente sido solidário quando eles são vítimas de ilação, quando tentam tocar nos seus nomes, os que conheço muito e os conheço muito pouco, saio correndo para vir apartear e dar àqueles que pouco conheço, Senadora Heloísa Helena, pelo menos o benefício da dúvida.

Haverá alguém nessa Comissão, Senador Romeu Tuma, Senador Sibá Machado, Senador Arthur Virgílio, com coragem, Senadora Heloísa Helena, de tomar as dores dos que estão sendo injustiçados, que estão tendo os seus nomes enlameados, as suas histórias enlameadas?

Olha, a vida é uma bola. Quem pensa que está por cima hoje pode estar por baixo amanhã. E quem se acovarda de solidariedade numa hora como esta, certamente é porque não precisa de solidariedade em um tempo futuro.

A Bíblia diz: com a medida com que medis medirão a vós. Será que alguém, Senador Arthur Virgílio, há de se levantar numa hora como esta? Porque o próprio Senador Amir Lando, meu amigo, por quem tenho grande admiração, disse a mim: Magno, não há nada contra você, é só uma ilação; esse documento do Lino basta. E no outro dia ele me põe na lista dos 75. Não disse só a mim, não, mas também a outros Senadores.

Então, qual é o critério? No Brasil, os critérios são estes: primeiro, incluir todos os Parlamentares que utilizaram as prerrogativas do mandato com apresentação de emendas para auferir benefícios financeiros e outras vantagens indevidas. Não me enquadro aqui, Senador Romeu Tuma. Segundo, todos que permitiram, por ação ou omissão, que servidores conseguissem benefícios financeiros ou outras vantagens junto ao grupo Planam sobre as emendas do Parlamentar. Não me enquadro aqui, Senador Romeu Tuma. Terceiro, deverão ser enquadrados todos os Parlamentares que utilizaram servidores ou terceiros para o recebimento, em suas contas bancárias ou em espécie, de recursos destinados a Parlamentar. Também não me enquadro aqui, Senadora Heloísa Helena. E entrego todos os meus sigilos; estou jogado numa vala.

Vou conceder um aparte ao Senador Romeu Tuma, agradecendo-lhe, porque a possibilidade de chegar às mãos do Relator e de todos os membros da CPI o documento do Deputado Lino Rossi só foi possível porque o Senador Romeu Tuma disse a ele: Escreva! Já que você assume, escreva! Isso eu lhe agradeço, Senador Romeu Tuma.

E imediatamente ele escreveu, Senador Sibá Machado, com detalhes, assinou e entregou. Mas parece que não leram, Senadora Serys Sihessarenko.

A Sr^a Serys Sihessarenko (Bloco/PT – MT) – Parece?! Não leram.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – E as acusações estão na Internet.

Quero olhar nos olhos das senhoras e dos senhores que estão nas galerias, dos jovens, e reafirmar que não faço parte dessa indignidade. A minha história não me permite, a minha vida, os meus princípios, o que herdei da minha mãe, o que creio, dez anos de vida pública e não tenho enriquecimento ilícito, tenho uma história de luta.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Magno Malta, falei com a querida Senadora Heloísa Helena que não iria apartear-lo para não prejudicar o raciocínio da sua defesa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Agradeço.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Mas resolvi apartear-lo para dar a clareza da providência que tomei. Em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex^a que, como eu tenho a coragem, pela minha formação moral, de acusar aqueles que devem, não terei dúvida e terei a mesma coragem que a Senadora Heloísa Helena teve – como se referiu o Senador Arthur Virgílio – de retirar qualquer acusação que possa prejudicar um inocente. E acho que nos somamos neste sentido, e acho que a coragem da Senadora Heloísa Helena muitas vezes fala por nós. Mas, Senador, quanto a Lino Rossi, eu não abri procedimento contra V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu sei...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu li todos os documentos. E o que eu fiz? Pedi à Polícia Federal para que pudesse nos fornecer tudo o que fosse possível. Ontem, o juiz me mandou todo o processo digitalizado para que, com rapidez, eliminasse qualquer possibilidade de demora em razão de não ter o sangramento que determinadas pessoas acusadas estavam tendo. Deve estar chegando, hoje, por Sedex, conforme a promessa dele. Acho que o juiz agiu corretamente durante todas as apurações. Mas, repito, requeri todas as informações possíveis para formar um quadro-mosaico e

ver se havia ou não culpa de V. Ex^a, da Senadora Ideli Salvatti – desculpe-me, a Senadora Ideli Salvatti nos ajudou –, mas da Senadora Serys Slhessarenko e do Senador Ney Suassuna. O Senador Ney Suassuna, às vezes, fica preocupado. Inclusive S. Ex^a insistiu muito em que eu ouvisse o seu assessor que foi preso durante a operação. Então, há compromisso pelo menos desse assessor, porque caso contrário ele jamais teria sido preso. Mas eu falei ao Senador Ney Suassuna que seria melhor que chegasse toda a documentação para que eu pudesse formar o quadro. Eu não posso ouvi-lo por antecipação, sem que a formação de culpa seja feita. Como é que vou ouvir V. Ex^a se não tenho ainda um embasamento de que V. Ex^a tem culpa ou não. É claro que o Rossi, ao assumir a responsabilidade pelo carro que recebeu da Planam e cedeu a V. Ex^a, foi falso com V. Ex^a. Acho que a traição a que V. Ex^a se refere é a dele. Provavelmente, pela amizade, ele não raciocinou o que poderia acontecer no caso do uso desse carro. Eu não vi, ainda, uma ligação entre o carro e a culpabilidade. Não vi. Vi que usou o carro. O carro foi em pagamento ao Rossi? Ele assume que sim. Se o carro foi devolvido ao Rossi... É ao Rossi que foi devolvido?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Claro. Porque era dele; estava no nome dele. Eu não recebi carro de Planam; recebi dele. Foi devolvido para o dono.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Mas não foi para a Planam. Porque o Luiz Antônio diz que foi a Planam que pegou o carro. Quer dizer, tem uma série de nuances que...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Todos os documentos da entrega do carro para o Lino Rossi, a empresa que transportou...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu estou com tudo isso. V. Ex^a encaminhou...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu estou com tudo direitinho.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – ...eu não estou discutindo. Porque a seqüência, o roteiro de investigação, nós temos que fazer com muita cautela para não fazer injustiça com ninguém. Agora, falei com o Senador Amir Lando e S. Ex^a disse que está muito angustiado, porque ele realmente teve que ouvir...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu imagino.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – ...os sub-Relatores. E é uma hipótese forte, tanto que ele modificou um pouco o raciocínio a respeito de V. Ex^a por decisão do colegiado de sub-Relatores. E hoje está endossado pela aprovação unânime do relatório, mas sei que aquilo é simbólico. Se V. Ex^a ouvisse o Senador Wellington Salgado...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Ouvi e está de parabéns.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Ele foi muito claro ao dizer que não ia pedir vista o que foi correto, para não sangrar por mais uma semana aqueles que, do ponto de vista de S. Ex^a, estariam sendo injustiçados e colocados numa relação. Os três segmentos, que seriam em separado, Senador Magno Malta, estão certos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Os critérios são esses, mas não estou enquadrado em nenhum.

O SR. Romeu Tuma (PFL – SP) – O critério não está errado, o critério não está errado, o que está errado é o enquadramento de V. Ex^a. Acho que o critério é este mesmo e está correto: quem usou e abusou da possibilidade de se encobrir com o mandato e usou falsidade...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Mas, Senador Romeu Tuma...

O SR. Romeu Tuma (PFL – SP) – ...ou praticamente se aproveitou para praticar um crime hediondo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Francamente, Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me conhece... E a expressão é “crime hediondo” mesmo. Mas V. Ex^a me conhece e de tanto que me conhece sabe que se eu tivesse um acordo com alguém para colocar emenda no Orçamento, se eu tivesse assumido isso, eu teria feito, porque, para mim, o que é combinado não é caro. Mas por que eles reclamam que eu nunca fiz emendas para eles? Estou passando para a história como o cara que não colocou emendas para a Planam, mas virei criminoso. Nunca tratei nada com eles. Não os conheço. E se eles trataram com o Lino e o Lino tratou com eles, nunca chegou a mim. Ele me respeitou; não trouxe esse assunto a mim, ou seja, respeitou-me como uma pessoa que o respeitava, respeitou-me como amigo. E isso não posso negar.

E eu devolvi o carro a ele há um ano e dois meses. Imagine, se esse carro fosse meu, se estivesse no nome de um parente ou de um assessor meu, como eu ia devolvê-lo? Então, se não estava acontecendo nada, se não havia sinais de que ia acontecer nada, por que eu iria devolver gratuitamente? Não devolveria. Mas devolvi ao seu verdadeiro dono porque não tinha mais necessidade, e o carro está na porta do dono. Não tenho nada absolutamente a ver com isso.

E aí retorno: três critérios foram usados e não estou enquadrado em nenhum deles.

O SR. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sr^a Presidente, podemos apartear o orador?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P–SOL – AL) – V. Ex^as podem ficar à vontade.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, e o Senador Arthur Virgílio lembraram da dúvida do Relator. E V. Ex^a recorda um ponto: houve entendimento do colegiado de sub-relatores. Hoje, senti-me prejudicado, pois tinha vontade de pedir vista do processo para, no prazo de alguns dias, reiterar a preocupação levantada naquele momento. Falei sobre a idéia do terceiro grupo, o Senador Eduardo Suplicy falou sobre a leitura das respostas – lembrou no momento a Senadora Serys – e o Senador Wellington Salgado falou que os nomes estavam sendo tratados de maneira igual. E por não ter apresentado o pedido de vista, para não prejudicar o andamento da Comissão, toda os seus membros concordaram que o Relator tinha uma opinião que não foi levada a cabo e que o entendimento do colégio de sub-relatores prevaleceu. Acho que há uma dívida quanto a isso. Continuo insistindo que, para corrigir...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Ficou muito claro – participei apenas de parte da reunião – que havia suspeita de provas ainda sem consistência de um grupo de acusados. Não é isso, Senadora Heloísa?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P–SOL – AL) – Exatamente.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Então seriam essas três partes. Primeiro, com provas materiais, depósitos, movimentação financeira...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Estão aqui os critérios.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Mas estou falando, vamos dizer, de objetivo prático. A segunda é que teria de aprofundar as investigações. E a terceira parte seriam aqueles que foram inocentados desde o cruzamento de dados, sem matéria... Porque a defesa tem de estar incluída. V. Ex^a não fez a defesa?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Fiz.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Então, ela tem de estar incluída no procedimento por inteiro. Por isso, combinamos ontem – a Senadora Heloísa Helena é testemunha – que a citação de cada nome teria de vir com o histórico completo da participação ou não do Parlamentar, inclusive os que foram inocentados, porque o foram. Assim, a opinião pública ia saber que não foi um aconchego, pois quem saiu da lista é porque nela não deveria estar. Aliás, não saiu da lista, foi inocentado. E havia uma outra parte para aprofundar as investigações. E os outros, acredito, tinham de ir para o Conselho, porque teriam comprovado a prática do crime por meio de documentação e fortes provas a respeito do assunto.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Romeu Tuma, por isso é que digo da responsabilidade que imputa sobre os ombros do Conselho de Ética ou de V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Aqui é o seguinte, Senador: o que ficou claro vai para o Conselho de Ética, quem vai decidir é o Presidente da Casa. Estávamos lendo hoje de manhã o art. 14 da Resolução não é, Dr. Carreiro? –, que expressa claramente que quem encaminha é o Presidente. Se ficar comigo, é claro que vou fazer o procedimento individualizado dos três citados e buscar materialidade. O bom investigador, o correto, aquele que tem amor à verdade, fará a apuração para inocentar e, se chegar à conclusão de que é culpado, terá a coragem de assinar embaixo. Investiga-se para averiguar se o réu é inocente. Não se investiga para acusar permanentemente o cidadão. Não se criam factóides para culpar. Mas se ficar comprovada a culpa, tem de ter coragem para escrever e assinar, assim como se for comprovada a inocência. Então, quem tem de decidir é o Presidente, quando o relatório chegar as suas mãos. Já falei com o Senador Demóstenes Torres, Vice-Presidente do Conselho, que, se o relatório chegar em tempo que esteja na presidência, conversaremos e analisaremos o material existente, sem precipitarmos nenhum tipo de decisão. Ninguém pode fazer campanha com base em apuração de crime praticado contra ninguém. Então, comigo V. Ex^a fique tranqüilo. Coragem eu tenho de responsabilizá-lo, se realmente for comprovado qualquer coisa, embora penso que seja difícil, como terei coragem de dizer que V. Ex^a não deve nada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado, Senador Tuma.

Senadora Heloísa Helena, quando presidi a CPI do Narcotráfico, bandidos, comprovadamente bandidos do narcotráfico, do roubo de cargas, não foram enquadrados – e o Senador Tuma sabe que houve isso na CPI do Roubo de Cargas –, embora soubéssemos que eram bandidos, pois não havia provas.

Agora, que história é essa de jogar o nome das pessoas ao vento, por conta de uma ilação?! E em todos os depoimentos, Deputado Walter Pinheiro, ele repete a mesma coisa com relação a mim – a mesma coisa, nada novo: nunca tratou comigo, nunca tratei com ele. Não o conheço. Ele nunca colocou a emenda. “Mas o carro foi para ele”. Para mim? Nunca tomei conhecimento disso! Recebi do Lino e devolvi para o Lino, que era o dono do carro.

Ouçõ o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Magno Malta, no parecer do Senador Amir Lando há observações relativas ao nome de cada um dos

Parlamentares citados, mas referente ao que disse o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin à Justiça Federal, em depoimentos separados, o Sr. Darci José Vedoin e, depois, um diálogo do Deputado Raul Jungmann com o Sr. Ronildo Pereira Medeiros. Não está a parte relativa às explicações que V. Ex^a encaminhou na forma de defesa e os respectivos documentos...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não está.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...assim como também aconteceu nos demais casos, como o da Senadora Serys Slhessarenko. Em virtude disso, sugeri ao Relator, Senador Amir Lando, bem como ao Presidente, Deputado Antonio Carlos Biscaia, que, para cada um dos casos, seja anexada a respectiva defesa do Parlamentar citado, senão o relatório seria encaminhado ao Conselho de Ética de maneira incompleta. Essa decisão foi anunciada pelo Presidente Antonio Carlos Biscaia, inclusive de acordo com o Senador Amir Lando. Logo após a conclusão da reunião da CPI, ainda reiterei ao Senador Amir Lando, que avalio seja muito importante até porque foi dito, expressamente, antes da conclusão da reunião, que seja tomada esta providência: que toda documentação, portanto, que a defesa que V. Ex^a apresentou e aqui nos expõe seja parte do relatório aprovado pela CPI. É fundamental que isso esteja muito claro, inclusive para o Conselho de Ética.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Senador Eduardo Suplicy, três pontos são verdadeiros. Primeiro, nunca coloquei emenda alguma. Segundo, não existe carro algum. Nunca recebi carro de ninguém. Devolvi ao seu real dono há um ano e dois meses. Já alerto as pessoas que estão em campanha para que tenham muito cuidado ao receber carro emprestado até de parentes, até de um filho. Pais, tenham cuidado até para andar com seus filhos, porque imagine se um filho aprende a fumar maconha no colégio, está fumando maconha, carregando no carro, e dá carona para o pai. A polícia pára, pede o documento e acha a droga. Pai e filho são traficantes. Imagine se você pega uma carona com um assessor que comprou um carro de um terceiro ou de uma agência de automóvel, onde acontece muito, e nem sabia que era roubado e a polícia prende, leva o carro. Você é ladrão, receptor de carro. Um linchamento, num primeiro momento, sem qualquer tipo de defesa. Ninguém lê a sua defesa. Mas V. Ex^a é um homem corajoso!

Eu gostaria de pedir um pouco do seu tempo para que leia a defesa que deixei no seu gabinete. Leve-a esta noite a São Paulo, no avião. Olhe os documentos e veja se encontra algo que tenha alguma ligação comigo.

Não havia caso mais pacífico, mais lúcido! Em nenhum momento, Senador Suplicy; em nenhum mo-

mento, Senadora Heloísa Helena, consegui imaginar de onde veio essa motivação, essa perseguição. No primeiro momento, imaginei ter vindo da CPI do Narcotráfico. Como o caso ocorreu em Cuiabá, e tantos “arcanjos” da vida foram alcançados por nós, imaginei que alguém atingido tivesse encontrado a chance de me alcançar, de me atingir. Depois, fiquei imaginando outras coisas, como perseguição política. Mas, por parte de quem? De onde, se só existe uma ilação?

Estou falando do que o Relator, de posse do documento, disse a mim: “Essa declaração do Lino Rossi é xeque-mate – a frase é essa”. Acabou! E vi meu nome envolvido.

Os senhores, os jovens e as senhoras que estão aqui ouvem a indignação, o desabafo de alguém que construiu a vida com dignidade, que nunca compactuou com a indignidade.

Sou trazido a esta tribuna – Deus sabe! – para, incisivamente, reafirmar algo que já disse três ou quatro vezes aqui, para mostrar os mesmos documentos e registrar o descaso com esses documentos.

Peço a Deus, Senador Sibá, Senadora Serys, que surja alguém tão corajoso, capaz de enfrentar a sua própria comissão e fazê-la entender como alguém, que é vítima de humilhação, pode ser colocada no mesmo lixo em que estão aqueles que, comprovadamente, fizeram molecagem no Orçamento para superfaturar a compra de ambulâncias e tirar dividendos disso – e alguns dividendos até muito esculhambados! O cara sujar o nome por R\$3.000,00, por R\$5.000,00? Sujar o nome por R\$10.000,00? Esse cidadão tem de pagar, tem de responder por isso.

Não conheço Planam, não conheço Vedoin, nunca recebi, minha família nunca recebeu, nem meus assessores; nunca propus emenda a eles, nunca a propus a nenhum prefeito, a nenhuma prefeitura. Recebi um carro de um amigo e o devolvi. Pergunto ao Brasil: onde é que está o meu crime? Onde é que está o meu crime?!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por concessão do Senador Romeu Tuma.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senadora Heloísa Helena, agradeço a sua sensibilidade. Sabendo da história, V. Ex^a me concedeu a palavra neste momento.

Agradeço especialmente ao Senador Romeu, porque era a vez de S. Ex^a falar, mas vi seu esforço para possibilitar que eu me pronunciasse agora.

Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, venho a esta tribuna para falar desse tal meu envolvimento nas investigações que a chamada CPMI dos Sanguessugas promoveu, sobre o escândalo das ambulâncias.

Senadora Heloísa, antes de começar a falar, eu queria deixar claro que considerei o seu posicionamento totalmente correto, assim como o de outros – poucos – Senadores, para deixarmos o meio-de-campo limpo.

Estou absolutamente perplexa, companheiro Senador Sibá; minha Líder, Senadora Ideli! Escutei, ainda há pouco, o Relator, Senador Amir Lando, em resposta a uma pergunta do Senador Suplicy, dizer, Senhores, que não teve tempo de apreciar a minha defesa! Ele respondeu isso publicamente na CPMI, quando o Senador Suplicy perguntou se ele havia estudado, lido a minha defesa. Ele disse exatamente isto: que não teve tempo de apreciar a minha defesa. E acredito que não teve mesmo. Não é possível! Só a minha defesa tem 42 páginas e, eu diria, umas outras 40 de documentos anexos. Isso sem haver nenhuma acusação contra a minha pessoa. Não há, na CPMI, nenhuma acusação contra a minha pessoa! E, na minha pasta, só existe uma colagem das falas do delator. Só! No final, esta frase: “Não há nenhuma prova contra a Senadora Serys Slhessarenko”.

É isso o que tem lá. Colaram: “Um dia ele disse isso; outro dia, ele disse aquilo”. Aliás, tudo totalmente contraditório, contraditório completamente: “Um dia, entregou dinheiro para o genro, em dinheiro, diante de tal testemunha”. Depois, era outra testemunha. No depoimento que deu à Polícia, já era outra testemunha; no depoimento que deu em outro lugar, já era em depósito. Mas não aparece o depósito. Anteontem, ele apareceu com a graça de que era um cheque de 40 mil, que também não apareceu!

Meu genro já quebrou todos os sigilos! Meu genro, Senador Magno Malta, já quebrou todos os sigilos. Depois de ter ido pessoalmente à Polícia Federal cinco vezes e não conseguir ser ouvido, hoje, finalmente, ele foi ouvido; foi ouvido hoje porque interessava mais. Ele expôs e deixou lá documentos que expõem todo o seu sigilo.

Depois de tudo isso, eu me pergunto: por que, então, notificaram-me para que apresentasse esclarecimentos? Para quê? Por quê? Perdi tanto tempo fazendo relatório, buscando, quebrando meu sigilo bancário, meu sigilo fiscal, meu sigilo telefônico, pegando declarações no TRE! Quando fiz minha prestação de contas, 15 ou 20 dias depois das eleições de 2002, não fiquei devendo R\$1,00! Pergunto à CPMI: por que me notificou para prestar explicações se jogou essas

explicações na lata do lixo? Elas tinham de estar lá, Senadora Ideli, tinham de estar lá! Ou, então, que pelo menos criassem critérios diferenciados para aqueles que têm culpa – porque deve haver muita gente com muita culpa, não tenho dúvida disso.

Tenho dito sempre que a minha dor é profunda, mas, se for para acabar com a corrupção neste País, que haja dor. Porém, com esse jogo, também não dá! Ele superou os limites, passou para as raias da ficção científica, da alucinação, tamanho o grau de contradição e de mentiras do delator. Já mandou recado para mim, dizendo que está extremamente indignado e que só fez isso porque eu disse que ele era bandido e corrupto. Hoje, felizmente, ele se expôs nos jornais, na grande imprensa. Até então, era só recadinho: se ela tivesse ficado quieta; talvez se tivesse ido conversar com ele; talvez se tivesse ido fazer acordo... Não fiz e não faço! Nunca me verguei para a bandidagem e nunca me vergarei!

Continuo perguntando: por que me notificaram? No começo, eu dizia que tinham de me notificar, porque eu tinha explicações a dar. Agora, eu pergunto por que me notificaram, se eu dei explicações. Elas não valeram de nada?! Eu o fiz no mesmo dia em que entreguei o relatório à CPMI, ao Senador Tuma – S. Ex^a é testemunha disso –, entreguei-lhe o relatório completo, com todos os anexos. Ele sabe disso. No mesmo dia, entreguei o relatório à CPMI e ao nosso Corregedor, porque, diante de tamanha infâmia, eu preciso que tudo seja esclarecido.

Ser candidata ao Governo do Estado de Mato Grosso, enfrentando frontalmente dois candidatos adversários, porque eu não tenho inimigos – Blairo Maggi, do PPS, e Senador Antero Paes de Barros –, é uma luta difícil. Para uma mulher, professora, mãe de quatro filhos, ter a ousadia de ir para esse enfrentamento político-eleitoral é realmente assustador! No entanto, o meu Estado me conhece. Há quatro anos, às vésperas da eleição para o Senado, foi muito pior o que fizeram comigo. Muito pior! Só não houve esse caráter majestoso em nível nacional, foi estadual. A população de Mato Grosso me conhece e confia em mim. Ela sabe o tamanho da injustiça e da infâmia que estão tentando fazer contra a minha pessoa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, falo como fez, há pouco, o Senador Magno Malta, com muita tristeza e indignação por ver o meu nome encaminhado pela CPMI à Comissão de Ética do Senado, sem que coisa alguma fosse investigada, sem haver pelo menos a menor denúncia contra a minha pessoa, sem que tivessem o cuidado de abrir a minha defesa.

Podemos dizer, Senador Magno Malta, que estamos sendo submetidos a um tribunal de exceção, em que não nos podemos defender. Existem apenas os acusadores e ponto final. Não há defesa.

Isso fica óbvio e ululante pelo fato de que, no relatório que a CPMI encaminha à Comissão do Senado, só existe um dado: a cópia do depoimento do réu confesso e com delação premiada, nada mais. Não existe nada mais! Esse depoimento, em nenhum momento – vou repetir todos os dias, se for preciso –, cita o meu nome como beneficiária de qualquer esquema. O Darci Vedoin disse: “Não conheço essa Senadora. Nunca conversei com ela”. Nesse sentido, ele falou a verdade. Eu não os conheço.

Há quem me pergunte: “Você não tem medo de ficar falando em celulares que estão grampeados?”. Não, ao contrário. Seria ótimo se meus telefones estivessem grampeados desde o primeiro dia, porque haveria uma prova da minha inocência. Eu jamais tratei, por telefone ou não, de qualquer tipo de corrupção ou desvio de recurso público. Jamais!

A única coisa que aparece é a citação de um suposto envolvimento do meu genro, Paulo Roberto Ribeiro. Se existe suposto envolvimento, e até já falei disso aqui, os delatores já contaram quatro versões, mas não conseguiram comprová-las, não dá certo. O sigilo está quebrado e não dá certo, não funciona. Vão lá, conferem, não dá certo, inventam outra versão, inventam outra e inventam outra!

Repito: há muita gente que tem pecado capital nessa história e deve ser punida. Não estou fazendo defesa ou acusação de quem quer que seja. Faço a minha defesa, porque tenho absoluta certeza. É muito fácil percorrer minha vida. Se quiserem, percorram a vida do meu genro. É simples. Quebrem o seu sigilo bancário e percorram, corram atrás dele para ver se dá alguma coisa junto a mim.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Um dia, eu disse aqui que V. Ex^a também poderia estar sendo vitimada por ter presidido a CPI do Narcotráfico do seu Estado, e tão bem.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – O que eu confirmei, Senador.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Lembrome de que recebi V. Ex^a em Brasília – eu era Deputado Federal –, na CPI do Narcotráfico.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – E eu era Deputada Estadual.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Depois de alguns parlamentares terem renunciado, V. Ex^a assumiu aquela posição, foi fundo e pode estar pagando o preço disso. Estou interpelando o Relator judicialmente, porque tenho plena certeza que, por ser o homem que é, S. Ex^a não negará as convicções que tinha a meu respeito e com relação ao caso. Mais, Senador Sibá Machado: estou arrolando o Senador Amir Lando como minha testemunha de defesa no Conselho de Ética. Não tenho problema algum na Comissão de Ética, porque não cometi dolo, não fraudei o Orçamento, não faço parte disso. Não tenho problema algum com a Corregedoria. Nenhum. O meu problema é apenas o de alguém com família e vergonha na cara que está sendo vítima de uma injustiça tão grande, depois de ter dormido tranqüilo por ouvir do próprio Relator: “Não há nada contra você”. A frase foi esta: “Isto aqui é xeque-mate”.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – No meu caso, está escrito!

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – A TV Senado, embora tenha muita audiência, não tem a força da Record, da Globo ou do SBT, as três maiores. Não tem a força da CNT, à qual quero agradecer, assim como à TV Gênese, pela ampla oportunidade de falar que recebi. Infelizmente, as pessoas não serão alcançadas, Senadora Serys Slhessarenko, pela fala de V. Ex^a, nem pela minha!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pela nossa fala.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – O mais importante de tudo isso é ter a verdade consigo. Tenho razões sobejas para confiar em V. Ex^a – se isso for válido, porque estou na mesma lista em que está V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Então, dizer que confio em V. Ex^a é porque tenho plena confiança em V. Ex^a. Não tenho razões, até porque quem depõe a seu favor é a história de V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Magno Malta.

V. Ex^a lembra algo interessante: só quem – desculpe-me o termo – “peitou” o narcotráfico, à época, neste País, foram V. Ex^a, em nível nacional, e eu, em nível estadual!

Foi o único Estado, Senadora Heloísa Helena, que abriu uma CPI para o combate ao narcotráfico. Houve quatro presidentes em um mês, e os quatro renunciaram por cauda de ameaças. Eu fui nomeada. Segurei até o final, e entreguei o relatório. Aí começou o desmonte do crime organizado. Realmente,

tem gente que não gosta de mim, e não são poucos! Aqueles que são envolvidos com o crime realmente me abominam.

Eu perguntaria aqui: o que fez a CPMI para comprovar a denúncia do réu confesso em delação premiada? Ela ouviu o meu genro? Pediu a quebra dos seus sigilos bancário, fiscal e telefônico, para comprovar minimamente essa denúncia? Há pouco, olhava o pequeno trecho em que foi perguntado ao delator se existia algum registro telefônico, não sei o quê, e aí entra a polícia dizendo que não, que não existe. Não existe nada em relação a qualquer registro telefônico. É muito complicado!

Infelizmente, a CPMI não leu a minha defesa e me condenou, como condenou V. Ex^a, como condenou outros; alguns merecedores, com certeza – repito –, mas outros, absolutamente inocentes!

Neste País estão acontecendo coisas engraçadas.

Hoje, recebi telefonemas de muitos advogados, inclusive de advogados pertencentes à Ordem regionais, dizendo que tudo isso é um absurdo, que isso não pode continuar desse jeito! Sou advogada...

Pois não, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Recebi ligações de ministros, de desembargadores,...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu também. Estou falando da Ordem porque a Ordem está questionando!

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – ... do Ministério Público, da polícia, de cidadãos dos mais longínquos rincões deste País que nos acompanham, pessoas simples, com ou sem formação. Eu nunca vi isso em minha vida! Nunca vi isso em minha vida!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – É verdade, Senador. Eu também recebi ligações de muita gente e de várias categorias. Refiro-me à Ordem, porque a Ordem tem dito que não dá para continuar a coisa do jeito que está. Inclusive, dias atrás, houve uma discussão a esse respeito, e isso se faz necessário mais do que nunca.

Concedo o aparte à Senadora ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senadora Serys Slhessarenko, em primeiro lugar, quero deixar consignadas algumas questões que aconteceram durante a reunião da CPMI que merecem ser registradas, porque entendo serem elas indicadoras de injustiças, que, tenho a certeza absoluta, podem estar, efetivamente, acontecendo. Por exemplo, o Relator, respondendo ao questionamento do Senador Eduardo Suplicy a respeito da defesa que V. Ex^a apresentou, registra que “não teve condição de ler” aquilo que V. Ex^a teve o trabalho de colher, como as contradições e os elementos para desmontar qualquer insinuação ou indí-

cio que pudesse pairar sobre V. Ex^a. Então, quando ele não absorve isso, acho que já há o reconhecimento de um erro gravíssimo. De que adiantou os parlamentares terem sido acionados para apresentar suas defesas se elas não foram devidamente avaliadas e confrontadas com a documentação, com os depoimentos ou com as questões postas na Comissão? Tanto que o Presidente da Comissão, o Deputado Biscaia, de pronto, até no reconhecimento do erro – porque aí já está configurado erro, o de não ter dado oportunidade para que a defesa feita pelos parlamentares pudesse ter sido minimamente contemplada na avaliação –, tomou uma providência no sentido de que, além do relatório e de seus anexos, irão para as Presidências das duas Casas todas as defesas apresentadas pelos parlamentares. Portanto, já é um reconhecimento do erro, sob o meu ponto de vista, que já considero grave.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Isso é muito grave.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Em segundo lugar – o Senador Sibá Machado teve a oportunidade de fazer, e outros também a tiveram –, quero me referir à questão de jogar todos no mesmo patamar.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Na vala comum.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Porque é o seguinte, se fosse em qualquer outro momento, Senadora Serys, talvez isso pudesse não ter a consequência que essa posição...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Comigo não estaria acontecendo.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Estamos em pleno processo eleitoral. Não conheço ninguém que esteja ali que não seja candidato. Creio que apenas o Senador Magno Malta não seja candidato. Talvez S. Ex^a apenas; não me lembro de outros. Portanto, estamos em um momento em que nivelar parlamentares, porque a CPMI descobriu indícios quase que incontestáveis – documentos, depósitos –, indícios fortíssimos, com declarações, depoimentos...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... ligações telefônicas.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Por exemplo, tive a oportunidade de mostrar ao Senador Sibá Machado, no material que se refere a V. Ex^a, na questão das interceptações telefônicas, a seguinte frase inicial: “Não há qualquer citação da Senadora Serys”. Depois, refere-se a duas escutas em que “há dúvidas sobre o que eles estão falando”, referindo-se a algo que aconteceu ou que vai acontecer. Ou seja, não há citação, há dúvida sobre as gravações em que aparece a questão de uma ambulância para um Município do Estado de V. Ex^a...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não, não é uma ambulância não!

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Nem sei o que é.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Trata-se de uma possível emenda. Mas ninguém sabe para o que era. “Não dá para entender”, eles dizem bem assim.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Então, Senadora Serys, essa história da vala comum acaba nos colocando, nesse período eleitoral, em situação de um possível linchamento eletrônico. Estou, inclusive, preparada para falar a respeito da impunidade, de como a população se sente e como, talvez, ela tenha a necessidade de dar o troco agora nas urnas, fazendo, de repente, o papel de uma série de instituições que não estão dando conta de o fazerem adequadamente. No entanto, poderemos estar cometendo injustiças, como já as cometemos em outros períodos da história. Figuras como Ibsen Pinheiro e outros foram julgados, condenados e, posteriormente, descobriu-se que não havia qualquer tipo de envolvimento ou qualquer culpa. Então, essa questão do linchamento e o fato de a CPMI ter colocado sem diferenciação, sem graduação aquilo que encontrou a partir do trabalho realizado pela Controladoria-Geral da União, como os sorteios, pela Polícia Federal, como as escutas telefônicas, e pelo Ministério Público em Mato Grosso, o fato de haver nivelado dessa forma gera o risco da injustiça; é um risco impossível de não acontecer. A injustiça está posta já nesse procedimento do nivelamento. E temos aqui vários casos. Por isso, não poderia deixar de me manifestar, como já tive a oportunidade de fazê-lo tantas vezes em relação à defesa que V. Ex^a faz, com muita veemência, da sua honra e da sua honestidade.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora.

Continuando, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que fica evidente é que a denúncia do réu sob delação premiada... Aliás, com relação à minha situação foram tantas as contradições: ele disse uma coisa, depois desdisse, depois disse novamente, depois desdisse outra vez, mas, como nada foi analisado, foi só colado ali, acredito que ele deverá perder o direito à delação premiada. Não sei dos outros casos, mas, com relação ao meu, já tenho subsídios suficientes do meu ponto de vista. Já concederei o aparte a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O que fica evidente, como eu disse, é que a denúncia do réu confesso em delação premiada sem nenhuma prova foi o bastante para que a CPMI entendesse – vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores – que o meu mandato de Senadora, conquistado após 20 anos de

luta, como resultado do apoio e da parceria de mais de 600 mil cidadãos de Mato Grosso, deva ser colocado em xeque.

Por isso, entendo que, mais do que acusada, sou, sim, uma vítima da irresponsabilidade daqueles que agiram de forma flagrantemente equivocada, na tentativa de arrastar o meu nome, o nome do meu Partido, o nome da minha família para dentro desse esquema sórdido. Se lutei até aqui para defender este mandato, não pensem que vou arredar pé desta batalha. Nunca me curvei ante as ameaças que recebi de todo tipo de criminosos e não será desta vez que vou me envergar.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Serys, não gosto de revelar etapas do que ouvi em momentos de depoimento, mas, neste momento, sinto-me em condições para fazê-lo. Já passou essa etapa, já foi votado o relatório. Acho que agora nada mais é segredo. O Sr. Darci Vedoin fez questão de deixar claro para todos nós que não podia dar qualquer relação de nomes se ele não pudesse ter matéria comprobatória, até porque, em algum momento do depoimento, foi perguntado se ele conhecia determinados Parlamentares; quando ele começou a dizer que sim, foi indagado em que contexto ele conhecia esses Parlamentares; foi a partir desse momento que ele resolver dizer: “Não vou mais citar, porque posso falar algum nome que conheço da mídia, conheço porque vejo em algum lugar, trabalhando, mas com quem jamais estive. Pode ser entendido que os conheço nas condições da investigação”. Mas o Sr. Luiz Antônio deixou claro que, com alguns Parlamentares, parecia ter raiva pessoal; insistia em querer colocar o nome sem ter a prova material da participação do Parlamentar. Estou dizendo isso porque meu nome acabou sendo envolvido quando pedi ajuda a V. Ex^a para poder me locomover, pois cheguei um dia antes em Cuiabá. V. Ex^a me atendeu. No momento em que disseram que a reunião ia ser reservada, eu disse que três pessoas estavam comigo, assessores meus e outras pessoas, e perguntei se teriam de sair ou não da sala. Foi dito que não seria necessário. Aliás, em todas as CPIs, em alguns momentos do depoimento, algumas pessoas saem estrategicamente da sala, dizendo que vão tomar um cafezinho ou fazer alguma coisa, para dar entrevistas. Nessas entrevistas, dizem o que bem querem.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – E a reunião é sigilosa.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E, na hora em que dizem o que bem querem, acabam passando uma informação interessante, expondo-se melhor na mídia. Passam a ser uma pessoa interessante porque

têm informações para dar. Saíram informações de dentro da reunião, que, tenho certeza, foram imputadas a mim, porque eu estava com uma pessoa do gabinete de V. Ex^a naquele momento. Sei que, a partir daquele momento, minha presença na CPMI e nada era a mesma coisa, porque imagino que havia esse tipo de entendimento contra mim. Em todos os momentos em que pude inquirir o Sr. Vedoin, eu fazia essas perguntas, e ele dizia: “Contra a pessoa tal, eu tenho”, “Isso eu fiz”, “Em tal momento, se forem ver, há um dinheiro que entreguei, um depósito bancário, uma cópia de cheque ou coisa parecida”. Contra alguns dos senhores – no caso, a Senadora Serys Slhessarenko e o Senador Magno Malta –, ele nunca teve absolutamente nada a dizer que tivesse uma relação, mas fazia questão de demonstrar certa raiva contra a Senadora e contra o Senador Magno Malta. Estranhou-me, pelo que foi dito nesta tarde, que a CPMI não tenha criado algo com consistência para absolver, ou para condenar, e o que era uma hipótese de relatoria. Para ser mais justo, ele deveria ter criado esse terceiro grupo. Deveria ter dito: “Imagino que as citações feitas sobre as pessoas tais e tais, embora não haja prova material, poderiam ser tratadas em outro lugar, com outro tipo de tratamento”, ou coisa parecida.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sim, sim.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Isso já nos teria deixado mais tranquilos. Então, por essa situação toda, fiquei hoje muito preocupado com o desenrolar das CPIs. Sei que a opinião pública vem de lá para cá e não vem para brincar, quer uma resposta mais séria, mais contundente contra qualquer nome que for citado. Outra coisa é que, um nome, uma vez citado, ninguém quer saber por que foi citado, em que situação, se tem qualquer tipo de relação, se não tem relação nenhuma. Foi citado, está condenado, e acabou. Para todos os efeitos, ali hoje tem 72 nomes. Quero saber agora o que será feito pelo Conselho de Ética. Se fizer a correção – que penso que deverá ser feita –, vai dizer que a CPI fez, digamos assim, um trabalho sério; agora, é o Conselho de Ética que está fazendo aqui uma limpeza diária. Se for o Corregedor, considero do mesmo jeito. Então, a CPI tirou de seus ombros e jogou nos ombros de outrem, sem dar o direito de defesa, porque o direito de defesa foi pedido e não foi aceito nem analisado. Realmente, será muito complicado se não deixarmos de lado as paixões. Há fatos. Se há fatos comprovados, esse nome fica e acabou. Se não há fatos comprovados, paciência! Digam: esse nome foi citado, a situação foi essa, não tem matéria cabal para pedir qualquer tipo de condenação ou punição. Assim sendo, digo a V. Ex^a que o Senador Renan Calheiros

tem agora essa matéria sob sua responsabilidade. No meu entendimento, deveria passar pela Corregedoria, porque os nomes tratados não estão no mesmo contexto dos demais nomes que, temos certeza, têm envolvimento. Assim, acredito que o Senador Romeu Tuma tem, e até acompanhou também em boa parte os trabalhos da CPI, condições totais para fazer um bom trabalho e isentar de fato e de direito os que não têm envolvimento, o que considero que é tão correto, que é a situação de V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza. Obrigada, Senador Sibá. V. Ex^a coloca muito bem quando diz que precisamos, na verdade, separar o joio do trigo. Já disse aqui e direi pela terceira vez: tem muita gente, com certeza, comprometida até o fundo do poço. Mas, essa raiva... Eu até suponho o porquê, porque ele já mandou o recado para mim. Em maio, quando estourou a coisa, eu cheguei no meu Estado e me perguntaram o que eu achava dessa história da máfia. Eu falei que o lugar de bandido, seja ele parlamentar ou empresário, é na cadeia! Ele mandou um recado para mim: que eu não perdia por esperar. E, em julho, ele começou a fazer o meu inferno astral. Aí eu posso fazer o quê? Delação premiada pode dar nisso.

Mas, continuando, como eu dizia, não vou me vergar. Essa minha luta contra criminosos, do tipo que enfrento agora, é antiga, e, com certeza, me fez angariar muitos ódios ao longo de minha atuação parlamentar. Como já disse aqui, como Deputada Estadual, presidi, na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, a CPI do Trabalho Escravo, que garantiu a libertação de milhares de trabalhadores submetidos a um regime de trabalho degradante em fazendas de grandes senhores do interior do Estado, que traziam, com os famigerados gatos, pessoas extremamente pobres de outros Estados para trabalhar nos longínquos rincões do nosso Estado, à época. Hoje, há mais condições de acesso por estradas etc. Traziam essas pessoas para trabalhar, sob o jugo e a tirania do trabalho escravo. Foram milhares que conseguimos libertar. Eu presidi uma CPI que ninguém tinha coragem de presidir. Eu fui às fazendas, junto com a Polícia, para retirar aquelas criaturas empobrecidas, totalmente destituídas de tudo, porque lhes tomavam até os documentos, para que não pudessem fugir da situação de escravidão que lhes era imposta. É claro que isso causa desagrado em alguns.

Participei também, ativamente, da CPMI da Terra, que, numa atitude corajosa, identificou e retomou terras públicas griladas por poderosos grupos econômicos e políticos de nosso Estado. Deu muito trabalho! Foram muitas as ameaças, mas resistimos, sempre na defesa do patrimônio público.

Comandei a CPI da Sonegação Fiscal, enfrentando, pela primeira vez, em Mato Grosso, o que na época foi chamada de “A Máfia do Fisco” e desmontando poderosas quadrilhas que atuavam nas estruturas de arrecadação do Estado.

Fui também eu, Serys, como o Senador Magno Malta já disse aqui, a Presidente da CPI do Narcotráfico, que, na Assembléia de Mato Grosso, pelas denúncias que levantou, acabou contribuindo e levando ao desbaratamento de organizações criminosas que, durante tanto tempo, aterrorizaram a sociedade matogrossense.

Essa, Sr^{as} e Srs Senadores, é a minha biografia. É por isso que essas quadrilhas não me suportam, Sr^a Presidente. É por isso que os Vedoins me atacaram, somente a mim, armando toda sorte de tramóias para tentar comprometer meu nome, minha história e a história da minha família.

Tenho quatro filhos: uma médica, um advogado, uma psicóloga e um engenheiro. Os quatro, Senadora, felizmente – alguns até dizem que é um defeito que eles têm –, extremamente estudiosos. Alguém que chegue a Mato Grosso e peça referência, em uma dessas categorias, de um filho ou de uma filha minha, tem as melhores referências. Não vou falar – ali há alguém fazendo sinal de positivo –, porque sou suspeita. Os quatro são pós-graduados em nível de mestrado, dois têm doutorado. Um deles já foi professor da PUC de São Paulo; outra é professora concursada da Universidade Federal de Mato Grosso. Eles são pessoas que hoje estão expostas, sem dó nem piedade, por uma delação premiada, por alguém que tem raiva da minha pessoa, por eu ter dito o que disse: o que pensava sobre como se deve qualificar alguém que monta um esquema tão mafioso e tão infame quanto esse. Todos eles estão expostos.

Tenho quatro netos, que não têm currículo para apresentar. Aliás, currículo eles têm, brilhante, mas não são ainda profissionais. A Marina, a Maria, o João Paulo e o Pedro têm currículos brilhantes! Os quatro, por incrível que pareça, são primeiros de turma em suas escolas. Esse é o currículo que eles têm por enquanto, até porque cursam as primeiras séries. Todos estão assustados.

Eu imaginava que, com toda a defesa que fiz, com toda a minha história registrada em Mato Grosso, encontraria, dentro da CPMI, Parlamentares isentos – lá os tivemos, sim, e já fiz referência a alguns –, que procurassem provas antes de condenar. É um absurdo, Senador Eduardo Suplicy, condenar sem provas: “Não há provas, mas está condenada”!

O SR. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Serys Slhessarenko, como V. Ex^a estava atenta à reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e transmitiu-me que havia encaminhado ao Relator, Senador Amir Lando, sua documentação, avaliei importante que o Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito pudesse conter exatamente todo o esclarecimento que V. Ex^a encaminhou à CPMI. E, obviamente, tal procedimento deve ser estendido aos demais. Mas notei que, no relatório, estão contidos os depoimentos do empresário Vedoin e de outros, mas não a defesa em que V. Ex^a esclarece os pontos que aqui está definindo. Na verdade, a sugestão foi acatada não apenas pelo Relator, mas como uma determinação do Presidente Antonio Carlos Biscaia. Ou seja, o relatório conterà, em anexo, a defesa de V. Ex^a, bem como os documentos que anexou, para que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar possa, da forma mais isenta, ouvindo as suas explicações, tomar a decisão que, acredito, esclarecerá inteiramente a maneira como V. Ex^a sempre tem procedido ao longo de sua vida, com a maior seriedade possível.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador.

Bendito Senador! Bendita a colocação que V. Ex^a fez no plenário da CPMI, porque, naquele momento, parece que ficou claro para todo mundo – de acordo com o que V. Ex^a acaba de afirmar – que as pessoas não estavam sequer sabendo que as defesas não tinham sido absolutamente consideradas. A partir do momento em que V. Ex^a fez o questionamento... Não sei se é isso mesmo, porque não assisti à reunião, mas, pelo que estou entendendo, até aquele momento, as pessoas não sabiam que as defesas não tinham sido consideradas. E isso, para mim, parece cada vez mais grave.

O que quero hoje, o que exijo hoje, pela importância dessa CPMI para pegar aqueles que têm conta a ajustar com a sociedade, é que se investigue tudo, e muito rápido – e muito rápido! –, porque, como disse a Senadora Ideli, a sociedade está sedenta de saber, mas a sociedade quer saber a verdade. A sociedade não quer saber se todo mundo está numa vala daqueles que são o joio; a sociedade quer saber, sim, quem é joio e quem é trigo, porque ela precisa de trigo, sim. E quem está passando por uma investigação, que presta contas à sociedade, como eu estou passando e prestando, com todos os meus sigilos de toda a minha história de vida e os da minha família quebrados: fiscal, bancário, telefônico etc., com certidão do Supremo Tribunal Federal, com certidão da Procuradoria-Geral da

República e com certidão do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso... É uma vida que está totalmente em cima da mesa para quem quiser ver. E eu quero que vejam. Eu quero que todos vejam, porque eu sou trigo e não permito que me misturem com o joio. Já disse aqui algumas vezes que, se a dor que eu e minha família estamos sentindo servir para punir e tirar da vida política deste País o joio, valeu a pena. Ma eu sou trigo. Como eu dizia, não pensei que pudesse eu, sem nenhuma prova, sem nenhuma denúncia direta contra a minha pessoa e sem nenhuma prova – isso dito lá na CPMI – estar sendo condenada e exposta dessa forma ante os olhos da população. Que pelo menos fossem capazes de respeitar o direito, consagrado universalmente, do contraditório! Acabaram, no entanto, produzindo, com relação a algumas pessoas, um verdadeiro tribunal de exceção.

Quero, daqui para frente, sossegar os meus eleitores e todos aqueles que, em Mato Grosso, me conhecendo, sempre confiaram na minha pessoa. Já que a CPMI não teve tempo e, pelo jeito, nem interesse e responsabilidade para apreciar a minha defesa, tenho certeza de que na Corregedoria do Senado, na Comissão de Ética ou no que quer que seja, tudo vai ficar muito esclarecido. Os criminosos que contra mim se levantam não vão vencer, estejam certos disto. O Senador Magno Malta disse isto aqui esses dias, e eu vou repetir: a não ser que me matem. De outra forma, não me vergarei e não me vencerão!

Eu tinha até vontade de saber quantos Parlamentares, Senadora Heloísa Helena, desses que estão nessa cumbuca, aí, têm, em seus Estados, combatido permanentemente, depois de denunciados – porque antes era até possível –, todos os dias, esse tipo de crime; se alguns fizeram isso. Eu tinha vontade de saber. Porque cada vez que eu interpelo a imprensa, há alguém falando: “Ah, não achamos, não encontrei, não deu”. E eu sempre falo e sempre combato, e não vou desistir. Como já disse, não sou filha de pai assustado, não tenho medo e não me vergo. Agora, há uns que se calam quase que permanentemente.

Eu sempre estive preparada para esse tipo de batalha. E tenho certeza de que não terei um minuto de vacilação. Sou Senadora, sou candidata ao governo de Mato Grosso. Bem sei também, minha Líder, Senadora Ideli Salvatti, que por trás de toda essa armação está a sórdida tentativa de me afastar, Senadora Heloísa Helena, da disputa pelo governo do meu Estado, porque meus adversários, o que mais temem é a minha vitória nessa disputa. E, para eles, para alguns, é inadmissível. Simplesmente uma mulher, pequenininha, como eles falam. E ainda dizem mais: “Uma mulherzinha, uma mulher pequenininha, professora, mãe de quatro

filhos, querer ser governadora do Estado!” Dizem isto para mim seguidamente: “Você é muito abusada! Você é muito audaciosa!”

Aliás, eles estão muito felizes com esta situação, estão numa torcida insana. Já mandaram recado diretamente por familiares meus: “Retire a sua candidatura que acaba tudo agora!” Vêm me mandando recados há dias: “O delator nem vai mais delatar. Acabou! Retire a sua candidatura que acaba tudo”.

Não retiro. Eu sou vítima de uma armação que vem de várias bandas, não é de uma só.

Agradeço as centenas e centenas de manifestações de solidariedade que me têm sido feitas, pessoalmente, por telefone, por *e-mail*, tanto da gente de Mato Grosso, de companheiros militantes e simpatizantes do PT, como de pessoas do povo de todas as partes do Brasil. Esse é o melhor respaldo.

Para minha resistência, Senadora que preside, ao andar pelas ruas, ao andar numa feira, sou quase amassada de tantos abraços de solidariedade. E isso me alegra, e isso me conforta, e isso me faz entender que homens e mulheres de Mato Grosso me conhecem.

Para finalizar, Senadora, quero dizer que vou à luta, às últimas conseqüências. Essa é uma tentativa de condenação política, de linchamento político. Isso tem nome: é linchamento político. Mas eu tenho coragem de sobra para encarar linchamento político, pois já encarei vários, um mais difícil do que o outro – no mínimo, dois piores do que esse –, nos últimos 16 anos. E, nos últimos 16 anos, não fiquei nem um dia sem mandato. Ou seja, a cada véspera de eleição, é um bombardeio ferrenho e feroz contra a minha pessoa. E a vitória vem.

Para o Senado, na véspera, no sábado, havia sete candidatos. Numa pesquisa, eu era a quinta colocada; na outra, era a sexta colocada; e, na outra, era a sétima colocada. Também tinham me torpedeado com uma infinidade de questões tão horríveis que esta aqui parece colírio nos olhos. Passou só uma noite, de sábado para domingo, e ganhei a eleição para o Senado. Eu era a quinta numa pesquisa, a sexta em outra, e a sétima numa outra, mas se passou só uma noite e eu ganhei a eleição para o Senado. Aquela mulherzinha pequenininha, que não fez nenhum comício porque não tinha dinheiro para armar um palanque ou para contratar um som, ganhou a eleição. O povo sabe, o povo é sábio.

Com relação às medidas que vou tomar, meus advogados estão estudando todas as possíveis e imagináveis, e todas as que tiverem algum respaldo, sem exceção, serão adotadas. Chega de impunidade!

Finalizando, de verdade, Senadora, e agradecendo toda a sua paciência, invoco as palavras de Martin Luther King: “Não me preocupa a gritaria dos maus, mas sim o silêncio dos bons”. E eu disse isso aqui para reafirmar que os bons em Mato Grosso não estão em silêncio, os bons em Mato Grosso estão em gritaria, porque não aceitam o que estão fazendo com a Senadora que elegeram – aliás, a primeira mulher eleita Senadora na história de Mato Grosso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, como oradora inscrita.

V. Ex^a terá o tempo necessário para fazer seu pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão, demais Senadores que estão ainda neste plenário, em meio a tantas matérias que temos a obrigação de ler diariamente para acompanhar as análises e o desenrolar da cobertura da imprensa brasileira, tive a oportunidade de ler um dos editoriais da **Folha de S. Paulo**, editorial intitulado “Operação Dominó”. Partindo desse editorial que tanto me chamou a atenção, quero fazer algumas reflexões e também apresentar algumas propostas.

O título “Operação Dominó” refere-se, obviamente, ao episódio lamentável, mas extremamente emblemático, ocorrido no Estado de Rondônia, onde houve, nada mais nada menos, a prisão de pessoas responsáveis por quase todos os Poderes. Foi preso o Presidente da Assembléia Legislativa; o Presidente do Tribunal de Justiça – o Vice não pôde assumir, porque também estava envolvido, também havia sido indiciado –; o Procurador de Justiça do Estado; o Chefe de Gabinete do Governador, que era Vice – já foi trocado – na chapa à reeleição do Governador Ivo Cassol. Além disso, dos 24 Deputados Estaduais que compõem a Assembléia Legislativa, há fortes indícios de envolvimento de 23.

As matérias dos últimos dias vêm mostrando o afunilamento das investigações, que, aparentemente, vão chegar ao Governador – pelo menos há alguma probabilidade de que isso aconteça.

A ementa do editorial “Operação Dominó” diz o seguinte: “Prisões na cúpula do Estado de Rondônia são evidências de penetração talvez sem precedentes do crime no poder público”. Há também uma frase que me chamou muito a atenção e que trago à reflexão de todos: ‘Duas décadas atrás, seria impensável

uma situação em que altos dignitários de um Estado fossem investigados e encarcerados. E não porque as autoridades de então não se metessem em esquemas de desvio de dinheiro público”.

Senador Eduardo Suplicy, detive-me muito atentamente nessa frase e a trouxe aqui, porque acho que ela diz muito. A população que assiste às ações e às prisões que vêm ocorrendo com muita frequência recentemente deve estar efetivamente estupefata, assombrada com o grau de corrupção que permeia a máquina pública, como qualquer um de nós está. No entanto, como o próprio editorial diz, há duas décadas essas prisões seriam impensáveis. Realmente, seria impensável há algum tempo vermos serem presos e algemados os Presidentes da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça, representantes de praticamente todos os Poderes.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Isso jamais havia ocorrido na história do Brasil.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Está aqui a Senadora Serys Slhessarenko corroborando o que estou dizendo. Eu nem queria usar a expressão “nunca antes”, porque isso sempre deixa algumas...

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Eu sou professora nessa área e sei que nunca houve isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A Senadora Serys Slhessarenko é professora e disse que nunca houve isso. Vou utilizar a palavra da Senadora.

De qualquer forma, essa é uma situação que merece reflexão, já que o próprio editorial e todos nós sabemos que prisões assim não ocorriam, mas não era por falta de envolvimento de autoridades de alto calibre, não era pelo fato de, nos diversos Poderes, não haver autoridades envolvidas com o crime durante muito tempo. Por que isso está acontecendo? O País está assistindo, neste momento, a prisões que realmente têm como objetivo central prender quem quer que esteja comprovadamente envolvido com o crime.

Já tive oportunidade de dizer outras vezes que o mais importante nesse processo todo que estamos vivenciando é podermos modificar as estruturas. Não tenho nenhuma dúvida de que podemos diminuir e combater a corrupção, mas eliminá-la é impensável. Não consigo imaginar que possamos eliminar de vez a corrupção, mas estabelecer estruturas aparelhadas, organizadas, capacitadas para combater a corrupção é o que há de mais importante a ser feito.

O próprio editorial, um pouquinho mais à frente, diz: “(...) algumas instituições, notadamente a Polícia Federal e o Ministério Público, seja em âmbito nacional, seja nos Estados, estão agindo com maior

eficiência e independência”. Aqui, está o retrato do que, várias vezes, tive oportunidade de dizer da tribuna: o aprimoramento, a capacitação e a reestruturação das instituições que têm como tarefa combater a corrupção.

Não posso deixar de fazer o registro das ações da Polícia Federal. Já tive oportunidade de fazê-lo outras vezes, mas insisto em dizer que essas ações são realmente louváveis. Deveríamos semanalmente nos reportar, com elogios, ao trabalho que a Polícia Federal vem desenvolvendo no último período. São operações e operações com a utilização de mecanismos e de estruturas de inteligência, até mesmo deslocando policiais de uma unidade da Federação para a outra, porque, vira e mexe, aparece policial federal envolvido em crime.

Aliás, há duas ou três semanas, houve uma operação no Rio de Janeiro em que se verificou que a maior parte dos presos era composta de membros da Polícia Federal. Fazer esse saneamento, cortar na própria carne só é possível com uma reestruturação extremamente bem feita, utilizando-se de todas as artimanhas e de todos os mecanismos necessários para que a operação seja sigilosa e bem-sucedida, para que não haja contaminação, para que não haja vazamento, para que não sejam envolvidos os diretamente interessados no que está sendo investigado.

Eu não tenho o resumo das operações de 2006. Mas tenho um material que acessei no *site* da própria Polícia Federal. É impressionante! O resumo das operações da Polícia Federal nos anos de 2003 e de 2004 traz quantos foram presos, qual era o objetivo da operação, qual era a quadrilha, desde quando atuava. É muito elucidativo. É um material que até recomendo a quem tiver a oportunidade de acessar o *site*: www.dpf.gov.br/dcs/resumo e saber dessas centenas de operações.

Tenho aqui o resumo de 2003, 2004 e 2005 e peço que seja incluído nos Anais desta sessão. Dá até para ver a evolução: em 2003, não chegou a duas dezenas; em 2004, já ultrapassou a casa das cinco dezenas; em 2005, já é bem mais e, em 2006, mais ainda, embora eu não tenha aqui o resumo, infelizmente.

Escuto com muito prazer o Senador Sibá.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli, eu também li o editorial da **Folha de S. Paulo**. Eu o achei interessante. Por incrível que pareça, eu iria fazer alguns comentários sobre ele, mas já que V. Ex^a puxou o assunto, vou fazê-lo em aparte. Eu presidi aquela comissão externa que tratou do caso de Rondônia. Quando estivemos por lá, todo o nosso trabalho se centrou no que dizia respeito à Assembléia Legislativa. Nós encontramos uma situ-

ação tão ambígua, tão diferente das demais que não tinha, digamos assim, um receituário jurídico para dirimir aquele problema porque em relação a 23 dos 24 Deputados havia provas cabais de envolvimento naquelas denúncias todas. A única coisa que nos sobrou – para o Senador Demóstenes Torres, que era o Relator, e eu mesmo – foi apresentar para o Tribunal de Justiça de Rondônia o seguinte encaminhamento: que o único Deputado que não estava citado faria uma representação contra seus 23 colegas. Com essa representação, o Tribunal de Justiça deveria suspender o mandato dos 23 Deputados para que os suplentes assumissem. Somente depois disso, poder-se-ia cassar, trocar o Presidente e assim por diante. Só que fizemos toda essa parte e, em seguida, o Tribunal nem sequer nos deu um sinal de que tomaria qualquer providência. Eu saí dali, o Senador Demóstenes Torres também e, nas conversas com o Superintendente da Polícia Federal, parecia que havia no ar uma desconfiança com relação a pessoas do Tribunal de Justiça. Nós não podíamos tratar daquilo; não tínhamos tempo para aquilo, nosso foco era outro. Mas saímos dali com uma forte desconfiança. Nossa desconfiança não chegava ao Presidente, mas chegava, no máximo, ao Corregedor. A Polícia Federal já fazia uma investigação sem que soubéssemos – e V. Ex^a cita muito bem que a Polícia Federal está trabalhando com rigor de sigilo e que ninguém toma conhecimento prévio do que está acontecendo para evitar que vaze informação –, e quase um ano depois está aí a prisão do Presidente do Tribunal de Justiça. A prisão do Presidente da Assembléia todos já esperávamos, mas a dele, não! O atual candidato a vice – que, me parece, já renunciou à candidatura – era chefe do Gabinete Civil. Ali tínhamos situações que envolviam o Poder Executivo, o Poder Legislativo e, agora, para nossa surpresa, o Poder Judiciário. Então, é uma situação atípica aquela de Rondônia. Merece uma ajuda de todos aquele povo tão lutador, tão bravamente lutador, o povo de Rondônia. Mas no editorial da **Folha de S. Paulo** e no pronunciamento de V. Ex^a, o supra-sumo do que se está dizendo é que a Polícia Federal merece um voto de aplauso de todos nós porque tem trabalhado sem olhar a procedência, sem olhar a identidade da pessoa, sem olhar absolutamente nada. Tem investigado todos os casos e todos os envolvidos. Imputa responsabilidades, faz prisões e tudo o mais já ocorrido. Portanto, resta-me fazer este voto de aplauso à Polícia Federal e parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento desta tarde.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Sibá.

A Polícia Federal obviamente sempre foi uma Polícia que prestou grandes serviços à Nação brasileira, mas é inegável a modificação significativa do resultado do trabalho.

O resumo das ações de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005 mostram diferenças significativas. Era a mesma Polícia, mas muito diferente, o que nos dá a clareza de que há uma decisão política, há uma determinação, há uma, digamos, ordem de Governo para que a atuação seja nesses termos, nesses parâmetros, com uma eficiência republicana, doa a quem doer, até as últimas conseqüências, de forma competente, responsável, profissional. Os números estão aqui. Em 2001 e 2002 foram realizadas 20 operações com a prisão de 54 pessoas, numa média de 27 prisões resultantes dessas operações especiais da Polícia Federal. Nos anos de 2003, 2004 e 2005, a Polícia Federal realizou 183 operações com 2.961 prisões, uma média, portanto, de 987 presos por ano. A média foi, nada mais nada menos, de 27 para 987 presos por ano. Aqui ainda não estão contabilizadas as numerosas ações de 2006. Estamos acompanhando todo dia. Nessas operações, houve desmonte de quadrilhas de lavagem de dinheiro, de contrabando, de sonegação.

Boa parte dessas operações foi vinculada, houve tráfico de pessoas, prostituição, mas houve, na área específica de combate à corrupção, nos anos de 2003, 2004 e 2005, 1.300 pessoas presas, entre elas 515 servidores públicos; da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal foram 130 agentes. Essa é uma demonstração inequívoca de que, se tiver que prender membro da própria corporação, ele será preso, seja quem for.

Outra mudança significativa, em termos de reestruturação do combate permanente à corrupção, ocorre na Controladoria-Geral da União, que foi profundamente modificada do Governo passado para este. Ela tem outro papel, tem outra estrutura, teve incorporação de volume significativo de servidores especializados em auditoria, em pesquisa e análise de contas e denúncias. O que houve de inovador foi o sorteio – o tão temido sorteio que se faz todo mês – entre prefeituras que vão sofrer a tal auditoria pente fino. Foi exatamente em decorrência desse sorteio que apareceu o escândalo das sanguessugas. Foi daí que apareceu esse escândalo; ele não veio de outro lugar. Ali se descobriu que havia incidência, reincidência, evidência de fraude nas licitações. A Controladoria alertou a Polícia Federal. Foram feitas escutas. O Ministério Público também participou. Ainda estamos obtendo resultados. Na sessão de hoje, o Deputado Fontana apresentou um documento que é fruto desses sorteios. Ou seja, trata-se de mais um ofício de uma empresa,

uma espécie de uma circular de uma empresa oferecendo serviços na área das famosas ambulâncias, uma empresa que não é nenhuma daquelas que apareceu nas investigações até agora.

No ofício dessa empresa aos prefeitos, oferecendo préstimos e serviços, é dado como referência nada mais nada menos do que o gabinete de um deputado aqui na Câmara.

Então, não vai parar. O sorteio da Controladoria-Geral da União continua produzindo bastante trabalho para a CPI poder aprofundar.

O último parágrafo trecho do Editorial da **Folha de S. Paulo** fala da necessidade – eu gostaria de dispor de mais tempo para falar sobre isso – de acabar com a impunidade do crime do colarinho branco e diz que intocáveis de ontem hoje são objeto de investigação e há possibilidade de alguns serem detidos. Nós não conseguimos equacionar o julgamento, a condenação e, o mais importante, que cumpram a pena.

Sobre a questão do julgamento, da condenação e do cumprimento da pena, é que eu gostaria de me deter na parte final do meu discurso, porque gostaria de chamar a atenção para duas situações. A primeira delas é a de que as pessoas podem se enganar no sentido de que as condutas ilícitas, em prejuízo do poder público e, por conseqüência, da população em geral, são apanágio desse ou daquele governo, atributo dessa ou daquela agremiação partidária.

Em verdade, o que se percebe é a disseminação em larga escala de comportamentos típicos, censuráveis e que têm por resultado a lesão à coisa pública e aos interesses da grande maioria da população.

Sob os tradicionais epítetos, chavões daquele tipo “dar um jeitinho”, “por fora”, “lei de Gérson”, “sem nota”, “rouba mas faz”, dá para listarmos uma série de pequenas frases e expressões que amplos segmentos sociais dão mostra de aceitar com naturalidade uma cultura de desprezo a fundamentos republicanos.

A ausência de ética na política ou, melhor dizendo, da política é mero desdobramento ou reflexo de posturas censuráveis que se identificam no seio da própria sociedade. A ética não é problema de parlamentar, de presidente, de governador e de prefeito, nem de desembargador, nem ministro do Judiciário; é um problema que está colocado, infiltrado, implantado na cultura e no seio da própria sociedade brasileira. É muito importante sempre registrarmos isso.

A tendência de qualquer um, especialmente de agentes públicos que buscam pautar-se de forma ilibada, é desanimar. Muita gente muitas vezes desanima. Sou daquelas que se recusa a baixar armas. Essa é uma cruzada, um trabalho, uma tarefa muito importante no que diz respeito aos que ousam

acreditar – e são muitos – a despeito da canção do Skank, que diz num certo trecho que nossa indignação não é uma mosca sem asas que não ultrapassa a janela de nossas casas”. Apesar, muitas vezes, do aprisionamento da indignação das pessoas, é preciso ter coragem de dizer onde está o famoso “xis” da questão. Em primeiro lugar, urge que se avance em reformas institucionais, que suplantem de vez um sistema político que se alimenta de favores, numa via de mão dupla, tornada famosa em tristes trechos da oração de São Francisco de Assis.

Porque não há vontade política, muitas vezes nós não avançamos. Por exemplo, por que não se vota de uma vez a substituição de um modelo de financiamento de campanha, lastreado em contribuições empresariais, e que já foi aprovado pelo Senado da República? Por que isso não avança?

Democracia se faz com cidadãos, e não com “a força da grana, que ergue e destrói coisas belas”, como já disse o Caetano. Igualmente está passando da hora de lançar a pá de cal no sistema eleitoral proporcional de lista aberta, que faz do eleito em pleitos não majoritários o dono do seu mandato, devendo satisfação por seus atos apenas àqueles que financiaram a sua campanha. A manifestação mais cristalina desse problema é a prevalência do individualismo parlamentar na tarefa de elaboração do Orçamento. Aqui também é preciso dizer que o Senado Federal, inspirado em sugestão do Senador Roberto Requião, à época, já aprovou um novo modelo, mediante aproveitamento da legislação belga que, de forma bastante adequada, combinada a disciplina partidária com a autonomia do eleitor na escolha do seu representante. Não se compreendem as razões da omissão, ao longo de toda esta legislatura, para que se apreciasse essa proposição do Senado Federal. Quanto às urgentes reformas – regimentais e legais – na forma de elaboração das normas orçamentárias, lamentavelmente essa é uma ferida aberta, supurada, não se visualizando no horizonte perspectivas de mudança a curto prazo.

Em segundo lugar, é preciso encarar de frente o problema da impunidade. E, aí, é que vem – eu acho – a questão mais delicada que eu quero tratar, aqui, no final do meu discurso. São notórios os avanços obtidos, nos últimos tempos, pelos órgãos de investigação policial, notadamente na apuração de infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas, empresas públicas, e, também, a nível de Governo, a nível das prefeituras. O Ministério Público tem cumprido as suas funções institucionais de promoção da ação penal pública, às vezes até com alguma precipitação e outras com al-

gum exagero, mas nada que não possa ser corrigido pela correta prestação jurisdicional e observância das garantias fundamentais de ampla defesa do contraditório ou do devido processo legal.

Mas é preciso enfatizar que esses delitos contra a Administração Pública são, via de regra, punidos com penas mais elevadas, sujeitando-se os condenados, inicialmente, ao regime fechado de restrição de liberdade por ocasião do cumprimento da pena. E não poderia ser diferente porque atentar, cometer crime contra o interesse público, o dinheiro público, a Administração Pública é, no meu ponto de vista, um dos crimes mais absurdos que, efetivamente, precisa ser punido com muito rigor porque é o crime que se comete contra o interesse de todos, contra o interesse da maioria em prejuízo do atendimento das reivindicações da maioria da população. O dinheiro desviado na Administração Pública prejudica o interesse da maioria, porque o Estado tem como objetivo central – e não pode ser diferente – atender às necessidades fundamentais, prioritárias da população e, principalmente, da população que mais necessita das ações do Estado. Portanto, este tipo de crime contra dinheiro público, Administração Pública, não pode deixar de ter penas elevadas, regime fechado de restrição de liberdade na hora de cumprimento da pena.

Por conta exatamente de ter penas elevadas o nosso Código de Processo Penal estabelece que, nesses casos, o processo e julgamento devam seguir um rito ordinário, moroso, com múltiplos recursos, levando, na maioria das vezes, à ocorrência da chamada prescrição da pretensão punitiva intercorrente. Isto é, a prescrição antes de transitar em julgado a sentença.

Portanto, é correto ter a pena rígida, a pena elevada, a restrição de liberdade, mas exatamente por ter esse tipo de pena o crime contra a Administração Pública, contra do dinheiro público, é o processo dos mais longos que existem – e pasmem! – leva tanto tempo que, na maioria das vezes, há prescrição. E, portanto, aquilo que deveria ser a punição exemplar, a punição para evitar que outros tenham a tentação permanente de ficar cometendo crimes contra o dinheiro público, contra a Administração Pública, acaba sendo um salvo-conduto.

Por isso, que eu tenho o entendimento de que somente a adoção de uma legislação especial que considere para efeito de procedimento a ser observado no que diz respeito à celeridade da prestação jurisdicional, não a gravidade da pena, mas a proeminência do interesse público, pode mudar esse estado de coisas e reverter o grau de impunidade a que assistimos em episódios dessa natureza, trazidos ao conhecimento público, desde sempre, **ad nauseam**.

Uma solução que se poderia pensar é a de redução das penas para esses crimes, o que, em consequência, implicaria um rito mais sumário. Eu, sinceramente, acho que essa não é a solução mais adequada. Pelo contrário. Para andar mais rápido, diminuam-se as penas? Resolve-se o problema da premiação de não ser condenado porque leva tanto tempo o rito por apenas uma pena mais leve. Entendo, nessa seara, que as finalidades retributiva e preventiva da pena se realcem, como função pedagógica para todos.

Talvez fosse o caso de se pensar, por exemplo, na ampliação do princípio da oralidade, já contemplado na Lei nº 9.099, de 1995, o que imprimiria maior dinamismo aos feitos. O sistema judiciário brasileiro tem muito pouco de aplicação do princípio da oralidade e se baseia naqueles processos morosos: pilhas e pilhas e pilhas de papéis, recursos, documentos que são anexados permanentemente e fazem com que o processo todo demore até o ponto de prescrever. Portanto, creio que o princípio da oralidade, que a Lei nº 9.099, de 1995, contemplou em alguns casos especiais, talvez possa ser adotado nos crimes contra recursos públicos e contra a administração pública.

Entendo que as comissões – tivemos já alguns debates e até a aprovação de algumas matérias –, principalmente as Comissões de Justiça da Câmara e do Senado, talvez devessem se debruçar sobre matérias relativas ao Direito Processual e Penal, para levar a efeito um amplo exame dessa questão, com auxílio de estudiosos da temática das nossas academias de Direito, das escolas de magistratura do Ministério Público, do Ministério da Justiça, sem prejuízo de contribuições de organizações não-governamentais que se dedicam ao problema.

Eu gostaria de saber se o Senador Suplicy está solicitando um aparte, para eu poder, depois, fazer o encerramento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezada Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a mencionou em sua análise a importância de o Congresso Nacional concluir a votação de inúmeros itens da reforma política, alguns dos quais foram objeto de votações já pelo Senado Federal, inclusive o financiamento público de campanha e a fidelidade partidária. E V. Ex^a mencionou a votação em lista, levando em conta uma proposta baseada no sistema belga, que aqui foi de iniciativa do Senador Roberto Requião, e outros itens. Andei pensando, Senadora Ideli Salvatti, a respeito da reflexão que fez o Presidente Lula ainda há poucos dias sobre a reforma política, inclusive em diálogo com membros da OAB. Seria interessante que, sobretudo nesta campanha presidencial, na medida em que ele e até os demais candidatos a Presidente, como a própria

Senadora Heloísa Helena, são favoráveis a itens tais como o financiamento público de campanha, à questão relativa à fidelidade partidária e diversos outros itens, conclamassem a opinião pública a influenciar os Deputados Federais e Senadores a concluírem a votação da reforma política. Se assim o fizessem, tenho a intuição de que, muito provavelmente, ainda no período de outubro a dezembro, portanto, nesta legislatura, poderíamos realizar um esforço para concluir a votação dessa reforma tão almejada, que viria corrigir uma série de problemas que temos percebido no comportamento do Congresso Nacional, sobretudo, nesta legislatura, que vem sendo objeto de uma avaliação crítica profunda por parte de tantas pessoas. Hoje será a vez do Presidente Lula ser entrevistado por Fátima Bernardes e William Bonner, no Jornal Nacional. Tenho a convicção de que esse assunto naturalmente virá à baila. Quem sabe possa o Presidente da República reforçar a defesa dos itens de reforma política que considera os mais importantes, pois acredito que a sua palavra interagindo com a dos demais candidatos a Presidente pode estimular o Congresso Nacional a completar, brevemente, a votação que V. Ex^a mesmo está cobrando de nós mesmos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Suplicy. Quando da conversa do Presidente com os juristas, em que estiveram vários ex-presidentes da OAB e da qual saiu a questão da reforma política tão necessária, ocasião em que se aventou a hipótese da instalação de uma constituinte exclusiva para tratar da reforma política, acabou saindo essa determinação mesmo, que é um clamor. Aquela reunião acabou verbalizando, tornando explícito um clamor que é de todos.

Seja exclusiva, seja o Congresso, seja este, seja o próximo, a reforma política é algo absolutamente emergencial. Tem de ser feita, para que possamos eliminar os focos e as formas que facilitam, que permitem que tenhamos situações como a de Rondônia, porque sabemos que a prisão naquele Estado de praticamente todos os responsáveis pelos Poderes não é uma situação isolada.

Temos, com certeza, ao longo da história, em outros espaços e em outros tempos, situações muito semelhantes a essa. Aí se prende; mas se não for eliminada a estrutura que permite que aquilo aconteça... E só vamos poder fazer isso efetuando a reforma política. Acho que isso é o fundamental do que saiu do debate da semana passada. É tarefa de todos nós encontrar a forma, o meio de fazê-lo o mais rapidamente possível.

Há também essa outra discussão, Senador Eduardo Suplicy, que estou trazendo junto com a da reforma

política, que é a da impunidade. Se não mexermos no processo judicial para que seja rapidamente processado, julgado e punido quem tem responsabilidade em desviar dinheiro público, quem tem responsabilidade comprovada em ter cometido crime contra a Administração Pública, não haverá perspectiva – pelo menos, não consigo ver – de mudança substancial no quadro político-administrativo do Brasil.

Por isso que, nessa gravíssima questão da celeridade da prestação jurisdicional, de forma muito especial nos processos envolvendo crimes contra a Administração Pública, é sempre bom recordar que a própria Reforma do Judiciário, aprovada pelo Congresso Nacional em 2004 – que foi um trabalho também desta Legislatura do Senado da República –, consagrou como direito fundamental o princípio da razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Portanto, quando aprovamos a Reforma do Judiciário, já apontamos que deveríamos dar continuidade para que a duração do processo fosse razoável e garantisse a celeridade da tramitação.

Quem não deve não teme. Os acusados de crime contra a Administração Pública deveriam ter – se não têm, deveriam – assegurado o processo de tramitação célere, até mesmo para que possam exibir para a sociedade o atestado definitivo de sua inocência e não serem, reiteradas vezes, como acontece sempre que chega a campanha eleitoral, ressuscitados todos os processos, “porque já foi processado por isso, foi processado por aquilo”. Aí vem a resposta: “Mas ainda não está transitado, ainda não está julgado”. É do interesse do bom administrador, do homem público, da pessoa pública que sofre uma acusação e não tem culpa que também saia rápido o processo.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Apenas sobre a reforma política, Senadora. Ouvi aqui um debate muito forte em razão de o Presidente Lula ter falado da necessidade de se fazer uma Constituinte com fins específicos para a reforma política. Não quero aqui discutir as razões de o Presidente ter dito isso ou não. O que me leva a apartear-la é o fato de saber em que contexto vamos fazer essa reforma, porque, com certeza, isso vai modificar substancialmente a forma de eleger o Congresso que temos hoje. E aí a primeira pergunta que se faz: o Congresso de hoje votaria essas medidas? Porque temos uma série de problemas que, no meu entendimento, não passam com tranquilidade. A segunda: estariam os Presidentes das duas Casas, então, juntando todas as matérias que tramitam para fazer – digamos – uma apreciação coletiva, seja ela de matéria constitucional ou infraconstitucional? Como faríamos? Considero um avanço a tal da

mini-reforma; já foi um grande passo. Mas há muito o que se debater, como a fidelidade partidária; a história do financiamento das campanhas eleitorais, que é o motivo da mini-reforma; o problema da cláusula de barreira e tantas outras questões que estão para ser analisadas pelo Congresso Nacional. E como resolvê-las? Tenho medo de que, se formos analisar uma por uma, estudar caso a caso, não cheguemos muito longe. Não sei se devemos adotar a idéia de uma assembléia constituinte específica, mas também devo dizer que não acredito que poderemos votar todas as matérias que estão nas duas Casas em tempo hábil, de acordo com os anseios de todos nós, que estamos preocupados com a questão. A reforma é interessante, mas é preciso haver um acordo sobre procedimento, sobre como ela deve ser votada. Rogo aos Presidentes Renan Calheiros e Aldo Rebelo que digam quais são as matérias ou que façam um acordo de líderes a fim de que, em certo prazo, possamos apreciar todas em caráter de emergência, para que o Brasil inteiro possa, no início do ano, ter uma nova matriz, saber como serão, a partir de então, os novos pleitos eleitorais. Esse ponto carece de melhor esclarecimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

Para colaborar com suas palavras, antes de encerrar meu discurso, quero dizer que, se fosse fácil e simples votar a reforma política, o atual Congresso ou os que antecederam o atual já o teriam feito, até porque, aqui no Senado, nós a votamos, se não me falha a memória, em 2003 – talvez até antes. Ou melhor, em 2003, votamos a reforma tributária. A reforma política foi votada na legislatura anterior. Portanto, imaginar que sem haver algo que pressione, que insista, que dê um jeito de fazer com que a reforma política aconteça... Por isso, penso que a idéia da exclusiva não deve ser descartada, apesar da grande reação a ela. É uma hipótese. E tive a oportunidade de fazer um registro do Fábio Konder Comparato, que tem um posicionamento favorável. Trata-se de um debate interessante para continuarmos. E, enquanto isso, a tramitação dos processos judiciais com relação a crimes contra dinheiro público, contra Administração Pública, volto a dizer, entendo que isso é tão relevante quanto a reforma política.

Por isso estou trazendo o assunto nesta quinta-feira, num dia em que tivemos a apresentação do relatório parcial, com alguma celeuma, da CPI dos Sanguessugas, das ambulâncias, não sei direito como está sendo denominada. Mas, quando se apresenta aquele resultado, a primeira pergunta que todos os mortais fazem é: depois de comprovada a culpa efetiva, qual vai ser a punição, como vai ser a punição? E, portanto,

ter uma celeridade nos processos judiciais para que eles não se arrastem a ponto de prescreverem, o que acontece na grande maioria dos casos, infelizmente, quando se trata de crimes contra a Administração Pública, dinheiro público, infelizmente é muito comum prescrever. Por isso entendemos que as brechas da legislação não podem continuar servindo para aquilo que se chama, no jargão judicial, das famosas *chicanas*, por aqueles que devem pagar pelas coisas erradas que fizeram, especialmente em detrimento do interesse público.

Era isso o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Solicito que o meu pronunciamento seja publicado na íntegra, como também o resumo das operações da Polícia Federal nos anos 2003, 2004 e 2005, no combate à corrupção e ao crime organizado que vindo sendo desenvolvido o País, pois esse documento é extremamente elucidativo.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SENADORA IDELI SALVATTI.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores:

Assomo à tribuna, na tarde de hoje, para tratar, uma vez mais, do problema da corrupção e de outras práticas ilícitas – e nefastas – contra a Administração Pública.

Não tratarei dessa questão como ponto de disputa política; o que está em jogo, nesta hora, é a capacidade dos Poderes Públicos de, efetivamente, unir e manter unidos os seus cidadãos, sob a égide do Estado Democrático de Direito. Isso diz respeito a todas as forças políticas que, dispensados os arroubos de hipocrisia, se dispõem a envidar esforços, no sentido de corrigir graves distorções que podem nos levar à anomia, isto é, à absoluta ineficácia das leis, na sua aplicação, e à anarquia, ou seja, a desconstituição da legitimidade dos governantes e das instituições de representação democrática e imposição da vontade da lei.

Enganam-se os que pensam que condutas ilícitas, em prejuízo do Poder Público e, por consequência, da população em geral, são apanágio desse ou daquele governo; atributo desse ou daquela agremiação partidária. Em verdade, o que se percebe é a disseminação, em larga escala, de comportamentos típicos censuráveis e que têm por resultado a lesão à coisa pública e aos interesses da grande maioria da população.

Sob epítetos como: “dar um jeitinho”, “por fora”, “lei de Gérson”, “sem nota” ou “rouba, mas faz”, amplos segmentos sociais dão mostra de aceitar, com

naturalidade, uma cultura de desprezo a fundamentos republicanos. A ausência de ética na política, ou, melhor dizendo, da política, é mero desdobramento ou reflexo de posturas censuráveis, que se identificam no seio da própria sociedade.

Ante tal quadro, a tendência de qualquer um, especialmente de agentes públicos que buscam pautar-se de forma ilibada, manter-se impolutos, é desanimar. São tomados por aquele estado de esmorecimento, tão bem descrito por Rui Barbosa: “de tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”.

Apesar de tudo, Senhor Presidente, recuso-me a baixar armas.

Essa é uma cruzada que diz respeito aos que ainda ousam acreditar, a despeito da canção do Skank, que nossa indignação não é uma mosca sem asas, [que] não ultrapassa a janela de nossas casas”.

É preciso ter coragem e dizer onde está o busilis da questão.

Em primeiro lugar, urge que se avance em reformas institucionais que suplantem, de vez, um sistema político que se alimenta de favores, numa via de mão dupla, tomada famosa em triste paráfrase da oração de São Francisco de Assis.

Por que não há vontade política, no âmbito da Câmara dos Deputados, para se votar a substituição de um modelo de financiamento de campanhas, lastreado em contribuições empresariais, e que já foi aprovado pelo Senado Federal?

Democracia se faz com cidadãos e não com “a força da grana que ergue e destrói coisas belas”, como já disse Caetano. Igualmente, já está passando a hora de lançar a pá de cal no sistema eleitoral proporcional de lista aberta, que faz do eleito em pleitos não majoritários o dono de seu mandato, devendo satisfação por seus atos apenas àqueles que sustentaram a sua campanha. A manifestação mais cristalina desse problema é a prevalência do individualismo parlamentar na tarefa de elaboração do orçamento.

Aqui, também, é preciso dizer que o Senado Federal, inspirado em sugestão do então Senador Roberto Requião, já aprovou um novo modelo, mediante aproveitamento da legislação belga, que, de forma bastante adequada, combinada a disciplina partidária com a autonomia do eleitor, na escolha de seu representante. Não se compreendem as razões da omissão, ao longo de toda esta legislatura, para que se apreciasse essa proposição do Senado Federal. Quanto às urgentes reformas – regimentais e legais

– na forma de elaboração das normas orçamentárias, lamentavelmente, essa é uma ferida aberta, supurada, não se visualizando no horizonte perspectivas de mudança a curto prazo.

Em segundo lugar, Senhoras e Senhores Senadores, é preciso encarar de frente o problema da impunidade. São notórios os avanços obtidos, nos últimos tempos, pelos órgãos de investigação policial, notadamente na apuração de infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas. O Ministério Público tem cumprido suas funções institucionais de promoção da ação penal pública. Às vezes, até com alguma precipitação ou excesso! Mas nada que não possa ser corrigido, pela correta prestação jurisdicional e observância das garantias fundamentais da ampla defesa, do contraditório ou do devido processo legal.

Mas, Senhor Presidente, é preciso enfatizar que esses delitos contra a Administração Pública são, via de regra, punidos com penas mais elevadas, sujeitando-se os condenados, inicialmente, ao regime fechado de restrição de liberdade, por ocasião do cumprimento da pena.

Em face disso, o nosso Código de Processo Penal estabelece que, nesses casos, o processo e julgamento devam seguir um rito ordinário, moroso, com múltiplos recursos, levando, na maioria das vezes, à ocorrência da chamada “prescrição da pretensão punitiva intercorrente”, isto é, a prescrição antes de transitar em julgado a sentença. Somente a adoção de uma legislação especial que considere, para efeito de procedimento a ser observado – no que diz respeito à celeridade da prestação jurisdicional – não a gravidade da pena, mas a proeminência do interesse público, pode mudar esse estado de coisas e reverter o grau de impunidade a que assistimos em episódios dessa natureza, trazidos ao conhecimento público, desde sempre, **ad nauseam**.

Uma solução que se poderia pensar é a de redução das penas para esses crimes o que, em consequência, implicaria um rito mais sumário. Sinceramente, essa não me parece a solução mais adequada. Estamos, nessa seara, que as finalidades retributiva e preventiva da pena se realcem, como função pedagógica para todos.

Talvez fosse o caso de se pensar, por exemplo, na ampliação do princípio da oralidade, já contemplado na Lei nº 9.099, de 1995, o que imprimiria maior dinamismo aos feitos.

Devemos mobilizar as comissões das duas Casas que tratam de matérias relativas ao direito penal e processual para levar a efeito um amplo exame dessa

questão, com o auxílio de estudiosos da temática nas academias de Direito, nas escolas de Magistratura e do Ministério Público, no Ministério da Justiça, sem prejuízo de contribuições de organizações não-governamentais que se dedicam ao problema.

De igual modo, é preciso reconhecer que a decisão do Supremo Tribunal Federal de, ultimamente, manter a revogação da Súmula nº 394, segundo a qual “cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício”, pode favorecer a aplicação de prescrição da pretensão punitiva intercorrente, conforme denunciamos aqui. E que, com a concentração de jurisdição, nos termos da antiga Súmula nº 394, tinha-se uma concentração de prestação jurisdicional, em nível de tribunais, que, indubitavelmente, acelerava o desfecho processual.

É certo que a declaração de inconstitucionalidade dos §§ 1º e 2º do art. 84 do Código de Processo Penal, que foram inseridos pelo art. 1º da Lei nº 10.628/2002, lastreou-se em princípios republicanos como a igualdade de todos perante a lei e o juízo natural. É bom lembrar, inclusive, que a Lei nº 10.628/2002 surgiu, no Congresso Nacional, por iniciativa do Deputado Bonifácio Andrada (PSDB – MG) como movimento reativo à revogação da Súmula nº 394.

Porém, urge se considere a gravíssima questão da celeridade da prestação jurisdicional, mormente nos processos envolvendo crimes contra a Administração Pública. É bom recordar, inclusive, que a Reforma do Judiciário, aprovada pelo Congresso Nacional em 2004, consagrou como direito fundamental o princípio da “razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Quem não deve, não teme. Aos acusados de crimes contra a Administração Pública deve também ser assegurado um processo de tramitação célere, até mesmo para que possam exibir à sociedade o atestado definitivo da sua inocência. O que não se admite é que as brechas da legislação sirvam para o uso de chicanas por aqueles que devem pagar pelas coisas erradas que fizeram, especialmente em detrimento do interesse público.

Era o que eu tinha a dizer! Muito Obrigada!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)

RESUMO DE OPERAÇÕES - DPF 2003/2004*

Operações 2003	Operações 2004
<p> ÁGUIA SUCURI NICOTINA II PLANADOR TRÂNSITO LIVRE PRAGA DO EGITO CAVALO DE TRÓIA ANACONDA CONCHA BRANCA SETEMBRO NEGRO DRAKE GARÇA TEMPESTADE NO OESTE MEDUSA PAZ NO CAMPO LINCE </p>	<p> FELIZ ANO VELHO ZAQUEU FRAUDE ZERO SORO PANDORA MATUSALÉM MAMORÉ BARRILHA PINDORAMA OPERAÇÃO VAMPIRO ROSA DOS VENTOS SHOGUN TAMAR OPERAÇÃO LINCE II PENSACOLA CASO UNAI ORCRIM ESA ZUMBI ALBATROZ FAROL DA COLINA CAVALO DE TRÓIA II PARDAL MUCURIFE CHACAL POROROCA CAPELA POEIRA NO ASFALTO CATARATAS MIDAS CATUABA FARAÓ ÁGUIA II OPERAÇÃO S.J. DOS CAMPOS MASCATES PERSEU SENTINELA CASTELO FAROESTE MAR AZUL CAVALO DE AÇO SAIA JUSTA FÊNIX </p>

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

- em: Jodeli

*Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Estatística de presos 2003/2004

Operações 2003

ÁGUIA

Prisão de policiais civis envolvidos com o tráfico internacional de entorpecentes no estado do Amazonas. A Polícia Federal prendeu 36 pessoas nas cidades de Manaus e Tabatinga. A operação ocorreu em 13 de junho.

SUCURI

Repressão a crimes praticados por servidores públicos federais e outros que atuavam na Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu. Os 39 presos recebiam propina para facilitar a passagem de mercadorias estrangeiras. A operação aconteceu em 07 de dezembro.

NICOTINA II

Operação de repressão ao contrabando e descaminho de mercadorias, especialmente cigarros. Durante esta operação ocorreu a prisão do assessor da Corregedoria da Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, delegado Alexandre Morato Crenite, além de Roberto Eleutério da Silva, o Lobão, tido como o maior contrabandista de cigarros do país. Realizada em 03 de setembro.

PLANADOR

Operação de combate a organização criminosa com ramificações em São Paulo e Amazonas, que agia no tráfico internacional de drogas, extorsão, roubo, receptação, adulteração de veículos e formação de quadrilha, contando com a participação de policiais civis, magistrados estaduais e advogados. Doze policiais federais foram presos e mais três funcionários da PF no Rio de Janeiro em 06.08. Outras 9 pessoas também tiveram prisão preventiva decretada. 24 presos ao todo.

TRÂNSITO LIVRE

A Operação "Trânsito livre" foi realizada no dia 09 de dezembro de 2003 contra o crime organizado em Foz do Iguaçu. Duzentos policiais federais de vários estados (RS/ SC/ MG/ GO/ RJ/ DF e outros) prenderam dezenas de pessoas envolvidas com tráfico de drogas e contrabando, entre elas policiais rodoviários. Esta é a maior operação do gênero na região. As investigações provaram que pessoas conhecidas como "batedores" levavam dinheiro dos ônibus, carregados de contrabando, para policiais rodoviários. Os policiais deixavam o veículo passar com as mercadorias ilícitas, recebendo uma quantia em dinheiro que variava entre R\$ 250 e R\$ 500 por ônibus.

PRAGA DO EGITO (conhecida como Operação Gafanhoto)

O ex-governador do estado de Roraima, Neudo Campos, foi preso pela Polícia Federal no dia 26 de novembro de 2003 em Brasília. A prisão do ex-governador faz parte da operação denominada "Praga no Egito", deflagrada em quatro estados do país e que prendeu 53 pessoas. A operação, fruto de mais de três meses de investigação da Polícia Federal, teve como objetivo a prisão de pessoas que promoviam desvio de dinheiro público no estado.

CAVALO DE TRÓIA

Operação foi realizada no dia 5 de novembro de 2003 nos Estados do Pará, Goiás, Maranhão e Piauí, envolvendo um efetivo de 205 policiais federais com o objetivo de prender uma quadrilha especializada em cometer crimes pela internet, contra bancos e clientes. Culminou com a descoberta de "hackers" que criaram sites e programas de computador capazes de capturar senhas e outras informações pessoais dos clientes que movimentavam as contas a partir da internet. Esta investigação resultou na expedição de 33 mandados de busca e apreensão e outros de prisão, resultando em 27 pessoas presas.

ANACONDA

A operação "Anaconda" teve início no dia 30 de outubro de 2003 em São Paulo e Maceió. O objetivo da operação é o desmantelamento de uma organização criminosa que atuava em São Paulo, com ramificações nos estados do Pará, Alagoas, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Na operação foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão e oito pessoas foram presas, por determinação do Tribunal Regional Federal, com sede em São Paulo. Dois delegados da PF foram presos, um deles aposentado, um agente da PF, a esposa de um juiz federal e quatro empresários. Todo o material de provas reunido durante a investigação possibilitou que o MP oferecesse denúncia criminal em relação aos integrantes da organização pelos crimes de formação de quadrilha, prevaricação, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva, facilitação ao contrabando, lavagem

de dinheiro e concussão. Os membros da quadrilha atuavam na intermediação de sentenças judiciais favoráveis.

CONCHA BRANCA

A operação "Concha Branca" teve início no dia 15 de setembro de 2003 no município de Macaé. A operação desencadeada pela Polícia Federal no estado do Rio de Janeiro teve como objetivo a repressão ao tráfico de entorpecentes no estado. Foram realizadas buscas na Av. do Contorno, bairro da Passagem, Cabo Frio (RJ); na Rua José Pinto de Macedo e Rua Cediel Gonçalves Marinho, ambas no bairro da Prainha, em Arraial do Cabo. Durante a operação, o traficante Cristiano Martins Duarte, vulgo "Rato", foi preso no município de Juiz de Fora (MG).

SETEMBRO NEGRO

No dia 18 de setembro de 2003, após oito meses de investigação, a operação "Setembro Negro", de combate ao contrabando de madeiras em Rondônia, resultou na prisão de 13 pessoas envolvidas com crimes de falsidade ideológica, concussão, formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva e inserção de dados falsos em sistema de informação.

DRAKE

O Departamento de Polícia Federal lançou no dia 02 de setembro de 2003 uma série de ações de combate aos crimes contra a natureza e o patrimônio histórico. Entre elas, foi criada uma campanha contra o tráfico de animais e um cartaz bem-humorado, desenhado pelo cartunista Ziraldo. O D.P.F. inaugurou ainda, no Distrito Federal, a primeira das 27 novas delegacias especializadas em meio ambiente e patrimônio histórico. Ao mesmo tempo, os federais iniciaram uma operação (Drake II), em todo o país, para combater a biopirataria. O objetivo do projeto Drake é combater o tráfico internacional de espécies silvestres da fauna e da flora e sua variância: a Biopirataria. As 27 novas delegacias contarão com policiais especializados nesta tarefa de bloquear o furto de nossa biodiversidade e materiais genéticos.

GARÇA

A "Operação Garça" prendeu no dia 28 de agosto de 2003 cinco pessoas acusadas pelo derrame de aproximadamente 20 mil reais, em notas de cinco reais falsas, na Grande Vitória. Foram apreendidas 1.767 cédulas de R\$ 5,00 falsas, 13 cédulas de R\$ 50,00 falsas, espelhos para falsificar tickets de alimentação, telefones celulares e documentos falsos.

TEMPESTADE NO OESTE

A Operação Tempestade no Oeste foi realizada no dia 29 de outubro de 2003 pela Polícia Federal em Jales/SP. A ação envolveu três estados: São Paulo, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, contando com a colaboração de policiais das Delegacias em Araçatuba, Bauru, Marília, Araraquara, Presidente Prudente/SP e Três Lagoas/MS, totalizando mais de 40 policiais. A investigação resultou na prisão de diversas pessoas apontadas como participantes, direta ou indiretamente, da prática do tráfico de entorpecente.

MEDUSA

A operação "Medusa", que visava interceptar empresas que operavam ilegalmente a compra e venda de moeda estrangeira e atuavam no Mato Grosso do Sul sem a devida autorização do Banco Central, foi deflagrada no dia 30 de outubro de 2003. As casas de câmbio interditas foram: "Campo Grande Câmbio e Turismo"; "Estacionamento 1007 Ltda."; "J.P Câmbio e Turismo"; "Overcash Câmbio e Turismo"; "Dólar Câmbio"; "Hibari Viagens e Turismo" e "Intercâmbio Turismo". também foram realizadas buscas nas residências dos proprietários dessas empresas.

PAZ NO CAMPO

A operação "Paz no campo" teve início no dia 14 de outubro de 2003, nas cidades de Laranjal e Palmital, região central do estado do Paraná. A operação visava combater as milícias clandestinas armadas, bem como investigar uma organização chamada PCR (Primeiro Comando Rural). Foram apreendidas 66 armas de fogo, sendo espingardas calibre 12, revólveres calibres 357, 38, além de duas pistolas 9mm de uso exclusivo da PF e Forças Armadas, bem como duas mil munições de calibre 12, 3.57 e 9mm. Foram presas 8 pessoas e elaborados 9 termos circunstanciados, totalizando 17 pessoas indiciadas por crimes de porte ilegal de arma e formação de quadrilha.

LINCE

A Polícia Federal prendeu no dia 13 de novembro de 2003, no estado de Rondônia, um policial federal e diversos empresários acusados de envolvimento na extração ilegal de diamantes da reserva indígena de Roosevelt. Foram 4 presos e 9 mandados de busca e apreensão nas cidades de Vilhena, Cacoal e Juína (a última no estado do Mato Grosso).

A ação, batizada de Operação Lince, é resultado de investigações de quase um ano da PF. A operação contou com a participação de 42 policiais federais da região e mais sete policiais do COT (Comando de Operações Táticas).

Operações 2004

FELIZ ANO VELHO

Realizada no dia 22 de janeiro de 2004 a Operação "Feliz Ano Velho" prendeu um grupo organizado ligado à falsificação das ATPF's, as Autorizações para Transporte de Produtos Florestais emitidas pelo IBAMA. Mais de 110 policiais participam da operação. Tailândia, Tomé Açú, Breu Branco, Paragominas, Marabá, Mãe do Rio e Moju são as cidades onde foram cumpridos os mandados de prisão e de busca e apreensão emitidos pela Justiça no dia 10 de Dezembro de 2003.

ZAQUEU

Iniciada no dia 03 de fevereiro de 2004, na cidade de Manaus/AM, a Operação Zaqueu teve como objetivo a prisão de auditores fiscais do trabalho, empresários e intermediários que cometiam crimes de corrupção ativa e passiva, concussão, advocacia administrativa, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. A Operação Zaqueu reuniu 120 policiais federais do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, além de nove policiais do COT. Foram estabelecidas 28 equipes, compostas por quatro policiais em média. O nome da operação foi escolhido em referência a um fiscal corrupto, citado na Bíblia. Os fiscais foram presos porque as investigações da Polícia Federal concluíram que havia um "esquema" de obtenção de propina por meio de corrupção ativa e passiva.

FRAUDE ZERO

A Operação prendeu no dia 10 de fevereiro de 2004 cinco pessoas, entre elas um servidor do INSS, acusadas de participação em quadrilhas destinadas a perpetrar fraudes em face da autarquia previdenciária. A operação levada a cabo pela Polícia Federal, denominada "Fraude Zero", resulta do trabalho realizado pela Força-Tarefa Previdenciária no Estado do Paraná, composta pelo Ministério Público Federal, INSS e Departamento de Polícia Federal.

SORO

A Polícia Federal em Pernambuco realizou operação no dia 05 de março, que resultou no cumprimento de 11 mandados de busca e apreensão, bem como pela prisão temporária de 13 pessoas acusadas de falsificação de leite em pó na região nordeste. A operação policial denominada "Soro" contou com a colaboração da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA do Ministério da Agricultura e da Secretaria Nacional de Direito Econômico - SNDE do Ministério da Justiça. A operação também teve o apoio das Superintendências de Sergipe e do Ceará. Já no final das investigações, os policiais descobriram a participação de um suposto advogado e de um agente de polícia federal, os quais recebiam dinheiro da organização criminosa para monitorarem investigações, diligências, inquéritos, processos, porventura existentes, informando ao líder da organização.

PANDORA

A Polícia Federal prendeu no dia 19 de março de 2004, num flat em São Paulo, durante a operação Pandora, o vereador e ex-presidente da Câmara de Vereadores de São Paulo, Armando Melão. O vereador é acusado

de usar indevidamente o nome do senador Antero Paes de Barros, PSDB/MT, e dos deputados José Mentor, PT/SP, e Rodrigo Maia, PFL/RJ, para extorquir empresários. Melão prometia aos empresários que as investigações da CPI do Banestado não chegariam até suas empresas. No momento da prisão, o vereador tinha consigo R\$ 50 mil em dinheiro e R\$ 550 mil em cheques. Segundo as investigações, Melão pretendia arrecadar com o golpe US\$ 2,4 milhões junto a doleiros e empresários, dos quais receberia hoje US\$ 400 mil. A investigação foi solicitada pelo deputado federal e relator da CPI do Banestado, José Mentor, e durou 40 dias. Durante as investigações a PF produziu farta documentação, incluindo vídeos e fotos da atuação criminoso do vereador.

MATUSALÉM

Policiais Federais em Manaus-AM realizaram no dia 15 de abril a OPERAÇÃO MATUSALÉM contra uma quadrilha composta por funcionários do INSS envolvidos em fraudes contra o cofre público no estado. A operação visava dar cumprimento a 13 mandados de prisão, sendo 8 prisões preventivas e 5 prisões temporárias.

O grupo cobrava parcelas da dívida das prefeituras debitando diretamente na conta em que as prefeituras recebem os repasses do Fundo de Participação dos Municípios. No fim do ano, muitas vezes constatava-se que débitos eram cobrados a mais, gerando com isso a restituição. De posse dessas informações, os acusados se ofereciam para agilizar o processo de ressarcimento, cobrando uma percentagem que variava de 15 a 20%.

As investigações evidenciaram que os membros da organização propiciaram ao município de Humaitá, por meio de contatos com secretário Municipal de Finanças Hegio Coelho Neto, a restituição de R\$ 1.840.854,08, sendo o valor da propina repassado aos funcionários do INSS envolvidos na fraude de forma parcelada e em espécie.

MAMORÉ

Foi desencadeada no dia 20 de abril de 2004, em todo o estado de Rondônia, a Operação Mamoré, de combate ao crime organizado, principalmente os relacionados ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro, ao comércio ilegal de armas e pedras preciosas. A Operação mobiliza cerca de 400 agentes públicos de diversos órgãos da administração pública federal e estadual, entre eles delegados, peritos, escrivães e agentes do Departamento de Polícia Federal, membros das Forças Armadas, da Polícia Rodoviária Federal, do Ibama, da Funai e da Abin. A Operação Mamoré, coordenada pela Polícia Federal, é a fase das ações policiais da Operação Rondônia, uma grande operação coordenada pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em curso desde o ano passado no estado e que conta com a participação de 15 órgãos do governo federal, além das Forças Armadas. Além da Operação Mamoré, a Operação Rondônia engloba ainda a Operação Guaporé, deflagrada em novembro, que envolve ações de inteligência coordenadas pela ABIN com o apoio dos serviços de inteligência das Forças Armadas, e a Operação Abuanã, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores.

BARRILHA

Foi deflagrada no dia 26 de abril, em Corumbá/MS, fronteira com a Bolívia, a Operação Barrilha. A operação tinha por objetivo encerrar as atividades da empresa FLAMBOYANT EXPORTADORA LTDA, que exportava irregularmente para a Bolívia a substância química carbonato de sódio, colaborando para a produção de cocaína daquele país. Na empresa, foram apreendidas 5 toneladas de carbonato de sódio, além de outros produtos químicos controlados, como manitol, amônia, soda cáustica, álcool etílico, cafeína, benzocaina etc.

PINDORAMA

No dia 13 de maio de 2004, a Divisão De Repressão aos Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico (DMAPH/CGPFAZ) deflagrou a OPERAÇÃO PINDORAMA, tendo como alvo os estados de Rondônia, Amapá, Pará, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e São Paulo, para cumprir mandados judiciais de Busca e Apreensão e de Prisão Temporária em desfavor de pessoas investigadas pelo IPL 022/03 DCOIE, todos expedidos pela Justiça Federal no Distrito Federal. Foram realizadas onze prisões, sendo que os acusados alvo da OPERAÇÃO PINDORAMA estariam envolvidos com contrabando de partes de animais silvestres, realizado sob a fachada do comércio de artesanato indígena. A atuação do grupo guarda características de delinquência organizada, uma vez que seus membros se comunicavam entre si, encomendando e despachando mercadoria com destino à Europa e aos EUA. Mais de 1.000 peças foram apreendidas, e já estão sendo separadas para análise. Plumões, penas, ossos, dentes e garras de inúmeros e raríssimos animais silvestres são objeto do interesse de comerciantes no Brasil e no exterior, que se utilizam de mão-de-obra indígena, e das inúmeras lojas que comercializam tais itens – inclusive a Artíndia (loja que funciona na sede da FUNAI).

OPERAÇÃO VAMPIRO

A Operação Vampiro foi deflagrada pela Polícia Federal no dia 19 de maio de 2004 em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, resultou no cumprimento de 17 mandados de prisão por acusações de fraude em processo de licitação de hemoderivados no Ministério da Saúde. A Operação contou com 200 policiais federais. As investigações começaram em março de 2003, a pedido do ministro da Saúde, Humberto Costa. Seis dos presos são funcionários do Ministério da Saúde. Foram cumpridos, ainda, 42 mandados de busca e apreensão. Juntamente aos presos foram encontrados, por agentes federais, 29,7 mil reais, 120 mil dólares

e 7 mil euros.

SHOGUN

A PF prendeu o chinês naturalizado brasileiro Law Kin Chong e seu advogado, Pedro Lindolfo Sarlo, dia 1 de junho, em São Paulo. Os dois tentavam subornar o presidente da CPI da Pirataria, deputado Luiz Antônio de Medeiros. A operação ocorreu em São Paulo e contou com 10 policiais federais.

ROSA DOS VENTOS

A ação aconteceu no dia 05 de Junho, Dia do Meio Ambiente, nas 27 unidades da federação e teve como objetivo o combate ao crime ambiental e o tráfico doméstico e internacional de animais silvestres. Como resultado da operação, foram lavrados dois Autos de Prisão em Flagrante, com o indiciamento de oito pessoas; cinco Termos Circunstanciados, com seis pessoas compromissadas a comparecer em Juízo; apreensão de vários equipamentos de mergulho e armas pneumáticas com arpões, cinco embarcações, redes com pranchas de madeira, 80Kg de camarão, 25 pássaros da fauna silvestre em 21 gaiolas e armadilhas, 43 vidros de palmito em conserva e um tatu abatido. Os pássaros foram soltos na Floresta do Palmito, as gaiolas destruídas e o camarão foi doado à comunidade carente em Paranaguá/PR.

TAMAR

A Polícia Federal deflagrou no dia 19 de junho, em todo país, a Operação "Tamar", que tinha como objetivo reprimir a exploração sexual infantil. A ação é resultado de uma parceria entre a PF e a CPI da Exploração Sexual Infantil, iniciada em 12 de junho de 2003 no Congresso Nacional para investigar denúncias sobre redes de exploração sexual contra crianças e adolescentes existentes hoje no Brasil. A ação da Polícia Federal envolveu mais de 200 policiais federais entre agentes, escrivães e delegados, que foram aos locais indicados pela CPI como pontos onde crianças e adolescentes são explorados sexualmente. A CPI identificou, em mais de seis meses de investigação, quase duas dezenas de locais em capitais e cidades do interior do país onde crianças e adolescentes trabalham como prostitutas e são exploradas por pessoas envolvidas inclusive com tráfico de armas e seres humanos. Mais de 10 inquéritos abertos, nove pessoas presas em flagrante e mais de 300 casas de entretenimento noturno, entre bares, boates e saunas, vistoriadas pelos agentes da Polícia Federal na Operação Tamar.

LINCE II

A Polícia Federal realizou a Operação Lince no dia 23 de junho, em Ribeirão Preto/SP, com o objetivo de prender integrantes de uma quadrilha especializada na adulteração de combustíveis e roubo de cargas, que atuava por pelo menos dois anos. Foram cumpridos 6 mandados de prisão temporária e 30 mandados de busca e apreensão. Dois delegados federais e um agente federal foram presos na cidade paulista.

PENSACOLA

Uma investigação sobre fraude em vestibulares e em concursos públicos foi encerrada no dia 23 de junho com a prisão de 14 pessoas na Operação "Pensacola", iniciada há mais de 1 ano no Acre. Os integrantes da quadrilha foram presos em São Paulo, Brasília e Goiás. A investigação iniciou em uma fraude do vestibular do curso de Medicina, no ano de 2001, na Universidade Federal do Acre. Os criminosos utilizavam a modalidade de "cola" eletrônica, usando um sofisticado esquema de envio de mensagens, contendo os gabaritos, para pagers e visores de relógios digitais. Segundo apurou a Polícia Federal, era cobrado de 6 a 15 mil reais por aluno.

CASO UNAÍ

Investigação da Polícia Federal que prendeu oito pessoas, entre executores, intermediários e mandantes do assassinato de dois fiscais do Trabalho e um motorista do órgão, ocorrido em 28 de fevereiro. As prisões de sete pessoas ocorreram em 27 de julho e a de Norberto Mânica, apontado pelas investigações como o mandante do crime, ocorreu em 13 de agosto.

OPERAÇÃO "ORCRIM ESA"

No dia 05 de agosto a Operação "Orcrim ESA" cumpriu 33 mandados de busca e apreensão e prisões temporárias. Foram presas 22 pessoas, acusadas de desvio de verbas públicas federais, formação de quadrilha, corrupção, grilagem de terras, exploração de minérios, exploração clandestina de madeiras e concussão. Dentre os presos está o ex-senador por Rondônia, Ernandes Amorim, considerado um dos principais membros da organização criminosa que atuava na cidade de Ariquemes, a 200 km da capital Porto Velho. Amorim é pai da atual prefeita da cidade, Daniela Amorim, que também teve mandado de busca e apreensão cumprido em sua residência. A quadrilha trabalhava com desvios de verbas públicas federais e estaduais, especificamente as relacionadas a obras públicas. O prejuízo estimado pelos investigadores da PF gira em torno de 18 milhões de reais. O "esquema" da quadrilha girava em torno do superfaturamento das obras e até licitações fantasmas, entre outros crimes, todos no estado de Rondônia. Uma das pessoas presas, Albertina Franco de Melo Almeida, é a titular da Secretaria de Finanças da cidade de Ariquemes.

ZUMBI

Foi desencadeada no dia 6 de agosto, no estado do Pará, a operação denominada "Zumbi". Foram presas 16 pessoas, entre elas duas servidoras do INSS. Também foram realizados 25 mandados de busca e apreensão. A envolveu as cidades de Castanhal, Maracanã, Santa Isabel e Igarapé Açu. A Polícia Federal contou com a participação de 100 homens. A quadrilha ativava benefícios suspensos por falta de movimentação, muitos deles por óbito, cadastrando procuradores para receber o dinheiro. Alguns destes procuradores eram parentes dos beneficiários e outros nem mesmo existiam. Os presos são acusados de formação de quadrilha, inserção de dados falsos para fins previdenciários e lavagem de dinheiro.

ALBATROZ

A Polícia Federal deflagrou no dia 10 de agosto, em Manaus/AM e São Paulo, a "Operação Albatroz", para cumprir 32 mandados de busca e apreensão e 20 mandados de prisão temporária contra membros de uma organização criminosa que atuava principalmente na fraude de licitações públicas no Estado do Amazonas. Mais de dois anos de investigações da PF desvendaram o esquema de fraudes que funcionava por meio da Comissão Geral de Licitação do Estado do Amazonas (CGL). O líder desse esquema seria o deputado estadual Antônio do Nascimento Cordeiro, que não foi preso por possuir imunidade parlamentar, mas foi indiciado. A Operação Albatroz mobilizou uma equipe da Receita Federal e 174 policiais federais de vários estados para o cumprimento dos mandados.

FAROL DA COLINA

Teve início no dia 17 de agosto com o objetivo de combater crimes financeiros, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Ocorreu simultaneamente em 8 estados e envolveu 800 policiais federais de todo o país. A ação foi resultado do trabalho da Força-Tarefa que envolve a Polícia Federal, a Receita Federal, o Banco Central, e o Ministério Público Federal. Foram expedidos 215 mandados de busca e apreensão e 123 de mandados de prisão temporária pela 2ª Vara Federal de Curitiba nos estados de Amazonas, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. A operação "Farol da Colina" aconteceu como desdobramento das investigações realizadas desde 1997 no chamado "caso Banestado", e levou este nome devido à tradução livre de Beacon Hill, a empresa que seria uma das maiores beneficiárias de contas abertas na agência do Banestado em Nova York.

CAVALO DE TRÓIA II

A Polícia Federal prendeu no dia 20 de outubro uma quadrilha de hackers, internautas e laranjas, que desviou R\$ 240 milhões de bancos públicos e privados do país este ano, pela internet. A PF prendeu 64 pessoas nas cidades do Pará, Tocantins, Maranhão e Ceará, a quadrilha agiu em várias cidades pobres dos quatro Estados. Entre "os cabeças" da quadrilha estão Fábio Florêncio, que encomendou programas de computador para desviar dinheiro pela internet, e Athaide Evangelista, que teria criado um dos programas, o Disney.com, para a realização das fraudes.

PARDAL

A Polícia Federal em Curitiba, através da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, desencadeou no dia 25 de outubro, a Operação Pardal, com o fim de combater o contrabando e o descaminho. Foram presos Fabio Passarin Dutra, Rita Tereza Prestes da Cruz, Nelson Ypólito, Kátia Prestes da Cruz e Cristiane Gusso da Rocha, autuados por infração aos art 334 e 288 do Código Penal Brasileiro. Eles faziam parte de uma quadrilha especializada em introduzir ilegalmente mercadorias de informática oriundas do Paraguai. Foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão, expedidos pela 3ª Vara Federal Criminal de Curitiba, que resultaram em uma das maiores apreensões do ano em equipamentos de informática, tais como computadores, impressoras, motherboards, placas de vídeo, processadores e notebooks. Os alvos da operação policial foram a loja MG Informática, localizada no bairro Capão Raso, e a loja FD Informática, situada o bairro Hugo Lange, ambas nesta Capital. Também houve buscas em uma residência que servia de depósito do equipamento, na cidade de Colombo, região metropolitana de Curitiba.

MUCURIPE

A Polícia Federal desarticulou no dia 25 de outubro uma quadrilha que movimentava mais de R\$ 1 milhão por mês com o tráfico internacional de mulheres nas cidades de fortaleza, Recife e Dortmund, na Alemanha. A operação, batizada de Mucuripe — nome de uma praia do Ceará —, prendeu 11 pessoas que negociavam programas com mulheres brasileiras por meio de um site de uma agência de turismo alemã.

CHACAL

A Divisão de Comunicação Social do Departamento de Polícia Federal recebeu, no dia 13 de dezembro de 2005, o ofício nº 4787/05-jsp assinado pela Juíza Federal Substituta da 5ª Vara Federal Criminal, MM Margarete Morales Simão Martinez Sacristan, determinando que sejam tomadas providências para que cesse imediatamente qualquer forma de divulgação de dados pertinentes aos fatos e pessoas envolvidas nos autos do processo nº 2004.61.81.001452-5, IPL nº 12/0352/04-DRCOR/DELEFIN/SR/DPF/SP. Para atender à determinação, foram tiradas do ar mais de 400 páginas do sítio da Divisão de Comunicação Social. Veja o ofício.

POROROCA

A operação teve início no dia quatro de novembro, quando 25 pessoas foram presas no Amapá, Minas Gerais, Pará e Distrito Federal, acusadas de participar de uma quadrilha que fraudava licitações. Entre os presos acusados de participar da quadrilha estão o ex-senador pelo Amapá Sebastião Rocha (PDT) e o Ex-preiteiro paraense Fernando de Souza Flexa Ribeiro, que assume mandato de senador em janeiro, na vaga do senador Duciomar Costa (PTB-PA), prefeito eleito de Belém. A quadrilha fraudou licitações de pelo menos 17 grandes obras públicas no Amapá, que juntas totalizam R\$ 103 milhões, segundo as investigações conduzidas pela Operação Pororoca. Desde então mais 7 pessoas foram presas, entre elas os prefeitos de Macapá, João Henrique (PT); e de Santana, Rosemiro Rocha (PDT).

CAPELA

A Polícia Federal realizou no dia cinco de novembro a Operação Capela, em São Paulo, que consistiu no cumprimento de 18 mandados de busca e apreensão em 9 endereços de depósitos utilizados pelo comerciante Law Kim Chong. Os mandados, expedidos pela Justiça Federal de São Paulo, foram cumpridos no mesmo dia. Durante a operação ocorreram 6 prisões em flagrante, incluindo 2 sobrinhas de Chong. No escritório e no depósito principais de Law Kim Chong, localizados no Shopping 25 de Março, nº 02, foram apreendidas grandes quantidades de pedras preciosas classificadas como esmeraldas, avaliadas inicialmente no valor aproximado de US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares). Em outro depósito localizado na rua do Bucolismo, nº 77, o qual mede aproximadamente trinta mil metros quadrados, foi apreendida grande quantidade de mercadoria sem documentação regular. Também foi encontrada neste depósito uma fábrica de relógios falsificados, que funcionava clandestinamente nos fundos do depósito. Dois imigrantes ilegais da China, que trabalhavam de maneira irregular no local foram detidos. Parte do material apreendido deve ser enviado para análise em Brasília. As mercadorias foram entregues à Receita Federal.

POEIRA NO ASFALTO

A Polícia Federal, com o apoio da Polícia Rodoviária Federal, iniciou no dia oito de novembro pela manhã no Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná a Operação "Poeira no Asfalto", para dismantelar uma das principais quadrilhas especializadas em fraudar e falsificar combustíveis no país. A atuação dos fraudadores contava com a participação de uma rede de servidores públicos, dentre eles policiais rodoviários federais, civis e militares, fiscais de tributos estaduais e fiscais do meio ambiente.

CATARATAS

Operação conjunta da Receita Federal, com o suporte da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, com o objetivo de combater o contrabando, o descaminho e outros crimes ocorridos na região da fronteira Brasil-Paraguai. A operação, iniciada em 08 de novembro, já realizou milionárias apreensões de mercadorias contrabandeadas, além de drogas e munições, e causou diversos atos de mobilização e protesto na Ponte Internacional da Amizade por parte de lojistas, sacoleiros, mototaxistas e até da Prefeitura de Ciudad del Este, no lado paraguaio. A operação não tem data definida para terminar.

MIDAS

Desencadeada em 10 de novembro pela força-tarefa previdenciária em Mato Grosso, composta pela Polícia Federal, Ministério da Previdência Social e Ministério Público Federal. Foram presas 10 pessoas e cumpridos 20 mandados de busca e apreensão nos estados do Mato Grosso, São Paulo, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Os presos são acusados de fraudes no setor de arrecadação do INSS, que eram cometidas por empresários, advogados e intermediários, e tinham a participação do Procurador-chefe da Procuradoria Especializada do INSS em Mato Grosso, Álvaro Marçal Mendonça, preso em Itajaí/SC. Ele seria o principal facilitador na liberação indevida de certidões negativas de débito. A ação contou com o apoio de auditores fiscais da Previdência.

CATUABA

Ação conjunta da PF com a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria da República na Paraíba. Prendeu, em 12 de novembro, em nove estados, 58 pessoas, das quais, 26 servidores públicos. Foram cumpridos 83 mandados de busca num total de 32 municípios. Entre os envolvidos estão sócios e funcionários de empresas de bebidas, supostos "laranjas", servidores de Secretarias de Fazenda estaduais e funcionários de bancos. Daniel dos Santos Moreira, vulgo "Daniel da Coroa" é apontado pelas investigações como o cabeça da organização criminosa. Foram apreendidos documentos e computadores na empresa dele, a Engarrafadora Coroa 82, localizada no município de Patos, a 300 km da capital João Pessoa. Foi apreendido também o Avião Carajá pertencente ao empresário, que possui ainda outras 39 empresas investigadas, inclusive em nome dos chamados "laranjas", além de bebidas sem o selo do IPI ou com selo falsificado. As ações aconteceram na Paraíba, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Goiás. Participaram da operação aproximadamente 300 policiais federais e 50 auditores da receita federal. Os presos são acusados de sonegação fiscal, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva e falsificação de documentos.

FARAÓ

Operação da Polícia Federal que prendeu no dia 18 de novembro oito pessoas que seriam responsáveis pelo desvio de mais de R\$ 31 milhões da folha de funcionários públicos do Estado de Roraima (gafanhotos). Sete buscas e prisões aconteceram em Boa Vista (RR) e uma em Manaus (AM). Dos oito presos, quatro eram funcionários públicos: dois ex-secretários da Fazenda um ex-secretário do Tesouro de Roraima além do ex-gerente da agência do Banco do Brasil. Segundo a investigação, os sócios da empresa NSAP, também presos, foram autorizados pelos ex -secretários de Estado a movimentarem as contas para o pagamento dos funcionários públicos do Estado de Roraima. A Empresa teria desviado verba pública também através de funcionários fantasmas ligados a diversas autoridades de Roraima. O caso, já apurado pela Polícia Federal em novembro de 2003 através da "Operação Praga do Egito", culminou com o indiciamento do ex-governador Neudo Campos e outras autoridades do Estado. Segundo Laudo de Exame Econômico-Financeiro do Setor Técnico Científico (Setec) da Superintendência Regional de Roraima, com a Operação Praga do Egito (Gafanhoto) e Operação Faraó já foram apurados desvios, do erário público, que chegam a um montante de R\$ 80.466.104,20 (oitenta milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e quatro reais e vinte centavos).

ÁGUA II

A Polícia Federal cumpriu 19 mandados de prisão, dos 21 expedidos por determinação do juiz da 4ª. Vara Federal, em Manaus. As prisões são resultado das investigações da PF em Manaus, que resultaram na Operação Água (3 julho de 2003). A PF constatou que policiais civis da região estavam envolvidos com tráfico de drogas. O Ministério Público, após recebimento do inquérito, ofereceu denúncia que resultou, agora, na prisão de 14 policiais civis e 5 traficantes. Dois continuam foragidos.

24 de novembro – Operação prende delegados em São José dos Campos

No dia 24 de novembro, em uma ação que envolveu 40 policiais federais, foi preso o ex-delegado-chefe da PF em São José dos Campos (SP), Marcos Vinícius Deneno, suspeito dos crimes de extorsão, corrupção e formação de quadrilha. Durante a operação também foi preso, em flagrante, o delegado Reinaldo Ragazzo Boarim, por posse ilegal de armas de calibre restrito. Foram cumpridos 10 mandados de busca e apreensão na residência dos delegados, de três agentes federais, empresas e na própria delegacia. A ação aconteceu depois de cerca de seis meses de investigações desenvolvidas pela Diretoria de Inteligência Policial (DIP), que recebeu denúncias feitas ao Ministério Público Federal depois da Operação Anaconda.

OPERAÇÃO MASCATES

Em operação conjunta com a Receita Federal, a Polícia Federal deflagrou em 29 de novembro a Operação Mascates, para desmontar um esquema de importação ilegal de mercadorias, (contrabando e descaminho) e sonegação fiscal. Foram presas 13 pessoas, sendo 10 em Goiânia (GO) e três em Foz do Iguaçu (PR), com 29 mandados de busca e apreensão cumpridos em Goiânia, Foz do Iguaçu e Brasília. Um ano e meio de investigações desvendou o esquema de legalização das mercadorias contrabandeadas, principalmente produtos de informática e eletrônicos, com o uso de Guias de Arrematação de leilões da própria Receita Federal, além de notas frias. Estima-se que a maior parte dos produtos comercializados nas lojas investigadas tenha origem ilegal, e que o grupo movimentou, só em 2003, R\$ 55 milhões. Um Policial Rodoviário Federal também foi preso.

OPERAÇÃO PERSEU

Em 1º de dezembro a Força-Tarefa Previdenciária composta pela Polícia Federal, Ministério Público Federal e INSS prendeu 12 pessoas que fariam parte de um grupo criminoso envolvido em sonegação de impostos e de contribuições previdenciárias que somariam R\$ 150 milhões. A ação, batizada de Operação Perseu, foi iniciada simultaneamente em oito estados (Acre, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, São Paulo, Tocantins e Paraná), com a participação de mais de 350 Policiais federais e 67 Auditores-Fiscais da Previdência Social. As investigações concentram-se no Grupo Margem, o segundo maior frigorífico do país, com 21 unidades industriais e faturamento bruto anual de R\$ 2,3 bilhões. Além de sócios e funcionários da empresa, um auditor-fiscal também foi preso.

OPERAÇÃO SENTINELA

A Operação Sentinela foi deflagrada em 02 de dezembro para desarticular uma quadrilha que fraudava licitações realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O grupo investigado, composto por empresários e servidores públicos de área administrativa do TCU, fraudava licitações naquele órgão, além de exercer advocacia administrativa para aprovação de parecer favorável às empresas que são alvo de investigação: Brasfort, Reman Segurança, Confederal, Montana e Sitran. Foram presas 10 pessoas e cumpridos 15 mandados de busca e apreensão. Dos 10 presos, quatro eram servidores públicos.

OPERAÇÃO CASTELO

A Operação Castelo aconteceu no dia 3 de dezembro no estado de Goiás, e visou reprimir o tráfico internacional de seres humanos. Foram presas sete pessoas, a partir de denúncia sobre o embarque de mulheres aliciadas para prostituição na Espanha. Também foram cumpridos 16 Mandados de Busca e

Operações 2003 / 2004 - Polícia Federal

Apreensão em estabelecimentos comerciais e residências.

OPERAÇÃO FAROESTE

A Operação Faroeste, realizada no dia 7 de dezembro, teve como objetivo desarticular uma quadrilha especializada em grilagem de terras públicas no oeste do Pará, especialmente na cidade de Santarém. Foram 18 pessoas presas, sendo 8 servidores do INCRA. Entre os presos estava o superintendente do órgão no Pará, José Roberto de Oliveira Faro.

OPERAÇÃO MAR AZUL

A Operação Mar Azul foi deflagrada no dia 07 de dezembro e foi resultado de investigações realizadas pela Força Tarefa Previdenciária, composta pela PF, Ministério Público Federal e INSS. Foram presos dois auditores fiscais da Previdência Social e dois empresários do ramo de navegação, nas cidades do Rio de Janeiro, de Niterói e de Vassouras, na Região Serrana.

CAVALO DE AÇO

A Polícia Federal, com o apoio da Polícia Rodoviária Federal realizou no dia 9 de dezembro a Operação Cavalo de Aço nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. O objetivo era desarticular uma organização criminosa que atuava no roubo de cargas e veículos. A base da operação foi o estado do Espírito Santo, onde as investigações foram desenvolvidas durante 6 meses.

SAIA JUSTA

A operação Saia Justa foi realizada no dia 13 de dezembro e prendeu pessoas envolvidas em um esquema de fraude ao Instituto Nacional do Seguro Social. A quadrilha fazia inclusões no sistema do INSS de vínculos empregatícios inexistentes, majorações de tempo de serviço, conversões de atividades profissionais especiais para gerar aposentadorias com menor tempo de serviço e concessões de aposentadorias abaixo da idade limite. A fraude causava um prejuízo de R\$ 600 mil reais por ano.

FÊNIX

A Operação Fênix foi deflagrada dia 15 de dezembro pela Força-tarefa Previdenciária, composta por integrantes da Polícia Federal, Ministério Público Federal e Ministério da Previdência Social. A ação teve por finalidade desbaratar uma organização criminosa formada por médicos particulares e segurados de benefícios por incapacidade, cujo objetivo principal era fraudar a Previdência Social.

Presos em 2003

Operação	Total	Servidores Públicos	Policiais Federais	Data
Águia	36	36	0	ago/03
Planador	24	12	12	ago/03
Nicotina II	1	0	1	set/03
Anaconda	9	2	3	out/03
Trânsito Livre	30	30	0	nov/03
Gafanhoto	53	0	0	nov/03
Cavalo de Tróia	27	0	0	nov/03
Lince	4	0	1	nov/03
Sucuri	39	17	22	dez/03
Total	223	97	39	

Presos em 2004

Operação	Total	Servidores Públicos	Policiais Federais	Data
Feliz Ano Velho	23	0	0	jan/04
Zaqueu	25	10	0	fev/04
Fraude Zero	5	1	0	fev/04
Soro	13	0	1	mar/04
Pandora	1	1	0	mar/04
Musalém	13	13	0	abr/04
Mamoré	0	0	0	abr/04
Barrilha	1	0	0	abr/04
Pindorama	11	0	0	mai/04
Vampiro	17	6	0	mai/04
Rosa dos Ventos	2	0	0	jun/04
Shogum	2	0	0	jun/04
Tamar	9	0	0	jun/04
Lince II	7	0	4	jun/04
Pensacola	14	0	0	jun/04
Unai	9	0	0	jul-ago/04
Orcrim Esa (Mamoré)	22	0	0	ago/04
Zumbi	16	2	0	ago/04
Albatroz	20	0	0	ago/04
Farol da Colina	65	0	1	ago/04
Cavalo de Tróia 2	64	0	0	out/04
Pardal	5	0	0	out/04
Mucuripe	11	0	0	out/04
Chacal	5	0	0	out/04
Pororoca	32	3	0	nov/04
Capela	6	0	0	nov/04
Poeira no Asfalto	47	26	0	nov/04
Cataratas	39	0	0	nov/04
Midas	10	1	0	nov/04
Catuaba	58	26	0	nov/04
Faraó	8	4	0	nov/04
Águia II	19	14	0	nov/04
Operação em São José dos Campos	2	0	2	nov/04
Mascates	13	1	0	nov/04
Perseu	12	1	0	dez/04
Sentinela	10	4	0	dez/04
Castelo	7	0	1	dez/04
Faroeste	22	12	0	dez/04
Mar Azul	4	2	0	dez/04
Cavalo de Aço	36	4	0	dez/04
Saia Justa	6	3	0	dez/04
Fênix	12	0	0	dez/04
Total	703	134	9	

Total Geral	Servidores Públicos	Policiais Federais
926	231	48

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ideli.

Concedo a palavra ao Senador Suplicy pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena; Sr^a Senadora; Srs. Senadores, a avaliação da situação econômica do Brasil tem que ter, como pano de fundo, uma visão do que ocorreu desde 2002/2003.

Creio que mesmo os críticos mais rigorosos da política econômica do Governo Lula aceitam que houve acertos e que vários indicadores macroeconômicos apontam para uma solução positiva.

Em 2002 e início de 2003, a situação econômico-financeira era delicadíssima. Como lembrou matéria publicada na **Folha de S. Paulo** hoje: em 2002, o risco país do Brasil bateu recorde histórico de 2.436 pontos. Ontem, no fim das operações, o risco Brasil, que se refere à expectativa de investidores internacionais e no Brasil sobre as expectativas de desempenho da economia brasileira, chegou a 208 pontos, patamar nunca antes registrado.

Menciono alguns indicadores macroeconômicos, sem a pretensão de ser exaustivo. A inflação ao consumidor, por exemplo, vem se reduzindo de forma expressiva desde 2003, quando atingiu 14,7%. Atualmente, o Índice de Preços ao Consumidor – IPCA acumula variação de 4% em doze meses até junho. Ressalte-se que a taxa de inflação brasileira é atualmente um pouco inferior à dos Estados Unidos, que registram no IPC uma variação acumulada de 4,3% em junho. Ou seja, estamos com uma taxa de inflação inferior à dos Estados Unidos da América, o que raras vezes aconteceu em nossa história. A inflação brasileira se aproxima também da inflação média dos demais países ditos emergentes, que está atualmente em 5,1%.

Os resultados nas contas externas foram bastante fortes desde 2003, superando todas as expectativas e projeções. As exportações cresceram de forma rápida, ultrapassando o ritmo de expansão do comércio mundial como um todo. É verdade que no passado mais recente, especialmente desde 2005, o ritmo de crescimento das exportações vem caindo de modo significativo, principalmente por causa da excessiva valorização do real. Mesmo assim, o Brasil continua a registrar superávits comerciais expressivos em 2006. O superávit da balança comercial nos últimos doze meses findos em julho foi de nada menos do que US\$45,2 bilhões. Desde 2003, os superávits comerciais têm sido excepcionais, mais do que suficientes para cobrir os déficits no resto do balanço de pagamentos em conta corrente. Conseqüentemente, completaremos em 2006

um resultado que é muito raro, senão inédito, na história econômica brasileira: quatro anos consecutivos de superávit no balanço de pagamentos em conta corrente (que inclui a balança comercial, serviços, juros da dívida externa e outras rendas, além de transferências unilaterais, como remessas de imigrantes). Isso significa que o Brasil está reduzindo o seu passivo externo líquido depois de tê-lo aumentado de maneira contínua e substancial no período do Governo Fernando Henrique Cardoso, desde 1995 a 2002.

Ainda que de forma menos acentuada, também houve progressos no campo das finanças públicas. O setor público gerou superávits primários expressivos, talvez até excessivos, não raro acima das metas fixadas no acordo com o FMI. O Brasil pôde, afinal, dispensar o monitoramento do Fundo e não renovar os acordos que vinham sendo firmados com aquele organismo desde 1998. Graças em parte aos superávits fiscais primários, foi possível controlar e reduzir um pouco a relação entre a dívida líquida do setor público e o Produto Interno Bruto. Essa relação crescera rapidamente ao longo do Governo Fernando Henrique Cardoso, tendo chegado a 55,5% em dezembro de 2002. Depois de aumentar para 58,7% em dezembro de 2003, a relação dívida/PIB se estabilizou recentemente em torno de 51% do PIB. O último dado, referente a junho de 2006, indica que a dívida pública representa 50,3% do Produto Interno Bruto.

Houve também alguns avanços, ainda que insuficientes, em termos de mercado de trabalho e distribuição de renda. Embora a economia tenha crescido em ritmo relativamente lento, o nível de emprego aumentou. Houve formalização das relações de trabalho, uma vez que – pelo menos até recentemente – o emprego formal, com carteira assinada, cresceu mais do que o emprego informal. O programa Bolsa-Família aumentou seu alcance e vem tendo importância crescente para famílias de baixa renda.

Senadora Heloísa Helena, relativamente aos programas de transferência de renda, gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer-lhe que fiquei honrado quando, na semana passada, V. Ex^a e a Deputada Luciana Genro ouviram-me a respeito de como podemos ter a perspectiva, já aprovada em lei, de uma transição do programa Bolsa-Família para uma renda básica de cidadania. O fato de V. Ex^a ter pedido que eu explicasse exatamente quais as vantagens e desvantagens deste caminho me honrou. Quero dizer que estarei à disposição dos candidatos à Presidência da República para debater, quantas vezes desejar cada um dos candidatos, inclusive o do meu Partido, o Presidente Lula. Qualquer um que deseje saber.

Eu considero muito importante e quero cumprimentá-la pela iniciativa de dizer “eu gostaria que pu-

déssemos conversar um pouco para poder tirar dúvidas". Se V. Ex^a quiser ainda tirar mais dúvidas, estarei pronto para isso. V. Ex^a sabe que o mesmo farei com o Presidente Lula tantas vezes quantas ele me pedir, assim como os demais candidatos a Presidente.

Pesquisas recentes têm mostrado um decréscimo no grau de concentração da renda, algo que é muito bem vindo em um País como o nosso, que se destaca mundialmente, há muito tempo, por uma péssima distribuição da renda e da riqueza. Há algumas dúvidas sobre a precisão e a interpretação dessas pesquisas, mas parece claro que houve uma desconcentração da renda do trabalho. Como as rendas do capital, especialmente as rendas financeiras, não são adequadamente captadas nessas pesquisas, persiste alguma dúvida sobre se houve ou não desconcentração da renda total, uma vez que as rendas financeiras, apropriadas por uma minoria, foram fortemente ampliadas pelos juros extremamente altos vigentes no País.

A bem da verdade, é preciso reconhecer que alguns desses resultados macroeconômicos favoráveis foram facilitados por um contexto mundial propício, tanto do ponto de vista comercial (demanda externa em expansão e preços altos para nossas exportações), como do ponto de vista financeiro (juros internacionais baixos e liquidez abundante nos mercados financeiros mundiais). É importante levar isso em conta para que o País não baixe a guarda e continue se preparando para cenários menos favoráveis nos anos que virão – hipótese que, evidentemente, não pode ser descartada. De qualquer forma, não há como negar o progresso feito desde 2003 no campo econômico, ainda que erros tenham sido cometidos e muito reste por fazer.

O principal desafio continua a ser a retomada do crescimento. O Brasil está há mais de 25 anos sem crescer de forma sustentada a taxas elevadas. Nós que fomos um país que, por exemplo, no pós-guerra até o final dos anos 80, tivemos taxas de crescimento médio de 7% ao ano, chegando por vezes a 10% ou 14%, ainda que num período de enormes dificuldades políticas. Mas, obviamente, a potencialidade da economia brasileira é de crescer bem mais do que 4% ou 5% ao ano.

No período recente, durante as gestões Malan e Palocci no Ministério da Fazenda, houve uma preocupação muito forte, às vezes quase exclusiva, com a estabilidade monetária; não foi dada atenção suficiente à questão do crescimento econômico. As políticas de combate à inflação lançaram mão de instrumentos que debilitam as condições de crescimento da produção e do emprego. Por exemplo: a insistência em praticar taxas de juros excepcionalmente altas, sempre ou quase sempre as mais altas do mundo. Outro aspecto, ligado

ao primeiro: os períodos recorrentes de sobrevalorização cambial. O terceiro problema é a pesada carga tributária, que vem crescendo desde o início dos anos 90. Cresceu bem mais no período Fernando Henrique Cardoso, passando de cerca de 25% ou 26%, para 34%, mas cresceu também nos últimos três anos e oito meses. Ela é alta demais para um país no nível de desenvolvimento do Brasil. Além disso, o investimento público foi fortemente sacrificado, inclusive em áreas essenciais para o desenvolvimento econômico, como a infra-estrutura de energia e transporte.

Parece evidente, entretanto, que as condições estão dadas para fazer as modificações nas políticas macroeconômicas de forma a orientá-las sistematicamente para a promoção do desenvolvimento. O Ministro Guido Mantega tem dado diversas indicações de que está consciente disso e trabalha aos poucos para fazer as necessárias correções de rota.

Qualquer que seja o Presidente eleito em 2006, o campo hoje é mais favorável para a retomada do desenvolvimento. A menos que haja uma deterioração dramática do cenário externo, ou que o próximo governo recaia em políticas econômicas exageradamente rígidas, temos condições propícias para superar a longa estagnação que marca a nossa experiência desde o início da década de 1980. É claro que cabe ao Governo Lula e à sua equipe econômica o mérito pela criação dessas condições que agora nos permitem perspectivas muito positivas.

Ainda hoje, em seu artigo, na **Folha de S. Paulo**, o Professor Paulo Nogueira Batista Jr. indica caminhos de como a economia brasileira pode ter uma fase mais saudável de crescimento sustentável com estabilidade da moeda e melhoria da distribuição de renda:

(...) o que fazer para retomar taxas robustas de expansão econômica?

A trajetória de muitas economias nos últimos anos, tanto desenvolvidas como emergentes, indica que é possível conciliar o rápido crescimento do PIB com taxas de inflação modestas (5% ao ano ou menos).

A experiência brasileira desde 1994 revela (...) que determinadas formas de estabilizar a moeda podem ser destrutivas das condições de crescimento. No Brasil, o combate à inflação tem sido feito por meio de juros sempre muito altos e câmbio recorrentemente sobrevalorizado. O relativo ajustamento das finanças públicas é alcançado de forma precária, com aumentos da carga tributária e cortes de investimentos, inclusive em áreas prioritárias como a infra-estrutura de transportes e energia. Essa combinação de juros elevados, moeda forte, tributos pesados e

investimentos públicos reduzidos é que explica, em larga medida, o fraco dinamismo da economia.

O foco do problema é a política de juros altos, que desestimula o consumo e o investimento, provoca apreciação cambial e pressiona o custo da dívida pública. O câmbio valorizado derruba as exportações e induz à substituição de produtos nacionais por importações, o que tende a tornar negativa a contribuição do setor externo para a variação do PIB. O aumento do custo da dívida acaba levando o governo a buscar superávits primários elevados, seja por aumento de tributos, seja por diminuição de despesas, deprimindo ainda mais a economia.

Fundamental, portanto, é reorientar as políticas monetária e financeira. Há um esboço de mudança (...) desde a queda de Antonio Palocci Filho e a sua substituição por Guido Mantega. Mas a reorientação não tomará impulso se o Conselho Monetário Nacional e, sobretudo, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central continuarem dominados por técnicos e financistas distantes do mundo da produção e estreitamente identificados com a visão e os interesses do sistema bancário. O mandato do Banco Central – enfatiza Paulo Nogueira – deve fazer referência não apenas ao controle da inflação como também à sustentação do crescimento, à semelhança do que se verifica nos Estados Unidos, por exemplo. O sistema de metas para a inflação precisa ser definido e aplicado de forma mais flexível. Não é necessário, por exemplo, mirar sempre o centro da meta, especialmente quando a economia é submetida a choques de oferta. As metas devem ser definidas para horizontes mais longos, de dois a quatro anos, o que daria ao Banco Central mais flexibilidade para alcançar os seus objetivos antiinflacionários sem sacrificar a atividade econômica e a competitividade da taxa de câmbio. Além disso, o Banco Central e os demais bancos públicos federais têm que atuar, com firmeza, para ampliar o crédito, aumentar a concorrência em diferentes segmentos do mercado financeiro e diminuir o altíssimo *spread* bancário, isto é, a diferença entre as taxas de ativas e passivas dos bancos. A redução gradual da taxa básica de juros, até chegar a algo como 4% a 5%, em termos reais, não é incompatível com uma inflação baixa, uma vez que a economia brasileira opera com grande capacidade ociosa. A

queda dos juros levaria à depreciação cambial, fortalecendo o ajustamento externo e ampliando o estímulo ao crescimento. Taxas de juros menores permitiriam também assegurar o ajustamento das finanças públicas com um nível mais alto de investimentos em infra-estrutura e um nível mais reduzido de carga tributária. Isso aconteceria de duas maneiras: **a)** diretamente, pelo alívio da carga de juros da dívida (mesmo que se leve em conta a provável redução dos impostos sobre rendimentos financeiros); e **b)** indiretamente, porque a queda dos juros aumentaria a atividade econômica, favorecendo a arrecadação e reduzindo as despesas de caráter cíclico. Note-se que o ajustamento fiscal aparece aqui, em grande parte, como subproduto da reorientação monetária, e não, como sustentam muita análises de tipo mais tradicional, como precondição para mudar a política de juros.

Assim, fecho aspas para as observações de Paulo Nogueira Batista, sobretudo neste ponto que visualiza a possibilidade de uma diminuição persistente e gradual da taxa de juros numa direção de termos juros bem mais adequados para o propósito de, ao mesmo tempo, combinar o saudável objetivo de estabilidade de preços com melhoria da distribuição da renda e da riqueza.

Eu gostaria, Sr^a Presidente, de anunciar que foi publicado, neste mês, o livro **Políticas Públicas e a Realização dos Direitos Sociais**, da Professora Ivanilda Figueiredo, editado pela Sergio Antonio Fabris Editor. Ela completou seu doutorado na Universidade de Direito do Recife, Pernambuco. Tive a honra de ser convidado para escrever o prefácio desse livro, que trata justamente dos programas de transferência de renda.

Peço que seja transcrito nos Anais da Casa o prefácio que escrevi para o livro de Ivanilda Figueiredo, nos seguintes termos:

A tese de mestrado de Ivanilda Figueiredo para a Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, (...) constitui uma contribuição de enorme significado para que o Brasil possa dar um avanço importante rumo à implantação de uma Renda Básica de Cidadania. Trata-se de um dos mais eficazes instrumentos de política econômica para que possamos atingir os objetivos de erradicação da pobreza absoluta, crescimento com maior equidade, dignidade e liberdade real para todos os seres humanos na sociedade. Ivanilda Figueiredo estudou em profundidade

a literatura desenvolvida a respeito dos diversos instrumentos de transferência de renda que foram objeto de análise realizada, sobretudo diante da experiência acumulada pelos mais diversos países que enfrentaram o problema da erradicação da fome e da pobreza absoluta. Dedicou também atenção ao debate ocorrido no Brasil nas últimas décadas sobre as propostas de garantia de renda às pessoas e famílias de maneira que pudessem ter asseguradas as condições para que as suas crianças estivessem freqüentando a escola, tendo a devida assistência à sua saúde, obtivessem as vacinas preventivas de doenças conforme o calendário do Ministério da Saúde e encontrassem meios de sobrevivência dignos, sobretudo através do trabalho. Estudou as experiências de programas de Renda Mínima associados à Educação, Bolsa-Escola, Bolsa-Renda, Bolsa-Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Auxílio-Gás, Fome Zero, Cartão-Alimentação e outros que acabaram se consolidando no Programa Bolsa Família, o qual se desenvolveu a partir de 2003. Neste ano de 2006, o Programa Bolsa Família completa o seu quarto ano com resultados bastante positivos que são aqui analisados. O número de beneficiários cresceu significativamente, passando de 3,5 milhões de famílias, em dezembro de 2003, para 9,2 milhões de famílias em junho de 2006, e devendo passar para 11,1 milhões de famílias em julho-agosto de 2006, correspondendo a quase 100% de todas as famílias brasileiras que têm renda mensal **per capita** até R\$120,00 por mês. Como o número médio de pessoas por família é em torno de quatro, estima-se que cerca de 44,4 milhões de pessoas ou quase um quarto da população brasileira estará beneficiada pelo programa no segundo semestre de 2006. (...) Ivanilda Rodrigues, além de estudar e analisar a literatura sobre o tema, resolveu fazer uma pesquisa de campo junto a 317 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em seis cidades do Estado de Pernambuco, na região metropolitana, no agreste e no sertão, e que pudessem estar representando os lugares de maior e menor Índice de Desenvolvimento Humano. A relevância de seus estudos é que, depois de analisar em termos práticos o resultado da aplicação do Programa Bolsa Família e de se perguntar, como costumam fazer as autoridades responsáveis pelo mesmo, sobre se já é o momento de fazermos a transição do

Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania, de maneira muito assertiva, ela conclui que essa última deve ser efetivada com a maior brevidade possível.

O livro de Ivanilda Figueiredo será de grande proveito aos estudiosos de Direto, de Economia e a todos que se interessam pelo objetivo maior da política: alcançarmos uma vida justa para todos.

Sr^a Presidente, solicito seja transcrito, na íntegra, o meu prefácio e dois documentos importantes a respeito dos produtores de laranja que têm mostrado a sua preocupação, de um lado, com a ação cartelizada das diversas indústrias de suco de laranja, bem como com o procedimento relativo ao que vão fazer o Cade e o SDE a respeito das indústrias de suco de laranja, uma vez que elas estão sendo examinadas em função das denúncias de formação de cartel.

Recebi do Vice-Presidente da Associação dos Municípios Citrícolas do Estado de São Paulo e ex-Prefeito de Bebedouro, no Estado de São Paulo, Davi Perez Aguiar, uma carta em que transmite as suas preocupações com os últimos acontecimentos envolvendo a citricultura no Estado de São Paulo, um dos principais esteios do agronegócio paulista.

A Associtrus, a associação dos produtores de laranja, após um passado de descrédito junto aos produtores de laranja, tendo em vista que algumas de suas lideranças ficaram ao lado das indústrias de suco em detrimento dos produtores, atualmente vem tendo uma atuação bastante dinâmica e intransigente na defesa dos interesses dos seus associados. Mas isso não teria impedido que parte da atual Diretoria da Associtrus fosse influenciada politicamente em São Paulo pelo governo presente, adotando uma postura de críticas à atuação do Governo Federal, ao mesmo tempo em que teria feito vista grossa à omissão com que o Governo do Estado vem tratando a citricultura paulista.

Foi feita uma negociação entre o Governo e as indústrias de suco de laranja referente à safra 2005/2006, o que tem, entretanto, desagradado a Diretoria e os associados da Associtrus, pois a negociação, para os produtores, ficou restrita ao novo preço da caixa de laranja, enquanto as investigações foram suspensas no âmbito do Cade e da SDE acerca das denúncias da formação de cartel.

Pede Davi Perez Aguiar que possa a questão da laranja ser mais bem estudada não apenas no que diz respeito ao atual preço da caixa de laranja, mas aos diversos fatores, como o financiamento público, tanto do Governo Federal quando do estadual, para o plantio de novos pomares e para o refinanciamento das dívidas de milhares de pequenos, médios e grandes produtores, que no passado se endividaram e que atualmente se encontram desamparados.

As iniciativas institucionais para se adicionar o suco de laranja na merenda escolar, bem como a adoção do Concecitrus, a exemplo do Consecana, um novo contrato que remunere o produtor pela produtividade da fruta merecem uma atenção, tanto quanto a questão do novo preço da caixa de laranja.

Pede, então, Davi Perez Aguiar que possa acompanhar as manifestações dos produtores de laranja, que muitas vezes têm vindo a Brasília. Solicita ainda que se dê continuidade às investigações que o Cade e o SDE vêm realizando com respeito à formação de cartel nas indústrias de suco de laranja.

Por outro lado, o Sr. Flavio Viegas, Presidente da Associtrus, realizou hoje um depoimento sobre o trabalho informal e a terceirização na sucocitricultura perante o Ministério Público do Trabalho, na Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, em Araraquara. Tratou-se de um depoimento bastante longo, que, Srª Presidente, peço a gentileza seja transcrito.

Ele informa que é citricultor desde os anos 80, que trabalhou muitos anos na Frutesp e que passou a ter um conhecimento detalhado de como, na relação entre os produtores de laranja e os produtores de suco de laranja, desenvolveu-se um procedimento de cartel, que está aqui detalhadamente relatado.

Vou voltar a este assunto nas próximas semanas, porque avalio, Srª Presidente, que cabe à Comissão de Assuntos Econômicos novamente acompanhar de perto o que se está passando.

Tenho acompanhado o fato de o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, ter procurado intermediar um entendimento entre as empresas de suco de laranja e os citricultores. Pelo que percebo, pela manifestação tanto do ex-Prefeito de Bebedouro, Davi Perez Aguiar, bem como pelo depoimento do Sr. Flavio de Carvalho Pinto Viegas – que ficou de me enviar uma carta sobre as suas preocupações e que adiantou hoje esse depoimento, em audiência –, avalio que será responsabilidade nossa, no Senado, sobretudo na Comissão de Assuntos Econômicos, novamente ouvir e, quem sabe, realizar uma audiência pública para que possamos, simultaneamente, ouvir os produtores de laranja, os produtores de suco de laranja e as autoridades do Cade e do SDE.

Da última vez que sugerimos esse procedimento, os representantes da indústria de suco de laranja não quiseram comparecer. Mas avalio que está chegando a hora de termos a presença de todas as partes, não apenas em reuniões tais como as que, produtivamente, foram realizadas no próprio gabinete do Senador Aloizio Mercadante, mas, quem sabe, na Comissão de Assuntos Econômicos, para que

se tornem inteiramente transparentes o diálogo e o possível entendimento entre os órgãos de defesa da concorrência, os produtores de laranja e os produtores de suco de laranja.

Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena, Srª Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY**

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – A avaliação da situação atual da economia nacional tem que ter como pano de fundo uma visão do que ocorreu desde 2002/2003. Creio que mesmo os críticos mais rigorosos da política econômica do Governo Lula aceitam que houve acertos e que vários indicadores macroeconômicos apontam para uma evolução positiva. Em 2002 e início de 2003, a situação econômico-financeira era delicadíssima. Como lembrou matéria publicada na **Folha de S.Paulo**, no dia de hoje, em 2002 o risco-país do Brasil bateu o recorde histórico de 2.436 pontos. Ontem, no fim das operações, o risco Brasil chegou a 208 pontos, patamar nunca antes registrado.

Menciono alguns indicadores macroeconômicos, sem a pretensão de ser exaustivo. A inflação ao consumidor, por exemplo, vem se reduzindo de forma expressiva desde 2003, quando atingiu 14,7%. Atualmente, o IPCA acumula variação de 4% em 12 meses até junho. Ressalte-se que a taxa de inflação brasileira é atualmente um pouco inferior à dos EUA, que registram no IPC uma variação acumulada de 4,3% em junho. A inflação brasileira se aproxima também da inflação média dos demais países ditos emergentes, que está atualmente em 5,1%.

Os resultados nas contas externas foram bastante fortes desde 2003, superando todas as expectativas e projeções. As exportações cresceram de forma rápida, ultrapassando o ritmo de expansão do comércio mundial como um todo. É verdade que no passado mais recente, especialmente desde 2005, o ritmo de crescimento das exportações vem caindo de modo significativo, principalmente por causa da excessiva valorização do real. Mesmo assim, o Brasil continua a registrar superávits comerciais expressivos, em 2006. O superávit da balança comercial nos 12 meses findos em julho foi de nada menos que US\$45,2 bilhões. Desde 2003, os superávits comerciais têm sido excepcionais, mais do que suficientes para cobrir o déficit no resto do balanço de pagamentos em conta corrente.

Conseqüentemente, completaremos em 2006 um resultado que é muito raro, senão inédito, na história econômica brasileira: quatro anos consecutivos de superávit no balanço de pagamentos em conta corrente (que inclui a balança comercial, serviços, juros da dí-

vida externa e outras rendas, além de transferências unilaterais como remessas de imigrantes). Isso significa que o Brasil está reduzindo o seu passivo externo líquido depois de tê-lo aumentado de maneira contínua e substancial no período do governo Fernando Henrique Cardoso, desde 1995 a 2002.

Ainda que de forma menos acentuada, também houve progressos no campo das finanças públicas. O setor público gerou superávits primários expressivos, talvez até excessivos, não raro acima das metas fixadas no acordo com o FMI. O Brasil pôde, afinal, dispensar o monitoramento do Fundo e não renovar os acordos que vinham sendo firmados com aquele organismo desde 1998. Graças em parte aos superávits fiscais primários, foi possível controlar e reduzir um pouco a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB. Essa relação crescera rapidamente ao longo do período do governo Fernando Henrique Cardoso, tendo chegado a 55,5% em dezembro de 2002. Depois de aumentar para 58,7% em dezembro de 2003, a relação dívida/PIB se estabilizou recentemente em torno de 51%. O último dado, referente a junho de 2006, indica que a dívida pública representa 50,3% do PIB.

Houve também alguns avanços, ainda que insuficientes, em termos de mercado de trabalho e distribuição de renda. Embora a economia tenha crescido em ritmo relativamente lento, o nível de emprego aumentou. Houve formalização das relações de trabalho, uma vez que – pelo menos até recentemente – o emprego formal, com carteira assinada, cresceu mais do que o emprego informal. O programa bolsa-família aumentou o seu alcance e vem tendo importância crescente para famílias de baixa renda. Pesquisas recentes estão mostrando um decréscimo do grau de concentração da renda, algo que é muito bem vindo num país como o nosso que se destaca mundialmente, há muito tempo, por uma péssima distribuição da renda e da riqueza. Há algumas dúvidas sobre a precisão e a interpretação dessas pesquisas, mas parece claro que houve alguma desconcentração da renda do trabalho. Como as rendas do capital, especialmente as rendas financeiras, não são adequadamente captadas nessas pesquisas, persiste alguma dúvida sobre se houve ou não desconcentração da renda total, uma vez que as rendas financeiras, apropriadas por uma minoria, foram fortemente ampliadas pelos juros extremamente altos vigentes no País.

A bem da verdade, é preciso reconhecer que alguns desses resultados macroeconômicos favoráveis foram facilitados por um contexto mundial propício, tanto do ponto de vista comercial (demanda externa em expansão e preços altos para nossas exportações) como do ponto de vista financeiro (juros internacionais baixos e liquidez abundante nos mercados financeiros mundiais). É importante levar isso em conta, para que o

país não baixe a guarda e continue se preparando para cenários menos favoráveis nos anos que virão – hipótese que, evidentemente, não pode ser descartada. De qualquer forma, não há como negar o progresso feito desde 2003 no campo econômico, ainda que erros tenham sido cometidos e muito reste por fazer.

O principal desafio continua a ser a retomada do crescimento. O Brasil está há mais de 25 anos sem crescer de forma sustentada a taxas elevadas. No período recente, durante as gestões Malan e Palocci no Ministério da Fazenda, houve uma preocupação muito forte, às vezes quase exclusiva, com a estabilidade monetária; não foi dada atenção suficiente à questão do crescimento econômico. As políticas de combate à inflação lançaram mãos de instrumentos que debilitam as condições de crescimento da produção e do emprego. Por exemplo: a insistência em praticar taxas de juro excepcionalmente altas, sempre ou quase sempre as mais altas do mundo. Outro aspecto, ligado ao primeiro: os períodos recorrentes de sobrevalorização cambial. Um terceiro problema é a pesada carga tributária, que vem crescendo desde o início dos anos 90. Ela é alta demais para um país do nível de desenvolvimento do Brasil. Além disso, o investimento público foi fortemente sacrificado, inclusive em áreas essenciais para o desenvolvimento econômico como a infra-estrutura de energia e transporte.

Parece evidente, entretanto, que as condições estão dadas para fazer as modificações nas políticas macroeconômicas de forma a orientá-las sistematicamente para a promoção do desenvolvimento. O Ministro Guido Mantega tem dado diversas indicações de que está consciente disso e trabalha aos poucos para fazer as necessárias correções de rota.

Qualquer que seja o presidente eleito em 2006, o campo hoje é mais favorável para a retomada do desenvolvimento. A menos que haja uma deterioração dramática do cenário externo, ou que o próximo governo recaia em políticas econômicas exageradamente rígidas, temos condições propícias para superar a longa estagnação que marca a nossa experiência desde o início da década de 1980. É claro que cabe ao governo Lula e à sua equipe econômica o mérito pela criação dessas perspectivas positivas.

Ainda hoje, em seu artigo na “**Folha de S. Paulo**”, o Professor Paulo Nogueira Batista Jr. indica caminhos de como a economia brasileira pode ter uma fase mais saudável de crescimento sustentável com estabilidade da moeda e melhoria da distribuição da renda.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
OFÍCIO DE ARARAQUARA/SP

Avenida Espanha, nº 1664 – Santana – CEP 14801-130 – Araraquara/SP
Telefone: (16) 3335-9949

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO Nº 15366/2003-15

OBJETO: TRABALHO INFORMAL E TERCEIRIZAÇÃO NA SUCOCITRICULTURA

TERMO DE AUDIÊNCIA

Às dez horas e dezessete minutos (10h17min) do dia dez do mês de agosto de dois mil e seis (10/08/2006), na Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região – Ofício de Araraquara/SP, com sede na Avenida Espanha, 1664, Santana, Araraquara/SP, compareceu, para prestar depoimento, o **Sr. FLAVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS**, brasileiro, casado, citricultor, portador da cédula de identidade RG nº 2974364 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 035154518-20, residente à Rua Francisco de Paula, 1069, Bebedouro/SP, Cep 14701-380. Presente a **FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADOS DE SÃO PAULO – FERAESP** –, representada por seu Presidente, **Sr. ÉLIO NEVES**, portador da cédula de identidade RG nº 12.969.782-5, e acompanhada de seu patrono, **Dr. SÉRGIO LUIZ RIBEIRO, OAB/SP nº 100474**. Preside a audiência o Exmo. Sr. Procurador do Trabalho **Dr. RICARDO WAGNER GARCIA**.

DEPOIMENTO QUE PRESTA FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS.
Advertido e compromissado na forma da lei, às perguntas respondeu que:

1 – É citricultor desde meados dos anos 80, tendo se iniciado no setor como empregado da Frutesp, no período de 1975 a 1993, tendo chegado a diretor industrial e comercial desta empresa;

2 – A Frutesp tem origem na desapropriação, pelo Governo do Estado, da antiga Sanderson, e foi reativada com capital público, tendo se tornado a terceira empresa no setor, só atrás da Cutrale e da Citrosuco;

3 – No início das atividades das empresa, que fabricava suco de laranja concentrado e congelado, sofria forte concorrência das outras duas, mas a entrada no mercado da norte-americana Cargill marcou o início da mudança de relacionamento do setor e a da formação do cartel industrial;

4 – A Frutesp por ser pública e ter acordo com a Coopercitrus, cooperativa de produtores, não podia ser quebrada pelas indústrias dominantes, daí a necessidade de estabelecimento do cartel com a participação da Frutesp;

5 – O mecanismo de quebra da concorrência era feito mediante o abastecimento inicial da

necessidade de frutas pela Cutrale e Citrosuco, seguida de um aumento artificial do preço da matéria prima e e seguido de um achatamento do preço do suco de laranja, forçando as pequenas a comprar caro e vender barato;

6 – A Cargill tinha muito medo e resistia ao cartel, mas submeteu-se à essa idéia, acatando tudo o que fosse decidido;

7 – A Frutesp era acusada de ficar “em cima do muro” porque participava do cartel e, mediante o acordo com a Coopercitrus, repassava para os citricultores parte dos seus ganhos, o que gerava uma diminuição dos lucros do cartel;

8 – No início dos anos 90, houve uma queda acentuada do preço do suco, e isso motivou o cartel a quebrar a Frutesp, e poder aumentar os seus ganhos;

9 – O pretexto para o ataque à Frutesp foi a quebra do compromisso que a empresa tinha com o cartel de compra de 30 milhões de caixas e acabou adquirindo 35 milhões;

10 – Como represália, o cartel forçou o encalhe da produção da Frutesp, estabelecendo preços elevados para todos na presença dessa empresa, mas vendendo a preços menores sem o conhecimento da Frutesp;

11 – Esse mecanismo fez com que a empresa não conseguisse vender os seus estoques e ao final da safra, o cartel, após vender o seu produto, forçou uma queda drástica, causando prejuízo de mais de 30 milhões de dólares à empresa;

12 – Esclarece que a fixação dos preços do produto acabado era feita em duas reuniões: na primeira, participavam a Cutrale, Citrosuco, Coinbra, Citrovita, Cargill e Frutesp, e na segunda, eram definidos preços menores sem a presença da Frutesp, o que fazia com que o produto dessa empresa não tivesse aceitação no mercado;

13 – Após essa safra, as cinco empresas voltaram-se para os fornecedores da Frutesp, aproveitando-se de sua fragilidade em decorrência do prejuízo, oferecendo preços muito superiores ao do mercado para monopolizar a matéria-prima;

14 – Esses fatos ocorreram no final dos anos 80 até a quebra da Frutesp, em 1993;

15 – Esclarece que as empresas ofereciam de sete a doze dólares por caixa, quando o mercado pagava em torno de dois a três dólares. Tais ofertas foram feitas inclusive ao Presidente da cooperativa e a diretores da empresa e a seus familiares. O filho de um diretor foi abordado com a oferta de ganho de vinte centavos de dólar por caixa apenas para convencer seu pai a vender para o cartel;

16 – Essa tática causou desmoralização da empresa porque seus próprios proprietários (citricultores da cooperativa) vendiam matéria-prima para as concorrentes;

17 – Esclarece que a empresa foi privatizada no final dos anos 70, tendo sido vendida para a Coopercitrus;

18 – Ao mesmo tempo, esse ataque gerou nos cooperados a idéia de que ganhariam mais com a venda da empresa e com a manutenção dos preços altos mesmo após essa venda, enquanto que a permanência da indústria em suas mãos gerava prejuízos e dificuldades;

19 – A empresa foi colocada à venda em 1991/1992, já com dificuldades financeiras, tendo sido adquirida pela Coinbra em 1993, numa operação pré-negociada entre as empresas do cartel, sem a presença da Frutesp;

20 – A participação de mercado da Frutesp foi repassada para as cinco empresas, não tendo sido herdada totalmente pela Coinbra, o que ocorreria se tivesse sido uma aquisição verdadeira;

21 – Por participação no mercado, deve ser entendida a posição da empresa tanto na base de compra de matéria-prima como na de colocação do produto acabado, pois não há como dissociar uma ponta da outra;

22 – O ataque feito pela Cartel à Frutesp desequilibrou a posição das empresas do grupo no que diz respeito à compra de matéria-prima. Por isso, logo após ao retalhamento da Coinbra, as indústrias se reuniram para restabelecer esse equilíbrio no domínio da matéria-prima celebrando o que ficou conhecido como o “Acordo dos Jardins”;

23 – Esse acordo visou a compensação na participação de matéria-prima, com o repasse, por todas elas, do que havia sido comprado além da participação estabelecida, inclusive nas compras feitas indiretamente por meio de mercadistas;

24 – Além de restabelecer o equilíbrio, o “Acordo dos Jardins” também estabeleceu a partilha da participação no mercado que detinha a Frutesp. A Coinbra, empresa adquirente, não assimilou toda essa participação, como seria de se esperar, tendo sido repassada uma parcela para as demais. Esclarece que por “Jardim” era entendido o pomar, o mercado fornecedor. Essa divisão significava que um determinado produtor só poderia vender para uma indústria determinada, devendo as demais respeitar essa reserva e não tentar comprar matéria-prima dos fornecedores das demais. Havia exceções de produtores que poderiam, em razão de possuir mais de uma propriedade, fornecer para mais de uma indústria.

25 – Na mesma época, tramitava uma investigação de formação de cartel, envolvendo as cinco empresas, no CADE. Essa investigação, iniciada por denúncia dos citricultores, culminou com um acordo celebrado no final de 1994, quando elas firmaram um “Termo de Cessação de Conduta” com o órgão, comprometendo-se a não combinar preços, não dividir entre si os citricultores, não trocar informações.

26 – Essa prática, entretanto, continuou, pois ao mesmo tempo em que celebravam o

TCC com o CADE, as empresas se reuniram e firmaram um CONTRATO DE CARTEL, que significava o loteamento da produção e do mercado comprador, estabelecendo a participação de cada uma e mecanismos de compensação e repasse de matéria-prima e de produto acabado para a manutenção das respectivas participações;

27 – O contrato de cartel previa a possibilidade de troca de fornecedores entre as indústrias, mantida a participação e mediante compensação;

28 – Além das cinco grande empresas do cartel, existiam pequenas produtoras de suco, cuja concorrência não era tolerada pelo cartel;

29 – Um dos mecanismos de combate à essa concorrência era conhecido como “Operação Temporona”, que consistia na elevação artificial do preço da furta da entressafra, conhecida como “Temporona”, para impedir que fossem adquiridas pelas pequenas. Isso era necessário porque as indústrias só adquirem durante a safra, cessando sua atividade no fim do período. Com isso a tendência é a diminuição da procura da fruta e a queda natural do preço, possibilitando as pequenas sua atividade e viabilização.

30 – Para processar as frutas compradas na “Operação Temporona”, o cartel deixava funcionando apenas uma fábrica, que repassava para todas o suco produzido;

31 – Esse suco dá prejuízo, porque a matéria-prima tem preço elevado e o produto acabado tem um preço menor porque a fruta nessa época tem rendimento e qualidade menor. O prejuízo é assimilado por todas as empresas do cartel.

32 – Sabe que desde o início, o cartel montou uma auditoria para assegurar o cumprimento das normas do contrato de cartel. Inicialmente, esse monitoramento era feito por Plínio Rossetti, que era pago pela Cutrale e Citrosuco e depois montou uma empresa que continuou a desenvolver esse monitoramento de forma terceirizada.

33 – Esclarece que Plínio Rossetti era o gestor das fazendas adquiridas por ocasião da compra das empresas Citral, Sucorrico e Frutropic, pela Cutrale e Citrosuco no final dos anos 70.

34 – Esse monitoramento consistia em visita as fabricas e de instalações para verificar livros fiscais, contratos, documentos de compra de laranja, estoques e venda de suco. Esclarece que a Auditoria tinha livre acesso a todas as instalações e documentos das indústrias do Cartel.

35 – Sabe que essa Auditoria perdurou, dessa forma, até o final de 2003. Depois dessa época, o cartel sofisticou-se e ao seus métodos, tendo o depoente recebido notícias da existência de mecanismos de controle das normas de contrato de cartel, não sabendo porem especificar quais sejam.

36 – Dentre os métodos de eliminação da concorrência o cartel desmontaram as indústrias menores, após inviabiliza-las economicamente. O depoente pode citar como exemplo

disso as empresas Frutax, Royal, CTM, Central, Sucorrico, dentre outras.

37 – Uma vez decidida a venda da empresa, o cartel se reunia e organizava o leilão para venda dos ativos de forma retalhada. Ao leilão só compareciam as empresas do cartel, já com seus papéis determinados. Os equipamentos e maquinas adquiridos em leilão eram destruídos e as instalações divididas entre o cartel, sempre mediante a compensações mutuas.

38 – A Cargill prestava serviços de processamento de laranja e transporte de suco para o Montecitrus e o Comcitrus na década de 90. Essas empresas reuniam citricultores e esses contratos foram vistos pelo cartel como risco pois poderiam resultar em novas fábricas concorrentes. O Montecitrus cresceu e comprou uma pequena empresa chamada CTM. E associou-se à Canbuhy.

39 – Por decisão do cartel, a Cargill rescindiu os contratos, colocando em dificuldades o Montecitrus, a CTM e o Concitrus. A CTM acabou inviabilizada e indo a leilão e retalhada.

40 – A Sucorrico era uma pequena empresa cuja produção era toda destinada à Cutrale, que repassava para as empresas do cartel, na medida de sua participação. Mesmo após a aquisição dessa empresa pela Citrovita, teoricamente concorrente da Cutrale, sua produção continuou sendo canalizada para a Cutrale, que continua a fazer o repasse, até hoje.

41 – A compra da Cargill é também um dos fatos que demonstram a vitalidade do cartel. Em 2004, os ativos dessa empresa foram adquiridos pela Cutrale e Citrosuco. Oficialmente, cada uma comprou partes da Cargill separadamente, mas os próprio diretores da empresa admitem a compra conjunta. Cada uma delas comprou uma das fábricas da Cargill, sendo que a Citrosuco adquiriu a única em atividade e a mais importante. Teoricamente todos os fornecedores de laranja dessa fabrica deveriam passar a fornecer para Citrosuco. O depoente fornecia para essa fábrica naquela ocasião. Surpreendentemente, sem nenhuma comunicação da Cargill ou da Citrosuco, recebeu uma correspondencia da Cutrale informando que daquele momento em diante ele passaria fornecer exclusivamente para a Cutrale. Outros fornecedores da mesma fábrica foram também destinados as outras empresas do cartel, no re arranjo que demonstra a prévia combinação para assimilação da Cargill e de sua participação no mercado.

42 – Ao contrário do que se poderia esperar por ocasião dos leilões ou aquisições de empresas por membros da cartel, esses negócios nunca geraram protestos ou resistência de quaisquer deles. Por exemplo, a compra da Cargill pela Cutrale e Citrosuco, da Frutesp pela Coimbra, da Sucorrico e Canbuhy pela Citrovita não só não geraram protestos como também não causaram desequilíbrio na divisão do mercado previamente estabelecida.

43 – As empresas do cartel pagam os mesmos preços mínimo e máximo, compondo um preço médio uniforme, pela matéria prima adquirida de terceiros. Isso é verificado com maior clareza na fruta comprada no portão, cujos os preços são idênticos para as quatro empresas, e quando alterados são na mesma intensidade e época.

44 – A variação de preços eventualmente existente mascara a uniformidade, mas não é capaz de eliminá-la porque elas apresentam entre seus preços mínimos e máximos, sempre os mesmos preços médios.

45 – Isso não poderia ocorrer tendo em vista que são empresas com porte diferente, escalas de produção diferentes, fornecimento próprio diferentes, e que portanto tem custos diferentes. Uma vez que o preço do produto acabado é o mesmo, as fábricas com custos menores poderiam disputar fornecedores de laranja, pois podem oferecer preços melhores. Mas essa disputa por matéria prima não existe.

46 – As quatro empresas do cartel exportam sua produção para suas próprias subsidiárias localizadas no exterior a preços inferiores aos do mercado. Por exemplo, quando a tonelada de suco era vendida a US\$ 1.800,00 no exterior, elas continuavam registrando o preço de exportação como sendo de US\$ 800,00 a tonelada. As subsidiárias revendem o produto no mercado externo por preços praticados no mercado. Essa manobra pode significar evasão de receita e sonegação fiscal, em prejuízo do Tesouro Nacional, não podendo o depoente especificar valores e todos os mecanismos utilizados.

47 - Essas subsidiárias no exterior também se relacionam entre si emprestando recursos, faturando vendas e realizando negócios entre empresas do mesmo grupo, visando diminuir sua carga tributária, não sabendo o depoente esclarecer se nesses negócios há ou não simulação e sonegação fiscal.

48 – Esse mecanismo se sofisticou por meio de acordo firmado entre a Cutrale e a Coca Cola, pelo qual, a empresa brasileira opera as fábricas da Norte Americana nos Estados Unidos entregando suco de laranja já envasado para consumo final. Acordo similar existe entre a Citrosuco e a Tropicana, empresa da Pepsi Cola.

49 – Uma tonelada de suco concentrado de laranja gera no mercado consumidor cerca de US\$ 7.000,00. Só 10% a 20% desse valor retorna ao Brasil. E as empresas brasileiras participam em grande parte da receita gerada no exterior.

50 – A Frutesp, visando proteger o citricultor dos efeitos da inflação e transferir para ele eventuais ganhos de mercado, instituiu a prática da dolarização do valor da caixa de laranja. Após o desaparecimento da Frutesp, o cartel fraudou esse objetivo mantendo o valor em dólar e a participação no mercado passou a ser balizada pelo preço que as empresas do cartel fixam para a venda do seu produto acabado.

51 - Um estudo feito pelos norte americanos revela que até o início dos anos 90, os preços pagos pelo consumidor e os da bolsa de valores de Nova York tinham curvas paralelas. A partir de 94/95, enquanto a curva do preço pago pelo consumidor continuou ascendente a relativa ao suco de laranja concentrado caiu, o que revela manipulação de preços do suco concentrado. As empresas do cartel foram investigadas pela prática de dumping pelo Governo Norte Americano e

condenadas a pagar multas e sobretaxas de exportação. Essa condenação confirma a existência da manipulação de preços.

52 – O Comprador de suco concentrado e congelado de laranja estabelece no contrato que firma com a indústria inúmeras especificações que devem ser obedecidas no fornecimento, como por exemplo, o grau brix ou concentração de sólidos solúveis, cor, sabor/aroma, “ratio” ou teor de acidez, porcentagem de polpa e outras características químicas e físicas biológicas sofisticadas e só aferíveis mediante análises laboratoriais.

53 – O comprador exige que ao suco não seja acrescentado nenhum outro produto natural ou artificial, de forma que o produto acabado entregue pela indústria é apenas e tão somente o suco extraído da laranja.

54 – Para atender as especificações de seu cliente a indústria deve acompanhar a safra, analisando o processo de maturação do fruto e de suas características, determinando ela e mediante prévia análise laboratorial de amostras colhidas, a variedade e o momento da colheita. A indústria determina também o ritmo da colheita de acordo com a sua capacidade de esmagamento e até dos estoques existentes.

55 – O citricultor não tem acesso ao contrato celebrado entre a indústria e seu cliente e nem ferramental técnico para analisar suas frutas e determinar com independência o momento da colheita.

56 – Pelas suas características a colheita da laranja não pode ser comparada a de outros produtos, como soja ou milho que podem ser colhidos tão logo chegue a época própria. Ao contrário deles a colheita da laranja determina o produto acabado.

57 – Há ainda que se considerar o critério de rendimento da fruta, ou seja o teor de sólidos solúveis encontrado em seu suco. Quanto maior a maturação, até um determinado limite, há uma concentração desses açúcares e quanto maior ela for maior o rendimento em suco de laranja. Se dependesse do produtor, ele colheria as frutas no momento em que amarelassem no pé, mas isso significaria colher frutas com rendimento muito baixo, o que comprometeria a rentabilidade da indústria. Também por isso a indústria precisa acompanhar a maturação e determinar o momento de maior rendimento para a colheita. Embora o maior rendimento gere mais rentabilidade para a indústria, esse ganho não é repassado para o produtor.

58 – Como é a colheita que define a qualidade, o rendimento, e a adequação do produto ao contrato de fornecimento de produto acabado, ela é atividade fim da indústria.

59 - Em função dessas características a indústria é obrigada a determinar não só o momento de início da colheita mas também mudanças constantes de variedade, ritmo, impondo interrupções até mesmo para compatibilizar a velocidade do trabalho com a evolução da maturação pretendida pela indústria.

60 – O Depoente já perdeu frutas porque a indústria não autorizou sua colheita, embora tivesse contrato de compra de safra, por razões ligadas aos interesses da fábrica. A laranja não colhida, ainda que por ordem da indústria, não é paga ao citricultor, pois a indústria só paga a laranja que chega ao portão da fábrica. Essa direção da indústria é utilizada também como mecanismo para imposição de rebaixamento de preços, porque o citricultor não pode colher essa laranja rejeitada para vendê-la a outro comprador, pois está presa ao contrato.

61 – Em média os contratos de compra de laranja pela indústria são feitos previamente e com duração de 3 safras, podendo chegar até 8 safras consecutivas. Os preços da laranja são fixados pela indústria e é com base neles que o citricultor contratará a mão de obra necessária à colheita.

Encerrado o ato às quatorze horas e dez minutos (14h10min), eu, **Alexandre Ricardo Cupri Aranha**, secretário do procedimento, lavrei o presente termo que, após lido e achado conforme, vai assinado por todos os presentes. O presidente da FERAESP teve que ausentar-se durante o depoimento.

RICARDO WAGNER GARCIA

Procurador do Trabalho

FLAVIO C. P. VIEGAS

TESTEMUNHA

SERGIO LUIZ RIBEIRO

FERAESP

Bebedouro(sp), 10 de Agosto de 2006

Ao

Senador Eduardo Suplicy
Brasília – DF

Venho por meio desta transmitir-lhe minhas preocupações com os últimos acontecimentos envolvendo a citricultura no Estado de São Paulo. O setor é um dos principais esteios do agronegócio paulista, tendo uma importância econômica e alimentar muito grande. A Associtrus após um passado de descrédito junto aos produtores de laranja, tendo em vista que algumas de suas lideranças ficaram ao lado das indústrias de suco em detrimento dos produtores, atualmente vem tendo uma atuação bastante dinâmica e intransigente na defesa dos interesses dos seus associados. Isso não impediu que parte de sua atual DIRETORIA, tenha sido influenciada politicamente pelo PSDB de São Paulo, adotando uma postura de críticas a atuação do Governo Federal ao mesmo tempo de fêz vista grossa à omissão que o Governo do Estado de São Paulo vem tratando a citricultura paulista.

Por outro lado, foi feita uma negociação entre o governo e as indústrias de suco de laranja referente à safra 2005-2006, que tem desagradado a Diretoria e os associados da Associtrus, pois a negociação para os produtores ficou restrita ao novo preço da caixa da laranja enquanto para a indústria a suspende as investigações no âmbito do Cadê e da SDE acerca das denúncias de formação de cartel.

Senhor Senador, a questão da Laranja, não se resume somente ao atual preço da caixa da laranja, e sim a diversos fatores como o financiamento público tanto do governo federal quanto do Governo de São Paulo, para o plantio de novos pomares, bem como o refinanciamento das DÍVIDAS de milhares de pequenos, médio e grandes produtores que no passado se endividaram e que atualmente encontram-se desamparados. As iniciativas institucionais para se adicionar o suco de laranja na merenda escolar, bem como a adoção do CONCECITRUS (a exemplo do Consecana), um novo contrato que remunere o produtor pela produtividade da fruta, merecem uma atenção, tanto quanto ao novo preço da caixa da laranja.

Peço a V. Exa., que sempre acompanhou o setor e esteve presente nas reuniões aqui em Bebedouro, bem como, apoiando as manifestações dos produtores de laranja em Brasília, que deixando de lado as partidariasções de que o assunto laranja está contaminado, continue junto aos citricultores em sua luta principalmente no que diz respeito A CONTINUIDADE NAS INVESTIGAÇÕES QUE O CADE E SDE podem fazer com respeito à formação de Cartel nas indústrias de suco de laranja.

Atenciosamente,

Davi Perez Aguiar, Vice-Presidente da AMCISP (Associação dos Municípios Citricolas do Estado de São Paulo), e Ex-Prefeito de Bebedouro/SP

IVANILDA FIGUEIREDO

**POLÍTICAS PÚBLICAS
E A REALIZAÇÃO DOS
DIREITOS SOCIAIS**

Sergio Antonio Fabris Editor

PREFÁCIO

POSSAMOS LOGO NO BRASIL APLICAR
OS PRINCÍPIOS DE JUSTIÇA

*Eduardo Matarazzo Suplicy**

A tese de mestrado de Ivanilda Figueiredo para a Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, publicada neste livro, constitui uma contribuição de enorme significado para que o Brasil possa dar um avanço importante rumo à implantação de uma Renda Básica de Cidadania. Trata-se de um dos mais eficazes instrumentos de política econômica para que possamos atingir os objetivos de erradicação da pobreza absoluta, crescimento com maior equidade, dignidade e liberdade real para todos os seres humanos na sociedade.

Ivanilda Figueiredo estudou em profundidade a literatura desenvolvida a respeito dos diversos instrumentos de transferência de renda que foram objeto de análise realizada, sobretudo diante da experiência acumulada pelos mais diversos países que enfrentaram o problema da erradicação da fome e da pobreza absoluta. Dedicou também atenção ao debate ocorrido no Brasil nas últimas décadas sobre as propostas de garantia de renda às pessoas e famílias de maneira que pudessem ter asseguradas as condições para que as suas crianças estivessem freqüentando a escola, tendo a devida as-

* Senador (PT-SP), autor do Projeto de Lei apresentado no Senado Federal em 2001 que deu origem à Lei 10.835/2004, que institui a Renda Básica de Cidadania, professor de Economia da EAESP-FGV, Ph.D em Economia pela Michigan State University, autor dos livros Renda de Cidadania. A Saída é pela Porta (2002, 1ª edição, 2004, 3ª edição, Editora Fundação Perseu Abramo e Cortez Editora e Renda Básica de Cidadania. A Resposta dada pelo Vento (2006), L&PM Editora.

sistência à sua saúde, obtivessem as vacinas preventivas de doenças conforme o calendário do Ministério da Saúde e encontrassem meios de sobrevivência dignos, sobretudo através do trabalho. Estudou as experiências de programas de Renda Mínima associadas à Educação, Bolsa-Escola, Bolsa-Renda, Bolsa Alimentação, Programa de Erradicação de Trabalho Infantil, Auxílio-Gás, Fome-Zero, Cartão-Alimentação e outros que acabaram se consolidando no Programa Bolsa Família, o qual se desenvolveu a partir de 2003.

Neste ano de 2006 o Programa Bolsa Família completa o seu quarto ano com resultados bastante positivos que são aqui analisados. O número de beneficiários cresceu significativamente, passando de 3,5 milhões de famílias, em dezembro de 2003, para 9,2 milhões de famílias em junho de 2006, e devendo passar para 11,1 milhões de famílias em julho-agosto de 2006, correspondendo a quase 100% de todas as famílias brasileiras que têm renda mensal per capita até R\$ 120,00 por mês. Como o número médio de pessoas por família é em torno de quatro, estima-se que cerca de 44,4 milhões de pessoas ou quase um quarto da população brasileira estará beneficiada pelo programa neste segundo semestre de 2006.

O Bolsa Família é uma transferência modesta, de R\$ 15 a R\$ 95 por mês, que envolve requisitos a serem preenchidos pelas famílias. Segundo a análise de inúmeros pesquisadores de instituições como o IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, a Fundação Getúlio Vargas, o Banco Mundial, a UNESCO, o PNUD, com base nos levantamentos realizados pelo IBGE, os resultados alcançados por sua implementação têm sido positivos, na direção correta, mas ainda estão longe de tornar o Brasil uma nação justa.

Ivanilda Rodrigues, além de estudar e analisar a literatura sobre o tema, resolveu fazer uma pesquisa de campo junto a 317 famílias beneficiárias do programa Bolsa Família em 6 cidades do Estado de Pernambuco, na região Metropolitana, no Agreste e no Sertão e que pudessem estar representando os lugares de maior e menor Índice de Desenvolvimento Humano. A relevância de seus estudos é que, depois de analisar em termos práticos o resultado da aplicação do Programa Bolsa Família e de se perguntar, como costumam fazer as autoridades responsáveis pelo mesmo sobre se já é o momento de fazermos a transição do Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania, de maneira muito assertiva ela conclui que esta última deve ser efetivada com a maior brevidade possível.

O livro de Ivanilda Figueiredo será de grande proveito aos estudiosos de Direito, como de Economia e a todos que se interessam pelo objetivo maior da Política, alcançarmos uma vida justa para todos. Ela salienta que a Renda de Cidadania vai cooperar para que a sociedade brasileira avance para atingirmos os direitos fundamentais e humanos: "é assecuratória de uma existência digna dotada da possibilidade de cada um, de acordo com suas aptidões, convicções, capacidades de realizar escolhas, direcionar a própria vida."

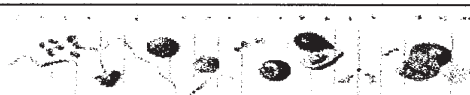
O que é a Renda Básica de Cidadania: o direito de todas as pessoas, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo sócio-econômica de receber uma renda na medida do possível suficiente para atender as necessidades de cada um, como um direito inalienável de todas participarem da riqueza da nação. Como seria difícil implanta-la de um dia para o outro, previu a lei que ela será implementada por etapas, começando pelos mais necessitados, como o faz o Programa Bolsa Família.

Por quê pagar a todos, digamos aos 190 milhões de brasileiros que existirão em 2010, até aos mais ricos se estes não precisam para a sua sobrevivência? Obviamente eles colaborarão para que eles próprios e todos os demais venham a recebê-la. E quais as vantagens? Eliminarmos em grande parte a burocracia envolvida em termos de saber quanto cada um ganha no mercado formal e informal para fins de receber a Renda de Cidadania. Eliminarmos o estigma ou sentimento de vergonha da pessoa ter que dizer que só recebe tanto e que por isso precisa de um complemento. Eliminarmos o fenômeno da dependência que acaba resultando nas armadilhas da pobreza e do desemprego, ou seja, quando há um programa que diz que se a família ou a pessoa não recebe até certo patamar de renda, ela passa a ter o direito a um complemento, mas justamente a pessoa então fica a pensar que se iniciar uma nova atividade ela vai receber uma remuneração, mas entretanto pode ser retirado o que o governo vinha lhe pagando, e ela talvez opte por não realizar aquele trabalho. Assim, será melhor que todos tenham a Renda de Cidadania, de maneira que o estímulo ao progresso sempre permaneça. Principalmente, é do ponto de vista da dignidade e da liberdade do ser humano - a liberdade de que nos fala Amartya Sen em Desenvolvimento como Liberdade, de que o desenvolvimento, se for para valer, deve significar maior grau de liberdade para todos na sociedade, que a Renda de Cidadania constitui um instrumento funda-

mental. Pois será melhor para cada pessoa saber de antemão que nos próximos 12 meses e a cada ano daqui para a frente, cada vez mais com o progresso da nação, ela própria e todas na sua família terão o direito à Renda de Cidadania.

Ivanilda Figueiredo compreendeu tão bem estas razões e abraçou a causa com entusiasmo. Seu livro é uma boa nova que é publicado ao lado de outros que colaborarão para que o seu objetivo seja atingido, como Renda Básica de Cidadania. Argumentos Éticos e Econômicos (2006), de Yannick Vanderborght e Philippe Van Parijs, publicado pela Civilização Brasileira. Na medida que mais e mais brasileiros venham a compreender a Renda de Cidadania como ela o fez, estarão todos a dizer ao Presidente da República. Está em suas mãos implanta-la. O Congresso Nacional já a aprovou para ser instituída por etapas, a critério do Poder Executivo. Está na hora de coloca-la em pratica.

Coleção Folha
Cozinha País a País



São Paulo, quinta-feira, 10 de agosto de 2006

FOLHA DE S. PAULO dinheiro

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

A retomada do crescimento econômico

A combinação de juro elevado, moeda forte e tributos pesados explica, em larga medida, o fraco dinamismo da economia

POR ENQUANTO , há um certo silêncio sobre política econômica por parte dos dois principais candidatos à Presidência, o do PT e o do PSDB. Passam a impressão de ter modelos parecidos. Uma das questões centrais que seria preciso debater é a seguinte: o que fazer para retomar taxas robustas de expansão econômica? A trajetória de muitas economias nos últimos anos, tanto desenvolvidas como emergentes, indica que é possível conciliar rápido crescimento do PIB com taxas de inflação modestas (5% ao ano ou menos). A experiência brasileira desde 1994 revela, por outro lado, que determinadas formas de estabilizar a moeda podem ser destrutivas das condições de crescimento. No Brasil, o combate à inflação tem sido feito por meio de juros sempre muito altos e câmbio recorrentemente sobrevalorizado. O relativo ajustamento das finanças públicas é alcançado de forma precária, com aumentos da carga tributária e cortes de investimentos, inclusive em áreas prioritárias como a infra-estrutura de transportes e energia. Essa combinação de juros elevados, moeda forte, tributos pesados e investimentos públicos reduzidos é que explica, em larga medida, o fraco dinamismo da economia. O foco do problema é a política de juros altos, que desestimula o consumo e o investimento, provoca apreciação cambial e pressiona o custo da dívida pública. O câmbio valorizado derruba as exportações e induz à substituição de produtos nacionais por importações, o que tende a tornar negativa a contribuição do setor externo para a variação do PIB. O aumento do custo da dívida acaba levando o governo a buscar superávits primários elevados, seja por aumento de tributos, seja por diminuição de despesas, deprimindo ainda mais a economia. Fundamental, portanto, é reorientar as políticas monetária e financeira. Há um esboço de mudança (talvez apenas eleitoreiro) desde a queda de Antonio Palocci Filho e a sua substituição por Guido Mantega. Mas a reorientação não tomará impulso se o Conselho Monetário Nacional e, sobretudo, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central continuarem dominados por técnicos e financistas distantes do mundo da produção e estreitamente identificados com a visão e os interesses do sistema bancário. O mandato do BC deve fazer referência

não apenas ao controle da inflação como também à sustentação do crescimento, à semelhança do que se verifica nos EUA, por exemplo. O sistema de metas para a inflação precisa ser definido e aplicado de forma mais flexível. Não é necessário, por exemplo, mirar sempre o centro da meta, especialmente quando a economia é submetida a choques de oferta. As metas devem ser definidas para horizontes mais longos, de dois a quatro anos, o que daria ao BC mais flexibilidade para alcançar os seus objetivos antiinflacionários sem sacrificar a atividade econômica e a competitividade da taxa de câmbio. Além disso, o BC e os demais bancos públicos federais têm que atuar, com firmeza, para ampliar o crédito, aumentar a concorrência em diferentes segmentos do mercado financeiro e diminuir o altíssimo "spread" bancário, isto é, a diferença entre as taxas de ativas e passivas dos bancos. A redução gradual da taxa básica de juro, até chegar a algo como 4% a 5% em termos reais, não é incompatível com uma inflação baixa, uma vez que a economia brasileira opera com grande capacidade ociosa. A queda dos juros levaria à depreciação cambial, fortalecendo o ajustamento externo e ampliando o estímulo ao crescimento. Taxas de juro menores permitiriam também assegurar o ajustamento das finanças públicas com um nível mais alto de investimentos em infra-estrutura e um nível mais reduzido de carga tributária. Isso aconteceria de duas maneiras: a) diretamente, pelo alívio da carga de juros da dívida (mesmo que se leve em conta a provável redução dos impostos sobre rendimentos financeiros); e b) indiretamente, porque a queda dos juros aumentaria a atividade econômica, favorecendo a arrecadação e reduzindo as despesas de carácter cíclico. Note-se que o ajustamento fiscal aparece aqui, em grande parte, como subproduto da reorientação monetária - e não, como sustentam muitas análises de tipo mais tradicional, como pré-condição para mudar a política de juros.

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR. , 51, economista e professor da FGV-EAESP, escreve às quintas-feiras nesta coluna. É autor do livro "O Brasil e a Economia Internacional: Recuperação e Defesa da Autonomia Nacional" (Campus/ Elsevier, 2005).
pnbjr@attglobal.net

Texto Anterior: [Dólar também recua e fecha a R\\$ 2,168](#)

Próximo Texto: [Nova desoneração deve começar pela construção civil](#)

[Índice](#)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria hoje de fazer um discurso sobre aquilo que ouvi, sobre aquilo que foi dito aqui nesta tarde, primeiro, com relação à corrupção e à eficiência da Polícia Federal. Disseram que, neste Governo, se apura tudo, que, neste Governo, se está fazendo o possível para que a corrupção deixe de existir ou diminua na sua intensidade.

Foi dito que, pela primeira vez, combate-se corrupção neste País, que estão sendo presos presidentes de assembleias, de tribunais e por aí fora. Porém, Presidente Heloísa Helena, no passado recente não havia a corrupção que há hoje não. Quem dera que a Assembleia do meu Estado tivesse os mesmos valores que tínhamos em 1950, 1960 e 1970. Quem nos dera ter hoje no Espírito Santo um Alcino Santos, um Dyllo Penedo, um Parente Frota e tantos outros que passaram por aquela Casa. Não estou aqui desmerecendo a totalidade de seus membros hoje não, mas evidentemente piorou muito e cada vez piora, principalmente agora que inventaram uma bancada de evangélicos que chegou com força total e muita sede ao pote.

Foi citada aqui a violência, que tem deixado o brasileiro sem dormir. O brasileiro hoje está perplexo diante da guerra a que está assistindo no cotidiano, que já impregnou toda a nossa imprensa, porque todas as notícias de jornais, de rádio e de televisão, praticamente todas, têm relacionamento com a violência. E tanto isso é verdade que no programa em que a Globo está ouvindo os presidentes, o presidente Geraldo Alckmin, do PSDB, não conseguiu falar sobre economia, sobre saúde, sobre o que fez em seu Estado; não pôde falar sobre as estradas brasileiras que hoje estão em péssimas condições, completamente acabadas, intransitáveis, para compará-las às boas estradas que existem em São Paulo, que foram construídas ou submetidas à manutenção na administração dele.

O presidente Cristovam Buarque também pouco pôde falar. Ele tinha de explicar o que ele não fez como Governador na Capital da República. Ele não pôde falar de seus projetos, de seus programas, porque a cabeça dos nossos entrevistadores, da nossa imprensa, do povo em geral, está vinculada à notícia ruim, à coisa má, está vinculada à violência, à guerra em que vivemos.

Graças a Deus que a presidente Heloísa Helena, quando lá compareceu, não entrou na deles; falou o que quis, o que pôde dizer e o que tinha de ser dito. Queria aqui, portanto, dar os parabéns a ela, porque não se curvou e disse o que queria dizer, o que era necessário ser dito.

Hoje, com a presença do Presidente Lula, não sei quais os assuntos que deverão ser abordados.

Sr^a Presidente Heloísa Helena, queria aqui fazer uma retrospectiva para poder justificar essa guerra em que vivemos, essa violência em que o povo brasileiro está metido.

No início, predominava no mundo o regime capitalista. Era um capitalismo selvagem em que meia dúzia de patrões usurpava, perseguia trabalhadores, usava trabalho escravo. Não deu certo.

Depois tivemos o comunismo, e muita propaganda foi feita do regime comunista, que vivia escondido atrás de cortinas de ferro. Fazia-se a apologia do regime comunista, mostrando para o mundo que todos eram iguais, que todos estavam nivelados, mas havia naquilo uma grande mentira, porque, na verdade, não havia dezenas ou centenas de patrões, de capitalistas. Não. No regime comunista havia um patrão impiedoso, cruel, que cometia toda sorte de crimes contra o cidadão: era o governo constituído. Repito: o governo constituído era o patrão de todo mundo e submeteu todos aos maiores vexames e ao pior tempo que aquela gente viveu.

Finalmente, o mundo caminhou para um outro sistema: a social-democracia. Nós vimos o Japão crescer no Pós-Guerra de maneira assustadora; nós vimos a Europa se desenvolver significativamente, assim como Portugal e Itália, que, nos anos 70, chegou a vivenciar uma inflação de 80% ao mês. Também na Itália, Aldo Moro foi morto e prenderam não sei quem. Hoje a Itália vive numa situação excelente.

Lá se aprendeu com a social-democracia a remunerar bem a produção e a oferecer salários compatíveis para que as pessoas pudessem usufruir a produção do País e viver bem.

A social-democracia se espalhou, e existem muitos países no mundo que vivem felizes, que vivem tranquilos. Nós aqui também tentamos copiar esse modelo e ingressar no mundo social-democrata. Só que aqui a coisa é diferente, pois aqui há uma burocracia infernal. A distribuição de riqueza nesse modelo novo não pôde ser implantado no Brasil porque o cidadão não tem o direito de viver mais, não tem o direito de produzir e comercializar, não tem o direito sequer de ter o seu emprego para levar o pão de cada dia aos seus filhos.

É incrível, mas é verdade! E o Governo não se sensibiliza, o Governo só está interessado em assegurar à nata da sociedade, se é que assim podemos chamar os ricos, que possa viver de maneira tranqüila; que os banqueiros possam a cada dia usufruir mais lucros, e que as empresas grandes, as multinacionais, também naveguem em céu de brigadeiro.

Empresas, como a Vale do Rio Doce, não pagam imposto sobre importação, nem sobre exportação. Assim, num país com uma burocracia insuportável, com juros insuportáveis, como poderá haver distribuição de renda? Aquela renda que naturalmente poderia ser obtida pela pequena e microempresa, que deram certo em muitos países, mas que, no Brasil, não obtiveram êxito.

O Senador Eduardo Suplicy deu uma aula nesta tarde. Falou tudo o que sabia sobre a situação dos juros altos, da carga tributária. Teve inclusive a coragem de falar sobre a estagnação vivida pelo País. Citou especialista para mostrar que o Brasil está no caminho errado quanto à distribuição de renda. E, numa determinada hora, o Senador Eduardo Suplicy elogiou o Governo brasileiro pelo superávit obtido na balança comercial. E talvez somente o Senador Suplicy não saiba, pois todo o povo brasileiro sabe, que o superávit brasileiro é obtido em cima da exportação de produtos **in natura**. Não é em cima de manufaturados, não. Não é sapato que está sendo vendido, não; não é carne beneficiada, não. O superávit brasileiro é alcançado pela exportação do minério de ferro **in natura**, das placas de aço, da celulose, também em placas. Não é pela exportação de papel, não. Estamos entregando nossos produtos naturais e obtendo superávit na balança de pagamentos.

Bom seria que fosse em cima da exportação de maquinário, de automóveis, de sapatos, de soja, de café. Mas a exportação desses bens está falida, pois o dólar, desvalorizado, é uma encomenda dos ricos que dominam a economia mundial. Eles pediram também à China para valorizar a moeda. Ela disse que não, que precisava vender e não comprar. E por aí eles seguem a sua carreira.

Concedo um aparte ao Senador que está com o microfone levantado, ao Senador Antônio João e, depois, ao Senador José Jorge.

O Sr. Antônio João (PTB – MS) – É que eu sou novo, aqui, ninguém me conhece e não guardam o meu nome, mas não tem importância. De qualquer forma, eu estava ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a com muita atenção quando falava sobre as coisas difíceis em nosso País e a ausência de providências. V. Ex^a citava a Vale do Rio do Doce com ênfase, da mesma forma que eu, há pouco tempo, quando eu estreei nesta

Casa, falei da Rio Tinto. Eu fui me aprofundando nesses assuntos e observando as exportações brasileiras. Quero chamar a atenção do Brasil. Que nos ouça, quem sabe, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e acorde para as nossas exportações de minério de ferro, do nosso manganês, do nosso magnésio. As exportações são feitas com grandes lucros para as empresas, que, normalmente, são multinacionais ou associadas. No caso do meu Estado, Mato Grosso do Sul, a Rio Tinto extrai minério – ela é uma mineradora, mas não beneficia – e se beneficia, imaginem só e pasmem todos, da Lei Kandir para exportar com isenção de ICMS. Agora pleiteou no STJ a isenção da Cofins e do PIS. Só não conseguiu porque, como disse, essa não é uma decisão da lei, mas do Supremo. Certamente eles vão ao Supremo porque, lá, eles conseguiram uma decisão inédita que está aí quieta. Por que eles se beneficiam da Lei Kandir se são mineradores? Porque o Supremo entendeu, diante de um questionamento da Rio Tinto, que basta lavar o minério extraído, passar água, passar numa esteira, jogar água, para que se torne semi-industrializado – decisão que beneficia as outras no País inteiro. Assim, ele já não é um produto primário e sobre ele não mais incide o ICMS. Certamente, daqui a pouco, não incidirá mais imposto nenhum e nós vamos continuar sendo saqueados não só pela Rio Tanto, mas pela própria Vale do Rio Doce e outras empresas que venham se instalar, explorando as nossas jazidas no País inteiro. Senadora Heloísa Helena, se V. Ex^a ganhar a eleição – e espero que tenha sucesso –, lembre-se dos nossos recursos minerais, abandonados e explorados por todos. E não há um Presidente sequer – e, aí, não é só este não, nenhum – que se preocupe com isso. Grande é a preocupação de V. Ex^a e a minha. Deixo minha solidariedade a V. Ex^a pelo seu pronunciamento em defesa da Pátria, das nossas riquezas minerais que estão sendo espoliadas, saqueadas – bens que não se formam do dia para a noite. Nunca mais as nossas jazidas se recomporão porque levam bilhões de anos para se formarem e a situação geológica mundial não permite mais que nasçam as jazidas. Muito obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Senador Antônio João, eu só queria acrescentar algo ao que V. Ex^a disse quando se referiu a que se lavava o minério e que, por isso, não se pagava ICMS.

O Sr. Antônio João (PTB – MS) – É verdade.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Olha, não precisa lavar, não. Do jeito que sair do solo, pode ser exportado e não se paga nada. E o Governo Federal aprovou lei, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, determinando a isenção de imposto na importação de máquinas para retirar esse minério

do subsolo. Enquanto o cidadão comum paga 50% de imposto pela comida que come, pela roupa que veste. Olhe a que ponto este País chegou!

O Globo Rural, anteontem, mostrou máquinas, que beneficiam arroz, paradas por falta de matéria-prima. Falta arroz para que elas possam trabalhar. Isso ocasiona demissão em massa. Nós avisamos aqui que estão matando o agronegócio, estão matando o produtor de arroz, de cacau, de café, de mandioca e o criador de peixe. A agropecuária está falida, todo o agronegócio está falido, mas o Governo insiste em manter o dólar a R\$2,10, em não deixar o brasileiro exportar, porque deve ter alguma dessas grandes empresas ligada ao Governo que, além de importar sem pagar tributo, precisa ainda importar com o dólar mais baixo.

É um absurdo, Senador, o que está acontecendo hoje em nosso País. É uma vergonha! É inadmissível!

Quero saber o seguinte: que brasileiro do interior deste País está tendo sucesso em seu negócio? O produtor de frango? Não. O de carne bovina? Não. Não tem ninguém em condições de trabalhar.

O Sr. Antônio João (PTB – MS) – Só o vendedor de ambulância. O vendedor de ambulância tem sucesso o tempo inteiro.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – É, vendedor de ambulância, como também aqueles que usaram o dinheiro do Banco Rural.

A Senadora Ideli, que me antecedeu, falava da Polícia Federal, que está apurando crimes, que está descobrindo o que estão fazendo de errado. Mas eu queria que ela falasse dos 50 milhões do Banco Rural.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Perfeitamente, Senador.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – A respeito dessa questão sobre a qual a Senadora Ideli falou, da Polícia Federal, dessas prisões, há algo interessante que não sei se ela explicou aqui. Por que é que, de vez em quando, a Polícia Federal prende um bocado de gente, como prendeu em Rondônia – prendeu, por exemplo, um juiz, o presidente do Tribunal, prendeu uma porção de autoridades, deputados, e tudo – e não prendeu Delúbio, não prendeu Marcos Valério, não prendeu Silvinho? O que eu não entendo é a diferença de tratamento. As pessoas que participam dessas atividades de corrupção, com muita justiça, a Polícia Federal prende. Agora, eu não sei por que todas essas outras pessoas que entraram em atividades muito maiores, mensaleiros etc, não são presas. Não sei se a Senadora explicou isso.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Senador José Jorge, não sei se V. Ex^a lembra. Na época da revolução, havia um certo temor. Era época da lei seca, e a corrupção andou um pouco afastada do País. Do Governo democrático para cá, ingressamos num período em que a corrupção está surgindo com mais intensidade. No Governo Collor, o Presidente foi deposto porque, com resto de campanha, com sobra de caixa, comprou uma perua Elba.

Mas com relação ao Silvinho, não foi sobra de campanha, não; foi propina de empresa. Ele, representando o Governo Federal, não recebeu uma Elba, mas uma Cherokee. E, como V. Ex^a disse, não tem ninguém preso. Quero saber quem vai pagar os 50 milhões do Banco Rural. Quem pagou? Por que esse dinheiro apareceu no Banco Rural? De onde veio? Foi um empréstimo? Mas quem o pegou? Há os deputados denunciados porque receberam dinheiro para votar com o governo. E quem deu o dinheiro? E o corruptor, não é criminoso não? Então, um pai leva um filho à prostituição, o filho se prostitui, é condenado, e o pai não tem nada a ver com isso. É um absurdo, Senador, é um absurdo, cara Presidente.

Eu estava dizendo aqui que já não me preocupo tanto com essa parte da corrupção, porque, se Deus quiser, depois do Governo do PT, a corrupção vai realmente diminuir. Ela vinha crescendo, crescendo e, de repente, roubaram tanto que a sociedade brasileira agora resolveu colocar um basta nisso. A imprensa denuncia com mais frequência, e, como a roubalheira foi grande, talvez possa ser um marco para que, daqui para a frente, as coisas aconteçam de outra forma, de outra maneira e que o nosso País possa viver em paz.

Falaram aqui também da reforma política e em se convocar uma constituinte para fazer a reforma política. O povo brasileiro sabe que é balela, conversa fiada, enganação. Ontem, era a reforma da previdência que ia salvar, depois era a reforma tributária. Agora, é a reforma política que vai salvar. Não é nada disso!

Este País precisa de um modelo diferente de administração. Temos que ingressar no parlamentarismo para que o País não fique na mão de apenas um homem, com todos bajulando-o, puxando-lhe o saco. E este governo, perdido, não vê nada, não sente nada, não sabe de nada. É o rei, o dono, o manda-chuva. Temos, Senador, que transformar o nosso País num regime parlamentar. Enquanto isso não acontecer, o que o povo brasileiro tem que fazer é exigir, para votar no cidadão, que ele tenha currículo, que tenha sido prefeito, empresário, que saiba trabalhar, produzir. Não estou dizendo que deva ter currículo ruim ou bom; mas, pelo menos, que tenha currículo. Temos políticos sem currículo nenhum, nem bom nem ruim, porque nunca trabalharam.

Na próxima eleição, Senador José Jorge e Sr^a Presidente Heloísa Helena, temos que buscar alguém que se identifique com o povo brasileiro, que se sensibilize, que ouça aquelas pessoas que têm idéias que possam ser aplicadas em favor do povo brasileiro.

Eu aqui já disse e vou repetir: às vezes, me sinto um estelionatário, Senadora Heloísa Helena. O que votamos de bom para o povo brasileiro nos últimos quatro anos, nos últimos oito anos? Absolutamente nada. Aqui se trava uma discussão tremenda em cima de determinado assunto, mas, se V. Ex^a espremer direitinho, benefício lá embaixo, na ponta, para o povo, não existe. Não existe.

Temos um sistema tributário que é uma vergonha, é um crime, é um absurdo. Falamos todo dia em Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul), mas não temos mercado Brasil. As mercadorias têm dificuldades para sair de um Estado para outro; há uma burocracia infernal. O caminhoneiro, o homem que faz transporte no Brasil, é um infeliz, um amaldiçoado com tanta perseguição, uma coisa vergonhosa, com tanta burocracia. Não precisava de nada disso.

Há uma simulação: se se aumentar em 14% o preço da energia elétrica, se poderia acabar com o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) no País. Ora, numa época, Senadora, em que se tira o fio de cabelo de uma pessoa e se faz outra pessoa, pegase um telefone aqui agora e se fala com o outro lado do mundo, a imagem vem instantaneamente para cá. Olhem onde estão a ciência e a tecnologia e olhem onde estão os homens que cuidam da nossa tributação.

Por que não se cobra imposto de maneira invisível, de forma que ninguém sinta ao pagar, a exemplo do que ocorre hoje com a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira)?

Por que não se coloca um valor sobre a energia, sobre o petróleo, sobre o cigarro, o tabaco, a bebida, e que se cobre na fonte? E que a mercadoria transite livremente?

Por que um cidadão fica 10 horas na frente de um computador, ajeitando sua declaração de Imposto de Renda? Para que Imposto de Renda? Vamos cobrar de maneira que ele não sinta, que ele não veja que tem de pagar tributo. Vamos modificar essa sistemática. Não cabe na cabeça de um cidadão de hoje, moderno, imaginar que tenhamos de viver com esta burocracia! Não há motivo nem razão.

Espero que o futuro Presidente tenha a cabeça no lugar, que seja um grande gerente, que possa tapar todos os buracos das estradas deste País, que possa duplicar muitas delas e que possa construir novas, mas que faça também alguma coisa que beneficie o cidadão comum.

Não fiquemos aqui a fazer leis ora para amarrar o cidadão dentro do carro, ora para proibir que ele fume, ora para proibir que ele beba, ora para proibir que ele produza camarão, ora para proibir que ele plante eucalipto, ora para proibir que se faça hidrelétricas no Brasil. Hoje, nada mais pode ser feito. O cidadão está lá, no “interiorzão” do Pará, ele vai fazer um queijinho na casa dele, vai uma fiscalização em cima: “O senhor não pode fazer esse queijo”. “Por quê?”. “De jeito nenhum, o senhor tem de comprar aquele que vem do Carrefour, porque o Carrefour é uma multinacional e tem de mandar dinheiro lá para fora. É essa a sistemática brasileira. Por que não vão lá para dizer ao cidadão como ele deve fazer esse queijo de maneira eficiente, de maneira asseada para que possa ser consumido? Não. Eles vão lá para proibir. Assim acontece com todos os produtos. Assim vivem todos os produtores no interior deste nosso “brasilzão”, completamente abandonados pelo Poder Público. Repito: falta gerente; este País está vivendo sem gerenciamento. Está ao léu, está perdido no espaço. Não temos tido capacidade nem de copiar o que existe nos países que tiveram sucesso na economia, na segurança, no desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a o importante pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge pelo tempo que entender necessário para seu pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador José Jorge, V. Ex^a me permite usar a palavra pela ordem, enquanto se dirige à tribuna?

Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, quero apenas fazer o registro – peço que seja transcrito na íntegra – do artigo publicado ontem na coluna Tendências/Debates da **Folha de S. Paulo**, de autoria do Ministro da Saúde, Agenor Álvares, que tem por título: “Construindo o SUS”. Ele faz um relato da situação atual do SUS e de todas as medidas. Uma preocupação que tem deve-se ao fato de ser o SUS um sistema extremamente avançado, reconhecido mundialmente. Nasceu com a Assembléia Nacional Constituinte de 1988 e vem sendo aprimorado. Não é a vitória de um único governo, mas uma sucessão de medidas que envolvem as três esferas de governo – federal, estadual e municipal.

Houve avanço em termos de aumento de recursos. O orçamento do Ministério da Saúde teve um

aumento de 56% em relação a 2002 para aplicação no SUS. Todo o orçamento para a política de medicamentos também cresceu de R\$1,9 bilhão, em 2002, para R\$4,3 bilhões em 2006, interrompendo o ciclo do congelamento na tabela dos procedimentos do SUS, cujos valores também foram reajustados.

O importante, ainda no artigo, é que o Ministro Agenor Álvares termina o artigo com um assunto que está em nossa Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Como é o nome do Ministro, por favor?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agenor Álvares.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ministro da Saúde?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim, Ministro da Saúde.

E S. Ex^a termina com o seguinte parágrafo:

“Vampiros” e “sanguessugas” não são parasitas de geração espontânea e crescimento imediato. Para conseguirem sugar sangue, têm de ser criados e cevados por longo tempo. E só caça parasitas quem com coragem os enfrenta. Como faz o atual governo.

E, portanto, reafirmo todas as observações e registros que fiz no meu pronunciamento anterior, inclusive porque essa questão dos sanguessugas foi fruto, inicialmente, dos sorteios da Controladoria-Geral da União, que detectou a existência desse sistema infeliz e nefasto.

Eu queria fazer o registro desse artigo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TENDÊNCIAS/DEBATES

Construindo o SUS

AGENOR ÁLVARES

PELA PRIMEIRA vez desde que foi instituído o Sistema Único de Saúde, o debate eleitoral contamina o SUS. O artigo “(Des)construindo a saúde” (“Tendências/Debates”, 4/8) é a mostra desse fato. Com frases de efeito e retórica vazia, desrespeita os profissionais de saúde e tenta passar insegurança à população, em especial a segmentos que dependem única e exclusivamente do SUS para provimento de suas necessidades de saúde.

O SUS nasceu com a Constituição de 1988. Avanços significativos foram conquistados em conjunto pelos governos federal, estaduais e municipais. Creditá-los a um único governo, mesmo escondido sob o manto da submissão a interesses partidários, é desqualificar um processo histórico que consumiu a energia e o compromisso de toda uma geração.

Este governo, ao contrário do que sustenta o argumento elíptico do artigo, não desconstrói a saúde. Antes, mantém o processo de construção do SUS com medidas estruturantes que avançam em relação às políticas centradas em ações de marketing e pirotecnia midiática, como as velhas ameaças (nunca cumpridas) de quebra de patentes de anti-retrovirais.

Nesse caso, é forçoso ressaltar que reduzimos para US\$ 0,63 o preço do medicamento Kaletra, introduzido em 2002 no coquetel anti-Aids por US\$ 1,60. Neste ano, já baixamos, entre outros, e sem os holofotes da propaganda fácil, o preço de outro medicamento, o Tenofovir, em 51%. O ministério apresenta fatos: os indicadores de saúde atuais, sob qualquer ponto de vista, demonstram avanços robustos e consistentes do SUS. O orçamento do Ministério da Saúde aumentou 56% (R\$ 28,3 bilhões, em 2002, contra R\$ 44,3 bilhões, em 2006). Do montante previsto para outros custeios e capital de ações e serviços públicos de saúde, 81% são repassados de forma regular e automática para Estados e municípios. Registra-se o crescimento vertiginoso da atuação das Equipes de Saúde da Família, dos Agentes Comunitários de Saúde, das Equipes de Saúde Bucal. Foram criados os Centros de Especialidades

Odontológicas, o Samu e as Farmácias Populares. O SUS se aprimora e, com a ação solidária nos três níveis de governo, possibilita redução drástica do número de infectados pela malária, tuberculose e dengue. O programa de vacinação é referência internacional. Ampliamos a política de mutirões, que antes atendia só quatro procedimentos, e hoje chega a 84. Natural, portanto, como deixa claro o artigo citado, que a mudança leve à gritaria de grupos de interesse. Revisamos e avaliamos os mutirões. Identificamos que, apesar da estratégia prever três etapas de atendimento (consulta pré-cirúrgica, cirurgia e acompanhamento pós-cirúrgico), a última em geral não era realizada. O aperfeiçoamento também acontece com o aumento do orçamento para a política de medicamentos, que cresceu de R\$ 1,9 bilhão, em 2002, para R\$ 4,3 bilhões, em 2006, e para o Programa Nacional de DST/Aids. O orçamento 2006 para a compra de anti-retrovirais (R\$

945 milhões) é o dobro do aplicado em 2002. O tratamento gratuito para os portadores do HIV beneficia hoje 170 mil pacientes. É com o mesmo empenho que investimos em um novo modelo de organização e financiamento das santas casas, que passam a contar com orçamento global, ampliando sua capacidade de gestão e de planejamento. São recursos novos, de R\$ 200 milhões anuais. Além disso, interrompemos oito anos de congelamento na tabela de procedimentos do SUS. Em 2003, 2004 e 2005, promovemos reajustes que somaram incremento de R\$ 1 bilhão anuais. Também fortalecemos a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e, hoje, a sociedade reconhece sua eficiência, pois a elegeu em primeiro lugar entre quatro agências reguladoras, segundo pesquisa do Instituto de Defesa do Consumidor.

Impedimos, em trabalho conjunto com a Controladoria Geral da União e a PF, que a máfia dos sanguessugas continuasse desviando dinheiro da saúde. Outras investigações estão em curso com o apoio total do ministério e do seu corpo de funcionários.

É estranho que autoridades públicas, de Estados importantes, antagouizem os interesses da população e manipulem informações com o nítido propósito de levar apreensão sobre as Farmácias Populares, que têm 91% de aprovação entre os usuários.

"Vampiros" e "sanguessugas" não são parasitas de geração espontânea e crescimento imediato. Para conseguirem sugar sangue, têm de ser criados e cevados por longo tempo. E só caça parasitas quem com coragem os enfrenta. Como faz o atual governo.

AGENOR ÁLVARES, bioquímico e sanitarista, especialista em saúde pública, administração pública e planejamento social, é ministro da Saúde. É funcionário de carreira do ministério há 28 anos, por concurso público.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendida nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge pelo tempo que entender necessário.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena.

Em primeiro lugar, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de falar sobre um requerimento de minha autoria que acabei de entregar à Mesa, vazado nos seguintes termos:

Sr. Presidente, nos termos regimentais, solicito a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do músico pernambucano Moacir Santos, ocorrido no último domingo em Los Angeles, Estados Unidos, e apresentação de condolência à família.

Justificação

O Músico, compositor e arranjador Moacir Santos faleceu no dia 06 de agosto, na cidade de Los Angeles, aos 80 anos de idade, depois de profícua vida de divulgação da música popular brasileira. Nascido no sertão de Pernambuco, Moacir Santos foi professor de uma geração de músicos, dos quais se destacam: João Donato, Baden Powell, Roberto Menescal, Nara Leão, Sérgio Mendes e tantos outros. O músico deixou a mulher, dona Cleonir Santos, e um único filho, Moacir Santos Filho. Vivendo nos Estados Unidos, desde 1967, ele teve maior reconhecimento internacional do que em seu próprio País.

Com esse voto de pesar do Senado Federal, pretendemos reconhecer a excelência dos serviços prestados ao Brasil por esse ilustre pernambucano, falecido na semana passada.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador José Jorge, V. Ex^a me permite interromper o seu discurso para associar-me a V. Ex^a na manifestação de pesar pelo falecimento do músico Moacir Santos Filho, ilustre pernambucano, ocorrido na semana passada – se não estou equivocado – nos Estados Unidos. V. Ex^a faz bem em trazer à Casa essa manifestação, que, não tenho dúvida, interpreta não somente o sentimento dos pernambucanos, mas de todo o País, pois que ele, embora uma pessoa muito simples, se projetou nacionalmente e após teve reconhecimento internacional. Daí por que meus cumprimentos a V. Ex^a pela iniciativa do voto de pesar, que certamente é o da Casa, pelo passamento de tão ilustre figura.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro assunto que me traz à tribuna.

Segundo nota oficial do Ministério de Ciências e Tecnologia, o Programa de Inclusão Digital, criado em 2004, tinha por objetivo oferecer à população acesso à tecnologia da informação.

No Orçamento Geral da União, foi incluída a ação “Fomento, Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital”, num total de R\$84,7 milhões.

O programa teria duas vertentes. A primeira, a implantação de Centros de Inclusão Digital (CID) ou Telecentros, em ambientes informáticos fixos. Contra isso nada a reclamar. A segunda, o apoio para a aquisição de unidades móveis de acesso à informática, os chamados ônibus de inclusão digital.

Aí é que começa o problema, Sr^a Presidente. Na verdade, ônibus para ensinar informática. Isso é que é grave.

Em 2005, o Ministério da Ciência e Tecnologia descentralizou a inclusão do programa, depois de ter executado diretamente oito projetos.

Os executores do programa passaram a ser a Caixa Econômica Federal, com 9,95 milhões, e a Financiadora de Estudos e Projetos, a Finep, com 3,6 milhões, também órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Solicitei hoje da Caixa Econômica Federal informações sobre os contratos que foram estabelecidos, valores e entidades envolvidas. Estou aguardando os dados, para aprofundar a minha análise.

Em nota oficial, o Ministério de Ciência e Tecnologia reconhece a existência de procedimentos irregulares na aquisição dos ônibus, já que declarou que “É importante registrar que, em maio deste ano, ao tomar conhecimento de possíveis irregularidades na compra de ônibus, o MCT determinou que a Caixa Econômica Federal suspendesse todas as liberações de recursos para essa finalidade.

Ao mesmo tempo, a Finep realizou uma auditoria para apurar os procedimentos de análise dos projetos para a aquisição de ônibus que haviam sido aprovados, tendo encaminhado o relatório à Controladoria-Geral da União, determinando a suspensão da aprovação de recursos para os projetos aprovados e a devolução, inclusive, de recursos em alguns casos suspeitos.

Os auditores da Controladoria-Geral da União já encontraram as irregularidades no programa de inclusão digital. Dois ônibus comprados pelo convênio da Finep custaram cada um R\$348.000,00, valor muito acima do mercado.

Um ônibus de R\$348.000,00 é, na realidade, um ônibus caro, deve ser de luxo, porque é caríssimo, certamente superfaturado.

No dia de hoje, o jornal **Folha de S.Paulo** informou que documentos da Finep, agência do próprio Ministério, contradizem a versão da Pasta, de que não teria repassado o dinheiro para a compra dos ônibus da Planam. Na realidade, foram comprados na Planam.

Segundo o jornal, “O Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Qualidade (Intedeq), sediado no Rio de Janeiro, recebeu R\$747,23 mil do ministério, via Finep, e comprou da Planam dois ônibus equipados com computadores e sistema de acesso à Internet”.

Ao ser questionado pelo jornal, “o Ministério disse que a nota divulgada anteontem se refere apenas aos oito convênios para compra de unidades móveis de inclusão digital autorizados pela pasta e que ignorava que os recursos repassados pela Finep eram usados em equipamentos da Planam”.

Segundo o Sub-Relator da CPMI dos Sanguesugas, Deputado Gabeira, há vários indícios de irregularidades nas licitações para a compra de ônibus com recursos da Finep. Em depoimento à Justiça Federal, o empresário Darci Vedoin, o que denunciou os sanguesugas, teria afirmado que passara a orientar os Parlamentares a destinar recursos para a área de inclusão digital, onde teria muitos recursos disponíveis.

Uma coisa interessante! Eu já fui Secretário de Educação duas vezes em meu Estado de Pernambuco, já fui presidente do Conselho Nacional de Secretários, já fui presidente da Comissão de Educação da Câmara, Relator de muitos projetos na área da educação. Eu não vejo, Senador Motta, Mottinha, como é que um sujeito pode ensinar informática dentro de um ônibus. Na realidade, o que se pode ensinar dentro de um ônibus, Senadora Heloísa Helena, são coisas rápidas. Por exemplo, pode-se fazer um exame de sangue para ver se o cara é diabético; pode-se fazer tratamento dentário, exame oftalmológico. Mas ensinar informática em ônibus é realmente uma operação muito difícil. Isso porque um curso de informática vai durar, no mínimo, Senador Wellington Salgado... V. Ex^a também é da área de educação, é proprietário de universidade, como é que se vai ensinar informática em um ônibus quando se pode facilmente comprar uma Kombi? Aqui se diz que o ônibus custou R\$347 mil, uma Kombi, suponho, deve custar uns R\$30 mil. Pode-se comprar uma Kombi e levar nela os computadores. Não é preciso nem comprar a Kombi. Basta alugar uma Kombi, levar os computadores para onde quiser, ligá-los numa sala de aula e ensinar durante noventa dias, seis meses.

Quando todos aqueles meninos aprenderem, levam-se os computadores para outro lugar.

Na verdade, fazer inclusão digital em ônibus – desculpem-me dizer, não tenho as provas necessárias – é para alguém ganhar dinheiro. É como aquela frase do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen: “é melhor pagar só a propina e não fazer o programa”. Quanto essas pessoas vão ganhar nesses R\$350 mil? Vão ganhar R\$50. Então, vamos pagar os R\$50 e economizar os R\$300. Na verdade, não há nenhuma razão técnica.

Lembro-me de que, quando era Secretário de Educação em Pernambuco, Senadora Heloísa Helena, sempre aparecia gente para vender coisas em ônibus ou caminhão. Eu sempre dizia que não queria, por uma razão muito simples: eu tinha mil escolas para a Secretaria de Educação de Pernambuco tomar conta, todas elas paradas, cada uma no seu canto, nenhuma saía do lugar, e eu não conseguia tomar conta dessas mil. Imaginem se eu tivesse vinte andando pelo Estado inteiro! Dali a pouco iriam telefonar dizendo que a escola havia atropelado duas crianças, batido em um caminhão, que havia faltado gasolina ou que o motorista havia adoecido. É inviável.

Então, esse programa para mim é mais grave do que as ambulâncias dos sanguesugas, porque o problema com as ambulâncias é que são superfaturadas. Se elas fossem compradas pelo preço normal, seria muito bom que os Municípios tivessem ambulâncias para transportar seus doentes. Não tenho nada contra.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador José Jorge, só uma coisinha. Um computador custa R\$1.000,00. Assim, 10% desse valor significam pouca coisa, R\$100,00. Dez por cento de um ônibus que custa R\$350 mil representam R\$35 mil. É só isso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Deve ser isso. É essa a aritmética, porque na realidade esse programa não tem nenhuma lógica.

A CPMI identificou emendas feitas por pelo menos cinco Parlamentares ligados ao grupo, no valor de R\$10 milhões para os programas, que previam a compra de ônibus com computadores – para esses programas.

Os Deputados do PSB – é bom lembrar que o Ministério da Ciência e Tecnologia, desde o início do Governo Lula, foi entregue ao PSB, é uma espécie de feudo do PSB; são três Ministros, todos eles ligados ao

PSB –, Paulo Baltazar, João Mendes de Jesus, Josias Quintal e Heleno Lima, do PSC, apresentaram emendas ao Orçamento para destinar recursos de R\$3,6 milhões ao programa de inclusão digital.

A nova denúncia precisa ser minuciosamente apurada pela Comissão de Inquérito. Se for procedente a dúvida de membros da CPMI, o esquema criminoso poderá envolver dois ex-Ministros do Governo Lula, Eduardo Campos e Roberto Amaral, todos dois do PSB. Eles precisam ser convocados para prestar os devidos esclarecimentos sobre o caso. Se a dúvida que hoje paira sobre o partido da base de apoio do Presidente Lula for dirimida, a sociedade ficará mais tranqüila.

Pode ser que ele venha e justifique, mas justificar o programa é muito difícil, porque não tem lógica esse programa. Agora, justificar a aquisição de ônibus, se for por um preço razoável, pelo menos não há uma corrupção formal. A corrupção foi na criação do programa, que pode ser por incompetência, apesar de ser difícil de acreditar. Mas, se mantiver o padrão da atual administração lulista, é possível que se encontrem graves irregularidades no manejo da coisa pública.

Ao concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de solicitar ao Tribunal de Contas da União – e vou fazer o requerimento devido – que inicie um processo de apuração do Programa de Inclusão Digital do Ministério da Ciência e Tecnologia, quando finalmente poderemos confirmar ou não as evidências levantadas pela CPMI dos Sanguessugas, porque, na realidade, foram descobertos também no Rio ônibus abandonados e precisamos saber até onde estão, porque a minha desconfiança é de que os ônibus foram comprados e nem foram usados, porque para se usar um ônibus desse tem que montar uma estrutura por trás: gente para consertar o computador, gente para dar manutenção, professores, porque com o ônibus sozinho cheio de computadores ninguém vai aprender.

Entendo que o Tribunal de Contas da União deve fazer uma investigação especial nesse programa, se não no programa como um todo, porque o programa como um todo é realizado de outra forma, principalmente no que nós poderíamos chamar de Programa de Inclusão Digital Embarcado, porque daqui a pouco alguém vai inventar de comprar barco para fazer programa de inclusão digital. Ou, quem sabe, um pequeno avião? Na realidade, são coisas que não condizem com a lógica. É aquela história: jabuti não sobe em árvore. Então, se um jabuti está em cima de uma árvore é porque alguém colocou.

Esse é um programa que gera muita desconfiança em qualquer pessoa que tenha uma ligação, por

menor que seja, com a educação e com a questão da inclusão digital, porque não há nenhuma... Existem muitas ONGs que se dedicam à inclusão digital, algumas com muitos bons resultados, mas eu duvido que uma ONG dessa compre um ônibus para botar computador dentro, porque, como o Senador Motta falou, com o dinheiro de um ônibus, R\$350 mil, dá para comprar trezentos computadores. Com 300 computadores, dá até para dar um computador para cada aluno. É muito melhor do que comprar ônibus. Então, isso gera muita desconfiança, e acho que o Tribunal de Contas da União deve fazer uma auditoria especial.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço o pronunciamento de V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 912, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do músico pernambucano Moacir Santos, ocorrido no último domingo em Los Angeles – EUA, e a apresentação de condolências à família.


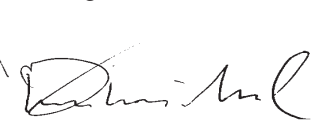
Justificação

O músico, compositor e arranjador, Moacir Santos faleceu no dia 6 de agosto, na cidade de Los Angeles, aos 80 anos de idade, depois de profícua vida de divulgação da música popular brasileira.

Nascido no sertão de Pernambuco, Moacir Santos foi professor de uma geração de músicos, dos quais se destacam: João Donato, Baden Powell, Roberto Manescal, Nara Leão, Sérgio Santos e um único filho, Moacir Santos Filho.

Vivendo nos Estados Unidos desde 1967, ele teve maior reconhecimento internacional do que em seu país. Com este voto de pesar do Senado Federal, pretendemos reconhecer a excelência dos serviços prestados ao Brasil, por este ilustre pernambucano.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2006.


JOSÉ JORGE
 Senador da República 

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Comunico ao Senador José Jorge e ao Senador Marco Maciel, que subscreveu o requerimento, que o voto de pesar será encaminhado à família do músico pernambucano Moacir Santos.

O requerimento vai ao Arquivo.

Tem a palavra V. Ex^ª.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^ª Presidenta, Senadora Heloísa Helena, Sr^ªs e Srs. Senadores, desejo registrar o lançamento, no Gabinete do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, ocorrido ontem de um livro de enorme oportunidade intitulado **Reforma Política no Brasil**, de uma contribuição acadêmica muito valiosa para o maior desafio com o qual o País se defronta neste instante: o de modernizar as instituições para assegurar a desejada governabilidade.

Sr^ª Presidenta, no momento em que nos preparamos para, em outubro, exercermos o direito de elegermos o novo Presidente, governadores e os candidatos ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, às Assembleias Legislativas e à Câmara Distrital, devemos ter presente a importância do voto na escolha de representantes merecedores da confiança popular.

Quero aproveitar a ocasião para, mais uma vez, fazer uma condenação aos movimentos que preconizam a abstenção, isto é, o absenteísmo e, também, anular o voto. Isso em nada concorre para aprimorar a democracia. A democracia exige uma cidadania ativa e cidadania ativa é sinal de participação.

Feita essa observação, Sr^ª Presidente, volto a brevíssima análise sobre o livro que oferece uma contribuição ao esclarecimento dos problemas que dizem respeito à chamada reforma política, na minha opinião, a primeira tarefa do Congresso a ser empossado em fevereiro do próximo ano.

A publicação que faço questão de exibir aqui constitui-se basicamente de três partes, conforme, aliás, salientou o Professor Leonardo Avritzer, um dos seus apresentadores e um dos coordenadores do trabalho, juntamente com a Professora Fátima Anastasia, que dirige o Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais, instituição de longa tradição no campo dos estudos voltados para a Ciência Política e o Direito Político de modo particular.

Eu gostaria de lembrar, por oportuno, que durante muito tempo, a Universidade editou a **Revista de Estudos Políticos**, que foi dirigida pelo Professor Orlando Carvalho, falecido já, infelizmente, um grande

doutrinador neste campo, com quem aprendi muitas e valiosas lições.

O livro está dividido em três partes. Na primeira parte, conforme salientou o Professor Leonardo Avritzer, contém uma disposição “sobre o estado da arte, das formas de representação e participação no Brasil e na América Latina; na segunda parte contém 31 verbetes sobre os diferentes aspectos que podem ser abordados por uma reforma política”. E eu estou citando as palavras do Leonardo Avritzer.

O primeiro deles é justamente o republicanismo. Acho isso um fato positivo, porque o que desejamos é melhorar as práticas republicanas no Brasil, ou seja, fazer o que no passado Joaquim Murinho preconizou “republicanizar a República”. O momento exige de todos nós, de modo especial, do Congresso Nacional, grande esforço no sentido de republicanizar a República, isto é, revigorar os valores republicanos.

Na terceira parte do livro, Sr^ª Presidente, discutem-se as perspectivas do presidencialismo de coalizão, no Brasil, que praticamos desde o instante em que se proclamou a República, em 1889, daí, surgindo a Constituição de 1891 que vertebrou, não somente a república, introduziu a federação, porque naquele tempo nós éramos um estado unitário e o presidencialismo, dando também uma nova configuração ao Senado, não mais vitalício como no Império e com três representantes de cada unidade da Federação.

Após a intervenção ontem feita pelo Professor Leonardo Avritzer, falou a Sr^ª Kim Bolduc, representante do PNUD, órgão da ONU para a América Latina e o Brasil.

Ela fez um discurso muito apropriado sobre o tema, começando por destacar que era “uma iniciativa do PNUD em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais. Esse esforço contou também com o apoio da União Européia e da Diretoria do PNUD para a América Latina, através do seu Programa de Governança Democrática”.

Destaco trechos do seu pronunciamento:

“A institucionalização da democracia é importante para o desenvolvimento socioeconômico e para o combate à pobreza, dois imperativos que integram o paradigma do desenvolvimento humano. O Brasil é uma das maiores democracias do mundo e vem buscando enfrentar esses dois desafios com muita determinação e com um nível esperançoso de sucesso. A democracia ajuda a priorizar esses dois objetivos maiores de países de renda mé-

dia, porém desigualmente distribuída, como é o caso do Brasil”.

A seguir, a Sr^a Kim Bolduc observou que:

“Considerando-se a especificidade do País, o PNUD optou por abordar um tema sensível e relevante como o da Rreforma Política, a partir de um enfoque diferente: dar voz à comunidade acadêmica nacional ao invés de produzir um relatório próprio sobre o assunto”.

Sr^a Presidente, o texto contempla uma série de artigos, estudos feitos por professores, acadêmicos, dos quais muitos conhecidos no País, como a Professora Fátima Anastasia, Antônio Octávio Cintra, Jairo Nicolau, David Fleischer, da Universidade de Brasília, não vou citar todos, mas apenas alguns: Professora Maria Hermínia Tavares de Almeida, da USP, Gláucio Soares, Marcus Melo, Paulo Calmon e também Fabiano Santos, entre muitos outros que concorreram com sua inteligência, com seu discernimento, para a formulação de propostas ao bom encaminhamento da reforma política.

Encerrando a solenidade, Sr^a Presidente, usou da palavra o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros. S. Ex^a observou que “um sistema político eficiente é aquele que se mostre apto a oferecer aos formuladores das políticas públicas condições ótimas para o encaminhamento e a estruturação de projetos de interesse do País. Isso é governabilidade”.

Na verdade, quando se fala em reforma política, pensa-se, às vezes, que é uma coisa abstrata, só para iniciados; quando, na realidade, é algo que tem muito a ver com o dia-a-dia do cidadão. O que se busca com a reforma política é melhorar o desempenho das instituições estatais e fazer com que elas sejam capazes de responder às demandas da sociedade. Esse é o grande desafio da reforma política. E isso que podemos chamar de governabilidade.

Advertiu também o Presidente Renan Calheiros, que, para isso, é fundamental a existência de verdadeiros partidos políticos: “Sem uma representação, e essencialmente fundada no partido político, corremos o sério risco de que o processo decisório seja intermediado por instâncias, cujos interesses estejam dissociados dos reais interesses da sociedade.

Aliás, parte do “desencanto” do cidadão comum com a política decorre justamente dessa sensação de que o mundo político é algo inteiramente estranho às suas questões. Daí por que precisamos avançar na reforma política, prestigiando a figura do partido,

fortalecendo a representação, para que seja inibido o avanço do personalismo”.

Sr^a Presidenta, uma democracia sólida é aquela que se apóia não em pessoas, mas em instituições. As pessoas passam, as instituições ficam.

Norberto Bobbio, que tanto doutrinou sobre o tema, asseverou em um de seus livros, **Entre duas repúblicas**, que é ledor engano pensar que serão os homens, com suas virtudes, mas também com seus defeitos, que vão dar consistência a um projeto de país. Dependemos sempre, antes, isto sim, de verdadeiras instituições.

Apoiando-me nas palavras do Presidente Renan Calheiros, registro que, quando se fala em fortalecer partido, geralmente se esquece de que, para se consolidar em estado partidário é fundamental sistema eleitoral que enseje uma adequada formatação.

O sistema eleitoral nem sempre aparece com destaque na discussão da reforma política. Na realidade, ele é essencial, porque, se queremos ter um sistema partidário hígido, saudável, isso significa que seja propiciador de autêntico quadro partidário. Daí por que não se pode pensar em fortalecer partido sem, no caso brasileiro, alterar o sistema eleitoral.

O sistema proporcional com listas abertas, não leva o eleitor a um partido. Leva, sim, o eleitor ao candidato, o que, a meu ver, é uma distorção do processo democrático. A relação democrática correta, assim penso, é eleitor-partido-candidato.

Com isso, quero dizer que, quando se fala em reforma política, pensa-se logo em fortalecer partidos – e isso é certo –, mas não se espere que simplesmente fortalecendo partidos se criem condições para que eles possam cumprir adequadamente seu papel na sociedade brasileira.

Se não mudarmos, se não alterarmos o sistema eleitoral que praticamos já há algumas décadas, vamos continuar tendo partidos débeis e continuar a ter eleitor votando não em partidos, não em propostas e idéias, mas em pessoas.

Sem querer me alongar em considerações, desejo destacar que o Presidente Renan Calheiros mencionou um fato relevante: “mais importante do que esse empenho pessoal é, justamente, a percepção social de que a reforma política é inadiável.

O tema, felizmente, já não é monopólio dos políticos. A reforma política é hoje uma demanda dos empresários, dos sindicatos e das mais diversas instituições da sociedade organizada”, que se ressentem, acrescento, da inexistência de instituições sólidas e que sofre, naturalmente, com o personalismo, com o

populismo, com o salvacionismo, enfim, com o funcionamento das instituições governamentais calcadas só nas pessoas, e não nas instituições.

Daí por que concluo minha intervenção, Sr^a Presidente Senadora Heloísa Helena, registrando o lançamento desse livro e fazendo votos para que possa ser devidamente lido, refletido e, mais do que isso, possamos avançar na conscientização de uma autêntica e verdadeira reforma política.

Um grande político mineiro que integrou esta Casa, Milton Campos, disse certa feira que “a democracia começa no reino das consciências”. Penso sempre que nenhum problema é adequadamente resolvido se não se forja antes a consciência da sua importância e se torna um querer coletivo.

No caso da reforma política, precisamos gerar, a partir da próxima eleição, uma consciência coletiva, um querer muito forte de que essa é uma tarefa essencial, porque dela demandará, certamente, a vertebração de boas instituições no País e, em conseqüência, a solução dos problemas sociais, políticos, culturais, econômicos que tanto ainda desafiam o projeto de desenvolvimento brasileiro.

Encerro minhas palavras agradecendo o tempo que V. Ex^a me destinou. Antes, porém, espero que neste momento em que começa a campanha eleitoral, sobretudo a partir do dia 15, terça-feira, data em que se iniciam os programas de rádio e de televisão, que façamos uma pedagogia do voto, do voto enquanto instrumento de mudança, escolhendo candidatos que mereçam a confiança do eleitor, criando condições para, em 2007, ao se instalar em fevereiro próximo, possa o Congresso Nacional ter como tema primeiro dos nossos debates a reforma política, isto é, reformas institucionais, porque essas denominadas reformas políticas ultrapassam o horizonte do sistema político, ou seja, do sub-sistema eleitoral, do sub-sistema partidário, para se converterem em reformas que, pelo seu alcance, significam reformas estruturadoras que edifiquem uma verdadeira República, capazes de resolver os grandes problemas com os quais ainda, infelizmente, se defronta o País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel, que lembra que no dia 15 deste mês começa o horário eleitoral, e compartilho com V. Ex^a a importância da reflexão sobre o voto. O horário eleitoral só traz uma injustiça: imagine que eu vou ter um minutinho, e dois outros candidatos vão ter 18 minutos!

Mas agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Juvêncio da Fonseca, Alvaro Dias e Marcos Guerra enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, há no Brasil da era Lula uma crescente apatia, o mal que assola o País e lamentavelmente vai tomando conta da maioria dos brasileiros, deixando-os ao léu, sem rumo e sem destino. Como quem, tendo o voto nas mãos, aparentemente não sabe se teria também o poder de assegurar novos e bons tempos para o País. Tem. Votando.

As urnas de outubro vão dizer se o Brasil muda, o que é uma boa hipótese, ou se tudo permanece como está, o que, a meu ver, seria péssimo.

O atual Governo pode estar próximo do fim ou de permanecer por mais quatro anos, e até mais. A primeira hipótese vai exigir muito esforço para uma verdadeira batalha de reconstrução nacional.

Seja o que for, fica a incerteza do momento, que pode ser entendida como legítima inquietação criada por esse que é sem dúvida o instante mais delicado do Brasil e que alguns pensadores, analistas e intelectuais chamam de degradingolada.

Degringolada foi a palavra escolhida pela escritora gaúcha Lya Luft, nome respeitável de pensadora preocupada com o futuro do Brasil, sem que se vislumbre o fim dos erros desses últimos quase quatro anos, um gigantesco estorvo nacional, criado neste Governo.

Qual é o impasse? Por impasse entende-se uma situação difícil em que parece impossível uma saída favorável. A mesma escritora, de uma terra de grandes tradições políticas, vê empecilhos que se podem ampliar num segundo Governo petista. Há, sim. E muitos.

Diz ela:

Certas escolas elementares” – isto é, de ensino fundamental – preparam novas gerações de contraventores (que terão o aval das autoridades, se tudo continuar como está), usando uma cartilha do pretensão MST. Nenhuma novidade.

A escritora não é radical, tanto que faz ressalva ao admitir que o MST é movimento originalmente legítimo, para uma luta em favor dos desalojados. Mas o que vemos hoje são ilegalidades protegidas pelo Governo. São agora movimentos que invadem e destroem propriedades priva-

das e públicas pelo País, e que violentaram o Congresso Nacional (Câmara dos Deputados), em Brasília.

O escritor baiano João Ubaldo Ribeiro indaga em seu último artigo (**O Estado de S. Paulo**, dia 6/8/2006):

“– Alguma alegria aí?”

E acrescenta:

“– Aí querem que o povo vote **certo**.”

Ele acha isso muito difícil e explica:

“– O grande eleitorado continua a ser massa de manobra com clientelismo.”

Daniel Piza, que faz a Resenha do Caderno 2 do **Estadão**, indaga:

Não é curioso que, em meio à hemorragia de denúncias comprovadas contra parlamentares e membros do Executivo – agora, acrescento, até do Judiciário – no esquema Sanguessugas, o Presidente Lula venha falar em reforma política e assembléia constituinte, como se disse que o problema está nas regras e não nas pessoas.

Sr. Presidente, o quadro pode ser triste e a apatia pode dominar, mas há jeito, sim. Nos Estados Unidos, escândalos envolvendo políticos, lobistas e delúbios, levaram à criação de um movimento chamado *Clean Elections*.

Aqui poderia haver algo parecido, para devolver aos cidadãos brasileiros o poder de eleger representantes que não se vendam aos interesses espúrios de grupos indesejáveis.

Aqui, no entanto, ao contrário, o Presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva sobe no palanque, como nesse fim de semana em Minas, ao lado de mensaleiros. Bom exemplo, cara pálida!

Aqui, por enquanto, a cresce a apatia. O caderno Aliás, de **O Estado de S. Paulo**, chegou a criar uma conversa fictícia entre Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, dois expoentes da literatura brasileira do passado.

Lobato e Euclides foram dois intelectuais profundamente preocupados com o Brasil. Euclides ficou célebre pelas reportagens sobre a Guerra de Canudos. Lobato, notável escritor de livros para crianças, foi batalhador incansável em defesa do petróleo.

Na conversa inventada pelo jornal, um reflexo do que ocorre na atualidade brasileira, Euclides da Cunha responde à pergunta sobre o melhor procedimento para o povo brasileiro:

Este País é organicamente inviável. (...) Agora, o melhor serviço a prestar-se no mo-

mento consiste sobretudo na seriedade, que chega a ser uma forma de heroísmo no meio desse enorme desabamento.

De Lobato, a resposta foi esta:

“A Pátria (permanece) sempre naquele eterno mutismo. A ilusão do povo brasileiro é um caso sério. O Brasil dorme.”

Por fim, na charge desta semana de Luís Fernando Veríssimo, o neto indaga ao avô, personagem de sempre na coluna desse outro notável escritor gaúcho:

– Vô, os políticos brasileiros são todos corruptos:

A resposta:

Não, não. Alguns não são...
...por alguma razão!

A fina ironia de Veríssimo sugere, felizmente, que ainda há salvação. O voto deve expulsar os maus representantes do povo, do vereador, ao Deputado estadual, passando pelo federal e pelo Senador, para chegar ao que deveria ser a mais importante figura da administração pública brasileira. O Presidente, sim, o Presidente, por que não?

Em anexo, as matérias a que fiz referência, para que constem dos Anais do Senado da República. Assim, no futuro, o historiador poderá ter elementos para escrever sobre essa desestimulante quadra da vida nacional, esta do quadriênio perdido.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é para fazer o registro da matéria da revista **Veja**, do dia 26 de julho de 2006, intitulada “Era pior do que se pensava”.

A matéria destaca que a máfia dos sanguessugas se revelou um dos maiores escândalos de corrupção descobertos no País. Os Parlamentares acusados de participar da máfia já chegam a 112, e o Legislativo não é o único poder atingido por ela. O rastro do suborno e do tráfico de influência alcança também o Executivo por meio do ex-ministro da Saúde, Humberto Costa.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria também passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

D:\Meus Documentos\DISC 07 AGO 06 apatia.doc
Arthur.Virgilio@senador.gov.br

Governo trocou emenda e Cargo por apoio, diz Dulci

Reconheço que o Governo petista adotou a mesma estratégia tucana de distribuir cargos e emendas do Orçamento para conquistar votos no Congresso.

Ponto de vista: Lya Luft

Descendo a lomba*

"Fica difícil permanecer alheio à nossa degradingolada. Como chegamos a tamanha decadência, não sei explicar"

Por algumas semanas tentei não escrever sobre os escândalos brasileiros: a gente

Por algumas semanas tentei não escrever sobre os escândalos brasileiros: a gente corre o risco de se contaminar com a feia doença do pessimismo. Tirei uma folga dos temas assustadores desta nossa democracia minada pela impunidade: pressões de autoridades e leis tortas liberam a corrupção e libertam bandidos. Em que aspectos nossa Justiça é boa, em que outros nos confunde ainda mais? A evidência e a complexidade do que vem acontecendo não admitem refúgio permanente em temas humanos como amizade, velhice, educação. Vamos ao que houve recentemente em nosso amado Brasil:

- Um monstro estuprou muitas vezes, retalhou e matou uma menina de 16 anos, enquanto seus comparsas matavam o namorado dela. Ele não vai a julgamento: também tinha só 16 aninhos na ocasião, coitado. Nossa lei não poderia ser mais parcial e fora da realidade, protegendo menores de idade e deixando órfã a sociedade em que psicopatas com bem menos de 18 anos estupram, matam e saem praticamente ilesos. Para eles, idade é documento, sim senhor.
- Uma jovem facinora da classe média paulistana, que com dois cúmplices trucidou (matar não é só manejar a arma) os pais, e dali foi direto para um motel transar com um dos rapazes, obteve mais mídia do que o presidente da República. Foram raríssimas suas manifestações durante o julgamento: "Chorou de sair lágrimas". Mas também deu algumas gargalhadas com seus advogados. Se não for louca declarada, é de uma perversidade de assustar criancinha e gente grande. Em poucos anos estará solta. É a lei...
- Certas escolas elementares preparam novas gerações de contraventores (que terão o aval das autoridades, se tudo continuar como está) usando uma cartilha do MST. Nenhuma novidade. O movimento original em favor dos desalojados de suas terras é legítimo e meritório. Mas o que vemos hoje são ilegalidades protegidas pelo governo. Representantes de movimentos do campo, que invadem e destroem propriedades privadas e públicas pelo país, e que violentaram o Congresso Nacional, em Brasília, frequentam as cortes, nas quais são bem relacionados, com privilégios que eu queria ter. Outro dia foram dar seu apoio a um candidato a presidente. Disseram, entre ou-

tras coisas: "Não queremos a volta da burguesia ao poder". Gente, estamos em pleno século XXI! Enquanto isso, fazendas produtivas continuam tomadas ou cercadas por bandos ameaçadores, sustentados com nosso dinheiro. Um dos líderes máximos desses grupos – que desvirtuam a verdadeira figura do colono, do trabalhador no campo – recentemente foi convidado a dar (e deu!) uma palestra na Escola Superior de Guerra: não escrevo "pasmem", pois a esta altura nada mais nos assombra.

• Cresce a cada dia a lista de implicados na chamada máfia dos sanguessugas (outras tantas máfias aparecem a toda hora): muita gente, muitos conhecidos, teria aumentado sua conta bancária com dinheiro destinado a assistir, e possivelmente salvar, milhares de doentes. Não conheço dinheiro mais indecente: é dinheiro da morte. Desde que não manchem irremediavelmente a reputação de alguns inocentes, numa terrível caça às bruxas com falsas incriminações de fundo político, tais investigações – se tiverem conseqüências – podem significar uma retomada da retidão moral do país. Mas podemos acreditar que desta vez não haverá a dança marota dos mensaleiros absolvidos? A frouxidão das instituições neste momento, os interesses políticos em época eleitoral e o exemplo da inaceitável absolvição dos mensaleiros não nos permitem grandes ilusões. Para começar, os sanguessugas não serão julgados tão cedo.

Podem até continuar candidatos a cargos eletivos: a maioria deles realmente é. Se eleitos, terão imunidade. O que pensar de tudo isso?

Fica difícil permanecer alheio à nossa degradingolada. Começo a ter vontade de sumir – se não do Brasil, ao menos de aspectos de sua realidade que o insultam e mancham. Como chegamos a tamanha decadência, não sei explicar. Ninguém me dá uma explicação satisfatória.

Mas consolemo-nos: a também confusa guerra está distante, podemos continuar alegres, sem catiúchas caindo em nossa alienada cabeça. Os rancos e estrondos lá fora, de madrugada, são apenas os rachas na minha rua. As cotas para pessoas de cor entrarem em universidades, independentemente de sua capacidade, vão resolver a tragédia da educação brasileira, e o insensato estímulo ao racismo não parece importar. Na descida pela ladeira – que aqui no Rio Grande do Sul chamamos de lomba –, ou abrimos os olhos e fazemos melhores escolhas, ou os mantemos fechados, e... seja o que os deuses quiserem.

Acordes

Daniel Piza

Melomania, digo a um amigo, é a melhor terapia. Mas "mania" não deveria vir com "melodia". Não é qualquer música, não é música 24 horas por dia, que tem o poder de abrir horizontes internos. Não falo da música para acompanhar fossa, esperar ligação, alienar dentista, chacoalhar ossos; tampouco da música como perfeição das esferas ou transporte para o éden. Mas da música como linguagem que é ao mesmo tempo impalpável e fisiológica, abstrata e envolvente, sublime e rasteira, capaz de discurso complexo e falar ao plexo. Quanto mais você aprende sobre música, mais prazer extrai dela - e mais resta a aprender.

Campos do Jordão, mesmo não tão cheia, é um aborrecimento em julho, mas algumas atrações do Festival de Inverno sempre valem. No sábado retrasado ao cair da tarde, vi o Quarteto Borodin no Palácio da Boa Vista, num auditório-capela envidraçado que estava cercado por neblina.

Quando o concerto desses russos incrivelmente concentrados terminou, com o quarteto de Schumann para piano (ao qual estava o brasileiro Jean-Louis Steurman), que se seguiu ao quarteto nº 11 de Shostakovich (tão exato quanto belo, como o longo agudo do finale), me dei conta de que ficamos com uma memória do que ouvimos que não é necessariamente a do tema ou de alguns trechos efetivamente ouvidos. É uma espécie de memória indireta, de segunda voz, que permanece quando o silêncio se instala. Com grandes romances acontece o mesmo: lembramos duas ou três cenas, esquecemos as restantes, mas conosco fica um murmúrio único.

Foi bom também ver, antes de uma entusiástica interpretação da quarta sinfonia de Tchaikovsky, O Pássaro de Fogo, de Stravinsky, pela Orquestra Acadêmica regida por Roberto Minczuk na sexta à noite. Que uma orquestra quase toda de estudantes consiga atravessar quase sem problemas uma peça tão sutil e rítmica - a combinação essencial de Stravinsky - é admirável. Por sinal, o segundo volume da biografia escrita por Stephen Walsh acaba de ser publicado nos EUA (Knopf). No New York Review of Books Michael Kimmelman, que é originalmente crítico de arte do New York Times (no Brasil seria "absurdo"), escreve que quando Stravinsky morreu, em 1971, George Perle observou que "o mundo estava sem um grande compositor pela primeira vez em 600 anos". Sim, temos Arvo Part, John Adams e alguns mais. Mas a frase tem algum sentido.

No saguão do auditório Cláudio Santoro, bons DVDs e CDs estavam à venda. Alertado por João Marcos Coelho, agora editor da versão brasileira da revista Diapason (que tem excelente material sobre Villa-Lobos na capa do terceiro número), comprei um dos 20 CDs da coleção da Harmonia Mundi, Uma História da Música, muito bem feita. Escolhi o 11º, A Revolução do Barroco Italiano, para seguir o nascimento de gêneros como a ópera e da sinfonia.

Comprei também o DVD de A Flauta Mágica, de Mozart, regida por James Levine em 1991. O cenário, de David Hockney, tem aquele jogo cartunesco de perspectivas que o caracteriza e que combina com a ópera. No elenco, entre outros, estão Luciana Serra, como a Rainha da Noite, uma jovial Kathleen Battle e o grande barítono Kurt Moll. É excelente. Indo além do estilo italiano que conhecia e apreciava, Mozart dá jeito de sinfonia à ópera, entrelaçando as vozes e conferindo a elas o poder de instrumentos, como nas árias mais conhecidas, onomatopaicas, mas também nos coros e recitativos. À maneira de Shakespeare, Mozart não fazia distinções entre o alto e o baixo.

No bom ensaio recente de Alex Ross sobre os 250 anos de Mozart, publicado na revista *The New Yorker* e que pode ser encontrado no blog do crítico, <http://www.therestisnoise.com>, ele cita uma frase de Charles Rosen sobre a textura contrapontística da música de Mozart que permite superpor quatro ritmos de modo "ao mesmo tempo complexo e tocante". Tal definição vale para as óperas e tudo o mais de Mozart, felizmente visto cada vez menos como menino-prodígio. O gênio fica lá onde já não importa o quanto do talento é dom e o quanto é conquista, onde intuição e sofisticação são uma força só.

Esse, por sinal, é o mundo de Thomas Bernhard. Vejo com espanto o interesse pela segunda edição de *O Náufrago* (tradução Sérgio Tellaroli; Companhia das Letras) e não sei se atribuo ao crescente interesse por música em certos círculos ou pela obra de Bernhard depois de seis títulos lançados aqui. Só sei que o livro é estupendo (tem um correspondente no mundo da pintura, *Old Masters*, ainda não editado em português, sobre um sujeito obcecado por Ticiano) e fala de Glenn Gould como nenhuma biografia ou ensaio: "Ele se recolhia dentro de si mesmo e começava a tocar. Tocava de baixo para cima, por assim dizer, e não como os outros"; "Somos os que continuamente buscamos escapar da natureza, mas, como é natural, não conseguimos, (...) ficamos no meio do caminho"; "A maestria não lhe bastara nem mesmo quando criança."

Numa vida de náufragos e mal-entendidos, de pessoas frustradas e preconceituosas, o gênio não é o virtuose, que se exhibe para os outros, mas aquele que sobrevive a tudo isso. Gould tocando as *Variações Goldberg* de Bach é a melhor definição musical do que é música, uma matemática que supera suas próprias equações.

Música é conectar, não compartimentar; não deve ser reduzida a gêneros ou quantidades. Bill Evans tocou no Steinway de Gould, e Brad Mehldau é o Bill Evans da nova geração. Dois CDs seus acabam de sair: *House on Hill*, de composições próprias, e *Love Sublime*, com a cantora Renée Fleming. O primeiro é muito interessante, uma proposta de jazz que não se funde com, mas se abre para o erudito e o pop; as improvisações não desfiguram a melodia, primeiro apresentada da forma mais concisa e depois desdobrada até se reencontrar. O segundo, que apenas comecei a escutar, é nada menos que canções feitas com poemas de Rainer Maria Rilke.

Thom Yorke, do Radiohead, grupo do qual Brad Mehldau já interpretou diversas canções, lançou seu disco solo, *The Eraser* - controverso na crí-

tica, o que não surpreende, e sucesso de público, o que surpreende. Foi saudado como volta à eletrônica de Kid A, mistura de sintetizadores e "riffs" com a voz melancólica de Yorke. Mas ele não quer saber de ritmo dançante, se queixa das mentiras da política e, como Melhdau, jamais se esquece da melodia; alguns momentos, especialmente a faixa Analyse, têm a textura de Hail to the Thief, o último da banda, de uma inteligência sonora e verbal rara no pop.

Melodista de primeira era também Luiz Bonfá, cujo CD Solo in Rio, lançado nos EUA em 1959 com o título O Violão de Luiz Bonfá, foi remasterizado agora. São variações em torno de canções e ritmos brasileiros, americanos, hispânicos. A segunda versão de Manhã de Carnaval (faixa 25) - melodia que só tem rival em O Bem do Mar, de Caymmi, e Insensatez, de Tom Jobim - é encantadora, com um dedilhado que, em vez de quebrar, acentua a continuidade dos acordes, essa ondulação triste-alegre de suas notas prolongadas.

Estudei piano e violão e abandonei ambos em menos de dois anos. Tinha justificativas práticas ou circunstanciais até há pouco. Mas agora vejo a melhor desculpa: gosto muito de música para tolerar que não fosse bem tocada.

Elisabeth Schwarzkopf morreu na quinta passada, aos 90 anos. Durante um período eu só conseguia ouvir seu CD com os últimos "lieder" de Richard Strauss, de uma densidade lírica impressionante. Foi uma espécie de... mania.

MAIS LÁGRIMAS

Para João Alexandre Barbosa, professor e crítico literário, que deixou livros como A Imitação da Forma e A Biblioteca Imaginária, principalmente boas análises sobre poetas brasileiros como João Cabral de Melo Neto. E para Pierre Vidal-Naquet, mitólogo, autor de Mito e Tragédia na Grécia Antiga e O Mundo de Homero, erudito de escrita agradável.

RODAPÉ

Vejo na Entrelivros uma enquete sobre o livro de Jorge Amado preferido pelo leitor. O resultado vai um pouco contra a tese de Ana Maria Machado em Romântico, Sedutor e Anarquista (Objetiva), para quem não é verdade que seus melhores livros são os primeiros. A enquete, na quinta-feira, dava Capitães da Areia disparado com 45%, muito mais que Gabriela, Tieta ou Dona Flor, famosos por adaptações em cinema e TV. É o livro que quase todo mundo leu na escola, e ninguém esquece cenas como a do estupro na praia. Amado tinha uma facilidade incomum entre escritores brasileiros para criar tipos críveis e fazer a história correr. Mas depois foi perdendo em auto-repetição e na ideologia sentimental. Meu preferido, que ficou em segundo com 13%, é Quincas Berro d'Água, o mais anticonvencional e divertido.

POR QUE NÃO ME UFANO

Não é curioso que, em meio à hemorragia de denúncias comprovadas contra parlamentares e membros do Executivo no esquema Sanguessugas, o presidente Lula venha falar em reforma política e assembléia constituinte, como se dissesse que o problema está nas regras e não nas pessoas?

A diferença é o tempo verbal

Uma conversa fictícia entre Euclides da Cunha e Monteiro Lobato sobre a política do Brasil de hoje

*Marco Antonio Villa**

Euclides da Cunha e Monteiro Lobato foram dois intelectuais profundamente preocupados com o Brasil. Euclides viveu o período da propaganda republicana, o golpe militar de novembro de 1889 e os primeiros 20 anos do novo regime. Desiludido com a república, acabou morrendo assassinado em 15 de agosto de 1909. Foi um colaborador habitual d'O Estado de S. Paulo. Ficaram célebres especialmente as reportagens sobre a Guerra de Canudos, em 1897, com o título de Diário de uma expedição. As reportagens, além de uma breve estadia com a quarta expedição no cerco do arraial fundado por Antonio Conselheiro, foram fundamentais para a confecção do maior clássico brasileiro, Os sertões.

Monteiro Lobato foi não só um grande escritor, como também um batalhador incansável em defesa da exploração do petróleo. Era um nacionalista anti-estadista, espécie rara no Brasil. Acabou preso no Estado Novo pelos ataques que fez ao general Horta Barbosa, primeiro presidente do Conselho Nacional de Petróleo. Foi também um colaborador contumaz de O Estado de S. Paulo. Foi no Estadão que publicou os também célebres artigos Uma velha praga e Urupês, em 1914.

Euclides e Lobato, caso estivessem vivos, estariam certamente estarrecidos com a conjuntura política brasileira e a falta de perspectivas. Nesta entrevista imaginária, os dois comentam os dilemas do Brasil de outros tempos. A única alteração é no tempo dos verbos. A conversa começa com a discussão sobre a mania que temos de reformar sempre pelo alto, ignorando os fundamentos do Estado, daí passa pelo velho problema da burocracia, da falta de quadros políticos, do fracasso da elite e do nosso futuro.

- Como analisa as reformas políticas?

Euclides da Cunha: O espírito nacional reconstrói-se pelas cimalthas, ariscando-se a ficar nos andaimes altíssimos, luxuosamente armados. Os novos princípios que chegam não têm o abrigo de uma cultura, e ficam no ar, inúteis, como forças admiráveis, mas sem pontos de apoio; e tornam-se frases decorativas sem sentido, ou capazes de todos os sentidos; e reduzem-se a fórmulas irritantes de uma caturrice doutrinária inatúvel; e acabam fazendo-se palavras, meras palavras, rijas, secas, desfibradas, disfarçando a pobreza com vestimenta dos mais pretensiosos maiúsculos do alfabeto.

- E a burocracia nacional, como vencê-la?

Monteiro Lobato: O governo que suprimir o Ministério da Agricultura e os casarões que ele ocupa, prestará ao Brasil um serviço tremendo. Um dia Nilo Peçanha, por capadoçagem, lembrou-se de criar aquilo - e nossas desgraças começaram. O parasita foi encorpendo, foi emitindo tentáculos, foi imiscuindo-se em tudo - nas culturas, para atrapalhá-las, na criação de porcos, para burocratizá-la; na avicultura; na citricultura, na pomicultura; em tudo que diz respeito a extrair coisas do solo. A 'assistência' daquele parasitismo começava a embaraçá-lo seriamente. Depois a 'assistência' degenerou em 'proteção' - esse tremendo negócio de parasitas que acaba matando o parasitado.

- E o governo, como vai? E o presidente da República?

Lobato: Os nossos estadistas dos últimos tempos positivamente pensam com outros órgãos que não o cérebro - com o calcanhar, com o cotovelo, com certos penduricalhos - raramente com os miolos. Daí o desmantelo cada vez maior da administração pública; daí a bancarrota, a miséria horrível do povo. A miséria é tanta em certas zonas, que a grande massa da população rural já está perdendo a forma humana.

Cunha: O seu valor absoluto e individual reflete na história a anomalia algébrica das quantidades negativas: cresceu, prodigiosamente, à medida que prodigiosamente diminuiu a energia nacional. Subiu, sem se elevar - porque se lhe operara em torno uma depressão profunda. Destacou-se à frente de um país, sem avançar - porque era o Brasil quem recuava, abandonando o traçado superior das suas tradições....

- Temos uma elite política? E os nossos intelectuais, continuam em silêncio?

Lobato: Somos um pântano com 40 milhões de rãs coaxantes, uma a botar culpa na outra do mal-estar que sentiam. Procuram soluções políticas, mudam a forma do governo, derrubam um imperador vitalício para ex-

perimentar imperantes quadrienais, fazem revoluções, entrematam-se, insultam-se, acusam-se de mil crimes, inventam que o pântano permanece pântano 'porque há uma crise moral crônica'. O mal das rãs é julgar que sons resolvem problemas econômicos. Trocam o som 'monarquia' pelo som 'república', e trocam este som pelo 'república nova'. Depois inventam sons inéditos - 'reajustamento', 'congelados', 'integralismo'. O próprio das rãs é esse excessivo pendor musical, Querem sonoridades apenas. 'Somos o maior país do mundo'. 'Temos o maior rio do mundo'. 'Nossas riquezas são inesgotáveis', etc. Enchem o ar dessas músicas - e mandam o ministro da Fazenda correr Nova York e Londres de chapéu na mão a pedinchar dinheiro.

Cunha: Apresentamos o quadro de uma desordem intelectual que, depois de refletir-se no disparatado de não sei quantas filosofias deceradas, nos impôs, na ordem política, a mais funesta dispersão de idéias, levando-nos aos saltos e ao acaso, do artificialismo da monarquia constitucional para a ilusão metafísica da soberania do povo ou para os exageros da ditadura científica. Para ainda agravescer a crise, os dois ideais da abolição e da República não requeriam mais as emoções estéticas. Resolvidos na ordem moral, estavam entregues à ação quase mecânica dos propagandistas. Estes precipitavam-nos com o desalinho característico da fase revolucionária das doutrinas, em que se conchavam as idéias e os paralelepípedos das ruas, e os melhores argumentos desfecham no dismantelo das barricadas investidas.

- E o povo brasileiro? O que devemos fazer?

Cunha: Este país é organicamente inviável. Deu o que podia dar: a escravidão, alguns atos de heroísmo amalucado, uma república hilariante e por fim o que aí está - a bandalheira sistematizada. O melhor serviço a prestar-se nesta terra, no atual momento, consiste sobretudo na seriedade, que é uma forma de heroísmo no meio deste enorme desabamento....

Lobato: A pátria (permanece) sempre naquele eterno mutismo de peixe. A ilusão do brasileiro é um caso sério. O mundo já na era do rádio, e o Brasil ainda lasca pedra. Ainda é troglodita. O Brasil dorme. Daqui (dos Estados Unidos) se ouve o seu ressonar. Dorme e é completamente cego.

*** Professor de História do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (SP) e autor, entre outros livros, de Jango, um perfil (Globo). Escreve no blog: www.marcovilla.blog.uol.com.br**

Lá, como cá, uma pouca-vergonha

Sob qualquer aspecto, ainda superamos os americanos. Em impunidade, então, somos campeões

Sérgio Augusto

“Vocês os elegeram! Eles nos representam! Mas, ajudados pela tecnologia de ponta, eles estão se escondendo do eleitorado, bloqueando as suas, as nossas mensagens, como se elas fossem spam-mails!”

Este é o resumo de um panfleto, espalhado na internet contra diversos parlamentares que em julho dotaram suas caixas postais eletrônicas de um dispositivo especialmente criado para bloquear e-mails de ONGs e eleitores tidos como “indesejáveis”. Congressistas sem consciência de que representam quem os elegeu e a eles devem satisfações arrumaram uma maneira moderna de isolar-se ainda mais do eleitorado. Não querem papo. Não querem, acima de tudo, cobranças. Em Brasília? Não, em Washington. Como diria Oscarito, lá, como cá, a política está “uma pouca-vergonha”.

Escândalos envolvendo políticos, lobistas e delúbios levaram à criação, nos EUA, de um movimento, Clean Elections (Eleições limpas), cujo principal objetivo é devolver aos cidadãos o poder de eleger representantes que não se vendam aos interesses espúrios de grupos econômicos, nem tratem o eleitor como spam. Antes mesmo de Jack Abramoff (o Marcos Valério de Washington) subornar políticos republicanos e provocar a queda do poderoso parlamentar texano Tom DeLay (o José Genoíno de Bush), já se dizia que o Congresso americano, há 12 anos dominado pelos republicanos, nunca fora tão corrupto e submisso ao Poder Executivo. Nem tão preguiçoso (reuniu-se apenas 241 dias, entre 2005 e 2006, 13 dias a menos do que o tristemente famoso “Do-Nothing Congress” de 1947-48). Nem tão poluído por mentes tacanhas (o destaque mais recente é o senador por Oklahoma, Jim Inhofe, para quem o aquecimento global “é a maior lorota já perpetrada contra o povo americano”).

Sob qualquer aspecto, ainda superamos os americanos. Em impunidade, então, somos campeões. “Seria a decadência do Parlamento brasileiro irreversível até a mais completa putrefação?”, perguntou-se o deputado Fernando Gabeira, no fim da semana passada. Para muitos eleitores, é. O total desencanto com os atuais congressistas chegou a tal ponto que a

sugestão de uma Constituinte exclusiva para executar a reforma política, proposta pelo presidente Lula, foi recebida com unânime simpatia pelos leitores de O Globo, na sexta-feira, contrastando com a posição do jornal, que, em editorial, qualificou-a de “inoportuna”, e a opinião de sua mais lida colunista, que a descartou como uma “falsa solução”. Acima das suspeitas de que o governo esteja tergiversando ou aplicando um golpe oportunista, soprado por Hugo Chávez, paira a convicção generalizada de que o Parlamento que aí está não se interessa nem tem idoneidade moral para levar avante uma reforma política para valer.

Em seus 180 anos de história, o Congresso nunca passou por uma crise moral tão desmoralizante como a que estamos acompanhando desde a descoberta do mensalão. Pelas contas do empresário Darci Vedoin, um dos sustentáculos dos sanguessugas, 70% dos congressistas “estão à venda”, porcentagem que outras fontes inflacionam para 90%. A idéia de que todo político é corrupto e ladrão já virou um truísmo de perigosas conseqüências. A mais perigosa, como sabemos, é o fechamento do Congresso. A mais engraçada, por enquanto, é a transformação do Senado em Pavilhão 1, a Câmara em Pavilhão 2, com horário para visita e banhos de sol para suas excelências, como sugeriu o leitor de uma revista semanal.

Outro tipo de desdobramento essa terminal desilusão com a classe política pode promover, para o bem de todos e felicidade geral da nação. Ações cívicas anticorrupção, por exemplo. Eleitor não existe só para votar, mas também para fiscalizar a atuação dos seus representantes no Parlamento. Sem ampla mobilização do eleitorado e seus representantes mais confiáveis, o processo de decomposição do Congresso não será sustado e revertido. Movimentos de vigilância cívica, como “Quero Mais Brasil!”, “Reforma Brasil” e “Voto Consciente”, ativos na internet e prestigiados por indignados VIPs, podem ser úteis mas são insuficientes, sobretudo porque restritos aos brasileiros digitalmente ativos.

A Veja prestou um bom serviço de utilidade pública ao relacionar, em sua edição passada, uma dúzia de providências para evitar que políticos sem escrúpulos continuem corrompendo o Congresso. Liderando a lista, a ação mais urgente: como evitar que suspeitos de participação em roubalheiras de variada espécie (mensalão, bingos, correios, narcotráfico e sanguessugas), eventualmente reeleitos daqui a dois meses, sejam empossados. Dos 112 parlamentares acusados de ligações com a máfia dos sanguessugas, 86 atuam no Congresso e 72 são candidatos à reeleição. Isso não é apenas grave. Isso é muito grave e muito assustador.

O ideal seria que os partidos dificultassem ou, melhor ainda, impedissem a candidatura de indivíduos que tenham cometido irregularidades, ainda que eles não tenham sido julgados. Mas quantos partidos estariam dispostos a mutilar sua bancada, como fez o PDT de Brasília, cassando as candidaturas de dois suspeitos? Com 32% dos citados entre os sanguessugas, a Frente Parlamentar Evangélica perderia, ao câmbio de hoje, 29 dos seus 64 integrantes. Verdade que não faltariam picaretas em botão para preencher as lacunas deixadas pelos bispos do PL implicados em diversas falcatruas, mas ao menos destes estaríamos livres. E de seus herdeiros nos livraremos se a banda decente do Congresso der cobertura à sugestão do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) de se acabar com a imunidade parlamentar, aqui válida para tudo quanto é tipo de delitos, inclusive aqueles cometidos antes de o pilantra ter sido eleito.

Em vez de perder tempo batendo boca com o Lula, como Tasso Jereissati e outros cardeais da Oposição, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) preferiu ser prático e entrou em ação. Pegou a Constituição, bateu o olho no artigo 14 e interpretou-o como uma brecha para que parlamentares contra os quais existam provas consistentes de práticas de abuso do poder econômico, fraude ou corrupção sejam impedidos de tomar posse pelo Tribunal Superior Eleitoral. A discussão em torno dessa possibilidade foi o único alento que a política nos deu esta semana. Considerando-se que estamos em agosto, um alento e tanto.

Em Minas, Lula divide palanque com mensaleiro

Além do petista João Magno, presidente teve de discursar ao lado do polêmico Newton Cardoso

Tânia Monteiro, ENVIADA ESPECIAL, GOVERNADOR VALADARES

Ao participar de um comício ontem em Governador Valadares (MG), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dividiu o palanque com dois personagens que provocaram constrangimento: o deputado João Magno (PT-MG), um dos mensaleiros beneficiados pelo dinheiro do valerioduto, e o candidato a senador Newton Cardoso (PMDB), alvo habitual de críticas dos petistas mineiros e até mesmo de integrantes de seu partido. Magno foi o petista que, ao ser absolvido pelo plenário da Câmara, no dia 22 de março, foi homenageado pela colega Angela Guadagnin (PT-SP) com a célebre “dança da pizza”.

Edisio Sobreira Gomes de Matos Filho

De: Paulo José Vieira Santos [paulo_jsantos@yahoo.com.br]

Enviado em: terça-feira, 8 de agosto de 2006 09:24

Para: Sen. Jorge Bornhausen; Sen. Arthur Virgilio Neto

Assunto: Fw: Revista do Brasil

BOM DIA

EXCELENTÍSSIMOS SENADORES

TALVEZ OS SENHORES JÁ ESTEJAM SABENDO, MAS TODAVIA ACHEI IMPORTANTE INFORMÁ-LOS QUE FOI LANÇADA UM NOVA REVISTA CHAMADA DE (REVISTA DO BRASIL). Nº. 2 , SENDO QUE A DE Nº.1 TRÁS NA CAPA O PRESIDENTE LULA E AGORA A DE JUNHO COM 35.000 EXEMPLARES FAZ PROPAGANDA DO GOVERNO DESCARADAMENTE E FALA MAL DA OPOSIÇÃO.

GOSTARIA TAMBÉM DE ESCLARECER QUE A PESAR DE CONSTAR O VALOR DE R\$ 4,50 A MESMA ESTÁ SENDO DISTRIBUÍDA DE GRAÇA, COM MASCARA DE QUE PARA OS ASSOCIADOS É GRATUITA.

CASO SEJA NECESSÁRIA UM EXEMPLAR PARA UM EVENTUAL PROCESSO ESTAREI A DISPOSIÇÃO DE ENTREGAR O MEU EXEMPLAR QUE RECEBI NA MINHA ENTIDADE NA QUAL NÃO SOMOS SÓCIOS.

SDS

PAULO

O chefe da máfia dos sanguessugas revela que seu esquema corrompeu sessenta prefeitos e 20% do Congresso e adentrou o gabinete de Humberto Costa

Marcelo Carneiro














O caso da máfia dos sanguessugas já era, na semana passada, um dos maiores escândalos de corrupção descobertos no país. Nada menos do que 57 parlamentares estavam sob suspeita de ter recebido suborno de uma empresa de ambulâncias, a Planam, para destinar recursos do Orçamento federal a prefeituras compradoras dos veículos. Na quinta-feira passada, porém, descobriu-se que tanto o número de envolvidos no esquema quanto o seu alcance haviam sido subestimados. Os parlamentares acusa-

dos de participar da máfia dos sanguessugas ultrapassam uma centena — o número exato é 112 —, e o Legislativo não é o único poder atingido por ela. O rastro do suborno e do tráfico de influência alcança também o Executivo federal — mais precisamente a porta do gabinete do ex-ministro da Saúde Humberto Costa, hoje candidato ao governo de Pernambuco pelo PT. As revelações foram feitas pelo empresário Luiz Antônio Vedoin, um dos sócios da Planam, ao longo de uma série de depoimentos sigilosos prestados à Justiça Federal nas duas últimas semanas.

VEJA apurou que, nessa série de depoimentos, Vedoin contou que, no início de 2003, quando o presidente Lula baixou um decreto restringindo o pagamento de débitos contraídos na gestão anterior, a Planam ficou sem ter como receber uma dívida de 8 milhões de reais da qual era credora no Ministério da Saúde. Assim, Vedoin e seu pai, Darci Vedoin, também sócio da Planam, procuraram o então ministro da Saúde Humberto Costa para tentar uma solução para o problema. Por meio de um amigo comum, que fez a aproximação, os Vedoin encontraram-se com Costa, em seu gabinete,

Operação multipartidária

Os partidos que têm parlamentares envolvidos no esquema dos sanguessugas

	PTB	22
	PL	20
	PP	20
	PMDB	15
	PFL	10
	PSB	6
	PSDB	6
	PSL	3
	PPS	2
	PRB	2
	PSC	2
	PST	2
	PT	2

60%

dos envolvidos pertencem a legendas da base aliada do governo

35%

dos deputados e senadores acusados cumprem a primeira legislatura

* Foi incorporado ao PL em 2003



governador do Ceará em 2002. Por indicação do presidente Lula, também participou do governo federal: ocupou um dos postos de direção da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

ASSALTO AO ESTADO

Como os sanguessugas operavam no Congresso, no ministério e nas prefeituras

EMENDAS

Em troca de propina oferecida pelos Vedoin, donos da Planam, parlamentares apresentavam emendas ao Orçamento da União, direcionando verbas para a compra de ambulâncias

LOBBY

Aprovada a emenda, os parlamentares e a Planam entravam em contato com seus cúmplices no Ministério da Saúde, para acelerar a liberação dos recursos

FRAUDE

Em conluio com os prefeitos das cidades beneficiadas, a Planam fraudava as licitações de compra de ambulâncias. Muitas vezes, o próprio parlamentar se encarregava de contatar os prefeitos para combinar a compra dirigida

PROPINA

Com o dinheiro recebido pela venda dos veículos, a Planam pagava aos prefeitos e parlamentares a propina combinada — em torno de 10% do valor da emenda. Em alguns casos, os envolvidos exigiam pagamento antecipado

OS NOVOS ACUSADOS

A relação de parlamentares e ex-parlamentares que, segundo o empresário que beneficiavam a Planam. Em alguns casos, o dinheiro do suborno foi

Magno Malta
(PL-ES)
senador

Adelcor Vieira
(PMDB-SC)
deputado

Agnaldo Muniz
(PP-RO)
deputado

Benjamin Maranhão
(PMDB-PB)
deputado

Carlos Dunga
(PTB-PB)
deputado

Carlos Nader
(PL-RJ)
deputado

Érico Ribeiro
(PP-RS)
deputado

Feu Rosa
(PP-ES)
deputado

Helenildo Ribeiro
(PSDB-AL)
deputado

Heleno Silva
(PL-SE)
deputado

Ildeu Araujo
(PP-SP)
deputado

João Grandão
(PT-MS)
deputado

Marcondes Gadelha
(PSB-PB) deputado

Marcos de Jesus
(PFL-PE)
deputado

Nilton Baiano
(PP-ES)
deputado

Paulo Gouvêa
(PL-RS)
deputado

Ricardo Rique
(PL-PB)
deputado

Robério Nunes
(PFL-BA)
deputado

Carlos Bezerra
(PMDB-MT)
ex-senador

Candinho Mattos
(PSDB-RJ)
ex-deputado

Cornélio Ribeiro
(PL-RJ)
ex-deputado

Eber Silva
(PST-RJ)
ex-deputado

José Aleksandro
(PSL-AC)
ex-deputado

José Antonio Nogueira de Sousa
(PT-AP) ex-deputado

Matusael do Nascimento
(PST-RJ) ex-deputado

Múcio Sá
(PTB-RN)
ex-deputado

Nair Lobo
(PMDB-GO)
ex-deputada

Pastor Valdeci
(PSL-RJ)
ex-deputado

Paulo de Velasco
(PSL-SP)
ex-deputado

Renildo Leal
(PTB-PA)
ex-deputado

Serys Shessarenko
(PT-MT) senadora

A INDAGAÇÃO

O depoimento de Luiz Vedoin não acusa a senadora Serys Shessarenko (PT-MT) de ter recebido propina diretamente, mas lança sobre ela uma suspeita. O empresário afir-

ma ter pago a um genro parlamentar, identificado como Paulo Roberto, 35 000 reais a título de "comissão" por uma emenda para a compra de ambulâncias apresentada por Serys. Vedoin contou à Justiça que, em

2003, Paulo Roberto pediu a ele que ajudasse a saldar "dívidas de campanha" da senadora. Fechou-se um acordo: a parlamentar apresentaria uma emenda — cujo valor foi de 700 000 reais — e a Planam pagaria uma

propina de 10%. Se a participação da senadora petista no esquema dos sanguessugas for confirmada, o número de parlamentares envolvidos subirá para 113. Serys nega que tenha recebido dinheiro da Planam.

Luiz Antônio Vedoin, receberam propinas para apresentar emendas depositado na conta-corrente do próprio deputado

OS DEPUTADOS QUE NEGOCIARAM A PROPINA MAS NÃO LEVARAM

Entre a turma dos sanguessugas, há um quarteto bastante peculiar. Ele é formado por deputados que, segundo o depoimento do empresário Luiz Antônio Vedoin, se envolveram diretamente com o esquema de corrupção montado pela Planam, sem levar, no final, a propina que pretendiam. Os deputados Gilberto Nascimento (PMDB-SP), Waldemir Moka (PMDB-MS), Luciano Castro (PL-RR) e Pastor Frankem-bergen (PTB-RR), de acordo com o empresário Vedoin, apresentaram emendas para a compra de ambulâncias, acertaram com os donos da Planam o valor do suborno que embolsariam por elas, mas, por motivos diversos — alguns não conseguiram a liberação do dinheiro, por exemplo —, ficaram a ver navios.

Celcita Pinheiro
(PFL-MT)
deputada

César Bandeira
(PFL-MA)
deputado

Cleuber Carneiro
(PTB-MG)
deputado

Coronel Alves
(PL-AP)
deputado

João Magalhães
(PMDB-MG)
deputado

Jonival Lucas Jr.
(PTB-BA)
deputado

Jorge Pinheiro
(PL-DF)
deputado

Josué Bengtson
(PTB-PA)
deputado

Josias Quintal
(PSB-RJ)
deputado

André Luiz
(PMDB-RJ)
deputado cassado

Basílio Vilani
(PSDB-PR)
ex-deputado

Bispo Rodrigues
(PL-RJ)
ex-deputado

José Carlos Elias
(PTB-ES)
ex-deputado

José Carlos Fonseca Júnior
(PFL-ES) ex-deputado

Laíre Rosado
(PMDB-RN)
ex-deputado

Márcio Matos
(PTB-PR)
ex-deputado

Waldemir Moka
(PMDB-MS)
deputado

Gilberto Nascimento
(PMDB-SP) deputado

Ronivon Santiago
(PP-AC)
deputado cassado

Santos Filho
(PFL-PR)
ex-deputado

Wagner Salustiano
(PP-SP)
ex-deputado

Zé Índio (José Ferreira do Nascimento)
(PMDB-SP) ex-deputado

Luciano Castro
(PL-RR)
deputado

Pastor Frankem-bergen
(PTB-RR) deputado

Emerson Kapaz
(PPS-SP)
ex-deputado

O ESPANTO

Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), o ex-deputado Emerson Kapaz construiu em sua carreira uma imagem de retidão. Para quem co-

nhece Kapaz, o depoimento de Luiz Vedoin é um choque. Segundo Vedoin declarou às autoridades, Kapaz, que foi deputado de 1999 a 2002, pelo PPS, apresentava emendas para compras de ambulância e pedia

em troca 10% do valor do negócio. Vedoin contou que o então deputado contatava pessoalmente os prefeitos envolvidos no esquema, com quem acertava o “direcionamento” das licitações. Vedoin disse às au-

toridades que o pagamento a Kapaz era feito a terceiros, seguindo orientação do então deputado. Vedoin fortaleceu sua fala com anotações manuscritas das transações, incluindo números de cheques.

Dias depois do encontro na feira de negócios, Vedoin e o pai — acompanhados de Diniz e Cirilo — desembarcaram na ante-sala do gabinete de Humberto Costa, no Ministério da Saúde. Lá, Cirilo despachou sozinho com o ministro por cerca de duas horas. Ao fim da audiência, o petista disse aos presentes que havia conseguido a liberação do dinheiro da Planam, em quatro parcelas. No dia 1º de abril, assim que os Vedoin receberam o primeiro pagamento, repassaram a Cirilo, conforme havia sido combinado, 35 000 reais — a primeira parte de uma “comissão” que totalizou 400 000 reais. O dinheiro, afirmou Vedoin, foi depositado na conta de um sobrinho de Cirilo, chamado Raimundo Lacerda. Os comprovantes dos depósitos foram entregues à Justiça. O esquema montado pela quadrilha deu tão certo que Cirilo e Vedoin decidiram ampliá-lo. Segundo o empresário, o dirigente petista disse que havia combinado com o próprio ministro Humberto Costa a liberação de 30 milhões de reais de recursos extra-orçamentários que seriam destinados à aquisição de equipamentos hospitalares para municípios do interior. Para que a Planam lucrasse com o negócio, bastaria ganhar fraudulentamente as licitações, com a ajuda dos prefeitos, e, ao fim do processo, pagar 15% de propina a Cirilo. A empresa de Vedoin chegou a efetuar algumas vendas, mas o processo foi interrompido assim que começaram a ser presos os primeiros envolvidos no esquema dos sanguessugas.

De acordo com os depoimentos de Vedoin, o número de parlamentares suspeitos de participar dos negócios escusos — que, segundo a Polícia Federal, teriam movimentado pelo menos 110 milhões de reais desde 2001 — chega a quase 20% do Congresso. VEJA reproduz nesta edição a lista completa dos deputados e senadores apontados pelo empresário como participantes daquele que é, provavelmente, o mais bem documentado escândalo de corrupção da história do Brasil. Vedoin, em seus depoimentos, não se limitou a indicar, um a um, os deputados e senadores que recebiam propina de sua empresa — em geral, 10% do valor de cada emenda ao Orçamento aprovada e liberada pelo governo federal. O empresário forneceu à Justiça mais de uma centena de cópias de transferên-

A PRIMEIRA LISTA

A lista dos 57 deputados que vinham sendo investigados pela Procuradoria-Geral da República, acusados de receber propinas em troca da apresentação de emendas ao Orçamento, já havia sido divulgada pela CPI dos Sanguessugas no início da semana passada. Quando se soma esta lista à relação que VEJA publica nas páginas anteriores, o número de parlamentares acusados de envolvimento no esquema chega a 112

Alceste Almeida
(PTB-RR)
deputado

Coriolano Sales
(PFL-BA)
deputado

Dr. Benedito Dias
(PP-AP)
deputado

Dr. Heleno
(PSC-RJ)
deputado

Edir Oliveira
(PTB-RS)
deputado

Irapuan Telxela
(PP-SP)
deputado

Iris Simões
(PTB-PR)
deputado

Isaías Silvestre
(PSB-MG)
deputado

Itamar Serpa
(PSDB-RJ)
deputado

José Militão
(PTB-MG)
deputado

Júnior Betão
(PL-AC)
deputado

Laura Carneiro
(PFL-RJ)
deputada

Lino Rossi
(PP-MT)
deputado licenciado

Nilton Capixaba
(PTB-RO)
deputado

Osmânio Pereira
(PTB-MG)
deputado

Pastor Amarildo
(PSC-TO)
deputado

Paulo Baltazar
(PSB-RJ)
deputado

Dr. Ribamar Alves
(PSB-MA)
deputado

Fernando Estima
(PPS-SP)
deputado

Ricarte de Freitas
(PTB-MT)
deputado

Ney Suassuna
(PMDB-PB)
senador

Almeida de Jesus
(PL-CE)
deputado

Almir Moura
(PFL-RJ)
deputado

Amauri Gasques
(PL-SP)
deputado

Benedito de Lira
(PP-AL)
deputado

Cabo Júlio
(PMDB-MG)
deputado

Cleonânclio Fonseca
(PP-SE)
deputado

Edna Macedo
(PTB-SP)
deputada

Eduardo Gomes
(PSDB-TO)
deputado

Eduardo Seabra
(PTB-AP)
deputado

Elaine Costa
(PTB-RJ)
deputada

Enivaldo Ribeiro
(PP-PB)
deputado

Fernando Gonçalves
(PTB-RJ)
deputado

Jefferson Campos
(PTB-SP)
deputado

João Batista
(PP-SP)
deputado

João Caldas
(PL-AL)
deputado

João Correia
(PMDB-AC)
deputado

**João Mendes
de Jesus**
(PSB-RJ) deputado

José Divino
(PRB-RJ)
deputado

Marcelino Fraga
(PMDB-ES)
deputado

Marcos Abramo
(PP-SP)
deputado

Mário Negromonte
(PP-BA)
deputado

Maurício Rabelo
(PL-TO)
deputado

Nélio Dias
(PP-RN)
deputado

Neuton Lima
(PTB-SP)
deputado

Paulo Feljó
(PSDB-RJ)
deputado

Pedro Henry
(PP-MT)
deputado

Raimundo Santos
(PL-PA)
deputado

Reginaldo Germano
(PP-BA)
deputado

Reinaldo Betão
(PL-RJ)
deputado

Reinaldo Gripp
(PL-RJ)
deputado

Teté Bezerra
(PMDB-MT)
deputada

Vanderlei Assis
(PP-SP)
deputado

Vieira Reis
(PRB-RJ)
deputado

Wanderval Santos
(PL-SP)
deputado

Wellington Fagundes
(PL-MT)
deputado

Zelinda Novaes
(PFL-BA)
deputada

cias bancárias e depósitos — feitos ora em conta corrente de “laranjas”, ora diretamente na conta de parlamentares e prefeitos. Sessenta prefeitos foram acusados por Vedoin (veja lista ao lado) de participação no esquema dos sanguessugas.

Entre os 112 parlamentares acusados de integrar a máfia, há deputados que ganharam sua propina em dinheiro vivo, outros que usaram parentes e funcionários para ocultar o suborno e até os que receberam carros a título de “comissão”. Um dos nomes que mais chamam atenção na relação apresentada à Justiça por Vedoin é o do ex-deputado paulista pelo PPS Emerson Kapaz — tanto pela robustez das provas apresentadas contra ele quanto pelo espanto que causa a presença, numa lista como essa, de alguém que sempre foi um defensor da ética na política e no mundo empresarial. Hoje presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Étco), Kapaz, empresário do ramo de plásticos, elegeu-se em 1998. O dono da Planam contou que o então deputado apresentou emendas ao Orçamento destinando 1,6 milhão de reais para compra de ambulâncias em dez municípios. Desse montante, o governo liberou cerca de 1 milhão. Segundo Vedoin, Kapaz tratou diretamente com os prefeitos beneficiados para que as licitações para compra de ambulâncias tivessem como vencedora a Planam. Vedoin apresentou à Justiça os números de dois cheques que teriam sido usados para pagar a propina ao então deputado, totalizando 52 000 reais. Segundo Vedoin, Kapaz pediu a ele que o dinheiro fosse repassado por meio de uma operação triangular: num primeiro momento, o dinheiro circulou em contas de empresas do próprio Vedoin, por meio de cheques. Em seguida, foi transferido, segundo Vedoin, a pedido de Kapaz, para cinco outras contas, em nome de firmas e pessoas indicadas pelo ex-deputado, entre elas Laura Mosiasson, na ocasião mulher de Kapaz. “Não tenho idéia de como meu nome possa estar envolvido nessa história”, disse o ex-deputado. “Pelo que me lembro, minhas emendas nem chegaram a ser liberadas”, afirmou a VEJA. Outro nome que causa surpresa é o de Érico Ribeiro (PP-RS). Maior produtor de arroz do Brasil, Ribeiro também foi acusado por Vedoin de cobrar propina em troca de emendas. É

OS PREFEITOS DA LISTA DE VEDOIN

O empresário Vedoin disse ter subornado sessenta prefeitos de cidades do interior, para que licitações para a compra de equipamentos médicos fossem ganhas por sua empresa, a Planam. Abaixo, os nomes que ele indicou, as cidades que administram, o valor das propinas e as datas em que foram pagas

PREFEITO	CIDADE	PROPINA (em reais)	DATA
Antônio Ferreira Coelho (PTB)	Nova Esperança do Piriá (PA)	8 000	21/2/2002
Adão Ribeiro Soares (PDT)	Jacundá (PA)	8 000	25/2/2002
Hélio José do Carmo (PMDB)	São José do Xingu (MT)	4 000	15/3/2002
Masao Takeshi (PTB)	Matelândia (PR)	6 400	3/4/2002
Oswaldo Lupepsa (PSDB)	Pinhão (PR)	10 000	3/4/2002
João Felix de Souza (PFL)	Catingueira (PB)	17 000	11/4/2002
Antônio Peres de Souza (PFL)	Saquarema (RJ)	11 000	15/4/2002
Isolete Correa Rodrigues (PFL)	Brasnorte (MT)	5 000	22/4/2002
Leldson Ferreira de Sousa (PMDB)	Corumbiara (RO)	2 000	24/5/2002
Milton Mitsuo Saiki (PFL)	Cabixí (RO)	2 500	24/5/2002
José Carlos Milanezi (PDT)	Marilândia (ES)	8 000	24/5/2002
João Scarparo (PRP)	Anapu (PA)	3 500	9/8/2002
Francisco José de Oliveira (PMDB)	Guajará-Mirim (RO)	24 000	19/8/2002 e 2004
Solange Pereira de Almeida (PV)	Rio Bonito (RJ)	6 000	4/10/2002
Mario Pereira Marques Filho (PMDB)	Nova Iguaçu (RJ)	18 000	10/10/2002 e 25/2/2003
Ítala Marla da Silva Lôbo Ribeiro (PMDB)	Uauá (BA)	3 400	17/12/2002
Florisvaldo Passos de Araújo (PL)	Brejões (BA)	3 600	7/2/2003
Nelson Miúra (PPS)	Pontes e Lacerda (MT)	20 000	11/2/2003 e 2004
José Ricardo Rodrigues Barbosa (PTB)	Lapão (BA)	3 600	25/2/2003
José Carlos de Oliveira (PFL)	Alegre (ES)	16 000	26/2/2003
Josemar Soares Lima (PFL)	Varzelândia (MG)	4 266	6/3/2003
Josely Ferreira de Siqueira (PPB)	São José do Ubá (RJ)	12 000	31/3/2003
Hércules Favarato (PFL)	Montanha (ES)	12 211	17/4/2003
Fernando Pontes Moreira (PDT)	Miguel Pereira (RJ)	7 500	24/4/2003
Maria das Graças B. Falci Mota (PMDB)	Divino das Laranjeiras (MG)	6 000	13/5/2003
João Marques E. da Silva (PDT)	Sousa (PB)	15 000	5/6/2003
Neuril Carlos Persch (PFL)	Ministro Andreazza (RO)	2 000	11/7/2003
Ana Adélla Nery Cabral (PSDB)	Frei Martinho (PB)	3 000	11/7/2003

PREFEITO	CIDADE	PROPINA (em reais)	DATA
Ivanir Francisco Ogilari (PMDB)	Coronel Vivida (PR)	3 000	15/8/2003
Cereneu João Nave (PDT)	Colorado do Oeste (RO)	2 000	22/8/2003
Hermes Bonfim Cheles Nascimento (PL)	Presidente Jânio Quadros (BA)	13 000	11/11/2003
João Guilherme Ribas Martins (PMDB)	Piraquara (PR)	4 000	30/3/2004
Enedino R. Vasconcelos (PRP)	Itamarí (BA)	4 700	5/5/2004
Geoval de Oliveira Silva (PMDB)	Damião (PB)	20 000	14/5/2004
Euclásio Garrutti (PFL)	Piacatu (SP)	4 960	23/6/2004
Elvaldo Henrique S. Reis (PMDB)	Coaraci (BA)	5 000	6/8/2004
Joaquim José de Souza (PMDB)	Mar de Espanha (MG)	6 297	27/8/2004
Augusto Bezerra (PMDB)	Bananeiras (PB)	7 000	19/9/2004
Antônio Paulino da Silva (PTB)	São Félix do Xingu (PA)	10 000	4/10/2004
José Bezerra L. Tocantins (PFL)	Paraná (TO)	3 000	21/12/2004
João Ferreira Lima (PSDB)	Januária (MG)	25 000	31/1/2005
José Paulo Viçosl (PSB)	Muqui (ES)	3 000	15/2/2005
Maria Aparecida Panisset (PFL)	São Gonçalo (RJ)	11 000	8/7/2005
Daniel Capitani (PSB)	Placas (PA)	22 000	7/6/2002
Gilberto Siebert (PPS)	Cotriguaçu (MT)	10 000	23/1/2003
Carlos Vital Carvalho (PMDB)	Nerópolis (GO)	19 200	21/2/2002
João Capelletto (PMDB)	Braganey (PR)	12 806	28/2/2002
Marco Aurélio Fullin (PSDB)	Bom Jesus do Araguaia (MT)	4 000	12/6/2002
Dorghival dos Santos (PP)	Riachão das Neves (BA)	8 000	21/6/2002
Antonio Rodrigues da Silva (PMDB)	Poxoréo (MT)	14 000	Entre 2005 e 2006
Celso Paulo Banazeski (PTB)	Colíder (MT)	18 400	2005 e 2006
José Aparecido dos Santos (PFL)	Nova Marilândia (MT)	125 400	2001, 2003, 2004 e 2005
João Batista de Sá (PMDB)	Torixoréu (MT)	15 000	2006
José Ribeiro da Silva Filho (PMDB)	Presidente Médici (RO)	12 000	2004
André Cecilliano (PT)	Paracambi (RJ)	15 000	2006
Antônio Pereira Alves de Carvalho (PMDB)	São João de Meriti (RJ)	25 000	2004
João Carlos Donato (PL)	Vinhedo (SP)	39 000	2005
Paulo Wanderley (PSL)	Amajari (RO)	9 000	2006
Ex-prefeitos			
Romualdo Júnior (PPS)	Alta Floresta (MT)	10 400	2004
Joaquim Matias Valadão (PPS)	Campinápolis (MT)	27 000	2003 e 2004

curioso que um multimilionário possa ter arriscado sua reputação em troca de alguns milhares de reais.

O esquema dos sanguessugas só pôde alcançar essa dimensão depois de se infiltrar no Ministério da Saúde. Para isso, contou com uma peça-chave: a ex-funcionária da Planam Maria da Penha Lino, que, em agosto de 2005, conseguiu ser nomeada assessora do ex-ministro Saraiva Felipe, então titular da Saúde. Uma vez dentro do gabinete, Maria da Penha tratou de agilizar a aprovação dos projetos da Planam e a execução de emendas que interessavam à empresa. Como uma lobista foi nomeada tão facilmente para assessora do ministro da Saúde? Em seu depoimento, o empresário Luiz Antônio Vedoin explicou. De acordo com ele, o deputado José Divino e o senador Ney Suassuna — citados na primeira lista de suspeitos de envolvimento com a máfia das ambulâncias — chegaram a fazer ofícios ao ministério recomendando a nomeação de Maria da Penha para o cargo. Ainda segundo Vedoin, Saraiva Felipe foi receptivo à idéia. A nomeação de Maria da Penha foi feita dentro da “cota” do ministro.

Vedoin relatou todo o esquema à Justiça, com nomes, quantias e provas materiais, em troca do benefício da delação premiada — que prevê redução de pena para criminosos que colaborarem com as investigações. Ele foi solto há duas semanas, depois de abrir o bico. Seus depoimentos causam assombro ao revelar o grau de capilaridade que a máfia dos sanguessugas alcançou, assim como a extensão do assalto que ela perpetrou contra o Estado e o número de parlamentares acusados de envolvimento nela. As revelações levam à triste constatação de que a corrupção parece ter se instalado no Congresso como um cupinçal subterrâneo. Ele se dissemina em velocidade atordoante, contaminando e corroendo cada centímetro sadio que encontra pela frente. Em vez de extingui-lo, cada nova eleição parece fortalecê-lo. Os cupins apenas se revezam — e surgem com fôlego renovado. Pobre Brasil. ■

Com reportagem de Camila Pereira, Juliana Linhares,
Renata Peña e Renato Piccinin

O LEÃO TAMBÉM SAIU À CAÇA

Inquérito de 1 009 páginas sobre o Palocçigate a que VEJA teve acesso mostra que até a Receita foi acionada

Julia Duailibi

A operação para violar o sigilo bancário de Francenildo dos Santos Costa, o caseiro que desmascarou o então ministro Antonio Palocci, foi resultado de uma ampla ação de governo — e chegou a envolver até mesmo a Receita Federal, que detém um dos mais valiosos (e secretos) bancos de dados do país. Já se sabia que a perseguição ao caseiro envolvera Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal na época. Mattoso ordenou uma devassa na conta do caseiro, mandou imprimir um extrato bancário e entregou-o nas mãos do ministro Palocci — e os dados, mostrando uma movimentação de 40 199,44 reais, aca-

em mãos, o coordenador-geral substituto Flávio Martins Araújo faz uma

consulta mais ampla. Às 9h35, acessa o chamado “dossiê integrado” do caseiro. Nesse arquivo, pode-se descobrir quanto o contribuinte pagou de CPMF e o nome do banco que recolheu o tributo. Ele anota as informações e as repassa — “verbalmente” — para o chefe, Marcelo Fisch. ■ Tarde de 16 de março — Marcelo Fisch encontra-se com o secretário Jorge Rachid e, durante uma “conversa rotineira”, conforme o próprio Rachid disse à polícia, eles falam das “recentes notícias em jornais” — e, ao final, Fisch dá a Rachid o número do CPF do caseiro.

baram aparecendo nas páginas da revista *Época*. Ficou evidente, desde o primeiro momento, que o governo, numa operação clandestina e ilegal, levantou e vazou dados bancários do caseiro com a intenção de desmoralizá-lo e, assim, reduzir o impacto devastador de suas declarações contra o ministro Palocci. Agora, nas 1 009 páginas do inquérito sobre o caso, às quais VEJA teve acesso, está minuciosamente detalhada a movimentação de seis funcionários da Receita Federal para perseguir o caseiro, a começar pelo chefe do órgão, Jorge Rachid.

Dois reportagens de VEJA publicadas em abril já haviam revelado a participação da Receita na operação “Desmoraliza Caseiro”. Sucederam-se desmentidos aos quais os jornalistas crédulos rapidamente aquiesceram. Agora o inquérito confirma tudo o que VEJA publicou e ainda acrescenta detalhes da bisbilhotagem na Receita Federal para pegar o caseiro. Quando Jorge Mattoso ordenava que quebrassem o sigilo bancário de Francenildo, Jorge Rachid também determinava a seus funcionários que fos-

sem atrás de dados do caseiro — e ambos estavam sob o comando do ministro Palocci. Lendo-se os depoimentos, tem-se a impressão de que se estabeleceu uma disputa para ver quem ajudaria mais o chefe. Na Receita, segundo o inquérito, deu-se a seguinte cronologia:

■ 15 de março, quarta-feira — Como o caseiro dera entrevista no dia anterior acusando Palocci de ir à mansão na qual o ministro jurava nunca ter ido, começou a perseguição. Nesse dia, o coordenador-geral de fiscalização, Marcelo Fisch, pediu ao seu substituto, Flávio Martins Araújo, que descobrisse o CPF, o endereço residencial e a data de nascimento do caseiro. Flávio Martins Araújo encomendou a tarefa a um subalterno, que, por sua vez, acionou um técnico chamado Nilton César Cruvinel.

■ Manhã de 16 de março, quinta-feira — Enquanto o caseiro se preparava para depor na CPI, à qual reafirmaria suas acusações contra Palocci, o técnico Nilton Cruvinel trabalhava. Às 9h09, descobriu o número do CPF. “Não tinha conhecimento de que eram dados do caseiro”, disse ele, ao depor à polícia. Com o CPF

■ Noite de 16 de março — Jorge Rachid, desconfiado de que o CPF pudesse pertencer a um homônimo do caseiro, manda checar as informações. Num bilhete deixado sobre a mesa de seu chefe-de-gabinete, Jânio Castanheira, pede que seja feita uma nova pesquisa no número e no nome.

■ 17 de março, sexta-feira — Logo pela manhã, Jânio Castanheira cumpre a ordem deixada pelo chefe no bilhete e aciona uma servidora, Cássia Aparecida Mingorance. Ela rapidamente refaz a pesquisa e amplia as descobertas. Por telefone, repassa tudo para Castanheira: nome completo do caseiro, nome da mãe, data de nascimento, número do título de eleitor, endereço e até telefone. No início da noite, os dados do extrato bancário do caseiro — dele mesmo, e não de um homônimo — apareciam no site da revista *Época*. ■

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “TSE impõe novas derrotas a Lula ao vetar propagandas”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 1º de julho do corrente.

A matéria mostra que os Ministros do TSE decidiram notificar o Presidente Lula para que ele informe os gastos com publicidade oficial desde 2003. Isso porque a Lei Eleitoral estabelece que essa despesa em ano eleitoral não pode ultrapassar a média dos

últimos três anos ou o total de gastos efetuados no ano anterior.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIÇÕES 2006 / PRESIDÊNCIA

TSE impõe novas derrotas a Lula ao vetar propagandas

Seis recursos do governo para divulgar ações publicitárias específicas foram rejeitados

Dois dos sete ministros votaram a favor de multa de R\$ 900 mil por propaganda eleitoral feita antes da hora; julgamento acabou adiado

SILVANA DE FREITAS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sofreu várias derrotas no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) nos três últimos dias. Os ministros decidiram notificar o petista para que ele informe, em 15 dias, os gastos com publicidade oficial desde 2003 e rejeitaram seis recursos do governo pela veiculação de propagandas específicas.

Há o risco de uma derrota maior: 2 dos 7 ministros já votaram por condenar Lula a pagar R\$ 900 mil de multa por propaganda eleitoral antecipada em razão da distribuição, em janeiro, de revista produzida pela Casa Civil, que fez promoção pessoal do presidente, segundo o entendimento do TSE. Um pedido de vista feito pelo ministro Gerardo Grossi adiou o julgamento, e os votos de cinco dos magistrados não chegaram a ser declarados.

Tanto a decisão de notificar Lula sobre os gastos com publicidade quanto a rejeição dos recursos para liberar seis campanhas foram unânimes. Advogados que atuam no TSE dizem que há clara disposição do tribunal de agir com rigor para conter eventuais abusos no uso da máquina administrativa.

A notificação sobre os gastos com publicidade institucional foi pedida pela oposição, para fiscalizar o cumprimento da Lei Eleitoral (nº 9.504). Ela estabelece que essa despesa no ano das eleições não pode ultrapassar a média dos últimos três anos ou o total de gastos

O presidente do TSE, Marco Aurélio de Mello, já tinha negado oito pedidos do governo de liberação de campanhas publicitárias oficiais no período eleitoral, que começa hoje. Nesta semana, os outros ministros concordaram com Marco Aurélio com relação à falta de urgência dessas propagandas.

A lei proíbe a publicidade institucional nos três meses que antecedem as eleições, com exceção de produtos que tenham concorrência no mercado ou ainda na hipótese de “grave e urgente necessidade pública” reconhecida pela Justiça.

O governo queria usar a logomarca do programa de saúde bucal “Brasil Sorridente”, divulgar cartazes do prêmio “Professores do Brasil” e de uma olimpíada de matemática nas escolas públicas, veicular campanha de combate a queimadas em áreas de linhas de transmissão e subestação de energia, distribuir material do Projeto Rondon e ainda divulgar o serviço de atendimento telefônico do INSS.

No julgamento do primeiro desses recursos, na quarta-feira, houve um bate-boca entre Marco Aurélio e o advogado-geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro Costa. O presidente do TSE permitiu que o advogado-geral falasse para fazer um esclarecimento, mas, em seguida, impediu-o de continuar intervindo. Ribeiro Costa tentou prosseguir, mas teve de abrir mão. O advogado-geral não assistiu ao julgamento dos outros cinco recursos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo do historiador Boris Fausto, intitulado “As Forças Armadas na América Latina”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 10 de julho do corrente.

Segundo o artigo “O golpismo tradicional perdeu força e sentido na região, mas a escalada autoritária, por outras vias, continua sendo ameaçadora”, numa referência a regimes populistas como o da Venezuela e Bolívia.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tendências | Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

As Forças Armadas na América Latina

BORIS FAUSTO

O PANORAMA POLÍTICO da América Latina comporta riscos e problemas, mas está longe de ser um desastre. Basta lembrar o foco principal de interesse do ano em curso: as eleições no Chile, no Peru, no México, na Colômbia, no Brasil e em outros países. Fala-se da significação das candidaturas, do papel relevante ou secundário dos partidos, dos índices de comparecimento, das campanhas acirradas e às vezes sujas.

Em contraposição, não há praticamente quem fale na ameaça de golpes militares. É óbvio que isso não ocorre por acaso. Tomo, como exemplo, três países significativos: Brasil, Argentina e Chile. Neles, há pouco mais de 30 anos, estavam no poder ditaduras militares cujas diferenças podiam ser medidas pelo grau maior ou menor de ferocidade. De lá para cá, em meio às vicissitudes, regimes democráticos foram instituídos e mantiveram-se ao longo do tempo.

Ressalvo que estou falando da “democracia formal” (eleições, liberdade de expressão, rotatividade no poder, separação de Poderes), cujo valor tende a ser esquecido por quem despreza as liberdades ou as considera um dado natural, como o ar que se respira.

Ao avanço democrático, correspondeu o recuo das Forças Armadas para sua área específica de atuação. A emergência das ditaduras, a partir dos anos 60 do século passado, teve muito a ver com o quadro internacional daquele período, caracterizado pela Guerra Fria.

A ameaça de revoluções socialistas ou antiimperialistas, na esteira da Revolução Cubana, levou o governo americano a apoiar golpes militares que serviam a seus interesses estratégicos. Mas os golpes foram também consequência das condições internas de cada país, em cujo caldo fermentaram as Forças Armadas, associadas a elites políticas e empresariais, em nome da hierarquia e da ordem.

Hoje, as preocupações são outras e em nenhum dos países mencionado há sintomas de que a corporação militar pretenda voltar à arena política. No caso brasileiro, alguns passos institucionais importantes foram dados: como a criação do Ministério da Defesa, mesmo que seu papel até aqui tenha sido obscurecido. Ao mesmo tempo, vozes da sociedade civil organizada têm contribuído para cortar pela raiz ensaios de medidas autoritárias esboçados nos últimos anos.

O golpismo tradicional perdeu força e sentido na região, mas a escalada autoritária, por outras vias, continua sendo ameaçadora

Entretanto, esse quadro não nos induz ao otimismo sem qualificações porque há circunstâncias negativas em jogo, nada desprezíveis. Ainda tomando o exemplo brasileiro, assinalo o descrédito gradativo do regime democrático, resultante da desmoralização de partidos e de muitos políticos; o funcionamento precário das instituições; a decepção com os frutos sociais da democracia, neste último caso produto da ilusão de que a democracia daria de tudo a todos.

O descrédito tem sido responsável pela emergência de personagens neopopulistas, não raro de origem militar, cuja inclinação autoritária é evidente. É o caso do coronel Humala, que quase chegou ao poder no Peru, de Evo Morales na Bolívia, com sua especificidade étnica e, principalmente, de Hugo Chávez.

Na presidência da Venezuela, este encarna uma forma aguda de erosão da democracia, por caminho diverso dos golpes militares.

Eleito segundo as regras democráticas, o presidente venezuelano vem impondo, passo a passo, um regime autoritário, de que são exemplos as

restrições à mídia — a televisão foi alvo recente de suas atitudes intimidadoras —, a intervenção no Poder Judiciário, a militarização da massa de aderentes, a imposição de um currículo escolar baseado nos princípios da chamada revolução bolivariana.

Chávez sustenta também a necessidade de sua sucessiva reeleição, preparando o clima para farsas eleitorais plebiscitárias. É cedo para se dizer quanto longe ele irá. Há sintomas de que sua influência na América Latina está declinando, por força da malsucedida tentativa de intrometer-se em assuntos internos de outros países, como se viu no decorrer das campanhas eleitorais do Peru e do México.

Ao mesmo tempo, a entrada da Venezuela no cambaleante Mercosul, bem-vinda em outras circunstâncias, tende a gerar conflitos entre parceiros, mais do que integração, dadas as

pretensões à liderança continental do presidente venezuelano.

Em resumo, o golpismo tradicional perdeu força e sentido, alguns ventos benignos sopram na América Latina, mas a escalada autoritária, por outras vias, continua sendo ameaçadora.

Esse é o preço que se paga pela perversão dos princípios democráticos e a persistência das gritantes iniquidades sociais.

BORIS FAUSTO, historiador, é presidente do Conselho Acadêmico do Gacint (Grupo de Conjuntura Internacional da USP). É autor de, entre outras obras, “A Revolução de 30” (Companhia das Letras).

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Dirceu encontrou Morales dias antes da crise do gás”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, de 7 de julho do corrente.

A reportagem destaca que parlamentares bolivianos dizem que o ex-Ministro José Dirceu agiu como emissário de Lula em encontros políticos na Bolívia. Segundo a matéria, “o petista teria tratado da nacionalização do gás e do petróleo da Bolívia e suas conseqüências para o Brasil”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dirceu encontrou Morales dias antes da crise do gás

Parlamentares bolivianos dizem que ex-ministro agiu como emissário de Lula

Agenda de presidente da Bolívia registra reunião com 'alto dirigente do PT', mas Planalto nega que petista tenha falado pelo governo

FABIANO MAISONNAVE
ENVIADO ESPECIAL A LA PAZ

Afastado do governo desde 16 de junho do ano passado e fora da Executiva do PT, o ex-ministro da Casa Civil e deputado federal cassado José Dirceu manteve encontros políticos na Bolívia em abril, onde teria agido na condição de emissário do Palácio do Planalto e tratado do tema da nacionalização do gás e do petróleo bolivianos.

Questionado, o Planalto reagiu ontem que o ex-ministro estivesse falando em nome do governo Lula.

Dirceu esteve na capital boliviana nos dias 23 e 24 de abril, quando a Bolívia vivia a expectativa do anúncio da nacionalização dos hidrocarbonetos. O decreto sem assinatura em seguida, no dia 1º de maio, pelo presidente Evo Morales, e afetou sobretudo as operações da Petrobras na Bolívia, como o aumento da tributação e a nacionalização de duas refinarias da empresa.

A reportagem da **Folha** apurou que Dirceu manteve ao menos dois compromissos no dia 23, um domingo: com Morales, no Palácio de Governo — a agenda presidencial marca o encontro às 15h30 e o registra como “alto dirigente do PT” —, e uma reunião com seis parlamentares de Podemos (Poder Democrático e Social), o principal partido de oposição, quando disse que havia chegado de uma viagem para o Brasil.

A viagem entre São Paulo e La Paz teria sido feita numa aeronave pertencente à empresa MMX, de Eike Batista. O em-

presário é proprietário da EBX, siderúrgica instalada parcialmente em Puerto Quijarro, a 15 km de Corumbá (MS), e proibida de operar no país pelo governo Morales, sob acusação de ter começado a ser construída sem licença ambiental. Batista anunciou a saída da EBX da Bolívia dois dias depois da visita de Dirceu, em 25 de abril.

Em 23 de abril, segundo registro do Aeroporto Internacional de El Alto, o único voo privado vindo do Brasil chegou a La Paz às 12h38 locais, proveniente do aeroporto de Guarulhos. O avião, um jato Cessna Citation 7, prefixo PTOVI, levantou voo no dia seguinte, às 21h47, e voou para Guarulhos com uma escala em Santa Cruz de la Sierra.

“Ele não veio tratar de negócios, não veio fazer turismo, não veio por motivos particulares. Ele veio tratar de temas bilaterais entre os governos do Brasil e da Bolívia”, afirmou um dos parlamentares de Podemos presentes ao encontro, sob a condição de anonimato. “Não sei se usou estas palavras, mas veio definitivamente em nome do governo do Brasil”.

Segundo o relato desse parlamentar da oposição, Dirceu contou que foi recebido no aeroporto por representantes do governo. dali, foi levado à comunidade de Achocalla, na mesma região do aeroporto, onde participou de cerimônia de boas-vindas da etnia aimará, à qual pertence Morales.

Aos opositores, Dirceu não mencionou o encontro com o presidente boliviano, mas disse que jantaria com membros da cúpula do governo e que um dos temas principais era o processo de nacionalização. Segundo o parlamentar, Dirceu não mencionou a EBX durante a conversa.

A reportagem ligou para o

porta-voz da Presidência boliviana, Alex Contreras, mas ele desligou o telefone antes do fim da pergunta sobre o teor do encontro. Ele não respondeu ao recado deixado em seguida na caixa postal de seu celular e em seu escritório.

‘Conversa cortada’

O encontro do ex-ministro petista com a oposição durou duas horas e começou por volta das 17h. O local foi a casa do suplente de senador Andrés Fermín Heredia Guzmán, do departamento (Estado) fronteiriço de Pando, uma região com forte influência do Brasil.

Dirceu falou sobre a relação entre Lula e Morales, as eleições no Brasil e ouviu relatos de preocupação sobre a ingerência do presidente venezuelano, Hugo Chávez, na Bolívia. “Foi uma conversa muito cortada, ele tinha dois celulares que não paravam de tocar.”

Mas o assunto principal de Dirceu foi a expectativa em torno da nacionalização dos hidrocarbonetos. Ele avaliou — equivocadamente, hoje se sabe — que não haveria ações duras contra o Brasil por causa das boas relações entre Lula e Morales. “O José Dirceu disse acreditar que, sob nenhuma hipótese, haveria medidas contra os interesses do Brasil”, afirma o parlamentar boliviano. “Mas disse também que, se Evo se porta mal, nós vamos embora. Assim mesmo, em português”, recorda o parlamentar.

Em outra ocasião em que falou como representante do governo, Dirceu se comprometeu a arranjar um encontro entre Lula e o líder da oposição, o ex-presidente Jorge “Tito” Quiroga, o que não ocorreu até agora. Dirceu “deixou claro que era mais próximo do governo, mas que as relações com o PT iam mal”, diz o parlamentar.

Ex-ministro nega atuar em nome de Lula

MÔNICA BERGAMO
COLUNISTA DA FOLHA

O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, negou ontem ter atuado como “representante” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no exterior.

Ele não confirmou nem desmentiu a informação de que viajou para La Paz, na Bolívia, em 23 de abril último, para encontros com autoridades do governo boliviano.

Dirceu está em viagem, no exterior. A **Folha** conseguiu localizá-lo no início da noite pelo celular.

Informado do teor da reportagem, ele afirmou: “Não sou representante do presidente [Luiz Inácio Lula da Silva]”. E disse que só se manifestará depois da publicação da reportagem. A tarde, sua assessoria também não confirmou nem desmentiu a possibilidade de Dirceu trabalhar para o empresário Eike Batista.

De acordo com a assessoria, o ex-ministro, hoje, atua como “consultor e advogado”. O nome de seus clientes, no entanto, não é divulgado porque isso se trataria de um “assunto privado”.

Questionado, o Palácio do Planalto negou que Dirceu utilizasse qualquer um nome do governo.

Colaborou RUBENS VALENTE,
da reportagem da **Folha**



Peruntas sem resposta

Se é verdade que Dirceu viajou com essa missão, por que ele foi o representante do governo? Por que não foi a presidenta da Petrobras ou Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil e ex-ministra de Minas e Energia?

saiba mais

Antes do gás, siderúrgica foi o problema

DAREDAÇÃO

Os problemas do empresário Eike Batista na Bolívia começaram em 14 de abril deste ano, quando o presidente da Bolívia, Evo Morales, proibiu a siderúrgica feita pelo grupo de Batista, o EBX, de operar no país.

A siderúrgica era acusada de funcionar sem licença ambiental e de atuar na faixa de 50 km da fronteira, o que não é permitido a estrangeiros. Batista, por sua vez, afirmava ter uma licença expedida em 2004. Em sua defesa, se dizia perseguido por ter se associado a uma família adversária de Morales.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou reverter a decisão boliviana. O Itamaraty enviou ao país seu secretário-geral, o embaixador Samuel Guimarães, para conversar com membros do governo boliviano. O objetivo era obter uma solução negociada. Não conseguiu.

A expulsão de Batista, contudo, esconde uma luta pela jazida de minério de ferro de Mutún, estimada em ao menos US\$ 40 bilhões. Morales cancelou a licitação, preparada pela gestão anterior, sob a alegação de que a empresa de Batista e o banco francês BNP Paribas manipularam o processo para obter a vitória.

Para o governo Morales, a siderúrgica que a EBX construía em Puerto Quijarro, a 15 km de Corumbá (MS), era só a ponta-de-lança para que Batista vencesse a licitação de exploração da reserva.

O grupo EBX deixou a Bolívia no dia 25 de abril e arcou

com um prejuízo de, ao menos, US\$ 20 milhões, segundo Batista.

Nacionalização do gás

Quando Morales nacionalizou as reservas de gás e petróleo da Bolívia, em 1º de maio deste ano, o assessor internacional da Presidência, Marco Aurélio Garcia, declarou que o governo brasileiro "foi pego de surpresa" e que as informações que vinham do país vizinho eram "desencontradas".

A nacionalização foi promessa de campanha do presidente Morales. Na ocasião do decreto, ele enfrentava protestos e via sua popularidade cair.

Uma das empresas mais prejudicadas pela nacionalização foi a Petrobras, com duas refinarias na Bolívia e investimentos de cerca de US\$ 1,5 bilhão realizados nos últimos dez anos. Além disso, Morales anunciou a nacionalização na sede da empresa, que foi invadida com tropas do Exército.

A primeira reação ao ato de Morales partiu do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, que condenou o ato. Gabrielli afirmou que "o governo da Bolívia tomou medidas unilaterais, de forma não amistosa, que nos obrigam a reagir".

O governo, contudo, adotou a conciliação. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse compreender o gesto de Morales, já que o Brasil já tinha feito o mesmo no passado. Só endureceu quando Morales declarou que a Petrobras agia de forma "ilegal" na Bolívia, no dia 11 de maio. Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, disse até mesmo que pretendia retirar o embaixador brasileiro de La Paz, o que não ocorreu.

Empresas se contradizem sobre uso de jatinho

GUILHERME BARROS
COLUNISTA DA FOLHA
RUBENS VALENTE
DAREPORTAGEM LOCAL

A empresa Global Táxi Aéreo, de São Paulo, e a MMX Mineração e Metálicos S/A, do empresário Eike Batista, entram em contradição ontem, ao explicar a responsabilidade pelo jatinho usado para levar a La Paz, na Bolívia, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

Segundo a siderúrgica EBX, controladora da MMX, o Cessna Citation 7 que transportou o ex-ministro "estava arrendado para uma empresa de táxi aéreo". Segundo a Folha apurou, a empresa citada seria a Global.

Segundo a EBX, o avião estava "a serviço de terceiros" durante a viagem de Dirceu. Eike Batista, afirma a empresa, não estava no voo para La Paz.

O diretor da Global, o comandante Sérgio Stenberg, disse que todas as operações de voo são de responsabilidade da MMX, e sua empresa apenas presta "assessoria e consultoria". O serviço inclui organização de contabilidade e treinamento de pessoal.

"A gente administra a aeronave para ele. Faz isso como um apoio logístico, tanto que tenho um contrato com ele pelo qual é proibido efetuar voo comercial", disse o comandante. Ele não soube dizer quem teria comandado o voo de abril último e nem quem seriam os

passageiros. "Tenho a relação dos passageiros do serviço de táxi aéreo, mas não os da aeronave da MMX."

"Não fizemos nenhum voo comercial com esta aeronave, não faz táxi aéreo. É de uso exclusivo do proprietário, isto é até contratual", disse o diretor da Global. Informado de que a EBX havia dito que o avião estava arrendado, o comandante afirmou: "A informação é totalmente inverídica".

A Folha apurou que o jatinho pertenceu ao banco Bradesco até outubro de 2004 — foi vendido em licitação pública e quitado em 2005. De acordo com os registros do DAC (Departamento de Aviação Civil), o avião foi formalmente transferido para o nome da MMX Siderurgia no último dia 12 de abril, 11 dias antes da viagem para La Paz.

O avião está baseado no aeroporto de Congonhas (SP). A EBX, sediada no Rio de Janeiro, tem atividades e escritórios de representação na Colômbia, no Equador, Peru, Chile e Uruguai e nos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amapá, Pará, Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

A MMX iniciou em dezembro de 2005 a produção de minério de ferro em Corumbá (MS), na fronteira entre Brasil e Bolívia. A empresa deve iniciar unidades de produção em Minas Gerais e no Amapá.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que amanhã a sessão começará às 9 horas da manhã.

Que Deus seja o refúgio e a fortaleza para agüentarmos as caminhadas!

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 48 minutos.)

O.S.: 14792/06)

Ata da 131ª Sessão não Deliberativa, em 11 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência da Sra. Heloísa Helena.

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

A SRA PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 49, de 2006**, apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.005, de 2006, que *autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até cinco bilhões e seiscentos milhões de reais, para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros.*

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria encontra-se em regime de urgência e constará da pauta da sessão deliberativa ordinária de 4 de setembro próximo.

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Sobre a mesa expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. nº 1.520 SGM/P

Brasília, 11 de agosto de 2006

Assunto: Encaminhamento do processado da Medida Provisória nº 291, de 2006

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins do disposto no art. 11, combinado com o parágrafo único do art. 14, da Resolução nº 1, de 2002-CN, o processado da Medida Provisória nº 291, de 2006, tendo em vista o término do prazo de vigência ontem, 10 de agosto de 2006, nos termos do art. 62 da Constituição Federal.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo** – Presidente.

A SRA PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O expediente lido vai à publicação e será cumprido o disposto no parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A SRA PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como orador inscrito pelo tempo que S. Exª entender necessário ao seu pronunciamento.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a entrevista do Presidente Lula ao *Jornal Nacional*, ontem, foi um desastre. O que prenuncia a campanha que se ferirá a partir da próxima terça-feira, no rádio e na televisão, inclusive com a perspectiva dos debates entre os candidatos.

Blog do Noblat:

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição pelo PT, não ofereceu respostas precisas sobre os casos de corrupção que envolveram seu Partido e Ministros do Governo durante entrevista ontem ao “*Jornal Nacional*” da **Rede Globo**.

Lula, que diferentemente dos adversários não compareceu à emissora e foi entrevistado no Palácio da Alvorada, insistiu que só soube das denúncias (o mensalão e o valerioduto) “depois que aconteceram”.

Quer dizer, Sua Excelência só soube depois.

Blog de Reinaldo Azevedo:

A entrevista deve gerar subprodutos. Paulo Okamoto afirmou no Senado, sob juramento, que Lula nem sabia da dívida que ele supostamente pagou. Lula o desmentiu. Numa carta a José Dirceu, o presidente aceita seu pedido de demissão: ao *Jornal Nacional*, sustentou que foi ele a demiti-lo. [Aquele que o Procurador-Geral da República denominou de chefe da organização criminosa]. Insistiu, de forma constrangedora, que ignorava o esquema. E que garantia existe de que não terá de dizer isso de novo?, quis saber Fátima Bernardes. E Lula engrolou um palavrório sem sentido. Nada funcionou.”

Vamos agora para Cláudio Humberto, sob o título “Freud traiu Lula na Globo”:

“A única coisa que caiu [engraçado essa do Cláudio Humberto, está boa, porque não foi José Dirceu que traiu Lula, foi Freud] é o salário” – tropeçou o presidente Lula. [É verdade. Sua Excelência jurou dobrar um valor

de compra real do salário mínimo e ficou muito longe disso. É verdade.] “A única coisa que caiu é o salário” – tropeçou o Presidente Lula na entrevista a Fátima Bernardes e William Bonner, no “Jornal Nacional”, na noite desta quinta-feira.

O candidato queria dizer inflação, mas o pai da psicanálise entrou em ação na chamada “falha freudiana”, fazendo Lula derrapar na resposta.

Ou teria sido o Grilo Falante, a consciência de Pinóquio, que falou mais alto na entrevista, onde era evidente o nervosismo do presidente, de costas para livros que nunca leu nem jamais lerá. O cenário perfeito.

Chamo a atenção, Sr^a Presidente, para o fato de que o Presidente Lula terá de debater com V. Ex^a e com os demais candidatos – em algum momento; terá de debater. Sua Excelência foi o único a ter a prerrogativa de receber em sua casa os entrevistadores. Então, entrevistadores vão a minha casa e não consigo me sair bem nem na minha casa, imagine em uma mesa redonda com os candidatos todos em condição de igualdade! É impressionante o despreparo que revela para enfrentar os seus problemas; problemas que o Presidente Lula criou para o Brasil.

Vamos a outras derrapadas do Presidente Lula na referida entrevista. Agora digo eu, Sr^a Presidente: Disse ele que a CGU foi criada em seu Governo. Não é verdade, foi criada no Governo passado. Ele mudou o nome: era Corregedoria passou a ser Controladoria. A Primeira-Ministra foi quem desvendou aquele caso de corrupção da Sudam, a Ministra Nadir de Mendonça, nomeada pelo Presidente Fernando Henrique. E mais: o candidato Lula disse que não pode saber o que acontece na Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Ele deveria ter dito na Delegacia do Ministério da Agricultura, no Estado de São Paulo. Estava realmente nervoso Sua Excelência, ele não conhece a estrutura do Governo dele; estava nervoso, estava realmente nervoso. Não está preparado para nenhum confronto, só para falar sozinho e protegido por um esquema de mídia oficial que tem sido massacrante contra vocês outros, candidatos a Presidente da República.

A Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo está vinculada ao Governo do Estado. O Presidente parece que não saber disso. O que existe no Governo Federal é a Delegacia da Agricultura, vinculada ao Ministério da Agricultura.

Tenho dúvida se o Presidente conhece o nome de todos os seus Ministros. Outro dia, pediram-me para eu responder não sei o quê que o Ministro interino da Previdência teria dito sobre o Congresso, Senadora Heloísa Helena. Uma repórter perguntou-me: “O senhor pode responder o que Ministro interino da Previdência disse sobre o Congresso?” Aí eu disse: “Mas, minha querida, só respondo se você me disser o nome dele, porque não conheço nem o Ministro titular, quanto mais o Ministro interno da Previdência.” É um Ministério de ilustres desconhecidos. Essa é que é a verdade.

Tem ainda mais gafes. O Presidente, em determinada altura da entrevista, disse que o Governo dele foi o que mais enfaticamente combateu a ética. Outra derrapada freudiana. É verdade. Ele não deu tréguas à ética. O Governo dele não perdoa a ética. Não deu colher de chá à ética. Esse é um fato, jogou duro contra a ética. Tudo é verdade. Isso numa declaração. Ou foi uma derrapada ou foi de uma coragem sensacional.

Sr^a Presidente, temos aqui a Lúcia Hipólito – peço que vá para os Anais da Casa, até por causa do tempo –, que faz mais uma bela análise.

Todos os analistas que li hoje pela manhã condenaram a entrevista, entendendo que ela foi incompetente, que ela revelou insinceridade, falta de preparo e de pulso.

Este é o homem que dirige a Nação: alguém que não consegue enfrentar dois entrevistadores que vão à sua casa. Ou seja, o dono do cafezinho não era o entrevistador, o dono do cafezinho era ele, tipo: “William Bonner*, você quer um cafezinho?”, “Fátima Bernardes, você aceita um chá?”. Só isso já dá uma tranqüilidade. Estou na minha casa, o cachorro é o meu, a pessoa que vai servir o chá trabalha comigo, o banheiro é o meu. “Eu queria ir ao toalete”. “É ali, por favor, Fátima”. “William Bonner, é ali”. É diferente de ir à **Globo** e lá dizer: “Puxa vida, eu não sabia qual era o clima”.

V. Ex^a está de parabéns, até porque se saiu muito bem na entrevista, saiu-se com muita galhardia mesmo.

Mas eu gostaria de tornar a enfatizar que é desumana a posição do Governo, contingenciando recursos da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), que são verbas não-orçamentárias, são recursos obtidos a partir de preços públicos cobrados lá mesmo às empresas do Distrito Industrial de Manaus e que acabam indo para a conta do superávit. É injusto porque isso deixa de servir para infra-estruturar o desenvolvimento de toda a Amazônia Ocidental – incluídos minha cidade de Manaus e meu Estado do Amazonas, claro – mais o Amapá, na banda oriental. É uma gota d’água no oceano do superávit, não está no Orçamento, é dinheiro obtido lá mesmo. Isso machuca muito o coração e a auto-estima dos habitantes da minha região.

Peço ainda, Sr^a Presidente, que V. Ex^a autorize a inserção nos Anais da lúcida, longa e bela entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista **Playboy** que começa a circular nesta semana.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Leio o que diz a respeito também Lúcia Hipólito:

A faxineira do dr. Freud trabalha com ele há muitos anos. Moça esperta, aprendeu os rudimentos da psicanálise e já diagnosticou os casos mais simples, desafogando a pesada agenda do professor.

Desde as eleições de 1994 a faxineira do dr. Freud vem analisando os candidatos à presidência da República. Por isso, assistiu com um olhar quase profissional à entrevista do presidente Lula ao Jornal Nacional, que encerrou a série que a TV Globo fez com os quatro principais candidatos.

O presidente Lula se comporta como candidato em palanques, inaugurações e até em batizados de boneca. Mas o candidato Lula se comporta como presidente quando faz campanha eleitoral pela TV. Caso de dupla personalidade, diz nossa diligente faxineira.

Exigiu que a entrevista fosse realizada no Palácio da Alvorada, sua “casa”, seu território, e não na bancada do JN, território dos candidatos, território “inimigo”. Insegurança, disparou a moça, implacável.

Afinal, o que teme o presidente-candidato? Seus números nas pesquisas são prá lá de confortáveis, seu governo (segundo ele) é o melhor da história do país desde Pedro Álvares Cabral. “Nunca na história deste país...” é o mote do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa é fácil: síndrome do Marco Zero.

Seus oponentes somados não chegam a 50% dos votos válidos; é possível que tudo termine no primeiro turno. Por que, então, o presidente só se comporta como candidato fora da campanha eleitoral? Desvio de personalidade? Talvez.

É delicado entrevistar um presidente da República - qualquer um. O entrevistador fica naturalmente intimidado pela presença da maior autoridade do país, mesmo que muitas vezes esta mesma autoridade não respeite a instituição da Presidência.

Se o presidente falta com a verdade numa resposta, o que fazer? Responder: “Presidente, o senhor não está falando a verdade.”? Complicado.

Por isso mesmo, foi confortador ver os apresentadores do Jornal Nacional pressionando o presidente-candidato, cobrando, replicando respostas evasivas ou ambíguas.

Lula confirmou o que já se sabia: atirou ao mar todos os companheiros de longa data, a quem deve a eleição em 2002, mas que poderiam atrapalhar os planos de reeleição. Confirmou que foi ele quem demitiu José Dirceu, além de todos os outros.

Tentou se comparar a uma mãe extremosa, no que foi cortado com muita precisão por Fátima Bernardes. Estadista é estadista e mãe é mãe; não se confundem. A faxineira concorda.

Dois momentos da entrevista foram, ao mesmo tempo, engraçados e reveladores. Logo no início, Lula declarou que o “combate à ética” tem que ser permanente. E lá pelas tantas, declarou que no seu governo, “a única coisa que baixou no Brasil foi o salário”. Curioso...

A faxineira de Freud explica direitinho o presidente-candidato. Não precisa incomodar o prof. Freud.



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

UMA CONVERSA FRANCA COM O EX-PRESIDENTE SOBRE PT, PSDB, LULA, ALCKMIN, CORRUPÇÃO, RELIGIÃO, SILÊNCIO DOS INTELECTUAIS E COMO ELE QUASE MORREU POR CAUSA DE UMA GEMADA PREPARADA PELA MÃE

Fernando Henrique Cardoso, 75 anos, está no melhor dos mundos. Desde que deixou a presidência da República, em 2002, ele se dedica a observar e a influenciar a política de uma distância segura. Ele não está confortavelmente instalado numa torre de marfim – e suas posições deixam isso claro –, mas já não ocupa a trincheira da política cotidiana. FHC pode, portanto, fazer observações afiadas sobre aliados e adversários, além de comandar articulações em relativo silêncio. Foi assim que arbitrou a escolha do candidato tucano à presidência, enquanto dava os retoques finais no seu livro *A Arte da Política – A História que vivi*, que permanece ativo na lista dos mais vendidos.

Presidente de honra do PSDB, FHC inaugurou, em 2004, o Instituto Fernando Henrique Cardoso. A sede tem 2 090 m² de área, distribuídos em dois

subsolos e um andar de um prédio no vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo. A área que cerca o instituto é um retrato em miniatura do Brasil. De um lado, o imponente prédio do Teatro Municipal de São Paulo, com a sua bem preservada praça, mantida pela iniciativa privada. Do outro, a avenida São João e seus cinemas pornôs.

No imponente instituto, estão reunidos centenas de documentos e gravações dos dois períodos presidenciais (1995-1998; 1999-2002). Foi ali que o ex-presidente recebeu o repórter **Fernando Barros de Mello** e o diretor de redação, **Edson Aran**, para a primeira bateria de perguntas. Vestido de terno e gravata, Fernando Henrique analisou, com ar formal e professoral, o cenário político.

Esta é a segunda vez que ele fala à **PLAYBOY** (a primeira foi em setembro de 1984, quando o senador FHC

articulava para levar a oposição ao poder, depois de 20 anos de ditadura militar). Nos 22 anos que separam as duas entrevistas, ele foi presidente da República, construiu a estabilidade econômica com o Plano Real e lançou as bases para a construção de um Estado moderno, eficiente e menos perdulário. Essas medidas lhe valeram o título de “neoliberal” (que ele rejeita). Também foi como reação a essa agenda que Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao poder, em 2002.

Quase quatro anos depois de uma das mais civilizadas transições da história republicana do país, o político FHC não poupa o governo Lula e lamenta que o país tenha perdido a chance de fazer um “compromisso histórico” com a modernidade. Já o sociólogo, que enxerga “mais os processos”, destaca uma certa continuidade nas duas gestões.

“Hoje o Serra é o mais preparado para governar o Brasil. Ele tem a experiência, a vontade, a informação e a competência para tocar o país”

“Eu não me lembro de exemplo histórico de uma corrupção institucional da magnitude que assistimos no governo Lula”

“Eu adoro ir à missa. Às vezes até ouço pela TV. Tenho um rosário na minha cabeceira. Acho que a religião está fazendo falta”

A proximidade das eleições e o clima político que o país atravessa deram o tom da entrevista. Apenas na segunda sessão de perguntas, FHC contou histórias e fez reflexões pessoais. No seu confortável, porém simples e discreto apartamento, localizado no bairro paulistano de Higienópolis, ele estava sem gravata e o bom humor finalmente irônico prevaleceu. Logo de cara, PLAYBOY percebeu no escritório do ex-presidente um Lula-de-pelúcia de 40 centímetros, presente do artista plástico Raul Mourão. "Gosto muito do boneco porque ele é como o Lula real: se amolda a tudo", explicou o ex-presidente, enquanto amassava o atual ocupante do Planalto para demonstrar que ele (o boneco) sempre volta ao normal. Depois disso, o pequeno Lula retornou ao seu púlpito, entre uma estante e um sofá. Passou a entrevista toda com a cara pra parede.

PLAYBOY Uma de suas frases mais famosas é: "O Brasil não é um país pobre, mas um país injusto". Esse quadro melhorou mais com o Lula que com o senhor?

FHC O quadro vem melhorando desde a Constituinte. Ainda assim, continua injusto. Nós criamos programas específicos como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Bolsa-Gás. O Lula juntou tudo e eu, pessoalmente, tenho dúvidas se vale a pena fazer um cadastro muito grande. Isso faz "onda", mas cria muita burocracia e perde a idéia da focalização. Hoje, temos uma espécie de "bolsa-ônibus", onde entra tudo, mas ninguém controla. É quase uma distribuição direta de dinheiro. Quando você faz um programa social, tem que dizer: qual é a porta de saída? Não pode ser apenas assistencialismo, tem que promover a pessoa para que ela melhore de vida enquanto não tem emprego. A injustiça fundamental está no desemprego.

PLAYBOY O governo Lula decepcionou mais o sociólogo ou o político?

FHC Foi uma decepção generalizada [risos]. Eu diria que mais o político, por-

que o sociólogo vê as estruturas, o processo. E o Lula não fez nada que atrapalhasse o processo: a parte social e a econômica continuaram.

PLAYBOY Em *The Accidental President of Brazil* (livro de memórias lançado nos EUA) o senhor escreve: "A esperança seguida de desilusão é um círculo particularmente brasileiro". O que isso quer dizer?

FHC Dada a desigualdade no Brasil, muitos querem um milagre, porque os processos levam tempo. Aí vêm Jânio, Collor, Lula. O país só deixará de ser imaturo, será talvez mais justo, quando tiver menos expectativas criadas por mágicos.

“O que ficou da esquerda antiga é o antiamericanismo, o nacionalismo e o estatismo. É uma esquerda que não leu Marx”

PLAYBOY Em 2002, o senhor disse que era exagero enxergar em Lula componentes sebastianistas, de um salvador da pátria. Continua achando isso?

FHC O Lula é contraditório. Ele é fruto do sindicalismo do ABC, setor avançado na época. A cabeça dele não era messiânica. Ele usa isso taticamente, mas não leva ao pé da letra. Mas Lula esqueceu o que era há 20 anos, líder dos trabalhadores, para virar líder dos pobres, como eram os populistas. Só que um lado olha para os pobres e outro para o mercado financeiro. Um bom sebastianista não faz isso. É o Chávez, que acha que o bolivarianismo – que não existe – exista. O Lula tem o rabo preso com o mercado.

PLAYBOY A esquerda não terá sempre um viés salvacionista?

FHC Sim. A esquerda está presa à idéia de revolução, que vai resolver tudo. O problema é que, para fazer a crítica do salvacionismo, é preciso fazer a crítica da revolução. E cadê coragem intelectual para fazer isso?

PLAYBOY Ainda é possível dividir o mundo entre esquerda e direita?

FHC Depende do que você chama de esquerda. A idéia central da esquerda clássica era: vamos acabar com a propriedade privada. Hoje não há um setor que diga isso. Minha geração nunca imaginou a transição do socialismo para o capitalismo, como acontece hoje na Rússia e na China. Os nossos sonhos eram outros. Só que nós acordamos. O que ficou desse tipo de esquerda antiga é o antiamericanismo, o nacionalismo e o estatismo. O que sobrou da idéia de revolução é o movimento antiglobalização. O que a Via Campesina está fazendo no Brasil, como arrebentar com os cultivos de sementes modificadas, é como no começo da industrialização, quando os ludistas quebravam máquinas. Mas não estão propondo nada em troca. Eu sempre chamei isso de utopia regressiva. É uma esquerda que não leu Marx.

PLAYBOY Em 1985, o senhor dizia que o debate não era entre esquerda e direita, mas entre moderno e arcaico. O que são moderno e arcaico hoje?

FHC Eu diria que, quando se fala de esquerda hoje, se fala em valores: justiça, liberdade, participação, menos desigualdade. Isso é alcançado não com revolução, mas com transformação. Os partidos que mantêm a idéia salvacionista atrapalharam muito o meu governo. O que é dar um passo adiante? É acabar com o salvacionismo petista e substituir por uma visão que não é a do clientelismo, do conformismo com a ordem existente, mas uma proposta de transformismo contínuo.

PLAYBOY O senhor acredita estar à esquerda do Lula?

FHC Não tenho dúvida. O Lula não é

intelectual, não conceitualiza, mas não vai discordar do que eu disse. Qual é a minha discordância do Lula? É que ele se adapta demais. Ele não tem mais corte nenhum, a moral não entra mais. A esquerda contemporânea não é maquiavélica, não é aquela dos “fins justificam os meios” para alcançar um objetivo. Ela precisa ter valores.

PLAYBOY Antes, o PT dizia “somos diferentes de todo mundo”. Agora diz: “Somos iguais a todo mundo”...

FHC [Interrompendo] Igual a mim, não. O PT está à minha direita no conservadorismo, direita econômica, por causa de costumes mais atrasados e clientelistas. A mentalidade da meritocracia, de um Estado republicano, do que posso ou não, nunca penetrou no Brasil. As pessoas querem um paizão. Quem tem uma visão mais republicana são o PSDB e o próprio PFL.

PLAYBOY Mas na área econômica, os governos FHC e Lula não entram para a história como uma grande continuidade?

FHC Olhando historicamente, poderá se dizer: há continuidade. Mas não é identidade. Nem na política econômica. As condições do mundo são outras e eles mantêm as mesmas. Está errado. É uma agenda ultrapassada. Alguém deverá cobrar: por que não avançou mais na agenda e corrigiu coisas que eu não fiz? O Brasil está patinando. Não se está vendo porque a conjuntura é muito favorável no mundo.

PLAYBOY Em 2003, o senhor disse ao ex-presidente mexicano Ernesto Zedillo: “Lula sempre foi neoliberal”. Lula se converteu ao capitalismo?

FHC Não. Ele nunca foi outra coisa. Ele acredita no mercado, sempre foi negociador sindical.

PLAYBOY E o senhor? É neoliberal?

FHC No sentido de que o mercado resolve tudo, nunca fui. Aliás, nesse aspecto o Lula também não. Acontece que hoje as forças de mercado são uma realidade e você tem que contar com

elas. Mas tem que se contrapor também. Eu não acredito que o mercado resolva sozinho as questões da pobreza e do crescimento. Mas o intervencionismo do governo Lula acontece via agentes do partido. O Lula nomeou todos que foram derrotados nas eleições de 2002 para o ministério.

PLAYBOY Mas a chegada do PT fez bem à democracia brasileira, ou não?

FHC Poderia, mas não sei se fez porque, em vez de reformar, chegou para se acomodar. Eles mantiveram o mesmo sistema de acomodações contínuas, uma certa fruição do poder um pouco ingênua. É uma mistura da sa-

“O Lula só fez atacar. Nunca me convidou para um café. Ele é muito competitivo, mais que eu. Não sinto raiva, mas ele não é meu amigo”

tisfação de estar no poder com a crença de que todos fizeram a mesma porcaria que eles estão fazendo. Como se fosse natural. Essa é a defesa deles.

PLAYBOY Na posse do presidente Lula, ele disse que o senhor deixava um amigo no seu lugar. Vocês continuam amigos?

FHC A não ser essa declaração, o Lula só fez atacar. Ele nunca me convidou para tomar um café, o que deveria ter feito, em benefício dos bons costumes políticos. O Lula tem algo que o trava em relação a mim. E não é só comigo, pergunte ao [senador e candidato a presidente pelo PDT] Cristovam Buarque. O Lula não é uma pessoa de gestos que demonstrem publicamente generosidade política. E ele é muito competitivo, muito mais que eu. Quer ser o

primeiro sempre. Eu não tenho nenhum sentimento de raiva e inimizade em relação a ele – talvez ele possa ter comigo –, mas não o qualificaria de amigo. É exagerado.

PLAYBOY Em 1998, o senhor recebeu Lula no Palácio do Planalto dizendo: “Venha conhecer a casa onde você vai morar um dia”. O senhor o imaginava como um sucessor?

FHC Sucessor, não. Eu sabia que a eleição dele podia acontecer. Recentemente, o [ministro do Exterior italiano Massimo] D’Alema me disse: “Você e o Lula têm que fazer o compromisso histórico”. Quando eu estava na presidência, tentei várias vezes um diálogo com o PT, mas foi impossível. Depois da transição bastante civilizada, eu imaginava que pudesse haver uma convergência – eu não sabia de tudo o que se soube depois sobre o PT. Mas eles nos definiram como inimigos e foram fazer o mensalão, buscar apoio no setor mais tradicional e desmoralizado no Brasil. A disputa não é por idéias, é por posições. Isso mostra um atraso ideológico completo. Basta ver com quem o Lula anda. Por que andar com essa gente? Pode dizer que eu andei também, mas eu procurei me livrar.

PLAYBOY Seja qual for o presidente eleito, ele vai conseguir compor uma base de sustentação no Congresso?

FHC O nosso sistema aqui é paralisante. Nossos parlamentares são tecnicamente irresponsáveis. Eles podem pescar votos em vários lugares e não prestam contas. O governo Lula perdeu a iniciativa no Congresso. E desistiu, há dois anos. Eles vivem de uma situação econômica favorável. O que de novo foi trazido para o país? Depois que você descobre que o mais pesado que o ar voa, aumentar a velocidade do avião é mais fácil. Nós fizemos o avião voar.

PLAYBOY O senhor é considerado um grande estrategista político. A melhor maneira de destruir o PT era entregar o poder a ele?

FHC O PT saí vivo desta eleição, mas machucado. O Lula é menos petista do que se pensa. Ele fez uma manobra: “Não tenho nada a ver com isso. São eles”. Não sei qual será o futuro do PT. O futuro do Lula? Depende. Se ele ganhar a eleição, tem quatro anos aí que sabe Deus o que vai acontecer. Depois, o PT não tem muito horizonte. O PT é o Lula. E o Lula não é o PT.

PLAYBOY O senhor partilha da avaliação do Cristovam Buarque de que um eventual segundo mandato de Lula será mais autoritário e populista?

FHC Acho que o Brasil não aceita esse tipo de comportamento porque a sociedade organizada é muito grande. Pode haver, mas tem limites. Segundo, eu acho que tem um lado do Lula que vai, sim, para o quase messiânico, mas há um outro lado que tem valores democráticos. Isso depende das circunstâncias. Imagino que um segundo mandato, que eu espero que não exista, possa levá-lo a ficar um pouco mais desamparado de racionalidade [risos]. Talvez ele possa apelar mais para comportamentos populistas.

PLAYBOY O mesmo Cristovam levantou a hipótese de Lula tentar um terceiro mandato. O senhor acredita nisso?

FHC Não. Não diria que o Lula é anti-democrático. Pode até ser que ele não respeite as instituições, mas é no sentido mais tradicional: clientelismo, quebrar a lei para facilitar um pouco as coisas. O Lula é tático, não estratégico. Ele se adapta, não tem um propósito que persiga. Não é um estadista, não tem uma visão da história, não está querendo dar um rumo específico ao país. Ele é um chefe, que tem um lado caudilhesco. O Lula não teve paciência nem para dirigir o PT.

PLAYBOY É difícil ser presidente?

FHC Acho que tive um emprego pior que foi ministro da Fazenda, sobretudo naquela época das crises. O ministro tem menos anteparos. Mas é duro ser presidente, porque é um *full time job*.

O Lula me perguntou quando fomos para a Europa se eu lia jornais no fim de semana. Se fosse só jornal... Eu lia uma porção de coisas. Ele me disse: “Eu no fim de semana não leio nada”. Isso é bom para a saúde mental dele. Agora, eu não sou assim.

PLAYBOY O senhor acha que o presidente Lula faz apologia da ignorância como alguns intelectuais dizem?

FHC Acho, porque ele diz tanto que não tem curso superior. Você não precisa ser doutor para ser presidente da República, mas também não precisa ser “apologeta” da ignorância, não precisa pregar. É melhor você ter infor-

“Não acho que o Lula seja diferente de um líder sindical normal do Brasil, desse ponto de vista de tomar umas e outras”

mação, capacidade de formar seus juízos. Acho que houve na sociedade brasileira uma certa transigência com a rusticidade. Quanto mais bruto, melhor. Mais autêntico. Que é isso? Estamos em uma sociedade civilizada. O ideal não é ser bruto. O ideal é o contrário, é polir.

PLAYBOY Em *The Accidental President of Brazil*, o senhor escreve que tomou cachaça com Lula na década de 1970. Chegaram a brindar?

FHC Provavelmente. No comércio final da minha campanha a senador, em Osasco [em 1978], o Lula chegou lá e estava todo mundo bastante alto. Eu vi o Lula bebendo em várias situações, mas nunca o vi bêbado. Eu não acho que o Lula seja diferente de um líder

sindical normal do Brasil, desse ponto de vista de tomar umas e outras. Também não acho que se deva fazer um finca-pé nessa matéria. Pode ser que em um dia de tensão ele tenha exagerado. Mas quem não? Uns com cachaça, outros com vinho, outros com uísque. Mas não sei se houve alguma forma de ação do Lula que tenha sido perturbada por causa de bebida. “Ah, estava com os olhos injetados”. E daí? Dormiu pouco. Isso é venial.

PLAYBOY Quando o filósofo Jean Paul Sartre esteve no Brasil, o senhor disse: “Jânio é um populista, e no Brasil isso não é o mesmo que esquerdismo”. Qual seria a definição do lulismo?

FHC O lulismo tem adesão da camada da população mais pobre, tem um reiterado apelo aos pobres. Na política do dia-a-dia, o Lula é muito bom: tem comunicação, esperteza, ele é pragmático, não tem muito compromisso com o que disse ontem. Simbolicamente, troca de boné a cada um que vai lá. Mesmo assim, Lula não é populista no sentido que era o Jânio. O Jânio não articulava com ninguém: era ele, a massa e pronto. O Lula é um homem que vem de partido, tem uma ligação mais institucional. Você vê no tratamento que ele dá: articula o tempo todo com o [senador José] Sarney.

PLAYBOY A oposição reagiu adequadamente à crise no governo?

FHC Provavelmente quando o Duda Mendonça depôs na CPI era caso de nulidade da eleição, abuso de poder econômico. Mas havia um problema. O Lula era o líder sindical de um país chamado de injusto que havia chegado lá. Você vai tirá-lo? Terá sido errado? Difícil avaliar. O Congresso, do jeito que estava, também tão comprometido, como votaria o impeachment?

PLAYBOY No governo Collor, o senhor disse: “Impeachment é como bomba atômica: serve para dissuadir, mas não deve ser usado”. Foi esse o raciocínio que norteou a oposição agora?

FHC Se eu tinha medo da bomba na época do Collor, imagina agora! A população não chegou a entender a crise porque os mecanismos de transmissão como a UNE e a CUT – que no tempo do Collor estavam com a oposição – agora estavam nas mãos do governo e não transmitiam nada. Eles provavelmente contra-atacariam com o argumento populista fácil do golpismo.

PLAYBOY Mas o senhor, que ouviu tanto “Fora, FHC!”, não teve vontade de sair pela rua gritando “Fora, Lula!”?

FHC Não. Por que eu também deveria ser antidemocrata, como eles foram? O “Fora, Lula!” é agora nas eleições.

PLAYBOY O senhor acha que o presidente Lula sabia do mensalão?

FHC Impossível não saber. Acho que ninguém acredita que ele não sabia.

PLAYBOY Mesmo assim, Lula lidera as pesquisas com folga. O PT não dá um banho em comunicação no PSDB?

FHC Dá um banho. Eu nunca tive verbas de publicidade no montante que o Lula tem, nunca forçamos as estatais a serem usadas em benefício de política de governo. Até porque o PT sempre esteve infiltrado nas estatais. Em segundo lugar, a sociedade só ouve quando quer. O PT foi super-competente para timbrar “é neoliberal”, “não atendeu aos pobres”. Eles têm mais capacidade de dar sustentação ao que fazem. Por exemplo: não é verdade que tenham investido mais. Mas o ministro da Fazenda se dá ao desplante de apresentar números errados. Imagina se o [Pedro] Malan ia fazer isso?! Eles são militantes políticos que, em nome do “somos melhores”, não se inibem em usar dados indevidamente.

PLAYBOY O senhor diz que, em uma democracia, um partido precisa ter pedagogia. O PSDB falhou nisso?

FHC Bastante. O PSDB muito frequentemente tinha vergonha de defender nossas posições e cedia aos gritos ideo-

lógicos do PT. O PT ganhou a batalha ideológica. Isso que é patético no Brasil. Por isso que o Lula é presidente: eles convenceram o país que dava para mudar tudo, que estava tudo errado. Chegando lá, fizeram a mesma coisa e outras diferentes, muito erradas.

PLAYBOY O jornalista Silvio de Abreu disse recentemente que pesquisas demonstram que o público não valoriza personagens com retidão de caráter. Para ele, a moral da população está em frangalhos. Isso se reflete na política?

FHC É efeito negativo do governo Lula, do clima que se criou, dessa tese do tudo igual. “Se é tudo igual, vamos

“O Collor fez uma coisa errada, mas era um crime privado. Isso é mais grave: É a corrupção das instituições”

aproveitar.” Mas isso não é perene, as sociedades variam. Agora, o Brasil está precisando de exemplaridade. Pode até parecer conversa de velho bocó, mas isso é muito grave em função da perda de valores.

PLAYBOY Essa crise não evidencia uma descrença geral na classe política?

FHC Desgastou, não tenha dúvidas.

PLAYBOY Não está faltando ética em todos os partidos?

FHC Sempre tive cuidado com as pessoas que se declaram éticas. Que tipo de ética e em que circunstâncias? O PT e o governo fizeram a coisa mais grave na política: a corrupção das instituições. Eu não me lembro de exemplo histórico de uma corrupção institucional dessa magnitude. Não é caixa dois, isso foi artifício de advogado

que o Lula usou. ~~Nem se pode aceitar que tenha sido um erro de alguns. Esses alguns eram o coração do partido e os mesmos são candidatos agora.~~ O Collor fez uma coisa totalmente errada, mas era um crime privado. Isso é mais grave. A diferença é que o Collor tomou dinheiro. Agora os banqueiros estão ganhando muito e a classe média alta, que tem dinheiro nos bancos, também. E, com os programas sociais, todo mundo está melhorando um pouquinho. Isso amorteceu o sentimento de repulsa ao que aconteceu.

PLAYBOY As práticas das quais o PT é acusado nasceram no poder?

FHC Não é desvio, é norma imposta pela visão de um partido salvador que tinha que ser poderoso. Todo mundo diz que o PT é o único partido organizado. Essa organização custa dinheiro, que foi buscado através dos mecanismos das prefeituras. O Lula recebia 10 mil reais porque era presidente de honra do PT. Eu sou presidente de honra do PSDB. Imagina se vou dar essa idéia?! É absurda. É uma visão arcaica porque pensam que o partido é a antecipação da nova sociedade.

PLAYBOY O seu governo também foi acusado de compra de votos para a reeleição, problemas na privatização...

FHC Eles convenceram o país de que a privatização era uma “privataria”. Eles repetem a mentira. Quando se prega uma infâmia repetidamente, algum dano faz. Não comprei voto nenhum – houve compra, mas não foi do governo. Dossiê Caiman? Meu Deus! Parte do público vai acreditar nisso. Mas não pode se desesperar. Ou então é melhor não ser político.

PLAYBOY A corrupção vai dar o tom da campanha deste ano?

FHC Vai ser parte. Campanha tem que apontar o futuro. Isso não quer dizer que se tema as comparações, que são ingênuas. O [Aloizio] Mercadante compra para 2002, que é do Lula, com o próprio Lula. Os estragos causados no fi-

nal do meu governo foram pela expectativa do Lula ganhar. O Lula repete: "Nunca o Brasil fez tanto". Numa coisa ele terá razão. Quando ele sair, nunca terá havido tantos brasileiros vivendo no Brasil como naquele dia. Porque a população cresce [risos].

PLAYBOY O Geraldo Alckmin é o melhor nome para derrotar Lula?

FHC Não sei se é o melhor, porque isso depende das circunstâncias. Mas é o nome que ganhou os apoios necessários dentro do partido para ser o candidato. É um bom nome. Vamos saber depois, ou não vamos saber nunca, porque sempre poderia ser outro. Ele tem um lado bom: é mais oposto ao Lula do que qualquer outro. No estilo.

PLAYBOY O senhor tem convicção na vitória do Geraldo Alckmin?

FHC Não posso dizer que tenho convicção, acho que ele tem chance. Coisa que podia parecer quase improvável há algum tempo, hoje não é. Uma vez o [diretor do instituto de pesquisa Vox Populi] Marcos Coimbra me disse que, depois da redemocratização, nenhum candidato ganhou só em uma região. E o movimento sempre partiu do Sudeste. Nunca foi o Nordeste puxando. No segundo turno, o Lula está na frente só no Nordeste. Como eu já ganhei duas vezes dele, eu sei que eleição fica num vai-e-vem.

PLAYBOY Como é que o José Serra, que tinha 30% das intenções de voto, foi preterido em função do Alckmin?

FHC O Serra teria que sair com o partido dividido. Ele já saiu uma vez assim e sabe o que isso custa. Naquele momento, certamente, o Serra teria mais previsão de votos. Mas ele era mais conhecido. Político profissional é sempre candidato porque é bom vencer, mas perder não é uma tragédia. Se eu fosse político profissional, seria candidato a alguma coisa. É que nunca fui. Quando digo que fui presidente por acaso, acidental,

é porque não preciso ser político para estar contente na vida. O Serra foi muitas vezes candidato, e recentemente. Então, a lógica seria indicá-lo. O que não quer dizer que, quando outro entrar na mídia, ele não possa também ganhar.

PLAYBOY Na primeira entrevista à PLAYBOY, em 1984, o senhor dizia que era o mais preparado para governar o Brasil....

FHC Fui vaidoso nesse caso [risos].

PLAYBOY Quem é hoje?

FHC O Serra. Ele tem a experiência, a vontade, a informação e a competência para tocar o Brasil nesse mo-

“O atraso é que comanda o PT. E o atraso não é a direita, é ficar próximo ao Estado para tirar proveito”

mento. O Lula poderia ter sido. Preparado quer dizer “com condições de”. Não é só o Serra, mas alguém com estilo para pegar o touro pelo chifre, porque vai precisar.

PLAYBOY Naquele momento da decisão do candidato do PSDB, o apoio do senhor era para o Serra?

FHC O Geraldo acha que vai ganhar a eleição. O que é muito bom. Pode até ganhar. O fato de eu achar que o Serra esteja preparado não quer dizer que aquele momento seria o dele. O Aécio também pode ser um bom presidente. E ele tem mais tempo. Talvez o Aécio tenha mais capacidade de manobra política que o Serra e menos determinação para fazer as coisas.

PLAYBOY Cá entre nós, presidente, o PSDB não está mirando em 2010 com

Aécio, Serra ou o próprio FHC?

FHC Eu não. Além da idade, já fiz o que achava que podia fazer. Mas quando começa uma campanha, a cúpula, o militante, todos querem ganhar a eleição. Não ficam pensando em outras idéias. Isso é pensamento negativo de alguns políticos e dos jornalistas. Tem que ser 2006. Não adianta fazer planos porque 2010 é outro mundo.

PLAYBOY O filósofo Roberto Romano diz que PT e PSDB são primos que, em algum momento, vão se unir e dividir o bolo. O senhor concorda?

FHC Primos? Na economia pode ser que o PT, mesmo sem querer, seja nosso primo. Mas na política não tem família, estamos do outro lado. Eles teriam que renunciar à visão do partido hegemônico. Eu cheguei a imaginar que, mesmo com as deficiências do nosso sistema partidário, o PFL virasse um partido mais do contribuinte; que o PT e o PSDB pudessem conviver como duas tonalidades do mesmo. E talvez houvesse um partido mais conservador. Nossa maior dificuldade é organizar um partido conservador.

PLAYBOY É porque ninguém se assume como de direita no Brasil?

FHC Ninguém assume porque todo mundo é clientelista. Gosto da expressão do [sociólogo] Luiz Werneck Vianna: o problema é saber quem vai comandar o atraso. No tempo em que fui presidente, o PSDB comandou o atraso. Mas o atraso passou a comandar o PT. E o atraso não é a direita. A direita francesa ou chilena defendem valores. Aqui defendem é ficar próximo do Estado para tirar proveito.

PLAYBOY A gente gostaria que o analista político FHC definisse algumas pessoas em uma frase. Lula.

FHC Uma esperança perdida.

PLAYBOY Geraldo Alckmin.

FHC Uma esperança positiva.

PLAYBOY **Ciro Gomes.**

FHC Prefiro nem falar porque me dá arrepios. Não gosto.

PLAYBOY **Tasso Jereissati.**

FHC Tem capacidade de luta e generosidade suficientes para comandar um partido em um momento difícil.

PLAYBOY **Heloísa Helena.**

FHC Gosto dela. É uma mulher que tem uma rusticidade franca, mas que toca em um certo nervo das pessoas.

PLAYBOY **Cristovam Buarque.**

FHC Sempre foi meu amigo. É um idealista e tem generosidade.

PLAYBOY **Tarso Genro.**

FHC Tem pretensões intelectuais e não chega a alcançá-las.

PLAYBOY **José Dirceu.**

FHC Conheci poucos com tanta determinação e capacidade de operar. Politicamente não é confiável, pois fez algo que fere a democracia. Pessoalmente, não tenho elementos para avaliá-lo.

PLAYBOY **José Samey.**

FHC Não conheço alguém que tenha um ouvido tão bom para a política. Sobre tudo. E gosto das crônicas dele.

PLAYBOY **Renan Calheiros.**

FHC Um operador. Tem determinação.

PLAYBOY **ACM.**

FHC Difícil qualificar. Ninguém pode agradar mais do que ele quando quer e ninguém pode ser tão destrutivo. E ele tem um sentido do que é comunicar no mundo de hoje como poucos.

PLAYBOY **O cientista político Bolívar Lamounier diz que faltam novas lideranças políticas e idéias no Brasil. O senhor concorda com isso?**

FHC Concordo. Uma pessoa pode ter idéia, mas idéia política é uma idéia que pegue e que tenha força. Nesse momento o país requer ação na reforma política e na segurança.

PLAYBOY **A segurança não é o calcanhar-de-aquiles do Alckmin?**

FHC Por fatalidade, porque ninguém fez mais do que ele.

PLAYBOY **A segurança era um dos cinco dedos da sua campanha. Por que o senhor não fez?**

FHC Nós fizemos o fundo de segurança pública, a legislação de crime de colarinho branco e o COAF [órgão que fiscaliza movimentações financeiras]. Mas essa área tem plano para ação. Tem que mexer nas leis, investir, construir presídios. E só repressão não resolve. A vida para eles não tem o mesmo valor que tem para nós.

“Quando eu era presidente, meu carro foi roubado e o da Ruth também. O dela foi devolvido. O meu nunca foi”

PLAYBOY **Durante os anos de governo, sua casa foi assaltada duas vezes...**

FHC Era a casa onde eu guardava meus documentos. Meu carro foi roubado e o da Ruth também. O meu nunca foi devolvido e o dela foi devolvido quando souberam, no Rio de Janeiro.

PLAYBOY **Então a dona Ruth tinha mais prestígio que o senhor?**

FHC O meu carro era um Golzinho vagabundo. Não imaginaram que fosse do presidente da República.

PLAYBOY **E por que ninguém entrava no seu carro presidencial?**

FHC Eu não sou uma pessoa formal, mas o presidente tem que ter normas. Você não pode usar o governo privadamente. O carro é um local muito

íntimo. Alguém pode dizer o que lhe der na telha. E na frente estão o motorista e o chefe de segurança. Eleger quem são os amigos que entram no carro também é um perigo. Eu contei tudo isso para o Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do Lula, e para o [Luiz] Cushiken. Quando a sala do presidente vira chacinha, acabou.

PLAYBOY **O senhor fez mais amigos ou perdeu mais amigos no governo?**

FHC Eu não creio que tenha feito mais inimigos. Tem algumas pessoas de quem eu realmente não gosto, porque acho que têm uma conduta que prefiro não estar próximo. Uma regra importante: não há maneira melhor de você afastar as pessoas do que a polidez. Você cria uma barreira. Sobre tudo quando está lidando com aquele pessoal que vem falar com você porque quer alguma coisa, seja muito educado. Quantas vezes o pessoal da universidade me disse: “Você tem que agüentar esta gente”. Eu nunca achei isso. Aí entra o meu lado de sociólogo: mesmo aqueles considerados gente malandra são pessoas muito interessantes, desde que você não caia no conto delas. Esse pessoal mais fisiológico é parte da realidade brasileira. Há áreas no Brasil que são faroeste.

PLAYBOY **O presidente Bill Clinton ainda é seu amigo?**

FHC Sim. De todas as pessoas que eu conheci, o Clinton foi a que me deixou a impressão mais forte. Os EUA é o país alvo das agressões. É mais fácil ser presidente do Brasil ou da França, do ponto de vista do relacionamento com os outros países.

PLAYBOY **Durante o caso Monica Lewinsky, vocês conversaram?**

FHC Eu liguei para ele. Difícil, né? Ele me disse: “Vou vencer essa crise”. Ele estava sob risco de impeachment.

PLAYBOY **De homem para homem, o senhor não acha que ele colocou o cargo em risco por muito pouco?**

FHC Acho. Também é questão de compostura. Aquilo não afetava a vida de terceiros, como a corrupção, mas para que fazer? Não quero julgar a motivação.

PLAYBOY A reação do 11 de setembro seria diferente com um democrata?

FHC Em geral, acho que sim. Houve uma aproximação do partido republicano com o fundamentalismo religioso nos EUA. As rixas que dividem os norte-americanos são de valores: casamento entre homossexuais e aborto.

PLAYBOY Há uma avalanche de líderes populistas na América Latina. Isso é fruto da descrença na globalização?

FHC A entrada na globalização é uma coisa dramática, muitas crises e restrições. Segundo, nem todos têm possibilidade de entrar de uma maneira positiva. Então dá uma certa angústia, insatisfação. A população não viu benefício concreto disso. Quando ela vê, é melhor, como no caso do Chile, Brasil e, até certo ponto, do México.

PLAYBOY Isso explica o Evo Morales?

FHC O sistema político da Bolívia era bem pior que o nosso. E os indígenas nunca tiveram acesso a nada. O segundo turno da eleição era no Congresso e ficava entre os partidos tradicionais. O Morales, nesse sentido, é uma democratização. Mas ele é líder sindical, negociador - nem é indígena totalmente. A mãe é indígena. O pai não. O problema é que ele está tentando responder às reivindicações de forma chavista. E, portanto, antiga, no sentido de expropriação, nacionalização. No fundo não vai dar em nada. Vai dar em aumento do preço do gás.

PLAYBOY Como o senhor agiria numa invasão da Petrobras?

FHC Eu não teria apoiado ninguém fora do Brasil, como o Lula fez. Também não deixaria chegar ao ponto de colocar tropas. Muito menos deixar a ingerência de terceiros na ne-

gociação. Ele viu o Chávez incentivando, o Lula bambeando e avançou muito. Podemos até discutir racionalmente o aumento do preço do gás. Agora, a longo prazo, os clientes somos nós. Não dá pra acabar com a galinha dos ovos de ouro.

PLAYBOY Qual o papel do Chávez na América Latina?

FHC Um: é contra a globalização. Dois: tem dinheiro. Três: honra ao Chávez, dá dinheiro ao povo. O que se pode dizer é que realmente ele está usando a democracia formal para assumir demasiados poderes. Ele é militar, a reação dele é sempre autoritária.

“Fui a um acampamento do MST. Não sabiam que era eu. Depois, descobriram. Tomei café e disse: na próxima, vocês vão lá em casa”

PLAYBOY O senhor disse que o Lula não agüenta o Chávez. É verdade?

FHC O Chávez é muito insistente. E vamos ser claros: ele passou à frente do Lula em termos simbólicos como o líder do anti-qualquer-coisa. O Brasil não está em uma posição boa na América do Sul porque se proclamou líder, mas não lidera nada. Se o Brasil se candidata a alguma coisa, não tem apoio. Eu nunca vi isso. É uma fragilidade grande. Nós sempre exercemos uma liderança regional espontânea. Mas não era formal, nem autoproclamada.

PLAYBOY O que o senhor acha do MST?

FHC Acho que pode complicar porque é um movimento grande, organizado, com uma utopia regressiva e com apoios no governo. O MST hoje é um

partido. E você vê o que eles pensam, eles estão defendendo a ruptura. Eu sempre fui favorável à reforma agrária, mas, para ela funcionar, tem que dar meios técnicos, tem que ter algo do agrobusiness puxando. O que está acontecendo é o Estado tendo que sustentar infinitamente, dando empréstimos que não vão ser pagos. Você não pode ter uma sociedade assim, tem que ter produtores. O governo Lula expandiu muito a clientela do Estado. Tudo bem, eu fui o primeiro a começar com isso. Mas tem que ter limites.

PLAYBOY Como foi a vez que o senhor, ainda presidente, se “infiltrou” em um assentamento do MST?

FHC Foi divertido. O assentamento ficava perto da nossa fazenda em Minas. Em vez de sair pela porta da frente, onde estava toda a imprensa, fomos por trás. Fui de botas, chapelão e óculos escuros. Cheguei lá e não me reconheceram. Sabe como é o Brasil: o pessoal vai embora na conversa. Uma senhora começou a desconfiar, mas uma mais mocinha perguntou se eu queria ver onde eles moravam. Estava ela, as crianças e o marido - um marceneiro que tinha vindo do Pará. Ela ofereceu café. Nesse momento, todos já sabiam quem eu era. E não mudou nada! No final, eu disse: “Da próxima vez, vocês vão lá em casa tomar um café”. A reação do povo diante do presidente raramente é agressiva. Só é agressiva quando tem grupo organizado. Ou quando tem imprensa.

PLAYBOY O senhor ainda joga pôquer toda semana?

FHC Toda semana, não. Infelizmente. Na presidência, eu jogava no avião, com o pessoal do Itamaraty. Brincava que eles iam perder o posto se ganhassem de mim. Sempre com pouco dinheiro, quase simbólico. E eu jogo bem!

PLAYBOY O senhor tem sorte ou é bom de blefe?

FHC Não sou bom de blefar, é mais por sorte. É difícil eu perder. Em São Pau-

lo jogo com a turma de Ibiúna, como o [historiador] Boris Fausto e o [sociólogo] Leônicio Martins Rodrigues. Mas a conversa vale mais que a aposta.

PLAYBOY E a fama de ser pão-duro? É verdade que o senhor quase morreu de frio no exílio no Chile por não comprar um aquecedor?

FHC É verdade. Era o Celso Furtado, eu e o Francisco Weffort. Não era fácil fazer a gente gastar. O outro era o Wilson Cantone, um professor que era o mais pobre de nós e o mais disposto a gastar. Agora eu sou menos pão-duro. Tenho mais recursos, mas acho que tenho horror ao desperdício. O Serra abria a geladeira na minha casa em Brasília e dizia: “Isso aqui é uma natureza-morta”. Não tinha nada.

PLAYBOY E a falta de senso de direção que o senhor diz ter?

FHC Quem se perde tem pensamento puramente abstrato e não sabe desenhar. Meu desenho é infantil. Quando eu guiava, eu me perdia com frequência. Me perdi duas vezes nos EUA. Uma no Brooklyn. Resolvi tomar o metrô e tinha que trocar de trem. Comecei a olhar os mapas – o que para mim é complicado – e troquei errado. Quando saí para a rua, eu fazia sinal e os carros não paravam. Outra vez foi no Harlem, nos anos 70. O Florestan [Fernandes] me deu um endereço. Eu estava de colete, paletó e cheio de dólares no bolso. Chegaram aqueles molecões imensos e ficaram jogando uma bola de basquete ao meu redor para me ameaçar. Andei um pouco e encontrei a polícia. Foi a minha sorte.

PLAYBOY O senhor teve problemas de saúde quando estava na presidência?

FHC Sempre fui saudável. Mesmo gripe é raríssimo. Dor de cabeça, nunca. No Alvorada, eu nadava três vezes por semana e fazia exercício. Os ajudantes de ordem tinham instrução de me tirar 23h30 dos lugares para eu não varar a noite. Basicamente os problemas que eu tive na presidência foram

porque eu sou comilão. Se você for presidente, não pode ir para o olho do furacão. Eu não aumento problema, nem gosto de criar problema. Com a experiência, você vê que, quando um problema é insolúvel, está resolvido. Também tem que ter a separação entre pessoa e personagem. Por exemplo, se o Jânio desinfeta uma cadeira, problema é dele. Eu não infectei nada.

PLAYBOY O senhor sentiu quando Jânio desinfetou aquela cadeira? [Em 1985 ele perdeu para Jânio Quadros a Prefeitura de São Paulo. O jornal Folha de S.Paulo publicou uma foto com FHC sentado na cadeira do prefeito antes da hora]

“O Serra abria a geladeira de casa, em Brasília, e dizia: “Isso é uma natureza-morta”. Não tinha nada. Agora sou menos pão-duro”

FHC Achei uma cafajestada. Ao lado da tolerância, que é muito forte em mim, eu prezo boas maneiras. Quando o Jânio morreu, eu escrevi um artigo sobre o líder, até com, não diria admiração, mas reconhecimento. Agora, eu acho o Jânio um ser humano detestável. Eu não sentei na cadeira por precipitação. Foi um acordo com os jornalistas, que um deles furou e publicou a foto. Foi mais ingenuidade da minha parte do que veledade.

PLAYBOY O senhor também teria perdido aquela eleição quando não professou publicamente sua fé em Deus...

FHC Eu disse [ao jornalista Boris Casoy] que era uma questão de foro íntimo, não cabia perguntar ao candidato. Tem que perguntar se ele respeita as religiões.

Eu fui muito católico na adolescência. Ia a procissão, fazia penitência.

PLAYBOY Atualmente, como está a sua relação com a religião?

FHC Pode parecer estranho, mas eu adoro ir à missa. Pelo ritual. Às vezes até ouço pela televisão. Talvez tenha uma coisa nostálgica. Até tenho um rosário que dom Eugênio [Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro] me deu e que o papa tinha dado a ele. Ficou sempre na minha cabeceira. Será superstição ou crença? É respeito. E eu acho que a religião hoje está fazendo falta. A religião tem valores e o país precisa de valores. Agora, desde que não queiram ser “a” verdadeira.

PLAYBOY Dizem que o senhor queria ser general ou cardeal quando era criança. Por que não papa?

FHC Papa nunca pensei [risos]. Meus parentes diziam que eu queria ser cardeal. Eu dizia que queria ser duque, no sentido de chefe. De brincadeira. Talvez eu sempre tivesse achado que ia mandar. No fundo eu sempre achei que tinha capacidade de comando.

PLAYBOY Por falar em comando, é verdade que sua mãe, dona Nayde, era quem mandava na sua casa?

FHC Minha mãe, amazonense, era uma pessoa muito afirmativa e tinha opinião política. Ela chegou a correr com guarda-chuva para dar bordoadas em um pessoal durante um comício da campanha do petróleo. E quem dava o tom da educação era ela. Eu fui um adolescente muito magro. Certa vez, comecei a me sentir mal e minha mãe logo diagnosticou: “O menino tem fraqueza”. Ela começou a me dar o remédio tradicional: vinho do Porto, canela e ovo. Mas eu estava com hepatite e quase morri.

PLAYBOY O senhor foi uma criança levada?

FHC Não. Sempre fui mais de ler que de fazer esporte. No ginásio, eu ia remar no rio Tietê. E fui muito ruim de bola. Não seria um fenômeno.

PLAYBOY É possível distinguir a obra da pessoa? Por exemplo, o senhor escuta Chico Buarque, eleitor declarado do Lula?

FHC Claro. Eu adoro a mãe do Chico e gostava muito do pai dele, o Sérgio Buarque, que fundou o PT. Acho que hoje o Sérgio não estaria mais no PT. Não vejo o Chico há muito tempo.

PLAYBOY E o que acha do Gilberto Gil?

FHC Gosto do Gil. Ele nos apoiou sempre. E o Caetano Veloso é um intelectual refinado.

PLAYBOY Lê o Luiz Fernando Veríssimo, que sempre criticou o senhor?

FHC Eu lia mais o pai dele, né? O Veríssimo escreve bem, mas acho que ele não tem muita noção da política tal como ela realmente é. É curioso: nossos intelectuais têm grande liberdade de opinar sobre o que não entendem.

PLAYBOY E o que achou do “silêncio dos intelectuais”?

FHC Lamentável. Acho que tem que ter coragem intelectual. Eu adiro ao PT e depois esqueço do resto? Isso eu não acho sério intelectualmente. Intelectual tem que entrar na briga, tem que duvidar, tem que ser crítico sempre. Mas quando diz “sou do lado bom” e não vê mais nada, vira conformista. Quando ficam em silêncio, estão justificando sem justificar. Falaram a vida inteira, por que calaram agora? Tantas pessoas de grande valor no Brasil viraram estátua e nunca mais fizeram nada, a não ser ficar na pose, porque se levam a sério demais.

PLAYBOY Marilena Chauí virou estátua?

FHC Há muito tempo [risos]. Politicamente diz coisas sem consistência intelectual. Mas acho que ela é boa quando é filósofa.

PLAYBOY Como o senhor descobriu a faculdade de sociologia?

FHC A faculdade foi acidente. Foi um professor que durante umas férias se encontrou comigo e disse: “Vá para as ciências sociais”. Além disso, eu tinha sido reprovado em latim para a faculdade de direito. Quando eu entrei na universidade, a idéia era muito

mais socialismo e literatura. Eu queria mudar o mundo, como todo mundo. Nós tínhamos uma revista [a Revista de Novíssimos] que todos ficaram famosos: o Décio [de Almeida Prado], o Augusto e o Haroldo de Campos, o Boris Fausto e o Ataliba Nogueira.

PLAYBOY Então o senhor correu o risco de virar poeta concreto?

FHC [Risos] Não tinha risco porque eu era muito ruim.

PLAYBOY A dona Ruth entrou na frente do senhor no vestibular. Isso não machuca a vaidade?

FHC Ela entrou em primeiro lugar e eu em segundo. A Ruth sempre foi muito melhor que eu em certas áreas, como matemática. Até hoje eu peço para ela ler minhas coisas. Aqui em casa todos são muito críticos – o que é um problema. Mas vamos ser claros: desde muito moço eu tinha prestígio na área acadêmica. Nunca fui inseguro nem precisei dar cotovelada para poder existir.

PLAYBOY O senhor é tão vaidoso quanto as pessoas dizem?

FHC É mais onda. Do ponto de vista de roupas, a Ruth e meus filhos me criticam porque eu misturo tudo. Talvez seja no plano intelectual, mais que no político. Não fico querendo ser o primeiro. Minha competição é muito mais em mostrar que eu estou certo. Até hoje eu adoro discutir, gosto de debater e de ganhar o debate. E, quando eu vou discutir, não me ponho no pedestal. Eu até digo que sou mais inteligente que vaidoso, que é uma brincadeira para mostrar que sou vaidoso. Nós, os intelectuais, somos mais vaidosos que os políticos, mas eu acho que você não pode virar estátua. As pessoas têm que rir de si mesmas e deixar que os outros riam. ♣

**CONHECER OUTROS
PAÍSES É ÓTIMO.
COMPROVAR QUE O BRASIL
TEM UMA DAS MELHORES
CERVEJAS DO MUNDO
É SEM COMPARAÇÃO.**

A pura cerveja de Petropolis é uma das mais gostosas que existem porque leva na sua formulação ingredientes nobres e uma água de excelente qualidade.

*Por isso, sempre que você quiser tomar uma
cerveja sem comparação, não viaje: peça Itaipava.*

www.cervejaiteipava.com.br

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL)

– V. Exª será atendido, na forma do Regimento.

Embora muito ainda havendo a tratar, mas não havendo oradores inscritos, encerraremos a sessão.

Espero realmente que, nesta próxima semana, a CPI dos Sanguessugas possa prestar um grande serviço ao povo brasileiro, investigando os sanguessugas de dentro do Ministério da Saúde, da Educação, da Ciência e Tecnologia para que possamos de fato desmontar toda essa quadrilha que acabou sendo investigada na CPI dos Sanguessugas.

Parte do Legislativo já foi investigada, não todo ainda, porque certamente outras empresas também pagavam propina dentro dos Ministérios e há outros

Parlamentares também, isso ainda será investigado. Mas espero que, o mais rapidamente possível, possamos investigar os dois Ministros da Saúde, os assessores dos Ministros, dirigentes importantes do Partido do Presidente da República, para que possamos de fato acabar com esse esquema sujo de ladrões de ambulância.

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convidando para a próxima sessão a realizar-se segunda-feira, às 14 horas.

A SRª PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9 horas e 13 minutos.)

Ata da 132ª Sessão não Deliberativa, em 14 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Roberto Saturnino e Roberto Cavalcanti

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2004 (nº 3.201/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Tijucas FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2005 (nº 1.360/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2006 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rural de Concórdia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2006 (nº 1.751/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Porto União a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2006 (nº 2.089/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codajás, Estado do Amazonas;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2006 (nº 2.115/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Amontada – Ceará – Ascoama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amontada, Estado do Ceará;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2006 (nº 2.028/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Camponovense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2006 (nº 2.045/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Enio Martin – Fuenio para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2006 (nº 2.157/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Bahia Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia; e
- Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2006 (nº 2.032/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais.

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Educação, os projetos foram promulgados e os respectivos Decretos Legislativos constam do **Diário Oficial da União**, Seção I, desta data.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O Senhor Presidente da República adotou, em 11 de agosto de 2006, e publicou, no mesmo dia, mês e ano, a Medida Provisória nº 316, de 2006, que “altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e aumenta o valor dos benefícios da previdência social”.

De acordo com as indicações das Lideranças e, nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Alvaro Dias (PSDB)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	2. Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jeleissati (PSDB)	3. vago
César Borges (PFL)	4. vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. vago

PMDB

Ney Suassuna	1. Alberto Silva
Luiz Otávio	2. Wellington Salgado de Oliveira
Valdir Raupp	3. vago

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)

Ideli Salvatti (PT)	1. vago
Sibá Machado (PT)	2. vago
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. vago

PTB

Mozarildo Cavalcanti	1. Sérgio Zambiasi
----------------------	--------------------

*PC do B

Leomar Quintanilha	1. vago
--------------------	---------

Deputados

Titulares

Suplentes

PT

Henrique Fontana	1. Ângela Guadagnin
Fernando Ferro	2. Anselmo

PMDB

Wilson Santiago	1. Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	2. Asdrúbal Bentes

PFL

Rodrigo Maia	1. Luiz Carlos Santos
Kátia Abreu	2. José Rocha

*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN

PSDB

Jutahy Junior	1. Bismarck Maia
---------------	------------------

PP

Mário Negromonte	1. Benedito de Lira
------------------	---------------------

PTB

José Múcio Monteiro	1. Fleury
---------------------	-----------

PL

Luciano Castro	1. José Carlos Araújo
----------------	-----------------------

PSB

Alexandre Cardoso	1. Dr. Ribamar Alves
-------------------	----------------------

PDT

Miro Teixeira	1. Alvaro Dias
---------------	----------------

*PTC

Carlos Willian	1. vago
----------------	---------

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 11-8-2006
- Designação da Comissão: 14-8-2006 (SF)
- Instalação da Comissão: 15-8-2006
- Emendas: até 17-8-2006 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 11-8-2006 a 24-8-2006 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 24-8-2006
- Prazo na CD: de 25-8-2006 a 7-9-2006 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 7-9-2006
- Prazo no SF: de 8-9-2006 a 21-9-2006 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 21-9-2006
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 22-9-2006 a 24-9-2006 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 25-9-2006 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 9-10-2006 (60 dias)

*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO DO MINISTRO DE ESTADO DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA

– Nº 21.245/2006, de 10 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 243, de 2006, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

OFÍCIO DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

– Nº 273/2006, de 20 de julho último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 554, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência comunica ao Plenário que as informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2006
(Nº 591/2003, na Casa de origem)

Regulamenta a profissão de Ecólogo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ecólogo é a designação do profissional de nível superior, com formação interdisciplinar específica do campo da Ecologia, dos ecossistemas naturais, artificiais, de seus componentes e suas inter-relações.

Art. 2º A profissão de Ecólogo pode ser exercida:

I – por profissionais diplomados em curso superior de bacharelado em Ecologia ministrados por estabelecimentos públicos ou privados de ensino superior reconhecidos;

II – por profissionais diplomados em cursos similares ministrados por estabelecimentos equivalentes no exterior após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 3º São atribuições do Ecólogo:

I – diagnóstico ambiental, compreendendo estudos do meio físico, biológico e antrópico e suas inter-relações, nas áreas de sua formação profissional;

II – avaliação de riscos ambientais, passivos ambientais e de estudos de impactos ambientais e respectivos relatórios junto a equipes multidisciplinares, conforme legislação vigente;

III – recuperação e manejo de ecossistemas naturais e antrópicos, visando a usos múltiplos;

IV – coordenação e elaboração de zoneamento ecológico-econômico e outras categorias de zoneamento ambiental;

V – monitoramento ambiental, compreendendo a análise e a interpretação de parâmetros bióticos e abióticos, inclusive nas áreas críticas de poluição;

VI – educação ambiental e exercício do magistério na área de Ecologia em qualquer nível, observadas as exigências pertinentes, bem como a educação ambiental não formal para a sensibilização de agricultores, das populações tradicionais ligadas a unidades de conservação e da população em geral para a defesa ambiental e melhoria da qualidade de vida;

VII – coordenação e participação em planos de controle ambiental, relatórios ambientais preliminares, diagnósticos ambientais, planos de manejo, planos de recuperação de áreas degradadas e análise preliminar de risco, compreendendo:

a) a elaboração e a execução de planos de controle, de proteção e de melhoria da qualidade ambiental;

b) a utilização racional dos recursos naturais;

c) a proposição de medidas mitigadoras e compensatórias para a resolução de problemas ambientais diagnosticados;

VIII – prestação de serviços de gerenciamento, coordenação, gestão, auditoria e consultoria ambiental para a elaboração e/ou execução de programas e projetos envolvendo entidades públicas, privadas ou Organizações Não-Governamentais – ONG;

IX – elaboração de projetos, planos e atividades de manejo agroflorestal, de prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão e erradicação de espécies invasoras;

X – elaboração de projetos de criação e implementação de unidades de conservação, bem como a administração de forma participativa com as populações locais, tradicionais e da área de influência da unidade;

XI – coordenação e elaboração de planos diretores municipais, planos de bacias e microbacias hidrográficas junto a equipes multidisciplinares, conforme a legislação vigente;

XII – fiscalização e controle de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental e análise de projetos de entidades públicas ou privadas que objetivem a preservação ou a recuperação de recursos ambientais afetados por processos de exploração predatórios ou poluidores;

XIII – elaboração de vistorias, perícias, pareceres e arbitramentos em assuntos referidos nos incisos I a XII do **caput** deste artigo e pertinentes a sua formação profissional.

Parágrafo único. As atribuições constantes dos incisos do **caput** deste artigo podem também ser exercidas por profissionais com outras formações que desempenhem atividades na área de meio ambiente ou em áreas correlatas, desde que legalmente habilitados nas respectivas profissões e observadas as normas pertinentes.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 591 , DE 2003

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Ecólogo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ecólogo é a designação do profissional de nível superior, com formação holística e interdisciplinar, específica do campo da Ecologia, dos ecossistemas naturais, artificiais, de seus componentes e suas interrelações.

Art. 2º A profissão de Ecólogo será exercida:

I – por profissionais diplomados em curso superior de Bacharelado em Ecologia ministrados por estabelecimentos de ensino superiores, oficiais ou reconhecidos em todo o território nacional;

II – pelos diplomados em curso similar ministrado por estabelecimentos equivalentes no exterior após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

Parágrafo único. É negado o exercício da profissão de Ecólogo aos habilitados em cursos por correspondência.

Art. 3º A fiscalização do exercício da profissão de Ecólogo será exercida pela Autarquia Federal criada pela Lei 6.684 de 3 de setembro de 1979 dos Conselhos Federal e Regionais de Biologia.

Art. 4º O Ecólogo cujo diploma esteja registrado nas repartições competentes só poderá exercer suas funções ou atividades após registro no Conselho Federal de Biologia – CFBio.

Parágrafo único. O certificado de registro de que trata o **caput** desse artigo deverá ser exigido pelas autoridades federais, estaduais, municipais e particulares para realização de contratos, inscrição em concursos, e termos de posse.

Art. 5º São atribuições do Ecólogo:

I – diagnóstico ambiental, compreendendo estudos do meio físico, biológico e antrópico, e suas inter-relações, nas áreas de sua formação profissional;

II – avaliação de riscos ambientais, passivos ambientais e de estudos de impactos ambientais e respectivos relatórios junto a equipes multidisciplinares, conforme legislação vigente;

III – recuperação e manejo de ecossistemas naturais e antrópicos, visando usos múltiplos;

IV – coordenação e elaboração de zoneamento ecológico-econômico e outras categorias de zoneamento ambiental;

V – monitoramento ambiental, compreendendo a análise e a interpretação de parâmetros bióticos e abióticos, inclusive nas áreas críticas de poluição;

VI – educação ambiental e exercício do magistério na área de Ecologia em qualquer nível, observadas as exigências pertinentes, bem como a educação ambiental não-formal para a sensibilização de agricultores, das populações tradicionais ligadas a unidades de conservação e da população em geral para a defesa ambiental e melhoria da qualidade de vida;

VII – coordenação e participação em planos de controle ambiental, relatórios ambientais preliminares, diagnósticos ambientais, planos de manejo, planos de recuperação de áreas degradadas e análise preliminar de risco, compreendendo:

a) a elaboração e a execução de planos de controle, de proteção e de melhoria da qualidade ambiental;

b) a utilização racional dos recursos naturais;

c) a proposição de medidas mitigadoras e compensatórias para a resolução de problemas ambientais diagnosticados;

VIII – prestação de serviços de gerenciamento, coordenação, gestão, auditoria e consultoria ambiental para a elaboração e/ou execução de programas e projetos envolvendo entidades públicas, privadas ou organizações não-governamentais (ONGs);

IX – elaboração de projetos, planos e atividades de manejo agroflorestal, de prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão e erradicação de espécies invasoras;

X – elaboração de projetos de criação e implementação de unidades de conservação, bem como administrá-las de forma participativa com as populações locais, tradicionais e da área de influência da unidade;

XI – coordenação e elaboração de planos diretores municipais, planos de bacias e microbacias hidrográficas junto a equipes multidisciplinares, conforme a legislação vigente;

XII – fiscalização e controle de critérios, normas e padrões de qualidade ambiental e análise de projetos de entidades públicas ou privadas que objetivem a preservação ou a recuperação de recursos ambientais afetados por processos de exploração predatórios ou poluidores;

XIII – elaboração de vistorias, perícias, pareceres e arbitramentos em assuntos referidos nos itens anteriores e pertinentes à sua formação profissional;

Parágrafo único. Cada uma das atribuições acima enumeradas poderão também ser individualmente exercidas por profissionais com outras formações que desempenhem atividades na área de meio ambiente, legalmente habilitados nas respectivas profissões, e observadas as exigências pertinentes.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O meio ambiente modifica-se continuamente como resultado da relação do ser humano com a natureza. A sobrevivência da sociedade humana é garantida por meio da utilização dos recursos naturais, pois absolutamente tudo o que consumimos é proveniente em uma primeira instância da terra, da água, do ar e dos seres vivos. A utilização dos recursos naturais no entanto tem ocorrido de uma maneira indiscriminada, quer no sentido do uso excessivo e muitas vezes descontrolado, quer no sentido do comprometimento de tais recursos por inúmeras fontes de poluição. As pesquisas científicas e os meios de comunicação têm alertado constantemente para tais problemas, como as alterações climáticas provenientes das fontes de poluição atmosférica, os desmatamentos, a destruição de *habitats* naturais, a extinção de espécies, os riscos envolvidos com a produção de energia nuclear,

a carência de saneamento, o comprometimento dos recursos hídricos para os múltiplos usos e o crescimento urbano descontrolado gerando insalubridade para as populações humanas.

Diante desse quadro é inegável a importância de ações e de profissionais que concretizem a sustentabilidade dos ecossistemas naturais e antrópicos por meio de políticas e de técnicas ambientalmente saudáveis que garantam o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e a justiça social.

Neste sentido, a atuação de profissionais com formação específica em Ecologia é fundamental para a proteção da vida, da saúde e para a garantia da qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Cabe ressaltar que, conforme disposto no Art. 225 da Constituição Federal, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”.

Convém lembrar que o Brasil é um país reconhecido internacionalmente como detentor de uma excepcional diversidade biológica, que representa um patrimônio inestimável para toda a humanidade. Além disso, todo esse patrimônio natural é de grande valor como gerador de divisas, seja através do potencial de exploração racional de recursos, seja através dos serviços ambientais prestados por um ambiente ecologicamente saudável, ou ainda através dos desdobramentos das atividades econômicas relacionadas ao meio ambiente. Lembramos, apenas como exemplo, que o potencial ecoturístico do País está intimamente associado a um meio ambiente preservado.

Além disso, é de extrema importância para a solução dos problemas ambientais a capacidade técnica e científica de inúmeros profissionais formados nas mais diversas áreas do conhecimento, além da necessária participação da sociedade como um todo. Os serviços relacionados às questões ambientais têm sido executados por equipes de profissionais multidisciplinares, incluindo profissionais com formação ora mais específica, ora mais abrangente.

O Ecólogo, com seu perfil profissional amplo e ao mesmo tempo detalhado, conforme definido pelo CBO-Cadastro Brasileiro de Ocupações sob o código 2030-05, torna-se fundamental na composição de equipes de trabalhos multidisciplinares, uma vez que a compreensão das causas dos problemas ambientais e a busca por soluções coerentes que o tema merece não são unidirecionais, envolvendo a participação efetiva de profissionais de várias áreas do conhecimento.

No Brasil, pioneiramente, a Universidade Estadual Paulista (UNESP), mais precisamente no Campus de Rio Claro (SP), criou o Curso de Graduação em Ecologia em 1976, reconhecido posteriormente pela Portaria MEC nº 397 de 16 de junho de 1981. O referido curso tem duração de quatro anos e abrange disciplinas específicas tais como: Ecologia de Populações, Ecologia de Comunidades, Ecologia Humana, Política e Legislação Ecológica, Economia e Política do Meio Ambiente, Métodos de Controle de Poluição, Ecossistemas Terrestres, Ecossistemas Aquáticos, Microbiologia Ambiental, Saúde e Meio Ambiente, Ecossistemas Antrópicos e Planejamento, Metodologia de Estudos de Impacto Ambiental e Manejo Áreas Silvestres. Seguiram-se a criação do Curso de Graduação em Ecologia na Universidade Católica de Pelotas (UCPel – RS), em 1995,

Sala das Sessões, 1 de abril de 2003. – Deputado **Antonio Carlos Mendes Thame**.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2006.

(Nº 1.106/2003, na Casa de Origem)

Institui o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar, a ser celebrado anualmente na data de 18 de novembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 1.106 , DE 2003

Institui o “Dia Nacional do Conselheiro Tutelar”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia Nacional do Conselheiro Tutelar”, a ser celebrado anualmente na data de 18 de novembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com a Carta Magna de 1988 – a “Constituição Cidadã” – surge de modo explícito e formal no Brasil a idéia de proteção integral à criança e ao adolescente pela família, pela sociedade e pelo Estado (arts. 226, 227, 228 e 229).

A partir dessas provisões constitucionais, e após grande mobilização da sociedade brasileira, tornou-se

realidade o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), que, dentre outras medidas, prevê no âmbito do Poder Público Municipal a atuação subsidiária do Conselho Tutelar (art. 131) no que tange à proteção integral da criança e do adolescente.

Depois de 11 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 2001, o Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares – FCNCT realizou o I Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares, em Luziânia, GO, com o objetivo de discutir e aprimorar a missão dos Conselhos Tutelares à luz das experiências municipais ao longo desses anos. Dentre tantos princípios e moções discutidos e aprovados nesse evento histórico, consta a aprovação do dia 18 de novembro como “Dia Nacional do Conselheiro Tutelar”.

Esta proposição visa a dar caráter de lei ordinária federal a essa proposta aprovada no referido encontro de Conselhos Tutelares. Acredito que assim a celebração do dia 18 de novembro terá caráter oficial, nacional, o que representará uma oportunidade a cada ano para a reflexão em torno do relevante papel pedagógico, psicossocial, cultural e jurídico do conselheiro tutelar, papel esse, complexo e de grande responsabilidade, que faz a ponte entre a família e o estado na assistência às nossas crianças e adolescentes.

Pela relevância educacional e cultural da presente iniciativa legislativa, peço toda a atenção e o apoio dos meus ilustres colegas parlamentares nesta Casa no sentido de aprovar o projeto de lei que ora submeto à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2003. – Deputado **Givaldo Carimbão**.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 2005

(Nº 2.416/2005 na origem)

Altera o inciso I do caput do art. 44, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do **caput** do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44

I – cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente;

.....“(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 3 de agosto de 2006.

– **Aldo Rebelo**, Presidente.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N.º 2.416, DE 2003

Altera o inciso I do art.44, da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º . O inciso I do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 fica com a seguinte redação:

“Art. 44

I – cursos seqüenciais por campo de saber de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei adiciona a expressão “desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente”, para não deixar qualquer dúvida a respeito da necessidade de término do ensino médio para se ter acesso à educação superior.

Da maneira como está redigida, a LDB deixa em aberto a discutível possibilidade de que candidatos sem o diploma de ensino médio tenham acesso ao ensino universitário.

São criadas, desta forma, situações ambíguas que contribuem para a desmoralização do ensino superior. De fato, da forma como está redigido o inciso I do art. 44 da LDB, não há qualquer controle mais efetivo para o acesso aos assim chamados “cursos seqüenciais” que, a rigor, não integram a educação superior, pois não requerem, conforme o texto atual da lei, a conclusão do ensino médio dos que neles se matriculam.

Há, até mesmo, casos de instituições que conferem diplomas de cursos seqüenciais, que podem levar a crer que se trata de cursos de graduação regulares. Seria uma quase fraude, por via do aproveitamento de uma brecha legal.

Nossa proposta visa, exatamente, fechar esta brecha legal, eliminando abusos, protegendo estudantes de cursos que não lhe oferecerão habilitações que apregoam e o público de supostos profissionais inade-

quadamente preparados, para a prática dos diversos ofícios oferecidos no mercado de trabalho.

Por seu sentido moralizador e interesse na defesa da sociedade, estamos certos de que este projeto de lei receberá a melhor acolhida da parte dos nossos pares.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2003. – Deputado **Irapuan Teixeira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.394. DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....
Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

I – cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

.....

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2006 (Nº 3.671/2004, na origem)

Acrescenta parágrafo único ao art. 820 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para dispor sobre a vedação à exigência de fiança nas dívidas de pessoas físicas já garantidas por penhor, hipoteca ou alienação fiduciária de bem imóvel.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta parágrafo único ao art. 820 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para dispor sobre a vedação à exigência de fiança nas dívidas de pessoas físicas já garantidas por penhor, hipoteca ou alienação fiduciária de bem imóvel.

Art. 2º O art. 820 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 820.

Parágrafo único. É vedada a fiança sobre o valor da dívida de pessoa física já garantido por penhor, hipoteca ou alienação fiduciária de bem imóvel.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 9 de agosto de 2006.
– **Aldo Rebelo**, Presidente.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.671 DE 2004

Altera o artigo 820 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para dispor sobre a vedação à exigência de fiança nas dívidas de pessoas físicas já garantidas por hipoteca.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o artigo 820 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para dispor sobre a vedação à exigência de fiança nas dívidas de pessoas físicas já garantidas por hipoteca.

Art. 2º O artigo 820 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 820. É vedada a fiança quando se tratar de dívida de pessoa física já garantida por hipoteca.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei visa a impedir o abuso do direito por parte do credor.

Não são raros os casos em que o devedor é verdadeiramente explorado, haja vista a exigência, imposta pelo credor como condição para a celebração do contrato, de prestação de inúmeras garantias.

Claro que o credor tem direito de se cercar de garantias a fim de assegurar o adimplemento da obrigação por parte do contratante, mas o exercício desse direito deve se cingir ao estritamente necessário, não havendo razão para se exigir a garantia fidejussória quando a dívida já está garantida por hipoteca (modalidade de garantia real muito mais eficaz).

Com efeito, a hipoteca constitui direito real que recai sobre bens imóveis, fazendo com que o bem dado em garantia fique vinculado ao cumprimento da obrigação pactuada. O credor hipotecário tem o direito de excluir o imóvel ofertado em hipoteca, ou seja, requerer que a execução recaia sobre o referido bem. Além disso, a hipoteca, uma vez registrada, tem eficácia **erga omnes** e gera seqüela e preferência, ou seja, o credor tem direito de buscar o bem onde quer que ele se encontre e deve receber em primeiro lugar.

Mesmo que o devedor venha a alienar o imóvel hipotecado, a garantia permanece, de forma que não

há prejuízo para o credor. Destarte, não há motivo que justifique a exigência concomitante de fiança, garantia pessoal que dá margem a inúmeras situações graves que devem ser evitadas, como a possibilidade de penhora do bem de família do fiador.

O que ora se propõe já foi, de certa forma, acolhido pela Lei nº 8.245/91, que trata da Locação de Imóveis Urbanos e cujo artigo 37, parágrafo único, veda a exigência de mais de uma modalidade de garantia no mesmo contrato de locação.

Esses os motivos pelos quais contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2004. – Deputado **Almir Moura**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Código Civil.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

.....
Art. 820. Pode-se estipular a fiança, ainda que sem consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.037, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros eminentes colegas, propõe a alteração do ar-

tigo 45 da Constituição, que trata da composição da Câmara dos Deputados, para determinar a instituição de circunscrições eleitorais especiais, destinadas a viabilizar a eleição de representantes dos cidadãos brasileiros que residem no exterior.

A medida se realiza mediante o acréscimo de um parágrafo ao citado art. 45. A proposição exige lei para disciplinar o tema, e ressalta que sua vigência respeitará o princípio da anualidade, a que se refere o art. 16 da Constituição.

Ao justificar a iniciativa, seus autores destacam a irreversibilidade do processo de globalização: esse processo, aliado à crise econômica que produz milhões de desempregados, levou para fora de nosso País mais de dois milhões de concidadãos. A esses brasileiros é concedido, nos termos da lei, o direito a voto nas eleições para Presidente da República, quando inscritos nas representações diplomáticas. Não, entretanto, o direito de voto nas eleições parlamentares.

E assinalam, corretamente, a nosso ver, que essa situação pode favorecer o distanciamento entre cidadãos do Brasil e o seu país, sua Nação, seu povo, quebrando os vínculos sociais e afetivos que ligam a pessoa à sua Pátria.

Destacam, ao final, que a proposta repete em nosso País a experiência de diversos povos, como Portugal, Espanha, Itália e os Estados Unidos da América. O Brasil, país avançado quando se trata de tecnologia eleitoral, deve estender esse avanço a outras áreas do processo eleitoral, de modo a ampliar a cidadania e aprofundar o processo democrático.

II – Análise

A proposição legislativa sob exame é clara e singela, embora trate de assunto de grande importância para a democracia: trata-se de tomar possível a incorporação, ao processo político brasileiro, de alguns milhões de concidadãos que vivem em outros países.

A viabilização desse desiderato se daria mediante a criação de representação, na Câmara dos Deputados, desses brasileiros que vivem fora do Brasil. Para tanto, são criadas as circunscrições eleitorais especiais, conforme o texto do § 3º que se propõe aduzir ao art. 45 da Carta Magna.

A proposição não incide em quaisquer dos vícios que podem inquinar de inconstitucionalidade ou injuridicidade iniciativas dessa natureza: não desrespeita direitos individuais, antes, os amplia. Do mesmo modo, não debilita a nossa Federação, vez que as circunscrições especiais não alteram o equilíbrio entre os entes federados. O voto, direto, secreto, universal e periódico é fortalecido. A proposição não diz respeito à separa-

ção dos poderes. Desse modo, os limites materiais à reforma da Constituição são respeitados.

Do ponto de vista formal, também ressalta a correspondência da Proposta de Emenda à Constituição com o Estatuto Maior: encontra-se subscrita pelo número bastante de autores (28), e não há, no momento, em vigor no Brasil, estado de sítio, de defesa ou intervenção federal.

Apenas um aspecto da proposição nos parece digno de reparo: talvez para facilitar o processo eleitoral, diz-se que a eleição de deputado federal será pelo sistema majoritário, enquanto o *caput* do art. 45, em que se pretende inscrever esse parágrafo, determina que o nosso sistema é proporcional. Parece-nos que o sistema eleitoral a ser observado no Exterior deve observar os princípios aqui adotados, uma vez que poderia ser incompreensível que o Brasil adotasse dois sistemas eleitorais, um para os brasileiros que vivem em seu País e outros para os que vivem em outros países. Por tais razões, propomos a supressão da expressão “pelo sistema majoritário”. E propomos, igualmente, que a expressão “representantes”, seja substituída por “deputados federais” para seguir o termo que a Constituição já adota.

III – Voto

Em face do exposto, o nosso voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5 DE 2005

Acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição, para estabelecer a representação na Câmara dos Deputados dos brasileiros residentes no exterior.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O art. 45 da Constituição passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 45

§ 3º A lei disporá sobre as circunscrições especiais para a eleição de deputados federais, representantes dos brasileiros residentes no exterior. (NR)”

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com as disposições do art. 16 da Constituição.

Sala da Comissão, 2 de agosto de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PBC Nº 5 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/08/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR: <i>Eduardo Azeredo</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (<i>Presidente</i>)	1-ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i>
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i>	6- TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO (<i>Relator</i>)
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>Juvêncio da Fonseca</i>	9-LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vania</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-ANTONIO JOÃO ⁽⁴⁾
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>	4-PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5-SIBÁ MACHADO <i>Siba Machado</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i>
NEY SUASSUNA	2-GILVAM BORGES ⁽⁵⁾
JOSÉ MARANHÃO ⁽⁵⁾	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 31/07/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

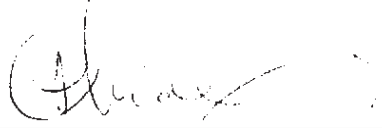

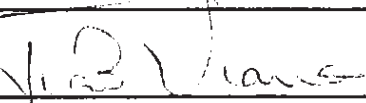
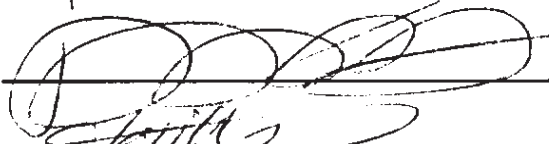

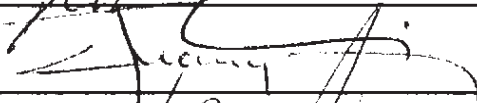
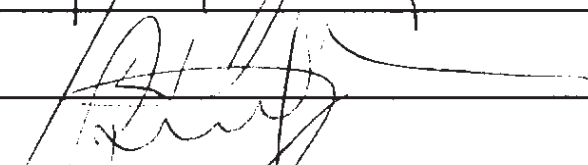
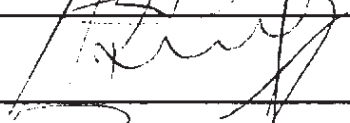
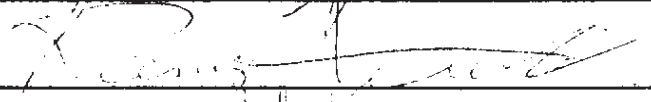
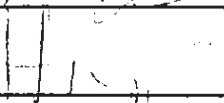
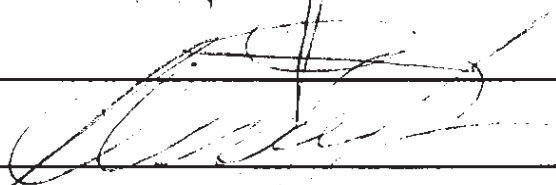
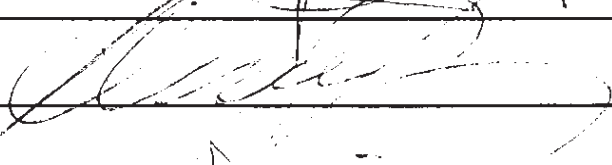
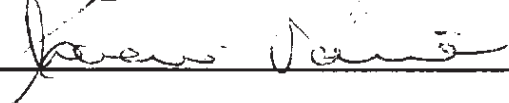
(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PT ao PTB.

(5) Os Senadores José Maranhão e Gilvam Borges encontram-se licenciados do exercício do mandato a partir de 31.07.2006.

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005,
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02/08/2006, COMPLEMENTANDO
AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS
DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1 - 
- 2 - 
- 3 - 
- 4 -  Augusto Botelho
- 5 - 
- 6 - 
- 7 - 
- 8 - 
- 9 - 
- 10 - 
- 11 - 
- 12 - 
- 13 - 
- 14 -
- 15 -

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005,
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02/08/2006, COMPLEMENTANDO AS
ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO
ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1 - FÁTIMA CLEIDE
- 2 - HERÁCLITO FORTES
- 3 - TIÃO VIANA
- 4 - AUGUSTO BOTELHO
- 5 - PAULO PAIM
- 6 - EFRAIM MORAIS
- 7 - JOSÉ AGRIPINO
- 8 - ROMERO JUCÁ
- 9 - RAMEZ TEBET
- 10 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
- 11 - ALMEIDA LIMA
- 12 - ALVARO DIAS
- 13 - LÚCIA VÂNIA

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993)

.....
Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros eminentes colegas, propõe a alteração do artigo 45 da Constituição, que trata da composição da Câmara dos Deputados, para determinar a instituição

de circunscrições eleitorais especiais, destinadas a viabilizar a eleição de representantes dos cidadãos brasileiros que residem no exterior.

A medida se realiza mediante o acréscimo de um parágrafo ao citado art. 45. A proposição exige lei para disciplinar o tema, e ressalta que sua vigência respeitará o princípio da anualidade, a que se refere o art. 16 da Constituição.

Ao justificar a iniciativa, seus autores destacam a irreversibilidade do processo de globalização: esse processo, aliado à crise econômica que produz milhões de desempregados, levou para fora de nosso País mais de dois milhões de concidadãos. A esses brasileiros é concedido, nos termos da lei, o direito a voto nas eleições para Presidente da República, quando inscritos nas representações diplomáticas. Não, entretanto, o direito de voto nas eleições parlamentares. E assinalam, corretamente, a nosso ver, que essa situação pode favorecer o distanciamento entre cidadãos do Brasil e o seu país, sua Nação, seu povo,

quebrando os vínculos sociais e afetivos que ligam a pessoa à sua Pátria.

Destacam, ao final, que a proposta repete em nosso País a experiência de diversos povos, como Portugal, Espanha, Itália e os Estados Unidos da América. O Brasil, país avançado quando se trata de tecnologia eleitoral, deve estender esse avanço a outras áreas do processo eleitoral, de modo a ampliar a cidadania e aprofundar o processo democrático.

II – Análise

A proposição legislativa sob exame é clara e singela, embora trate de assunto de grande importância para a democracia: trata-se de tornar possível a incorporação, ao processo político brasileiro. De alguns milhões de concidadãos que vivem em outros países.

A viabilização desse desiderato se daria mediante a criação de representação, na Câmara dos Deputados, desses brasileiros que vivem fora do Brasil. Para tanto, são criadas as circunscrições eleitorais especiais, conforme o texto do § 3º que se propõe aduzir ao art. 45 da Carta Magna.

A proposição não incide em quaisquer dos vícios que podem inquinar de inconstitucionalidade ou injuridicidade iniciativas dessa natureza: não desrespeita direitos individuais, antes, os amplia. Do mesmo modo, não debilita a nossa Federação, vez que as circunscrições especiais não alteram o equilíbrio entre os ente federados. O voto, direto, secreto, universal e periódico é fortalecido. A proposição não diz respeito à separação dos poderes. Desse modo, os limites materiais à reforma da Constituição são respeitados.

Do ponto de vista formal, também ressalta a correspondência da Proposta de Emenda à Constituição com o Estatuto Maior: encontra-se subscrita pelo número bastante de autores (28), e não há no momento, em vigor no Brasil, estado de sítio, de defesa ou intervenção federal.

Apenas um aspecto da proposição nos parece digno de reparo: talvez para facilitar o processo eleitoral, diz-se que a eleição de deputado federal será pelo sistema majoritário, enquanto o *caput* do art. 45, em que se pretende inscrever esse parágrafo, determina que o nosso sistema é proporcional. Parece-nos que o sistema eleitoral a ser observado no Exterior deve observar os princípios aqui adotados, uma vez que poderia ser incompreensível que o Brasil adotasse dois sistemas eleitorais, um para os brasileiros que vivem em seu País e outros para os que vivem em outros países. Por tais razões, propomos a supressão da expressão “pelo sistema majoritário”. E propomos, igualmente, que a expressão “representantes”, seja

substituída por “deputados” para seguir o termo que a Constituição já adota.

III – Voto

Em face do exposto, o nosso voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, nos termos do seguinte substitutivo:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5 (SUBSTITUTIVO), DE 2005

Acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição, para estabelecer a representação na Câmara dos Deputados dos brasileiros residentes no exterior.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

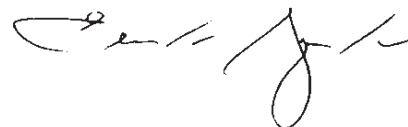
Art. 1º O art. 45 da Constituição passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 45.

§ 3º A lei disporá sobre as circunscrições especiais para a eleição de representantes dos brasileiros residentes no exterior. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com as disposições do art. 16 da Constituição.

Sala da Comissão,



O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos. O primeiro é o Senador Marco Maciel, a quem concedo a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Roberto Saturnino, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mundo cada vez mais se conscientiza da urgência na geração de energia para o desenvolvimento econômico e social.

A energia é instrumento fundamental para o desenvolvimento. E, se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, uma tautologia, eu diria que a energia é o combustível do desenvolvimento; sem ela, certamente, nenhuma atividade econômica pode prosperar. Não é por outra razão que o mundo hoje procura utilizar não somente

as tradicionais fontes de energia, sobretudo as fontes fósseis e as decorrentes de represamento das águas, com construção de hidrelétricas, mas também outras: a energia solar, a energia eólica, o etanol e tantas mais. As mais antigas jazidas de petróleo e gás, em exploração nos Estados Unidos e no Oriente Médio, encontram-se próximas de esgotamento.

Com a criação da Petrobras, no Brasil, no início da década de 50, foram empreendidas prospecções e extrações coroadas de êxito ao longo de suas atividades. Lembro-me bem, ainda estudante, de quando se fazia a campanha “O petróleo é nosso”. O fato é que hoje o Brasil pode orgulhar-se de ter avançado muito nesse campo, graças a sucessivos esforços de diferentes governos a partir de Getúlio Vargas, em cuja presidência se efetuou a criação da Petrobras.

A localização das jazidas brasileiras tinha ocorrido nos últimos anos, sobretudo, na plataforma continental, ou seja, no mar, especialmente nas bacias de Campos, Santos e no Nordeste. Devo também mencionar como fato importante que, graças a esforços feitos por administrações anteriores, e gostaria de destacar o papel da administração Fernando Henrique Cardoso, que em parceria com o Congresso Nacional tornou possível aprovar uma Emenda Constitucional sobre esse assunto. A Petrobras conheceu um grande período de desenvolvimento, de expansão de suas atividades.

Se posso registrar essas conquistas, de outra parte, Sr. Presidente, faço tais considerações para estranhar que, embora no Nordeste esteja evidente a existência de petróleo e gás, inclusive explorações já estão sendo feitas e outras em desenvolvimento, no último edital da ANP, os Estados de Pernambuco foram excluídos das prospecções previstas em função de uma insólita e surpreendente decisão da Agência Nacional de Petróleo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme sabe o nobre Senador Roberto Cavalcanti e igualmente o Senador Roberto Saturnino, especialista no setor, posto que engenheiro, laudos técnicos comprovaram, segundo ofício circular às autoridades competentes, de autoria da Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo, datado de 08 de agosto deste ano, que, quanto ao Nordeste, “a bacia de Pernambuco/Paraíba foi objeto de um alentado programa de exploração de amostragem geoquímica de fundo marinho, promovido pela Agência Nacional do Petróleo”, com “grande sucesso, pois descobriu a existência nessa bacia de nova fronteira de um sistema petrolífero ativo, de grande prospectividade para óleos semelhantes àqueles das bacias Potiguar e de Alagoas”.

Quando governei Pernambuco, no final da década de 70 e início da década de 80, fiz gestões junto a

Petrobras para que examinasse a possibilidade de fazer algumas prospecções em território pernambucano. Foram feitos dois furos. É lógico que as tecnologias à época ainda eram muito deficientes se comparadas com as modernas tecnologias que o mundo do século XXI já conhece.

Posteriormente, com a criação da Agência Nacional do Petróleo, a prospecção em Pernambuco se realizou graças aos extraordinários esforços da administração Jarbas Vasconcelos, que então governava Pernambuco, e também do Senador José Jorge. Ambos conseguiram liberar o orçamento necessário para que pudessemos avançar nessa direção.

Observe-se também que a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), assinada em 18 de maio passado, só foi publicada três meses depois, no dia 2 de agosto. A ANP (Agência Nacional de Petróleo) desconheceu o justo pleito dos Estados de Pernambuco e da Paraíba.

Os resultados negativos são mais que claros, a começar pela própria Petrobras que, sem um elenco diversificado e atrativo de ofertas e comprovadas oportunidades, perderá significativas parcerias internacionais.

Quanto às empresas brasileiras, o prejuízo ainda será maior, porque isso acontece exatamente quando começa a consolidar-se o primeiro grupo de operadores independentes nacionais.

Para se avaliar a extensão do prejuízo, note-se que, dos 41 setores selecionados pela Agência Nacional de Petróleo, amplamente divulgados em seu próprio *site* na Internet, só restaram 14.

É bom lembrar também que a não-inclusão dessa bacia traz impacto considerável na geração de empregos, porque sabemos que a exploração e produção de petróleo e os efeitos que daí advêm geram muitos postos de trabalho diretos e indiretos, contribuindo assim para elevar a renda dos Estados e Municípios.

Sr. Presidente, estranhamos que Pernambuco e Paraíba estejam fora desses editais de licitação, quando sabemos que há petróleo em todo o território do Nordeste, a partir da Bahia, Sergipe, Alagoas, e também ocorrência de petróleo – inclusive na plataforma continental desses Estados, inclusive no Rio Grande do Norte e no Ceará. É muito estranho que, justamente tendo petróleo e gás nos Estados já citados, haja um intervalo, uma interrupção entre os Estados de Pernambuco e da Paraíba.

Sob o ponto de vista geológico – e não sou especialista no tema –, não há nenhuma coincidência entre os limites físicos e os limites políticos. Os limites políticos são fixados em função de decisões jurídicas, que estabelecem os limites de cada Estado, as fronteiras

entre diferentes países. Portanto, não me parece que possa se conceber uma interrupção na bacia geológica do Nordeste, justamente no trecho Pernambuco e Paraíba, quando comprovadamente Bahia, Sergipe e Alagoas possuem jazimentos em exploração, o mesmo acontecendo no Rio Grande do Norte e no Ceará.

Ocorre-me lembrar o famoso cientista alemão Alfred Wegener, falecido na década de 30, que criou – se assim posso dizer – a teoria da atração continental. A tese de Wegener, ao final comprovada, é que, em passado bem remoto, os continentes africano e americano teriam sido um só. Naturalmente, por motivos que não convém discutir aqui, não tenho condições de expor toda a teoria, pela qual me interessei quando jovem. É lógico que, não fossem sucessivos episódios geológicos, não teria surgido o oceano Atlântico que se interpôs entre a África e a América. Ora, se quisermos fazer um esforço de aproximação entre o continente africano e o americano, verificaremos que se encaixam como em um quebra-cabeça. E mais, vamos verificar também que Paraíba e Pernambuco ficam em uma região que na África também é altamente produtora de petróleo. Isso vem reforçar a tese de que não tem lógica não haver na bacia desses dois Estados, inclusive em sua plataforma continental, jazimentos que possam comprovar a existência não somente de petróleo como também de gás.

Daí por que o mal-estar ocorrido em Pernambuco – acredito também na Paraíba, e o Senador Roberto Cavalcanti já se manifestou sobre esse assunto – com a decisão da ANP, que retirou de licitação justamente as áreas previstas e prometidas para inclusão nesse novo *round*, que agora a ANP acaba de realizar.

Concedo um aparte ao nobre Senador Roberto Cavalcanti.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Eu gostaria de, com muita honra, apartear o Nobre Senador Marco Maciel, do nosso Estado de Pernambuco, exatamente em um tema que aparentemente é singelo, mas de extrema importância para os dois Estados: Pernambuco e Paraíba. Na semana passada, nós todos fomos surpreendidos com a decisão da ANP, que, de forma unilateral, escudada em uma decisão do Conselho de Política Energética, decidiu excluir pretensas bacias de Pernambuco e Paraíba dessa oitava rodada, dessa oitava licitação. É muito importante verificar-se que essa é uma oportunidade única, pois é uma por ano. Só acontece uma vez por ano. Então, é muito importante que se lute, que se brigue, até porque essa expectativa não foi por nós gerada. Essa expectativa foi gerada exatamente pela ANP em diversas matérias encaminhadas aos jornais. O **Jornal do Brasil**, por exemplo, trouxe uma matéria interessantíssima cha-

mada “Petróleo com Sotaque”, referindo-se exatamente ao sotaque nordestino a partir dessa inclusão das bacias de Pernambuco e Paraíba nessa oitava rodada. E essa frustração de expectativa para a economia dos nossos dois Estados é dramática. O empresariado, as atividades econômicas vivem de expectativas positivas. E essa é uma expectativa que foi por eles, pela ANP, gerada. Um outro ponto que gostaria de ressaltar, e me foi lembrado até pelo nobre Senador Marco Maciel, é de que não existe risco nenhum, o dano é zero, em termos de um Estado, de uma bacia entrar em uma licitação, porque o máximo que pode acontecer é ela não ser licitada. A bacia, digamos, como num leilão, é posta à venda e não desperta interesse. Se ela não despertar interesse, então a ANP cumpriu o seu papel; era a bacia que não era atraente. Não caberia, unilateralmente, à ANP estabelecer esse critério de prioridade, porque o petróleo que, supostamente, deveria ser lá encontrado é o petróleo leve, que exatamente se encaixa dentro das prioridades da ANP. Não existe compromisso do Governo de investir, não existe compromisso da Petrobras de obrigatoriamente comprar. Não. Aquilo vai a leilão e aquela bacia é arrematada ou não. Então, o risco, o dano é zero para a ANP e para o País. Portanto, é inconcebível a sua retirada sem uma causa justa. O Senador Roberto Saturnino é testemunha, no Estado do Rio de Janeiro, da pujança que é a contribuição econômica da atividade petrolífera. O governo do Rio de Janeiro me mandou um *e-mail* se acostando aos anseios de Pernambuco e da Paraíba e também reclamando da exclusão de um campo na bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. Portanto, é mais um Estado que se soma a essa inábil, insensível atitude da ANP no sentido de excluir essas bacias, esses Estados. Lembro ao nobre Senador que temos mais um Estado ao nosso lado para fazermos com que não sejam excluídas essas bacias. E que as bacias do Rio de Janeiro, no caso, como as de Pernambuco e da Paraíba possam ir a leilão. Se, porventura, elas não tiverem o paladar, o desejo, a apetência para que grandes empresas internacionais ou a própria Petrobras arrematem na licitação, paciência! Ao menos, foi feita a tentativa. Muito obrigado, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Roberto Cavalcanti, agradeço o aparte de V. Ex^a, que trouxe achegas muito positivas ao pronunciamento que faço nesta Casa na tarde de hoje.

Devo, até para reforçar o argumento de V. Ex^a, lembrar que, estranhamente, no momento em que foram excluídas do leilão justamente as bacias dos Estados de Pernambuco e da Paraíba, incluíram-se áreas ainda a pesquisar, sobre as quais não existe qualquer com-

provação de ocorrências que justifiquem sua inclusão na rodada. É algo muito estranho.

O Secretário Estadual de Infra-Estrutura de Pernambuco, Dr. Fernando Dueire, pessoa muito competente, em nome do Governador Mendonça Filho, reclamou – aliás, com muitos e sólidos argumentos – da insólita decisão. Não vou aqui produzir todos os argumentos, mas são convincentes e, conseqüentemente, nos levam a defender, nesta Casa, que a decisão seja revista. Postulo essa revisão, porque a decisão é berrantemente estranha. E esperar mais um ano, ou não, pelo *Round* chamado Nono Edital, a meu ver, vai provocar danos não recuperáveis para os nossos Estados. Refiro-me especificamente a Pernambuco e à Paraíba, mas poderia citar também o Estado que o nobre Senador Roberto Saturnino representa no Senado Federal, o Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, temos que apresentar nosso veemente protesto contra essa decisão e encaminhar uma proposta ao Conselho Nacional de Política Energética para incluir a bacia Pernambuco-Paraíba na Rodada 9 (*Round* 9), no respectivo calendário, com o mapa dos setores a explorar depois de dezembro próximo, dando tempo, portanto, a revisões nas ofertas dos serviços das empresas, tanto nacionais quanto estrangeiras, públicas ou privadas.

O prejuízo se apresenta especialmente grave para Pernambuco e Paraíba, em cuja bacia, friso mais uma vez, a Agência Nacional de Petróleo – ANP, chegou a investir R\$5 milhões em pesquisas coroadas de êxito, ao constatar, no ano de 2005, a ocorrência de petróleo e, em 2006, a ocorrência de gás na área.

Portanto, a Agência Nacional de Petróleo se contradiz ao reconhecer tecnicamente as presenças de jazidas e, logo em seguida, ignorá-las em proveito de pesquisas ainda a serem demonstradas, com óbvio dano, insisto, para a economia do Nordeste, em especial dos dois Estados a que me refiro, o Estado que represento, Pernambuco, e também o da Paraíba, aqui representado pelo nobre Senador Roberto Cavalcanti.

Sr. Presidente, no caso da recusa à bacia Pernambuco-Paraíba, a gravidade do erro da referida decisão aumenta diante da anterior decisão federal de anunciar a construção de uma refinaria da Petrobras em Suape. Portanto, disponível imediatamente para a refinação de produtos extraídos das jazidas situadas em suas imediações.

Concluo minhas palavras, registrando, mais uma vez, meu apelo ao Governo Federal para que reveja a exclusão da bacia Pernambuco-Paraíba do plano de prospecção da Petrobras ou do plano de prospecção de empresas outras que se habilitem, e apelo, mais uma vez, também para que a ANP e o Conselho Nacio-

nal de Política Energética revejam tão surpreendente e insólita conduta.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a V. Ex^a o tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Roberto Cavalcanti.

(Pausa.)

O Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, que presidia esta sessão.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho aqui, ultimamente, escutado com atenção vários pronunciamentos, discursos de Senadores que fazem oposição ao Governo do Presidente Lula e que são representantes do Nordeste, reclamando com certa insistência da ação governamental naquela Região, que é onde se concentra a parcela mais pobre da população brasileira. Melhor dizendo, não reclamando da ação, mas da falta de ação do Governo ou da ausência de investimentos governamentais naquela Região.

Ora, Sr. Presidente, a opinião que eu não tinha como contestar com maior profundidade, com conhecimento equivalente aos que assomavam à tribuna, representando a Região, contrastava muito com a opinião da população da Região que, por todas as pesquisas apresentadas à Nação, revela uma preferência extrema, uma preferência muito acentuada, pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva na disputa eleitoral que se avizinha. E um juízo do Governo entre bom e ótimo, também com percentuais muito elevados. Quer dizer, uma opinião que contrasta, frontalmente, com todos os pronunciamentos queixosos – e muitos – que ouvi aqui atentamente, sem, como eu disse, contestar, dada a diversidade e a disparidade de conhecimento entre os Senadores daqueles Estados e eu, que represento um Estado do Centro-Sul. De qualquer forma, era difícil entender a contradição entre a opinião desses Srs. Senadores e a opinião do povo que, como eu disse, era bastante favorável.

Para explicar, seria necessário fazer o julgamento, aquele julgamento que hoje está ultrapassado, mas que foi comum no passado, principalmente nas nossas elites, de que o povo não tem capacidade de julgamento, o povo é tolo, o povo é pouco inteligente, é

ignorante e não é capaz de formar juízos adequados. Infelizmente, ainda existe alguma parte da nossa elite que pensa dessa maneira, mas não é o caso dos atuais Senadores nem da maioria da população do Brasil. Não havia como explicar, até que, na edição de ontem, **O Globo**, um jornal prestigioso, de grande tradição e seriedade, apresenta uma matéria de quase uma página, mostrando exatamente que o Nordeste recebe por ano R\$30 bilhões do Governo Lula. “Repasses de verbas públicas para a região explicariam a enorme vantagem de Lula nas pesquisas com nordestinos”.

Neste caso, Sr. Presidente, refaz-se a ligação entre os fatos e a opinião da maioria da população. Não vou ler toda a matéria, apenas alguns trechos. Começa dizendo o seguinte:

Região estratégica para os dois principais candidatos à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB), o Nordeste, com 27% do eleitorado brasileiro, transformou-se no fiel da balança nesta eleição. Levantamento dos investimentos federais nos Estados nordestinos mostra que o Presidente Lula tem cerca de 65% da preferência dos eleitores da região [isto é, dois terços, aproximadamente; é uma preferência, como eu disse, muito acentuada. E vejam qual a explicação.]: o governo federal despeja por ano na região cerca de R\$30 bilhões.

No Palácio do Planalto e no comando da campanha tucana, que prioriza hoje a região na busca por votos, assessores reconhecem que a ação direcionada do governo petista para o Nordeste é o segredo da vantagem de Lula.

Adiante, diz **O Globo**:

Segundo o ex-ministro da Integração Nacional Ciro Gomes, um dos membros da equipe que elaborou o programa de Governo “Desenvolvimento, distribuição de renda e educação de qualidade”, o Presidente pedirá votos assumindo o compromisso de levar adiante projetos de estímulo ao crescimento econômico da região.

“O Presidente Lula investiu no social [aí já são declarações de Ciro Gomes] e no desenvolvimento do Nordeste. As coisas estão saindo do papel; e vão avançar mais no segundo mandato” – disse Ciro Gomes.

Mais a frente, diz **O Globo**:

De forma discreta, o Banco do Nordeste (BNB) vem assumindo o papel da extinta Sudene no fomento da região. Somente de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), a região recebeu no

ano passado R\$4,2 bilhões e a projeção para este ano é de R\$4,5 bilhões. Esse é um valor bem superior aos R\$254 milhões registrados em 2002 [quer dizer, as aplicações na região decuplicaram, foram multiplicadas por dez]. Esse montante vai para os financiamentos dos grandes empreendimentos da região.

Aí há uma listagem dos grandes empreendimentos, referindo-se ao Porto do Pecém, ao Porto de Suape, à Ferrovia Transnordestina, ao Estaleiro Atlântico Sul, à Refinaria do Nordeste. Quer dizer, há uma série de grandes projetos e de grandes programas sendo desenvolvidos na Região. Entre eles: Pronaf, R\$1,9 bilhões foram destinados para a safra de 2006/2007, para mais de 700 mil contratos; Bolsa-Família, R\$3,1 bilhões por ano, para mais de 5,5 milhões de famílias; construção de 138 mil cisternas ao custo de R\$195 milhões; Próagua Semi-árido, investimento de R\$231 milhões em 600 quilômetros de adutoras; habitação, de janeiro de 2003 a junho de 2006, foram R\$5,4 bilhões beneficiando 497 mil famílias; saneamento básico, de janeiro de 2003 a junho de 2006, R\$3,36 bilhões; auxílio-gás; crédito ao agronegócio; Fundo Constitucional do Nordeste; crédito disponibilizado para empresas; pequena empresa; microcrédito. Enfim, há uma relação substancial de programas e investimentos na Região que, agora sim, explicam a grande preferência do eleitorado pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva, por se tratar de uma resposta a uma presença do Governo no local, o que nunca existiu! É mais uma demonstração de que o Governo Lula está procurando dar a resposta à grande doença do nosso País, o Brasil: a disparidade de renda, a injustiça social e a desigualdade regional, inclusive.

Sua Excelência é um nordestino originário da Região que veio fazer a vida em São Paulo e não quer que essa migração continue devido ao desespero, por desesperança dos moradores com relação à Região. Então, desenvolve uma série de programas que vão reduzir drasticamente uma das grandes falhas do Brasil de hoje, uma das grandes mágoas do povo brasileiro, uma das grandes faltas dos projetos de desenvolvimento que elevaram o Brasil a uma condição de potência industrial média, como a que tem hoje, mas que não atacaram o problema da pobreza, da desigualdade, da distribuição de renda. Pela primeira vez, um Governo está consistentemente enfrentando, atacando e procurando estabelecer programas que visem a resolver essa dramática situação, a esse quadro dramático de injustiça e de desigualdade do Brasil de hoje.

Sr. Presidente, isso explica uma série de fatos políticos que estão ocorrendo e que são da maior importância.

Estamos vendo o País mergulhado em uma crise de segurança muito grave que exige uma ação governamental eficaz, mas que exige também cooperação federal e estadual que, infelizmente, em alguns Estados, não tem acontecido, como no meu Estado, no Rio de Janeiro, e não aconteceu por “desvontade”, por rejeição da Governadora. Agora, em São Paulo, está-se dando a mesma coisa. Portanto, é necessária a cooperação. Não é necessária a presença para que o Governo Federal dê solução a esse problema, visto que envolve todas as esferas de Governo, mas é fundamental que haja cooperação, que haja um entendimento, que haja a superposição de forças capazes de enfrentar esse grave problema. Mas, por detrás disso, há o problema social, e enquanto esse problema social não for resolvido – e ele não é resolvido a curto prazo e, sim, a longo prazo, mas é preciso que inicie a sua solução –, também o problema da segurança não vai poder ser resolvido a contento. Pode haver uma melhoria momentânea porque se aumenta a eficiência policial, mas, logo adiante, essa eficiência policial vai ser ultrapassada pela reação popular à injustiça social que grassa no nosso País desde os tempos coloniais, desde os tempos da escravidão.

Mas o País encontrou um Governo que deu prioridade a essa questão social. E digo mais: tivemos governos que adotaram a tese de que era preciso crescer para, depois, distribuir o bolo; mas estamos observando no Governo Lula quase que uma proposição contrária: é preciso, primeiro, distribuir o bolo, para, depois, crescer com estabilidade, com força suficiente na base de sustentação da economia, que é a economia popular, o mercado interno, enfim, o conjunto de pequenas empresas brasileiras; e isso é o que está acontecendo.

Os financiamentos destinados à agricultura familiar e ao microcrédito, os financiamentos para o desenvolvimento da atividade pequena e do pequeno negócio e os investimentos sociais atuam, sim, sobre a distribuição diretamente, transferindo renda, criando demanda para o crescimento de empresas que atendam à necessidade do brasileiro, do mercado interno e do grosso da população brasileira que não tem recursos para ir ao mercado e que passa a tê-los. Então, isso está transformando a estrutura social e econômica do País, criando condições para um crescimento e este, sim, será sustentado e sólido, porque baseado numa sólida e compacta sustentação de demanda por parte das classes menos favorecidas.

É importante reconhecer isso e é igualmente importante o povo querer conduzir a um segundo mandato esse Presidente que, pela primeira vez, deu prioridade ao social, à distribuição e não ao crescimento do bolo para distribuir depois. É uma mudança de atitude que

não prejudica a afirmação da economia nacional e de sua soberania porque, do lado da política externa e da afirmação soberana do Brasil, as ações do Governo Federal – que não vou aqui comentar – têm sido efetivas no sentido de dar ao Brasil condições de respeitabilidade, acatamento e consideração internacionais, que nunca teve e que agora está tendo.

De forma, Sr. Presidente, que vamos acreditar no julgamento popular, porque tem uma base de sabedoria, que é o reconhecimento da nova direção política deste País, que não tem o propósito de se confrontar nem de prejudicar quem quer que seja politicamente, mas de realizar o compromisso máximo que assumimos, que é o de enfrentar com eficácia e com prioridade absoluta a questão social, a questão da justiça, que esteve relegada a um plano tão subsidiário nesses últimos tempos.

Sr. Presidente, faço esse pronunciamento com base em matéria publicada em **O Globo**. Não são informações tendenciosas, porque se trata de um jornal respeitado e até de linha política conservadora, portanto, sem propósito político de favorecer candidato A ou B. A matéria mostra uma realidade importante que o povo de todo o Brasil deve conhecer, pois está interessado na redução das diferenças regionais, para que os brasileiros do Nordeste tenham condições de realização em sua vida individual e familiar na Região, em vez de migrarem para o Centro-Sul em busca de oportunidades que não existem lá.

Sr. Presidente, entendia que devia fazer esse pronunciamento. Estou me valendo de informações que li na imprensa. Muitas vezes, não possuímos os detalhes das informações de natureza técnica. Por exemplo, em relação ao que se referiu há pouco o Senador Marco Maciel, aparteado por V. Ex^a – a exclusão das bacias de Pernambuco e da Paraíba na licitação da ANP –, não tenho como responder, porque é um assunto técnico. Suponho que haja razões técnicas que determinaram essa exclusão. Até compreendo a exclusão do meu Estado e conheço as razões. Lamento profundamente, porque tenho de dar prioridade aos interesses do Rio de Janeiro, mas entendo as razões que determinaram sua exclusão. A política da ANP e das autoridades que cuidam da energia e do petróleo no Brasil é de buscar, com os recursos disponíveis, o jazimento de gás e de petróleo leve, e a bacia do meu Estado é toda de petróleo pesado. Então, entendo que ela tenha sido posta, neste momento, em compasso de espera para que, com os recursos de que a Petrobras e as outras companhias licitantes dispõem, encontre-se mais gás e petróleo leve.

No entanto, pelo que sei, nas bacias de Pernambuco e da Paraíba o petróleo não seria pesado, seria

leve. Suponho que haja outras razões técnicas determinantes que não tenho condições de contestar. Mas escutei com atenção e vou procurar me informar para secundar a voz dos Senadores que estão pedindo a revisão da licitação. Também colocaria minha opinião e meu apelo para que haja uma revisão, porque não creio que haja razões como as que excluíram, infelizmente, lamentavelmente, meu Estado dessa licitação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Roberto Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O próximo orador inscrito é o Senador Roberto Cavalcanti, a quem concedo a palavra.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou aqui em função de um tema extremamente interessante, o lançamento do livro **A Trajetória de Octavio Frias de Oliveira**, da **Folha de S.Paulo**, hoje, 14 de agosto de 2006, na cidade de São Paulo. É um trabalho de autoria de Engel Paschoal, produzido pela Mega Brasil Editora.

Poderíamos perguntar: por que Roberto Cavalcanti, da Paraíba, para abrir um tema como este ou para falar sobre um livro com essa abordagem do grande Octavio Frias? Por ser empresário da área de comunicação, uma área que domino há mais de 30 anos e da qual tenho grande alegria de participar, e por entender a trajetória do homem público, do empresário Octavio Frias.

Sou admirador pessoal da sua trajetória, acompanho-o há anos e também sou leitor diário da **Folha de S.Paulo**, jornal que se consagrou no Brasil. Então, na época, na minha Paraíba, era o jornal de minha cabeça, do meu dia-a-dia.

Como Senador da Paraíba, talvez tivesse a obrigação de fazer meu pronunciamento a respeito do jornalismo, destacando a figura paraibana fantástica de Assis Chateaubriand. Essa seria a lógica, porque ele foi duas vezes Senador, uma pela Paraíba e outra pelo Maranhão, foi pioneiro da grande imprensa nacional, alma do Grupo Associados, do qual hoje faz parte o **Correio Braziliense**, que honra a imprensa brasileira. Na verdade, fica o compromisso de voltar a esta tribuna para falar um pouco sobre Assis Chateaubriand. Não poderia fazer diferente, já que antes falarei de um carioca paulista, o Octavio Frias.

Também poderia falar sobre grandes ícones e personalidades da imprensa paraibana. Talvez pudesse falar sobre Roberto Marinho, das Organizações

Globo, sobre Vitor Civita, do Grupo Abril, de Maurício Sirotsky, do Grupo Rede Brasil Sul, bem como qualquer outro mestre da imprensa brasileira nessa área, como é o caso do Júlio Mesquita do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Peço ao nobre Presidente, Senador pelo Rio de Janeiro – considerando que Octavio Frias nasceu em Copacabana –, para falar em seu nome de uma personalidade que, na verdade, é um carioca paulista. Também peço licença aos Senadores de São Paulo, para, como paraibano, falar sobre um ícone do jornalismo de São Paulo, da **Folha de S.Paulo**. A grande atividade empresarial do Octavio Frias, toda a sua trajetória empresarial se consolidou no Estado de São Paulo.

Portanto, tentarei falar um pouco da minha percepção, como empresário da área, do que vejo e do que tive o privilégio de ler deste trabalho que hoje está sendo lançado na cidade de São Paulo.

Percebe-se que sua origem é de família tradicional, porém lutou com dificuldade. A base é de família tradicional, mas teve um início de vida de muita dificuldade. Essas dificuldades, talvez, tenham sido uma das características que formaram o DNA do jornalista e empresário Octavio Frias. Essas dificuldades iniciais estão relatadas neste trabalho de forma muito interessante. Eu diria que as pessoas que têm uma boa base familiar, mas que têm dificuldade, conseguem enxergar o que é bom e, com as suas próprias mãos, conseguem, lá na frente, fazer com que esses sonhos, fruto do trabalho, se materializem.

O biógrafo citou, como um dos pontos marcantes da vida dele, a época em que, ainda garoto, ele ia à casa de um tio da mãe chamado Jorge Street. O pai o acompanhava. Na garagem da casa desse tio, ele via três belos carros, e ele voltava para a casa de bonde.

Essa imagem ficou na cabeça desse menino, que, depois, conseguiu transformar-se em grande empresário. Essa é uma característica das pessoas que buscam a ascensão social com muito trabalho, com muita garra, com muita competência.

Talvez um dos pontos mais marcantes, para mim, deste trabalho tenha sido exatamente a capacidade que ele tinha de enxergar as coisas boas sem invejá-las, mas, sim, projetando-as para que, no futuro, ele as tivesse.

Um outro ponto que também é interessante ressaltar, num determinado momento da sua trajetória – e esta é a boa trajetória do empresário, porque o empresário que não passa por dificuldade não é um bom empresário –, segundo o biógrafo, é que ele “caminhava com as mãos no bolso”, pensando: “Estou sem dinheiro, sem mulher, sem nada, partindo da es-

taca zero”. São os revezes que fortalecem a alma do grande empresário e que traduzem a resistência às adversidades de quem quer trilhar o caminho do empreendedorismo.

A imprensa é diferente de outros segmentos, que têm um produto definido, que têm uma linha de produção constante. A comunicação requer extrema habilidade por parte dos empresários, em termos de dosar o seu comando, em termos de comandar. Em se tratando de comunicação, deve-se permitir que os outros pensem, ouçam, para, então, decidir. E isso está muito bem estabelecido na trajetória do empresário Octavio Frias, cujo perfil é simples e sincero. Isso está relatado pelo jornalista Clóvis Rossi, que testemunha: “Ele não faz pose de grande empresário. É o sujeito mais comum que se possa imaginar, mas tem um fascínio fora do normal pela notícia”.

Essa é a característica do empresário e jornalista. A notícia sempre o fascinou, sempre o encantou, razão pela qual conseguiu construir um órgão com o gabarito, com a consistência da **Folha de S. Paulo**.

A revista **Veja** desta semana, ao analisar o livro, traz uma frase: “Não parece haver ninguém menos interessado na automitificação. Sua sinceridade é uma delícia”.

Ele é um homem simples. Pela sua trajetória de vida, poderia ser uma pessoa encastelada em um império de comunicação, mas ele é o antímio, é a pessoa que cultua a simplicidade, característica do grande empreendedor. O grande empreendedor não é aquele que se ufana pelo que faz, e, sim, o que tem dentro de si o desejo de empreender.

Há também um testemunho belíssimo da sua filha Maria Cristina: “O dinheiro nunca representou luxo nem coisas supérfluas. Ele tem uma vida muito espartana”.

É exatamente isso. Percebe-se que grandes empresários da estirpe do Dr. Octavio Frias conseguem ser simples mesmo comandando um império como a **Folha**.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB)
– Pois não, nobre Colega.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– Quero associar-me às suas palavras em relação a Octavio Frias de Oliveira. Ninguém merece homenagem mais do que esse homem, que, aos 94 anos, parece que tem 70, dada a sua atuação e a sua cabeça tão bem organizada. Ele exerce um comando não só nas suas empresas, mas também, em grande parte, na política nacional, pelo seu patriotismo e pelas suas altas qualidades públicas. Eu gostaria, portanto, de me associar não só à **Folha de S. Paulo**, mas principalmente a Octavio Frias, no elogio que V. Ex^a faz a ele; ao livro que vai agora sair, que deve ser extremamente interessante, porque poucas vidas no Brasil foram tão interessantes como a de Octavio Frias de Oliveira.

Daí por que quero me congratular com V. Ex^a pela sua competência em tratar de um assunto como esse. Em nome do Senado, agradeço o trabalho de Frias de Oliveira na **Folha de S. Paulo**.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB)
– Quero agradecer o aparte de V. Ex^a e endosso as suas palavras.

Há um episódio na vida desse jornalista que, com a pequena experiência de empresário, eu gostaria de mostrar. Trata-se exatamente do lado do empresário de imprensa e da habilidade que esse empresário tem de ter. Há um trecho na sua trajetória que relata o seguinte: em 1965, período marcado pela censura e por grandes adversidades advindas da Revolução de 1964, o Dr. Octavio contratou o jornalista Cláudio Abramo, que tinha acabado de sair de **O Estado de S. Paulo**, por entender que ele seria de fundamental importância. O empresário tem sempre essa visão. Ele está de fora olhando quem é bom em cada lugar, e sempre cobiça crescer, qualitativamente, as suas empresas. Esse era o perfil de mais um profissional da competência de Cláudio Abramo à época.

Ele o contratou, mas teve de se submeter – é muito curioso isso, Sr. Presidente; um empresário de comunicação, às vezes, tem de seguir certas regras, ele tem de entender a sua editoria, ele tem de entender a sua empresa – ao seguinte: como empresário, ele contratou o jornalista, mas não pôde colocá-lo na sua empresa.

Em um outro segmento, isso não é discutido. No segmento industrial, por exemplo, um empresário contrata um gerente, e esse gerente, por bem ou por mal, é imposto a uma equipe. No jornalismo, não; isso é diferente. O mundo do jornalismo é feito pelo jornalista, a empresa de jornalismo é feita pelos jornalistas.

Então, que sensibilidade ele teve como empresário? Ele não se confrontou com o seu corpo editorial; aceitou a restrição momentânea para a contratação daquele jornalista e o colocou na Transaco, que era uma empresa também dele, chamada Transações Comerciais Ltda. Com isso, com a sua genialidade, ele criou o primeiro ombudsman do Brasil.

O Cláudio Abramo ficou trabalhando paralelamente para o Dr. Octavio na qualidade de ombudsman, reportando-se a ele e fazendo uma crítica diária no jornal.

Isso demonstra a sensibilidade empresarial no campo do jornalismo do grande empresário, no sentido de fazer com que ele não se confrontasse com sua equipe.

Em outro momento, também há uma passagem fantástica narrada nesse trabalho.

No início da Revolução, a **Folha**, o Dr. Octavio e sua equipe foram carimbados – é muito interessante como, na imprensa, às vezes, existe um carimbo, uma imagem – e considerados de direita. Com isso, precisaram até se entrincheirar, durante um período

do início da Revolução, na estrutura física da **Folha de S. Paulo**.

Tempos passados, durante a mesma Revolução, o Dr. Octavio e a **Folha** foram considerados anti-revolucionário e pró-abertura. Nesse momento, acontecia o inverso: a **Folha** era censurada e ameaçada de fechamento. |

Uma outra passagem fantástica narra o momento em que o Dr. Octavio recebeu a informação de que um jornalista, que escreveu uma matéria contrária aos interesses da Revolução, foi censurado e colocou, no lugar da coluna, um espaço em branco. Isso foi repetido por alguns dias. Então, ele recebeu um telefonema dizendo: “Se o senhor permanecer colocando essa coluna em branco, nós vamos fechar o seu jornal.” Ele se reuniu com sua equipe e disse: “Não vamos ser pouco inteligentes e entrar em confronto. Vamo-nos adaptar à circunstância do presente.” Essa é uma maestria, uma magia do empresário de comunicação.

Assim, ele fez com que o jornal, no dia seguinte, colocasse, no lugar, uma outra matéria, tirando aquele espaço em branco. Isso mostra a sua extrema sensibilidade.

No livro, há um relato do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que disse, em seu depoimento:

“Frias recolheu algumas velas, mas não mudou o rumo.” É exatamente essa a imagem, muito preciosa, porque ele, como empresário, não alterava o que pensava. Ele não saía do seu rumo. Ele, na verdade, em função de uma momentânea tempestade, deu uma reduzida nas velas, mas continuou no seu rumo.

Talento e visão do empresário também são pontos extremamente merecedores de destaque. Em meados de 1950 – estamos falando de uma época anterior à construção de Brasília –, contratou o genial arquiteto Oscar Niemeyer para projetar o edifício Copan, que, ainda hoje, é um marco urbano da arquitetura de São Paulo. Isso mostra como ele era um homem de extrema visão e de percepção de futuro.

Também a ele cabe – dentro dessa sua percepção de futuro e de sua extrema visão – a criação do Instituto DataFolha, exatamente porque percebeu que a pesquisa de opinião era fundamental para que trilhasse os seus caminhos, aferisse o comportamento da própria **Folha** e tivesse uma visão do que se passava, política e economicamente, no País.

Esse empresário, Octavio Frias, conseguiu, na década de 60, transformar uma empresa sem maior expressão no jornal de maior circulação do Brasil.

Não é fácil! À época a empresa estava em extrema dificuldade financeira e, assim, os primeiros momentos de comando do Dr. Octavio à frente da **Folha** foram destinados a fazer com que a empresa se recuperasse economicamente e, em seguida, adquirisse a pujança editorial que tem até hoje.

Há um depoimento muito interessante do Deputado e ex-Ministro Delfim Netto, que resume bem a visão de mundo do empresário: “O Frias sabe que a

independência é primeiro financeira.” É exatamente isso. Em comunicação, se não houver uma independência financeira, a empresa não terá vida própria e capacidade de usufruir a liberdade tão necessária para atender os anseios da comunidade.

Os pontos básicos que se percebem na trajetória econômica e no perfil empresarial do Dr. Octavio são: dar sustentação à empresa, mediante a independência; ter independência editorial com sustentação financeira; não dever a bancos; e reinvestir todos os ganhos. Em toda a trajetória dessa história, o que se percebe é o empresário, juntamente com seu sócio à época, reinvestindo 100% dos lucros. É isso o que fazem o empreendedor e o bom empresário.

Outro relato interessante é trazido pelo engenheiro Pedro Pinciroli, ex-vice-presidente do grupo **Folha**, o qual afirmou que, por “recomendação do Frias, não se recorria a bancos nem para a compra de papel-jornal.” Todos sabemos que papel-jornal é o maior insumo de uma empresa de comunicação, mas nem para isso ele gostava de recorrer a bancos.

“Essa posição econômico-financeira sólida permitiu um jornalismo independente.”

A trajetória do Dr. Octavio é uma aula de determinação, de obstinação, de perseverança, de paciência, de escolha do momento para o recuo e para o avanço. Isso ele fez, durante toda a sua vida empresarial, com grande maestria.

Insistir, insistir, ter devoção ao trabalho – característica também marcante da trajetória desse homem público e empresário de grande expressão.

O jornal tem sabor, tem gosto.

É uma coisa interessante, Sr. Presidente. Fazer jornal não é fácil, pois não se trata de um produto que se possa testar. Fazer jornal é fazer um produto novo, inteiramente novo, a cada dia. Não há tempo de se fazer teste; não há tempo de se fazer protótipo e de testá-lo. Um jornal é feito inteiramente novo a cada dia. E não é fácil fazer um jornal com a qualidade editorial e a constância técnica da **Folha de S. Paulo**.

O momento atual político só existe graças à liberdade de imprensa. Não teríamos a divulgação de mensalões, sanguessugas ou outros tipos de denúncias sem que houvesse uma imprensa livre.

São os novos tempos. Quem não entender que o Brasil mudou pagará o seu preço.

Octavio Frias, ao concluir a realização do seu sonho com relação ao Grupo Folha, afirmou:

“Não me arrependo de nenhuma decisão que eu tomei. Faria tudo igualzinho.”

Para finalizar, Sr. Presidente, eu diria: que bom desfrutar em vida, esta vida vivida que é a trajetória de Octavio Frias de Oliveira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Roberto Cavalcanti, a Mesa se associa à substância do pronunciamento de V. Ex^a, que

enalteceu, com justeza, os dados biográficos do nosso grande jornalista Octavio Frias de Oliveira.

Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Senador, sei que V. Ex^a fica triste quando vê o plenário vazio. Também eu. Mas isso, infelizmente, nesta época eleitoral é comum.

Quero, em primeiro lugar, tratar da visita do Presidente da República à Bahia. Sinto que V. Ex^a esteja na Presidência, porque não posso deixar de cumprir o meu dever como V. Ex^a está cumprindo o seu. Mas entendo que se V. Ex^a estivesse na bancada certamente divergiria de mim nas opiniões. Quero fazer essa ressalva em abono a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Agradeço- lhe muito. Realmente é uma ressalva necessária, que corresponde ao caráter de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Muito obrigado.

O Presidente Lula marcou viagem para Salvador e, infelizmente, a viagem dele foi um fracasso total. Um fracasso! A ponto de ele, no comício – esperava-se que fossem 10 mil pessoas –, na Praça Castro Alves, na praça do povo baiano, o Presidente da República, em dado momento, depois de dizer coisas inacreditáveis, zangou-se com o público, e disse: “Eu vou voltar aqui outra vez! Não com esse sol terrível que está aí, mas numa noite de lua, em que eu possa namorar”. É justo que o povo tenha ido embora para comer a sua feijoadazinha e não ficasse ali para ouvir discurso. É a confissão. Está aqui, Sr. Presidente, essa confissão.

Ele também atacou um deputadinho da Bahia – não sei se era o Deputado Neto, se era o Deputado Aleluia, enfim, que são os críticos mais ferrenhos dele na Câmara Federal, ou se era Rodrigo Maia, mas este não é baiano –, e, então, o ataca pessoalmente; uma maneira estranha para um Presidente da República em um comício!

Mas ele já havia feito pior: ele queria acabar com a imunidade parlamentar. Sei que nem V. Ex^a nem o seu Partido desejam que a imunidade parlamentar acabe, quando muito que a regulamente. Mas ele quer acabar com a imunidade parlamentar porque aqui é onde se diz a verdade sobre as coisas que acontecem no Brasil, embora muitos o façam sem a autoridade indispensável, principalmente na Câmara dos Deputados, com os escândalos dos “valeriodutos” e dos “mensalões”. Mas só há corrupção quando o governo é corrupto. Se o governo não fosse corrupto, não haveria corrupção tão intensa, pelo menos no Brasil. E isso é uma coisa triste para o próprio Presidente da República, porque a corrupção parte do Palácio do Planalto. A corrupção vem, evidentemente, com o aceno do Palácio do Planalto. E ele próprio reconhece, mas reconhece se contradizendo: reconhece que demitiu José Dirceu; mas

o chamou de “querido amigo e eu não posso perder a sua companhia” etc.; demitiu Palocci; mas disse que Palocci “era seu irmão; eu preciso de você, Palocci, toda vida, porque você é o meu companheiro de sempre!” Demitiu Waldomiro Diniz a pedido. Waldomiro Diniz, por intermédio da televisão, foi flagrado roubando, recebendo dinheiro. E ele o demitiu a pedido. Não foi ele que o demitiu; foi Waldomiro que pediu. E assim todos os outros. Humberto Costa, quando tratamos de sanguessuga – e é bom que se trate desse assunto, o do sanguessuga –, Humberto Costa não foi sequer ouvido ainda. Acho que os sanguessugas têm de ser punidos sim. Mas, evidentemente, tem que ver a causa, a raiz de tanto sanguessuga. E a raiz é o Ministério da Saúde. É no Ministério da Saúde que isso ocorre. Já disse aqui – e muitas vezes – que o Ministério da Saúde era dirigido por um vampiro num banco de sangue. Isso se confirmou. Mas, evidentemente, o Presidente da República diz que é ele que faz a moralização. Porque o Governo é tão desmoralizado é que há tanta ação da Polícia Federal e do Ministério Público. Ora, o Procurador-Geral da República, um homem de bem, e que foi indicado por ele – aliás, devo dizer que as indicações dele, não só no Ministério Público, como nos Tribunais Superiores têm sido corretas –, indicou quarenta pessoas ligadas ao Governo, achando que aquilo era uma ação criminosa e não poderia continuar.

Mas as provas, Sr. Presidente, vão se avolumando.

Nesse ínterim, acontece o fato de dois entrevistadores da Rede Globo, William Bonner e Fátima Bernardes, levarem o Presidente à loucura. V. Ex^a, que o conhece há muitos anos, sabe que ele jamais esteve naquela situação de nervosismo, porque estava mentindo. O próprio jornal **O Globo**, em uma página inteira – vejam as contradições –, diz: “Tenso, Lula erra e renega ações do passado”. É uma página inteira de **O Globo!** Temos de fazer justiça aos entrevistadores, que foram duros com todos os candidatos. O Presidente da República, no Palácio da Alvorada, estava irreconhecível. Ele sempre gosta de quando perguntado sobre uma coisa falar outra; mas, nesta vez, ele não tinha nem como falar.

Realmente, em todas os assuntos, a indignação do povo brasileiro à posição do Presidente da República, que foi terrivelmente baixa.

Sr. Presidente, não sei se é essa a razão de ele estar fugindo dos debates. Ele provou, naqueles minutos em que passou, sozinho, com os entrevistadores. Os entrevistadores que merecem o aplauso da Nação pela coragem que tiveram, quando todos nós ficamos na dúvida, pois a entrevista ia ser no Palácio da Alvorada, isso já era uma vantagem para o Presidente, porque poderia, o entrevistador, ficar com medo, com receio, mas, não, eles o entrevistaram bem, salvo quando – educadamente, certamente não quiseram lhe perguntar – o Presidente disse que “acontecem coisas na

família que a gente não sabe”. Realmente. Era o caso deles perguntarem ao Presidente: “E o caso do seu filho com a Gamecorp? O Senhor sabe?”. Aí, então, ele iria ao desespero. Nesse ponto, eles atenuaram e não fizeram a pergunta, que, evidentemente, foi-lhes à cabeça. Mas eles não quiseram praticar um ato que poderia humilhar o Presidente da República. Mas eu, aqui, posso: Presidente, resolva logo esse caso. Fale dos R\$15 milhões que a Telemar deu ao seu filho na Gamecorp. Fale!

Ficou terrivelmente mal a contradição do Presidente da República com o depoimento do Sr. Okamoto, que terá de voltar a este Congresso para dizer se ele faltou com a verdade ou se quem faltou com a verdade foi o Presidente da República.

O Presidente da República declarou que não devia nada ao PT, e o Okamoto disse aqui que pagou, em quatro prestações, a dívida do Presidente da República com o PT, que ele não havia pago. Há uma contradição terrível. Se quebrassem o sigilo bancário, isso ficaria claro, mas não houve quebra de sigilo bancário. **Data venia**, acho até que o Judiciário não agiu certo, porque tiraria essa dúvida completamente quanto ao Presidente da República.

Foram R\$29,6 mil, mas o Okamoto veio aqui, disse que conversou com o Presidente e que resolveu pagar, e o Presidente disse que nunca tratou com Okamoto, a não ser para dizer: não devo nada ao PT, não vou pagar coisa nenhuma. Foi o que todo o Brasil ouviu naquela entrevista.

Esse assunto, Sr. Presidente, não ficará assim. Posso garantir a V. Ex^a que nós vamos tratar deste assunto seja nesta legislatura, seja na outra. Em qualquer delas, este assunto tem de ser esclarecido, para que o Presidente da República não passe por mentiroso, e que o mentiroso é o Okamoto, ou então o mentiroso é o Presidente da República e o homem que falou a verdade é o Okamoto.

O Okamoto é Presidente do Sebrae, é o homem mais ligado ao Presidente da República, é o homem que não teve o sigilo bancário quebrado. Conseqüentemente, o Sr. Paulo Okamoto – cujo comparecimento na CPI eu pedi – foi lá e disse coisa totalmente diferente do Presidente da República. Quem está mentindo? Tenho certeza de que V. Ex^a deve achar que é o Okamoto, mas o Brasil precisa saber se o Okamoto é mesmo mentiroso ou não.

Quero dizer a V. Ex^a que esse assunto será tratado aqui nesta semana inteira, por mim e pelos meus colegas. Queremos desvendar esse mistério da ligação do Okamoto.

Sr. Presidente, a situação deste País é cada vez mais grave no que diz respeito à corrupção. O noticiário deste fim de semana destacou as declarações de desprezo do Poder Executivo ao Poder Legislativo por Lula, o que ele fez na Bahia e a fuga dos debates que começam hoje na TV Bandeirantes.

Não sei o que fará a TV Bandeirantes. O hábito era deixar uma cadeira vazia. Não sei se assim será, mas, se isso acontecer e se eu lá estivesse, eu saberia como agir. Não sei o que os outros candidatos farão, mas respeito tudo o que fizerem.

Vou pedir a V. Ex^a a transcrição de todos os editoriais.

“Desconversa”, editorial de uma gravidade enorme, da **Folha de S. Paulo**, de sábado. Peço a sua transcrição. É realmente gravíssimo, ainda mais quando surgem outros. O artigo de Jânio de Freitas, que é um jornalista que V. Ex^a admira, eu também e todo o Brasil. Jânio de Freitas diz: “Os bilhões do reino. Na seqüência de revelações de corrupção, a atenção se prende aos personagens e se perde a noção dos valores”. E termina o com as seguintes palavras: “Extinguir as emendas do Congresso não soluciona. Mas a evasão de verbas orçamentárias precisa mais do que uma ou outra CPI, mesmo no reino da corrupção”.

Eu tenho na Mesa um requerimento – e o Presidente Renan Calheiros não é muito favorável a uma CPI, mas se disse favorável a transformar o meu requerimento, com as assinaturas indispensáveis para formar uma CPI, em uma Subcomissão para analisar a execução orçamentária. Isso será bom para todo mundo, inclusive para V. Ex^a, que não age da maneira que muitos do seu partido, meus colegas, do meu partido na Comissão de Orçamento.

A Comissão de Orçamento ou vai ser extinta ou será ela que vai desmoralizar o Congresso. Não são só os Congressistas, mas a Comissão de Orçamento, que, há muitos e muitos anos, não é de agora também, comete os pecados maiores. Daí por que apresentei uma proposta de orçamento impositivo, para ver se diminuam os riscos dessa situação, mas não consegui. Não consegui, Sr. Presidente. É uma pena. Mas não perco as esperanças.

Vamos, primeiro, acabar essa Comissão de Orçamento, pedir ao Governo que mande o orçamento com antecipação. Fazer orçamento sério, em que o Governo fixe a receita, e possamos modificar aqui e ali, mas não com essas emendas individuais, que muitas vezes criam problemas gravíssimos.

Ora, no Ministério das Cidades, avalio no Rio de Janeiro, mas, na Bahia, Deputados conseguem R\$32 milhões para um município, R\$9 milhões para outro, no Ministério das Cidades. E entregam ao prefeito, que não faz a obra.

Já disse, V. Ex^a não estava aqui, acredito, que, para fazer um viaduto em cima de uma BR, a mais importante da Bahia, e esse assunto V. Ex^a conhece bem, até por tradição. Quero dizer que sobre uma BR a Prefeitura de Simões Filho vai fazer um viaduto que custará R\$32 milhões. Mas vai entregar ao Prefeito R\$9 milhões. O resultado, segundo pesquisa de hoje – e haverá outra ainda, à noite, do Ibope –, já mostra que Paulo Souto está com 57% e Jacques Wagner com 13% ou 14%.

Veja V. Ex^a que esse recurso vai beneficiar o prefeito e aquelas lideranças políticas corruptas. Mas, se isso tudo não mudar no Brasil, evidentemente vamos passar mal. V. Ex^a até seria a pessoa indicada para ajudar na mudança. Infelizmente, V. Ex^a não é candidato.

Precisamos formar um grupo para dar seriedade aos trabalhos do Congresso, para que a corrupção não continue, como diz **O Estado de S. Paulo**, que chama o mar de lama petista de “monstruosa metástase”, comparando a corrupção a um câncer que se espalhou pelo Governo. Foi em **O Estado de S. Paulo**, cuja transcrição peço aqui.

Antônio Ermírio de Moraes, em artigo na **Folha de S. Paulo**, diz que “a corrupção tornou-se sistêmica e atingiu toda a máquina pública”.

Antonio Ermírio de Moraes é um dos homens mais credenciados do País, um empresário vitorioso, mas crê que o País está todo corrupto. Quando o Governo é corrupto, todo mundo se corrompe. A corrupção vai do contínuo ao Presidente da República! Isso é que precisa acabar, Sr. Presidente!

Não é coincidência que Lula tente desmoralizar o Congresso. Todos sabemos das denúncias que foram apuradas por insistência do Legislativo em instalar as Comissões de Inquérito. Graças ao Congresso, ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público, as denúncias têm sido investigadas, e os suspeitos, indiciados. Não é ele, somos nós – não todos, mas somos nós –, muitos, que lutamos aqui por isso.

Lula tentou dizer, no Jornal Nacional, que agiu na defesa do interesse público. É o contrário: nunca agiu assim! Calou-se sobre as denúncias! Era a oportunidade que tinha de defender-se e de defender seu Governo. Hoje, acuado como está, mente, quando diz que afastou, como salientei no início, seus apaniguados.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que, para protegerem Lula ou para que ele se proteja, tentam achincalhar e calar o Congresso Nacional. O Congresso tem defeitos? Tem. Ele tem mensalões? Tem. Ele tem valerioduto? Tem. Ele tem sanguessugas? Tem. Vamos estirpá-los. Mas não é o Congresso! Isso ofende todos nós, inclusive aqueles que nada têm com essas façanhas que se acumularam, ao longo do tempo, no Governo do Presidente da República, para se fazer uma maioria instável, que, aqui no Senado, não consegue passar nada, quando nós não queremos. E não vamos querer que passe coisa alguma, quando ele perversamente retira 16% dos aposentados!

Ele pode usar o Aerolula, até mesmo em campanha; pode usar os Viscounts – não são os Viscounts, mas os Boeings agora, pois Viscounts são coisas do passado. Mas ele usa os Boeings a toda hora, pagando preço muito reduzido. Suas comitivas são enormes, seus Ministros viajam para todos os comícios! Eu, aliás, gosto quando os baianos vão para lá, porque eles são malvistas e derrubam o candidato do Governo. Estavam lá Gilberto Gil, Dr. Waldir Pires, Jaques Wagner, Nilcéia Freire, e havia mais gente. Mas todos

esses foram lá. Lula até nem os deixou falar, para não piorar a situação.

Sr. Presidente, as coisas são muito graves! Não é amordaçando esta Casa que esta tribuna – eu já disse – vai ficar vazia. Muitos virão aqui, aconteça o que acontecer. Eu, por exemplo, repito o que disse no tempo ainda do Sr. Presidente Fernando Henrique: ninguém cala a minha voz. Só Deus poderá fazê-lo! Só Deus o fará quando achar que é conveniente minha saída da vida pública. Estou aqui para um mandato conferido pelos baianos e a eles presto contas. A eles, à Bahia e ao Brasil, presto contas. Nós não podemos viver essa situação.

É muita coincidência, depois do debate do Presidente da República com os entrevistadores de **O Globo**, o seqüestro de dois jornalistas, no domingo. Um deles, não sei se já foi solto... Um deles foi solto, e acho que o outro ainda está preso – pelo menos, até a manhã de hoje, estava preso. Quero dizer a V. Ex^a que é coincidência o PCC fazer isso depois da entrevista de **O Globo**. É “coincidência”, talvez aspeada.

Isso não pode ficar sem a revolta da sociedade. Aliás, sobre esse assunto, também vou pedir a transcrição, totalmente imparcial, de um artigo de Dom Geraldo Majella Agnelo, Presidente da CNBB, Cardeal Arcebispo Primaz da Bahia, figura notável do Clero brasileiro, sensata, que não faz alardes, mas que tem sempre em vista a vida da sociedade brasileira, principalmente dos mais carentes. Ele faz um artigo intitulado “São Paulo, cidade sitiada”. Realmente, esse artigo precisa ser lido. É pena que eu não tenha mais tempo nesta tribuna. Não posso abusar da bondade de V. Ex^a. Peço a transcrição desse artigo, absolutamente certo de que ele vai servir de meditação para o Governo e para a Oposição, para todos os que devem unir-se nesta hora!

Quero, portanto, dizer a V. Ex^a que o Presidente da República, apesar das pesquisas, vive um momento infeliz. Ouvi, há pouco, o discurso de V. Ex^a. Se aqui estivesse, não concordaria, mas tive a sorte de não estar aqui. V. Ex^a, agora, ouve o meu. Assim se faz a democracia, assim se faz o Parlamento. V. Ex^a expôs o assunto com propriedade, melhorou bastante a situação do Presidente, mas ela não é real, infelizmente. Não sendo ela real, peçamos a Deus que o pior não aconteça para o Brasil e que possamos ter um Presidente honesto, sério, digno, que acabe com a corrupção, com o valerioduto, com o mensalão e com os sanguessugas e que dê ao Brasil a dignidade que este País merece, nacional e internacionalmente!

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS
MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JANIO DE FREITAS

Os bilhões do reino

SÓ NOS DOIS episódios de corrupção mais destacados na semana, foi-se meio bilhão dos cofres públicos. E é só o começo, porque as investigações da Operação Sanguessuga ainda não apuraram quanto foi desviado nas 600 prefeituras conluídas com parlamentares federais e empresários do esquema. Nem se sabe ainda a quanto vão os R\$ 350 milhões, e os respectivos rateios, do golpe das compras governamentais de alimentos, motivo da prisão antontem de 20 civis e 10 militares.

Na seqüência de revelações de corrupção, nossa atenção se prende às personagens e às suas funções, mas a noção dos montantes em geral se perde ou nem se forma no roldão de mais e mais valores. E esse montante é, com toda a certeza, de muitos bilhões a cada ano, com a participação do que ocorre nas prefeituras, nos governos estaduais e no governo federal. A contaminação distingue pessoas, não faz diferença entre setores, seja qual for o seu nível, da administração pública no país todo. O monstro é muito maior e pior do que o seu rabo perceptível nos escândalos faz supor.

A reincidência da roubalheira com gastos públicos propostos ao Orçamento por parlamentares (as chamadas emendas), como foi a dos “anões” flagrados nos anos 90, não se limita às ambulâncias dos sanguessugas. Foi só mexer um pouco nas emendas desse esquema

Na seqüência de revelações de corrupção, a atenção se prende aos personagens e se perde a noção dos valores

e logo apareceu outro tipo de golpe contra verbas orçamentárias: o deputado Fernando Gabeira — a cuja persistência por uma CPI já se deve a indicição de 72 parlamentares, e haverá mais — está denunciando, agora, o uso de emendas da corrupção a pretexto da compra de computadores e veículos, para o programa de “inclusão digital”. É uma descoberta a mais, porém ainda distante do que se passa no Orçamento.

Há mais de 15 anos, desde iniciado o governo Collor, não se lançam projetos de grandes obras públicas, o que levou as empreiteiras maiores e patrocinadoras de fraudes nas concorrências, e portanto de corrupção, a se voltarem para atividades como mineração, petroquímica, exportação, até coleta de lixo. A aprovação das verbas orçamentárias para grandes obras levava à distribuição de suborno alto a inúmeros deputados e senadores. Houve

os que chegassem a ter a campanha eleitoral bancada. Com o fim dos grandes projetos, a alternativa da corrupção orçamentária foi multiplicar o uso de verbas para o assistencialismo, caso das ambulâncias, e as obras de menor porte. Alvo mais fácil e mais numeroso: as prefeituras, mais de cinco mil. Assim se explica que a inclusão das emendas orçamentárias deixasse de exigir a existência preliminar de projeto e, liberado o recurso, a fiscalização do seu uso. Esta, sujeita só, em número proporcionalmente muito pequeno, à ocasional disponibilidade dos meios insuficientes do Tribunal de Contas da União.

Extinguir as emendas do Congresso não soluciona. Mas a evasão de verbas orçamentárias precisa de mais do que uma ou outra CPI, mesmo no reino da corrupção.

São Paulo, cidade sitiada

GERALDO MAJELLA AGNELO

SÃO PAULO, por muitas décadas, fora o sonho de consumo de muitos brasileiros. Sua capital representava tudo aquilo que uma pólis pode oferecer a seus cidadãos: segurança em todos os níveis. Assim, milhões de brasileiros, especialmente nordestinos, foram em busca da terra prometida, aquela mesma que um dia fora abençoada pela presença de José de Anchieta. Entretanto, passados os anos, percebemos que o antigo paraíso tornou-se terra de desolação.

Frente ao caos que tomou conta de São Paulo e está se reproduzindo no resto do Brasil, uma pergunta emerge do coração dos que desejam uma solução: onde está a raiz do problema? Em meio a tantas opiniões, fico com a maioria dos analistas sociais: está na injustiça, que, a meu ver, é um cancro que rói as entranhas da humanidade.

Creio que seja pertinente ouvir a voz de Jesus, que, vivendo num mundo dividido e violento, afirmou ter pena da multidão desolada, "cansada e abatida, como ovelhas sem pastor".

Inegavelmente, a existência da flagrante injustiça reinante no Brasil faz surgir novas lideranças, boa parte delas surgidas dos guetos gerados por essa mesma injustiça. Não adiantou nos fecharmos em condomínios, comprarmos câmaras para nos livrar do "inimigo", pois ele está no meio de nós; e nós subestimamos a sua inteligência. Ele aprendeu a corromper, a comprar pessoas e instituições; ele nos causa medo, pois atinge nossos filhos, atinge a todos nós, e agora ataca até mesmo a instituição criada para nos defender. Estamos reféns. Quem pagará nosso resgate?

Impressionou-me o depoimento de Marcolá, no qual disse que sua "escola" fora a dos exemplos vindos de poder: constituídos, corrompidos e

corruptores. Não terá ele razão? Essa escola não atingiu só o PCC; tem atingido toda a sociedade. Ser honesto passou a ser sinônimo de tolo; de débil mental. Mas não existe só essa escola apontada por Marcolá. Nós criamos muitas outras, e por elas caminhamos. Entretanto, chegou a hora de trilharmos novos aprendizados. Onde dormem nossos velhos mestres?

Se recordar é viver, temos que nos reportar à Roma Antiga, tão segura de sua perpetuidade. Ela foi massacrada.

Frente ao caos que tomou conta de São Paulo fica uma pergunta: onde está a raiz do problema? Está na injustiça

governantes inaptos, defensores de seus interesses particulares. Homens que não conseguiam enxergar além do próprio nariz e, por isso, levaram à ruína o que fora construído pelo labor de muitos. E não foi preciso tanto para que os "bárbaros", povos não muito distantes, ingressassem, tomassem posse da terra pela violência e desolasse um povo aterrorizado. Roma é aqui! Brasília caminha para Bagdá; e Rondônia resuscitou o morto Carandiru. A erva daninha tomou conta do jardim. Onde está o jardineiro?

Entretanto, dentro de nossas prisões residenciais, estamos reféns de todas as espécies de bandido e, pasmem, eles não estão somente nas frágeis prisões brasileiras, eles não são apenas constituídos de homens negros e pobres...

Penso que hoje não podemos apenas falar de pecado social. Há também um pecado estrutural, presente nas instituições governamentais mais representativas. E isso se faz notório quando percebemos que, mesmo enxergando a calamidade que está descobrindo o sol com a peneira, como se tivéssemos controle do tsunami que se formou no meio do oceano social.

Precisamos lembrar que um autêntico estado de paz social não é apenas o resultado de um respeito formal às regras. É o fruto da convicção atecificação dos valores que inspiram os procedimentos democráticos: a dignidade da pessoa humana, o respeito dos direitos humanos, do direito à segurança, do fato de assumir o bem comum como fim e critério regulador da vida pública.

Porém, estou convicto de que não chegamos ao fundo do poço. É possível, sim, vencermos o que hoje tanto nos entristece. Mas isso só será possível se revisarmos o caminho outrora percorrido. Precisamos atacar as consequências, sem deixar de penetrar profundamente nas causas, e essa revisão precisa ser geral, por parte de governo, igreja, quartéis, sociedade. Não há tempo para apontar culpados e vítimas. Todos somos culpados e vítimas — e, diria melhor, somos vítimas de nossas culpas.

Aos do PCC, a palavra de Jesus: "Guarda a tua espada, pois todos os que usarem a espada, morrerão por meio da espada" (Mateus: 26,52). Aos governantes: "Da conta de tua administração" (Lucas: 16,2). A população de São Paulo e do Brasil: "Eu vos deixo a paz; eu vos dou a minha paz" (João: 14, 27).

DOM GERALDO MAJELLA CARDEAL AGNELO, doutor em teologia com especialização em liturgia, arcebispo de Sabará (MG) e arcebispo emérito do Brasil. É o presidente

Monstruosa metástase

Jamais havíamos vivenciado, em toda a história deste país, tamanho grau de degenerescência dos padrões de comportamento de pessoas no exercício do Poder, ou dos princípios e escrúpulos mínimos exigíveis no trato da coisa pública. A cada novo dia aumentamos o espanto – se é que ainda conseguimos nos espantar com algo vindo do espaço público-político caboclo – tanto em relação ao volume, à extensão das bandalheiras, quanto à diversidade formidável do tipo de falcatura cometida para, em última instância, roubar o contribuinte, o que, reconheça-se, não deixa de refletir um aspecto altamente negativo da criatividade que sempre distinguiu os habitantes destas plagas tropicais.

Agora, somando-se à megarroubalheira dos sanguessugas (que até parece deixar já distante no tempo a megaindeência dos mensaleiros) e os Poderes de Estado carcomidos gerais de corrupção, lá em Rondônia vêm à tona – por diferentes matérias publicadas na mesma página de nossa edição de quinta-feira – duas outras enormidades, que além de assalto ao erário têm em comum a criminoso predação do meio ambiente. A primeira é o caso do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que pagou por uma fazenda R\$ 61,5 milhões a mais do que ela comprovadamente valia, conforme o apurado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). E a segunda é o desmonte, pela Polícia Federal (PF), de uma quadrilha madeireira, quando 49 pessoas foram presas – entre elas 16 funcionários do Instituto Brasilei-

ro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e 1 procurador da República – acusadas de contrabando, corrupção, falsidade ideológica e formação de quadrilha, tendo como base a falsificação de Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs) – documentos emitidos pelo Ibama para transporte de madeiras extraídas de conformidade com as normas ambientais.

O plenário do TCU condenou o presidente do Incra, Rolf Hackbart, e mais quatro dirigentes da autarquia, a devolverem aos cofres públicos aquele montante, que representa a su-

Incra e Ibama também caem nas malhas de investigações

peravaliação em 455% da Fazenda Araupel, de 25 mil hectares, localizada em Quedas do Iguaçu, no Estado do Paraná. Tratou-se de uma desapropriação “às pressas”, realizada no final de 2004, para conter as pressões do Movimento dos Sem-Terra (MST), que havia invadido a área. O mais incrível é que, considerando que não se tratava de desapropriação, por julgar que a área era pública, o Incra resolvera pagar apenas pelas benfeitorias, o valor de R\$ 75 milhões. Mas o próprio laudo da empresa de consultoria contratada pelos proprietários dava um valor bem menor às benfeitorias, ou seja, R\$ 11,8 milhões, ou R\$ 13,5 milhões, considerando a atualização monetária. Outro laudo, de técnicos do próprio Incra, estimara as benfeitorias

em R\$ 44 milhões. A cúpula do Incra, porém, resolveu basear-se em estudo da Fundação Florestal do Paraná, que trazia quatro laudos diferentes. E por inexplicável generosidade para com os proprietários (à custa do dinheiro do contribuinte) optou pelo maior deles, justamente o de R\$ 75 milhões!

Nessa área – considerada um paraíso por biólogos e ambientalistas – foram assentadas 973 famílias (número que pode subir a 1.234), ao custo de R\$ 60,7 mil por família, o que, para o TCU, é quatro vezes maior do que o dos assentamentos em áreas próximas.

Já a Operação Isaias, da Polícia Federal, deflagrada depois de seis meses de investigações, além de prender pessoas atuando em extração e venda ilegal de madeira em regiões do Pará, do Amapá e de Santa Catarina, detectou 25 empresas fantasmas, dando suporte ao esquema criminoso. Segundo a PF, a fraude das ATPFs permitiu o comércio de 650 mil metros cúbicos de madeira – o suficiente para encher cerca de 60 mil caminhões que, se enfileirados, preencheriam toda a distância na Via Dutra entre São Paulo e Rio de Janeiro. Pela expansão dos tentáculos da corrupção, por todo o território brasileiro, como se se tratasse de um tecido canceroso que não encontra obstáculo algum para desenvolver-se, na estrutura dos Poderes e da administração pública, chegou o momento de falar-se no trágico diagnóstico: é uma monstruosa metástase.

Lula tentou despistar o público em entrevista na TV, mas ainda deve explicações sobre corrupção no seu governo

FORAM APENAS 12 desconfortáveis minutos de entrevista — mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderia sem dúvida passar horas diante das câmeras do “Jornal Nacional”, na noite de quinta-feira, sem nada de convincente declarar sobre os escândalos que varreram seu governo.

Nas raríssimas entrevistas que terminou concedendo sobre o assunto, sua tática não mudou: trata-se invariavelmente de fazer uma afirmativa aparentemente clara e sincera — “nós erramos”, “sou plenamente responsável pelo que acontece na Presidência”, “fui traído” — para em seguida diluir qualquer conteúdo que a frase pudesse ter.

Foi traído, mas é incapaz de dizer por quem. Responsável por tudo, é normal que não saiba de nada? Erros houve, mas quais? Se depender do presidente, isso jamais será esclarecido.

Mais um giro na tática da desconversa, e Lula reafirma seu empenho para que “as denúncias sejam investigadas” e “os culpados recebam justa punição”. Sim, desde que se tome por “denúncia” o que é flagrante evidência, e desde que, entre os possíveis culpados, não se aponte ninguém.

Aproxima-se da aberta desfaçatez — não fosse a insistência quase anestésica com que o presidente repete esse tipo de afirmações — a idéia de que em seu governo nada foi feito para dificultar o esclarecimento do mensalão. O que se viu foi uma

campanha cerrada contra a instalação das CPIs; nestas, a bancada governista agiu com um misto de provocação, insensibilidade e desatino só comparáveis aos dos piores momentos da “tropa de choque” de Fernando Collor.

Bastante pressionado pelos apresentadores do “Jornal Nacional”, Lula deu ainda um passo inédito no sinuoso percurso de negaceios e desentendidos que até agora vinha oferecendo à opinião pública. Na condição de candidato à reeleição, cuidou de retocar uma imagem de administrador rigoroso, sem sombra de tolerância com as irregularidades cometidas por seus subordinados. Prova disso seria sua decisão de afastar José Dirceu, Antonio Palocci e “outros envolvidos” dos cargos que ocupavam.

Eram outras as suas palavras, contudo, quando se despedia desses dois inestimáveis companheiros de jornada. Mais do que um simples discurso protocolar, Lula dirigiu ao seu “querido Zé”, por exemplo, palavras de encorajamento na tarefa de “defesa de nosso governo”, expressando confiança em que seriam “desfeitas as infundadas acusações” dos adversários.

Reescreve-se agora, em tintas talvez mais verídicas, uma história que o discurso governista já tinha coberto de garranchos, rabiscos, borrões e frases sem sentido. A tentativa, obviamente, é torná-la de tal modo ilegível, que o julgamento da população vacile diante das impávidas profissões de fé do presidente.

Mesmo muitas horas de retórica profusa não poderiam, entretanto, diminuir a gravidade da série espantosa de escândalos e desmandos sobre os quais, ainda uma vez, o presidente está a dever um mínimo de explicações satisfatórias.

ANTÔNIO ERMÍRIO DE
MORAES

Eleições: contra a corrupção

POUCO adianta descobrir se a crise moral por que passamos é maior ou menor do que as do passado. O fato é que ela é gigantesca. A corrupção atingiu os três Poderes do governo: Executivo, Legislativo e Judiciário. É uma crise avassaladora e que não pára de crescer.

O espaço deste artigo seria insuficiente para enumerar todos os órgãos envolvidos em falcaturas com o dinheiro público. A corrupção tornou-se sistêmica e atingiu toda a máquina pública, com honrosas exceções.

Pouco adianta tampouco salientar os prejuízos que isso causa à nação, ao corroer os poucos recursos do governo e comprometer os investimentos mais essenciais. A crise moral extrapolou a dimensão econômica.

O que mais me preocupa nos dias atuais é a deterioração de valores que pode ocorrer em nossa juventude. Sim, porque é ela que vai carregar esta nação amanhã. Nada pior do que destruir o idealismo dos jovens. Uma nação sem jovens é uma nação morta.

Nossos jovens estão sendo submetidos a uma acachapante contradição. Eles vêem uma realidade que não tem nada a ver com os valores que seus pais lhes ensinaram. Essa contradição se repete a cada dia, com novos personagens que entram em cena com o mesmo pleito de inocência --depois de cometerem as maiores barbaridades.

Logo depois vêm outros, que tiram de cena os primeiros, numa sucessão de corruptos e corruptores que parece não ter mais fim.

Será que, de tanto ver essa tragédia nacional, os jovens de hoje vão ensinar os valores da realidade aos seus filhos? Ou transmitirão a eles os valores que aprenderam de seus pais?

Não podemos brincar com fogo. Estamos submetendo os nossos jovens às mais absurdas frustrações e criando neles a nefasta filosofia do ceticismo, da descrença e da desilusão. Isso os leva ao individualismo extremado, à prática da Lei de Gerson e ao salve-se-quem-puder.

Caro leitor. Temos de reagir. Não podemos apagar a chama da nossa juventude. Vamos fazer uma cruzada em favor da moralização dos costumes, elegendo em outubro próximo apenas os que têm um programa claro de combate à corrupção.

Mais do que isso, vamos nos preparar para cobrar dos eleitos, de todas as formas possíveis, a concretização de seus compromissos de campanha. Democracia é isso: é o melhor regime, mas, também, o mais trabalhoso.

Por isso, caro leitor-eleitor, prepare-se para votar bem e, sobretudo, para enviar cartas, fax, e-mails aos eleitos. O tempo todo. Durante quatro anos. Até que limpemos este país dessa gangue de destruidores de valores e de jovens.

Tenso, Lula erra e renega ações do passado

Em entrevista ao 'JN', candidato do PT cometeu imprecisões sobre vários casos, principalmente nos de corrupção

Lydia Medeiros

• O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição pelo PT, não ofereceu respostas precisas sobre os casos de corrupção que envolveram seu partido e ministros do governo durante entrevista ontem ao "Jornal Nacional", da Rede Globo. Lula, que diferentemente dos adversários não compareceu à emissora e foi entrevistado no Palácio da Alvorada, insistiu que só soube das denúncias (o mensalão e o valerioduto) "depois que aconteceu".

Lula tentou isentar o PT, apesar de toda a cúpula do partido ter caído com as denúncias e ter sido denunciada ao Supremo Tribunal Federal por comandar a "organização crimínosa" do mensalão. E tampouco quis revelar os nomes daqueles que supostamente o traíram, segundo ele próprio declarara no ano passado. Lula aparentou tensão e ainda se confundiu ao tentar listar as ações do governo contra a corrupção, chegando a falar "combate à ética".

— O procurador-geral da República foi escolhido por mim sem que sequer eu o conhecesse, numa demonstração de que o combate à ética significa você permitir que as instituições façam as investigações que precisam fazer — disse, nervoso.

Embora o comando do PT tenha se envolvido com o mensalão e o valerioduto, Lula disse que as denúncias não afetam o partido. O apresentador William Bonner insistiu, lembrando que havia ministros envolvidos, como José Dirceu, da Casa Civil, tratado pelo procurador-geral como "chefe da organização crimínosa". E perguntou ao presidente se ele duvidava da idoneidade e da competência do procurador. Lula se defendeu:

— Se tivesse, não tinha indicado. Procurador da República do meu governo indicia. Nos outros governos, engavetava — afirmou, acrescentando:

— É com esse grau de liberdade que quero que ele funcione, e é com esse grau de liberdade e respeitando o estado e direito que quero que as pessoas que foram indicadas por ele vão ao Supremo Tribunal Federal.

Lula disse que como presidente é o responsável por qualquer erro cometido por um funcionário público, direta ou indi-

catamente, mas afirmou que só poderia ter agido de outra forma se soubesse:

— Eu só poderia fazer diferente se soubesse antes.

E comparou um presidente a uma família:

— Há famílias com problemas dentro de casa e a família o sabe. Como pode alguém dizer que o presidente da República, embora tenha de assumir responsabilidade, saiba que está acontecendo agora Secretaria (na verdade, deacia) de Agricultura de São Paulo, com meus ministros: não estão aqui?

O apresentadora Fátima Bernardes então perguntou se ele acha que o eleitor espera dele responsabilidade como governante ou o comportamento de uma mãe que age com amor cego por um filho.

Lula insistiu que o governo está apurando as denúncias e citou o trabalho da Controladoria Geral da União, afirmando que fora criada em seu governo.

De novo, errou. O órgão foi criado pelo ex-presidente Fernando Henrique em 2 de abril de 2001. A primeira ministra da CGU foi Anádyr de Mendonça Rodrigues. Lula mudou o nome da CGU, passando a chamar o titular da pasta de ministro do Controle e da Transparência, e ampliou suas atribuições.

Bonner lembrou que Lula se solidarizara publicamente com ministros e petistas, mesmo acusados, num comportamento diferente daquele que adotava antes da Presidência, quando defendia punição para acusados antes da confirmação da culpa.

— Você deve estar falando de outra pessoa — disse Lula, afirmando que ele afastara Dirceu e Antonio Palocci.

Mas Lula também não foi correto neste ponto. O próprio Dirceu anunciou sua demissão, publicada no Diário Oficial como exoneração, a pedido, no dia 16 de junho de 2005. Fez um pronunciamento tendo atrás de si 18 ministros. Teve uma última reunião com o presidente, quando entregou uma carta. Chamou Lula de "querido companheiro e amigo". Lula respondeu em carta chamando-o de "Querido 74".

O presidente também disse que afastou Palocci. Mas, no dia de sua saída, houve dúvidas sobre se ele estava se demitindo ou apenas de afastando do cargo temporariamente. Palocci se despediu afirmando que saía com a consciência tranquila e negando ter patrocinado "malfetorias com recursos públicos", numa cerimônia onde foi chamado por Lula de "mais que irmão".

Erro até sobre o tamanho do país

• Ao falar sobre segurança, o presidente confundiu números sobre a extensão territorial do país. Disse que o Brasil tem 17 mil km de fronteira. E acrescentou:

— Não são 17 mil metros, são 17 milhões (de metros). São 7 milhões de fronteira marítima e 9 milhões de fronteira terrestre.

O presidente errou: são 23 mil km de fronteira, sendo 15,7 mil km de fronteira seca e 7,3 mil km de marítima. Ao falar em 9 milhões de fronteira terrestre, o presidente fez confusão com os números. Pode ter se lembrado dos mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados da extensão do território do país.

Ao encerrar a entrevista Lula cometeu outro desliz: disse que os índices econômicos melhoraram e que "a única coisa que cai é o salário". ■

não é BEM ASSIM

A mudança do discurso

Candidato tentou se equilibrar entre a fidelidade aos 'irmãos' e a necessidade de convencer o eleitorado de que nada sabia sobre o mensalão

Tenso, Lula procura se distanciar de aliados

José Casado

Luiz Inácio Lula da Silva é um candidato preocupado em se desvencilhar de amigos e aliados nesta campanha eleitoral. Aos olhos dos eleitores, pelo menos.

Ontem, em entrevista à Rede Globo, Lula tentou manter distância de antigos aliados, com os quais governou o Partido dos Trabalhadores até à chegada ao centro do poder, em 2003. O caso do mensalão "não macula o PT", disse Lula, "pode macular pessoas".

Referia-se a alguns dos companheiros da cúpula petista que, em janeiro de 2003, subiram com ele a rampa do Palácio do Planalto, em Brasília: os ex-ministros José Dirceu e Antonio Palocci, o ex-presidente do

seu partido José Genoino, o ex-tesoureiro Delúbio Soares e seu secretário de finanças pessoais, Paulo Okamoto, entre outros.

Visivelmente nervoso diante das luzes e lentes da televisão, Lula tentou se livrar do "peso" que, eventualmente, aliados como esses possam ter na sua eleição.

Titubeante, mostrou-se contraditório. Primeiro, atribuiu responsabilidade pelo mensalão aos fiéis aliados ("lamento profundamente que companheiros tenham feito coisas que ainda vão ser julgadas"). Em seguida, considerou-se responsável ("por qualquer erro que qualquer funcionário público cometa no Brasil").

O candidato à reeleição quis apresentar um presidente da República vigilante, incisivo e decidido e afirmou ter demitido os ministros Dirceu e Palocci. Os arquivos do Planalto guardam os originais das cartas de ambos — e eles jamais foram demitidos pelo chefe, pediram demissão depois de prolongada agonia na Casa Civil (Dirceu) e na Fazenda (Palocci).

impressão de um presidente absolutamente isento e fiel seguidor do princípio de não interferência nos demais poderes da República. Mas não foi exatamente isso o que ocorreu nas investigações do Congresso sobre o caso do mensalão.

O governo empenhou todos os esforços para, primeiro, impedir a Comissão Parlamentar de Inquérito. Depois, para retardar o processo de investigação — bancos estatais e fundos de pensão, por exemplo, foram alvo de seguidas queixas do comando da CPI.

Houve momentos em que senadores e deputados encarregados da investigação precisaram recorrer à ajuda do procurador-geral da República para conseguir que órgãos federais apresentassem documentos solicitados três meses antes. O governo Lula nunca facilitou as investigações da CPI dos Correios, ao contrário, como registram os anais da comissão.

Ontem, na televisão, Lula mostrou-se um candidato tenso, quase à beira de um ataque de nervos, tentando se equilibrar entre a fidelidade aos "irmãos" — como costumava se referir, em público, a Palocci e Genoino — e a necessidade de fazer o eleitorado acreditar que nada sabia, por era apenas o presidente da República.

• Embora o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha dito na entrevista de ontem ao "Jornal Nacional" que, quando estava na oposição, nunca pedia a condenação de adversários sem que houvesse provas, uma simples consulta aos arquivos mostra que a realidade era diferente. Abaixo, alguns exemplos de frases de Lula como líder do PT:

"O presidente (Fernando Henrique) perdeu efetivamente o sentido de responsabilidade. Parece-me que ele não tem nenhum controle. Não sei se emocionalmente está apto a continuar no cargo. Fica provado que há uma total irresponsabilidade no governo", disse Lula em maio de 99, a respeito do grampo no BNDES sobre a privatização da Telebrás. Menos de um mês depois, acrescentou: "Quero lembrar ao povo brasileiro que, por muito menos, Nixon renunciou à Presidência dos Estados Unidos".

O PT também defendeu, em 2001, uma CPI da Corrupção e chegou a montar um "varal da corrupção" no Congresso, exibindo todas as denúncias surgidas no governo FH. Eleito Lula, passou a defender que só haja CPI com fato determinado.

'Esqueçam o que eu disse'

● **Candidato à reeleição, o presidente Lula na prática adotou ontem, na entrevista ao "Jornal Nacional", o tom esqueçam o que eu disse. O petista negou, errou ou se contradis-se sobre questões importantes de seu governo:**

● **DIRCEU E PALOCCI:** Lula disse que demitiu os dois ministros para afirmar que pune quem comete erros. Nos dois casos, porém, ele resistiu o quanto pôde a evidências e à participação tanto de Dirceu, no caso do mensalão, como de Palocci, no escândalo do caseiro. Dirceu já tinha sobrevivido ao caso Waldomiro Diniz. E só se afastou do cargo de chefe da Casa Civil quando sua permanência lá tornara-se insustentável pela pressão das investigações das CPIs. Mesmo assim, pediu demissão. No caso

de Palocci, Lula aceitou seu pedido de afastamento — e também apenas quando já não dava mais para negar a participação do então ministro da Fazenda na violação ilegal do sigilo bancário do caseiro que o acusara.

● **MÁCULA DO PT:** Ontem Lula disse que os escândalos do valerioduto e do mensalão "não maculam" o PT, mas as pessoas. As pessoas a que o presidente se refere, porém, eram toda a cúpula de seu partido — o presidente, o secretário-geral, o tesoureiro. Sobre qualquer um deles, inclusive, o presidente não ensaiou ontem qualquer defesa. A culpa é dos outros — pessoas — não do PT nem dele, disse nas entrelinhas.

● **TRAIADORES:** Novamente se recusou a citar os nomes dos que supostamente o traíram.

● **CPIs:** Foi impreciso ao dizer que

nunca pediu punição para alguém ainda não condenado. Quando era oposição, ele fez isso em diversos episódios, inclusive com hoje aliados seus como Jader Barbalho, acusado de fraudes contra a Sudam e que hoje integra o conselho político de sua campanha e até opina sobre ética.

● **CGU:** Disse que foi ele quem criou a Controladoria Geral da União, que na verdade foi criada em 2001 pelo presidente Fernando Henrique.

● **OKAMOTTO:** Ao falar do pagamento da dívida de R\$ 29,4 mil com o PT, paga por seu amigo Paulo Okamoto, alegou que este errou ao não descontar na rescisão do contrato com o PT. Minutos depois, porém, disse que não pagou porque não havia dívida. E não explicou por que, tendo patrimônio de quase R\$ 1 milhão, deixou Okamoto pagar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento, em todas as transcrições que pediu durante seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Juvêncio da Fonseca, Arthur Virgílio, Marcos Guerra, Papaléo Paes, João Batista Motta, Valdir Raupp e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da coluna de Dora Kramer, intitulada "Aparências, nada

mais", publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 11 de julho do corrente.

O texto mostra como o discurso do governo Lula não resiste a sua prática. A obediência à Lei Eleitoral mostrada pelo governo petista fica só discurso de campanha, enquanto o governo usa a máquina administrativa em benefício de seu candidato-presidente. Isso é grave e tem que ser coibido.

Sr. Presidente, requiero que a coluna citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DORA KRAMER

dkramer@estadao.com.br

Aparências, nada mais

O discurso governista de firme obediência à Lei Eleitoral e às restrições impostas pela regra da reeleição não resistiu aos primeiros dias de campanha oficial. O presidente Luiz Inácio da Silva dá a largada já quebrando a norma de só fazer campanha nos fins de semana, deixando os dias úteis para ações exclusivamente de governo: ontem receberia o PMDB para um jantar de apoio do partido e na quinta-feira participará do lançamento oficial da campanha, em ato público do PT, em São Bernardo do Campo.

Tomada não ao pé da letra, mas sob a ótica da realidade prática, a reunião ministerial marcada para hoje tampouco pode ser vista como um encontro de trabalho estritamente governamental. Prevista para durar o dia todo, e obviamente ocupar as manchetes do dia seguinte, a pauta da reunião tem dois itens.

Os ministros serão "informados" sobre o que a legislação eleitoral proíbe ou permite aos agentes públicos nesse período e será feito também um balanço das ações administrativas, de forma a fornecer à equipe de primeiro escalão do presidente argumentos para que eles defendam o governo na campanha.

Ou seja, trata-se de uma reunião de campanha sem tirar nem pôr uma vírgula. Primeiro, porque visa a produzir um fato a ser noticiado com destaque sem que exista uma motivação objetiva de governo para o encontro.

No ano passado, por exemplo, em meio à crise as reuniões ministeriais estiveram suspensas. A necessidade desta agora só existe em função das eleições.

As "informações" sobre os procedimentos de campanha estão todas explicitadas na lei e devidamente listadas numa cartilha - "Eleições 2006, orientações aos agentes públicos" - já distribuída a todos

Primeiros momentos mostram que obediência à Lei Eleitoral é só discurso de campanha

pelo Ministério do Planejamento. Não haveria, pois, razão para fazer um encontro de ministros o dia inteiro para repetir o já exposto em texto de 27 páginas.

Em segundo lugar, o caráter eleitoral do ato fica patente no balanço administrativo destinado a fornecer argumentos de defesa para os ministros frente à população, vale dizer, ao eleitorado.

O jantar com o PMDB, marcado para ontem, tanto poderia ser realizado na Granja do Torto quanto no Alvorada, ambos locais permitidos por lei em virtude de servirem como residências aos presidentes. O horário combinado pode atender à justificativa de que é fora do expediente, mas não se coaduna à norma estipulada pelo próprio governo de que a agenda de campanha seria cumprida apenas aos sábados, domingos e feriados.

Parece pouco frente às inúmeras e mais graves possibilidades de uso da máquina administrativa, mas é muito no que tange à agressão do princípio preestabelecido, pois é de pequenas infrações que se forma um todo transgressor.

O cenário de desafios à lei aos primeiros acordos da campanha completa-se com o flagrante de burla à nova legislação patrocinado pelo PT nas ruas de São Paulo 48 horas depois do início oficial da campanha. A proibição de distribuição de brindes foi solenemente ignorada pelos militantes que participavam de manifestação em prol da candidatura de Aloizio Mercadante ao governo do Estado, distribuindo camisetas do partido às pessoas no centro da cidade.

Se a primeira impressão é a que fica, o candidato oficial e seu partido não contribuem para forjar uma boa imagem de si neste início de campanha nem ajudam a imprimir sinceridade à anunciada disposição de se manter dentro dos limites da legalidade.

Neste aspecto, soa incongruente até o conteúdo da reunião de hoje, alegadamente de orientação legal aos ministros para que não incorram em infrações à lei num encontro por si só sinalizador da vontade de transgredir.

Referência

O senador Antonio Carlos Magalhães se autoproclamando "guardião da moralidade" lembra muito o presidente Lula declarando-se o porta-estandarte da ética, primeiro e único.

Trinca

Não poderiam ser mais representativos do negócio em pauta os senadores padrinhos de três novos diretores dos Correios indicados pelo PMDB: Ney Suassuna, investigado pelo Ministério Público, Polícia Federal e CPI dos Sanguessugas; Romero Jucá, alvo de inquérito por apresentação de garantias falsas para empréstimo no Banco da Amazônia; e Luiz Otávio, denunciado em 2001 pelo Ministério Público sob suspeita de fraude em operação de financiamento com bancos oficiais.

Zero a zero

O veto ao reajuste de 16,6% para os benefícios previdenciários dos aposentados não deve custar muito caro ao presidente Lula, eleitoralmente falando.

Se é verdade que ele se desgasta ao vetar, é verdade também que a oposição não pode se aproveitar impunemente da crítica excessiva ao gesto, pois sua passagem pelo poder não deixa dúvida de que, se governo fosse, o PSDB também vetaria o aumento.

A diferença está na fase anterior do processo, a aprovação do reajuste: o grupo hoje de oposição dificilmente deixaria de articular maioria no Congresso para evitar a situação de veto. ●

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Palavras do

Senador **Juvêncio da Fonseca** (PSDB-MS)

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Ocupo a Tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “As lorotas de Lula”, publicado no Jornal da Comunidade da semana de 1º a 7 de julho do corrente.

O artigo, de autoria do jornalista Ricardo Callado, reproduz lista elaborada pela oposição com várias promessas de campanha do presidente Lula que não foram cumpridas, “num vale-tudo para conseguir chegar ao Planalto”.

Senhor Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

As lorotas de Lula

Conhecido pelo gogó afiado, presidente prometeu mundos e fundos para se eleger. Agora, quando se completam três anos e meio de governo, opositoristas listam promessas que o petista fez durante a campanha, mas simplesmente não as cumpriu

RICARDO CALLADO

rcallado@jornaldacomunidades.com.br

Há quatro anos, Luiz Inácio Lula da Silva disputava pela quarta vez a Presidência da República. Com visual repaginado e um discurso batizado pelo próprio como “Lulinha paz e amor”, conquistou corações e mentes com discursos bem feitos e promessas de um país melhor. No entanto, várias promessas não foram cumpridas, o que levou a oposição insinuar que Lula contou lorotas e mentiras à população, num vale-tudo para conseguir chegar ao Planalto. Representantes da oposição, entre eles o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), listam o que o tucano considera como as “maiores mentiras de Lula”:

1ª) Prometeu criar dez milhões de empregos. “De certa forma fez isso, mas foram três milhões aqui e sete milhões na China, com aquele acordo desastroso que considerou a China economia de mercado sem ela o ser”, diz, irônico, Virgílio.

2ª) Disse que os brasileiros, ao fim de seu governo, teriam pelo menos três refeições por dia, café, almoço, jantar.

3ª) Garantiu que assentaria 500 mil famílias sem terra. Em vez disso protegeu as invasões e financiou entidades que terminaram agredindo a dignidade física do Congresso Nacional.

4ª) Criou o Banco Popular com o pretexto de levar crédito aos pobres. “Levou ao endividamento dos menos afortunados. E o Banco Popular se meteu em brutais negociações, como o vale-rioduto”, comenta o senador.

5ª) Prometeu que o Brasil crescerá em média 5% ao ano. Cresceu até o presente a média de 2,6% anualmente”.

6ª) Prometeu criar o IVA em substituição ao ICMS. Prometeu a Reforma Tributária, ficou na promessa. O Senado aperfeiçoou, arredondou uma proposta que veio do governo para a Câmara.

7ª) Prometeu arrecadar R\$ 2,5 bilhões e dar empregos para 350 mil agricultores, em função do Bolsa-Família. Conseguiu,

apenas, distribuir dinheiro a fundo perdido, sem nenhuma exigência de contrapartida educacional.

8ª) Prometeu que o Brasil deslancharia com as PPPs, as tais Parcerias Público-Privadas. Elas estão na gaveta.

9ª) Prometeu construir 600 mil novas moradias por ano, mas ficaram na propaganda dos outdoors.

10ª) Prometeu disponibilizar R\$ 4,5 bilhões do FGTS para construção de casas.

11ª) Acenou com a redução da jornada de trabalho para gerar 3,2 milhões de novos empregos.

12ª) Prometeu garantir aposentadoria digna para 3,2 milhões de idosos, com mais de 60 anos, que permanecessem no mercado de trabalho. Não houve mudança qualitativa ou quantitativa a favor dos idosos.

13ª) Prometeu aumentar o prazo do seguro-desemprego para oito meses.

14ª) Prometeu fazer o governo mais sério e honesto da história do Brasil. Escândalos, como o do mensalão e do vale-rioduto, provam o contrário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida pelo farmacêutico José Merched Chaar, intitulada “O poder das cooperativas”, publicada no jornal **O Estado do Amazonas** em sua edição de 7 de agosto do corrente.

José Merched Chaar, atual presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras no Amazonas destaca, na citada entrevista, a importância da organização das categorias em cooperativas para a melhoria na prestação de serviços e para a diminuição da carga tributária pagas pelos Estados e municípios.

O presidente da OCB-AM destaca, também, que nos municípios onde existem cooperativas, o Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH) é muito maior. Segundo ele, isso prova que a organização do trabalho reduz custos e oferece qualidade à população.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Poder das cooperativas

JOSÉ MERCHED CHAAR, ACREDITA QUE O FUTURO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTÁ NA FORMAÇÃO DE COOPERATIVAS COM PROFISSIONAIS QUALIFICADOS

O farmacêutico José Merched Chaar, 55, é o atual presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras no Amazonas (OCB-AM). Graduado em farmácia-bioquímica pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e PhD em tecnologia dos alimentos nos Estados Unidos, Merched Chaar é defensor da organização das categorias em cooperativas como forma de obtenção de lucro e melhoria na prestação de serviços. Citando como exemplo de eficiência a Cooperativa de Ginecologistas e Obstetras do Estado do Amazonas (Coopogo), que foi premiada pelo trabalho de contribuição para a redução dos índices de mortalidade infantil materna, se enquadrando

■ Rosalvo Reis

O Estado do Amazonas - Qual o número mínimo de pessoas são necessárias para a criação de uma cooperativa?

Merched Chaar - Pelo decreto-lei 5764, de 1974, são necessárias, no mínimo, 20 pessoas. Contudo, acontecemos casos em que uma cooperativa começa com 30, porque alguns integram, inicialmente, hospitais. Tudo isso porque uma cooperativa com 30 pessoas é mais sólida.

O Estado - Qual o perfil do profissional que deve integrar uma cooperativa?

Merched Chaar - Os profissionais devem ser especializados. Na nossa sede da avenida Garvalho Leal, 1.154, no bairro Cachoeirinha, promovemos treinamento constantemente para todos os segmentos. Por exemplo, passam regularmente por cursos de relações públicas. Essas pessoas estão no front, por isso precisam atender bem os clientes.

O Estado - Quantas cooperativas têm no Amazonas?

Merched Chaar - Atualmente 106, totalizando, aproximadamente, 18 mil profissionais.

O Estado - Qual o custo de uma cooperativa para participar da OCB?

Merched Chaar - Cada cooperativa recebe à OCB 0,2% do faturamento, valor rateável para uma associação cujos componentes passam rotineiramente por cursos de qualificação.

O Estado - Qual o perfil da população onde estão funcionando as cooperativas?

Merched Chaar - Nos municípios onde existem cooperativas o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é muito maior. Isso prova que a organização do trabalho reduz custos e oferece qualidade à população.

O Estado - No Amazonas, três maternidades são administradas pela Cooperativa de Ginecologistas e Obstetras. Como o senhor avalia essa administração?

Merched Chaar - Essa cooperativa recebeu prêmio nacional em Santa Catarina pelos serviços prestados nas maternidades Ana Brága, Nazira D'Ávila e Balbina Mestrinho. Profissionais dessa cooperativa conseguiram reduzir os índices de mortalidade infantil e materna em Manaus. Os números estão dentro dos parâmetros exigidos pela Organização Mundial de Saúde.

O Estado - Como os resultados foram obtidos?

Merched Chaar - A equipe

da cooperativa é altamente preparada. Além disso existem regras. Se um paciente fizer uma queixa sobre o atendimento, será instaurado um inquérito e, se for comprovada a má conduta, o profissional será afastado. Se o médico faltar a um plantão, a cooperativa paga R\$ 8 mil ao médico, que faz inspeção nos hospitais. Tudo isso contribui para que o serviço oferecido seja de qualidade.

O Estado - Qual a remuneração de um médico por plantão?

Merched Chaar - O médico recebe entre R\$ 700 e R\$ 800 por um plantão de 12 horas.

O Estado - Com essa remuneração, o governo do Estado não economizaria se prestasse serviço médico com funcionários próprios?

Merched Chaar - De forma alguma. A carga tributária é de 100% pagamento que o Estado está livre de pagar. Para se ter uma ideia, os cooperados não têm direito a férias, 13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e outras garantias trabalhistas. O cooperado é um empresário. Como o Estado não paga encargos trabalhistas, todos ganham. O profissional é melhor remunerado e o governo economiza.

O Estado - Se as cooperativas são eficientes, porque o processo não é absorvido na área da educação?

Merched Chaar - Nos Estados do Sul e Sudeste, os primeiros lugares em concursos vestibulares são obtidos por alunos de escolas cooperativas. No Amazonas não existem, ainda, cooperativas educacionais. Entretanto, é fácil verificar que a relação ensino-aprendizagem é melhor nas escolas cooperadas. Vamos dar um exemplo: se o pai procura uma escola particular vai pagar, em média, R\$ 500 por mês só em ovos. Ele também produz limão, pimentão e tomate. O pimentão, por exemplo, é classificado em três categorias. O melhor é o de número 1, o fornecido aos supermercados. Quem não quer produzir o pimentão do tipo 1, que tem melhor preço de venda? Todos, claro. Com isso melhora a qualidade de todos os outros produtos.

O Estado - Quais os procedimentos que devem ser adotados para a criação de uma cooperativa?

tiva educacional formada pelos pais teria melhor qualidade se compararmos com a escola tradicional?

Merched Chaar - A cooperativa não pode ter lucro. Então, tudo que for arrecadado deve ser reinvestido na melhoria do grupo. A taxa de manutenção de uma cooperativa estruturada é muito menor, gerando assim maiores possibilidades de investimentos.

O Estado - Da forma como está sendo colocada, a situação é simples se os pais estiverem envolvidos. Mas, é possível os próprios professores se organizarem em cooperativas?

Merched Chaar - É claro. Professores, jornalistas e qualquer outro segmento. Os professores deveriam se organizar em escolas em que é possível ter os melhores professores. Ressalto que o sistema de cooperativas tem os melhores profissionais e não seria diferente no caso do magistério. Acredito que a organização de pais ou de professores em cooperativas é um processo irreversível para que o ensino seja melhorado a curto prazo.

O Estado - Quando o prefeito de Manaus, Jorge Teixeira, planejou a criação de um cinturão verde para abastecer a capital com produtos hortifrutigranjeiros, foi criado o distrito de Iratubá, hoje município. A política de instalar o cinturão verde não vingou, apesar de investimentos ao setor. A época, no Iratubá, não era uma espécie de cooperativa?

Merched Chaar - Não era uma estrutura de forma organizada. Atualmente está instalada no município, a Cooperativa dos Produtores de Iratubá. A Coopopro, com 45 pessoas de carteira assinada, que fornece produtos de qualidade para as redes de supermercados DB e Carrefour. Eles tem oito caminhões refrigerados que, diariamente, fazem várias viagens a Manaus para vender os produtos que nos consumimos. A Coopopro vende R\$ 100 mil por mês só em ovos. Eles também produzem limão, pimentão e tomate. O pimentão, por exemplo, é classificado em três categorias. O melhor é o de número 1, o fornecido aos supermercados. Quem não quer produzir o pimentão do tipo 1, que tem melhor preço de venda? Todos, claro. Com isso melhora a qualidade de todos os outros produtos.

O Estado - Quais os procedimentos que devem ser adotados para a criação de uma cooperativa?

nos números da Organização Mundial de Saúde (OMS). Merched Chaar indica números e afirma que as cooperativas podem contribuir para a diminuição da carga tributária pagas pelos Estados e municípios.

Com aproximadamente 18 mil cooperados, entre eles os funcionários da Unimed e profissionais da área de saúde que prestam serviço ao Executivo estadual, a OCB promove treinamentos, incluindo relações públicas, qualificação a todo os segmentos.

Em entrevista exclusiva ao **O Estado do Amazonas**, Merched Chaar falou sobre os resultados obtidos pelas cooperativas do Amazonas.

Merched Chaar - Seis passos são fundamentais. O primeiro é reunir um grupo de, pelo menos, 20 pessoas; o segundo é entrar em contato com a Sescoop, onde assistido palestras de sensibilização e sobre as vantagens de montar um plano de negócios e, dependendo do ramo, um projeto de viabilidade econômica, que consiste num trabalho técnico. Em seguida, terá que ser realizada a assembleia de criação, instalando onde aprova-se o estatuto da cooperativa e esboça-se o capital. O quinto passo consiste no registro na Junta Comercial, Receita Federal, Secretaria da Fazenda, etc. O último passo é o trabalho de todos para consolidar a cooperativa.

O Estado - No Brasil, quantas pessoas são beneficiadas com as cooperativas?

Merched Chaar - São 222 mil empregos gerados, 947 mil pessoas formadas, 1,7 milhão de brasileiros diretamente beneficiados e R\$ 161 milhões aplicados em capacitação profissional e licenças de cidadania. Desde a sua criação em 3 de setembro de 1998, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), braço direito do cooperativismo brasileiro, ajudou a melhorar a vida de milhares de brasileiros por meio de ações, programas e cursos que estimulam a cultura cooperativista. Existem, hoje, no país, aproximadamente 7,5 mil cooperativas, em 13 ramos de atividade.

O Estado - O Sescoop tem relação com o "Sistema S"?

Merched Chaar - O Sescoop, assim como o Sesi/Senai, o Sesc/Senat e o Senar, faz parte do "Sistema S" de Serviços Sociais, composto por entidades privadas criadas pelo Governo Federal para capacitar e treinar produtores para promover o desenvolvimento das empresas. O Sescoop destina 20% de sua arrecadação anual, obtida a partir de uma contribuição compulsória da rede de atendimento das cooperativas, para o desenvolvimento regional do país. Esses recursos são aplicados nos Estados com menor estrutura cooperativista por meio do Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo (Fundescoop).

O Estado - Em termos absolutos, qual o montante do investimento?

Merched Chaar - Nos últimos seis anos, por exemplo, a arrecadação das cooperativas da Região Norte foi de R\$ 2,9 milhões. O Sescoop quintuplicou esse valor, aplicando R\$ 10,2 milhões nos programas e cursos da região. Com isso, o número de cooperativas da região cresce 339,4% saltando de 208 para 706 no mesmo período.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Presidente recebe apoios de mensaleiros, Okamoto e até juiz da operação Anaconda”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 14/07 do corrente.

A reportagem destaca que o jantar que marcou o lançamento da campanha à reeleição do presidente Lula, teve a presença de personagens polêmicos como o ex-juiz federal Ali Mazloum, afastado do cargo

durante a operação Anaconda da Polícia Federal que investigou a venda de sentença judicial.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR MARCOS GUERRA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Presidente recebe apoios de mensaleiros, Okamoto e até juiz da operação Anaconda

DA REPORTAGEM LOCAL

O PT decidiu voltar às origens do partido para fazer o lançamento oficial da candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição. Cerca de 2.700 convites foram vendidos para o jantar no restaurante São Judas Tadeu, em São Bernardo do Campo, local que há 27 anos foi utilizado para as primeiras reuniões do partido.

Nas mesas, os convidados receberam um guardanapo de pano com a foto de Lula e a frase “Jantei com Lula e apóio a reeleição”. Apesar disso, o presidente deixou o local por volta das 23h e não comeu o tradicional frango com polenta. Lula também não percorreu as mesas para saudar os convidados, que pagaram R\$ 200 pelo jantar, como havia sido prometido pela organização do evento.

“Essa não é o nosso primeiro lançamento de candidatura. Desde 1982 nós fazemos isso. Aqui, neste restaurante nós rascunhamos um manifesto do PT. Aqui, nesta cidade, os trabalhadores escreveram uma página memorável da luta democrática no nosso país”, afirmou o presidente.

Além da presença de ministros, parlamentares e governadores petistas, aderiram à campanha personagens polêmicos, como o ex-juiz federal Ali Mazloum, afastado durante a operação Anaconda (investigação da Polícia Federal sobre venda de sentença judicial).

O ex-presidente nacional do PT José Genoíno, que teve seu nome vinculado a empréstimos irregulares feitos pelo partido e foi obrigado a se afastar da presidência da legenda, percorreu cobisbaixo o salão e não quis falar com a imprensa.

Presentes em 1979 lamentam perda da pureza

RODRIGO RÖTZSCH
MARCELA CAMPOS
DAREDAÇÃO

Foi no restaurante São Judas Tadeu, no dia 13 de outubro de 1979, que nasceu o PT, embora a sua fundação oficial só date de 1980. Naquele dia, 130 pessoas se reuniram no restaurante, em São Bernardo do Campo, e lançaram o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores.

“A reunião foi o embrião do PT. Foi uma conversa difícil, tinha companheiros de outras tendências, com propostas diferentes, foi uma tentativa de trazer o pessoal para a proposta do partido”, diz Wagner Benevides, um dos presentes em 1979.

Para ele, foi essa abertura que acabou levando o PT a abrigar alguns militantes que foram flagrados em práticas condenáveis. “O PT abriu espaço para que todos se inserissem, nisso entraram muitos oportunistas. Foi um ba-

que muito forte, ainda vai levar um tempo para sarar.”

Outros fundadores não resistiram às decepções dos anos e deixaram o partido. O engenheiro Sidney Lianza saiu da sigla ainda nos anos 80. “Naquela época da formação, era um movimento muito mais puro. O pioneirismo tem isso. Navega em águas cristalinas. Depois vêm as curvas do rio, o barro”, diz Lianza, ressaltando ser eleitor de Lula até hoje.

Não é o caso de Francisco Weffort, outro presente em 79. Antes mesmo da chegada ao poder, já deixara o partido —foi ministro do tucano Fernando Henrique Cardoso.

O ex-petista lamenta a escolha do palco do evento de ontem. “Por que o mesmo restaurante foi escolhido? Eles pretendem que signifique a refundação, como já disse o Tarso Genro. Mas não é possível, porque o PT é um cristal que se partiu. Não há como recompor o PT com as esperanças que teve depois do governo Lula. Pretendia ser um partido diferente e faz o que todos fazem —ou pratica corrupção ou deixa que os outros pratiquem.”

Dos deputados acusados de envolvimento no escândalo do mensalão, compareceram ao ato João Paulo e Professor Luizinho. O presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, que pagou dívidas de campanha de Lula e prestou depoimento à CPI dos Bingos, também registrou presença. Jorge Mattoso, ex-presidente da Caixa Econômica Federal, envolvido no escândalo

da quebra de sigilo do caseiro Francenildo dos Santos, foi um dos convidados para o jantar.

Ante a excessiva fiscalização após o escândalo do caixa dois, o PT criou uma ala específica do restaurante com a placa “recibos eleitorais”. O objetivo era entregar a todos os doadores e compradores de convites os recibos, conforme exige a legislação eleitoral. (LC e MD)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “MP investiga origem de recursos de Filippi”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 4 de julho do corrente.

A matéria mostra que “O Ministério Público de São Paulo decidiu investigar a origem de parte do dinheiro do novo tesoureiro de campanha do presidente Lula, José de Filippi Júnior (PT), atual prefeito de Diadema”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MP investiga origem de recursos de Filippi

Prefeito pagou multa de R\$ 183 mil sem ter patrimônio para saldar débito

BRASIL A

O Ministério Público de São Paulo decidiu investigar a origem de parte do dinheiro do novo tesoureiro de campanha do presidente Lula, José de Filippi Júnior (PT), atual prefeito de Diadema. Na quinta-feira, o promotor Fernando Belaz abriu inquérito civil para apurar “a licitude da origem” dos recursos usados por Filippi para pagar multa judicial de R\$ 183,3 mil.

O pagamento, feito em dezembro de 2003, refere-se à Ação Civil Pública 1.188 de 1995, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Diadema, movida pelo próprio MP paulista. Na ação, o prefeito foi condenado a ressarcir os cofres municipais do prejuízo causado por conta da cessão de outdoors da prefei-

tura à CUT para divulgar as comemorações do Dia do Trabalho e mensagens contra a reforma da Previdência do governo Fernando Henrique.

A procuradoria paulista o acusou de usar o dinheiro público “de forma inútil e sem atender aos interesses públicos”. A condenação, parcial, ocorreu na segunda instância.

O promotor decidiu abrir inquérito porque o tesoureiro de Lula não teria posses ou salário suficientes para arcar com a indenização. Em seu despacho, Belaz aponta, por exemplo, que, ao pesquisar o patrimônio do prefeito no processo de penhora para garantir o pagamento da indenização, a Justiça encontrou em nome de Filippi bens “insuficientes”. Belaz também afirma que o próprio prefei-

to argumentou que não tinha dinheiro para pagá-la. Filippi, inclusive, propôs o abatimento e o parcelamento do débito, mas o MP rejeitou a proposta.

RAZÕES

Belaz afirma ainda que, após a condenação, o prefeito “não experimentou novas atividades profissionais que lhe permitissem auferir, abruptamente, a quantia”. O promotor também coloca o escândalo do mensalão entre as razões que o levaram a abrir a investigação: “É fato notório a existência de investigação sobre movimentação e utilização, pelo Partido dos Trabalhadores, de enormes quantias ‘não contabilizadas’, ou seja, ‘caixa 2’, para pagamento de dívidas de membros do partido.”

A assessoria do prefeito res-

pondeu que as informações pedidas pela promotoria “serão devidamente prestadas” por ele, mas não as adiantou. Alegou que Filippi “entende que, em respeito e consideração à instituição, essa questão deve ser primeiro respondida ao Ministério Público de Diadema”.

A busca de bens para penhora encontrou em nome do prefeito pouco mais de R\$ 30 mil em contas bancárias, dois carros modestos – um Gol 1000 ano 1996 e um Corsa SW 1998 – penhorados em apenas 50% (a parte relativa ao patrimônio da mulher do prefeito foi excluída) e um imóvel, desbloqueado por ser bem de família. Segundo o promotor, foram feitas “inúmeras diligências”, mas “apenas foram localizados e penhorados bens insuficientes”. ●

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A contabilidade moral de Lula”, de autoria do jornalista Rolf Kuntz, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 13 de julho deste ano.

O autor, em seu artigo, mostra como mo presidente Lula “tende a apropriar-se dos feitos de outros governantes” e, em contrapartida, “procura aliviar seu passivo, de forma igualmente inadequada, transferindo parcelas importantes de sua responsabilidade”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A contabilidade moral de Lula

Rolf
Kuntz*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem revelado estranhas e preocupantes compulsões na administração de suas contas políticas e morais. Tende a apropriar-se dos feitos de outros governantes – uma inclinação denunciada pelo uso do refrão “nunca antes na história deste país”. É uma forma imprópria de engordar seu ativo. Em contrapartida, procura aliviar seu passivo, de forma igualmente inadequada, transferindo parcelas importantes de sua responsabilidade. Frei Luca Paccioli, inventor do sistema de partidas dobradas, certamente não poderia abençoá-lo.

O princípio mais elementar da contabilidade vale também para a política, pelo menos quando se associa a noção de poder à idéia de mandato. Assim como não se pode conceber um crédito sem um débito, um ativo sem um passivo, não se pode entender a autoridade sem a responsabilidade correspondente. São duas dimensões do mandato, dois lados indissociáveis na con-

tabilidade política.

O presidente Lula parece não entender essa idéia, ou talvez se recuse, simplesmente, a admitir as implicações políticas e morais de sua função. Nesta segunda-feira, ele declarou não estar disposto a responder por desmandos cometidos em ministérios entregues a partidos aliados. “É mais que justo que o partido seja o responsável por todo o ministério”, disse o presidente. Essa declaração foi feita depois de anunciada a entrega dos Correios ao PMDB.

A frase seria preocupante em qualquer circunstância. É ainda mais assustadora, no entanto, quando se conhece a disposição do presidente de entregar ministérios de porteira fechada a grupos aliados, em caso de reeleição.

Que ministros e outros funcionários devam responder por desmandos é indiscutível. Que o presidente deva demiti-los é evidente. Que se deva processá-los está fora de dúvida. Mas não há como isentar o chefe de governo de toda a responsabilidade, para repassá-la ao partido “controlador” do ministério ou de outro órgão público.

“Controlador”, nesse caso, só tem sentido entre aspas. Nomear ministros é parte do poder presidencial. Esse poder envolve uma responsabilidade formal

e moral e é intransferível.

Seja quem for o ministro da área, e seja qual for seu partido, ele só pode agir com base numa delegação de autoridade. Essa delegação é necessariamente limitada e condicional. Se não fosse, o presidente da República não poderia demiti-lo.

O chefe de governo só poderia transferir sua responsabilidade se pudesse, também, transferir seu mandato. Mas não pode fazê-lo, porque o poder público não lhe pertence de forma absoluta. Não é sua propriedade. Seu mandato é também limitado e condicional. Tentar transferi-lo equivaleria a um estelionato político, porque seria uma doação, ou venda, de um patrimônio alheio. Esse patrimônio pertence à sociedade, não ao governante. Por isso ele não pode sequer tentar desmembrá-lo, ficando com a autoridade do posto e passando adiante a responsabilidade.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sempre demonstrou alguma dificuldade para entender a natureza e os limites de seu papel como chefe do Executivo. Recém-eleito, prometeu governar para o País, não para seu partido. Mas não foi capaz, no Palácio do Planalto, de isolar os objetivos de governo das conveniências particulares do PT, dos petistas e de seus aliados. Se tives-

se levado a sério sua promessa, teria procurado controlar a movimentação nos gabinetes próximos ao seu.

O loteamento de ministérios e de órgãos da administração indireta refletiu também sua concepção do poder público. Chefes de governo tendem a formar equipes com pessoas de confiança, combinando critérios de competência e de afinidade política. Seria estranho se agissem de outra forma. Até a nomeação de parentes é tolerável, dentro de certos limites. O ministro da Justiça do presidente John Kennedy era seu irmão. Ocorreu no Brasil, nos últimos anos, algo muito diferente. O aparelhamento da administração e a distribuição de cargos ocorreram como simples apropriação da máquina, sem nenhum sentido de funcionalidade gerencial. Poucos ministros, incluindo o da Agricultura, tentaram resistir.

A seqüência de escândalos foi um dos efeitos dessa orientação. Em todos os casos, procurou-se isolar, inicialmente com a tolerância da oposição, a figura do presidente, como se as nomeações desastrosas não fossem parte da política em vigor. A promessa de entrega de ministérios com porteira fechada é a continuação dessa aventura. ●

*Rolf Kuntz é jornalista

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no cotidiano da Administração Pública, com frequência se apresentam situações que exigem resposta imediata das autoridades, sob pena de ocorrerem danos de monta ao interesse público. Em muitos outros casos, a ação governamental deve ter caráter preventivo, pois os conhecimentos e as informações disponíveis permitem saber que a eventual negligência em tomar as medidas necessárias em tempo hábil trará conseqüências graves – às vezes desastrosas – para o bem-estar da população.

O atual surto de dengue que flagela a população rondoniense não constitui evento imprevisível; nem sequer inesperado. Ao contrário. Matéria publicada pelo sítio noticioso *Rondoniaagora.com*, no dia 12 de setembro do ano passado, já alertava para o risco da ocorrência de um surto dessa moléstia no corrente ano.

Segundo aquele veículo de comunicação, um levantamento realizado pelo Ministério da Saúde colocava Rondônia na lista dos Estados que apresentavam áreas de alta infestação do mosquito transmissor da dengue, o *Aedes aegypti*. Entre os 170 Municípios analisados em 2005, 23 estavam na área vermelha, indicativa de risco de surto para o ano seguinte.

O último surto forte da doença aconteceu em 2003, quando foram registrados mais de dois mil casos. Mas, de lá para cá, a dengue não deixou de produzir vítimas no Estado. Em 2005, por exemplo, foram notificados, somente no Município de Porto Velho, 772 casos de dengue e confirmados 299.

Enfim, Sr^{as} e srs. Senadores, o que desejo deixar claro é que não faltavam motivos para que as autoridades sanitárias do Estado se tivessem mobilizado com antecedência, tivessem tomado providências aptas a evitar a configuração do grave quadro que hoje se observa.

Agora, a situação chegou a tal ponto que o Ministério da Saúde foi obrigado a pedir apoio ao Ministério da Defesa para que militares do Exército ajudassem no combate à dengue em Rondônia, uma vez que o Estado ocupa o sexto lugar entre aqueles que mais registraram casos em 2006.

Conforme dados do Ministério da Saúde, somente nos primeiros quinze dias de janeiro, 107 pessoas foram infectadas em Rondônia. Apenas na Capital, foi constatado que mais de vinte bairros apresentam acima de cinco casos de dengue por cada cem

habitantes. Conforme os parâmetros adotados pelo Setor de Endemias do Ministério, o índice de até um caso por cada cem habitantes é considerado dentro do padrão, indicando ser possível o controle da moléstia. Portanto, esses mais de vinte bairros de Porto Velho apresentam taxa de infectados mais de cinco vezes superior à tolerável! Trata-se, evidentemente, de uma situação alarmante.

E o motivo para esse elevado índice de infecção é a não realização do trabalho de campo com o larvicida em pó nos locais de foco, tratamento que tem efeito por sessenta dias.

Os dados revelados pelo Setor de Endemias do Ministério da Saúde são especialmente preocupantes, Sr^{as} e Srs. Senadores, em vista de que Rondônia é o único Estado do Brasil em que está comprovado que o mosquito da dengue teve uma mudança de comportamento, adaptando-se à reprodução em fossas.

Em âmbito nacional, os dados do Ministério da Saúde revelam um crescimento preocupante dos casos de dengue levando a óbito. Esses números mostram que, desde 1986 – com exceção de 2002, ano em que houve uma epidemia da doença –, o Brasil não registrava tantas mortes causadas pela picada do mosquito *Aedes aegypti*.

Evidencia-se, assim, a deficiência das políticas públicas, a falta de investimentos no setor. E as autoridades já deveriam estar bem conscientizadas, pelos surtos anteriores da moléstia, de que a prevenção, nesses casos, é a única solução eficaz. Solução que depende de trabalho persistente e continuado, de qualificação de profissionais e de investimentos sérios em saúde pública. Afinal, os gastos realizados em pleno desenrolar das crises apresentam pouca eficácia, acabam se transformando em mau emprego do dinheiro público.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é de lamentar a tímida atuação do Governo do Estado de Rondônia no combate ao surto de dengue que lá ocorre. As ações de controle ou de debelação da doença são ainda mais débeis do que as observadas em anos anteriores.

Sr. Presidente, na epidemia de dengue do ano de 2002, nada menos que 150 brasileiros perderam a vida. Quatro anos decorridos, o verão traz, mais uma vez, o espectro ameaçador de um novo surto dessa grave doença. No meu Estado, a tibieza das medidas adotadas pelo Governo local – quando, como agora, era o momento de prevenir, quando o combate renhido

contra a moléstia se faz necessário – está permitindo que a dengue se alastre sem controle.

Muitas vidas estão em jogo. Não é hora para vacilações. Todos os esforços devem ser empreendidos para deter a ameaça da dengue.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal reuniu-se na última quarta-feira, dia 09, para homenagear a 12ª edição do Congresso Internacional de Equoterapia, realizado pela Associação Nacional de Equoterapia – Ande-Brasil – e a FRDI, Federação Internacional de Equoterapia.

Foi uma justa homenagem às duas entidades.

A Associação Nacional tem sido nossa parceira desde que iniciamos a tramitação do projeto de lei que inclui a equoterapia nos procedimentos terapêuticos do Sistema Único de Saúde.

Nossa proposta foi aprovada por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais do Senado e nas Comissões de Assuntos Sociais e Seguridade da Câmara Federal. Atualmente, o projeto se encontra na Câmara dos Deputados, onde aguardamos, seja votado o mais brevemente possível para ir à sanção presidencial.

Faço um breve parêntese para destacar a atuação do senador Flávio Arns e da deputada Maninha, relatores do projeto nas duas Casas, que entenderam a sua importância para a parcela da população que dele se beneficiará, agilizando ao máximo sua tramitação.

Cumprimento, especialmente, ao senador Flávio Arns, autor do requerimento para esta sessão de homenagem ao Congresso Internacional de Equoterapia. O senador tem sido incansável parceiro na defesa dos projetos e atividades realizadas pelo Senado em defesa das pessoas com deficiência.

Sr. Presidente, senhores parlamentares, senhoras e senhores convidados:

A Ande-Brasil tem feito um extraordinário trabalho pelo desenvolvimento da equoterapia em nosso país. Na verdade, ela tem desbravado um árduo caminho para provar à sociedade que esta é uma forma de tratamento capaz de garantir às pessoas portadoras de deficiência ganhos incontestáveis na sua reabilitação.

Em seus 266 centros espalhados pelo Brasil, a Ande já formou cerca de 3 mil profissionais capazes de atuar nas diferentes áreas que englobam esta atividade terapêutica. Em 1997, a Associação Nacional de Equoterapia obteve uma grande conquista. O Conselho Federal de Medicina reconheceu a equoterapia como um método a ser incorporado aos programas de reabilitação de portadores de deficiência.

Hoje, milhares de pessoas se beneficiam desta atividade, embora ainda restrita às que têm condições financeiras para custear o tratamento. A aprovação de nosso projeto pela Câmara dos Deputados e a sanção pelo presidente da República possibilitará a abertura de convênios dos municípios com o SUS, para que os brasileiros que tanto necessitam deste tratamento dele possam se beneficiar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o 12º Congresso é um evento tradicional organizado pela Federação Internacional de Equoterapia. Sua trajetória é digna de elogios.

Realizado em 1974, na França, o primeiro Congresso debateu o tema “Reeducação pela equitação”. Dois anos mais tarde, na Suíça, baseando-se em pesquisas e estudos, a FRDI trouxe como tema “A Reabilitação por intermédio da equitação”.

Seguiram-se encontros na Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, Canadá, Dinamarca, Nova Zelândia, Estados Unidos, França e, em 2003, em Budapeste, na Hungria. Em todos os eventos, o objetivo tem sido a discussão de temas relacionados com a equoterapia e sua interação com questões terapêuticas e educacionais, além de divulgar os avanços científicos e as pesquisas desenvolvidas em todo o mundo.

O 12º Congresso que o Brasil está sediando, trata de um tema muito especial: “Encontro entre dois amigos”. Além da discussão dos aspectos técnicos e científicos, o evento enfatiza a importância da interação entre o homem e o cavalo. É exatamente dessa atuação em conjunto, desse relacionamento harmonioso e confiante entre o animal e o praticante, que a equoterapia alcança tanto sucesso, como demonstram os estudos e a prática do dia-a-dia dos centros espalhados pelo Brasil.

São incontáveis os benefícios após as sessões iniciais de equoterapia. Seus praticantes pouco a pouco recuperam movimentos, equilíbrio postural e mais: recuperam auto-confiança e auto-estima.

Em todo o Brasil, já são mais de 14 mil beneficiados pela equoterapia. Fico a imaginar quantas vezes

mais esse número poderá ser multiplicado quando nosso projeto for finalmente sancionado pelo presidente da República e estiver em vigor em nosso país!

Este é um tema que me empolga, por ser testemunha dos grandes benefícios desta terapia, razão pela qual apresentei o projeto de lei já aprovado por unanimidade nesta Casa.

Mas ainda há muito por fazer para melhorar a condição da pessoa portadora de deficiência em nosso país. Nesse sentido, creio ser importante salientar a contribuição do Senado Federal, nesses últimos dois anos. A Subcomissão da Pessoa Portadora de Deficiência é um exemplo. Desde sua instalação, a Subcomissão tem se preocupado em estudar projetos que dizem respeito à pessoa portadora de deficiência e à fiscalização da legislação já existente.

Audiências públicas discutiram a questão do mercado de trabalho para a inclusão do deficiente e o Pagamento de Benefício da Prestação Continuada.

A Subcomissão realizou a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, e o Seminário sobre "Acessibilidade – Passaporte para a Cidadania".

Através de seus servidores, o Senado também conta com a Comissão de Valorização da Pessoa

com Deficiência e a Comissão de Acessibilidade, que vêm promovendo uma série de mudanças físicas na Casa para facilitar a locomoção de funcionários e visitantes.

Gostaria de encerrar meu pronunciamento cumprimentando aqueles que estão à frente das entidades promotoras do Congresso que homenageamos: o senhor presidente da Associação Nacional de Equoterapia, Lélío de Castro Cirillo; e a senhora Gundula Hauser, presidente da Federação Internacional de Equoterapia.

O 12º Congresso aqui realizado obteve o mesmo sucesso dos eventos anteriores, possibilitando que o Brasil também dê um grande exemplo na inclusão da equoterapia como benefício terapêutico para milhões de brasileiros.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência via encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 49 minutos.)

Ata da 133ª Sessão Não Deliberativa, em 15 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Marcos Guerra e Sibá Machado

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcos Guerra.

São lidos os seguintes:

Of. GLPMDB nº 305/2006

Brasília, 11 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores que integrarão a Vice-Liderança da Maioria nesta Casa.

Senador **Wellington Salgado**
Senador **Garibaldi Alves Filho**
Senador **Gilberto Mestrinho**
Senador **Geovani Borges**
Senador **Amir Lando**
Senador **Ramez Tebet**

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Of. GLPMDB nº 306/2006

Brasília, 11 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores que integrarão a Vice-Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Senador **Wellington Salgado**
Senador **Luiz Otávio**
Senador **Valdir Raupp**
Senador **Alberto Silva**

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

Of. GLPMDB nº 308/2006

Brasília, 14 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que me licencio da Liderança do PMDB e da liderança da Maioria, a partir desta data, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, e, durante esse período, substituir-me-á, nos termos do parágrafo único do art. 66 do Regimento Interno do Senado, o Vice-Líder Senador Wellington Salgado.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Os Ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcos Guerra.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 2006

(Nº 265/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 890, de 4 de junho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 669, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 878, de 4 de junho de 2002 – Associação Comunitária Zumbi dos Palmares, na cidade de Itaberaba – BA

2 – Portaria nº 880, de 4 de junho de 2002 – Fundação Educativa Cultural de Pacatuba, na cidade de Pacatuba – CE;

3 – Portaria nº 884, de 4 de junho de 2002 – Rádio Comunitária Líder do Sertão FM, na cidade de Chorrochó – BA.

4 – Portaria nº 887, de 4 de junho de 2002 – Associação dos Agricultores do Capibaribe Mirim, na cidade de São Vicente Férrer – PE;

5 – Portaria nº 889, de 4 de junho de 2002 – Grupo de Apoio Comunitário – GAC, na cidade de Campina Grande – PB;

6 – Portaria nº 896, de 4 de junho de 2002 – Associação Comunitária Santo Antônio, de Antonina do Norte (CE), na cidade de Antonina do Norte – CE;

7 – Portaria nº 897, de 4 de junho de 2002 – Associação de Apoio ao Cidadão Carente – A.A.C.C., na cidade de Pindamonhangaba – SP;

8 – Portaria nº 898, de 4 de junho de 2002 – Fundação Antonio Dias de Lima -FADL, na cidade de Bonito de Santa Fé – PB;

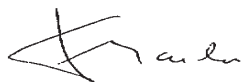
9 – Portaria nº 890, de 4 de junho de 2002 – Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão, na cidade de Presidente Bernardes – MG;

10 – Portaria nº 891, de 4 de junho de 2002 – Associação Cidade Cidadã Santafessulense, Cultural e Comunicação Social, na cidade de Santa Fé do Sul – SP;

11 – Portaria nº 899, de 4 de junho de 2002 – Associação Cultural da Água Fria, na cidade de Fortaleza – CE; e

12 – Portaria nº 900, de 4 de junho de 2002 – AS-COG-Associação Comunitária de Guapó, na cidade de Guapó – GO.

Brasília, 30 de julho de 2002.


MC Nº 957 EM

Brasília, 4 de julho de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão, na cidade de Presidente Bernardes estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53710.0000316/01 que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Juares Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 890, DE 4 DE JUNHO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.0000316/01, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão, com sede na Rua Siqueira Afonso, nº 17 – Centro, na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º45'20"S e longitude em 43º11'20"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

RELATÓRIO Nº 296/2002-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53710000316/01, de 04.05.01.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão, localidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão, inscrita no CGC/MF ou CNPJ sob o número 04.413.558/0001-50, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Siqueira Afonso 17 – Centro, cidade de Presidente Bernardes, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 06 de maio de 2001, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 18 de março de 1999, Seção 3, que contempla localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos tomba do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 01, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do tem 6.4 da Norma Complementar nº 02/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 02/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de armamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 03 à 63, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Siqueira Afonso nº17– Centro, na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 20°45'20”S de latitude e 43°11'20”W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 09.04.01, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 19, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II e III, da Norma 02/98, declaração do endereço da sede e encaminhamento do Projeto Técnico (fls. 22 à 63).

13. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 46 e 47, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a

Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11. Folhas 58 e 59.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão;

• quadro diretivo

Presidente: Dante de Assis Vidigal
Vice-presidente: Geraldo Batista da Trindade
Secretário: Dalton Luiz Carneiro Vidigal
Tesoureira: Ades Fernandes Almeida

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Siqueira Afonso nº 17, cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais;

• coordenadas geográficas

20°45'20” de latitude e 43°11'20” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 217 e 218, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 210 e que se referem à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 537.100.003.16/01, de 4 de maio de 2001.

Brasília, 14 de maio de 2002. – **Alexandra Luciana Costa**, Relator da conclusão Jurídica, Chefe de Divisão/SSR. – **Adriana Resende Avelar Ribeiro**, Relator da conclusão Técnica, Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 15 de maio de 2002.– **Nilton Geraldo de Lemos**, Coordenador-Geral.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

(À Comissão de Educação – Decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 366, DE 2006**

(Nº 2.177/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 18 de janeiro de 2006, que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas, para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 53, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 18 de janeiro de 2006, que “Outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais”.

Brasília, 31 de janeiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 349 EM

Brasília, 28 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

2. De acordo com o art. 14, § 2º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para a execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

DECRETO DE 18 DE JANEIRO DE 2006

Outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008468/2003-60,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente dessa concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de janeiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

INFORMAÇÃO Nº 170 2005/COSUD/CGLO/DEOC/SC

Referência: Processo nº 53000.008468/2003.

Interessada: Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas.

Assunto: Outorga de concessão de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens com finalidade exclusivamente educativa.

1. A Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas, com sede na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, requer, nos presentes autos, que seja-lhe outorgada permissão para executar o Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com finalidade exclusivamente educativa, utilizando o Canal 47+E, disponível no plano básico de distribuição de canais (fls. 119), na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

2. O Estatuto da entidade registrado no Livro A-07 sob o nº 1.490, do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Poços de Caldas/MG, preenche os requisitos do Código Civil e se encontra de acordo com a legislação específica de radiodifusão (fls.20 v).

3. De acordo com a Ata de fundação, aprovação do estatuto, eleição e posse da primeira diretoria da Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas realizada no dia 15 de abril de 2003 (fls. 07), deliberou-se sobre a composição do Conselho Diretor que teve seus membros eleitos e empossados por consenso pelos presentes:

ORLANDO RODRIGUES	Diretor Presidente
MARINA TIDORI KONICHI DA SILVA	Diretora Vice-Presidente
CARLA POLLI	Diretora Adm. e Financeira
MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA	Diretor Vogal

4. A documentação pertinente aos diretores foi anexada aos autos, encontrando-se às fls. 39 a 59.

5. A outorga de permissão para executar Serviço de Radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa, está admitida na Constituição Federal (letra a do inciso XII do artigo 21).

6. O § 1º, artigo 13, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31-10-1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996, dispensa a publicação de edital para outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, *in verbis*:

“Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço:

(...)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

7. Por sua vez, a Constituição Federal, em seu artigo 223, estabelece a competência ao Poder Executivo para outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão de sons e imagens e determina que o ato de outorga deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional e somente produzirá efeitos legais após sua deliberação.

8. A documentação instrutória referente à entidade e a seus diretores encontra-se completa e em ordem.

9. O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quer quanto a entidade, quer quanto a seus diretores, conforme declarações.

10. A Fundação apresentou declaração constante às fls. 61, dos autos, cujo teor a obriga a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15-4-1999, perante o Ministério das Comunicações.

11. De acordo com os registros existentes neste Ministério, há outras entidades que formularam igual pedido de outorga para o mesmo serviço para a localidade de Poços de Caldas/MG:

– Fundação Sulminas de Televisão, Processo nº 53000.044846/2003;

– Fundação Educativa e Cultural Landulpho da Silveira Sobrinho, Processo nº 53710.000424/2000.

12. Revela ressaltar que a Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas apresentou

justificativas para o uso do canal pretendido (fls. 62), no qual pretende suprir as carências educacionais na área de abrangência da emissora pleiteada.

Regem a matéria e o pedido poderá ser deterido, a critério da autoridade competente, motivo pelo qual sugerimos o seu encaminhamento à douda Consultoria Jurídica para prosseguimento.

Brasília, 31 de outubro de 2005. – **Fernando B. Miranda**, Chefe de Serviço.

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

Em 31-10-2005. – **Vânea Rabelo**, Coordenadora de Radiodifusão da Região Sudeste e Distrito Federal.

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Em 31-10-2005. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

De acordo. À consideração do Senhor Secretário de Comunicação Eletrônica.

Em 31-10-2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Encaminhem-se à douda Consultoria Jurídica deste Ministério, para prosseguimento.

Em 1-1-2005. – **Joanilson Laércio Barbosa Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – Decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 367, DE 2006

(Nº 2.178/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 570, de 18 de novembro de 2005, que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 87, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 570, de 18 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salvador, Estado da Bahia.

Brasília, 13 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 367 EM

Brasília, 6 de dezembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP, no Município de Salvador, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53640.000272/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do

presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 570, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.000272/00 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 1835 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP, com sede na Rua Pará, nº 2, Paripe, no Município de Salvador, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 12º50'25"S e longitude em 38º27'47"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

RELATÓRIO FINAL –

ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 0192/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53640.000272/2000 protocolizado em 3/7/2000.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP, Município de Salvador, Estado da Bahia.

I – Introdução

1. A Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP, inscrita no CNPJ sob o número 03.864.029/0001-00, no Estado da Bahia, com sede na Rua Pará nº 02 – Paripe, município de Salvador, dirigiu-se ao Senhor Ministro

de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 10 de julho de 2000, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do 16 Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 24-5-02 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Pará nº 2 – Paripe, no município de Salvador, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 12º50'25"S de latitude e 38º27'47"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 104/5, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **a** e **b, c, d, e, f, g, h, i, j, l, m, n, o, e p** da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 2 a 295).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 262, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 296 a 299. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo das folhas 7 a 295, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h, i e j** da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

– Nome

A Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP,

– Quadro Diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
SILVANA DARZÉ SERRANO	PRESIDENTE
EDIBERTO CORREA DA SILVA	VICE-PRESIDENTE
CARMEM LÚCIA SANTOS DE CARVALHO	SECRETÁRIA
TATIANE DA SILVA CARVALHO	TESOUREIRA

– Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Pará nº 2 – Paripe, Município de Salvador, Estado da Bahia.

– Coordenadas geográficas

12º50’25” de latitude e 38º27’47” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 296 a 299, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 262 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53640.000272/00, de 10 de julho de 2000.

Brasília, 19 de setembro de 2005. – **Nícia Gonçalves de Faria**, Relator da conclusão jurídica. – **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 19 de setembro de 2005. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 21 de setembro de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 01 92/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 2 de dezembro de 2005. – **Joanilson L. B. Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – Decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 368, DE 2006

(Nº 2.189/2006, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 475, de 31 de outubro de 2005, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 51, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 383, de 10 de agosto de 2005 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia (ACRBL), no Município de Belo Horizonte – MG;

2 – Portaria nº 475, de 31 de outubro de 2005 – Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz, no Município de Jaraguá do Sul – SC; e

3 – Portaria nº 510, de 8 de novembro de 2005 – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA, no Município de Presidente Sarney – MA.

Brasília, 31 de janeiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 303 EM

Brasília, 9 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53740.002314/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 475, DE 31 DE OUTUBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.002314/99 e do Parecer/MC/Conjur/MRD/Nº 1.385 – 1.08 / 2005, de 6 setembro de 2005 resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz, com sede na Rua Emmendoerfer, nº 240, bairro Nova Brasília, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 26º28'15"S e longitude em 49º05'32"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RELATÓRIO**Nº 134/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC – AOP**

Referência: Processo nº 53.740.002.314/99 protocolizado em 22 de novembro de 1999.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz, Município de Jaraguá do Sul Estado de Santa Catarina.

I – Introdução

1. A Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz inscrita no CNPJ sob o número 02.146.228/0001-10, no Estado de Santa Catarina, com sede na Rua José Emmendoerfer, 240, Bairro Nova Brasília, Município de Jaraguá do Sul, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 10 de novembro de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento

do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.613 de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 27 de março de 2000, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório**• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua José Emmendoerfer 240, Bairro Nova Brasília, no Município de Jaraguá do Sul Estado de Santa Catarina, de coordenadas geográficas em 26º28'51"S de latitude e 49º05'32"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 74 e 75, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação

da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, e VIII da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 78 a 222).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 172, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 223 e 224. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 222 dos autos corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 2/98 e ainda, demais declara-

ções e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• Nome

Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz

• Quadro diretivo

Presidente	Sebastião da Silva Camargo
Vice-Presidente	José Bertanha
Secretário-Geral	Antônio Dias de Oliveira
2º Secretário	Noedi Dalabrida de Moura
Tesoureiro	Manoel Sabel
2º Tesoureiro	Jorge Lopes dos Santos
Dir.Patrimônio	Antônio Odorizzi Neto
Dir.Cult.Com.Social	Justino Pereira da Luz
Diretor de Operações	Lindomar Alípio Lago

• Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua José Emmendoerfer 240, Bairro Nova Brasília, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

• Coordenadas geográficas

26º28'51" de latitude e 49º05'32" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” -fls.223 e 224, bem como “Formulário de Informações Técnicas” -fls. 172 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.740.002.314/99 de 22 de novembro de 1999.

Brasília, 12 de maio de 2004. – Relator da Conclusão Jurídica, **Aline Oliveira Prado**, Chefe de Serviço/SSR – Relator da Conclusão Técnica, **Neide Aparecida de Silva**, Chefe de Divisão/SSR.

(À Comissão de Educação – Decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 369, DE 2006**

(Nº 2.214/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 765, de 22 de dezembro de 2003, que autoriza a ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 229, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 492, de 22 de setembro de 2003 – Ação Social Mirandense, na cidade de Miranda do Norte – MA;

2 – Portaria nº 532, de 8 de outubro de 2003 – Associação Comunitária Santanense, na cidade de Santana do Deserto – MG;

3 – Portaria nº 563, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga, na cidade de Araponga – MG;

4 – Portaria nº 646, de 9 de dezembro de 2003 – Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral, na cidade de Filadélfia – BA;

5 – Portaria nº 765, de 22 de dezembro de 2003 – ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria, na cidade de Coração de Maria – BA;

6 – Portaria nº 6, de 13 de janeiro de 2004 – Associação Louvores ao Rei Integração Comunitária, na cidade de Campo Grande – MS;

7 – Portaria nº 31, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira – “ASSOMIRA”, na cidade de Altanúra – PA;

8 – Portaria nº 32, de 15 de janeiro de 2004 – Associação dos Comunicadores de Maracanaú – ASCOMAR, na cidade de Maracanaú – CE;

9 – Portaria nº 40, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação de União de Minas, na cidade de União de Minas – MG; e

10 – Portaria nº 43, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Sociocultural São Romão, na cidade de Fernando Pedroza – RN.

Brasília, 20 de abril de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 65 EM

Basília, 13 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria, na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53640.001675/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 765, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro

de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.001675/98 Parecer/Conjur/MC nº 1.743/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASCOM – Associação de Comunicação Cultural Coração de Maria, com sede na Praça Dr. Araújo Pinho, nº 48, 2º andar – Centro, Coração de Maria, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 12º 14'36"S e longitude em 38º43'47"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz,

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 338/2003-DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53640001675/98, protocolizado em 16-11-98.

Objeto: Requerimento de autorização para a Exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria, localidade de Coração de Maria, Estado da Bahia.

I – Introdução

1. A ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria, inscrita no CNPJ sob o número 02.810.060/0001-03, no Estado da Bahia, com sede na Praça Doutor Araújo Pinho nº 48, 2º andar, centro, cidade de Coração de Maria, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 28 de outubro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 18 de março de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Praça Doutor Araújo Pinho nº 48, 2º andar, centro, na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 12º14'00"S de latitude e 38º45'00"W de longitude, conforme os dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 18-3-99.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 96/97, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, IV, V, VIII, da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 99 à 168).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 158, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 169 e 170. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 à 170, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• Nome

ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria;

• Quadro diretivo

Presidente	Alexandre Pereira da Silva
1ª Vice-presidente	Magali Soares Dalto
2ª Vice-presidente	Eliana Silva Cerqueira
Secretária Geral	Ana Rita Adorno
2º Secretário	Clodoaldo Moura C. do Couto
Tesoureiro	Carlos Henrique de A. Martins
2ª Tesoureira	Nilma Murici Cerqueira

• Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Praça Doutor Araújo Pinho nº 48, 2º andar, centro, cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia;

• Coordenadas geográficas

12º14'36”S de latitude e 38º43'47”W de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 169 e 170, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls 158 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53640001675/98, de 16 de novembro de 1998.

Brasília, 7 de novembro de 2003. – **Cristiane Cavalheiro Rodrigues**, Relatora da Conclusão Jurídica, Chefe de Serviço/SSR; **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da Conclusão Técnica, Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 10 de novembro de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 10 de novembro de 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 338/2003/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 12 de novembro de 2003. – **Eugênio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 370, DE 2006**

(Nº 2.215, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Belém FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 384, de 12 de agosto de 2005, que outorga permissão à Rádio Belém FM Ltda, para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 758, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 239, de 22 de abril de 2005 – Ecoacre Rádio, Jornal e Televisão Ltda., no Município de Senador Guimard – AC;

2 – Portaria nº 241, de 22 de abril de 2005 – Ecoacre Rádio, Jornal e Televisão Ltda., no Município de Plácido de Castro – AC;

3 – Portaria nº 242, de 22 de abril de 2005 – Ecoacre Rádio, Televisão Ltda., no Município de Porto Walter – AC; e

4 – Portaria nº 384, de 12 de agosto de 2005 – Rádio Belém FM Ltda., no Município de Belém – PB.

Brasília, 8 de Novembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC 250 EM

Brasília, 18 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, deter-

minou-se a publicação da Concorrência nº 082/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência, modulada, no Município de Belém, Estado da Paraíba.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que à Rádio Belém FM Ltda. (Processo nº 53103.000225/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 384, DE 12 DE AGOSTO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53103.000225/2000, Concorrência nº 082/2000-SSR/MC, e do Parecer Conjur/MC/MGT/Nº 0587-2.29/2005, de 11 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Belém FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Belém, Estado da Paraíba.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RÁDIO BELEM FM LTDA.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATO ~~COMERCIAL~~

NÚMERO DE ORDEM: PRIMEIRA

RICARDO LUIS BARBOSA DE LIMA, brasileiro, casado, empresário residente e domiciliado na Rua Fazenda Grutão, s/n. Belém, Estado da Paraíba, portador da cédula de identidade n.º 144.201 – SSP/PB e do CPF n.º 098.298.494-49; **ADAILZA BARBOSA DE LIMA**, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada na Fazenda Grutão, município de Belém, Estado da Paraíba, portadora da cédula de identidade n.º 136.677 – SSP/PB e do CPF n.º 063.274.274-72 e **ANA MARLY CHIANCA DE GUSMÃO**, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada na Rua Flávio Ribeiro, s/n, Belém/PB, portadora da cédula de identidade n.º 218.155 – SSP/PB e do CPF n.º 132.968.924-00: únicos sócios integrantes da sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada que gira nesta praça sob a denominação social de **RÁDIO BELÉM FM LTDA.**, sediada nesta cidade à Rua João Pessoa, s/n, Município de Belém, Estado da Paraíba, conforme contrato de constituição arquivado na Junta Comercial do Estado da Paraíba, sob o NIRC 25 2 0035455-9 por despacho de 10/04/2000. RESOLVEM de comum acordo alterar seu primitivo contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Alterar a cláusula I que passa a ser:

CLÁUSULA I: A sociedade girará sob a denominação de **RÁDIO BELEM FM LTDA.**, com sede a Rua João Pessoa, s/n, Município de Belém, Estado da Paraíba e foro na cidade de Belém/PB, podendo por deliberação de seus sócios e mediante prévia autorização do Poder Público Concedente, instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades do território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA – Alterar a cláusula II que passa a ser:

CLÁUSULA II: A sociedade terá como principal objetivo a exploração de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (TV), de Televisão por Assinatura (TVA), seus serviços afins ou correlatos, repetição ou retransmissão de sons ou sinais de sons e imagens de radiodifusão; sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão dos serviços de telecomunicações e radiodifusão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA: Alterar a cláusula IV que passa a ser

CLÁUSULA IV – O capital social totalmente subscrito é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) cotas de R\$ 1,00 (um real), cada uma, ficando assim distribuídas entre os sócios:

COTISTA	COTAS	VALOR (R\$)
1. RICARDO LUIZ BARBOSA DE LIMA	10.000	10.000,00
2. ADAILZA BARBOSA DE LIMA	10.000	10.000,00
3. ANA MARLY CHIANCA DE GUSMÃO	10.000	10.000,00
TOTAL	30.000	30.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A integralização do capital social dar-se-á em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

- a) 50% (cinquenta por cento) do capital social, ou seja, R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no ato da assinatura do presente contrato; e,
- b) 50% (cinquenta por cento) do capital social, ou seja, R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), serão integralizados em 10 (dez) meses, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União, de ato do Poder Público Concedente que atribua à sociedade concessão ou permissão de serviço de radiodifusão, em cotas iguais e sucessivas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

CLÁUSULA QUARTA – Alterar a cláusula VI que passa a ser:

CLÁUSULA VI - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização dos órgãos competentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nenhuma alteração contratual poderá ser realizada, sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações, após haver a entidade recebido a concessão ou permissão para executar o serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA QUINTA: Alterar a cláusula VII que ~~passa a ser:~~

CLÁUSULA VII – Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Diretor Gerente, o cotista **RICARDO LUIS BARBOSA DE LIMA**, eximidos de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Diretor Gerente, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá, em nome da Sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes.

CLÁUSULA SEXTA: Alterar a cláusula VIII que passa a ser:

CLÁUSULA VIII: O uso da denominação social é vedado em fianças, avais, abonos, aquisição, alienação ou oneração de bens imobilizados e outros atos de favor, estranhos aos interesses da sociedade, ficando o **Diretor** na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsável pelos atos praticados.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA I: A sociedade girará sob a denominação de **RÁDIO BELEM FM LTDA.**, com sede a Rua João Pessoa, s/n, Município de Belém, Estado da Paraíba e foro na cidade de Belém/PB, podendo por deliberação de seus sócios e mediante prévia autorização do Poder Público Concedente, instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades do território nacional.

CLÁUSULA II – A sociedade terá como principal objetivo a exploração de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (TV), de Televisão por Assinatura (TVA), seus serviços afins ou correlatos, repetição ou retransmissão de sons ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como exploração de concessão ou permissão dos serviços de telecomunicações e radiodifusão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLÁUSULA III – A sociedade terá duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA IV – O capital social totalmente ~~subscrito~~ ^{em nome de} é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) ~~cotas~~ ^{ações} de R\$ 1,00 (hum real), cada uma, ficando assim distribuídas entre os sócios

COTISTA	COTAS	VALOR (R\$)
1. RICARDO LUIZ BARBOSA DE LIMA	10.000	10.000,00
2. ADAILZA BARBOSA DE LIMA	10.000	10.000,00
3. ANA MARLY CHIANCA DE GUSMÃO	10.000	10.000,00
TOTAL	30.000	30.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A integralização do capital social dar-se-á em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

- c) 50% (cinquenta por cento) do capital social, ou seja, R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no ato da assinatura do presente contrato; e,
- d) 50% (cinquenta por cento) do capital social, ou seja, R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), serão integralizados em 10 (dez) meses, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União, de ato do Poder Público Concedente que atribua à sociedade concessão ou permissão de serviço de radiodifusão, em cotas iguais e sucessivas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

CLÁUSULA V – A responsabilidade dos sócios é, na forma da lei, limitada a importância do capital social.

CLÁUSULA VI – As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social, dependendo qualquer alteração contratual, bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização dos órgãos competentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nenhuma alteração contratual poderá ser realizada, sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações, após haver a entidade recebido a concessão ou permissão para executar o serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA VII - Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Diretor Gerente, o cotista **RICARDO LUIS BARBOSA DE LIMA**, eximidos de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Diretor Gerente, depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá, em nome da Sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os administradores da Sociedade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, provada essa condição, a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA VIII: O uso da denominação social é vedado em fianças, avais, abonos, aquisição, alienação ou oneração de bens imobilizados e outros atos de favor, estranhos aos interesses da sociedade, ficando o **Diretor** na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsável pelos atos praticados.

CLÁUSULA IX – O sócio que desejar se retirar da sociedade, deverá comunicar sua decisão mediante correspondência protocolada ou enviada a Sociedade pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Serão então feito um balanço especial e os haveres do sócio pagos em 10 (dez) parcelas iguais e mensais.

CLÁUSULA X – É livre a cessão de cotas entre os sócios, desde que devidamente autorizadas, na forma da legislação específica pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA XI – O sócio que desejar ceder suas a terceiros, deverá oferecer, em primeiro lugar, aos sócios remanescentes, que exercerão ou não, dentro do prazo de trinta dias, o direito de preferência.

CLÁUSULA XII – Caso os cotistas remanescentes não exerçam o direito de preferência, o cotista somente poderá efetuar a alienação, se for previamente autorizado pelo Poder Concedente e se com ela concordar a maioria dos sócios remanescentes.

CLÁUSULA XIII – O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos ~~cotistas~~ ^{SERVICOS PA} proporção de suas cotas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os sócios declaram, sob as penas da lei, ~~que não~~ ^{que não} estão incurso em qualquer dos crimes previstos em lei, que os ~~impeçará~~ ^{impeçará} de exercer atividades mercantis.

CLÁUSULA XIV – A sociedade somente se dissolverá e/ou se liquidará nas hipóteses previstas na legislação em vigor ou mediante deliberação da totalidade dos sócios cotistas.

CLÁUSULA XV – Dissolvida que seja a sociedade, será nomeado, pela maioria dos cotistas, o liquidante e após efetivada a liquidação, o saldo dela remanescente será dividido pelos cotistas na proporção as cotas que cada um possuir, no Capital Social, e em caso de morte de um dos sócios, terá o cônjuge supérstite ou herdeiro, a faculdade de optar entre sua participação na sociedade:

- a) o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, que se farão mediante balanço patrimonial a empresa.
- b) as cotas e os haveres do sócio falecido serão pagos em parcelas aos cônjuges supérstites ou ao herdeiro em 12 (doze) prestações iguais, mensais e sucessivas. Sendo a primeira paga 30 (trinta) dias após a apresentação judicial à sociedade que permita à sociedade formalizar inteiramente a operação.
- c) a sociedade não se dissolverá com a saída de um dos sócios porque os sócios remanescentes continuarão seu gerenciamento enquanto indicam novo sócio.

CLÁUSULA XVI – Os cotistas tomarão conhecimento da administração social pelo exame dos livros e arquivos quando lhe parecer conveniente.

CLÁUSULA XVII – A compra e venda de imóveis serão sempre acordados por todos os sócios, sendo vedado a sociedade da firma social para negócios estranhos aos fins da sociedade.

CLÁUSULA XVIII – O sócio cotista, quando no exercício de suas funções na sociedade, terá direito a uma retirada do "Pró-labore", a qual será

escriturada na conta de despesas gerais, retirada essa. ~~CLÁUSULA~~ estipulada oportunamente, tendo os limites fixados por lei.

CLÁUSULA XIX – Dos lucros líquidos apurados anualmente em balanço serão deduzidos 10% (dez por cento), para a constituição de um fundo de reserva, até completar 50% (cinquenta por cento), do capital social. O saldo será distribuído proporcionalmente entre os sócios.

E, assim, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma juntamente com duas testemunhas, destinando-se a primeira para registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado da Paraíba e as demais para as partes contratantes.

BELÉM, PB, 26 de ABRIL de 2.000

RICARDO LUIS BARBOSA DE LIMA

Adailza Barbosa de Lima
ADAILZA BARBOSA DE LIMA

Ana Marly Chianca de Gusmão
ANA MARLY CHIANCA DE GUSMÃO

TESTEMUNHAS:

Edira Rodrigues Soares
Edira Rodrigues Soares
Identidade nº 444.362-851/1

Francisco de Assis Martins
Francisco de Assis Martins
Identidade nº 444.362-851/1

VISTO DA ADVOGADO: *[Assinatura]*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 365 a 370, de 2006**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, inciso II, *b*, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcos Guerra.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 239, DE 2006

Acrescenta o § 4º ao art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para determinar que as armas de fogo contenham número de série gravado em suas superfícies interna e externa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 23

§ 4º As armas de fogo conterão, para fins de identificação, número de série, que deverá ser gravado em suas superfícies externa e interna, em local apropriado, nos termos do regulamento desta Lei. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a sua publicação.

Justificação

Embora o Estatuto do Desarmamento tipifique a conduta de suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato, prevendo pena de reclusão, de três a seis anos, e multa, não há qualquer mecanismo legal, no ordenamento jurídico vigente, que dificulte a prática dessa adulteração.

Nesse sentido, entendemos ser oportuna a alteração do Estatuto do Desarmamento para determinar que as empresas fabricantes de armas de fogo sejam

obrigadas a gravar o número de série tanto na superfície externa, quanto na interna da arma de fogo.

Tal medida, a despeito de não eliminar completamente a prática de adulteração dos números de série, visa a dificultar a ação daqueles que intentam burlar o controle do Estado sobre a circulação das armas de fogo. Nesse passo, vale ressaltar que o número de série permite, sobretudo ao Poder Público, a identificação da origem e do proprietário da arma de fogo.

Considerando que, em regra, à adulteração do número de série seguem-se outras práticas delituosas, cometidas com a arma de fogo, acreditamos na conveniência e necessidade da alteração legislativa ora proposta, a fim de auxiliar na identificação da procedência dessas armas pelo Poder Público.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

.....
Art. 23. A classificação legal, técnica e geral, bem como a definição das armas de fogo e demais produtos controlados, de usos proibidos, restritos ou permitidos será disciplinada em ato do Chefe do Poder Executivo Federal, mediante proposta do Comando do Exército.

§ 1º Todas as munições comercializadas no País deverão estar acondicionadas em embalagens com sistema de código de barras, gravado na caixa, visando possibilitar a identificação do fabricante e do adquirente, entre outras informações definidas pelo regulamento desta lei.

§ 2º Para os órgãos referidos no art. 6º, somente serão expedidas autorizações de compra de munição com identificação do lote e do adquirente no culote dos projéteis, na forma do regulamento desta Lei.

§ 3º As armas de fogo fabricadas a partir de 1 (um) ano da data de publicação desta Lei conterão dispositivo intrínseco de segurança e de identificação, gravado no corpo da arma, definido pelo regulamento desta Lei, exclusive para os órgãos previstos no art. 6º.

.....
(À Comissão de Educação – Decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcos Guerra.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 913, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Município de Parnaíba, no Estado do Piauí, pelo transcurso de seus 162 anos de emancipação política, ocorrido no dia 14 de agosto.

Requeiro ainda que deste Voto de Aplauso sejam cientificados o Prefeito de Parnaíba, José Hamilton Castelo Branco, e por seu intermédio, a Câmara de Vereadores de Parnaíba e toda a população do município.

Justificação

Parnaíba é a segunda maior cidade do Piauí, sendo também um tradicional celeiro de políticos, inclusive três ex-governadores: Chagas Rodrigues, Mão Santa e Alberto Silva. Esta semana está comemorando 162 anos de emancipação política. Com 130 mil habitantes, localizada no norte do Estado, é ainda mais conhecida pelo famoso Delta do rio Parnaíba, que abriga exóticas lagoas, mangues, dunas e cerca de 70 ilhas e ilhotas. O Delta, com sua paisagem exuberante, garante o cenário paradisíaco dessa região do Piauí que atrai turistas de todo o mundo.

A região norte e meio norte do Piauí passou por um significativo processo de geração de riqueza no final do século XVIII e início do século XIX. Nesse contexto, Parnaíba desempenhou papel fundamental, pois os produtos de todo o sertão eram concentrados no porto da cidade, para exportação ao mercado norte-americano e europeu (óleos essenciais, perfumes, extratos vegetais, etc).

Parnaíba se tornou por décadas um dos principais portos do País com infra-estrutura única como energia elétrica e porto com guindaste a vapor. Durante a Segunda Guerra Mundial, o porto de Parnaíba tinha o status privilegiado de ser considerado estratégico pelas forças aliadas dado o escoamento do óleo de mamona pelo porto.

Parnaíba continua sendo o pólo de transformação de produtos do setor primário para toda a região norte do País, compreendida entre o oeste do Ceará e o leste do Maranhão. Estão localizadas em Parnaíba: a maior bacia leiteira do Piauí com diversas cooperativas de laticínios, um pólo de curtumes que abastece a indústria calçadista em São Paulo e Rio Grande do Sul, um pólo de produção de extratos vegetais para

o mercado internacional e um pólo de produção de camarão.

Pelo aniversário da cidade, formulo este Voto de Aplauso, dirigido sobretudo aos seus habitantes.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2006. – Senador **Heráclito Fortes**.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcos Guerra.

E lido o seguinte:

Of. nº 609/06 – LPL

Brasília, 7 de agosto de 2006

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Partido Liberal indica o Deputado Minton Monti (PL/SP), na qualidade de titular, e o Deputado Oliveira Filho (PL/PR), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 315, de 3 de agosto de 2006, que “Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luciano Castro**, Líder do Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prezado Senador Roberto Saturnino, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero aqui expressar minha solidariedade ao jornalista Guilherme Portanova e ao auxiliar técnico Alexandre Calado, que, na manhã

de sábado, por volta de oito horas e trinta minutos, foram seqüestrados por membros do Primeiro Comando da Capital. Estavam eles na Avenida Luiz Carlos Berrini, em São Paulo, diante da Rede Globo de TV, para iniciar sua atividade, que seria justamente a de cobrir a caminhada do Senador Aloizio Mercadante. Junto com o Senador, eu e a ex-Prefeita Marta Suplicy, naquela manhã, caminhamos pelas ruas do bairro de Tucuruvi, na Zona Norte de São Paulo.

Duas pessoas apontaram armas para os dois funcionários da emissora, obrigando-os a entrar em um automóvel, que acabou sendo queimado e deixado pelos seqüestradores, os quais levaram ambos para outro local. Soube-se posteriormente que, com a libertação de Alexandre Calado, a 200 metros da Rede Globo, no Brooklin, com a missão de entregar à direção da emissora um DVD com um pronunciamento da quadrilha, criticando o regime disciplinar diferenciado e a forma como são tratados muitos detentos, ou reeducandos, que têm vivido nas prisões situações não condizentes com a dignidade do ser humano.

A Rede Globo acabou exibindo aquela gravação, de três minutos e cinco segundos, na madrugada de domingo, aos 28 minutos.

Guilherme Portanova, com o rosto coberto por uma blusa, foi libertado na madrugada de ontem, vinte e quatro horas depois da exibição do vídeo, depois de passar quarenta horas em poder dos seqüestradores.

Felizmente, tanto Guilherme Portanova quanto Alexandre Calado estão bem, junto com seus familiares, mas obviamente passaram por uma situação de extrema angústia e dificuldade.

Todos nós, Sr. Presidente, estamos preocupados com essa situação. Qualquer um de nós pode acabar sendo vítima.

Gostaria aqui de transmitir a importância do diálogo para todos nós que estamos disputando eleições, Senador Sibá Machado. Embora estejamos conscientes de que em 1º de outubro, nós do PT, estaremos disputando, Senador Marcos Guerra, com o PSDB, com o PFL, sabemos que neste momento é importante haver um diálogo construtivo.

Nesse sentido, acho muito positivo que tenha o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dialogado com o Governador Cláudio Lembo, na última sexta-feira, e que ambos tenham chegado a um entendimento sobre como a Inteligência, tanto da Polícia Federal quanto da Polícia Civil e Militar do Estado de São Paulo, entrarão em cooperação, de maneira mais entrosada. Sabe o Governador Cláudio Lembo que, se necessário, o Governo do Presidente Lula e o Ministro da Justiça colocam à disposição a Força Nacional ou até mesmo

as Forças Armadas. O Governador Cláudio Lembo ponderou que ainda não considera isso necessário. Mas nós estamos vivendo no Estado de São Paulo, particularmente na cidade de São Paulo, uma situação extremamente séria, com violência, seqüestros, roubos e assassinatos em um grau muito alto.

Sr. Presidente, ainda hoje de manhã viveu uma experiência difícil a pessoa que trabalha comigo. Eu vinha para Brasília. Mudei de residência há poucos dias. Acordei, abri a janela, vi o motorista com o carro pronto para me levar ao aeroporto. Arrumei-me – tomei banho, vesti-me – e, quando cheguei à porta, ele não estava, não apareceu. Então, resolvi tomar um táxi para ir ao aeroporto.

Ao chegar em Brasília, soube que o meu motorista, José Damião da Silva, havia sido seqüestrado – por alguns minutos, eu não estava junto. Felizmente, ele já está bem, em casa, com seus familiares. Descreveu-me há pouco que dois rapazes, de cerca de 23 e 25 anos, apontaram-lhe um revólver, dizendo-lhe que se movesse para a lateral do banco, para o banco de passageiros. Ambos entraram no automóvel e o levaram. Pediram seus documentos, cartões de crédito e o código para retirar o dinheiro, ali no Jardim São Luiz, depois da Marginal, perto do viaduto da Avenida João Dias. Ele havia dito que estava ali me esperando para levar-me ao aeroporto e que era um simples motorista do Senador Suplicy. Eles, então, disseram: “Bom, se é de político, então a polícia acha fácil o carro. Esse é um BO muito grande” – usaram essa expressão. Havia um livro de minha autoria, Renda Básica de Cidadania, que eles gostaram, até anotaram ali o código da conta do motorista. Chegaram a afirmar que iriam votar em mim, mas resolveram deixar o motorista com o automóvel, dizendo:

“Olha, agora você não olha para nós” – ali, perto da ponte da Avenida São Luiz.

José Damião da Silva trabalha comigo desde 1985, é pessoa muito querida minha e da família. Felizmente, está em casa, mas ficou muito preocupado. Isso ocorreu na frente da minha casa hoje.

Registro esse fato para dizer que não se trata de uma ação contra um partido ou outro. Nós precisamos cooperar. Ainda ontem conversei com o Governador Cláudio Lembo, por ocasião do lançamento do livro sobre o Sr. Otávio Frias de Oliveira, a respeito da proposição que ele me havia feito, de apresentar um projeto de lei que permitisse àqueles que estão detidos, reeducandos, prisioneiros, trabalhar na própria reconstrução do Presídio de Araraquara, que destruíram. Por carta, pronunciei-me a respeito na última semana.

A Assessoria do Senado informou-me – e eu informei ao Governador que não é necessário um projeto de lei novo, porque a Lei de Execução Penal permite perfeitamente que reeducandos trabalhem em obras públicas, inclusive no ambiente da prisão e na própria reconstrução e reforma do presídio. Isso pode perfeitamente ser realizado.

Também conversei com o Secretário de Assuntos Penitenciários, Antônio Ferreira Pinto, dando essa informação. Ele me disse que aquela superlotação – 1443 presos num único ambiente – já diminuiu para cerca de quatrocentos. A situação foi bastante amenizada desde aquele episódio de há quase um mês.

Acho que, para resolvermos esses problemas todos, temos de pensar, com mais energia e determinação, na instituição de mecanismos que possam fazer da sociedade brasileira uma sociedade cada vez mais justa e solidária, onde as pessoas não sintam a necessidade de seguir o caminho da criminalidade para assegurar a sobrevivência digna de seus familiares.

Senador Sibá Machado, ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, fiquei ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a e realmente é chocante o que estamos aqui assistindo pela imprensa nacional. Agora, V. Ex^a traz essa notícia de última hora, que nos colhe a todos de surpresa, que trata sobre o seqüestro do motorista que trabalha com V. Ex^a há tanto tempo. Isso poderia ter acontecido inclusive com V. Ex^a se, minutos antes, tivesse entrado naquele carro. Eu estava vendo os noticiários de hoje, e a ONG Repórteres Sem Fronteiras faz uma comparação que realmente bate muito bem com o que eu vinha pensando de ontem para hoje. Diz que estamos vivendo a modernidade de tudo e é claro que a do crime também. É uma cópia do que eram táticas de guerra vinculadas eminentemente a grupos políticos, sejam de esquerda, sejam de direita, sejam de extrema esquerda ou de extrema direita, que se digladiaram tanto nas décadas de cinqüenta, sessenta, setenta e parte da década de oitenta. Agora, se vêem facções do crime organizado usando desses métodos. A matéria fala até da comparação com métodos utilizados na guerra entre o povo de Israel e o povo árabe durante esses cinqüenta anos. Fico realmente muito preocupado porque, no meio de uma situação dessa natureza, no meio de uma campanha eleitoral ainda existem pessoas que queiram tratar desse assunto de maneira político-eleitoral. Ao que estamos assistindo é muito sério, é muito preocupante para todas as pessoas.

O que aconteceu com os dois profissionais da Rede Globo creio que realmente está acima de qualquer avaliação mais simplista ou banal, é uma coisa a ser pensada com muito carinho.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – A TV teve de tomar a decisão de veicular o vídeo que foi gravado, sob pena de ver um de seus profissionais ter sua vida consumada por uma organização dessa natureza. Também acho que a decisão da emissora foi correta. O método é muito parecido mesmo com o que se vê hoje no Oriente Médio: seqüestro de pessoas, veiculação de rostos encapuzados e assim por diante. E o que vejo também é que, às vezes, o assunto é tratado como, por exemplo: o problema é recrudescimento na lei? O problema é da falta de presídios? O problema é que determinados governantes – digamos assim – não se importam direito? É ter um Ministério especial para tratar do problema? O que tenho achado é que talvez as respostas para poder se coibir esse tipo de atividade não estão sendo mais a contento. Tenho assistido inclusive aos debates da televisão. Ontem assisti ao da Rede Bandeirantes e as respostas não nos satisfazem quanto ao que seria uma atitude correta de Estado em relação a esse tipo de crime. Mas quero dizer a V. Ex^a que as pessoas que estão muito preocupadas com tudo isso deveriam se manifestar. Quem tiver idéias sobre o assunto, está na hora de recolhimento de idéias, que possam ser acatadas pelos candidatos à Presidência da República e a Governos de Estados e assim por diante. Fico aqui solidarizando-me também com V. Ex^a, com os jornalistas da TV Globo e, é claro, com toda a população de São Paulo, que, durante este ano inteiro, está vivendo uma situação de medo, de pavor. Medo de sair de casa. Fico aqui imaginando um profissional do serviço de segurança pública de São Paulo, que todos os dias sai de casa e fica preocupado se voltará com vida e com saúde. Digo aqui para V. Ex^a, com toda a segurança: acho que requer muita maturidade. Este assunto é suprapartidário, este assunto está acima de qualquer entendimento político, requer, do meu ponto de vista, idéias de quem as tiver – talvez até o Senado Federal possa abrir uma página de inserção na Internet, para recolher sugestões, porque está na hora de se materializar algumas sugestões mais contundentes para se coibir esse tipo de atitude. Volto a dizer que acho que, por força da globalização, são pessoas que estão vivendo hoje da modernidade de comunicação estando ou não presas. A situação é de zombaria: de zombaria com a autoridade pública,

de zombaria com a autoridade policial, de zombaria com a figura do Estado. Não podemos ficar aqui apenas dizendo que se deve aumentar a penalidade, que se deve fazer mais um presídio. Como se vê aqui, são 262 policiais para manter Fernando Beira-Mar encarcerado? Aqui, Senador Suplicy, fica a solidariedade de uma pessoa que, mesmo morando tão distante de São Paulo, está muito preocupado com o desenrolar das coisas no Estado de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Fiquei pensando um pouco, porque o José Damião da Silva, o meu motorista, disse que os dois seqüestradores responderam que também eram pais de família, quando ele informou que tinha cinco crianças. Eles até disseram “somos pessoas calmas”. Felizmente, ele está bem e, inclusive, já pôde estar com sua família, filhas e filhos.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a mencionou o debate de ontem. Quero aqui, com o maior carinho e amizade pelo Presidente Lula, recordar o que eu disse em alguns pronunciamentos, em 1998, quando o Presidente Lula disputava a eleição com o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, candidato à reeleição.

No dia 5 de agosto de 1998, disse, em um discurso como Líder, que a edição de 26 de junho de 1998 da **Folha de S. Paulo** registrou a seguinte declaração do Presidente Fernando Henrique Cardoso: “Não vou a debates no primeiro turno. Posso mudar de opiniões, se cair nas pesquisas”. Nessa mesma entrevista, ao ser questionado se isso não era mudar as regras no meio do jogo, Sua Excelência afirmou que “a política não é regra, é criatividade”.

Então, eu disse: É inacreditável que o Presidente da República possa ter feito uma declaração dessas. Suas palavras revelam descaso e até desprezo pela opinião pública. Não consigo reconhecer aquela pessoa que, durante os anos 60, 70 e 80, esteve ao meu lado e ao lado de tantos que lutaram pela volta da democracia em nosso País e pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas.

O debate direto entre os candidatos constitui o acontecimento mais significativo das campanhas eleitorais nos países democráticos. Lembremo-nos de que, durante a campanha para que o Congresso Nacional votasse a Emenda da Reeleição, o Presidente Fernando Henrique Cardoso referiu-se mais uma vez aos Estados Unidos, país onde o Presidente tem o direito de disputar a reeleição por uma vez.

Ora, qual o momento mais importante da campanha eleitoral...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... nos Estados Unidos? (dizia eu em discurso de 1998). Justamente os debates entre os candidatos transmitidos em cadeia para toda a nação, debates esses que inclusive têm sido transmitidos pela CNN ou, às vezes, até pelas nossas emissoras de televisão. Nós brasileiros, via CNN ou emissoras nacionais, assistimos a esses debates com extraordinário interesse.

Prossigo contando a história de debates nos Estados Unidos, na França e assim por diante. E eu recordava o episódio de 1985, quando eu e o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ambos candidatos, criticávamos severamente o ex-Presidente Jânio Quadros, que preferiu não comparecer ao debate realizado entre os candidatos a prefeito, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi muito crítico pela ausência de Jânio Quadros.

Quero aqui, com carinho, dizer ao meu amigo, Presidente Lula, se puder reconsiderar esta opinião de não ter comparecido ao debate na Rede Bandeirantes... Quem sabe possa haver outro debate na Rede Bandeirantes. Haverá outro ainda...

Mas eu sinceramente avalio que o debate entre os candidatos é o momento mais alto da campanha, ainda mais quando se tem um candidato que é o Presidente da República. Ele poderá mostrar a sua atitude de aperfeiçoamento da democracia brasileira, porque obviamente o Presidente da República tem uma cobertura natural no cotidiano de todos os fatos dos quais participa. Então, há uma relativa vantagem em relação aos demais. Mas se ele disser...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só mais este ponto. Se ele puder dizer: “Eu faço questão de ir ao debate e proporcionar igualdade de condições para os meus adversários em relação a mim”. Mesmo que o Presidente, de repente, por causa da regra do debate, precise esperar que cinco, seis candidatos, todos venham fazer críticas a ele, mas daí é claro que os telespectadores estarão aguardando o momento de o Presidente dizer as suas palavras, apresentar as suas propostas e o seu conhecimento extraordinário do Brasil. E ele terá uma condição excepcional para dizer o que pretende fazer e o que faz e assim por diante.

Posso conceder dois breves apartes? Ao Senador Leonel Pavan e ao Senador Pedro Simon, porque ambos me pedem?

Com muita honra, ouço V. Ex^a.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permita-me, Sr. Presidente, o aparte, já que hoje é um dia bastante tranquilo, e dá até para debatermos esse assunto, que é muito importante. Meu amigo, Senador Suplicy, primeiro eu gostaria de falar sobre a questão da segurança. Eu vinha vindo no carro, ouvindo-lhe, e confesso que o fato mexeu conosco, até porque V. Ex^a poderia ter sido vítima por – um acaso não foi vítima. Então, também queremos nos sensibilizar com essa situação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – O problema é o seguinte: não queremos jogar a responsabilidade para ninguém sobre a questão da segurança. Nem para o Presidente da República, nem para o governador de São Paulo, Cláudio Lembo. Não vamos jogar só para um, não vamos responsabilizar uma pessoa só, não vamos fazer isso. Mas uma coisa é preciso ser lembrada, Senador Eduardo Suplicy: o Fundo Penitenciário Nacional tem R\$335 milhões para serem investidos, até agora foram investidos só R\$5 milhões. Posso estar errado, mas estou pegando dados que me foram passados há pouco pela minha assessoria. Só foram investidos R\$5 milhões do Fundo Penitenciário Nacional. E parece-me que esse investimento foi em passagens, eventos, computadores e assim por diante. Essas coisas são importantes, muito importantes, como equipamentos. Porém, só foram investidos R\$ 5 milhões. Parece também que o Siafi, no primeiro semestre, anunciou – isso quem me passou foi a assessoria do PSDB – que o governo tem R\$1,5 bilhões para investir. Até agora, comprometidos, são só 12% dos R\$1,5 bilhões. E liberados mesmo não chega a 1%, ou um pouco mais de 1%, não sei. É claro que não se deve responsabilizar só o Presidente Lula, mas, se existem os recursos destinados ao orçamento, por que não liberá-los, Senador? Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a também não concorda com isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Senador Leonel Pavan, dar-lhe a informação que me transmitiu, no sábado, o próprio Secretário de Assuntos Penitenciários, Antônio Ferreira Pinto. Inclusive, após o encontro do Presidente com o Governador Cláudio Lembo, sexta-feira última. No sábado, informou-me que já estavam tomadas as providências que o Ministro da Justiça pediu no sentido de formalizar exatamente a destinação dos recursos. Já estavam depositados na conta do Governo do Estado de São Paulo R\$87 milhões. Os R\$13 milhões restantes, para a construção dos presídios necessários, estarão em breve liberados. Aquela providência de liberação de R\$100 milhões de recursos do Governo da União

para o Governo do Estado de São Paulo, diante da emergência, foi tomada nos últimos dias.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, esse debate é importante. Hoje não haverá votações. Portanto, solicito um tempo a mais para debatermos com o Senador Eduardo Suplicy essa questão. Nossa intenção é de encontrar soluções. É correto, Senador Eduardo Suplicy, que os recursos liberados agora não salvam, não inocentam, nem isentam os responsáveis do passado. Tudo o que ocorreu até agora poderia ter sido amenizado se tivessem investido esses recursos antes, se tivessem destinado R\$80 milhões ou R\$100 milhões antes. Isso se pudessem tê-los destinado. Não destinaram.

Agora, esse recurso poderá amenizar a situação daqui para a frente. Também destinaram R\$13 milhões para os presídios de Santa Catarina, mas só falaram, não existe o dinheiro, o dinheiro não está lá, não está liberado! A verdade é que estamos vivendo um momento dos mais difíceis no Brasil em relação à segurança. No entanto, não sei se por burocracia ou o que seja, não se libera, a não ser sob pressão, Eduardo Suplicy, independentemente de quem seja o Presidente da República. Segurança é prioridade. É prioridade! Não se pode deixar o recurso parado no caixa. Tem de liberar! Está garantido! Foi aprovado! Outra questão que gostaria de colocar aqui é sobre o fato de o Lula não ter ido ao debate. Não dá para se comparar com o Fernando Henrique Cardoso, dizendo que ele fazia também. O Fernando Henrique Cardoso não é candidato; o candidato é Geraldo Alckmin. Ele já passou; agora, são novos candidatos! O Lula está disputando com o Alckmin, com a Heloísa Helena, com o Cristovam. É um novo processo, é uma nova eleição, é novo debate, são novos tempos, é nova história! Porque o Lula sempre demonstrou ser diferente e dizia que seria diferente! E, lamentavelmente, penso que ele fugiu do debate. Assim como não se pode comparar o Fernando Henrique Cardoso, que foi um grande Presidente da República, com o Alckmin, não podemos dizer que qualquer um do PT seja culpado pelas falcatruas que alguns do PT cometeram. Os que cometeram vão pagar; os que não fizeram vão ser julgados; para os que não cumpriram sua missão, com certeza, a população vai dar a resposta dia 1º de outubro! Agora, querer fazer a comparação, porque o Fernando Henrique Cardoso não foi, o Lula não quer ir, não faz sentido, pois penso que este não esteja indo por outros motivos, que não o da comparação!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a está percebendo que

eu aqui hoje estou recordando os meus discursos – são três que, inclusive, vou pedir para serem registrados nos Anais da Casa – de 1998, quando então procurava instar o Presidente Fernando Henrique Cardoso a participar dos debates. E hoje quero transmitir com fraternidade, com amizade ao Presidente Lula que ele estará prestando um serviço à democracia se comparecer aos debates.

Ouçó o Senador Pedro Simon com muito honra.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu acho que V. Ex^a está sendo muito claro. Aliás, justiça seja feita, não é por nada que a credibilidade de V. Ex^a tem índices tão elevados em São Paulo para candidato a reeleição. É que V. Ex^a, com muita dificuldade, com muitas interrogações dentro do seu próprio partido, vem mantendo a coerência que o caracteriza. As teses que V. Ex^a defendia ontem como líder e como Senador da oposição, V. Ex^a as busca e esforça-se para defendê-las hoje. Então o que tem que se salientar no seu pronunciamento é que, há quatro anos, V. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Aqui era 1998, Senador Pedro Simon...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Há oito anos, V. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Senador. Nesse mesmo discurso, citei palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a ausência de Jânio Quadros no debate de 1985, quando ele disse: “São Paulo vê, assim, que tipo de candidato é o Sr. Jânio Quadros. E que lástima para todos nós seria voltarmos a esse passado, aos mesmos golpinhos, tentando, simplesmente, fugir do debate”. Ou seja, eu queria recordar Fernando Henrique sobre a importância de ele vir ao debate. E defendia, então, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que era o principal adversário.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – E V. Ex^a mostra sua coerência. Defende, hoje, no Governo, o que V. Ex^a defendia, ontem, na Oposição. Mas essa não é a característica deste Senado. Tantos os companheiros de Fernando Henrique, que ontem silenciavam quando ele não queria ir aos debates, hoje, cobram do Lula, porque não vai ao debate. Quantos companheiros do PSDB, que hoje cobram do Lula que não vai ao debate, mas, ontem, calavam, silenciavam e defendiam Fernando Henrique que não ia ao debate. Dentro dessa heterogeneidade de comportamento, V. Ex^a mantém a coerência. E faz muito bem V. Ex^a de ir à tribuna. E não ir à tribuna para falar, mas ler o seu pronunciamento quando V. Ex^a era Líder da Oposição, e o candidato,

que não queria ir, era o Sr. Fernando Henrique. Não é só nesse assunto. São várias vezes, nestes quatro anos, que V. Ex^a tem ido à tribuna defender posições que defendia no passado e as defende agora. V. Ex^a, desde o início, defendeu a criação da CPI. O PT e o Presidente da República foram contra a criação da CPI. Nós tivemos de entrar no Supremo para que a CPI fosse criada. Esse é o mérito de V. Ex^a. Mas, lamentavelmente, é onde o Governo se identifica. Nós vamos ver que quem está no Governo está no Governo! Há muitas coisas que Fernando Henrique fez no Governo e que o Lula faz hoje. Como há muita coisa que o PT e Lula defenderam na Oposição e esqueceram hoje. V. Ex^a, em meio a esse conjunto geral, tem a credibilidade de estar sempre com a mesma posição. Por isso V. Ex^a é invencível em São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Concluindo, então, Sr. Presidente, quero agradecer as palavras do Senador Pedro Simon e até aqui registrar que achei importante que o Líder Senador Ney Suassuna tenha ouvido as recomendações do Senador Pedro Simon, dizendo que se vai dedicar, por um período, inteiramente, para esclarecimento e defesa, por isso pede licença, seguindo a palavra com uma força tão forte quanto a de V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tenho certeza de que o Senador Saturnino, esse excepcional andarilho da democracia brasileira, permitirá que eu fale.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito, eu estava na dúvida se V. Ex^a queria ou não um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Apelo para a brevidade, Senador, em razão da inscrição de vários outros nobres Colegas que sucederão ao Senador Suplicy na tribuna.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Mas eu tinha que me solidarizar com o Senador Suplicy pelos momentos de angústia que viveu quando seu motorista – parece-me – foi seqüestrado neste fim de semana.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu vinha em meu carro e fiquei sensibilizado e angustiado para chegar aqui e emprestar a V. Ex^a a minha solidariedade para que seja transmitida a esse trabalhador. Isso mostra exatamente o quadro que o Brasil vive hoje. Não é São Paulo. No Rio, tivemos recentemente o falecimento de um português. E, para mostrar ao Brasil que a crise da segurança é grave, tivemos há três meses no

Congresso Nacional, mais precisamente na Câmara, a invasão inusitada de sindicalistas comandados pelo Sr. Bruno Maranhão, que provocou, inclusive, ferimentos em funcionários desta Casa. A violência que assola o País aumentou muito nesses últimos quatro anos, infelizmente. Agora, Senador Eduardo Suplicy, quero lhe dar uma sugestão. V. Ex^a falou com muita emoção, mas deixou passar a impressão a quem estava ouvindo de que, ao tomar conhecimento de que o motorista era de V. Ex^a, os seqüestradores o soltaram. Ficará muito ruim essa impressão para a opinião pública. Minha pergunta é: se o motorista fosse de um Senador que combate o Governo, teria tido ele o mesmo tratamento dos seqüestradores? Ficou muito ruim. Eu, como amigo de V. Ex^a, sugiro que V. Ex^a volte a esclarecer esse episódio. Falo como amigo, como uma pessoa que preza pela sua imagem. Até fiquei preocupado em saber se havia ouvido erradamente, mas duas ou três pessoas que consultei tiveram a mesma impressão. Tenho certeza de que é apenas um episódio, mas seria bom que fosse feito esse esclarecimento. A princípio, tenho esse cuidado, porque, recentemente, uma revista desse fim de semana – salvo engano, a **Veja** – mostrou diálogos em que prisioneiros mandavam que companheiros tivessem ações duras com políticos no Brasil. Portanto, eu queria apenas fazer esse registro. Para finalizar, penso que não estamos no momento de lembrar o que alguns políticos brasileiros disseram no passado, até porque, no último debate da eleição passada, o Presidente Lula batia muito na tecla de que, no seu palanque, não subiria ladrão, não haveria lugar para corrupção. Alguma coisa mudou. Fica o registro.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, em primeiro lugar, agradeço a sua solidariedade. Gostaria de prestar a seguinte informação: o meu motorista, José Damiano da Silva, disse-me que, ao ser seqüestrado, explicou que era apenas um motorista. Os dois seqüestradores pediram-lhe os documentos, os cartões de crédito, para que pudessem proceder à retirada em dinheiro da sua conta bancária, e João Damiano forneceu sua senha. Inclusive, os dois seqüestradores telefonaram para uma terceira pessoa, informando o código e o anotaram num livro que se encontrava no carro e que, coincidentemente, era de minha autoria. Perguntaram-lhe o que fazia, e João Damiano disse que era um motorista e que ia levar-me ao aeroporto. Por poucos instantes, eu não os encontrei, porque estava saindo de casa no momento do seqüestro.

Mas isto, então, indica que os dois rapazes não sabiam que aquela era a minha residência e que o

José Damiano era a pessoa que me levaria e que trabalha comigo desde 1985. Mas, quando ele informou aos dois que trabalha para um Senador – não sei se aí eles identificaram que era um Senador do PT e que apóia o Presidente Lula –, os seqüestradores disseram ao José Damiano da Silva: “Então este BO é muito grande; vamos deixar você com o automóvel”. E o deixaram lá.

No diálogo, é fato – disse-me o Damiano – que eles disseram: “Nós vamos votar no Senador Suplicy”. Esse foi o fato objetivo que aconteceu.

Com respeito aos debates, tenho a convicção de que...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Suplicy, apelo que V. Ex^a conclua agora.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Estou saindo da tribuna, Sr. Presidente.

Com respeito aos debates, tenho a convicção de que, quanto ao meu amigo, companheiro e Presidente que apóio, eu o ajudarei sempre que disser a opinião da forma mais sincera possível, mesmo que eventualmente divergindo. Mas a minha recomendação é: Presidente Lula, se comparecer aos debates, inclusive no primeiro turno, Vossa Excelência estará contribuindo, e muito, para o aperfeiçoamento das instituições democráticas no Brasil.

O debate é a maneira de fazer com que nós candidatos e partidos gastemos muito menos. Eu, embora esteja muito bem nas pesquisas de opinião, aceito o debate com os meus adversários em qualquer meio de comunicação que nos convide.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Suplicy, a Mesa, em nome do Senado e de todos os Senadores, expressa a mais profunda solidariedade ao servidor que há tanto tempo lhe presta serviços, Sr. José Damiano, e naturalmente também a V. Ex^a, pelo acontecido.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Requeiro que sejam transcritos os pronunciamentos de 1998.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Notas do dia 29/06/1998

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - V. Ex^a tem a palavra como Líder.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso está prestes a cometer um atentado contra a democracia. Afirmou na última quinta-feira que não participará dos debates no primeiro turno, depois que as pesquisas apontaram uma ligeira reação sua diante de seu principal adversário Luís Inácio Lula da Silva. Com essa atitude, estará o Presidente da República restringindo o direito do povo brasileiro de conhecer e comparar melhor as ações, atitudes e proposições dos candidatos frente à frente.

Como se já não bastassem o extraordinário poder daquele que está à frente do Executivo em relação aos demais adversários e o benefício que a cobertura normal dos meios de comunicação dá a quem está exercendo a Presidência, Fernando Henrique agora pretende fugir dos debates com seus adversários. Quero lembrar que, ao dar explicações à opinião pública sobre o direito de reeleição, reiterou que aquele direito vigora há muito tempo nos Estados Unidos. Só que o ponto alto da campanha naquele país é justamente os debates que fazem os candidatos à Presidência, sendo tradicional o comportamento do presidente se submeter a mais de um debate nos meios de comunicação com o seu principal adversário. Todos nós temos a viva lembrança desses debates de extraordinária importância.

Por outro lado, é importante assinalar a atitude positiva do Governador de São Paulo, Mário Covas, de se afastar do cargo para disputar a campanha eleitoral para o Governo do Estado. Nesse caso, Covas expressou publicamente o fato de não se sentir à vontade de ser, ao mesmo tempo, Governador de São Paulo e pedir votos aos eleitores. Tenho certeza de que, qualquer que seja o lugar em que esteja nas pesquisas, Mário Covas não se furará a debater com seus adversários. Aliás, os que estão fugindo são justamente Paulo Salim Maluf e Francisco Rossi, que não têm tradição de serem defensores das instituições democráticas no Brasil. Durante o regime Militar, esses candidatos não defenderam, desde a primeira hora, a volta das eleições diretas. É de se supor que o Presidente Fernando Henrique, que foi um dos que lutou pela democracia no Brasil, não venha agora negar o direito de o povo escolher a melhor proposta para o País, só porque está em vantagem nas pesquisas, através dos debates pelos meios de comunicação.

O estranho é que o Sr. Fernando Henrique declarou meses atrás que gostaria muito de dialogar com Luís Inácio Lula da Silva, a quem considera o principal Líder de Oposição. Que melhor oportunidade teria o Presidente da República de dialogar com Lula diante de todo o povo brasileiro pela TV com um debate entre ambos? Estará S.Ex^a. com receio de que Lula aponte os principais problemas e falhas que não conseguiu resolver até hoje relativos às altas taxas de desemprego, à erradicação da miséria e à distribuição da renda?

Não podemos admitir que o atual Presidente da República venha a público dizer “não vou a debates no 1º turno. Posso mudar de opinião se cair nas pesquisas”, por pensar que “política é criatividade”. Maior criatividade terá

ele se permitir que os milhões de eleitores brasileiros tenham o direito de escolher o próximo Presidente da República da forma mais democrática possível, a exemplo do que ocorre no processo eleitoral dos Estados Unidos, que tanto o inspirou quando defendeu a própria reeleição. Espero que não venha a seguir o mau exemplo de Jânio Quadros, o qual usou deste expediente, ao se recusar a debater com o Sr. Fernando Henrique e demais adversários, quando sagrou-se vencedor da disputa para Prefeito de São Paulo, em 1985. Jânio Quadros venceu as eleições, mas não serviu ao seu povo com um bom exemplo de prática democrática. Naquela oportunidade, Fernando Henrique Cardoso, de quem eu também era adversário, criticou veementemente Jânio Quadros por ter se ausentado de um debate tão importante para o aperfeiçoamento da democracia.

Sr. Presidente, espero que ele se lembre desse episódio e resolva, desde já, no primeiro turno, inclusive, participar dos debates com os principais adversários de acordo com as regras da Lei Eleitoral vigente.

Notas do dia 05/08/1998

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a edição de 26 de junho de 1998 do jornal **Folha de S.Paulo** registrou a seguinte declaração do Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso: "Não vou a debates no primeiro turno. Posso mudar de opinião, se cair nas pesquisas". Nessa mesma entrevista, ao ser questionado se isso não era mudar as regras no meio do jogo, Sua Excelência afirmou que "política não é regra, é criatividade".

É inacreditável que o Presidente da República possa ter feito uma declaração dessas. Suas palavras revelam descaso e até desprezo pela opinião pública. Não consigo reconhecer aquela pessoa que, durante os anos 60, 70 e 80, esteve ao meu lado e ao lado de tantos que lutaram pela volta da democracia em nosso País e pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas.

O debate direto entre os candidatos constitui o acontecimento mais significativo das campanhas eleitorais nos países democráticos. Lembremo-nos que, durante a campanha para que o Congresso Nacional votasse a Emenda da Reeleição, o Presidente Fernando Henrique Cardoso referiu-se mais de uma vez aos Estados Unidos, país em que o presidente tem o direito de disputar a reeleição por uma vez.

Ora, qual o momento mais importante da campanha eleitoral nos Estados Unidos? Justamente os debates entre os candidatos, transmitidos em cadeia para toda a nação - debates esses que, inclusive, têm sido transmitidos pela **CNN**, ou, às vezes, até pelas nossas emissoras de televisão. Nós, brasileiros, seja via **CNN** ou emissoras nacionais, assistimos a esses debates com extraordinário interesse.

Por exemplo: foram marcantes os dois debates entre os candidatos Richard Nixon e John Kennedy, no início dos anos sessenta. Nixon estava à frente nas pesquisas quando Kennedy conseguiu sair-se brilhantemente em duro embate, conquistando o eleitorado. Alguns até comentam aspectos menos importantes sobre o que ocorreu à época: dizem que Richard Nixon não tinha feito a barba direito! Mas o fato é que, no conteúdo, John Kennedy foi brilhante e conseguiu vencer o seu oponente.

O Presidente George Bush, disputando com Bill Clinton e Ross Perot, participou de dois debates, e, neste caso, foi Bill Clinton que conseguiu se sair melhor, vencendo as eleições contra o Presidente que estava no exercício do mandato.

Na campanha seguinte, Clinton, desta vez como Presidente, aceitou debater duas vezes com o seu adversário, Bob Dayle, experiente Senador que muito sabia da política norte-americana e, inclusive, da política externa. O Presidente Bill Clinton se saiu bem e venceu o debate e as eleições. Ou seja, não há regra que estabeleça que se sai sempre melhor o Presidente em exercício.

Na França, têm sido memoráveis os debates entre os candidatos à presidência. É o momento da campanha que toda a Nação quer assistir, do

qual todos querem participar, opinar sobre quem se sairá melhor e quem está mais bem preparado.

Ironicamente, o Senhor Fernando Henrique está repetindo o comportamento do ex-Presidente Jânio Quadros que, em 1985, estando à frente nas pesquisas eleitorais, resolveu se ausentar dos debates realizados entre os candidatos a prefeito de São Paulo. Entre esses candidatos, estava o próprio Fernando Henrique, eu e ainda Francisco Rossi, Ademar de Barros, José Maria Eymael e outros. Naquela ocasião, fiquei indignado. Ora, estávamos disputando com um ex-Presidente, que, naturalmente, era muito mais conhecido do que eu - pela primeira vez Deputado Federal - ou Fernando Henrique - pela primeira vez Senador. Como disputar de igual para igual com quem havia sido, mesmo que no início dos anos 60, Presidente da República e que era uma figura mítica, de grande carisma?

Critiquei a ausência de Jânio Quadros. E o que disse Fernando Henrique sobre Jânio Quadros? Ele também se indignou e disse: "São Paulo vê, assim, que tipo de candidato é o Sr. Jânio Quadros e que lástima para todos nós seria voltarmos a esse passado, aos mesmos truques, aos mesmos golpinhos (sic), tentando simplesmente fugir ao debate.

Fernando Henrique disse que o Presidente Jânio Quadros - que estava melhor nas pesquisas de opinião - queria fugir ao debate. E isso foi lembrado recentemente pelo próprio Painel da **Folha de S. Paulo**.

Lembrança comprometedora, senhoras e senhores. Como o Presidente nega ter dito que pediu para esquecerem seus posicionamentos passados, vamos ecoar suas palavras dizendo, com as devidas adaptações, o mesmo. Vamos abrir aspas para adaptar as declarações de Fernando Henrique sobre Jânio Quadros a ele próprio. Fernando Henrique falava de Jânio e de São Paulo. Vou usar as mesmas palavras, apenas adaptando-as a Fernando Henrique e ao Brasil. Abro aspas para plagiar a análise de Fernando Henrique Cardoso, Senador, em 1985: "O Brasil vê, assim, que tipo de candidato é o Sr. Fernando Henrique e que lástima para todos nós seria continuarmos com esses mesmos truques, com esses mesmos golpezinhos, tentando simplesmente fugir ao debate."

Fica a pergunta: estaria o Presidente com receio de ser questionado sobre as taxas recordes de desemprego, a desigualdade social persistente, os índices crescentes de criminalidade, a demora em realizar a reforma agrária, a concentração de riqueza produzida pelo Proer e as privatizações ou, ainda, a respeito da política externa brasileira?

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) - Pois não, nobre Senador Bello Parga. Permita-me apenas concluir o meu raciocínio, inclusive porque, na conclusão, farei uma proposta sobre a qual gostaria muito de ouvir a opinião de V. Ex^a.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) - Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) - Fica a pergunta: estaria o Presidente se propondo a quê? Estaria ele querendo aperfeiçoar a democracia com tal sistemática?

Ao recusar-se a debater com seus adversários, Fernando Henrique Cardoso, na verdade, presta um desserviço à democracia. Isso é tão mais grave quando nos recordamos que o Governo usou de todos os artifícios

para pressionar o Congresso a votar uma lei eleitoral que reduziu para apenas 45 dias a propaganda eleitoral pela televisão e pelo rádio.

V. Ex^{as} sabem o que são 45 dias, nobres Senadores Bello Parga, Geraldo Melo, Djalma Bessa, Marina Silva, Nabor Júnior e Bernardo Cabral, que aqui nos honram com a sua presença? É um tempo menor do que o da minissérie Hilda Furacão, personagem que conseguiu comover as pessoas com a sua bela história de busca da pessoa amada e que, certo dia, após procurar tanto, diante das manifestações que ocorreram, do golpe militar e da repressão toda, perde-se do Frei que queria encontrar. Quatro anos depois, na manifestação de maio de 1968, os dois, na luta pela democracia e contra a ditadura - ele participando do movimento cristão por direitos à cidadania -, eis que, em meio a manifestação tão bonita dos jovens pela liberdade, encontram-se para viver o amor que tanto queriam.

Ora, o Brasil está querendo encontrar o seu grande amor pela liberdade, pela democracia, tudo aquilo que levou Fernando Henrique, a mim próprio, Lula e tantos de nós a pedirmos pelas Diretas Já, por ética na vida política. Do que tem receio agora Fernando Henrique Cardoso? Da prática da democracia?

Evidentemente essa legislação foi feita de encomenda para favorecer o candidato que está no poder. Aqueles que acreditavam que, como Presidente, Fernando Henrique Cardoso iria contribuir para aperfeiçoar a democracia brasileira e reformar as nossas instituições políticas estão tendo amarga decepção. Na realidade, o Presidente da República tem atuado de várias maneiras para enfraquecer ainda mais o nosso regime democrático. Exemplo disso são os seus dois atos recentes. Primeiro, vetar na LDO, pela segunda vez, que seja o Poder Executivo obrigado a mostrar quais as repercussões do Proer sobre o Orçamento. Por que razão o Presidente faz isso? Disse ele na sua justificativa que os dados não estariam completos. Ora, que os apresente parcialmente, já que sempre defendia a transparência dos atos da Administração Pública.

Depois, tentarem o Banco Central e as autoridades monetárias postergar a revelação da situação do déficit público. Hoje, toda a imprensa comenta isso, inclusive o jornal **O Estado de S.Paulo**, que, em geral, tem sido tão favorável à postura do Presidente Fernando Henrique Cardoso e crítico das posturas de seus adversários, em especial de Lula. Traz ele um editorial, com o qual estou de pleno acordo, dizendo que o Governo se enfraquece ao evitar dar transparência às informações sobre o déficit público.

Está aí, portanto, mais um exemplo de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso não está agindo de acordo o que foi a sua trajetória de luta pelo aperfeiçoamento da democracia. Sua postura, inclusive, está servindo de modelo para outros candidatos, como o ex-Presidente Itamar Franco, em Minas Gerais, e César Maia, no Rio de Janeiro, que, citando Fernando Henrique, afirmaram que seguiriam o seu exemplo de não comparecer a nenhum debate antes da eleição. Itamar Franco, embora estando à frente nas pesquisas de opinião, fala também que não comparecerá. É por ter sido Presidente da República que Itamar Franco não quer dialogar com os demais candidatos? Se resolveu ser candidato a governador, então ele está em condição de igualdade com os outros candidatos. O ex-Presidente Itamar Franco, que muito respeito, mas que incorre em dramático engano, diz

que está imitando Fernando Henrique Cardoso. Que mau exemplo, Presidente Fernando Henrique!

De minha parte, como candidato que está liderando todas as pesquisas de intenção de voto para senador por São Paulo, quero reiterar minha disposição de debater, frente a frente, com meus adversários, nos meios de comunicação. Acredito que a melhor maneira de esclarecer os eleitores sobre as idéias de cada candidato são os debates.

Quanto mais freqüentes se tornarem, mais contribuirão para o aprimoramento de nossa incipiente democracia.

Quero conclamar o Presidente Fernando Henrique Cardoso a rever a sua postura. Que pense melhor e decida aceitar participar de debates com seus adversários. Não há oportunidade melhor, Sr. Presidente, Senador Nabor Júnior, de o Presidente minimizar todas as alegações e denúncias, que estão ocorrendo no cotidiano, de abuso da máquina administrativa, de uso de aviões, bem como de toda a estrutura do Poder Federal, estadual e municipal. Será o momento de neutralizar os ataques que vem sofrendo, e vai sofrer cada vez mais, por estar recebendo o auxílio extraordinário de grupos econômicos, inclusive dos interessados em participar do processo de privatização, daqueles que receberam créditos a taxas de juros bem menores do que as de mercado, como as instituições financeiras que se beneficiaram do Proer, as médias e grandes empresas que receberam recursos do BNDES, do Banco do Brasil, etc.; as que contrataram grandes obras com o Poder Público.

O Presidente poderá dar o exemplo e, em igualdade de condições, participar de debates com os seus adversários. Aí estará valendo no debate a presença de espírito, a capacidade plena, o olho-no-olho de cada candidato, a possibilidade de os eleitores, a opinião pública e a imprensa observarem as propostas de cada um, os seus valores, como cada um se comporta diante de críticas severas. Acaba de chegar aqui o Senador Roberto Freire, que está em campanha por Ciro Gomes. Estou aqui dizendo, Senador Roberto Freire, da importância da realização de debates e pedindo ao Presidente da República Fernando Henrique que reveja a sua postura de não querer participar deles. Quero que haja esse debate.

Gostaria de apresentar uma sugestão ao Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, e ao Presidente Michel Temer, da Câmara dos Deputados, no sentido de organizarem um debate entre os candidatos à Presidência, nos termos da lei eleitoral em vigor, por meio da **TV Senado** e da **TV Câmara**, facultando às demais emissoras sua transmissão simultânea. Eis a minha proposta, Senador Nabor Júnior.

Conversei com o Presidente Michel Temer na semana passada, mas eu ainda não tinha tido essa idéia que acabei de sugerir, sobre a importância de os presidentes de ambas as Casas tentarem convencer o Presidente Fernando Henrique Cardoso da necessidade de ele mudar de postura e participar dos debates. Mas agora vem aqui a minha proposta adicional: por que não o próprio Senador Antonio Carlos Magalhães presidir os debates, em colaboração com o Presidente Michel Temer? S. Ex^{as} podem, sobretudo, presidir o debate entre os três principais candidatos, de acordo com o que está previsto na lei; podendo este ser feito por etapas, como reza o art. 46 da Lei Eleitoral:

“Art. 46. Independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita no horário definido nesta lei, é facultada a

transmissão, por emissora de rádio ou televisão, de debates sobre as eleições majoritária ou proporcional, sendo assegurada a participação de candidatos dos partidos com representação na Câmara dos Deputados, e facultada a dos demais, observado o seguinte:

I - nas eleições majoritárias, a apresentação dos debates poderá ser feita:

a) em conjunto, estando presentes todos os candidatos a um mesmo cargo eletivo;

b) em grupos, estando presentes, no mínimo, três candidatos;"

Portanto, poderia haver, primeiro, um debate entre Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Ciro Gomes, que são os três que estão nos primeiros lugares, depois haveria a oportunidade para os demais.

"II - nas eleições proporcionais, os debates deverão ser organizados de modo que assegurem a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos e coligações a um mesmo cargo eletivo, podendo desdobrar-se em mais de um dia;

III - os debates deverão ser parte de programação previamente estabelecida e divulgada pela emissora, fazendo-se mediante sorteio a escolha do dia e da ordem de fala de cada candidato, salvo se celebrado acordo em outro sentido entre os partidos e coligações interessados.

§ 1º - Será admitida a realização de debate sem a presença de candidato de algum partido, desde que o veículo de comunicação responsável comprove havê-lo convidado com a antecedência mínima de setenta e duas horas da realização do debate.

§ 2º - É vedada a presença de um mesmo candidato à eleição proporcional em mais de um debate da mesma emissora.

§ 3º - O descumprimento do disposto neste artigo sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56."

Portanto, aqui estão as regras equitativas da formulação do debate.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) - V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT-SP) - Com muita honra, nobre Senador Bello Parga.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA) - Nobre Senador Eduardo Suplicy, neste momento V. Exª, tomando como referência debates entre candidatos presidenciais na América do Norte, aproveita, com uma certa veemência e até mesmo com indignação, para censurar o Presidente da República, candidato à reeleição, por não manifestar vontade de participar de debates. Eu gostaria de levantar apenas dois pontos, lamentavelmente fazendo reparo ao seu pronunciamento. Primeiro, felicito V. Exª por ferir a corda do debate que se dá via televisão na grande democracia do Norte. Efetivamente, lá já está se tornando tradição o debate entre os dois candidatos em cadeia nacional. São só dois candidatos, porque são só dois grandes partidos. Há, portanto, condições práticas e materiais para um debate dessa ordem. No Brasil, não há a menor condição de se repetir esse modelo, porque, até o momento, já temos

oito ou nove candidatos à Presidência da República, o que inviabiliza um debate dessa natureza no primeiro turno, conforme V. Ex^a está reclamando desde já. Se houver segundo turno, aí sim haverá condições de se promover esse debate entre o Presidente da República, que é candidato à reeleição, e o outro candidato que também chegar ao segundo turno. Não se pode esquecer que é possível também haver um segundo turno entre o candidato Lula e o candidato Ciro Gomes, e o Presidente da República, assim, nem teria oportunidade de participar de um debate dessa natureza. Portanto, acredito que, no segundo turno, o Presidente Fernando Henrique Cardoso debaterá com o outro candidato, qualquer que ele seja. E reitero os meus cumprimentos a V. Ex^a por erigir como paradigma de comportamento eleitoral aqui no Brasil o exemplo americano. Dessa vez V. Ex^a não recorreu ao exemplo cubano, onde, como V. Ex^a sabe, os debates são inexistentes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) - V. Ex^a sabe, Senador Bello Parga, como sou admirador das instituições democráticas americanas. Vivi nos Estados Unidos quase cinco anos de minha vida, e se há algo que aprendi muito bem foi justamente que lá as instituições democráticas funcionam e acredito que estejam sempre se aperfeiçoando.

Nem sempre estou de acordo com tudo que ocorre lá. Ao próprio princípio da reeleição, por exemplo, como V. Ex^a se recorda, não fui favorável, preferi seguir a recomendação do grande crítico e admirador da democracia na América, Alexis de Tocqueville, que não o recomendou aos Estados Unidos.

O Sr. Bello Parga (PFL-MA)- Mas isso é passado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) - É passado, estou apenas fazendo referência. E estarei sempre reforçando o que de bom há e que permite a transformação e o aperfeiçoamento da sociedade.

Pode perfeitamente haver um debate conforme os moldes que V. Ex^a preconiza; ou seja, com dois, três ou quatro candidatos. A lei permite o debate com pelo menos três candidatos. E seria razoável que esses três fossem os mais votados. Seria uma questão de acordo. A **TV Senado** transmitiria esse debate - obviamente todas as emissoras de rádio e televisão de grande expressão iriam retransmitir - e, depois, realizaria outro debate com os demais candidatos. Nesse caso, provavelmente, as emissoras não teriam a mesma vontade de retransmitir o evento, mas aí estariam plenamente cumpridas as regras do jogo.

Aqui fica a minha sugestão à **TV Senado** e à **TV Câmara**, emissoras que tanto têm contribuído para o aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas, pela comunicação ao povo brasileiro do que se passa no Congresso Nacional.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB-RN) - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) - Concedo o aparte, com muita honra, Senador Geraldo Melo.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB-RN) - Senador Eduardo Suplicy, quero unir-me ao Senador Bello Parga na homenagem a V. Ex^a, pela veemência e seriedade com que está tratando do assunto, como sempre faz nos pronunciamentos com que nos brinda nesta Casa. Quero também, como S. Ex^a, discordar da posição que V. Ex^a expõe. Em primeiro lugar, quem conhece o talento, o brilho, a verve, a cultura do Presidente Fernando Henrique Cardoso sabe muito bem que se Sua Excelência está dizendo que não vai a debate no primeiro turno, não há de ser por medo de participar de debate algum.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) - Não é o que parece, Senador.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB-RN)- O que parece é que Sua Excelência não vai a debate no primeiro turno. O que estou discutindo não é que vá. Estou afirmando que a minha convicção é de que Sua Excelência não vai não por medo de debater. Acho, Senador Suplicy, que o Presidente faz muito bem em não ir, porque V. Ex^a mesmo leu um trecho da lei eleitoral segundo o qual, ao contrário do que V. Ex^a afirma, não se permite que a instituição promotora do debate selecione os candidatos que devem participar. Ninguém tem o direito de dizer que vai promover um debate apenas com tais candidatos. V. Ex^a mesmo leu agora dispositivo da lei eleitoral segundo o qual o debate pode ser feito sem a presença de todos, desde que todos tenham sido convidados com antecedência mínima de 72 horas. Quem decide se vão dois, três, cinco ou seis candidatos não é o promotor do debate, mas os próprios candidatos. Quem faltar não debate; quem comparecer tem o direito de debater. Então, não é tão simples como V. Ex^a formulou. Em segundo lugar, realmente não têm sentido, nem mesmo para a opinião pública, os debates com a participação de dez candidatos. V. Ex^a sabe muito bem que retiram tempo de debate importante e tempo de debate que suscita o interesse da opinião pública. Na realidade, a analogia que faz V. Ex^a com o sistema americano foi muito bem abordada pelo Senador Bello Parga. Ali é muito simples: se há dois candidatos, um, dois ou dez debates serão entre eles dois. No Brasil, não será assim, a não ser a partir do segundo turno. Nesse momento, se o Presidente Fernando Henrique estivesse com medo de participar de debates, teria dito que não participaria de debates em momento algum. E o que Sua Excelência afirmou foi que não participará de debates no primeiro turno. Acho que faz muito bem S. Ex^a. Agora, já que V. Ex^a apresentou uma proposta concreta...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) -... para exame da Mesa, da qual V. Ex^a é Vice-Presidente.

O Sr Geraldo Melo (PSDB-RN) -...da qual sou Vice-Presidente. Quero antecipar a V. Ex^a que...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) - Já pensaram no assunto? Eu ainda não falei com o Presidente Antonio Carlos Magalhães. Estou abordando o assunto pela primeira vez e imaginava até que S. Ex^a pudesse estar presente.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB-RN) - Estou tomando conhecimento da idéia neste momento e, se esse assunto chegar formalmente à Mesa, e eu tiver oportunidade de debater, quero dizer honestamente que a minha posição é contrária à sugestão de V. Ex^a. Este é o Congresso Nacional. Embora o Senado Federal disponha de uma emissora de televisão, esta não é uma instituição de televisão. O Senado Federal dispõe de um canal de televisão para que a sociedade possa tomar conhecimento do que estamos fazendo. Há coisas que os canais de televisão comuns podem fazer, devem fazer e fazem muito bem, mas nem todas as coisas que eles fazem nós devemos fazer. Daqui a pouco, alguém vai achar que - já que V. Ex^a se referiu à **Hilda Furacão** - poderemos, em breve, apresentar nossa novela também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) - A nossa novela é a vida real, que é passada no dia-a-dia.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB-RN) - É a vida real e devemos continuar mostrando a vida real ao povo brasileiro, mostrando nossas idéias, sujeitas à crítica de todos; mas, francamente, se tiver oportunidade de manifestar a minha opinião, serei terminantemente contra uma iniciativa dessa natureza partir do Senado ou da Câmara, ou das duas Casas como Congresso Nacional. O respeito da sociedade ao seu Congresso há de ser fruto da constatação, pela sociedade, de que os Congressistas se dedicam com seriedade e afinco às tarefas que têm como parlamentares; as demais, não são tarefas do Congresso Nacional. Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) - Agradeço a V. Ex^a, Senador Geraldo Melo, pelas reflexões que apresentou. V. Ex^a tem razão no que diz respeito à lei, pelo menos três candidatos devem participar do debate e a escolha não é necessariamente da emissora promotora.

Mas o que eu estava pressupondo, Senador Geraldo Melo, é que poderia haver o entendimento no interesse público. Ou seja, os demais candidatos, percebendo obviamente a relevância e o interesse, poderiam até chegar a um entendimento. Compreendo que o candidato Enéas, por exemplo, pode reivindicar o direito de participar do debate sob o argumento de que tem 4,5% das intenções de voto, índice não muito abaixo do de Ciro Gomes, que tem entre 7 e 10%. Então, os promotores podem ponderar se é um argumento de bom senso. Já seria um pouco diferente e precisaríamos verificar se os candidatos com índices abaixo de 2% vão dizer que irão participar, porque haveria aí, logicamente, uma demanda da opinião pública para que, no interesse da Nação, se fizesse o debate entre os candidatos com maior relevância e possibilidade concreta de chegar à Presidência.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB-RN) - Mas há um direito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) - Mas, reconhecendo que seja um direito, poderia ser, pelo menos, tentado como objeto de diálogo.

Já no que diz respeito à **TV Senado** e **TV Câmara**, avalio de forma diferente, porque se trata de uma atividade eminentemente política, de enorme relevância para todos os partidos e representantes do povo no Congresso Nacional.

Trata-se de um momento maior da escolha do Executivo.

As pesquisas hoje mostram que a opinião pública não está acompanhando a sucessão dos Deputados e Senadores com o mesmo interesse que demonstram em relação à sucessão presidencial ou dos governos dos Estados.

V. Ex^a há de convir que o meu objetivo nesta tribuna é instar, é conclamar o Presidente Fernando Henrique Cardoso a rever a sua postura. Se Sua Excelência disser: "Olha, então, tudo bem, participo dos debates"; e se as emissoras de rádio e televisão os organizarem, mesmo sem a colaboração da **TV Senado** e da **TV Câmara**, isso será o mais importante. Portanto, Senador Geraldo Melo, é preciso que haja o debate.

É interessante para o Congresso Nacional admitir que podemos fazer isso hoje graças ao povo brasileiro, que, por intermédio dos seus representantes, permitiu a estrutura da geração das **TVs Senado e Câmara**. Inclusive, se V. Ex^a entende que o importante é o que vale para o Senado e para a Câmara, a **TV Senado** poderá também realizar debates entres os candidatos para a renovação de um terço da Casa.

Se a Mesa do Senado quiser promover um debate entre os candidatos ao Senado, a começar por aqueles do meu Estado, ainda que à frente das pesquisas, disponho-me a debater com meus adversários. Alguns deles estão anunciando verbas extraordinariamente maiores do que a que vou necessitar. Vou gastar muita sola de sapato, muitas roupas, condução, automóvel; mas não muitos recursos, o mínimo, para preparar o programa do horário eleitoral, para fazer alguns panfletos, algumas fotos lambe-lambes e poucos **outdoors**. Portanto, da minha parte, estou pronto para debater com meus adversários.

Senador Geraldo Melo, agradeço a V. Ex^a as ponderações democráticas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Notas do dia 13/10/1998

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero tratar de um dos aspectos mais importantes que caracterizaram essas eleições no que diz respeito ao seu aperfeiçoamento e ao aperfeiçoamento da democracia no Brasil. Refiro-me à necessidade, que acredito ser imperiosa, da realização de debates entre os candidatos.

Não há forma mais democrática que propicie mais oportunidades de a população estar avaliando as propostas, as ações, as atitudes, os valores de cada candidato senão por intermédio dos debates pelos meios de comunicação.

É da tradição dos modernos países democráticos que haja o debate entre aqueles que se candidatam à chefia de governo. Importantíssimos foram os debates, por exemplo, quando Richard Nixon estava à frente de John Kennedy, nas pesquisas de opinião e, em dois debates, John Kennedy virou a situação, conseguiu se sair bem e acabou se elegendo presidente. Memoráveis também foram os debates entre George Bush, Ross Perot, Bill Clinton, no qual Bill Clinton acabou se saindo melhor em dois debates e venceu as eleições. Bill Clinton também enfrentou o experiente Senador Robert Dahl por duas vezes e venceu as eleições.

Na França, Giscard D'Estaing e François Mitterand realizaram memoráveis debates, transmitidos pelos meios de comunicação e que, inclusive, acabaram sendo vistos por todos aqueles que, em diversos países do mundo, acompanham os canais internacionais de TV a cabo.

Em diversos Estados brasileiros, os debates se constituíram em peças-chave. Por exemplo, no Estado de São Paulo, por exemplo, houve dois debates entre os candidatos ao Governo: um transmitido pela **TV Bandeirantes**, com o apoio do **Jornal da Tarde**, o outro pela **RTC**, com o apoio da **Folha de S. Paulo**. Os debates tiveram altos índices de audiência e grande influência sobre o destino das eleições. Ao primeiro debate todos os candidatos compareceram, no segundo esteve ausente o candidato Francisco Rossi. Foram muitos os analistas a afirmarem que a ausência de S. S^a, a forma como a **RTC** mostrou sua cadeira vazia e a maneira como diversos órgãos da imprensa, inclusive a **Folha de S. Paulo**, classificaram a atitude do candidato de não democrática, de covarde, resultaram na queda acentuada da preferência dos eleitores.

Foi exatamente em função de seu excelente desempenho no primeiro debate, na **Rede Bandeirantes**, e de seu extraordinário desempenho no segundo, na **RTC**, que a candidata Marta Suplicy conseguiu um enorme crescimento na reta final das eleições, o que não foi devidamente registrado pelos institutos de opinião, a não ser quando já concluída a votação, foram divulgados os resultados de boca de urna, mostrando que ela praticamente estava empatada com o candidato Mário Covas.

Precisamos examinar melhor o que ocorre com os institutos de pesquisa de opinião. Houve erros dramáticos, injunções, e com isso os meios de comunicação puderam induzir os eleitores a deixar de votar na candidata

Marta Suplicy em favor do candidato Mário Covas, como maneira de conseguir levar para o segundo turno alguém com possibilidade de vencer o candidato Paulo Maluf.

O que me traz hoje à tribuna é a importância das realizações de debates, porque o que mais senti durante o processo de sucessão presidencial foi a ausência por parte do Presidente da República aos debates com seus adversários: Luiz Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes, bem como os demais. Havia eu proposto que as **TVs Senado e Câmara** coordenassem um debate entre os presidenciáveis. Ao próprio Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ilmar Galvão, enviei ofício logo depois que S. Ex^a me disse que, havendo iniciativa de um senador no sentido de que ele viesse a apoiar a realização de debates, que o faria. Mas não soube, depois, de qualquer empenho do Presidente Ilmar Galvão no sentido de que houvesse a realização desses debates entre os presidenciáveis, para que o processo democrático da escolha do Presidente da nação fosse aprimorado.

Ora, Sr. Presidente, diante da experiência obtida nessas eleições, resolvi apresentar hoje projeto de lei do Senado que altera a redação do art. 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e dá outras providências, nos seguintes termos:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O “caput” do art. 46, seus incisos I, II e III, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46. Independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita no horário definido nesta lei, a realização de debates sobre as eleições majoritárias deverá observar as seguintes regras (NR):

I - é obrigatória a transmissão, pelas emissoras de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens concedidos a empresas privadas e públicas, entidades autárquicas e fundacionais, bem como pelos canais de televisão por assinatura sob responsabilidade do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembléias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou das Câmaras Municipais de, pelo menos, dois debates, antecedentes a cada votação, entre os candidatos a cargos majoritários de entes político-administrativos correspondentes à circunscrição eleitoral que atinjam com suas gerações, devendo a apresentação ser feita (NR):

a) em conjunto, estando presentes todos os candidatos a um mesmo cargo eletivo (NR);

b) em grupo, estando presentes, no primeiro bloco, os candidatos de partidos com representação, respectivamente (NR):

1 - na Câmara dos Deputados, na eleição para Presidente e Vice-Presidente da República (NR);

2 - nas Assembléias Legislativas ou Câmara Legislativa do Distrito Federal, na eleição para Senador, Governador e Vice-Governador (NR);
e

3 - nas Câmaras Municipais, na eleição para Prefeito e Vice-Prefeito e no segundo bloco os demais candidatos (NR);

II - são facultadas (NR):

a) a sincronização em rede de emissoras geradoras e repetidoras para operacionalização das transmissões (NR);

III - os debates deverão ser parte de programação previamente estabelecida e divulgada pela emissora (NR).”

Art. 2º. O § 2º do art. 46 da Lei nº 9.504, de 30 de dezembro de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 46.....

“§ 2º. A Justiça Eleitoral regulamentará o disposto neste artigo, podendo valer-se de auxílio da Associação Brasileira de Imprensa - ABI e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.”

Art 3º. O § 3º do art. 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 46.....

“§ 3º. O descumprimento do disposto neste artigo sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 e ausência injustificada a debate à suspensão de veiculação de propaganda eleitoral do candidato ausente no rádio e na televisão na primeira oportunidade seguinte à realização do debate e ao pagamento de multa no valor de até 10.000 (dez mil) UFIR, conforme regulamentação da Justiça Eleitoral (NR).”

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O regime democrático não pode ser caracterizado unicamente pelo reconhecimento acrítico da “legitimidade” de opções majoritárias. Pressuposto necessário é a verificação de que o itinerário percorrido até o desfecho, isto é, até a adoção da decisão política preponderante a ser acatada pelos vencidos, não esteja a padecer de vício que invalide o processo decisório.

Hannah Arendt, em sua obra mais recentemente publicada, a partir da consolidação de textos efetuada por Ursula Ludz (**O Que é Política?**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998), recorda que, na antiga *polis*, o conceito de *isonomia* indicava muito mais a idéia de igualação para decidir do que a eqüitativa aplicação da lei. Desde os primórdios da democracia, portanto, é patente o impacto de iguais oportunidades, livre confrontação de proposições e abertura para convencimentos recíprocos como elementos constitutivos necessários à consolidação de um desejável regime político, mais marcado pela persuasão do que pela força.

Em sociedades de massa, complexas e conflituosas, nas quais o ideal democrático não pode prescindir de mecanismos de representação, a conformação de um agregado de cidadãos conscientes exige que os discursos dos que postulam a assunção a postos de governo tenham ampla difusão. Daí por que, com acerto, a legislação eleitoral prevê a propaganda eleitoral obrigatoriamente veiculada pelas emissoras de rádio e de televisão. Mas isso não é bastante. São muitas as dificuldades a serem transpostas, no sentido de uma mais equilibrada distribuição de tempo para divulgação de propostas entre os candidatos. Urge, por isso mesmo, que alternativas sejam encontradas, a fim de que a opção imaculada de cada eleitor seja fruto de um processo maduro de reflexão; que o voto seja resultado de absorção do máximo de informações pertinentes, do contraditório de posições e aferição das lacunas do credo e propostas de cada postulante.

Essa é a razão pela qual oferecemos à consideração de nossos Pares a presente proposição, a qual tem por escopo estabelecer a obrigatoriedade de realização de debates entre candidatos majoritários pelo

sistema público de radiodifusão, inclusive com a participação das emissoras concessionárias. Advogamos uma alteração na legislação eleitoral, de forma que seja fixada uma dupla obrigação: de um lado, a do sistema estatal de rádios e TVs contribuir para o aperfeiçoamento da democracia, levando a efeito a realização compulsória de debates; de outro, a exposição dos candidatos ao crivo da crítica, mormente de seus adversários, como múnus público da candidatura. Isso para que, depois, os eleitores possam cobrar dos eleitos a coerência e o cumprimento de promessas, a fim de que o eleitorado não se sinta logrado, vítima do estelionato eleitoral e impotente para corrigir o equívoco de uma dada opção.

Note-se que a proposição elimina a possibilidade de ocorrência de debates entre candidatos a cargos proporcionais. É que a manutenção de um padrão normativo pelo qual a eleição se dá pelo sistema proporcional de lista aberta, com a disputa entre todos os candidatos em amplas circunscrições eleitorais, torna inexecutível a realização de tais debates, sem que o princípio de equidade seja violado.

Acreditamos que, com a conversão deste projeto em lei, estaremos dando um significativo passo rumo ao aprimoramento e à consolidação de nossa democracia, fazendo com que, doravante, cada pleito possa representar uma festa da cidadania, e não o ritual amorfo e apático de confirmação como poder político daquelas elites que já detêm poder econômico e ideológico em nosso País.

São essas as proposições e a justificativa que temos para que, futuramente, no processo eleitoral brasileiro, haja a necessidade de debates entre candidatos majoritários a Senador, Prefeito, Governador e a Presidente da República.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB-PA) - V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT-SP) - Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA) - Senador Eduardo Suplicy, congratulo-me com V. Ex^a, que apresenta uma proposta de algo reclamado por toda Nação neste momento de eleição. V. Ex^a tenta resolver o problema dos debates, que se tornaram impraticáveis devido ao grande número de candidatos e à sua condição diferente de representatividade. Entendo que, ao elaborarmos a lei, preocupamo-nos em igualar direitos apenas para a questão do debate, mas não foi possível igualar esses direitos no que se refere ao tempo de televisão, ao tempo da propaganda de rádio e assim por diante. De forma que V. Ex^a resolve um dos problemas com seu projeto. Evidentemente, vamos debatê-lo, analisá-lo e, provavelmente, aprová-lo, pois o debate é salutar, é extremamente importante para que as pessoas decidam pelo melhor. Mas há dois outros pontos, Senador Eduardo Suplicy, também reclamados pela sociedade hoje em dia, em que poderíamos começar a pensar: um deles é a questão da forma como o programa eleitoral é apresentado. Vi figuras importantes deste País, dentre os quais destaco o Governador Mário Covas, fazendo considerações sobre a impropriedade da forma do programa de televisão. Os candidatos não falam mais por si mesmos, mas tornaram-se um produto de venda; são maquiados, são fantasiados, distorcidos na sua personalidade e na sua maneira de ser, para tornarem-se um verdadeiro produto de venda. Alguns “marqueteiros” o assumem, utilizando

expressões como “fulano é um produto fácil ou ruim de ser vendido”. Isso é muito negativo para a democracia em nosso País. Fiquei muito atento aos noticiários durante o processo de apuração dos votos e percebi que muitas autoridades brasileiras condenavam a forma como o programa de televisão é apresentado, defendendo a tese de que os candidatos deveriam falar ao vivo. Deveria ser ampliada a oportunidade para o debate, e a manifestação deveria ser ao vivo, não ocorrendo essa transformação realizada pelos “marqueteiros” nos programas de televisão. Esse é outro ponto fundamental para o aperfeiçoamento do processo democrático em nosso País. É muito fácil para alguém que tenha a capacidade de falar bem e de convencer dirigir-se à população com mentiras, prometendo absurdos, iludindo. É muito difícil o povo saber julgar sem ouvir o contraditório. Senador Eduardo Suplicy, precisamos resolver ainda a questão das pesquisas. Está mais do que claro que os institutos de pesquisa do nosso País, como o IBOPE, o Brasmarket e o **Vox Populi**, venderam-se a quem pagou mais. Foram institutos que, na minha visão, cometeram verdadeiros crimes. Essas pessoas devem pagar pelo que fizeram. E a pesquisa não pode continuar sendo feita da forma como foi, porque ela induz o eleitor a tomar determinada decisão. Assistimos esse fato no Brasil inteiro, e, lamentavelmente, a esquerda foi a grande vítima, nesse processo eleitoral, dos institutos de pesquisas. Aqui e ali, houve alguma vítima ligada aos partidos de base do Governo, mas fomos a vítima na maioria dos casos. Amanhã, estarei apresentando neste Senado um pedido de CPI para investigar a ação dos institutos de pesquisas no nosso País, nos vários Estados do Brasil e em nível nacional. Mas precisamos também mudar a lei nesse aspecto. V. Ex^a foi bastante competente em apresentar essa proposta hoje, mas entendo que esses dois outros pontos têm de ser alterados na legislação eleitoral. Era a contribuição que desejava dar a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) - Senador Ademir Andrade, a realização de debates constitui a maneira de os candidatos estarem apontando quando houver qualquer forma de seu adversário estar propondo o inexequível, contradizendo-se ou apresentando propostas que não forem consistentes, em contraposição a outras que cada um poderá apresentar. O debate é justamente o momento mais alto de uma campanha eleitoral, o momento mais nobre, quando os candidatos, em igualdade de condições, podem colocar seus argumentos.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1985, quando ambos éramos candidatos a Prefeito de São Paulo, indignou-se com a ausência nos debates do outro candidato que enfrentávamos, o ex-Presidente Jânio Quadros. Lamento que, desta vez, Sua Excelência tenha preferido esquecer suas críticas àquela ausência, ausentando-se do debate, em função de estar à frente nas pesquisas eleitorais. Isso, certamente, prejudicou muito o processo democrático. O próprio Presidente da República teria ganho maior respeito da nacionalidade brasileira se tivesse conseguido vencer submetendo-se ao debate com os outros candidatos, como Lula, Ciro Gomes e outros – e certamente elevar-se-ia o nível da campanha.

Espero que os meus Pares possam examinar esse projeto em profundidade, aperfeiçoando-o. Motivei-me a apresentá-lo porque, na minha campanha para o Senado Federal, em que pese tenha instado meus

adversários a aceitarem participar dos debates propostos pela TV Bandeirantes, pela RTC e pela Rádio CBN, eles não se realizaram em função da recusa dos meus opositores. As suas coligações dispunham de maiores recursos do que aqueles que o Partido dos Trabalhadores colocou na minha própria campanha. Entretanto, a melhor maneira de os eleitores compararem nossas proposições e atitudes seria o confronto direto, que, infelizmente, não ocorreu. Mesmo assim, pude ter o reconhecimento dos paulistas, a quem agradeço os mais de 6.718 milhões de votos, esperando fazer jus à extraordinária confiança de todos eles e prosseguindo o meu trabalho em defesa do aperfeiçoamento das instituições democráticas brasileiras e de uma nação justa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O próximo inscrito é o Senador Pedro Simon, a quem concedo a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, é com satisfação que confirmo o que disse o Senador Suplicy, quando afirma que o meu Líder, Senador Ney Suassuna, espontaneamente se afastou da Liderança pelo período que acha suficiente para que o caso da Comissão de Ética seja resolvido. S. Ex^a tomou uma atitude muito importante, muito respeitável e muito correta. Eu disse ontem – e repito – que não há de se dizer que o fato de o Senador Suassuna ter-se licenciado e afastado da Liderança signifique que ele está antecipadamente reconhecendo que tem alguma culpa. Pelo contrário, afastando-se da Liderança, a qual ele poderia usar hipoteticamente para obter essa ou aquela vantagem, está deixando claro que quer que a verdade seja esclarecida e faz aquilo que qualquer um na sua posição gostaria de fazer, que é buscar a verdade e provar sua inocência. Ele afirma que é inocente; afirma que, nesse tumulto, nessa correria da Comissão – são 70, 80 Parlamentares envolvidos –, o Relator não teria tido condições de ler as defesas e fazer o estudo necessário, o que vai acontecer agora, na Comissão de Ética, onde haverá espaço suficiente, principalmente no Senado, em que são apenas três. Na Câmara, são quase 70 Parlamentares envolvidos, mas aqui, sendo apenas 3, haverá tempo suficiente para que se faça a defesa, para que se faça a análise e que se busque a verdade.

Quero dizer que considerarei correta a decisão do Líder. Penso que ele fez o que deveria ter feito: afastou-se, entregou a Liderança ao Vice-Líder e, agora, vai fazer aquilo que qualquer um, no seu lugar, faria, ou seja, a sua defesa. É o que ele tem de fazer, mas não é o que o Líder deve fazer. O Líder, ainda mais numa fase tão complicada e tão complexa como essa, tem mil obrigações, independentemente de sua defesa pessoal.

Então, fico satisfeito e, sinceramente, fico tranquilo. Creio que, em relação a essa parte, no nosso PMDB, tomamos uma decisão importante.

Recebi do Espírito Santo vários telefonemas com relação ao Presidente do PMDB naquele Estado, que também foi condenado na CPI da Câmara dos Deputados e que se mantém na Presidência do Partido. Os Parlamentares e os candidatos do PMDB no Espírito Santo disseram que estão tendo um problema muito sério: em razão de ele estar em uma posição muito desgastante e, sendo o Presidente do Partido, o PMDB não está conseguindo fazer reunião, fazer comício – assim me disseram os Parlamentares, inclusive Senadores do Espírito Santo –, porque a figura dele é impeditiva disso. Pediram-me para falar com o Presidente Nacional do Partido, e hoje falei com ele, que vai tomar as providências. Creio que seria também natural que o Presidente do PMDB no Espírito Santo pedisse licença do cargo, para que a eleição possa transcorrer, para que a caminhada possa ir adiante, sem criar o embaraço que é para ele e para o Partido uma questão como essa.

O Presidente prometeu reunir a Executiva para tomar as providências nesse sentido, não sei se até o final da semana ou no início da próxima semana.

Essa é uma questão muito delicada. É ruim para todos o que acontece no Brasil.

Aliás, nesse sentido, tenho de dizer que o Presidente Lula cometeu um equívoco muito grave – e muito grave porque ele é Presidente da República –, queixando-se da imunidade parlamentar. Disse: “os Parlamentares estão exagerando nessa imunidade parlamentar. Isso não pode acontecer”. Quero dizer ao ilustre Presidente Lula que ele está equivocado. A sua Assessoria não o orientou e ele fez uma afirmação realmente incompreensível para um Presidente da República, que tem a obrigação de saber disso.

Modéstia à parte, foi de minha autoria o projeto. E foi uma luta de mais de dez anos, em que sempre defendi o fim da imunidade parlamentar como era: o cara matava, degolava, era ladrão, era vigarista, mas, sendo Senador, Deputado, só podia ser processado se a Câmara ou o Senado dessem licença. O que acontecia? O Supremo Tribunal pedia licença; a Câmara ou o Senado não davam licença, mas não tinham coragem de ir a plenário negar a licença, porque ficariam mal. Se entrasse em votação, quem votasse contra ficaria mal perante a opinião pública. E como não queriam votar a favor, o processo ficava na gaveta anos a fio. O cidadão era ladrão, assassino, vigarista, e isso era o que realmente ocorria, o que o Lula disse. Mas o que o Lula não sabe é que isso não existe mais! Hoje não existe mais essa imunidade parlamentar. A nossa imunidade é pelos nossos discursos, pelos nossos votos, e não pela nossa vida. Hoje o Supremo pode processar qualquer Deputado, qualquer Senador. Não precisa de licença de ninguém.

É verdade que o projeto não foi aprovado como nós o aprovamos aqui no Senado. Na Câmara, fizeram um adendo.

Na hora, fiquei magoadíssimo; achei que não podia ter acontecido aquilo. Hoje não digo que esteja certo, mas creio que não atrapalhou. O adendo é o seguinte: o Supremo pode processar Parlamentar sem precisar ouvir ninguém, nem Câmara, nem Senado, mas, no meio do processo, se uma das duas Casas vir que está acontecendo algo e houver por bem mandar suspender o processo, vota-se, na respectiva Casa, o trancamento do processo. Mas isso é tão delicado que ninguém pediu o trancamento de coisa alguma até agora. Há Senador e Deputados sendo processados no Supremo e ninguém pediu para trancar – cá entre nós, isso seria pior do que impedir que o processo andasse.

Então, isso existe, meu amigo Lula. E o amigo está profundamente equivocado. O que o meu amigo Lula poderia ter dito é o seguinte – e isso é diferente: o projeto de punição de Parlamentar está sendo trancado no Supremo. O Procurador da República faz a

denúncia, o Supremo aceita, um Relator fica encarregado, e o processo fica na gaveta do Relator. E o Dr. Lula sabe disso? Tanto sabe que o seu Presidente do Banco Central é um deles. Ele foi denunciado pelo Procurador-Geral por formação de quadrilha e uma série de fatos de corrupção. O Supremo Tribunal Federal aceitou a denúncia, que está na gaveta daquela Corte. O Presidente sabe disso e de mais: o Presidente do Banco Central não é como o Parlamentar, que só pode ser processado no Supremo; qualquer juiz pode iniciar um processo contra ele. Então, o que o Sr. Lula fez? Nomeou-o Ministro.

É o único caso no mundo em que o Presidente do Banco Central é Ministro Presidente do Banco Central. Por que o Lula fez isso? Para garantir a imunidade dele; para impedir que, fora do Supremo, qualquer juiz pedisse a sua prisão. Então, o Dr. Lula sabe bem dessa questão, está bem a par.

Portanto, essa afirmativa que o Lula faz de que os Parlamentares estão abusando da impunidade não é verdadeira. Sinceramente, não é verdade. Até acredito – e tenho repetido isso – que o Supremo deveria ter uma fórmula por meio da qual os processos não ficassem tanto tempo parados, para que não ocorresse essa gravidade de não se decidir e não se tomarem providências, como se deveria fazer.

Com relação a essa questão que estamos votando agora, digo com toda sinceridade: creio que vamos tomar as decisões. Elas são graves, são negativas, envolvem esta Casa e envolvem a Presidência da República. Não vivi momento tão dramático como este que estamos vivendo. Sinceramente, não vivi.

Admiro o Senador Suplicy porque ele é o mesmo. Lembro-me de que era só o Senador Suplicy do PT; ele contra 80 Parlamentares. Mas ele sozinho defendia o que ainda está defendendo. É o mesmo. Mas, infelizmente, o mesmo no PT só o Suplicy; o resto já saiu. Os outros que não quiseram mudar, os que não entendiam por que o PT no Governo é outra coisa, esses já saíram do Partido. Então, o Suplicy continua com aquele ar puritano dele: ele queria uma prévia e, agora, quer que o Presidente da República venha e traga a mensagem de Presidente aqui. Ele quer também que o Presidente vá aos debates. Isso é democracia. É democracia, mas aquela democracia que o Lula tinha antes das eleições. Agora eles estão no Governo, e não se vê diferença nenhuma entre o Lula e o Fernando Henrique. A rigor, para ser sincero, no tempo do Fernando Henrique a coisa não era tão escandalosa. Não se via esse mar de coisas que estão ocorrendo agora. Havia um certo pudor, digamos assim, que agora não há. No tempo do Fernando Henrique, o Ministro da Fazenda começou e terminou, com voto de louvor. Quanto ao

Presidente do Banco Central, não vi nada. Não houve nenhuma acusação contra o Presidente do Banco Central no tempo do Fernando Henrique.

É verdade que ele, ou não sei quem, colocou dinheiro na compra da emenda da reeleição; é verdade que foi um escândalo a entrega da Vale do Rio Doce, que foi vendida por R\$ 4 bilhões e que agora, em um ano, ganhou R\$ 34 bilhões, mas as coisas não aconteciam como estão acontecendo agora.

Quando falamos em valerioduto, quando falamos em mensalão, quando falamos em sanguessuga, com toda a sinceridade, sabemos que o Parlamentar é culpado, mas continuo na mesma posição do Senador Suplicy, de que deveríamos cuidar primeiro do corruptor e depois do corrupto. O corrupto é um pobre coitado, mas o corruptor... E quando esse corruptor é o próprio Governo, aí então a questão é muito séria, aí a questão é muito grave, e é o que está acontecendo.

Por isso que esta campanha está sendo estranha. Gosto muito do Geraldo Alckmin, uma pessoa extraordinária, por quem tenho muito carinho, por quem tenho muito respeito. Ele é do grupo do Covas, de outro PSDB, não o PSDB do Fernando Henrique.

Eu era um grande admirador do Covas. Acho que, se o Covas tivesse chegado à Presidência da República, teria sido diferente. Mas é o destino do Brasil: não foi Ulysses, foi o Collor; não foi o Tancredo, foi o Sarney. Parece que é o destino do povo brasileiro. Não sei o que vai acontecer agora.

Digo que o que torna difícil o debate para o PSDB e para o PFL é que eles estão acusando agora, mas é verdade que fizeram isso há quatro anos. O Presidente Lula não quer ir ao debate não por causa do Geraldo Alckmin, mas por causa da Senadora Heloísa Helena. Ele tem medo dos cinco minutos da Senadora Heloísa porque ela vai, bota o dedo e diz “no meu tempo, era assim, assim, assim. Eu estava na Executiva e nós fizemos assim, assim, assim, e agora está acontecendo isso”. Quanto ao PSDB, o máximo que o Lula vai fazer é dizer “vocês fizeram também. O caixa dois sempre existiu. O negócio do mensalão começou no PSDB de Minas Gerais”. Isso tira a credibilidade do PSDB; isso tira a credibilidade do PT. Agora, o PT não está preocupado em bater no PSDB, mas está defendendo a tese de que o PT faz, mas que o PSDB também fez e que não sei quem também fez. Então, se ele fez, eu estou fazendo. Mas não foi para isso que votamos no Lula. Votamos no Lula porque ele seria o homem que não iria fazer isso. O Lula faria transformações na vida brasileira.

A campanha política no Rio Grande do Sul é uma tragédia. Há uma mágoa, um sentimento, e o povo se queda. Volto a repetir, daqui, novamente, o apelo que

fiz pessoalmente ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Fui ao TSE falar com o ilustre Presidente e disse: “Estou sentindo um movimento de campanha pelo voto nulo que não sei como vai terminar”. O movimento está crescendo. Tenho falado com essas pessoas, com esses jovens, que é um absurdo o que estão fazendo. O voto nulo soma para os piores, para os mais irresponsáveis, para os maus-caracteres. As pessoas devem entrar na campanha com sinceridade, com pureza, com dignidade. Digo que se, no Rio Grande do Sul por exemplo, não me querem mais como Senador, que escolham um dos outros dez, mas não anulem o voto. Votar nulo soma para mim. Temos 32 Deputados federais. Se você não quer nenhum dos 32, há 200 que nunca foram Deputado. Votem em um deles, escolham um. Façam um movimento, escolham o que acharem melhor e façam um grande movimento para eleger um determinado. Essa é uma grande coisa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe concedo, Senador Suplicy.

Agora, estamos caminhando para isso por uma razão muito singela: falta credibilidade. Há uma falta de credibilidade.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É a Senadora só não vai estar lá em cima, a coitadinha, porque tem apenas um minuto e quinze segundos de televisão. E ela não é “o meu nome é não sei o quê”. Ela tem conteúdo, tem idéia, tem o que explicar. Ela está impressionando porque é autêntica no que fala, porque continua a mesma, como o Suplicy continua o mesmo e – perdoem-me – como eu continuo o mesmo. Eu continuo o mesmo. Sou o mesmo que fui no Governo Itamar, quando Líder do Governo. Discutimos, votamos e aprovamos o Plano Real durante o tempo em que fui Líder do Governo Itamar, durante dois anos e meio. Peço que tragam aqui uma vírgula que eu tenha dito lá, como Líder do Governo, e que tenha voltado atrás. Tragam um Deputado ou um Senador que aprovou uma emenda... O Fernando Henrique, então Ministro da Fazenda, veio dez vezes aqui para nós discutirmos o projeto. Tragam aqui alguém a quem tenha sido prometido um copo d’água para aprovar o projeto.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É o estilo que eu imaginei que seria o do Lula. Agora o Lula se une a um grupinho... E o que me deixa mais apavorado é que esse grupinho a quem ele se uniu é o mesmo que o acompanhará se eleito por mais quatro anos.

Ele não está nos oferecendo garantia de que vai mudar, de que os próximos quatro anos serão diferentes. Não vai ser diferente! As companhias são as mesmas, o processo é o mesmo, o método é o mesmo. Um cidadão processado por corrupção é o Presidente do Banco Central. O Líder do Governo saiu do Ministério da Previdência porque os fatos mostrados contra ele no Ministério eram um escândalo. Ele saiu do Ministério da Previdência e, pouco depois, foi indicado para Líder do Governo. Não é possível!

Ouçó V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, primeiro, relativamente a essa preocupação de que tantos jovens cogitariam de votar nulo, acho muito importante a iniciativa que V. Ex^a teve de ir ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que, inclusive, está enfatizando a campanha de esclarecimento sobre a importância de todos os cidadãos brasileiros tomarem a decisão e votar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A campanha que ele está fazendo é excepcional. Só que ele, na minha opinião, não está tomando de que está fazendo uma campanha tradicional. Diz a campanha: “O Brasil é do tamanho do seu voto.” Está correto. Mas ele tem de entender que não é só isso. Agora, o movimento é para anular o voto. É um movimento de nojo. É isso que ele tem que abordar com sinceridade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Há poucos dias, uns jovens vieram a mim preocupados por causa da mensagem da propaganda da MTV, que, por não apresentar horário eleitoral, estaria fazendo mensagens estimulando os telespectadores a não assistirem ao horário eleitoral, a não se interessarem por política, a darem preferência à MTV. Ontem, na cerimônia de lançamento do livro sobre a vida de Octávio Frias de Oliveira, conversei com o Sr. Roberto Civita e manifestei a minha preocupação com essa propaganda da MTV que estaria levando jovens a acharem que devem anular o voto e não se interessarem por política. Ele me disse que não tinha conhecimento do fato e que averiguaria. É importante o que V. Ex^a está transmitindo: devemos dizer a cada jovem deste País da relevância de eles escolherem muito bem, pois, dentre todos, certamente haverá alguém em quem eles possam confiar. No que diz respeito à consideração de V. Ex^a de que o Presidente Lula não estaria querendo comparecer por receio da Senadora Heloísa Helena, quero aqui transmitir que não me parece isso. Espero que isso não esteja acontecendo. Quero, inclusive, transmitir isso àqueles que hoje são assessores próximos do Presidente, como Marco Aurélio Garcia, Tarso Genro e Ricardo Berzoini, que dialogam diariamente com o Presidente. Por mais que a Sena-

dora Heloísa possa formular críticas, como tem feito, o Presidente Lula tem conhecimento da situação do Brasil e de tudo que se passa no Governo. Ainda hoje, no Horário Eleitoral, assisti ao seu primeiro programa. Ele tem argumentos muito fortes para externar argumentos que serão transmitidos com muito mais força aos telespectadores, aos radiouvintes se falados diante dos adversários. A força da sua palavra será muito maior diante dos adversários. Senador Pedro Simon, V. Ex^a acredita, como sempre acreditou e lutou, na democracia, no aperfeiçoamento das instituições democráticas, e o debate, pelos meios de comunicação, constitui um dos instrumentos mais próximos do aperfeiçoamento completo da vida democrática do Brasil e de outras nações.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – As pessoas me perguntam, lá no Rio Grande do Sul: “O Senador Suplicy é assim mesmo ou finge?” Digo-lhes: é assim mesmo. Ele é sincero, ele é puro. Às vezes, ele parece ingênuo, mas, de repente, vem com alguma coisa como se não estivesse olhando. Mas ele é assim mesmo.

Penso igual a V. Ex^a, mas os auxiliares do Presidente Lula, hoje, não pensam assim. Os que estão cochichando ao pé de seu ouvido não pensam assim.

Não pense V. Ex^a que imagino que a Senadora vá agredi-lo, ofendê-lo. Ela é elegante, não é mulher para isso. Mas ela vai dizer. Estou falando por minha conta, porque ouvi, uma vez, ela falar algo deste tipo: “Não, eu estava lá, eu fazia parte da Executiva do PT. Eu estava lá na Executiva do PT, quando aconteceu isso, isso e isso!”. Uma das teses que a Senadora Heloísa defende é a seguinte: nada acontecia no PT sem que o Presidente Lula soubesse. O Secretário-Geral do PT e o Tesoureiro do PT, que vieram da área sindical e não da área política, foram colocados ali pelo Lula, para representarem, ali, o Lula e o pensamento do Lula.

Ele é Presidente da República hoje; ele está em outro estilo, está em outro patamar, lá em cima! Isso de estar num patamar mais alto e descer, para baixo, é coisa para V. Ex^a, porque o Fernando Henrique, quando foi para cima, ficou lá. O Collor, quando subiu, foi cassado. Mas só saiu cassado, porque, senão, ele ficaria lá em cima.

O Lula, com todo o respeito, a despeito da sua origem e da sua biografia, gostou de estar lá em cima. E está lá em cima!

V. Ex^a, que está com uma votação fantástica, sabe disso. Veja como o povo brasileiro é digno de ser analisado, é um povo para quem se deve tirar o chapéu! Como é que o Mercadante está com 15% nas pesquisas e V. Ex^a está com 50%? Como é que o Serra está

com 50% e o Mercadante está com 15%? Como é que o candidato ao Senado pelo PSDB, que nem sei quem é... Quem é o candidato ao Senado pelo PSDB, em São Paulo? Nem sei quem é. Quem é? Quem é o candidato ao Senado pelo PSDB, em São Paulo, Sr. Presidente Tuma?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É do PFL, o Guilherme Afif Domingos, que faz a coligação PFL/PSDB.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como é o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Guilherme Afif Domingos, Presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ah, o Guilherme, que foi candidato à Presidência da República. Gosto muito dele! Mas quanto é que ele tem de percentagem para Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tenho a impressão de que estava com 5%.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ele está crescendo muito, todas as semanas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ele estava com 4%, Senador Heráclito. Daí, ele fez, na sabatina da **Folha de S. Paulo**, uma declaração dizendo que São Paulo precisava de um ACM. Na semana seguinte, ele caiu para 3%.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Está plagian-do o Presidente Lula, que fez declarações iguais, no primeiro ano de Governo. Está copiando o Presidente Lula, Senador Suplicy. Isso não vale.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a questionou a Mesa. V. Ex^a permitiria que eu desse uma explicação?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como V. Ex^a está na Presidência, eu vou permitir.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ele evoluiu para 4,3%, segundo o **Diário do Grande ABC**, semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Suplicy, quero apenas esclarecer. Eu me magoei porque sou um Senador que tenho um amor profundo por São Paulo e nunca deixei de defender o Estado, como V. Ex^a e outros que estão aqui, cada um representando o seu Estado e pensando também no Brasil. Acho que temos um pensamento coletivo no interesse do Brasil. Ele disse que ocorreu o contrário, que o repórter quis criticar o Senador Antonio Carlos Magalhães; e ele reagiu a isso. Quer dizer, trata-se de um quadro bom do PFL, que não merecia ser ofendido, e ele até gostaria que também fosse um Senador por São Paulo, não que ele tivesse desmerecendo a nossa qualificação de respeito ao Estado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu quero reiterar... V. Ex^a sabe do apreço e respeito que tenho pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Aliás, hoje, todo mundo tem. Todo mundo tem apreço ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Eu apresentei um requerimento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – S. Ex^a ficou de vir aqui; estou esperando-o – para convidar o Ministro da Justiça a vir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com urgência. Acho que o que está acontecendo em São Paulo é muito sério. Acho que o que aconteceu com a TV Globo... Por meia hora, apareceu um senhor encapuzado e leu um... Aliás, diga-se de passagem, muito bem escrito, muito bem escrito...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Três minutos e três segundos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não podemos ficar numa briga entre Ministro da Justiça e Secretário de Segurança de São Paulo. Não podemos ficar nisso! Acho que temos de convocar – imediatamente – o Ministro da Justiça e dialogar.

Estive aqui dizendo que, no Brasil, a máfia já estava organizada. O que aconteceu lá em Rondônia, lá em cima, é mais ou menos aquilo. Lá, quem comandava era o Presidente do Tribunal, não sei quantos desembargadores, o Presidente da Assembléia. A máfia eram os poderes institucionalizados que estavam lá. E isso está acontecendo no Brasil inteiro.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a falou a respeito do tempo de televisão. Esta Casa já se debruçou sobre a idéia do Presidente Lula quanto à reforma política, e vamos discutir que, talvez, o método apresentado possa ser repensado, mas há necessidade de se fazer essa reforma. No Brasil, sempre que uma pessoa é candidata, trata-se da imagem da pessoa. Não está por trás dela – em nenhum momento se debate isso – o partido político a que a pessoa pertence. A legislação brasileira proíbe, simplesmente, que qualquer pessoa possa se candidatar individualmente: ela deve passar pela estrutura político-partidária. Daí por que acho ser obrigação do Congresso Nacional repensar tudo isso, todo esse cenário de reforma política. V. Ex^a fala do tempo dos candidatos, pois um tem o tempo “a”, outro tem o tempo “b” e outro tem o tempo “c”. Como é que isso se apresenta? Depois, há a própria situação da televisão. Se formos analisar e tratar apenas do ponto de vista da igualdade, por que outros também não compareceram aos debates? Quais são os critérios?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Hoje, não há mais a obrigação de convidar. A lei determina que só os que forem convidados... Para ser Deputado, no

Congresso, se for convidado, vai, mas a emissora não pode convidar. Quem não esteve não foi convidado, à exceção do Lula.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Esse é o ponto em que quero chegar. Do ponto de vista do Presidente da República, ficamos preocupados com o fato de não ter ido. Mas a legislação também tira o direito de outro que está do outro lado, no outro extremo. Aqui há uma situação ambígua para se resolver. A legislação já está tirando essas pessoas, como antecipação da cláusula de barreira. É o efeito de uma antecipação da cláusula de barreira, que só pode entrar em vigor a partir do resultado das eleições de outubro próximo. Há muitas e muitas brechas – e confusas – do ponto de vista do Presidente da República. Estou chamando a atenção porque quero acreditar que o Presidente não foi pelos motivos dele: deve ter havido uma coordenação, uma avaliação, um entendimento de que não deveria comparecer. Neste momento, é uma campanha eleitoral. Não é o Presidente da República, mas uma campanha eleitoral. Portanto, estamos lidando com estratégias eleitorais, não tem jeito. Qualquer partido ou candidato receberá uma orientação de estratégia de campanha eleitoral. O que quero dizer é que, talvez, em uma reforma política futura, deva ser colocado isto: tem que ser obrigatório, nas condições “a” e “b”, para que as pessoas quando se candidatarem só o façam dessa forma. Além disso, em um debate de importância nacional como esse, tudo tem que se dar de maneira obrigatória, assim e assado. O que é válido é o que a legislação já prevê: candidato que não tem suporte na Câmara dos Deputados não pode ser convidado, assim como candidato que não comparecer não terá nenhum problema com relação a sua participação ou não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Reparem que quem está falando é um ilustre, brilhante Senador de primeira geração, que está começando. Esse já é um novo PT. E há diferença no que diz V. Ex^a e o Senador Suplicy, que continua em uma posição que já está morta. A posição agora foi dita pelo Senador: “É uma questão de estratégia, não é uma questão de princípio, de idéia... Não, porque o PT...”. Isso é bobagem. É questão de estratégia política. A estratégia é definida pelo estrategista. E o PT é igual a qualquer outro partido. Esse é o novo PT. E V. Ex^a fica nesta tese e vai para a tribuna: “Eu peço ao Presidente Lula que vá para o debate”, e não sei o quê. V. Ex^a está sozinho. V. Ex^a está sozinho. E ele já lhe deu a resposta.

Senador Antonio Carlos Magalhães, já falei que entreguei um ofício a V. Ex^a, solicitando que, dentro do possível, façamos uma reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, convidando o Ministro da Justiça para dela participar. E o Senador Eduardo Su-

plicy, logo que V. Ex^a chegou e se sentou, foi correndo abraçá-lo, porque, já tinha dito de público aqui, tem o maior carinho, o maior respeito por V. Ex^a, o que, aliás, todo mundo tem.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Muito obrigado. Fico muito feliz com isso. Até pessoas que antigamente não tinham apreço por minha pessoa hoje o têm. Não tenho nada com o Sr. Afif, que disse que São Paulo precisava de um Senador como ACM. Confesso que li e que gostei do comentário, porque, para os baianos, é algo muito importante. Agora, é claro que reconheço, por já ter andado com ele lá em São Paulo, o prestígio do Senador Eduardo Suplicy. Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem toda a razão: ele tem prestígio pessoal, é verdade, mas está andando na contramão do Lula.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quem?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Ele, Suplicy.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Do Lula não. Do PT.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – E do PT. Quer dizer, mostrar que o Presidente Lula tinha que ir ao debate, o Presidente não lhe dar nenhuma satisfação, e não ir... O único perdedor de ontem – toda a imprensa diz – foi o Presidente Lula, que ia ser questionado em relação à moralidade, como o foi na entrevista do Jornal Nacional, e se saiu muito mal. Compreendo o interesse do Senador Pedro Simon pelo Brasil, não apenas pela terra que representa com tanta dignidade, mas pelo Brasil. Daí ele ter falado comigo para uma vinda do Ministro Márcio Thomaz Bastos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo menos. Estou disposto a isso. Conversei, entretanto, hoje, com o Ministro, que me disse que amanhã vai à Bahia e que sexta-feira teria uma reunião com todas as autoridades em um Quartel-General do Exército, em São Paulo. Ele não poderia vir antes dessa reunião, mas prestaria, não só pela estima que tem por V. Ex^a, mas pela figura que V. Ex^a representa no Senado, uma satisfação pela ausência. Estou transmitindo, porque ele é que tem que prestar. Ele me disse que telefonaria a V. Ex^a para prestar essa informação a V. Ex^a, que tanto merece. O que V. Ex^a não quer é que São Paulo continue como está. Eu não quero e o Senador Suplicy talvez não queira também. Desde o primeiro momento, não aceitei a atitude do Governador Cláudio Lembo. Entretanto, razões políticas posteriores vieram demonstrar que o PT queria fazer política, ao invés de oferecer solução para o problema. E isso não está bem para o seu partido, está diminuindo o prestígio do Presidente, não tenha dúvida disso. Agora, que ele faz bem em não ir ao debate, faz. Porque, se ele for, vai

ser arrasado moralmente, pela falta de compostura do seu Governo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Este é o Senador ACM. Ele é sincero. Ele cobra de não ir, mas também está dando o conselho: “Não vá!”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Pedro Simon, peço licença a V. Ex^a para pedir que não conceda mais aparte aos que já fizeram três ou quatro; do contrário, o tempo vai-se procrastinando, e está havendo um debate paralelo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador, eu apenas gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a fez apenas um aparte. Faça mais um.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu concordo. É somente o segundo que S. Ex^a está fazendo, Sr. Presidente. Como é o segundo, pode.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Pedro Simon, estou vendo que se iniciam os primeiros passos do novo PMDB, e V. Ex^a é o novo Líder na Casa, estreando hoje de maneira brilhante. Em primeiro lugar, parabeno V. Ex^a pela sua estréia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Veja como a maldade existe, não é, Sr. Presidente? É meu amigo, amigo das horas difíceis. Nós estávamos ali com o Dr. Ulysses Guimarães, com o Dr. Tancredo Neves. S. Ex^a tem um instinto que não perdoa ninguém. Ele vai se arrepender quando chegar em casa e contar o que fez. A mulher de S. Ex^a vai dizer: “Mas tu fizeste isso com o Simon, rapaz?”. É da natureza dele. Eu entendo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não! Fico muito feliz de ver que V. Ex^a assume de fato. V. Ex^a me aguçou um sentimento que é o mesmo que hoje domina o Senador Eduardo Suplicy, que, ultimamente, vive de nostalgia. Até parece, no plenário da Casa, uma reedição daquele programa de início de tarde da Rede Globo: o Vale a Pena Ver de Novo. Ouvimos o Senador Eduardo Suplicy dizer que, em 1982, o Lula disse isso; em 1994, o Lula disse aquilo. Mas há um branco na memória de S. Ex^a a respeito do que Lula fez de 2003 para cá, como a Bíblia com relação a Jesus Cristo. Parabeno V. Ex^a, que prefere omitir esse passado não tão recomendável de conduta partidária do Presidente da República a ter que concordar com ele ou atacá-lo. A nostalgia de V. Ex^a fez bem a todos nós. V. Ex^a relembra tempos de glória que seu partido viveu e que fazia com que a Nação brasileira dele tivesse muita inveja. Vejo como canta solitariamente V. Ex^a, nos corredores da Casa, a sua catilinária da renda mínima. Seus colegas não concordam mais, porque de mínima ninguém vive mais. A renda mínima para o PT era um sonho já realizado e conquistado. Os san-

guessugas e os mensaleiros não querem ouvir falar nessas restrições salariais, Senador Eduardo Suplicy. Daí por que, Senador Pedro Simon, eu me solidarizo com esse nostálgico Senador paulista, que vive nesta Casa insistindo em ser coerente. Está ficando sozinho, mas continua com a sua tese e com a sua verdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Digo a V. Ex^a duas questões. Primeiro, que V. Ex^a foi maldoso comigo, e eu não mereci. V. Ex^a sabe das divergências que tenho com o meu partido. V. Ex^a sabe que, se eu fosse pensar em ser candidato a qualquer coisa na Bancada do Senado, eu teria mil votos – o Mão Santa disse que votaria em mim, e nem aparece mais. O que eu fiz foi um entendimento, e conseguimos uma grande solução, onde, com muito respeito, o Senador Suassuna saiu da Liderança, deixou o Vice-Líder, e o Vice-Líder está no lugar dele.

Agora, vou dizer a V. Ex^a mais uma questão: eu, além de advogado, tenho o curso de psicologia. Isso me faz um bem, porque me ensina a conhecer as pessoas. V. Ex^a está cometendo um erro de apreciação que é impressionante. V. Ex^a cometeu um equívoco que não podia ter cometido. Não é que o Senador Suplicy esteja agora repetindo com nostalgia, o que o Lula dizia há cinco ou seis anos atrás e agora esquece o que está fazendo. Ninguém mais do que o Suplicy não esquece o que o Lula está fazendo. Ele sabe de tudo, e repete, repete, repete para ver se entra na cabeça do Lula alguma coisa, se o Lula se lembra daquelas coisas que dizia.

Então, isso que ele está fazendo é um trabalho da maior importância, do maior significado e da maior profundidade. Pode ser que lá pelas tantas alguma coisa entre na cabeça do Lula. Acho que o Senador Suplicy está fazendo um papel espetacular. Numa hora em que a coisa mais fácil é o que estão fazendo, ou seja bater nas costas do Presidente e dizer: “Tem razão, Presidente, não vá a debate. Que é isso? Não vá a debate. Tem razão, Presidente. Deixe o negócio de São Paulo. Que se dane! Aquilo é a gota d’água para o Alckmin, porque antes ele podia dizer ‘porque o Governo de São Paulo’... e agora não pode dizer mais nada”. De repente, vem o Suplicy, que diz: “Não, não é por aí, Presidente; é por aqui”.

Tem chance de ganhar. Vou ser sincero: eu não botaria a mão no fogo, dizendo que ele não podia ganhar; pode. Toda pessoa é recuperável. Assim como Lula fez o que era mais impossível, que foi abandonar a imagem daquele cara espetacular, sério, correto, digno, dono de uma biografia fantástica, pulando para o outro lado de uma hora para outra, quem pode dizer que, de repente, no cérebro do Sr. Lula não vai acontecer

alguma coisa e ele pelo menos possa dizer: “Mas onde é que eu estou? Onde estou? O que estou fazendo?”

O problema do Presidente da República é muito sério. Fui Líder do Governo durante dois anos e meio. Eu entendo. O Fernando Henrique me convidou para ser Líder do Governo dele. Fiquei quinze dias para ver como estava. Enquanto eu estava pensando se ia ser ou não Líder do Governo dele, entrou o pedido da CPI dos corruptores, e ele vetou. Eu lhe disse: muito obrigado, e fui embora.

É difícil dizer “não” ao Presidente da República. O Senador Antonio Carlos está rindo porque ele sabe disso. Para ele, tanto na Bahia como no Brasil, é difícil dizer não. As pessoas geralmente estão ali agradando porque agradar é a maneira de ser. Ainda mais o Lula como Presidente da República, com novo mandato de quatro anos, com a caneta na mão, com os poderes incomensuráveis na mão. Um partido, um homem que antes só tinha poder diante de um sindicato, de repente, nomeia o presidente da Petrobras, diretor da Petrobras, diretor de não sei o quê. É uma loucura! Alguém vai dizer não a ele? Apenas uma pessoa faz isso. Esse homem é o Suplicy. Digam-me outro nome.

Outra pessoa, a Senadora Heloísa Helena, tentou, mas não chegou a dizer não, porque botaram ela para fora. A única pessoa que está balanceando é o Senador Suplicy, com essa categoria que tem. Dou nota dez ao Senador Suplicy, porque ele está assumindo uma posição que considero espetacular. Ele poderia ter batido, dito desaforo e ido embora, também poderia ter “batido” e ido para o lado de lá, poderia ter ido, mas prefere “bater” todos os dias.

Digo uma coisa a V. Ex^ª: eu sei que as gotas pingam na cabeça do Lula, e isso incomoda. Não sei o que pode acontecer. É como o rei que mandou cortar a cabeça do João Batista. Ele gostava de João Batista, tinha respeito por ele, mas João Batista dizia: “Tu estás com a mulher do seu irmão, tu mandaste matar o seu irmão para ficar com ela. Isso não pode ser, isso é uma barbaridade”. No fim, ele terminou perdendo a cabeça.

Não sei o que vai acontecer. O que sei é que o PT ofereceu o Senado ao Quéricia para fechar o acordo. Assim, o PMDB apoiaria o Mercadante, e o Quéricia seria candidato ao Senado apoiado pelo PT. O Quéricia não quis. Inteligente como é, disse: “Eu não vou, até porque se for vai parecer que fui eu que cortei a cabeça do Suplicy, e aí, mesmo, é vou perder a eleição”. Burro ele não é.

Cortar a cabeça do Suplicy, eles já querem; mas não conseguem. O Suplicy é candidato ao Senado porque lá está o Lula e está aqui o Suplicy. Se eles inventassem outro candidato ao Senado, o Lula descam-

baria em São Paulo. É o Suplicy que está suportando o Lula no panorama em que ele se encontra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Senador Pedro Simon?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu me rendo a V. Ex^ª. O analista de Bagé morreu; viva o analista Pedro Simon! Meus Parabéns!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^ª está sendo malvado comigo hoje. Eu não mereço isso. V. Ex^ª sabe.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, há uma consideração muito importante na minha recomendação ao Presidente Lula. Ele tem dito que quer muito ajudar o Senador Aloizio Mercadante a se tornar Governador de São Paulo. A melhor, a mais eficiente forma de ajudar é participar dos debates, porque obrigará o candidato José Serra a debater com o Senador Aloizio Mercadante, que quer muito debater com José Serra. Há mais esse ponto importante para ajudar o Partido dos Trabalhadores e o candidato Aloizio Mercadante em São Paulo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só quero dizer a V. Ex^ª que a informação que tenho é que o Serra está doido para ir ao debate. Ele ainda não foi ao debate porque o PSDB disse que é para ele trocar: se o Lula for, ele também irá. Dizem que o Serra não tem muito medo do Mercadante, que ele topa ir ao debate...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Até agora ele não quis.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele diz que vai se o Presidente for. O Presidente não vai lá, e vocês querem que eu vá aqui? Ele está nessa de não ir.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu não ouvi essa parte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Dizem que ele estava doido para um debate com o Mercadante.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não tenho essa informação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E, conforme disse nosso ilustre Senador do Piauí, enquanto o cidadão continuar a economizar bom-dia e boa-tarde e colocar na poupança, fica difícil aumentar...

Agradeço a gentileza de V. Ex^ªs e agradeço a informação do Senador Antonio Carlos.

Acho que alguma coisa temos de fazer porque não pode o Senado ficar de braços cruzados com o que aconteceu sábado à noite. Sábado à noite foi a coisa mais fantástica, mais inédita. Tivemos ditaduras – ditadura do Getúlio, ditadura militar –, mas um encapuçado ir à televisão e dar uma aula de moral para todo mundo, isso não tinha acontecido. Ou a gente faz alguma coisa... Já aconteceu lá, na Amazônia, onde um

Estado está todo contaminado e o chefe da quadrilha parece que era o Presidente do Tribunal de Justiça. Sempre digo que a máfia está sendo...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... organizada. Um fato real, concreto, está aí. E acho que não podemos ficar de braços cruzados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, por cessão do Senador Marco Maciel.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador José Agripino se dirige à tribuna, eu pediria a V. Ex^a autorização para, por meio de um requerimento, me congratular com a cidade de Parnaíba, no meu Estado, que hoje completa 162 anos de fundação e é o berço dos nossos atuais Senadores Mão Santa e Alberto Silva, do ex-Senador Chagas Rodrigues e do ex-Ministro Reis Velloso.

Faço esse requerimento com a certeza da aprovação desta Casa, tendo em vista toda a história que essa cidade representa para o Piauí, para sua economia e também para o País.

Peço a V. Ex^a, portanto, que aceite meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa aguarda o requerimento, ao qual se incorpora.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer junto com V. Ex^a e com o Plenário uma reflexão em torno do comparecimento ou não a debate de candidato que disputa eleição.

Costuma-se dizer, Senador Antonio Carlos Magalhães, que é um direito do candidato ir ou não ir ao debate. Não é, não. É direito do eleitor exigir que o candidato vá ao debate, para que ele possa fazer a sua opção, a não ser que não se queira dar ao eleitor o direito de fazer a opção consciente. E o candidato que queira merecer o respeito do eleitor precisa ter essa compreensão; do contrário, ele está brincando com a compreensão do eleitor, está manobrando politicamente, está brincando de fazer eleição.

É assim, Sr. Presidente, que eu sempre me comortei. E olha que já fui candidato em eleição majoritá-

ria seis vezes. Fui candidato três vezes a Governador e fui candidato três vezes a Senador; fui candidato, portanto, seis vezes a postos majoritários.

Ah, mas a esperteza recomenda que candidato que está na frente não compareça a debate! Eu quero dar o meu exemplo, até porque quero fazer algumas considerações e quero ter autoridade moral para fazê-lo. Já disputei eleição em que larguei com 62% dos votos, não votos válidos, votos brutos; votos válidos eram muito mais do que isso, e não me neguei a comparecer a debate nenhum por respeito ao eleitor. Acho que o eleitor tem o direito – ele pode se interessar ou não por política –, mas o candidato tem que ter a compreensão de que o eleitor tem o direito a que todos que disputam a eleição estabeleçam o contraditório para estabelecer fatos, tomar compromissos e estabelecer identidade com o eleitor. Do contrário, ele não é um de nós. Do contrário, ele não é a cara do povo. Ele posa de um de nós e posa de cara do povo, mas está agindo com esperteza, seguramente, porque tem do que se esconder; ele tem medo de fatos ou coisas que possam surgir durante o debate. Só isso justificaria um candidato como o Presidente Lula se negar a comparecer ao debate. Em pleno processo democrático, em tempos de mensalão, em tempos de sanguessugas, em tempos de madura discussão política, ele se nega a comparecer ao debate e a esclarecer fatos, principalmente depois de um fato que acabou de acontecer.

Sua Excelência o Presidente, como outros candidatos à Presidência, foi entrevistado pelo TV Globo, no Jornal Nacional. Durante a entrevista, ele cometeu alguns atos falhos, mas deixou esclarecido um fato sobre o qual já tantas vezes falei desta tribuna – esclarecido para a opinião pública e, para mim, muito mais. Paulo Okamoto, aquele que pagou os R\$29,6 mil da conta de Lula; que veio à CPI dos Bingos; que jurou de pés juntos que Lula não sabia que ele havia pagado os R\$29,6 mil; Paulo Okamoto, que pagou os R\$29,6 mil em dinheiro sacado em Brasília e transportado para São Paulo, ou sacado em São Paulo e pago na boca do cofre, em uma agência do Banco do Brasil, na conta de Lula, num dos pagamentos exibindo a própria xerox da carteira de identidade de Lula, e que depois diz que pagou a conta de Lula sem que Lula soubesse; e que se nega a abrir a sua conta bancária. Nós pleiteamos, e o Governo impediu a quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto, para que se mostrasse de onde veio aquele dinheiro, se veio das contas dele ou se veio do valerioduto. Que se desse a ele a oportunidade de mostrar. Nada disso nunca aconteceu, e ficou a versão ao final de que o Sr. Paulo Okamoto havia pago a conta de Lula, com dinheiro dele, porque nunca se

conseguiu quebrar o sigilo bancário de S. S^a, e tinha pago a conta de Lula à revelia de Lula.

Na entrevista ao Jornal Nacional, Senador Antonio Carlos, foi Lula quem disse que tinha dito ao Paulo Okamoto: “Eu não devo ao PT, você paga se você quiser”.

Quem diz isso não é gago e reconhece que deve e sabia que Paulo Okamoto havia pago a conta dele. Ou seja, é o flagra, é o pega na mentira. Nenhuma oportunidade melhor para Lula que o debate para que este fato fosse esclarecido. Era o grande momento dele. Ele não se julga um homem cheio de argumentos, não pede as comparações? Ou ele quer fazer a comparação em um monólogo, sem direito a contestação, como tem sido o hábito dele, negando-se a dar entrevistas, inclusive a jornalistas que queiram fazer perguntas e réplica?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu pediria permissão a V. Ex^a, como meu Líder, apenas para fazer o registro da presença, na tribuna de honra desta Casa, do General Pedro Machado, Chefe do Estado-Maior do Exército do Equador, que se encontra com a comitiva. Peço-lhe desculpas pela interrupção. O Senado recebe, com muito carinho e alegria, os visitantes.

Fica o registro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Continuo, Sr. Presidente.

O Presidente Lula perdeu a grande oportunidade de brindar o eleitor com os seus argumentos, de confrontar com os seus contendores a formulação que tem, as suas idéias, os seus feitos, dando direito àqueles que estivessem presentes – e foram todos, menos ele – de fazer os reparos que pudessem ou julgassem ser convenientes.

Ele se negou a ir e perdeu a oportunidade de dizer: “Paulo Okamoto, você é mentiroso, você disse coisas que não correspondem à verdade”, porque ele havia dito no Jornal Nacional, poucos dias antes, que o Paulo Okamoto havia, sim, pago a conta dele, uma conta que ele não reconhecia, e que ele tinha dito a Paulo Okamoto: “Pague se você quiser.” Ora, quem diz isto: “Pague se você quiser”, reconhece que a conta foi paga. E, a partir daí, toda a farsa Okamoto coloca *sub judice* a palavra do Presidente, a credibilidade de toda uma história de governo.

Eu tenho o direito de raciocinar, Senador Antonio Carlos Magalhães, que, num caso rumoroso como o do Sr. Paulo Okamoto, se a mentira foi pregada, em quem eu posso acreditar mais? Em quem eu posso

acreditar? Eu posso, desde que ele me dê argumentos. Argumentos que ele não quis dar, porque não foi ao debate. E não quis dar, porque não deve tê-los.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a aborda um ponto importantíssimo, e acho que esta Casa não pode ficar indiferente. A minha sugestão é que a Mesa da Câmara solicite as gravações do Presidente Lula na recente entrevista e o depoimento do Sr. Paulo Okamoto e faça um novo pedido ao Supremo Tribunal Federal para a quebra do seu sigilo bancário. Porque aí – não há como negar – são palavras que se contrapõem. E, evidentemente, a Nação deseja a verdade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Talvez, Senador Antonio Carlos Magalhães, uma das razões que tenha levado o Supremo – e V. Ex^a coloca com muita propriedade – a negar a quebra do sigilo tenha sido a existência apenas de indícios de que a conta tenha sido paga ou não tenha sido paga. Um dizia que tinha pago, outro dizia que não tinha pago, e a dúvida era grande, e aí se perdia a importância sobre a origem do dinheiro. Mas agora ficou muito claro: a conta existia, a conta foi paga por Okamoto, que disse que Lula não sabia, e Lula confirmou que sabia sim, senhor, porque havia dito a Paulo Okamoto: “Eu não devo ao PT, e você paga se você quiser.” Se “paga se você quiser”, é porque ele sabia que tinha pago. Pagou com que dinheiro? Pagou com o dinheiro do valeriolduto ou pagou com dinheiro da conta dele? Para isso é que é importante a quebra do sigilo bancário, que nunca se conseguiu.

Mas, mais importante do que isso tudo, o que para mim ficou perigosamente colocado foi a perda da credibilidade da palavra do presidente, porque durante meses e meses e meses esse assunto foi tratado sem desmentido. E é como se o Paulo Okamoto estivesse falando sempre a verdade. O assunto transitou em julgado, até que, numa declaração do Presidente, numa entrevista, ficou a verdade recuperada.

Então, o Presidente da República faltou com a verdade e, na minha opinião, perdeu a credibilidade, porque o que se divulgava, a partir do Palácio do Planalto, é que o Presidente desconhecia aquela conta, que não tinha conhecimento – aliás, não tem conhecimento de várias coisas. Só que, nessa agora, ele foi flagrado, ele foi pilhado. Ele foi flagrado por ele próprio, reconheceu o que nunca reconheceu. Num dado momento, finalmente, apareceu a verdade. A partir daí, eu me pergunto: a partir de agora, posso acreditar no que Lula diz?

E aí entra o primeiro programa eleitoral. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assisti ao primeiro programa eleitoral. Devo confessar a V. Ex^{as} que, mais do que nunca, lamentei o não-comparecimento do Presidente Lula ao debate. Espero que outros debates aconteçam, promovidos por outras cadeias de televisão, e que o Presidente compareça. Compareça para quê? Para esclarecer o eleitor.

Eu assisti a Lula ou ao programa dele. Ele estava por trás do programa. Evidentemente, o que o programa diz é o que o PT – e Lula é o candidato do PT – quer anunciar ao País. Ele anunciava, se não me engano, seis mil quilômetros de rodovias. Eu me pergunto: onde danado estão esses seis mil quilômetros de rodovias? No meu Estado, não tem um palmo. Aliás, o que existia – aquela duplicação de um trecho pequenininho entre Macaíba e Natal – está parado há séculos. No Governo Lula, não andou nada. De resto, o que existe é tapaburaco, que a chuva já levou. Eu não sei se no Estado de V. Ex^a existe algum quilômetro, ou centena ou milhar de quilômetro de estrada nova. Eu não vi.

Boa matéria! Boa matéria para debate, para ser colocada e ser contestada ou ser aceita. Mas, não. Fica no monólogo do programa eleitoral!

Assisti ao programa falar do fim do apagão. Sr. Presidente, há menos de um mês, tive uma reunião com o setor elétrico deste País. Os investidores em energia elétrica, em geração de energia elétrica – e são várias grandes empresas nacionais e internacionais –, discutiam os investimentos no setor elétrico. Saí de lá com o cabelo em pé, pela perspectiva, pelo investimento zero que está sendo feito pela iniciativa privada. A geração de energia elétrica no País hoje é um setor privatizado. Saí de cabelo em pé, com a perspectiva negra que há pela frente, por conta do marco regulatório, por conta do desprestígio da Aneel, por conta da perda de credibilidade dos investidores estrangeiros e nacionais em investirem no setor elétrico. E vem o Presidente falar em apagão! O apagão não existiu, porque não houve crescimento de demanda, porque o País cresceu muito devagarzinho, muito menos do que a Argentina, o Paraguai, o Uruguai, o Peru, a Bolívia, a Venezuela! O Brasil ficou para trás, crescendo devagarzinho e, portanto, não aumentou a demanda de energia elétrica. Os reservatórios d'água estavam cheios, porque, graças a Deus, houve um regime de chuva favorável. Paulo Afonso, Itaipu, Furnas, Três Marias, foram abastecidas, e a capacidade hídrica funcionou a contento, sem necessidade alguma, aliás, de energia de ponta. E as termelétricas que foram instaladas para equilibrar momentos de racionamento já foram até vendidas para o exterior, haja vista a des-

necessidade, por inexistência de demanda comprimida ou de demanda não atendida.

Agora, Sua Excelência precisa perceber que pode haver mudança de governo – e Deus queira que haja – e que o crescimento do País seja retomado e aí haja necessidade de investimentos. Aí teremos perdido um tempo precioso, por conta de uma política equivocada. A manchete do programa de televisão dele é: “Apagão nunca mais”. O apagão está na frente. Se nós crescermos 5%, 6%, como a Argentina, como a Bolívia, como o Paraguai ou o Uruguai, teremos apagão já já, por conta de um problema cuja culpa é só do Governo Lula. A Aneel desprestigiada e o marco regulatório inibem investimentos – isso eu ouvi dos investidores. Ninguém me engana. O programa de televisão não engana a mim. Agora, para isso, seria importante o debate, para que Heloísa Helena, Geraldo Alckmin, Cristovam Buarque, Bivar, os candidatos enfim, pudessem debater, estabelecer o contraponto, para que o eleitor pudesse fazer um correto juízo de valor e votar. Não um programa bonito e cheio de ilusões, como a ilusão dos seis milhões de empregos anunciados. Seis milhões de empregos onde? Claro que foram gerados alguns empregos, mas o que existe muito é maquiagem, é emprego que já existia, que se forçou a que fosse formalizado por artifícios que foram criados. Bons! Até que bons, mas artifícios que foram criados para aumentar a estatística, só para aumentar a estatística e não que isso signifique emprego gerado por retomada de crescimento.

Eu falo isso tudo, porque a mim revolta o direito que se subtrai ao eleitor de ver esse debate, como estamos fazendo aqui agora, ser estabelecido entre os candidatos, para que o eleitor, que tem no debate um direito, não tenha esse direito subtraído pela vontade de um cidadão que, de forma presunçosa, se ausenta do debate e retira do eleitor o direito legítimo de fazer o correto julgamento, para que possa dar o voto mais consciente que possa dar.

Diz o Presidente da República ao final do seu programa – e esta é uma frase que ele pretende que seja lapidar: se o eleitor pretende dar um voto para que se avance de onde ele parou, ou se o eleitor prefere começar do zero. Começar do zero ou começar de onde ele parou? O Presidente Lula está se esquecendo de que, por exemplo, os dois marcos fundamentais de seu Governo, o Bolsa-Família e o programa econômico exitoso, foram meras continuações do que existia. O Bolsa-família é a junção do Vale-Gás, do Bolsa-Escola, de programas que já existiam e que foram apenas reunidos e aumentados. Só! O programa de combate à inflação e de equilíbrio das contas públicas só foi possível graças ao que aconteceu com o Plano Real

e com a política econômica que vinha andando, apenas com um fator chamado sorte. O mundo cresceu no período Lula o que não cresceu, nem de longe, na era Fernando Henrique Cardoso. O Presidente Lula fala em “avançar a partir de onde ele parou ou começar do zero”.

Começar do zero?! Eu diria, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a chance que os contendores desejam é de retomar o tempo perdido. É de recuperar aquilo que nós poderíamos ter feito nesse período e não o fizemos por políticas equivocadas. Elevar o salário mínimo para R\$580,00, se tivéssemos crescido o que a Argentina cresceu, o que o Uruguai cresceu. Não quero falar sobre o que a Índia ou a China cresceu. Falo sobre os nossos vizinhos. O que eu quero dizer é que a nossa economia poderia estar anos-luz à frente, porque nós perdemos um tempo precioso, por conta de políticas equivocadas, que têm que ser, neste momento, objeto de debate e não de monólogo.

O que o programa de televisão do Presidente Lula pretende estabelecer é o monólogo que foge do debate. Eu acho que é importante que cada candidato apresente os seus programas, os seus feitos, mas que os submeta ao crivo e à avaliação crítica daqueles que têm o direito de fazê-lo. E o direito de fazê-lo têm os contendores, que podem fazer em um programa ou no outro, mas que tenham a rara oportunidade de o fazer cara a cara, no debate, desde que argumentos existam para quem quer ganhar a eleição. Se Lula quer ganhar a eleição, que vença com argumentos, não com falácias.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, como Líder do PMDB.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento, Senador Ney.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, na tarde de hoje, para comunicar a V. Ex^{as} que estou me licenciando da Liderança do PMDB pelos próximos 60 dias, a fim de me dedicar à reeleição para o Senado, labutando mais, lutando mais ainda em favor do meu Estado. Já era minha pretensão fazer isso há tempo, Presidente, e estava consultando os Vice-Líderes, mas quase todos estavam envolvidos na campanha em seus Estados.

Entendo ser esta a melhor maneira de reiterar o meu compromisso de respeito e afeto para com este que foi o primeiro e único partido de minha vida, onde

milito desde a juventude e que tenho a honra de liderar no Senado da República há quase dois anos.

Passados os primeiros momentos de surpresa e indignação pela metodologia adotada pela CPMI das Ambulâncias, que não aceitou o contraditório, aguardo com serenidade a etapa do Conselho de Ética.

Incompreensivelmente, a CPMI estabeleceu como critério inovador – já que foi a primeira vez que isso aconteceu na história das CPIs – ser o Conselho de Ética o fórum adequado para a apresentação das defesas. Lá, tenho certeza, me será assegurado o direito de defesa, instrumento universalmente consagrado nas sociedades desenvolvidas e que delimita com nitidez insofismável a diferença entre civilização e barbárie.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia sequer sugerir com a minha presença na Liderança qualquer tipo de constrangimento aos companheiros, que foram decisivos para a construção de uma trajetória vitoriosa que escrevi nesses meus 12 anos como Senador da República. Longe de mim criar embaraços para o partido ou para o Conselho de Ética. Assim, ao mesmo tempo em que me licencio da Liderança do PMDB, eu me afasto também do Conselho de Ética. Como democrata convicto, curvo-me às exigências protocolares para o perfeito cumprimento dos dispositivos regimentais.

Espero, confiante, o processo no Conselho de Ética, porque sei da minha inocência e da minha honradez. Tenho a consciência tranqüila.

E é assim que, amparado pela certeza da vitória da justiça, parto com tudo para a campanha, fiel aos meus compromissos com o povo da Paraíba, a quem jurei lealdade.

Não sou homem de fugir à luta. Não desapontarei os paraibanos, assim como jamais traí ou trairei o PMDB e o meu mandato.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na oportunidade em que me licencio da Liderança, indico o nome do Senador Wellington Salgado para substituir-me interinamente.

Reafirmo, neste momento e desta tribuna, a minha convicção de que maior que os percalços e turbulências do momento, são a força, a grandeza e a coerência dos ideais que me fazem persistir na vida política.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 307-B/2006

Brasília, 11 de agosto de 2006.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a minha renúncia como membro titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, por permuta com este Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Só um minutinho, Senador Marcos Guerra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Ministro da Educação, Fernando Haddad, pela homologação da decisão do Conselho Nacional de Educação, que torna obrigatório, a partir de agora, o ensino de Filosofia e Sociologia no ensino médio de todas as escolas públicas e privadas do País.

É uma recomendação de todas as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras em educação do Brasil, especialmente de toda a bancada na Câmara dos Deputados e aqui no Senado, de pessoas que trabalham vinculadas à área da educação.

Fica nossa homenagem a essa decisão do Governo Federal, que, no nosso entendimento, faz justiça ao que tinha sido cerceado há mais de trinta anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria que as intervenções fossem sempre dentro do Regimento, para não haver nenhuma reclamação posterior.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra.

Em seguida, concederei a palavra aos Senadores Antonio Carlos Magalhães, cedida por mim, Sibá Machado, Leonel Pavan, Heráclito Fortes. E, por último, este Senador. O Senador Antonio Carlos Magalhães cede a mim a palavra, por último. Já que ele é um grande Senador paulista, nós temos que dar a vez.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a melhor política educacional é aquela que assegura o atendimento integral na escola, permitindo que os alunos tenham

acesso à cultura, às novas tecnologias e à assistência social e pedagógica.

Estatísticas mostram que, dos quase 33 milhões e 500 mil alunos do ensino fundamental, matriculados no Brasil em 2005, apenas 2 milhões e 600 mil, cerca de 8% desse total, freqüentavam turnos escolares com duração maior do que cinco horas diárias.

Crianças de famílias de maior poder aquisitivo que freqüentam estabelecimentos particulares têm aulas adicionais, fora da escola, para complementar sua formação. Mas as mais pobres não dispõem dessa vantagem e passam o tempo nas ruas, vulneráveis à violência, ou trancadas em casa, enquanto seus pais estão trabalhando.

O Projeto de Lei nº 234, de 2006, que apresentei à Mesa do Senado, institui a jornada escolar de tempo integral no ensino fundamental, ampliando a carga horária anual das atuais 800 horas para 1.400 horas, das quais pelo menos mil seriam destinadas ao efetivo trabalho em sala de aula. A implantação gradual seria concluída no prazo de cinco anos, a partir da transformação desse projeto em lei.

A adoção do regime integral é meta antiga, com dez anos de existência. Sua necessidade era sinalizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1996. Até agora, contudo, pouco avançamos para atingi-la. A busca da qualidade na educação brasileira deve ser um objetivo urgente de todos nós. Sem ela, não teremos jamais uma sociedade mais justa, capaz de proporcionar oportunidades a todos. Por isso, peço aos nobres pares que se incorporem a esse nosso esforço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Cumprimento V. Ex^a e passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (Bloco/PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Lula, onde Vossa Excelência se encontra? Onde se escondeu hoje? Onde estava escondido ontem para fugir de um debate com os candidatos à Presidência da República? Eu compreendo, mas o público não compreende. Compreendo que Vossa Excelência não queria repetir o fracasso da entrevista do “Jornal Nacional”. Compreendo que Vossa Excelência não queria que lhe perguntassem o que é o valerioduto, não queria também que lhe perguntassem o que é o mensalão, não queria que lhe perguntassem sobre tantas companhias que Vossa Excelência rejeitava e que hoje abraça calorosamente, não queria que se fiasse certamente dos sanguessugas, pelo que Vossa Excelência é o responsável.

Há Parlamentares entre os sanguessugas, mas tudo foi feito no seu Ministério da Saúde, onde Humberto Costa já era conhecido como vampiro no banco de sangue. Foi de lá que saiu esse crime contra a sociedade brasileira, o cometido pelos sanguessugas. Vossa Excelência, Senhor Presidente, é o maior sanguessuga da Nação. Vossa Excelência é um sanguessuga em todos os setores da vida nacional, dos idosos, dos aposentados, daqueles que ganham salário mínimo. Para todos, Vossa Excelência é um homem perverso, é um homem que não vê a situação em que se encontra o País, daí por que foi recebido tão “geladamente” na Bahia, num dia de tanto sol, no sábado passado, a ponto de Vossa Excelência dizer que não voltaria lá porque não valia a pena, pois o povo o tinha deixado sozinho.

Ora, Sr. Presidente, o caso Okamoto não pode ficar como está. Temos que saber quanto Okamoto deu em dinheiro ao Presidente Lula. Confessados, há apenas R\$29,6 mil. Mas o Presidente Lula tem que explicar também quanto a Telemar passou para o seu filho – nada menos do que R\$15 milhões. Talvez ele venha a dizer que foram R\$14,9 milhões. Mas ele não pode negar que recebeu esses recursos.

Compreendo que o Presidente não tenha atendido ao Senador Suplicy. Compreendo inteiramente. Suplicy tinha razão? Tinha. Mas o Presidente tinha mais razão do que ele, porque, se o Presidente fosse lá, seria o maior fracasso, como será em qualquer debate que apareça. Daí por que ele foge, corre, se esconde, mente e participa de todas as maracutaias deste Governo.

O que ele quer é cassar a imunidade parlamentar de V. Ex^a, Sr. Presidente, a nossa imunidade, para que não possamos daqui, deste local, desta tribuna, dizer tudo que ele merece. E ainda merece muito mais.

É um Presidente que não honra a Nação e que desonra o País. É um Presidente que não tem condições de encarar o público. A entrevista que deu foi no Palácio do Planalto para intimidar os entrevistadores, que, realmente, fizeram uma entrevista completa, séria, digna, enaltecendo a emissora a que pertencem e, principalmente, a figura de ambos. A mim ficou demonstrado que Lula não pode responder em debate algum, a ninguém. Ele tem que ficar sempre como quem não sabe nada. Aliás, ontem, um dos candidatos disse que o Presidente não foi ao debate porque não sabia.

Ele teve coragem de dizer que demitiu os seus auxiliares. É mentira! Muitos deles me contaram como foram as demissões. Até fomos bondosos, nesta Casa, com o Ministro da Fazenda. O Presidente da República chamou-o de “meu irmão” e “figura indispensável ao Governo” e demitiu-o. Foi a pedido? Sim, porque

a pedido também foi demitido Waldomiro Diniz. Nos Correios, Maurício Marinho foi pego recebendo R\$3 mil. Neste Governo, roubam-se bilhões e também R\$3 mil. É a coisa mais inacreditável!

Daí por que o Senador Eduardo Suplicy chama a atenção do Presidente da República para que ele não proceda assim, que ele enfrente, vá ao debate, discuta, tenha coragem de enfrentar os adversários, que vão chamá-lo, certamente, de ladrão.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, apenas quero transmitir que tenho a convicção pessoal de que, se o Presidente Lula for aos debates, ele poderá esclarecer cada uma das afirmações, seja as que V. Ex^a está fazendo, seja as que os adversários, como o ex-Governador e candidato Geraldo Alckmin, como a Senadora Heloísa Helena ou qualquer dos outros que esteja lá a fazer. Tenho a convicção pessoal, como amigo do Presidente, de que ele contribuirá enormemente para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil se comparecer aos debates. É a sugestão que faço da maneira mais sincera a ele e aos assessores que têm recomendado os passos dele como candidato. Agradeço o aparte concedido por V. Ex^a. Tenho uma emergência e, por isso, vou-me ausentar do plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Fico triste que se ausente porque V. Ex^a sempre faz falta a esta Casa, mas quero dizer-lhe que tenho uma convicção: embora V. Ex^a tenha uma grande votação em São Paulo – as pesquisas dizem isso –, V. Ex^a não vai votar em Lula. V. Ex^a vai votar em Heloísa Helena! V. Ex^a vai votar em Heloísa Helena!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a está enganado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a não vai votar em Lula, tenho certeza!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou votar em Lula, com toda a convicção e certeza. Tenho o maior respeito pela Senadora Heloísa Helena. Muitas vezes, V. Ex^a aqui me viu ter pontos de vista semelhantes aos dela e sabe – e aqui digo com toda a clareza – que votarei no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E vai dormir bem nesse dia?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E vou dormir bem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ah, Sr. Presidente, o Senador Suplicy é um homem interessante. Ele disse uma coisa muito séria:

que vai votar em Lula, mas que o respeito que ele tem é à Senadora, e não ao Lula. Ele não tem nenhum respeito pelo Presidente. Apenas por uma questão partidária, ele vai votar em Lula, porque ele respeita, sim, a Senadora. Isso foi o que ele colocou claramente.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concedo um aparte ao Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento e volto um pouco ao passado, à nossa CPI dos Bingos, “CPI do fim do mundo” como foi batizada. Lembro a V. Ex^a que o caso de Okamoto, neste momento, é ideal para que o Ministério Público peça, de uma vez por todas, a quebra do sigilo bancário desse cidadão. Nosso Procurador-Geral da República, Antonio Fernando, recebeu das minhas mãos e das mãos do Senador Garibaldi Alves Filho o relatório da CPI. V. Ex^a foi um dos membros mais atuantes da Comissão, ao lado do Senador Romeu Tuma, que neste momento preside a sessão, do Senador Magno Malta e de tantos outros que dela participaram. Tenho convicção de que agora está provada toda aquela confusão que se traçou em que o Supremo Tribunal Federal não concedeu a autorização para a quebra de sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto. O Sr. Paulo Okamoto foi à CPI, por um requerimento de autoria de V. Ex^a. Depois, aprovamos a quebra do seu sigilo bancário, mas o Supremo não a autorizou. O Presidente Lula foi bem claro em sua participação na TV Globo, quando disse que o Sr. Paulo Okamoto pagou a sua conta. Sua Excelência foi bem claro, embora o Supremo tenha apresentado justificativas para que não fosse quebrado o sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto. O Presidente comprovou agora que o Ministério Público está com a faca e o queijo exatamente para pedir a quebra de sigilo e sanar todas as dúvidas que V. Ex^a tem, que eu tenho, que esta Casa tem e que o Brasil tem. Ou seja: de onde veio o dinheiro com o qual o Sr. Paulo Okamoto pagou a conta do Presidente? É isso que queremos saber, e eu tenho certeza de que o Dr. Antonio Fernando, juntamente com os Procuradores da República, por meio do Ministério Público, tirará todas as dúvidas. Assim espero porque, acima de tudo, confio e dou toda credibilidade ao Ministério Público deste País.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Efraim, V. Ex^a tem absoluta razão, o Dr. Antonio Fernando é um homem sério, digno, e, evidentemente, no momento em que receber de nós – creio que V. Ex^a ainda pode estar exercendo essa Presidência – ou do Presidente do Senado as duas

gravações na CPI e a gravação do “Jornal Nacional”, não haverá juiz que não quebrará o sigilo do Paulo Okamoto. Eles pediam as provas concretas; agora, as provas concretas são as falas do Okamoto e do Presidente Lula, contraditórias e totalmente diferentes da realidade.

Não podemos deixar impune esse crime. E o Sr. Okamoto tem que mostrar o quanto pagou, porque não foram apenas R\$ 29,6 mil; ele pagou muita coisa para o Presidente da República e para muitos dos seus apaniguados.

Quero dizer também que nós não devemos descansar enquanto não conseguirmos isso. É do nosso dever, é até mesmo uma obrigação trazer este caso como também pedir a explicação de um caso de que todos evitam falar: o da Telemar. Quem pagou os R\$15 milhões ao Lulinha – ou Fábio?

Quem pagou para a Gamecorp R\$15 milhões? Todos vocês que aqui estão, contribuintes brasileiros, todos vocês deram para o filho do Lula R\$15 milhões, via Telemar.

Assim é o Governo corrupto que aí está. Assim é que vamos derrotá-lo, mesmo com a vantagem em que ele está agora. Na Bahia, ele já afirmou que ia me derrotar. A pesquisa do Ibope confere: dos votos válidos, 71% a Paulo Souto e 23% ao Ministro de Lula, o preguiçoso Jacques Wagner.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos, permita-me um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos, tenho a impressão de que essa questão do Sr. Okamoto poderá ser resolvida de maneira bem mais rápida. V. Ex^a, que tão bem dirige a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, deve – é uma sugestão que eu daria – notificar o Supremo Tribunal Federal para o fato da mentira aqui aplicada. Afinal, o Sr. Okamoto, sob juramento, em um depoimento, mentiu. E a prova da sua mentira é exatamente a declaração do Senhor Presidente da República. Daí por que o próprio Supremo não terá mais motivo algum para sustentar a preservação do sigilo bancário de quem mente para o Congresso e mente para a Justiça brasileira. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Só teremos, infelizmente, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no dia 6 de setembro, e esse caso exige uma providência mais rápida, porque isso tudo faz parte do que o eleitorado deve saber e não sabe a respeito desse Governo que aí está.

Portanto, vamos procurar um meio de fazer chegar ao Ministério Público ou à Presidente do Supremo Tribunal Federal essa grande contradição de Okamoto e Lula, que resulta realmente num grande prejuízo para a Nação brasileira.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a quer um aparte?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Aceito. Senador Antonio Carlos, V. Ex^a, indiscutivelmente, é um Senador que, pela história do Congresso Nacional e da política nacional, é muito ouvido; é um dos líderes natos da Casa, estando ou não formalmente na função. O que tenho visto, observado e aprendido é que, quando V. Ex^a fala, muita gente se pauta pela sua orientação. E, como tal, faz uma das mais duras oposições de que se tem notícia. Penso que nem mesmo o PT o fazia com tanta capacidade e competência, como V. Ex^a o faz hoje. Eu não estava aqui no Congresso, é claro, mas acompanhava. Eu estava no meio de uma organização sindical, que era a CUT, e fazíamos, também, como podíamos, uma oposição muito forte ao Governo, não só do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas também de outros governos. Então, o que posso observar, quanto à ida ou não do Presidente Lula, seu comparecimento ou não a um debate coletivo – já que ao individual ele compareceu –, é que temos ali não o Presidente da República, mas um candidato, em nível de igualdade. As regras são claras. A própria TV, em obediência também às regras da legislação, cria uma programação daquela natureza. O que podemos observar – já debatemos essa questão no pronunciamento do Senador Pedro Simon – é que isso também se repete em outros níveis: o Governador Aécio Neves, como candidato, está em dúvida se vai comparecer a um debate coletivo; o candidato a Governador do Estado de São Paulo, o ex-Prefeito José Serra, também não compareceu ao debate da TV Gazeta. Considero isso estratégia de campanha eleitoral, independentemente do debate que V. Ex^a traz à Casa hoje. Trata-se de uma orientação de estratégia de campanha eleitoral. Há uma coordenação para isso. Como não é obrigatório ir, trata-se da decisão de ir ou não. Com relação ao fato já debatido aqui, por várias vezes, sobre o pagamento das despesas de viagem do Presidente Lula ao exterior, à Europa, já dei várias explicações. Continuo dizendo que, desde o momento em que esse assunto foi trazido a público, procurei saber o que havia acontecido. Conversei com o tesoureiro daquele período, o Deputado José Pimentel, e S. Ex^a explicou que o Presidente Lula – o próprio Presidente também deixou isso claro – jamais reconheceu o fato como dívida dele, porque estava em uma missão partidária, o PT é que havia sugerido aquela viagem. Eu também faço viagens em nome do PT, o que é diferen-

te de fazer uma viagem como Senador da República. Então, as despesas, como Senador, são pagas pelo Senado; quando estou em viagem por orientação partidária, são pagas pelo PT do Acre. Portanto, quanto a esse assunto do pagamento, o Presidente Lula não vai assumir essa conta! Penso que ele realmente não deve assumi-la, porque fez uma viagem orientada pelo Partido! Então, não é uma despesa dele, é uma despesa do PT. Se o Tesoureiro errou, na hora de contabilizar como despesa partidária ou despesa pessoal, o que fazer? Realmente considero isso uma besteira inimaginável de uma pessoa que está no exercício de uma tesouraria partidária. Tinha de ter sido feita a correção da prestação de conta e orientado o TSE quanto à despesa em nome do cidadão, à época, Luiz Inácio Lula da Silva. Então, em relação a esses fatos, quero só dizer que a decisão de ir ou não ao debate foi tomada como estratégia de campanha. E, no que diz respeito ao pagamento da viagem, continuo insistindo que a tese do Presidente eu fui investigar in loco: essa é uma despesa do PT, e não do Presidente Lula.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas por que o Okamoto, então, pagou, se era despesa do Partido? O Okamoto pagou por quê? Ele não tinha nada que pagar!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não podia! Aí também eu considero que ele não podia ter pagado! Aquilo era uma despesa partidária, uma correção da prestação de contas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então, vamos abrir o sigilo bancário do Okamoto para ver o que ele pagou a mais, além disso!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas ele jamais poderia assumir uma conta que não é nem dele. A conta é do PT.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ele declarou aqui que pagou em quatro prestações. O Okamoto, um homem que sabemos que tem dinheiro à vontade, disse que teve que pagar em quatro prestações. Assim está o Partido de V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Essa informação eu não tenho. Essa informação sobre se ele tem muito dinheiro ou pouco eu não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ele disse aqui que pagou em quatro prestações.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ao ver que tinha cometido erro, pediu ressarcimento?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O que eu quero dizer a V. Ex^a é que aquilo que V. Ex^a considera estratégia eleitoral, no caso do Lula, não é estratégia eleitoral: é medo. É medo! Se Aécio for, ninguém vai perguntar se ele é responsável pelo mensalão; ninguém vai perguntar se ele é responsável

pelos sanguessugas; ninguém vai perguntar sobre o valerioduto, como já tentaram fazer.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas, Senador Antonio Carlos Magalhães, isso foi perguntado na entrevista da Globo por William Bonner e Fátima Bernardes. Eles fizeram essas perguntas, e Sua Excelência respondeu. Não se trata da história de fazer ou não a pergunta A ou B, mas de uma estratégia eleitoral.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a gostou dessa história.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Hoje...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Todos os jornais de hoje...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – José Serra também não foi.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Todos os jornais de hoje dizem: só houve um derrotado no debate de ontem da Bandeirantes, o Presidente Lula.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas eu também li vários comentários, dizendo que Sua Excelência se saiu muito bem. Eu não assisti, realmente, ao debate.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ele não compareceu com medo das perguntas que lhe poderiam ser feitas.

Agora, devo dizer a V. Ex^a que, se estivesse no lugar do meu candidato Geraldo Alckmin, eu teria me dirigido àquela cadeira vazia e dito: “Aí deveria estar o Presidente Lula, para responder sobre o valerioduto, sobre os sanguessugas, sobre o mensalão. Ele não está aqui, porque não pode responder a isso e a outros crimes que praticou na República”. Assim faria eu, se fosse Geraldo Alckmin, mas cada um tem seu temperamento e sua maneira de ser.

Quanto a V. Ex^a, louvo a sua atitude. A cada dia, mais o admiro. Tenho essa satisfação. Louvo sua atitude de defender esse Governo indefensável. É preciso coragem! E V. Ex^a está demonstrando que é um homem corajoso: defende o PT, que está realmente numa situação gravíssima na política nacional.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Infelizmente, meu tempo está chegando ao final. Quero dizer ao Presidente Romeu Tuma que esperamos, ainda que em outra oportunidade, demonstrar o quanto esse Governo tem sido nocivo ao Brasil e o que seria deste País, se esse homem fosse reeleito. Se agora ele está assim, em outro Governo seria muito pior! Porque ele já quer cortar a imunidade parlamentar, mandato de Senador... Está horrorizado com o Congresso Nacional. O Congresso Nacional tem pecados?

Dúvidas não há. Mas Lula é um pecador muito maior do que todo o Congresso Nacional reunido, ninguém tenha dúvida: ele traiu o Brasil e o proletariado a que pertenceu. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. CCS Nº 75/2006

Brasília, 14 de agosto de 2006

Ilm^o Sr.

Dr. Roberto Irineu Marinho

Presidente das Organizações Globo

Nesta

Senhor Presidente,

Por decisão do plenário do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, tomada nesta data, vimos prestar a nossa solidariedade à Rede Globo de Televisão diante dos lamentáveis fatos que envolveram o seqüestro de dois dos seus funcionários, Guilherme Portanova e Alexandre Calado.

Essa ocorrência, que reflete o clima de insegurança em que vive o País, deve merecer a nossa mais ampla preocupação, exigindo das autoridades providências compatíveis com a necessidade de assegurar a todos liberdade de expressão, uma das maiores conquistas da democracia brasileira.

É a nossa manifestação, que se junta a outras entidades igualmente mobilizadas quanto a fatos dessa natureza, que lamentamos vivamente.

Cordialmente, **Alinaldo Niskier**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, por troca com o Senador Sibá Machado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra pela ordem a V. Ex^a, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero subscrever uma moção idêntica à TV Globo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria a V. Ex^a que o fizesse de moto próprio, porque este requerimento é do Conselho. E pediria licença para assiná-lo com V. Ex^a. Essa iniciativa é por tudo que representou o Dr. Roberto Irineu Marinho para V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Imediatamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Então, aguardamos, para fazer a leitura devida do seu requerimento.

Senador Magno Malta, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^s e Srs. Senadores, antes de iniciar meu discurso, de fazer os registros que desejo fazer, minha gratidão às pessoas do País inteiro, de todos os cantos, que a mim têm dado solidariedade.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar, neste plenário, a presença do meu irmão, Valmir Lima, sentado ali; de Joaci, que é obreiro da nossa instituição de recuperação de drogados – há 25 anos, no Estado do Espírito Santo – e que recebi, há 11 anos, lá do seu Estado, Senador Romeu Tuma, São Paulo. Tivemos a oportunidade e o privilégio de recebê-lo, de tirá-lo de lá, da marginalidade, do tráfico de drogas, das cadeias de São Paulo há onze anos e de recuperá-lo em nossa instituição. Hoje ele está lá, militando, trabalhando conosco.

Eu gostaria de registrar também a presença do folclórico Jacozinho, o rei do futebol de Alagoas, que tantas alegrias deu ao povo alagoano e ao Brasil, quando roubou aquela festa do Zico no Maracanã – ele e o Maradona –, na volta de Zico para o Flamengo. Jacozinho trabalha comigo e também foi recuperado por nós lá. A bebida alcoólica, o vício tirou-lhe tudo que o futebol lhe dera e o jogou na lama, na sarjeta. E foi lá, Senador Marcos Guerra, no Projeto Vem Viver, no Espírito Santo, que, há doze anos, recebi Jacozinho e pude ajudá-lo a voltar a viver.

Senador Romeu Tuma, o que me traz à tribuna, nesta tarde, é tão-somente a vontade, Senador Wellington Salgado de Oliveira, de ser grato às pessoas do País inteiro que me devotam solidariedade todos os dias. São centenas e centenas de *e-mails*. E o que me impressiona: são *e-mails* de jovens, de universitários, de pessoas que fazem questão de dizer que não professam a mesma fé que eu e que até discordam das minhas posições, mas que me fazem uma defesa e que acreditam na mais cristalina de todas as verdades, Senador Romeu Tuma: que eu, absolutamente, nunca tive, nem tenho nenhum tipo de envolvimento com esse episódio que estremeceu e escandalizou o Brasil.

Bate uma tristeza muito grande no coração, porque não se sabe como reconstruir o que destruíram. V. Ex^a tem uma história. Todos temos uma história, uma história de vida. E Deus sabe o quanto custou construir uma história de vida.

Penso que hoje estou sendo apenado por ter sido o autor da CPMI dos Bingos. Estou sendo apenado por alguns que agora se encontram na posição de algozes em face da CPMI do Narcotráfico. Todavia, a

razão pela qual tenho paz – minha alma está em paz, por isso me aquietei – é a certeza de que a justiça vai prevalecer. Se não posso dar um voto de confiança absoluta à justiça dos homens, tenho de confiar na justiça de Deus. E é no Salmo 35, Senador Wellington Salgado de Oliveira, Senador Efraim Morais, meu amigo, que me tenho alimentado todos os dias, eu e minha família, por ver o meu nome, a minha própria história destruída e jogada no lixo, sem nada dever, sem de nada participar, sem conhecer, sem ter feito, sem ter agido, sem de nada ter participado.

Mas o dever e o sentimento de gratidão me impulsionam, me compungem, me movem a vir à tribuna, Senador Heráclito Fortes, agradecer as Sr^s Lone, Andreia, Nair, do Rio Grande do Sul; Fátima Dias Almeida – recebi isso agora – de Serra, no meu Estado, reiterando a crença na minha vida, na minha história, na minha verdade; Tita, de Ponta Grossa, Paraná – muito obrigado; Agileu Batista, de Itamaraju, Bahia, Senador Antonio Carlos; Allan Gonçalves Tavares, Belém, Pará, Amazônia: “Jamais imaginei que um parlamentar como V. Ex^a estivesse envolvido em coisa tão suja como essa e reitero minha crença na sua inocência”; “Conheço o senhor o suficiente para acreditar na sua inocência” – Angélica Vivas e família – código 073; deve ser interior da Bahia; José Evando de Oliveira: “acusações sem sentido”; Camilo de Léles, Pindamonhangaba – SP, terra do Alckmin; “acredito na sua inocência, um abraço”, Jaime da Silveira Duarte; “Acredito na sua inocência, na sua isenção”: José Campos, São Paulo, Vila Guarani; Maiza Nogueira, Maria da Paixão Nogueira: “Espero que tudo se esclareça e nenhuma dúvida paire sobre a sua pessoa”; “Solidariedade”: Itanhahém, São Paulo, Margarida Queiroz; Jorge Luiz Siqueira: “Sempre confiei e votei no senhor e continuarei votando e confiando na sua honestidade como político sério e parlamentar honrado”; Sérgio Sá Barreto, meu amigo Serjão, de Itapetinga, terra onde fui criado, Senador Antonio Carlos, da terra do seu compadre José Sampaio Espinheira, terra onde o “carlismo” é tão forte, onde estudei e cresci junto com o Serjão, ele diz: “Amigo, quero que saiba que creio plenamente na sua inocência. Essa é uma cilada contra a sua vida” – obrigado, Sérgio; “Tenho certeza de que o senhor é trigo, e trigo de boa qualidade!”: Taci Teixeira; “Tenho acompanhado seus posicionamentos cheios de ética e de muita coragem!”: Valter Sasso; “O nosso Renditor vive”: Walber Silva Oliveira Macêdo, que me escreve aqui um poema muito interessante – obrigado, Walber; Westh Ney: “Estou intercedendo a Deus pela sua vida”.

Senador Sibá Machado, recebo toda hora, toda hora, toda hora, centenas de *e-mails* do País inteiro, de todos os lugares. Tenho recebido do Acre, do Estado de V. Ex^a. E eu preciso externar minha gratidão a essas pessoas. Quem dera a TV Senado tivesse o alcance

das emissoras abertas, que tão-somente põem a minha foto, a foto de outros, que supostamente são inocentes, Senador Romeu Tuma, e põem 72 marginais!

Venho reiterar ao Brasil, venho reiterar a essas pessoas que acreditam em mim, àqueles que nenhuma ligação têm, que dão a mim o benefício da dúvida e até mesmo aqueles que o benefício da dúvida não querem dar, que as minhas mãos são limpas. Elas continuam limpas. Não bebi dessa água suja. Não entrei nesse atoleiro. Não conheço, não participei, não arquitetei, não fiz parte, não usufruí. Tenho ouvido depoimentos de membros da CPI que afirmam categoricamente nas suas bases que uma grande injustiça foi cometida contra mim.

Quero lembrar. Não faço isso com angústia no coração porque minha alma está em paz, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a, em dois momentos, foi extremamente importante para mim: quando V. Ex^a disse ao Deputado Lino Rossi “escreva e assine” e ele o fez, isentando-me e assumindo absolutamente a verdade; e, em um segundo momento, quando V. Ex^a me passou o seu telefone. Era a angústia do Relator Amir Lando, no seu celular, dizendo a mim “me arrole como testemunha de defesa sua em qualquer situação e eu direi que não há nada contra você e você é um inocente”.

É uma história mais ou menos assim. Você sabe que um inocente vai ser assassinado mas você não avisa para ele nem para a família. Depois de ele assassinado, você diz à família “me arrole como testemunha que vou dizer que ele era inocente e que eu sei quem o assassinou”.

É doloroso, é sofrido. Mas é preciso estar de cabeça levantada, porque quem tem Deus como justo Juiz e quem se alimenta desta palavra e tem Deus advogando a sua causa, Senador Sibá Machado, e detém consigo a verdade, precisa usar todos os meios que lhe são disponíveis para reafirmar a sua verdade, olhando nos olhos da Nação inteira, que vê a TV Senado, e reafirmar a sua verdade. Dois pontos absolutos: nunca participei - esta é a verdade absoluta; nunca carcomi Orçamento público, nunca pus a mão no Orçamento público ou naquilo que pertence ao suor do povo brasileiro, Senador Sérgio Guerra, para buscar benefícios pessoais. Verdades absolutas.

É preciso reafirmar isso todos os dias. E reafirmar com dose de indignação, ainda que a alma já esteja quieta. E reafirmar sempre à família, reafirmar sempre aos amigos.

Hoje pela manhã recebi um telefonema do Reverendo Silas Malafaia, um dos nomes mais respeitados deste País; e ele dizia: a matéria mais difícil da vida é o sofrimento, mas é a mais importante, porque é nela que aprendemos, é com ela que aprendemos a refletir e a conversar conosco, porque a vida nos atropela de maneira tal que não conversamos conosco, mas o

sofrimento impõe que conversemos e façamos reflexões conosco, para melhorarmos, para extirpamos ou para fecharmos fendas ou para, estrategicamente, planejarmos a nossa vida daí para frente.

Quero agradecer a solidariedade de Silas Malafaia, de Robson Rodovalho, de René Terranova, do Estevão, de líderes, de Manoel Ferreira, deste País inteiro, não somente a solidariedade de que fique em paz, mas aquela “eu acredito absolutamente na sua verdade”; e continue acreditando, porque esta, sem dúvida alguma, é a única cristalina e a mais verdadeira de todas as verdades.

Tenho plena consciência de que não sou o único no mundo, não serei o último, a conviver com a injustiça. Mas coisa dura é conviver com injustiça! Imagino que outros estejam passando a mesma coisa. E não consigo imaginar o que passam os que devem, porque acho que quem rouba, quem rouba Orçamento, quem rouba dinheiro público tem que ir para a cadeia. Ir para a cadeia. Mas a minha mente só alcança a dor de quem tem a dor de estar convivendo com o ato da injustiça.

Lembro-me de que, naquela manhã fatídica de quinta-feira, a matéria do **Globo** dizia o seguinte: “O relator tem dúvidas com relação ao Senador Magno Malta”. É porque, quatro, três, dois, um dia antes, todos os dias, ele reafirmou a mim: “Durma em paz. É só uma ilação. Não há absolutamente nada contra a sua vida. Estou tranquilo, porque não há mesmo. Há robustez no que falo, há robustez nas falas, há robustez nos documentos. Não há absolutamente nada.” Tomei como uma grande surpresa. Mas, como Deus é soberano, e, a Bíblia diz que não cai um fio de cabelo da nossa cabeça nem uma folha de uma árvore sequer, porque estão sobre nós os olhos e as mãos do Senhor, que é soberano, absoluto e detém o controle de todas as coisas, o que tenho que entender é que devo estar passando aquilo que está dentro da vontade permissiva de Deus. A Bíblia diz que a glória da segunda casa será maior do que a glória da primeira.

Senador Wellington.

O Sr. Wellington Salgado (PMDB – MG) – Senador Magno Malta, realmente, participei da CPI, e não assinei aquele relatório. Muitos me condenaram, mas entendo que, na vida, temos que ter um caminho. Em alguns momentos, alguns encaram esse caminho como ruim, e outros, como bom. Mas devemos ter um caminho na vida. Tenho aprendido muito no Senado Federal. Tenho visto grandes homens discutirem um com outro, olhando nos olhos, frente a frente. Algumas discussões às vezes não entendo; muitas vezes, passo a entender depois. Mas aqui dentro os homens se encaram, se olham, defendem suas idéias. Na CPMI, Senador Magno Malta, eu era sub-relator da organização criminosa, digamos. E qual é o princípio de todo

o processo? É a emenda, que alguns defendem que temos de abrir mão. Não abro mão de jeito nenhum. Vim para o Senado Federal representando o Triângulo Mineiro. Tudo que eu puder puxar da União para o Triângulo Mineiro, eu vou puxar. V. Ex^a, porém, nem emenda colocou, Senador Magno Malta. Quer dizer, o princípio, nem a emenda, V. Ex^a colocou. E eu sempre citava V. Ex^a como a principal razão de eu não assinar aquele relatório. Foi duro para mim, sofri desgastes. Alguns tentam me atacar com mentiras, dizendo coisas que nunca existiram, todas mentiras. Mas não havia como assinar um relatório em que V. Ex^a era citado, e nem emenda colocou. É triste. Triste não para V. Ex^a, porque tenho certeza de que V. Ex^a, ao final, vai passar por esta fase, e um dia vai rir deste momento, vai lembrar, e isso vai ajudar V. Ex^a a julgar outras pessoas. Mas é triste realmente ver algo que vai carregando inocentes e culpados, tudo de qualquer maneira, em um bolo só. Para mim, Senador, quem tem depósito em conta tem de ser encaminhado para o Conselho de Ética. Quem tem assessores, parentes ou alguma coisa, tem de ser encaminhado para uma investigação melhor. E quem não tem nada tem de ser inocentado, Senador. É assim que tem que funcionar. Citei o exemplo na questão de não assinar. E me citam, dizendo que faço parte de um grupo, que estou defendendo fulano ou cicrano. De jeito nenhum. Defendo o meu caminho. Quero andar na rua e não ter que olhar para trás. Esse é o meu caminho, vai ser assim depois que eu deixar de ser Senador, e foi assim a minha vida inteira. Senador Magno Malta, tenho certeza de que – e isso é o que vai provocar o desgaste desta Casa – V. Ex^a vem como um inocente para o Conselho de Ética, e esse Conselho vai inocentá-lo, porque não há provas contra V. Ex^a. Mas o fato desgasta a nossa Casa e desgasta o Conselho de Ética, porque estão vendendo que V. Ex^a é culpado, e não é. Não vi prova nenhuma. Mais uma vez, vai parecer que esta Casa está praticando algo fora da realidade ou do julgamento correto. É com isso que fico triste, Senador, mas tenho certeza de que esta Casa vai inocentá-lo, porque não existem provas contra V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Wellington Salgado, pela participação esclarecedora, que fez parte, não apenas V. Ex^a. Esta semana, li uma entrevista da Senadora Heloísa Helena, dada em São Paulo, mas publicada em um jornal do meu Estado – li, não, me contaram, porque nem leio jornal mais –, dizia a Senadora Heloísa Helena, candidata a Presidente da República, que, do que tomou conhecimento, pela CPMI, como membro, e pelos documentos que tem em mãos, não existe absolutamente nada que possa incriminar ou colocar o Senador Magno Malta nesse rol.

São os mesmos documentos que passei a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, os mesmos documentos que coloquei nas mãos de todos.

Fico triste. Lembro-me de que, quando presidi a CPI do Narcotráfico, o Senador Antonio Carlos me chamou a atenção, por meio de uma carta que me escreveu, de alguns exageros que sub-relatores estavam praticando na Bahia. Como Presidente, chequei a informação e coibi imediatamente os exageros, porque, de fato, estavam extrapolando daquilo que não lhes pertencia e que não fazia parte.

Há outro fato interessante. Senador Sibá Machado, um dia recebi o Deputado Fernando Gabeira, como Presidente da CPI. Um rapaz amigo dele, do Rio de Janeiro, dono de um restaurante, estava sendo acusado, e havia uma convocação para esse rapaz. Ele veio conversar comigo porque conhecia o rapaz, e eu o ouvi. Sabe o que aconteceu? Valeu a palavra dele, considerei a palavra dele. Esse rapaz não foi nem ouvido, e eu mandei checar. Realmente, era verdade o que o Deputado estava falando. Eu poderia não considerar a palavra dele e trazê-lo para que fosse ouvido, no ímpeto de desmoralizar as pessoas. Mas considerei as palavras do Deputado, e o amigo dele não foi ouvido. Fico triste porque eles não consideraram os meus documentos. Eles nem leram os meus documentos. Até porque, de tudo o que foi disponibilizado no relatório, só o que disse não tem a defesa de ninguém. Até o que entregaram ao Presidente Renan Calheiros, hoje, não tem a defesa, e o Senador Romeu Tuma chamou a atenção para o fato de que é preciso que se inicie o procedimento com as defesas.

Por isso, estou absolutamente tranqüilo, com a minha alma quieta, absolutamente tranqüilo, de cabeça erguida, esperando o desfecho que Deus dará ao episódio. No que depender das minhas forças, o que posso fazer é cuidar do meu caráter, porque, da reputação, o homem público não pode cuidar.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Já encerro, Sr. Presidente.

Nós precisamos cuidar do nosso caráter, porque a nossa reputação está nas mãos de qualquer um. Eles fazem o que querem, e ninguém é capaz de desmanchar. Desde os primeiros dias, toda a minha documentação, toda a minha argumentação e a verdade estão nas mãos da imprensa e nas mãos dos parlamentares.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância. Voltarei sempre a esta tribuna para olhar nos olhos da Nação, dos companheiros, dos Senadores, das pessoas que vêm a esta Casa, porque não tenho absolutamente nada que temer, nada para me abalar, porque a verdade é uma só. E, certamente, espero, em um curto

espaço de tempo, que ela apareça para restabelecer a ordem, até emocional, em minha família.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2006

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade e moção de apoio à Rede Globo de Televisão diante dos lamentáveis fatos que envolveram o seqüestro de dois de seus funcionários, Guilherme Portanova e Alexandre Calado.

Justificação

Esta Casa, por intermédio desta proposição, se junta às demais entidades que se solidarizam com a Rede Globo diante do lamentável incidente de que foi vítima a empresa, mas que atingiu e trouxe perplexidade a toda a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2006.


ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Senador

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Mesa encaminhará o voto de solidariedade solidificado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr.

Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a permitisse que também pudéssemos subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O requerimento está sobre a mesa. Eu pediria a V. Ex^a que nos desse a honra de vir assiná-lo, Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, após a fala do Senador Heráclito Fortes, poderei falar?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– É uma inversão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Se V. Ex^a o propõe, está invertido.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas farei logo após S. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Depois de S. Ex^a, será a vez de V. Ex^a, a não ser que algum Líder peça a palavra. O Senador Wellington Salgado poderá falar para se apresentar à Casa.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula vai à Bahia agredir, desnecessariamente, mais uma vez, o Parlamento brasileiro. Ao dizer que a imunidade parlamentar é uma safadeza, o Presidente Lula tenta, simplesmente, como vem fazendo ao longo dos quatro anos como Presidente da República, reduzir o valor e a importância do Congresso Nacional. Aliás, é um trauma que carrega pela vida afora após sua fracassada passagem na Câmara dos Deputados como Constituinte.

Senador Sibá Machado, a única coisa que minimiza as declarações do Presidente Lula é o fato de que ele nunca sabe das coisas, de que não sabe de nada. Diz porque ouviu dizer. Aliás, lá no Piauí, na região de V. Ex^a, há uns papagaios que aprendem cedo a falar. Depois de velhos, não há jeito: papagaio velho não aprende a falar.

Sr. Presidente, esqueceram de dizer ao Presidente Lula que o instituto da imunidade parlamentar protege única e exclusivamente a voz do legislador, Deputado, Senador ou Vereador, contra a sanha do tirano, daquele que tem vocação para a ditadura. Aliás,

anotem V. Ex^{as} aqui e agora: nessa sua caminhada tresloucada, o Presidente Lula tenta imitar o Presidente Chávez, que, no ano passado, na Venezuela, impôs texto semelhante à Constituição. E o Presidente Lula deverá fazer também, nas próximas horas, uma visita ao seu companheiro Fidel Castro. E tudo isso é feito para ficar igual! É a unidade latina entre ele, Chávez e Morales.

Sr. Presidente, por que o Presidente da República resolveu fazer isso na Bahia? Porque a Bahia está doendo nos seus calos, e o subconsciente do Senador Antonio Carlos Magalhães o trouxe a esse tema. Tentar calar o Parlamento com a quebra da imunidade é tentar calar V. Ex^a, César Borges, Rodolpho Tourinho, Aleluia e ACM Neto! Nada mais errado e nada mais impróprio para quem não teve a menor preocupação em exigir ou em propor punição para quem não respeitou a imunidade dos cofres públicos: seus companheiros de Governo.

Aliás, para os corruptos que tinham o mandato, a imunidade não serviu. A imunidade não prende e não protege ladrão, ela protege apenas a voz do Parlamentar contra os tiranos, por um motivo muito simples: se alguém sem imunidade denunciasse o valerioduto ou o dólar na cueca, a primeira coisa que o tirano de plantão faria seria mandar abrir processo contra a denúncia. E seriam abertos vários processos, um em Brasília, outro na origem do atingido. E aí se usaria uma técnica que muitos advogados usaram contra jornalistas num passado recente, qual seja a de repercutir a notícia em várias cidades e a de abrir contra o cidadão vários processos.

Talvez, não tenham dito ao Presidente Lula que esta Casa tomou a decisão de restringir seus efeitos e suas ações. Mas o que me causa espécie, Senador Antonio Carlos Magalhães, é que o Presidente Lula, em nenhum momento, mostrou indignidade à Nação contra os que quebraram a tradição que ele pregava como candidato: a de respeitar o patrimônio público. Pelo contrário, procurou, por intermédio de subterfúgios e de manobras de esvaziamento de plenário, como aconteceu na Câmara dos Deputados por diversas vezes, livrar, ou seja, dar imunidade aos que assaltaram os cofres públicos da Nação, sem ter nenhum compromisso com o que pregou até então, num passado recente.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– V. Ex^a tem absoluta razão. O Palácio do Planalto sempre demonstra seu amor, a seriedade com algu-

mas figuras que realmente jamais poderiam estar lá. Mas, no Governo Lula – ele achava que o Congresso tinha trezentos picaretas –, só há picaretas, com raras exceções. Ele se esqueceu...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – São mais de trezentos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– É muito mais, porque, no Governo dele, há cargos à vontade. Ele se esqueceu de que foi falar isso na terra de Rui Barbosa. Por que ele quer fechar o Parlamento? Talvez porque haja a figura de Rui Barbosa, que é o farol, o guia de todos aqueles que querem a liberdade e a democracia. Rui Barbosa, que foi uma figura astral, deve incomodar bastante o Presidente da República, que, talvez, nem saiba quem foi Rui Barbosa ou Teixeira de Freitas! Provavelmente, não sabe! Não sabe! Desse modo, venho dizer que as ofensas que ele fez à memória desses grandes baianos não pegam, porque a Bahia, por sua tradição, é uma terra da democracia, da liberdade e, sobretudo, dos civilistas como Orlando Gomes, Rui Barbosa e Teixeira de Freitas. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Vou conceder o aparte ao Senador Sibá Machado, mas, antes, quero parabenizá-lo pela sua persistência e pelo compromisso com o Governo. O Governo, de uns dias para cá, designou pelo menos quatro Senadores do PT para aqui defendê-lo. Na primeira semana, foi tudo bem! Hoje, foi saindo o primeiro, foi saindo o segundo: um tinha um compromisso em São Paulo; outro, no Rio de Janeiro. Mas V. Ex^a é firme, é fiel a este Governo! V. Ex^a está de parabéns!

Concedo-lhe a palavra, com o maior prazer.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, sou mesmo fiel ao Governo, ao PT. São marcas de uma história que procuramos nesses anos todos, para prestar nossa contribuição. Mas, a respeito do tema de que o Presidente Lula teria dito que desejava o fechamento do Congresso, penso que isso é juízo de valor. Penso que não pode ser isso, absolutamente. Acompanho a história do Presidente Lula. Pessoalmente, eu o conheço desde 1986. Acho que nunca essa opinião será proferida por ele! Ele se refere à preocupação com problemas que ocorreram com pessoas do Congresso Nacional em relação à imunidade parlamentar, que atrasa processos e julgamentos. Mas isso é dito por todo mundo! A imunidade é mal utilizada. Não se trata de direito de opinião. Jamais! Absolutamente! O Presidente Lula, como qualquer um de nós, defende intransigentemente a plenitude da democracia e da força de expressão. Portanto, é inimaginável

que ele tivesse dito isso! O que há é a preocupação de que pessoas se utilizam da imunidade parlamentar para, digamos assim, fugir de uma responsabilidade, de uma condenação ou de coisa parecida. E todos, agora, temos de responder: os nomes enviados ao Conselho de Ética serão julgados a tempo, antes das eleições de outubro? Quem é que sabe? O tempo é extenso, tem-se de dar amplo direito de defesa, abrir procedimento individual – não pode ser um procedimento coletivo – e assim por diante. Imagino que a Casa deverá esforçar-se ao máximo para resolver a questão. Mas esse é um problema claro. Portanto, volto à pergunta: o que será feito dentro da reforma da política brasileira contemplará todas essas preocupações? Talvez, seja preciso ouvir antes um conselho de juristas ou coisa parecida. Isso faz parte, é claro, do calor do debate. Já fiz um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães, dizendo do respeito que tenho pela forma com que, hoje, o PFL faz oposição ao Governo Lula. É realmente muito bem-feita, e, diga-se de passagem, a gente tem de ficar atento, até aprender, porque não sei – eu não estava aqui antes – se o PT chegava a fazer uma oposição com tanta competência como hoje o PFL faz. Esse foi o esclarecimento que queria fazer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a perdeu momentos fantásticos: o PT usando apito; Parlamentares do PT com carrinho na tribuna, mostrando o preço das coisas, combatendo o FMI. Ah, V. Ex^a perdeu! V. Ex^a perdeu, por exemplo, seus colegas jogando sementes de transgênicos nas pessoas. Aquele francês que foi preso... Como era o nome dele? José...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – José Bové.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – José Bové foi agredido aqui pela Polícia da Câmara, e, hoje, o PT está envergonhado, porque não pode mais ver o Bové. O Bové continua pensando igual, e o PT, agora, está do lado dos transgênicos e das multinacionais. V. Ex^a perdeu muito! V. Ex^a perdeu, por exemplo, o Lula dizer que, no palanque dele, não subia ladrão. E, agora, parece que o subconsciente diz: “Se não for ladrão, não sobe”. V. Ex^a perdeu muito! V. Ex^a é feliz por isso. V. Ex^a não viu, por exemplo, o PT expulsar de seus quadros os que não votaram em Tancredo Neves para consolidar a transição democrática. E V. Ex^a vê, agora, o PT não querer levar para o Conselho de Ética os que são acusados por roubo, os que são acusados por furto. V. Ex^a não viu o PT pregar a pureza nas praças públicas do Brasil e querer ser o monopolista das boas intenções, e, hoje, está atrás de um cesto, num fundo de quarto ou de latrina, para esconder uma cueca suja da prática vergonhosa da propina neste País. V. Ex^a escapou de tudo isso.

Felizmente, sua vida pública é recente. Mas V. Ex^a, que já contou aquilo que sabemos, promoveu sua luta de fé ao lado da igreja, aquela que o PT pediu e disse que esconjurava: a Alca. Fiquei muito feliz ao ver uma fotografia que mostra V. Ex^a combatendo a Alca, mas, lamentavelmente, não a trouxe. Ressalte-se que seu Partido o desmoraliza hoje, mandando seus negociadores se entregaram à Alca e ao capital norte-americano. V. Ex^a não viu nesta Casa o PT dizer que sua prioridade era o social, e o primeiro gesto de compromisso com o social foi comprar um avião de US\$163 milhões, à vista. V. Ex^a não viu o PT dizer que as mazelas brasileiras decorriam do fato de que tudo o que o Brasil tinha era para pagar o Fundo Monetário Internacional, mas viu agora o PT se entregar ao FMI, pagando antecipadamente dívidas que serviriam antes para ajustar as questões sociais deste País. Felizmente, V. Ex^a não viu isso! Não viram isso nem V. Ex^a, nem muitos daqueles que não tiveram tempo de se decepcionar com o PT porque pereceram antes, numa causa que julgavam gloriosa.

Queria apenas perguntar algo a V. Ex^a, antes de conceder-lhe o aparte. No discurso, o Presidente Lula, de maneira indignada, diz que um bêbado tem o direito de tomar umas, agredi-lo e ser processado, mas um Parlamentar, não. V. Ex^a está contra os bêbados ou a favor deles? Pensa que o Presidente agiu corretamente? O País gostaria de ouvi-lo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Para não perder o raciocínio, quero voltar ao motivo do aparte, mas depois responderei à sua pergunta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – No final, V. Ex^a falará sobre os bêbados.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Falarei, se bem que não faço isso na minha vida. Mas, Senador Heráclito, V. Ex^a faz uma retrospectiva da vida do PT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não é da vida do PT; é da história do Brasil.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Da vida do PT na história recente do Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A propósito, aquela estrela que V. Ex^a carregava na lapela, onde é que está?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Doe na campanha eleitoral no Acre.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Era de ouro?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Foi para rifa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Era de lata mesmo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ninguém usa mais estrela. Onde é que elas estão? Por que mudou de cor? Continue.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sobre a avaliação de V. Ex^a, o FMI saiu e está saindo porque me parece que é um comportamento novo da economia dos emergentes: todos estão pagando o FMI. E quando começo a ler sobre o futuro do FMI...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Parabéns ao Henrique Meirelles, tucano requisitado pelo Partido de V. Ex^a!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... coloca em risco, inclusive, a sua existência. O Fundo Monetário pode deixar de existir. Mas isso faz parte do comportamento da economia mundial. Ele foi criado no período da implantação da supremacia norte-americana, como uma presença firme do capitalismo de interesse norte-americano. Está saindo, está indo embora. O FMI hoje está com problema de caixa para pagar seus quadros de funcionários: tirando privilégios, diminuindo custos e despesas e assim por diante. Portanto, acho que esse é um caminho inevitável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É inevitável o quê? Não entendi. O Brasil ajudar o FMI a salvar as suas dívidas, ou o FMI ajudar o Brasil quando ele necessita? Qual é o objetivo essencial do FMI?

Há uma inversão de papel.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O gesto brasileiro foi o mais nobre para esse novo comportamento da economia. O FMI, como todos sabemos, vinha dar “pitaco” na relação do Governo, na estratégia de trabalho de cada governo que por aqui passou. Dizia o que deveria ou não ser feito. Não está mais aqui. Foi mandado embora!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Sibá, quero aguçar a memória de V. Ex^a! No ano passado, no orçamento que V. Ex^a aprovou e defendeu, o FMI colocou R\$2,8 bilhões para obras sociais, mas V. Ex^{as}, de maneira leviana e irresponsável, usaram todo o dinheiro para tapar buraco. E chegou aqui no plenário faltando uma hora para a votação.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Isso faz parte da...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Faz parte de quê? Senador Sibá, isso faz parte de quê?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, deixe-me continuar o meu pensamento. Sei que V. Ex^a é uma pessoa hábil, pensa rápido, suas palavras saem rapidamente. Quero somente concluir meu pensamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O FMI foi mandado embora, vai fechar as portas. Está em crise de existência, e graças a Deus! Essa instituição que causava um mal aos países pobres não existirá mais. Segundo: tudo o que o Governo sonhou em toda história do PT executa-se hoje, numa relação com as pessoas mais pobres. Os números da economia indicam, bem como todos os indicadores sociais, a melhoria das condições de vida dos brasileiros mais pobres. Mas é justo, quando se fazem as críticas, que ainda tem muito para ser feito. E é verdade. Há muito a ser feito. Um governo de quatro anos ou a soma de todos os governos não vai resolver todos os problemas, porque eles são inerentes à vida; e a vida vai continuar. Portanto, cada governo que se inicia tem a obrigação de fazer melhor do que o governo anterior, inclusive em uma reeleição. O segundo mandato do Presidente Lula tem de ser melhor do que o mandato anterior.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O que V. Ex^a pensa que o Governo Lula tem de fazer melhor no próximo Governo?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Todas as suas políticas: de investimento social...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Diga uma!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... de política estrangeira...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Uma!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... de política externa. Tudo isso...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, diga uma!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não vou listá-las novamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Diga uma com clareza.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Todas. Elas têm de ser melhores do que foram até agora. Pegamos o Governo com as dificuldades que havia no cenário internacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a não está sendo sincero.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O Governo melhorou nessa relação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quem pega um governo com dificuldade...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a está cassando o aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não. Como sei que V. Ex^a é um democrata e gosta do con-

traditório, estou abusando um pouco da generosidade de V. Ex^a.

Quem assume um Governo com tantas mazelas e com tantos erros não escolhe para Presidente do Banco Central um filiado ao Governo que está substituindo. V. Ex^a há de convir que um dos homens mais importantes desta República é o Sr. Henrique Meirelles.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Competência profissional dele.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não! Deputado Federal, eleito por Goiás. O povo livre de Goiás deu 180 mil votos a ele.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Competência profissional dele. Ele tinha competência para a função e foi chamado. É uma questão de competência profissional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Na competência, até acredito; mas não acredito no modelo. Se V. Ex^a concorda com o modelo, que é neoliberal, que assumiu o Ministério cumprindo tudo aquilo que...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Temos aí a soma de um profissional, que é o Henrique Meirelles, mais um nacionalista, que é o Presidente Lula. Então, há uma fórmula que se executa dentro do próprio sistema, com o ponto de vista, os desejos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...e a soberania do nosso País. Quero defender o fato de que, na política externa brasileira, avançamos, e muito, por termos dado as mãos aos países mais pobres, por termos modificado, sim, o modelo que a Alca queria instalar na região – não instalou, está paralisada. Na vinda do Ministro Celso Amorim a esta Casa, debatemos esse assunto na Comissão de Relações Exteriores. Hoje, estamos conseguindo promover grandes saltos, ganhos importantes na OMC. Portanto, temos de entender que, nas relações externas do Brasil, atualmente temos feito grandes conquistas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A política brasileira com relação à Bolívia é vitoriosa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É vitoriosa. Respeitamos o governo da Bolívia. Não se trata apenas de uma decisão do governo da Bolívia. Atualmente, a maioria dos países detentores de recursos como o petróleo e o gás estão também trabalhando nessa direção.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A expulsão uma indústria brasileira na Bolívia...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Empresas estrangeiras não podem chegar e usufruir.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A expulsão de uma empresa brasileira instalada legal-

mente na Bolívia; a invasão, por tropa boliviana da Petrobras...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Respeitamos a decisão do governo boliviano...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Governo de V. Ex^a aprova isso?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...e respeitamos mais ainda o direito de uma empresa brasileira que opera lá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Governo de V. Ex^a aprova isso.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – As duas coisas estão dando tão certo que, agora, estão avançando as negociações. Está garantida a soberania do governo boliviano, do povo boliviano, e estão garantidos os direitos dos investimentos da empresa brasileira, que é a Petrobras.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem de entender que a siderúrgica já se mudou de lá, já voltou para o Brasil!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, aquilo foi um caso isolado. Estamos falando da posição do Evo Morales.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a é a favor da posição do Evo Morales?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Na defesa do patrimônio nacional, ele está correto. Nisso ele está correto. Porém, com a forma, com o método que utilizou, ninguém está concordando. Tanto é que funcionou...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, vou ter de encerrar, porque o Senador Tuma está me cobrando isso.

Diga-me uma coisa: V. Ex^a considerou justa a agressão que Lula fez aos bêbados? A ofensa a eles?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Confesso a V. Ex^a que não ouvi o comentário. Daqui a instantes, vou ouvi-lo e, mais tarde, poderei dar a minha opinião a respeito do assunto a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A “associação dos boêmios do Brasil” soltará, amanhã, uma nota de protesto, em defesa do anônimo que foi ofendido.

V. Ex^a é membro de um Partido que defende as minorias. Mas um pobre indefeso, que, talvez, não faça mal a ninguém, é atacado, agredido.

Eu gostaria de fazer uma última pergunta a V. Ex^a, que defende o Presidente Lula: a fronteira do Brasil tem 17 mil quilômetros ou 17 milhões de quilômetros?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Deve ser 17 mil quilômetros; 17 milhões não pode ser.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ensine isso ao Presidente Lula, porque ele disse que eram 17 milhões. Dezessete milhões são 48,9 viagens à lua!

Talvez, por isso, o nosso Presidente esteja tão ausente do que acontece no nosso País. Vai ver que ele estendeu a mania dele de grandeza e foi para lá com aquele outro brasileiro que financiou a viagem sem nenhum contrato de garantia. Quando voltou, deu adeus ao investimento nacional e está aí na iniciativa privada.

O Brasil faz essas coisas de maneira irresponsável! É um País rico, que doa avião para os vizinhos e que dispensa a dívida externa, enquanto o nosso povo passa fome.

V. Ex^a sabe quanto o Brasil perdoou de dívida nos últimos três anos e meio? Sem nenhuma contrapartida? V. Ex^a sabe, por exemplo – estou falando pelo Estado de V. Ex^a, pela vizinhança –, que o nosso País, antes da desfeita do Evo Morales, perdoou dívidas sem nenhuma garantia, sem nenhuma reciprocidade?

Estou tocando nesse assunto porque V. Ex^a falou sobre política externa. Mas a política externa que V. Ex^a menciona é a do assessor do Presidente ou a do Ministro das Relações Exteriores? É a do Marco Aurélio ou a do Amorim?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte rapidamente? É apenas para dizer a V. Ex^a que, quando o Lula ataca os bêbados, é porque, realmente, ele não gosta de beber. Ele não bebe nada, nada!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Talvez esse seja o momento mais lúcido do seu exercício, quando ele é o equilibrista.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Creio que perdão da dívida é uma reclamação desde a década de 80. A busca do perdão das dívidas dos países é um movimento mundial.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas o Governo de V. Ex^a combatia isso!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, nunca! O perdão, não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O quê?!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Assinamos todos os documentos públicos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Onde?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Todos os documentos públicos do meu Partido são de apoio ao perdão de dívidas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ao perdão de dívidas?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sim!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De países democráticos? Não. Há uns quatro ou cinco países em que V. Ex^{as} concordavam. Esses países não existem mais, pelo menos ideologicamente. Vamos ter cuidado com isso.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não. Fala-se de todos os países considerados, na época, Terceiro Mundo – agora, a palavra é emergente ou o nome que se der. Em relação aos países mais pobres, há um movimento mundial para que tenham o perdão da dívida externa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não. Na legislatura anterior, houve uma discussão gravíssima aqui no Senado...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Em troca de investimento em saúde, educação e infraestrutura.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não, mas não houve troca de nada. Foi Papai Noel, Senador Siba.

No caso específico da Bolívia, o perdão foi dado e, em seguida, o presidente boliviano expulsou nossos trabalhadores de lá, Senador. Paciência! O problema todo é a coerência.

V. Ex^a se lembra de o Presidente Lula dizer que, no palanque dele, não admitiria ladrão? Isso na campanha passada?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E continua dizendo! Acho que todos estão dizendo isso. O Presidente Lula, todos os candidatos, todas as pessoas de bem vão dizer isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Está cumprindo?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E devem fazê-lo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não está assumindo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Quem é que tem rótulo na testa, mostrando que está fazendo coisas erradas?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – É só ver as fotos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Veja as fotos.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Heráclito, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Heráclito, ao ouvir aquela entrevista do Presidente Lula na TV Globo, confesso que senti um pouco de pena do Presidente, porque ele é uma pessoa extrovertida, é uma pessoa que fala com facilidade. Ele nunca foi pego em situação difícil em entrevistas, mas, naquela, ele demonstrou nervosismo e não conseguia responder às perguntas. Chegou a dizer que ia combater a ética no próximo Governo dele. Combater a ética!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E está cumprindo. Vamos ser justos, está cumprindo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – E disse que demitiu todos os corruptos. Disse o seguinte: “Inclusive, demiti José Dirceu e Palocci”. Ora, então ele admite que o Ministro da Fazenda era corrupto, que o Primeiro Ministro, seu principal assessor, o principal Ministro, o homem que comandava o Ministério era corrupto, era pessoa envolvida em corrupção. Ao ouvir aquilo, pensei: eu não sabia disso, porque, há pouco tempo, fiquei sabendo pela imprensa que o Palocci pediu demissão, que o Dirceu foi quem saiu, que o Lula não queria que ele saísse, que Waldomiro Diniz pediu para sair. O Lula foi solidário com todos eles e os reuniu na sua casa, num churrasco no Palácio da Alvorada, para lhes dizer isso: “Os outros fizeram muito mais do que vocês”. Mas não os demitiu. Naquela entrevista, ele disse que demitiu o Palocci. O Ministro da Fazenda foi demitido pelo Presidente por corrupção e, hoje, é candidato a Deputado Federal. Como o Palocci vai pedir voto em São Paulo se o próprio Presidente disse que demitiu os que cometeram atos ilícitos? O próprio Presidente da República declarou, naquela entrevista, que o ex-Ministro da Fazenda foi demitido por atos ilícitos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Pavan, vamos tirar já essa dúvida com o Senador Sibá Machado, que representa o Governo nesta tarde: o ex-Deputado José Dirceu e o Dr. Palocci foram demitidos ou pediram demissão? Qual é a palavra do Governo? Qual é a palavra de V. Ex^a, representando o Governo?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O que nós todos vimos. Alguns Ministros saíram por pedido formal ao Presidente Lula.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Foram demitidos ou pediram demissão?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Queriam sair do Governo para se defender das acusações que recebiam e afastar-se da administração pública para que o procedimento acontecesse de maneira normal e formal. Portanto, não há crise alguma entre pedido feito pelo Presidente ou pelo interessado. O que há é

um procedimento que foi tomado dentro do seio do Governo. Saíram do Governo e deixaram a investigação acontecer normalmente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mantido isso, fica valendo a primeira tese, que é a que ele defende. V. Ex^a, então, afirma que o Presidente da República está mentindo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, mas o Presidente demitiu. Acatou o pedido e emitiu a exoneração da função.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Então, o Presidente da República mentiu na entrevista?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sim, o Presidente demitiu.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mentiu?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Demitiu os dois Ministros.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Presidente mentiu?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sim. Atendeu o pedido dos Ministros.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a pelas afirmações. Essa é a palavra do Governo. Agradeço a V. Ex^a pelo que disse.

Encerro o meu discurso, Sr. Presidente, muito satisfeito com as declarações do Senador Sibá Machado.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, conforme combinado.

O Senador Valdir Raupp falará em seguida, como Líder.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, há pouco ouvimos um debate entre o Senador Heráclito Fortes e o Senador Sibá Machado. O Senador Heráclito Fortes perguntou se os Ministros foram demitidos ou não. Nem mesmo as pessoas da base do Governo sabem a resposta. Se admitirem que foram demitidos, concordarão que estavam envolvidos em corrupção, quando muitas vezes usaram a tribuna para serem solidários tanto com Palocci quanto com o José Dirceu.

Mas meu discurso é outro...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Pavan, permita-me um aparte. É até interessante a forma como o debate está ocorrendo aqui. Está descontraído. Aprecio o debate com o Senador Heráclito Fortes, que gosta muito dessas “pegadinhas” de casca de banana. Seu trocadilho foi muito bem feito – está

gravado – para me levar a concordar com a palavra que emitei no final. Quero dizer para V. Ex^a que há, no meu entendimento, apenas a nossa obrigação de colocar o nosso ponto de vista. Sobre esse assunto, definitivamente, houve um pedido formal dos interessados e a aceitação do Presidente da República de emitir a demissão dos dois Ministros. Então, isso foi feito. Pergunto: o Presidente Lula demitiu os dois Ministros?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Foi demissão por justa causa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Demitiu. Os Ministros emitiram pedidos ao Presidente Lula...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Foi por justa causa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...e foi feito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Foi por justa causa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Então, pronto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Foi por justa causa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Está a palavra do Presidente Lula garantida. Ele demitiu os dois Ministros que emitiram os pedidos de exoneração das suas funções.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Sibá, por diversas vezes, vim à tribuna do Senado para pedir ao Governo Federal que pare de apenas fazer discurso e olhe com mais responsabilidade para os agricultores do nosso País.

Falávamos, aqui, sobre o seguro agrícola, o seguro para os agricultores, o seguro da safra. Falamos em quantidade, em valores que poderiam amenizar um pouco a dor e o sofrimento dos nossos agricultores, e, por diversas vezes, encontramos na tribuna Senadores dizendo que o Governo estaria liberando ou teria liberado os recursos para os nossos agricultores.

Eu vou dar um exemplo de que isso não aconteceu. Para isso, vou usar notícias de meu Estado, cuja fonte é a Rádio Aliança, de Concórdia, uma região eminentemente agrícola: “Trabalhadores da agricultura familiar pensam em mover ação judicial devido à demora na liberação do Proagro Mais”.

Faltam poucos meses para o Governo terminar seu mandato e os agricultores continuam reivindicando seus direitos, o prometido, aquilo que foi dito na tribuna e em diversos órgãos de imprensa. Até no programa do PT foi dito isto, que foram liberados recursos para os agricultores.

Dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai Catarinense e da Fetraf-Sul estiveram novamente nesta segunda, ontem

(14/08), em Brasília discutindo a polêmica envolvendo o Proagro Mais. Os agricultores esperam há mais de sete meses uma resposta dos laudos técnicos do seguro agrícola. O normal seria demorar no máximo 40 dias. O Banco Central, agência responsável pela liberação dos recursos, alega que não pode desbloquear o seguro devido a problemas nos laudos. No início deste mês foi anunciado que a agência em Brasília aprovou as propostas, mas agora deverão ser indeferidas em Porto Alegre. O Presidente do Sintraf, Jair Niero, diz que, caso não haja uma solução a esse impasse, os trabalhadores serão obrigados a mover uma ação judicial.

Meu Deus! Os agricultores estão passando por dificuldades enormes, fizeram um acordo com o Governo Federal e vieram a Brasília por diversas vezes. Foi dito desta tribuna e na Câmara Federal, foi falado na “Voz do Brasil”, na imprensa, no programa do PT, no “Café com o Presidente”. Vangloriaram-se de ter liberado recursos. Agora, gente do próprio Governo os orienta para que entrem na Justiça. É lamentável que os agricultores tenham que se humilhar, contratar advogados para entrar na Justiça e buscar o que lhes é de direito, o que é seu. Esses são os agricultores de Santa Catarina, mas há os do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Brasil inteiro.

Os agricultores, que tiveram o pior ano de sua história, além de não serem respeitados pelo Governo, estão passando por bobos, porque vêm a Brasília, fazem acordos, retornam acreditando que as coisas vão acontecer e o Governo não os atende.

Tenho percorrido o Estado de Santa Catarina e, em todos os lugares, ouço agricultores perguntando: “Por que esse descaso do Governo Federal com a agricultura familiar? Por que o desrespeito por esse setor que movimenta a exportação do nosso País?”. A agricultura, sem dúvida alguma, se houver problemas e ela falir, será a grande responsável pela decadência do Brasil. Se houver investimento na agricultura, se for dada atenção ao agricultor, o setor poderá ser motivo de orgulho para o País. Há um potencial enorme para colher, para plantar; no entanto, o Governo Federal não atende ao setor, não libera recursos. E, mais: desrespeita essa classe tão importante para a economia do nosso País.

Sr. Presidente, neste meu pronunciamento de hoje, falarei sobre um projeto criado pelo atual Governador, Luiz Henrique da Silveira, no meu Estado. Trata-se do projeto da descentralização. Geraldo Alckmin, quando esteve em Santa Catarina, prometeu-nos, juntamente com o candidato a Senador Raimundo Colombo, esforços no sentido de que tal projeto seja implantado no Brasil, descentralizando as ações e va-

lorizando os Municípios e quem gera empregos, quem trabalha e quem produz. Dessa forma, com certeza, não teremos problemas como os que estão ocorrendo com os agricultores do nosso Estado.

A missão do atual Governador, Luiz Henrique da Silveira, foi revogar os governos que centralizavam o poder no Estado e mudar sua cultura política por meio de um projeto de descentralização administrativa, marco do atual Governo de Santa Catarina. Esse projeto foi criado na última eleição, de 2002, e dele fizemos parte, pois o defendemos, juntamente com o então candidato e hoje Governador Luiz Henrique da Silveira. Aliás, o Governador renunciou ao seu mandato e saiu do Governo para concorrer novamente ao Governo do Estado, sem usar a máquina pública. Também eu faço parte dessa chapa, como candidato a Vice-Governador, tendo como Governador Luiz Henrique da Silveira.

Em minhas viagens por toda Santa Catarina, noto que a descentralização do Governo já é realidade. As Secretarias de Desenvolvimento Regional estão funcionando em todo o Estado, e levam o Governo para perto do cidadão. O Governo cumpre, dia a dia, sua proposta de valorização dos Municípios de Santa Catarina. A descentralização representou uma mudança dos paradigmas da gestão pública, focando o desenvolvimento regional e atendendo às demandas apontadas pela própria população. A desconcentração do poder garantiu à sociedade o direito de decidir os rumos do Estado.

A principal mudança trazida pela descentralização é, justamente, a transferência do poder de decisão para os catarinenses. Não é o governador ou os secretários setoriais e regionais que decidem quais obras serão feitas ou onde serão investidos os recursos do Estado: são os Conselhos de Desenvolvimento Regional, ou o coração das Secretarias de Estado, que são compostos, integrados por representantes dos mais ecléticos segmentos sociais, proporcionando uma amplitude ímpar de discussões, idéias e deliberações. Os prefeitos e os presidentes da Câmara de Vereadores são membros natos dos Conselhos. Além disso, cada Município elege e designa dois representantes da sociedade civil organizada – do eixo patronal, laboral ou universidades. Esse diferencial, proposto pela descentralização, tem rendido investimentos em vários setores. Pode-se afirmar que o Estado está em um caminho de desenvolvimento nunca antes experimentado, já que todas as ações estão verdadeiramente atendendo às necessidades regionais. No comando de toda essa estrutura, o governo central foca esse processo no rumo do equilíbrio social, da sustentabilidade e da harmonia. Nesse processo, as secretarias regionais são o governo cada dia mais perto dos catarinenses.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Permita-me, Senador Romeu Tuma, trata-se de um projeto novo para o nosso País.

A descentralização levou as peças da máquina do Estado para 30 pontos de Santa Catarina, movendo a máquina pública em sintonia e equilíbrio. Foram descentralizadas as ações do governo e criadas 30 regionais em todo o Estado, e é nessas regionais que se decidem as obras que deverão ser feitas: em quais cidades, quais lugares, que tipo de obra e qual a prioridade. Até na própria cidade, onde construir uma escola, um centro de eventos, as rodovias a serem feitas, quadras de esportes, postos de saúde. É o Conselho que decide o tipo de obra. O processo de desconcentração do poder também se reflete em produtividade, aprimoramento e agilidade. As Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional se tornaram referência física para os assuntos do Governo, e a máquina pública, desemperrada, passou a funcionar sem atravesamentos políticos. O Estado segue o princípio da gestão privada: seus clientes são os catarinenses de nascimento ou opção e a empresa conquista marcas positivas por estar próxima de sua clientela. A divisão do poder em regiões inverte a matemática do desenvolvimento: soma as experiências individuais e multiplica as chances das boas idéias virarem produto.

Santa Catarina torna-se um exemplo para o País em muitos aspectos. Já abordei, aqui, em meus discursos, muitas das características que a torna um Estado único no Brasil. Sem contar os maravilhosos bens naturais com que Deus agraciou aquela região, o modo como foi desenvolvida, através da sua história e berço, o verdadeiro responsável pela qualidade de vida, pela educação, pela cultura é o seu povo. Por isso, a descentralização é tão importante em Santa Catarina. Porque a melhor coisa do meu Estado é sua gente, que, através dessa política administrativa, pode tomar as rédeas e ajudar de perto o Governo a construir e manter seu lar.

Entretanto, Sr. Presidente, um Estado tão bem explorado, tão bem administrado e tão importante para o Brasil, não foi, em nenhuma ocasião, prioridade do atual Governo Federal. O Presidente Lula continua alheio aos problemas que enfrentamos. Esta semana, recebi *e-mails* da população aflita em relação às mortes nas estradas. Estou no Senado há três anos e sequei minha garganta de tanto pedir que o Governo se preocupasse com essa questão tão dramática para um Estado que elegeu Lula com uma votação recorde! É frustrante. Sinto-me discriminado, assim como os catarinenses, pois o atual Presidente teve uma votação histórica e

voltou as costas para nosso Estado, discriminou os Municípios, discriminou o Governo, não atendeu ao Estado como ele merece, não atendeu ao Estado no que diz respeito a sua produção, a sua riqueza, a sua importância para a economia do Brasil.

Várias vezes, aqui, pedi, batalhei – e continuo pedindo e batalhando – para que minhas emendas sejam empenhadas, analisando minuciosamente cada dificuldade, e tento priorizar da melhor forma possível para que os maiores buracos possam ser fechados. Mas para quê, Sr. Presidente? O Governo não libera, o Governo parece não se preocupar; é um total des-caso! Essa falta de conclusões, infelizmente, é notada em toda a gestão do atual Governo Federal. Nós aprovamos a concessão do reajuste de 16,67% aos aposentados e pensionistas, mas o nosso Presidente vetou! O Governo ata as mãos dos Parlamentares e brasileiros.

O que mais me surpreende, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o atual Presidente da República está onde está porque venceu pelo apelo popular. Era um presidencialável que o brasileiro sentia dentro de casa. Mas as aparências enganam. E as máscaras já caíram. Chega de *marketing*, de engodo! Pedimos soluções!

O Brasil tem a chance de mudar este ano. O candidato do PSDB à Presidência, meu amigo Geraldo Alckmin, esteve em Santa Catarina, visitando muitos Municípios. Ele aproveita essas visitas, até pela sua profissão de médico – e como um conhecedor de Economia –, que denota a confiança na família, para ter contato direto com a população, para ouvir o que o catarinense tem a dizer. Mais do que falar, prometer, ele ouve. Ouve as famílias, ouve as pessoas nas ruas. Atende ao chamado do povo. E essas visitas o deixam animado com a possibilidade de atender ao que lhe é explanado, e nota por que tenho tanto orgulho do meu Estado. Ele sente que temos orgulho de Santa Catarina. Ele sentiu, viu e agora sabe do potencial catarinense.

Mas é fácil observar o crescimento de Santa Catarina, que tem sentido a descentralização no seu dia-a-dia. Com o desenvolvimento do processo e a vivência, as peculiaridades de cada região tornaram-se evidentes. Suas necessidades também foram cuidadosamente avaliadas. Por isso, a reforma administrativa trouxe uma reorganização às regionais. Conferiu mais responsabilidades a cada uma delas e, conforme as demandas, atribuiu estruturas diferenciadas.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Geraldo Alckmin saiu de Santa Catarina também orgulhoso do que viu e ouviu, pois descentralizar permite que o núcleo central do governo possa se ocupar com questões de caráter estratégico e favorece a participação dos

cidadãos. Não é conveniente que todas as decisões sejam tomadas por órgãos centrais, em qualquer administração. Por isso falo da frustração de batalhar e no fim não ser atendido. Pelo menos em meu Estado, há aplicação administrativa da democracia. Lá, tenho a certeza absoluta de que nós respeitamos o processo democrático. E isso se dá em termos políticos, com administrações municipais comprometidas com o desenvolvimento e consolidação da cidadania e a democratização do Estado. Santa Catarina mostra que isso é possível, e acredito, tenho fé, que o Brasil também vai caminhar nesse passo, rumo à evolução, que começa em outubro deste ano.

Finalizo, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, para dizer que fiz questão de ler este pronunciamento até para que não fugíssemos do assunto.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que Santa Catarina aproximou o Governo do povo, descentralizou as ações, levou a reforma, as obras, os anseios, os pleitos dos prefeitos mais rapidamente. O Estado está crescendo. O êxodo rural está diminuindo. Mas tudo isso graças à ação do Governo do Estado. Ali estão o PMDB, o PSDB, o PFL e o PPS, juntos, para fazer um Estado cada vez melhor. E vamos continuar juntos, se Deus quiser, inclusive no ano que vem.

Nós estamos falando, aqui, que o Governo Federal não deveria discriminar nenhum Estado do Brasil – nenhum! –, muito menos o Estado de Santa Catarina, que tem grande importância econômica no nosso Brasil, pois é o sexto em exportação e o sétimo em arrecadação.

Infelizmente, nós não estamos vendo a contrapartida por parte do atual Governo Federal. Isso eu noto nas ruas. São os aposentados, os jovens, os agricultores, os empresários, o micro e o pequeno empresário, as pessoas que geram emprego e os que precisam do atendimento e da atenção do Governo.

Lamentavelmente, o atual Governo Federal virou as costas para Santa Catarina, talvez somente até o final deste ano. E nós vamos continuar, de cabeça erguida, fazendo um Brasil cada vez mais forte, independentemente das ações de governos despreparados, como este que infelizmente administra o País hoje.

Agradeço, Sr. Presidente, pela oportunidade que V. Ex^a nos dá. Santa Catarina agradece a V. Ex^a, porque esse é um grande projeto que poderá ser usado em todo o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Santa Catarina está em nosso coração.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 915, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja adiada a sessão em homenagem à Maçonaria Brasileira, que seria realizada no dia 18 de Agosto de 2006, para data a ser agendada posteriormente.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2006.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 2006

Senador Mozarildo Cavalcanti

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Valdir Raupp, o tempo da Liderança foi usado pelo Senador Ney Suassuna. Antes de passar a Liderança para o ilustre Senador Wellington Salgado, que não abandonou o plenário desde o início da sessão, concederei a palavra a V. Ex^a, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, que é o mesmo tempo que V. Ex^a teria na Liderança.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, quero agradecer ao nobre Líder recém-nomeado, Senador Wellington Salgado, por conceder-me a sua vez para que eu possa fazer este pronunciamento. Como V. Ex^a bem falou, Sr. Presidente, o nobre Líder tem permanecido assíduo no plenário, após ter assumido a Liderança.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho mais uma vez a esta tribuna para falar do triste episódio que

tem envolvido o meu querido Estado de Rondônia. Esse não tem sido um privilégio apenas de Rondônia; temos visto várias outras unidades da federação, de vez em quando, envolvendo-se também em escândalos. Penso que é a depuração do processo democrático que está acontecendo em nosso País.

A revista **Veja** desta semana trouxe – até porque não é a opinião da própria revista, mas trechos de entrevistas e de pronunciamentos de outras pessoas – algumas verdades e algumas inverdades. É isso que desejo combater neste momento.

Segundo a revista **Veja**, edição 1969, de 16 de agosto deste ano, as raízes para a corrupção tão desenfreada em Rondônia podem ser encontradas na forma de ocupação do Estado. Nos anos 70, os governos militares resolveram ocupar a Amazônia e decidiram criar uma nova fronteira agrícola em Rondônia. Deram lotes e subsídios a quem se mudasse para lá. O lema era “uma terra sem homens para homens sem terras”. Em 20 anos, a população cresceu 700%. Muitos dos novos moradores só tinham um objetivo: extrair de Rondônia todo o dinheiro possível. “Quem chegava queria enriquecer rápido e ascender na pirâmide social”, diz o geógrafo francês Philippe Lena, especialista no estudo das correntes migratórias da região. Desses colonos, surgiria uma classe política bem mais ousada, no mau sentido, do que a média geral brasileira (e olhe que a média já é ousadíssima). Boa parte dela, já havia feito fortuna à margem da legalidade, grilando terras ou explorando madeiras nobres em áreas de preservação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda bem que fala “boa parte”, talvez não boa parte, um mínima parte. Atualmente, existem 1,4 milhão de pessoas no Estado, e não 100 mil, 200 mil, 300 mil pessoas, Senador Leonel Pavan, mas quase 1,5 milhão de brasileiros: gaúchos, catarinenses, paranaenses, capixabas, mineiros, paulistas, nordestinos de todos os Estados do Nordeste, matogrossenses.

Rondônia, assim como a maioria dos Estados do Norte, tem gente de todos os Estados brasileiros, como o Estado do Acre, o Estado de Roraima, o Estado do Amapá. Então, não podemos aqui generalizar, falando que Rondônia é terra de bandidos, que Rondônia é terra de corruptos.

O Deputado Paulo Delgado foi infeliz em um dos trechos da reportagem da revista **Veja**, quando disse:

Em 1981, Rondônia, que era um Território tutelado pelo Governo Federal, foi convertido em Estado autônomo, sem que tivesse economia capaz de sustentá-lo. Até hoje 25% do PIB dependem da Administração Pública. O

Estado sobrevive com recursos enviados pela União. Sem eles, quebraria.

Isso não é verdade. Rondônia arrecada hoje quase R\$200 milhões de ICMS por mês, fruto da riqueza do local. Rondônia é hoje o 14º Estado de melhor IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, superando muitos Estados centenários do Nordeste brasileiro.

Ainda diz o Deputado: “Lá, não há carteira assinada, só contracheque do serviço público”. Outra inverdade. Lá existem mais de 150 mil pessoas com carteira assinada, na indústria e no comércio local.

Continua o Deputado: “É uma União Soviética [...]”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, ainda não usei os cinco minutos.

Ainda não gastei os cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – É porque ia acabar o seu tempo...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não, mas ainda não usei os cinco minutos. Deve estar havendo algum equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – É apenas porque a campanha tocou, e o tempo ia acabar. Já estou corrigindo aqui.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. “É uma União Soviética na Amazônia”, diz o Deputado Paulo Delgado, que defende a intervenção federal no Estado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Valdir Raupp, se o Presidente permitir, quando V. Exª achar oportuno, gostaria de fazer um pequeno aparte.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com muito prazer, ouço V. Exª, nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Fui membro da Comissão Especial da qual o Senador fez parte. Fiz questão de dizer – e insisto novamente – que é um Estado que tem de ser respeitado pela sua população, não apenas pelos que nasceram em Rondônia, mas por outros brasileiros que lá foram para tentar fazer com que o Estado novo crescesse economicamente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Já fui lá várias vezes. No ano retrasado, fui visitar uma feira agropecuária. Fiquei encantado e soube que é um dos Estados mais importantes na criação de gado, pelo desenvolvimento econômico que se projetou. Se há bandidos no Parlamento – como aqui também houve –, que vão

para a cadeia, que sejam processados e expulsos, mas que jamais se macule o nome de um Estado cuja população é honesta, correta e trabalhadora.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, nobre Senador Romeu Tuma. V. Exª, que bem conhece o Brasil, também conheceu Rondônia e sabe que é um Estado pujante, com grande produção de café, cacau, feijão, arroz e gado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – O Senador e outros Srs. Senadores fizeram questão de fixar a dignidade e o respeito da população de lá.

O Senador foi um dos que endossou essa proposta e se dispôs a que a Comissão lá fosse em respeito à sociedade local.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – São quase 11 milhões de cabeças de gado, uma grande bacia leiteira...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Valdir Raupp, estando na posição de Presidente da sessão, eu não poderia interromper o pronunciamento de V. Exª, mas quero saber se V. Exª me permite fazer um breve comentário sobre seu pronunciamento. Não li ainda a matéria da **Veja**, porque estava no interior do Estado. Cheguei hoje, de manhã cedo, e ainda não li a revista. V. Exª traz uma matéria sobre uma pessoa que pertence aos quadros do meu Partido, que é o Deputado Paulo Delgado, por quem tenho respeito profundo, mas, pelo que V. Exª estava dizendo aqui, a matéria é muito injusta. Se S. Exª fez essa declaração à revista **Veja**, foi muito injusto. Injusto com a história de Rondônia; injusto com a situação atual do Estado de Rondônia no que diz respeito à economia do Estado; injusto com aquele povo, que é lutador. Por conta de um episódio que aconteceu e que foi divulgado – S. Exª pode estar constrangido com isso, é um direito seu; acho que muitos estão –, não podemos dizer que o fato de terem cometido aqueles atos é um problema do povo de Rondônia. Já que o Senador Romeu Tuma fez o comentário, procuramos, sim, naquela Comissão externa, separar muito bem as coisas. As pessoas que cometeram determinados gestos foram entregues para a Justiça. Que se encaminhe judicialmente o que fazer com essas pessoas. Agora, a história de Rondônia é a história de um povo que foi para lá para lutar por uma nova terra, um novo Canaã, digamos assim, e fazer daquilo um novo lugar para morar. E, diga-se de passagem, hoje Rondônia é um dos Estados que cresce muito quanto à contribuição que dá para a construção das riquezas e do PIB brasileiro.

Portanto, nesse ponto, quero aqui solidarizar-me com V. Exª na sua preocupação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Valdir Raupp, concordo com tudo que o Senador Sibá

Machado disse, mas quero dizer que S. Ex^a também cometeu uma injustiça. Foi com o Regimento, que não permite aparte de Presidente. No restante, V. Ex^a disse tudo que deveria dizer.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Agradeço ao Presidente Sibá Machado. Fico muito feliz que V. Ex^a pense desta forma: que Rondônia não é terra de bandidos. Para toda regra existe uma exceção; o que aconteceu lá foi apenas a exceção, e não a regra da população rondoniense.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo um aparte ao nobre Senador Leonel Pavan, se o tempo permitir.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – O Senador Sibá Machado é um democrata e vai reconhecer que o teor do discurso de V. Ex^a é importante para Rondônia e para o Brasil, até como esclarecimento. Primeiro, Senador Valdir Raupp, V. Ex^a é de Santa Catarina também, é uma pessoa da Região Sul do Brasil. Como há milhares de pessoas catarinenses espalhadas pelo Brasil inteiro, há também em Rondônia. É inegável que o trabalho da Polícia Federal tem de ser reconhecido. A Polícia Federal fez um trabalho brilhante no Estado de V. Ex^a, como também em Santa Catarina. O que não se pode é julgar o Estado em função de alguns, julgar a cidade em função de certas pessoas, nem as que estão em volta dessas. A Polícia Federal merece elogios pelo que está fazendo, principalmente este ano: combatendo a criminalidade, prendendo pessoas ligadas ao narcotráfico.

Infelizmente, muitos, em ato político, procuram vulgarizar e envolver pessoas por questão política. Fazem isso, para prejudicar os Estados, os Municípios e até pessoas.

(Interrupção do som.)

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Isso tem ocorrido em diversos lugares e, inclusive, em Santa Catarina. Há pessoas que, às vezes, nada têm a ver com as coisas que estão acontecendo e que estão sendo envolvidas. A Polícia Federal é uma entidade séria e não perdoa. Pode ser o Presidente da República, mas ela não perdoa. Se alguém deve, ela vai atrás, desbarata e prende todos. Agora, julgar todos – o Estado, o Município ou pessoas que estavam presentes – é algo que não pode ocorrer. É preciso punir os bandidos. Quem está ligado ao narcotráfico tem de ser punido, preso, execrado, porque aquele que lida com o narcotráfico está mexendo com as famílias, que, de repente, vêem seus filhos envolvidos. Esses bandidos precisam ser punidos rigorosamente, e a Polícia Federal tem agido corretamente nesse sentido, Senador Valdir Raupp. O povo de Rondônia merece a nossa solidariedade, porque se trata de uma minoria – e bota minoria nisso.

Esse trabalho da Polícia Federal merece ser registrado, é digno de elogios e de reconhecimento de todos os brasileiros, mas não dá para aceitar que se faça política, aproveitando-se dos atos da Polícia Federal, do bom trabalho que ela tem feito em Rondônia, em Santa Catarina e em outros lugares do Brasil. Parabéns, Senador Valdir Raupp!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Pavan. Na semana passada, eu parabeneizei, desta tribuna, o trabalho brilhante da Polícia Federal em todo o País.

Mas, Sr. Presidente, sobre a entrevista, ou o pronunciamento – não sei se foi uma entrevista ou um pronunciamento – do Deputado Paulo Delgado sobre o conteúdo divulgado pela revista **Veja**, eu gostaria de registrar o sentimento e entendimento do Sindicato das Micro e Pequenas empresas do Estado de Rondônia, transcrevendo nesta tribuna, na íntegra, esta nota que protesta veementemente contra as afirmações do Deputado Federal Paulo Delgado, do PT de Minas Gerais, ao atacar gratuitamente o nosso Estado com declarações levianas e preconceituosas, próprias de pessoa sem conhecimento, sem formação e sem capacidade de fazer comparações de indicadores ou exercer, adequadamente, um mandato federal.

Surpreendente até porque Paulo Delgado, membro do PT, reconhecido foco de inúmeras denúncias de atos de corrupção, e ainda de Minas Gerais, Estado-berço do empresário Marcos Valério, este sim com “diversas” carteiras assinadas, e pagas mensalmente com recursos federais provenientes de estatais.

Nem por isso, Sr. Presidente, devemos generalizar. Eu não acho que o PT é um Partido corrupto. Eu não acho que no PT só tem corrupto. Pelo contrário. É uma minoria. A grande maioria dos membros do Partido dos Trabalhadores é de pessoas sérias e honestas, assim como a grande maioria da população de Rondônia também é.

Ao afirmar que em Rondônia “... não há carteira assinada, só contra-cheque do serviço público. É uma União Soviética na Amazônia”, o Deputado ofende as 27 mil empresas da indústria, comércio e serviços de nosso Estado, responsáveis pelos 147 mil empregos diretos gerados e responsáveis por US\$240 milhões de dólares exportados em 2005, que tanto ajudou nosso País no superávit da balança comercial. Poderia, ao menos, se tivesse maior conhecimento, verificar que o Estado do Acre, este sim, percentualmente o maior receptor de recursos públicos do País, poderia ser citado com muito mais propriedade, ainda que também de forma errônea. Não concordamos que mesmo o Estado que mais recebe recursos federais, até porque tem um FPE maior do que o Estado de Rondônia, por ser um Estado, no passado, mais pobre; hoje acho que já não é um dos Estados mais pobres do País, mas não merece também esse tipo de citação.

Lamentamos que o Sr. Paulo Delgado, Parlamentar de presença irrelevante no Congresso Nacional, completamente omissivo sobre a crise ética e moral do Congresso Nacional e do Executivo, tenha usado os meios de comunicação de forma irresponsável, ao falar mal desta terra da qual nós todos que aqui vivemos nos orgulhamos. São as palavras do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de Rondônia.

Solicitamos ainda aos Parlamentares petistas de nosso Estado que façam uma intervenção junto a este Deputado e solicitem sua imediata retratação, tendo em vista as bobagens declaradas. Até porque, Sr. Presidente, alguns parlamentares, assim como no Estado de Rondônia, os parlamentares estaduais, podemos ter também alguns federais, mas temos aqui parlamentares sérios. Entendo que a Bancada do PT neste Parlamento, a Senadora Fátima Cleide, o Deputado Valverde, o Deputado Anselmo, são parlamentares sérios, assim como a maioria da nossa Bancada Federal.

Peço que S. Ex^{as}. também se pronunciem a respeito das declarações do Deputado Paulo Delgado.

Era esse o desabafo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

(*) Ofício nº 285/06 – CPMI – “Ambulâncias”

Brasília, 15 de agosto de 2006

A Sua Excelência
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006, com a finalidade de apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde, em cumprimento ao artigo 150 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho a Vossa Excelência Relatório Parcial aprovado na 45ª Reunião da Comissão, realizada em 10-8-2006, para instauração de processos disciplinares relativos aos senhores Senadores, na forma do item 6.3 do referido Relatório.

(*) O Relatório Parcial nº 1 será publicado em suplemento à presente edição.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e apreço.

Cordialmente, – Deputado **Antônio Carlos Biscaia**, Presidente.

Ofício nº 286/06 – CPMI “Ambulâncias”

Brasília, 15 de agosto de 2006

A Sua Excelência
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de quérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006, com a finalidade de apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde, em cumprimento ao artigo 150 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista o decidido pela Comissão, encaminho a Vossa Excelência Relatório Parcial aprovado na 45ª Reunião da Comissão, realizada em 10-8-2006, para instauração de processos disciplinares relativos aos senhores Deputados, na forma do item 6.3 do referido Relatório.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e apreço.

Cordialmente, – Deputado **Antônio Carlos Biscaia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Os Ofícios que acabam de ser lidos foram despachados pelo Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, ao Conselho de Ética do Senado Federal, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, respectivamente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é possível encaminhar para esta Casa um relatório parcial? Pelo Regimento Interno é possível?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Sim, o Regimento prevê. Já estamos consultando o artigo, que passarei a ler para V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Porque algo que não chegou ao final,

não tem assinatura final, é parcial... É claro que, para ter recebido, deve ter algum fundamento legal, mas é uma coisa estranha!

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Conceda-me só um instante.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Esclarece-me aqui o Senador Heráclito que é só para conhecimento.

É para providência ou para conhecimento? Foi aprovado parcialmente, Senador Heráclito! Não entendi isso! Chega por pedaço? Mas a CPI não é criada por pedaço!

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Wellington Salgado, antes de citar o artigo, quero parabenizar V. Ex^a pela Liderança do PMDB.

Leio o art. 150, §2º, do Regimento Interno, que reza o seguinte: “Sendo diversos os fatos objeto de inquérito, a comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais”.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, do PFL de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que V. Ex^a tomou Lexotan hoje. V. Ex^a estava com uma calma tão grande ao responder os questionamentos da tribuna! Já vi V. Ex^a se levantar e dar soco na mesa; mas hoje o seu sorriso está encantando o Plenário! Cumprimento V. Ex^a por essa tranqüilidade na condução do debate importante travado com o Senador Heráclito – e outros –, que fez suas colocações e apresentou seu ponto de vista. V. Ex^a, com elegância, respondeu ao Senador, talvez fugindo de algumas questões, como disse o Senador Heráclito, por desconhecer fatos que não chegaram ao seu conhecimento.

Senador Wellington, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a por ter assumido temporariamente, em virtude da licença do Senador Ney Suassuna – a quem respeito –, a Liderança do PMDB. Que V. Ex^a possa dar continuidade ao trabalho do seu Partido.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Permite V. Ex^a um pequeno aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador Wellington.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Tuma, V. Ex^a, que me conhece muito bem, sabe que desde que cheguei a esta Casa aqui

me aconselho com todos os demais, inclusive com V. Ex^a. Cheguei a esta Casa, uma Casa maravilhosa, com políticos que têm história – para chegar ao Senado, todos têm história –, com o Ministro Hélio Costa e virei Senador. Neste momento em que o Senador Ney Suassuna tomou a decisão de se afastar para se defender, fazer campanha na Paraíba e, após ganhar a eleição, defender-se no Conselho de Ética desta Casa, ou defender-se primeiro e depois ganhar a eleição, como eu era um dos vice-líderes e, conseqüentemente, os demais estavam em campanha, assumi a liderança deste Partido maravilhoso, o PMDB. É uma espécie de sargento conduzindo generais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se V. Ex^a não for general-de-exército, provavelmente é general-de-divisão.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas, na verdade, o senhor pode ter certeza de que serei um comandante daqueles que os generais vão falar “vá por aqui, Senador Wellington; vá por ali, Senador Wellington”. Um soldado que vai à frente conduzido pelos generais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a tem decisão própria, é combatente, é corajoso. Vi sua postura durante a reunião de leitura e votação do relatório parcial. V. Ex^a fez referência de votação ou não no relatório, mas foi claro, afirmando que não pediria voto. Isso não me escapa à cabeça. Provavelmente, não repetirei as suas palavras, mas sim o objetivo de sua colocação de que não pediria vista a fim de que seus companheiros não mais sangrassem por tempo indiscriminado, até que houvesse pedidos de vista, outra discussão e votação. V. Ex^a aceitou o prosseguimento desse relatório parcial porque há, dentro dele, em seu bojo, dúvidas sobre a investigação em relação a alguns citados e, em relação a outros, há provas materiais evidentes e contundentes. Isso, portanto, facilitaria a abertura de um processo dentro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

E peço licença a V. Ex^a para explicar à sociedade que, como Corregedor, está saindo das minhas mãos a investigação, porque – como acabou de ler o Presidente Sibá Machado – o Presidente encaminhou diretamente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o que faz com que eu junte toda a documentação da investigação. Quando se faz uma investigação, Senador Wellington, dentro da estrutura de cada um – aprendi isso –, não se faz a apuração para provar a prática do crime, mas para provar a inocência. E, ao final, se houver responsabilidade no ato, temos de ter a coragem de dizer que a pessoa é bandida, que roubou, furtou, levou dinheiro dos cofres públicos, e assinar. Não há

covardia, em uma investigação, em propor a absolvição ou a condenação à responsabilidade criminal.

Estou muito tranqüilo. A consciência me dita as regras de conduta sempre em minha vida, e vou colaborar com o Conselho, como Corregedor e como membro permanente, até que eu seja substituído, pois acredito que ainda mereço a fé dos parlamentares desta Casa, que me levaram, por mais de uma vez, a permanecer na Corregedoria.

V. Ex^a me dá a oportunidade de esclarecer os fatos, a fim de que a população não tenha dúvida quanto ao que vai acontecer daqui para frente, se vão fazer ou não. Não. O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar vai tomar uma decisão. Já me disse um dos Senadores que está com o nome citado, que terá três dias de prazo para a defesa. Hoje, pedi ao Presidente da CPMI – sei que S. Ex^a não vai deixar de fazê-lo –, ao apresentar os relatórios, que não deixasse de enviar a pasta individual, em que a defesa inicial de cada um foi colocada. Se houve a oportunidade da defesa, ela não pode deixar de ser anexada à acusação. Do contrário, não faria a proposição de, por escrito, apresentarem a defesa aqueles que o desejassem, e terão a oportunidade de apresentá-la, novamente, durante o processo, o que é juridicamente correto. Não digo que é democrático, porque é uma questão jurídica que se discute.

Pois não, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Peço desculpas a V. Ex^a por estar...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não. Foi uma aula que V. Ex^a deu, neste momento, com relação ao levantamento, à defesa no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Veja bem, Senador, eu fico tranqüilo com V. Ex^a. Fico tranqüilo mesmo. Tenho certeza de que, se eu for ao Conselho, meu voto será junto com o de V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Porque V. Ex^a tem aquilo que, muitas vezes, alguns não têm. V. Ex^a tem experiência, já conduziu a Polícia Federal e sabe como deve sistematizar todo o processo. Sabe muito bem quem é inocente e quem é culpado. Portanto, tenho certeza de que meu voto será altamente influenciado pelo voto de V. Ex^a. Espero estar ao seu lado e acompanhá-lo na decisão que tomar.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado pela confiança, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Senador Leonel Pavan, em seguida darei o aparte a V. Ex^a. Antes, porém, se V. Ex^a me permite, dentro de sua fala, V. Ex^a falou da Polícia Federal, e eu vi uma Senadora que admiro muito dizer que era a “polícia do Lula”. Não existe isso. A Polícia Federal é uma polícia profissionalizada, que faz concurso público, que tem a exigência de formação profissional, e, eticamente, não se compromete politicamente. Está sob a direção do Dr. Paulo Lacerda, homem que aprendi a admirar não apenas pelo seu trabalho durante as investigações, quando era Diretor da Polícia Federal, como também quando veio para cá me auxiliar nas CPIs, e depois voltou à direção-geral da Polícia Federal. É um homem ético, correto, decente e que também não faz “nenhum tipo de convencimento negativo para prejudicar ou beneficiar alguém”. Essa polícia tem uma formação importante.

E quem forneceu os meios, Senador Heráclito Fortes, de modernidade da Polícia Federal – a lei contra o crime organizado, a lei de infiltração, da permissão de escuta telefônica – foi esta Casa, o Congresso Nacional. Foi o Congresso Nacional quem elaborou a legislação pertinente a fim de que a Polícia Federal desenvolvesse todo o trabalho que vem desenvolvendo na busca daqueles que praticam o crime. E não interessa o partido, não interessa a coloração política, física, nada. Ela tem de ser uma polícia profissional e fugir a qualquer tentativa de pressão.

Eu tenho certeza de que o Dr. Paulo Lacerda tem vergonha na cara. A qualquer tipo de pressão que receber, ele se demitirá imediatamente.

Então, não é uma “polícia do Lula”, não. É uma polícia do País, profissionalmente bem estruturada. Faltam meios? Faltam meios. O Senador Heráclito Fortes inclusive já me ajudou, no Orçamento, com recursos para pagar telefone, para pagar diárias, várias coisas. Às vezes, com sacrifício enorme, desenvolvem o seu trabalho dentro da ética e da importante disciplina que lá reina.

Era o que eu gostaria de explicar, Senador Leonel Pavan, a quem concedo um aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Em seguida, Senador Heráclito Fortes. O Senador Leonel Pavan já havia pedido o aparte.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Romeu Tuma, quando uso a tribuna e digo que V. Ex^a é uma pessoa admirada não apenas em São Paulo, mas em todo o Brasil e no meu Estado, Santa Catarina, digo a verdade sobre sua ética. V. Ex^a, há muitos anos, tem sido um conselheiro para nós, aqui no Senado. Toda essa conquista na vida pública, a aprovação do

eleitorado, deve-se à lisura de seu trabalho, de seus mandatos, à credibilidade que V. Ex^a tem perante a opinião pública. A Corregedoria do Senado Federal, sob o comando de V. Ex^a, traz segurança a esta Casa nas decisões, nas definições. Isso não é nada anormal. Aliás, é normal alguém competente e idôneo como V. Ex^a ocupar um posto como esse, uma pessoa que respeitamos muito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Da mesma forma, permita-me, Senador Wellington Salgado de Oliveira, Líder do PMDB, fazer um comentário a seu respeito. V. Ex^a ocupou seu espaço. Chegou devagarzinho, pessoa grande, bem notada, forte, cabeludo – mais do que eu –, uma pessoa que conquistou o coração de todos aqui. Quando diz que é um humilde servo, não é; já é um grande líder; o atual líder de um dos maiores partidos do Brasil, o PMDB, no Senado Federal. Parabéns, Senador Wellington Salgado de Oliveira, por essa conquista. Para encerrar, Senador Romeu Tuma, gostaria de dizer que a Polícia Federal não olha a cor partidária e não olha o grau das pessoas, pois já prendeu desembargadores e até policiais da própria Polícia. Não olha se é presidente, se é juiz; quando errou, prende. O que é errado são pessoas usarem a instituição como ameaça. Não a Polícia, mas pessoas que não têm nada a ver com a Polícia, que a utilizam para ameaçar políticos – que, se culpados, têm de ser punidos –, para fazer politicagem. Isso a Polícia não aceita. Vai mudar o Governo, e eles vão continuar. Paulo Lacerda é uma das pessoas mais respeitadas do País e não aceitaria esse jogo. A Polícia Federal não aceita esse jogo, porque os homens públicos passam, mas a Polícia fica. São pessoas responsáveis pela segurança do País. E o trabalho que realizam é digno de elogio. V. Ex^a passou a vida toda como policial da Polícia Federal...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Cinquenta anos em sistema de segurança.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Cinquenta anos. Tem história, experiência, conhece como ninguém e sabe que... Não sou policial, mas tenho...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas tem o cheiro.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Conheço as pessoas e sei que eles trabalham com segurança, com firmeza, com transparência. E, quando tomam decisão firme, merecem ser reconhecidos pela população brasileira. Então, não é possível e não podemos admitir que alguém use a instituição para ameaçar pessoas, pela imprensa ou por qualquer outro órgão. Obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito bem, Senador.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem a palavra, por favor. Mas já agradeço, por antecipação, o seu aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Romeu Tuma, eu quero parabenizá-lo pela iniciativa de fazer uma defesa justa, como essa que acaba de fazer, a uma entidade que, se não for republicana, não tem nenhum sentido em existir. Eu estive aqui no dia das afirmativas e V. Ex^a, infelizmente, não estava. Tenho certeza de que se aqui estivesse afirmaria, com a autoridade moral que tem, pela convivência, pela história que tem na própria Polícia Federal e pelo respeito que goza de todos os que integram aquele corpo de servidores pertencentes ao Governo Federal, que aquela instituição, pelas suas funções, não deve ter nenhuma ligação direta com nenhum partido, facção política ou com quem quer que seja. Ela deve ter uma atividade eminentemente republicana, e é o que vêm conseguindo. Aliás, Senador Romeu Tuma, eu vivo, no Piauí, algo que dá uma mostra disso. Na semana passada, eu estava em Teresina e disseram-me que o superintendente do Piauí está sendo transferido porque vai ocupar uma função na Interpol, na França. Eu fiquei com muita tristeza por saber que estava deixando o órgão um cidadão que eu sequer conheço. Nunca o vi ou com ele troquei um telefonema, mas sei que está exercendo as suas funções com sobriedade, eficiência e, acima de tudo, discricão. Não o conheço porque não precisei conhecê-lo, porque nunca houve a necessidade de conhecê-lo, mas, em todos os lugares por onde ando no Piauí, as informações a respeito dele são as melhores possíveis. Tanto não o conheço que estou tentando lembrar o seu nome, e é impossível. Só recentemente foi-me dito o nome dele. Mas acredito que é isso mesmo: não é para policial federal, senador, deputado, governador estar em confraternização nem vivendo de piquenique; devem cumprir as suas funções. Quero dar testemunho desse cidadão que, segundo informações, estará ocupando novas funções, deixando-nos. O voto que faço, Senador Romeu Tuma, é que o seu substituto seja uma pessoa com as mesmas características, porque assim servirá muito bem ao Piauí e, de maneira muito especial, ao Brasil. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a dá um testemunho importante do diretor, porque ir para a Interpol, em Lion, na França, é um prêmio para o policial, porque ele fará parte da polícia internacional, que colabora com 174 países. Fui vice-presidente da Interpol. É uma honra pertencer à instituição internacional, ainda mais que sempre houve, Sr. Presidente, reclamação, pressão no sentido de que, pelo contexto da participação do

Brasil na luta contra o crime organizado, principalmente em consequência relação ao tráfico de drogas, de armas e tráfico de mulheres, o Brasil designasse um policial para integrar o corpo permanente da Interpol. Fico feliz com esse testemunho do Senador Heráclito Fortes de que a Polícia decidiu por alguém que tem feito do seu trabalho a missão da sua vida. Obrigado, Senador Heráclito Fortes, por ter trazido isso ao conhecimento público.

Vou pedir desculpas a V. Ex^a, Sr. Presidente, porque duas coisas foram ditas aqui. E V. Ex^a, ao que me parece, foi um dos que disse. Inclusive, fiz até uma anotação.

Senadores Heráclito Fortes e Wellington Salgado, não se deve confundir foro especial com imunidade. Não podemos confundir isso, meu Deus do céu. O foro especial é alguém que, por exercer uma atividade de poder central, para não ter processos em vários locais, tem definido um foro. Imunidade, por sua vez, é a proteção que o parlamentar possui na tribuna. Se for bandido, ladrão, tem de responder a processo normal. Foro privilegiado não existe, não há privilégios, tanto é que os 15 processos pedidos pelo Procurador-Geral contra os sanguessugas, o Supremo determinou que fossem abertos. Portanto, o parlamentar está-se acobertando atrás do quê? Dizer que o parlamentar está-se escondendo atrás de imunidade que não existe? A imunidade é para falar mal ou bem do Governo, falar mal de alguém que surrupiou dinheiro público. Essa é a imunidade que protege a tribuna! Ela é que nos dá imunidade para ter coragem de falar sem sofrer processo ao denunciar coisas graves.

Então, não se pode falar que o parlamentar está-se protegendo com foro privilegiado para não responder crime. Pelo amor de Deus! Não posso chamar ninguém de ignorante, mas isso é uma agressão que não merecemos. Quem fala tem de engolir a língua, porque isso não é verdade. O Presidente da República, que é o Presidente da República, não tem imunidade; ele tem foro privilegiado. O processo que pode responder nesta Casa é por improbidade administrativa. Então, ninguém escapa da lei. A lei protege o cidadão e a sociedade. Ela não se deixa levar para que alguém que pratica um crime não responda por ele em algum lugar. Entendeu, Senador? Não adianta, ficamos às vezes entrando num labirinto desnecessário. E V. Ex^a parece que deu uma explicação a esse respeito.

Por amor de Deus, bandido responde na cadeia. Quem roubou tem de ir para a cadeia, não tem jeito, independentemente se é parlamentar ou não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite? Foi exatamente comigo, quando eu falava. A imunidade é a garantia que o parlamentar precisa para não se intimidar à primeira

ameaça. Digamos, hipoteticamente, aquele rapaz que foi flagrado carregando dólar na cueca, ele poderia pegar bons advogados e entrar com representação contra o parlamentar, licenciando o direito até por cautela de continuar na denúncia. A princípio, tínhamos denúncias, não tínhamos provas. Foi por meio da denúncia que se chegou à prova. Se você tem o cerceamento da liberdade de expressão, pode atrapalhar a investigação e estará, inclusive, prestando um desserviço ao Brasil. Muito bem colocado o esclarecimento de V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado. É que essas coisas vão surgindo e nossa cabeça não pode deixar de lado. Se V. Ex^a é Líder hoje, vai ter de ter um escudo para proteger os seus liderados, para que não sofram nenhum tipo de ameaça por fazerem denúncias nesta Casa. Isso é importante.

Sr. Presidente, comunico que hoje enviei um ofício ao Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara – e peço a V. Ex^a que autorize a publicação –, pedindo, quase que implorando, que ponha em votação uma PEC de minha autoria – já tem três ou quatro anos lá – que dá uma valoração maior às guardas civis, porque elas estão morrendo, principalmente em São Paulo, onde estão sendo atacadas unidades da Guarda Municipal, sem nenhuma proteção dentro da legislação em vigor. Está na Constituição; já foi reconhecido que podem andar armadas, dependendo do número.

Como o Relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá, disse que não houve nenhuma emenda que prejudicasse e o projeto foi aprovado na Comissão Especial, peço encarecidamente ao Deputado Aldo Rebelo, com quem já falei pessoalmente, que ponha em votação na primeira oportunidade.

Também agradeço ao Dr. Carreiro por ter me ajudado, em uma enorme oportunidade, no projeto de lei, já encaminhado, que altera Lei Complementar nº 64. Esse dispositivo, Senador Sibá Machado, é para manter a inelegibilidade do agente público cujas contas tenham sido rejeitadas. Há uma explicação aqui. Faço de público o agradecimento ao Dr. Carreiro por ter colaborado...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ... e hoje faço uma emenda ao projeto que apresentei para dar maior consistência a esta decisão. Peço a V. Ex^a que faça a gentileza de autorizar a publicação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e peço desculpas por ter ultrapassado o tempo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OF. N.º 140/2006-GSRT.

Brasília, 15 de agosto de 2006.

Senhor Presidente:

O jornal Folha de S. Paulo publica em sua edição de hoje entrevista do sociólogo Hugo Acero, consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e que, durante nove anos, foi secretário de Segurança e Convivência de Bogotá.

O entrevistado esclarece o decisivo papel desempenhado pelo poder municipal da capital colombiana no combate à criminalidade, que lhe permitiu reduzir a taxa de homicídios de 80 por 100 mil habitantes, em 1993, para 18 por 100 mil no ano passado. Isto é, houve queda de 77,5% em 12 anos.

Com base na própria experiência e por saber que o Brasil rumava para insegurança parecida com a de seu país em 1999, o Sr. Hugo Acero apontou como fundamental a participação dos prefeitos na segurança pública. Afirmou textualmente:

“As autoridades locais precisam ter políticas de segurança. As leis têm de dar responsabilidades às prefeituras. Cada vez mais os problemas de segurança são problemas locais, dos municípios. A Constituição e as leis têm de dar responsabilidades nessa matéria às autoridades locais.”

Exmo. Sr.
Deputado ALDO REBELO
DD. Presidente da Câmara dos Deputados,
BRASÍLIA – DF.

A par disso, salta à vista a intranqüilidade que, há anos, num crescendo, se faz presente na sociedade devido às ações de bandidos cada vez mais impiedosos e ousados. O cidadão de bem, já acossado por meliantes nas ruas e em casa, vê-se pressionado também por quadrilhas do crime organizado. No afã de impor sua vontade, os quadrilheiros praticam atentados contra a vida de agentes públicos, além de destruir bens das esferas estatal e particular. Chegam agora a seqüestrar uma equipe da maior emissora de TV do País para exigir a divulgação de um vídeo subversivo-terrorista em troca da vida de um repórter seqüestrado.

Nesse contexto de extrema violência, todo o apoio às autoridades policiais é pouco. Emprega-se até a Força Nacional de Segurança Pública no enfrentamento ao neoterrorismo e cogita-se de lançar o Exército em ações tipicamente de Polícia. Entretanto, ao mesmo tempo, ignora-se o potencial de milhares de guardas municipais limitados pela Constituição em sua capacidade de ajudar as polícias estaduais. Paradoxalmente, sua importância é reconhecida pelos próprios criminosos, que neles encontram relevante empecilho para as ações delituosas. Tanto que, em São Paulo, os atentados voltaram-se contra os guardas e as suas instalações.

É evidente que, pelas características de seu trabalho, os guardas municipais podem alicerçar qualquer projeto de policiamento comunitário. Graças a essa capacidade, participaram da solução de vários crimes de grande repercussão, como aconteceu no seqüestro do publicitário Washington Olivetto. O principal participante do delito, Maurício Hernandez Norambuena, foi capturado graças a um guarda municipal paulista. Hoje é apontado como possível mentor do seqüestro daquela equipe da Rede Globo de Televisão.

Em novembro de 1999, rerepresentei ao Senado Federal uma PEC destinada a modificar o Art. 144 da Constituição para ampliar a competência das guardas municipais, concedendo-lhes poder de polícia mediante convênios com os Estados para auxiliar as Polícias Civis e Militares no seu mister. Aprovada por unanimidade, a PEC seguiu para a Câmara dos Deputados, onde recebeu o número 534/2002.

Na Casa presidida por V. Exa., constituiu-se Comissão Especial para apreciar a proposição. Em outubro de 2005, seus insígnies membros votaram com o Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá, pela aprovação em Plenário. Mas,

passados dez meses, é o próprio relator quem me avisa da premência de tramitação, pois nada mais impede que seja finalizada.

Aliás, figura em seu Parecer a seguinte afirmação: “É público e notório que o Estado brasileiro passa por uma forte crise na área de segurança pública. Esta crise pode ser analisada sob duas óticas: falência do modelo de organização do sistema brasileiro de segurança pública e falta de capacidade federal e estadual para investimentos e para a manutenção da atividade de segurança pública.”

Dirijo assim este ofício a V. Exa. para solicitar que inclua a PEC 534/2002 na pauta de votação, o quanto antes, em face de sua relevância para o fortalecimento da segurança pública e, por conseqüência, para o restabelecimento da tranqüilidade da população que só deseja viver e trabalhar em paz.

Renovando meus protestos da mais alta estima e consideração,

Atenciosamente,

Senador ROMEU TUMA

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR ROMEU TUMA.**

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 25 de julho próximo passado, tomei a iniciativa de encaminhar às instâncias superiores do Senado Federal o Projeto de Lei n^o 231/2006, com vistas a alterar a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1^o da Lei Complementar n^o 64, de 18 de maio de 1990. Por meio desse dispositivo, pretendo manter a inelegibilidade de agente público, cujas contas tenham sido rejeitadas, até que a decisão transite em julgado. Com isso, impediremos que a mera propositura de ação judicial contestatória da decisão, em qualquer momento prévio às eleições, suspenda a inelegibilidade do agente público. Convém destacar que a referida matéria, ora em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, aguarda designação do Relator.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao reconhecer os grandes benefícios éticos e morais que teremos com o desfecho favorável de tal Projeto, não

me falta motivação para dedicar o tempo que for necessário à sua defesa. Além de tudo, estou convencido de que, com a sua vigência, conseguiremos impedir que os delinqüentes continuem a atuar livremente no espaço político. Conseguiremos, igualmente, barrar a impunidade, sanear o exercício da atividade política, melhorar a representatividade eleitoral, dignificar os mandatos eletivos, conferir maior credibilidade ao ato de votar, contribuir, de maneira afirmativa, para o grande debate sobre a verdadeira reforma política de que o País necessita; enfim, impedir que a democracia brasileira continue a ser constantemente desmoralizada por uma minoria de desonestos e a cair no descrédito perante a sociedade.

Nobres Senadoras e Senadores, na justificativa de minha proposição, assinalo que o objetivo da Lei Complementar n^o 64, de 1990, é o de proteger a probidade e a moralidade administrativa, bem como a normalidade e legitimidade das eleições, contra a interferência nefasta da corrupção, do abuso do poder econômico e do exercício impróprio do poder político. Todavia, apesar de ser este o espírito mais importante do referido diploma, lamentavelmente, o deslize

de um dispositivo deixou uma porta de emergência aberta em favor dos acusados de atos de improbidade administrativa.

Pois bem, de acordo com esse dispositivo que proponho alterar, os envolvidos em malversação do dinheiro público fundamentam suas defesas alegando que são vítimas de meras acusações em tramitação no Poder Judiciário. Portanto, segundo eles, enquanto o referido processo não for definitivamente julgado, o reclamante não pode ser impedido de exercer novamente cargos eletivos. Como podemos concluir, enquanto existir essa possibilidade de argumentação, de nada adianta o pronunciamento negativo proferido pelos Tribunais de Contas e Casas Legislativas contra os que tiveram suas contas claramente rejeitadas, durante o exercício de cargos ou funções públicas.

Desse modo, a norma contida na alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, que torna inelegíveis pelo período de cinco anos todos aqueles que ocuparam funções públicas e tiveram suas contas rejeitadas por irregularidades graves, sem direito a recurso, cai por terra no momento em o acusado faz uso do dispositivo que acabei de apontar. Vale dizer ainda que, em pronunciamento sobre a matéria, o próprio Tribunal Superior Eleitoral reconhece que uma simples propositura de ação contestatória da decisão que reprovou a prestação de contas de um determinado gestor público é suficiente para permitir a elegibilidade do autor para as próximas eleições. Porém, na opinião do Ministro Marco Aurélio de Melo, Presidente do TSE, tais ações contribuem de maneira decisiva para esvaziar um trabalho de grande seriedade que é realizado pelas instâncias superiores dos órgãos fiscalizadores da gestão do dinheiro público.

Por sua vez, o Ministro Adylson Motta, Presidente do Tribunal de Contas da União segue o mesmo pensamento. Diz S. Exª que a “ressalva do recurso ao Judiciário diminui dramaticamente a efetividade das deliberações dos órgãos de controle e perverte os procedimentos eleitorais, pois basta àqueles interessados em burlar a restrição o simples ajuizamento de qualquer ação, em qualquer momento anterior ao pleito, para manterem suas elegibilidades”. Em outro pronunciamento, acrescenta que a grande maioria dos 2 mil e 900 gestores públicos que nos últimos cinco anos tiveram suas contas reprovadas cometeu irregularidades em licitações públicas, desvios de recursos e superfaturamentos. Aliás, é importante acrescentar que dessa lista, enviada no início do mês passado ao TSE, constam os nomes de 1.500 Prefeitos, de cinco ex-Governadores e de nove juizes de Direito.

Como bem sabemos, de acordo com a Lei nº 9.504/97, o TCU deve mandar essa relação à Justiça

Eleitoral até o dia 5 de julho do ano eleitoral para que o TSE tome as devidas providências em relação ao registro das possíveis candidaturas dos envolvidos nesses episódios. Como já disse algumas vezes no decorrer deste pronunciamento, se porventura o TSE pronunciar-se em favor da inelegibilidade de algum acusado, cabe a este ingressar na Justiça comum com uma ação para tornar sem efeito a aludida decisão.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, após todos os argumentos que acabei de levantar justificando a importância da matéria que tive a honra de trazer à apreciação dos nobres Senadores e Senadoras, não seria demais pedir aos eminentes Colegas que façam um esforço conjunto no sentido de agilizar a sua apreciação e a sua aprovação. Não temos mais condições de conviver com essa falha grave na legislação relativa à inelegibilidade. Em verdade, seu acatamento nesta Casa representará um grande passo em direção ao aprimoramento do processo político brasileiro, da moralidade pública e do resgate do bom funcionamento institucional do País. Por fim, precisamos reconhecer as deliberações dos órgãos fiscalizadores e não enfraquecê-las com artifícios jurídicos que só contribuem para fortalecer a certeza da impunidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – V. Exª, Senador Romeu Tuma, será atendido, na forma do Regimento.

Prorrogo a sessão por mais dez minutos, para que eu possa também fazer uso da palavra. (Pausa.)

O Sr. Sibá Machado, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Passo a palavra ao último orador inscrito, Senador Sibá Machado, por dez minutos.

Senador Sibá Machado, agradeço a tolerância de V. Exª, que, por muito tempo, ficou esperando, cedendo sua vez para outros Senadores.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Srªs e Srs. Senadores, estamos no período em que as próprias Lideranças do Congresso Nacional concordaram em fazer sessões não-deliberativas, de modo que muitos que são candidatos à eleição e à reeleição ou à eleição a outros cargos possam também participar dos debates em seus Estados. Mas é claro que a Casa tem se trilhado por temas do dia-a-dia, de

interesse nacional, um pouco apimentados pela temperatura do calor das decisões do processo eleitoral.

Mas, Sr. Presidente, analisando tranqüilamente os debates, considero que, no programa eleitoral de hoje do Presidente Lula, foi feito o início da prestação de contas de seu mandato. O mandato está perto de seu final e, para orgulho do Brasil e de todos nós que participamos ativamente no Governo do Presidente Lula, deixou-nos muito feliz.

Creio que a tônica de todos os programas deve ser a apresentação da experiência do Governo e daquilo que haveremos de fazer de melhor, se for vontade do povo brasileiro que o Presidente Lula tenha um segundo mandato.

Não assisti ao debate na Rede Globo. O único a que pude assistir foi o de Cristovam Buarque, mas li os comentários de vários jornalistas renomados, que escrevem nos diversos jornais de circulação nacional, e fiquei muito feliz com o que disseram sobre a **performance** do Presidente Lula. Acho que temos realmente um fenômeno de liderança da política nacional. É uma pessoa incomum no seu carisma, na sua compreensão do País, na sua visão de mundo e naquilo que pensa que seria o melhor de um governo para o melhor futuro de um povo como o nosso.

Sr. Presidente, farei a leitura de um pequeno texto que havia preparado para o balanço deste Governo.

Em ano de eleição, o debate político, naturalmente pautado por um emocionalismo, conduz alguns poucos cidadãos à crença enganosa de que o Brasil não anda no rumo certo e de que o Governo Federal, capitaneado pelo Presidente Lula, não vem atingindo as principais metas a que se propôs viabilizar.

Existem, porém, claros indícios de uma sensação difusa na opinião pública e, especialmente, entre as pessoas menos favorecidas de que, bem ao contrário, temos progredido consideravelmente na melhoria dos principais indicadores socioeconômicos brasileiros. Essa impressão concreta e tangível de que o Brasil experimenta, nos últimos tempos, uma espiral econômica virtuosa não nasce absolutamente do nada e apresenta forte vinculação com a realidade. O vigoroso aumento do número de postos de trabalho em nosso País é prova do que lhes digo neste momento.

Desde o ano de 2003, a economia nacional gerou mais de 3,5 milhões de empregos com carteiras assinadas, à média de 100 mil novos empregos formais criados a cada mês, até a presente data. É por essa e por outras razões que, se por um momento deixarmos de lado nossas paixões e nossas questões políticas, se refletirmos com sobriedade a respeito de

indicadores desse quilate, uma conclusão irá se impor aos políticos com a mais absoluta naturalidade: a de que a manutenção do crescimento sustentável da economia, que é o interesse de todos, vem sendo bem realizada com denodo e esforço pelo Governo do Presidente Lula.

Não há como negar o trabalho desenvolvido pelo Governo Federal, em primeiro lugar porque mantém seu foco nas políticas de resultados econômicos mais relevantes, como o programa do Ministério do Desenvolvimento que tem ajudado o País a atingir a expressiva marca dos US\$120 bilhões na exportação de bens e de serviços. Essa admirável cifra é muito benéfica para o superávit do nosso comércio e crucial para a manutenção dos bons indicadores econômicos que estamos colhendo nos últimos anos.

A nenhum homem público escapa a certeza de que governar é fazer difíceis escolhas, tomadas de decisões, entre as tantas prioridades de um país continental como o nosso, sempre com o foco no interesse público.

Esse, em suma, é o papel da atividade política, uma relevante tarefa que vem sendo cumprida pelo Governo Federal. O próprio Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) reconhece o esforço do Planalto na estabilização da economia, esforço esse do qual resultou a progressiva baixa da taxa Selic, que atingiu, na última reunião do Copom, a inédita marca dos 14,5%.

Os detratores habituais do Governo, talvez, reclamem do valor, ainda elevado, da taxa Selic. No entanto, o patamar de 14,5% é realmente histórico, e a tendência de queda, verificável há meses, indica que palmilhemos o rumo certo. E mais: o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem dito e repetido que o interesse do Governo é ver declinar ainda mais os juros praticados no Brasil, porém com senso de responsabilidade, com a calma indefectível à ação dos que governam com bom senso, sentido do dever e da paciência.

Nunca é demais lembrar, a propósito, que o Presidente Lula, ao tomar posse no cargo que atualmente ocupa, herdou condições econômicas muito difíceis, sendo que a própria taxa selic já tangenciava escandalosos 30%. Para nossa alegria, já é possível afirmar que a tendência se reverteu por completo no atual governo, e que a nossa economia se encontra devidamente recuperada.

Senhoras e senhores, não há por que um país importante como o Brasil tema pelo seu futuro. Somos um país competitivo, pacífico, industrializado, com natural vocação para o comércio e com projeção cada

vez maior, tanto na América Latina quanto na política mundial. Por isso, não há por que essa admirável nação brasileira temer não atingir a posição de destaque mundial, que certamente haverá de alcançar no curso das próximas décadas.

Muito embora os incrédulos cultivem seu pessimismo habitual quanto às possibilidades de nosso progresso se converter em riqueza e bem-estar para todos os brasileiros, é interessante perceber que os cenários futuros delineados no exterior a respeito do Brasil, em regra, são amplamente positivos e tendem a demonstrar que, no prazo de uma ou duas gerações, nosso País fará boa figura entre as potências emergentes, como a China, a Índia, a Rússia e o México, que crescem a taxas aceleradas, o que lhes permitirá dominar, ao lado de outros países, os fluxos internacionais de comércio para o bem-estar das suas respectivas populações.

Para este ano de 2006, o Governo Federal planeja um crescimento econômico acima de 4%, índice bastante satisfatório, levando-se em conta o medíocre padrão de desenvolvimento que o Brasil apresentou ao longo dos últimos anos.

Cabe a nós, portanto, acreditar em nosso potencial e animar a nossa juventude e os demais cidadãos a prosseguir nos estudos, na prática de esportes, na crença no valor do trabalho, na prestação de serviços voluntários e na luta cidadã por um Brasil melhor para todos.

Nosso papel consiste, em suma, em manter acesa, em cada coração brasileiro, a chama da crença inabalável em nosso futuro comum, que será ainda mais feliz na medida em que realizamos nossos mais singelos atos, as ações que concretizam os ideais de justiça, de liberdade e de fraternidade social em todo o Brasil, um País tão generoso, tão jovem e ainda tão desigual.

É este o Brasil que, a duras penas, o Governo do Presidente Lula vem buscando construir com o auxílio das mulheres e dos homens bem-intencionados, que, afortunadamente, representam a imensa maioria do povo brasileiro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Já o concederei a V. Ex^a.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que li, com muita atenção, uma publicação que, creio, é do Heródoto Barbeiro. Chama-se **O Relatório da CIA: como será o mundo em 2020**.

Gostei muito da leitura. São cenários que se apresentam para o mundo, e o lugar dos países nesses novos cenários.

Há quatro grandes possibilidades: o mundo de Davos, a práxis americana, o novo califado e o ciclo do medo.

Nos dois primeiros cenários, a leitura aponta para uma globalização em que o mundo perderá um rosto mais americanizado e passará a ter um rosto mais asiático.

Chama a atenção também para o chamado Bric – Brasil, Rússia, Índia e China. São países que se podem dar as mãos e se tornar líderes incontestes de uma nova economia mundial.

Gostei muito da leitura e até tenho recomendado o livro a muitas pessoas. Creio que esse é um caminho para o qual o Brasil tem apontado, com um lugar diferenciado nos novos rumos do mundo, nas novas relações econômicas, nas novas relações geopolíticas.

Defendo muito isso, Sr. Presidente, porque uma das bases do meu estudo de geografia é o campo da geopolítica. Notamos que esse assunto, antes tratado muito mais dentro do Exército e das Forças Armadas, pois parecia ser voltado eminentemente para essa área, é, no dia-a-dia, de interesse geral.

Uma das condições que considero basilares para que o Brasil avance nesse rumo é exatamente a descentralização do conhecimento. Aí, vemos que o investimento feito no ensino superior, com a criação do Fundeb, pelo Congresso Nacional, é um cenário que apontará inevitavelmente para um Brasil diferenciado e muito mais, digamos assim, de vanguarda, na liderança mundial.

Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em primeiro lugar, congratulo-me com V. Ex^a pela defesa que faz ao Fundeb. V. Ex^a mostra que a tese do Senador Cristovam Buarque, com a qual lança as bases da sua campanha a Presidente da República, a educação, é uma tese correta. E V. Ex^a, então, passa a ser solidário com seu ex-Colega de Partido. Está de parabéns! Mas, Senador Sibá Machado, eu queria apenas chamar a atenção para um fato: esse discurso de euforia de V. Ex^a me lembra um pouco aquele discurso da época do milagre brasileiro. E vou lhe dizer por quê: se V. Ex^a conversar com um agricultor brasileiro, vai ver que a realidade vivida por ele é totalmente diferente. O agricultor que plantou grãos, a própria soja, com o dólar a R\$3,00 ou pouco mais que isso, está colhendo essa soja agora, Senador Tuma, com o dólar a R\$2,00. O óleo

diesel era R\$1,00; agora, vale R\$2,00. Então, V. Ex^a, que conhece o campo como ninguém – talvez seja, de todos nós, o que mais o conhece, nas suas entranhas –, sabe muito bem que o agricultor não está vivendo dias de euforia. O pessoal da borracha, que tem tanta importância na economia do Estado de V. Ex^a, também padece pelo preço do nosso dinheiro neste momento. Por outro lado, na pecuária, por negligência do atual Governo, vamos reconhecer, houve a crise da soja. E houve vários Estados cujos produtos foram proibidos à importação; países da Europa, da Ásia, enfim, países do mundo inteiro. De forma, meu caro Senador, que este não é um momento de euforia. Na Bahia, está havendo um problema gravíssimo com o cacau – e não vamos falar sobre isso, porque, parece-se que, além da própria crise, há um problema político que está sendo apurado. Não vamos tratar desse assunto aqui. Aliás, a única coisa do campo que apareceu nos últimos dois anos foi a invasão feita pelo Sr. Bruno Maranhão nas dependências da Câmara dos Deputados com dinheiro público, com financiamento do Governo para as suas ONGs. Mas eu queria só lembrar algo a V. Ex^a com relação à euforia do seu pronunciamento: o caso da Varig. Por negligência do Governo – inclusive, invoco o testemunho de Senadores até do seu Partido, como o de Paulo Paim, do Senador Saturnino, do Senador Simon. Por negligência, por omissão do Governo, a Varig chegou aonde chegou, desempregando 10 mil servidores diretos e 40 mil servidores indiretos, Senador Siba. Louvo a sua intenção. A sua intenção é sempre positiva em defender o Governo. Mas não podemos tapar o sol com a peneira. Este Governo foi um padrasto para a agricultura, foi um padrasto para a pecuária, foi um padrasto para o emprego neste País. O caso da Varig é um símbolo, Senador Sibá, de tudo isso que eu estou dizendo. Evidentemente que o Presidente Lula vai querer, agora, passar para o País a imagem, a idéia de que, no próximo governo, vai fazer o que não fez. É isso mesmo! Até no programa de televisão, hoje, a sua primeira aparição foi só de factóides, de meias verdades, mostrando e dando a entender ao País que teria realizado obras que, todos nós sabemos, não são verdadeiras; que teria tomado algumas medidas que não são concretas, que não são corretas. Louvo a intenção de V. Ex^a. Porém, entre o discurso e a prática, evidentemente, praticada pelo seu Partido, há uma diferença abisma. Muito obrigado!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

V. Ex^a chamou a atenção para um ponto sobre o qual eu gostaria de me expressar com muita clareza.

Também sou militante da questão agrária e procurei, inclusive, estudar um pouquinho o assunto. É claro que o Brasil sempre se pautou muito mais pela produção primária do que pela industrial. A industrial foi muito lentamente construída no Brasil. Eu até disse, em outras oportunidades, que, hoje, conheço dois Getúlio Vargas: aquele do primeiro momento, que foi um ditador, que cerceou direitos políticos etc., e aquele que aprendi a conhecer, um visionário que criou a Petrobras, a Companhia Vale do Rio Doce e que pensou em um Brasil muito mais à frente.

Mas a economia subsidiada no mundo é, hoje, cada vez mais decadente. Uma das grandes lutas do Ministro Celso Amorim e de todas as autoridades brasileiras que representam nosso País nas mesas de negociação, seja na OMC, no G-8 ou nos diversos organismos internacionais que tratam da questão, é o fim do subsídio, porque o Brasil caminha para ter cada vez menos subsídio. Deve-se permitir que o setor produtivo primário avance por ganhos de tecnologia, por produtividade, pela capacidade de redução de custos e assim por diante.

Quando V. Ex^a fala que houve um investimento com dólar mais alto e que, agora, na hora de vender o produto, o dólar está mais baixo, isso é uma verdade. Todos os insumos e todo o setor industrial estavam voltados para o campo, para a produção agrícola. É uma indústria que importa equipamentos e trabalha com dólar. Em um momento, o dólar era favorável, agora não é mais. Essa ambigüidade, infelizmente, não pode ser tratada por um decreto do Presidente, pois ele estaria indo contra aquilo que os nossos embaixadores dizem nas reuniões dos fóruns internacionais que dirimem os conflitos econômicos.

Então, é um problema? É. Mas o Brasil avançou muito em tecnologia? Avançou.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá, o Presidente Lula...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Um momento, deixe-me terminar meu pensamento.

Não há uma saída de emergência, a não ser no caso de uma estiagem, em que se procura atender a um assunto dessa natureza. A médio e a longo prazo, não temos uma saída de emergência, então, deve existir uma diversidade de oportunidades de negócios. Esse aspecto foi um dos grandes ganhos do Governo Lula, pois deixamos de ter um comércio quase unilateral com os Estados Unidos – e, no máximo, com a União Européia – e evoluímos para uma diversificação, o que equilibrou as exportações brasileiras.

No entanto, esse é um problema? É. Há um endividamento do setor? Há, mas o Governo apresenta algumas alternativas de mercado interno.

Portanto, a mistura do óleo *diesel* com o óleo vegetal, que é o *biodiesel* – agora, a Petrobras pretende usar o H-bio –, pode resolver o grave problema que envolve, agora, especificamente a soja.

Continuo acreditando que o caminho que o Brasil está trilhando está correto, embora não esteja respondendo à altura ao problema que V. Ex^a cita, que é verdadeiro. Houve endividamento do setor, porque comprou produtos com o dólar num determinado valor e, na hora de vender o seu produto, houve um problema de fluxo de caixa violento, mas continuo acreditando que as alternativas apontadas pelo Governo são necessárias para que possamos estabilizar, a médio e a longo prazo, o setor agrícola.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Fico muito feliz em ouvi-lo, porque o PT, hoje no Governo, sofre um pouco da “síndrome de Carmen Miranda”, como diz aquela música do Bando da Lua: “Confesso que voltei americanizado”. O PT, de repente, copia todos os maus e bons exemplos do modelo norte-americano, que tanto condenava. Mas tudo bem. O que me deixa estarecido, Senador Sibá, é V. Ex^a querer jogar tudo para o mercado, quando o Lula lá de trás defendia inclusive seguro de safra. V. Ex^a está sendo coerente, porque o Governo atual foi criminoso com os fumicultores brasileiros, quando quis forçar, no ano passado – V. Ex^a sabe bem do que estou falando –, a extinção do plantio do tabaco no Brasil. Não faço apologia ou defesa do fumo, todavia, esse foi um fato gravíssimo, pois, para atender a ONGs estrangeiras – aliás, Senador Tuma, devemos estudar a fundo a história dessas ONGs –, o Governo de V. Ex^a – digo isso com autoridade de quem foi Relator – quis acabar com o plantio de fumo no Brasil, desempregando milhares e milhares de trabalhadores brasileiros no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina, na Bahia, em Sergipe e em Alagoas. Isso tudo apenas para atender quem? O FMI e a ONU. Para ter direito a concorrer a um lugar no Conselho de Segurança da ONU. As ameaças que faziam de lá para cá eram todas nesse sentido e o Governo de V. Ex^a queria porque queria que este Congresso avalizasse esse crime que se ia praticar contra milhares e milhares de famílias brasileiras. É isso que me deixa estarecido. Eu queria fazer uma perguntar

a V. Ex^a. Gosto muito de dialogar com V. Ex^a, porque é um democrata. V. Ex^a fez uma revelação fantástica, que é essa admiração por Getúlio Vargas, o sonhador e o ditador. Qual dos dois V. Ex^a admirou mais: o sonhador ou o ditador?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É claro que o sonhador. O brasileiro estrategista, o pensador do futuro, só esse.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a sabe que o seu Partido adora a “siamesia” do ditador e do sonhador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Durante toda a década de 80, não nego, estudávamos isso. Getúlio Vargas foi-nos apresentado, à juventude que, à época, estudava História do Brasil, como um ditador que cerceou o direito sindical, a liberdade de organização e tantas outras coisas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a fale baixo porque a origem do Senador Saturnino é essa. Não fale mal do trabalhismo dentro do seu Partido porque é a origem do Senador Saturnino.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, não estou falando mal de ninguém. Estou me referindo a uma interpretação que eu tinha.

Volto ao assunto da economia para dizer que o Governo Lula tem investido pesadamente no setor da agricultura.

Olhem, não são poucos os investimentos. Eu participei com a Contag, o MST e as organizações camponesas brasileiras de manifestações públicas durante muitos anos – desde 1992 –, reivindicando mais crédito agrícola, mais investimento no Plano Safra, em tecnologia, em assistência técnica e em tantas outras coisas. Certa vez, estivemos em Brasília e conseguimos, numa das melhores negociações com o Governo Fernando Henrique, R\$2,5 bilhões. Hoje, há investimentos de mais de R\$9 bilhões. É por isso que o Grito da Terra arrefeceu, ou seja, porque há investimento chegando.

Quanto à programação da eletrificação rural, não quero tirar o mérito da criação do programa, que nasceu com o Luz no Campo. Aquela foi uma idéia? Foi, mas houve um avanço. Defendo que cada Governo avance no tamanho do programa, com os beneficiários, e na sua qualidade. Antes, os beneficiários do Luz no Campo tinham que pagar pela luz que entrava na sua casa e o programa não conseguiu chegar a tantos lugares quanto agora. Além disso, essa despesa do beneficiário passou a ser do Tesouro Nacional.

Sr. Presidente, na abertura do programa eleitoral gratuito de televisão, fiquei feliz, mais uma vez, por ver

que o Presidente Lula fez uma belíssima prestação de contas de seu trabalho à frente do País. Espero que continue sendo assim. Com certeza, em um segundo mandato será ainda melhor a vida para todos os brasileiros.

Muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 916, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, seja consignado nos Anais do Senado Voto de Aplauso à população do Município de Jaú, Estado de São Paulo, na pessoa do Senhor Prefeito Municipal, Sr. João Sanzovo Neto, e do Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Carlos Borgo, pelo 153º aniversário de fundação daquela cidade que transcorre hoje.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Os Srs. Senadores Marcos Guerra, Arthur Virgílio, Juvêncio da Fonseca, João Batista Motta e Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador atuante e dinâmico, Gerson Camata, a quem tenho a honra de substituir nesta Casa, vem demonstrando, à frente da Secretaria de Desenvolvimento de Infra-Estrutura e dos Transportes do Espírito Santo, o mesmo espírito empreendedor que marcou toda sua carreira política.

A eficiência administrativa demonstrada por Camata no tempo em que governou o Estado continua a pautar suas ações como Secretário. Colatina, minha cidade natal, deve à rapidez com que ele agiu aqui em Brasília a solução de um problema que comprometia a malha viária urbana do Município.

Em audiência com o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, Gerson Camata obteve dispensa de licitação para contratação emergencial de empresa para a construção de uma ponte sobre o rio Pancas,

com prazo de conclusão em quatro meses. Trata-se de uma obra indispensável, antiga reivindicação dos colatinenses, para resolver definitivamente o problema do tráfego de veículos que transportam cargas pesadas – e que hoje transitam pela área urbana da cidade.

A pavimentação do acesso ao Terminal Rodoviário de Cargas de Colatina, com dois quilômetros e meio de extensão, e o início do asfaltamento da rodovia ES-248, que vai encurtar em quase 44 quilômetros o trajeto entre Linhares e Colatina, são outras realizações da Secretaria ocupada por Camata que beneficiam a região Norte capixaba, onde está situado o município.

Durante os poucos meses de sua gestão como integrante da equipe do Governador Paulo Hartung, Gerson Camata reafirmou sua vocação de autêntico homem público persistente, determinado e dotado de visão ampla, aquele que passa do pensamento à ação e faz com que as coisas aconteçam. Podemos ter a certeza de contar com sua atuação permanente em defesa dos interesses do Espírito Santo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar o artigo intitulado “Contraconstitucionalidade”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, de 29 de julho do corrente.

O autor do artigo, o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, faz uso do pensamento do politólogo e historiador argentino Natálio Botana sobre a questão da contraconstitucionalidade, a tendência do Poder Executivo de querer ter a hegemonia sobre o Legislativo. Para César Maia, as reflexões de Botana sobre o comportamento político do atual governo argentino se adaptam à realidade brasileira. Para ele, “Quando se pratica sinceramente o pluralismo político de partidos, o modelo que prevalece não é o de cooptação, mas o de oposição competitiva e até, em certos casos, o de coalizão de governo”. Este raciocínio coincide com a crítica do quadro brasileiro, onde o governo do PT, que não tem mais nenhuma identidade partidária, se encaixa perfeitamente na prática da contraconstitucionalidade.

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Contraconstitucionalidade

CESAR MAIA

POLITÓLOGO E historiador argentino Natálio Botana é, provavelmente, o intelectual latino-americano com maior capacidade de articular a instância teórica com a conjuntura. Ele tem a oportunidade de fazê-lo quinzenalmente, nas páginas do "La Nación".

Em artigo publicado semanas atrás, Botana introduzia a idéia de contraconstitucionalidade, ou seja, a tendência do Poder Executivo querer ter a hegemonia sobre o Legislativo. E vê isso como uma deformação continental. Nesse mesmo artigo, ele falava do "paradoxo do sucesso", isto é, ao contrário de outras regiões, na América Latina o sucesso econômico de um governo o torna mais autoritário.

No dia 1º de junho, Botana deu sequência a essa análise embasando-se no comportamento político do governo Kirchner. Mas suas reflexões se adaptam tanto à realidade brasileira, que o melhor seria reproduzir o artigo inteiro. Vou tentar resumir-lo, buscando ser o mais fiel possível.

Botana diz que a pluralidade é um fato social e não pode se confundir com pluralismo político, que é uma arte difícil de executar. As sociedades que foram capazes de converter pluralidade em pluralismo político, diz ele, acertaram no alvo do bom governo republicano.

Nelas, interatuam dois ou mais partidos no marco de uma Constituição e um conjunto de regras fielmente acatadas por governantes e governados, acrescenta. Caso contrário, há um quadro de permanente confrontação.

A contraconstitucionalidade tem como primeira característica a cooptação de antigos adversários para fundi-los em um novo movimento. A segunda é o debilitamento constante dos partidos políticos. O caso brasileiro introduz uma novidade, que é o Poder Executivo debilitando seu próprio partido, para que o presidente não seja afetado em sua popularidade. A terceira é a pretensão de impor o exercício da democracia baseado em maiorias dominantes e não em maiorias limitadas.

O método de cooptação — cuja modalidade brasileira no governo do PT-Lula foi o mensalão — é típico dos grandes movimentos populistas envolventes e inclusivos, afirma Botana. Segundo o autor, é possível detectar nesses movimentos um centro de gravitação encarnado no rol hegemô-

Quando há o pluralismo político de partidos, o que prevalece não é a cooptação, mas a oposição competitiva e até governos de coalizão

nico do Poder Executivo, que atrai outros setores partidários, estes em busca de proteção e recompensas.

Nessas operações, a nítida diferença entre os que estão dentro do "movimento" e os que ficaram de fora é decisiva. O chefe do "movimento" é quem traça a linha de demarcação. Segundo Botana, essa relação amigo-inimigo pode chegar ao extremo de uma perseguição por parte de quem está no poder contra a oposição.

Quando se pratica sinceramente o pluralismo político de partidos, o modelo que prevalece não é o de cooptação, mas o de oposição competitiva e até, em certos casos, o de coalizão de governo. Esse estilo requer a preservação da identidade partidária, avalia, coincidindo com a crítica do quadro brasileiro, onde o PT não tem mais nenhuma identidade política.

E, como se estivesse tratando das tentativas de cooptação de setores do PMDB, ele conclui: não há democracia sem regra de maioria, mas tampouco há democracia se esta maioria, em lugar de atuar dentro das margens do pluralismo político, tende a dividir os partidos, incorporando no seio de

seu movimento parcelas dos mesmos para se transformar em maioria dominante. Essa concepção movimentista e hegemônica tem complicado nossa história política, diz ele.

Pode-se dizer o mesmo para o Brasil. Botana termina o artigo afirmando que esses postulados acerca do reconhecimento do adversário em sua diversidade, riqueza e capacidade para exercer alternativamente o poder não são simples de coordenar.

Se tomarmos a América do Sul como um todo, as idéias de Botana servem muito mais para entender essa lógica do que o populismo tradicional. A busca de redefinir as regras constitucionais num momento de popularidade, convocando uma Assembléia Constituinte — como o fez Chávez e o faz Morales —, trata apenas de garantir a hegemonia do Executivo sobre o Legislativo e, como movimento, a perpetuação no poder, com um verniz legal a um golpe branco.

O enquadramento do governo Lula — antes pelo mensalão e, depois, pela criação de um movimento informal dependente da popularidade do chefe para incorporar segmentos de outros partidos (metade dos diretórios do PP no Brasil estão com Lula etc.) — sob o véu do uso abusivo das medidas provisórias vai caracterizando esse quadro de contraconstitucionalidade.

Se essa análise serve para a Argentina de hoje, ela serve também para o Brasil de hoje, mesmo que observadas as diferenças.

CESAR MAIA, 51, economista, é prefeito do Rio de Janeiro pelo PFL.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para, neste momento, fazer um registro importante de um trabalho que está sendo feito em Manaus e que merece toda a minha consideração, pois apresenta resultados importantes na abertura de portas para o mercado de trabalho e no aumento da renda familiar de centenas de pessoas.

Faço referência ao trabalho realizado pelo Centro de Formação Pastoral e Social (Cefopas), da área missionária da Ponta Negra, e que é dirigido pelo padre José Luiz Tomio. O Centro atende moradores de 12 comunidades localizadas nos bairros Santo Agostinho, Lírio do Vale 1 e 2 e Nova Esperança, além dos conjuntos residenciais Augusto Montenegro e Cofasa. O Cefopas conta com parcerias que possibilitam a realização de diversos cursos como os de artesanato, pintura, corte e costura que, muitas vezes, representam a única maneira de pessoas desempregadas retornarem ao mercado de trabalho e deixarem de freqüentar as filias de agências de empregos e recursos humanos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Vantagem de Lula cai; vitória no 1º turno é incerta”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 14 de julho do corrente.

A matéria destaca que, segundo pesquisa feita pelo Instituto Vox Populi, “A vantagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o candidato Geraldo Alckmin (PSDB) caiu de 13 para 10 pontos percentuais em menos de duas semanas”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PARTIDOS

Vantagem de Lula cai; vitória no 1º turno é incerta

Diferença entre índice do presidente e a soma dos demais candidatos está na margem de erro

**Silvia Amorim
Carlos Marchi**

A vantagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o candidato Geraldo Alckmin (PSDB) caiu de 13 para 10 pontos percentuais em menos de duas semanas, segundo pesquisa feita pelo Instituto Vox Populi para a revista *CartaCapital*, divulgada ontem pela Rede Bandeirantes. Lula aparece com 42% das intenções de voto e Alckmin, com 32%.

Esses números não asseguram a vitória de Lula no primei-

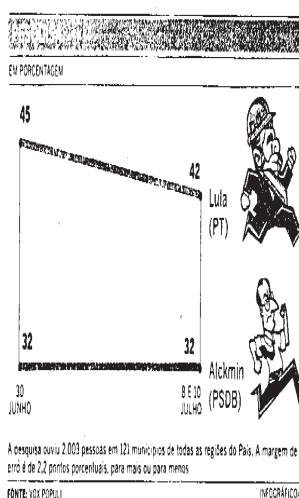
ro turno, já que a diferença entre o índice do presidente e a soma dos demais candidatos é de 2 pontos percentuais, inferior, portanto, à margem de erro, de 2,2 pontos.

Na rodada anterior da pesquisa, anunciada há 13 dias, Lula aparecia com 45% e Alckmin, com os mesmos 32% computados na nova apuração. A diferença a favor de Lula, então, era de 13 pontos percentuais na simulação de primeiro turno e agora caiu 3 pontos. Na pesquisa divulgada ontem, a candidata Heloisa Helena (PSOL)

conquistou 7% e Cristovam Buarque (PDT), 1%. Os demais candidatos não pontuaram.

A pesquisa Vox Populi foi a primeira do instituto desde a formalização das candidaturas à Presidência da República. Ela confirmou a tendência de redução da diferença entre os dois principais candidatos já indicada pela pesquisa CNT/Sensus que foi divulgada antecorrem.

As duas pesquisas, no entanto, apontaram evoluções diferentes. Na pesquisa Sensus, Lula apareceu em situação de estabilidade em relação à apuração



anterior e Alckmin cresceu quase 7 pontos percentuais; já na Vox Populi, Lula caiu 3 pontos, acima, portanto, da margem de erro, enquanto Alckmin manteve a pontuação anterior.

Apesar de usarem metodologias diferentes - o que tecnicamente impede comparações entre elas -, as duas pesquisas apontaram números diversos para o distanciamento que separa os dois principais candidatos na simulação de primeiro turno. Na Sensus, Lula apresentou uma dianteira de 16,9 pontos, bem superior aos 10 pontos agora anotados pela Vox Populi.

A pesquisa Vox Populi para a revista *CartaCapital* ouviu 2.008 eleitores em 121 municípios de todas as regiões do País, entre os dias 8 e 10 deste mês. ●

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Crise no campo leva produtor rural a fazer campanha contra Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 17 de julho do corrente.

A matéria destaca que, prejudicado pela perda de R\$ 30 bilhões em renda nos últimos dois anos, o setor agropecuário não irá apoiar a reeleição do Presidente Lula. Ainda segundo a matéria, o Governo não

fez nada pelo setor e ignorou a crise que atingiu em cheio a produção agrícola.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Crise no campo leva produtor rural a fazer campanha contra Lula

Reeleição não deve ter apoio do setor agropecuário, apesar de pacotes de ajuda e promessa de R\$ 60 bi para safra

Fabiola Salvador
BRASÍLIA

Além de perder espaço junto ao eleitor de classe média, a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfrenta agora o crescimento da resistência em outro importante setor: o da produção rural. Dois pacotes de apoio ao setor agrícola só neste ano e a promessa de liberar R\$ 60 bilhões para a safra que começa a ser cultivada nos próximos meses não foram suficientes para agradar aos agricultores e os levar a apoiar a reeleição. Lideranças do setor têm desaconselhado o voto no candidato petista.

Prejudicado pela perda de R\$ 30 bilhões em renda nos últimos dois anos, o setor agrícola que nunca foi fá de carteirinha do PT devido às ligações do partido como Movimento dos Sem-Terra (MST) e outras organizações sociais – está muito descon-

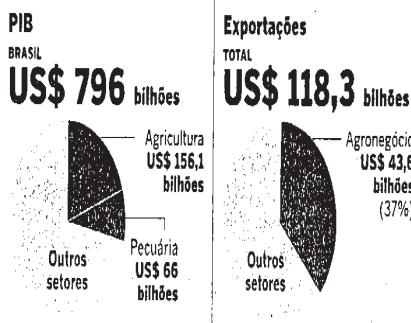
tente com a situação do agronegócio e, por extensão, com o governo.

Alegando questões éticas, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que congrega as federações estaduais, não orienta os produtores a votar ou não em determinado candidato. Mas outras lideranças rurais não sentem o mesmo impedimento de se pronunciar publicamente. “O setor rural vai virar as costas para o governo Lula”, disse, por exemplo, João Roberto Pulitti, da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais. “Se um governo foi bom para o setor, ele terá apoio. Caso contrário, é melhor mudar”, afirmou. Na opinião dele, o campo vai cobrar a conta do governo na eleição. “O setor rural não está satisfeito. Ninguém está satisfeito.”

A deputada Kátia Abreu (PFL-TO), que é candidata ao Senado e tem ligações com o se-

AGROPECUÁRIO

Participação do setor agropecuário na economia



Emprego 37% dos empregos gerados no País foram ofertados pelo setor

FONTE: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

INFORMÁTICA

tor rural, acredita que os produtores já escolheram seu candidato. “Os grandes produtores vão votar contra Lula”, afirmou. “E eles ainda vão trabalhar para que produtores de outros portes não votem nele. O governo não fez nada pelo setor

agrícola. Muita coisa foi anunciada, mas pouca coisa foi feita”, disse a deputada, cujo partido integra a chapa do tucano Geraldo Alckmin.

Coincidência ou não, a intenção de votar em Lula é menor na região Sul, um dos principais

centros de produção agrícola do País. Na última pesquisa Datafolha, realizada em 28 e 29 de junho, Alckmin aparecia à frente nessa região, com 37% contra 30% de Lula, no primeiro turno. No segundo turno também há vantagem para o tucano – 52% a 34%.

Para lideranças rurais, o governo ignorou a crise que atingiu em cheio a produção agrícola, apesar dos apelos do ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. João Roberto Pulitti acredita que agora é a hora de dar uma “resposta”.

Um dos indicadores da crise é que, pela primeira vez em sete anos, a balança comercial do agronegócio cairá em 2006 na comparação com o ano anterior. A CNA estimou que o superávit será de US\$ 37 bilhões neste ano – queda de 3,7% na comparação com os US\$ 38,4 bilhões do ano anterior.

“O governo precisa do produ-

tor, mas não se sensibiliza com a nossa situação”, disse Pulitti. De olho na insatisfação do campo, Geraldo Alckmin tenta se aproximar do setor agropecuário. Um dos interlocutores de Alckmin junto a lideranças rurais é o deputado Leonardo Vilela (PSDB-GO), ligado à bancada ruralista da Câmara. Ajuda a ampliar o diálogo João Carlos Meirelles, ex-secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo e um dos coordenadores da campanha tucana.

Mas, em matéria de gestão, não existe nada parecido com um fosso conceitual entre Lula e Alckmin. Tanto que os dois já estiveram envolvidos em uma disputa para ter Roberto Rodrigues como auxiliar. Após ser eleito governador em 2002, o tucano convidou Rodrigues para ser seu secretário, mas ele não aceitou o convite porque já havia se comprometido a ser ministro de Lula. ●

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Lula libera R\$ 1,9 bi de convênios em 2 dias”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 4 de julho do corrente.

A matéria destaca que, em apenas dois dias, o Governo do Presidente Lula autorizou R\$1,9 bilhão de novos investimentos por meio de convênios com Estados e Municípios. Com a medida, o Governo do Presidente Lula pretende, obviamente, antecipar dividendos eleitorais, de olho na campanha presidencial

deste ano, uma vez que muitos desses investimentos não se realizarão e outros não serão pagos.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula libera R\$ 1,9 bi de convênios em 2 dias

Muitos projetos foram assinados na véspera do prazo final fixado em lei

Sérgio Gobetti
BRASÍLIA

Em apenas dois dias, entre quinta e sexta-feira, o governo federal autorizou R\$ 1,9 bilhão de novos investimentos, a maioria por convênios com Estados e municípios, proibidos pela Lei Eleitoral de receber novos recursos a partir de 1º de julho. Na soma do ano, a expectativa de investimentos gerada pelas autorizações já chega a R\$ 7,91 bilhões – valor 84% superior, em termos reais, ao do primeiro semestre de 2002, no último ano de mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

“Para quem pensava que em época de Copa do Mundo o ritmo na Esplanada dos Ministérios diminuiria, a semana passada surpreendeu. O corre-corre nos ministérios e no Congresso foi intenso”, constatam os pesquisadores da organização não-governamental (ONG) Contas Abertas, responsável pelo levantamento dos dados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

A edição extra do *Diário Oficial* da União dá sexta-feira, só publicada no sábado, é um retrato da avalanche de recursos que o governo federal está prometendo entregar a prefeitos e governadores. Centenas de convênios foram assinados no final da semana passada, no limiar do prazo final previsto pela lei.

Embora autorizados agora e inseridos na contabilidade de investimentos de 2006, a maioria desses investimentos não será realizada neste ano. Isso porque as prefeituras ainda precisam preparar as licitações e contratar os serviços.

O repasse efetivo dos recursos só ocorrerá quando a obra ou serviço já tiver sido executado. Mas os dividendos eleitorais são antecipados.

Na maioria dos pequenos municípios do País, para onde es-

Investimento de 2006 tem reserva 84% maior do que o de FHC em 2002

ses recursos são pulverizados, o simples anúncio de uma obra serve para arrebatar votos não só para os governantes que concorrem à reeleição como também para os parlamentares responsáveis pela elaboração das emendas ao Orçamento-Geral da União que originaram esses investimentos.

Na prática, entretanto, muitos desses investimentos não se

Perillo diz que presidente sabia do mensalão

O ex-governador de Goiás Marconi Perillo (PSDB) disse ontem à Polícia Federal que o presidente Lula sabia do mensalão. O depoimento foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no inquérito em que 40 parlamentares e autoridades da gestão petista são denunciadas por corrupção, uso de caixa 2 e formação de quadrilha. “Eu o avisei”, afirmou ele, ao responder sobre se Lula sabia.

No depoimento, de cerca de duas horas, Perillo reafirmou a declaração, dada por escrito ao Conselho de Ética da Câmara, segundo a qual o deputado Sandro Mabel (PL-GO) teria oferecido à deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) mesada de R\$ 30 mil e bônus de R\$ 1 milhão para que ela deixasse o partido e entrasse na base do governo. Raquel confirmou. Mabel negou e foi absolvido.

Mas Perillo insistiu que não só Raquel, mas outros parlamentares foram alvo de tentativa de suborno, sem dar nomes. As declarações são contestadas com outros depoimentos, para que o Ministério Público decida se inclui Lula ou se o mantém livre da denúncia. ● VANDERLEI MENDES

realizam e outros não são pagos. As estatísticas oficiais mostram que o risco de o investimento não ser pago cresce quando o candidato da situação – no caso atual, o presidente Lula – não se elege. Isso ocorreu em 2003, com o próprio Lula, que herdou uma série de investimentos autorizados em 2002 por FHC e acabou não honrando o pagamento de parte deles.

A discrepância entre as promessas de investimento e o que é efetivamente realizado pode ser verificada no Siafi. Enquanto o volume de empenhos no primeiro semestre deste ano é 84% superior ao de 2002, o de pagamentos (incluindo restos a pagar) é 12% inferior.

Ou seja, o governo acelerou o ritmo dos empenhos, por causa das eleições, mas mantém os pagamentos sob controle. Enquanto os empenhos somam R\$ 7,9 bilhões, os pagamentos não passam de R\$ 5,1 bilhões. ●

COLABOROU RIBAMAR OLIVEIRA

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 08 minutos.)

Ata da 134ª Sessão Não Deliberativa, em 16 de agosto de 2006

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Efraim Morais, João Alberto Souza, Edison Lobão, da Sra. Lúcia Vânia, e dos Srs. Sérgio Zambiasi e Sibá Machado

(Inicia-se a sessão as 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, como Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar quero comunicar aos senhores que recebi, na data de hoje, a documentação procedente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Ambulâncias, onde estão citados os nomes de três Srs. Senadores.

Esta Presidência, de imediato, está notificando esses Parlamentares para, no prazo de três dias, apresentarem a defesa prévia.

Recebida a defesa prévia, se for o caso, designarei Relator para cada uma delas, de forma que, de acordo com o Regimento do Conselho, a partir daí, ou seja, a partir dessa designação, no prazo de 30 dias, os procedimentos deverão estar concluídos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 371, DE 2006

(Nº 1.600/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Firminópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária a cidade de Firminópolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 727, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Firminópolis a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 10 de agosto de 2006.

– **Aldo Rebelo**, Presidente.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, a Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 379, de 31 de julho de 2000

– Associação de Radiodifusão Comunitária Entre Rios FM, na cidade de Entre Rios-BA;

2 – Portaria nº 605, de 24 de outubro de 2001

– Associação de Desenvolvimento Educativo Cultural Ambiental de São Gabriel do Oeste, na cidade de São Gabriel do Oeste-MS;

3 – Portaria nº 610, de 24 de outubro de 2001

– Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente de Aramina, na cidade de Aramina-SP;

4 – Portaria nº 658, de 14 de novembro de 2001

– Associação Comunitária do Carmo, na cidade de Ituverava-SP;

5 – Portaria nº 720, de 26 de novembro de 2001

– Associação Progressista de Radiodifusão

Comunitária Sonora de Igarapé do Meio, na cidade de Igarapé do Meio-MA;

6 – Portaria nº 721, de 26 de novembro de 2001 – Associação Alvorada, na cidade de Vila Rica-MT;

7 – Portaria nº 725, de 26 de novembro de 2001 – Associação Comunitária Favo de Mel – AS-COMFAV, na cidade de Fátima do Sul-MS;

8 – Portaria nº 727, de 26 de novembro de 2001 – Associação Comunitária de Firminópolis, na cidade de Firminópolis-GO;

9 – Portaria nº 728, de 26 de novembro de 2001 – Associação de Comunicação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Jardim Alvorada – Ascodecal, na cidade de Maringá-PR; e

10 – Portaria nº 730, de 26 de novembro de 2001 – Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Entretenimento de Serrana, na cidade de Serrana-SP.

Brasília, 20 de fevereiro de 2002.

MC 18 EM

Brasília, 2 de janeiro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Firminópolis, na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53670.000164/88, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 727 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998 e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53670.000164/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Firminópolis, com sede na Avenida Rui Barbosa, nº 976 – Centro, na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 16º35'22”S e longitude em 50º18'34”W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

RELATÓRIO N° 396/2001-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.670.000.164/99, de 14-5-99.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Firminópolis, localidade de Firminópolis, Estado de Goiás.

I – Introdução

1. Associação Comunitária de Firminópolis, inscrita no CGC sob o número 03.121.676/0001-21, no Estado de Goiás, com sede na Av. Rui Barbosa, 976, Centro, Cidade de Firminópolis, GO, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 4 de maio de 1999, subscritos pelo representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no Diário Oficial da União – DOU, de 9 de abril de 2001, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “A designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão

Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 02/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 02/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 à 638, dos autos

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

III – Relatório

• informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1Km, com centro localizado na Av. Rui Barbosa, 976, Centro, Cidade de Firminópolis, Estado de

Goiás, de coordenadas geográficas em 16°35'22"S de latitude e 50°18'34"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no DOU, de 9-4-2001, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que os cálculos inicialmente efetuados estão corretos e que, por conseguinte, as coordenadas geográficas indicadas devem ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 591, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom".

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação do subitem 6.7, II e bem como do subitem 6.11, (Projeto Técnico), da Norma 02/98. (fls. 594 e 630).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 617, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor, antena e torre e linha de transmissor), com indicação da potência efetiva irradiante e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de instalação da antena e de irradiação, com indicação de características elétricas da antena.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 627 e 628.

15. É o relatório.

IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– Nome

Associação Comunitária de Firminópolis

– Quadro Diretivo

Presidente: José Dantas Dias Sobrinho

Vice-Presidente: Edson José Vieira

Secretário: Aricione Maria Siqueira

Tesoureiro: Osvaldo Dias Ferreira

– Localização do Transmissor, Sistema Irradiante e Estúdio

Av. Rui Barbosa, 976, Centro, Cidade de Firminópolis, Estado de Goiás,

– Coordenadas Geográficas

16°35'22"S de latitude e 50°18'34"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 617 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fls. 627 e 628, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Firminópolis, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.670.000.164/99, de 14 de maio de 1999.

Brasília, 6 de novembro de 2001. – Relator da conclusão Jurídica – Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão

Brasília, 7 de Novembro de 2001. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Coordenador Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Aprovo o Relatório nº 396/2001/DOSR/SSR/MC.

Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 8 de novembro de 2001. – **Antônio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviços de Radiodifusão, Interino.

(À Comissão de Justiça e Cidadania)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 372, DE 2006**

(Nº 2.102/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.644, de 28 de novembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 10 de agosto de 2006.

– **Aldo Rebelo**, Presidente.

MENSAGEM Nº 818, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 2.644, de 28 de novembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.

Brasília, 4 de novembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC 299 EM

Brasília, 1º de dezembro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 5300.000848/2002, de interesse da Fundação Quilombo, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente, **Helio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 2.644, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de sua atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.000848/2002, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Quilombo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

ATA DE REUNIÃO DE ELEIÇÃO E POSSE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO INTERNA DA FUNDAÇÃO QUILOMBO

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de agosto de 2003 (dois mil e três), às 19:00 horas, em sua sede, localizada na Avenida Dr. Antônio Gouveia, 413, Sala 05, Pajuçara, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, reuniram-se os membros dos Conselhos de Curadores e Fiscal, e também os Diretoria Executiva da Fundação: os Srs. José Geraldo Barbosa Santiago, Genival Pereira Alves, Mário Lins Broad Neto, Vanderlei Vieira, Gilvan Santos, Esdras Silva Tenório de Lima e as Sr.^{as} Meiriele Ferreira de Souza, Niedja Falcão Broad e Maria Betânia Botelho Alves. Verificando a existência de número legal de conselheiros, a Sr.^a Presidenta abriu a sessão dando boas-vindas a todos os presentes e solicitando ao Sr. Claydson Duarte Silva de Moura, para que assumisse a função de ser o Secretário “ad hoc”, a fim de secretariar os trabalhos em pauta, e que procedesse com a leitura do Edital de Convocação, publicada em jornal de circulação do Estado, Tribuna de Alagoas, edição do dia 16 (dezesesseis) do corrente mês e ano, assim redigido: “Edital de Convocação. A Presidenta da Fundação Quilombo, no uso de suas atribuições convoca o Conselho de Curadores para uma reunião a ser realizada do dia 29 de agosto de 2003, às 19:00 horas, em sua sede localizada na Avenida Dr. Antônio Gouveia, 413, sala 05, Pajuçara., nesta capital, para a eleição e posse da nova diretoria na gestão de 2003 – 2006”. Dando continuidade a Sr.^a Presidenta disse que a finalidade da reunião era eleger os membros dos Conselhos de Curadores e Fiscal, como também os da Diretoria Executiva para o triênio 2003 – 2006. Em seguida, foi aberta a votação do Conselho de Curadores, depois da Diretoria e, por fim, do Conselho Fiscal. Elegeu-se por unanimidade a nova Diretoria e também, os novos representantes do Conselho de Curadores e do Conselho Fiscal para o triênio (2003-2006), foram eleitos: CONSELHO DE CURADORES – José Geraldo Barbosa Santiago, Niedja Falcão Broad, Vanderlei Vieira, Genival Pereira Alves e César Augusto Cosme Martins; DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente – Mário Lins Broad Neto, Diretor Técnico – Claydson Duarte Silva de Moura e Diretor Administrativo-Financeiro – Luiz Carlos da Silva; CONSELHO FISCAL – Esdras Silva Tenório de Lima, Gilvan Santos e Meiriele Ferreira de Souza; SUPLENTE – Júlia Maria da Silva, Gilvanete Costa de Melo e Neide Albino da Silva. Após a eleição, foi dada posse, imediatamente, aos eleitos. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados às 21:00 (vinte e uma) horas pelo Sr. Presidente, e eu, Claydson Duarte Silva de Moura, Secretário “ad hoc”, secretariei e lavrei a presente Ata, e vai por mim assinada e pelos membros eleitos do Conselho de Curadores, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva. Maceió, 29 de agosto de 2003.

Conselho de Curadores:

1. José Geraldo Barbosa Santiago
2. Niedja Falcão Broad
3. Vanderlei Vieira
4. Genivaldo Pereira Alves

CERTIFICO que a presente cópia fotostática é de igual teor ao original exibido, do que dou fé.

Maceió
AL 09 JAN. 2004

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
 Celso Serménio Pontes de Miranda
 Tabelação
 Mariana Pontes de Miranda L. de Farias
 Tabelação Substituto
 Edilma Ramalho
 Escrevente

Bel. Luiz Paes Fonseca de Machado
 4º TABELIAO PUBLICO E OFICIAL DE
 REGISTRO DE TITULOS
 DOCUMENTOS E OUTROS PAPEIS
 Rua Tiburcio Viana, nº 1011/103
 Maceió - Alagoas
 Substituto

[Handwritten signatures and notes, including "bif-5-18" and "Comunicação"]

César Augusto Cosme Martins
César Augusto Cosme Martins

Diretoria Executiva:

Presidente: *Mário Lins Broad Neto*
Mário Lins Broad Neto

Diretor Técnico: *Claydson Duarte Silva de Moura*
Claydson Duarte Silva de Moura

Diretor Financeiro: *Luiz Carlos da Silva*
Luiz Carlos da Silva

Conselho Fiscal:

Titulares:

- 1. *Esdras Silva Tenório de Lima*
Esdras Silva Tenório de Lima
- 2. *Gilvan Santos*
Gilvan Santos
- 3. *Meiriele Ferreira de Souza*
Meiriele Ferreira de Souza

Suplentes:

- Júlia Maria da Silva*
Júlia Maria da Silva
- Gilvanete Costa de Melo*
Gilvanete Costa de Melo
- Neide Albino da Silva*
Neide Albino da Silva

1º
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS DE MACEIÓ-AL
 Rua Tibúrcio Valeriano, 101/105 - Centro - Cep: 57020-200, Maceió-AL
 Fone: (082) 221-1725 / FoneFax: (082) 223-3568
OFICIAL: LUMAR FONSECA DE MACHADO
SUBSTITUTO: LUIZ PAES FONSECA DE MACHADO

ESPANTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO SOB Nº. 3910

5 JAN 2004

MACEIÓ - AL

1. SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL - MACEIÓ
 Rua Dr. Luiz Pontes de Miranda, N. 42
 Centro - Maceió - Alagoas
 RECONHECO por semelhança 0002 (firma(s)) de:
 CLAYDSON DUARTE SILVA DE MOURA E MARIO
 LINS BROAD NETO*****
 MACEIÓ, 105 DE JANEIRO DE 2004
 EM TESTEMUNHO DA VERDADE,
(Assinatura)
 CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA
 - Tabelião Vitalício -
 MARIANA PONTES DE MIRANDA L. DE FARIAS
 - Escrevente Substituta -
 EDILNA RAMALHO
 - Escrevente Autorizada -
 Carimbo: 232057 Operador: *(Assinatura)*

Bel. Luiz Paes Fonseca de Machado
 4º TABELIAO PUBLICO E OFICIAL DE
 REGISTRO DE TITULOS
 DOCUMENTOS E OUTROS PAPEIS
 Rua Tibúrcio Valeriano, 101/105
 Maceió - Alagoas
 Substituto

(Assinatura)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 373, DE 2006**

(Nº 2.148/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 213, de 28 de abril de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 10 de agosto de 2006.

– **Aldo Rebelo**, Presidente.

MENSAGEM Nº 357, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 79, de 21 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Engenheiro Navarro – MG, na cidade de Engenheiro Navarro – MG;

2 – Portaria nº 150, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação da Região Norte, na cidade de Belo Horizonte – MG;

3 – Portaria nº 151, de 16 de abril de 2004, alterada pela de nº 179, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira – ASCOBEM, no Município de Belo Horizonte – MG;

4 – Portaria nº 184, de 16 de abril de 2004 – Associação Movimento Comunitário Rádio Rodovia FM, na cidade de Taquarivaí – SP;

5 – Portaria nº 213, de 28 de abril de 2004 – Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, no Município de Coronel Murta – MG;

6 – Portaria nº 295, de 28 de julho de 2004 – Associação Comunitária e Cultural Modelo – ACCM, no Município de Castanhal – PA; e

7 – Portaria nº 377, de 11 de outubro de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jucurutu/RN, no Município de Jucurutu – RN.

Brasília, 14 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC 178 EM

Brasília, 26 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, no Município de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53710.000948/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira**.

PORTARIA Nº 213 DE 28 DE ABRIL DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro

de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000948/98 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 542 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, com sede na Praça Dom Serafim, s/nº – Centro, no Município de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 16º37'08"S e longitude em 42º10'55"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO Nº 105/2004/RADCOM/DOS/SSCE/ MC – LHMB

Referência: Processo nº 53.710.000.948/98, protocolizado em 3 de setembro de 1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, localidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense inscrita no CNPJ sob o número 02.559.556/0001-48 no Estado de Minas Gerais com sede na Praça Dom Serafim, s/nº – centro, cidade de Coronel Murta, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 28 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou do seu pleito nos termos do aviso de habilitação publicado no Diário Oficial da União de 5 de novembro de 1998, que contempla a localidade

onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento á citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução o presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Avenida Vereda, nº95 – Bairro: Maria da Glória na cidade de Coronel Murta Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 16º37'8"S de latitude e 42º10'56"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas e endereço propostos foram retificados passando a estar na Praça Dom Serafim, s/nº – centro em 16º37'08" de latitude e 42º10'55"W de longitude consoante aos dados constantes do aviso publicado no Diário Oficial da União, de 5-11-1998.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 34, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos o IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação o que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos III, V, X da Norma 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, comprovação das manifestações de apoio; certidão cartorária comprovando o registro do estatuto social no Livro “A” – Registro de Pessoas Jurídicas, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 36 a 154).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 154, firmado pelo engenheiro responsável seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com à Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 155 e 156. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 157 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos à maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no

subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme dedicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documento, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• **nome:**

Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão

• **quadro diretivo:**

Presidente:	Marinilce Cayres da Silva
Vice Presidente:	Lúcia de Fátima Gomes Jardim
Secretária:	Amariles Santos Lima
Tesoureiro:	José Paulino Francisco Neto

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio:**

Praça Dom Serafim, s/nº – centro, cidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.

• **coordenadas geográficas:**

16°37'08" de latitude e 42°10'55" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 155 e 156, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 154 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.710.000.948/98, de 3-9-1998.

Brasília, 13 de março de 2004.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 19 de março de 2004. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de março de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 0105/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 19 de março de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica, Substituto.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 374, DE 2006

(Nº 2.153/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 262, de 25 de maio de 2005, que autoriza o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 10 de agosto de 2006.
– **Aldo Rebelo**, Presidente.

MENSAGEM Nº 851, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 146, de 16 de fevereiro de 2005 – Movimento de Ação Comunitária – MAC, no Município de Solonópole – CE; e

2 – Portaria nº 262, de 25 de maio de 2005 – Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem, no Município de Boa Viagem – CE.

Brasília, 13 de dezembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC 202 EM

Brasília, 6 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem, no Município de Boa Viagem, Estado do Ceará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todo esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53650.002215/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira**.

PORTARIA Nº 262 DE 25 DE MAIO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.002215/98 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 0508 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem, com sede no Centro Comercial Deodato José Ramalho, Praça Monsenhor José Cândido, nº 109, sala nº 3 – Centro, no Município de Boa Viagem, Estado do Ceará, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 05º07'35"S e longitude em 39º43'50"W, utilizando a freqüência de 109,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM CONCORRENTES

Relatório nº 21/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.650.002.215/98, protocolizado em 30 de setembro de 1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem, Município de Boa Viagem, Estado do Ceará.

I – Introdução

1. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem, inscrita no CNPJ sob o número 01.192.734/0001-82, no Estado do Ceará, com sede no Centro Comercial Deodato José Ramalho, Praça Monsenhor José Cândido, 109, sala 3, Centro, no Município de Boa Viagem, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 28 de setembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 18 de março de 1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando à distância de 4Km entre as interessadas

nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Centro Comunitário Maria Francisca de Jesus – Processo nº 53.650.000.799/99, arquivado conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 1074/2003, datado de 27 de fevereiro de 2004, que não foi recebido pela Entidade por ser um endereço desconhecido. A Entidade teve seu nome e processos publicados no **DOU** de 17 de dezembro de 2004, porém a Entidade não se manifestou. Cópia do **DOU** encontra-se anexo.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004, de 26-1-2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Sargento Valdir Soares Campos, s/nº, no Município de Boa Viagem, Estado do Ceará, de coordenadas geográficas em 05º07'25"S de latitude e 39º43'46"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 51 e 52, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante,

outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom houve justificativa à folha 131.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **a, c, e, g, h, i** da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ, certidão cartorária e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada à apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 54 a 129).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 118, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 130 e 131. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 129, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos à maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h, i e j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome:

Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem;

• quadro diretivo:

NOME DO DIRIGENTE	CARGO	
Deodato José Ramalho Júnior	Presidente	
Francisco Teodoro de Assis	Vice Presidente	
Ermano Abreu Esteves	Secretário	
Ernandes Sousa Brito	Tesoureiro	
Raimunda Gerusa dos Santos	1ª Suplente	
José Teodoro Primo	2ª Suplente	
Francisco Lobo Cavalcante	3ª Suplente	

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Praça Monsenhor José Cândido, 109, Sala 3, Centro, Município de Boa Viagem, Estado do Ceará;

• coordenadas geográficas

05°07'35" de latitude e 39°43'50" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 13 e 131, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 118 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem, no sentido de conceder-lhe

a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro de condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.650.002.215/98, de 30 de setembro de 1998.

Brasília, 1º de fevereiro de 2005. – **Vilma F. Alvarenga**, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da Conclusão Jurídica. – **Neide Aparecida da Silva**, Chefe da Divisão/SSR, Relatora da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 3 de fevereiro de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador-Geral.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 375, DE 2006

(Nº 2.154/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 22 de dezembro de 2005, que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 10 de agosto de 2006.
– **Aldo Rebelo**, Presidente.

MENSAGEM Nº 916, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 22 de dezembro de 2005, que “Outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caxambu, no Estado de Minas Gerais”.

Brasília, 26 de dezembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC 273 EM

Brasília, 26 de setembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto e Decreto, que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais.

2. De acordo com o art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para a execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente

Respeitosamente, **Helio Calixto da Costa**.

DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005

Outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caxambu, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.023878/20003,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações,

leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente dessa concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

PARECER Nº 122/2005/CORDF/CGSA/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53000.023878/2003

Interessada: Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira

Assunto: Outorga de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens com finalidade exclusivamente educativo

Ementa: Independe de licitação pública a outorga para serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa. Atendimento às exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651, de 15-4-99.

Conclusão: Pelo deferimento.

I – Dos Fatos

1. A Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira, com sede Rua Costa Guedes nº 77, Centro, Caxambu, Estado de Minas Gerais, requer, nos presentes autos, seja-lhe deferida outorga para executar o Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, utilizando o canal 7E, naquela localidade.

2. O Estatuto da entidade, registrado no Cartório de Registro de Civil de Pessoas Jurídicas do Município de Caxambu, Estado de Minas Gerais, sob o nº 340, do Livro 1-A, fls. 267, preenche os requisitos do Código Civil e se encontra de acordo com a legislação específica de radiodifusão (fls. 26/27 e 170/189).

3. De acordo com a Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 26 de maio de 2003, o quadro diretivo da entidade é o seguinte (fls. 199/202):

QUADRO DIRETIVO	CARGO
GADBEM NAGIB ABRAHÃO GADBEM	DIRETOR PRESIDETNE
MARILIA FIGUEIREDO PAIVA ABRAHÃO	DIRETORA SECRETÁRIA
MARCELO GADBEM	DIRETOR TESOUREIRO

4. A documentação pertinente aos diretores foi anexada aos autos, encontrando-se às fls. 60, 64,66, 76, 81, 82, 92, 96, 98, 108, 112, 114,164 a 169, 211, e 220.

5. Com relação a documentação relativa à entidade, esta se acha anexada nos autos às fls. 2/3, 6, 7, 9, 163, 203, 205 à 208 e 219, donde se conclui que o processo está de fato resolvido, não se constituindo, a nosso ver, como fator impeditivos ao prosseguimento deste feito, S.M.J.

II – Do Mérito

6. A outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens com finalidade exclusivamente educativa, está admitida na Constituição Federal (letra a do inciso XII do artigo 21).

7. O § 1º, artigo 13, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31-10-1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996, dispensa a publicação de edital para outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, in verbis:

“Art 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço:

(...)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.”

8. Por sua vez, a Constituição Federal, em seu artigo 223, estabelece a competência ao Poder Executivo para outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão de sons e imagens e determina que o ato de outorga deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional e somente produzirá efeitos legais após sua deliberação.

9. O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto ao seus diretores, conforme declarações das fls. 164,165, 166.

10. A entidade apresentou declaração constante à fl. 7, dos autos, cujo teor a obriga a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15-4-1999, perante o Ministério das Comunicações.

11. Releva ressaltar que não consta no cadastramento de processos nenhuma outra interessada na outorga em tela.

III – Conclusão

12. Diante do exposto, e estando o presente processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem a matéria o pedido poderá ser deferido a critério da autoridade competente,

motivo pelo qual sugerimos o seu encaminhamento à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

É o parecer “sub censura”.

Brasília, 18 de abril de 2005. – **Raimundo da C. Bahia Alves**, Chefe de Serviço/Coordenação de Radiodifusão- Região Sudeste e Distrito Federal.

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Gera1 de Outorga de Serviços de Áudio.

Em 19-4-05. – **Vânea Rabelo**, Coordenadora de Radiodifusão/Região Sudeste e Distrito Federal.

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Em 22-4-2005. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

De acordo. À consideração do Senhor Secretário de Comunicação Eletrônica. – Carlos Alberto Freire Resende, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica deste Ministério, para prosseguimento.

Em 28-4-05. – **Sérgio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação (decisão terminativa)).

PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº 376, DE 2006

(Nº 2.158/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colniza, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 472, de 31 de outubro de 2005, que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colniza, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 10 de agosto de 2006.
– **Aldo Rebelo**, Presidente.

MENSAGEM Nº 28, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 472, de 31 de outubro de 2005 – Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM, no município de Colniza – MT;

2 – Portaria nº 514, de 8 de novembro de 2005 – Associação Comunitária e Cultural da Grande Guapari, no município de Guapari – ES; e

3 – Portaria nº 529, de 10 de novembro de 2005 – Associação Rádio Comunitária de Altamira, no município de Altamira – PA.

Brasília, 17 de janeiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 302 EM

Brasília, 9 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM, no Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos e esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes,

referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53690.000066/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 472, DE 31 DE OUTUBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53690.000066/02 e do PARECER/MC/CONJUR/ABM/Nº 1.456 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM, com sede na Rua dos Girassóis, s/nº – Centro, no município de Colniza, Estado de Mato Grosso, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 09º27'18"S e longitude em 59º13'20"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RELATÓRIO Nº 125/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53690.000.66/02, protocolizado em 2 de março de 2002.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM, município de Colniza, Estado de Mato Grosso.

I – Introdução

1. A Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM, inscrita no CNPJ sob o número 03.370.438/0001-50, no Estado de Mato Grosso, com sede na Rua dos Girassóis, s/nº – Centro, no município de Colniza, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações conforme requerimento datado de 5 de março de 2002, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615 de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente baseou seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2002 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras duas entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentam suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo, social de Colniza – MT – Processo nº 53670.000.074/02, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: foi encaminhado o ofício nº 9.918 datado de 9-7-2004, porém, a entidade não recebeu o ofício por estar em endereço insuficiente conforme indica o AR Postal (cópia anexa). Desta forma, se fez necessária a publicação no Diário Oficial da União de 9-11-2004 para a entidade apresentar os documentos solicitados no ofício relacionado na publicação, no prazo de 15 dias, a partir da data de publicação do edital. Ocorre que, a entidade não encaminhou qualquer documentação, o que acarretou no arquivamento de seu processo. A entidade não solicitou reconsideração, bem como, não ingressou com recurso.

b) Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Cultura FM – Processo nº 53690.000.462/02, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a entidade não encaminhou qualquer documentação exigida pela legislação específica, no prazo legal estipulado no aviso de publicação, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 2.529, datado de 23-04-2003, cuja

cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Ocorre que, a entidade não recebeu o referido ofício de arquivamento por ter mudado, conforme indica o AR Postal sendo necessária a publicação no Diário Oficial da União de 5-5-2005 dando prazo de 30 dias a contar da ata da publicação do edital para que a entidade pudesse entrar com o pedido de reconsideração. Saliente-se que a entidade não solicitou reconsideração, bem como, não ingressou com recurso.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004 em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 285 e 286. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite a área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 284, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os recibos depositados no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio a iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas h, i, j da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome:

Associação Movimento Comunitário Rádio Transamérica/FM;

• quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Camilo Poltronieri	Presidente
Pedro Andrade Filho	Vice-Presidente
Milton de Souza Amorim	1º Secretário
Carlos Aparecido de Oliveira	2º Secretário
Orides Martins	1º Tesoureiro
João Luiz Farto	2º Tesoureiro

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Avenida Principal, s/nº, Centro, Município de Colniza, Estado do Mato Grosso;

• coordenadas geográficas

09°27'18" de latitude e 59°13'20" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 285 e 286, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 275 e 276 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Movimento Comunitário Rádio Transamérica/FM, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53690.000.066/2002 de 2 de março de 2002.

Brasília, 21 de junho de 2005. –
De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 24 de junho de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 24 de junho de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 125/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 27 de junho de 2005. – **Sérgio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços Comunicação Eletrônica.

(*À Comissão de Educação – decisão terminativa.*)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 377, DE 2006

(nº 2.159/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínea, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 164, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínea, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 10 de agosto de 2006.
– **Aldo Rebelo**, Presidente.

MENSAGEM Nº 30

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviços de Radiodifusão Comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 573, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Loanda, na cidade de Loanda – PR;

2 – Portaria nº 164, de 16 de fevereiro de 2005 – Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM, no município de Paulínea – SP;

3 – Portaria nº 202, de 11 de março de 2005 – Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária, no município de Casca – RS; e

4 – Portaria nº 220, de 21 de março de 2005 – Associação Cultural Quarta Colônia, no município de Faxinal do Soturno – RS.

Brasília, 17 de janeiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 141 EM

Brasília, 25 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM, no Município de Paulínea, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53830.000.503/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Eunício Lopes de Oliveira**.

PORTARIA Nº 164, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000.503/01 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 739 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM, com sede na Rua Paulo Setúbal, nº 155, Bairro João Aranha, no município de Paulínea, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º43'19"S e longitude em 47º11'05"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO Nº 83/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.830.000.503/2001, protocolizado em 4 de julho de 2001.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM, localidade de Paulínea, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM, inscrita no CNPJ sob o número 04.498.968/0001-40, no Estado de São Paulo, com sede na Rua Paulo Setúbal, nº 155, João Aranha, na cidade de Paulínea, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado em 25 de junho de 2001, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 24 de maio de 2002 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando à distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento da outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. Os motivos do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Associação Pauliniense de Cultura e Ciência – Processo nº 53.830.000.689/2001, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: este departamento utilizou o critério da Representatividade, do qual constatou-se que esta entidade apresentou menor número de manifestações em apoio à iniciativa que a sua concorrente, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 9.896/2003, datado de 15-10-2003. (cópia anexa)

II – Relatório**• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Setúbal, nº 155, Bairro João Aranha, na cidade de Paulínea, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 22º44'46"S de latitude e 47º10'48"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas propostas foram retificadas, passando a estar em 22º43'19"S de latitude e 47º11'05"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 24 de maio de 2002.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folha 56, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE,

compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos III, III, IV, V, VIII da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica a Entidade foi selecionada, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 60 a 135).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 109, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 136 e 137. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 135, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos à maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome:

Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM;

• quadro diretivo

Presidente: Edivaldo dos Reis Freire;
 Vice-presidente: Sebastião de Godoy Ribeiro;
 Secretário-Geral: Lessuene Faria dos Santos;
 1º Tesoureiro: Reinaldo Perpétuo Gonçalves;
 2º Tesoureiro: Creuza de Fátima Freire Ribeiro;
 Diretor de Oper.: Cláudio Luiz César;
 Vice-Diretor de Oper.: Cleuza Maria Borges dos Santos;
 Diretor Cultural e de Comum. Social: José Benedito dos Santos;
 Vice-Diretor Cultural e de Comum. Social: Carlos Alberto Freire;
 Diretor de Patrimônio: Célia Aparecida Sanches.

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Paulo Setúbal, nº 155, Bairro João Aranha, cidade de Paulínea, Estado de São Paulo;

• coordenadas geográficas

22°43'19" de latitude e 47°11'05" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 136 e 137, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 109 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.830.000.503/01, de 4 de julho de 2001. – **Lídia Souza Moreira**, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da Conclusão Jurídica. – **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, de 12 março de 2004. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 15 março de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 83/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 15 de março de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica, Substituto.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 378, DE 2006

(Nº 2.161/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 530, de 17 de novembro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária Educativa 114 Alminafonsense a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 39, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado das Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 530, de 17 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte.

Brasília, 19 de janeiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC 343 EM

Brasília, 24 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense, no Município de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice Legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53780.000136/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 530 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso lido art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 19, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53780.000136/02 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 1504 – 1.03/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense, com sede na Rua Anfrísio Belo, nº 120, Conjunto Maroca Carlos, no Município de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 06º09'29"S e longitude em 37º45'54"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RELATÓRIO Nº 14 /2005/Radcom/DOS/SSCE/MC

Referencia: Processo nº 53.780.000.136-02 protocolizado em 26-3-2004.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Educativa FM Alminoafonsense, Município de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Educativa FM Alminoafonsense inscrita no CNPJ sob o número 05.041.49310001-21, no Estado do Rio Grande do Norte, com sede na Rua Anfrísio Belo, no 120, Conjunto Maroca Carlos, Município de Almino Afonso, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 15 de março de 2004, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento

do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 28-1-2004 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório**• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critério estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha nº 1, bem como toda a documentação apresentada por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 1 Complementar.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Av. Anfrísio Belo, nº 120, Conjunto Maroca Carlos, no Município de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte, de coordenadas geográficas em 06º09'29"S de latitude e 37º45'54"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 132 e 133, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação

da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas e e j da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração, estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 134 a 195).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 173, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 196 e 197. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 195 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo das requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas h, i e j da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária Educativa FM Alminoafonsense

• quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Francisco Leopoldo Nunes	Presidente
Karlo Jean Andrade Cunha	Vice-Presidente
Eliana Cavalcante	Secretária
Sebastiana Roberta Nunes	2ª Secretária
Francisco Josimar Cordeiro	Tesoureiro
Elizabeth Cavalcante Silva	2º Tesoureiro
Antônio Nunes de Oliveira	Dir. Operações
Lucivan Belo da Silva	Vice - Dir. Operações
Clenilda Moraes Oliveira Ernesto	Dir. Cult. e Comunicação
Maria das Dores P. Sobrinha	Vice-Dir. Cult. e Comunic.
Maria Aparecida A. Tomaz	Dir. Patrimônio

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Anfrísio Belo, nº 120, Conjunto Maroca Carlos, Município de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte.

• coordenadas geográficas

06º09'29" de latitude e 37º45'54" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 196 e 197, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 173 e que se referem a localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Educativa FM Alminoafonsense no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.780.000.136-02 de 25 de março de 2004.

Brasília, 24 de janeiro de 2005. – **Sibela Leandra Portela**, Chefe de Divisão/SSR, Relator da Conclusão Jurídica. – **Ana Maria das Dores e Silva**, Chefe de Serviço/SSR, Relator da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 24 de janeiro de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

Brasília, 24 de janeiro de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 14 /2005/Radcom/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 24 de janeiro de 2005. – **Sergio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 379, DE 2006

(Nº 2.162/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 202, de 11 de março de 2005, que autoriza a Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 30, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 573, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Loanda, na cidade de Loanda – PR;

2 – Portaria nº 164, de 16 de fevereiro de 2005 – Rádio Comunitária Criativa 102,1 FM, no Município de Paulínea – SP;

3 – Portaria nº 202, de 11 de março de 2005 – Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária, no Município de Casca – RS; e

4 – Portaria nº 220, de 21 de março de 2005 – Associação Cultural Quarta Colônia, no Município de Faxinal do Soturno – RS.

Brasília, 17 de janeiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC 171 EM

Brasília, 26 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária, no Município de Casca, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223; da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53.000.015798/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira**.

PORTARIA Nº 202 DE 11 DE MARÇO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.015798/04 e do Parecer/MC/Conjur/GAT/Nº 1560 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária, com sede na Rua Júlio de Castilhos, nº 275 – Centro, no Município de Casca, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 28º33'37"S e longitude em 51º58'41"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO Nº 223/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.000.015.798/04, protocolizado em 14 de abril de 2004.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária, Município de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.

I – Introdução

1. A Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária, inscrita no CNPJ sob o número 03.081.527/0001-86, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Rua Júlio de Castilhos – nº 275, no Município de Casca, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 9 de abril de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço

de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 18 de março de 1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento da outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. Os motivos do arquivamento, bem como a indicação da relação constando os respectivos nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

a) Sociedade Veneto de Rádio Educativa – Processo nº 53.790.001.110/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: dos autos do processo consta como requerente Sociedade Veneto de Rádio Educativa – CNPJ: 01.046.644/0001-83. No entanto, ocorre que, toda a documentação encaminhada se refere a outra entidade, qual seja:

Associação Novo Milênio de Desenvolvimento de Radiodifusão Comunitária, com o número de inscrição junto ao CNPJ diferente da informada pela Sociedade Veneto, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 1.239, datado de 14 de fevereiro de 2001, cuja cópia do ofício se encontra anexo. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade apresentou solicitação para reconsideração dos autos, tendo sido a mesma objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no ofício nº 11.788 de 28 de novembro de 2003.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha nº 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 11km, com centro localizado na Rua Júlio de Castilhos – nº 275, no Município de Casca, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 28°33'37"S de latitude e 51°58'37"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas nº 77 e 78, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso II da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, certidão cartorária comprovando o devido registro da Ata de Constituição e do Estatuto Social da Entidade, retificação da denominação da entidade na sua Ata de Constituição bem como, no seu Estatuto Social, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica a Entidade foi selecionada, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 104 a 159).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls 109 e 110, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas nº 149 e 150. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva ir-

radiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas nº1 a 159, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária;

• quadro diretivo

Presidente:

Ivaldo Álvaro Bordin;

Vice-presidente:

Dalva Maria Variani

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Júlio de Castilhos – nº 275, Município de Casca, Estado do Rio Grande do Sul;

• **coordenadas geográficas**

28°33'37" de latitude e 51°58'41" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 149 e 150, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 109 e 110 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.000.015.798/04, de 14 de abril de 2004.

Brasília, 16 de julho de 2004. – **Lídia Souza El-Carab Moreira**, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da Conclusão Jurídica.

Neide Aparecida da Silva, Chefe de Serviço, Relatora da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, de 16 de julho de 2004. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de 16 de julho de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 223 /2004/Radcom/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de 19 de julho de 2004. – **Elifas Chaves Gurgel do Amaral**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – em decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 380, DE 206**

(Nº 2.163/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jauru FM Ltda. para explorar ser-

viço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que Portaria nº 553, de 18 de novembro de 2005, permissão à Rádio Jauru FM Ltda. para explorar, anos, sem direito de exclusividade, serviço de sonora em frequência modulada na cidade de Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 40, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 553, de 18 de novembro de 2005, que outorga permissão à Rádio Jauru FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 19 de janeiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC 347 EM

Brasília, 28 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 97/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Jauru FM Ltda. (Processo nº 53790.000350/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, já homologado, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 553, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000350/2000, Concorrência nº 97/2000-SSR/MC e do Parecer Conjur/MC/EMT nº 1.740-2.29/2005, de 4 de novembro de 2005, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Jauru FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

**“RÁDIO JAURÚ FM LTDA”
CONTRATO SOCIAL**

Que fazem entre si, CAROLINA ZAGO CERVO, brasileira, solteira, estudante, menor, emancipada conforme registro no Livro E-04 sob Nº 1107 folha 059v, em 03 de abril de 2000 no Tabelionato de Faxinal do Soturno(RS), residente e domiciliada na Rua Canarinhos, Nº 45 na cidade de Faxinal do Soturno(RS), com Carteira de Identidade Nº 6063248253 SSP-RS e CPF Nº 935.003.860-91 e JEFERSON LUIZ CARVALHO, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado na Rua Benjamin Santo Zago, S/Nº na cidade de Faxinal do Soturno(RS), com Carteira de Identidade Nº 6044032628 expedida pela SSP-RS e CPF Nº 666.276.720-49, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, tem entre si, justo e contratado, constituir uma sociedade de responsabilidade limitada, sob as cláusulas e condições seguintes:

1 - DA FORMA, SEDE E FORO SOCIAL

1.1 - A sociedade será por quotas de responsabilidade limitada na forma do Decreto Nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919;

1.2 - A responsabilidade dos sócios quotistas na forma da Lei, fica limitada ao valor total do capital social;

1.3 - A sociedade tem sede e foro jurídico em Faxinal do Soturno(RS), estabelecida na Rua Benjamin Santo Zago, Nº 601 – Sala 04.

2 - RAZÃO SOCIAL, OBJETIVO SOCIAL, DURAÇÃO e INICIO

2.1 - A sociedade girará sob denominação social **RÁDIO JAURÚ FM LTDA**, e nome fantasia **JAURÚ FM**;

2.2 - O objetivo social é a execução de serviços de radiodifusão.

2.3 - O prazo de duração é indeterminado;

2.4 - O início das atividades será dia 01 de maio de 2000.

3 - CAPITAL SOCIAL

3.1 - O capital social, é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), totalmente integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, está assim distribuído entre os quotistas:

Carolina Zago Cervo.....	R\$ 19.800,00	99,00 %
Jeferson Luiz Carvalho.....	R\$ 200,00	1,00 %
TOTAL	R\$ 20.000,00	100,00 %

3.2 - O Capital Social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras;

3.3 - O quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;

SERVICIOS NOTARIAIS E DE REGISTRO
DE FAXINAL DO SOTURNO - RS
Autentico a presente cópia, reprográfica por
ser uma reprodução fiel do original que
me foi apresentado e do qual
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
Pk. do Soturno, 30 de 06 de 00
Rosane Ciuliani
SUBSTITUTA

4 - ADMINISTRAÇÃO

4.1 - A sociedade é administrada pela sócia CAROLINA ZAGO CERVO, que receberá a denominação de diretora geral que poderá agir nos atos relacionados com compra e venda de bens imóveis e participações societárias, contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de procuradores para qualquer finalidade.

4.2 - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos;

5 - TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

5.1 - É assegurado aos quotista, proporcionalmente, o direito de preferência para aquisição de quotas e subscrição de aumentos de capital.

5.2 - O quotista que desejar alienar sua participação deve fazer comunicação por escrito à sociedade e aos demais quotistas indicando o preço, prazo e condições de pagamentos pretendidos. No prazo de 30 (trinta) dias da data da ciência deverão os interessados se manifestar relativamente à oferta.

5.3 - Inexistindo interesse de qualquer das partes, poderá o pretendente à alienação oferecer sua participação a terceiros, ficando a transação, no entanto, condicionada à aprovação do ingresso de terceiros na sociedade;

5.4 - As quotas representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, e;

5.5 - A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

6 - LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

6.1 - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

6.2 - A sociedade não se dissolverá por morte, interdição, insolvência, incapacidade ou denúncia de qualquer quotista, prosseguindo com os demais.

6.2.1 - Nos casos de morte, interdição ou incapacidade de qualquer dos quotistas, os demais, deliberarão quanto à admissibilidade dos herdeiros, sucessores ou representantes legais ou pelo reembolso das quotas em 06 prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros compensatórios de 12 % (doze por cento) ao ano.

6.2.2 - O quotista que se tornar insolvente, denunciar a sociedade ou tornar-se inconveniente ao andamento dos negócios sociais, poderá ser excluído por deliberação dos demais quotistas, recebendo o reembolso de suas quotas em 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros compensatórios de 12 % (doze por cento) ao ano.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 22 FEV 2006

SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO
DE FAXINAL DO SOTURNO - RS

Autentico a presente cópia reprográfrica por ser uma reprodução fiel do original que me foi apresentado e do cópia.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

Fx. do Livro nº 30 de 08/00

107.50 OFICIAL DESIGNADO

Rosane Giuliani
SUBSTITUTA

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten mark]

6.3 - Para fins previstos nas cláusulas 6.2.1 e 6.2.2 acima, o valor da participação será apurado com base no último Balanço Geral encerrado.

7 - EXERCÍCIOS SOCIAIS

7.1 - Os exercícios sociais encerram-se em 31 de dezembro de cada ano.

8 - DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - As omissões ou eventuais dúvidas que possam ser suscitadas sobre o instrumento do contrato social, serão supridas ou resolvidas com base no Decreto 3708/19, e noutras disposições legais que lhes forem aplicáveis.

8.2 - Declaram os sócios quotistas que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercerem atividade mercantil.

E assim, justos e acordados, firmam os quotistas o presente contrato social com 03 (três) laudas e 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos fins e efeitos.

Faxinal do Soturno(RS), 03 de Abril de 2000.

Carolina Zago Cervo
CAROLINA ZAGO CERVO


Jeferson Luiz Carvalho
JEFERSON LUIZ CARVALHO

Testemunhas:

Sergio Luiz Marin
SERGIO LUIZ MARIN
RG 8041512716 SSP-RS

Andreia Ceolin Somavilla
ANDREIA CÉOLIN SOMAVILLA
RG 4045200013 SSP-RS

Maria Fernanda C. Moreira
MARIA FERNANDA C. MOREIRA
O/B/R\$ 46.841

	JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 02/05/2000
	SOB O NÚMERO:
	43 2 0442596 0
	<i>Karen Stallbaum</i>
	KAREN STALLBAUM
	SECRETÁRIA-GERAL
Protocolo: 00/070387-7	

SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO
DE FAXINAL DO SOTURNO - RS

Autentico a presente cópia reprográfica por ser uma reprodução fiel do original que me foi apresentado e dou fé.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE
Em Faxinal do Soturno, de 30 de 06 de 2000

Juliana
OFICIAL DESIGNADO

Jane Giuliani
SUBSTITUTA

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 381, DE 2006**

(Nº 2.166/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 536, de 17 de novembro de 2005, que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 58, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 536, de 17 de novembro de 2005, que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Lorena, Estado de São Paulo.

Brasília, 3 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC 374 EM

Brasília, 7 de dezembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53830.000504/2002, de interesse da Fundação Olga de Sá, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Lorena, Estado de São Paulo.

2. De acordo com o art. 13, § 1º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 536, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000504/2002 e do Parecer/MC/Conjur/ABM/nº 1.590 – 1.07/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Olga de Sá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Lorena, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

PARECER Nº 190/2005/COSUD/CGLO/DEOC/SC/MC

Referência: Processo nº 53830.000504/2002

Interessada: Fundação Olga de Sá

Assunto: Outorga de Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada com fins exclusivamente educativos, para o Município de Lorena, Estado de São Paulo.

Ementa: Independe de licitação pública a outorga para serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa. Atendimento às exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651, de 15-4-99.

Conclusão: Pelo deferimento.

I – Dos Fatos

1. A Fundação Olga de Sá, com sede na Avenida Peixoto de Castro nº 539, Vila Celeste, Lorena, Estado de São Paulo, requer, nos presentes autos, seja-lhe deferida outorga para executar o Serviço de Radiodifusão em Freqüência Modulada, com fins exclusivamente educativos, utilizando o canal 297E, constante no Plano Básico de Distribuição de Canais para o Município de Lorena, Estado de São Paulo.

2. O Estatuto da entidade, registrado no Cartório de Registro de Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Lorena, Estado de São Paulo, sob o nº 557, do Livro A-5, fls. 66v, preenche os requisitos do Código Civil e se encontra de acordo com a legislação específica de radiodifusão vigente (fls. 28 a 46).

3. De acordo com a Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2005, o quadro diretivo da entidade, com mandato para o período de 28 de fevereiro de 2005 a 28 de fevereiro de 2008, é o seguinte (fls. 132/133):

QUADRO DIRETIVO	CARGO
GENTIL VIAN	DIRETOR -GERAL
OLGA APARECIDA ARANTES PEREIRA	DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
MARCUS AUGUSTO SANTOS SILVA	DIRETOR DE OPERAÇÕES

4. A documentação exigida para a aferição da qualificação econômico-financeira, da habilitação jurídica e da regularidade fiscal da entidade, acostada aos autos às fls. 4, 8, 28 a 46, 83, 113, 114, 115 a 123, encontra-se regular (Decreto nº 52.795/63, art. 15, §§ 1º, 2º, 3º, 4º).

5. A documentação pertinente aos diretores foi anexada aos autos, às fls. 9, 55, 58, 59 a 61, 62, 63, 65, 66, 67, 70, 73, 74 a 76, 77, encontrando-se regular, donde se conclui que o processo está de fato resolvido, não se constituindo, a nosso ver, como fator impeditivos ao prosseguimento deste feito, S.M.J (§§ 5º e 6º, do art. 15, do Decreto nº 52.795/63).

II – Do Mérito

6. A outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão em Freqüência Modulada com finalidade exclusivamente educativa, está admitida na Constituição Federal (letra **a** do inciso XII do artigo 21).

7. O § 1º, artigo 13, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31-10-1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996, dispensa a publicação de edital para outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, **in verbis**:

“Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço:

(...)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.”

8. Por sua vez, a Constituição Federal, em seu artigo 223, estabelece a competência ao Poder Executivo para outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão e determina que o ato de outorga deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional e somente produzirá efeitos legais após sua deliberação.

9. O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos seus diretores, conforme declarações das fls. 9.

10. A entidade apresentou declaração constante às fls. 8, dos autos, cujo teor a obriga a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15-4-1999, perante o Ministério das Comunicações.

11. Releva ressaltar que consta no cadastramento de processos outra interessada na outorga em tela, ou seja, a Fundação Educativa Assembléia de Deus (Proc. nº 53830.000092/1999).

III – Conclusão

12. Diante do exposto, e estando o presente processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem a matéria, o pedido poderá ser deferido a critério da autoridade competente, motivo pelo qual sugerimos o seu encaminhamento à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

É o parecer **sub censura**.

Brasília, 6 de junho de 2005. – **Raimundo da C. Bahia Alves**, Chefe de Serviço/Coordenação de Radiodifusão – Região Sudeste e Distrito Federal

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

Em, 6-6-05. – **Vânea Rabelo**, Coordenadora de Radiodifusão/Região Sudeste e Distrito Federal.

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Em 7-6-2005. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

De acordo. À consideração do Senhor Secretário de Comunicação Eletrônica.

Em 9-6-2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica deste Ministério, para prosseguimento.

Em 10-6-05. – **Sérgio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – em decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 382, DE 2006

(Nº 2.167/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brasil de Arte e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraquara, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 463, de 25 de outubro de 2005, que outorga permissão à Fundação Brasil de Arte e Cultura para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Piraquara, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 918, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 518, de 20 de dezembro de 2004 – Fundação Cultural Manoel Antonio Nunes Neto, no Município de Icó – CE;

2 – Portaria nº 441, de 11 de outubro de 2005 – Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Fai – UFSCAR, no Município de São Carlos – SP; e

3 – Portaria nº 463, de 25 de outubro de 2005 – Fundação Brasil de Arte e Cultura, no Município de Piraquara – PR.

Brasília, 26 de dezembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC 330 EM

Brasília, 21 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo nº 53000.003635/2002, de interesse da Fundação Brasil de Arte e Cultura, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Piraquara, Estado do Paraná.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo conespndente.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 463, DE 25 DE OUTUBRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.003635/2002, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Brasil de Arte e Cultura para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Piraquara, Estado do Paraná.

Art. 2º A permissão outorgada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunica-

ções, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 2.913, de 16 de dezembro de 2002.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

PARECER Nº 328/2002 – DOSR

Referência: Processo nº 53.000.003635/2002

Interessada: Fundação Brasil de Arte e Cultura

Assunto: Outorga de Serviço de Radiodifusão.

Ementa: Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Conclusão: Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99. Pelo deferimento.

I – Os Fatos

A Fundação Brasil de Arte e Cultura, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Piraquara, Paraná, mediante a utilização do canal 239 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo como um de seus objetivos promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos por televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente, da Fundação, está ocupado pelo Sr. Paulo Henrique de Brito Malucelli, cabendo a ele a representação ativa e passiva da entidade, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também, os cargos de Diretor Secretário, ocupado pelo Sr. Dhatri de Souza Pimentel e de Diretor Tesoureiro, ocupado pelo Sr. David Chapaval Pimentel.

II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea **a**).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU** de 26 subseqüente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13.
(.....)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos.”

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 19 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles e juntadas às fls. 69, 75 e 81, dos presentes autos.

III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer **sub-censura**.

Brasília, de 11 de dezembro de 2002. – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, de 11 de dezembro de 2002. – **Napoleão Valadares**, Coordenador-Geral de Outorga.

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, de 11 de dezembro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, de 11 de dezembro de 2002. – **Antonio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

PROJETO DECRETO LEGISLATIVO

Nº 383, DE 2006

(Nº 2.172/2006, Na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 112, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 219, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações, às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 70, de 4 de fevereiro de 2005 – Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski, no Município de Brodowski – SP;

2 – Portaria nº 74, de 4 de fevereiro de 2005 – Clube de Mães “Madre Madalena” da Comunidade Senhor dos Passos – COMASP, no Município de Malacacheta – MG;

3 – Portaria nº 83, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação – POPGOIAIBA, no Município de Niterói – RJ;

4 – Portaria nº 85, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária e Solidária de Comunicação Social Sepé Tiaraju, no Município de São Sepé – RS;

5 – Portaria nº 96, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, no Município de São Francisco de Sales – MG;

6 – Portaria nº 98, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação da Rádio Comunitária “Voz do Povo”, no Município de Porto de Moz – PA;

7 – Portaria nº 108, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Moradores da Cohab Massangano – Petrolina (PE), no Município de Petrolina – PE;

8 – Portaria nº 109, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação de Integração Comunitária de São João do Tigre, no Município de São João do Tigre – PB; e

9 – Portaria nº 112, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã, no Município de Ibirapuã – BA.

Brasília, 19 de abril de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC 89 EM

Brasília, 11 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã, no Município de Ibirapuã, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53.640.000.630/02, que

ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 112, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.640.000.630/02 e do Parecer/MC/Conjur/MRD/nº 0917 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã, com sede na Travessa Lomanto Júnior, 10 – Bairro Brasília, no Município de Ibirapuã, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 17º41'19"S e longitude em 40º06'51"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO Nº 121/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.640.000.630/02, protocolizado em 27 de setembro de 2002.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã, localidade de Ibirapuã, Estado da Bahia.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã, inscrita no CNPJ sob o número 05.217.791/0001-20, no Estado de Bahia, com sede Travessa Lomanto Júnior – 10, Bairro Brasília, na cidade de Ibirapuã, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Conforme requerimento datado de

24 de setembro de 2002, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União – DOU, de 29 de agosto de 2002, que contempla a localidade, onde pretende instalar o seu transmissor assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras duas entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação de Integração ao Homem no Campo de Ibirapuã – BA – Processo nº 53.640.000.322/02, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: De acordo com o Estatuto Social (arts. 2º, 4º, 5º e 6º) e com a Ata de Constituição da Associação, constatou-se que a Requerente não se caracteriza como de natureza comunitária, vez que restringe e limita o seu processo eletivo, seu atendimento e o ingresso e permanência de associados à parcela específica da sociedade, qual seja: Dos Trabalhadores Rurais, não atendendo ao universo da comunidade local como um todo, infringindo os arts. 1º e 7º da Lei nº 9.612/98, conforme comunicado à entidade por meio do Ofício nº 1.016, de 27-2-03, datado de 27-2-2003. (cópia do ofício anexa, no entanto, a cópia do AR não se encontra anexado em virtude de não ter sido devolvido pelos correios).

b) Associação de Pequenos Produtores Rurais da Jaqueira e Km 20 de Ibirapuã – BA – Processo nº 53.640.000.634/02, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: De acordo com o disposto nos artigos 4º e 5º de seu Estatuto Social, bem como sua Ata de Constituição, constatou-se que a Requerente não se caracteriza como de natureza comunitária, uma vez que restringe e limita o seu atendimento à determinada parcela da sociedade, qual seja: A dos Pequenos Produtores Rurais da Jaqueira e Km 20 de Ibirapuã, não atendendo ao universo da comunidade local como um todo, infringindo os arts. 1º e 70 da Lei nº 9.612/98, conforme comunicado à entidade por meio do Ofício nº 1.014/03, datado de 27-2-2003. (Cópias do ofício e do AR anexas).

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Travessa Lomanto Júnior – 10 – Bairro Brasília, na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 17º41'41" de latitude e 40º06'52"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas propostas foram retificadas, passando a estar em 17º41'19"S de latitude e 40º06'51"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no DOU, de 29-8-2002.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser retificadas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 140 e 141, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: Apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso X da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração

estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica, foi solicitada à Entidade a apresentação do projeto técnico. (fls. 144 a 198).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 193, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 201 e 202. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: Identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 198 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7, incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• **nome**

Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapui;

• **quadro diretivo**

Presidente: Calixto Antonio Ribeiro
 Vice-Presidente: Vânia Cláudia L. de Souza Sabatini
 Tesoureiro: Rildo Ferreira de Andrade
 Secretária: Andréia Carmona da Silva
 Dir. Comunit: Eduardo Schaper

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Travessa Lomanto Júnior – 10, Bairro Brasília, cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia;

• **coordenadas geográficas**

17°41'19" de latitude e 40°06'51" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 201 e 202, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 193 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.640.000.630/02, de 27 de setembro de 2002.

Brasília, 19 de abril de 2004. – **Aline Oliveira Prado**, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da Conclusão Jurídica – Regina Aparecida Monteiro, Chefe de Serviço/SSR, e Relatora da Conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 19 de abril de 2004. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
 N° 384, DE 2006**

(N° 2.176/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia (ACRBL) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 393, de 10 de agosto de 2005, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia (ACRBL) a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM N° 51, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,
 Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3°, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria n° 383, de 10 de agosto de 2005 – Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia (ACRBL), no Município de Belo Horizonte – MG;

2 – Portaria n° 475, de 31 de outubro de 2005 – Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz, no Município de Jaraguá do Sul – SC; e

3 – Portaria n° 510, de 8 de novembro de 2005 – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA, no Município de Presidente Sarney – MA.

Brasília, 31 de janeiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC N° 00247 EM

Brasília, 15 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia (ACRBL), no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53710.001148/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, **Hélio Calixto da Costa**.

PORTARIA Nº 383, DE 10 DE AGOSTO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.001148/98 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº1216 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia (ACRBL), no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 19º49'18"S e longitude em 43º59'41"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa**.

RELATÓRIO Nº 0007 /2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53710.001.148/98, protocolizado em 30 de setembro de 1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Radiodifusão Bairro Letícia, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Radiodifusão Bairro Letícia, inscrita no CNPJ sob o número 02.488.975/0001-36, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Emídio Furtado, nº 759, casa "B", Bairro Letícia, no Município de Belo Horizonte, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 30 de setembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União – DOU, de 14 de dezembro de 1998 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras duas entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Igreja e Escola Pentecostal Cristo Reina em Nós – Processo nº 53710.000.684/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a entidade se descaracteriza como de natureza comunitária por representar um segmento específico da sociedade, conforme comunicado à entidade por meio do

Ofício nº 2.376, datado de 20-4-2001, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

b) Associação Cultural do Bairro Santa Branca – Processo nº 53710.000.452/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a entidade tem por objetivo principal a prestação de outro serviço que não atende a legislação específica do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme comunicado à entidade por meio do Ofício nº 3.743, datado de 30-5-2001, cuja cópia do ofício se encontra anexo. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade apresentou solicitação para reconsideração dos autos, tendo sido a mesma, objeto de análise pelo Departamento que decidiu pela não reconsideração conforme os fatos e fundamentos dispostos no Ofício nº 6.245, de 30-6-03 (cópia do ofício e AR anexos).

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulário pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004, de 26-1-2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam, instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Emídio Furtado – nº 759 – Bairro Letícia, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 19°48'33"S de latitude e 43°58'54"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 108, denominado

de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom houve justificativa às fls. 408-A

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **b**, **c**, **h** e **i** da Norma Complementar nº 1/2004, certidão cartorária comprovando o registro da Ata de Constituição da entidade, comprovação de necessária alteração estatutária, declaração de que a entidade não possui vínculos de subordinação com outra entidade, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 96 a 407).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 372 e 373, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 408 e 408-A. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 407, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas h, i e j da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária de Radiodifusão Bairro Letícia;

• quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Theris Rawlison alvarenga Cruz	Presidente
Rogers Alvarenga Cruz	Vice-Presidente
Tâmara Alvarenga Cruz	1ª Secretária
Mário Lúcio Gomes da Silva	2º Secretário
Celestino Gonçalves Cruz	1º Tesoureiro
Anderson Alvarenga	2º Tesoureiro

• localização do transmissor, sistema irradiante e estádio

Rua Radialista Rogério Pacheco, nº 740, Bairro Céu Azul, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;

• coordenadas geográficas

19º49'18" de latitude e 43º59'41" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 408 e 408-A, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 372 e 373 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Radiodifusão Bairro Letícia, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53710.001.148/98, de 30 de setembro de 1998.

Brasília, 20 de janeiro de 2005. – **Nícia Gonçalves de Faria**, Coordenadora, Relatora da Conclusão Jurídica – Ana Maria das Dores, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da Conclusão Técnica.

De acordo

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 20 de janeiro de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador – Geral.

(À Comissão de Educação – em decisão terminativa.)

PROJETO E DECRETO LEGISLATIVO**Nº 385, DE 2006**

(Nº 2.179/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 154, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 91, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 154, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 15 de fevereiro de 2006. _ **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 00040 EM

Brasília, 12 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 073/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997,

alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio e TV Sucesso Ltda. (Processo nº 53710.001006/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 154, DE 4 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.001006/2000, Concorrência nº 073/2000-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC Nº 399/2003, de 14 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

CONTRATO SOCIAL

João Batista de Carvalho Faria

JOÃO BATISTA CARVALHO FARIA, brasileiro, casado, maior, administrador de empresa, com residência à Rua 15 de Janeiro n.º 28, na cidade de Unai - MG, portador do CRA-MG 10.158, CREA-MG 45.254/D, RG.M.1.211.246 Expedida SSPMG, e inscrito CIC n.º 291.665.606.59, sendo filho de João Batista de Faria Santos, brasileiro, e Alzira de Carvalho Faria, brasileira, e **ROSSANE CRISTINA DÁLIA DE MELLO FARIA**, brasileira, casada, maior, Médica, residente a Rua Francisco Menhõ n.º 224, na cidade de Paracatu - MG, portadora do CRM-MG 18.056, RG M-1.623.357 Expedida SSPMG, e inscrito CIC n.º 491.423.306-10, sendo filha de Antônio Dália de Mello, brasileiro, e Tereza Forlani de Mello, brasileira, constituem entre si na melhor forma do direito, Sociedade por cota de responsabilidade Limitada com a finalidade de exploração dos serviços de radiodifusão sonora e Televisiva (sons e imagens). cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições seguintes.

João Batista de Carvalho Faria

Cláusula Primeira - A sociedade denominase-a "**Radio e TV Sucesso Ltda.**", tendo foro e sede na cidade de Unai, Estado de Minas Gerais, na rua 15 de Janeiro n.º 28, conjunto Pink, e poderá ter, também, sucursais, filias, agências e escritórios em todo país, sempre que assim lhe convier e permitirem os poderes públicos.

João Batista de Carvalho Faria

Cláusula Segunda - Os objetivos expressos da sociedade será o de divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para satisfazer os encargos da empresa, sendo que para alcançar o objetivo serão usados os serviços de radiodifusão sonora (produção, geração e transmissão de sons) e televisão (produção, geração e transmissão de sons e imagens) em conformidade com a legislação em vigor, especialmente o que se trata na Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, do Decreto 52.026, de 20 de maio de 1963, e modificações posteriores, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

João Batista de Carvalho Faria

Cláusula Terceira - A sociedade é constituída para vigência por prazo indeterminado sendo que as atividades de transmissão serão iniciadas após ato de deliberação pelo Órgão competente do serviço a ela outorgado.

João Batista de Carvalho Faria

Cláusula Quarta - Toda e qualquer alteração contratual, designação de gerentes, constituição de procurador para prática de atos de gerência ou administração, mudança do estatuto, transferência, direta ou indiretamente de concessão oficial ou transgada

como também toda exigência legal imposta pela legislação em vigor, especialmente o que se trata na Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, do Decreto 52.026, de 20 de maio de 1963, e modificações posteriores, deverão ter a prévia aprovação do Ministério das Comunicações.

Cláusula Quinta - A sociedade se obriga com o rigor que impõe, leis, decretos, regulamentos, quaisquer decisões ou despachos emanados do Ministério das Comunicações vigentes e a vigor, referentes à legislação de radiodifusão em geral.

Cláusula Sexta - A sociedade não poderá executar serviços nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora ou televisiva (sons e imagens) no país, além dos limites previstos pelo Decreto Lei 236 de 28 de fevereiro de 1967.

Cláusula Sétima - A sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos;

Cláusula Oitava - O capital social será de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil Reais), representado por 250.000 (duzentos e cinquenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma quota, sendo que 2.000 (duas mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 2.000,00 (dois mil Reais) integralizado neste ato em moeda corrente nacional, 100.000 (cem mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 100.000,00 (cem mil Reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente transmissão dos serviços de radiodifusão Sonora em moeda corrente nacional, e 148.000 (cento e quarenta e oito mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil Reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente da transmissão dos serviços de televisão (sons e imagens) em moeda corrente nacional

Cláusula Nona - De conformidade com a cláusula oitava o capital social ficará assim distribuído entre os sócios: João Batista Carvalho Faria com R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil Reais), representado por 225.000 (duzentos e vinte e cinco mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma quota, sendo que 1.800 (mil oitocentas) quotas perfazendo um valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos Reais) integralizado neste ato em moeda corrente nacional, 90.000 (noventa mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil Reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente transmissão dos serviços de radiodifusão sonora em moeda corrente nacional

trinta e três mil e duzentos) quotas perfazendo um valor de R\$ 133.200,00 (cento e trinta e três mil e duzentos Reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente da transmissão dos serviços de televisão (sons e imagens) em moeda corrente nacional). Rossane Cristina Dália de Mello Faria com R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil Reais) , representado por 25.000 (vinte e cinco mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma quota, sendo que 200 (Duzentos) quotas perfazendo um valor de R\$ 200,00 (duzentos Reais) integralizado neste ato em moeda corrente nacional, 10.000 (Dez mil) quotas perfazendo um valor de R\$ 10.000,00 (dez mil Reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente transmissão dos serviços de radiodifusão sonora em moeda corrente nacional, e 14.800 (Quatorze mil e oitocentas) quotas perfazendo um valor de R\$14.800,00 (quatorze mil e oitocentos Reais) integralizado até 20 (vinte) dias após a deliberação pelo órgão competente da transmissão dos serviços de televisão (sons e imagens) em moeda corrente nacional.

Cláusula Décima – A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do Capital Social.

Cláusula Décima Primeira – A Gerência da Sociedade será exercida pelo sócio majoritário , que será incumbido de todas as operações e representação da sociedade ativa e passiva judicial e extrajudicialmente.

Cláusula Décima Segunda – O sócio no exercício da Gerência não terá direito a retirada pro-labore.

Cláusula Décima Terceira – A sociedade é constituída exclusivamente de Brasileiros.

Cláusula Décima Quarta – As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia autorização do poder concedente.

Cláusula Decima Quinta – A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa da sociedade caberão somente a brasileiros, natos, ou como dispuser a Constituição Federal .

Cláusula Decima Sexta – Para os cargos de locutores, redatores e encarregados das instalações elétricas somente serão admitidos brasileiros.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE TODAS AS
 EM. 10

Cláusula Décima Sétima - No caso de transferência ou alienação de quotas de capital, no todo ou em partes, o(s) sócio(s) remanescente(s) terá(ão) preferência para aquisição em igualdade de condições em estranhos.

Cláusula Décima Oitava - O exercício social terminará em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano , data em que serão levantados o balanço geral das contas de lucros e perdas, do exercício, com observância das prescrições legais;

Parágrafo Único - Será levantado um primeiro balanço geral em 31 (trinta e um) de março de 1998 (mil novecentos e noventa e oito).

Cláusula Décima Nona - Fica eleito o foro da sede da comarca do Município de Unai, estado de Minas Gerais para solucionar qualquer dissídio entre partes contratantes, renunciando-se qualquer outro , por mais privilegiado que seja.

Cláusula Vigésima - Os casos não previstos no presente contrato Social , serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919 e a Lei n.º 4.720 de 13 de julho de 1965, que regulam as sociedades por cotas de responsabilidades limitadas.

E por estarem assim justos os contratados, obrigam-se fielmente cumprir em seus termos as cláusulas acima, e assinam o presente instrumento em 5(cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas exigidas por lei.

Unai, 11 de Fevereiro de 1998

João Batista Carvalho Faria
JOÃO BATISTA CARVALHO FARIA

Rossane Cristina Dália de Mello Faria
ROSSANE CRISTINA DÁLIA DE MELLO FARIA

Alexandre de Carvalho
Alexandre de Carvalho.

Edson Mendes Nascimento
Edson Mendes Nascimento.

Testemunha 1
 Identidade: CRM-MG: 20136

Testemunha 2
 Identidade: 268.134-SSP=DF.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS	
PARACATU - MG - (38) 671-4597	
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM SEU ORIGINAL	
DOU FÉ 23 AGO. 2000	
<input type="checkbox"/> ADAILTON SILVA	TABELÃO
<input checked="" type="checkbox"/> HONÓRIO SILVA MACHADO	SUBSTITUTO
<input type="checkbox"/> LUCIANA PIMENTEL BARBOSA	SUBSTITUTA

SERVENTIA DO 1º OFÍCIO PARACATU-MG
 SERVENTIA DO 1º OFÍCIO PARACATU-MG
 SERVENTIA DO 1º OFÍCIO PARACATU-MG
 SERVENTIA DO 1º OFÍCIO PARACATU-MG

SERVENTIA DO 1º OFÍCIO PARACATU-MG

SERVIÇO PÚBLICO
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 COMISSÃO PARA EM...

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 386, DE 2006**

(Nº 2.180/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amambaí, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 115, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amambaí, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Deputados, 10 de agosto de 2006.

– **Aldo Rebelo**, Presidente.

MENSAGEM Nº 106, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 115, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Amambaí, Estado de Mato Grosso do Sul.

Brasília, 23 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 00111 EM

Brasília, 5 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Podada de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora, no Município de Amambaí, Estado de Mato Grosso do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53700.000427/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira**.

PORTARIA Nº 115, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2005

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II dos arts. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53700.000427/99 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 1.356 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora, com sede na Rua Sete de Setembro, s/nº – Centro, no Município de Amambaí, Estado de Mato Grosso do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 23º06'09"S e longitude em 55º13'58"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira**.

ATA nº 001/98 da Assembléia Geral de Constituição e fundação da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA AUXILIADORA, na cidade de Amambai-MS.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de novembro de 1998, (um mil novecentos e noventa e oito) às 20:00 h (vinte horas), na rua Rio Branco, nº 1015- Vila Claudia, nesta cidade de Amambai-MS, reuniram-se em Assembléia Geral de Constituição, os senhores membros fundadores da Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora, assumiu a presidência dos trabalhos por aclamação unânime o senhor RUBENS PEREIRA DE AZEVEDO, brasileiro, casado, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG 3.134.137-0- SSP-PR e CIC nº 454.374.089-00, residente e domiciliado na cidade de Amambai, estado de Mato Grosso do Sul e para secretariar a sessão e lavrar a ATA da Assembléia foi indicado o Sr. Sebastião Neres Prado (Tião Prado), ato aprovado pelo plenário, iniciando os trabalhos o secretário leu a Ordem do Dia, constante do Edital que convocou esta assembléia que tem o seguinte teor:

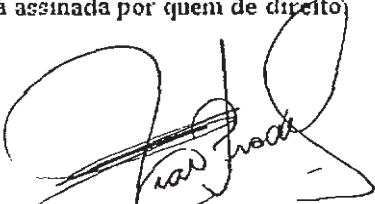
ORDEM DO DIA:

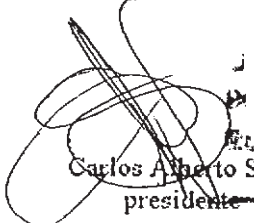
- A) Discussão e aprovação do Estatuto Social
- B) Constituição e Fundação da Associação
- C) Eleição e posse da Diretoria e Conselho Fiscal
- D) Assuntos relacionados à finalidade da Assembléia.

O Presidente solicitou ao Secretário que procedesse a leitura do projeto do Estatuto Social cujas cópias haviam sido distribuídas previamente aos presentes. Finda a leitura o Presidente submeteu-o à apreciação e discussão artigo por artigo e após ser debatido pelo plenário foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade sem emendas ou modificações. Em seguida o Presidente após a aprovação do Estatuto Social, ouviu o plenário e não tendo mais nada a acrescentar declarou definitivamente constituída e fundada a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA AUXILIADORA, com sede a Rua Sete de Setembro s/n- Centro- Amambai, Estado de Mato Grosso do Sul. Prossequindo a Assembléia em atendimento ao item C) do Edital de convocação, o Presidente solicitou aos presentes sócios fundadores que formassem uma ou mais chapas para a composição da primeira Diretoria e Conselho Fiscal da entidade, concedeu então ao plenário o prazo de 30 (trinta) minutos para manifestar-se, transcorrido o tempo concedido o plenário apresentou a chapa de consenso, que no ato foi submetida a votação e o plenário aprovou por unanimidade a nova diretoria e conselho fiscal para o primeiro período de gestão a frente da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA AUXILIADORA

e o Conselho Fiscal terá um mandato de 02(dois) anos, sendo eleitos novos conselheiros em assembléia geral, assim como cargos vagos na diretoria serão preenchidos em assembléia convocada para fim específico: na sequência o presidente em cumprimento ao item "D" da ordem do dia "Assuntos relacionados à finalidade da assembléia", determinou o registro em ata, para ficar marcado este evento os nomes das pessoas presentes a este acontecimento: Rubens Pereira de Azevedo, Sebastião Neres Prado, Carlos Alberto Signori, Aires Escobar de Arruda, Vilma Maria Golin Selhorst, Sergio Diozebio Barbosa, Bruno Rippel, Catalino Duarte da Silva, Jandir Guerra, Avelino Vieira Soares, Silvia Lemes de Oliveira, Zilo Fulgencio Rossi, Silvia Basqueira, Lurdes Basqueira, Carlos Bonamigo, Jamir José Signori, Matheus Selhorst, Rodrigo Selhorst, Ricardo Busato, Valdir Beluqui, Jussara Brecovit, Luis Rodrigues Bruno, Nelson Antonio da Cruz, Roberto Dias, Jusimara Barros Rodrigues, Walndelci Lopes Mendes, Ivete Moreira Silveira, Carlos Alberto Oliveira da Cruz, Wilma Oliveira da Cruz, Ana Maria Lovato, Nely Maria Moresqui, Marizete Flores das Neves, Fátima Justina Vancet, Leo Araujo de Oliveira, Dorineide Macedo Nunes, Heitor Nunes Siqueira, Maria Dalva Siqueira, Telma Barros, Aurindo Rodrigues e Ramão Dornel Robaldo. Feito o registro, o

presidente lembrou que precisaremos do apoio das entidades de serviços para formarmos o Conselho Comunitário o que é exigido pelo Ministério das Comunicações através da Lei 9.612 de 19 de Fevereiro de 1998 e do Decreto 2.615 de 03 de Junho de 1.998, que tratam e regulamentam a exploração e permissão da rádio comunitária no Brasil, é no artigo 8º da Lei que aborda a formação do Conselho Comunitário; As 23:30 h (vinte e três e trinta horas) não havendo mais nada a tratar o presidente desejando sucesso aos eleitos deu por encerrada esta Assembléia Geral de Fundação, eu Sebastião Neres Prado (Tião Prado), secretariei a assembléia e lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por quem de direito)


Sebastião Neres Prado (Tião Prado)
secretário da assembléia


Carlos Alberto S
presidente

Numero 6.209 | Protocolo A1 apresentado no
Pagina 189 | dia 10 do DEZEMBRO do 1998
às 15:00 horas. No 3-11 sob nº de ord. 9.231 a pag. 234
Amambai - MS, 10 de DEZEMBRO de 19 98
Nome [assinatura]
OFICIAL DO REGISTRO

DIRETORIA

PRESIDENTE : CARLOS ALBERTO SIGNORI, Brasileiro, casado, comerciante, natural de Itatiba de Rio Grande do Sul, filho de Anacleto Antonio Signori e Assunta Signori, residente e domiciliado na cidade de Amambai, estado de Mato Grosso do Sul à Rua Da República No 1589, portador da Cédula de Identidade RG 141.435, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso e do CIC no 104.359.641-00;

VICE PRESIDENTE : AIRES ESCOBAR DE ARRUDA, Brasileiro, casado, natural da cidade de Amambai, estado de Mato Grosso do Sul, filho de Benício Pires de Arruda e Vergília Alves de Arruda, residente e domiciliado em Amambai, Estado de Mato Grosso do Sul à Rua Benigno Vasconcelos s/no, portador da Cédula de Identidade RG 197.544, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul e do CIC 254.922.171-00;

SECRETÁRIA: VILMA MARIA GOLIN SELHORST, Brasileira, casada, professora, natural da Cidade de Barracão, estado de Rio Grande do Sul, filha de José Golin e Vitoria Belin Golin, residente e domiciliada em Amambai, estado de Mato Grosso do Sul à Rua D. Pedro II no 2.217, portadora de Cédula de Identidade RG 901.105, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e do CIC 407.924.391-04;

TESOUREIRO: JANDIR GUERRA, Brasileiro, casado, comerciante, natural de Capinzal, estado de Santa Catarina, filho de Arlindo Guerra e Rosa Darold Guerra, residente e domiciliado na cidade de Amambai, estado de Mato Grosso do Sul, à Rua da República, no 1.747, portador da Cédula de Identidade RG 1.398.626, emitida pela Secretária de Segurança Pública do estado do Paraná e do CIC 297.629.609-04;

DIRETOR DO PATRIMÔNIO: RUBENS PEREIRA DE AZEVEDO, Brasileiro, casado, Autônomo, natural da cidade de Terra Rica, estado do Paraná, filho de Manoel Antonio de Azevedo e Aurea Pereira de Azevedo, residente e domiciliado na cidade de Amambai, estado de Mato Grosso do Sul, à Rua Colombo no 419, portador da Cédula de Identidade RG 3.134.137-0, emitida pela Secretária de Segurança Pública do Estado do Paraná e do CIC 454.374.089-00.

1. **BRUNO RIPPEL**, Brasileiro, solteiro, Sacerdote, natural de Soledade, estado de Rio Grande do Sul, filho de Fridolino Rippel e Frida Becker, residente e domiciliado na cidade de Amambai, estado de Mato Grosso do Sul, à Rua Rio Branco no 1.534, portador de Cédula de Identidade RG 367.673 emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e do CIC 078.977.669-34.
2. **CATALINO DUARTE SILVA**, Brasileiro, casado, Funcionário Público Estadual, natural de Amambai, estado de Mato Grosso do Sul, filho de Bernardino Silva e Joana Duarte, residente e domiciliado na cidade de Amambai, MS., à rua José Pereira Machado, no 27, portador da Cédula de Identidade RG 357.446, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul e do CIC 396.743.801-59;
3. **SERGIO DIOZEBIO BARBOSA**, Brasileiro, Casado, Contador, natural de Formosa D'Oeste, estado do Paraná, filho de Vicente Barbosa e Maria Madalena Diozéblio Barbosa, residente e domiciliado na cidade de Amambai, Estado de Mato Grosso do Sul, à Rua Monte Castelo no 439, portador da Cédula de Identidade RG 3.299213-7, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado Paraná e do CIC 468.568.899-68.

SUPLENTES

1. **AVELINO VIEIRA SOARES**, Brasileiro, Casado, Pecuarista, natural da cidade de Amambai, estado de Mato Grosso do Sul, filho de Rodolfo Vieira Soares e Claudiana Virissimo dos Santos, residente e domiciliado na cidade de Amambai, MS., à Rua Da República, no 2.088, portador da Cédula de Identidade RG 136.134, emitida pela Secretaria da Segurança Pública do estado de Mato Grosso do Sul e do CIC 044.039.911-49;
2. **SILVIA LEMES DE OLIVEIRA**, Brasileira, Casada, Do lar, natural da cidade de Guararapes, estado de São Paulo, filha de Jair Lemes da Silva e Imeir Vieira da Silva, residente e domiciliada na cidade de Amambai, estado de Mato Grosso do Sul, à Rua Marechal Floriano, no 660, portadora de Cédula de Identidade RG 3.792.889-5, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do estado Paraná e do CIC 541.819.419-49;
3. **ZILO FUGENCIO ROSSI**, Brasileiro, Casado, Agricultor, natural de Sananduva, estado do Rio Grande do Sul, filho de Inocente Rossi e Ana Cecilia Bones, residente e domiciliado na cidade de Amambai, MS., à Rua Antonio Pereira dos Santos, no 569, portador da Cédula de Identidade RG 9.000.515.586, emitida pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul e do CIC 189.594.660-34.

A Diretoria e o Conselho Fiscal foram empossados com aclamação unânime dos presentes. Após a posse o presidente lembrou que como determina o Estatuto Social hoje aprovado, o Mandato da Diretoria é de 4 (quatro) anos

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 371 a 386, de 2006**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de 45 dias, de acordo com o art. 223, §1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício de Ministro de Estado

– Nº 616/2006, de 10 do corrente, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 579, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 79/2006-GLPSDB

Brasília, 10 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Na forma regimental, venho indicar o Exmº Senador Marcos Guerra como Suplente na vaga do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “apurar as denúncias envolvendo a ‘Operação Sanguessuga’, realizada pela Polícia Federal, para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde”.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência designa o Sr. Senador Marcos Guerra, como suplente, para compor a CPMI dos Sanguessugas, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 612/2006 – LPL

Brasília, 15 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Partido Liberal indica o Deputado Remi Trinta (PL/MA), na qualidade de titular, e o Deputado Lincoln Portela (PL/MG), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 316, de 11 de agosto de 2006 que “altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e aumenta o valor dos benefícios da previdência social”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luciano Castro**, Líder do Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 5/2006 – GLDBAG – PRESID

Brasília, 16 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que de conformidade com o Ofício nº 3/2006 – PRB, em anexo, o Partido Republicano Brasileiro (PRB) integrará o Bloco de Apoio ao Governo, a partir desta data.

Atenciosamente, – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 3/2006 – PRB

Brasília, 16 de agosto de 2006

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Ideli Salvatti
Líder do Bloco de Apoio ao Governo
Senado Federal

Senhora Líder,

Com meus cordiais cumprimentos, valho-me do presente instrumento para comunicar a Vossa Excelência que o Partido Republicano Brasileiro (PRB) decidiu integrar o Bloco de Apoio ao Governo a partir desta data.

Sendo o que há para o momento, despeço-me. Cordialmente, Senador **Marcelo Crivella**, Líder do PRB.

Ofício nº 2/2006 – PRB

Brasília, 16 de agosto de 2006

A Sua Excelência a Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Senado Federal

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, valho-me do presente instrumento para comunicar a Vossa Excelência que o Partido Republicano Brasileiro (PRB) decidiu integrar o Bloco de Apoio ao Governo a partir desta data.

Sendo o que há para o momento, despeço-me.

Cordialmente, Senador **Marcelo Crivella**, Líder do PRB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 917, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, na cidade de Brasília, no dia de 15 de agosto, do jornalista Moacir de Castro Drago. Mestre Calá, como era chamado, foi jornalista trabalhando na **Folha do Norte** e passou por todos os grandes jornais de Belém, finalizando sua atividade no **Diário do Pará**, atuando como colunista e depois como colaborador. Mestre Calá mantinha uma coluna quinzenal chamada “Memórias de um Cronista Esportivo”, na revista **Contexto**. Mestre Calá deixa diversos filhos, filhas e netos. E deixa também, como legado, o seu exemplo de repórter, do elevado espírito público e de cidadania, sempre em defesa do interesse social do Estado do Pará e da Região Amazônica.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar do Senado Federal seja encaminhado ao Jornal **Diário do Pará**.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2006. – Senador **Luiz Otávio**, PMDB – PA.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 918, DE 2006

Requer a realização de Sessão Especial em comemoração ao Dia do Corretor de Imóveis.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a hora do expediente, do dia 29 de setembro do corrente ano, em Comemoração ao Dia do Corretor de Imóveis.

Justificação

Dia 27 de agosto é comemorado o Dia Nacional do Corretor de imóveis, a laboriosa profissão que tem por objetivo a intermediação na compra, venda, locação e administração do bem mais sagrado do ser humano, a Casa Própria.

É uma data significativa para a categoria e também de grande importância para a construção e solidificação da Capital da República, uma vez que o eterno Presidente Juscelino Kubitschek, ao iniciar as obras do que seria a nossa cidade, convocou os profissionais, que até então ainda não tinham a profissão regulamentada, mas já exerciam com orgulho e responsabilidade a corretagem imobiliária, para entregar-lhes uma pasta contendo os documentos necessários para que aqueles abnegados profissionais corressem mundo afora vendendo o maior loteamento do mundo, Brasília.

Sala das Sessões, de 16 de agosto de 2006.
– Senador **Paulo Octávio**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 919, DE 2006

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Silas Rondeau, o presente requerimento, para que forneça informações a respeito das razões para a exclusão de áreas da plataforma marítima dos Estados de Pernambuco e Paraíba da 8ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Justificação

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis encaminhou ao Conselho Nacional de Política Energética a relação de blocos exploratórios

para composição da 8ª Rodada de Licitação, que será realizada nos dias 28 e 29 de novembro próximo.

Na licitação serão ofertados 284 blocos, em 14 setores de sete bacias sedimentares. Os primeiros estudos previam a oferta de áreas promissoras nos Estados de Pernambuco e Paraíba. O CNPE aprovou a realização de estudos complementares, contudo, de última hora, os blocos dos dois Estados nordestinos e de parte da Bacia de Campos foram sumariamente excluídos, sem que para isso houvesse sido dada qualquer explicação de natureza técnica.

Os estudos técnicos preliminares constataram a ocorrência de óleo na costa dos estados, o que confirma as boas perspectivas exploratórias, com evidências de reservas de gás natural e de petróleo leve, que é o de melhor qualidade.

Um laudo técnico da Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo reconheceu a viabilidade da exploração da plataforma de Pernambuco e Paraíba, segundo estudo prévio da ANP.

Depois da indicação do órgão técnico, que é a Agência Nacional do Petróleo, o Conselho Nacional de Política Energética costuma acatar as recomendações dos técnicos, e para surpresa dos profissionais do setor, neste caso em concreto, a decisão foi a exclusão de Pernambuco e da Paraíba. Dado o silêncio dos órgãos envolvidos, fica no ar a dúvida sobre eventual ingerência política para prejudicar estes Estados nordestinos.

Por oportuno, solicito aos nobres pares, a aprovação deste requerimento de informação ao senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, de modo a que o Senado Federal possa avaliar as razões do Poder Executivo, que prejudicaram, pelo menos, dois entes federados.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2006. – Senador José Jorge.

(À Mesa, para decisão).

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 920, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos anais do Senado Federal voto de Aplauso ao Município de Teresina, no Estado do Piauí, pelos seus 154 anos de fundação.

Requeiro ainda quer deste Voto de Aplauso sejam cientificados o Prefeito de Teresina, Sílvio Mendes, e por seu intermédio, à Câmara de Vereadores e toda a população do município.

Justificação

A cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, comemora hoje 154 anos de sua fundação. Em 1852, o então Presidente da Província do Piauí, José Antonio Saraiva, transferiu a capital da província de Oeiras para Teresina, que recebeu esse nome em homenagem a Imperatriz Dona Teresa Cristina Maria de Bourbon.

Instalada definitivamente a capital da província em Teresina, a cidade iniciou um processo de desenvolvimento bastante acentuado. Em lugar das casas feitas de palha de carnaúba, surgiu uma cidade vertical, com edifícios modernos e de traços arrojados, combinados com rios e vegetação natural, Teresina é hoje referência a outros municípios, não só do Piauí como também de outros estados nordestinos, seja em educação, saúde ou qualidade de vida.

Porém, o maior patrimônio dessa cidade é, sem sombra de dúvida o seu povo. Teresina é berço de um povo encantador, sempre amigo e hospitaleiro. Pessoas que recebem muito bem, tanto aqueles que vêm de fora como seus filhos ausentes que retornam ao lar depois de anos.

Por essas razões, formulo este voto de Aplauso pelo aniversário da cidade, dirigido, sobretudo aos seus habitantes.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2006. – Senador **Heráclito Fortes**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, do Partido Republicano Brasileiro – PRB, por dez minutos.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, subo à tribuna, com muita honra, principalmente para defender o meu Estado, a Paraíba. Sou pernambucano de origem, mas tenho o privilégio de aqui representar o meu Estado da Paraíba.

O tema que trago hoje diz respeito à decisão do Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, atinente à transposição do rio São Francisco. Inicialmente, gostaria de relatar o enfraquecimento estrutural do nosso Estado. O Estado da Paraíba não tem vocação econômica definida. Possui fantásticas

belezas naturais, porém padece da falta de estrutura geográfica com atrativos econômicos mais diferenciados, razão pela qual o Estado da Paraíba luta para poder receber projetos estruturantes que permitam o seu desenvolvimento econômico.

A ausência de projetos estruturantes, seja pelo Governo Federal ou pelo estadual, são marcas que provocam o atraso econômico do nosso Estado.

A recente decisão da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), a que nos referimos em pronunciamento, nesta Tribuna, dias atrás, excluiu a bacia de Pernambuco–Paraíba da oitava Rodada de Licitações dos Blocos Exploratórios da ANP, frustrando expectativas formadas pela população da Paraíba quanto à exploração de petróleo encontrado no seu subsolo.

Ainda hoje continuamos na luta para tentar reincluir as bacias de Pernambuco–Paraíba nessa oitava Rodada de Licitações.

Outro exemplo que poderia bem ilustrar a ausência de projetos estruturantes no nosso Estado é o projeto da ferrovia que corta os Estados do Piauí, Ceará e Pernambuco, hoje conhecida como a Nova Transnordestina, na qual a Paraíba não conta com nenhum ramal.

Nos últimos dias, os jornais mostram todo o projeto da Nova Transnordestina, e, lamentavelmente, não existe nenhum ramal previsto para o nosso Estado.

Devemos ressaltar que tramitam no Congresso Nacional projetos de lei de representantes das Bancadas da Paraíba e do Rio Grande do Norte que propõem a inclusão de ramais que beneficiem a economia e a população dos nossos Estados. Entretanto, são pré-projetos que não têm consistência material em termos de investimentos.

Para que V. Ex^{as} avaliem a razão pela qual estou aqui – referi-me à decisão do Ministro Sepúlveda Pertence –, vou historiar o que se passa no tocante à transposição do Rio São Francisco.

Com a conclusão dos Estudos de Impacto Ambiental e a Concessão da Licença prévia para o Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Semi-árido Setentrional expedida em 2005, as atitudes de correntes políticas contrárias ao projeto tornaram-se extremas.

Foram ajuizadas ações judiciais, solicitando a suspensão desses projetos, particularmente nos Estados da Bahia e de Sergipe. Em seus conteúdos, as alegações eram as mesmas: supostas deficiências nos Estudos de Impacto Ambiental realizados pelo Ministério da Integração Nacional.

Juízes de 1^a instância nesses Estados passaram, seguidamente, a conceder liminares, acatando os argumentos das ações.

Os efeitos da licença prévia emitida pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), atestando a viabilidade do projeto, foram suspensos por uma dessas liminares.

Uma outra liminar, também concedida por um juiz de 1^a instância da Bahia, suspendeu a Outorga de Direito de Uso emitida para o projeto pela Agência Nacional – ANA, responsável pela concessão de outorga para os rios federais, como é o caso do rio São Francisco.

Ao julgar a Reclamação (RCL) nº 3.074, o STF (Supremo Tribunal Federal) reconheceu a existência de conflito federativo sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, chamando para si a responsabilidade de julgar toda e qualquer ação relacionada com o tema.

Esta decisão anterior do STF já foi muito importante, porque ela tinha a intenção de fazer com que todos os questionamentos eventuais sobre esse projeto fossem concentrados em um determinado tribunal para evitar essa procrastinação e essa proliferação de ações impeditivas para que o projeto acontecesse.

Foi exatamente por ter consciência dessa decisão do Supremo Tribunal Federal que o Ibama protocolou reclamação junto àquela Corte contra a sentença proferida por um juiz do Distrito Federal. No mérito, o magistrado acatava parcialmente o mandado de segurança de uma organização não-governamental do Estado de Minas Gerais.

O Ibama, ao recorrer ao STF com a Reclamação (RCL) nº 4.409, contestou a competência do juiz federal para conceder o mandado de segurança, argumentando que só o Supremo poderia pronunciar-se sobre o assunto.

Ontem, ao julgar a questão, o Ministro Sepúlveda Pertence acatou a Reclamação do Ibama, suspendendo o trâmite do mandado de segurança impetrado pela ONG e que havia sido julgado, no mérito, por um juiz do Distrito Federal.

A decisão do Ministro Sepúlveda Pertence permitirá a celeridade no julgamento de todas as outras ações relacionadas ao tema, permitindo que não mais se postergue o início das obras, anseio das populações dos Estados por elas beneficiadas.

O povo da Paraíba espera que, desta vez, suas expectativas de um futuro com o mínimo de viabilidade econômica não sejam novamente frustradas. O povo da Paraíba espera também que as populações dos Estados atendidos pela transposição tenham, no

mínimo, o direito de obter água para beber, condição básica para sua sobrevivência.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Roberto Cavalcanti.

Esta Presidência agradece a visita dos alunos da Escola Mater Dei, de São José dos Campos, São Paulo. Que sejam bem-vindos a esta Casa, que é a casa do povo, neste momento em que visitam Brasília.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, ex-Governador do Rio Grande do Sul – PMDB do Rio Grande do Sul. V. Ex^a tem dez minutos, por gentileza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, tenho que informar que ontem fiz uma comunicação à Casa de que tinha recebido apelos da cidade de Vitória, Espírito Santo, achando que o presidente do Partido deveria pedir licença da presidência, pois sendo ele envolvido nessa última CPI, estaria ele criando constrangimento para o Partido. Nos comícios, nas reuniões, ficava ele numa situação difícil e o Partido também.

Comuniquei desta tribuna que tinha recebido apelos e que tinha falado com o Presidente Nacional do Partido para fazer um apelo ao Deputado Marcelino Ayub Fraga para que ele se licenciasse. E recebo aqui – e como usei a tribuna ontem, tenho obrigação de usá-la hoje – Ofício do Sr. Deputado Marcelino Ayub Fraga.

À Comissão Executiva Regional do PMDB
Vitória – ES.

Faço uso do presente para solicitar o meu licenciamento provisório da presidência da Comissão Executiva Regional do PMDB – ES, a partir de 15 de agosto até 03 de outubro de 2006.

Sendo só para o momento, apresento minhas saudações. – **Marcelino Ayub Fraga**, Presidente do PMDB.

Felicito S. Ex^a. Não foi preciso nenhuma decisão da Direção Nacional nem nenhum movimento. S. Ex^a sentiu que fica com muito mais autoridade e credibilidade para fazer sua defesa sem criar constrangimento.

Volto a dizer ao Presidente do PMDB do Espírito Santo o que disse ontem com relação ao nosso Líder, Senador Ney Suassuna, a quem também havia feito um apelo nesse sentido e que ontem se afastou da presidência. Disse aos dois que o afastamento não significa que estejam reconhecendo que são culpados. S. Ex^{as} vão lutar. O Senador Ney Suassuna disse que vai lutar e até cobra de mim que, no momento em que for absolvido – e tenho certeza de que será –, eu ve-

nha para a tribuna também. Eu lhe disse: com o maior prazer. Prefiro vir à tribuna felicitar um companheiro nosso que foi considerado fora de qualquer dúvida a pedir uma cobrança, o que não me cabe. Não nasci para promotor público. A vida inteira fui advogado e só de defesa. Nunca fiz um júri e nunca peguei causa contra ninguém. Sempre fui advogado de defesa. Mas entendo que isso é positivo. A esta altura estamos vivendo um drama muito complicado, porque como fica a situação? Sabemos que, no Direito, o cidadão é considerado inocente até prova em contrário, mas essa prova tem que passar em julgado.

Infelizmente, no Brasil, muitas vezes sai uma manchete de capa ou uma notícia no jornal ou no Jornal Nacional, e o coitado do cidadão vai levar a vida inteira querendo provar que não tem nada que ver com aquilo e não consegue. Sou o primeiro que reconhece isso.

Então, o que é triste é a demora de tempo entre um fato qualquer que é lançado contra alguém e a apuração do fato. E como o Brasil – durante muito tempo praticamente só eu dizia isso, hoje é uma regra generalizada – é o País da impunidade e, volto a repetir pela milésima vez, só ladrão de galinha vai para a cadeia, roubar muito não tem problema nenhum, acontece exatamente isso. O cidadão às vezes não é nem denunciado; é uma notícia de jornal; a **Veja** faz uma reportagem. E ele vai correr atrás. Se sai no Jornal Nacional, meu Deus!

Concordo que isso é muito grave e que alguma coisa deveria ser feita.

De um lado, o fato de que o cidadão só pode deixar de ser candidato quando a condenação dele passar em julgado em última instância. E sabemos que, no Brasil, última instância leva dez anos. Recorre-se do Juiz para a Junta do Tribunal do Estado, depois recorre-se para o pleno do Estado, depois recorre-se para o Tribunal Superior, depois vai para o Supremo. E quem tem um bom advogado leva a vida inteira.

O Lula cometeu esse erro grave no último pronunciamento que fez, dizendo que os Parlamentares estão abusando da imunidade parlamentar e que isso não pode continuar, o que não é verdade. Repito, foi um projeto de minha autoria, pelo qual lutei durante muito tempo para conseguir que fosse aprovado. Esta Casa aprovou-o por unanimidade, foi para a Câmara, levou mais tempo lá, onde foi aprovado.

Antigamente, o Senador ou Deputado só podia ser processado se o Supremo mandasse para cá o pedido, e a Casa aprovasse. Se não aprovasse, não era processado. E o que faziam a Câmara e o Senado? Não votavam. O processo ficava na gaveta do Presidente do Senado. Não votavam porque não queriam condenar,

não queriam autorizar para se processar e não queriam ter a coragem de negar, porque, assim, ficariam de mal com a opinião pública. Fulano matou, fez isso, fez aquilo e, de repente, a Casa nega o pedido para ser processado, e o processo ficava na gaveta.

Hoje, não. Hoje o Supremo não pede coisa nenhuma, entra em juízo. O Procurador-Geral da República denuncia, o Supremo aceita e está acabado. Há muita gente que está assim. O que está acontecendo hoje é que o processo fica na gaveta do Supremo Tribunal. Na gaveta do Supremo estão os casos do Jader, do Líder do Governo, do Ministro Presidente do Banco Central. Agora, nesta Casa, não.

Aliás, o projeto – não era o meu, porque o meu não permitia isso – que a Câmara aprovou permitia que, se a Casa quisesse, poderia entrar, votar no plenário e trancar o processo.

Nem esta Casa, nem a Câmara dos Deputados trancou processo nenhum. Os processos que estão em andamento assim prosseguem. Mas o diabo é que não anda... Então, há um drama, uma discussão tremenda. O que será feito com esse monte de gente que está sendo processado? Fazer o quê?

O Deputado Miro Teixeira defende a tese de que o argumento de que a sentença tem de transitar em julgado não é bem assim, de que o Tribunal Superior Eleitoral, na hora de dar a palavra final, pode não aceitar o registro da candidatura pela série de provas que exista com relação ao candidato. Ele disse que há decisões nesse sentido, mas, sinceramente, acho isso difícil.

Creio que os Partidos poderiam fazer alguma coisa. Um exemplo disso é o que fez o PMDB do Paraná. Nosso Líder na Câmara dos Deputados houve por bem renunciar por ocasião do escândalo dos “mensaleiros” para não ser julgado. Coitadinho, ele se assustou porque depois absolveram todos. Ele era dos que tinha menos e que também seria absolvido, mas renunciou para não ser processado. O que o Partido fez em Curitiba? Não registrou a candidatura dele. Ele não saiu candidato. Entrou no Tribunal pedindo recurso, só que ele se esqueceu de que, no passado, havia uma disposição na lei eleitoral que garantia ao Deputado a candidatura natural à reeleição. Ele tinha de ser incluído na nominata. Hoje não existe mais isso. Hoje posso ser Senador, V. Ex^a o é, Deputado, seja o que for, ou Vereador, tem de ser aprovado na convenção.

O Partido, no Paraná, tomou uma atitude que considero muito respeitável: não vai ser candidato, não é candidato. E isso porque ele não foi condenado; ele renunciou. Agora, e os outros? Está-se vendo no jornal que muitos estão caminhando para a renúncia, para não concorrerem. É um exemplo excepcional, um

gesto de primeira grandeza. Sinceramente, penso que a pessoa que toma uma atitude dessa marca a sua biografia com um gesto de capacidade.

Na campanha, dizem que o povo faz justiça, vai votar e sabe em quem vai votar. Lamentavelmente, isso é muito difícil. Precisamos mudar o sistema eleitoral, criar, na minha opinião, o voto distrital. Como querem alguns, necessitamos de grandes partidos, com seriedade, e teríamos a votação em lista, na qual o partido escolheria os seus melhores nomes e, na hora de votar, votar-se-ia no partido e depois veriam quais os primeiros. Mas, no Rio Grande do Sul e no Brasil, pelo amor de Deus, onde se fizer isso, vai ter Estado onde o presidente do partido é ele, a mulher, o filho, a empregada... É difícil isso. Mas alguma coisa vai ter de ser feita. Disso não há dúvida nenhuma.

Enquanto isso não for feito, a eleição será muito difícil para um candidato novo. E uma das minhas bandeiras, dos meus projetos pelos quais tenho lutado muito é para financiamento público de campanha.

Alguém num debate em Porto Alegre me disse o seguinte – e fiquei sem graça: “olha, Senador, o senhor fala em financiamento público de campanha, que é uma tese muito bonita, mas o senhor não concorda comigo que os senadores e os deputados, hoje, comparados com os seus concorrentes, já têm um financiamento público? O Parlamentar, o Deputado já tem tantos funcionários, mais a verba de gabinete, mais a verba de telefone, mais a verba de automóvel, mais a verba de representação, mais a verba de não sei o quê...” Eu não digo nada. Só digo o seguinte: ele está em uma vantagem muito maior do que um concorrente. Muito maior do que um concorrente! Então, essa renovação que se diz que deve ser feita não vai ser fácil.

O Senador Tasso Jereissati argumenta que, no Estado dele – eu não sei até que ponto; eu não diria o mesmo lá no Rio Grande do Sul – quem vai ganhar, o Deputado que vai ganhar a eleição é exatamente o contrário. Há os que entraram agora no “sanguessuga” e os que entraram no “mensalão”. E eles estão cheios de dinheiro. Esses estão fazendo a campanha com dinheiro. Quanto aos novos, que estão entrando agora, não têm empresário, não tem ninguém que queira dar-lhes dinheiro. Eles não estão encontrando dinheiro, estão com uma dificuldade enorme de fazer as suas campanhas. Ao contrário dos anteriores, pois imaginamos que os anteriores estão com vergonha, com ressentimento da opinião pública, estão em uma campanha difícil. Pois o Tasso diz que no Ceará é o contrário. Os sanguessugas, os mensalistas, etc e tal estão com dinheiro e, como tal, estão levando prioridade.

Pretendo apresentar um projeto de lei nesse sentido. Pelo menos, para levantar o debate. Volto a repetir: é complexo, principalmente com o que aconteceu agora. Só nos "sanguessugas" são 72 Parlamentares. É um exagero! É algo realmente absurdo. Acho e repito que, em alguns casos, o Partido tinha de tomar uma providência.

Quando o Tarso Genro, atual ministro, foi escolhido para presidente do PT, ele deu uma entrevista que transcrevi nos Anais do Senado, porque considerei o posicionamento de S. Ex^ª sensacional. Ele disse o seguinte: "vamos recriar o PT. Para nós, do PT, não interessa o julgamento da CPI, nem do Plenário da Câmara, do Congresso, do Senado, nem da Justiça. O que interessa para nós é a nossa Comissão de Ética e a nossa assembléia geral. Vamos convocar assembléia geral e quem tiver que ser colocado para a rua vai ser posto para a rua. Nós, do PT, vamos fazer isso."

Vim a esta tribuna dizer que, se o PT fizer isso, vai ressurgir com uma força fantástica e como um partido realmente que vai marcar presença. O meu querido amigo Tarso Genro não ficou dois meses, tiraram a presidência dele. E na verdade nada disso aconteceu.

Eu, Presidente do MDB do Rio Grande do Sul, reunido com a minha diretoria, teria tomado providência nesse sentido. Eu iria conversar com muito jeito, mas, se aparecesse alguém do MDB do Rio Grande do Sul nessas listas, ele não seria um candidato. Eu iria fazer as coisas de tal maneira que o próprio Parlamentar, por conta dele, retiraria a sua candidatura.

Graças a Deus, no MDB do Rio Grande do Sul, não houve nem um caso, não houve nem um problema na bancada estadual, federal, mas há Estados em

que isso está acontecendo. Creio que o partido deveria fazê-lo. Creio que o Partido deveria fazê-lo. Quando o Partido se reúne para dizer que vai deixar para a decisão final da Justiça, está dizendo o seguinte: não vou fazer nada. Se deixar para a decisão final da Justiça, é capaz de o Partido ser extinto antes de ser julgado. Muito provavelmente, o Deputado já morreu e ainda não foi julgado. Essa decisão é muito infeliz. Ter coragem de analisar o caso de cada partido seria realmente muito importante.

Sr. Presidente, não posso deixar de registrar nos Anais da Casa uma nota assinada pela Associação Nacional de Jornais, pela Associação Nacional dos Editores de Revistas e pelas entidades representativas das emissoras de rádio e televisão (Abert, Abra, Abratel). "Basta à Violência", diz a nota. É a primeira vez que vejo no Brasil uma nota como essa, por meio da qual as entidades vêm fazer um apelo a toda a sociedade para que cada um faça a sua parte, mostrando a gravidade, porque, na verdade, nos encontramos praticamente em uma guerra civil.

Trago aqui a nota que foi lida pelo PCC, na TV Globo, sábado, aos trinta minutos. Um fato inédito. Sr. Presidente, um cidadão encapuzado fala em rede nacional, na TV Globo, para ler uma nota! Creio que a Rede Globo agiu bem, agiu para salvar, em tese, o seu funcionário. Creio que eu faria a mesma coisa.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

AO SR. JORGE / IMPRENSA / SEN. PEDRO SIMON

Vitória, 15 de agosto de 2006

**A Comissão Executiva Regional do PMDB
Vitória-ES**

Senhores,

Faça uso do presente para solicitar o meu licenciamento provisório da presidência da Comissão Executiva Regional do PMDB-ES, a partir de 15 de agosto até 03 de outubro de 2006.

Sejão só para o momento, apresento minhas saudações.

Atenciosamente,



**Marcelino Ayub Fraga
Presidente-PMDB/ES**

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a gostaria de mais quantos minutos para concluir? Seu pronunciamento já está com quase vinte minutos e V. Ex^a dispunha de dez minutos. V. Ex^a quer mais três minutos?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, do PSDB do Espírito Santo, por dez minutos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a princípio, gostaria de parabenizar o Senador Pedro Simon pelo seu pronunciamento, que foi brilhante.

A competência de um governo não pode ser medida por sua capacidade de atender às reivindicações de determinados setores, ou apenas pela habilidade na administração das contas públicas. Governo competente é aquele dotado de uma ampla visão gerencial, que abrange todos os setores da sociedade, com devoção ao interesse público somada ao respeito pela ética. Governo competente, em resumo, é o que, confrontado com problemas, encara-os como desafios a serem superados pela inteligência, não como inconvenientes a serem dissimulados pela astúcia.

Creio que temos, no Espírito Santo, um exemplo de boa administração pública. Tive a oportunidade, nas últimas semanas, de percorrer boa parte do Estado e constatar pessoalmente o quanto progredimos em um período tão curto. Todos devem lembrar que, até pouco tempo, vivíamos uma situação nada invejável em matéria de contas públicas.

No final de 2002, o Estado devia a servidores, fornecedores e prestadores de serviços, entre outros, um total de R\$1,2 bilhão. Estávamos inadimplentes com o contrato de renegociação da dívida com a União, não tínhamos crédito junto a agências financiadoras nacionais e internacionais, e os bancos oficiais operavam com prejuízos.

Em menos de quatro anos, sob a gestão do Governador Paulo Hartung, o Espírito Santo foi submetido a um choque ético e administrativo que o conduziu a uma posição invejável entre as demais unidades da Federação. As finanças foram saneadas, sem que fosse necessário aumentar impostos, o Governo recuperou sua capacidade de investimento, e o Estado passou a atrair novos projetos na iniciativa privada.

Este ano, o Estado, que já aplicou R\$400 milhões, deverá ultrapassar a casa de R\$800 milhões, só em obras e serviços, em todos os seus 78 municípios. A esta quantia devem ser acrescidos R\$6 bilhões provenientes da iniciativa privada. Até 2010, está previsto um total de R\$44 bilhões em investimentos no Espírito Santo. São recursos que devem gerar aproximadamente 111 mil novos empregos em meu Estado.

Como bem disse o Governador, trata-se de um volume de investimentos superior mesmo ao da época dos grandes projetos, nas décadas de 70 e 80. É

o maior da história capixaba, resultado do trabalho de recuperação da credibilidade política e institucional do Estado a que a atual administração vem se dedicando desde o seu início.

O desenvolvimento econômico, quando construído sobre bases sustentáveis, impulsiona a melhoria do padrão de vida da população. É o que vem acontecendo no Estado, o único do País com mobilidade social crescente em todas as classes, de acordo com pesquisa recente. Grandes, médios, pequenos e micros empreendimentos têm gerado empregos em ritmo constante nos últimos anos, fazendo com que aumentem as oportunidades de ascensão na pirâmide social.

É também um dos Estados em que a preocupação em interiorizar o desenvolvimento faz parte da agenda de prioridades do governo, evitando a concentração de investimentos nas grandes cidades. O equilíbrio entre a distribuição demográfica e a atividade econômica criou, nas diversas regiões do Espírito Santo, pólos de geração de emprego e renda, além do fortalecimento de vários arranjos produtivos locais que têm sido decisivos para reduzir disparidades e desestimular a migração rumo aos grandes centros.

O planejamento de longo prazo – hábito que, infelizmente, não tem sido prioridade em muitos governos neste País – foi incorporado à estratégia de trabalho do atual Governo, com o lançamento, em junho deste ano, do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, que traça metas para o Estado para os próximos 20 anos. Entre elas, as principais são a promoção da competitividade e do equilíbrio regional, a diversificação econômica e a formação de mão-de-obra qualificada com base em padrões internacionais.

Quero elogiar, de público, a competência demonstrada pelo governo de Paulo Hartung nesta era de grandes desafios e de oportunidades excepcionais vivida pelo Espírito Santo. Pude ver com meus próprios olhos como é possível promover o desenvolvimento ancorado em bases sólidas, sem esquecer o futuro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e parabênizo, mais uma vez, o nosso Governador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marcos Guerra, do PSDB do Espírito Santo.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, do PT do Acre.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marcos Guerra, do PSDB do Espírito Santo.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, do PT do Acre.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apenas fazer o registro de duas matérias da **Gazeta Mercantil** do dia de hoje, uma delas dizendo que o risco país se aproxima dos 200 pontos-base, que é o menor risco Brasil da nossa história. Portanto, com essa avaliação, nós nos aproximamos, de forma mais célere, de algo que vai trazer uma modificação profunda nas relações internacionais do Brasil, que é atingir o chamado grau de investimento, ou seja, ter uma avaliação internacional que tire o Brasil da consideração exclusiva de País emergente, passando à de País com um menor grau de risco. Com esse indicador já se aproximando dos 200 pontos-base, a perspectiva de chegarmos ao grau de investimento poderá ser alcançada no próximo ano, contrariando as estimativas anteriores.

Por último, uma outra matéria da **Gazeta Mercantil** de hoje dá conta também de um investimento maior das empresas do setor elétrico em tecnologia da informação. Todo o sistema elétrico nacional tem um crescimento de investimento da ordem de 14% em tecnologia da informação este ano, o que nos garante uma solidez maior para afastarmos de vez a questão do apagão em nosso País.

Então, faço o registro dessas duas matérias e solicito que elas sejam publicadas na íntegra.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SR^a SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Risco-país se aproxima dos 200 pontos-base

Jiane Carvalho
São Paulo

Depois de uma segunda-feira marcada pelo otimismo, que jogou para baixo o dólar e o risco-país e favoreceu as bolsas globais — à exceção da Bovespa — o mercado hoje deve ser cauteloso. A expectativa é pela divulgação do primeiro dado da inflação americana da semana, o PPI, que mede a variação dos preços ao produtor. Amanhã é a vez da inflação ao consumidor americano (CPI na sigla em inglês). Se a leitura dos números for positiva e colaborar para a estimativa de manutenção dos juros americanos a 5,25%, a tendência de retorno dos investidores aos emergentes deve ganhar força.

Ontem, a trégua entre o Hizbollah e Israel foi positiva para o mercado. O cessar fogo permitiu um recuo nos preços do petróleo, um dos itens que mantêm acesa a insegurança quanto aos próximos passos do Fed. O barril de petróleo do tipo de WTI, com vencimento em setembro, encerrou em baixa de 1,1%, para US\$ 73,53 na Bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex).

O resultado do bom humor dos mercados foi queda de 0,23% no dólar, a R\$ 2,161. O

risco-país voltou a cair. O indicador fechou em baixa de três pontos, a 206 pontos-base e se aproxima dos 200 pontos. “O petróleo em queda é uma pressão a menos sobre o Fed que pode manter os juros inalterados”, diz Mario Cebrian, da área de câmbio do Standard Bank. “Com a melhora externa acredito que o risco-país possa romper a barreira dos 200 pontos ainda nesta semana.”

No câmbio, a expectativa é que até quinta o BC anuncie um leilão de swap reverso para rolar contratos que vencem em primeiro de setembro, no valor de US\$ 1,6 bilhão. O mercado acredita que, para evitar queda ainda maior no dólar, o BC irá rolar integralmente este vencimento. O leilão de swap reverso funciona como uma compra de moeda no mercado futuro, ajudando a valorizar o dólar. No vencimento, ocorre o contrário e a cotação tende a cair.

No mercado de juro futuro, a segunda foi de poucos negócios. Na BM&F, as projeções de juros dos contratos de Depósito Interfinanceiro (DI) oscilaram pouco. O DI de janeiro de 2008 apontou juro anual de 14,44%, ante 14,42% do ajuste anterior.

Elétricas investem 14% a mais em TI este ano

Ana Carolina Saito e
Carlos Eduardo Vallim
São Paulo

Após deixar para trás o aperto de gastos pós-apagão, as empresas do setor elétrico intensificam os investimentos em tecnologia da informação. Neste ano, além de substituir seus antigos sistemas corporativos desenvolvidos internamente, elas buscam terceirizar mais suas atividades de TI, seguindo tendência de outras indústrias.

O Grupo Rede, por exemplo, fechou neste ano dois contratos com a Unisys e a Elucid, parceira brasileira especializada em softwares para o segmento da IBM. O acordo dará à Unisys R\$ 11 milhões durante 36 meses e foi disputado também por IBM e Tivit. “É o nosso pri-

meiro grande contrato na área de energia”, afirma o diretor de consultoria da Unisys, Rubens Caparica.

O setor de energia e saneamento deve ampliar em 14% os gastos com TI neste ano sobre 2005, quando respondeu por 3,8% dos investimentos totais no segmento no País, segundo pesquisa da IDC Brasil. “Antes, os gastos de TI representavam 1,5% do faturamento (das empresas de energia). Hoje, estão em torno de 2% a 3%”, afirma o diretor do Grupo Rede, Vanderlei Soares.

Segundo pesquisa da IT Data, com 40 empresas de geração e distribuição, apenas metade terceiriza a área de help desk e 45%, os serviços de impressão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a será atendida na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, por dez minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo à tribuna para falar sobre eficiência energética, racionalidade e desenvolvimento, tema que me desperta muita atenção desde o início do meu mandato de Senador.

Ao longo dos últimos dois séculos, a humanidade foi desenvolvendo uma absurda cultura de desperdícios que, se não for contida rapidamente, poderá levar ao esgotamento dos recursos naturais e a gravíssimos problemas para a continuidade da vida sobre o Planeta Terra.

O predomínio do mercado sobre a racionalidade humana levou ao desenvolvimento de tecnologias de produtos de vida útil muito curta, principalmente aqueles que podem ser utilizados uma única vez, de

forma a obrigar o consumidor a substituí-los e a adquirir novos produtos. Em vez de empenhar esforços no sentido de preservar o Planeta e, dessa forma, garantir qualidade de vida aos habitantes, a indústria e a cultura de mercado dedicam-se, cada vez mais, a desenvolver produtos do tipo “use e jogue fora”, o produto descartável.

Essa atitude, do ponto de vista imediato, pode significar mercado e lucros crescentes. Entretanto, resulta numa violenta agressão contra a vida e a sobrevivência da própria humanidade. Estamos caminhando em passos cada vez mais acelerados para o total esgotamento dos recursos naturais do Planeta e, no rastro dessa caminhada, produzindo e acumulando rejeitos, restos não aproveitados, classificados como lixo, que levarão séculos para se desintegrar e que já não têm onde ser depositados.

Nas últimas décadas, a humanidade vem recebendo sinais de que essa “cultura de desperdícios” vai resultar em conseqüências gravíssimas. Avisos na forma de fenômenos naturais, como *tsunamis*, terremotos,

maremotos, vendavais etc., ou sinais de esgotamento de recursos, como as crises de abastecimento de energia, principalmente a crise do petróleo.

No tocante ao consumo de energia, a humanidade tem sido absolutamente irresponsável. Sempre consumimos energia como se proviesse de fontes inesgotáveis. Entretanto, paradoxalmente, nossa principal fonte de energia, o petróleo, está em vias de esgotamento.

Por outro lado, as crises e as catástrofes deixam lições que, felizmente, a humanidade passou a aproveitar e desenvolver. Embora em ritmo ainda muito aquém do que seria desejável, o mundo se apercebe do perigo. Um número crescente de países, assim como mais e mais pessoas, individualmente, vem se conscientizando da seriedade do problema.

Desde a primeira crise do petróleo, na década de 70, o mundo passou a se preocupar com a necessidade de frear o processo de consumo dos recursos naturais.

Atualmente desenvolve-se o conceito de que “não existe lixo; o que existe é material mal aproveitado”. Essa nova filosofia de reciclagem e reaproveitamento de rejeitos, além de importante para a preservação dos recursos naturais, tem-se mostrado uma nova indústria muito lucrativa.

A boa notícia, motivo de orgulho para todos os brasileiros, é que o Brasil vem atuando de forma destacada e tem servido de exemplo em muitas iniciativas no que diz respeito à racionalização, tanto na geração de energia quanto no seu consumo.

A cronologia de nossas iniciativas permite afirmar que, na área energética, o Brasil tem enfrentado o problema da má utilização de energia com responsabilidade crescente. A necessidade de racionalizar o uso das diversas formas e das fontes de energia passa gradativamente a incorporar o cotidiano da sociedade nacional.

Desde a segunda crise do petróleo, por volta de 1979, o Brasil vem adotando programas sistematizados, visando o uso eficiente de energia.

Vejamos essa cronologia:

1984 – foi criado o Programa Brasileiro de Etiquetagem, com a coordenação do Inmetro. Esse programa promove a eficiência energética por meio de etiquetas informativas de classificação de equipamentos. Até o momento, 33 equipamentos foram etiquetados e 27 encontram-se em processo.

1985 – em dezembro, foi criado o Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, com o objetivo de “promover a racionalização da produção e do consumo da produção e do consumo de energia elétrica, para que se eliminem os desperdícios e se reduzam os custos e os investimentos setoriais”.

Nestes 20 anos de existência, o Procel tem atuado e obtido resultados expressivos no combate ao desperdício de energia elétrica nas áreas de saneamento ambiental, setor industrial, gestão energética municipal, iluminação pública, educação, edificações e etiquetagem de equipamentos e do Selo Procel.

O sucesso do Procel faz-se sentir principalmente no investimento evitado. Com a economia obtida por meio da racionalização do uso da energia elétrica, a demanda pela construção de usinas de geração de energia cai. Estima-se que, a continuarem as iniciativas de racionalização, até 2015, será possível diminuir a demanda anual em montante equivalente a duas usinas de Itaipu. Assim, vamos evitar ter que fazer investimentos equivalentes ao necessário para construir duas usinas do porte de Itaipu, aproximadamente 25.000 GW de potência.

1991 – criado o Conpet (Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados de Petróleo e Gás Natural), outro programa federal de destaque. Coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, é operacionalizado pela Petrobras e promove a eficiência energética nas áreas de transporte de passageiros e cargas, transporte rodoviário de combustíveis, etiquetagem, além de ações educacionais e Selo Conpet.

Os principais resultados do período de 2003 a julho de 2006 são:

economia de 1.253 milhão de litros de óleo diesel;

redução da emissão de 3,4 milhões de toneladas de CO² e de 73,2 mil toneladas de particulados;

promoção da etiquetagem de 360 modelos de fogões e fornos;

atendimento de 2,8 milhões de alunos em 39 mil escolas de 710 Municípios, além de três mil professores capacitados.

2000 – A Lei nº 9.991, de 2000, tornou compulsória a aplicação de 0,25% da Receita Operacional Líquida das distribuidoras de eletricidade. Fruto dessa determinação, o Programa de Eficiência Energética das Concessionárias – PEE da Aneel, tem logrado a obter resultados relevantes. Até 2005, foram aplicados cerca de R\$ 1.362 milhão, proporcionando uma economia de energia acumulada estimada em 4,6 TWh/ano, bem como uma demanda evitada na ponta de 1.395 MW, o equivalente ao potencial da usina nuclear de Angra II.

2001 – Lei de Eficiência Energética (nº 10.295/01), principal marco legal, de caráter estrutural, constitui-se em instrumento eficaz por meio do qual o Poder Executivo estabelece índices mínimos de eficiência energética para equipamentos consumidores de energia, além de estabelecer mecanismo para a promoção da conservação de energia nas edificações do País.

Na forma da Lei nº 10.295, de 2001, foi constituído o Comitê Gestor de Indicador e Níveis de Eficiência Energética – CGIEE.

Compete ao CGIEE elaborar a regulamentação específica e o plano de metas relativo a cada máquina ou aparelho consumidor de energia.

Através da Portaria Interministerial nº 553, de 2005, foi estabelecido o Plano de Metas de Eficiência Energética para Motores Elétricos Trifásicos, equipamento responsável por, aproximadamente, 30% de todo consumo de eletricidade no País.

2004 – Em março, foi editado o decreto do Proinfa – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. O Proinfa é um importante instrumento para a diversificação da matriz energética nacional, garantindo maior confiabilidade e segurança ao abastecimento. O Programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, estabelece a contratação de 3,3 MW de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN), produzidos por fontes eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), sendo 1,1 MW de cada fonte.

2006 – Portaria do CGIEE. Em sua oitava reunião, que ocorreu em 7 de julho passado, o CGIEE anunciou a assinatura da Portaria Interministerial relativa à regulamentação dos índices mínimos de eficiência para as Lâmpadas Fluorescentes Compactas (LFC), assim como a regulamentação específica dos índices mínimos de eficiência para os seguintes aparelhos: refrigeradores e congeladores, condicionadores de ar, fogões e fornos a gás.

Assim, graças à experiência acumulada ao longo dos anos, o Brasil dá passos decisivos no sentido do uso inteligente de suas reservas de energia.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Senador Sibá, V. Exª me concede um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador, vou concluir esta parte e, em seguida, concederei um aparte a V. Exª.

Além disso, os consumidores brasileiros poderão adquirir produtos de alta qualidade e com vida útil mais longa.

Como efeito adicional, uma externalidade nada desprezível vai-se, gradativamente, elevando o nível de conscientização da sociedade com relação à importância de combater o desperdício e de respeito às riquezas naturais de nosso Planeta.

Ouçó, com atenção, o Senador Roberto Cavalcanti.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Senador Sibá Machado, é um prazer aparteá-lo, principalmente quando V. Exª aborda um assunto de extrema importância para o futuro do País e também do globo terrestre. Quem não se preocupar com o impacto ambiental e suas minimizações estará fadado a uma condenação futura da própria natureza. Também parabeno o Governo pelo trabalho relatado e pelos efeitos, medidas e providências tomadas a fim de minimizar os impactos. Porém, faço um registro sobre a falta de incentivos específicos para o setor da reciclagem. No Brasil, a reciclagem é feita pela iniciativa privada, com muito sacrifício das empresas que se dedicam a essa atividade. Na verdade, elas proporcionam a retirada, no nosso País, de toneladas do lixo que seria ecologicamente condenável para transformá-lo em produtos reutilizáveis. Toda a produção brasileira, seja na área de mineral, seja na área de plásticos, está bastante consubstanciada na reciclagem de plástico. Não há, no entanto, a percepção da necessidade de incentivar, por qualquer que seja a forma, essas empresas que disputam e contribuem com todos os encargos, que, no Brasil, são pesadíssimos, sem terem um privilégio, tendo em vista o foco de atuação que elas exercem. E, como V. Exª faz parte do Partido que está à frente do Governo, gostaria que V. Exª se preocupasse com este tema, para que, no futuro, o Brasil possa dar aos recicladores um espaço de sobrevivência e uma menor carga tributária, que é tão grande no País no momento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª pelo aparte. Realmente, essa questão nos chama a atenção porque, se não me falha a memória, em 2004, houve um grande debate aqui sobre maior isenção para as indústrias que praticam a reciclagem. Falamos, inclusive, do setor do alumínio, que recicla muitas latinhas de refrigerante e cerveja, e do reaproveitamento de material, principalmente do alumínio, do papel.

Muitas pessoas reclamaram aqui dizendo que havia uma dupla tributação, porque, no primeiro momento em que se industrializa o papel, a legislação

já faz uma tributação, e, havendo reciclagem, há uma segunda tributação. Tratou-se de vários materiais.

Devemos, neste momento, analisar essa questão com carinho, porque acredito que a indústria que faz reciclagem já está realizando a recuperação de um dano ambiental, diminuindo a incidência do lixo ou coisa parecida.

V. Ex^a tem total razão quando diz que este caso merece uma atenção especial, e sou uma das pessoas que gostariam muito de poder participar desse debate e de ajudar naquilo que for possível.

Sr. Presidente, peço mais uns minutos para concluir o meu pensamento.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Permite-me um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu pediria mais uns minutos para concluir o meu pensamento, porque o meu tempo está se esgotando.

Concedo o aparte ao Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a trata de um tema muito importante para o Brasil, que é a infra-estrutura energética, fundamental para que o País possa voltar a se desenvolver.

Lamentavelmente, no período do Governo do Presidente Lula, o Brasil não cresceu. O País ficou praticamente estacionado, com um crescimento pífio, e não consumimos a energia que se esperava consumir para um País que tem a potencialidade do Brasil. Nada foi acrescentado em energia nova no País. A verdade é que nenhuma hidrelétrica foi feita. Absolutamente nenhuma. Vários projetos, quase duas dezenas, estão paralisados por falta de licença ambiental, e isso é de um órgão do Governo, é do Ibama, é de um Ministério ligado ao Governo. Isso causou e tem causado um terrível prejuízo ao País.

O Governo Lula está acabando, acabará em dezembro. Faltam menos de seis meses para o fim do Governo Lula. E V. Ex^a acredita que Geraldo Alckmin será eleito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não. O próximo mandato será do Presidente Lula. Para o próximo ainda há mais de quatro anos.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – O mandato do Presidente Lula está acabando, e ele prometeu gerar muita energia. Em 2003, a atual Ministra-Chefe da Casa Civil, quando Ministra de Minas e Energia, mandou um projeto reestruturando o setor, criando energia nova. Não deu em nada, não foi para lugar nenhum. Agora, faltando cinco meses, o Presidente Lula reúne o Governo e diz “não podemos ficar assim. Temos de tocar as três grandes hidrelétricas: Belo Monte, no rio Xingu, as duas do complexo rio Madeira, Santo An-

tônio e Jirau”. Agora, Senador Sibá Machado! Agora, depois de quatro anos de governo! E continua sem solução a questão, porque, segundo matéria do jornal **O Estado de S. Paulo**, ele tem vontade, desejo, tem uma atitude desejosa de retomar, de resolver os problemas ambientais, mas o Ibama não é competente e capacitado. E, não sendo capacitado, se põe uma pedra em cima dos projetos, prejudicando o País. Nesse caso, foi até bom que o País não crescesse, porque, se tivesse crescido, haveria um outro apagão, haveria falta de energia. Senador Sibá Machado, para concluir, quero dizer que V. Ex^a tenta esconder o sol com a peneira, pois, quanto ao setor elétrico, este Governo foi um redundante fracasso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador César Borges, acho que V. Ex^a foi injusto, principalmente com o Ibama, que é o único órgão para concessão de licenças ambientais. Se não for habilitado, não há outro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Podemos discordar da velocidade em alguns casos, em que o órgão poderia ser mais ágil e assim por diante. Mas, com relação à matriz energética brasileira, o fruto do meu pronunciamento, o Brasil está causando inveja no mundo inteiro. Nós poderíamos ter partido para a grande infra-estrutura, para acrescentar algo ao parque de geração, mas temos um parque térmico brasileiro que foi mantido, criado no Governo do Presidente Fernando Henrique. O parque térmico que veio para substituir a crise da história do apagão está mantido. E queremos colocar para a geração dessas fontes o que temos de mais inovador da matriz energética brasileira, que é a biomassa e, posteriormente, a interligação do gasoduto. E estamos avançando nisso. Estamos avançando.

O setor hidrelétrico no Brasil sempre esteve numa crise muito grande, não dependeu da força do Presidente da República. O Presidente da República tem mantido. Desde 1982, participo do debate que envolve Belo Monte e, agora, mais recentemente, do que envolve o rio Madeira.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Já concedo o aparte a V. Ex^a.

No que diz respeito a novas hidrelétricas na Amazônia, considerei injusto, porque não depende da vontade pessoal do Presidente. Temos que observar que há uma comunidade local que nunca havia sido ouvida na hora de se construir uma hidrelétrica e que agora é ouvida. E, quando se ouve, também se ouve muitos

não. Há muito sim, mas há muito não. Há uma velocidade natural na sociedade e nas coisas, principalmente naquilo que é o respeito à legislação.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a poderia apontar uma hidrelétrica executada pelo Governo?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Temos a conclusão da hidrelétrica do rio Tocantins, a de Tucuruí, a ampliação de Tucuruí.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – A conclusão de Tucuruí?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A ampliação da geração de Tucuruí, a ampliação da de Itaipu; duas ampliações, mais duas turbinas novas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – São 21; e ele fez uma.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Não fez, não. Essa usina vem do Governo Fernando Henrique.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É interessante porque, quando a idéia nasce no passado, o Governo atual não tem relação. Quando nasce no Governo de agora, está atrasada.

Nessa matriz de energia elétrica, cumprimos rigorosamente aquilo que devia ser feito. O País está chamando a atenção por ser inovador nas fontes de geração e de consumo de energia. O mundo inteiro passa a olhar para o Brasil devido ao uso da biomassa. O Proinfa já existe. São 3,3 mil MW de energia geradas a partir de biomassa, de energia eólica, de PCHs.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Elas vão começar a ser construídas ainda.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim, mas o programa foi criado. Estamos pavimentando a rua que vai chegar lá. Chamo a atenção do País para que ele seja um País de consumo com racionalidade, com muita racionalidade. O nosso Senador Roberto Cavalcanti chama a atenção para mais um ponto: para que a legislação seja um pouco mais flexível com quem faz reciclagem de energia.

Agora estamos utilizando uma série de novas invenções. Os centros de academia têm buscado inovar no setor. Há o Hbio, da Petrobras; o biodiesel, a queima do bagaço de cana e assim por diante.

Acredito que o Brasil está inovando. Ele vai aumentar o potencial de geração significativamente, sem precisar partir para fontes tão tradicionais.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não, se o Presidente permitir, porque estou com o meu tempo esgotado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Presidente é um dos entusiastas do aumento da produção energética do Brasil, porque o seu Estado será um dos grandes beneficiados. Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo. V. Ex^a hoje faz um discurso eletrizante nesta Casa. Parabenizo-o porque, afinal de contas, V. Ex^a cumpre o seu papel de Líder do Governo, de fato, nesta Casa. E hoje recupera-se daquele reparo que lhe fiz, vindo com a estrelinha do PT, grande. Está de parabéns pela coragem de usar essa estrela. Mas vamos ao assunto: V. Ex^a falou de duas usinas no rio Madeira. Das quatro que estão programadas, quais são as duas que o Presidente vai mandar construir agora? O segundo ponto: o que V. Ex^a pode dizer a respeito daquele famoso leão que vai atingir e beneficiar o Estado do Acre, de execução, de responsabilidade da Eletronorte, que foi suspenso por conta de denúncias numa CPI recente nesta Casa?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – No Acre? Não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a não sabe de um benefício ao Estado de V. Ex^a?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, não há absolutamente nada impedindo. O convênio está assinado, o dinheiro está sendo depositado, será executada a obra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Do Acre?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Está sendo feita?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Está sendo feita normalmente, não há problema algum.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Muito obrigado. Não há problema algum? Mas qual o trecho que está sendo feito? Porque acabei de ouvir uma reclamação de que está praticamente paralisada a obra e aguardando o estudo de impacto ambiental, que não foi liberado ainda.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, sou do Estado do Acre, e, se houver algum problema de ordem técnica, que é possível que possa acontecer, porque não somos donos da absoluta razão...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A Ministra Marina resolve na hora, eu sei.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não é questão da Ministra Marina, não. O procedimento é uma questão de respeito à legislação. No Estado do Acre, pode-se dormir sossegado, porque não haverá problema.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador, quero saber quais são essas duas usinas. Realmente, dependendo da região e das usinas construídas pelo Governo Lula, poderíamos já dimensionar a potencialidade de distribuição de energia para os próximos anos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Cheguei ao Estado do Pará em 1979, e já havia lá um imbróglio, um grande imbróglio, com a promessa de construção de uma hidrelétrica no rio Xingu, a chamada Usina Hidrelétrica de Belo Monte, próxima à cidade de Altamira.

Conversei até com o Ministro Silas Rondeau, que na época era funcionário da Eletronorte. Falei a respeito das pregações que fiz contra a construção daquela hidrelétrica, porque a história das hidrelétricas no Brasil é de total desrespeito para com a comunidade a ser atingida pela barragem. Foi criado inclusive, no Brasil, um movimento chamado Movimento dos Atingidos por Barragem, MAB. Participei dessas coisas todas. Subi em caixotes de banana para fazer discursos contra o Governo da época, contra a Eletronorte e contra o desejo de construir a usina. O problema era que não se respeitava a comunidade local, muito menos a legislação. Falava-se de um potencial de 11 mil MW.

Hoje, com novas tecnologias, discute-se que é possível reduzir até mesmo à metade, porque o rio passa por um período de cheia e por um período de seca, e não fornece 11 mil MW o ano inteiro. E quando alcança esse potencial, o Brasil tem excedente de água na região inteira; portanto, não precisaria daquilo.

Fui testemunha ocular de um imbróglio: a construção de hidrelétricas no Brasil. O que há de inovador no período? Houve uma crise durante o Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Brasil passou por um problema, e, como alternativa, foi criada uma série de parques térmicos complementares, cuja fonte de geração era o óleo diesel. A região Amazônica, ainda hoje, queima óleo diesel como principal fonte, como, por exemplo, em Manaus, em Porto Velho, em toda a região mais a oeste da Amazônia, que consome basicamente óleo diesel, fazendo um esforço muito grande de substituição.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite concluir o meu aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O Presidente Lula consegue, agora, em seu Governo, “desjudicializar” o problema da interligação do gasoduto de Urucum para Manaus, que é uma obra que

agora começa a sair, de fato e de direito, do papel, e começa a trabalhar a “desjudicialização” do gasoduto de Urucum para Porto Velho a fim de manter o parque térmico que lá existe para queimar gás, e não mais o petróleo. E é claro que sonho também com a idéia de a Amazônia produzir biodiesel e participar dessa tão inovadora fonte de energia.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Acredito que inclusive o Presidente Lula, Senador Sibá Machado...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Falar do gasoduto da Bolívia, da interligação do Nordeste, que é o assunto da Casa, trazer gás da Bolívia para abastecer o Brasil, inclusive as fontes do Nordeste, investir em novas fontes da própria Petrobras no País, isso tudo que estamos vivendo representa uma inovação muito grande do parque energético brasileiro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Governo continua com a matriz do gás da Bolívia? Vai...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vai. O gás do parque não é apenas para o Sudeste não, é também para o Nordeste brasileiro.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quer dizer que vocês conseguiram dobrar o Presidente Evo Morales? Parabéns.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vamos conseguir.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu gostaria apenas que V. Ex^a respondesse – e o Brasil todo quer saber – quais são as duas usinas do rio Madeira que serão construídas pelo Presidente Lula, e quantos megawatts este Governo ampliou em nossa matriz energética. Por último, mostrar mais uma vez ao Brasil a alergia do Presidente Lula em relação ao Nordeste. V. Ex^a anunciou vários gasodutos que serão construídos na região Norte. Enquanto isso, o gasoduto que liga Fortaleza, São Luis e Teresina, para o que nós aprovamos dinheiro aqui neste plenário, projeto de que era Relator o Senador César Borges, o dinheiro está contingenciado, e não houve nenhum tratamento de respeito para com o Nordeste. Fica aí mais uma prova Senador Sibá, da maneira como este Governo trata o Nordeste brasileiro.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas fico satisfeito com as informações que V. Ex^a por certo irá prestar ao Brasil, com relação às duas hidrelétricas e onde elas ficam situadas. Muito obrigado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, gostaria de ouvir mais dois apartes, mas vai depender de V. Ex^a, se é possível conceder.

Senador Tasso Jereissati e, depois, Senador José Jorge.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Sibá Machado, sei que não tem nada a ver com energia elétrica, mas, a propósito do que o Senador Heráclito Fortes levantou sobre as anunciadas obras elétricas, e como V. Ex^a hoje aqui representa o Governo, tenho uma curiosidade. Sou do Ceará, como V. Ex^a sabe. Sou do Nordeste, assim como o Senador César Borges, da Bahia. Vimos, ontem, no Programa Eleitoral, o Presidente Lula falar das suas grandes obras. E fez referência à refinaria de Pernambuco. Está aqui o Senador José Jorge, e ninguém viu essa refinaria em Pernambuco. Mas, na fotografia, aparecem torres de refino. Linda a fotografia! Mas, em Pernambuco, infelizmente, ninguém viu essa refinaria. V. Ex^a poderia dizer onde está localizada essa refinaria em Pernambuco, Senador José Jorge?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Lá não existe nem um tijolo, ainda.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – É, porque eu vi as fotografias. Deve estar localizada em algum lugar que V. Ex^a não viu. E nós estamos pedindo que o Senador Sibá Machado a localize para nós. Eu gostaria muito de visitá-la. Sonhei tanto com essa refinaria para o Ceará, que gostaria de vê-la. Em outra, também vi trens correndo. Lindos! O metrô de Fortaleza; se não me engano, o de Recife e, Senador César Borges, o metrô de Salvador. Também não vi o metrô em Fortaleza. Talvez ele esteja tão por baixo da terra que não se dê para ver. E, ao mesmo tempo, a notícia que eu tenho é de que, para este ano, os recursos para o metrô de Fortaleza estão contingenciados. Não há verba. Metrô inclusive que eu, quando era Governador, comecei e que, pelo que eu saiba, as obras foram paralisadas depois que o Presidente Lula assumiu. Está tudo paralisado. Mas pode ser também que este seja tão subterrâneo... Na minha época, só uma pequena parte era subterrânea; a outra era metrô de superfície. Eu não sei se o Senador César Borges viu em Salvador esse metrô lindo que estava funcionando no filme da propaganda eleitoral do Presidente Lula. Mas S. Ex^a me disse, há pouco tempo, que também não viu. É subterrâneo, Senador César Borges, lá em Salvador? Deve estar por baixo da Baía de Todos os Santos. V. Ex^a poderia nos falar desses dois metrôs que nós também não vimos.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Como os de todas as capitais...

Sr. Presidente, vamos logo ouvir o Senador José Jorge?

V. Ex^a pediu o aparte, Senador José Jorge?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Pedi, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Pois não.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Nós estamos esperando a resposta. Senador Sibá Machado, em primeiro lugar, elogio o esforço de V. Ex^a de vir aqui defender o Governo Lula na área de energia. Muito se fala do apagão que enfrentamos em 2001, que é algo gravíssimo e que gostaríamos que nunca acontecesse no Brasil. Nós temos que aprender com aquilo. Mas não aprendemos. E estamos correndo o risco de, daqui a três, quatro anos, haver um apagão maior ainda. Naquele momento, havia muitas obras em andamento. Quer dizer, rapidamente, foi possível sair do racionamento, pois não houve apagão, na realidade. E quando o Governo Lula assumiu, a Ministra Dilma Rousseff, à época Ministra de Minas e Energia, esteve aqui, em uma audiência da Comissão de Infra-Estrutura. Acredito até que V. Ex^a estava lá. Ela disse que o grande problema, naquele momento, é que havia dez mil MW de energia sobrando – isso está nos Anais da Casa, V. Ex^a pode examinar – o que significa 20% do consumo. E o que aconteceu? Durante estes anos, mesmo com o crescimento pequeno que temos, essa energia está sendo consumida. E quando o próximo Governo assumir, já estaremos em situação de risco. Hoje mesmo, o Sul está recebendo energia do Sudeste. As linhas de transmissão levam, mais ou menos, 50% do consumo do Sul do Sudeste. Ontem, o Presidente Lula fez uma comemoração, porque, pela primeira vez, conseguiu assinar o contrato para a construção de sete hidrelétricas, num total de 804 MW, o que, normalmente, seria uma hidrelétrica de porte médio – 1 mil MW –, e 804 MW representam o total de sete. Quer dizer, no Brasil é preciso 3 mil MW de energia a cada ano para se manter o sistema em funcionamento.

(Interrupção do som.)

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Na realidade, essas hidrelétricas sobre as quais ele falou no programa de televisão, que foram ampliadas são obras que vêm desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, como a ampliação de Itaipu. São duas as obras que estão sendo colocadas, com um cronograma que o Presidente Lula não teve nada a ver. Mas V. Ex^a faz esse esforço, que é louvável, já que não há obras no setor energético. E rapidamente, ganhe quem ganhar a eleição, nós vamos ter que trabalhar para que não haja um apagão – aí é apagão mesmo –, em 2009,

2010, porque as obras do setor elétrico, V. Ex^a sabe, têm um prazo de no mínimo cinco anos. Uma hidrelétrica grande, como as duas do rio Madeira ou a do rio Xingu, a de Belo Monte...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...perpassa o mandato inteiro.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Leva de seis a sete anos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É, perpassa quase dois mandatos.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Este Governo não deu nem um passo. Tudo está do mesmo jeito que estava quando Lula assumiu o Governo. E a parte de energia nuclear – por exemplo, Angra III –, o Conselho Nacional de Energia Elétrica, desde o começo do Governo, vai e vem, vai e vem, houve até divergência entre a Ministra Dilma Rousseff e o Ministro José Dirceu, e não sai. Estamos caminhando para o risco. Outra questão é a que o Senador Tasso levantou. São obras que aparecem na televisão e que não existem. A refinaria de Pernambuco, na verdade, não tem nem um tijolo colocado. Os metrô também estão paralisados. O Tribunal Superior Eleitoral deveria proibir foto de obra inexistente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Concluindo, Sr. Presidente.

Senadores José Jorge e Tasso Jereissati...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tenho apenas uma dúvida.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só um instante. Meu tempo já está esgotado. Estou com medo de, daqui a pouco, o meu pronunciamento virar outra coisa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Presidente é generoso. Queria apenas que a Assessoria pudesse me informar se posso abrir um processo contra o PT por propaganda enganosa. Queria saber se isso cabe à Assessoria Jurídica do Senado porque, se a resposta for positiva – invoco o testemunho dos Senadores Tasso Jereissati, José Jorge e César Borges –, vamos processar esse Partido por propaganda enganosa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou ter que pedir aparte ao Senador Heráclito Fortes.

É um prazer muito grande debater com V. Ex^{as}.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Fui instado pelo prezado colega Tasso Jereissati, que ficou indignado com a propaganda enganosa do PT exibida ontem na televisão e citou o caso do metrô de Salvador, dado como pronto, mostrando figuras de trens japoneses moderníssimos. Não existe nada disso na Bahia! Sabe o que o Governo de V. Ex^a fez com o metrô da Bahia? Pôs uma pedra em cima; matou o projeto. Tínhamos recursos do Banco Mundial, que queria liberar

aproximadamente US\$ 100 milhões. Mas o que fez o Governo? Mandou cancelar US\$ 32 milhões dos US\$ 100 milhões. Sabe o que o Governo fez com o projeto do metrô? Seriam 12 Km; entretanto, o Governo disse que só retomaria o projeto se fossem 6,5 Km, Senador Tasso Jereissati. Sabe como é chamado o metrô lá em Salvador, Presidente Renan Calheiros? Metrô calça curta, por causa dos 6,5 Km! Iria transportar 200 mil pessoas por dia; agora vai transportar 80 mil. E não é possível, pelo menos em dois anos, o Presidente apresentá-lo como obra; mostrar o trem correndo sobre os trilhos. Isso é propaganda enganosa. É lamentável que o Presidente da República tenha que recorrer a isso. Agradeço a sua compreensão para que eu pudesse dar essa explicação ao nobre Senador Tasso Jereissati. V. Ex^a é um grande colega aqui. Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

Sr. Presidente, para concluir.

Senador José Jorge, obras dessa natureza, principalmente do setor elétrico, é claro, não podem ter execução em menos de quatro anos. É impossível. O que estamos fazendo aqui é pavimentando a possibilidade de o Brasil abrir todas essas frentes no setor de energia e ser um País referência, de matriz limpa e duradoura que afaste, de uma vez por toda, o perigo de apagões daqui para frente.

Não foi mexido em absolutamente nada em termos de continuidade de Governos anteriores. Volto a dizer, reafirmo desta tribuna que desde 1979 sou testemunha ocular de que na Amazônia esse problema de construção de hidrelétricas nunca foi tratado com respeito à comunidade local e muito menos à legislação. Por isso estavam paralisadas. O Presidente Lula anuncia que haverá a construção porque agora pode, porque há diálogo com a comunidade, porque se respeita a legislação. O Ministério Público retirou o embargo, o Ibama começa a fazer o licenciamento e tudo o mais. Nós temos agora condições de fazer aquilo com que tanto se sonhou naquela região. É inteira a possibilidade de ser feita a partir de agora.

Governo nenhum faria. Se fizesse seria burlando a lei, passando por cima da comunidade.

O nosso Brasil, com certeza, em um curto espaço de tempo, será um dos Países que estarão crescendo economicamente a uma taxa média de 5%, sem risco nenhum de falta de energia elétrica.

Sr. Presidente, eu não tive condição de ler todo o meu pronunciamento e peço que V. Ex^a o dê como lido na íntegra. Agradeço pela tolerância comigo.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.



Fildes Machado

Eficiência Energética

Racionalidade e Desenvolvimento

Ao longo dos últimos dois séculos, a humanidade foi desenvolvendo uma absurda cultura de desperdícios que, se não for contida rapidamente, poderá levar ao esgotamento dos recursos naturais e a gravíssimos problemas para a continuidade da vida sobre o Planeta Terra.

O predomínio do mercado sobre a racionalidade humana levou ao desenvolvimento de tecnologias de produtos de vida útil muito curta, principalmente aqueles que podem ser utilizados uma única vez, de forma a obrigar o consumidor à substituição e aquisição de novos produtos.

Ao invés de empenhar esforços no sentido de preservar o Planeta e, dessa forma, garantir qualidade de vida aos habitantes, a indústria e a cultura de mercado dedicam-se cada vez mais a desenvolver produtos do tipo "use e jogue fora".

Essa atitude, do ponto de vista imediato, pode significar mercado e lucros crescentes. Entretanto, resulta numa violenta agressão contra a vida e a sobrevivência da própria humanidade. Estamos caminhando em passos cada vez mais acelerados para o total esgotamento dos recursos naturais do Planeta e, no rastro dessa caminhada, produzindo e acumulando rejeitos, restos não aproveitados, classificados como lixo, que levarão séculos para se desintegrar e que já não tem onde ser depositados.

Nas últimas décadas, a humanidade vem recebendo sinais de que essa "cultura de desperdícios" vai resultar em conseqüências gravíssimas. Avisos na forma de fenômenos naturais, como tsunamis, terremotos, maremotos, vendavais etc, ou sinais de esgotamento de recursos, como as crises de abastecimento de energia, principalmente do petróleo,

Na tocante ao consumo de energia, a humanidade tem sido absolutamente irresponsável. Sempre consumimos energia como se proviesse de fontes inesgotáveis. Entretanto, paradoxalmente, nossa principal fonte de energia, o petróleo, está em vias de esgotamento.

Por outro lado, as crises e as catástrofes deixam lições que, felizmente, a humanidade passou a aproveitar e desenvolver. Embora em ritmo ainda muito aquém do que seria desejável, o mundo se apercebe do perigo. Um número crescente de países, assim como, mais e mais pessoas individualmente, vêm se conscientizando da seriedade do problema.

Desde a primeira crise do petróleo, na década de setenta, o mundo passou a se preocupar com a necessidade de frear o processo de consumo dos recursos naturais. Atualmente desenvolve-se o conceito de *“não existe lixo, o que existe é material mal aproveitado”*. Essa nova filosofia de reciclagem e reaproveitamento de rejeitos, além de importante para a preservação dos recursos naturais, tem se mostrado uma nova indústria muito lucrativa.

A boa notícia, motivo de orgulho para todos os brasileiros, é que o Brasil vem atuando de forma destacada e tem servido de exemplo em muitas iniciativas no que diz respeito à racionalização tanto na geração de energia, quanto no seu consumo.

A cronologia de nossas iniciativas permite afirmar que, na área energética, o Brasil tem enfrentado o problema da má utilização de energia com responsabilidade crescente. A necessidade de racionalizar o uso das diversas formas e das fontes de energia passa gradativamente a incorporar o cotidiano da sociedade brasileira.

Desde a segunda crise do petróleo, por volta de 1979, o Brasil vem adotando programas sistematizados visando o uso eficiente de energia.

1984 - foi criado o Programa Brasileiro de Etiquetagem, com a coordenação do INMETRO. Este programa promove a eficiência energética por meio de etiquetas informativas de classificação de equipamentos. Até o momento, 33 equipamentos já foram etiquetados e 27 encontram-se em processo.

1985 - em dezembro, foi criado o PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – com o objetivo de *“promover a racionalização da produção e do consumo de energia elétrica, para que se eliminem os desperdícios e se reduzam os custos e os investimentos setoriais”*.

Nestes vinte anos de existência o PROCEL tem atuado e obtido resultados expressivos no combate ao desperdício de energia elétrica nas áreas de saneamento ambiental, setor industrial, gestão energética municipal, iluminação pública, educação, edificações, etiquetagem de equipamentos e do Selo PROCEL.

O sucesso do PROCEL faz-se sentir principalmente no investimento evitado. Com a economia obtida por meio da racionalização do uso da energia elétrica, a demanda pela construção de usinas de geração de energia cai. Estimam-se que, a continuarem as iniciativas de racionalização, até 2015, será possível diminuir a demanda anual em montante equivalente a duas usinas de Itaipu. Assim, vamos evitar ter que fazer investimentos equivalentes ao necessário para construir duas usinas do porte de Itaipu, aproximadamente 25.000 GW de potência.

1991 – criado o CONPET. Outro programa federal de destaque é o Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados de Petróleo e do Gás Natural – CONPET. Coordenado pelo MME, é operacionalizado pela Petrobrás e promove a eficiência energética nas áreas de transporte de passageiros e cargas, transporte rodoviário de combustíveis, etiquetagem, além de ações educacionais e Selo CONPET. Os principais resultados do período de 2003 a julho de 2006 são:

- ✓ Economia de 1.253 milhões de litros de óleo diesel;
- ✓ Redução da emissão de 3,4 milhões de toneladas de CO₂ e de 73,2 mil toneladas de particulados;
- ✓ Promoção da etiquetagem de 360 modelos de fogões e fornos;
- ✓ Atendimento de 2,8 milhões de alunos em 39 mil escolas de 710 municípios, além de 3 mil professores capacitados.

2000 - A Lei 9991/2000 tornou compulsória a aplicação de 0,25% da Receita Operacional Líquida das distribuidoras de eletricidade. Fruto dessa determinação, o Programa de Eficiência Energética das Concessionárias – PEE/ANEEL, tem logrado obter resultados relevantes. Até 2005, foram aplicados R\$ 1.362 milhões, proporcionando uma economia de energia acumulada estimada em 4.6 TWh/ano, bem como uma demanda evitada na ponta de 1.395 MW, equivalentes ao potencial da usina nuclear de Angra 2.

2001 - Lei de Eficiência Energética (nº 10.295/01), principal marco legal, de caráter estrutural, constitui-se em instrumento eficaz por meio do qual o Poder Executivo estabelece índices mínimos de Eficiência Energética para equipamentos consumidores de energia, além de estabelecer mecanismos para a promoção da conservação de energia nas edificações no País.

Na forma da Lei 10.295/01, foi constituído o Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética – CGIEE. Compete ao CGIEE elaborar a regulamentação específica e o plano de metas relativo a cada máquina ou aparelho consumidor de energia.

Através da Portaria Interministerial nº 553/05 foi estabelecido o Plano de Metas de Eficiência Energética para Motores Elétricos Trifásicos, equipamento responsável por aproximadamente 30% de todo consumo de eletricidade no País.

2004 – março, editado o Decreto do PROINFA: Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. O PROINFA é um importante instrumento para a diversificação da matriz energética nacional, garantindo maior confiabilidade e segurança ao abastecimento. O Programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), estabelece a contratação de 3.300 MW de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN), produzidos por fontes eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), sendo 1.100 MW de cada fonte.

2006 – Portaria CGIEE. Em sua 8ª reunião, que ocorreu em 7 de julho passado, o CGIEE anunciou a assinatura da Portaria Interministerial relativa à regulamentação dos índices mínimos de eficiência para as Lâmpadas Fluorescentes Compactas (LFC), assim como a regulamentação específica dos índices mínimos de eficiência para os seguintes aparelhos: Refrigeradores e Congeladores, Condicionadores de Ar, Fogões e Fornos a Gás.

Assim, graças à experiência acumulada ao longo dos anos, o Brasil dá passos decisivos no sentido do uso inteligente de suas reservas de energia. Além disso, os consumidores brasileiros poderão adquirir produtos de alta qualidade e com vida útil mais longa.

Como efeito adicional, uma externalidade nada desprezível, vai-se gradativamente elevando o nível de conscientização da sociedade com relação à importância de combater o desperdício e de respeito ao Planeta.

É importante destacar que, para alcançar os avanços que podemos comemorar hoje em dia, foi preciso superar resistências poderosíssimas. Fruto da incompreensão e do conservadorismo, ao longo dos tempos, foram se opondo incontáveis obstáculos aos programas que visavam à racionalização do uso da energia.

Na medida em que as pesquisas e estudos foram saindo dos laboratórios e dos meios acadêmicos e se transformando em ações concretas, mais e mais oponentes e obstáculos de complexidade crescente foram se apresentando,

Somente a decisão firme de governos e, fundamentalmente, de estudiosos e técnicos, com o apoio decisivo de algumas federações industriais, é que tornou possível a conquista de novos marcos na racionalização do uso de energia e na capacitação brasileira a ponto de transformar o Brasil em referência mundial.

Por fim, é importante destacar que os efeitos de uma política de Eficiência Energética ultrapassam os limites dos aspectos eminentemente energéticos.

Há impactos muito positivos em áreas como:

- **SAÚDE** - Estudos desenvolvidos em Laboratório de Poluição da Universidade de São Paulo (USP) indicam que dentre os grandes problemas de São Paulo e dos grandes centros urbanos do mundo estão o ozônio e o material particulado, sendo que, respectivamente, 80% e 40% dos precursores desses dos dois poluentes derivam da frota de veículos a diesel. Estes mesmos estudos levam à estimativa de ocorrem 9 mortes por dia causadas por problemas decorrentes da poluição somente em São Paulo. A substituição dos combustíveis poluentes e a regulamentação de exigências de maior eficiência em motores de combustão, vai ajudar decisivamente a combater esse grave problema das metrópoles.
- **DESENVOLVIMENTO** – a implantação de programas sistematizados para incentivo à Eficiência Energética, possibilita

que o Brasil se coloque na linha de frente do desenvolvimento tecnológico. Essa ação também, resulta em externalidades extremamente positivas, como, por exemplo, a) a geração de empregos de alta qualificação, tanto para pesquisadores, quanto para trabalhadores da indústria; b) fomento de um mercado mundial de tecnologia e equipamentos para racionalização energética que poderá ser liderado pelo Brasil em futuro muito próximo; c) desenvolvimento de indústria de ponta na produção de equipamentos de alta tecnologia.

- **EDUCAÇÃO** – por se encontrar na fronteira do conhecimento, atuando no “estado da arte” do desenvolvimento tecnológico da eficiência energética, o Brasil precisará investir e constituir cursos de qualificação e capacitação, significando grande evolução nos cursos técnicos para formação de profissionais, tanto na graduação superior, quanto no nível técnico.
- **AMBIENTAL** – obviamente, quando se combate o desperdício e se racionaliza a utilização de recursos naturais, obtém-se efeitos imediatos na redução das agressões ao meio ambiente, com resultados muito positivos na qualidade de vida das pessoas e das comunidades.
- **SOCIAL** – o desenvolvimento paulatino de uma nova consciência de respeito e racionalização no uso de energia, poderá promover uma permanente transformação cultural. Superando a cultura de desperdício inerente à lógica de mercado, a humanidade poderá entrar numa era de maior integração e respeito ao próprio Planeta Terra.



Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta Presidência defere o pedido de V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

Comunico à Casa que estão inscritos os Senadores Heráclito Fortes, por cessão do Senador José Jorge e, em seguida, o Senador César Borges.

Pedi a palavra, como Líder do PSDB, o Senador Tasso Jereissati, de modo que concederei a palavra a S. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Bem rapidamente, Senador Tasso Jereissati.

Sr. Presidente, apenas para fazer um registro. Eu acabei de dar uma entrevista a uma emissora de televisão ao vivo. Quando ali cheguei, recordei-me de que, nos últimos dias, o Relator Senador Amir Lando me telefonou e disse para eu não fazer discursos porque estou batendo demais, provocando a ira dessa gente.

No penúltimo dia do bendito relatório, falei com S. Ex^a ao telefone, e ele disse que não havia nada que pudesse chegar na minha vida, na minha história de homem de bem que eu sou. No outro dia, fui surpreendido por ele.

Sr. Presidente, não tenho mais capacidade de me indignar. Chego para dar entrevista, e os jornalistas dizem: “Olha, estou aqui com os três critérios na mão para se enquadrar; o senhor não se enquadraria em nenhum deles. Não sei o que vou lhe perguntar. O senhor nunca colocou emenda. Se a CPI foi feita para detectar irregularidade

no Orçamento para a máfia de ambulância, o senhor nunca colocou. O senhor está enquadrado em quê? O senhor está enquadrado na capacidade que não tem de fazer adivinhação”.

E, hoje, recebi, Sr. Presidente, do dia 2/9/2005 – está caminhando para um ano e três meses –, este recibo da Trans Grancap, empresa à qual devolvi esse bendito carro há um ano e três meses. Não foi ontem, nem há três meses, nem há dois meses; foi há um ano e três meses.

Fico estarecido porque todo dia tenho de vir aqui, foro que tenho, de onde posso falar com a Nação brasileira. Já não me angustio mais, a minha alma está em paz. Mas ainda há a indignação de ver meu nome ser colocado em uma situação tão nojenta, sem nada dever, sem de nada participar. Uma CPI se faz com fato determinado, e o fato determinado dessa é examinar, checar quem roubou o Orçamento Público numa máfia de ambulância. Eu nunca coloquei emenda, nunca participei de máfia de ambulância, não tenho ambulância, nunca entreguei, nunca dei, nunca falei com ninguém, e a cada dia tenho de vir aqui fazer um registro desta natureza para a Nação brasileira. Hoje, com este recibo na mão, eu não esperava por ele, chegou ontem ao meu gabinete. Até agradeço ao dono da empresa que me enviou esse recibo do carro devolvido há um ano e três meses.

Estou pagando por não ter a capacidade, não ter o dom da capacidade de investigação. A Bíblia diz que os adivinhos não herdarão o reino dos céus. É um dom que eu nem gostaria de ter, mas eu queria fazer este registro, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MAGNO MALTA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno)

N.º Espécie	RECIBO	R\$ 750,00
Recebemos do(s) Sr(s) Lino Rossi		
Endereço		
a importância de **** Setecentos e Cinquenta Reais ****		
referente DUCATO Ch 003225 KAM4467 (Vitória/Cbá) 2/2		
Para maior clareza firmamos o presente		
Cuiabá, 2/9/2005		
Emitente Trans Grancap Transporte de Veículos		
Endereço Av. Fernando Corrêa da Costa		
04.530.913/0001-70		
C.G.C. - CPF		

SENADOR MAGNO MALTA

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra, na forma do art. 14, inciso II, alínea “a”, ao nobre Senador Tasso Jereissati, como Líder do PSDB.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar hoje um pouco sobre a mentira.

Nos Estados Unidos da América do Norte, é reconhecido o princípio de que o homem público portador de mandato popular ou candidato pode cometer muitos pecados, pode cometer muitas falhas, mas, com certeza, é considerado imperdoável que o homem público americano minta para seu povo. Vários casos de conseqüências graves foram registrados. O Presidente Nixon caiu não por causa do Watergate em si, mas porque mentiu ao dizer que desconhecia as fitas e seu conteúdo; todo o processo em cima do Presidente Nixon foi em função da mentira que ele cometeu ao afirmar o desconhecimento das fitas.

Agora me fugiu o nome de um candidato à Presidência dos Estados Unidos que ia muito nas pesquisas, mas foi acusado de determinada atitude pouco conveniente na vida pessoal. Essa atitude não foi, por si só, capaz de lhe tirar a popularidade e o direito de pleitear a sua candidatura. No entanto, quando ele negou o fato e logo após apareceu uma foto sua em uma situação, vamos dizer, comprometedor, ele perdeu o direito de disputar a Presidência da República porque mentiu ao eleitor e ao povo americano.

O Presidente Clinton, em escândalo mais recente, ao ser acusado de ter um comportamento inadequado na vida pessoal, ousou contar uma mentira e quase teve de enfrentar um processo de *impeachment*, mas ele escapou porque, imediatamente, confessou publicamente o seu ato inconveniente. Essa atitude fez com que ele ficasse na Presidência da República e até terminasse o seu mandato como um dos mais populares presidentes americanos da história recente, o que seria absolutamente inviável e impensável se ele tivesse mentido sobre o caso.

Isso é normal, é natural. Esse é um valor fundamental. O Presidente da República, o homem público tem na credibilidade a sua ferramenta principal de legitimidade. Se ele não tem credibilidade, se ele é um falso, se é um mentiroso contumaz, se costuma enganar o eleitor e a nação a que serve, perde a sua ferramenta fundamental de legitimidade.

O que tem acontecido no Brasil ultimamente é um festival de mentiras absolutamente inacreditáveis

e de uma desfaçatez absoluta. Não podemos viver em um país que vive sob a égide da mentira.

Portanto, queria começar falando sobre isso e explicar por que razão eu, em nome do PSDB, como Presidente do PSDB nacional, o Presidente do Partido da Frente Liberal, Senador Jorge Bornhausen, e o Presidente do Partido Popular Socialista, Deputado Roberto Freire, vamos levar ao Ministério Público uma representação de perjúrio contra o Sr. Paulo Okamoto. Ao prestar depoimento na CPI dos Bingos, nesta Casa, e ao responder a uma interpelação do Senador Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Paulo Okamoto negou peremptoriamente que o Presidente da República soubesse que ele pagou um débito de sua Excelência para com o PT.

Vou ler aqui a íntegra da resposta do Sr. Paulo Okamoto a uma interpelação do Senador Antonio Carlos Magalhães: “O Sr. Jacques Wagner negou porque eu, durante a tratativa que fiz junto com o Partido, com o Delúbio Soares, jamais comentei com o Presidente que esses débitos se encontravam em aberto”.

Na CPI, sob juramento perante esta Casa, o Sr. Okamoto declarou isso, o que é gravíssimo. Infelizmente, estamos vivendo num mundo em que não se valorizando devidamente o escândalo. Isso é gravíssimo.

Em seguida – vou repetir aqui –, nesse mesmo dia ou na mesma época, o Sr. Okamoto, que é dado como homem de confiança do Presidente da República, deu uma entrevista ao jornal **Folha de S.Paulo**.

A **Folha de S.Paulo** perguntou: “Na época o senhor contou ao Presidente, seu amigo?”. Okamoto: “Não contei. Não comentei nada com ele. Primeiro, você imagina, em 2003, o seguinte cenário: você assumindo o Governo. Eu via pouco o Presidente, não ia ficar enchendo o saco dele com uma coisa como essa”.

Na semana passada, o Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista ao Jornal Nacional, declarou ao repórter da Globo que, na verdade, ele não pagou ao PT porque não devia nada ao PT. Ele não devia nada, absolutamente, ao PT e, portanto, por isso, não pagaria. Aqui vou também repetir textualmente a frase do Presidente da República do Brasil, em que desmente depoimento do Sr. Okamoto prestado sob juramento à CPI sobre seu débito.

Disse Lula: “Falei pro Okamoto: cê quer pagar, que pague!. Eu não tenho nada com isso e não vou pagar”.

Essas palavras foram copiadas integralmente da entrevista dada ao Jornal Nacional, Senador César Borges.

Ora, uma das duas aconteceu: ou o Sr. Okamoto cometeu perjúrio nesta Casa, ou o Presidente da República mentiu. Acho que a Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania deveria convocar o Sr. Okamoto imediatamente para, na próxima reunião, para explicar isso.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Ou os dois.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ou os dois, porque, se o Presidente da República não mentiu, ele viu o seu amigo Okamoto cometendo perjúrio, nesta Casa, em nome dele, e isso é absolutamente inaceitável. Repito: isso, nos Estados Unidos da América do Norte, seria imediatamente considerado razão para *impeachment*.

Quero isso muito bem explicado. Vou pedir ao Senador Antonio Carlos Magalhães que convoque o Sr. Okamoto para a próxima reunião.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me concede um aparte? ...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não, mas primeiro vou ouvir o Senador César Borges. Em seguida, concederei os outros apartes.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Tasso, V. Ex^a faz muito bem ao chamar a atenção sobre esse trecho da lamentável entrevista dada pelo Presidente Lula ao Jornal Nacional. Entre tantos outros despau-térios, ele trouxe esse fato assombroso, desmentindo a afirmação na CPI do Sr. Okamoto. Podemos constatar que existe um verdadeiro mar de mentiras. Primeiro houve o escândalo envolvendo o Sr. Waldomiro Diniz, depois a CPI dos Correios e a CPI dos Bingos. Desde então temos assistido, nesta Casa e o Brasil tem visto pela televisão, a uma avalanche de mentiras e desmentidos e versões sobre versões. Lamentavelmente isso tem ocorrido.

Veja bem V. Ex^a: somos levados a concluir que foi montada uma versão para o Sr. Paulo Okamoto. Ele veio aqui e apresentou a sua versão que, claro, é mentirosa, é perjúrio porque foi uma versão montada dentro do gabinete do Palácio do Planalto. Eles efetivamente conversaram, mas, como a situação foi resolvida na CPI dos Bingos, com a ajuda do Judiciário, que impediu a quebra do sigilo bancário do Sr. Okamoto, o Presidente Lula se sentiu tranquilo para se abrir um pouco mais ou, como é primário, esqueceu a versão montada e, agora, veio dizer o que talvez seja a verdade. Eles conversaram e ele, então, mandou pagar. Ou todas as duas são meio mentirosas. A verdade é esta: V. Ex^a mostra que o Presidente da República está mentindo, forjando versões. Embora soubesse de tudo – Correios, mensalão, valerioduto, sanguessugas –, se escuda dizendo que não sabia de nada. A população brasileira já não aceita isso. Assim, precisamos levar às barras dos tribunais aqueles que cometem perjúrio – um crime grave –, para serem responsabilizados. Age muito bem V. Ex^a ao trazer este assunto. Acho que

todos nós Senadores temos de procurar responsabilizar o Sr. Okamoto ou o Presidente Lula. Não podemos ficar como aqueles que aceitam essas versões doidivas do Presidente Lula que aparecem a cada dia. Muito obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador César Borges por sua contribuição. É isso mesmo que está acontecendo. As mentiras se tornaram tão banais neste Governo que esquecem as versões anteriores e dizem outras com toda a tranqüilidade. Só que, neste caso, estamos falando de perjúrio grave cometido diante desta Casa.

Com a palavra, o Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Tasso, quero também me solidarizar com V. Ex^a. Foram duas versões completamente diferentes. Provavelmente, as duas devem estar erradas. O Sr. Paulo Okamoto pagou realmente essa dívida do PT. Ninguém sabe de onde veio esse dinheiro. Hoje, o Sr. Paulo Okamoto tem um belo salário, mas, na época, ele não tinha esse salário todo para pagar essa dívida. Pagou também a dívida da filha do Presidente Lula. É uma espécie de pagador geral do Brasil. Então, V. Ex^a está dizendo uma coisa muito grave: que este Governo se contradiz. É aquela história: mentira tem perna curta. Então, quando você não diz a verdade, daqui a pouco você esquece e gera uma nova versão. Foi o que aconteceu. Eles agora não sabem mais o que disseram, não conseguem fechar essa questão do pagamento desse recurso. Acho que temos que recorrer aos tribunais porque, no programa eleitoral de ontem, além da mentira específica, nós tivemos uma série de obras virtuais, como V. Ex^a citou. No meu Estado de Pernambuco, particularmente, apareceu essa tal refinaria na qual não foi colocado nenhum tijolo ainda. Então, é um programa virtual, porque apareceu até fotografia da refinaria. É uma coisa grave botar uma fotografia de uma obra que não existe. O Presidente Lula não tem obras nesses locais. Essas hidroelétricas que ele citou também são obras de governos anteriores às ampliações. Essas obras de hidroelétricas, como, aliás, o Senador Sibá Machado disse muito bem, demoram quatro, cinco anos. Ele vem fazendo, mas ele mesmo não começou nenhuma obra nova no setor elétrico, o que é uma coisa gravíssima, porque o setor elétrico repercute cinco anos depois. Então, se durante três anos não forem feitas obras, daqui a cinco anos essas obras vão fazer falta. Por isso V. Ex^a tem razão. Temos de estar atentos na campanha eleitoral, para que se comece a dizer a verdade e o povo possa decidir com isenção, porque é muito difícil enganar todo mundo ao mesmo tempo, como estão tentando fazer. Muito obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador José Jorge.

Ouçõ o Senador Heráclito. Em seguida, passo a palavra a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Tasso, V. Ex^a traz a esta tribuna um tema que, além de oportuno, não pode se encerrar nas suas palavras. Ele tem de ter continuidade pela gravidade do que está sendo dito. E nós começamos a ver, Senador Sibá Machado, no primeiro dia de programa do Presidente Lula, que a coragem do Chefe da Nação e de sua equipe em enganar o brasileiro está passando das medidas. Um programa plasticamente bem feito, mostrando que atrás das cenas está o Duda Mendonça, aquele mesmo criador do fura-fila do Celso Pitta, que impressionou e encantou os paulistas, continua na prancheta e agora volta com outra roupagem, porque vários fura-filas apareceram no programa. Mas, Senador Tasso, o Brasil hoje sabe por que o Presidente Lula foge de entrevistas coletivas com a imprensa. Não resiste. O Presidente Lula não resiste abordar temas em que tenha que falar a verdade. Vamos nos lembrar daquela entrevista que ele deu em Paris, desrespeitando a imprensa brasileira e escolhendo uma correspondente estrangeira, quando achou que era normal, que era comum a existência do caixa 2. Grave para um Presidente da República. Mas o mais grave de tudo isso – e sugiro que também seja encaminhado ao Ministério Público – foi o depoimento, no programa eleitoral, do ex-Deputado Valdemar Costa Neto. O Deputado Valdemar Costa Neto, de São Paulo, renunciou a seu mandato para não ser cassado. Pois bem, ontem, ele fez um **mea-culpa** e disse que errou, porque recebeu dinheiro do caixa 2 para pagar contas da campanha do Presidente da República, em 2002, colocando por terra tudo o que foi dito na CPI. De forma que acho que devemos encaminhar também ao Ministério Público, que tem uma lista com 40 responsáveis, o nome e esse fato, para que providências, Senador Tasso, sejam tomadas. O que disse o Sr. Valdemar Costa Neto é um desrespeito ao instituto das CPIs e um desrespeito a esta Casa. A verdade é preciso que prevaleça, a de agora ou a dita na CPI. Mas acho que esse é um fato gravíssimo, Senador Tasso, e que deve ser apurado. Graças a Deus, chegamos a um momento em que, apesar das limitações, o PT, aos pouquinhos, começa a mostrar a sua verdade. Muito obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. Passo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Tasso Jereissati, é um direito que assiste a V. Ex^a, ao PSDB e aos demais partidos que subscrevem um

pedido de verificação judicial sobre o fato. Isso é indiscutível, um direito constitucional. Sem problemas. Insistimos em fazer aqui o debate político em defesa do Presidente Lula, porque confiamos nele absoluta e incondicionalmente, na sua imagem, no seu Governo, na sua história e em tudo mais. Ontem, participei de um debate parecido com este, tratando do mesmo assunto, e vou reiterar aqui o que disse não só ontem, mas em todas as vezes que vim à tribuna desta Casa para falar desta matéria. Em todos os momentos, o Presidente Lula não reconheceu aquele tipo de despesa porque era uma despesa partidária, no pleno exercício de uma missão partidária. Convocado que foi, aceitou a missão e a cumpriu. Portanto, não pode ser atribuída a ele qualquer tipo de responsabilidade sobre a matéria. Não se pode aqui colocar qualquer dúvida sobre a palavra do Presidente da República, porque ele, jamais, disse qualquer versão que não seja a única e verdadeira. Ele não conhece aquele tipo de conta. É um problema – e já foi dito várias vezes – de contabilidade do PT, cujo tesoureiro poderia ter feito a retificação de conta, que não fez. É um erro que está vivo até hoje. Conversei com o tesoureiro da época, Deputado José Pimentel. Falamos sobre o assunto, indaguei por que não fez a retificação de contabilidade, por que fez uma apresentação de contabilidade ao TSE, dizendo que aquilo era uma dívida do caixa do partido, quando não era. Então não há, no meu entendimento, nada que impeça novamente um esclarecimento sobre o assunto, se tantas vezes necessário for falar sobre ele. Mas volto a dizer a V. Ex^a que é um direito legal que deve ser considerado. Nós respeitamos. Não há problema algum quanto a continuar explicando esse fato.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Tasso...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Um minuto. Depois passo, com prazer, a palavra a V. Ex^a.

Senador Sibá, parece-me que há um equívoco de V. Ex^a, ou não há um entendimento aqui. O Presidente Lula reconheceu que não tinha dívida com o PT, que não reconhecia a sua dívida com o PT. No entanto – e é esta a questão do perjúrio do Sr. Okamoto –, ele disse claramente – e vou repetir aqui as palavras do Presidente Lula na televisão, em cadeia nacional, em que 80 milhões de brasileiros assistiram, está gravado: “Se você quiser pagar, que pague, porque eu não devo nada!”, dirigindo-se ao Sr. Okamoto. Ora, se o Sr. Okamoto disse aqui na CPI dos Bingos, sob juramento, a uma interpelação do Senador Antonio Carlos Magalhães, que nunca comentou esse assunto com o Presidente Lula, que fez o pagamento sem que o Presidente Lula soubesse e à revelia deste, ele, naquele instante, cometeu perjúrio. E acho que foi isso que V.

Ex^a está nos confirmando aqui. Ora, se V. Ex^a diz que não coloca, em nenhum minuto, a palavra do Presidente em dúvida, V. Ex^a está dizendo para nós todos aqui que o Sr. Paulo Okamoto cometeu perjúrio nesta Casa. Portanto, eu pediria ao Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que acaba de chegar a esta Casa, que fizesse imediatamente uma convocação para que ele viesse a nossa Comissão de Justiça para prestar esclarecimentos. Perjúrio, Presidente Antonio Carlos! V. Ex^a sabe muito mais do que eu até, é *impeachment* imediato nos Estados Unidos. É a única coisa que um Presidente, um homem público, não pode fazer. No caso, perjúrio, como V. Ex^a acaba de confirmar, do Sr. Okamoto, se não coloca em dúvida a palavra do Senhor Presidente.

Senador Antonio Carlos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão. Nos Estados Unidos tem o caso Nixon, que é bem esclarecedor sobre isso. E mais ainda, o próprio Governo deu oficialmente uma nota, há mais tempo, assinada pelo Sr. Jaques Wagner, de que o Presidente da República não tinha débito nenhum com o partido. Okamoto veio aqui e disse que tinha débito e que ele fazia o sacrifício – veja que estranho – de pagar em quatro prestações o débito do Presidente de R\$29.600,00. O Presidente da República vem à televisão para milhões de brasileiros num dia até desastroso – por isso mesmo ele falou a verdade; ele estava realmente em um dia infeliz para mentir; então falou a verdade. Disse que não, que nunca tomou dinheiro lá, que não pagava, que se ele quisesse pagar que pagasse. Evidentemente que V. Ex^a tem toda razão quando pede a convocação do Sr. Okamoto, coisa que vou fazer imediatamente para os dias que nós teremos sessões em setembro. Acho que V. Ex^a tem razão. Esse assunto é grave demais para passar despercebido. Deveremos logo requisitar a gravação do Presidente da República e a gravação de Okamoto na CPI, e colocarmos para que toda a Comissão ouça e tome as providências indispensáveis. Mais uma vez V. Ex^a vem, com propriedade, trazer um assunto que não pode ficar sem ser tratado com firmeza, a fim de que o próprio Supremo Tribunal veja que é necessário abrir o sigilo de Paulo Okamoto, porque aí é que V. Ex^a vai ver quanta coisa vai aparecer.

O SR. TASSO JEREISSATTI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Tasso...

O SR. TASSO JEREISSATTI (PSDB – CE) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães, pela compreensão da profundidade do problema.

E eu passo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu queria lembrar ao Senador Sibá Machado e à Nação o fato como aconteceu, para refrescar a memória de alguns. Esse episódio (a despesa feita) envolvia o Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, um acompanhante e o Sr. Aloizio Mercadante, assessor internacional do PT. O Sr. Aloizio Mercadante pagou; o Presidente Lula, não. Quem está certo ou quem está errado? Se não havia o débito, por que Mercadante pagou? Por que o partido recebeu? Senador Antonio Carlos, esta estória está mal contada e mal explicada. Lembra-se, Senador Sibá, de que o Senador Mercadante foi companheiro na mesma viagem e fez o pagamento? V. Ex^a não vai condenar o seu ex-Líder e candidato ao Governo de São Paulo! Quem está errado nessa estória toda? Louvo a V. Ex^a a iniciativa de solicitar à Comissão de Constituição e Justiça que apure esses fatos. Muito obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATTI (PSDB – CE) – Obrigado, mais uma vez, Senador Heráclito. Mas eu queria, antes de encerrar, listar aqui, em um mesmo pronunciamento, ilustres Senadores – ainda no mesmo pronunciamento –, outras mentiras que foram colocadas. O Presidente da República, Senador Antonio Carlos, fora essa mentira que é extremamente grave – ou a mentira de Okamoto, pois implica perjúrio –, mentiu ao dizer que foi ele quem fez a Controladoria-Geral da União. Mentiu aí! Tranqüilamente, com a maior desfaçatez, para o País inteiro em cadeia nacional. Todos sabem que a Controladoria foi criada no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e que teve como titular a Sr^a Anadir – até sua amiga e por quem V. Ex^a tinha muita admiração.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – A CPI, aliás, foi criada por causa de uma interpelação minha.

O SR. TASSO JEREISSATTI (PSDB – CE) – Exatamente. E o Presidente Lula mentiu quando disse que afastou os Ministros José Dirceu e Palocci.

A imprensa brasileira está farta de documentação de entrevistas do Presidente da República. Numa delas, eu me lembro até que ele dizia: “Se o Palocci pedir para sair, eu não deixo”. E, depois, na despedida do Ministro Palocci, ele dizia que o Palocci era mais do que um amigo, um companheiro, que era um irmão e que lamentava muito o pedido de exoneração do Ministro Palocci. O mesmo aconteceu na saída do Ministro José Dirceu, quando ele lamentava... Existe até uma carta muito bonita, emocionada, do Ministro José Dirceu pedindo a exoneração. Mentiu ou não mentiu – aí fiquei em dúvida, Senador César Borges

– ao dizer que afastou os envolvidos? Quer dizer que ele agora acusa os dois ministros de estarem envolvidos naqueles escândalos. Aí fiquei em dúvida – e o Senador Sibá Machado até podia esclarecer – se é uma mentira ou não, porque ele disse que o Senador, o Ministro Palocci e o Ministro José Dirceu eram envolvidos nos escândalos. Eu não sei se aí ele mentiu ou se não mentiu. Se não mentiu, é uma acusação muito grave aos seus ex-ministros que ele está fazendo. E, finalmente, mentiu aí nessa questão grave do perjúrio do seu companheiro, amigo, irmão que toma conta das suas contas particulares, o Paulo Okamoto. Essa do perjúrio é gravíssima.

Agora a banalização da mentira, neste País, a partir do Presidente da República, é absolutamente inaceitável, absolutamente inaceitável! Com fatos como este, a credibilidade e até a legitimidade do Presidente da República entram em jogo.

Fiquei abismado com o fato. Pensava que o Presidente Lula estivesse mentindo por estar sem produção, sem assessores e em face de perguntas que não se preparou para responder. Mas, quando eu o vi mentindo ontem, num programa de televisão produzido, editado e gravado, constatei que a mentira passou a ser, na sua cultura, normal. Desfaz versões com a maior calma, pensando ele, talvez em virtude das pesquisas, que pode, tranqüilamente, com a força de sua popularidade, enganar a população brasileira, especialmente a mais pobre, que é a que continua, de alguma maneira, acreditando nele, por falta de conhecimento e de acesso aos estudos. Assim, crê que pode fazê-lo sem nenhuma conotação mais grave.

E nós não podemos deixar que isso aconteça. Temos que reagir nesta Casa, principalmente porque houve perjúrio. Quando um Presidente aparece produzido pelo seu produtor, pelo seu partido e mostra a fotografia de uma refinaria em Pernambuco, de hidroelétricas que inexistem, filme do metrô de Salvador – como eu falava com o ilustre Senador César Borges – e de Fortaleza, com os trens correndo para lá e para cá, concluímos que ultrapassaram todos os limites da desfaçatez de um homem público e um Presidente da República!

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Linhas férreas do tempo de D. Pedro III!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Do tempo de D. Pedro II. É muito sério! Essa questão do perjúrio devemos tratá-la, porque aconteceu exatamente o suficiente para reagirmos e dizermos: O Senado Federal não pode admitir ser um centro de ilusionismo para a população brasileira, sem nenhum tipo de reação a isso que está ocorrendo.

Muito obrigado a todos.

Durante o discurso do Sr. Tasso Jereissati, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

Em seguida, ouviremos o Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável, e o Senador Heráclito Fortes.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu também vou falar sobre mentira porque esse é o grande tema nacional. Só que vou falar de outras mentiras, mais do que o Senador Tasso Jereissati falou sobre a questão gravíssima do pagamento do Sr. Paulo Okamoto. Eu também estava na CPI, era membro da CPI, vi o Sr. Paulo Okamoto falar e, quando o Presidente deu a entrevista – assisti à entrevista do Presidente na Rede Globo – também fiquei abismado ao constatar como duas versões tão diferentes puderam ser apresentadas para toda a população brasileira, gravada, etc. Foi de uma gravidade ímpar.

Outra questão é em relação aos programas eleitorais. Ontem, o Presidente Lula, bem como os demais candidatos, inauguraram a fase do programa eleitoral pelo rádio e pela televisão. Verificamos, no programa do Presidente Lula, que ele escolheu, para mostrar suas realizações, uma série de obras que podemos chamar de fantasmas, porque não aconteceram. E as que aconteceram não foram realizadas no governo dele.

Eu anotei aqui o que o Presidente Lula falou. Por exemplo: modernização e ampliação de aeroportos e portos. Ora, em Pernambuco, quando o Presidente Lula assumiu, a ampliação do aeroporto de Recife estava praticamente concluída, ele inaugurou novamente, e o aeroporto está listado entre os dezenove aeroportos.

O Porto de Suape, de Pernambuco, vem sendo construído há trinta anos. O Presidente Lula colocou muito menos recursos federais no Porto de Suape do que o Governo Fernando Henrique ou os anteriores a ele. Então, no caso específico de Pernambuco, as obras não foram da sua gestão.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador José Jorge...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Por favor, inclua também o aeroporto internacional de Salvador, que leva o nome do saudoso Deputado Luís Eduardo

Magalhães, que foi inaugurado em 2002 e aparece também como obra do Governo Lula. Isso é incrível, lamentável, inaceitável!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E vem essa questão de portos e aeroportos. Ninguém sabe quais são esses dezenove aeroportos e esses vinte portos que foram ampliados ou construídos no Governo Lula.

Depois, Senador Tasso Jereissati, vem construção e ampliação de hidroelétricas. Se houve uma coisa que o Governo Lula não fez foram hidroelétricas; isso realmente ele não fez. E ele colocou Peixe Angelical, começada anteriormente; a duplicação de Tucuruí – dá até vontade de rir, porque, quando eu era Ministro, um ano antes de acabar o Governo Fernando Henrique, fui a Tucuruí inaugurar, e Fernando Henrique inaugurou também, uma turbina; aquilo é um programa que vai incluir turbina por turbina e começou no tempo do Senador Antonio Carlos Magalhães –; e a ampliação de Itaipu que são duas turbinas, também contratadas, e que ele não teve nada com isso.

Então, na área de energia elétrica, particularmente, ontem ele assinou um contrato. Pela primeira vez, Sr. Presidente, foi assinado um contrato de hidroelétrica. Foram sete hidroelétricas que, no total, gerarão 804,6 MW. Ora, 804,6 MW correspondem a uma hidroelétrica de porte médio. No Governo do Presidente Fernando Henrique, de seis em seis meses, se fazia uma licitação com diversas hidroelétricas desse tipo. Ontem, foram seis que vão ficar prontas em 2011. Foram licitadas agora, precisam de cinco anos; em 2011, se tudo der certo, ficarão prontas. São 804 MW. O consumo de energia no Brasil, com esse crescimento pífio da economia, cresce em torno de 2.500 a 3.000 MW por ano. Então, o Governo, em quatro anos, licita 804 MW. Quer dizer, menos de 10% da necessidade. Então, na área de energia elétrica, efetivamente, este Governo não tem nada a expor. Acho que ele colocou essas hidroelétricas aqui porque não queria dizer que ia passar sem fazer nada.

Depois vem a questão dos projetos de ampliação e implantação de refinarias e pólo petroquímico. A Refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, quando eu nasci, já existia. Tenho 60 anos. É uma refinaria antiqüíssima. Não sei o que ele fez lá. Quanto à refinaria de Pernambuco, foi assinado um convênio da Pedvesa com a Petrobras, mas a refinaria não tem um tijolo, não tem um projeto executivo ainda. É uma obra...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a conhece mais do que eu o assunto. O terreno parece que foi desapropriado ontem; essa foi a in-

formação do ex-Governador e futuro Senador Jarbas Vasconcelos, nosso companheiro.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Exatamente.

A refinaria já tem um terreno localizado, mas é somente uma placa: “Aqui será instalada a futura refinaria”, e não pode ser colocado como um programa de governo num programa eleitoral.

Depois vem reativação da indústria naval: 108 embarcações concluídas. É preciso saber o porte dessas embarcações. Se fossem embarcações grandes, realmente de porte, seria uma realização, mas, aparentemente, são embarcações pequenas.

Construção de plataformas gigantes: uma.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Faltou falar dos R\$5,6 bilhões da Transpetro para estaleiros, embarcações... Todo mundo sabe.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Construção da P-50, plataforma gigante. Essa P-50, refinaria licitada no governo anterior, foi inaugurada e, com ela, a tal auto-suficiência que foi comemorada.

Construção e melhoria de estrada: 9.500 quilômetros de construção e melhoria de estradas. Ora, essas estradas devem ser na Bahia, porque, em Pernambuco, o Governo do Presidente Lula não construiu um quilômetro de estrada novo.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Na Bahia, zero.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Provavelmente, como a Bahia é muito grande, deve ter sido na Bahia.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não, ao contrário, a Bahia é sempre pulada para qualquer estrada, pela perversidade, a maldade do Doutor Lula. O Doutor Lula não suporta os baianos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, Senador, esses 9.500 quilômetros devem ser a tal operação tapa-buraco.

Ampliação de redes de transmissão: 10.334 quilômetros. Foram licitadas algumas redes de transmissão importantes, porque hoje em dia construir rede de transmissão é um excelente negócio para o setor privado. Então, sempre há muita concorrência e algumas redes de transmissão foram feitas.

Obras de construção de metrô: Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte e Recife. Dá vontade de rir. Esses metrôs já vinham sendo construídos. Aliás, o de Recife já funciona. Eles foram interrompidos porque os recursos necessários não foram liberados pelo Governo Lula para a contrapartida do Banco Mundial.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Em relação ao metrô, eu queria dizer a V. Ex^a que é possível que, recentemente, tenha ido alguma quantia

pequena para o metrô em troca do apoio do prefeito à candidatura derrotada de Jaques Wagner. Com certeza, foi troca com o Prefeito João Henrique de dinheiro para apoio a Jaques Wagner. Digo isso solenemente e provo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no programa eleitoral, o tempo que a Justiça Eleitoral fornece aos partidos e aos candidatos é para que apresentem as obras realizadas, no caso de reeleição, ou façam críticas, no caso da oposição. Por ser horário eleitoral gratuito, tem que haver um compromisso com a verdade, porque milhões de pessoas estão vendo o programa. O programa é obrigatório, transmitido em cadeia, então as pessoas são obrigadas a assistir, mesmo porque não há outra alternativa. É preciso que entremos na Justiça Eleitoral a fim de que os candidatos – nós, o Presidente Lula, todos – sejam obrigados a dizer a verdade nos programas, para que a população possa decidir o que fazer com conhecimento de causa. Colocar, em um programa eleitoral, nacional, obrigatório, uma fotografia de uma refinaria que ainda nem começou a ser construída é um absurdo que deve ser punido pela Justiça Eleitoral.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço. Até lamento que o Senador Sibá Machado não esteja aqui. Ah, S. Ex^a voltou! Há pouco, S. Ex^a promoveu aqui, o que encantou a todos nós, o Governo atual como o governo da energia. S. Ex^a fez um discurso, evidentemente, como Líder do Governo, levado a cumprir algumas tarefas que – tenho certeza –, pela índole, pelo temperamento, não são do seu feitio nem do seu agrado. S. Ex^a deu algumas informações que não conferem. Como se está falando aqui hoje como o dia da mentira, quero dizer que, mais uma vez, o Governo mente, não V. Ex^a. V. Ex^a apenas transmitiu dados, cumpriu o seu papel. V. Ex^a está fora disso. O Ibama devolveu, em julho, o estudo preliminar de impacto ambiental das usinas do Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira, aquela de que V. Ex^a falou, em Rondônia, realizado por algumas empresas – não vamos falar quais porque não estamos aqui para fazer comercial de empreiteira. Além disso, o órgão ambiental teria requisitado dados complementares às informações solicitadas em fevereiro deste ano, com investimento previsto de R\$20 bilhões. As usinas do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, Santo Antônio, aquela de que V. Ex^a não se lembrou, e Jirau, da qual também V. Ex^a não se lembrou, representam 16% dos 41MW de potência a ser adicionada até 2015, Senador. Não é este ano, não. Dois mil e quinze. Ele está começan-

do, ele está lançando este ano. As usinas do Madeira fazem parte do controverso projeto estruturante, que inclui também a usina de Belo Monte, no Estado do Pará, e a usina nuclear de Angra dos Reis. Ou seja, está criando factóide pré-eleitoral para enganar os incautos. Outra coisa, e V. Ex^a já abordou, que é outra grave mentira – Senador Tasso Jereissati, atenção para esse fato –, é a que diz respeito à renovação da frota da Petrobras. Senador Antonio Carlos Magalhães, está na pauta para ser votado no esforço concentrado, e já há uma movimentação e um *lobby* muito forte para que, a toque de caixa, se aprove e se vote esse projeto, em que também apenas 10% dos recursos, se liberados, serão utilizados este ano. O restante vai até 2024, salvo engano. Apenas para registro de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a tem razão. Nessas hidroelétricas grandes, do Norte, o Governo não avançou nada. São hidroelétricas complexas; são duas hidroelétricas no Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, como V. Ex^a falou, cada uma com mais de 3 mil MW de potência, que dariam um pouco mais de 6 mil MW, e a usina hidrelétrica de Belo Monte.

Esses dois conjuntos de hidroelétricas são muito importantes para o País. São hidroelétricas de grande complexidade, porque existem sérias questões ambientais a serem resolvidas e linhas de transmissão enormes, quilômetros de linha de transmissão, porque elas estão muito longe dos principais centros de cargas, como São Paulo e Minas Gerais.

O Governo não avançou nada nesses dois conjuntos de hidroelétricas. Nem a autorização ambiental preliminar foi conseguida. Se não se fez licitação, se não se conseguiu autorização ambiental, se não existe nenhum projeto do Executivo, como é que o Governo pode colocar isso como obra sua? Como idéia, essa hidroelétrica de Belo Monte – o Senador Sibá Machado, que naquela época era um agitador social, pelo que ele falou, já trabalhava com Belo Monte – já deve ter pelo menos uns dez anos ou mais.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Senador Sibá, Senador José Jorge, trepou num tamborete para protestar. Por sorte nossa e do País, sentou-se em lugar estratégico e não foi tragado pelas águas. Felizmente, nós o temos hoje aqui.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permite-me, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Só vou encerrar esta parte e concederei um aparte a V. Ex^a.

Então, a idéia dessas hidroelétricas não surgiu neste Governo, já existia. V. Ex^a vai dizer algo que eu sei: este Governo não podia começar e terminar as hidroelétricas. Com isso estamos de acordo. Mas, para que ele considere isso como uma obra do seu Gover-

no, ele teria que ter avançado pelo menos um passo. Ter dito assim: “Aprovou-se o estudo ambiental, fez-se a licitação e o modelo de concorrência.” Nada, não há nenhuma questão resolvida.

O Presidente Lula reclamou do Ibama. Ora, o Ibama é um órgão do Poder Executivo, e o Presidente Lula tem de respeitá-lo. A autorização do Ibama é necessária para que as hidroelétricas sejam construídas.

No caso específico de Angra III, há a grande vantagem de ela estar no centro de cargas, no Rio de Janeiro, e no mesmo lugar em que estão Angra I e Angra II. Então, não há impacto ambiental. Tanto faz cuidar de duas centrais nucleares como de três. É a mesma coisa ter três filhos pequenos e ter dois. O cuidado que se tem em um edifício deve ser o mesmo para um, para dois, para três ou para quatro filhos. As medidas devem ser tomadas para todos. Esse é o caso. Não há questões ambientais relevantes no caso de Angra III pelo fato de a área estar no mesmo complexo de Angra I e Angra II. Além disso, existem US\$750 milhões em equipamentos já comprados, e não foi tomada nenhuma providência. Agora, faltando cinco meses para acabar o Governo, o Presidente Lula acha de fazer um discurso eleitoral no sentido de que resolverá todas as questões que durante três anos e meio não resolveu.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, em primeiro lugar, agradeço a V. Ex^a o aparte. Essas tardes de sessões não-deliberativas têm sido boas para refletirmos melhor sobre alguns pontos. O Presidente Lula não enganou e não enganará qualquer pessoa e muito menos o Congresso Nacional. Não é da vontade do Presidente e, além disso, tenho certeza de que as pessoas aqui têm inteligência suficiente para não se deixar levar por tentativa de enganação por parte de qualquer governo. No programa eleitoral, vamos veicular – e aí parece que o programa não foi a contento – qualquer coisa que seja ou da execução direta do Governo ou daquilo que é um marco para uma execução futura de governo. Obras dessa natureza, que são o motivo da nossa conversa na tarde de hoje, demoram muitos anos. Se não houver percalço nenhum, mesmo assim ainda demoram muitos anos para serem executadas. Voltando para o tema das hidroelétricas, só o caso de Belo Monte, de que sou testemunha, há 27 anos se discute o assunto, que nunca foi levado a cabo. Por quê? Porque a obra de Tucuruí, ali do lado, desde o início até a sua conclusão – eu morava ali perto e acompanhei –, foi feita sem o respeito à comunidade, sem o respeito à legislação ambiental, sem o respeito a uma série de fatores com os quais, hoje, o nosso governo tem res-

ponsabilidade. Portanto, quando o Presidente Lula diz que agora é mais fácil se construir Belo Monte é porque o projeto original daquela obra já foi mexido várias vezes. E tinha que ser mexido, porque a Belo Monte pensada na década de 70 não podia ser construída. Era uma agressão ambiental violenta, um desrespeito total com a comunidade local, porque não estava previsto um quilowatt de energia para a casa do morador ali do lado, da mesma forma que Tucuruí passou tantos anos sem fornecimento de energia para a comunidade ao redor. Então, são essas coisas. O que estamos querendo dizer – já vou concluir meu pensamento – é que, no caso de hidroelétricas, como em toda matriz de energia, exige-se um licenciamento ambiental. E o Ibama, órgão do Poder Executivo, não pode atender a interesses seja do Presidente da República seja da empresa que está interessada em construir, ou qualquer outro interesse. O Ibama não pode se pautar por interesse; ele tem de se pautar por aquilo que a legislação o obriga a fazer. Nesse caso específico, o projeto técnico de Jirau e Santo Antônio, do Rio Madeira, lá em Rondônia, não foi ainda concluído. A empresa o apresentou com erros técnicos. Então, ele tinha de ser devolvido. Portanto, o que estamos aqui defendendo é que o Presidente Lula tem direito, sim, de dizer que, no seu Governo, esses problemas estão sendo resolvidos e que, agora, essas obras tão importantes para o Brasil têm condições de ser levadas a cabo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agora, vou fazer duas perguntas a V. Ex^a, Senador Sibá Machado. V. Ex^a responde se quiser, é lógico, pois não tem obrigação de fazê-lo. A primeira é a seguinte: V. Ex^a acha justo que se mostre no programa eleitoral, cujo horário gratuito é feito para esclarecer o povo brasileiro, a foto de uma refinaria que não existe?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – A foto é comparativa, Senador José Jorge!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas uma foto é comparativa?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É comparativa. A imagem é comparativa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A foto de uma refinaria que não existe, Senador?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – A imagem é comparativa, Senador. É como a maquete de um prédio.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Comparando com o quê?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – A maquete de um prédio é a obra pronta, concluída. Então, quem quer saber o que é um metrô, por exemplo – eu vim a conhecer o metrô quando fui para São Paulo, pois eu não sabia o que era –, gostaria de ver como é um

metrô. Eu falo de biodiesel em algumas comunidades, e as pessoas não sabem o que é o biodiesel. Então, é preciso ver na mão para saber do que se trata.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, ele deveria ter dito.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, não há enganação nenhuma! Apresenta-se um obra que, em seu futuro, quando estiver concluída, funcionará daquele maneira. Então, mostra-se uma imagem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas ele nem começou, Senador! Ele podia dizer o seguinte...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Maquetes ele vai apresentar até da boneca Barbie.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Jorge, prezo muito o Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Conclua, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero pedir a V. Ex^a, Senador Sibá, que, pelo amor de Deus, com essa sua vocação para São Tomé, no dia em que lançarem uma bala nova no mercado, não queira testar em V. Ex^a se funciona mesmo, não. O Brasil não pode perder V. Ex^o. Essa história de querer ver para crer... Não aplique o teste em V. Ex^a, se fizerem um lançamento de uma nova arma. Não faça isso!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Afirmo que faz parte do planejamento estratégico do País. Temos que acreditar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O que é isso, Senador? Comparar o que com o quê?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não! Temos que acreditar!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço que V. Ex^a me assegure a palavra, porque o que o Senador Sibá Machado está dizendo, infelizmente, não dá para...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a tem dois minutos para concluir seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou concluir. O que o Senador Sibá Machado está dizendo é um absurdo. Desculpe-me, Senador. O Presidente Lula deveria ter dito no programa: “nós construímos a maquete de uma refinaria”. E apresentasse a maquete. Mas dizer que fez uma refinaria e apresentar – não foi uma maquete – uma fotografia de uma refinaria que não existe foi um absurdo.

Segunda questão: nesses dois conjuntos de obras, do Rio Madeira e do Rio Xingu, durante o Governo do Presidente Lula nada foi feito. Para encerrar, Sr. Presidente, vou fazer uma pergunta ao Senador Sibá Machado.

Senador Heráclito, V. Ex^a, infelizmente, está perturbando o meu discurso.

Senador Sibá Machado, eu queria que V. Ex^a respondesse o seguinte: para o Presidente Lula apresentar tanto a hidroelétrica de Belo Monte quanto as duas hidroelétricas do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, ele devia ter feito alguma coisa. Para a refinaria, ele apresentou a maquete, como V. Ex^a falou. O que ele fez para essas duas hidroelétricas? Em que elas avançaram? Porque esse projeto novo de Belo Monte, na verdade, é antigo; há cinco ou seis anos, foram propostas aquelas mudanças para diminuir as enchentes. Então, quero saber o que ele fez. Não conseguiu autorização ambiental, não fez licitação, o projeto executivo não existe. V. Ex^a me diga, pelo amor de Deus, o que foi que o Presidente Lula fez?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O projeto das hidroelétricas, como também o dos dois gasodutos, estava completamente inviável sob o ponto de vista da legislação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não! Belo Monte, não.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Acompanho isso de perto. Estava completamente inviável. E Furnas, que me parece ser a encarregada de projetar a usina, traz uma tecnologia nova, que é a de evitar as grandes barragens para não haver grandes inundações. Segundo ela, é um tipo de turbina de fundo de vale. Não conheço a questão tão tecnicamente assim, porque não é minha área, mas sei que se trata de uma turbina de fundo de vale que trabalha com a velocidade da água no fundo do rio. Teríamos uma barragem de baixo impacto. O problema nem foi só esse. O problema foi que se gerou uma expectativa de uso das margens do rio para um tipo de empreendimento – o avanço da soja – que gerou uma grande preocupação, não só com relação à inundação do lago, mas com relação ao uso das margens do rio, que era o problema da inviabilidade da hidrovía. Isso está dando problema! Não pode ser feito de qualquer jeito. Estava tudo certo, a licença parecia estar correta, mas houve erros técnicos. Logo que assumi esta cadeira de Senador, participei ativamente dos debates em Rondônia sobre como viabilizar a obra. Não sou mais aquele Sibá das décadas de 70 e 80. Por quê? Porque mudou a relação do diálogo. Hoje, há o diálogo com o morador do lado, há uma preocupação com a legislação ambiental etc. Portanto, hoje me sinto tranquilo para, inclusive, contribuir na medida em que posso para que a obra seja realizada, porque entendo a necessidade dessas obras para o futuro do País na área de energia.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, vou encerrar. V. Ex^a me deu dois minutos.

O Senador Sibá Machado está fazendo um grande esforço, que inclusive louvo aqui, de defender o indefensável.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O que o Presidente Lula apresentou, ontem, em seu programa inaugural, foi grave; apresentou uma série de obras inexistentes, inclusive com fotografias, dizendo que fez coisas que não fez. Isso fica muito ruim para um programa eleitoral gratuito e precisa ser corrigido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje dizer ao Dr. Lula, aquele mentiroso que exerce a Presidência da República e que informa que não irá aos debates para preservar a Presidência, que, se há alguém, neste País, que não preservou a dignidade da Presidência da República, essa figura é o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que não vai a debate porque não tem coragem de enfrentar qualquer contendor em qualquer debate, levando-se em conta que não tem a moralidade do seu Governo sequer para defendê-lo. Trata-se de um governo imoral, de um governo que, em todos os setores, praticou os piores crimes contra a Nação. E o Presidente não debate, mas vai todos os dias mentir na tribuna do programa eleitoral.

Ora, Sr. Presidente, vou demonstrar aqui e agora quantos assuntos já suscitei nesta Casa que não foram respondidos pelo Presidente da República e pela corja que ainda está com ele no poder, embora outra já tenha sido defenestrada.

Peço a V. Ex^a a transcrição do excelente artigo do jornalista Elio Gaspari publicado na edição de domingo passado da **Folha de S. Paulo** sob o título: “A reeleição pode virar carta branca”. No texto, esse jornalista, que é um modelo de inteligência, de competência, embora nem sempre as pessoas concordem com ele, mas que é, sem dúvida, classificado como dos melhores, senão o melhor, jornalista do Brasil, mostra claramente a posição do Presidente da República.

E há mais, Sr. Presidente. Nós queremos ver esses ônibus que foram comprados com o dinheiro do contribuinte para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Vejam bem: ônibus para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Ônibus comprados por preço de novo, mas em terceira mão. Ônibus que não podem sequer

andar, porque estão escondidos. Nós temos o direito. E o Presidente dessa Comissão de Fiscalização e Controle tem a obrigação de ir, com os seus companheiros – entre os quais quero me incluir – ver como estão esses ônibus, para mostrar à Nação como se rouba cinicamente, como os tais “sanguessugas”, onde o primeiro “sanguessuga” da Nação é o Presidente da República.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não, Excelência.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Antonio Carlos, eu, na realidade, me interesso muito por esse tema desses ônibus que foram comprados pelo Governo para aulas de informática. Para mim esse caso é mais grave do que o das ambulâncias. Muito mais grave! Por quê? Porque, no das ambulâncias, o problema está no superfaturamento. A ambulância em si pode ser útil para levar um doente de um lugar para o outro. Agora, esse, dos ônibus, ele está errado na origem. Esses são aqueles programas que são criados apenas para que alguém ganhe dinheiro com ele. Vou fazer uma conta aqui para o senhor. Fui Secretário da Educação, Professor, e entendo um pouco desse tema. Um computador, hoje, para aulas – e que não precisa ser um super computador –, custa – vamos botar caro – R\$1.500,00. Você coloca em uma sala de aula, para um professor ensinar informática, vamos supor, 12 alunos. Uma salinha de informática, com ar-condicionado, 12 computadores, mesa para computador, bonitinha, ela custa R\$20.000,00. E dá para você colocar em uma sala. Quando você quiser botar em outro lugar, você aluga uma Kombi (R\$100,00 o aluguel de uma Kombi) e leva para outras comunidades, de três em três meses. Porque o curso de informática dura 90 dias, 180 dias. O ônibus é próprio para operações instantâneas ou de período curto, como, por exemplo: exame oftalmológico, tirar sangue para verificar diabetes. Coisas assim. O que compraram, Senador Antonio Carlos? Compraram, por R\$300 mil, um ônibus para botar R\$20mil de equipamentos dentro. Então, são R\$280 mil do ônibus e R\$20 mil de equipamentos dentro. Então, são R\$280 mil do ônibus e R\$20 mil de equipamentos. Evidentemente, não há nenhuma lógica comprar um ônibus para dar um curso que durará 90 dias. O ônibus vai ficar parado. Além de terem comprado um ônibus velho, superfaturado, eles criaram um programa – apenas – para ganhar as comissões. É como dizia o Ministro Mário Henrique Simonsen: “É o tipo de programa que seria melhor ter pagado só a comissão”. É grave! A CPI, o Ministério Público, o Tribunal de Contas... Aliás, eu já pedi uma investigação ao Tribunal de Contas. É preciso olhar isso particularmente. Disseram que foram somente 16 ônibus. Mas 16 ônibus já dão R\$4,8 milhões. É muito dinheiro! Quer dizer, na realidade, essa é uma

investigação que deve ser feita, e V. Ex^a faz muito bem levantar essa questão aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Faço questão de repetir o que V. Ex^a disse do meu saudoso amigo Mário Henrique Simonsen. Ele dizia que, em furtos como esse do ônibus, como dos “sanguessugas”, como do “valerioduto”, como do “mensalão”, é muito melhor para o Governo pagar a comissão do que comprar o ônibus ou a ambulância. Dê o dinheiro, os 20%, ao Parlamentar que vai mudar de Partido, que não cumpre a fidelidade partidária e que rouba; ao Ministro que gosta – e existem alguns; tudo isso, evidentemente, nós sabemos que sairia mais barato do que gastar essa fortuna para esconder os ônibus. Onde estão escondidos, Senador Sibá, esses ônibus? Por favor, me diga onde estão, que quero ir ver amanhã. Devem estar com as refinarias de Pernambuco, naquela maquete – que nem foi maquete, foi a fotografia – de uma refinaria existente como se fosse a de Pernambuco, quando ainda sequer subiu qualquer parte da refinaria. Esse Governo tem um gosto enorme de roubar. É roubar mesmo.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador, esses ônibus não estarão nas estações de metrô de Salvador, por acaso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É capaz de estarem no metrô inexistente de Salvador, mas lá – não sei se foi – o projeto de Comissão foi para a Prefeitura apoiar Jacques Wagner. Mas a situação de Jacques Wagner ficou pior. Ele está perdendo hoje de 71% a 23% para o Governador Paulo Souto.

De maneira que esta é a situação triste deste Governo do Sr. Lula. Nós precisamos, realmente, mudar.

V. Ex^a falou do Okamoto. Aqui o título é este: “Okamoto não comenta nova versão de Lula”.

Contudo, segundo a **Folha**, na declaração de Okamoto, consta que ele procurou o Presidente do Sebrae, que tem vencimentos mensais de cerca de R\$30 mil. Ademais, disse ter feito saques no valor de R\$46 mil entre setembro de 2003 e março de 2004, para pagar a dívida de Lula, embora em quatro parcelas, em dezembro de 2003.

Está aqui. “Okamoto desmente Lula”, desmente até com seu silêncio. Alguém aqui pode acreditar que o maior amigo do Presidente, aquele que guarda ou que emprega seu dinheiro fique calado na hora que o Presidente diz uma coisa dessas?!

Evidentemente que a cumplicidade é total. Agora, essa cumplicidade tem que ser desmascarada na tribuna deste Senado. Temos obrigação.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos, obrigado pelo aparte. Essas farsas já passaram de todos os limites aceitáveis por uma sociedade medianamente civilizada. Temos que ter, no

Senado, uma reação tal que a população brasileira realmente possa se sentir representada nisso em alguma instância. Quando V. Ex^a disse agora, e fala com a autoridade da sua experiência e do seu passado de homem público, que essas farsas vão ser esclarecidas e algumas nós, hoje, temos condições legais de fazê-lo, alegra-me muito. Há muitos brasileiros que estão indignados com o que está acontecendo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão.

Listei, Sr. Presidente, alguns itens para trazer a este Plenário, que hoje está melhor do que ontem. Vamos fazer sempre na semana, pelo menos na terça e na quarta-feira, uma presença constante aqui para desmascarmos, pela televisão, o Presidente da República, que mente todos os dias. Ele já, na hora de escovar o dente, está mentindo, porque não escova; conseqüentemente temos que mostrar à Nação tudo isso que está acontecendo.

No escândalo do “mensalão”, o Ministro Tarso Genro declarou ontem que não trouxe nenhum reflexo no Governo. O Ministro Tarso Genro, supõe-se um homem educado e inteligente. Supõe-se, porque não é. Porque se fosse ele não diria que não trouxe reflexo. Ele só está no lugar que está na Casa Civil porque houve o “mensalão” e demitiram o José Dirceu. Logo, teve reflexo. Como o caseiro teve reflexo no Palocci.

Como outros Ministros, que foram demitidos.

Tivemos aqui o homem que tratava com todos os Parlamentares – comigo, graças a Deus, não –, o Waldomiro, e tivemos o homem dos Correios. Todos dois, tanto o Waldomiro como o Maurício – se não me engano – pegando dinheiro. A televisão os exibiu recebendo. Para esse, coitado, foram três mil.

Porque, neste Governo, eu disse ontem e repito hoje, quando o Presidente não age certo, também o contínuo não vai agir. A corrupção fica geral. Vem de cima para baixo. Isso acontecerá em qualquer governo em que não se tenha uma boa reação.

Agora, vejam só: o “Ribeirão gate”; o “caseirogate”; os sanguessugas e vampiros da saúde; o “Rondônia gate”; o “PCCgate”; a “cueca cearensegate”, com os dólares todos; o “Lulinha” com a Telemar; o Paulo “Doador Universal” Okamoto; as fraudes no Inbra e no Ibama – estas são fresquinhas, desta semana –; o Waldomiro e os bingos, que fizeram cair metade da cúpula palaciana ligada ao Presidente da República; os crimes de Santo André e Campinas, já esquecidos – são crimes, eles mataram –; o uso eleitoral e cínico do Bolsa Família; as fraudes no Programa do Primeiro Emprego – só quem foi empregado do Primeiro Emprego foi Jacques Wagner, que criou o Primeiro Emprego para ele ser Ministro; o segundo emprego ele conseguiu, realmente, na GDK, para a sua filha, mas foram dois empregos, e quantos empregos foram prometidos! –; o Banco do Povo, que V. Ex^a lembra e teve atuação bem clara nesse assunto; a manipulação e o aparelhamento dos fundos de Previdência; o

desvio de recurso do Fundo da Pobreza e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para fins inconfessáveis.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Cartão Corporativo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Cartão Corporativo, como diz muito bem V. Ex^a, que, no momento em que for aberto, muita sujeira vai aparecer, atingindo muita gente perto do próprio Presidente. E as maracutaias da Petrobras.

Sr. Presidente, agora, eu vou me dirigir a V. Ex^a. V. Ex^a é Secretário da Mesa. Espero que informe ao Presidente Renan Calheiros, em meu nome, em nome da Bancada do PFL, e acredito que o Senador Tasso Jereissati e o Senador Arthur Virgílio me autorizem a dizer, em nome do PSDB, que nós não admitiremos que esse assunto venha à Mesa este ano. Não é só agora, não. É este ano. Nós pararemos este Congresso se quiserem roubar R\$5,6 bilhões, como ia passando despercebido, não fosse o Senador Heráclito Fortes dar o seu berro e eu chamar de ladrão o homem da...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – V. Ex^a está falando em nome do PSDB também.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, para que o Presidente saiba que não pode colocar isso em pauta. Peço a V. Ex^a, como Secretário da Mesa, que leve esta comunicação. Se querem votar alguma coisa, não coloquem isso em pauta, porque não vamos deixar sangrar em R\$5,6 bilhões para dar, com aparência de fazer estaleiro, mas, na realidade, comissões das empresas beneficiárias.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Só um segundo. A relação estranha entre a GDK e os membros do Governo, isso ficou esquecido, mas eu quero relembrar. É o tal do *Land Rover* do Silvinho e outras coisas mais. A operação tapa-buracos, que apenas enriqueceu empreiteiros. O buraco maior está no Palácio do Planalto, onde se rouba abertamente, sem que se possa tapar com asfalto.

A farra que foi a liberação orçamentária no período eleitoral. A sabotagem praticada contra a lavoura cacaueteira, em que o PT carregou a vassoura de bruxa destruidora para destruir a plantação do cacau na Bahia, dando prejuízo de R\$10 bilhões, Sr. Presidente, e demitindo mais de duzentos mil empregados.

Veja V. Ex^a em que estamos vivendo. Isso explica bem a situação por que passamos. Prestem atenção, Senador Tasso Jereissati e Senador Sérgio Guerra, isso explica a edição do Decreto nº 5.748, que desobriga o Governo a publicar mensalmente em que gastou os recursos orçamentário e fiscal da Seguridade Social, em uma clara tentativa de impedir a fiscalização.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não se esqueça dos dólares de Cuba, Senador, em homenagem a Fidel Castro, que está se recuperando.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Fico até feliz que Fidel se recupere, pois, apesar de ser ideologicamente contra ele, confesso que é meu amigo pessoal, e tenho por ele estima afetiva. Quero a sua recuperação. Mas é preciso ficar esclarecido também os três bilhões que vieram de Cuba para o Brasil, e ficou provado. Por isso, muita gente condena V. Ex^a. V. Ex^a provou, na CPI dos Bingos, que esse dinheiro veio e que foi transportado em avião para São Paulo.

Sr. Presidente, temos ainda a Gtech e outros casos mais. V. Ex^a, Sr. Presidente, que teve tanta coragem na CPI dos Bingos...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não esqueça a Cobra, é venenosa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a tem razão. Também houve roubo na Cobra. Há roubo em todo lugar. Até os animais são citados, como a cobra, mas se trata de uma empresa que pratica furtos com o Governo. O Presidente chama as pessoas que vêm aqui de bêbadas, diz que elas tomam uísque e vêm aqui dizer as verdades. Até sabemos que ele não gosta de beber. O Presidente não gosta nada de beber. Por isso, chama os outros de bêbados, chamou na Bahia. Por isso, quer acabar com a imunidade parlamentar. Por isso, quer fechar o Congresso. E nós temos que reagir a isso.

Tenho confiança no Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros, que saberá reagir às maracutaias e, sobretudo, às ofensas ao Congresso e aos Congressistas. Infelizmente, a origem da própria “sanguessuga” vem de Pernambuco, Senador Sérgio Guerra. O vampiro Humberto Costa, com quem sempre tratamos aqui, já roubava desde aquele tempo, e foi premiado com a candidatura que está sendo derrotada também em seu Estado.

Ou se moraliza este País, ou o Presidente da República passa a ser um homem sério – é difícil, se se acostumou assim, é difícil – ou então não há condição, Sr. Presidente, de este Governo continuar.

Temos uma esperança com Geraldo Alckmin, que é um homem de bem, um homem sério e que não usa os expedientes do Presidente da República. Não usou no Governo de São Paulo e, por isso mesmo, está em condições de exercer a mais alta Magistratura do País.

Mas, seja como for, impedir a vitória de Lula é um dever de todos os brasileiros que querem que a dignidade e a honra do País sejam preservadas.

Muito obrigado, Ex^a.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIO GASPARI

A reeleição pode virar carta branca

O desempenho de Lula na entrevista que deu ao "Jornal Nacional" foi catastrófico. Ofendeu a inteligência da patuleia. Atravessou a linha do fizemos-o-que-todos fazem, indo para o fizemos-tudo-certo. Eco do hino Bourbon: "Nada esquecemos, nada aprendemos". Prenúncio de uma presidência imperial que tentará impor ao Congresso desmoralizado um programa de aparelhamento do Estado. Se o golpe pela Constituinte não for resuscitado, vão falar em plebiscito.

Ao contrário do que disse o "Nosso Guia", seu governo não defendeu a moralidade afastando José Dirceu e Antonio Palocci do Ministério. Nos dois casos o Diário Oficial informa que eles pediram demissão. Pode-se dizer que isso é uma formalidade da etiqueta palaciana, mas Lula carpiu os ex-ministros. Chamou Palocci de "mais que irmão". A Dirceu, disse o seguinte:

"Compartilho seu sentimento de que esta decisão permitirá a você melhor defender nosso governo, nosso partido e sua própria pessoa. Como parlamentar brilhante que é — um dos líderes políticos mais importantes e respeitados da República — você poderá, na Casa do Povo Brasileiro, desfazer as infundadas acusações lançadas por aqueles que querem

desconstruir nossa história e nosso projeto de mudança social." (A Casa do Povo cassou o mandato do comissário.)

A cumplicidade de Lula com a quadrilha que o procurador-geral da República identificou no Planalto começou num ponto extremo, quando concordou que Waldomiro Diniz, subchefe da Casa Civil, deixasse o governo "a pedido".

Palocci é candidato a deputado, pelo partido de Lula. Dirceu montou uma promissora empresa de consultoria. Defende o voto de lista (expediente do agrado de um pedaço do tucanato), pelo qual a choldra é chamada a decidir em cima de listas elaboradas pelas direções partidárias. Olhando-se pelo retrovisor, se em outubro próximo existisse o voto de lista, Roberto Jefferson, mandaria nas preferências do PTB, Dirceu na do PT e Eduardo Azeredo, na do PSDB.

Em maio de 1989, Lula discursou para uma platéia de empresários americanos e disse o seguinte:

"A gente fica orgulhoso quando o primeiro ministro Noburo Takeshita renuncia no Japão por causa de um milhão de dólares. Se fosse no Brasil o sujeito ia para um cargo maior".

Exagerei um pouco, mas não muito.

Lula diz que não irá a debates na TV para preservar Presidência

Presidente ataca Congresso em campanha na Bahia e diz que parlamentares são incapazes de votar reforma política

Para petista, deputados e senadores usam imunidade que têm para 'achincalhar' a imagem do presidente e encobrir 'safadezas'

DA ENVIADA ESPECIAL A SALVADOR
DA AGENCIA FOLHA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, em Salvador, que não participará de debates com os demais candidatos à Presidência.

A primeira ausência será no debate de amanhã, na TV Bandeirantes. Ao justificar sua decisão, Lula argumentou que precisa preservar "a instituição Presidência da República".

Em 1998, Lula e o PT criticaram o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que concorria à reeleição, por sua decisão de não participar de debates.

Em evento com prefeitos na capital baiana, Lula acusou congressistas de usarem a imunidade para "achincalhar" a sua imagem e encobrir "safadezas". Lula reafirmou ainda duvidar que o Legislativo promova uma reforma política, já que deputados e senadores trabalhariam em causa própria:

"A coisa é tão absurda que um deputado ou senador pode achincalhar o presidente da República, como vocês sabem que eu fui achincalhado, mas não pode abrir processo porque eles têm imunidade. Imunidade é para proteger a classe política do arbítrio, não da safadeza", disse Lula. Na plateia, havia 42 prefeitos de 15 partidos.

Em Maceió, o candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, reagiu às declarações:

"Sou favorável à imunidade parlamentar porque, no exercício do mandato, o parlamentar precisa ter os instrumentos para poder exercer o seu papel. Na realidade, é um equívoco o presidente não levar a sério a questão ética."

No evento na capital baiana, o prefeito de Vera Cruz, o petista Nicandro Macedo, saudou Lula como "nosso próximo presidente". Macedo faz oposição dentro do partido à ala ligada ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL). O prefeito de Salvador, João Henrique Carneiro (PDT), que apóia a candidatura do petista Jaques Wagner ao governo baiano, disse que Lula colocou os pobres no mapa brasileiro.

Ao chegar na madrugada de ontem a Salvador, o presidente classificou de "muito bom" o resultado da entrevista que concedeu na quinta-feira ao "Jornal Nacional". "Beim ele não foi. Médio, regular", avaliou o chefe-de-gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho.

Adversários

Heloisa Helena (PSOL), em Salvador, Cristovam Buarque (PDT), em Vitória da Conquista, também fizeram campanha ontem na Bahia. Estava prevista ainda a presença de Alckmin em Itabuna e Juazeiro.

A candidata do PSOL classificou como "milagre político" o seu crescimento nas pesquisas. "Estou enfrentando duas candidaturas poderosas, com muito dinheiro público roubado no passado e no presente." Na última pesquisa Datafolha, ela teve 12% das intenções de voto.

(LUCIANA CONSTANTINO, LUIZ FRANCISCO E ROSA FERRO)

Okamoto não comenta nova versão de Lula

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Há mais de um ano sem conseguir provar saques de dinheiro destinados a pagar dívida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o PT, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, não quis comentar ontem a nova versão apresentada por Lula para o episódio.

Em entrevista ao "Jornal Nacional" anteontem, Lula narrou uma suposta conversa entre ele e Okamoto antes do pagamento: "Quer pagar, você paga, porque eu não vou pagar, porque não devo ao PT".

Há um ano, Okamoto se res-

ponsabilizou pelo pagamento da dívida de R\$ 29,4 mil de Lula com o PT, registrada na prestação de contas do partido. A CPI dos Correios investigava se o pagamento teria sido feito com dinheiro do caixa dois do PT, administrado pelo ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares e pelo empresário Marcos Valério Fernandes de Souza.

Havia duas semanas que o Palácio do Planalto insistia em que Lula desconhecia a dívida quando o presidente do Sebrae assumiu a responsabilidade pelo pagamento.

Em entrevista à **Folha** em 9 de agosto de 2005, Okamoto

contou que não falara com Lula sobre a dívida. "Não comentei nada com ele. Primeiro, você imagina, em 2003, o seguinte cenário: você assumindo o governo, eu via pouco o presidente, não ia ficar enchendo o saco dele com uma coisa como essa", relatou ele, que fora procurador de Lula na rescisão do contrato de trabalho com o PT.

A versão é diferente da apresentada anteontem por Lula. Questionado sobre a divergência, Okamoto não quis falar. "Ele não vai comentar, ele já falou exaustivamente sobre o assunto", disse sua assessoria.

Até o encerramento dos tra-

balhos da CPI dos Bingos, Okamoto se recusou a explicar como providenciou o dinheiro destinado a quitar a dívida. Mais de uma vez, ele recorreu ao Supremo Tribunal Federal para impedir a quebra de seu sigilo bancário, determinada pela comissão.

À **Folha** o presidente do Sebrae, que tem vencimentos mensais de cerca de R\$ 30 mil disse ter feito saques no valor de R\$ 45 mil entre setembro de 2003 e março de 2004 para pagar a dívida, embora a primeira das quatro parcelas tenha sido paga apenas em dezembro de 2003. (MARTA SALOMON)

11 deputados usaram textos idênticos para pedir ônibus à Ciência

Desses, 8 tiveram cassação pedida por CPI; justificativa pode ter sido baseada em panfleto distribuído pela Planam

No total, 29 congressistas apresentaram emendas de R\$ 18 mi para a compra de veículos ao Ministério da Ciência e Tecnologia

RAPHAEL GOMIDE
DA SUCURSAL DO RIO

Emendas de 29 deputados federais —15 com cassação pedida pela CPI dos Sanguessugas—

destinaram R\$ 17,6 milhões em 2005 e 2006 a projetos de compra de ônibus com computadores para inclusão digital.

O empresário Luiz Antonio Vedoin, um dos chefes da máfia das ambulâncias, disse em depoimento que suas empresas atuavam também no segmento.

Ao menos 11 das propostas reproduzem literalmente a mesma justificativa, em texto de sete linhas, explicando por que comprar os ônibus. Dessas, 8 são de deputados listados pela CPI. Outras nove justificativas contêm ao menos duas frases exatamente iguais à justificativa padrão usada pelos colegas.

O deputado João Correia (PMDB-AC) disse que o empresário Darci Vedoin, dono da Planam, ia de gabinete em gabinete oferecer o projeto dos ônibus digitais, com panfletos do programa, mas não soube afirmar se o texto de todos foi copiado do folder da Planam

O MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia) analisou os projetos e repassou R\$ 13,5 milhões para as emendas em novembro e dezembro do ano passado. Só em 10 de maio, seis dias depois da eclosão do escândalo, cancelou o pagamento da maior parte desse valor

Do total, R\$ 2,7 milhões foram gastos e três ônibus comprados. Todos foram adquiridos de empresas dos Vedoin.

A Finep —órgão do MCT sediado no Rio— pagou às empresas por meio de três ONGs: Ibrae (Instituto Brasileiro de Cultura e Educação), Intedeq (Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Qualidade) e Instituto Amor pela Vida.

O Ibrae teve como diretor Nylton Simões, representante da Planam no Rio. O Intedeq receberia pelo menos mais sete emendas, de R\$ 6,4 milhões.

Parlamentares do Estado do Rio são responsáveis por R\$ 5,43 milhões em emendas para os ônibus digitais. Os únicos ônibus digitais efetivamente comprados e pagos pelo governo federal foram no Estado.

O deputado Paulo Baltazar (PSB-RJ), outro incluído na lista da CPI, destinou R\$ 1,08 milhão para a compra de cinco ônibus para municípios do Rio. A Finep liberou R\$ 1,6 milhão, mas só dois ônibus —usados— foram comprados e até hoje nunca utilizados.

O que mais encontraremos ao seguirmos as pegadas enlameadas dos escândalos?

- O escândalo do Mensalão (que o ministro Tarso ⁴genro disse que não trouxe nenhum reflexo ao governo)...
- do Mensalinho...
- do Ribeirãogate...
- do Caseirogate...
- dos Sanguessugas e vampiros da Saúde...
- do Rondôniagate...
- do PCC-gate...
- do Lulinha com a Telemar...
- do Paulo “doador universal” Okamoto...
- das fraudes no Incra e no Ibama (essa são fresquinhas, desta semana)...
- do Valdomiro e os bingos (que fez cair metade da cúpula palaciana)...
- dos cartões corporativos da Presidência da República (que deve fazer cair a outra metade)...
- dos crimes de Santo André e Campinas...
- do uso eleitoreiro do Bolsa-Família...
- das fraudes no programa ‘Primeiro-Emprego’...
- da manipulação e aparelhamento dos fundos de previdência das estatais...
- do desvio de recursos do Fundo da Pobreza e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, para outros fins – alguns inconfessáveis...
- das maracutaias e do uso eleitoral da Petrobras...
- da relação estranha entre a GDK e membros do governo...
- da operação ‘tapa-buracos’ que apenas enriqueceu empreiteiros...
- da farra que foi a liberação orçamentária pré-período eleitoral...
- da sabotagem praticada contra a produção cacaueteira brasileira pelo Partido dos Trabalhadores...

Isso explica, é sempre bom lembrar, a edição do decreto 5.748, que desobriga o governo de publicar, mensalmente, onde gastou recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, numa clara tentativa de dificultar a fiscalização sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador César Borges por dez minutos, para que não se perca a continuidade dos discursos baianos.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Heráclito Fortes, que cedeu seu tempo ao Senador José Jorge. Depois, falará o Senador Edison Lobão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– V. Ex^a tem a palavra, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir permissão ao Senador César Borges para fazer

um registro por meio de um requerimento, comemorando os 150 anos da Capital do meu Estado, Teresina, cidade de que tive a honra de ser Prefeito.

Eu gostaria que fosse transcrito, nos Anais da Casa, o Voto com a respectiva Justificativa, pedindo que se remeta cópia ao atual Prefeito de Teresina, o médico Sílvio Mendes.

Muito obrigado ao Senador César Borges.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos anais do Senado Federal Voto de Aplauso ao município de Teresina, no Estado do Piauí, pelos seus 154 anos de fundação.

Requeiro ainda que deste Voto de Aplauso sejam cientificados o Prefeito de Teresina, Sílvio Mendes, e por seu intermédio, à Câmara de Vereadores e toda a população do município.

JUSTIFICATIVA

A cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, comemora hoje 154 anos de sua fundação. Em 1852, o então Presidente da Província do Piauí, José Antônio Saraiva, transferiu a capital da província de Oeiras para Teresina, que recebeu esse nome em homenagem a Imperatriz Dona Teresa Cristina Maria de Bourbon.

Instalada definitivamente a capital da província em Teresina, a cidade iniciou um processo de desenvolvimento bastante acentuado. Em lugar das casas feitas de palha de carnaúba, surgiu uma cidade vertical, com edifícios modernos e de traços arrojados, combinados com rios e vegetação natural. Teresina é hoje referência a outros municípios, não só do Piauí como também de outros Estados nordestinos, seja em educação, saúde ou qualidade de vida.

Porém, o maior patrimônio dessa cidade é, sem sombra de dúvida o seu povo. Teresina é berço de um povo encantador, sempre amigo e hospitaleiro. Pessoas que recebem muito bem, tanto aqueles que vêm de fora como seus filhos ausentes que retornam ao lar depois de anos.

Por essas razões, formulo este Voto de Aplauso pelo aniversário da cidade, dirigido sobretudo aos seus habitantes.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2006.



SENADOR HERÁCLITO FORTES

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno, Senador Heráclito Fortes. Acostados ao requerimento de V. Ex^a estão os nomes de todos os companheiros da Mesa do Senado Federal.

Senador César Borges, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de ouvirmos esse discurso verdadeiro e demolidor daquele que já foi Presidente desta Casa, o Senador Antonio Carlos Magalhães, listando de forma objetiva todas as mazelas deste Governo do Presidente Lula – uma por uma, Senador Antonio Carlos, V. Ex^a listou aqui –, mazelas que infelicitam o País, pior do que isso, nós vemos os recursos sendo malversados, que poderiam estar sendo utilizados para melhorar a qualidade de vida da população brasileira, como aplicações em infra-estrutura, na saúde e na educação, setores tão esquecidos pelo atual Governo.

Se, por um lado, há esses escândalos e esses desmandos do Governo, por outro lado, Sr. Presidente, o que estamos assistindo na propaganda eleitoral é algo inacreditável. Começo por citar o que está hoje na primeira página dos jornais, inclusive no jornal **O Globo**, quando coloca, na sua principal manchete, em letras garrafais, o seguinte título: “Na propaganda de TV, Lula apaga o PT de sua história”.

Será, Sr. Presidente, que nós poderemos, o País, a população brasileira, ser levados, numa tentativa de o Governo enganar esta população, mais uma vez, aproximando-se as eleições; de enganar este povo bom que sempre tem de ter uma esperança para vencer as dificuldades e para avançar e construir uma vida mais digna para dar sustento à sua família? Será que o PT e o Presidente Lula podem ser dissociados agora, como se eles não fossem irmãos siameses, ligados de forma umbilical? PT é Lula, Lula é PT.

Não há como dissociar o Presidente Lula em sua tentativa permanente – em determinados momentos, um sucesso – de se desvincular das mazelas que acontecem em nível nacional. Ele está tentando sempre dizer “eu não sabia de nada”. Agora, ele quer fazer como se não tivesse nada a ver com o PT e que as mazelas e todos os crimes impetrados contra a economia do País, com os recursos arrecadados pela população, possam ser dissociados do Presidente Lula. Afinal de contas, José Dirceu presidiu o PT durante muito tempo. Ele era o braço de Lula no Governo Federal. José Genoíno, homem de confiança, avalizava empréstimos no Banco Rural e no BMG, para fazer captação ilegal de caixa 2 para o PT. E agora é o José Genoíno

que saiu do PT e, com isso, está eliminada a culpa do Presidente Lula? Ora, é uma tentativa lamentável – e considero infrutífera – o Governo tentar agora jogar o PT às feras, não usar nem a estrelinha do PT, coisa que forçou hoje o Senador Sibá Machado a trazê-la, por dever de ofício, porque lhe foi cobrado usar mais a estrela vermelha do PT, ontem, aqui, pelo Senador Heráclito Fortes. E ele hoje fez o ato heróico de colocar a estrela do PT abaixo do símbolo do Senado, para dizer que ele ainda usa. Mas o seu partido não usa mais a estrela vermelha, não usa mais o número 13; e o Presidente quer distância do PT e do número 13.

Eu concedo um aparte, com muita satisfação, ao Senador Antonio Carlos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a é sempre muito loquaz e presente nessa tribuna, e merece a atenção dos seus Pares. Parece que esses ministros que foram demitidos como desonestos não foram nomeados por ele. Eu sempre disse aqui que ele nomeou derrotados e desonestos. É isso que aconteceu. Agora, ele hoje fala como se não tivesse nada com essas pessoas, que nem os conhecia, não chamava de irmãos, não desejava êxito na vida do próprio José Dirceu. Foram tantos os demitidos por ladroagem e ele pensa que não tem nada com isso. V. Ex^a faz muito bem de repisar este assunto, de tratá-lo todas as vezes com o destemor que lhe é próprio, para mostrar à Nação brasileira que Governo desonesto o nosso País tem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Governo e partido, Senador Antonio Carlos. Como disse V. Ex^a, será que José Genoíno fazia alguma coisa sem Lula saber? Será que Silvinho Pereira, que era Secretário-Geral, intermediava tráfico de influência e nomeação de cargos sem o Presidente saber? Será que Delúbio Soares, aquele homem de altíssima confiança do Presidente Lula, que sentava atrás do Presidente Lula nas solenidades e soprava coisas nos seus ouvidos... Estão aí as imagens gravadas, as fotografias dessa intimidade que tinha Delúbio Soares, que tinha sala no Palácio do Planalto... Será que Delúbio Soares também não estava no PT com o beneplácito e o total conhecimento e apoio do Presidente Lula? É claro que estava, Senador Sibá Machado. Não vai o Presidente Lula, agora, dizer que não tem nada com o PT.

O jornal **O Globo** diz aqui: “Lula apaga PT de sua história”. No primeiro programa eleitoral da campanha não houve referência ao partido que ele próprio criou. O Presidente Luiz Inácio da Silva eliminou o Partido dos Trabalhadores de sua biografia. O primeiro programa eleitoral de sua campanha, exibido ontem, no horário gratuito de TV, mostrou a vida de Lula, a infância pobre em Caetés, a ida para São Paulo como migrante,

a ascensão à líder metalúrgico e a conquista da Presidência da República. Nenhuma palavra sobre o PT, Partido que fundou em 1980. Nenhuma única cena com a estrela vermelha. Desapareceu o número 13, campeão histórico do voto de legenda. Foram banidos os companheiros e as bandeiras que tremularam por 26 anos atrás de Lula. Em sua nova biografia eleitoral, Lula saiu das assembleias sindicais diretamente para o Palácio do Planalto, sem um partido político.

Mas não é essa a foto que conhecemos, Senador Edison Lobão – que muito bem preside esta Casa neste momento –; a foto que conhecemos é a de Lula com José Dirceu, com Delúbio Soares, com Sílvio Pereira, com Palocci, com toda essa trupe que foi afastada do Governo não porque quisesse o Presidente Lula, mas porque a opinião pública nacional o exigia. Ficou insustentável para o Presidente Lula mantê-los diante da gravidade das denúncias contra todos por crime de corrupção, de prevaricação, de responsabilidade, pela quebra de sigilo contra as instituições democráticas, como aconteceu com o ex-Ministro Antonio Palocci. Lula os removeu contra sua vontade e não porque estivessem indiciados. Sua Excelência poderia, como sempre faz, até tentar minimizar a culpa de seus companheiros. No entanto, como não tinha mais condições, diante da pressão da opinião pública, os sacrificou.

Hoje, tenta o Presidente Lula – imagine o povo brasileiro que nos ouve neste momento – dizer que não tem nada a ver com o PT. Foi líder sindical e saiu diretamente para o Palácio do Planalto! Foi Sua Excelência que criou o PT, que orientou suas ações, que monopolizou sua condução, que colocou o atual Presidente do PT, o Deputado Berzoini, e continua mandando no PT. Agora, não é conveniente, neste momento, enlamear-se com as maracutaias do PT, que, diga-se de passagem, não foram feitas para beneficiar só o PT, mas também, Sr. Presidente, o Presidente Lula. Esse foi o grande beneficiário! O mensalão aconteceu para beneficiar as políticas de governo, para que aqui pudessem ser aprovadas matérias de interesse do Governo.

O Palácio do Planalto, lamentavelmente, transformou-se, em primeiro lugar, numa central do crime, central irradiadora do crime, do crime perverso contra as instituições públicas, como fazem hoje contra o Congresso Nacional; em segundo lugar, graças a alguns bons advogados que foram escolhidos para cargos-chave do Governo, o Palácio do Planalto se transformou naquela grande máquina, naquele grande laboratório de versões, de se criarem versões para os fatos, para explicar o inexplicável, para que viessem declarações, que depois não seriam confirmadas, e outras declarações, e assim por diante, como aqui foi dito agora pelo Senador Tasso Jereissati com relação a

Paulo Okamoto, que pagou dívida do Presidente, mas que negou que tivesse comunicado a ele, sendo que o próprio Presidente reconhece que conversou com Paulo Okamoto e que o autorizou a fazer o pagamento.

Concedo um aparte ao nobre Senador Sibá Machado, que é do PT e que tem todo o direito de colocar o seu ponto de vista sobre esses assuntos, porque a mim, Senador Sibá Machado, cabe, neste momento, desmascarar isso, que, aliás, está aqui na grande imprensa. Lamentavelmente, a grande imprensa nacional que vê e que analisa essas questões com clareza não consegue fazer chegar a todos os rincões do País essas informações. Então, há muita gente enganada com o Bolsa-Família, que faz do Presidente Lula o coronel do século XXI, o que dá o dinheiro com a mão e tira o voto com a outra.

Mas está aqui no **O Globo**, na primeira página, na propaganda de TV: “Lula apaga o PT de sua história”. Isso é desonestidade, isso é desonestidade intelectual, e nós temos que alertar o povo brasileiro, já que no dia 1º de outubro se decide o futuro da Nação. Vamos decidir quatro anos mais. E, se fomos enganados em 2002, como aponta, inclusive, a nobre jornalista Miriam Leitão no artigo do dia 10 de agosto, denominado “Ditos não feitos” do Presidente Lula. A jornalista compara entrevistas concedidas em abril e julho de 2002, onde Lula dizia coisas que ele nunca fez. Diz ela em seu artigo:

(...) Não há relação entre o que ele dizia e o que ele fez. Disse que mudaria a política econômica porque para isso o PT estava concorrendo; afirmou não acreditar “nesses fundamentos econômicos”; prometeu uma reforma tributária para acabar com PIS, Cofins e CPMF. Pediu que eu cobrasse dele a seguinte promessa: acabar com as ocupações de terra e mortes no campo. A cobrança: até março deste ano – dizia o Presidente Lula – os dados do próprio governo são de que houve 880 ocupações de terra e 72 mortes em conflitos agrários.”

O Presidente Lula é um irresponsável completo, ele não tem nenhuma responsabilidade sobre o que diz. Ele diz hoje uma coisa; amanhã, as circunstâncias e a conveniência lhe impõem outra coisa, e ele diz outra coisa. Ele fala para uma platéia de empresários e banqueiros uma coisa; amanhã, se ele falar no sindicato, dirá outra coisa totalmente diferente.

É lamentável, Sr^{as} e Srs. Senadores, que tenhamos essa figura como Presidente. E ameaçando o País com a possível reeleição. Por isso é que eu me sinto na obrigação, Sr. Presidente, de trazer esse assunto com essa veemência aqui, mas quero dar um aparte ao nobre Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a com muita atenção, como ouvi aos demais durante todo esse período em que estamos aqui. E vou reiterar a V. Ex^a o que já disse ao Senador – se não me engano – Tasso Jereissati: tudo o que temos ouvido da Oposição, os adjetivos, as classificações e tal, nós o fazíamos no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Embora não estivesse aqui, no Congresso Nacional, eu fazia isto quando militava no movimento sindical: desqualificava e assim por diante. Havia ali dois cenários: a coisa de que a gente não acreditava no Governo, e um debate frontal político, de ideologias completamente distintas. Então, é nesse cenário que eu julgo que boa parte do debate que se faz aqui se encaixa. Estar ou não com a estrelinha do PT, no meu entendimento...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permite-me um minuto, Sr. Presidente? Ostento-a aqui, como provocado que fui, admito. Hoje, vim com ela e vou continuar a vir todos os dias, porque esta estrela aqui não vai apagar...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Ex^a não é candidato a nada!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Esta estrela aqui não vai se apagar. No meu entendimento, ela não vai desaparecer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Se o fosse, tiraria a estrelinha do PT.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas o que eu quero dizer, com toda a tranqüilidade, é que, dia a dia, o meu Partido cresce, se fortalece, se reaglutina... Houve um problema que foi colocado, imputado a militantes... Estamos debatendo sobre isso. Agora, houve aqui uma virulência muito grande com relação a imputar a José Dirceu e a Genoíno comportamentos que não são deles – e não está comprovado que foram –, e, no entanto, pagaram um preço político por isso. A história vai dizer quem tinha razão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E por que eles deixaram os cargos que exerciam no PT?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agora, quanto à execução do Governo Lula, quanto ao trabalho realizado no Governo Lula, retirar os méritos do Governo... Aí, paciência! Acho que o beneficiário das ações do Governo está dizendo isso todos os dias: como é que recebe, como é que compreende. Não estamos aqui falando de absolutamente nada que não foi dito nos programas sociais, seja nos programas do Partido, seja nos programas do Governo. O Partido, em todas as administrações que já fizemos, temos muitos prêmios colocados como sucesso de administra-

ção pública e assim por diante. Então, temos um dos líderes contra o qual, em parte – e quero ser sincero em dizer –, acho que há um preconceito: o Presidente Lula. Não sei se pela sua origem, pela sua história ou o que quer que seja, mas acho que há. Porque há sucessos neste Governo que não estavam colocados – e não havia essa perspectiva! O Governo rompeu uma negociação que era nefasta ao futuro do nosso País, uma negociação em relação à Alca, que era de entreguismo. Falava-se aqui do princípio da privatização sem limites de todas as estatais. No entanto, conseguimos a estabilidade monetária, financeira e fiscal do País sem a venda de estatais.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Sibá, responda-me uma pergunta: V. Ex^a acha que o Governo e o próprio Presidente Lula cumpriram, em relação à Nação brasileira, com a sua pregação de moral e de ética no trato das coisas públicas, que era a bandeira maior do Partido de V. Ex^a?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Cumpriu, com toda sinceridade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Cumpriu? Com a moral e com a ética?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Cumpriu.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com todos esses escândalos a que assistimos?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O Presidente Lula cumpriu e está cumprindo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com o valerioduto, com mensalões?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E está cumprindo! Cumpriu, está cumprindo e vai levar a cabo, como sempre.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Lamentável!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Estamos vivendo uma crise...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Lamentável!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É lamentável! Existe um problema, mas, desde que me entendo por gente, busca-se aqui, no Congresso Nacional, como coibir esse problema. Hoje, abrem-se as páginas dos jornais e o que se vê são quadrilhas desbaratadas no Brasil. Agora, imputar isso a uma pessoa? Não vamos aceitar isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, quadrilha dentro do Governo!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O nosso Presidente tem cumprido com o seu papel constitucional.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quadrilha montada dentro do Palácio do Planalto, Senador!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – A nossa Polícia Federal desbarata, quase diariamente, quadrilhas que se formaram ao longo do tempo, que se modernizam...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Dentro do Palácio do Planalto foram desbaratadas várias quadrilhas pela opinião pública.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não. Infelizmente, alguns agentes do serviço público...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Porque, se fosse pelo Presidente Lula, ele manteria José Dirceu, ele manteria Palocci, ele manteria Silvio Pereira...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, mas, infelizmente, alguns agentes do serviço público estavam envolvidos nessas coisas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ... ele manteria José Genoíno!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não discordo de que muitos desses fatos que V. Ex^a citou são verdadeiros. Mas o papel constitucional...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... do Presidente está sendo cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Peço a V. Ex^a que, de fato, encerre seu aparte.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Vou encerrá-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Assim como peço ao Senador César Borges que conclua seu discurso.

V. Ex^a já excedeu em dez minutos o seu tempo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Portanto, Senador César Borges, infelizmente, esses problemas, todos os Governos...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sei que V. Ex^a vai ser tolerante. Vou encerrar meu pronunciamento com o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador César Borges, eu queria fazer uma pergunta ao Senador Sibá Machado, que é um homem sempre lúcido nos seus raciocínios e argumenta muito bem. Se nada disso houve, se não houve mensalão, se não houve “cuecão”, se não houve dólar de Cuba, se não houve nada disso, por que o Presidente do Partido renunciou? Por que vários Ministros pediram para sair? Por que alguns foram cassados? Por que seu Partido mudou de cor? Aquele vermelho... V. Ex^a hoje voltou, quero até parabenizá-lo, V. Ex^a voltou a usar a estrela, que tinha abandonado. Ontem, reclamei disso e, hoje, V. Ex^a voltou com a estrela. Aqueles que usavam vermelho

permanentemente agora usam cor-de-rosa, branco! Quer dizer, mudaram um pouco. Se nada disso houve, por que o Sr. José Genoíno não é o Presidente do PT? Por que não é o José Dirceu o Ministro da Casa Civil? Por que o Partido de V. Ex^a passou por essa crise toda? Pergunto: o que é mais fácil o PT explicar, a expulsão de Heloísa Helena, comemorada no hotel Blue Tree por pessoas importantes do Partido, com uísque Johnnie Walker selo azul e guaraná, ou a retirada de toda essa tropa de choque chamada “núcleo duro” do Partido de V. Ex^a? A Nação não entende e precisa entender. E o tempo para explicar é agora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Peço ao Senador Heráclito que conclua seu aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Vou concluí-lo, Senador Lobão. Televisão gratuita, tempo demais! Agora, há o seguinte, meu caro amigo: ou o Presidente Lula esclarece isso à Nação, ou ele vai passar por cínico ou arrogante. Não há saída.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, vou encerrar.

Este não é um debate partidário, ideológico. Esses são fatos contra aqueles que não querem reconhecer os fatos. Lamento o Senador Sibá Machado não reconhecer esses fatos, que estão aí sobejamente demonstrados.

Lamentavelmente, o PT e o Governo, atualmente, têm dois tipos de grupo que o dominam, ambos maléficos: de um lado, em sua grande maioria, ex-sindicalistas, que já deixaram, há muito tempo, de ser sindicalistas, mas que usam o sindicalismo, o Governo e a militância política para ter ascensão social, como o Sr. Jair Meneguelli, que deixou de ser político para ganhar R\$50.000,00 na Presidência do Sesi e andar em Ômega australiano, importado, pago com o dinheiro público; aqueles que se locupletam nos conselhos das estatais, que proliferam e que ganham R\$30.000,00, R\$40.000,00 para lá não ir. Esses são a grande maioria, Sr. Presidente. Mas uma outra parcela também é constituída daqueles que vieram da tradicional esquerda, que utilizam a máxima stalinista muito conhecida, de que “os fins justificam os meios”. Então, se os meios significam captar recursos pelo tráfico de influência, beneficiando o BMG e o Banco Rural, para que façam empréstimos fictícios a fim de, com esse dinheiro, pagar Duda Mendonça em contas no exterior; com esse dinheiro, comprar a consciência de Parlamentares, desmoralizando o Congresso Nacional, eles utilizarão esses meios, porque são meios que justificam os fins. E quais são esses fins? Manter o poder pelo poder. São os arrivistas tradicionais, Senador Edison Lobão. Os arrivistas, querem o poder pelo poder! Era o projeto de 20 anos de poder.

Espero que a Nação brasileira, neste momento de debate, neste momento de reflexão, não se deixe levar pelo coronel do século XXI, que dá Bolsa-Família com uma mão e toma o voto com a outra. Que, democraticamente, o cidadão eleja um Presidente à altura dos desafios brasileiros.

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Temos o nome de um homem que percorreu toda uma vida pública. Geraldo Alckmin foi Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Vice-Governador e Governador reeleito. Nesse período de vida pública, não há uma nódoa em relação às suas gestões. Nunca aconteceu com ele o que está acontecendo com o Lula, que nunca foi executivo na vida. O Presidente saiu de um Partido que ele fundou e que renega hoje, o PT, para ser Presidente da República, sem nenhuma experiência administrativa! Essa é uma das razões do desastre do seu Governo.

Então, que esse homem que percorreu a sua vida pública sem nenhuma nódoa, o Governador Geraldo Alckmin, seja o futuro Presidente da República!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes por dez minutos, que, espero, improrrogáveis.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, Senador Edison Lobão, quero registrar minha alegria em ver o otimismo de V. Ex^a. Farei força para não decepcioná-lo tanto. Mas espero também que V. Ex^a não seja tão radical, coisa que não é do seu perfil nem da sua biografia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Lúcia Vânia, a aparição do ex-Deputado Valdemar Costa Neto, ontem, no programa do PL, é um fato marcante na vida pública brasileira. Dizendo-se arrependido, ele confessa que seu único erro e seu único pecado foi ter recebido dinheiro de caixa dois para pagar dívidas da eleição do candidato a Presidente da República, Senhor Lula, na eleição de 2004.

Meu caro Senador César Borges, creio que esse é um fato da maior gravidade e que tem de ser apurado. Aliás, outros fatos envolvendo Valdemar Costa Neto merecem apuração. E acredito muito no Procurador da República, que, embora esteja no cargo nomeado for-

malmente pelo Presidente da República, S. Ex^a exerce uma função de Estado, uma função republicana.

Aliás, as entrevistas do Presidente da República no Jornal Nacional e, posteriormente, no Jornal das Dez, da Globo News, mostram a fragilidade de Sua Excelência para o exercício do cargo. Afinal, não é somente o Procurador que ele nomeia, mas também os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores. Ele nomeia, afinal, a Justiça brasileira.

Será que, pelo fato de nomear, Sua Excelência tem o direito de admitir, sequer por longe, que esses cidadãos brasileiros de notável saber têm obrigação de lhe bater continência e de lhe dever gentilezas? Daí por que, outro dia, equivocadamente, foi dito, nesta Casa, que a Polícia Federal é do Presidente Lula. Essa é uma das maiores agressões que se comete contra a instituição da Polícia Federal deste País, que é republicana e cumpre o seu dever, desde que lhe dêem condições.

Sr. Presidente, quanto ao Sr. Valdemar Costa Neto, há outro fato que ainda precisa ser apurado pela Procuradoria da República e pelo Ministério Público. Sua ex-mulher fez a denúncia de que o Sr. Valdemar recebeu dinheiro de Taiwan para a campanha do Presidente da República. Isso pode ser um absurdo, pode ser uma vingança, pode ser uma visagem, mas pode ser verdade. Por isso, as apurações devem ser feitas.

Aliás, vinha o PT agindo na CPMI do Banestado, incentivando o Ministério Público a apurar os fatos. Estimulou vários Procuradores, até que o PT começou a sair da condição de pedra para vidraça. De repente, os petistas começaram a não ter mais aquela admiração anterior pelos membros do Ministério Público. Onde anda o Sr. Luiz Francisco, que nunca mais foi louvado nesta tribuna? Quero ficar só nesse, mas havia algumas figuras do Ministério Público que eram louvadas toda semana. O Sr. Luiz Francisco foi, inclusive, cogitado para ocupar um cargo de importância no atual Governo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mais grave disso tudo é a vocação do PT para a ditadura e para o golpe.

Na semana passada, em Salvador, o Presidente disse que imunidade parlamentar é vagabundagem ou coisa que o valha. Não, a imunidade parlamentar, que é exclusiva da tribuna, serve apenas para assegurar que o cidadão possa fazer denúncias sem receber a pressão imediata do Governo, que tem à sua disposição uma máquina jurídica infinita, e que não fique acuado o denunciante, permitindo que, nas instâncias investigatórias, o cidadão investido do direito parlamentar continue na trilha da apuração dos fatos.

Vou esperar um pouco porque a Senadora Líder está transmitindo um programa para a rádio de Santa Catarina e está me tirando um pouco...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PT não se corrige. A sua mania, a sua vocação tirana manifesta-se hoje.

Está aqui a notícia: “O PT quer inquérito contra Transparência Brasil”. O diretório estadual do Partido dos Trabalhadores de São Paulo encaminhou, na última segunda-feira, notícia-crime à Justiça, apontando supostas irregularidades nas campanhas da Associação Transparência Brasil, capitaneada pelo jornalista Cláudio Abramo. O que fez o Sr. Cláudio Abramo? Uma campanha na qual pedia ao leitor que não votasse nos Parlamentares envolvidos com mensalão, sanguessuga ou desonestidade. Foi o suficiente para irritar o até então imaculado Partido presidido pelo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Meu caro Senador Sibá Machado, fico estarrecido com a fraqueza de memória – para não dizer outra coisa – dos militantes desse Partido da estrela desbotada. V. Ex^a se lembra, quando nesta Casa se votavam as reformas que vocês combatiam e de que hoje usufruem, dos *outdoors* nas praças, nas avenidas do Brasil? Senador Edison Lobão, nós fomos figuras constantes nesses **outdoors**, como se estivéssemos cometendo crime contra o Brasil. Ninguém sabia quem os pagava. O caixa dois já existia, e nós éramos inocentes. Ninguém procurou, naquela época, saber de onde estava vindo o dinheiro que custeava aqueles **outdoors** – e tenho a impressão de que **outdoor** é coisa cara. Não consegui, ainda, saber o preço, mas não é barato.

Hoje, quando uma entidade registrada e legalizada, presidida por um homem de conceito, permite que o eleitor, ao ler, saiba quem se envolveu, no último mandato ou no mandato atual, em questões não republicanas, o PT se indigna e entra na Justiça.

Cadê aquele Partido que defendia as liberdades democráticas? Onde está aquele Partido que destruiu conceitos e vidas, que acabou com a reputação de cidadãos brasileiros porque contrariaram os seus interesses? De um lado, quer acabar com a imunidade parlamentar; de outro, quer proibir a divulgação de fato que a Nação toda sabe.

Vamo-nos lembrar dos **outdoors** do passado, de quando se votavam reformas às quais o PT dizia ser contrário, mas que não tentou modificar nem anular quando veio ao poder. Pelo contrário, passou a tirar proveito de tudo aquilo que condenou.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a não estava aqui na legislatura passada, assim como a Senadora Ideli, que fazia sucesso em Santa Catarina como Deputada estadual. O Senador Luiz Otávio estava. Aqui tivemos a votação dos transgênicos, e o PT – ninguém sabe quem pagava, porque o caixa dois só descobrimos agora – trouxe para o Brasil, às suas expensas, o francês José Bové, que, defendendo as suas convicções, percorre o mundo inteiro lutando contra os transgênicos.

Aqui, os petistas tinham na mão um punhado de soja, simbolicamente transgênica.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Senador Heráclito, interrompo V. Ex^a para prorrogar por cinco minutos o seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Então, jogavam os transgênicos em quem ousava enfrentar o problema. O pobre do José Bové foi agredido numa luta campal, em Porto Alegre, ao vir para um desses atos. Senador Luiz Otávio, o PT traiu o Bové. Hoje, o PT anda “assim” com os transgênicos, com as multinacionais. Por que não convida o José Bové para vir aqui novamente? Estava na hora de ele vir pedir votos para o Lula. Está na hora de ele defender novamente as mesmas idéias defendidas há quatro, há oito anos, idéias que defendeu a vida inteira!

O Senador Sibá Machado foi escalado para falar do fantástico programa de energia do Presidente Lula. E aí, a entidade que congrega as empresas do setor solta uma nota mostrando que tudo não passa de mentira e de factóide. Esses programas anunciados sequer estão liberados pelo Ibama, órgão do Governo, e que, por conseguinte, tinha a obrigação de avisar ao Presidente da República: “Lula, não faça isso! É fria! Ainda não tivemos condições de liberar o que Vossa Excelência quer”. Aliás, em Rondônia, Senador Sibá Machado, até entendo, porque metade do Ibama de lá está preso, segundo noticiam os jornais, portanto, o órgão deve estar funcionando em situação crítica. É compreensível. Mas, o Presidente da República tem a obrigação de ser informado dessas coisas para não cair na esparrela. O Presidente da República do Brasil não pode ir à televisão, em um programa gratuito para orientar o eleitor com verdades e apresentar plenas mentiras: metrô que não existe; hidrelétrica que nunca funcionou; obras que não são nada mais nada menos do que ficção. Estreou muito mal Sua Excelência.

Esperávamos que fosse esse o grande momento de Sua Excelência justificar ao Brasil as dificuldades que enfrentou. Mas, não. Ele diz, de maneira muito grave, ao brasileiro que agora está na hora de escolher: voltar ao que era ou mudar devagarzinho. Mudar para onde, imobilizado que está pelo emaranhado de

problemas que seus companheiros criaram? Aliás, continuo a dizer aqui, Senadora Lúcia Vânia, que a Oposição brasileira, nesses quatro anos, é uma Oposição frustrada porque não conseguiu criar nenhuma crise para o Governo do PT. Todas as crises foram criadas pelo próprio Governo: mensalão é de Governo; dólar na cueca é de Governo; dinheiro de Cuba é de Governo. Qual foi a crise que a Oposição criou para o atual Governo? O Governo é monopolista, não abriu mão para a Oposição, é ambicioso, quer tudo para si; não deixou a Oposição criar um casinho sequer, Senador Sibá Machado. Criou todas as crises e está aí emaranhado na mentira. O Governo cumpriu um único acordo, aquele firmado, em agosto, com banqueiros internacionais, em uma luxuosa mansão localizada em um bairro de luxo de São Paulo. Toda a semana, ao abrir os jornais, o que se vê? Banco sendo recordista em lucros no Brasil. E estão satisfeitos, porque o capital especulativo que o PT tanto combatia no passado, o chamado capital motel, hoje está dormindo no Brasil. Com isso, corrói o dinheiro do povo brasileiro. A ilusão falsa de que o padrão de vida melhorou é para inglês ver; é conversa para boi dormir. Tivemos melhoria de conjuntura internacional, Senador Edison Lobão, para a qual este Governo não deu um passo sequer.

A agricultura piorou, Senador Sibá Machado. Quando o trabalhador brasileiro da Região Sul do Brasil acha que os Parlamentares sulistas daquela zona produtiva deveriam fazer um discurso analisando, com clareza, essa questão, plantava-se com o dólar a R\$3,00. Hoje, o dólar está a R\$2,00 e o óleo *diesel*, que era R\$1,00, está a R\$2,00. Durma-se com um barulho desses.

Senador Edison Lobão, vou encerrar evocando o testemunho de V. Ex^a: O Senador Sibá Machado, no seu eletrificante pronunciamento feito hoje, falou sobre o gasoduto. Segundo palavras do Senador Sibá Machado, está de pé o acordo com o Evo Morales para a continuação do gasoduto da Brasil/Bolívia, que já deu tanta dor de cabeça ao Brasil, e sobre o qual não temos nenhuma segurança, porque sempre vai ficar dependendo do humor de um tirano ou de um governo estrangeiro. Abandonou aquele nosso gasoduto do Nordeste, aquele que aprovamos aqui, Senador Edison Lobão, com a ajuda de V. Ex^a, a do Senador José Sarney e a de toda a Bancada do Nordeste – o dinheiro foi aprovado e carimbado –, aquele que ligaria os Estados do Ceará, Maranhão e Piauí. O Governo abandonou esse projeto! Aí o Presidente diz que vai fazer um gasoduto que começa na Venezuela e que será maior do que a Muralha da China.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Vou reiterar o que disse sobre o gasoduto. O Nordeste tem todo o direito ao gasoduto. O Governo está com isso na sua matriz de desenvolvimento de energias, no entanto, não existem fontes. Há, sim, uma decisão da Petrobras de voltar a investir na descoberta de jazidas em território nacional. Também temos de buscar auto-suficiência nesse campo, claro, se o aspecto geológico de nossos terrenos assim o permitir. Quanto ao acordo com a Bolívia, ele tem de ser feito. Não se trata de haver uma relação porque tem um presidente “a” ou “b”.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O acordo já existe. Estou estarrecido é com a ampliação.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Tem de ser mantido, sim. O acordo vem desde o Governo do Presidente Fernando Henrique. Não, está correto. O que afirmo aqui é que o acordo é permanente. Não podemos, por causa de uma conjuntura, mudar de opinião. Isso não existe. Há, aqui, um investimento perene e de longo prazo. O acordo Brasil/Bolívia é no sentido de manter as principais regiões de maior consumo nacional, seja do gás para a indústria ou do gás para energia elétrica, que é o Centro-Sul que, claro, seria a fonte de maior fornecimento para um gasoduto que vai até o Nordeste. Oxalá Deus nos permita, tanto na Bacia de Campos quanto em outros locais onde estão sendo feitas prospecções, inclusive na costa nordestina, encontrar jazidas nacionais. Porque aí não ficaremos na mão de apenas um fornecedor. A idéia de interligação com a Venezuela deve ser pensada com todo o carinho. Por quê? Porque a Europa, hoje, também não tem essas fontes e depende ou do Oriente Médio, ou da União Soviética. E vejam que a União Soviética passou por mudança de perfil de governo, de pensamento ideológico inclusive; o Oriente Médio é um barril de pólvora o tempo todo com tantos conflitos, mas, mesmo assim, os Estados Unidos e toda a Europa convivem numa relação comercial que, no meu entendimento, não traz prejuízo algum. Assim, insisto para o fato de que o Presidente Lula cumpre, de novo, com a sua obrigação de estadista ao fazer com que a América do Sul se interligue a uma matriz de energia, pensando no desenvolvimento coletivo daqui para a frente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Infelizmente, V. Ex^a está cumprindo um papel. Mas tenho a certeza de que V. Ex^a quer mais bem ao Nordeste, por ser filho de lá, do que o Presidente Lula, que, embora o seja, abandonou a Região.

A nossa questão não é quanto à reserva de gás. Resolver o problema do gasoduto depende apenas de vontade política, porque temos as Bacias de Sergipe e a do Rio Grande do Norte que já abastecem o Nordeste

inteiro, Senador. Informaram-lhe errado. A questão não é essa. A questão é que o Governo, criminosamente, quis dar prioridade a essa fonte de gás para ir para o Sudeste e para o Centro-Sul, tirando uma fonte originária do Nordeste para beneficiar apenas o Nordeste. Fiquei muito satisfeito com o pronunciamento de V. Ex^a em nome do Governo, porque mostra, mais uma vez, a insensibilidade do Presidente de V. Ex^a para com essa região nordestina.

Mas gostaria apenas de lembrar-lhe um fato: a Bolívia encontra-se, nesse momento, elaborando sua nova Carta Constitucional, uma nova Constituinte. V. Ex^a já imaginou se o Sr. Evo Morales aprova por maioria simples modificação nessa política de fornecimento de gás para países vizinhos? Nós vamos ficar com o pires na mão, Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas ele não faz isso; ele não tem para quem vender gás. O Brasil é o único comprador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a que pensa. O acordo dele com a Venezuela é mais forte do que conosco, e nós não podemos contar com isso. Aliás, aí V. Ex^a e Evo Morales estão certos apenas numa coisa: o Presidente Lula, inspirado em Evo Morales e Chávez, quer também uma Constituinte. Aliás, Senador Edison Lobão, seria o terceiro país do mundo neste momento a conviver com uma assembléia constituinte que é paralisante para a nação – nós fomos constituintes e sabemos disso –: Venezuela, Bolívia e Brasil. O Brasil seguindo o exemplo da Venezuela e seguindo o exemplo da Bolívia.

O Presidente Lula foi muito feliz quando disse, Senador Sibá, em seu programa na Globo, que, no Brasil, no momento, a única coisa que está caindo é o salário do brasileiro e, nele, o sentimento para com os filhos da Pátria.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Lúcia Vânia.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não venho hoje a esta tribuna para o diagnóstico das mazelas da vida pública brasileira. Outros Senadores mais ilustrados já o fizeram. Eu venho para cuidar do remédio aplicado em alguns casos salientes dos quais temos notícia.

Eu quero me referir, Sr^a Presidente, ao episódio de Rondônia, que tanto estrépito causou neste País, com toda razão. Ele foi levantado pelo Ministério Público, junto com a Polícia Federal, ganhou o caminho do Poder Judiciário e foi aportar à mesa de uma juíza exemplar deste País, que é a Ministra Eliana Calmon.

Quando se imaginava que S. Ex^a empurrasse para as calendas gregas uma decisão pessoal, monocrática, ela, ao contrário, mergulhou no estudo profundo dos autos, porque, para fazer justiça, precisava conhecer as peças por inteiro e prolatou a sua decisão, corajosamente, como ela sempre o faz.

Determinou a punição, desde logo, daqueles que ela considerou culpados, com vistas no processo, e mandou prendê-los. Houve localizadas preocupações com o cometimento de eventuais excessos. Não ocorreram! No passo seguinte, a Ministra mandou soltar aqueles que ela própria mandou prender. Errou? Não errou nem no primeiro movimento nem no segundo. Prendeu-os quando julgou que era necessário fazê-lo; soltou-os quando também imaginou adequado fazê-lo, de acordo com as leis e com as regras da judicatura que exerce. Houve um recurso ao Supremo Tribunal Federal e outra juíza corajosa, a Ministra Carmem Lúcia, manteve a decisão de sua colega do Superior Tribunal de Justiça.

É assim que se punem os desvios! Eu tenho assistido, Senador Luiz Otávio, neste País, ao longo dos tempos, a situações como esta que verificamos hoje. Quantas vezes, estudante ainda, eu assistia os debates na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, onde o Presidente Juscelino Kubitschek, um grande estadista, era espaldeirado diariamente. O Presidente João Figueiredo, já no período revolucionário, recebia uma tarde de ataque, a cada semana, ao seu governo. Mas é indispensável que haja, primeiro, a averiguação. E tem havido. Seja por parte do Congresso Nacional, por intermédio das Comissões de Inquérito aqui constituídas, seja por intermédio do Poder Judiciário.

Eu chego a este ponto e devo dizer: este País já é uma grande Nação. E entre nós, a vida pública não foi feita para o opróbrio. A vida pública brasileira foi feita para a honra. Devemos cultivar, portanto, a honra e não o desvio.

Senhores Senadores, ao tempo em que exalto, portanto, a coragem e a competência da Ministra Eliana Calmon, devo dizer que a Justiça como um todo, de um modo geral, tem também honrado as suas tradições de Poder Judiciário.

Mas quero também, Sr^a Presidente, cuidar de um outro tema hoje, feita a homenagem a S. Ex^a a Ministra Eliana Calmon e também à Ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal. Desejo abordar o aniversário que se aproxima da Maçonaria. Na próxima sexta-feira, o Senado da República realizará sessão especial em homenagem à Maçonaria Brasileira pelo transcurso do Dia do Maçom. Pessoalmente, não poderei estar presente em virtude de compromissos intransponíveis que me convocam ao Maranhão como coordenador que sou da campanha eleitoral da Senadora Roseana Sarney ao Governo do Estado.

O exemplo histórico da maçonaria bem retrata as vicissitudes e as contradições da natureza humana. Sofrendo toda a sorte de perseguições, inclusive

da temível Inquisição, os pedreiros construtores das catedrais – fundadores das primeiras lojas maçônicas – não se intimidaram, e das suas idéias, inspiradas nos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade, surgiu e espalhou-se o movimento que tem oferecido contribuição do maior relevo para a humanidade.

As perseguições do passado, Sr. Presidente, transmudaram-se em agradecidos aplausos das multidões beneficiadas pela atuação maçônica. Tornaram-se suas Lojas, em todo o mundo, autênticos modelos para a formação social e moral dos jovens, e é preciso que se multipliquem, especialmente no Brasil, para quem atuem em benefício da paz para as nossas populações.

Nos dias atuais, entre tantos outros objetivos buscados pela Maçonaria em nosso País, pontifica-se o esforço para a preservação da Amazônia brasileira.

Estudos têm sido levantados por essa organização, sobre os quais já falei desta tribuna, acerca do desmatamento das nossas principais matas virgens. Chegam a conclusões graves, a merecerem as atenções da sociedade brasileira. Registra um dos pontos desses estudos: “a Amazônia será ocupada por nós, ou por uma ou mais potências estrangeiras... O problema crucial da Amazônia é que ainda não foi ocupada. Ledo engano é supor que a região pertence de fato ao Brasil. Será, sim, quando for desenvolvida por nós e devidamente guardada. Daí por que às potências estrangeiras não interessa o desenvolvimento da Amazônia.”

Já se disse com justeza que a Maçonaria tem estado na gênese dos grandes problemas mundiais. O mais significativo fato histórico, entre os tantos gerados pela Maçonaria, reside no exemplo da Revolução Francesa, praticamente iniciada pela Maçonaria. Recorde-se que o famoso lema da mencionada Revolução – *Liberté, Egalité e Fraternité* – é o lema da Maçonaria, que o legou à Revolução.

No Brasil, tem sido notável a influência da Maçonaria na formação da nação brasileira.

No Brasil, tem sido notável a influência da maçonaria na formação da Nação brasileira, a começar pela luta que os mais respeitáveis e prestigiosos maçons travaram para nossa Independência. José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro do Reino e de Estrangeiros, foi o primeiro mandatário do Grande Oriente Brasileiro, a 17 junho de 1822.

Na luta contra a escravatura, a Lei Euzébio de Queiroz (então membro do Supremo Conselho da Maçonaria) foi a que extinguiu, em 1850, o tráfico de escravos. O Visconde do Rio Branco – que foi Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil – deu nome à lei que declarou livres, em 1871, as crianças nascidas de escravas a partir daquela data.

Tais leis, Sr^a Presidente, cimentaram a extinção da escravatura.

O Marechal Deodoro da Fonseca, que viria a ser Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, foi o líder na implantação da República.

Floriano Peixoto, Campos Salles, Hermes da Fonseca, Nilo Peçanha, Wenceslau Brás e Washington Luís, todos maçons destacados do Grande Oriente do Brasil, merecem, por toda a eternidade, a gratidão dos brasileiros pela importância que tiveram na formação desta Nação.

Enfim, em todas as épocas, grandes personalidades maçônicas tiveram importância decisiva como formadores de opinião, orientando o nosso jovem País para os roteiros mais acertados.

A maçonaria, em todos os tempos, ofereceu imprescindível contribuição no socorro às vítimas das duas grandes guerras mundiais e aos movimentos sociais. Mais recentemente, exerceu influência nos movimentos de anistia a presos políticos e no da democratização do nosso País.

A liberdade, a igualdade e a fraternidade compõem o lema da atuação que os maçons exercem em todo o mundo. Sua proclamação é a da prevalência do espírito sobre a matéria, no esforço para o aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade.

Temos justo orgulho em dizer que o Grande Oriente do Brasil, instalado em Brasília desde 1978, transformou-se na maior Obediência Maçônica do mundo latino, o que reflete a sensibilidade social dos que aqui residem, homens de espírito público representativos das diversas áreas da atividade humana.

É com grande prazer e honra, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Senado homenageia a Maçonaria Brasileira pelo transcurso do Dia do Maçom. E os votos que eu auguro são os do desejado êxito às suas atividades em nossa cidade e em nosso País.

Sr^a Presidente, muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

Em seguida, falará o Senador Luiz Otávio.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Senador Luiz Otávio, vai chegar a sua vez!

Hoje, como estou de vermelho e branco, muitas pessoas me perguntaram, Senador Sibá Machado, Senador Luiz Otávio, se era em homenagem ao Inter. Eu digo que não. Não sou torcedora do Inter. Sei que o jogo hoje será bastante entusiasmante, mas as cores vermelho e branco se devem ao fato de que eu estava numa grande expectativa.

Nós teríamos agenda com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Santa Catarina: amanhã Sua Excelência faria uma visita às obras de duplicação da BR-101, mas, infelizmente, a chuva que se abate sobre os Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina acabou inviabilizando a descida do Presidente, tendo em vista que, no sul do Estado, não há aeroportos

que operem com instrumentos, a ponto de garantir a segurança da descida numa situação de tempo ruim. Não pude, portanto, comemorar, e a visita terá de ser remarçada.

O **Correio Braziliense** traz hoje uma matéria bastante interessante, a respeito das filiações partidárias. Há 11,5 milhões de brasileiros e brasileiras filiados a partidos políticos. O que me causou bastante contentamento é que, entre as maiores legendas, a única que cresceu – e de forma significativa, quase 25% – foi exatamente a do meu Partido. Em 2002, tínhamos 828 mil filiados e, agora, em 2006, ultrapassamos a casa de 1.048.164 filiados. Quanto às demais legendas, o PMDB teve um pequeno recuo; o PSDB, um pequeno avanço; e o PFL praticamente permaneceu estacionado. Isso me deixa bastante entusiasmada com o meu Partido, porque, efetivamente, as pessoas têm um entendimento do que significa organizar um partido com as características do PT e fazer os enfrentamentos que temos feito ao longo desses 26 anos.

Outro assunto que gostaria de registrar da tribuna é que o querido Mauro Santayana, esse jornalista brilhante, tem um artigo do qual gostaria de ressaltar algumas frases.

Questão de ordem

Que a noite passe

O que faz intolerável para a elite a vitória de Lula é a possibilidade de que, em seu segundo mandato, a solidariedade para com os excluídos se amplie e se aprofunde, e da mesma maneira se aprofunde e se amplie a ação policial contra os ladrões do Erário.

(...)

Quem analisar a campanha eleitoral entenderá, rapidamente, que o que incomoda no presidente Lula não são os erros de seu governo – e são muitos – [frisa Santayana], mas os acertos. Pela primeira vez, neste País, os ricos e poderosos não se sentem invulneráveis à lei. E o que faz intolerável a vitória de Lula é a possibilidade de que, em seu segundo mandato, a solidariedade para com os excluídos se amplie e se aprofunde, e da mesma maneira se aprofunde e se amplie a ação policial contra os ladrões do Erário.

Toda a retórica de homens como o Sr. Fernando Henrique Cardoso, que acusa Lula de contrapor os pobres às elites, é a escancarada defesa de uma classe – a dos que podem e, podendo, mandam – contra a dos pobres, submetidos a permanente humilhação. Quando ele fala na cisão do país, na hipótese, felizmente improvável, de que seu candidato se eleja, se esquece de que a ele mesmo coube a responsabilidade de aumentar o fosso que divide o País entre pobres e ricos.

Quem está buscando a união nacional é exatamente um governo, como o de Lula, que procura combater a desigualdade, e está conseguindo fazê-lo, com os programas assistenciais e com o aumento do nível de emprego.

(...)

Quando um trabalhador, acostumado a ser confundido pela polícia com malfeitores, vê um figurão ser algemado pela Polícia Federal – como ocorreu ao Presidente da Assembléia Legislativa e ao Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia – sente-se redimido. Não são apenas os de sua classe que são submetidos à cadeia. Se não pode igualar-se aos poderosos na renda e nas comodidades da vida, os ricos a ele se igualam diante da repressão policial. A minha memória de jornalista não registra ter visto, antes, grandes banqueiros, políticos de renome e juizes serem algemados a caminho do xadrez. Enfim estamos cumprindo a Constituição, que assegura a igualdade de todos os brasileiros perante a lei.

E por aí vai o artigo de Mauro Santayana, que solicito seja considerado como lido na íntegra.

Para ilustrar as declarações de Mauro Santayana em seu artigo, que reputo extremamente relevante para o momento que estamos vivenciando, inclusive para o debate que tivemos nesta Casa, ao longo da tarde, rememoro que, na semana passada, houve várias operações, e uma delas me chamou bastante a atenção: a operação da Polícia Federal e da Receita Federal apelidada de Saúva. Sobre o assunto, **O Globo** publicou em manchete “Pouca saúde e muita saúva são os males do Brasil”.

Na referida operação, foram presos militares, empresários, servidores do alto escalão do Governo do Amazonas e da Prefeitura de Manaus. Pela primeira vez, foi preso um coronel do Exército.

Nunca havia acontecido isso. A Polícia Federal, em operação de combate à corrupção, nunca havia chegado ao ponto de prender um coronel. Aliás, o Exército, imediatamente, soltou uma nota de apoio às investigações. Ele vinha acompanhando e, realmente, tinha muita preocupação por conta de pessoas do próprio Exército vinculadas a essa organização que atuou durante mais de seis anos. Os cálculos da Receita são que apenas 19 – ainda não estão totalmente compilados e calculados – das 30 empresas da organização movimentaram R\$354 milhões nos últimos seis meses. O crime eram compras superfaturadas de cestas básicas de alimentação exatamente para o socorro de vítimas de tragédias, de calamidades públicas. Portanto, ambulâncias, sanguessugas, saúvas, realmente, atingem operações e quadrilhas que estão instaladas há muitos anos, operando e trazendo prejuízo significativo para boa parte da população, principalmente a mais pobre.

Hoje estamos acompanhando, pela Folha Online e O Globo Online, que a chamada Operação Dilúvio, desencadeada pela Polícia Federal e pela Receita Fe-

deral, já prendeu 79 pessoas, pelo menos até a última vez que acessei os *sites*.

Diz o **site** de O Globo Online:

A Polícia Federal (PF) e a Receita Federal estão realizando nesta quarta-feira a maior operação conjunta já realizada por autoridades brasileiras no País e no exterior. A operação Dilúvio conta com mil agentes da PF e 450 fiscais da Receita e tem o objetivo de desarticular o que pode ser o maior esquema já constatado no País de fraudes no comércio exterior, sonegação, falsidade ideológica, evasão de divisas, cooptação de servidores públicos, entre outros ilícitos, comandado por um grupo empresarial estabelecido em São Paulo, com diversas ramificações no Brasil e em outros países.

Só em Imposto sobre Importação, o grupo é acusado de sonegar algo em torno de US\$500 milhões (aproximadamente R\$1,074 bilhão) nos últimos quatro anos. A Receita ainda não fez cálculos sobre IPI, PIS, Cofins e Imposto de Renda sonegados pela organização criminosa.

De acordo com a polícia, estão sendo cumpridos mais de 200 mandados de busca e apreensão em oito Estados brasileiros e no exterior. Há mandados na Flórida (EUA), com o apoio do Departamento de Segurança Interna (DSI) dos Estados Unidos.

Cerca de 950 policiais federais e 350 servidores da Receita participam da operação. As equipes executam mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça Federal de Paranaguá (PR) e Itajaí (SC) em locais nos Estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Espírito Santo.

A maior operação já realizada pela PF [antes dessa] tinha sido a Farol da Colina, que revelou o doleiro Toninho da Barcelona e mobilizou, em 2004, cerca 800 agentes federais em todo o País.

Portanto, a Operação Dilúvio superou em muito: são mil da Polícia Federal e 450 da Receita, numa demonstração inequívoca de que a ação de combate à corrupção, às quadrilhas, aos desmandos e aos crimes está sendo efetuada com rigor e num volume e numa magnitude que nunca tínhamos visto anteriormente neste País. Já tive oportunidade, inclusive, aqui de fazer comparativos entre as operações da Polícia Federal no período do Governo que nos antecedeu e no atual Governo e, portanto, o volume de operações, a magnitude, o alcance das prisões e o perfil das pessoas atingidas nessas operações, presas, algemadas, é efetivamente muito importante. Isso vem ilustrar o artigo que o próprio Mauro Santayana faz de que uma das grandes preocupações é no sentido de que a solidariedade com os excluídos se amplie e se aprofunde. E não posso imaginar que pudesse ser diferente, porque quem teve oportunidade de governar durante tanto tempo, durante períodos longos, e não teve essa determinação de fazer o combate e o desmonte das quadrilhas, tendo a máquina do Estado à

sua disposição para fazê-lo, que agora não estejam preocupados, tendo em vista o volume de operações com o significado de desmonte que efetivamente vem sendo realizado. E a população identifica, a população enxerga, a população raciocina e pensa, apesar de muitas pessoas, às vezes, não entenderem e não enxergarem.

Gostaria, também para completar, de pedir o registro de mais um artigo, que saiu no **Valor Econômico** de ontem, de um outro jornalista, Raymundo Costa, que diz “Televisão é a última cartada da oposição”.

Esse artigo faz algumas reflexões interessantes, como as que se seguem:

“... a oposição denunciou, criou comissões parlamentares de inquérito, escreveu artigos em jornais, deu entrevistas a rádios e televisões e vociferou nos palanques. [Fez de tudo. Cumpriu o dever de oposição, e nada adiantou.] E de que adiantou tudo isso? Nada, constatam os opositoristas quando confrontados com os índices capturados pelas pesquisas.”

Esse artigo traz uma boa reflexão, porque vai desde a tática adotada pela Oposição até a percepção que a população tem da situação. Conjugado este artigo com o artigo do Mauro Santayana pode ser significativo para entendermos muito da percepção que a população está tendo a respeito do momento político que estamos vivenciando.

Esta avaliação é uma oportunidade para decidir o que se quer e o que se pretende para os próximos quatro anos. Se se pretende, efetivamente, um governo que dê continuidade ao crescimento com distribuição de renda e com políticas de inclusão e de mobilidade social capazes de concretizar, cada vez mais, dados que já são públicos, como o de parcela significativa da população que conseguiu sair da linha de miséria. Mais de 3 milhões de pessoas saíram da linha abaixo da miséria e seis milhões de pessoas saíram das classes D e E e se incluíram na faixa de renda denominada classe média em nosso País. Também é uma oportunidade para decidir se queremos, efetivamente, ter a estrutura do Estado combatendo de forma eficaz e eficiente a corrupção, com as operações da Polícia Federal, sob o comando do Ministro Márcio Thomaz Bastos e do Dr. Paulo Lacerda.

Era isso, Sr^a Presidente, o que eu gostaria de deixar registrado na tribuna, já cedendo o horário para o Senador Luiz Otávio, que está bastante angustiado para também poder falar, e pedindo o registro dos dois artigos que eu citei.

Muito obrigada.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SR^a SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

QUESTÃO DE ORDEM

Que a noite passe

O que faz intolerável para a elite a vitória de Lula é a possibilidade de que, em seu segundo mandato, a solidariedade para com os excluídos se amplie e se aprofunde, e da mesma maneira se aprofunde e se amplie a ação policial contra os ladrões do Erário.

Mauro Santayana

BRASÍLIA - Em um de seus melhores contos, *El hombre de la esquina rosada*, que cito de memória, Jorge Luis Borges faz o personagem ansiar para que aquela noite não houvesse, para estar já no dia seguinte. Ele se referia ao constrangimento de assistir a um homem humilhar e ofender o outro. Angustiado com o que via, e não queria ver, desejava que o presente desaparecesse e viesse o dia com o sol da justiça.

Quem examinar a atualidade do mundo e do Brasil sentirá a mesma angústia, diante da humilhação ignominiosa a que estão submetidos os fracos. "La fuerza es el derecho de las bestias", dizia Juan Perón. Tudo se pode dizer do general e de sua emblemática mulher, que foi Eva, menos duvidar de seu patriotismo e de seu interesse pelos pobres.

A força continua fazendo o direito nas relações internacionais e na política interna dos países. Diante do que ocorre no Oriente, com a insistência assassina do Exército de Israel, e diante do que ocorre no Brasil, somos levados a pensar como o Homem da Esquina Rosada, e querer que a noite passe logo, que a manhã chegue em seguida.

Quem analisar a campanha eleitoral entenderá, rapidamente, que o que incomoda no presidente Lula não são os erros de seu governo – e são muitos – mas os acertos. Pela primeira vez, neste País, os ricos e poderosos não se sentem invulneráveis à lei. E o que faz intolerável a vitória de Lula é a possibilidade de que, em seu segundo mandato, a solidariedade para com os excluídos se amplie e se aprofunde, e da mesma maneira se aprofunde e se amplie a ação policial contra os ladrões do Erário.

Toda a retórica de homens como o Sr. Fernando Henrique Cardoso, que acusa Lula de contrapor os pobres às elites, é a escancarada defesa de uma classe – a dos que podem e, podendo, mandam – contra a dos pobres, submetidos a permanente humilhação. Quando ele fala na cisão do país, na hipótese, felizmente improvável, de que seu candidato se eleja, se esquece de que a ele mesmo coube a responsabilidade de aumentar o fosso que divide o país entre pobres e ricos.

Quem está buscando a união nacional é exatamente um governo, como o de Lula, que procura combater a desigualdade e está conseguindo fazê-lo com os programas assistenciais e com o aumento do nível de emprego. Se os neoliberais puros, como é o caso do ex-governador de São Paulo, chegarem ao poder, será retomada a política de privatizações e de destruição das empresas privadas nacionais, com mais "reengenharia" empresarial com o desemprego em massa, financiado pelo dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador, administrado pelo BNDES.

Uma testemunha da Revolução Francesa conta o que ouviu de um camponês sobre o movimento: não o incomodavam as dificuldades econômicas impostas pelas guerras, porque ele se sentia, desde que caíram os privilégios feudais, um homem como os outros. "Manteinant, je suis un citoyen".

Quando um trabalhador, acostumado a ser confundido pela polícia com malfeitores, vê um figurão ser algemado pela Polícia Federal – como ocorreu ao Presidente da Assembléia Legislativa e ao Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia – sente-se redimido. Não são apenas os de sua classe que são submetidos à cadeia. Se não pode igualar-se aos poderosos na renda e nas comodidades da vida, os ricos a ele se igualam, diante da repressão policial. A minha memória de jornalista não registra ter visto, antes, grandes banqueiros, políticos de renome e juizes serem algemados a caminho do xadrez. Enfim estamos cumprindo a Constituição, que assegura a igualdade de todos os brasileiros perante a lei.

Há alguns fatos que aborrecem profundamente a elite, sobretudo a elite de São Paulo. Ela não admitiu a ação policial contra a Daslu, templo da alienação e da arrogância diante da penosa situação social do Brasil. As imagens da imensa loja e de suas empresas de fachada sendo invadidas por policiais armados, em busca das provas de sonegação fiscal, fizeram chorar os ricos e poderosos, na solidariedade com os transgressores. Até mesmo o então governador de São Paulo – hoje candidato contra Lula – sentiu-se constrangido com a ação do Ministério Público, da Polícia Federal e do Fisco, e com suas peculiares razões. Senadores conhecidos vociferaram contra a Polícia. Esses que se sentiram incomodados – do outro lado da razão e da ética – com a fiscalização contra os grandes, são os mesmos que pedem a pena de morte contra criminosos comuns e bradam contra as invasões de terras vazias pelos trabalhadores sem terra.

Estamos como el hombre de la esquina rosada. Sentimo-nos humilhados com a humilhação a que os fracos são submetidos, aqui e no mundo. Na fábula borgeana, o solidário vai atrás do valentão que tomou a mulher do humilhado, e lhe faz justiça com o punhal, a fim de antecipar o amanhecer. Aqui, e por enquanto, o voto basta.

Mauro Santayana é colunista político do Jornal do Brasil, diário de que foi correspondente na Europa (1968 a 1973). Foi redator-secretário da Última Hora (1959), e trabalhou nos principais jornais brasileiros, entre eles, a Folha de S. Paulo (1976-82), de que foi colunista político e correspondente na Península Ibérica e na África do Norte.

Política

RAYMUNDO
COSTA

Televisão é a última cartada da oposição

Com o início do horário eleitoral gratuito no rádio e na TV, a oposição joga a partir de hoje sua última cartada para tirar do poder um presidente que, em setembro de 2005, dava como politicamente liquidado. A pouco mais de 45 dias da eleição, ocorre justamente o contrário: Lula é o favorito e a oposição se vê num beco sem saída, perplexa e sem entender como pode deixar um governo devastado por “um dos maiores escândalos de corrupção” chegue à reta final da disputa com a possibilidade real de vencer já no primeiro turno.

PSDB e PFL consideram que fizeram tudo ou quase tudo o que era dever da oposição. Do aparelhamento do Estado à crise ética que devastou o PT, a oposição denunciou, criou Comissões Parlamentares de Inquérito, escreveu artigos em jornais, deu entrevistas a rádios e televisões e vociferou nos palanques. E de que adiantou tudo isso? Nada, constatam os oposicionistas quando confrontados com os índices capturados pelas pesquisas.

O escândalo das sanguessugas por pouco não renova o ânimo da oposição. Um esquema de roubalheira com uma ponta visível no Executivo seria enfim capaz — pensavam — de pegar Lula. Deusse o contrário. As sanguessugas grudaram-se nos partidos, inclusive PSDB e PFL. O governo Lula conseguiu até unir o PFL na oposição, mas pelo menos até agora, não deram ao eleitor argumentos suficientes para justificar a mudança de voto.

Olhando em retrospectiva, a oposição avalia que talvez tenha errado ao não pedir o impeachment de Lula quando teve a oportunidade — a declaração de Duda Mendonça de que recebera no exterior parte do pagamento pela campanha eleitoral do presidente em 2002. Poucos se aventuraram em águas mais profundas, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que, em entrevistas, tem admitido que a oposição não vem tendo a capacidade de “canalizar o sentimento da sociedade”. Mais que a publicidade governamental, este talvez tenha sido o

erro: o discurso vazio que não conseguiu estabelecer sintonia com a sociedade.

Para o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, a oposição “cumpru bem o seu dever de fiscalizar”, pegou um candidato com índice muito baixo de conhecimento, levou-o até um patamar ainda baixo mas que deixa antever a possibilidade de um segundo turno. “A reflexão

se dá na reta final da campanha”, diz.

Integrante da campanha do tucano Geraldo Alckmin, o vereador José Aníbal lamenta que a oposição tenha deixado Lula “passar para o subconsciente coletivo” a idéia de que os políticos são mesmo corruptos e não há razão para mudar. Ele também acha que a “incompreensão sobre o candidato Geraldo Alckmin” vai se desfazer no horário eleitoral.

Resta saber o que os candidatos vão fazer com o horário eleitoral. Qual o tratamento que será dado à segurança pública, por exemplo? A julgar pelas prévias, o quadro não parece animador: o PCC colocou São Paulo de joelhos, o Estado, debilitado, não teve como garantir a segurança e o candidato Lula se aproveitou e transformou a candidatura Alckmin em refém da crise do PCC. Uma crise que não é eleitoral, é muito mais ampla e exige respostas não só dos candidatos, mas da polícia, dos juizes, dos promotores criminais e de toda a sociedade.

Com o seqüestro de um repórter e de um cinegrafista da TV Globo, libertados em troca da divulgação de um comunicado, isso ficou claro: o PCC deu um novo passo em sua escalada e inaugurou o modelo terrorista — conseguir publicidade por meio da coação de um veículo de imprensa, cuja reação não poderia ser outra que a de um refém, não poderia ter a atitude do Estado, que não pode, este sim, se curvar à chantagem.

“É preciso endurecer, sim”, diz a juíza Denise Frossard, estudiosa e veterana do combate ao crime organizado. Hoje candidata tucana ao governo do Rio, Denise Frossard, no entanto, não vê relação entre o ataque do PCC e as eleições, mas uma escalada previsível. “Na escalada terrorista, o próximo passo é a execução pública”, adverte a juíza.

Último recurso do candidato do PSDB, o horário eleitoral gratuito pode servir para estabelecer um novo paradigma para a oposição no Brasil. Mas o que as prévias apontam é para uma oposição revanchista, se Alckmin reverter o favoritismo de Lula, ou rancorosa, se a tendência de que o candidato que chega a essa fase em primeiro vence a eleição se confirmar nas urnas.

Raymundo Costa é repórter especial de Política, em Brasília.

Escreve às terças-feiras

E-mail raymundo.costa@valor.com.br

**PSDB e PFL
ainda não
sabem onde
erraram**

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– V. Exª será atendida na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vejam os senhores a prepotência e a arrogância do Partido dos Trabalhadores! Na tribuna, a Líder transfere a palavra para o próximo orador, como se não soubesse ela que essa é uma tarefa do Presidente. Apenas para impedir que, por uma questão de ordem, que é regimental, eu pudesse elogiar o seu pronunciamento. Nem de elogio gosta! Que coisa!

Em primeiro lugar, eu quero elogiar, pela estatística publicada aqui do **Correio Braziliense**, que vem demonstrar que a nossa tese é correta, que o Partido dos Trabalhadores corrompe e alicia para ter pessoas em seus quadros. Desde que gente é gente, que partido é partido, quem está no poder é que tem os DAS, as nomeações, tem a capacidade de aumentar os seus quadros. Sempre foi assim, em Santa Catarina ou no Piauí.

O fato de ver estradas vestido de branco é viagem virtual, porque, de branco, tem poeira, tem asfalto. Sabe que vai sujar a roupa. Não foi ver estrada coisa nenhuma! É estrada de televisão para mostrar em programa. Agora, já que vamos fazer transcrições no **Correio Braziliense**, eu quero fazer uma, Srª Presidenta, porque essa, sim, interessa ao Brasil:

Dinheiro a conta-gotas.

A quatro meses do final do ano, o governo federal desembolsou R\$63 milhões, cerca de 6% dos R\$930,2 milhões previstos para investimentos na segurança pública no orçamento de 2006.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Lembro a V. Exª que há orador na tribuna.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em

seguida. S. Exª é generoso, e o Pará é um dos Estados em que o Presidente Lula prometeu construir presídio de segurança máxima, e não construiu.

Continuando:

Em plena crise deflagrada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), nem o crédito extra de R\$ 200 milhões liberado por medida provisória ajudou a alavancar a execução das cinco unidades orçamentárias que, juntas, representam 97,3% da verba autorizada [...]

Srª Presidente, gostaria apenas de mostrar isto aqui. Gosto de transcrever assuntos objetivos que interessem ao País. O artigo publicado no jornal **Correio Braziliense** é oportuno e demonstra que entre os factóides do programa eleitoral e a realidade brasileira há uma diferença abismal.

Muito obrigado, Senador Luiz Otávio. Sei que V. Exª é um dos que padecem em seu Estado, porque o Presidente prometeu recursos para os presídios, e não cumpriu. Aliás, fico aliviado porque, no Piauí, paguei um preço muito alto quando gritei contra a ida de Fernandinho Beira-Mar para lá. Naquela época, Senador Tasso Jereissati, acusaram-me de ter perdido investimentos para o Piauí, com a construção de três presídios federais. Um Estado pobre que não agüenta os bandidos estaduais. Que troféu é esse dos bandidos estaduais? Levaram-no para Alagoas, e enganaram o Governador Ronaldo Lessa. Beira-Mar ficou lá dois anos, e não construíram nenhum presídio. O Piauí saiu ganhando.

Muito obrigado a V. Exª.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, quarta-feira, 16 de agosto de 2006

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

SEGURANÇA PÚBLICA

Dinheiro a conta-gotas

Apesar da crise e dos ataques do PCC, governo federal mantém política de contingenciamento dos recursos para o combate ao crime organizado e à violência urbana. Investimentos somam 6% do total

Paloma Oliveto
Da equipe do Correio

A quatro meses do final do ano, o governo federal desembolsou R\$ 63 milhões, cerca de 6% dos R\$ 930,2 milhões previstos para investimentos na segurança pública no orçamento de 2006. Em plena crise deflagrada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), nem o crédito extra de R\$ 200 milhões liberado por medida provisória ajudou a alavancar a execução das cinco unidades orçamentárias que, juntas, representam 97,3% da verba autorizada do Ministério da Justiça.

Levantamento da ONG Contas Abertas com dados do Sistema de Administração

ampliar

Financeira do Governo Federal (Siafi) mostra que, até ontem, a programação de investimentos do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funpol), do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), além dos orçamentos dos departamentos de Polícia Federal e Rodoviária Federal, chegaram até agora a R\$ 199,2 milhões. Em 2001, o volume de investimento dessas unidades chegava a R\$ 1,1 bilhão.

Na linguagem orçamentária, investimento significa obra. É o dinheiro destinado, por exemplo, para a construção e reforma de presídios, compra de equipamentos como armas, detectores de metal e viaturas policiais. Nesse grupo, excluem-se os gastos com pagamento de pessoal e custos administrativos — contas de água, luz, papel e outras despesas de custeio. Os dados do Siafi revelam que, até agora, apenas 21% do valor previsto foi empenhado. Isso significa que ao preparar o empenho o governo mostra que está se comprometendo a gastar em um determinado projeto. Mas só irá fazer o pagamento quando o calendário da equipe econômica permitir.

Quando o dinheiro sai, é preciso gastá-lo. “Nessas condições, piora a qualidade do gasto, que já é muito ruim. Corre-se o risco de fazer uma licitação menos cuidadosa, contratar o fornecedor que não é o mais indicado, acelerar a execução de uma obra em detrimento da qualidade”, alerta o economista Roberto Piscitelli, professor da Universidade de Brasília (UnB).

Execução

Das cinco unidades que compõem o orçamento da segurança pública, o melhor desempenho na execução é do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol). Este fundo é administrado pela Polícia Federal, órgão que é tido como a “menina dos olhos” do ministro Márcio Thomaz Bastos. Do Funapol, foram gastos R\$ 6,2 milhões do total de R\$ 143 milhões autorizados para investimentos. Isso representa 4,3% do total desembolsado. Ainda assim, o Funapol lidera o ranking das unidades orçamentárias com melhor execução voltadas para a área de segurança pública.

Depois vem o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que desembolsou até o momento 2,4% dos R\$ 405 milhões destinados a investimentos. Motivo de bate-boca e constrangimentos entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) pagou, até ontem, R\$ 47,2 milhões dos R\$ 323 milhões autorizados. Só o governo paulista abocanhou R\$ 44,7 milhões deste valor, usados para compra de equipamentos de segurança para penitenciárias. A verba foi liberada na sexta-feira.

Por meio da assessoria de imprensa, o ministro da Justiça justifica a baixa execução, informando que, "historicamente, o empenho dos recursos disponíveis ocorre no segundo semestre". O órgão também informa que os recursos do FNSP e do Funpen dependem da apresentação de projetos enviados pelos estados. E que, em relação aos investimentos diretos, o atraso é explicado pela demora na aprovação do Orçamento da União pelo Congresso Nacional, que só aconteceu no fim de maio.

O economista Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas, avalia que o governo poderia ter liberado recursos para a segurança pública por meio de medidas provisórias, como fez quando resolveu reformar parte das rodovias brasileiras, na chamada Operação "Tapa-buracos". Ele lembra que foi assim que saiu o dinheiro que levou o astronauta brasileiro Marcos Pontes ao espaço. Para Castello Branco, não há como justificar o desempenho do governo em uma área tão sensível como a segurança pública. "Os investimentos são pífios."

Consultor da Câmara, o economista Roberto Piscitelli critica a política econômica do governo, que impõe elevados índices de superávit primário — economia obtida para o pagamento de juros da dívida — perseguida pelos últimos governos às custas do investimento público. Ele diz que, reféns dos técnicos da Fazenda e do Planejamento, os ministros pouco podem fazer para conseguir liberar os recursos de um orçamento que considera fantasioso. "Na administração pública, adotam-se práticas orçamentárias e financeiras que deixam o gestor limitado. Há muito pouca preocupação com objetivos e metas", opina.

Piscitelli aponta uma distorção orçamentária em relação ao contingenciamento de fundos, como o Funpen e o FNSP. "Por definição, os fundos são criados com uma determinada finalidade, e seus recursos só poderiam ser usados para esta finalidade. Jamais poderiam ser utilizados para fazer superávit primário", ressalta. "Todos os governos contingenciam recursos da segurança pública. O dinheiro dessa área jamais poderia ser negociado", alerta o especialista em segurança Inácio Cano.

“ Na administração pública, adotam-se práticas orçamentárias e financeiras que deixam o gestor limitado ”

Fundo penitenciário é alvo de críticas

Ex-secretário nacional de Segurança Pública no governo FHC, o coronel José Vicente da Silva diz que os recursos para a área deveriam ser de, no mínimo, R\$ 800 milhões anuais. Ele diz que os cálculos são do Banco Mundial. Além de criticar a dotação e a execução da segurança, Silva acusa os gestores de incompetência. "Gastam mal o pouco que têm", reclama. Segundo o especialista, há um descompasso entre o planejamento do Ministério da Justiça e o que, efetivamente, é feito. "No planejamento, que está disponível a qualquer um no site do ministério, falava-se da criação de 100 mil vagas no sistema penitenciário, com dinheiro do Funpen. Em três anos, as vagas criadas não chegam a 10 mil", diz.

A liberação do dinheiro do Funpen foi motivo de dor de cabeça para o Ministério da Justiça, quando o governo de São Paulo começou a reclamar que os R\$ 100 milhões emergenciais, anunciados ao estado por medida provisória demoraram a sair. Na semana passada, depois que os projetos

da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo foram apresentados, o ministério liberou R\$ 35,08 milhões para a construção de penitenciárias e depositou na conta do estado R\$ 44,7 milhões para a compra de equipamentos de segurança e inteligência.

Além do financiamento de novos presídios, o Funpen investiu, em 2005 e 2006, com móveis e equipamentos de decoração. Levantamento do Contas Abertas verificou que em um processo lançado em 25 de outubro do ano passado, foram gastos R\$ 93.629,24 com aquisição de móveis. No lote, constam 36 poltronas, 20 cadeiras, três armários, um guarda-roupa, quatro camas, 63 colchões, uma geladeira, um forno microondas e um sofá que, sozinho, consumiu R\$ 2.836,00. Com instalação e remanejamento de divisórias, lambris, armários, estantes, guichês, revestimentos acústicos, forros diversos com pinturas, suportes para pastas suspensas, prateleiras, portas e fechaduras no âmbito do Ministério da Justiça, foram gastos R\$ R\$ 20.036,18. A compra de dois notebooks consumiu R\$ 12.460,00 do Funpen.

Segundo a assessoria do ministério, o dinheiro serviu para a aquisição do mobiliário permanente destinado à ala federal do Presídio Pascoal Ramos de Cuiabá (MT), que tem capacidade para 50 presos, e depois transferido para as penitenciárias federais de Campo Grande (MS) e Catanduvas (PR). Os computadores foram comprados para repor equipamentos antigos e defeituosos do próprio Depen. (PO)

Editora: Ana Paula Macedo// ana.paula@correioweb.com.br

Subeditor: Olimpio Cruz

e-mail : olimpio.cruz@correioweb.com.br

Tels. 3214-1172

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Agradeço a V. Exª, principalmente pela defesa da Mesa.

A solicitação de V. Exª será atendida, na forma regimental.

Com a palavra o Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, Senador Heráclito Fortes, esse amor, essa atenção que V. Exª tem com a Senadora Ideli Salvatti – e S. Exª, da mesma forma, com V. Exª – já está transformando este plenário, esta Casa, em uma disputa que só o amor constrói. Realmente, tem sido importante a atração, a simpatia que V. Exª tem pela Senadora, e vice-versa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Luiz Otávio, estamos falando para o Brasil inteiro.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – É o que tem acontecido.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sou casado há 26 anos e nunca traí a minha mulher. Isso pode me criar uma dificuldade terrível dentro de casa! Jamais seria capaz de correr qualquer risco. Outro dia, inclusive, resisti aos encantos de Gisele Bündchen, em um hotel, em São Paulo. V. Exª não vai me ver pecar dessa forma. O pecado não é meu, mas de S. Exª, que atenta contra a opinião pública, contra a lógica e o bom senso das pessoas. S. Exª não tem esse direito. Santa Catarina não lhe deu esta tribuna para tentar fazer o brasileiro de idiota, de bobo. Cumpro o meu dever de Senador da República. Tenho certeza de que V. Exª fez essa afirmação por brincadeira, mas não gosto de mexer na casa de ninguém, principalmente na de quem tem mulher valente como eu. Muito obrigado.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – O Senador Tasso Jereissati também prefere não participar da afirmativa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É melhor, Senador Tasso Jereissati, V. Exª sair do plenário enquanto é tempo.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – O Senador Tasso Jereissati se retira em sinal de protesto.

O SR. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aliás, por sobrevivência.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Por sobrevivência.

Srªs e Srs Senadores, ocupo hoje a tribuna do Senado Federal, em primeiro lugar, para dar o testemunho do acordo firmado por esta Casa, o Senado Federal, e pela equipe econômica do Governo do Presidente Lula, liderada pelo Ministro Guido Mantega.

Na oportunidade da discussão de matéria que envolveu não apenas a Comissão de Assuntos Eco-

nômicos como também a Presidência desta Casa e do Congresso Nacional, o Senador Renan Calheiros, estivemos com a equipe econômica, com representantes dos Secretários de Fazenda do Brasil inteiro, o Confaz, além de representantes dos Governos dos Estados, em uma reunião que definiu o que seria cumprido este ano para compensar, com recursos, os Estados exportadores do Brasil.

Todos sabemos que a Lei Kandir foi idealizada para ajudar os Estados eminentemente exportadores, como o meu Estado, o Pará, que exporta mais de US\$4,5 bilhões por ano e importa de US\$300 milhões a US\$400 milhões, apresentando, portanto, um superávit, há muitos anos, há 14 anos praticamente, muito acima da média. De acordo com a Lei, esses Estados precisam ser compensados com o crédito que concedem às empresas que trabalham com produtos exportáveis e que, portanto, não pagam o ICMS.

Assim sendo, o Governo Federal, por meio da Lei Kandir, compensa esses Estados, que são ressarcidos de parte do ICMS que deveriam cobrar do exportador.

Nesse acordo, ficou determinado que haveria, primeiramente, um repasse de um R\$1,95 bilhão, que seria feito agora, do meio para o final do ano, e que completaria um total de R\$3,9 bilhões, faltando R\$1,3 bilhão para completar os R\$5,2 bilhões que foram finalizados na discussão com a equipe econômica, pelo ano inteiro, para todos os 26 Estados da Federação e o Distrito Federal. Vou deixar bem claro que esses recursos são repassados a todos os Estados e para o Distrito Federal, ou seja, 27 unidades da Federação. Esses recursos, dos quais já vinham sendo liberados cerca de R\$2 bilhões, ao longo do ano, desde janeiro, estavam contingenciados, praticamente mais R\$2 bilhões, que na verdade é R\$1,95 bilhão. O Estado do Pará, meu Estado, tem cerca de R\$200 milhões desses R\$2 bilhões.

O Ministro Guido Mantega participou de uma reunião com o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, do PSDB daquele Estado, no Ministério da Fazenda e fez a devida comunicação a S. Exª, tendo em vista ser o Governador o Coordenador da questão junto ao Governo, ou seja, é o Governador Aécio Neves quem representa os Governadores e os Estados. As demandas dos Governadores, como o do meu Estado, o Pará, por exemplo, o Governador Simon Jatene, são encaminhadas sempre com uma provocação, uma articulação, até por terem sido feitas, várias vezes, pelo próprio Governador, ao Governador Aécio Neves. Por isso, ele ontem foi recebido pelo Ministro da Fazenda, ocasião em que lhe foi comunicado aquilo que eu já havia, inclusive, dito com todas as letras na última

reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, por ocasião do esforço concentrado que realizamos no início deste mês de agosto.

Ao final da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará, fez um questionamento, lembrando esse acordo, e dizendo que, até aquele momento, os recursos não haviam sido repassados. E que os Estados – e aí se inclui o Estado do Pará – encontravam-se em sérias dificuldades. O Governador teria suspenso algumas obras, tendo em vista a falta que esses recursos faziam para o orçamento do Estado.

Ficou decidido e comunicado ao Governador Aécio Neves que, até a próxima semana... Eu disse, na Comissão de Assuntos Econômicos, ao Senador Flexa Ribeiro que eu tinha certeza de que o acordo seria cumprido. O Presidente da República, o Presidente Lula, assumiu um compromisso com os Estados exportadores perante o Congresso Nacional. O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, também participou desse acordo juntamente com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Bernardo Apy, e ficou decidido – tudo foi gravado pela TV Senado – que, durante este mês, será editada uma medida provisória que vai repassar esses recursos, de quase R\$2 bilhões, aos Estados exportadores, aos Estados que têm direito a essa compensação por não cobrar o ICMS dos exportadores. E o Pará vai ser, também, junto com todos os Estados, aquinhoados com esses recursos. A medida provisória está sendo editada, será publicada no **Diário Oficial** e entrará em vigência. O Pará e todos os outros Estados que compõem a Confederação Brasileira receberão esses repasses em quatro parcelas: em setembro, outubro, novembro e dezembro deste ano.

O próprio Governador Aécio Neves afirma, em reportagem do jornal **O Liberal**, um dos jornais do Pará, o seguinte:

Nós todos gostaríamos que ela já pudesse ter sido liberada nos meses passados [referindo-se aos recursos] Não foi possível. Temos que ter uma razoável compreensão em relação às dificuldades do governo federal. Eu considero que, mesmo com atraso, o compromisso firmado está honrado.

Essas são palavras do Governador Aécio Neves, do PSDB de Minas Gerais.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, o compromisso foi cumprido: os Estados receberão esse recurso. Ficarão faltando apenas R\$1,3 bilhão, que completarão os R\$5,2 bilhões, para o Brasil inteiro, relativos ao acordo firmado no sentido de que, se houvesse excesso de arrecadação – e tenho certeza de que haverá –, ao final do ano, esses recursos completarão aqueles que

foram alocados, destinados para compensar todos os Estados exportadores, até para dar ênfase, entusiasmo, dedicação, afirmação e compensação aos referidos Estados. Realmente, Estados como o Pará fazem um esforço sobre-humano para o Brasil poder exportar mais e, assim, cumprirem com seus compromissos internacionais, cujos resultados são comprovados na balança comercial.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Luiz Otávio. Quero lhe dizer que V. Ex^a faz aqui um pronunciamento muito importante, esclarecedor, que leva, com certeza, alegria a um setor importante da economia brasileira. Sobre a Lei Kandir, realmente deve ser muito bem valorizada a idéia de fomentar os Estados brasileiros para que se preocupem com as exportações e, assim, nosso País poder exportar mais. Hoje, com certeza, esse procedimento tem dado bons resultados a nossa economia. Sabemos que o ICMS é um dos principais componentes de receitas dos Estados e, à medida que o Estado renuncia ao ICMS, é claro que está deixando de ter uma significativa arrecadação. Estados como o de V. Ex^a, o Pará, e tantos outros, que já são hoje, digamos assim, muito bem colocados como Estados exportadores brasileiros, não podem ficar no prejuízo. Acompanhei os debates da elaboração do Orçamento. Estava ali. Presenciei o dia em que os Governadores estiveram aqui em Brasília. Tivemos um grande debate. Contudo, não havia, naquele momento, condições de honrar os R\$5,2 bilhões que os Governadores estavam reclamando por justo direito. Vi ontem, pela televisão, brevemente, os comentários que faziam o Ministro Guido Mantega e o Governador Aécio Neves sobre o acordo, o que V. Ex^a aborda hoje, com muita propriedade. Também acredito que o Governo Federal vai honrar o acordo feito. Todos os Estados serão compensados, segundo o propósito discutido no Orçamento Federal, ou seja, dos R\$5,2 bilhões, que é o que compete aos Estados como compensação pela não-receita do ICMS, por conta das exportações. Assim, parabeno V. Ex^a, que é uma testemunha, pelo Senado Federal, do acordo feito e, com certeza, um dos vigilantes que estará presente para que o compromisso seja honrado.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Senador Sibá Machado, apenas para reforçar o ponto de vista de V. Ex^a, desde o momento em que assumi a Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, já há quase dois anos, tomei conhecimento da missão que tem a mencionada Comissão, qual seja, aprovar todo e qualquer empréstimo externo para o País, independentemente de se destinar ao Governo Federal, à Presidência da República, aos Ministérios

do Executivo, ao Poder Judiciário, incluindo o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, o Superior Tribunal Militar, o Tribunal de Contas da União, e ao Legislativo. O próprio Congresso Nacional, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, para tomar um empréstimo externo qualquer, como já foi feito em outras oportunidades, como no caso da instalação do Interlegis – que interliga todos os Poderes Legislativos brasileiros –, recursos externos, inclusive do próprio Banco Mundial, precisa ter a aprovação do Senado Federal. Trata-se de matéria constitucional privativa do Senado Federal, cujo processo se inicia pela Comissão de Assuntos Econômicos, onde é designado um Relator e votado o empréstimo.

O procedimento é o mesmo para todos os Estados e para o Distrito Federal, bem como para os mais de 5.500 municípios brasileiros que se habilitarem a uma proposta, a um financiamento externo. Todos os projetos têm de passar na Comissão de Assuntos Econômicos, pois é o Senado Federal quem autoriza, quem dá o aval para o Governo Federal, ou para o Governo Estadual, ou para o Governo Municipal, assinar o contrato com o banco, normalmente o Banco Internacional.

Com relação a este assunto, e especificamente em relação ao Pará, aprovamos aqui, no Senado Federal, o Paraurb há algum tempo. Inclusive esse projeto, que mexe com investimento, infra-estrutura e serviço na área dos municípios paraenses – incluiu-se aí rodovias, pontes e tudo mais, de US\$48 milhões – está em fase execução. Mas agora, recentemente, há 60 dias, aprovamos o projeto de pontes de concreto para o desenvolvimento, que foi um projeto de US\$42,67 milhões, também para o Estado do Pará, para a construção de 25 pontes, de modo a substituir as pontes de madeira e a transposição dos rios por meio de balsas e pontes mistas no Estado do Pará.

Estou fazendo esta leitura e esta relação para chegar ao assunto que abordarei agora.

O Governo do Pará habilitou-se, com o Programa Pará Rural, a um empréstimo no valor de US\$60 milhões. O referido pleito foi encaminhado ao Tesouro Nacional, tendo sido apresentado a um consórcio de bancos liderados pelo MedioCredito Centrale (MCC). Estou falando do projeto das pontes de concreto, que foi aprovado pelo Congresso Nacional e financiado por um consórcio de bancos liderados pelo MedioCredito Centrale (MCC).

O Programa Pará Rural, de US\$60 milhões, está em tramitação no âmbito do Governo Federal, especificamente na Secretaria do Tesouro Nacional. Esse montante servirá para auxiliar a implementação – essa

informação é importante para V. Ex^a – do macrozoneamento do Estado, em sua administração territorial, favorecendo o uso sustentável dos recursos naturais do Estado, bem como o aumento do capital social das comunidades rurais, a fim de que se organizem coletivamente e satisfaçam suas próprias necessidades. Esses recursos para o Pará Rural serão utilizados nos municípios do Pará, principalmente nas questões de infra-estrutura e proteção do meio ambiente.

Alerto o Governo do Pará para este assunto, razão pela qual estou aqui na tribuna falando desse assunto. O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Carlos Kawall Leal Ferreira, ligaram-me hoje. Eu, então, liguei para o Governador do Pará, Dr. Simão Jatene, e estou aguardando uma parte documental do Estado. Trata-se, na verdade, do fato de que esse projeto não está incluído no PPA – Plano Plurianual do Estado.

Mas já fiz esse contato e tenho a certeza de que superaremos esse obstáculo, essa dificuldade, para votarmos ainda no esforço concentrado, no próximo mês de setembro, nos dias 4, 5 e 6. Temos de votar nesse período, porque eu, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, apresentei um projeto de resolução, que foi aprovado naquela Comissão e no plenário desta Casa, reduzindo o prazo para assinatura de contratos de acordo com a Resolução nº 43, que obriga que qualquer contrato seja assinado até seis meses antes do término de Governo, seja federal, estadual ou municipal.

Alterei essa resolução, cuja alteração foi aprovada na CAE, e o prazo foi reduzido para 120 dias – quatro meses em vez de seis –, o que deu chances para que o Governo do Pará assinasse um contrato, o da construção de pontes de concreto, com o governo italiano.

O Governador esteve recentemente em Londres para essa assinatura. Isso permitiu também que não somente o Estado do Pará, mas também o Estado do Rio Grande do Norte, com situação semelhante, assim como o Estado do Rio de Janeiro, com problemas em relação a essa mesma questão do prazo, que já estava extrapolado, pudessem ter suas situações resolvidas.

Como o Secretário do Tesouro Nacional me alertou para isso, fizemos essa modificação na resolução do Senado que permite que seja assinado o contrato até 120 dias antes do término do mandato, no caso, agora, de Governador e de Presidente da República.

Da mesma forma – peço desculpas à Senadora Lúcia Vânia –, precisamos alterar, também nos dias 4, 5 e 6 de setembro, o prazo do PLS nº 68, de 2006. Trata-se de projeto do Senador Rodolpho Tourinho

que tem como Relator o Senador Valdir Raupp. Como isso é importante para todo o Brasil, é fundamental votarmos a matéria no esforço concentrado. Para tanto, faço um apelo a todos os Governadores do Brasil para que articulem com suas Bancadas, com todos os seus Senadores, a fim de que haja quórum para votar essa alteração, pois, no dia 31 de dezembro de 2006, não poderemos mais receber os créditos de energia elétrica e de prestação de serviço de telecomunicações no que se refere também à famosa Lei Kandir.

Temos de prorrogar o prazo de 31 de dezembro de 2006 para 31 de dezembro de 2010 ou de 2011, como é a proposta do Ministério da Fazenda. Os Governadores querem prorrogar o prazo para 2017, e o Conselho de Fazenda Nacional (Confaz) também quer para essa época, para a utilização de créditos de ICM anteriormente cobrados nas operações de mercadorias destinadas a uso e a consumo. Se não fizermos isso, os Estados perderão mais de R\$1 bilhão no primeiro mês, em um total de R\$17 bilhões.

Os Estados brasileiros, os novos Governadores e os Governadores reeleitos receberão caixa. No caso do Estado do Pará, são R\$322 milhões por ano, R\$26,8 milhões por mês. O maior prejudicado é o Rio Grande do Sul, que tem R\$830 milhões, com R\$69 milhões mensais. E o Estado menos prejudicado é São Paulo, porque, como possui um superávit grande, realmente recebe muito menos. Mas Estados como o Pará e a Bahia terão grande prejuízo. Temos de prorrogar esse prazo.

E há um sério e grave problema: a Secretária de Fazenda do meu Estado, Dr^a Rute Tostes, lembrou-me de que há uma questão levantada há muito tempo em relação a esse projeto: ele se obriga pela noventena, ou seja, ele tem de entrar em vigência noventa dias antes do final do exercício. Assim, se não o votarmos agora em setembro, não vamos poder votá-lo depois. Para entrar em vigência, ele tem de cumprir essa determinação de noventena.

Recebi, hoje, o Dr. Walter Cairo de Oliveira Filho, Secretário de Fazenda da Bahia, autorizado pelo Conselho de Fazenda Nacional, representando todos os Secretários de Fazenda do Brasil, para que eu combinasse com o Senador Rodolpho Tourinho, autor do projeto, com o Relator Valdir Raupp e com todos os Srs. Senadores, bem como, em especial, com o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, a sua inclusão na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, coisa que já fiz. Vou pedir urgência para que o projeto seja votado e para que, assim, possamos apresentá-lo em plenário, a fim de que possa ser votado entre os dias 4, 5 e 6 de setembro próximo, no esforço concentrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Luiz Otávio, a Sra. Lúcia Vânia, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Passamos a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Lúcia Vânia.

Antes da manifestação da Senadora Lúcia Vânia, prorrogamos a sessão por mais 25 minutos, para que S. Ex^a possa fazer seu pronunciamento. Em seguida, faremos também uma pequena homenagem pela passagem dos cinquenta anos da imigração japonesa no Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proximidade das eleições tem motivado divergentes opiniões por parte da população a respeito do destino de seus votos.

Os acontecimentos do último ano, a partir das denúncias do chamado “mensalão”, envolvendo Deputados, e, por último, os escândalos com emendas parlamentares, lançaram um movimento de descrédito muito grande sobre a classe política do nosso País.

Na verdade, como disse o Senador Pedro Simon, em pronunciamento nesta Casa há alguns dias, o sentimento que parece reinar entre a população é mais do que descrédito: é um sentimento de desilusão, até mesmo de frustração.

Essa desilusão é muito perigosa, ainda mais num momento como este. A pessoa desiludida perde o interesse pelo que está à sua volta, desiste de lutar, de abraçar seus ideais, deixa de acreditar naquilo que sempre foi importante para si. A desilusão abre espaço para o conformismo, e quem se conforma acaba não podendo, depois, reclamar do que perdeu.

Sabemos, todos, que o povo brasileiro tem motivos de sobra para tanta desilusão. Afinal, nunca se viram no Brasil tantas denúncias de corrupção como as que surgiram neste último ano. Denúncias envolvendo homens públicos eleitos por essa mesma população, que a eles deu o seu voto e a sua confiança.

Mas é preciso expressar a indignação de maneira consciente e positiva ou, do contrário, muitos dos que foram denunciados terão o benefício da omissão de expressiva parcela do eleitorado.

Refiro-me aqui, particularmente, ao movimento em favor do voto nulo, que ganha corpo, principalmente nas páginas da Internet, onde já existem cerca de 308 comunidades sobre o tema.

Segundo seus incentivadores, o voto nulo seria a única maneira de demonstrar insatisfação com a atual situação política instalada no País. Seria a forma de

mostrar o grau de revolta dessa parcela da população que acompanha de perto os escândalos e as denúncias envolvendo não apenas a classe política, mas as instituições públicas em nosso País.

Para essas pessoas, anular o voto seria a única maneira de dar um basta a um estado de desmando que parece ter-se instalado sem cobranças mais firmes por parte dos poderes constituídos, que têm sido muitas vezes omissos e que têm colaborado com a impunidade.

Mas é preciso esclarecer à sociedade que essa não é a maneira certa de protestar.

Se for realizada uma pesquisa para avaliar o perfil do eleitor que pretende anular o voto, vamos verificar que ele ou ela é o brasileiro ou brasileira esclarecido, honesto, trabalhador, cumpridor dos seus deveres. É o representante do nosso povo que se cansou, que está revoltado e acha que, anulando seu voto vai demonstrar sua indignação e até mesmo sua parcela de responsabilidade para mudar o que está acontecendo.

Mas é preciso deixar claro que, ao anular seu voto, esse eleitor está, na verdade, colaborando com aqueles que compram votos, ou seja, com aqueles que já estão envolvidos com o que há de pior na política brasileira.

Numa democracia como a que vivemos no Brasil, em que temos a responsabilidade de expressar nossa vontade, a melhor forma de protestar é selecionar bem entre aqueles que estão disputando uma vaga, seja para deputado estadual, deputado federal, governador e até mesmo presidente da República!

A mensagem do Ministro Marco Aurélio Mello, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, sintetiza a força de cada brasileiro nesta eleição. Diz o Ministro: "Você será o patrão, o chefe. Você selecionará, entre tantos candidatos, aqueles que considerar os mais dignos, os mais bem preparados para conduzir a Nação nos próximos anos".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cabe também a cada um de nós, Parlamentares, a tarefa de levar aos 126 milhões de eleitores uma mensagem positiva a respeito da importância do seu voto nesta eleição. O valor do voto vai além da digitação na urna eletrônica. O compromisso do eleitor continua consigo mesmo, com a sociedade e com o seu País, na medida em que ele faz parte da sua comunidade e por ela se torna responsável. Cobrar do seu candidato, depois de eleito, as promessas de campanha é tão importante quanto se comprometer em participar das mudanças pelas quais se anseia.

Um País se faz com sua população. É preciso ir mais além, fazendo da fiscalização um direito e um dever. Somente assim o eleitor terá certeza de que

denúncias como as em que estão envolvidos tantos homens públicos se tornarão cada vez mais raras. Seu voto merecerá cada vez mais crédito e não precisará ser motivo de procuração para políticos sem vocação nem sofrer anulação por revolta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todas as eleições são importantes na história de um país, mas quero crer que a eleição deste ano tem um fator que poderá torná-la um divisor de águas para o futuro do Brasil. Esse fator é a conscientização do povo brasileiro. Não hão de passar em branco as denúncias e os escândalos que se sucedem desde o ano passado.

Tenho certeza de que o eleitor não se deixará enganar pelo discurso fácil nem pelas promessas vazias de quem já demonstrou ser incapaz de cumprir o que prometeu há quatro anos.

Sou otimista por natureza.

Encerro meu discurso confiando em resultados promissores e em uma eleição em que os candidatos honestos e os melhores programas de governo serão escolhidos pelos nossos eleitores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, do PTB do Rio Grande do Sul.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com grande satisfação que ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar que, neste ano, o povo gaúcho celebra o Cinquentenário da Imigração Japonesa no Rio Grande do Sul – e, tenho certeza, falo também em nome dos Companheiros, dos Colegas, dos Senadores gaúchos, como Paulo Paim e nosso querido Pedro Simon.

Temos orgulho de afirmar que a pequena, mas expressiva comunidade japonesa do nosso Estado soube conquistar seu lugar com determinação e com muito trabalho. E temos a satisfação de constatar que ela vem contribuindo decisivamente para o engrandecimento da nossa terra, ao lado das demais etnias que compõem o mosaico cultural que é o Rio Grande do Sul.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão era um país devastado e empobrecido. Nos seis anos de duração daquele conflito armado, de 1939 a 1945, cerca de dois milhões de japoneses morreram, 40% das cidades foram destruídas, e a economia estava arrasada. A inflação galopante e a falta de alimentos, de infra-estrutura e de trabalho faziam da Terra do Sol Nascente um lugar de poucas perspectivas, principalmente para os jovens.

Na madrugada de 20 de agosto de 1956, o navio japonês Brasil Maru, que trazia dois mil imigrantes para nosso País, atracou no porto marítimo gaúcho da cidade de Rio Grande. Ali desembarcaram 23 jovens solteiros, que, depois de viajarem por 51 dias, finalmente chegavam com a promessa de uma vida melhor. Era o começo da imigração japonesa no Rio Grande do Sul.

Vieram a partir de um convênio entre a administração do então Governador gaúcho, Ildo Meneghetti, e o Japão. Vieram com formação técnica em atividades agrícolas e administrativas, cheios de esperança, a fim de formar uma cooperativa, de acordo com o convênio firmado.

Todavia, o tal projeto não vingou, e os jovens japoneses foram obrigados a procurar seu sustento, sendo que a maioria distribuiu-se em diferentes propriedades para trabalhar a terra. Determinados a vencer todos os obstáculos, nos primeiros tempos muitos permutavam a força do seu trabalho por casa, por comida e por percentual de produtividade. Não tardou para que se transformassem em produtores independentes.

Os jovens aventureiros de olhos rasgados, povo de vontade férrea e de disciplina exemplar, conhecidas e admiradas no mundo todo, prosperaram com notável rapidez em pequenas propriedades agrícolas, inserindo-se na realidade do Estado gaúcho e dela participando ativamente.

A comunidade japonesa no Rio Grande do Sul mantém fortes laços da cultura nipônica até os dias de hoje, reunindo-se anualmente para relembrar e cultuar uma saga de sacrifícios, de fibra e de retidão, em homenagem aos antepassados e a seus descendentes.

Assim, neste ano do Cinquentenário da Imigração, o Escritório Consular do Japão, em Porto Alegre, com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, vem desenvolvendo uma série de eventos comemorativos à data. Desde fevereiro, a agenda do Cônsul Hajime Kimura – jovem notável por seu empenho e pela dedicação frente ao Consulado – é uma verdadeira maratona, que terá sempre e está tendo agora seu ponto alto neste mês de agosto e que se vai encerrar apenas em outubro, com a tradicional Feira do Livro da nossa Capital, quando o Japão será o país homenageado.

A programação inclui exibição de filmes, oficinas e exposições de fotos e de artesanato, apre-

sentações musicais, palestras e debates culturais. O encerramento dar-se-á com um concerto sinfônico no Teatro da Ospa, em Porto Alegre.

A comunidade japonesa gaúcha é muito expressiva do ponto de vista socioeconômico, notadamente no agronegócio e no comércio. São famílias que, em pequenas, mas impecáveis propriedades, produzem hortaliças, frutas, flores, trabalham no comércio, em restaurantes, em mercados ou em lojas, além dos que atuam em profissões liberais ou na vida acadêmica, oferecendo um padrão de vida absolutamente digno para os seus.

Nosso Estado assimilou a excelência da cultura nipônica. O grande número de bares e de restaurantes japoneses, com sua culinária de raro esmero e com a alegria dos *karaokês* – mania japonesa que está para eles como a pelada de fim de semana está para nós –, é muito apreciado, principalmente na capital gaúcha.

Pelos sítios e chácaras espalhados em regiões do nosso Estado, muitas famílias produzem o que há de melhor para a mesa dos gaúchos e dos demais brasileiros, inclusive para exportação, como hortaliças, frutas, legumes, verduras de padrão internacional, além da sensibilidade empregada no cultivo das flores, que decoram e embelezam para alegria dos nossos sentidos e dos nossos corações.

Sr^{as} e Srs. Senadores, contemplamos a beleza porque ela é um valor intrínseco. E para ela nos voltamos porque carecemos voltar para o que há de melhor em nós mesmos. Nesse sentido, quero dizer da estética japonesa, que, permeando todas as expressões do seu povo, faz da cultura japonesa uma das mais belas do mundo.

Para além do invejável avanço industrial e tecnológico, surpreende-nos sua exótica arquitetura e sua escrita desenhada; encanta-nos a riqueza das cores do artesanato, a elegância do vestuário, a delicadeza do teatro e da música, a exatidão das artes marciais, o requinte na culinária, a amabilidade nos gestos e nos costumes.

Nesse particular, destacamos o *status* do idoso japonês, cuja experiência de vida e cujos serviços prestados à sociedade fazem dele respeitável cidadão, sem similar no mundo ocidental. Por todo isso, identificamos a preservação do belo na cultura de um povo que sofreu como poucos os revezes da guerra e da destruição, mas que soube reconstruir-se na

força de suas seculares tradições, estrategicamente alicerçadas na modernidade contemporânea.

Sr. Presidente, Senador Sibá Machado, felizmente, muitos dos aventureiros japoneses que no Rio Grande do Sul chegaram naquele agosto de 1956 permanecem entre nós. A eles, especialmente, e a todos os seus descendentes, manifestamos nosso respeito, homenageando-os pelo transcurso dos 50 anos de imigração japonesa no Rio Grande do Sul.

Igualmente, nossos cumprimentos ao Cônsul do Japão, Hajime Kimura, que deveria retornar ao seu país em meados de abril, mas que, em caráter excepcional, permanecerá conosco até o término das comemorações. A ele, nosso reconhecimento pela qualidade superior do trabalho desenvolvido no posto consular, com enorme e fundamental participação nas áreas social, educacional e ecológica, junto à comunidade gaúcha.

O nosso abraço fraternal aos milhares de japoneses gaúchos, espalhados pelos Municípios de Ivoti, de Bagé, de Gravataí, de Ijuí, de Pelotas, de Santa Maria, de Itati, de São Leopoldo, de Viamão e de Porto Alegre.

Meu abraço muito especial a Ihoê e ao Mário, líderes da comunidade japonesa que têm uma presença muito marcante em Porto Alegre.

V. S^{as} são parte representativa e significativa de um país exemplo para todas as nações, o qual, devastado pelas bombas de Hiroshima e de Nagasaki, soube renascer como potência mundial, com base na educação e na família.

Orgulhem-se V. S^{as}, pois descendem de um País cujos sucessivos governos protegem e priorizam a família em suas políticas públicas. Nesse sentido, mantêm 100% das suas crianças e adolescentes na escola, onde aprendem sobre ética e moral, economia doméstica e organização comunitária, além das matérias tradicionais. É um país que reconhece a educação como uma poderosa usina geradora de força nacional, afastando seu povo da escravidão da ignorância e da miséria.

Queira Deus, Sr. Presidente Sibá Machado, que, neste momento de comemoração dos 50 anos da imigração japonesa no Rio Grande do Sul, possamos assimilar mais e melhor a contribuição nipônica na formação de nosso povo, dentro dos mesmos pilares que resgataram a força e a beleza da distante e lendária “terra dos samurais”!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Sérgio Zambiasi, parabéns pelo pronunciamento! Quero falar do apreço, da admiração e do respeito que temos pelo povo japonês e pelo aniversário da imigração no Estado do Rio Grande do Sul, comemorado no dia 20 agosto. Aprendemos a admirar muito esse povo pela sua garra e pela sua contribuição. Esta deve ser a marca de todos os países: a solidariedade entre os povos.

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Os Srs. Senadores Valdir Raupp, Arthur Virgílio, Papaléo Paes e João Batista Motta enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das mais importantes obras da literatura brasileira, verdadeiro marco na cultura nacional, chega este ano ao cinquentenário de sua publicação com uma surpreendente atualidade. Refiro-me a **Grande sertão: veredas**, obra-prima de Guimarães Rosa, que é considerado o maior escritor brasileiro do Século XX e cuja produção literária tem suscitado vivo interesse na comunidade acadêmica e artística internacional.

Quando publicou **Grande sertão**, em maio de 1956, esse mineiro de Cordisburgo, médico e diplomata, já era conhecido no panorama literário nacional. Já freqüentara revistas e tablóides literários como contista, já publicara uma coletânea de poemas (*Magma*, premiada pela Academia Brasileira de Letras e um livro de contos (*Sagarana*) e acabara de publicar, quatro meses antes, **Corpo de baile**. Ainda assim, é de se imaginar o impacto causado por um romance que começava assim:

“Nonada. Tiros que o senhor ouviu foram de briga de homem não, Deus esteja. Alvejei mira em árvore, no quintal, no baixo do córrego. Por meu acerto. Todo dia isso faço, gosto; desde mal em minha mocidade”.

E algumas linhas adiante:

“O Urucuia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá – fazendões de fazendas,

almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda dessas lá há. O Gerais corre em volta. Esses Gerais são sem tamanho. Enfim, cada um sabe o que aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda a parte”.

Esse impacto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi tamanho que **Grande sertão: veredas** tornou-se, se não um divisor, uma referência obrigatória no estudo do nosso universo ficcional. Em artigo publicado no suplemento **Idéias & Livros**, do jornal **Folha de S.Paulo**, edição especial de 18 de fevereiro passado, Bruno Liberati comenta: “Suspeita-se que esse livro causou um vasto medo diante da novidade que de fato era. Tanto nos ácidos críticos como naqueles que não o leram. Não podia ser diferente: o romance é uma explosão da invenção, na forma, na técnica e na linguagem”.

Em outro artigo, no mesmo suplemento – todo ele, aliás, dedicado ao cinquentenário da publicação –, o escritor Aleilton Fonseca diz que o impacto de **Grande sertão** chegou a obscurecer as demais obras do escritor mineiro: “Guimarães Rosa estréia com **Sagarana** em 1946 e só reaparece dez anos depois, em janeiro de 1956, com **Corpo de baile**, em dois volumes, contendo o seu ciclo novelesco. Meses depois, surge o **Grande sertão: veredas**, que abala o meio literário, provoca entusiasmo e polêmica, consagrando o autor como grande ficcionista. O estrondoso sucesso do romance – observa Fonseca – relega as novelas ao segundo plano, ao ponto de, ainda hoje, vários críticos considerarem que elas estão por merecer mais atenção dos leitores e dos estudiosos”.

O suplemento traz ainda artigo de Álvaro Costa e Silva, peremptório: “O impacto do livro foi imediato, praticamente dividindo a literatura brasileira em antes e depois dele”. A seguir, Álvaro cita correspondência a respeito da obra, entre Fernando Sabino e Clarice Lispector. Diz Fernando: “O melhor de tudo é o livro do Guimarães Rosa, não o **Corpo de baile**, que não li, mas o **Grande sertão: veredas**, que estou na metade mas é coisa de gênio, não deixo por menos”. Responde Clarice: “Nunca vi coisa assim. É a coisa mais linda dos últimos tempos. Não sei até onde vai o poder inventivo dele, ultrapassa o limite imaginável. Estou até tola. A linguagem dele, tão perfeita de entonação, é diretamente entendida

pela linguagem íntima da gente – e nesse sentido ele mais que inventou, ele descobriu, ou melhor, inventou a verdade. Que mais se pode querer?”.

Eduardo Coutinho, no prefácio de Guimarães Rosa – **Ficção Completa**, editora Nova Aguilar, não economiza palavras para enaltecer a qualidade literária:

“Um dos maiores ourives da palavra que a literatura brasileira jamais conheceu e ao mesmo tempo um dos mais perspicazes investigadores dos matizes da alma humana em seus rincões mais profundos, Guimarães Rosa é hoje, entre os escritores brasileiros do século XX, talvez o mais divulgado nos meios acadêmicos nacionais e estrangeiros e o detentor de uma fortuna crítica não só numericamente significativa, como constituída pelo que de melhor se vem produzindo em termos de crítica no país”.

Ressaltando embora a complexidade da obra de Guimarães Rosa e a revolução que promoveu na linguagem ficcional, Coutinho lembra que o êxito do grande escritor não se circunscreveu ao meio intelectual. “Prova-o bem a grande quantidade de edições que se sucedem de seus livros e o número expressivo de traduções que povoam cada vez mais o mercado internacional. Prova-o também – continua – a série de leituras que a obra de Guimarães Rosa vem recebendo por parte do teatro (*Sarapalha*, por exemplo), e da mídia cinematográfica e televisiva (longa-metragens como **A hora e a vez de Augusto Matraga**, **Duelo**, **Noites do sertão**, **Cabaré mineiro** e **A Terceira margem do rio**, entre outros, e a série televisiva *Diadorim*)”.

É quase impossível, Sr. Presidente, Sr^{as} e srs. Senadores, ler Guimarães Rosa sem lembrar a célebre recomendação de Leon Tolstói: “Canta a tua aldeia e cantarás o mundo”. Não é de admirar, portanto, que o universo rosiano, com um forte componente regionalista que contempla a geografia, a linguagem e os tipos humanos do sertão, os “causos” e a vida nos *Gerais*, desperte tanto interesse em nosso País e mundo afora. Cito, novamente, Eduardo Coutinho: “A obra de Guimarães Rosa é uma obra plural, marcada pela ambigüidade e pelo signo da busca, que se ergue como uma constelação de elementos muitas vezes opostos e contraditórios. Regional e universal, mimética e consciente do seu próprio caráter de ficcionalidade, ‘realista’ e ‘anti-realista’, ela é, por excelência, um produto do

século XX, uma arte de síntese e relatividade, e ao mesmo tempo a perfeita expressão do contexto de onde emerge, uma terra que só pode ser compreendida quando vista como um grande amálgama de culturas”.

Sr. Presidente, o ano de 1956, na opinião dos estudiosos, foi particularmente feliz para a literatura brasileira. Naquele ano foram publicados, além de **Grande sertão: veredas** e **Corpo de baile, Contos do imigrante**, de Samuel Rawet; **Doramundo**, de Geraldo Ferraz; **Orfeu da Conceição**, de Vinícius de Moraes; **A lua vem da Ásia**, de Campos de Carvalho; e **Morte e vida severina**, de João Cabral de Melo Neto; entre outras obras de grande relevância, conforme lembra o escritor Alberto Mussa, no suplemento **Idéias & Livros**. Foi, também, o ano de criação do “Suplemento Dominical” do **Jornal do Brasil**, e o ano que marcou o surgimento da poesia concreta em nosso País. Ou seja, ainda que *Grande Sertão* não tivesse sido publicado, ainda assim seria um ano preciosíssimo para a literatura brasileira. O romance de Guimarães Rosa, entretanto, foi guindado à condição de, digamos assim, carro-chefe da renovação literária.

A importância dessa obra pode ser avaliada pelas numerosas reedições, traduções e dramatizações que suscitou ao longo desse tempo; mas também pode ser medida pelos lançamentos que ora marcam o seu cinquentenário: uma edição popular, que inaugura a coleção Biblioteca dos Estudantes, da Nova Fronteira; uma edição comemorativa, com texto integral, acabamento de luxo e tiragem limitada acompanhada de CDs multimídia, também pela Nova Fronteira; uma coletânea dos contos publicados pela revista **O Cruzeiro**, para a qual contribuiu o escritor mineiro, ainda pela Nova Fronteira; uma antologia de contos de escritores contemporâneos inspirados na obra de Guimarães Rosa, pela Garamond; o romance **Nhô Guimarães**, do escritor Aleilton Fonseca, pela Bertrand Brasil; e ainda coletânea de ensaios e cadernos especiais de literatura sobre o universo rosiano.

Embora não seja o tema deste pronunciamento, Sr. Presidente, não poderia, ao comentar a grandiosa obra de Guimarães Rosa, omitir suas virtudes como cidadão e como diplomata que, de acordo com relatos da época, pôs seu talento a serviço do Brasil e da dignidade do ser humano.

Como médico, tendo trabalhado juntamente com o saudoso Juscelino Kubitschek na Revolução Constitucionalista, de 1932, conheceu de perto a alma humana e teve contato com a gente simples do interior, sendo, ele próprio, da pequena Cordisburgo, nos sertões de Minas Gerais. Diplomata, por muitos anos exerceu suas funções no exterior, destacando-se, nesse período, sua coragem e sua sensibilidade na emissão de vistos para judeus perseguidos pelo regime nazista. A glória literária, nessas circunstâncias, viria a premiar um brasileiro que já se destacava por muitos outros méritos.

Eleito por unanimidade para a vaga de João Neves da Fontoura na Academia Brasileira de Letras, em 1963, somente tomaria posse em 1967. Seria imortal por apenas três dias. Vítima de um enfarte, faleceu em 19 de novembro daquele ano, deixando órfãos, além dos familiares, os admiradores de uma arte literária autêntica, genuína, híbrida, rica e absolutamente revolucionária.

No cinquentenário de **Grande sertão: veredas**, presto uma singela homenagem a esse grande escritor e humanista, e, inspirado na sua obra, ainda e sempre instigante e atual, renovo minha admiração pela riqueza ímpar da produção literária brasileira.

Muito obrigado!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da nota publicada na revista **Veja**, do dia 26 de julho de 2006, intitulada “Picape? Que picape?”.

A nota destaca que o presidente do PT no Pará, o deputado federal José Geraldo, não incluiu em sua declaração de bens, entregue à Justiça eleitoral, uma picape Hilux, modelo 2002, registrada em seu nome. O carro corresponde a um terço do patrimônio total que o parlamentar se lembrou de registrar.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida nota passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

► PICAPE?

QUE PICAPE?

O presidente do PT no Pará, o deputado federal **José Geraldo**, não incluiu em sua declaração de bens, entregue à Justiça Eleitoral, uma picape Hilux, modelo 2002, registrada em seu nome. O carro, cujo valor é de 60 000 reais, corresponde a um terço do patrimônio total que o parlamentar se lembrou de registrar. Por falar em memória (ou na falta dela), o site do Detran paraense informa que a picape do deputado petista está com o licenciamento atrasado desde 2004. Olho nele, seu guarda!

JOSE CRUZ/ABR

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Governo investe menos do que divulga”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 05 de julho do corrente.

A matéria destaca que o Palácio do Planalto anunciou total de R\$35,3 bilhões de investimentos mas que dados do Siafi indicam que só R\$26,8 bilhões foram efetivamente pagos. A matéria mostra ainda que apenas 39 por cento do que foi empenhado no governo Lula foi efetivamente pago sendo que no

governo FHC, 69 por cento do que foi empenhado foi efetivamente pago.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo investe menos do que divulga

Planalto anunciou total de R\$ 35,3 bilhões, mas dados do Siafi indicam que R\$ 26,8 bilhões foram efetivamente pagos

Sérgio Gobetti
BRASILIA

São exagerados os números de investimentos apresentados pela equipe econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) levantados pelo Estado indicam que cerca de um quarto dos investimentos que o governo Lula diz ter executado até agora não ocorreram ou não foram pagos.

Desde o início de 2003, pela estatística oficial, os investimentos somam R\$ 35,3 bilhões, pelo conceito de liquidação, mas apenas R\$ 9,9 bilhões foram efetivamente pagos, segundo o Siafi. O restante, R\$ 25,4 bilhões, não foram pagos.

Entre os investimentos que o governo diz que fez mas não saíram do papel estão, por exemplo, as obras de transposição do Rio São Francisco, bloqueadas por ações da Justiça. Pela proposta governamental, o governo já teria investido R\$ 405,9 milhões no programa de integração da bacia do rio, mas o que foi efetivamente pago são R\$ 116 milhões, pelos projetos iniciais de planejamento e engenharia.

A confusão é causada pela decisão da Secretaria do Tesouro Nacional de classificar automaticamente como “liquidado” todo gasto empenhado no fim do ano. O empenho corresponde a uma autorização inicial para contratar obra ou serviço, enquanto a liquidação, por lei, deve ser aplicada só ao que é concluído. O Tesouro desconsidera essa regra.

Em entrevista anterior, o próprio ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi surpreendido pela sistematização do Siofi. Ele achava que os números que estava divulgando eram de investimentos liquidados e concluídos, mas eram só empenhos.

No ano passado, por exemplo, o governo empenhou e “liquidou” R\$17,3 bilhões para investir em obras de saneamento básico em municípios de até 50 mil habitantes. O Siofi, porém, não contabilizou o valor pago pelos municípios, apenas o empenho.

Entre 1999 e 2002, o investimento pretendidamente realizado somou R\$ 41,7 bilhões, mas o pagamento passou de R\$ 37,1 bilhões. A discrepância entre os valores contabilizados e reais tende a crescer no fim do ano se o governo cumprir a meta de empenhar R\$ 19 bilhões para investimentos em saneamento básico em municípios de até 50 mil habitantes.

Entre 1999 e 2002, o investimento pretendidamente realizado somou R\$ 41,7 bilhões, mas o pagamento passou de R\$ 37,1 bilhões. A discrepância entre os valores contabilizados e reais tende a crescer no fim do ano se o governo cumprir a meta de empenhar R\$ 19 bilhões para investimentos em saneamento básico em municípios de até 50 mil habitantes.

Entre 1999 e 2002, o investimento pretendidamente realizado somou R\$ 41,7 bilhões, mas o pagamento passou de R\$ 37,1 bilhões. A discrepância entre os valores contabilizados e reais tende a crescer no fim do ano se o governo cumprir a meta de empenhar R\$ 19 bilhões para investimentos em saneamento básico em municípios de até 50 mil habitantes.

Só 39% dos convênios foram pagos

No governo FHC, 69% do prometido acabou efetivado

BRASÍLIA

Radiografia feita pela Comissão Nacional dos Municípios (CNM) sobre a execução das emendas parlamentares mostra que apenas 39,5% dos recursos prometidos pelo governo Lula em convênios com Estados e municípios, entre 2003 e 2005, foram de fato repassados. Comparado com o valor original das emendas, o percentual é ainda mais baixo: 18,1%. No governo FHC, pelo mesmo estudo, esses percentuais foram de 69,7% e 40,5%, respectivamente.

A Prefeitura de Santa Clara do Sul (RS), por exemplo, foi beneficiada em 2003 por emenda do deputado Elio Bacci (PDT), de R\$ 100 mil, para construção de uma creche. O recurso foi empenhado

no fim daquele ano, mas até hoje o prefeito Paulo Cesar Kohlrausch (PMDB) não viu a cor do dinheiro. “Quando assumi a prefeitura, no ano passado, fiquei sabendo que havia um empenho em nosso favor e fui atrás do recurso, mas não consegui nada.”

“Fui atrás do recurso, mas não consegui nada”, relata prefeito

Situação semelhante vivem centenas de prefeituras, que assinam convênios, mas não recebem verba. Isso ocorre até com emendas de deputados influentes no Planalto, como o ex-líder do PT Henrique Fontana (RS). No Orçamento de 2005, ele desti-

nou R\$ 150 mil para obras em Bagé. O recurso foi empenhado, mas até hoje não foi repassado. Segundo dados da CNM, os convênios e as emendas prometidas tiveram muito maior do que os resultados efetivos. Entre 2003 e 2005, pouco mais de mil municípios obtiveram algum recurso - e só 75 receberam mais de R\$ 1 milhão. E entre os que mais receberam se destacam os que são ou foram governados por partidos ligados ao PT.

O primeiro da lista é São Paulo, que até 2004 era administrado pela petista Marta Suplicy e recebeu R\$ 22,3 milhões. Em segundo aparece Boa Vista (RR), governada por Teresa Juca, militante do líder do governo Senador, Romero Jucá (PMDB), com R\$ 19,1 milhões. O terceiro lugar é do Recife, do petista João Paulo, com R\$ 18,7 milhões. ■ s.s.

mentos - mas pagou apenas R\$ 5,9 bilhões. Em 2006, já foram pagos outros R\$ 4,6 bilhões, somando R\$ 10,5 bilhões - bem menos do que os números oficiais.

SEGUNDO MANDATO

No governo FHC, essas diferenças existiam até o segundo mandato, quando o Tesouro passou a adotar o novo procedimento. Entre 1999 e 2002, o investimento pretendidamente realizado somou R\$ 41,7 bilhões, mas o pagamento passou de R\$ 37,1 bilhões. A discrepância entre os valores contabilizados e reais tende a crescer no fim do ano se o governo cumprir a meta de empenhar R\$

19 bilhões para investimentos, anunciada por Mantega. Até 30 de junho, pelos dados parciais do Siafi, o governo já autorizou R\$ 7,9 bilhões. O que foi efetivamente realizado, entretanto, não pas-

sa de R\$ 668 milhões, e o que foi pago, de R\$ 527 milhões.

A reportagem consultou os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, mas suas assessorias pediram mais tempo para avaliar a questão. No início do ano, o Estado já havia apontado esse problema, quando o governo anunciou que tinha investido R\$ 17,3 bilhões em 2005. Além de serem usados politicamente pelo Planalto, esses nú-

meros são repassados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para calcular a taxa de investimento do setor público. O Estado procurou em março o IBGE para saber se era adotada alguma medida corretiva das informações do Tesouro.

Recebeu a informação de que a contabilização dos investimentos segue contigêncio internacional que determina que sejam usados os valores liquidados. Quando os valores liquidados não correspondem exatamente ao conceito legal de liquidação, o Instituto pode conversar com o Tesouro, mas não tem como mudar a metodologia ou os dados. ■

mero são repassados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para calcular a taxa de investimento do setor público. O Estado procurou em março o IBGE para saber se era adotada alguma medida corretiva das informações do Tesouro.

Recebeu a informação de que a contabilização dos investimentos segue contigêncio internacional que determina que sejam usados os valores liquidados. Quando os valores liquidados não correspondem exatamente ao conceito legal de liquidação, o Instituto pode conversar com o Tesouro, mas não tem como mudar a metodologia ou os dados. ■

Recebeu a informação de que a contabilização dos investimentos segue contigêncio internacional que determina que sejam usados os valores liquidados. Quando os valores liquidados não correspondem exatamente ao conceito legal de liquidação, o Instituto pode conversar com o Tesouro, mas não tem como mudar a metodologia ou os dados. ■

Recebeu a informação de que a contabilização dos investimentos segue contigêncio internacional que determina que sejam usados os valores liquidados. Quando os valores liquidados não correspondem exatamente ao conceito legal de liquidação, o Instituto pode conversar com o Tesouro, mas não tem como mudar a metodologia ou os dados. ■

Recebeu a informação de que a contabilização dos investimentos segue contigêncio internacional que determina que sejam usados os valores liquidados. Quando os valores liquidados não correspondem exatamente ao conceito legal de liquidação, o Instituto pode conversar com o Tesouro, mas não tem como mudar a metodologia ou os dados. ■

Recebeu a informação de que a contabilização dos investimentos segue contigêncio internacional que determina que sejam usados os valores liquidados. Quando os valores liquidados não correspondem exatamente ao conceito legal de liquidação, o Instituto pode conversar com o Tesouro, mas não tem como mudar a metodologia ou os dados. ■

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Diretor de banco estatal arrecada para Ciro?”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 2 de agosto do corrente.

A matéria mostra que o ex-ministro Ciro Gomes “distribuiu cartas a empresários do Ceará pelas quais autoriza um diretor do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), estatal do governo Lula e um dos principais financiadores da economia no Estado, a arrecadar dinheiro para sua campanha e a de seu irmão, Cid Gomes”.

A matéria destaca, também, que qualquer arrecadação para a campanha só pode ser feita pelo comitê de campanha.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Diretor de banco estatal arrecada para Ciro

Dirigente do Banco do Nordeste apresenta carta assinada por ex-ministro, que disputa uma vaga na Câmara dos Deputados

Ciro afirma que empresas abordadas não têm negócio com instituição; dinheiro iria também para campanha de irmão ao governo do CE

RUBENS VALENTE
ENVIADO ESPECIAL A FORTALEZA

O ex-ministro da Integração Nacional e candidato a deputado federal Ciro Gomes (PSB-CE), 49, distribuiu cartas a empresários do Ceará pelas quais autoriza um diretor do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), estatal do governo Lula e um dos principais financiadores da economia no Estado, a arrecadar dinheiro para sua campanha e a de seu irmão, Cid Gomes (PSB), 43, candidato ao governo do Estado.

Ciro Gomes e o diretor administrativo do banco, Victor Samuel Cavalcante Ponte, confirmaram o trabalho de arrecadação. Ponte não integra o comitê financeiro do candidato. A legislação eleitoral prevê que as contribuições de campanha devem ser dirigidas ao comitê e ao candidato. “Ele é meu amigo de cem anos e me ajuda nesse trabalho que é chato, que é desagradável”, disse Ciro à *Folha*. Segundo ele, Ponte parou de captar os recursos.

O diretor do BNB disse ter feito “um trabalho voluntário”. “Eu sou filiado ao partido, e como cidadão eu me sinto na obrigação de dar a minha colaboração”, disse Ponte. Ele atribuiu o vazamento da informação aos adversários de Cid Gomes. “Isso é desespero, esse pessoal está desesperado. Eles vão perder a eleição e estão desesperados”, afirmou o diretor.

Ciro afirmou que a captação era específica para a pré-convenção partidária (até 30 de junho último), mas não é o que diz o texto da carta entregue aos empresários e assinada pelo próprio candidato, que disse ter subscrito 30 cartas.

“Apresento-lhe meu amigo Victor Samuel que lhe falará em meu nome, de Cid Gomes e de nosso partido”.

Outrolado

Dirigente diz ter sido ‘porta-voz’ de ex-ministro

OO ENVIADO ESPECIAL A FORTALEZA

O diretor de Administração do BNB, Victor Samuel Cavalcante Ponte, disse ter atuado como “porta-voz” do ex-ministro Ciro Gomes (PSB), ao procurar empresas para receber doações: “Foi um pedido que o Ciro me fez para ser porta-voz dele para arrecadar alguma coisa para a convenção do partido”.

“Não uso o nome do banco. Apordei quatro ou cinco empresários, mas o resultado foi tão pífo. Tem o banco e tem eu. Não falo em nome do banco. Não menciono, não vinculei, em nenhum momento. Sempre que solicitei,

PSB, acerca de uma contribuição para a campanha que o partido desenvolverá nas eleições próximas de outubro do corrente ano”, diz o papel.

Antes de assumir a área administrativa, Ponte foi diretor de Promoção de Investimentos do BNB (2004 e 2005). O banco é um dos principais financiadores de crédito no Nordeste. Fechou 2005 com R\$ 6 bilhões de investimentos na economia nordestina.

Ponte, o presidente do banco, Roberto Smith, e mais três diretores do BNB foram incluídos pelo Ministério Público Federal na denúncia do “caso da cueca” por terem autorizado um empréstimo de R\$ 300 milhões para o consórcio de energia elétrica STN (Sistema de Transmissão Nordeste). O grupo de empresas teria pago a propina ao ex-assessor petista José Adalberto Vieira, preso pela Polícia Federal em julho de 2005 ao tentar embarcar

que fosse feita [a doação] diretamente na conta de campanha”, disse Ponte: “Separo o lado profissional do meu lado particular, privado”.

Ele negou ter recebido ou manipulado recursos. “Não peço em dinheiro, isso vai diretamente para a conta, é contribuição oficial”. Ele disse ter recebido orientações de Ciro sobre a captação: “[A doação] é feita diretamente na conta da campanha, com todos esses cuidados legais, que fui muito bem recomendado pelo próprio Ciro”.

Sobre a acusação no “caso da cueca”, ele disse que o TCU o inocentou. “Estou indignado. Simplesmente aprovei na diretoria um ato jurídico e bancário perfeito, reconhecido pelo TCU.”

O BNB informou que “desconhece” as atividades de campanha de Ponte. (rv)

R\$ 209 mil numa maleta e US\$ 100 mil presos ao corpo. A ação foi suspensa por decisão do TRF (Tribunal Regional Federal) da 5ª Região. O Ministério Público recorreu.

Apoio do PT

O PT deixou de lançar candidato a governador para apoiar Cid Gomes. Ciro previu gastos de R\$ 1,2 milhão para sua campanha. Cid, R\$ 20 milhões.

A *Folha* apurou que Ponte usou a carta para procurar empresas instaladas na região metropolitana de Fortaleza. Ciro disse que as empresas foram escolhidas por ele, que teria tido o cuidado de verificar se elas não teriam negócios ou dívidas com o BNB. O diretor do banco, contudo, ficou em dúvida sobre esse ponto: “Quase certeza que não. Se bem que é o seguinte: o banco é muito atuante, no Estado e no Nordeste. Se têm ou se não têm, nem foi objeto de conversas com nenhum deles”.

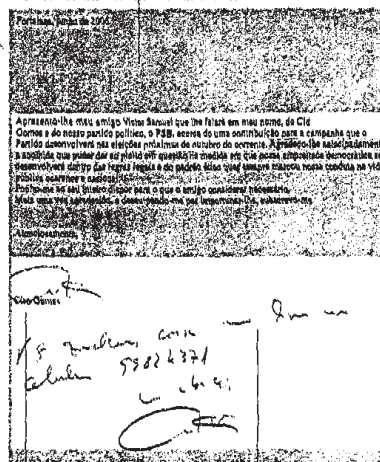
DIRETOR DO BNB NA CAMPANHA DE CIRO

O ex-ministro Ciro Gomes pede contribuição a empresários para sua campanha eleitoral e para a de seu irmão por meio de diretor do Banco do Nordeste

Os candidatos
Ciro Gomes (PSB-CE)
Ex-ministro da Integração Nacional do governo Lula, é candidato a deputado federal.
Cid Gomes (PSB-CE)
Irmão de Ciro, é candidato ao governo do Estado do Ceará

O então ministro Ciro (centro) e Samuel (à dir.), em uma reunião

Victor Samuel é diretor de administração do Banco do Nordeste, uma das maiores fontes de fomento para empresários locais. O banco diz que não tinha conhecimento da atuação dele



A assinatura do ex-ministro Ciro escreve seu número de celular, dizendo que, “qualquer coisa”, é possível falar direto com ele

OUTRO LADO

Ciro Gomes disse que não há nada de irregular no pedido e que este foi feito a empresários durante a pré-campanha

»» A campanha eleitoral teve início no dia 6 de junho. A carta é

O que diz a lei
Qualquer arrecadação para a campanha só pode ser feita pelo

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 54 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias* BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza* PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney**	Paraíba PMDB – Ney Suassuna* PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão**	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa**	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque** PFL – Paulo Octávio**
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen* BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan**	Amapá PMDB – José Sarney* PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros* PFL – Jonas Pinheiro** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves* PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
PMDB	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
PDT	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Shhessarenko – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽⁵⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) ⁴		
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
(Vago) ⁶			1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ²⁻⁵	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES), licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁵ O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado do cargo durante o período de 25.7.2006 a 14.11.2006.

⁶ O Senador Ney Suassuna renunciou à titularidade do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de acordo com o Of. GLPMDB nº 307-B/2006, lido na sessão de 15.8.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALVARO DIAS			
Registro do artigo e da matéria intitulados “Constituinte golpista”, e “Dados de investimentos do governo são inflados”, publicados, respectivamente, nos jornais <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições de 9 de agosto e 10 de julho de 2006.	89	215, I, a, 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro dos Transportes sobre os Convênios de nºs 544.692 e 564.088, de 30 de dezembro de 2005, celebrados entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e a Prefeitura de Simões Filho, no Estado da Bahia.	32
Registro do artigo intitulado “As Forças Armadas na América Latina”, de autoria do historiador Boris Fausto, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 10 de julho de 2006.	203	Comentários às propostas apresentadas pelo candidato Geraldo Alckmin (PSDB) para o Nordeste do País. Aparte ao Senador César Borges.	38
Registro da coluna de Dora Kramer, intitulada “Aparências, nada mais”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 11 de julho de 2006.	251	Homenagem a Octavio Frias de Oliveira. Aparte ao Senador Roberto Cavalcanti.	239
ANTERO PAES DE BARROS		Registro de matérias publicadas na imprensa a respeito da corrupção na máquina pública.	241
Registro da matéria intitulada “Assessor da Saúde é apontado como ‘contato’ de esquema”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 2 de agosto de 2006.	94	Registro de matérias publicadas na imprensa a respeito da execução orçamentária.	241
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		Comentários à visita do Presidente Lula à Bahia e à entrevista concedida ao Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão.	241
Comentários à matéria intitulada “São Paulo mantém indulto a 11 mil presos apesar de atentados”, publicada pelo jornal <i>O Globo</i>	29	Considerações acerca da postura do Presidente Lula. Aparte ao Senador Pedro Simon.	313
Oferecimento, pelo Ministério Público, de denúncia contra 11 dirigentes e ex-Dirigentes do Banco Rural, no caso de empréstimo ao Partido dos Trabalhadores.	29	Comentários a respeito das investigações da CPI dos Bingos. Aparte ao Senador José Agripino. ...	317
Considerações sobre a entrevista que o Presidente Lula concede à Rede Globo de Televisão.	29	Sugestão para que o Ministério Público dirija imediatamente ao Supremo Tribunal Federal o pedido de quebra do sigilo bancário de Paulo Okamoto.	320
Críticas sobre a proposta do Presidente Lula de instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte para realizar a reforma política.	29	Críticas ao Presidente Lula, por não comparecer ao debate dos candidatos à Presidência da República.	320
Requerimento nº 907, de 2006, que requer, nos termos do art. 49, X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts.		Requerimento nº 914, de 2006, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade e moção de apoio à Rede Globo de Televisão diante dos lamentáveis fatos que envolveram o seqüestro de dois de seus funcionários, Guilherme Portanova e Alexandre Calado.	328
		Críticas ao Presidente Lula. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	329

	Pág.		Pág.
Sugestão para que haja a quebra de sigilo bancário de Paulo Okamoto. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	438	Registro da matéria intitulada “Era pior do que se pensava”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 26 de julho de 2006.	180
Comentários ao artigo intitulado “A reeleição pode virar carta branca”, de autoria do jornalista Elio Gaspari, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 16 de agosto de 2006.	444	O quadro de apatia do povo brasileiro.	180
Considerações sobre escândalos no Governo Lula.	444	Considerações a respeito da entrevista do Presidente Lula ao Jornal Nacional, no dia 10 de agosto de 2006, como candidato à reeleição.	206
Comentários acerca dos ministros demitidos pelo Presidente Lula. Aparte ao Senador César Borges.	453	Registro de entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista <i>Playboy</i>	206
ANTÔNIO JOÃO		Repúdio ao contingenciamento de recursos da SUFRAMA.	206
Considerações acerca das exportações feitas pelos mineradores, sem o devido pagamento dos impostos. Aparte ao Senador João Batista Motta.	170	Registro da entrevista concedida pelo farmacêutico José Merched Chaar, intitulada “O poder das cooperativas”, publicada no jornal <i>O Estado do Amazonas</i> , edição de 7 de agosto de 2006. ...	254
ARTHUR VIRGÍLIO		Registro do trabalho realizado pelo Centro de Formação Pastoral e Social (Cefopas), da área missionária da Ponta Negra, dirigido pelo Padre José Luiz Tomio, em Manaus.	356
Registro da capa da revista <i>Veja</i> , edição de 26 de julho de 2006, intitulada “A lista da vergonha”.	92	Registro da nota intitulada “Picape? Que picape?”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 26 de julho de 2006.	478
Requerimento nº 909, de 2006, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de lembrança ao ensejo das homenagens do Grupamento de Fuzileiros Navais à memória dos marinheiros que morreram nos conflitos em que o Brasil foi envolvido ao longo de sua história.	97	CÉSAR BORGES	
Requerimento nº 910, de 2006, que requer, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, ao Ministro das Minas e Energia informações acerca dos valores do contrato para a construção do Gasoduto Coari-Manaus.	98	Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006 que altera o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País.	9
Considerações sobre o relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado dia 10 de agosto de 2006.	106	Conhecimento de que o Presidente Lula somente poderá responder a uma pergunta sobre corrupção em sua entrevista à Rede Globo. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	30
Registro da X Conferência Latino-Americana de Zonas Francas, que foi realizada em Manaus, no dia 29 de agosto de 2006. Comentário sobre a falta de água em Manaus/AM.	106	Precariedade das rodovias brasileiras. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	35
Registro da entrevista do Juiz Rafael de Araújo Romano, concedida ao jornal <i>Correio Amazonense</i> , edição de 20 de julho de 2006.	106	Elogios à Senadora Heloísa Helena (PSOL) pelo bom desempenho na entrevista concedida à Rede Globo de Televisão, no dia 08 de agosto de 2006. Elogios às propostas do candidato Geraldo Alckmin (PSDB) para o Nordeste do País.	36
Comentários acerca da inclusão do nome do Senador Magno Malta no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado no dia 10 de agosto de 2006. Aparte ao Senador Magno Malta.	118	Considerações acerca da infra-estrutura energética. Aparte ao Senador Sibá Machado.	423
		Críticas acerca da entrevista do Presidente Lula ao Jornal Nacional, no dia 10 de agosto de 2006. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	436
		Comentários à matéria intitulada “Na propaganda de TV, Lula apaga o PT de sua história”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 16 de agosto de 2006.	453

	Pág.	III	Pág.
DEMÓSTENES TORRES			
Parecer nº 1.035, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda nº 2 (de Plenário), apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005 (nº 3.605/2004, na Casa de origem), que modifica o art. 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil –, que confere efeito devolutivo à apelação, e dá outras providências.	13	Considerações acerca da falta de segurança no País.	285
		Importância da maior participação dos jovens no processo eleitoral do País. Aparte ao Senador Pedro Simon.	311
		Importância do comparecimento do Presidente Lula aos debates dos candidatos à Presidência da República. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	321
EDISON LOBÃO			
Homenagem ao Dia do Maçom.	460		
Elogios às decisões da justiça brasileira referentes à corrupção no Estado de Rondônia.	460		
EDUARDO AZEREDO			
Homenagem ao XII Congresso Internacional de Equoterapia e Workshop, em Brasília.	5		
A precariedade da malha viária do País. Necessidade de duplicação da rodovia BR-262.	33		
Parecer nº 1.037, de 2006 da Comissão de constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.	227		
EDUARDO SUPLICY			
Comentários acerca do relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	122		
Comentários acerca da inclusão do nome da Senadora Serys Slhessarenko no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado no dia 10 de agosto de 2006. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	128		
Necessidade de o Congresso Nacional concluir a votação dos itens que fazem parte da Reforma Política. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ...	134		
Avaliação positiva da economia brasileira.	149		
Transcrição de documentos a respeito dos produtores de laranja, que têm mostrado preocupação com a ação cartelizada das diversas indústrias de suco de laranja.	149		
Sugestão ao Presidente Lula para que participe dos debates com os outros candidatos à Presidência da República.	285		
EFRAIM MORAIS			
		Sugestão para que haja a quebra de sigilo bancário de Paulo Okamoto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	322
FLÁVIO ARNS			
		Homenagem ao XII Congresso Internacional de Equoterapia e Workshop, em Brasília.	1
		A Pastoral da Criança e o programa “Criança Esperança”.	92
HELOÍSA HELENA			
		Defesa da elaboração de um orçamento transparente e a garantia de sua execução impositiva, para diminuir a corrupção pública.	85
HERÁCLITO FORTES			
		Críticas ao Governo Federal, no trato da questão da segurança pública do Estado de São Paulo.	82
		Necessidade de elaboração de um orçamento impositivo e transparente. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	87
		Requerimento nº 913, de 2006, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Município de Parnaíba, a toda sua população, ao Senhor Prefeito e à Câmara de Vereadores pelos 162 anos de emancipação política.	285
		Considerações a respeito das deficiências na segurança pública do País. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	290
		Considerações acerca da postura do Presidente Lula. Aparte ao Senador Pedro Simon.	314
		Registro da presença do General Pedro Machado, Chefe do Estado-Maior do Exército do Equador, no Senado Federal. Aparte ao Senador José Agripino.	317

	Pág.		Pág.
Sugestão para que haja a quebra de sigilo bancário de Paulo Okamoto. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	322	Acirramento do processo eleitoral.	72
Comentários às declarações do Presidente Lula a respeito da imunidade parlamentar.	328	Comentários acerca da inclusão do nome da Senadora Serys Slhessarenko no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado no dia 10 de agosto de 2006, e pela não apreciação da defesa apresentada pela Senadora. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	125
Elogios ao Doutor Paulo Lacerda, Diretor da Polícia Federal. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	344	Análise da importância de o Congresso Nacional concluir a votação de inúmeros itens da reforma política, alguns dos quais foram objeto de votações pelo Senado Federal.	130
Críticas às omissões do Governo Federal nos vários setores do País. Aparte ao Senador Sibá Machado.	351	Considerações sobre o editorial do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , intitulado “Operação Dominó”.	130
Requerimento nº 920, de 2006, que requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos Anais do Senado Federal voto de aplauso ao Município de Teresina, no Estado do Piauí, pelos seus 154 anos de fundação.	413	Registro do artigo intitulado “Construindo o SUS”, de autoria do Ministro da Saúde, Agenor Álvares, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 9 de agosto de 2006.	172
Considerações acerca da construção das usinas hidrelétricas no rio Madeira. Aparte ao Senador Sibá Machado.	424	O sucesso das operações da Polícia Federal. .	461
Críticas acerca da entrevista de Lula ao Jornal Nacional, no dia 10 de agosto de 2006. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	437	Registro de artigo publicado pelo jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 15 de agosto de 2006, de autoria do jornalista Raymundo Costa, intitulado “Televisão é a última cartada da oposição”.	461
Considerações acerca da integridade do Presidente Lula. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	437	Comemoração do crescimento de filiados ao PT.	461
Comentários a respeito de obras que, segundo o programa eleitoral do Presidente Lula, foram realizadas durante o Governo Lula. Aparte ao Senador José Jorge.	441	IRIS DE ARAÚJO	
Registro de requerimento de homenagem pelo transcurso dos 154 anos da cidade de Teresina/PI. ...	452	Homenagem ao XII Congresso Internacional de Equoterapia e Workshop, em Brasília.	3
Comentários acerca dos casos de corrupção no governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador César Borges.	456	Considerações sobre a proposta do Presidente Lula de instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte para realizar a reforma política.	23
Comentários a declarações do ex-Deputado Valdemar Costa Neto no programa eleitoral.	457	JOÃO BATISTA MOTTA	
Comentários a declarações do Presidente Lula a respeito da imunidade parlamentar.	457	Requerimento nº 911, de 2006, que requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, e do art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Doutor Luis Carlos Guedes Pinto, para prestar informações sobre as medidas adotadas referentes ao Relatório elaborado pelo Serviço Veterinário de Alimento (Food and Veterinary Office), no tocante ao controle fito-sanitário dos produtos brasileiros exportados para a Europa.	99
A abertura de processo judicial do PT contra a Associação Transparência Brasil.	457	Críticas à composição da pauta de exportações brasileira. Reclamos sobre os superávits comerciais brasileiros serem fortemente dependentes da exportação de produtos in natura, como minérios e carnes.	169
Registro da matéria intitulada “Dinheiro a contagotas”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i>	466	Registro do artigo intitulado “A contabilidade moral de Lula”, de autoria do jornalista Rolf Kuntz,	
IDELI SALVATTI			
Análise da importância da Lei Maria da Penha que torna mais rigorosas as punições para o homem que praticar violência contra a mulher, e cria os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.	57		
Considerações a respeito das divergências políticas na questão da segurança do Estado de São Paulo.	72		

	Pág.		Pág.
publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 13 de julho de 2006.	257		
Registro da matéria intitulada “Crise no campo leva produtor rural a fazer campanha contra Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 17 de julho de 2006.	357		
Registro da matéria intitulada “Diretor de banco estatal arrecada para Ciro”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 2 de agosto de 2006.	481	Requerimento nº 919, de 2006, que requer, nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que seja encaminhado ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Silas Rondeau, informações sobre a exclusão de áreas da plataforma marítima dos Estados de Pernambuco e Paraíba da 8ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.	412
JONAS PINHEIRO		Considerações sobre a energia elétrica do País. Aparte ao Senador Sibá Machado.	426
Parecer nº 1.036, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os artigos 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.	15	Críticas acerca das declarações do Presidente Lula sobre a criação da Controladoria Geral da União. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	436
JOSÉ AGRIPINO		Comentários a respeito de obras que, segundo o programa eleitoral do Presidente Lula, foram realizadas durante o Governo Lula.	439
Críticas ao Presidente Lula, pela ausência no debate com candidatos à Presidência da República, promovido pela TV Bandeirantes.	316	Considerações sobre escândalos no Governo Lula, como o caso dos ônibus que foram comprados pelo Governo para aulas de informática. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	444
JOSÉ JORGE		JUVÊNCIO DA FONSECA	
Comentários acerca das denúncias de corrupção no Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	31	Registro do artigo intitulado “Manual Lula de pobreza”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 30 de junho de 2006.	95
Precariedade das rodovias brasileiras. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	34	Registro da matéria intitulada “TSE impõe novas derrotas a Lula ao vetar propagandas”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 1º de julho de 2006.	202
Comentários às propostas apresentadas pelo candidato Geraldo Alckmin (PSDB) para o Nordeste do País. Aparte ao Senador César Borges.	37	Registro do artigo intitulado “As lorotas de Lula”, publicada no <i>Jornal da Comunidade</i> , edição de 1º a 7 de julho de 2006.	253
Protesto contra a exclusão das bacias marítimas dos Estados de Pernambuco e da Paraíba, da 8ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo - ANP.	59	Comentário sobre matéria intitulada “Vantagem de Lula cai; vitória no 1º turno é incerta”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 14 de julho de 2006.	356
Comentários acerca dos episódios de corrupção ocorridos em Rondônia. Aparte ao Senador João Batista Motta.	171	LEONEL PAVAN	
Encaminhamento de requerimento de pesar pelo falecimento do músico pernambucano Moacir Santos.	175	Considerações a respeito das deficiências na segurança pública do País. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	289
Solicitação de informações ao Ministério da Ciência e Tecnologia, referentes à aquisição de ônibus para o programa de inclusão digital.	175	Protesto em virtude da não liberação, pelo Governo Federal, dos recursos referentes ao seguro agrícola contra quebra de safra.	334
Requerimento nº 912, de 2006, que requer, nos termos regimentais, a inserção em ata de voto de pesar e a apresentação de condolências à família, pelo falecimento do músico pernambucano Moacir Santos, ocorrido no dia 06 de agosto de 2006, em Los Angeles - EUA.	177	Comentários acerca das declarações do Presidente Lula a respeito da demissão dos corruptos de seu governo. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	334

VI

	Pág.		Pág.
Elogios ao projeto de descentralização administrativa adotado pelo Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira.	334	Negativa de qualquer envolvimento com a chamada “máfia das ambulâncias”.	434
Comentários acerca da corrupção em Rondônia. Aparte ao Senador Valdir Raupp.	340	Registro de recibo da empresa Trans Grap, que comprova a devolução de carro recebido do ex-Deputado Lino Rossi.	434
Elogios ao Senador Romeu Tuma. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	343	MARCO MACIEL	
LÚCIA VÂNIA		Decepção por não haver a prospecção de petróleo nos Estados de Pernambuco e do Pará, como havia sido acertado entre lideranças políticas. Aparte ao Senador Roberto Cavalcanti.	26
Importância da 12ª edição do Congresso Internacional de Equoterapia, realizado pela Associação Nacional de Equoterapia (Ande-Brasil) e a Federação Internacional de Equoterapia (FRDI).	259	Redistribuição de renda pelo Estado.	27
Considerações a respeito da importância do voto na eleição. Apelo ao eleitor para que não vote nulo.	473	Importância dos benefícios previdenciários para a redução da pobreza no Brasil.	27
LUIZ OTÁVIO		Comentários às propostas apresentadas pelo candidato Geraldo Alckmin (PSDB) para o Nordeste do País. Aparte ao Senador César Borges.	38
Requerimento nº 917, de 2006, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família e ao jornal <i>Diário do Pará</i> , pelo falecimento do jornalista Moacir de Castro Drago, ocorrido na cidade de Brasília, no dia 15 de agosto de 2006.	412	Homenagem de Pesar pelo falecimento do músico pernambucano Moacir Santos. Aparte ao Senador José Jorge.	175
Acordo firmado entre o Senado Federal e o Governo Federal para compensar os Estados exportadores do Brasil.	470	Registro do lançamento do livro intitulado “Reforma Política no Brasil”.	178
Defesa da votação em regime de urgência do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que prorroga o prazo para apropriação de créditos de ICMS.	470	Exclusão das bacias de Pernambuco e da Paraíba das próximas áreas oferecidas para exploração de petróleo, pela Agência Nacional do Petróleo - ANP.	232
MAGNO MALTA		MARCOS GUERRA	
Agradecimento ao apoio do povo, diante das denúncias do envolvimento de S.Exa. na máfia das sanguessugas.	36	Precariedade das rodovias brasileiras. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	35
Indignação pela inclusão do nome de S.Exa. no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado no dia 10 de agosto de 2006.	115	Registro da matéria intitulada “Dirceu encontrou Morales dias antes da crise do gás”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 7 de julho de 2006.	204
Comentários acerca da inclusão do nome de S.Exa. no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado no dia 10 de agosto de 2006. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	124	Registro da matéria intitulada “Presidente recebe apoios de mensaleiros, Okamoto e até juiz da operação Anaconda”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 14 de julho de 2006.	255
Agradecimento a manifestações de solidariedade enviadas por internautas de todo o País.	325	Defesa da instituição da jornada escolar de tempo integral, conforme prevê o projeto de lei de autoria de S.Exa.	320
Reiteração de confiança nos trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.	325	Elogios à atuação do Senador Gerson Camata, à frente da Secretaria de Desenvolvimento de Infra-Estrutura e dos Transportes do Espírito Santo.	354
		Registro do artigo intitulado “Contraconstitucionalidade”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 29 de julho de 2006.	354
		Elogios à gestão do Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung.	418

	Pág.		Pág.
MOZARILDO CAVALCANTI			VII
Requerimento nº 915, de 2006, que requer o adiamento da sessão em homenagem Maçonaria Brasileira, que seria realizada no dia 18 de agosto de 2006, para data a ser agendada posteriormente.	338	Leitura de nota do PCC pela Rede Globo de Televisão.	415
		Considerações sobre a imunidade parlamentar.	415
		Anúncio do afastamento provisório do Presidente Regional do PMDB no Espírito Santo, Deputado Marcelino Ayub Fraga.	415
NEY SUASSUNA		ROBERTO CAVALCANTI	
Encaminhamento de documentos à CPI dos Sanguessugas, para comprovação de sua inocência.	73	A situação da economia do Estado da Paraíba.	25
Renúncia ao posto de titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.	319	Perspectivas para a produção de petróleo no Estado da Paraíba.	25
Comunicação de licença da liderança do PMDB.	319	Comentários acerca da exclusão das bacias marítimas dos Estados de Pernambuco e da Paraíba, da 8ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo - ANP. Aparte ao Senador José Jorge.	59
PAPALÉO PAES		Considerações acerca da exclusão das bacias de Pernambuco e da Paraíba das próximas áreas oferecidas para exploração de petróleo, pela Agência Nacional do Petróleo - ANP. Aparte ao Senador Marco Maciel.	234
Registro da matéria intitulada "MP investiga origem de recursos de Filippi", publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 4 de julho de 2006.	256	Considerações sobre o lançamento do livro "A trajetória de Octavio Frias de Oliveira", no dia 14 de agosto de 2006, em São Paulo.	238
Registro da matéria intitulada "Lula libera R\$ 1,9 bi de convênios em 2 dias", publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 4 de julho de 2006.	358	Expectativa com o início da obra da transposição das águas do Rio São Francisco em decorrência de decisão do Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, que suspendeu mandado de segurança que questionava estudo do IBAMA sobre a referida obra.	413
Registro da matéria intitulada "Governo investe menos do que divulga", publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 5 de julho de 2006.	480	Preocupação com a falta de incentivos específicos para o setor da reciclagem do lixo. Aparte ao Senador Sibá Machado.	422
PAULO OCTÁVIO		ROBERTO SATURNINO	
Defesa de uma reforma tributária e da aprovação de proposta de emenda constitucional que institui o "Imposto Cidadão", popularmente batizado de "Imposto Único".	57	Realizações do Governo Lula no Nordeste.	235
Apresentação de requerimento de homenagem ao Dia do Corretor.	57	ROMEU TUMA	
Requerimento nº 918, de 2006, que requer, nos termos do art.199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial em comemoração ao Dia do Corretor de Imóveis.	412	Considerações acerca das investigações que envolvem o nome do Senador Ney Suassuna na CPI das Sanguessugas. Aparte ao Senador Ney Suassuna.	74
PEDRO SIMON		Aviso do encaminhamento, para as providências cabíveis, ao Procurador-Geral da República, à Polícia Federal e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coafi), de documentação recebida da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado do Amazonas, que contém denúncias de corrupção envolvendo algumas empreiteiras.	79
Elogios ao Senador Eduardo Suplicy quanto à sua coerência política. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	290		
Afirmção de que Presidente Lula está equivocado no que se refere à imunidade parlamentar.	308		
Elogios à decisão do Líder do PMDB de licenciar-se do partido.	308		

	Pág.		Pág.
Apelo para celeridade no encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro da Justiça, sobre declarações do Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, Senhor Saulo Abreu Filho, que acusa o Governo Federal de descaso com a segurança pública daquele Estado.	79	aprovado no dia 10 de agosto de 2006, e pela não apreciação da defesa apresentada por S.Exa.	122
Comentários acerca do emprego de verba do governo na segurança pública. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	84	SIBÁ MACHADO	
Cumprimentos à postura da Senadora Heloísa Helena (PSOL) na entrevista à Rede Globo de Televisão, em que defendeu sua candidatura à Presidência da República. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	88	Comentários acerca do relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas. Aparte ao Senador Magno Malta.	117
Críticas ao funcionamento da Comissão de Orçamento. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	88	Comentários acerca da inclusão de nomes de parlamentares no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas sem a devida investigação. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	126
Requerimento nº 908, de 2006, que requer, nos termos regimentais, voto de pesar e apresentação de condolências à família e à Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, pelo falecimento do Deputado Estadual Paschoal Thomeu, ocorrido no dia 09 de agosto de 2006.	97	Considerações sobre o editorial do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , intitulado “Operação Dominó”, que mostra o envolvimento de deputados de Rondônia em episódios de corrupção. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	131
Considerações sobre o relatório parcial da CPMI das Sanguessugas. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	108	Considerações a respeito da Reforma Política, e que ainda há muito que se debater antes da votação de fato. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	135
Comentários acerca da inclusão do nome do Senador Magno Malta no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas, aprovado no dia 10 de agosto de 2006. Aparte ao Senador Magno Malta.	119	Considerações a respeito das deficiências na segurança pública do País. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	287
Comentários a respeito da imunidade parlamentar.	342	Considerações acerca da Reforma Política. Aparte ao Senador Pedro Simon.	312
Considerações sobre o Relatório Parcial da CPMI dos Sanguessugas.	342	Elogios ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, pela homologação da decisão do Conselho Nacional da Educação, que torna o obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia no ensino médio de todo o País.	320
Apelo para votação, na Câmara dos Deputados, de Proposta de Emenda Constitucional que trata da valorização das guardas civis.	342	Falta de comparecimento do Presidente Lula aos debates na TV. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	323
Requerimento nº 916, de 2006, que requer, nos termos regimentais, que seja consignado nos Anais do Senado Federal voto de aplauso à população do Município de Jaú, Estado de São Paulo, na pessoa do Senhor Perfeito Municipal, Senhor João Sanzovo Neto, e do Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Carlos Borgo, pelo 153º aniversário de fundação.	354	Comentários acerca da preocupação do Presidente Lula com a imunidade parlamentar. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	329
SÉRGIO ZAMBIASI		Elogios ao programa petista no horário eleitoral.	349
Celebração do cinquentenário da imigração japonesa no Estado do Rio Grande do Sul.	474	Necessidade de racionalização na geração e no uso de energia. Implantação no Brasil de programas voltadas para o uso eficiente de energia.	420
SERYS SLHESSARENKO		Considerações acerca da integridade do Presidente Lula. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	437
Protesto pela inclusão do nome de S.Exa. no relatório parcial da CPMI dos Sanguessugas,		Comentários a respeito de obras que, segundo o programa eleitoral do Presidente Lula, foram realizadas durante o Governo Lula. Aparte ao Senador José Jorge.	442
		Defesa do Presidente Lula. Aparte ao Senador César Borges.	455
		Considerações acerca do acordo Brasil/Bolívia. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	459

	Pág.		IX Pág.
Considerações acerca da Lei Kandir. Aparte ao Senador Luiz Otávio.	471	por supermercados, de medicamentos cuja venda e dispensação não dependam da apresentação de prescrição.	10
TASSO JEREISSATI		Preocupação com os episódios de corrupção ocorridos em Rondônia, que envolve dirigentes dos Três Poderes constituídos.	81
Questionamentos acerca da refinaria de Pernambuco que não foi construída. Aparte ao Senador Sibá Machado.	426	Considerações a respeito do surto de dengue em Rondônia.	258
Questionamentos a respeito das versões conflitantes com relação ao pagamento da dívida do Presidente Lula com o PT, pelo Senhor Paulo Okamoto.	435	Projeto de Lei nº 239, de 2006, que acrescenta o § 4º ao art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para determinar que as armas de fogo contenham número de série gravado em suas superfícies interna e externa.	284
Comentários acerca das mentiras do Presidente Lula a respeito da criação da Controladoria Geral da União, dos afastamentos dos ex-Ministros José Dirceu e Antonio Palocci durante o programa eleitoral, exibido no dia 15 de agosto de 2006.	435	Comentário à matéria publicada pela revista <i>Veja</i> , a respeito da corrupção em Rondônia.	338
Considerações sobre escândalos no Governo Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	445	Homenagem a Guimarães Rosa, por ocasião do cinquentenário de publicação da obra "Grande sertão: veredas".	476
VALDIR RAUPP		WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
Parecer nº 1.034, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2006, que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a comercialização,		Comentários acerca da inclusão do nome do Senador Magno Malta no relatório da CPMI dos Bingos. Aparte ao Senador Magno Malta.	326
		Comunicação da assunção da liderança do PMDB. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	342